

Anais CONCIS

I CONGRESSO INTERNACIONAL UNINTER DE CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
XII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X FÓRUM CIENTÍFICO
II SEMINÁRIO PIBID - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



CONCIS

Congresso Internacional UNINTER
Conhecimento · Inovação · Sustentabilidade

I CONGRESSO INTERNACIONAL UNINTER DE CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
XII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X FÓRUM CIENTÍFICO
II SEMINÁRIO PIBID - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ISSN 2448-086X

2015

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER

CONCIS

CONGRESSO INTERNACIONAL UNINTER DE CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

12,13 e 14 de novembro, 2015
Curitiba / PR

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto o conteúdo apresentado é de sua exclusiva responsabilidade. Por assim ser, a coordenação do CONCIS do Centro Universitário Internacional UNINTER, A Coordenação de Pesquisa e Publicações Acadêmicas e seus assessores *ad hoc* não se responsabilizam por consequências decorrentes do uso de quaisquer dados, afirmações e/ou opiniões inexatas, ou que conduzam a erro, publicadas neste documento.

A Coordenação Geral do CONCIS

C749a Congresso Internacional Uninter de Conhecimento, Inovação e
Sustentabilidade do Centro Universitário Internacional
UNINTER (1.: 2015 : Curitiba, PR).
Anais do CONCIS : I Congresso Internacional Uninter de
Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade, XII Encontro de Iniciação
Científica, X Fórum Científico, & II Seminário PIBID do Centro
Universitário Internacional UNINTER. - Curitiba: Grupo Educacional
UNINTER, 2015.
--- p. 1050
ISSN 2448-086X
1. Universidades e faculdades – Pesquisa. 2. Iniciação Científica –

Catlogação na publicação: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

REITORIA

Reitoria do Centro Universitário Internacional Uninter

Prof. Dr. Benhur Etelberto Gaio

Pró-Reitoria de Tecnologias Educacionais

Prof. Dr. Marco Antonio Masoller Eleuterio

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Dr. Luis Moretto Neto

Pró-Reitoria de Graduação e Inovação Acadêmica

Prof. Dr. Neri dos Santos

Coordenação de Pesquisa e Publicações Acadêmicas

Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Prof. Dr. Neri dos Santos (UNINTER)

Vice-Presidente

Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro (UNINTER)

Coordenação de Pesquisa e Publicações Acadêmicas

Profª. Me. Elys Regina Andretta

Profª. Drª. Joana Paulin Romanowski

Profª. Esp. Joice Diaz Titon

Profª. Drª. Marcia Maria Fernandes de Oliveira

Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro

Profª Me. Mônica Santos Pereira Defreitas Smythe

Profª. Esp. Vanessa de Camargo Machado Sandini

Fernanda Servienski

Coordenação de Extensão

Profª Me. Cláudia Patrícia Garcia Pampolini - Coordenadora

Celso Giancarlo Duarte de Mazo

Elaine Riske

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Profª Me. Desiré Luciane Dominshcek - Coordenadora

DIRETORIAS

Escola Superior de Educação

Dinamara P. Machado

Escola Superior de Gestão Pública, Jurídica e Política

Débora Venerai

Escola Superior de Gestão e Negócios

Elton Ivan Scheneider

Escola Superior de Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade e Humanidades

Rodrigo Berté

Escola Superior Politécnica

Neil Franco de Carvalho

Escola Superior de Segurança

Jorge Bernardi

COMITÊ CIENTÍFICO

Profª. Drª. Adriana Tulio Baggio (UNINTER)

Profª. Drª. Aline Mara Gumz Eberspacher (UNINTER)

Prof. Dr. Alvino Moser (UNINTER)

Prof. Dr. André Luiz Moscaleski Cavazzani (UFPR / UNINTER)

Prof. Dr. André Luiz Battaiola (UFPR)

Prof. Dr. Anor Sganzerla (PUC - PR)

Prof. Dr. Carlos Alberto Simioni (UNINTER)

Profª. Drª. Claudia Battestin (URI - Campus do Alto Uruguai e das Missões - RS)

Profª. Drª. Claudia Cristina Lopes Machado (UP)

Profª. Drª. Cristina Maria Souto Ferigotti (UNINTER)

Prof. Dr. Daniel Vieira da Silva (UNINTER)

Prof. Dr. Daniel Soczek (UNINTER)

Profª. Drª. Dinamara Machado (UNINTER)

Prof. Dr. Doacir Gonçalves de Quadros (UNINTER)

Prof. Dr. Dorival de Stefani (UNINTER)

Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes (UNINTER)

Prof. Dr. Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Prof. Dr. Edson Pedro Ferlin (UNINTER)

Profª. Drª. Elaine Catia Falcade Maschio (UNINTER)

Profª. Drª. Eliane Mimesse Prado (UNINTER)

Prof. Dr. Eloy Fassi Casagrande (UTFPR)

Prof. Dr. Eugenio Vinci de Moraes (UNINTER)

Prof. Dr. Fabio Pimenta (UFPR)

Prof. Dr. Francisco Mendonça (UFPR)
 Prof. Dr. Francisco Javier Pérez Pérez (Escuela Normal Superior "Prof. José Santos Valdés" - México)
 Prof. Dr. Guilherme Gonçalves de Carvalho (UNINTER)
 Prof. Dr. Helio Gomes de Carvalho (UNINTER)
 Prof. Dr. Hugo Romero (Univesidad Nacional del Chile)
 Profª. Drª. Inge Renata Frose Suhr (UNINTER)
 Prof. Dr. Ivo José Both (UNINTER)
 Profª. Drª. Izabel Cristina de Araujo (UNINTER)
 Profª. Drª. Joana Romanowski (UNINTER)
 Prof. Dr. João Luiz Coelho Ribas (UNINTER)
 Prof. Mtro. José Antonio Pérez López (Escuela Normal Rural "Justo Sierra Méndez" México)
 Prof. Dr. Jose Aquino Junior (UFMA)
 Prof. Dr. Jose Edmilson de Souza Lima (UNINTER / UNICURITIBA / UFPR)
 Prof. Dr. Germano Bruno Afonso (UNINTER)
 Profª. Drª. Karin Kassmayer (UNINTER / UFPR)
 Profª. Drª. Luana Wunsch (UNINTER)
 Prof. Dr. Luciano Frontino de Medeiros (UNINTER)
 Profª. Drª. Maclóvia Correa da Silva (UTFPR)
 Profª. Drª. Marcia Maria Fernandes de Oliveira (UNINTER)
 Profª. Drª. Maria Cristina Borges da Silva (UTP)
 Profª. Drª. Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUC-PR)
 Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro (UNINTER)
 Prof. Dr. Neil Franco de Carvalho (UNINTER)
 Prof. Dr. Nelson Pereira Castanheira (UNINTER)
 Profª. Drª. Onilza Borges Martins (UNINTER)
 Prof. Dr. Paulo Henrique Battaglin Machado (UNINTER)
 Prof. Dr. Rodrigo Berté (UNINTER)
 Prof. Dr. Rodrigo de Cassio da Silva (UNINTER)
 Prof. Dr. Rodrigo Santiago Godefroid (UNINTER)
 Prof. Dr. Rodrigo Otávio dos Santos (UNINTER)
 Profª. Drª. Thereza Cristina de Souza Lima (UNINTER)
 Profª. Drª. Vanessa de Souza Fontana (UNINTER)

COMITÊ DE APOIO

Prof. Álvaro Fonseca Duarte
 Profª. Me. Aurea Bastos Davet
 Profª. Me. Audren Marlei Azolin
 Profª. Me. Cândida Dolores Antunes Varela
 Profª. Me. Caroline Cordeiro Viana e Silva (UNINTER)
 Profª. Me. Caroline Cordeiro Viana e Silva
 Prof. Me. Cicero Manoel Bezerra
 Profª. Me. Claudia Sebastiana Rosa da Silva
 Prof. Me. Daniel de Christo
 Profª. Me. Denise Therezinha Rodrigues Marques Wolski
 Profª. Me. Desiré Luciane Dominchek

Prof. Me. Dorival da Costa
Profª. Esp. Edna Gambôa Chimenes
Profª. Me. Edna Marta Oliveira da Silva
Profª. Esp. Elenita de Oliveira
Profª. Me. Elizabeth Hartog
Prof. Me. Elizeu Barroso Alves
Prof. Me. Eloise Medice Colantonio
Prof. Me. Emerson Liomar Micaliski
Prof. Me. Gisele do Rocio Cordeiro
Profª. Drª. Inge Renate Frose Suhr
Profª. Me. Izabel de Moraes Sarmiento Rego
Prof. Me. Jeferson Ferro
Prof. Dr. Jiani Adriana Bonin
Prof. Me. José A. Pérez Lopez (Escuela Normal Rural Justo Sierra Méndez – México)
Prof. Dr. João Luiz Coelho Ribas
Profª. Me. Juliane Teixeira
Profª. Me. Karen Freme Duarte Sturzenegger
Profª. Me. Karla Lisandra Gobo
Prof. Me. Leonardo Mèrcher Coutinho Olimpico de Melo
Profª. Me. Lidiane Ribeiro da Silva de Souza
Prof. Me. Luiz Domingos Costa
Prof. Me. Luis Otávio Dias
Profª. Me. Maira de Souza Nunes
Profª. Me. Mara Fabiana Barbosa
Profª. Esp. Marcela Narvaez Botero
Prof. Me. Marcos Ruiz da Silva
Profª. Me. Mariana Monfort
Profª. Me. Maria Fernanda Araujo Lisboa
Profª. Esp. Mariana Gonçalves
Profª. Me. Mariana Patrício Richter
Profª. Me. Marinice Natal Justino
Profª. Me. Marli Turetti Rabelo Andrade
Profª. Me. Mônica Caetano Vieira da Silva
Profª. Me. Neliva Terezinha Tessaro
Prof. Me. Otacilio Evaristo Monteiro Vaz
Prof. Me. Paulo Negri Filho
Profª. Me. Paula Cristina dos Reis
Profª. Esp. Talita Juliana Sabião
Profª. Drª. Thereza Cristina de Souza Lima
Profª. Me. Valentina Daldegan
Profª. Me. Vera Lúcia Pereira dos Santos

APRESENTAÇÃO

O **CONCIS – I Congresso Internacional UNINTER de Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade** – foi realizado nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2015, na cidade de Curitiba – Paraná – Brasil. Seu objetivo foi promover o diálogo de experiências e conhecimentos entre pesquisadores de diversas instituições de pesquisa e ensino superior em âmbito nacional e internacional, oportunizar espaço para divulgação de estudos elaborados por acadêmicos (*lato e stricto sensu*), bem como estabelecer redes de colaboração nas temáticas propostas. O CONCIS teve como característica principal a interdisciplinaridade, envolvendo as seguintes áreas do conhecimento: Meio Ambiente, Sustentabilidade, Educação, Gestão, Política, Saúde e Jurídica.

Com o eixo temático “**Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade**” o CONCIS contemplou diversas atividades em sua programação, tais como palestras, minicursos, oficinas, mesas redondas, encontro de editores de periódicos científicos e apresentação de trabalhos.

Mario Sergio Cunha Alencastro
Coordenador de Pesquisa e Publicações Acadêmicas

Sumário

GT 1: ASPECTOS ÉTICOS E FILOSÓFICOS PARA PENSAR A BIOSFERA	9
GT 2: ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE	34
GT 3: MEIO AMBIENTE URBANO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE.....	79
GT 4: SAÚDE, MEIO AMBIENTE E HUMANIDADES	151
GT 5: RESÍDUOS SÓLIDOS: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES	215
GT 6: FUNDAMENTOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS SUSTENTABILIDADE.....	233
GT 7 TECNOLOGIA EDUCACIONAL	281
GT 8: FORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCENTES.....	393
GT 9: TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE	579
GT 10: JORNALISMO E SOCIEDADE	633
GT 11: VISÃO SISTÊMICA DA INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE EM NEGÓCIOS	665
GT 12: CONSUMO CONSCIENTE.....	720
GT 13: COMUNICAÇÃO POLÍTICA, ELITES E CONHECIMENTO	743
GT 14: JURISDIÇÃO, DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	786
GT 16: VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO.....	903
RESUMOS PIC-PIBID.....	957
RESUMOS INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	991
Referências	1006

GT 1: ASPECTOS ÉTICOS E FILOSÓFICOS PARA PENSAR A BIOSFERA

A BIODIVERSIDADE NO PENSAMENTO FILOSÓFICO

Alessandra Aparecida Pereira Chaves; Maclovia Corrêa da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Programa de Pós-graduação em Tecnologia - PPGTE

Palavras-chave: filosofia; biodiversidade; preservação ambiental.

INTRODUÇÃO

O presente texto fundamenta-se nas teorias de Jay Odenbaugh, referentes à importância da preservação da biodiversidade e sobre a possibilidade de uma crise de extinção, para relacionar questões filosóficas e ambientais. O filósofo menciona as teorias de Sahotra Sarkar para embasar ou contrapor seus argumentos. Para Sarkar é necessário discutir ações de conservação da biodiversidade, sem atribuir valor aos bens naturais. Odenbaugh, ao analisar as teorias de Sarkar, expostas em seu livro *“Biodiversity and Environmental Philosophy”*, evidencia que a biologia da conservação inclui muito de ecologia genética, biogeografia, microeconomia, análise política sistemática e áreas do conhecimento como a filosofia. Questões políticas como dívida com a natureza, trocas e direito ambiental internacional e os acordos comerciais de restauração de áreas degradadas, se interpõem nas reflexões sobre a preservação ambiental, avançando nas concepções das relações da filosofia com a natureza ou meio ambiente para promover melhores entendimentos sobre a dialética dos problemas socioambientais.

Perceber-se-á que seus questionamentos nem sempre são sistêmicos¹, como requerem as discussões sobre o Meio Ambiente, mas servem de base para uma discussão filosófico-ambiental.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo do tempo, se desenvolveram na sociedade humana, várias formas de comunicação, agricultura, tecnologias, governos e ciências. A filosofia, por sua vez, fundamentou, desde as primeiras manifestações dos pré-socráticos, os mais diversos temas da vida cotidiana e também fez importantes indagações sobre a natureza. No entanto, essas

¹ “De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes” (CAPRA, 2006, p. 40 - 41).

indagações, em sua maioria, estiveram ligadas ao funcionamento da natureza e às questões estéticas.

Durante sua história pelo Planeta Terra, o ser humano devastou inúmeras áreas naturais, transformou paisagens e dizimou várias espécies naturais, sem se preocupar com as gerações futuras. A partir da Idade Contemporânea, com os movimentos ambientalistas, filósofos começaram a se preocupar com as consequências das ações humanas sobre o ambiente natural. Durante o século XX, muitos foram os eventos e manifestações mundiais para discutir os problemas socioambientais.

A década de 1970 ocupa uma posição estratégica pelo lançamento de ideias e indagações filosóficas sobre os desafios em continuar a produzir e consumir de modo acelerado e a capacidade de suporte do planeta para atender as demandas. As publicações intituladas *The silent spring* (CARSON²) e *The limits of growth* (MEADOWS³) alertavam os leitores que, caso fossem mantidos os padrões de vida das populações, em 100 anos os níveis de poluição e a exploração de riquezas naturais, combinados, resultariam em um ambiente hostil à vida.

A natureza apresenta limites, e a humanidade, na sua ânsia de consumir e perpetuar a espécie subestima a emergência de análise das novas relações da sociedade com a natureza. Os processos de industrialização, as técnicas e as tecnologias para promover a extração de recursos, processá-los e transformá-los, ampliaram o poder humano de apropriação sobre os bens naturais e alteraram os ciclos de recomposição da fauna e da flora.

Dessas discussões, emergiu um princípio fundamental: a vida dos seres humanos, as demais manifestações de vida e os elementos que compõem a natureza, estão interligados e são dependentes do equilíbrio dos fenômenos naturais. Assim, compete às diversas áreas do conhecimento, reafirmar seu papel enquanto propagadoras dos saberes, que são desenvolvidos para o progresso humano, visando à preservação das espécies vivas, bem como a manutenção dos demais componentes da natureza. Além do progresso econômico, a humanidade necessita progredir rapidamente na preservação dos bens naturais, a fim de garantir que as futuras gerações possam usufruir de um ambiente saudável.

O professor Brandenburg⁴ (1998, p. 54) ressalta que é a partir do momento em que são sentidos “os efeitos do propósito do controle da natureza, [é] que as ciências humanas ou sociais passam a incorporar uma dimensão antes ausente: o meio ambiente no sentido mais amplo”. Isso significa analisar a relação da humanidade com a natureza, que compreende os sistemas naturais modificados pela humanidade e os espaços naturais que incluem a fauna, a flora, os rios, os mares e os fenômenos naturais.

Os problemas ambientais não podem mais ser considerados apenas como sendo da área das ciências naturais, pois a crise ambiental é causada pelos seres humanos, por seus modos de vida na sociedade moderna. Disso resulta que a temática ambiental necessita ser analisada e discutida sob as dimensões políticas, sociais, filosóficas, científicas, tecnológicas e culturais.

² Rachel Carson: bióloga, que se tornou conhecida pelo seu engajamento na conservação da natureza e por chamar a atenção para os problemas ambientais causados pelos pesticidas sintéticos. Seu livro levou à proibição do uso do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano).

³ O casal Dennis e Donella Meadows criou uma "rede de redes" internacional, para os principais pesquisadores, sobre o uso de recursos, preservação ambiental, modelagem de sistemas e sustentabilidade.

⁴ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

Para tanto, é necessário compreender os comportamentos dos seres humanos que se apropriam e utilizam os recursos naturais os vendo como inesgotáveis. A filosofia, cuja preocupação maior é a busca pelos princípios que tornam possível o saber mais reflexivo, crítico e questionador, pode contribuir consideravelmente para as discussões sobre os problemas socioambientais.

O movimento ambientalista se baseia em valores morais e estéticos em relação ao que é certo, e belo. Não é raro, quando se lê as teorias dos mais importantes filósofos, encontrar indagações sobre a beleza e o funcionamento da natureza, porém, as discussões filosóficas ainda são insipientes no que tange as discussões acerca da degradação, recuperação e preservação ambiental.

Diante disso, se torna importante conhecer as teorias filosóficas que estão discorrendo sobre assuntos emergentes e urgentes como os relacionados à interdependência humana das outras formas de vida. Segundo o físico Fritjof Capra⁵ (2006) p. 231, “todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações, a teia da vida⁶. A interdependência [...] é a natureza de todas as relações ecológicas”.

Porém, a visão cartesiana mecanicista e fragmentada, ainda impera em alguns segmentos sociais quando, por exemplo, os animais são tratados como máquinas de reprodução e promoção do bem-estar humano. Outro problema é a falta de diálogo entre as ciências, que deveriam estar tratando os temas ambientais na transversalidade. Guimarães⁷ (2009, p. 97) cita as teorias de Edgar Morin⁸ (1997) quanto à necessidade de uma nova visão para as complexidades socioambientais, a qual denomina “pensamento complexo” que “tem a propriedade de reunir o que está separado”; é “um pensamento que pode conceber o sistema e a organização”; rompe com a ideia linear e propõe a causalidade circular. “onde o próprio efeito volta à causa”; concebe uma circularidade auto produtiva [...].

A possibilidade de uma filosofia para a biodiversidade, sob a ótica do filósofo Jay Odenbaugh.

O professor Jay Odenbaugh⁹ dedica-se a investigar questões fundamentais nas ciências biológicas, além da ontologia de sistemas biológicos, como espécies, comunidades e ecossistemas. As mudanças climáticas e a extinção de espécies também fazem parte de suas preocupações. Em seu artigo “*A Philosophy for Biodiversity?*” (2011a), ele chama a atenção dos leitores para a importância da preservação da biodiversidade¹⁰ e questiona se há ou não uma crise de extinção. Para fundamentar suas afirmações, ele faz referência ao professor

⁵ Físico e teórico de sistemas, diretor-fundador do Centro de Eco alfabetização de Berkeley, na Califórnia.

⁶ “A ‘teia da vida’ é, naturalmente, uma ideia antiga, que tem sido utilizada por poetas, filósofos e míticos ao longo das eras para transmitir seu sentido de entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos” (CAPRA, 2006, p. 44).

⁷ Doutorando do Programa de Pós-graduação de desenvolvimento, agricultura e sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestre em Educação pela Universidade federal Fluminense.

⁸ Antropólogo, sociólogo e filósofo francês, tendo realizado estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia.

⁹ Professor Adjunto do Departamento de Filosofia, Lewis e Clark College.

¹⁰ Entende-se por biodiversidade “o conjunto de espécies animais e vegetais viventes. [...] variedade de genótipos, espécies, populações, comunidades, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região” (PIZZATTO & PIZZATTO, 2009, p. 51).

indiano Sahotra Sarkar que atua na Universidade do Texas, em Austin, cujo objeto de pesquisa é a conservação da biodiversidade.

O livro de Sahotra Sarkar *“Biodiversity and Environmental Philosophy”*, que inspirou as discussões de Odenbaugh, aborda questões epistemológicas e éticas referentes à filosofia ambiental e dá ênfase à conservação da biodiversidade. Ele faz uma crítica às tentativas de atribuição de valor aos bens naturais e defende que sejam introduzidas novas técnicas sociais e políticas, nas questões filosóficas referentes à conservação da biodiversidade. É preciso ir além da ética ambiental e incluir discussões sobre problemas conceituais e epistemológicos nos fundamentos da biologia da conservação¹¹, também denominada por ele, de “gestão da adaptação”. Durante suas argumentações, Sarkar enfatiza que sua preocupação é discutir a conservação da biodiversidade e não temas como poluição ou exaustão de recursos naturais (SARKAR, 2011).

Além disso, o livro aborda temas relacionados à filosofia ambiental e à filosofia da ciência. Inicialmente, ele faz uma minuciosa discussão da razão pela qual se deve preservar a biodiversidade. Isso é muito importante do ponto de vista da ética ambiental, que tem se apoiado em reivindicações normativas, porém, pouco claras em suas reclamações, que por sua vez, são politicamente ineficazes. No que diz respeito à ciência, a biologia da conservação oferece importantes análises sobre questões metodológicas em ecologia¹² e conservação biológica, e enfatiza a seriedade das questões ambientais e as perspectivas de diferentes lugares.

Tendo em vista que a natureza tem um valor intrínseco que deve ser preservado por si só, e não para o suprimento das necessidades humanas, as considerações sobre o valor de transformação da biodiversidade têm grande importância para indagações filosóficas a respeito da natureza. Questões morais se interpõem nos temas em debate, como o valor de demanda, preocupação com a biodiversidade, preferências que atendem a poucos ou muitos indivíduos, a necessidade de reflexão acerca das escolhas, e a interação entre os vários elementos da natureza, incluindo as pessoas.

Quando se analisa questões de natureza moral, dentro dos aspectos da biodiversidade, é difícil definir o que é moralmente superior, pois o ciclo natural da vida pode ser perverso com alguns indivíduos ou grupos, em determinados momentos e espaços específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ânsia de dominar e transformar a natureza, o homem foi desenvolvendo racionalidades que o conduziram a tomar decisões de produção, a fazer escolhas tecnológicas e culturais para alcançar maior conforto, riquezas e poder. O mito do progresso liderado pela industrialização e globalização gerou mudanças de comportamentos sociais, de consumo, e conflitos ambientais. Tornou-se premente que a sustentabilidade socioambiental, a industrialização, o desenvolvimento e o processo de globalização,

¹¹ Biologia da conservação é o “enfoque da biologia que busca entender como perturbações ambientais podem influir na preservação das espécies, comunidades e ecossistemas (PIZZATTO & PIZZATTO, 2009, p. 53).

¹² “Ecologia - palavra proveniente do grego *oikos* (lar) – é o estudo do Lar Terra. Mais precisamente, é o estudo das relações que interligam todos os membros do Lar Terra. O termo foi introduzido em 1866 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, que o definiu como ‘a ciência das relações entre o organismo e o mundo externo circunvizinho’” (CAPRA, 2006, p. 43),

veiculados em redes técnico-científicas e informacionais, aliam-se aos ritmos da natureza. Os avanços teóricos nas diferentes áreas do conhecimento exigem um aprofundamento dos conceitos para a compreensão das diferentes abordagens filosófico-ambientais.

A filosofia pode contribuir com discussões para tomadas de decisões ambientalmente corretas que visem o bem-estar comum, a proteção dos ecossistemas ameaçados pelas atividades antrópicas, e o utópico, porém viável, desenvolvimento sustentável. A partir do momento em que essas discussões transitem pelas correntes filosóficas, em que os debates passem a inserir a temática ambiental como fazendo parte dos saberes humanos que incluem a ética, a estética, a ciência, a política, a história e as culturas, podem-se esperar mudanças na visão humana sobre a importância dos recursos naturais para sua própria existência.

Devido à amplitude da realidade complexa e por seus elementos estarem cientificamente interconectados, a filosofia pode apontar caminhos para discussões acerca das problemáticas ambientais. Tornam-se prementes os questionamentos filosóficos que ampliem as discussões e possibilitem tomadas de decisões socioambientais justas e responsáveis. Sendo assim, buscou-se com esse texto levantar questionamentos acerca desse tema para ampliar as indagações filosóficas acerca da natureza.

REFERÊNCIAS

BRADENBURG, A. **Modernidade, meio ambiente e interdisciplinaridade**. p. 49 – 59, in: Cadernos Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

CAPRA, Fritjof . **A teia da vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

deLAPLANTE, Kevin. Review of the: Biodiversity and Environmental Philosophy: An Introduction. Disponível em: <<http://ndpr.nd.edu/review.cfm?id=10203>> Acesso em: 15 jun 2011.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. *in*: **A questão ambiental: diferentes abordagens**. CUNHA, Sandra Baptista da. GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ODENBAUGH, Jay. **A Philosophy for Biodiversity?** Disponível em: <<http://legacy.lclark.edu/~jay/A%20philosophy%20for%20bi>>. Acesso em 28 abril 2011a

PIZZATTO, Luciano. PIZZATTO, Raquel. Dicionário socioambiental brasileiro. Curitiba: Tecnodata Educacional, 2009.

SARKAR, Sahotra. **Biodiversity and Environmental Philosophy**. Disponível em: <http://bilder.buecher.de/zusatz/21/21782/21782778_vorw_1>. Acesso em 16 jun 2011.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: URGÊNCIA DE NOVO PARADIGMA FRENTE À CRISE AMBIENTAL

Angela Ceni Davoglio Pereira; Dr^a. Nilvania Aparecida de Mello
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional,
Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional

Palavras-chave: meio ambiente, desenvolvimento sustentável, crise ambiental.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna inicia a se preocupar com a crise ambiental após a 2ª guerra mundial, quando o crescimento econômico atinge níveis jamais experimentados, o que por consequência resulta em uma crise ambiental nas mesmas proporções.

O presente resumo expandido tem por escopo uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, percorrendo um breve histórico das transformações ocorridas durante os primórdios da sociedade humana e as primeiras tentativas de se estabelecer um ponto de equilíbrio entre o meio ambiente e desenvolvimento econômico. Posteriormente, uma breve análise sem a intenção de esgotar o tema sobre o conceito de desenvolvimento sustentável introduzido pela Comissão Brundtland de 1987, identificando se estes aspectos são suficientes, ou se faz necessário um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para enfrentarmos a crise ambiental.

2. Prolegômenos da crise do desenvolvimento econômico-ambiental-social

Por meio de revisão de literatura, o presente resumo aborda os prolegômenos da crise do desenvolvimento econômico-ambiental, identificando o conceito de desenvolvimento sustentável, pelo viés econômico, social e ambiental, e se isto é suficiente para combater a crise ambiental vivenciada por nossa sociedade.

A relação entre homem e natureza nos primórdios da vida humana era pacífica vez que os humanos eram nômades e sobreviviam da caça e coleta em pequenos grupos, não existindo o conceito de propriedade privada da terra. Na medida em que os recursos restavam escassos eles partiam para outras localidades possibilitando a recuperação natural da terra explorada (SETTE, 2013).

A partir do surgimento da agricultura, esse sistema vai deixando de existir progressivamente, ocasionando com o passar dos anos profundas alterações no sistema ecológico, vez que o homem “ao promover a especialização da flora e da fauna, transgrediu as leis fundamentais do funcionamento dos ecossistemas: diversidade, resiliência, capacidade de suporte e equilíbrio” (GUIMARAES, 2001, p. 52).

Nos séculos XVI e XVII, outra grande alteração se dá através da revolução científica, “quando ocorre a passagem do paradigma organicista, que prevalece até a Renascença, para o paradigma mecanicista, de predominância físico-matemática, emergente na primeira metade do século XVII” (SASS, 2008, p. 46-47).

A principal consequência advinda da revolução científica é que a concepção do homem sobre a natureza é alterada, e isto, influenciou demasiadamente a relação entre

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

homem e meio ambiente, quando da “mecanização da ciência” (CAPRA,1982). Neste novo campo de visão baseado no desenvolvimento científico, o homem transpõe a natureza e passa a utilizá-la em benefício próprio (SASS, 2008).

Cabe ressaltar, que através da revolução científica, surge o pensamento moderno, que para Sass (2011) galgado no empirismo de Bacon e no racionalismo de Descartes, trazem como consequência uma simplificação e um fracionamento do pensamento, sendo que o homem moderno “busca novas utilidades na exploração da natureza, reduzida a simples objeto” (SASS, 2011, p. 49).

Dessa maneira, o período da modernidade, é marcado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, que impulsionaram a economia de forma global através do consumo exigido pelo excedente de produção, de um sistema capitalista, que se apropriou do meio ambiente, gerando grande riqueza para os países desenvolvidos e grande pobreza nos países tidos como não desenvolvidos, sem considerar as externalidades dessas ações (BOFF, 2012).

No século XX, as consequências deste consumismo acerbado restam mais evidentes, e pode-se afirmar que o pós-guerra deu início a uma maior preocupação com o meio ambiente, decorrente de uma forte fase de desenvolvimento que acarretou danos de grande monta em inúmeros países, como a poluição de rios, efeito estufa, chuva ácida, inclusive tomando proporções internacionais em certos casos (BARBIERI, 1997).

O que se percebe é que o modo de produção capitalista se expande nesse período e se fortalece com a globalização, que deve ser entendida como “um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2003, p. 26).

Esse sistema gerou e está gerando uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, considerada como um verdadeiro colapso. Guimaraes (2001) considera a crise ambiental como o “esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (GUIMARÃES, p. 51).

Neste contexto, se fez necessário que Organização das Nações Unidas, em 1972, através da pressão internacional, realizasse a primeira Convenção sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo-Suécia, que teve como resultado a Declaração sobre Meio Ambiente Humano, onde se percebe a fase embrionária do conceito de desenvolvimento sustentável (PHILIPPI E ALVES, 2005).

Posteriormente, e aprofundando a temática a Comissão Brundtland (Comissão Mundial da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento), com a entrega do relatório denominado de Nosso futuro em Comum (1987), o termo eco desenvolvimento foi substituído por desenvolvimento sustentável, e definido como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Leff (2012) indica que a partir do relatório Nosso Futuro Comum, se iniciam as tratativas entre as nações com objetivo de propiciar “estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e como condição para a sobrevivência do gênero humano [...]” (LEFF, 2012, p. 19).

Contudo, da análise do conceito de desenvolvimento sustentável, surgem inúmeras interpretações, sendo que não existe consenso sobre o tema, principalmente por ser uma locução “desenvolvimento sustentável” polissêmica. (MACHADO, 2014; LEFF, 2012; RAYNAULT, 2006).

Porém, Boff (2012), ao invés de conceituar o que significaria sustentabilidade, conceitua o que não seria, *in verbis*:

Em conclusão podemos dizer: pouco importa a concepção que tivermos de sustentabilidade, a ideia motora é esta: não é correto, não é justo nem ético que, ao buscarmos os meios para nossa subsistência, dilapidemos a natureza, destruamos biomas, envenenemos os solos, contaminemos as águas, poluamos os ares e destruamos o sutil equilíbrio do Sistema Terra e do Sistema Vida (BOFF, 2012, p. 64).

Neste diapasão, seria o desenvolvimento sustentável suficiente para enfrentarmos a crise ambiental?

2.1. Desenvolvimento sustentável: urgência de novo paradigma frente à crise ambiental?

A crise ambiental infelizmente é uma realidade que mesmo negada por alguns, é evidente. As mudanças climáticas, o desmatamento, a erosão dos solos, do acúmulo de resíduos sólidos a poluição do ar e das águas sem precedentes é facilmente percebível por qualquer pessoa.

Na tentativa de estabelecer critérios para que o crescimento econômico (desenvolvimento) não extinga a biodiversidade terrestre e, dessa forma seja possível perpetuar a espécie humana, conceituou-se que este crescimento econômico deveria ser sustentável.

Raynaut (2004) evidencia que existem várias interpretações do termo desenvolvimento, porém entre as principais, temos a **corrente econômica, social e ecológica**, que serão brevemente analisadas a seguir:

A linha **econômica** se baseia nas seguintes ideias pautadas pela economia de mercado neoliberal: através dos instrumentos econômicos de regulamentação como o usuário-poluidor-pagador, onde os custos ambientais integram os cálculos do processo de produção, a degradação ambiental será paulatinamente reduzida; a ciência e a tecnologia serão capazes de encontrar opções alternativas para o uso de energia e de matérias primas renováveis; (RAYNAUT, 2006).

Resta evidente que este paradigma de sustentabilidade econômica, somente serve ao próprio mercado, que através da escassez dos recursos, sempre cria novos mercados. Por esta razão, o paradigma de desenvolvimento sustentável econômico utilizado pela sociedade contemporânea, não demonstra a eficiência a que se propõe até o presente momento.

A segunda corrente a ser analisada é a do desenvolvimento sustentável através do viés **ecológico**, que assevera “o bem-estar do ser Humano e a sobrevivência ao longo prazo das sociedades humanas acham-se condicionadas, sobretudo, pela preservação dos sistemas físico-naturais” (RAYNAUT, 2006, p. 15).

Essa corrente indaga que de nada serviria ao homem, possuir bens capitais, se não existissem locais habitáveis no planeta. Apesar de considerar que a ciência e a tecnologia poderão um dia resolver os problemas oriundos da crise ambiental perpetuada e, que às vezes a economia pode ser útil no controle das ações da humanidade, advoga que “os ecossistemas obedecem a suas próprias dinâmicas e próprios ritmos temporais [...] sendo que alguns danos são irreparáveis” (RAYNAUT, 2006, p. 15).

Outrossim, “políticas públicas de proteção do ambiente, acompanhadas de uma educação ambiental destinada a fazer mudar os comportamentos individuais são instrumentos de uma estratégia que busca sustentabilidade”, sendo certo que evitar “a

redução do ritmo de crescimento demográfico é um pré-requisito para qualquer estratégia global” (RAYNAUT, 2006, p. 16). Esta corrente, apesar dos avanços, se limita a preservar o meio ambiente de forma que inverte a hierarquia hoje ocupada pelo homem em detrimento do meio ambiente (RAYNAUT, 2006).

Para Leff (2002) a questão ambiental não pode ser vista apenas por um viés onde o meio ambiente ou homem sejam seus protagonistas, se deve “valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza” (LEFF, 2002, p. 57).

Por último, a corrente **social** do desenvolvimento sustentável advoga que para pensar a sustentabilidade é necessário pensar pela perspectiva do homem em detrimento ao meio ambiente, vez que a crise ambiental não é oriunda da atividade antrópica no meio ambiente, vez que o planeta naturalmente se modifica, devendo a preocupação do desenvolvimento sustentável ser voltada para erradicação da pobreza das desigualdades e da justiça social como “fatores de riscos para o indivíduo bem como de desestabilização e de conflitos para as sociedades” (RAYNAUT, 2006, p. 17).

Para esta corrente, a busca pela preservação ambiental decorre diretamente da nossa necessidade de habitar o planeta, sendo que devemos zelar em primazia pela sustentabilidade das “sociedades humanas e de seus membros” (RAYNAUT, 2006, p. 17).

Outrossim, a corrente social imputa à corrente econômica, guiada pelo por liberalismo econômico, as razões para maior fragilidade das sociedades humanas, uma vez que enfraquecem os mais pobres, criando maiores desigualdades e tragédias ambientais. “A falta de sustentabilidade ecológica e social seria então a consequência das relações capitalistas” (RAYNAUT, 2006, p. 18).

Conforme supramencionado, o paradigma social também não seria o paradigma a ser seguido, apesar da crítica ao paradigma econômico, mantém sua base nas necessidades do homem em confronto com o meio ambiente.

Chegamos a uma encruzilhada. Seria possível um novo paradigma substituir os paradigmas: econômico, ecológico e social; haja vista que ambos não conseguem harmonizar nossa relação com o meio ambiente, mantendo a dicotomia homem-natureza?

Para Leff (2002) a crise ambiental é consequência da sociedade moderna que através do pensamento cartesiano individualizou a ciência e fracionou o conhecimento em disciplinas isoladas, o que nos leva a uma crise da civilização moderna. Através desta proposição, se utilizando da lógica, o processo para reorganizar nossa sociedade se dará através da imbricação dos conhecimentos, por meio da interdisciplinaridade.

Contudo, não podemos nos utilizar das mesmas bases que desenvolveram o conceito de desenvolvimento sustentável, vez que dessa forma, estaríamos andando em círculos. Necessitamos de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável.

Leff (2002) propõe que inicialmente se transforme nosso racionalismo econômico em uma racionalidade ambiental, através do conhecimento conjunto das ciências, uma vez que os problemas ambientais são complexos se fazendo necessária uma interligação das ciências através da interdisciplinaridade.

Neste sentido, Raynaut (2004, p. 27) observa que “pensar o desenvolvimento humano, levando em conta suas implicações no domínio do meio ambiente, traz necessariamente consigo a exigência da interdisciplinariedade.”

Outrossim, a tecnologia, base da racionalidade econômica, necessita ser transformada em uma “ecotecnologia” que se utiliza de uma “racionalidade ambiental” baseada tanto na “produtividade ecológica, tecnológica e cultural do manejo integrado dos recursos produtivos” e que “não esta sujeito a logica de economias concentradoras de

poderes centralizados e da maximização de lucros de curto prazo, abrindo a via para um desenvolvimento igualitário, sustentável e sustentado” (LEFF, 2002, p. 89-90).

Leff (2002) ressalta que para que funcione essa imbricação de conhecimentos em prol da sustentabilidade, se faz necessário uma nova epistemologia, onde o saber ambiental possa transformar os paradigmas atuais, contudo, isto não significa dizer, apenas incorporar a dimensão ambiental nas outras ciências. “O saber ambiental [...] se gesta através da transformação de um conjunto de paradigmas do conhecimento e formações ideológicas, a partir de uma problemática social que os questiona e os ultrapassa” (LEFF, 2002, p. 163).

Com isto, tem-se que o saber ambiental, galgado na racionalidade ambiental, integra a ecotecnologia e se faz desenvolver através do entrecruzamento das diversas ciências, deve progredir para um dialogo de saberes, onde os conhecimentos tradicionais tenham voz e compartilhem sua riqueza.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental em nossa sociedade ocidental é combatida com as mesmas armas que as originou. A ideia ilusória do desenvolvimento sustentável como paradigma capaz de preservar a vida no planeta, somente intensifica a crise, gerando uma espécie de anestesia social.

Destarte, a crise ambiental somente poderá ser efetivamente combatida, com a ruptura dos nossos paradigmas atuais, como a nossa fé cega nas ciências, na racionalidade econômica, na fragmentação e hiperespecialização das disciplinas.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade o que é e o que não é**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. 2 ed. Tradução de Our common future. 1987. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>> Acesso em 3 jul 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Uma Introdução ao Direito Ambiental: Conceitos e Princípios**. In: Arlindo Philippi Jr; Alaôr Caffé Alves. (Org.). **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. 1º ed. Barueri, SP: Manole, 2005, v. 1, p. 3-26.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos da globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-94.

GUIMARÃES, R. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento**. In: VIANA, G; SILVA, MARINA; DINIZ, N. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p: 43 a 68.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. 2 reimpressão. Revista. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth. 9. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2014.

RAYNAUT, Claude. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004.

_____. **Atrás das noções de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável: questionando algumas representações sociais**. Conferência No Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE/UFPR, agosto de 2006. [mimeo] 21p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos da globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). A globalização e as ciências sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-94.

SASS, Liz Beatriz. **Direito e natureza – (re)construindo vínculos a partir de uma ecocidadania**. Curitiba: Juruá, 2008.

SETTE, Marli Teresinha Deon. **Manual do Direito Ambiental**, 2ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Germano Bruno Afonso
 Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História,
 Cultura Afro-Brasileira e Indígena do Centro Universitário Internacional UNINTER.
 Prof. do Programa de Mestrado em Educação e Novas Tecnologias.
 Centro Universitário Internacional UNINTER.

Cândida Dolores Antunes Varela; Karina Lucia de Freitas Vassoler;
 Kátia Regina de Almeida Foggiatto; Luiz Arthur da Conceição;
 Yuri Berri Afonso.
 Mestrandos do Programa de Mestrado em Educação e Novas Tecnologias.
 Centro Universitário Internacional UNINTER.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, Educação ambiental, Sustentabilidade, Conhecimentos Tradicionais

INTRODUÇÃO

Os índios da Amazônia ainda utilizam o conhecimento astronômico ancestral para determinar seu calendário e programar, entre outras coisas, a melhor época para plantar, colher, caçar, pescar e realizar seus rituais religiosos.

No entanto, os próprios xamãs admitem que suas previsões não são mais exatas, já que as chuvas se antecipam ou se atrasam e os rios vazam ou enchem fora do tempo previsto. O curioso é que eles mesmos culpam as mudanças climáticas por essas diferenças. Utilizando cálculos astronômicos e informações recolhidas por estações meteorológicas conseguimos ajudá-los a ajustar seus calendários, melhorando suas previsões.

Atualmente, mesmo a população das grandes cidades já percebe algum impacto das mudanças climáticas, por exemplo, a existência de flores de primavera em pleno inverno.

Nosso objeto de estudo foi observar as plantas que estavam florindo e/ou floridas em pleno inverno, para verificar se as mudanças climáticas de fato influenciam no período de floração das espécies sazonais, pois as observações e explicações dessas influências auxiliam na Educação Ambiental.

DESENVOLVIMENTO

Os fatores climáticos que mais afetam as plantas são a precipitação pluviométrica e a temperatura. Através de dados meteorológicos fornecidos pelo INMET/BDMEP, para esta pesquisa, verificamos que tanto a precipitação como a temperatura, na média anual, estão aumentando em Curitiba, PR.

Para verificar os impactos das mudanças climáticas nas plantas, inicialmente fotografamos, catalogamos e estudamos várias espécies, que estavam floridas no início mês de agosto, em pleno inverno.

Constatamos que a maior parte dessas espécies eram flores de primavera e não de inverno. Alguns exemplos dessas espécies, originárias do Brasil, que floriram no inverno, ao invés da primavera, são: Ipê Amarelo (*Tabebuia chrysotricha*), Manacá da Serra (*Tibouchina mutabilis*), Petúnia (*Asterídeas*) e Hortências (*Hydrangea macrophylla*).

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Em 25 de setembro de 2015, realizamos uma visita ao Horto Estadual do Guatupê, ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, para obtermos informações sobre os impactos das mudanças climáticas nas plantas, de pessoas que trabalham diretamente com elas.

Fomos recebidos e atendidos pelos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, Terezinha Camila Scrippe, há 32 anos dedicados ao laboratório de sementes e Odair Antônio Alves Pereira, há 26 anos na função de coleta de sementes.

Em conversa informal, esses dois especialistas nos informaram o seguinte:

“Há mais de dez anos, na época boa de colheita, as sementes perdiam no máximo 3% e hoje a perda começa em 10% como a espécie Pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha* (Mart.)), que faz parte da Mata Atlântica. O tempo certo da colheita era no começo de outubro, mas agora adiantou bastante o seu ciclo, pois temos que coletar em setembro. Tanto que não tem mais fruto, já acabou. Estamos observando que nos últimos dez anos as sementes vêm caindo de qualidade se comparado com antigamente. Parece que estão mais fracas. Por exemplo, quando abro as vagens observo que as sementes estão em menor quantidade e não se desenvolveram de forma homogênea. Muitas estão amadurecendo dentro da “bainha” (vagem). Observamos que algumas sementes secam antes da hora, trazendo prejuízo na coleta.

As outras espécies afetadas são a cereja (*Prunus avium*), pitanga (*Eugenia uniflora* L.), guavirova (*Campomanesia xanthocarpa*), uvaia (*Eugenia pyriformis*), que deveriam ser coletadas em novembro, mas foram agora, em setembro. Algumas destas nem chegam a madurar no pé e caem antes do tempo. Por exemplo, os frutos da cereja estão dando fora de época e muitos se estragam. O prejuízo na coleta da semente é muito grande. Mas, a semeadura aqui no IAP não foi prejudicada, porque as sementes são colocadas em estufas. Percebemos que a pitanga, cereja e uvaia não estão se desenvolvendo mais como antes. Por exemplo ainda estão miudinhas na árvore, mas já estão caindo. O fruto não está se desenvolvendo direito. Eram para cair em novembro. As sementes de uvaia também não chegam a madurar, caem do pé antes da época. A cereja era para madurar em novembro, hoje já estão caindo do pé quase dois meses antes. Não encontramos nenhuma semente de Angico (*Anadenanthera falcata* (Benth.) Speg.), este ano na época que deveria ser colhida, lá em Bocaiuva do Sul, PR. Principalmente as sementes das árvores frutíferas que estão mais comprometidas. Não tenho dúvida, mas estas mudanças estão acontecendo por causa do clima. Tenho que dizer que os pássaros também são afetados. Lá no nosso escritório observava que todos os meses de novembro nasciam os filhotes de sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), aquele de peito amarelo, mas agora, no início de setembro já tem filhote. Estão dois meses adiantado. Percebemos que os animais comem o que tem, inclusive broto de madeira. Os frutos comestíveis para os animais já estão amadurecendo com deformidades. Por exemplo: a canela (*Cinnamomum verum*) e a imbuia (*Ocotea porosa*) nem maduram e os pássaros já estão se alimentando delas, por causa da falta de frutos, que não tem. Os frutos eram para amadurar em outubro e estão amadurecendo em setembro. A tapiá (*Crateva tapia*) também adiantou muito a coleta de sementes mais ou menos de quinze a vinte dias. Quer dizer que está antecipando e tem fruto que não está amadurecendo. Se não tivermos um inverno na época certa não vai mais endireitar. E percebemos que as chuvas estão na época errada e isto afeta diretamente nas sementes que nascem fracas.

As coletas estão sendo prejudicadas por causa das mudanças do clima. As sementes coletadas, que perdem o poder generativo rápido, precisam ser plantadas para não ter perda. Também vejo que afeta a fauna por causa dos pássaros. Além das sementes estarem

antecipando devido a mudança no clima, os pássaros estão comendo antes do tempo e não conseguimos coletar.

Todas as plantas estão tendo diferença na coleta e a humidade dentro da mata também está mudando.”

Essa transformação na natureza é reflexo da sociedade capitalista na qual vivemos, muitas vezes desigual e insensível. Destacamos a importância da criação de novos valores humanos, para que assim consigamos cooperar uns com os outros e somar esforços para amenizar os impactos do homem no ambiente. A formação de estudantes críticos e participativos pode parecer utópico, porém, é uma possibilidade.

Como consequência de um inverno com flores e pássaros da primavera, teremos uma primavera com menos flores e menos pássaros cantando: uma *primavera silenciosa*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto educacional é importante salientar que as informações contidas nos materiais didáticos e paradidáticos, não atualizados, de Educação Ambiental, necessitam de uma atenção especial, pois as mudanças climáticas alteram o comportamento da flora e da fauna local, por exemplo.

Pretendemos construir um “website” para pesquisar os impactos das mudanças climáticas a nível nacional, juntamente com os alunos de Ensino a Distância (EaD) do Curso de Pós-Graduação em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, distribuídos nos diversos polos da UNINTER, localizados em várias cidades do Brasil.

Com previsões mais exatas, as comunidades tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas, seguirão confiando em sua capacidade de interpretar os movimentos dos astros e das estrelas, bem como em seus conhecimentos tradicionais, melhorando a sua sustentabilidade e sem se afastarem de suas culturas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, G. B. Climate Change Disrupts Astronomical Calculations for Amazon Indians.

EFE, 2013. Disponível em:

<http://latino.foxnews.com/latino/entertainment/2013/04/01/climate-change-disrupts-astronomical-calculations-for-amazon-indians/>

CARSON, R. Primavera Silenciosa. Editora Gaia, São Paulo, 2010.

DIAS, G.F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª edição, São Paulo: Gaia, 2004.

MONTEIRO, J. E. B. A. (Org.). Agrometeorologia dos Cultivos: O Fator Meteorológico na Produção Agrícola. Brasília, DF; Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, 2009.

Nature Climate Change, 2015. Disponível em: <http://www.nature.com/nclimate/index.html>

PLANTAS MEDICINAIS E SUSTENTABILIDADE: (RE)CONHECIMENTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE EM COMUNIDADES DA AMAZÔNIA, NA GESTÃO DA APA ALGODOAL-MAIANDEUA

Márcia Joana Souza Monteiro¹; Wagner Luiz Ramos Barbosa²

¹Professora Bolsista no PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, no curso LCN – Licenciatura em Ciências Naturais, pela UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

Mestre pelo PPGEDAM - Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do NUMA - Núcleo de Meio Ambiente da UFPA - Universidade Federal do Pará

²Professor Associado IV na FCF - Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Orientador no PPGCF - Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas e no PPGEDAM – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do NUMA - Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará

barbosa@ufpa.br

Palavras-chave: Conhecimento Tradicional. Biodiversidade. Gestão ambiental. Plantas medicinais. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou responder ao seguinte problema: qual a contribuição que o conhecimento, da população local, associado às plantas medicinais pode trazer para a gestão da APA Algodual-Maiandeuá? A hipótese considerada foi que o registro e sistematização das informações dos saberes e fazeres sobre plantas medicinais atribuirá o devido valor a estas práticas, reconhecendo a importância da sua inserção na elaboração do plano de manejo, bem como da inclusão oficial de plantas medicinais na atenção à saúde da população local. Portanto, o objetivo do presente estudo consistiu em: contribuir para a gestão da APA Algodual-Maiandeuá a partir do registro e sistematização das informações de uso e conhecimento da população local sobre plantas medicinais.

Para tanto, foram empregadas variadas técnicas em uma configuração múltipla de pesquisa qualitativa e quantitativa, com a efetiva participação das comunidades, a partir de dois anos de interações que envolveram observação participante, rodas de conversas, capacitação, caminhadas com moradores pelas trilhas de acesso às comunidades, viagens pelos rios e furos, registros fotográficos e entrevistas com mais da metade das famílias da área estudada. É válido ressaltar que esta interação não teve início com este estudo, pontualmente, e sim com a vivência e convivência da pesquisadora nesta área há mais de duas décadas.

Os resultados obtidos corroboraram as hipóteses levantadas e permitem anunciar que a temática abordada condiz com os objetivos estabelecidos para o estudo, apontando para as contribuições pretendidas no que concerne à gestão da unidade de conservação de uso sustentável. Sugere-se, portanto, uma especial atenção dos órgãos responsáveis pela gestão da APA Algodual-Maiandeuá para as informações sistematizadas contidas neste trabalho, tanto quando da elaboração do plano de manejo, quanto para a possibilidade de instituição da Política Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PMPMF) do município de Maracanã, no Estado do Pará.

Fundamentação teórica

O conceito de modo de vida envolve a construção da vida cotidiana e cultural que, como observa Waldman (2006), é a forma das sociedades e comunidades construírem sua vida, não apenas no sentido biológico, mas especialmente no sentido cultural, que traz em seu cerne valores e preferências nas decisões individuais e coletivas. Deste modo, pontua-se o conceito de conhecimento tradicional, definido por Diegues e Arruda (2001), como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido de geração em geração, por meio da oralidade. O conhecimento e o conhecimento tradicional comportam tanto o conhecimento empírico/técnico/racional como o simbólico/mitológico/mágico, que ao mesmo tempo é uno e duplo ou, como definido por Morin (2008), unidual.

Nesta perspectiva de formação da cultura e de conhecimento tradicional, é pertinente considerar uma convergência das políticas de meio ambiente e de saúde, assim como das ações de arranjos locais, assegurando a participação e contribuições orientadas nos conhecimentos e práticas da população local, desde o planejamento (MONTEIRO; NÓBREGA, 2008). Como resultado pode-se esperar, por exemplo, a definição de áreas prioritárias para proteção integral, bem como a definição de aspectos da flora local como riqueza específica, espécies raras, endêmicas e espécies ameaçadas de extinção, para a composição do Plano de Manejo da área (AMARAL *et al.*, 2009), documento primordial para orientar as ações de manejo, as quais devem estar alinhadas com as aptidões e necessidades reais da população maiandeuense.

Ademais, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) estabelece diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações, pelos diversos parceiros, em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos no país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde (BRASIL, 2006.). Para enfatizar o exposto, Barbosa (2009) assegura que a informação popular é colocada pela pesquisa etnoorientada como um importante referencial para os experimentos e desempenha um papel importante no desenvolvimento de medicamentos herbáceos.

Metodologia Utilizada

Caracterização da área estudada

A APA Algodual-Maiandeuá (figura 1) situa-se no litoral nordeste do Estado do Pará, na microrregião geográfica do salgado entre as coordenadas geográficas aproximadas de 00° 34' 45" a 00° 37' 30" de Latitude Sul e 47° 32' 05" a 47° 34' 12" de Longitude (W.Gr.); limita-se com o oceano Atlântico ao Norte, com o furo do Mocooca ao Sul, com o rio Maracanã a Leste e com o rio Marapanim a Oeste (LOBATO, 1999). Abrange uma área de 2.378 ha, sendo 385 ha da ilha de Algodual, contendo a vila de Algodual, a praia da Princesa e uma área com mangues, restingas e dunas; e 1.993 ha da ilha de Maiandeuá, onde localizam-se os vilarejos de Fortalezinha, Mocoóca e Camboinha e as localidades de Camaleão, Passagem e Pedra Chorona, assim como, praias e uma vasta área de mangue, além de áreas de terra firme com vegetação alterada (LOBATO, *op. cit.*). O motivo pelo qual são consideradas duas ilhas fundamenta-se por uma separação da área física ocasionada pelo "Furo Velho", um furo intermitente assim denominado.

Figura 1 - Imagem de satélite da área estudada



Fonte: adaptado de SEMA - PARÁ, 2010.

Em síntese, a ilha oceânica de Maiandeuá possui, além da sua vasta paisagem natural e um harmônico conjunto de flora e fauna, uma diversidade cultural - modo de vida das comunidades caboclas e suas características – que a transformam em uma região peculiar. A sociobiodiversidade existente na região está vinculada às características das comunidades, consideradas como tradicionais, que se destacam pela forte ligação com a natureza, a história com o território que ocupam e a vinculação entre os membros por particularidades culturais próprias.

Métodos e técnicas: caminhos para uma aproximação à realidade

Considerou-se de fundamental importância que, na busca de conhecimento sobre o homem e sua vida, se adotasse uma metodologia informada por uma teoria sobre a própria natureza deste homem. Uma metodologia capaz de contribuir na formulação das categorias subjetivas da teoria sociológica como justiça, confiança, liberdade, comunidade e propósito, pois como pondera Haguette (2005), estes são aspectos essenciais para a natureza da sociedade. A partir destas premissas acima mencionadas, os dados para este estudo foram coletados em pesquisas quantitativa e principalmente qualitativa, realizadas de modo interativo durante todo o processo de investigação (DENCKER,1998).

Dencker (1998) enfatiza, ainda, que a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela utilização de metodologias múltiplas, onde as mais utilizadas são a observação, participante ou não, a entrevista em profundidade e a análise de documentos. Pelo exposto, a pesquisa de campo que contemplada neste trabalho foi realizada por meio de dois destes métodos/técnicas, quais sejam: observação participante e entrevista, onde para este último foram utilizados formulários semiestruturados como instrumento, visando combinar certo grau de quantificação à observação. Tanto as observações, quanto as entrevistas foram

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

aplicadas nas quatro comunidades que constituem a APA Algodoal-Maiandeuá, que são Algodoal, Camboinha, Fortalezinha e Mocooca.

Resultados obtidos

Para as comunidades de Mocoóca e Camboinha, as quais citaram quarenta e cinco e cinquenta e duas espécies, respectivamente, foram elencadas as plantas medicinais mais indicadas nas comunidades. Para Algodoal e Fortalezinha, que citaram cento e dezoito e cento e vinte e três tipos de plantas medicinais, respectivamente, foram elencadas as com maior frequência de citação em cada comunidade. O valor de referência utilizado é o número de indicação de todas as plantas em cada comunidade.

Em Mocoóca, obteve-se o total de oitenta e cinco indicações, distribuídas entre um total de quarenta e cinco plantas medicinais citadas. Conforme citações de nove das dezoito famílias entrevistadas, os moradores de Mocoóca utilizam amplamente o manjeriço (*Ocimum basilicum* L.), espécie que alcançou a maior frequência entre as mais citadas pelos comunitários, ao passo que os comunitários de Camboinha tradicionalmente utilizam a verônica (*Dalbergia monetaria* L.) com muito mais frequência do que em Mocoóca. A mais citada entre as plantas medicinais, a verônica alcançou quatorze das oitenta e cinco indicações das vinte e cinco famílias entrevistadas em Camboinha, comunidade na qual obteve-se um total de cento e dezesseis indicações, distribuídas para cinquenta e duas plantas medicinais citadas.

Algodoal obteve um total de oitocentas e trinta e oito indicações, distribuídas em cento e dezoito plantas medicinais citadas, dentre as quais a espécie medicinal jucá (*Caesalpinia ferrea* M.) obteve indicação de quarenta e oito famílias, figurando como a mais utilizada. Igualmente, o jucá (*Caesalpinia ferrea* M.) é a espécie mais utilizada em Fortalezinha, citada vinte e oito vezes dentre as sessenta e uma famílias entrevistadas. Obteve-se quatrocentas e sessenta e três indicações, distribuídas para um total de cento e vinte e três plantas medicinais citadas pelas famílias de Fortalezinha.

A população da área protegida, APA Algodoal-Maiandeuá, utiliza estes vegetais com uma maestria que lhe é peculiar, pois além das espécies que ocorrem naturalmente nos ecossistemas da ilha, outras espécies foram e continuam a ser introduzidas em seus quintais para que, quando necessário, possam ser acessadas e usadas em suas práticas de cura. Entretanto, há uma forte preocupação das pessoas mais antigas quanto à manutenção e disseminação dos conhecimentos e usos de plantas medicinais, já que as gerações mais recentes não demonstram grande interesse pelo assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do registro e sistematização das informações dos usos e conhecimentos sobre as plantas medicinais mais utilizadas na APA Algodoal-Maiandeuá, observou-se que há uma relevante aproximação quanto ao uso das espécies medicinais, pois a maioria das plantas utilizadas para fins terapêuticos se repete nas quatro comunidades. Todavia, a diversidade está presente, pois avaliando-se *per se* cada comunidade foi possível observar a rica diversidade biológica e cultural existente e isto longe de ser um problema é uma possibilidade de implementação de novas formas de proteção da natureza. Portanto, para que as políticas públicas ambientais alcancem os seus propósitos, é necessário que todos os segmentos sociais tenham consciência do seu potencial real de contribuição, pois os

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

governos devem ceder poder decisório à população, atualmente excluída desse processo, sem deixar de considerar os interesses dos demais setores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. D. et al. Conservação da flora litorânea. In: JARDIM, M. A. G. (Org.). **Diversidade biológica das áreas de proteção ambiental**: Ilhas do Combu e Algodoal-Maiandeuá - Pará, Brasil. Belém: MPEG, MCT, CNPq. 2009. p. 359-379. (Coleção Adolpho Ducke).

BARBOSA, W. L. R. Aproveitamento farmacêutico da flora com instrumento de preservação cultural e ambiental. In: BARBOSA, W. L. R. (Org.). **Etnofarmácia**: fitoterapia popular e Ciência farmacêutica. Belém: UFPA/NUMA, 2009. p. 23-30.

BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas medicinais e Fitoterápicos – PNPMF**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://www.protec.org.br/arquivos/galeria/Katia_Torres.pdf>. Acesso em: 24 de Ago. de 2011.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e Técnicas de pesquisa em turismo**. 7. ed. São Paulo: Futura, 1998. 286p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001. 176 p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 224 p.

LOBATO, C. (Coord.). Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM. **Plano de desenvolvimento ecoturístico da área de proteção ambiental de Algodoal-Maiandeuá**. Belém, 1999. 99p.

MONTEIRO, M. J. S.; NOBREGA, W. R. M. Gestão ambiental em unidades de conservação: reflexões e proposta acerca das instalações (eco) turísticas na Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, Maracanã-Pará. **Caderno Virtual de Turismo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 8, n. 3. p. 67-85, 2008.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 76 p. (Coleção Idéias Sustentáveis).

WALDMAN, M. **Meio ambiente & Antropologia**. São Paulo: Senac, 2006. 232p. (Série Meio Ambiente 6).

RELAÇÕES ENTRE HOMEM E NATUREZA: UMA ABORDAGEM SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Charlane Larissa Dresch Carletto; Hieda Maria Pagliosa Corona
 UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Pato Branco
 PPGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Palavras-chave: Interdisciplinaridade - sustentabilidade - modernidade reflexiva.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento da sociedade que é marcado por uma considerável crise ambiental, onde a Educação Ambiental aparece como meio para compreender de forma articulada a problemática tanto ambiental como social. Essa crise tem divisão disciplinar do conhecimento, portanto, faz-se necessário a interdisciplinaridade, discutido por Claude Raynaut (2004), bem como, da sustentabilidade Leonardo Boff (2012). Nesse sentido, o resumo vai ao encontro do que Enrique Leff (2001, 2010) discute em relação ao saber ambiental e racionalidade ambiental, partindo da ideia do paradigma complexo, ou seja, da reforma do pensamento, abordado por Edgar Morin (2005).

Sobretudo, o presente resumo objetiva apresentar reflexões acerca da Educação Ambiental (EA), enquanto processo educativo, isto é, da formação da cidadania numa sociedade de risco, a partir de conceitos abordados por Ulrich Beck (1997) e Anthony Giddens (1991) tais como: modernização reflexiva e autoconfrontação. Considerando a Educação Ambiental como potencial transformador das relações sociais, possibilitando a construção de uma cidadania ambiental, por meio de práticas interdisciplinares, e, portanto, fomentando a interdisciplinaridade entre relações homem e natureza. O trabalho em questão é um recorte de um estudo mais amplo - desenvolvido como requisito de disciplina cursada no curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - o qual teve o tema escolhido por consonância entre os assuntos abordados da disciplina ministrada por uma autora com o projeto de pesquisa (dissertação) da outra autora.

DESENVOLVIMENTO

O resumo exposto trata-se do resultado de estudo teórico-bibliográfico, em torno da Educação Ambiental (EA), com intuito em que cidadãos se tornem socialmente participativos, conscientes, preocupados com o futuro de sua geração e da natureza, caracterizando uma sociedade sustentável. Sendo assim, a EA como fio condutor para essa transformação, uma vez que por meio dela, podemos nos tornar críticos, reflexivos perante os riscos, por meio de práticas interdisciplinares.

A Organização das Nações Unidas (ONU) organizou em 1975, em Belgrado, a primeira reunião para tratar sobre educação e meio ambiente, com isso resultou no documento a "Carta de Belgrado" (REIGOTA, 2007, p.9). Em seguida, em 1977, houve a primeira reunião internacional, ou a "Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental", conhecida como a "Conferência de Tbilisi", realizada pela UNESCO e colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. A partir disso, recomendou-se para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) que:

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

fossem considerados todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos; que a Educação Ambiental deve ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade possam compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas, para participar eficazmente na prevenção e solução dos problemas ambientais; mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem produzir consequências de alcance internacional; que suscite uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade e enfocá-los, através de uma perspectiva interdisciplinas e globalizadora; que seja concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais (DIAS, 2000, p.20).

Desse modo, a EA recebera relevâncias além das questões ambientais, pois, por meio dela é possível, partindo da ideia de que o homem e a natureza fazem parte do mundo simultaneamente, que cidadãos busquem consciência e responsabilidade frente aos mecanismos sociais, políticos e econômicos.

Para Reigota (2007, p.10) a "educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia", afinal, a EA [...] "visa não só a utilização racional dos recursos naturais (para ficar só nesse exemplo), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental". Assim, a EA deve criar uma "nova aliança" entre a sociedade e a natureza, estimulando a ética nas relações econômicas, políticas e sociais (REIGOTA, 2007, p.11). Com isso, evidencia-se a necessidade da EA ser vista e "encarada" não somente num viés ecológico, mas considerando a realidade complexa em que vivemos, com olhar interdisciplinar. Nessa perspectiva, Leff (2001, p. 243) critica que o meio ambiente foi associado à educação formal limitado em "internalizar os valores de conservação da natureza".

Dessa forma, uma nova articulação do saber faz-se necessário, pois ao progredirmos nos saberes/conhecimentos, estaremos em conformação à abordagem holística e interdisciplinar proposta para Educação Ambiental na "Conferência de Tbilisi", de 1977.

Educação Ambiental em uma sociedade de risco e reflexiva

Estamos vivendo em uma "sociedade de risco", e como consequência a "modernização reflexiva" (BECK, 1997, 2010; GIDDENS 1991, 1997). Situações de risco estão relacionado à ação humana, apesar de perigo e risco estarem ligados não significam a mesma coisa. Segundo Giddens (1991, p. 42) destaca "O risco pressupõe o perigo" [...] "uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo" [...] "qualquer um que assume um 'risco calculado' está consciente da ameaça ou ameaças que uma linha de ação específica pode pôr em jogo". Portanto, os riscos são perigos decorrentes de nossas ações conscientes.

Segundo Beck (2010) os riscos são consequências que se relacionam diretamente a modernização, sendo politicamente reflexivos, isto é, torna-se reflexivo o processo de

modernização. Para Beck, (1997, p.13) a modernização reflexiva significa "uma mudança da sociedade industrial" fazendo com que o progresso se transforme em autodestruição, onde um tipo de modernização o destrói e o modifica.

Em outras palavras, sociedade reflexiva não no sentido de reflexão, mas da autoconfrontação, o que gera uma crise ecológica, não somente no ambiente propriamente dito, mas também no social. Como diz Beck (1997) vivemos "ruídos", ou seja, tudo é questionável, é o retorno da incerteza. Onde as mudanças estão cada vez mais aceleradas, como se ninguém mais tivesse controle das situações novas que surgem na modernidade.

Nesse sentido, a Educação Ambiental é vista como recurso potencial para melhoria de nossas práticas em uma sociedade de risco, partindo do conceito de reflexividade, onde existe a autoconfrontação, sendo necessário considerar a totalidade e complexidade do mundo em que vivemos. Como Morin (2005) denomina "o paradigma complexo", isto é, "a reforma do pensamento", mudar a maneira de olhar o pensamento, a forma de compreender o mundo, de praticar a racionalidade. Contudo, é ingênuo admitirmos a EA como solução dos problemas da sociedade contemporânea, entretanto, deve-se acreditar na capacidade de fomentar transformações nas relações entre sociedade e natureza, que a EA possibilita por meio de práticas interdisciplinares.

Pensar a interdisciplinaridade e a sustentabilidade

Segundo Leff (2001) a interdisciplinaridade surgida nos anos 80 com teor do meio ambiente e desenvolvimento foi um marco dos projetos educacionais, principalmente no nível universitário.

Raynaut (2004, p.24-25) afirma que o desafio fundamental em atribuir aspecto interdisciplinar "é tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual todos pretendemos atuar" [...] "totalidade" e "complexidade" são palavras que surgem todas as vezes em que se fala de interdisciplinaridade". Consideremos, portanto, que o mundo real, é total, pois, nele há interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o constitui, não admitindo fronteiras estanques.

Devemos nos preocupar é na tentativa de tornar possível o diálogo e a colaboração entre as disciplinas tal como existem, sem colocar em questão logo de início suas fundamentações teóricas e metodológicas. Para a construção dessa colaboração Raynaut (2004) chama de "objetos científicos híbridos". Já Leff (2010) contribui com o conceito de "articulação das ciências", do "diálogo de saberes", para o autor é preciso criar condições com a finalidade de pensar interdisciplinarmente o ambiente, e com isso possibilitar saberes que superem a atual racionalidade; saberes que considerem os valores e os potenciais da natureza, bem como, as culturas subjugadas enquanto substratos de modos de produção e estilos de vida menos agressivos ao ambiente e mais humano nas relações (LEFF, 2001). Para isso, precisamos de uma sociedade sustentável, que segundo Boff (2012, p.128) é "quando se organiza e se comporta de tal forma que ela, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, junto com a comunidade de vida" [...] a sociedade será sustentável se pensada coletivamente, "se seus cidadãos forem socialmente participativos, cultivarem um cuidado consciente para com a conservação e regeneração da natureza e destarte puderem tornar concreta e continuamente perfectível a democracia socio-ecológica".

E não é mecanicamente que acontece a sustentabilidade, ela é consequência de um processo de educação pela qual o ser humano reconstrói relações que possui com o universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo, acarretando equilíbrio ecológico (BOFF, 2012).

Em suma, posto que é da crise ambiental que emerge a sustentabilidade, a Educação Ambiental tem papel estratégico, pela possibilidade de tornar-se interdisciplinar, podendo promover a sustentabilidade, por meio da formação para a cidadania.

Saber ambiental, racionalidade e complexidade

Partimos do pressuposto da Educação Ambiental como instrumento de formação humana, isto é, da construção de cidadãos reflexivos, que compreendam a realidade complexa do mundo em que vivem, e, portanto, da necessidade em ressignificar a racionalidade.

Neste sentido, Leff (2001) fala da importância em analisar as contradições e oposições entre racionalidades, como também das "estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade; de uma nova ordem global capaz de integrar as economias autogestionárias das comunidades" [...] "suas próprias formas de desenvolvimento a partir de uma gestão participativa e democrática de seus recursos ambientais" (Leff, 2001, p.144).

Para tanto, Leff (2001) diz que construir uma racionalidade ambiental implica em desenvolver um novo saber e adaptação interdisciplinar do conhecimento, com intuito de esclarecer o comportamento de sistemas socioambientais complexos. Sendo assim, é o saber ambiental que:

problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza" [...] O Saber Ambiental excede as "ciências ambientais", constituídas como um conjunto de especializações surgidas da incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais - antropologia ecológica, ecologia urbana; saúde, psicologia, economia e engenharia ambientais - e se estende além do campo de articulação das ciências, para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais (Leff, 2001, p.145).

Dessa forma, a Educação Ambiental pode ser um espaço de construção do saber ambiental, pois possibilita a interdisciplinaridade dos conhecimentos, ou seja, o redimensionar um saber holístico, a partir tanto dos saberes populacionais quanto científicos, permitindo diálogo dos saberes. Nesse viés, Reigota (2007, p.11) diz que a EA "deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa".

O paradigma complexo resulta do conjunto do novo, ou seja, da "reforma do pensamento", novas concepções, novas visões, novas descobertas e de novas reflexões, numa sociedade de risco, de incertezas (MORIN, 2005. p.77).

Contudo, é emergente construirmos um saber que ressignifique as concepções, para fomentar uma nova racionalidade social, baseado nas práticas educativas, mais precisamente da Educação Ambiental, que possui caráter interdisciplinar, como tentativa, ao menos, de minimizar a problemática ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre homem e natureza são construídas historicamente, e como consequência surgiram muitos problemas, que é o caso da crise ambiental resultante da ascensão do capitalismo.

Contudo, a Educação Ambiental está inserida na modernidade reflexiva, numa sociedade de riscos - que Giddens (1991) configura como autoconfrontação. Cabe a EA desenvolver a reflexão dos riscos (Beck, 1997), isto é, do reconhecimento dos riscos e incertezas que a crise ecológica impõe. Assim como a tarefa de desenvolver a cidadania planetária, pois, todos fazem parte do universo simultaneamente, tanto o homem como a natureza.

Nesse sentido, embora a orientação interdisciplinar para a Educação Ambiental proposta nas Conferências de Estocolmo em 1972 e de Tbilisi em 1977, com o passar dos anos, o que se percebe é uma educação com caráter extracurricular e disciplinar, com apenas responsabilidades de discutir os problemas da natureza, como se a crise ambiental independesse das nossas atitudes. É nesse cenário que se encontra um dos limites e desafios da EA, não sendo uma disciplina, e sim uma prática a ser "dialogada entre as disciplinas" (Raynaut, 2004), o que Leff (2010) denomina de "diálogo de saberes", é articular as ciências, acarretando um viés interdisciplinar com intuito de promover a autoconfrontação dos cidadãos, e com isso, uma modernidade reflexiva ciente dos riscos, e, portanto, da necessidade em pensar e agir na problemática socioambiental.

Dessa maneira, caracteriza o que Boff (2012) chama de "sociedades sustentáveis", isto é, uma sociedade que pensa e age de tal maneira, que através das gerações, é capaz de garantir a vida do homem e da natureza na qual está inserida, uma sustentabilidade tanto ambiental, como social.

Nessa realidade socioambiental complexa que vivemos, requer o "saber ambiental" que segundo Leff (2010) possibilita uma nova racionalidade ambiental, por meio do diálogo de disciplinas, com isso a exigência da interdisciplinaridade é posta, uma prática a ser construída, firmando o caráter da Educação Ambiental como um fio condutor nas relações entre homem e natureza.

É nesse sentido, que a Educação Ambiental inserida na realidade complexa, de riscos, incertezas, por meio de práticas educativas articuladas a problemática ambiental, poderá fortalecer a reforma do pensamento, da nova racionalidade. Porém, não deve-se tomar a Educação Ambiental como prática transformadora ou que resolva todos os problemas ambientais, mas sim como uma prática em construção, capaz de desenvolver o pensar, que resulta no agir do homem, e, assim, nas relações entre sociedade e natureza. Como já dizia Paulo Freire, "educação não transforma o mundo, educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo".

REFERÊNCIAS

BECK, U; GIDDENS, A; SCOTT, L. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Sociedade risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS, G. F. **Fundamentos de Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000. 198p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2 e.d. Petrópolis: Vozes. 2001.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, C.F.B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

MORIN, E. **O método 3: a consciência da consciência**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

RAYNAUT, C. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva ambiental**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.10, p. 21-32, jul-dez. 2004.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GT 2: ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE

A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM HAVANA, CUBA: UMA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Prof^a Ana Cristina Teixeira Alves ;
Prof^o Dr. Ricardo Gilson Costa da Silva;
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Departamento de Geografia.

Palavras-Chave: Agricultura Urbana e Periurbana; Bloqueio Econômico; Agroecologia.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste *paper* consiste em abordar sobre a agricultura urbana na cidade de Havana, Cuba, no que diz respeito às práticas de Agroecologia, produção e distribuição, relacionando-a com a crise socialista pós 1989 e o bloqueio econômico. Em princípio, vale lembrar que a agricultura urbana e periurbana correspondem a um movimento social agrícola desenvolvido em espaços urbanos e periurbanos da cidade, em pequena escala, em terrenos desocupados, particulares ou públicos, quintais, praças e outros, pelos pequenos agricultores urbanos individuais ou coletivos, organizados em cooperativa ou não, visando à obtenção de alimentos para sua subsistência e/ou comercialização. Por sua vez, Agroecologia corresponde a um campo de estudos que enseja o manejo ecológico dos recursos naturais. Por meio de uma ação social coletiva de caráter participativo, enfoque holístico estratégia sistêmica, o curso alterado da coevolução social e ecológica é reconduzido - mediante controle das forças produtivas que estancam, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. (GUZMÁN & MOLINA, 1996 *apud* CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a partir do estudo de artigos científicos nacionais e internacionais, dissertações, notícias/reportagens e *sites*.

Segundo FAO, Havana lidera as cidades latino- americanas na inovação, nas práticas sustentáveis da agricultura urbana e no baixo investimento financeiro.

Partindo do exposto, questiona-se: Quais são as práticas agroecológicas desenvolvidas na agricultura urbana em Havana, Cuba? O movimento de agricultura urbana teve apoio do governo urbano através da criação de políticas agrícolas urbanas?

A justificativa se coloca na necessidade de se conhecer experiências e práticas sustentáveis de agricultura urbana de sucesso em Havana que favoreçam a reflexão e adoção das mesmas no Brasil, através de políticas públicas agrícolas na cidade, iniciativas pessoais e em grupo social.

DESENVOLVIMENTO

Sobre a contextualização necessária ao estudo do objeto, deve-se apontar que Cuba sofre social, econômica e politicamente com o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos, após 1962, em função da Revolução Cubana, ocorrida em 1959. Essa situação tornou-se mais grave com a crise socialista do Leste Europeu e dissolução da União Soviética, país que era o maior parceiro comercial de Cuba, tanto na exportação como na importação de combustível, alimentos, peças de reposição, entre outros.

Diante de uma crise econômica, a qual leva à redução da exportação e importação de energia, combustível, transporte e alimentos, surgiu o movimento social da agricultura urbana e a cidade de Havana tornou-se o principal *locus* de produção e inovação, local de maior concentração de agricultores urbanos. Através de práticas agrícolas sustentáveis, apoiadas na Agroecologia, a produção no país e na cidade obteve sucesso na geração de emprego e renda, segurança e soberania alimentar. A produção de hortaliças, frutas, legumes, plantas medicinais, criações de pequeno porte, organopônicos, com a utilização de adubos orgânicos e defensivos agrícolas naturais, bem como a assistência técnica e os postos de venda dos produtos, vêm crescendo gradativamente.

De acordo com Gaete (2014), uma das conquistas mais representativas de Havana na agricultura urbana é o desenvolvimento dos organopônicos, uma tecnologia desenvolvida em 1987 que permite cultivar vegetais na água, uma alternativa para locais pequenos e com solo de baixa qualidade, como as regiões em torno de estradas e terrenos muito inclinados. Ainda conforme Gaete (2014), a agricultura urbana viveu um período de expansão, impulsionado pela criação da Delegação Provincial da Agricultura e de programas nacionais para o desenvolvimento da agricultura na cidade e na periferia. Além disso, deve-se registrar que o Plano Estratégico da cidade também destina espaços não urbanizados, os quais são cultivados principalmente por mulheres e jovens. (GAETE, 2014). Ademais, o conferido pelo governo à criação de dois programas nacionais de agricultura urbana e periurbana foram importantes para alavancar este tipo de produção agrícola, no que tange à assistência técnica, financiamento, dentre outros aspectos.

Dado importante a ser evidenciado diz respeito as 97 hortas urbanas contabilizadas até o final de 2014, as quais ocupavam 39.500 hectares, isto é, metade da superfície de Havana. Além disso, se estima que existam 89 mil pátios e 5.100 terrenos (com menos de 800 m²) dedicados ao consumo doméstico aos quais estão relacionados 90 mil habitantes. Esses dados se refletem em números surpreendentes: 58 mil toneladas de produtos foram comercializadas em 2013, das quais 6.770 foram entregues em colégios, hospitais e outros serviços. (GAETE, 2014). Além disso, uma parcela da produção tem sua distribuição prevista para escolas, hospitais e outros que necessitam de alimentos frescos e saudáveis. (GAETE, 2014). Destarte, a agricultura urbana em Havana assume muitas formas e os horticultores usam diferentes métodos, dependendo do tamanho, localização e qualidade do terreno.

As formas existentes podem ser divididas de acordo com os métodos usados e o tipo de organização social (BOURQUE & CAÑIZARES, 2005). Os diferentes tipos de métodos são hortas intensivas e jardins, hortas organopônicas, e pequenas granjas diversificadas. Nas zonas urbanas densamente povoadas, onde as hortas são menores (menos de dois hectares), os cubanos usam o método de cultivo intensivo ou então o método organopônico. A horta intensiva é escolhida quando o solo existente é saudável e oferece drenagem adequada, e as sementes e as mudas podem ser cultivadas diretamente no solo existente. Muitas vezes são utilizados canteiros elevados, construídos sobre suportes, para proteger as plantas das chuvas torrenciais e para garantir um uso mais eficiente dos fertilizantes

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

orgânicos. Por sua vez, nas zonas onde o solo é mais pobre, rochoso, compactado, contaminado, ou simplesmente onde ele não existe, especialmente quando não é possível sua drenagem, ou em espaços pavimentados, é adotado o método organopônico, que usa canteiros elevados, onde se colocam solo e composto "importados" de outro local. Os canteiros geralmente são construídos com qualquer material que se tenha à mão, incluindo velhas telhas e rochas, ou blocos de cimento quebrados. O solo é retirado de outra parte da região e misturado com quantidades iguais de material orgânico para encher os canteiros. Ambos os sistemas são extremamente intensivos. Os horticultores procuram evitar que qualquer canteiro fique mais de 48 horas vazio, sem plantas ou sem estar semeado, e todos usam proporções muito altas de composto e de outros condicionadores orgânicos do solo. (González, 2000; MINAGRI, 1999; Murphy, 1999 *apud* BOURQUE & CAÑIZARES, 2005).

Fora das cidades, onde há mais terrenos disponíveis, as granjas suburbanas superam os dois hectares. Devido a seu tamanho maior, essas granjas podem associar mais cabeças de gado e árvores frutíferas e florestais à produção de hortaliças, típica das hortas menores. Essas granjas também são altamente diversificadas e podem produzir cultivos de ciclos mais longos, os quais, em áreas menores, representariam um uso pouco eficiente do limitado espaço disponível. Essas granjas periurbanas produzem uma grande quantidade de tubérculos feculentos e de grãos. Existem muitas formas diferentes de organização das granjas urbanas, e dois tipos principais de regime de posse da terra. Os agricultores que têm parcelas privadas tradicionais, tanto nas zonas urbanas como nas suburbanas, são chamados "parceleiros" e, em geral estão organizados em cooperativas de crédito e serviço (CCSs). Desde 1993, quando o governo começou a entregar terras em usufruto livre e permanente às pessoas, foi criada uma nova categoria de agricultor: o "usufrutuário". Hoje, cada vez mais usufrutuários vão se incorporando às CCSs. (BOURQUE & CAÑIZARES, 2005).

Quando vários agricultores se unem, formam uma cooperativa, e solicitam terrenos e empréstimos como um grupo, eles estabelecem uma Unidade Básica de Produção Cooperativada (UBPC). O Estado lhes dá um terreno (maior do que seria oferecido a pessoas isoladamente) e proporciona a infraestrutura como cercas, posto de venda, abrigo para ferramentas, sistema de irrigação e empréstimos iniciais para a produção, que a cooperativa irá pagando pouco a pouco. As taxas de juros são baixas e a terra é grátis, desde que paguem seus empréstimos antes do vencimento. (BOURQUE & CAÑIZARES, 2005).

Muitas empresas agrícolas estatais vêm experimentando um novo esquema, pelo qual dividem as terras estatais que rodeiam a cidade e entregam as parcelas (de até 20 hectares) aos novos agricultores. Em muitos sentidos, esses agricultores são como os usufrutuários, mas devem seguir produzindo aquilo que a empresa cultivava tradicionalmente e efetivando a venda à referida empresa. Os contratos se baseiam em cotas de produção e os preços são fixados antes da semeadura, de modo que a produção superior à cota estabelecida recebe um valor mais alto ou pode ser vendido diretamente aos consumidores, por preços ainda melhores. Um bom exemplo são os pomares da empresa nacional de produção de frutas e hortaliças, *Cultivos Varios*. Aproximadamente 400 agricultores distribuídos ao redor de Havana cultivam legumes e verduras, flores, grãos e plantas medicinais sob as árvores de manga e outras que foram semeadas há 20 anos. Esta experiência na zona de Havana transformou a *Cultivos Varios*, que há apenas cinco anos perdia 10 milhões de pesos anualmente, e hoje gera mais de um milhão de pesos por ano. Nos últimos três anos, todos os terrenos localizados ao redor de várias cidades cubanas foram convertidos a esse sistema, que agora também está sendo experimentado em outros setores, como a pecuária e a produção de laticínios. (BOURQUE & CAÑIZARES, 2005).

Como resultado das políticas adotadas, dos recursos empregados, das reformas normativas quanto ao uso dos solos, e da forte demanda do mercado, e também graças à dedicação do governo e dos membros da comunidade, o movimento da agricultura urbana está florescendo vigorosamente em Havana e em toda Cuba. As cifras para o número de hortas, áreas de cultivo, produção total, rendimento das granjas de produção intensiva que usam canteiros levantados, e sua porcentagem na produção total de alimentos consumidos demonstram o vigor dessa tendência. (BOURQUE & CAÑIZARES, 2005).

De acordo com Medina (2001), a agricultura urbana em Havana se expressa na forma de “huertas familiares, autoconsumo estatales, organopônicos populares, consultorios agrícolas.” A forma que predomina é dos organopônicos, pode ser utilizado em diversos lugares independente da qualidade do solo e disponibilidade de grandes espaços. Aquino (2002), afirma que os “organopônicos constituem um sistema fechado de produção de hortaliças e condimentos sem vinculação direta com o solo. São construídos em áreas improdutivas, planas, próximas ao destinatário da produção final. (MINAG, 2000). [...] O substrato utilizado nos organopônicos é constituído de uma mistura de matéria orgânica e solo.”

De maneira geral, pode-se dizer que o período de 1989-1994 marca a agricultura urbana de subsistência na cidade de Havana, no início da crise econômica no país, produzida pelo embargo econômico e crise socialista. O período subsequente (de 1994 aos dias atuais) marca a permanência do autoconsumo e comercialização da produção agrícola urbana. A agricultura urbana desenvolvida em Havana se destaca pela inclusão social através da geração de emprego e renda, segurança alimentar, acesso a alimentos saudáveis de melhor qualidade nutricional e agroecologia com a utilização de técnicas agrícolas sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba desde 1962, a crise socialista dos países europeus e da União Soviética, seu principal parceiro comercial, o país vem conseguindo se reerguer, sobretudo na agricultura, no âmbito da agricultura urbana, a qual fornece abastecimento alimentar urbano, melhora a saúde dos cidadãos através de consumo de alimentos orgânicos saudáveis e frescos e gera renda para 90000 moradores da cidade Havana. A agricultura sustentável e ecológica, pautada na Agroecologia com a produção de húmus orgânico de minhoca, compostagem, o reuso da água, dos alimentos orgânicos e enxertos bovinos e outros são a marca desta agricultura.

Dessa forma, Cuba e a cidade de Havana mostram que é possível contornar a questão da fome e da produção agrícola urbana ecológica, bastando ter vontade política através de políticas agrícolas que apoiem o desenvolvimento da agricultura urbana pelos moradores da cidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Adriana Maria de. **Agricultura urbana em Cuba**: análise dos aspectos técnicos. Seropédica, RJ. EMBRAPA Agrobiologia, dez. 2002. (EMBRAPA Agrobiologia. Documento, 160).

BOURQUE, Martin & CAÑIZARES, Kristina. Agricultura Urbana em Havana: Produção de alimentos na comunidade, pela comunidade e para a comunidade. **Revista de Agricultura Urbana**. Habana, Cuba. N.1. 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CULTIVAR CIDADES MAIS VERDES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. Disponível em <<https://www.fao.org.br/ccmvALC.asp>>, acesso em 8 de outubro de 2014.

GAETE, Constanza M. As 10 cidades latino-americanas líderes em agricultura urbana, segundo a FAO, 2014. Disponível em <www.archdaily.com.br>, acesso em 16 de outubro de 2014.

MEDINA, Roberto Sanchez. **Agricultura Urbana En La Ciudad De La Habana, Cuba**. Canadá. City Farmer Canada's Office of Urban Agriculture, nov. 2001.

AÇAÍ: DO MERCADO LOCAL AO SISTEMA GLOBAL-DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E AMPLIAÇÃO DE RISCOS

Márcia de Pádua Bastos Tagore, Universidade Federal do Pará – UFPA,
Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia- NUMA ,
Mestrado no Programa de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento na Amazônia- PPGEDAM;
Dr. Mário Vasconcelos Sobrinho - Universidade Federal do Pará – UFPA,
Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia- NUMA, Programa de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento
na Amazônia- PPGEDAM.

Palavras-chave: açaí, mercado, desenvolvimento endógeno, riscos.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as pressões sobre os ecossistemas têm elevado o grau de riscos à sociedade. Os problemas advindos da gestão dos usos dos recursos naturais têm sido referenciados como um dos principais fatores de sua insustentabilidade.

O açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) ganhou notoriedade nos últimos 15 anos em nível nacional e internacional, aumentando consideravelmente seu valor de mercado. Para atender a demanda pelo produto tem-se buscado cada vez mais superar suas limitações, como produtividade e sazonalidade, gerando grandes mudanças no processo de produção e beneficiamento.

A preocupação com esta cultura se justifica frente a sua importância socioeconômica no Estado do Pará e os rumos que esta atividade produtiva vem tomando em função da expansão de mercado e oportunidade de lucro ocasionando mudanças na conformidade cultural, social e ambiental.

O presente trabalho visa problematizar como os impactos gerados com a mudança do procedimento produtivo transforma a ordem socioambiental e alteram os mecanismos de desenvolvimento endógeno da população local. Tendo como hipótese principal que a valorização econômica do açaí tem levado à implantação de modelos de manejo e plantios que colocam em risco o equilíbrio socioambiental onde se instalam.

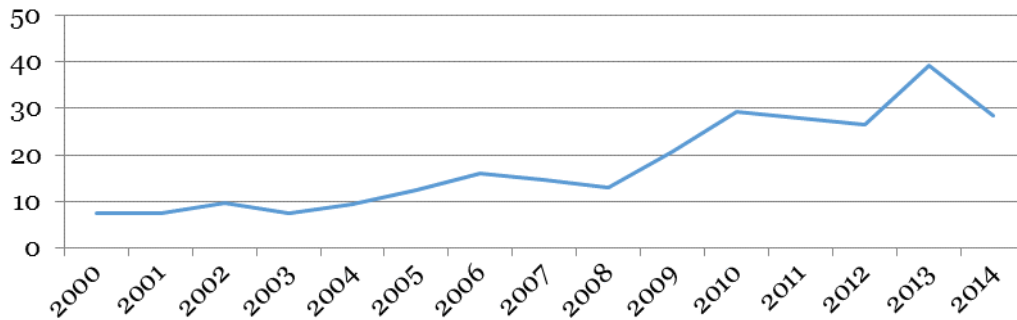
DESENVOLVIMENTO

A palmeira do açaí é encontrada, de forma abundante, nas várzeas altas próximas dos rios, igarapés e furos. É típica de regiões de clima tropical (CALZAVARA, 1987). É uma espécie regional das matas de várzea que se destaca pela importância alimentar e econômica para populações ribeirinhas e urbanas (JARDIM, 1976). Produto, até pouco mais de uma década, eminentemente extrativista, tradicional na dieta das famílias amazônicas.

A valorização mercadológica do açaí gerou em torno da cadeia produtiva uma economia pujante (Figura1). Pelos dados levantados é possível identificar um crescimento exponencial de mais de 500%, com variações no período, onde o menor preço médio pago foi de R\$7,5 e o maior R\$ 39,15 em uma lata¹³.

¹³ Medida usual praticada na venda pelo produtor equivalente a 15 kg.

Figura 1-Preço médio anual da lata (15 kg) de Açaí em fruto no Pará



Fonte: CONAB, 2013 e pesquisa própria de campo no Ver-o-Peso.

Nas áreas de várzea, os agricultores extrativistas passaram a ter como foco o mercado consumidor, e a prática de manejo do açazal ganhou nova conformidade com objetivo de buscar aumento da produção e produtividade.

Ocorre uma mudança na espacialidade da área, a exploração deixa de ser extensiva e observa-se o processo de “cercamento”, os espaços geográficos de coleta intensiva são delimitados por cada família.

A prática desse manejo intensivo dos açazais acaba por resultar em alteração da configuração do ecossistema da várzea. Através do corte das árvores do entorno das touceiras dos açazais, para permitir o aumento de luminosidade, a fim de obter maior competitividade com outras espécies. Além de incluir plantios de açaí nas áreas de ocorrência espontânea. Todo este processo vem resultando em áreas homogêneas de açaí.

A adoção da prática do manejo de açazais em várzeas consiste na remoção da cobertura vegetal original em áreas em que se verifica a presença de açazeiros e em competição com outras espécies. Alguns produtores efetuam a substituição integral da cobertura vegetal, deixando apenas os açazeiros. (HOMMA, 2014:159)

A metodologia adotada visou aproximar as observações de Homma (2014), que indicam alterações e homogeneização da paisagem dos ecossistemas de várzea pelos novos sistemas de produção do açaí, à teoria do desenvolvimento endógeno de Barquero (2001), e de Risco em Beck (1997, 2010), fazendo a relação com o crescimento da demanda que altera o sistema tradicional de produção extrativista do açaí que à médio e longo prazo, podem resultar em sérios problemas de ordem socioambientais.

Como um dos resultados do processo da pesquisa registra-se indicativos que a homogeneização da paisagem e uso intensivo de aglomerados humanos na produção do açaí, estariam relacionados ao consumo de alimentos contaminados e à veiculação do *Trypanosoma cruzi* transmitido pela polpa de açaí.¹⁴ Os esforços das políticas públicas foram direcionados para solucionar o problema do aumento da doença de chagas, objetivando a melhoria do processo de beneficiamento do produto, deixando de considerar suas causas. Não obstante a importância destes aspectos sanitários, as influências das mudanças ambientais decorrentes da invasão humana não podem ser desconsideradas (PASSOS, 2012).

¹⁴ Em 2006 foram registrados 430 casos. Em 2011, o governo do Estado lançou o Programa Estadual de Qualidade do açaí, com objetivo de introduzir boas práticas para a cadeia produtiva do beneficiamento.

No atual estágio da sociedade capitalista, o desenvolvimento da ciência e da técnica não podem mais dar conta da predição e controle dos riscos ecológicos, químicos, nucleares, genéticos e etc. (BECK, 2010). Trata-se da dinâmica de reprodução da vida social que gera consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas a longo prazo e que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis (GUIVANT, 2001).

Para Beck (2010), na sociedade moderna há tentativas discursivas visando demonstrar que existe domínio sobre riscos. Estas tentativas visam dar bases para ação dos agentes e à regulação institucional. Essas questões envolvem a legitimidade, a capacidade das instituições de criar certezas, e sua habilidade para lidar com o futuro imprevisível e contingenciado pela ação do presente.

A interação da diversidade estrutural e territorial faz do lugar um espaço constituído onde diferentes atores, estruturas, relações sociais de produção se efetivam e se relacionam como um ponto nodal de uma rede sistêmica. O desenvolvimento endógeno parte do entendimento de que cada território é singular.

Para além da necessidade de fortalecer os embasamentos que assegurem a tomada de decisão, são necessários o estabelecimento de fatores que favoreçam a busca de soluções com vistas ao desenvolvimento sustentável frente ao processo de globalização. Nesse sentido, Barquero (2001) aborda a temática da relevância dos atores locais buscarem alternativas inovadoras.

Os processos de desenvolvimento ocorrem em função do uso do potencial e excedentes gerados localmente e, às vezes, podem contar também com recursos externos. Mas, em última análise, são as iniciativas e o controle exercidos pelos atores e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para o processo de transformação de cidades e regiões. (BARQUERO, 2001:10)

Para Barquero (2001), há de se considerar a inovação, a qualificação dos recursos humanos, a capacidade tecnológica, a flexibilização das organizações e instituições, e as relações em processo de alianças e redes, nos processos de desenvolvimento endógeno envolvidos em três dimensões: econômica, sociocultural e política.

Dentre estes aspectos socioculturais, a família exerce um papel de destaque no funcionamento dos sistemas produtivos locais. A dinâmica econômica e as novas formas de produção influenciam e são influenciados na mudança organizacional cultural, social e dos valores da sociedade em que está inserida. Embora Barqueiro não aponte a dimensão ambiental, é importante ressaltar o papel fundamental que a utilização dos recursos naturais exerce no contexto do desenvolvimento endógeno.

Elinor Ostrom¹⁵ em sua obra “Common Pool Resource” apresenta resultados exitosos de processos de campo, mediados por normas e mecanismos de acordos que disciplinam a exploração conjunta de recursos naturais comuns. Nestes exemplos, algumas comunidades locais conseguem gerir de forma eficiente esses recursos, a partir de suas próprias regras. Ostrom reforça que o sucesso das ações perpassa por um conjunto de condições essenciais ao grupo, onde a diversidade de formações e experiências são capazes de gerar mais eficiência para a solução de problemas. As regras devem ser feitas pelos atores do processo, levando-os a reflexão, de modo que se compreendam enquanto parte da solução dos problemas, e que sem o empenho deles, o problema não será resolvido. (OSTROM, 1990)

¹⁵ Elinor Ostrom (1933 – 2012), [Prêmio de Nobel de Economia de 2009](#), juntamente com [Oliver Williamson](#), pela análise da [governança econômica dos bens comuns](#).

Para Veiga (2006), as noções ligadas à cooperação subsidiam o conceito “macro” de sustentabilidade. Mais do que fatores como organização, liderança, respeito, comunicação, conhecimento dos riscos, entre outros, a comunidade deve ter claro, os limites da possibilidade de gestão, do tamanho do recurso a ser utilizado, pois são preponderantes para o sucesso da gestão, principalmente no que concerne à recursos comuns de grande escala, que ultrapassam os limites locais como por exemplo, uma bacia hidrográfica.

Sachs indica que houve avanços no campo político da aceitação da teoria sobre a necessidade de se contemplar conjuntamente a dimensão social, ambiental e econômica, mas faltaram avanços na prática.

Não vivemos em uma economia pública, mas sim em uma economia público-privada, na qual as decisões, os projetos, os investimentos não estão em uma só mão. Temos uma multiplicidade de atores que têm interesses distintos, muitas vezes conflitivos (Sachs, 2006)

Vale ressaltar que outrora, a oportunidade de mercado e preço do fruto do açaí, foi apresentada como solução para a preservação dos açaizais, revertendo o perigo presumível de extinção desta espécie ameaçada pelo risco da exploração predatória do palmito. Atualmente, a sustentabilidade da cultura diante da implantação de modelos de manejo e plantios coloca em risco o equilíbrio socioambiental onde se instalam. O aumento de produtividade leva ao empobrecimento da diversidade, com a homogeneização dos açaizais. Gerando perigo, que provoca novos riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do açaí, seja no processo de produção extrativista ou de cultivo, requer embasamento teórico que somado ao conhecimento empírico devem subsidiar o debate acerca dos rumos que precisam ser traçados nas políticas públicas, e nas relações sociais, de forma a buscar um sistema produtivo sustentável. Nesse sentido, as técnicas e tecnologias empregadas, em quaisquer que sejam as ações, prescindem de subsídios de toda ordem para a tomada de decisão que devem levar em consideração a busca do desenvolvimento endógeno.

Para tanto a base conceitual de sustentabilidade e os riscos que envolvem os aspectos econômicos, sociais e ambientais, não podem ser desprezados. O recorte das especificidades espacial, em especial pela diversidade socioambiental da Amazônia, traz consigo as problematizações da dinâmica territorial, economia verde e os impactos ocasionados nos sistemas de produção.

Gestão ambiental e políticas públicas, tem que caminhar de forma intrínseca e subsidiária, assim como, os instrumentos tecnológicos. A apropriação do conhecimento e a construção de novos saberes deve pautar a lógica reflexiva a partir de diferentes olhares, levando em consideração a diversidade cultural, econômica e social. A efetivação da gestão dos recursos naturais, se dá na prática, através do balizamento dos entendimentos e a objetividade comum da importância da sustentabilidade ambiental.

Um sistema de produção para ter competitividade de mercado, deve buscar o uso eficiente dos fatores produtivos, elevando o nível de produtividade, estabelecendo modelos organizacionais econômicos, sociais e culturais. Mas para que sejam incorporados como valores pela sociedade como processo de desenvolvimento endógeno, precisam estar subsidiados por políticas orientadoras que possibilitem o aumento da capacidade de

governança e do empoderamento local, que se traduz em iniciativas dos atores locais e democratização das instituições.

Estudos sobre as alterações decorrentes dos processos de mudança na base tecnológica de produção do açaí podem subsidiar a tomada de decisão e propor alternativas de forma a minimizar os impactos negativos e/ou estimular os positivos, como o fortalecimento das relações de redes e a capacitação dos atores locais, amparadas por políticas públicas integradoras que fortaleçam as iniciativas locais com foco na competitividade, mas pautadas pela responsabilidade socioambiental.

BIBLIOGRAFIA

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2001, 280p.

BECK, Ulrich. **A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva** In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Editora UNESP, 1997, pp. 11-72.

_____. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010. 384p.

BRASIL. **Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal / Organização Odete Medauar**; obra coletiva de autoria da Editora dos Tribunais. –14. Ed ver., ampl. atual. –São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2015. – (RT mini códigos)

CALZAVARA, B.B.G. **Açaizeiro**. Recomendações Básicas, 3. EMBRAPA-CPATU, Belém, PA, 1987.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, **Produtos da sociobiodiversidade, safra 2013/2014**- Volume I. Brasília, DF, 2013.

EMBRAPA. **Técnicas de irrigação possibilitam a produção de açaí na entressafra** – Disponível em <https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/1913146/tecnicas-de-irrigacao-possibilitam-a-producao-de-acai-na-entressafra> Acesso em 01/062015.

GUIVANT, J. S. (2001). **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Bech: entre o diagnóstico e profecia**. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: v.16, p.95 – 112.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. EMBRAPA, Brasília, DF, 2014.

JARDIM, M.A.G. **Aspectos da produção extrativista do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário Amazônico**. *Série Botânica*, 12(1). Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, 1976

OSTROM, E. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, [1990] 2006.280 p.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

PASSOS, L. A. C.; GUARALD, A. M. A.; BARBOSA, R. L.; DIAS, V. L.; PEREIRA, K. S.; SCHMIDT, F.L.;Franco, R.M.B.; Alves, D.P. **Sobrevivência e infectividade do *Trypanosoma cruzi* na polpa de açaí: estudo in vitro e in vivo.** Epidemiologia Serviço de Saúde v.21 n.2 Brasília, DF, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento Sustentável só é possível com intervenção do Estado no mercado.** Vladimir Platonow *Agência Brasil, Brasília, 01/07/2012.* Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-01/ignacy-sachs-desenvolvimento-sustentavel-so-e-possivel-com-intervencao-do-estado-no-mercado> Acesso em 13/09/2015

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2006. 226 p.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO: CASES DE TURISMO NOS ESTADOS DO PARANÁ E MARANHÃO

Saulo Ribeiro dos Santos
UFPR - Universidade Federal do Paraná
Geografia

INTRODUÇÃO

As perspectivas em torno da atividade turística são otimistas e refletem sua relevância como fator de desenvolvimento socioeconômico no mundo (GOELDNER; RITCHIE; McINTOSH, 2002). Economicamente está entre as maiores atividades do mundo, gerando empregos, elevando o Produto Interno Bruto (PIB) das localidades e proporcionando investimentos de capital. Os benefícios gerados em torno dos recursos turísticos dos destinos chamam atenção pelo nível de contribuição à economia local e à capacidade que detêm de induzir o desenvolvimento econômico e socioambiental, e promover melhorias na qualidade de vida das comunidades (MOLINA, 2003).

No entanto, apesar dessas vantagens, sua gestão eficiente e adequada, bem como a consecução de suas benfeitorias, torna-se um desafio aos gestores locais em coordenar o potencial turístico do destino, pois, o turismo é uma atividade que interfere em uma série de aspectos e sua exploração necessita de estudos criteriosos e de medidas que regulamentem sua utilização (GOELDNER; RITCHIE; McINTOSH, 2002).

A exploração do turismo enquanto atividade econômica, da mesma forma, não deve abster-se de critérios e normas que norteiem seu desenvolvimento e que considere a integração dos aspectos econômicos aos demais aspectos envolvidos (MOLINA, 2003; RUSCHMANN, 2010).

O planejamento turístico, assim, apresenta-se como um instrumento que integra estudos, normas e métodos racionais capazes de desenvolver o turismo e garantir seus benefícios quando bem executado e acompanhado. Além disso, possibilita às localidades a construção de um turismo competitivo e com maiores oportunidades de crescimento (RUSCHMANN, 2010).

Nesse sentido, objetiva-se compreender o funcionamento das Cooperativas e Associações Comunitárias, como o caso da Cooperativa Paranaense de Turismo e Associação Comunitária Maracanã Turismo, situadas nos estados do Paraná e Maranhão, respectivamente.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e *web research*. Assim como entrevista semiestruturada com os principais responsáveis pela Cooperativa e Associação, nas cidades de Curitiba (Paraná) e São Luís (Maranhão), realizada no mês de novembro de 2013. Quanto aos meios é exploratória e descritiva, e quanto aos fins é qualitativa (GIL, 2006).

A pesquisa contribui para uma temática em crescimento no campo científico do turismo, pois, o cooperativismo e o associativismo são pouco estudados no âmbito acadêmico. Além disso, compreender a forma de desenvolvimento que estes realizam em seus locais, tendo o turismo como base, fortalece o conhecimento das bases quanto à atividade turística.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO: O CASO DO PARANÁ E MARANHÃO

O cooperativismo surgiu da necessidade de buscar na cooperação solidária a solução para os problemas econômicos causados pela concentração do capital. Os sete princípios básicos do cooperativismo preveem a adesão voluntária e livre, a gestão democrática, a participação econômica dos membros, a autonomia e independência, a educação, a formação e informação, a intercooperação e interesse pela sociedade, nos valores humanos voltados à promoção integral do homem, livre de quaisquer preconceitos (REED ; MCMURTRY, 2009)

A partir destas premissas as cooperativas são instituições que atuam em todo o mundo, independente dos regimes econômico e políticos, pois, a essência da doutrina está na busca solidária de soluções a problemas comuns (MIELKE, 2010).

Segundo Coriolano (2003) as cooperativas formam uma sociedade de caráter civil, organizada para a defesa econômica e social daqueles que a integram, sem finalidade lucrativa, mesmo atuando no mundo econômico.

A lei N. 5.764 regulamenta a estrutura societária das cooperativas que deve ser voltada ao desenvolvimento econômico de seus membros. A sociedade cooperativa se distingue da comercial porque está intrínseco seu caráter social (MIELKE, 2010).

O sucesso de uma cooperativa está na participação ativa dos cooperados em todas as suas ações, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação das atividades, pois, trata-se de uma sociedade democrática que possibilita o acesso direto ao mercado com ou sem intermediários; ela é aberta a novos sócios e os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações (REED ; MCMURTRY, 2009).

Diante destes fundamentos, o turismo, conceitualmente, compactua destes princípios, já que Swarbrooke (2000) o define como uma atividade que deve ser economicamente viável, sem destruir os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente do meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local.

As prerrogativas colaborativas preveem que os cooperados trabalhem juntos em busca de um turismo sustentável e de qualidade ao agregar valor a novos produtos, como rotas de turismo rural, ecoturismo e o turismo de aventura (RIBEIRO, 2009). Este novo tipo de turismo, caracteriza-se por ser segmentado com particularidades específicas (GRIMM; SAMPAIO, 2011) e que tem atraído visitantes de diferentes cidades ao interior do Paraná ao articular e fortalecer pequenos negócios locais como profissionais das mais diversas atividades econômicas, tais como donos de hotéis e pousadas, museus, restaurantes e de outras atrações turísticas típicas regionais.

Conforme entrevista com gestores e dados disponíveis na página eletrônica da Cooperativa Paranaense de Turismo Rural, em 2001, através do convênio MET-OCB/298 entre o Ministério dos Esportes e Turismo e a organização das cooperativas brasileiras, dez estados foram escolhidos para implantar o projeto "turismo rural cooperativo". O Paraná foi o primeiro a conseguir a formação de uma cooperativa: a Cooperativa Paranaense de Turismo (COOPTUR) e foi constituída em 2004, na sede da cooperativa batavo, a primeira cooperativa de empreendedores de turismo do Brasil conta atualmente com a participação de oito municípios (Colônia Witmarsum, Carambeí, Colônia Castrolanda, Tibagi, Arapoti, Sengés, Prudentópolis e Colônia entre Rios), onde existem associações de produção formadas a partir de colonizações europeias.

A Cooptur é pioneira por criar uma estrutura empresarial cooperativista com estatuto e regimento interno próprios, seguindo os preceitos do Código Mundial de Ética no Turismo, os princípios do Cooperativismo e a Carta de Princípios do Turismo Cooperativo.

Através do curso de Capacitação em Turismo Rural Cooperativo, cada localidade organizou uma associação de empreendedores em turismo, envolvendo diversos setores: hotelaria, artesanato, grupos culturais e folclóricos, propriedades rurais, museus, equipes de turismo de aventura, condutores de visitantes e agro-indústrias. Cada associação buscou ressaltar as potencialidades locais através de um extenso plano de desenvolvimento turístico, seguindo critérios de segurança e qualidade.

A Cooptur possui duas rotas culturais: a Rota Holandesa e a Rota Esloveno-Germânica. A primeira inclui as colônias holandesas de Carambeí, Castrolanda e Arapoti. A segunda passa pelas colônias alemãs Witmarsum e Entre Rios, e pela colônia ucraniana de Prudentópolis.

Além de roteiros culturais, há também roteiros de ecoturismo, turismo de aventura e roteiros técnicos chamados de Imersão em Cooperativismo, e treinamentos vivenciais, com o objetivo da vivência prática do cooperativismo.

No Maranhão no ano de 2000 foi criada a Associação Comunitária Maracanã Turismo (ACOMTUR) na cidade de São Luís, mas precisamente no bairro do Maracanã, cujo objetivo foi desenvolver a atividade turística na localidade, por tratar-se de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Segundo entrevista com o vice-presidente da ACOMTUR, o “Projeto Maracanã” realiza plantação de mudas, trilhas ecológicas e roteiros turísticos na região da APA. Quando o Projeto foi criado, este obteve apoio público, através da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís entre os anos de 2000 a 2006. E no período de 2008 a 2009 a empresa Vale também cooperou com as ações, mas atualmente é um “cliente” que compra as mudas e sementes produzidas no local.

No âmbito acadêmico, a APA do Maracanã serve de local para pesquisas das Universidades do Estado do Maranhão, Federal do Maranhão, Universidade CEUMA e Faculdades Santa Teresinha e do Maranhão. Mediante o entrevistado, todas as entidades acadêmicas citadas solicitam apoio da ACOMTUR para a realização de pesquisas e atividades na Área de Proteção Ambiental do Maracanã.

Para o vice-presidente da ACOMTUR as atividades na Associação foram:

O projeto começou em 2000 com o inventário da Secretaria Municipal de Turismo. Em 2001 foi iniciada na comunidade a capacitação de alguns jovens (estes que já tinham vivência no bairro, onde o pré-requisito era morar no Maracanã) e jovens acadêmicos. As trilhas ecológicas foram iniciadas e a divulgação era feita pela Prefeitura de São Luís. O projeto ficou até 2005 com a comunidade envolvida e em 2006 a Secretaria Municipal de Turismo saiu do projeto e iniciou a capacitação destes jovens já envolvidos anteriormente para iniciar, de parceria com o SEBRAE, uma Associação Comunitária Maracanã Turismo. A partir daí se tornaram independentes, onde o objetivo principal era a conscientização ambiental.

Os atrativos turísticos da APA que são divulgados e desenvolvidos pela ACOMTUR:
Ecológicas: mangue, juçaral, babaçu, mata de cocais, tucum;

a) Cultural: bumba meu boi (sotaque de matraca), festa do Divino Espírito Santo, terreiro de mina, festa de Reis;

Além disso, ACOMTUR sobrevive também da venda de juçara, artesanato e venda informal no bairro. Para o vice-presidente um dos aspectos quanto as oportunidades e pontos fortes com a criação da Associação são “quando entramos no projeto, não tínhamos

a expectativa que o projeto seria a fonte de renda e/ou estudo. Mas hoje todos estão especializados ou se especializando na área”. Quanto aos aspectos negativos e ameaças ele destacou que “as trilhas eram todas localizadas dentro de residências e áreas particulares. Os contratos no início eram escritos, mas como o prazo esgotou, os contratos se tornaram verbais até hoje. Todos os membros tem uma atividade paralela, pois, o projeto não consegue ser autosustentável”.

Verifica-se que em tanto no Paraná e Maranhão é são desenvolvidas rotas e trilhas que são exploradas pelas Associações, favorecendo o fortalecimento dos atrativos naturais e culturais de cada região. Além disso, as cooperativas passam a desenvolver ações sociais e ambientais, que incluem a comunidade e parceiros na realização de diversas ações.

CONCLUSÃO

Entende-se que as cooperativas e associações são peças chaves na formatação de produtos turísticos, assim como na realização e comercialização dos mesmos, conforme visto nos dois casos apresentados. São oportunidades que a comunidade local está inserida no processo ou segmento turístico intitulado de base local, onde parte-se do pressuposto de que o turismo é realizado de “baixo pra cima”, ou seja, com o envolvimento da comunidade em todos os processos.

Assim, os benefícios são gerados diretamente para todos os envolvidos com a atividade turística, e a renda circula pela região de forma equilibrada, além de gerar diversos benefícios para os participantes das atividades.

REFERÊNCIAS

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo e o movimento cooperativista: o turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Premium, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOELDNER, Charles R. ; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GRIMM, Isabel Jurema; CIOCE, Carlos Alberto. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19. março, 2011.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. Cooperativas de Turismo: Uma Estratégia ao Desenvolvimento Turístico Integrado-Análise do Roteiro dos Imigrantes (Paraná, Brasil). **RBTur**, v. 4, n. 1, 2010.

MOLINA. Sérgio. **O pós-turismo**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003.

REED, Darryl; McMURTRY, J. J. **Co-operatives in a global economy: the challenges of co-operation across borders**. Cambridge: British Library, 2009.

RIBEIRO, Marcelo. Turismo comunitário: relações entre anfitriões e convidados. In: **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, São Paulo: Manole, 2009, p. 107 – 120.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16.ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. São Paulo: Aleph, 2000.

DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO EM FONTE DE RENDA A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE BIODECOMPOSITOR

Karine Marcondes da Cunha
 Docente Instituto Federal do Paraná (IFPR);
 Selma Aguiar Jagher
 Estudante strito Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
 Campus Jaguariaíva.

Palavras-chave: Economia Solidária, Biodecompositor, Renda.

O município de Jaguariaíva inaugurou o aterro sanitário no primeiro semestre de 2013, readequando o antigo lixão, implantando também a Coleta Seletiva e Usina de Reciclagem no município, sendo que segundo dados coletados em entrevista exploratória com o presidente da ARJAGUAR o município gera cerca de 25 toneladas de lixo doméstico diariamente, sendo que destes apenas de 600 a 700Kg são captados por meio da coleta seletiva e os trabalhadores envolvidos no processo de usinagem do lixo diminuem o volume dos dejetos cerca de 80% diariamente.

O Plano diretor do município, criado pela LeiLei nº 1820 de 29 de dezembro de 2008, previu a criação de uma macrozona, responsável pelo de Controle Ambiental dos Aterros Sanitários/Controlados/Lixões.

Art. 37. A Macrozona de Controle Ambiental dos Aterros Sanitários/Controlados/Lixões (de resíduos domésticos) trata-se da área do atual lixão, bem como da área onde será instalado o aterro sanitário para resíduos domésticos, desde que aprovado pelos órgãos competentes (Executivo Municipal e IAP).

- I - estabelecer normas de controle ambiental local;
- II - prever área para ampliação/adequação do aterro sanitário;
- III - garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida para os aterros;
- IV - promover a recuperação da área do antigo lixão.

Em 2009, por meio da lei Lei nº 1985 de 18 de novembro de 2009, é instituído no município a coleta seletiva, onde é definida pela referida lei, que tipo de rejeitos são enquadrados em quais categorias;

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, Resíduos Sólidos são materiais heterogêneos (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente ou totalmente utilizados, gerando, em outros aspectos, proteção a saúde pública e economia de recursos naturais;

I - Resíduo Reciclável é qualquer espécie de material que possa ser reutilizado, como papel, papelão, plástico, lata, metal, vidro, entre outros.

II - Resíduo Orgânico é qualquer material não passível de ser reciclado, e que sofre o processo de decomposição rapidamente, tais como: restos de alimentos, cascas de frutas e legumes, folhas de verduras, produtos de origem animal, borra de café, entre outros.

III - Rejeitos podem ser definidos como tudo o que não pode ser reaproveitado ou reciclado, como absorvente feminino, fraldas descartáveis, entre outros.

Parágrafo Único - Apenas os Resíduos Sólidos Domiciliares deverão ser coletados pelo Município, sendo que os provenientes de atividades industriais, comerciais, prestação de serviços, dentre outros é de responsabilidade do gerador dar destinação final adequada.

A lei ainda dispõe que é de responsabilidade do Município em dar a destinação final correta aos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos, iniciando o processo através de Coleta Seletiva dos resíduos recicláveis, prioritariamente mediante contratação da associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis, sendo que a coleta deverá ocorrer no mínimo 03 (três) vezes na semana, e deverão ser acondicionados em embalagens distintas para não ocorrer a mistura dos resíduos e facilitar seu recolhimento.

Dispõe que os resíduos orgânicos deverão ser encaminhados para uma Usina de Compostagem com destinação dos substratos em áreas públicas. Incentiva ainda que executar a adoção de compostagem domiciliar quando houver tal possibilidade, através de campanhas de Educação Ambiental aos cidadãos. No entanto, percebe-se que o cumprimento do que dispõe esta parte da lei é deficitário, sendo que não existe usina de compostagem, e sim um aterro sanitário e tão poucas ações educativas que promovam a compostagem nas unidades domiciliares.

Por determinação de Decreto Federal 7.404/2010, que estabelece normas para a execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, esta prevê que até 2014 todos os lixões a céu aberto no Brasil deveriam ser transformados em Aterros Sanitários.

No ano de 2011 o município conta com a LEI Nº 2369/2011 que institui o **Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária** dos resíduos reutilizáveis e recicláveis domiciliares, que prevê em seu Art 2º,

Inciso I - priorização das ações coletivas geradoras de ocupação e renda;

Inciso III - Incentivo à solidariedade dos municípios e suas instituições sociais com a ação de associações autogestionárias formadas por municípios demandatários de ocupação e renda;

Inciso IV - Reconhecimento das associações e cooperativas autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana, prestadores de serviço de coleta de resíduos à municipalidade;

Declara ainda no texto da lei em seu artigo 4, inciso 4º, que o serviço de coleta realizado pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária em domicílios e estabelecimentos já atendidos pela coleta convencional será **remunerado pelo Poder Público Municipal**, por meio do estabelecimento de contratos em conformidade com a legislação federal específica (art. 24, inciso XXVII, da Lei Federal nº. 8666/1993, na redação que lhe conferiu o art. 57 da Lei Federal nº. 11.445/2007).

O seu Art. 7º que legisla sobre o planejamento do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária institui em seu inciso IV a participação de entidades socioambientais e universidades, estabelecidas no Município, com atuação junto a Cooperativas ou Associações de catadores de materiais recicláveis e Coleta Seletiva Solidária, no processo de planejamento, organização de grupos locais e implantação do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária;

No Brasil, a Lei 12.305/10 e o decreto regulamentador, de número 7.404, do mesmo ano, regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, sendo que a esta se integra a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), e articula-se com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e com a de Saneamento Básico (Lei 11.445/07).

A PNRS tem por objetivo a articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (2014) apenas 299 municípios brasileiros, que correspondem a cerca de 5% do total, abrigam aproximadamente 55% da população e respondem pela produção de 111 mil toneladas resíduos por dia, sendo que representa quase 50% do que é produzido em todo o país, sendo que deste, apenas 10% são considerados rejeitos, ou seja, resíduo sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequadas.

Indicadores que apontem os níveis de reciclagem no Brasil são contraditórios e pouco confiáveis, uma vez que em muitos estados os resíduos são descartados de forma inadequada e mesmo nos municípios que apresentam eficiência neste item, em muitos casos o lixo não é pesado sistematicamente, o que impossibilita dados estatísticos seguros.

E quando nos referimos à reciclagem da matéria orgânica contida em restos de origem animal ou vegetal, obtida por meio da compostagem, esses índices são ainda mais imprecisos.

Diante desta problemática se faz criar condições para que se possa gerar atratividade sobre a utilização deste recurso (lixo orgânico) e comunidades que já trabalham com outros elementos recicláveis (alumino, papel, etc...).

Atuando neste segmento (reciclagem) é possível identificar um numero muito expressivo de família que sobrevive do recolhimento de materiais recicláveis em quase todas as cidades do Brasil, tornando esta atividade econômica, fonte de renda. Estas famílias atuam de forma individual ou organizada em cooperativas, associações, recebendo apoio governamental ou não.

A economia solidária tem forte atuação da organização destes grupos sociais, sendo que muito tem se estudado esta teoria como estratégias de inclusão. A economia solidária tem como premissas um outro modo de produção, que possam satisfazer condições de trabalho e renda a pessoas que a margem da sociedade, não consegue se enquadrar ao modelo econômico capitalista posto pela sociedade constituída.

Indo ao encontro a estas demandas (a necessidade premente de aumentar os níveis de reciclagem de lixo orgânico e a geração de renda de famílias que vivem da coleta de lixo) este projeto tem por objetivo o acompanhamento da implantação de um protótipo (Biodecompositor para tratamento de resíduos orgânicos domésticos (patente BR 10 2003 0044784)) para a compostagem em larga escala de lixo doméstico na cidade de Jaguariaíva PR, bem como demais ações inerentes ao processo de comercialização do subproduto.

O protótipo, aqui designado como Biodecompositor para tratamento de resíduos orgânicos domésticos (patente BR 10 2003 0044784) foi desenvolvido pelo programa de pós-graduação em nível de mestrado do curso de Química Aplicada da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob a orientação do professor Dr. Sandro Xavier de Campos e será implantando junto a cooperativa COOCRESPO no município de Jaguariaíva.

Com a implementação do Biodecompositor na cooperativa, pretende-se criar uma outra possibilidade renda a Coocrespo, além de minimizar os impactos sociais causados pela problemática do lixo doméstico. Lixo este que possui descarte inadequado na maioria dos municípios brasileiros e que não faz parte do escopo da geração de renda das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Mesmo sendo recente a inauguração da usina de reciclagem, a prática de coleta realizada por pessoas ligadas ao movimento dos catadores é antigo, já em 2008, por meio da Lei Municipal de nº 1783 de 12 de agosto de 2008, institui a Cooperativa de Catadores de Recicláveis e Serviço de Produção – COOCRESPO, em entidade de utilidade pública

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

municipal, com objetivo de conseguir no mercado, oportunidades de trabalho para seus cooperados, no ramo da gestão de resíduos sólidos, incluindo produção, transformação, prestação de serviços e comércio, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, congregando os profissionais que atuam em atividades de coleta, seleção, triagem e comercialização de materiais recicláveis, e de toda a cadeia produtiva do material reciclável.

Mais recentemente a lei Lei Municipal nº 2542/2015 autoriza a firmar convênio com a Associação dos Recicladores de Jaguariaíva e Região- ARJAGUAR com o objetivo de operacionalizar e auxiliar a associação na questão de apoio técnico, subsídios financeiros, repasse de material de consumo e expediente e utilização do caminhão para coleta dos recicláveis urbanos e ainda Lei Municipal no. 2551/2015 declara de utilidade pública aARJAGUAR e a esta atribui o objetivo de congregar agentes trabalhadores prestadores de serviços, na limpeza e coleta de materiais recicláveis do município, com a finalidade de organizar os agentes ambientais e coletores de materiais recicláveis.

No entanto, reportagens divulgadas em veículos locais demonstram que as cooperativas não conseguem se desenvolver economicamente e que seus trabalhadores continuam trabalhando em condições inadequadas, não alcançando renda suficiente para a manutenção das famílias.

Durante a execução do projeto pretende-se avaliar a possibilidade de transformação do lixo doméstico em adubo orgânico e a partir de ações a ser acompanhadas por esta pesquisadora, promover a partir da montagem de uma linha de produção a comercialização deste substrato para os produtores de alimentos do cinturão verde do município, envolvendo assim neste projeto outras cooperativas, que em rede, possam se desenvolver economicamente de forma articulada e sustentável.

Para dar viabilidade ao projeto e o acompanhamento necessário ao seu desenvolvimento, pretende-se a criação da ITCP - Incubadora Tecnológica de cooperativas populares do Instituto Federal do Paraná - IFPR, campus Jaguariaíva, com a incubação da COOCRESPO.

Neste contexto, o problema de pesquisa deste estudo é: É possível gerar desenvolvimento econômico a partir de práticas solidárias em comunidades articuladas em rede, utilizando lixo orgânico como fonte de renda?

Nestes termos, o problema de pesquisa aqui tratado aborda a Política de Economia Solidária com suas diretrizes, princípios e objetivos de desenvolvimento territorial sustentável do País e aos investimentos sociais e de fomento ao desenvolvimento, que se materializada a partir da criação da ITCP/IFPR Campus Jaguariaíva, a partir da incubação da COOCRESPO - Jaguariaíva PR, bem como verificar a viabilidade de geração de renda aos cooperados em larga escala de um protótipo de compostagem para a transformação de lixo doméstico em adubo orgânico a ser comercializado com produtores de alimento do cinturão verde do município.

REFERÊNCIAS

GAIGER, Luis I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, 2003.

A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, 2006.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

KUYVEN P.S.;KAPPES, S. A. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul** - Resultados do segundo Mapeamento Nacional, São Leopoldo, Brasil (2013)

SENAES- disponível em http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm

RESSETTI,R.R.; CAMPOS, S. . **Biodecomposição de Resíduos Orgânicos Domésticos em Reator Fechado e Caracterização do Composto Obtido por Técnicas Convencionais e Espectroscópica**, Programa de Pós-Graduação em Química Aplicada da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

LEI Nº 1583/2003 - "INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA".

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. 2%

MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE O THE ZEITGEIST MOVEMENT

Everson Araujo Nauroski¹⁶
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
FARESC - Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba

Palavras chave: Movimentos sociais, economia, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais tem desempenhado um importante papel em todo mundo, seja na proposição de agendas progressistas, ações de fiscalização e pressão sobre empresas e governos, bem como na mobilização da sociedade em prol de temáticas urgentes, entre as quais se destaca a sustentabilidade¹⁷ (SOUZA SANTOS, 2006).

Entre os diversos movimentos ligados a questão ambiental, existe o Movimento *Zeitgeist*, doravante abreviado para MZ, o qual tratarei nesse artigo. A principal referência que utilizei foi a obra *The Zeitgeist Movement Defined: Realizing New Train of Thought* em sua versão traduzida na página oficial do MZ no Brasil¹⁸. Justificamos essa escolha em função da escassez de obras traduzidas que tratam desse movimento.

Inicialmente farei uma breve apresentação do movimento com suas práticas e objetivos. Em seguida sob a ótica do movimento farei algumas ponderações sobre os obstáculos à sustentabilidade e por fim algumas considerações em relação à tese mais radical do MZ, em propor a transição do atual modelo econômico para uma Economia Baseada em Recursos tomada pelo MZ como um novo paradigma civilizacional com potencial para a efetivação de uma vida sustentável em escala planetária.

Origem e atuação do MZ

A expressão *Zeitgeist* na qual esta associado o nome do movimento tem uma conotação semântica num resgate ao seu significado, “espírito” de uma época, “clima intelectual, moral e cultural geral de uma época.” Algo que denota mudança, transformação. Fundado em 2008 o MZ é formado por um grupo de indivíduos de diferentes países, que se articulam em diferentes níveis para a realização de ações que promovam a sustentabilidade em todo o planeta, tendo como seu eixo principal

educar o público sobre as verdadeiras fontes de muitos problemas pessoais, sociais e ecológicos comuns hoje em dia, aliado ao vasto potencial de resolução de problemas e melhoria da humanidade que a ciência e a tecnologia têm alcançado - mas que ainda não é aplicado devido a barreiras inerentes ao sistema social atual. (MZ, 2014, s/p).

¹⁶ Everson Araujo Nauroski, Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná, professor titular de Sociologia e Filosofia das Faculdades Santa Cruz, tutor dos Cursos de Filosofia e Sociologia da UNINTER.

¹⁷ Por sustentabilidade refere-se ao uso dos recursos da terra de modo a satisfazer as necessidades humanas tanto das gerações presentes e futuras, sem comprometer ou prejudicar os processos vitais que envolvem a reprodução da biodiversidade no planeta. No contexto do MZ a conceituação é ampliada integrando uma sustentabilidade social, cultura e comportamental.

¹⁸ Disponível em: <https://movimentozeitgeist.com.br/> - acesso em outubro de 2015

Por meio de ações educativas, realização de projetos, eventos e participações nas mídias sociais, o MZ desenvolve estudos e debates sobre os diversos temas como Sustentabilidade Social, Cultural, Comportamental; Saúde pública; Desigualdade social; Ciência e Tecnologia; Economia Baseada em Recursos; Violência estrutural; Sistema Financeiro Mundial.

Esses, e ainda outros temas, são analisados e compreendidos numa relação complexa e multicausal que os envolve. Com isso, a intenção do MZ é esclarecer as pessoas sobre as causas menos aparentes dos problemas mais graves que afetam as sociedades, e que de modo geral estão associadas ao modelo civilizacional da cultura capitalista. Uma relação também já indicada por autores com Boff (1999, 2000), Morin (2002) e Wilson (2013).

Os princípios norteadores das ações do MZ o colocam como um movimento apartidário sem conotação ideológica e desprezioso em relação a se vincular as formas tradicionais de organização do poder, existindo algumas similaridades com outros movimentos como o *greenpeace*, no que diz respeito em buscar apoio e doações de pessoas físicas, não se vinculado ao mundo corporativo.

O A ideia de sustentabilidade defendida pelo MZ se amplifica para além de considerações em relação grupos, classes ou nações, colocando no centro processo social, a totalidade dos indivíduos como portadores de um direito inalienável de acesso abundante aos recursos que lhe possam garantam uma vida de qualidade.

O direcionamento de suas iniciativas se propaga por ações educativas, onde os participantes do movimento se organizam em reuniões, debates e mobilizações junto a comunidade. Tomando o conhecimento científico como princípio educativo, as informações disponibilizadas e os saberes compartilhados visam a superação de explicações fragmentadas e ainda baseadas numa visão de mundo mercantilizada. Um exemplo ilustrativo dessa perspectiva é ideia de que a atual economia esta ultrapassada, sendo na verdade, uma anti-economia, uma vez que os produtos e bens produzidas nesse modelo, não visam a durabilidade e um menor dispêndio de energia e recursos, mas, guiando-se pelos conceitos de obsolescência visível e programada¹⁹, conforme demonstrou Wilson (2013) promovem o consumismo, criam graves problemas ambientais como o aquecimento global. Em relação ao ideal de uma vida sustentável construída em escala planetária, o MZ identifica alguns obstáculos.

Obstáculos à sustentabilidade

Desde que o capitalismo tornou-se um modelo predominante em todo o mundo, a economia ocupa um lugar de destaque, e de certa forma, molda a visão de mundo das pessoas, suas crenças, seus valores. Algo já percebido por Weber (1993) ao chamar a atenção para racionalização da vida social sob a égide do *ethos* capitalista. Os efeitos dessa concepção são a produção sistêmica de desigualdades e a concentração de renda. Uma

¹⁹ Obsolescência visível ocorre do uso dos produtos que embora ainda possam ser utilizados, vão perdendo suas características originais muito rapidamente, como cor, integridade e novos modelos e *design* vão surgindo, exercendo uma pressão via propaganda para que as pessoas comprem o modelo atualizado. A obsolescência programada acontece quando os produtos são desenvolvidos para durar pouco tempo, e seu concerto ou recondicionamento é economicamente inviável, o que força as pessoas a ingressarem continuamente na roda do consumo. Sobre isso ver também PACKARD, Vance. A estratégia do desperdício. São Paulo: Ibrasa, 1965 e PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2010.

condição intrínseca que se propaga pelas contradições próprias de um modelo voltado a acumulação.

Os processos de produção e distribuição com base no mercado fogem as relações de interação direta entre as pessoas, entre quem produz e quem consome. Tem-se uma regulação onde estranhamente é a oferta que promove a demanda. Isso ocorre nos segmentos de marketing, que usando especialistas, esquadrinham a subjetividade humana, e com suas campanhas milionárias criam novas necessidades a cada dia e convencem as pessoas a aceitá-las como essenciais as suas vidas (BRIENT, 2009).

Outro aspecto, a divisão fundamental entre a propriedade privada dos meios de produção de um lado, e trabalhadores de outro, faz germinar oposições e conflitos, antagonismos diversos que tem custado muitas vidas e sofrimento. A lógica mercantil permite que particulares monopolizem o uso das matérias-primas, bem como do conjunto de instrumentos, técnicas e utensílios para a produção de bens e serviços (MARX, 1980).

O resultado endêmico da busca pela auto-maximização de ganhos e resultados põe em movimento uma “racionalidade” fria e uma total inversão de prioridades, colocando o valor vital referenciado na vida humana, em detrimento do valor monetário, voltado ao ganho e acumulação.

Tal perspectiva remonta a defesa que Locke (1998) e Smith (1988) fazem da propriedade privada e do dinheiro como sinônimo de trabalho, quando na verdade o dinheiro tomado como um fim em si mesmo, foi o que permitiu aos proprietários reduzir o trabalho a uma mercadoria, explorar os trabalhadores, sem que eles mesmos (os proprietários) precisassem trabalhar, cultivando ou produzindo algo a partir de si mesmos e de seu trabalho.

No curso histórico da economia capitalista, tanto as teorias econômicas clássicas ou atualmente as teorias e práticas neoliberais, não resolvem o problema fundamental das crises cíclicas do capitalismo e do fosso crescente entre ricos e pobres, conforme analisou Picketty (2014).

Para os teóricos e integrantes do MZ, o modelo de civilização baseado na economia de mercado está em seus estertores e a perspectiva marxista, mesmo não tendo conseguido efetivar seu ideal de construir um modelo de vida social de qualidade e abundância, deu inúmeras contribuições nessa direção. Seja pela crítica social ao modelo capitalista, seja pelas tentativas históricas de construir um sistema econômico onde a propriedade dos meios de produção fosse social e coletiva, onde a gestão fosse horizontal, cooperativa e compartilhada. Apesar das limitações históricas dessas tentativas pelo mundo, é inegável reconhecer o avanço e a contribuição desses ideais.

Em relação os limites e problemas advindos da economia de mercado, principalmente do passivo ambiental provocado por décadas de desenvolvimento predatório e destruição progressiva das pessoas e do meio ambiente, o MZ analisa e conclui que o capitalismo representa uma patologia social, colocando em oposição eficiência do mercado e eficiência técnica. Importa vender mais e mais, incentivar o consumismo desenfreado numa afronta clara aos imperativos da sustentabilidade social, cultural e comportamental.

De um modo geral, a resolução de problemas e, conseqüentemente, o aumento da eficiência é, em muitos aspectos, um anátema para a operação do mercado. A solução dos problemas em geral significa o fim da capacidade de obter renda a partir da "manutenção" desses problemas. Melhor eficiência quase sempre significa uma redução na necessidade de trabalho e de energia e, ao mesmo tempo

em que isso possa parecer positivo em relação à verdadeira eficiência do planeta, também, muitas vezes, significa uma perda em postos de trabalho e redução da circulação monetária devido a sua aplicação (MZ, 2014, s/p)

O resultado desse modelo é a valorização do dinheiro como um fetiche. Um fenômeno perigoso e potencialmente destrutivo para o projeto de uma sociedade sustentável. O comportamento monetário “dinheiro gerando dinheiro” afetou o sistema de valores, reduziu a vida humana a um mero veículo, um meio para se conseguir dinheiro, seja por meio da escravidão pelo crédito, gerando dívida e mais dívida, seja pela exploração do trabalho na busca pela mais valia. “Essa ideia de “crescimento” necessário, ao invés de um estado de equilíbrio estacionário” produz efeitos perniciosos em diferentes níveis. Tal lógica tornou secundária a preocupação com o meio ambiente com o bem estar real das pessoas, com a saúde pública, com a educação pública de qualidade.

A sustentabilidade numa Economia Baseada em Recursos

De modo geral, esta muito disseminado na cultura contemporânea a ideia de que a única forma de resolver problemas como a desigualdade social seja a busca do crescimento progressivo e ilimitado. Numa economia em expansão seria possível gerar renda e oportunidades de desenvolvimento as pessoas. Algo que soa falacioso considerando que nas últimas décadas, apesar das crises inerentes ao modelo capitalista, e mesmo em meio a crescimento das economias, tem ocorrido uma intensa concentração de riqueza por um lado e um aumento da pobreza por outro (PIKETTY, 2014).

Outro efeito deletério da economia de mercado é o incentivo ao consumo desenfreado e o comportamento irresponsável, que não leva em consideração os recursos disponíveis e os processos de renovação do planeta. Uma situação que coloca a sociedade humana numa grande armadilha em relação ao seu futuro e sobrevivência enquanto espécie.

Num contraponto a essa conjuntura, cresce a compreensão de que a Terra é um sistema fechado e num sistema fechado o crescimento não pode ser linear (WILSON, 2013). A lógica da linearidade econômica poderá exaurir os recursos e minerais que a Terra levou bilhões de anos para formar, o que inclui os combustíveis fósseis.

O aspecto original que marca a novidade do MZ se encontra em sua proposição em reorganizar a economia para além das classificações usuais de um formato social democrata, socialista ou comunista. A visão que defendem de uma economia pós-capitalista está respaldada no uso de pesquisas

socialmente direcionadas e conhecimentos testados em Ciência e Tecnologia, somos capazes de desenvolver abordagens sociais que poderiam ser profundamente mais eficazes no atendimento às necessidades da população humana. Estamos agora em condições de aumentar drasticamente a saúde pública, melhor preservar o habitat, além de estrategicamente reduzir ou eliminar muitos problemas sociais comuns hoje, que são, infelizmente, considerados inalteráveis por muitos devido à sua persistência cultural (MZ, 2014, s/p)

Embora muitos autores tenham imaginado e proposto uma nova forma de organizar a sociedade, desde a República de Platão, a Utopia de Morus ou comunismo de Marx, a

diferença na proposição do MZ é demarcada por um conjunto ordenado de conceitos e práticas que visa a abolição do dinheiro com todos os desdobramentos que isso acarretaria, de imediato, o fim do sistema financeiro mundial e da economia de base monetária. Num processo de compreensão, aceitação e transição para o modelo de Economia Baseada em Recursos, todos os recursos da Terra passam a ser considerados herança e patrimônio de toda a humanidade. A perspectiva radical desse princípio pressupõe a remoção de fronteiras artificiais e dispositivos de todas as ordens que limitam o acesso das pessoas a uma vida de abundância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição que a ação do MZ objetiva acelerar rumo a um novo modelo de sociedade, prevê a interrupção do ciclo monetário e o fim da circulação de dinheiro. A raiz dos males do mundo contemporâneo repousam na aceitação dos pressupostos do paradigma sócio-econômico vigente e do entendimento tácito de que seus efeitos são inevitáveis. Fenômenos como crises econômicas, escassez de recursos, problemas ambientais, desigualdades, contradições, fomes, guerras e conflitos são tidos consequências da falta de aperfeiçoamento do capitalismo ou ainda, atribuídos a natureza humana propensa ao egoísmo e a violência. Passa ao largo da cultura midiática aprofundar a compreensão desses problemas e relacioná-los ao modelo, ou aos fundamentos da economia monetária (MZ, 2014, s/p).

O MZ acredita ser possível a transição para um novo paradigma onde a gestão inteligente estratégica dos recursos da Terra por uma nova lógica operativa, na qual o valor central é a vida. O uso dos mais eficientes sistemas tecnológicos e científicos tornariam acessível ao conjunto da população do planeta o acesso a uma vida digna. Tal proposição iria substituir o atual modelo centrado na administração de indivíduos, grupos e nações, os quais sofrem a interferências dos interesses corporativos mundiais.

As informações veiculadas pelo MZ não expõe com clareza e detalhes de como seria essa nova organização social global. Limitam-se a informar seus princípios e enfatizar que a sustentabilidade é um projeto irrealizável sem a superação do atual modelo econômico. Indicam se tratar de uma construção coletiva tendo como ferramentas principais a ciência e a tecnologia a serviço da vida. A forte presença do movimento nas mídias sociais, a aceitação progressiva de suas ideias principalmente entre os descontentes e críticos do capitalismo indicam que as contradições e limites desse sistema, estão cada vez mais perceptíveis. Parece que os profetas do neoliberalismo que falavam no fim da história a partir da economia de mercado, além de arrogantes estavam errados.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília : Letraviva, 1999.

_____, **Saber cuidar - ética do humano: compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2000

BRIENT, Jean-François. **A servidão moderna**, 2009

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MARX, K. **O capital: o processo global de produção capitalista**. Coleção Os Economistas, vol. III, tomo IV. Abril Cultural: São Paulo, 1980

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

SANTOS, Boaventura Souza de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. São Paulo: Intrínseca, 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Vol I. São Paulo: Nova cultural, 1988. Coleção os pensadores.

WILSON, Edward. **A conquista social da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

WEBER, Max, **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1993

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA REDE DESIGN POSSÍVEL

Cláudia Resem Paixão; Richard Luiz de Sousa Perassi
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
Design e Expressão Gráfica.

RESUMO

“Design Possível” é uma expressão que denomina uma rede de grupos produtivos e projetos independentes, em diferentes localidades brasileiras. Em geral, esses grupos fabricam produtos artesanais, com a reutilização de materiais descartados, assessorados por equipes de designers reunidas através de projetos de extensão universitária. Os projetos buscam atingir objetivos educacionais, sociais e ambientais como: (1) promover o aprendizado dos estudantes envolvidos; (2) gerar trabalho e renda para as comunidades assistidas; (3) desenvolver práticas socioambientais estimulando o consumo responsável. A problemática deste artigo aborda a aplicação do conhecimento sobre Gestão do Design com base no modelo internacional de gestão em “Design Possível”, diante da possibilidade de sua aplicação futura, tendo como objetivo a investigação e descrição de um entre os modelos de gestão já constituídos. Neste artigo, apresenta-se parte do processo e dos resultados de uma pesquisa descritiva com base qualitativa que foca na estrutura do modelo de gestão da rede, a partir dos fundamentos oriundos do primeiro projeto “Design Possível”, do qual iniciou-se em Novembro de 2004, com uma parceria entre o curso de graduação em Design Industrial da Universidade Presbiteriana Mackenzie e a instituição italiana, Universidade de Firenze.

Palavras-chave: Fabricação Artesanal; Gestão do Design; Grupos Produtivos.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável econômico, parte da correlação entre desenvolvimento social e ambiental. Os cuidados com as fontes de recursos naturais e as atitudes socialmente responsáveis, levantadas ao longo da presente pesquisa, representam parte de um conjunto de ações que envolvem a educação popular regional, estas aplicadas por meio de estratégias empregadas em projetos sociais. Essas estratégias atuam promovendo a organização das pessoas para que essas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e descubram os recursos potenciais de construção do futuro baseado em inclusão social e econômica, e eco-responsável.

O estudo parte da problemática acerca das possibilidades de replicação do modelo de gestão da rede “Design Possível”, este apresentado em nível internacional, com o objetivo de investigar e descrever os modelos de gestão atualmente constituídos. Utilizando a análise estratégica, investigativa e orientada por três fases: (1) inspiração, (2) idealização e (3) implementação, a área de Gestão do Design pode adotar a abordagem reconhecida como *Design Thinking*, caracterizada pela aplicação dos recursos da área em função da inovação e do desenvolvimento humano. Em sua plena amplitude, a área de Design agrupa e relaciona aspectos e elementos de estudos sobre Estética, Forma, Função, Produto, Público e Mercado, entre outros. Além disso, adota elementos teóricos e práticas relacionadas à gestão como, por exemplo, a “Análise SWOT”, que considera os aspectos relacionados a forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Assim, é possível obter informações úteis, promover ideias e métodos, os quais serão utilizados nos processos de planejamento, gestão e atuação.

A expressão “Design Possível” é usada para designar o projeto continuado de instituição de uma rede descentralizada, decorrente da organização e atuação de diferentes unidades locais que, geralmente, são compostas por: (1) grupo de acadêmicos de Design ligados a uma universidade; (2) organização não governamental (ONG), e (3) grupo ou grupos comunitários produtivos.

A participação dos acadêmicos ocorre através das atividades previstas em um “projeto de extensão universitária”. Pois, os projetos e as atividades desenvolvidos nas universidades são categorizados como: (1) ensino; (2) pesquisa, e (3) extensão. As atividades de pesquisa subsidiam as atividades de ensino, com conhecimentos e desenvolvimento de métodos ou produtos. Por sua vez, as atividades de extensão permitem a inserção das práticas acadêmicas na realidade social, partindo da pesquisa e do conhecimento dessa realidade. Assim, a extensão possibilita a aplicação e a avaliação socialmente contextualizada dos conhecimentos teóricos e práticos aprendidos nas universidades.

Há um modelo geral para a organização e a gestão em “Design Possível”. Assim, uma vez reunidas as condições necessárias, é viável fundar e desenvolver uma unidade “Design Possível” em qualquer lugar do mundo. De modo geral, “Design Possível” é o nome que identifica, reúne e organiza a rede de diferentes unidades produtivas existentes em diversas localidades brasileiras. Porém, trata-se de uma rede em constante ampliação, porque não é limitada pela previsão de um número máximo de unidades locais associadas. Em cada unidade local, é viabilizada a participação do grupo acadêmico, com professores, estudantes e outros profissionais, por meio de elaboração e desenvolvimento do projeto de extensão universitária. Normalmente, o projeto acadêmico prevê a parceria de uma organização não governamental (ONG) que, geralmente, já está atuando em comunidades e enfrentando a necessidade de viabilização ou ampliação de possibilidades para gerar trabalho e renda para seus grupos produtivos.

Em síntese, a rede “Design Possível” identifica, reúne e organiza um conjunto descentralizado de unidades produtivas locais, que são basicamente autônomas. Tais unidades são assessoradas por grupos locais de universitários de Design. A atividade característica é a fabricação de produtos artesanais, de maneira social e ecologicamente responsável. A finalidade prevista é gerar oportunidades de trabalho e renda, para grupos produtivos em comunidades assistidas por organizações não governamentais (ONG).

2. DESENVOLVIMENTO

Este artigo é decorrente de parte dos estudos realizados no Programa de Pós Graduação em nível de Mestrado em Design e Expressão Gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina (Pós-Design/UFSC), no contexto da disciplina Fundamentos da Gestão e de acordo com os temas: Gestão do Design e Significação e Comunicação da Marca (Grupo de pesquisa – SIGMO/CNPQ/UFSC). Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de base qualitativa, isto é, de acordo com Reneker (1993), o pesquisador desenvolve conceitos, idéias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos. Assim, foram coletados dados acessíveis na internet, referências em livros e artigos, descrevendo-os e caracterizando-os, de acordo com os conceitos selecionados durante a pesquisa teórica realizada em paralelo.

De acordo com Pons (2006), a rede “Design Possível” teve início a partir do mês de Novembro de 2004, com o desenvolvimento do projeto pioneiro de extensão universitária, proposto pelo curso de Design de Produto da instituição paulistana, Universidade Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Presbiteriana Mackenzie, em parceria com uma instituição italiana, Universidade de Firenze. Portanto, as atividades iniciais da atual rede “Design Possível”, foram desenvolvidas em duas cidades: na brasileira São Paulo e na cidade italiana Firenze. Assim, foi constituído um campo para a troca de conhecimentos técnico-científicos oriundos de diferentes culturas, com o objetivo de estimular a aplicação de Design, como fator gerador de soluções em atividades que buscam promover a equidade social.

Conforme Pons (2006), no contexto universitário, o projeto inicial caracterizou uma oportunidade de inserção atuante de um pequeno grupo de estudantes de Design junto a comunidades externas à instituição e, também, de interação desse grupo no processo internacional de intercâmbio de experiências. Pois, considerando a responsabilidade socioambiental, o projeto previa a interação internacional, gerando trabalho e renda para grupos produtivos comunitários, através da prática responsável de Design: (1) o foco produtivo é a fabricação artesanal de produtos, com reutilização de materiais industrializados; (2) o enfoque social é possibilitar a geração de trabalho e renda para grupos produtivos comunitários; (3) o posicionamento comercial é oferecer opções ao mercado, visando promover o consumo responsável.

2.1 Aspectos gerais da gestão

A partir do projeto de extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie, foi consolidada uma estrutura de gestão e atuação da rede “Design Possível”. Sob os aspectos jurídicos e empresariais, essa estrutura “Design Possível” foi registrada localmente como uma “associação sem fins lucrativos”. Assim, há a obrigação legal de publicar o seu balanço contábil anualmente. Há, portanto, uma estrutura e uma dinâmica de gestão dos projetos ou grupos produtivos que, primeiramente, decorrem da interação entre (1) um grupo de estudantes universitários, (2) uma organização não governamental e (3) uma comunidade. Sendo que todos os participantes são orientados a pensar e agir de acordo com a missão, a visão e os valores comuns que preveem: “promover, estimular, discutir, estudar e aplicar o design, contribuindo para estruturar novas formas de produção e de relacionamento com o mercado, auxiliando no processo de transformação da sociedade”.

2.2 Aspectos metodológicos de gestão e produção

No contexto da sociedade industrial, as atividades de Design foram orientadas para o projeto e o desenvolvimento de produtos fabricados por sistemas mecânico-industriais. Na atualidade, os grupos produtivos comunitários que necessitam de possibilidades para gerar trabalho e renda podem e são organizados como cooperativas para atuar na fabricação de produtos artesanais.

Por tratar-se do reaproveitamento de resíduos sólidos industriais, Pons (2006) assinala como referência inicial e básica, a metodologia de Design proposta por Bruno Munari no livro *Das Coisas Nascem Coisas* (1998). Porém, cada equipe acadêmica pode desenvolver uma proposta metodológica de acordo com os critérios de trabalho do grupo e com as condições locais. Além disso, na atuação conjunta entre professores e estudantes de Design, os procedimentos metodológicos de Design são também relacionados aos procedimentos metodológicos de cunho pedagógico.

2.3 Aspectos do produto

De acordo com Manzini e Vezzoli (2008), com o termo “*Sustentabilidade Ambiental*”, referimo-nos às condições sistêmicas, em nível regional e planetário, que as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais em que se baseia em tudo que a resiliência do planeta permite e, ao mesmo tempo, não devem empobrecer seu capital natural, que será transmitido às gerações futuras. A rede “Design Possível” utiliza como matéria prima de seus produtos, basicamente, resíduos sólidos de produtos industrializados provenientes da comunidade universitária, de empresas ou de comunidades parceiras. Há, inclusive, resíduos de materiais gráficos, entre outros. Os produtos fabricados artesanalmente são diferenciados pelo próprio processo produtivo e por características da cultura local. Mas, também, são estética e funcionalmente projetados ou elaborados para o amplo consumo, numa perspectiva glocalista (do local para o global).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A GESTÃO DO DESIGN NA REDE

A pesquisa realizada considerou como problemática a necessidade de uma análise em torno da Gestão do Design no modelo de gestão “Design Possível”, diante da possibilidade de sua aplicação ou adaptação futura. Assim, o objetivo foi descrever o modelo de gestão em rede com adaptações regionais, desenvolvido no sistema gestor da iniciativa “Design Possível”.

Trata-se de uma perspectiva relevante para os estudos aqui propostos, uma vez que relaciona as áreas de Gestão e Design. O próprio sistema de rede exige um tipo de planejamento típico do pensamento em Design, requerendo também um conjunto instrumentos para suportar os processos de informação e comunicação necessários à gestão.

No tocante ao objeto de estudo, os objetivos e os interesses gerais da rede “Design Possível” preveem: (1) a gestão produtiva; (2) os processos eficientes de comunicação interna e externa; (3) o desenvolvimento de serviços, bens e produtos, para proporcionar organização, trabalho e renda aos membros das comunidades envolvidas. Especialmente neste sentido é que as atividades pertinentes à área de Gestão de Design são mais requisitadas porque os produtos projetos e fabricados são decorrentes dos recursos de Design.

Os valores que embasam ideologicamente e são cultivados na criação e no desenvolvimento dos projetos relacionados à rede “Design Possível” tratam de questões pertinentes à responsabilidade socioambiental, constituindo um campo de aprendizado e aplicação de conhecimentos de interesse social e ecologicamente responsável. Isso é especialmente evidenciado na prática de reutilização de materiais e produtos descartados na fabricação de novos bens de consumo pois ocorre uma ampliação no ciclo de vida do produto.

O estudo do processo de Gestão de Design da rede “Design Possível”, assinala a possibilidade de uma gestão sistêmica, integrada com as demandas sociais e ecológicas e com diferentes iniciativas da sociedade atual. Além disso, propõe a relativa autonomia dos projetos e dos grupos produtivos locais, que desenvolvem e propõem soluções particularizadas com o potencial de promover estratégias e soluções particulares que, eventualmente, podem ser igualmente eficientes em outras situações. Assim, o processo de comunicação em rede permite também que circulem as informações sobre as criações,

descobertas e implementações realizadas em diferentes lugares, compondo um acervo de soluções que é disponibilizado para toda a rede.

Tudo isso implica em criação, recuperação, adaptação e aplicação de ideias e práticas relacionadas a áreas específicas em Design como: (1) Design social, (2) Design sustentável e (3) Design participativo. As soluções são criadas ou recuperadas e aplicadas de acordo com as necessidades de cada situação ou arranjo local, porque as condições produtivas são influenciadas pelos valores da cultura local. Isso prevê a diferenciação local das melhores práticas e dos temas mais expressivos.

Diante do exposto, considera-se que o estudo aprofundado da rede “Design Possível” oferece um amplo repertório para o diálogo com a área de Gestão do Design, pois, há a oferta de proposições e soluções ainda pouco sistematizadas, que podem ser aprimoradas com os estudos pertinentes a área de Gestão do Design, resultando em um repertório de estratégias e ações para serem aplicadas como soluções futuras. Também, há diversas situações problema nas quais os procedimentos já confirmados em pesquisas da área de Gestão do Design podem ser utilizados como soluções eficientes às situações observadas.

REFERÊNCIAS

- [1]. BEST, Kathryn. **What can Design Bring to Strategy? designing thinking as a tool for innovation and change**. Rotterdam: Centre For Applied Research In Brand, Reputation And Design Management (cbrd) At Inholland University Of Applied Research, 2011.
- [2]. POSSÍVEL, Design. **Um grupo de designers e educadores sociais**. 2012. Disponível em: <<http://www.designpossivel.org>>. Acesso em: 08 abr. 2015.
- [3]. GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
- [4]. HOUAISS, Intituto Antonio. **Grande Dicionário on line da Língua Portuguesa**. 2012. Disponível em: <houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2015
- [5]. JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- [6]. MANZINI E VEZZOLI, **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis**. São Paulo: USP, 2008.
- [7]. MARTINS, Rosane Fonseca de Freitas; MERINO, Eugenio Andrés Diaz. **Gestão de design como estratégia organizacional**. Londrina: EDUEL, 2011.
- [8]. MOZOTA; KLOPSCH e CAMPELO. **Gestão do design**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.
- [9]. PAZMINO, A. V. Metodologia de projeto de produto com abordagem social no desenvolvimento de carrinho de coleta de materiais recicláveis. In: **Anais do 3o Congresso Internacional de Pesquisa em Design**. Rio de Janeiro, 2005.
- [10]. PONS, R. **Design Possível: um Estudo de Caso Exploratório de Práticas Educativas desenvolvidas com ONGs (2004-2005)**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006 (dissertação de mestrado).
- [11]. RENEKER, Maxine H. **A qualitative study of information seeking among members of na academic community: methodological issues and problems**. Library Quarterly, v. 63, n. 4, p. 487-507, Oct. 1993.
- [12]. VALENTIM, Marta Lúgia Pomin. **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo, 2005.

ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA E COMUNIDADES TRADICIONAIS: PROMOVENDO O TURISMO COMUNITÁRIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Isabel Jurema Grimm; Carlos Alberto Cioce Sampaio
UFPR - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Microempreendimentos Solidários; Turismo Comunitário; Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO

O associativismo representa uma estratégia para fortalecer o desenvolvimento solidário, sustentável ou uma “outra economia” apontando para uma nova lógica de desenvolvimento com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Surge como mecanismo para garantir aos pequenos empreendedores a inserção na economia de mercado aproveitando seu potencial.

Ao tratar-se de empreendimentos solidários destaca-se o papel das incubadoras de cooperativas populares - que são organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários atuando como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. São priorizados grupos organizados tanto formal quanto informalmente, chamados de socioempreendimentos compartilhados, e que sobrevivem sob a égide da economia de mercado, entretanto, preservando sua dinamicidade comunitária vinculada ao território. A incubação compromete-se com o processo de desenvolvimento territorial de caráter endógeno e fornece as bases para a concretização da organização de redes solidárias; do associativismo, que contribui para ampliar as condições de sustentabilidade dos empreendimentos e o fortalecimento do sentido de comunidade.

Comunidades tradicionais podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade), o desenvolvimento do território comunitário, transformando-o em um espaço de decisão e valorização de suas identidades com respeito ao ambiente. Neste sentido questiona-se: comunidades tradicionais podem promover o turismo comunitário e o desenvolvimento territorial sustentável, não só atuando no processo de incubação de microempreendimentos, mas busca do fortalecimento do sentido de comunidade?

Para responder ao questionamento a metodologia interdisciplinar reside na pesquisa-ação. O campo empírico é a Microbacia do Rio Sagrado, composta pelas comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, parcialmente inserido na Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba e na Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica (ReBIO). No local concentra-se uma população de 520 famílias entre residentes e proprietários de chácaras. A área além de sustentar modos de vida tradicionais que sintetizam culturas indígenas, europeias e africanas possui expressiva biodiversidade.

Como principais resultados têm-se o Programa de Honra como estratégia para capacitação de membros comunitários - entre eles muitos jovens que passam a compreender o que é trabalho coletivo - constituindo-se como projeto de incubação de

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

comunidade para promover o turismo de base comunitária, não como mais um segmento de atividade turística, mas como indutor de desenvolvimento territorial sustentável. Destaca-se que de fato não se tem como resultado principal a criação de empreendimentos, mas a formação de jovens com capacidade de serem sócios empreendedores solidários.

1. Práticas alternativas que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do território da Microbacia do Rio Sagrado.

1.1 O território em análise

Na Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado as comunidades estão organizadas em duas associações, Associação de Moradores do Rio Sagrado (Amorisa) com a principal finalidade da gestão do abastecimento da água, e a Associação Comunitária Candonga com a finalidade da agroindustrialização de produtos in natura em sua sede (onde está instalada uma cozinha comunitária) e desenvolve ações com o intuito de atuar na defesa dos interesses sociais, culturais e econômicos das famílias associadas. No local encontram-se 520 famílias, das quais 270 são consideradas residentes e 250 famílias não residentes, ou seja, possuem propriedades para o lazer em finais de semana.

O território se constitui num pequeno povoado caracterizado como rural, com uma economia baseada na pequena produção agroindustrial da cana-de-açúcar, da mandioca e de frutas e verduras e são organizados pelos socioempreendimentos localizados na região. A banana abundante no local é importante matéria-prima para a produção de doces, balas, chips e para produção do artesanato feito com a fibra da bananeira.

A criação de um espaço social composto de uma cozinha comunitária e de uma biblioteca são exemplos da iniciativa de trabalho tendo como parceiros a universidade (por meio do conhecimento científico) e comunidade local, neste caso o grupo da terceira idade (aliando o conhecimento tradicional), que está trazendo resultados positivos.

O turismo comunitário como acontece na localidade - é pensado como projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, na qual promove a vivencialidade entre população originária residente e visitante. Sendo de base comunitária, o turismo fomenta a relação social entre modos de vida distintos, resgatando e reconstruindo o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico. A infraestrutura para o turismo ainda é modesta. Contudo no local é possível desfrutar de momentos agradáveis, pois na comunidade está disponível uma série de vivências capazes de ocupar de forma vivencial o tempo dos visitantes.

1.2 O Programa de Honra para fortalecimento da incubação de projetos comunitários.

Iniciado nos Estados Unidos na década de 1920 o Programa de Honra tinha o propósito de conservar a liberdade de pensamento, que no período entre guerras privilegiava o tecnicismo. Centra seus trabalhos em espaços de experimentação interdisciplinar. Na América Latina países como o Chile e o Brasil o programa de Honra encontra espaço para se difundir e inovar.

No Brasil encontrou possibilidades de prática em função do financiamento do Edital n. 23/2008 lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agronegócio) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), edital este encampado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e apoiado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O Programa de Honra tem intuito de oferecer ampla variedade de conhecimentos à população residente na Microbacia do Rio Sagrado, onde a metodologia de ensino e práticas pedagógicas possibilitam estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável (Grimm, 2010, p.96). As oficinas disponibilizadas à comunidade oportuniza identificar problemas existentes e buscar soluções. Por meio da ação prática, com estímulo à descoberta, à experimentação e ao debate, a metodologia desenvolve a capacidade de observação do participante sobre seu território, estimula seu senso crítico, desperta a consciência ambiental e o incentiva a participar ativamente de todas as etapas do programa na qual busca alternativas para melhoria da qualidade de vida de todos.

Fundamentado no objetivo maior de aproximar a universidade da realidade socioambiental regional, e da mesma forma aproximar a comunidade da universidade, possibilita ainda a incubação de socioempreendimentos. Processo desenvolvido por jovens moradores das comunidades da Microbacia do Rio Sagrado em parceria com a Universidade. Neste ponto o Programa de Honra como projeto de incubação entra em ação propondo formas de organização, capacitação, desenvolvimento associativo, preocupação com o meio ambiente e o ingresso de recursos financeiros para a gestão das etapas de incubação.

O programa realizou a capacitação de membros comunitários, entre eles muitos jovens que a partir de conhecimentos do que seja o trabalho coletivo, para juntos, comunidade e universidade realizarem trabalhos dentro da formatação cooperativa. No momento em que a comunidade adquire capacidade de gerenciar as atividades de forma emancipada, a universidade aos poucos se retira, pois a comunidade está preparada para protagonizar sozinha o desenvolvimento.

1.3 A Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento: associativismo e cooperação.

A experiência da Zona de Educação para Ecodesenvolvimento (ZEE) da Microbacia do Rio Sagrado ocorre por meio de duas associações formalmente consolidadas: a Associação de Moradores de Rio Sagrado (AMORISA), cujo objetivo inicial era a gestão do abastecimento de água na localidade, mas que vem trabalhando em diversas frentes de mobilização a exemplo do projeto aqui descrito e; a Associação Comunitária Candonga, conhecida como “Cozinha Comunitária”, que abriga em sua sede equipamentos para a agro industrialização de produtos in natura ali cultivados, para o uso de famílias de moradores do bairro como alternativa de renda. Mais recentemente e paralelamente ao projeto uma nova associação vem sendo constituída: a ARTRISA, que congrega grupo de artesãos de Rio Sagrado.

O contexto socioeconômico local é de famílias de baixa renda e pouca escolaridade que sobrevive baseado na pluriatividade. É interessante ressaltar a dificuldade de comercialização daquilo que é cultivado ou produzido em Rio Sagrado e neste sentido, as duas últimas associações citadas foram criadas com o intuito de projetar meios de escoamento da produção local em maior escala e de forma mais justa. Observa-se que nestas associações as mulheres, muitas delas com vastas responsabilidades familiares, acumulam muitas funções de liderança, estando em maior número do que homens.

É neste contexto de solidariedade e cooperação para o enfrentamento das dificuldades rotineiras, inerentes aos espaços urbanos nos dias atuais que, paralelamente a outros três projetos de ação institucionais que estavam em curso na ZEE Rio Sagrado, desenvolveram-se nos anos de 2009 e 2010 o Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia, que focou em um processo de educação para o ecodesenvolvimento com jovens entre 12 e 18 anos, moradores da localidade.

2. Resultados: alguns ensaios de socioempreendimentos.

Participaram diretamente do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia o total de 158 pessoas. Por meio das oficinas o Programa criou alguns ensaios de socioempreendimentos, conforme determinava o regulamento do edital que o financiou. Os ensaios, que paralelamente às oficinas estavam sendo colocados em prática, são desdobramentos do programa que corroboram com a proposta de desenvolvimento sustentável, onde pequenos grupos (formais ou mesmo informais) exercitam soluções para o enfrentamento de problemas socioambientais e econômicos que assolam suas comunidades onde vivem. Trata-se do estabelecimento de empreendimentos individuais ou coletivos, que estejam conectados com o território e façam uso das redes de relacionamento nele constituídas. Estas redes, por sua vez e pela relação de confiança que enlaça os membros comunitários, facilitam ações solidárias com vistas a inserção dos socioempreendimentos na economia de mercado.

A primeira etapa do programa, mais especificamente no âmbito da oficina de Associativismo, originou o Grupo Força Jovem. Este grupo é fruto de uma demanda por espaço e reconhecimento do potencial das ideias e ações dos jovens participantes das oficinas. Ao longo dos dois anos de execução do projeto, as oficinas foram usadas pelos jovens para trazerem à tona suas dificuldades e limitações no trabalho e equipe e de sua repercussão nos grupos de pessoas de mais idade. A evolução das oficinas também agregou novos integrantes e reestruturações no funcionamento do grupo foram propostas.

Foi no seio deste grupo que os socioempreendimentos de Rio Sagrado foram criados, a partir da criatividade dos participantes. Dentre estes ensaios, estão a Feira de Trocas Solidárias de Rio Sagrado e a Agência Virtual de Turismo de Rio Sagrado (com foco no Turismo Comunitário).

As Feiras de Trocas Solidárias teve a primeira edição do evento em 2007 com mais de 70 participantes e usando a moeda solidária denominada “Sagrado”. A liderança na organização desta atividade passou a ser exercida pelo Grupo Força Jovem do Rio Sagrado o que não excluiu a participação de atores sociais de outras gerações. O evento tem estatuto próprio, que em sua descrição privilegia a solidariedade nas relações comunitárias. Incentiva as trocas de saberes, bens e serviços e bons sentimentos, valorizando itens de produção artesanal e de necessidade de consumo.

A Agência Virtual de Turismo é uma tentativa da comunidade gerenciar as visitas no âmbito do turismo comunitário, que ocorre em Rio Sagrado desde meados de 2007, principalmente com a recepção de estudantes universitários interessados em conhecer as experiências comunitárias. Inicialmente, os grupos eram organizados por professores e estagiários docentes das disciplinas de graduação e mestrado que se relacionavam com a experiência de Rio Sagrado. O trabalho de roteiro e os contatos com os moradores eram feitos de forma voluntária. Contudo, alguns moradores que recepcionavam os turistas logo perceberam que a organização do roteiro e das atividades turísticas deveria ser realizada por moradores da localidade, mas não sabiam como operacionalizar a atividade em função de dificuldades de acesso a ferramentas de comunicação como internet e telefone. Foi nas oficinas da segunda etapa do Programa de Honra que os jovens participantes, com maior facilidade de acesso a internet, passaram a discutir uma possível solução para o problema. Na última etapa do Programa de Honra foi criada a Agência Virtual de Turismo de Rio Sagrado, com o objetivo de divulgar a localidade para pessoas interessadas no conceito de turismo comunitário e dispor de contatos locais para a organização dos roteiros.

Observa-se que estes socioempreendimentos tem vínculo muito próximo com a questão do turismo. A abordagem desta temática foi determinante para que os jovens participantes do programa e adultos pudessem visualizar a possibilidade de recepcionar visitantes

interessados em suas vivências cotidianas e na realização de trocas de conhecimentos a partir da construção de relacionamentos. Isto se opõe a lógica mercantilizada comum à atividade turística tradicional, e pode ser mencionado como um importante passo rumo a um padrão de desenvolvimento mais justo.

CONSIDERAÇÕES

As ações que permeiam o cotidiano de pessoas simples e que valorizam os seus “saberes” e “fazeres” criam possibilidades para que elas se deem conta de sua importância e de que são responsáveis pelo processo de construção de seus próprios destinos fazendo-os mais críticos e conscientes de sua realidade e transformando-se em sujeitos ativos da ação (FREIRE, 1998).

Comunidades, organizações sociais, universidades, setor público e privado tem se organizado aliando esforços com objetivo de proteger o território que fazem parte e consequentemente melhorar as condições de vida de suas populações. Estas compartilham preocupações similares na procura e construção de espaços socioambientais mais saudáveis, tanto para hoje como para as futuras gerações. No território do Rio Sagrado estas ações ocorrem demonstrando como a comunidade local, e universidade unem esforços e fazem um trabalho conjunto e participativo, fortalecendo o sentido de comunidade.

O Programa de Honra como estratégia para capacitação de membros comunitários - entre eles muitos jovens que passam a compreender o que é trabalho coletivo -, constitui-se como projeto de incubação de comunidade para promover o turismo de base comunitária, não como mais um segmento de atividade turística, mas como indutor de desenvolvimento territorial sustentável. De fato não se tem como resultado principal a criação de empreendimentos, mas de jovens com capacidade de serem sócios empreendedores.

REFERÊNCIAS

DIAS, A. **“Programa de honra em estudos e práticas em ecossocioeconomia: uma contribuição para a zona de educação para o ecodeenvolvimento na localidade de Rio Sagrado – Morretes (PR)”**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, FURB, 2011, 200 p.

FLORIANI, D. **Diversidade cultural, desafios educacionais e sistemas cognitivos: para pensar uma modernidade em crise**. Revista eletrônica, Mestrado em Educação Ambiental, ISSN 1517-1256, FURG, v especial, setembro de 2010.

FREIRE, P. **“Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GRIMM, I.J. **Planejamento Territorial: uma metodologia de monitoramento de Indicadores Socioambientais na Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) FURB: Blumenau, 2010, 210p.

GRIMM I.J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade?** III CONGRESSO DE CULTURA E Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

EDUCAÇÃO PARA AMÉRICA LATINA (CEPIAL), Curitiba, 2012. Anais eletrônicos. Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: http://cepial.org.br/inc/anais/eixo4/324_IsabelJuremaGrimm.pdf. Acessado em: 02 de agosto de 2012.

SAMPAIO, C.A.C.; FERNANDES, V.; GABILONDO, L. A. **A Gestão Socioambiental Corporativa a partir da experiência de Cooperativismo de Mondragon**. Eixo Tópicos Especiais em Gestão Socioambiental Empresarial / ENGEMA-2010.

SAMPAIO C. A.C.; MANTOVANELI O.; FERNANDES V. **Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 131 - 155, maio/ago. 2011.

SAMPAIO, C.A.C.; LESAMA, M. F., ARAUJO, J. R. **Possibilidades para pensar um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável no litoral paranaense**. In: PHILIPPI JR. A., SAMPAIO, C. A. C., FERNANDES, V. Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade. Barueri (SP): Manole, 2012, p. 456 - 497.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS SUCESSIONAIS: FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS ASSOCIADAS À COOPERAFLORESTA

Almir Sandro Rodrigues ²⁰

Angela Duarte Damasceno Ferreira ²¹

Palavras-chave: Sistemas Agroflorestais; Agroecologia; Estratégia; Reprodução Social; Agricultores Familiares.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas construídas pela globalização dos modelos hegemônicos de base capitalista configuram os parâmetros em que se movem as sociedades contemporâneas. No seu interior, no entanto, ao mesmo tempo em que se multiplicam crises de diversas dimensões (sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais), desenvolvem-se movimentos e processos alternativos, de resistência, que trazem em si possibilidades contra-hegemônicas. Estas manifestações muitas vezes não tem ressonância para além do local, mas crescentemente seus atores se organizam em redes regionais, nacionais e internacionais, colocando suas ideias e práticas em consonância com outros atores com os quais compartilham seu descontentamento com o que os excluem, os subalterniza.

Partindo dessa constatação e entendendo que é fundamental compreender tais experiências para não *desperdiçá-las na história* (SOUSA SANTOS, 2007), este trabalho pretendeu analisar o uso das técnicas agroflorestais na experiência dos agricultores ecológicos e agrofloresteiros da região do Vale do Ribeira, situada na fronteira entre os Estados do Paraná e São Paulo (regiões Sul e Sudeste do Brasil), em torno da COOPERAFLORESTA, uma associação integrante da Rede Ecovida de Agroecologia, rede que abrange todo o Sul do país. Partiu do interesse de compreender como tal forma de organização e uso das técnicas agroflorestais resgatou ou consolidou ações de solidariedade e reciprocidade, potencializando formas de reprodução social²² dos agricultores associados que têm implicado uma melhoria da qualidade de vida e do ambiente. Ao mesmo tempo, partiu-se do pressuposto que tal experiência situa-se nesse processo mais geral de construção de alternativas aos modelos de produção agrícola e produção da vida cotidiana que são hegemônicos.

A Cooperafloresta, objeto e sujeito nesse estudo de caso, é uma associação com 112 famílias de agricultores agroecológicos, que residem nos municípios de Barra do Turvo/SP, Adrianópolis/PR e Bocaiúva do Sul/PR. Esta associação tem como objetivo a inclusão social dos associados e a recuperação ambiental do território local, por meio da valorização dos recursos dos próprios agricultores, pela adoção da agroecologia com o uso

²⁰ Almir Sandro Rodrigues é filósofo e engenheiro florestal. Doutor e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFPR. Professor na Faculdade Padre João Bagozzi. Contato:

²¹ Angela Duarte Damasceno Ferreira é professora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Contato:

²² O arcabouço teórico para a construção da categoria reprodução social neste trabalho é realizado a partir das elaborações do materialismo dialético marxista (MARX, 1985; MARX e ENGELS, 1987; MARX e ENGELS, 1989), das contribuições de Bourdieu (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 1990; BOURDIEU, 1997; BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2008) e Claude Raynaut (RAYNAUT, 1994; RAYNAUT et al., 1999).

de técnicas agroflorestais. O mutirão, uma das ações estratégicas de ajuda mútua, é uma das práticas construídas no manejo dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) na Cooperafloresta.

Este trabalho foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (linha: Ruralidades e Meio Ambiente), mas integrou-se, no que diz respeito à pesquisa, ao Grupo de Pesquisa sobre a Questão Agroalimentar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (MADE-UFPR). Nesse contexto, esse grupo investigava os processos de desenvolvimento e organização da Rede Ecovida de Agroecologia, considerando-a, como hipótese, portadora de alternativas socioambientais para o enfrentamento dos limites e potenciais da questão alimentar.

Especialmente nesse artigo teve-se por objetivo analisar as práticas agroflorestais como estratégia de reprodução social das famílias associadas da Cooperafloresta, buscando compreender as diversas dinâmicas de ações recíprocas e de ajuda mútua tanto no âmbito produtivo quanto nos espaços da gestão dos grupos e organização das comunidades de agricultores. Outro intuito foi investigar de que forma essas dinâmicas definem as estratégias de reprodução social das famílias associadas da Cooperafloresta, visando permanecer no seu espaço social e físico-ambiental pela sua transformação e pela vitalização de práticas tradicionais e na busca correlata da melhoria da qualidade de vida, por exemplo, pela maior segurança alimentar e autonomia.

DESENVOLVIMENTO

Os agricultores familiares da Cooperafloresta se reconhecem como agricultores agroecológicos e agrofloresteiros e compreendem que esta opção não é somente por questões técnicas, mas também social, econômica, política, cultural, ambiental. Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) podem ser concebidos de diversas formas, e traremos algumas dessas concepções, inclusive como os associados da Cooperafloresta a entendem.

Os Sistemas Agroflorestais são baseados no consórcio de espécies arbóreas com espécies agrícolas (conhecido também como Sistemas Agrossilviculturais) ou com criação animal (Sistemas Agrossilvipastoris), de forma simultânea ou em rotação. Essas atividades podem se tornar sustentáveis apresentando resultados vantajosos, no sentido ecológico e, possivelmente, econômico e social. Nesse sentido,

As agroflorestas ou Sistemas Agroflorestais (SAF's) aparecem como uma alternativa promissora de sistemas de produção integrados, produzindo e conservando, ao mesmo tempo, os solos, a água e a biodiversidade. Dentro da visão sistêmica e integrada, as agroflorestas seguem os conceitos e princípios ecológicos no desenvolvimento de sistemas produtivos com mais sustentabilidade, recuperando áreas e recursos hídricos, melhorando a produtividade, a rentabilidade e a qualidade de vida dos agricultores. (KÜSTER *et al.*, 2008, p. 43)

Os SAFs são reconhecidos atualmente de forma legal como um sistema de manejo sustentável, sendo que a legislação brasileira define o “Sistema Agro Florestal” como:

Sistema de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes. (BRASIL, *Diário Oficial da União*, 09/09/2009)

Ecologicamente os SAFs colaboram com a recuperação do meio ambiente ou, pelo menos, não permitem que este seja mais degradado. Isso é possível devido aos múltiplos usos das árvores, ou seja, as essências lenhosas desenvolvem múltiplas funções: elaboração de diversos produtos (madeira, frutos, forragem, e outros), formas de proteção (sombreamento, evitar erosões, fixar nitrogênio, melhorar a qualidade do solo, e outras), utilidades diversas (servir como quebra-vento, uso como cerca-viva, em algumas concepções é utilizada no controle de ervas daninhas, servir como limítrofe entre culturas e de propriedades, e outras).

A agrofloresta faz com que essências arbóreas colaborem com o desenvolvimento mais adequado de essências agrícolas e(ou) criação animal, pois, consorciados e distribuídos nos diversos extratos florestais, permitem um maior aproveitamento da energia solar; as árvores diminuem o impacto da chuva e reciclam os nutrientes através de suas folhas e galhos que caem no solo e se degradam, compondo matéria de adubação verde. Portanto, a vantagem ecológica desses sistemas é indiscutível comparado com outros sistemas de agricultura ou silvicultura (nos formatos de monocultura), claro que se devidamente utilizados e manejados.

As vantagens do uso dos SAFs podem ser limitadas quando não se tem o acúmulo de conhecimento e prática, pois o consórcio das espécies deve ser criterioso, senão poderão ocorrer problemas no desenvolvimento das plantas em função de luz, água e(ou) nutrientes. Os limites nas trocas ou fragilidades na assistência técnica são elencadas como problemas nas análises de implantação dos SAFs. Também se destaca a importância de uma maior participação das comunidades na sua implantação, assim como a necessidade de políticas públicas que beneficiem os diversos processos da cadeia produtiva das agroflorestas. Em uma das pesquisas avaliativas sobre os SAFs como alternativa para recuperação de áreas degradadas indica-se que:

Os SAFs promissores geralmente apresentavam maior diversidade de espécies, proximidade dos centros consumidores, e foram elaborados pelos próprios agricultores ou modificados conforme suas vontades e necessidades. Este estudo concluiu que os resultados negativos dos SAFs foram devido a problemas na sua base técnica e na forma como foram gerados e conduzidos. Logo, sugere-se que o planejamento dos sistemas de produção deve ser discutido com as comunidades, procurando aproximar o conhecimento científico do conhecimento tradicional, onde a valorização e a troca de experiências conduzem ao processo de construção do conhecimento. Deve-se também trabalhar a cadeia dos produtos agroflorestais, investindo no crédito, no beneficiamento e na comercialização dos produtos, melhorando a infraestrutura de produção com escoamento e eletrificação rural. Finalmente, sugere-se ao poder público constituído oferecer condições básicas de saúde e educação para os agricultores e familiares, para que eles possam investir em sistemas de produção que demandem mais mão-de-obra como os SAFs. (TAVARES, ANDRADE, COUTINHO, 2003, p. 78)

Os Sistemas Agroflorestais apresentam várias vantagens econômicas e sociais, como a diversificação das fontes de renda, pois não se corre o risco de dependência de um único produto; nas entressafras pode-se aproveitar subprodutos das essências arbóreas; algumas árvores não precisam de grandes esforços de manejo; no conjunto da produção podem ser mais rentáveis do que a monocultura; o uso de um elemento serve como implemento de outro e muitas vezes reduz o custo de manejo; pode ser manejado de forma individual, porém estimulam-se os processos de entreatajuda e reciprocidade entre as famílias

que adotam os SAFs, ampliando as redes de solidariedade, pois as trocas de trabalho e de conhecimentos contribuem para um melhor manejo das áreas; potencial para as mudanças nos hábitos alimentares e ampliação de produção para autoconsumo.

Contudo, esses sistemas podem ser custosos na implantação e os retornos financeiros nem sempre são imediatos. Buscam-se sempre alternativas que superem essas dificuldades. Uma das estratégias é o trabalho em associações, cooperativas, principalmente quando se trata de agricultores familiares.

Os Sistemas Agroflorestais podem ser classificados de várias formas e utilizam diversos princípios ou critérios. Sem a pretensão de aprofundar essa questão, podem-se elencar alguns dos critérios utilizados para tais classificações: sua estrutura no espaço e no tempo; a importância das funções que seus elementos desenvolvem no sistema; conforme as intenções produtivas; e(ou), conforme os potenciais das características econômicas e sociais.

Na Cooperafloresta os Sistemas Agroflorestais são concebidos a partir da compreensão das complexidades dos ecossistemas e suas sucessões, não havendo a ideia de elementos não conectados na natureza. Buscam se assimilar aos sistemas florestais naturais. Esse princípio potencializa as concepções de manejo agroecológico, incorporando elementos sociais, econômicos e ambientais de sustentabilidade e alternativas aos sistemas de manejo dos agroecossistemas. Nesse entendimento, os Sistemas Agroflorestais partem de uma concepção em que “a dinâmica da sucessão natural de espécies é sempre usada, mesmo em estágios mais avançados, como uma força que direciona o sistema e assegura a saúde e o vigor das plantas”, assim como “cada passo é uma tentativa de entrar e ser conduzido pelo fluxo de vida chamado ‘sucessão natural’” (GÖTSCH, 1995, p. 22). Essa perspectiva sucessional compreende que “a sucessão natural das espécies é o pulso da vida, o veículo em que a vida atravessa o espaço e o tempo” (GÖTSCH, 1997, p. 12), um saber que pode transformar a agricultura em geral:

A partir dessa sabedoria, podemos adivinhar o modo de trabalhar e as ferramentas para uma futura agricultura – cultura – que não se tornará mais uma exploração e mineração, como são as práticas dominantes da agricultura moderna. Concretamente, isto significa que eu, como agricultor, só posso fazer uma intervenção na minha plantação quando eu souber que o resultado da atividade planejada será um balanço energético positivo, como aumento da vida e favorecimento dos processos de sucessão. (GÖTSCH, 1997, p. 12)

Para tanto, a agrofloresta ressalta um modelo de manejo da propriedade como um todo em suas características agroecológicas e sucessionais, sendo importante o fato de que os modelos de agrofloresta não necessariamente são agroecológicos e nem sempre estão aliados à agricultura orgânica. Essa perspectiva de agrofloresta sucessional com princípios agroecológicos é a concepção adotada pela Cooperafloresta e pelo planejamento integral das áreas dos seus agricultores associados. Urias (da comunidade do Estreitinho – Adrianópolis/PR) ressalta a perspectiva de pensar a propriedade como um todo quando se fala de agrofloresta:

Mas é, que nem eu estava falando pro pessoal aqui. Não entendemos mais como uma pessoa chega num terreno de um agrofloreteiro e diz que essa área é agrofloresta e essa não é. Porque quem é agrofloreteiro mesmo, que planta, desde que ele entrou na agrofloresta o terreno dele fecha a agrofloresta tudo. Pensa na propriedade como um todo. (URIAS, comunidade do Estreitinho – Adrianópolis/PR – entrevista em 19 de janeiro de 2011)

Os agricultores da Cooperafloresta entendem que os Sistemas Agroflorestais devem buscar compreender o sistema em seus diferentes estágios sucessionais, incorporando uma perspectiva de sustentabilidade, no qual se administra parte da área com um manejo mais intenso e outra parte para regeneração, conforme é destacado em pesquisa realizada junto à Cooperafloresta justamente sobre a forma de agrofloresta praticada por eles. Nesta pesquisa conclui-se que:

(...) no âmbito da Cooperafloresta, os sistemas agroflorestais são formados por uma combinação de dois sistemas de manejo de paisagens: um relacionado ao manejo intensivo da vegetação, nas agroflorestas, e outro relacionado à regeneração de capoeiras para conservação florestal e uso futuro. Nas agroflorestas sob manejo intensivo, a abundância de espécies, a densidade de indivíduos e a taxa de incremento de carbono é otimizada. A regeneração de capoeiras, por sua vez, vem ocupando aproximadamente quatro vezes a área de agroflorestas. A manutenção e a geração das áreas com maior ou menor intensidade de manejo não é algo estanque. Tal processo funciona em forma de equilíbrio dinâmico, no qual um conjunto de fatores ambientais e sociais se retroalimentam, gerando sazonalidade temporal e espacial para manutenção, criação ou abandono de agroflorestas ou florestas em estágios iniciais e médios de regeneração. Assim, no sistema agroflorestal praticado pelos associados da Cooperafloresta existem dois mecanismos, um formador de agrofloresta e outro de capoeira que, rotacionados ao longo do tempo no espaço das propriedades ocupam hoje 74% da paisagem das áreas das famílias agricultoras associados. Assim, o sistema agroflorestal, no âmbito da Cooperafloresta, tem sido um modelo de praticar agricultura que mescla áreas com maior e menor intensidade de manejo, em um processo de domesticação da paisagem para o aumento da segurança alimentar, da renda e da autonomia, associado à recuperação de áreas degradadas pela agricultura convencional. (STEENBOCK *et al.*, 2013, p. 56)

Os sistemas agroflorestais construídos pela Cooperafloresta foram utilizados para organizar indicadores em relação à qualidade de vida e segurança alimentar, dos quais se tornaram referência para uma pesquisa sobre avaliação e monitoramento de agrofloresta. Os parâmetros de uma boa agrofloresta foram organizados a partir de alguns eixos elaborados por meio de consulta aos agricultores da Cooperafloresta, os quais participaram de oficinas de capacitação. Foram indicados para definir uma boa agrofloresta os seguintes eixos: manejo, biodiversidade, cuidado e carinho, terra boa e produção.

Dentre as várias dimensões de avaliação e monitoramento de uma boa agrofloresta incorporaram elementos de dimensões culturais, ambientais, econômicas, técnicas, como estratégias de reprodução social, das quais interessante o destaque dos indicadores de “cuidado e carinho”. No caso da produção, da conservação ambiental e outras atividades explicitam a importância de processos de reciprocidade e solidariedade para se ter um bom manejo agroflorestal, já que a troca de trabalho facilita e viabiliza “conseguir uma boa agrofloresta”. Ao ressaltarem o aspecto “cuidar das plantas dos companheiros como se fosse a própria”, revelam preocupação com o outro, fundamental na construção de relações solidárias entre as pessoas que participam de um grupo de produção.

CONSIDERAÇÕES

A Cooperafloresta trabalha nesta linha porque nosso processo de organização sempre teve este foco na agrofloresta e no desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza que nossas famílias tinham. Se a pessoa vai fazer agrofloresta, então vamos trabalhar com horta, adubação verde, árvores adubadeiras, fruteiras, madeiras de lei e todas as plantas que permanecerão no futuro, já começando em sucessão, copiando o que a mão divina faz, através da natureza. A cada dia vamos acreditando mais e isto vem acontecendo através do conhecimento local, da forma participativa de nossa organização, de um estimular e cobrar os outros e a nós mesmos ... Isto também varia de agricultor pra agricultor, que cada dia, vem, dentro de si mesmo, buscando o próprio crescimento. Cada vez melhorando e criando coisas diferentes e desta maneira contribuindo com a construção de um mundo cultural, social, ambiental e economicamente sustentável. (CLAUDINEI, agricultor da comunidade Três Canais, entrevista em fevereiro de 2010)

Os SAFs desenvolvidos pelos agricultores da Cooperafloresta, entre várias outras características, potencializam os processos de reprodução social como “meio de sobrevivência” e “qualidade de vida”, elementos que foram abordados na tese referida na introdução desse resumo, tanto na apresentação das comunidades e grupos quanto nas redes de entreatajuda e dinâmicas de mutirão e trocas. A agrofloresta manifesta-se como projeto de sociedade e modo de vida, conforme salienta a dona Paulina (comunidade de Ribeirão Grande – Barra do Turvo/SP – entrevista em 26 de janeiro de 2011):

Ah, agrofloresta pra mim é muito bom. É muito bom esse sistema de agrofloresta. A gente pensa também no futuro, mais tarde que vem as frutas, as mudas que tira porque tem muda que não produz agora ... não produziu logo, então a gente, a gente tem um futuro mais tarde, a gente produz para os filhos... e se não der também, fica pros netos né? Vão se criando os filhos, os netos também tão se criando, o futuro da gente, mais tarde eles tem na janta os alimentos dos avós. Plantar aquela fruteira fica como lembrança da gente.

Os agricultores associados à Cooperafloresta compreendem a agrofloresta de forma ampla, não somente como uma tecnologia de produção, mas também em seus aspectos ambientais, sociais, culturais. Nesse âmbito, pode-se verificar o papel mediador de vários agentes sociais, dentre esses a Rede Ecovida.

A Rede Ecovida torna-se uma mediadora dos processos de organização e expansão da agroecologia como tecnologia de produção e modo de vida, com ênfase em lógicas alternativas às formas de sociabilidades hegemônicas. A construção de redes comunitárias que privilegiam os processos de companheirismo e boa convivência são elementos comuns nos diversos espaços da Rede. Percebe-se, na Rede Ecovida e na Cooperafloresta, um importante papel de construção de identidade coletiva e fortalecimento político da agroecologia e da agrofloresta (nesse caso com maior enfoque no núcleo Agroflorestal) e fortalecimento das dinâmicas organizativas dos grupos locais em relação à sociedade como um todo, mesmo havendo críticas internas e aspectos a avançar nessas dinâmicas.

Nesse aspecto a Cooperafloresta pode ser considerada não somente uma associação dos agricultores familiares, mas também um instrumento de construção de autonomia dos seus integrantes, potencializando tanto a sua formação intracomunitária quanto garantindo espaços de intercâmbio com agricultores de outras regiões.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **O poder simbólico** (tradução: Fernando Tomaz). 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Rousk, 2008.

GÖTSCH, Ernest. **O Renascer da Agricultura**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

_____. **Homem e Natureza: Cultura na Agricultura**. 2ª edição, Recife/PE: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Setembro de 1997.

BRASIL; MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Instrução Normativa nº 4, de 8 de setembro de 2009**. Diário oficial da União. 09/09/2009. Disponível na página: http://www.agrofloresta.net/static/publicacoes/MMA-9_setembro_2009-instrucao_normativa_3_4_5.pdf. Acesso em 30/março/2011.

BRASIL; MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Instrução Normativa nº 4, de 8 de setembro de 2009**. Diário oficial da União. 09/09/2009. Disponível na página: http://www.agrofloresta.net/static/publicacoes/MMA-9_setembro_2009-instrucao_normativa_3_4_5.pdf. Acesso em 30/março/2011. KÜSTER, Angela *et. al.* Agroecologia colocada em prática. In: **Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado**, Vol. 2, Fortaleza/CE: Fundação Konrad Adenauer (coord.), 2008. Disponível na página: <http://www.agroecologia.inf.br>. Acesso em 22/abril/2011.

MARX, Karl. **O capital**. Volume II. Coleção “Os Economistas”. 2ª edição, São Paulo: Editora Nova Cultura, 1985.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). 6ª edição, São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

RAYNAUT, Claude. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. In: _____; ZANONI, Magda (editores científicos). **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente: sociedades, desenvolvimento, meio ambiente**, n. 1, Curitiba: MADE-UFPR / Editora UFPR, 1994. p. 81-129.

_____. *et al.* **Desenvolvimento sustentável e preservação da natureza: estratégias dos atores sociais do meio rural em áreas de proteção ambiental – Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná**. Curitiba: CNRS-Université de Bordeaux 2 / UFPR-MADE, 1999. (*mimeo*)

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Pag web do autor: 2007.

STEENBOCK, Walter *et al.* Agroflorestas e sistemas agroflorestais no espaço e no tempo. In: _____ *et al.* (orgs.). **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 39-60.

TAVARES, Sílvio Roberto de Lucena; ANDRADE, Alúcio Granato de; COUTINHO, Heitor Luiz da Costa. **Sistemas agroflorestais como alternativa de recuperação de áreas degradadas com geração de renda**. Informe Agropecuário, v. 24, nº 220, Belo Horizonte: EPAMIG, 2003. p. 73-81.

GT 3: MEIO AMBIENTE URBANO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

AVALIAÇÃO DAS INTERAÇÕES DE UM DERIVADO DE TANINO EM PROCESSOS COM MEMBRANAS POLIMÉRICAS DE MICROFILTRAÇÃO E DE ULTRAFILTRAÇÃO

Renata de Carvalho Teles Bertotto; Isabel Cristina Tessaro; Nilson Romeu Marcílio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Programa de Pós Graduação em Engenharia Química

Palavras-chave: Microfiltração, Ultrafiltração, *fouling*, Acquapol C1, Coagulante.

INTRODUÇÃO

Os diversos usos da água, como geração de energia, abastecimento público urbano e industrial, projetos de agricultura irrigada, entre outros, quando realizados de forma não planejada, podem gerar um efeito devastador sobre as fontes disponíveis de água, fazendo com que sua exploração se torne insustentável para as próximas gerações. O desenvolvimento de processos que utilizem recursos renováveis e com características menos poluentes é desejável do ponto de vista ambiental e garantiria o fornecimento futuro.

Os processos de microfiltração (MF) e ultrafiltração (UF) associados com o tratamento da água e efluentes estão recebendo maior atenção, uma vez que apresentam uma eficiência superior na remoção de materiais particulados e coloidal (principais impurezas) e de microrganismos, que não são retidos pelos processos convencionais (ALZHRANI; MOHAMMAD, 2014; LEE et al., 2004; SCHNEIDER; TSUTIYA, 2001). Contudo, um dos fatores limitantes ao uso mais extensivo destes processos é a formação de incrustações decorrente das características da alimentação associada às características da membrana e às condições de operação (LEE et al., 2004).

Para reduzir a tendência ao *fouling* das membranas é extremamente importante ter uma alimentação com baixa concentração de sólidos em suspensão, desta forma utilizam-se alguns tipos de pré-tratamentos, dentre os mais utilizados estão o processo de coagulação e floculação, pois apresentam baixo custo (CHESTERS et al., 2009; DONG et al., 2007; HUANG et al., 2011).

Os taninos são coagulantes orgânicos naturais que podem ser encontrados na casca de árvores, como por exemplo, na acácia negra (*Acacia mearnsii* de Wild). Apresentam massa molar de 500 a valores superiores a 20.000 Dalton (Da), são solúveis em água, com exceção de algumas estruturas de alta massa molar (BELTRÁN-HEREDIA; SÁNCHEZ-MARTÍN; DÁVILA-ACEDO, 2011).

Este trabalho busca compreender melhor a interação de um coagulante natural derivado de tanino com membranas de fluoreto de polivinilideno (PVDF). Os objetivos específicos são: avaliar o efeito de uma solução de tanino, com concentração pré-

determinada, sobre as características de membranas de mesmo material com diferente massa molar de corte (MMC) ou tamanho de poro nominal; caracterizar as membranas em relação à permeabilidade, hidrofobicidade, morfologia; avaliar a tendência ao *fouling*, e a influência da hidrofobicidade do material polimérico na formação de incrustações e na modificação das características das membranas.

DESENVOLVIMENTO

1) Materiais

a) Membranas

As membranas que foram utilizadas neste trabalho são membranas planas comerciais, as especificações técnicas das membranas fornecidas pelos fabricantes estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Especificações das membranas comerciais.

Código da membrana	Material	Tamanho de poro nominal / massa molar de corte	Fabricante	Faixa de pH da alimentação	Máxima temperatura da alimentação (°C)	Máxima pressão (bar)
PVDF-0,2	Fluoreto de polivinilideno	0,2 µm - MF	Synder Filtration	2 - 10	55	8,3
PVDF-100	Fluoreto de polivinilideno	100 kDa - UF	Synder Filtration	2 - 10	55	8,3

b) Produtos químicos

O coagulante derivado de tanino utilizado foi o Acquapol C1 da empresa Seta (Estância Velha – Rio Grande do Sul / Brasil). Para cada experimento foi preparada uma nova solução aquosa com concentração de 550 ppm.

2) Metodologia analítica

a) Caracterização das membranas

As membranas foram caracterizadas antes e após os experimentos quanto à morfologia utilizando um microscópio eletrônico de varredura modelo (LEO EVO 50HV - ZEISS, 15 kV, recobrimento de ouro) e ao ângulo de contato pelo método da gota séssil (Equipamento da marca KRÜSS), somente para as membranas novas.

b) Percentual de *fouling*

O percentual de *fouling* foi calculado comparando o coeficiente de permeância hidráulica da água antes (K_a) e depois da filtração (K_d), ambos em $L \cdot m^{-2} \cdot h^{-1} \cdot bar^{-1}$, através da equação (1) (MÄNTTÄRI; VIITIKKO; NYSTRÖM, 2006).

$$\% \text{ fouling} = \left[1 - \left(\frac{K_d}{K_a} \right) \right] \times 100 \quad (1)$$

3) Metodologia experimental

Antes de serem realizados os ensaios de filtração por 4 horas com a solução de Acquapol C1, foram realizados ensaios para determinar a pressão de operação do sistema de acordo com as etapas e parâmetros mostrados na Figura 1. Em seguida foram realizados os ensaios de filtração de longa duração utilizando as etapas e parâmetros mostrados na Figura 2.

Figura 1. Fluxograma simplificado das etapas de determinação da pressão de operação do sistema

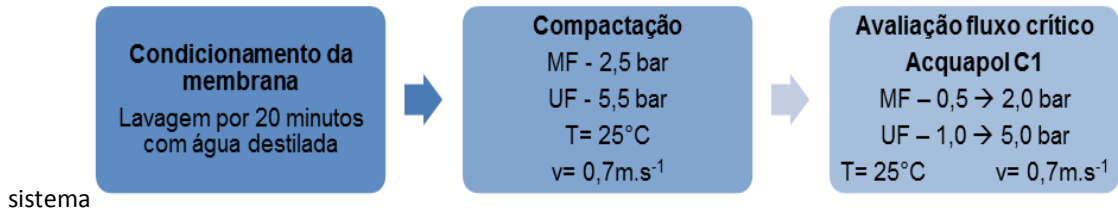
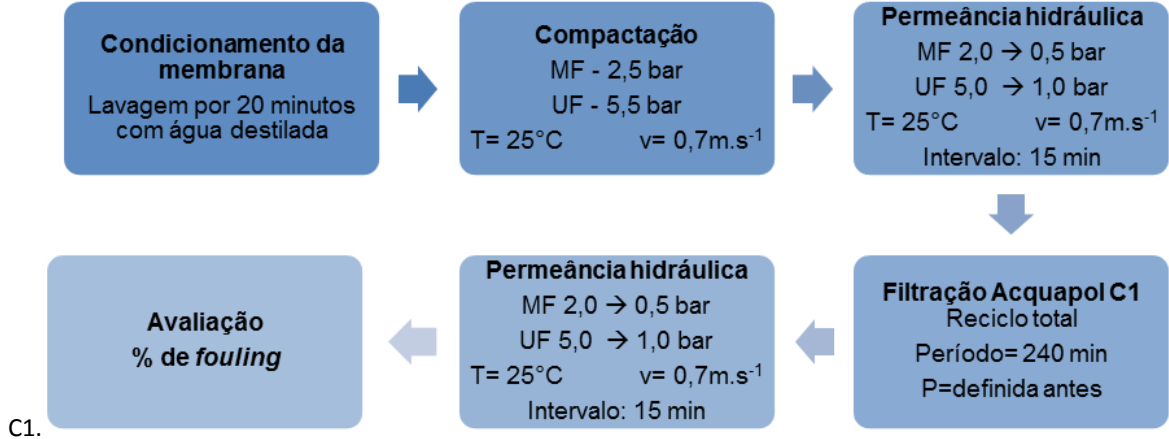


Figura 2. Fluxograma simplificado das etapas de filtração com a solução de Acquapol C1.



4) Resultados e discussão

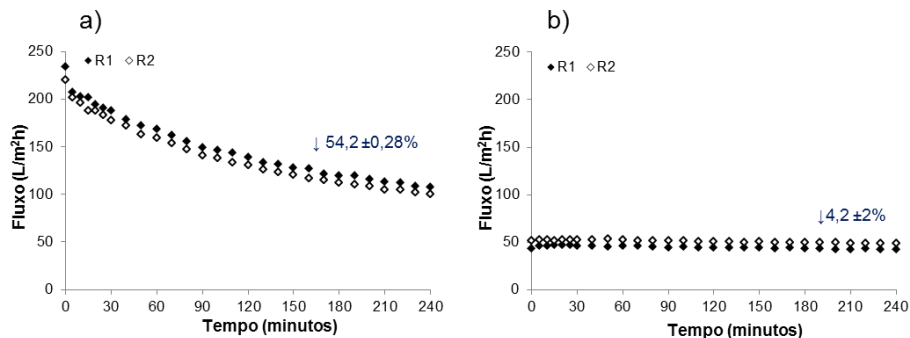
a) Pressão de operação

A pressão de operação obtida para dar sequência aos experimentos de filtração foi de 0,5 bar para a membrana de MF e 2,0 bar para a membrana de UF.

b) Filtração com a solução Acquapol C1 – 550 ppm

Na Figura 3 estão apresentados os resultados para a filtração com a solução Acquapol C1 – 550 ppm pelo período de 4 horas e os percentuais de redução de fluxo permeado após 4 horas de filtração da solução Acquapol C1.

Figura 3. Fluxo permeado em função do tempo para o experimento de filtração com a solução Acquapol C1 (550 ppm) pelo período de 4 horas com temperatura de 25 °C e velocidade de alimentação 0,7 m.s⁻¹: (a) PVDF-0,2 com pressão de 0,5 bar e (b) PVDF-100 com pressão de 2,0 bar.



De acordo com os resultados obtidos nesta etapa, a membrana de MF apresentou uma queda de fluxo mais elevada durante a filtração da solução Acquapol C1 do que a membrana de UF estudada. Este resultado pode estar relacionado ao tamanho dos poros, à morfologia e à hidrofobicidade das membranas estudadas.

Na Tabela 2, estão apresentados os valores para a permeância à água antes e após a filtração da solução. É possível constatar que o valores da permeância hidráulica para a membrana PVDF-02 depois da filtração da solução Acquapol C1 é menor do que o valor de permeância hidráulica inicial, o que demonstra que a membrana sofreu um processo de incrustação durante a filtração.

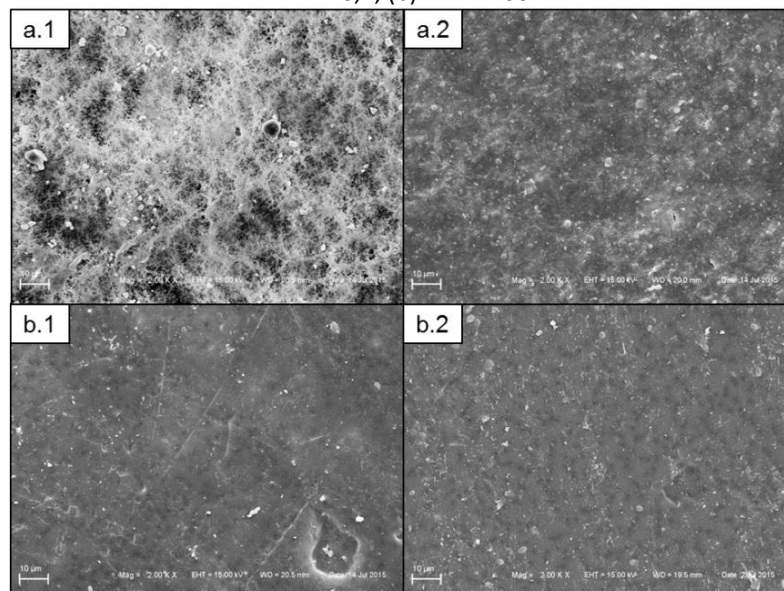
Tabela 2. Valores da permeância hidráulica antes e depois da filtração com a solução Acquapol C1 das membranas estudadas.

Código da Membrana	Permeância hidráulica inicial ($L.m^{-2}.h^{-1}.bar^{-1}$)	Permeância hidráulica depois ($L.m^{-2}.h^{-1}.bar^{-1}$)
PVDF-0,2	804,4 ±19,8	157,1 ±44
PVDF-100	23,6 ±1,9	22,8 ±2,1

c) Morfologia das membranas

As fotomicrografias da camada seletiva das membranas novas e após a filtração da solução de Acquapol C1 são apresentadas Figura 4. Na membrana de MF com um aumento de 2000x foi possível observar poros na superfície da membrana, enquanto que na membrana de UF com o mesmo aumento não foi possível observar poros indicando que essa membrana apresentara tamanho de poros menor que a faixa de tamanhos da MF. As imagens das membranas após a filtração da solução indicam depósitos de Acquapol C1 sobre a superfície da membrana. Estes depósitos podem melhor visualizados na membrana de MF, pois neste caso a quantidade de poros, para um mesmo aumento, diminui de modo perceptível.

Figura 4. Fotomicrografia da camada seletiva das membranas (ampliação 2 kx; 15 kV, recobrimento de ouro), sendo x.1 membrana nova e x.2 membrana após a filtração da solução de Acquapol C1 por 4 horas, onde (a) PVDF-0,2, (b) PVDF-100



As fotomicrografias da seção transversal, das membranas novas e após a filtração da solução de Acquapol C1 por 4 horas, não apresentaram diferenças visuais e, portanto, não são apresentadas.

d) Caráter hidrofílico

As membranas PVDF-100 e PVDF-0,2 apresentaram ângulos médios de $80,1^\circ \pm 2,8$ e $95,2^\circ \pm 1,5$ respectivamente, sendo esta última a mais hidrofóbica das membranas estudadas.

e) Percentual de *fouling*

Com os valores da permeância à água, antes e depois da filtração da solução de Acquapol C1 por 4 horas, foi possível calcular o percentual de *fouling* de cada uma das membranas estudadas. A membrana PVDF-0,2 apresentou um percentual de *fouling* de $80,5 \pm 5$, enquanto a membrana PVDF-100 apresentou um percentual de *fouling* de $3,4 \pm 1,2$. Esta diferença pode ser causada pela diferença de hidrofiliicidade entre as membranas, uma vez que a membrana PVDF-100 é mais hidrofílica e segundo Cheryan (1998) membranas hidrofílicas minimizam a formação de *fouling*. Esta diferença também está atrelada às morfologias distintas das duas membranas, sendo que a membrana de MF é mais porosa e permite que a solução fique retida internamente nos poros da membrana. Já a membrana de UF é mais densa e tende a formar uma torta sobre a camada seletiva que pode auxiliar no processo de filtração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a membrana de PVDF com massa molar de corte 100 kDa apresentou uma menor tendência ao *fouling* sendo mais indicada para processos de tratamento de águas que utilizam coagulantes derivados de taninos. A membrana PVDF-0,2, menos hidrofílica, apresentou o maior percentual de *fouling* e um fluxo de permeado mais instável com o decorrer do tempo.

Contudo, recomenda-se que mais estudos sejam realizados tendo em vista a aplicação deste tipo de coagulante no tratamento de águas, uma vez que o processo real é muito mais complexo e as interações entre os diversos componentes da solução e a membrana devem ser avaliadas.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALZHRANI, S.; MOHAMMAD, A. W. **Challenges and trends in membrane technology implementation for produced water treatment: A review**. [s.l.] Elsevier Ltd, 2014. v. 4
- BELTRÁN-HEREDIA, J.; SÁNCHEZ-MARTÍN, J.; DÁVILA-ACEDO, M. A. Optimization of the synthesis of a new coagulant from a tannin extract. **Journal of Hazardous Materials**, v. 186, n. 2-3, p. 1704–1712, 2011.
- CHERYAN, M. **Ultrafiltration and microfiltration: Handbook**. 2ª. ed. Boca Raton: CRC Press LLC, 1998.

- CHESTERS, S. P. et al. The safe use of cationic flocculants with reverse osmosis membranes. **Desalination and Water Treatment**, v. 6, n. 1-3, p. 144–151, 2009.
- DONG, B. Z. et al. Effect of coagulation pretreatment on the fouling of ultrafiltration membrane. **Journal of Environmental Sciences**, v. 19, n. 3, p. 278–283, 2007.
- HUANG, C. et al. Effect of coagulation mechanism on membrane permeability in coagulation-assisted microfiltration for spent filter backwash water recycling. **Colloids and Surfaces A: Physicochemical and Engineering Aspects**, v. 378, n. 1-3, p. 72–78, 2011.
- LEE, N. et al. Identification and understanding of fouling in low-pressure membrane (MF/UF) filtration by natural organic matter (NOM). **Water Research**, v. 38, n. 20, p. 4511–4523, 2004.
- MÄNTTÄRI, M.; VIITIKKO, K.; NYSTRÖM, M. Nanofiltration of biologically treated effluents from the pulp and paper industry. **Journal of Membrane Science**, v. 272, n. 1-2, p. 152–160, 2006.
- SCHNEIDER, R. P.; TSUTIYA, M. T. **Membranas filtrantes para o tratamento de água, esgoto e água de reúso**. São Paulo: ABES, 2001.

DETERMINAÇÃO DE PROPRIEDADES QUÍMICAS DE BAMBUS PLANTADOS NO BRASIL – PRODUÇÃO DE ENERGIA

Fernando Eduardo Kerschbaumer
Uninter – Centro Universitário Internacional;
Alexandre Dullius
IFPR - Instituto Federal do Paraná;
Erick Renan Xavier de Oliveira,
Silvana Nisgoski, Mayara Elita Carneiro,
Graciela Ines Bolzon de Muñiz,
Carlos Roberto Sanchetta,
Ana Paula Dalla Corte Agostinho Silva,
UFPR – Universidade Federal do Paraná.

Palavras-Chave: Bioenergia, Biomassa, combustível, queima, energia.

INTRODUÇÃO

Entre as diversas fontes alternativas, o bambu pode ser destacado pelas propriedades similares à madeira e outros materiais lignocelulósicos em termos de teor de carbono e potencial calorífico (NMBA, 2005), além de vantagem econômica, uma vez que atinge seu pleno crescimento em apenas alguns meses e alcança sua máxima resistência mecânica em poucos anos.

O bambu é encontrado em abundância, tanto em regiões tropicais como em regiões subtropicais do globo (GHAVAMI, 2004). O Brasil é o país com maior diversidade de espécies de bambu da América Latina (JAHN, 2001), mas é pouco explorado em comparação com os usos que se fazem em outros países, como China e Índia. Uma das possibilidades de utilização do bambu é na geração de energia pela queima.

Essa alternativa é viável e gera vários benefícios como o desenvolvimento econômico e exploração sustentável. Maiores informações tecnológicas são necessárias para o desenvolvimento industrial da aplicação do bambu como fonte de energia que pode representar um caminho para a elevação da renda e qualidade de vida de regiões pobres não só no Brasil, mas também nos demais países do mundo (BARBOSA et al., 2007).

Este trabalho pretende contribuir com informações pertinentes sobre a aplicação do bambu e sua produção no Brasil, descrevendo as propriedades físicas, químicas e energéticas dos bambus das espécies Hatiku, Madake e Mossô e posterior comparação com as principais biomassas utilizadas comercialmente para obtenção de energia no Brasil.

Os objetivos específicos: Determinar as propriedades físicas, químicas e poder calorífico dos Bambus das espécies Hatiku, Madake e Mossô; Comparar o potencial das três espécies com algumas das principais biomassas utilizadas comercialmente para obtenção de energia no Brasil.

Fundamentação Teórica

O relatório do balanço energético nacional (MME, 2014) apresenta que a Biomassa representa 7,6% da oferta interna de energia elétrica, e o carvão e seus derivados representam já 2,6% das fontes para produção de energia elétrica. Estes valores não sofreram muita alteração em relação aos relatórios dos períodos anteriores.

A matriz energética brasileira é considerada limpa pela representatividade da hidráulica (70,6%), somada ao uso de biomassa. Com a crescente demanda por energia, e as limitações dos recursos hidráulicos, um direcionamento para a biomassa como aproveitamento de outros processos produtivos pode manter esta qualificação da matriz energética.

Para Vogtländer et al. (2010), o bambu é uma boa solução de sustentabilidade porque pode crescer em áreas que não são produtivas (por exemplo, de erosão e encostas); é um material de crescimento rápido (tem um alto rendimento); a sua estrutura de raiz permanece intacta após a colheita, gerando novos brotos. Em sua composição o bambu é um material compósito, constituído por fibras de celulose longas paralelas, e embebidas numa matriz de lenhosas. A densidade das fibras na secção transversal de um reservatório de bambu varia ao longo da sua espessura. Este apresenta um material funcionalmente gradiente, evoluído de acordo com o estado de distribuição de tensão no seu ambiente natural (GHAVAMI, 2004).

Greco et al. (2011) citam que os bambus apesar de serem pouco exigentes com relação ao solo e regime hídrico, somente alcançarão boa produtividade se todas as condições ideais para cada espécie forem observadas. Ainda, de acordo com GRECO et al. (2011) o manejo é importante para a produtividade e para que os colmos atinjam maior tamanho, aperfeiçoando a cultura do bambu. O manejo deve ser realizado de forma consciente, e a falta dele implica em menor produtividade.

A análise elementar, a análise química imediata, o teor de umidade e a densidade são fatores importantes, junto com o poder calorífico, para comprovar o potencial energético da madeira (CODER, 1976; AROLA, 1976 citados por BRITTO e BARRICHELO, 1979) As propriedades químicas da madeira (principalmente a lignina e os extrativos) influenciam, junto com a umidade, no poder calorífico superior da (JARA, 1989), além de influenciar na qualidade do carvão ou da lenha, quando associados à massa específica básica (LISBÃO JR., 1981).

Sistemas agrossilviculturais são modelos de associação entre o plantio de árvores com culturas agrícolas. Esses sistemas beneficiam a estocagem na superfície terrestre de CO₂ capturado na atmosfera, sendo estratégicos na redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE). O incentivo a estes sistemas deve tornar as práticas agropecuárias ambientalmente mais sustentáveis (TORRES et al., 2014). Diversas são as vantagens que podem ser observadas pela prática agrossilvicultural, quando comparada com o monocultivo florestal, sendo algumas delas o controle de erosão, a manutenção da fertilidade do solo, melhoria de aspecto ambiental, e ainda os benefícios econômicos como demanda por mão de obra, diversidade de produtos, e redução nos custos de implantação (YOUNG, 1997; MATTOS, 2005).

O significado de sustentabilidade tem variado ao longo do tempo em sintonia com a dinâmica social, econômica e política que circunscreve as relações entre a sociedade e a natureza (JATOBÁ et al., 2008), sendo que a relação entre consumo e política pode ser observada quando se presta atenção nas novas ideologias, discursos e movimentos sociais

que propõem, como solução para o enfrentamento de problemas sociais e ambientais, práticas de consumo responsável, consciente, ético ou sustentável (PORTILHO et al., 2011).

Scurlock et. al. (2000) consideram que o bambu pode ser visto como um futuro promissor às culturas energéticas uma vez que possui alta taxa de crescimento, além de uma série de importantes características do combustível como baixo teor de cinzas, índice alcalino e taxa de aquecimento. O potencial de aproveitamento das diversas fontes de biomassa é ainda ampliado pelo estudo das biorrefinarias como alternativa às refinarias convencionais, pela substituição do petróleo por biomassa (FAVARO e MIRANDA, 2013).

Materiais e Métodos

As amostras de bambu foram provenientes de um plantio da Empresa Projeto Bambu, localizado no distrito de Volta Grande, no município de Rio Negrinho, Santa Catarina, com coordenadas aproximadas latitude: 26°28'39.0"S, longitude: 49°35'01.0"W e altitude: 950m. O clima do município de acordo com a classificação de Köppen é do tipo Cfb – clima subtropical sem estação seca, com temperatura média de até 22 °C, com médias mensais variando entre 12,3 °C no mês de julho e 20,4 °C nos meses de janeiro e fevereiro (ALVARES, 2013).

O solo predominante é do tipo cambissolo hálico Tb A moderado, com textura argilosa: alta saturação por alumínio trocável, argila de baixa atividade (Tb), horizonte A do tipo moderado com textura argilosa. O horizonte A tem espessura de 15 a 25 cm de bruno-amarelo escuro. A porcentagem de argila na camada superficial é 41%, sendo 46% na subsuperficial. Os teores de silte são elevados apresentando média de 42% na camada superficial e 35% na subsuperficial. A areia é menos significativa com aproximadamente 17% na superficial e 12% na subsuperficial (EMBRAPA, 2004).

As espécies de bambu coletados foram: o Madake (*Phyllostachys bambusoides*), o Hatiku (*Phyllostachys nigra cv henonis*), e o Mossô (*Phyllostachys pubescens*). Foram retiradas cinco hastes de cada espécie, sendo elas compostas por três colmos, com idade média de três anos. Cada colmo foi dividido em três partes iguais, sendo cada parte para um tipo de análise diferente: determinação da massa específica, das propriedades químicas e do poder calorífico. Perfazendo assim 15 ensaios de cada análise para cada uma das três espécies estudadas. Os ensaios foram realizados no laboratório de Energia e Biomassa do Departamento de Engenharia e Tecnologia Florestal, da Universidade Federal do Paraná.

Para as análises químicas o preparo das amostras seguiu a norma TAPPI T264 (TAPPI, 2007); o teor de lignina foi determinado utilizando-se a norma TAPPI T222 (TAPPI, 2002); o teor de extrativos totais a norma TAPPI T204 (TAPPI, 1997); e o teor de cinzas foi determinado de acordo com a NBR 8112 (ABNT, 1983).

Resultados e Discussões

Os valores encontrados para as propriedades químicas (Tabela 1) demonstram variação percentual entre as três espécies analisadas em relação às propriedades que influenciam diretamente no processo de queima como a holocelulose e a lignina que apresentaram valores percentuais médios de 56,12%, 52,18%, 44,96%; 21,26%, 23,83% e 23,53%, respectivamente.

Tabela 1 – Composição Química dos bambus (%)

Ensaio	Madake	Hatiku	Mossô
Teor de voláteis	76,18 b	78,62 a	77,06 c
Carbono Fixo	22,21 b	20,57 a	21,61 c
Teor de Cinzas	1,61 b	0,81 a	1,32 c
Teor de Lignina	21,26	23,83	23,53
Teor de Holocelulose	56,12	52,18	44,96

Fonte: O Autor

Os valores das propriedades químicas analisadas estão próximos aos relatados na literatura (LI, 2004). O teor de lignina para as espécies estudadas variou entre 21 e 23%, valores muito próximos aos encontrados para o *Phyllostachys nigra* (HIGUCHI, 1987; LI, 2004). Comparando estes valores com outras espécies florestais (Tabela 2), ressalta-se o teor de lignina, apesar de inferior para o *Pinus elliottii* e *Eucalyptus saligna*, tem percentuais bastante elevados na comparação com *Bambusa vulgaris*, que apesar de não ser nativo brasileiro, pois tem sua origem na China, é amplamente utilizado no Brasil.

Tabela 2 – Teor de lignina em diferentes espécies

Espécie	Lignina (%)	Referência
<i>Phyllostachys bambusoides</i>	21,3	Autor
<i>Phyllostachys nigra cv henonis</i>	23,9	Autor
<i>Phyllostachys pubescens</i>	23,5	Autor
<i>Phyllostachys heterocycla</i>	26,1	Higuchi, (1955) citado por Li, (2004)
<i>Phyllostachys nigra</i>	23,8	Higuchi, (1955) citado por Li, (2004)
<i>Phyllostachys reticulata</i>	25,3	Higuchi, (1955) citado por Li, (2004)
<i>Bambusa vulgaris</i>	14,5	Beraldo e Azzini, (2004)
<i>Eucalyptus saligna</i>	25,5	Beraldo e Azzini, (2004)
<i>Pinus elliottii</i>	26,0	Beraldo e Azzini, (2004)
<i>Mimosa scabrella</i>	23,7	Pereira e Lavoranti, (1986)

Fonte: adaptado pelo Autor

O resultado médio do teor de lignina de 23,7% para a *Mimosa scabrella* (Bracatinga) é muito próximo aos resultados obtidos para os bambus analisados (PEREIRA e LAVORANTI, 1986). Também se compara esse teor de lignina com os das espécies estudadas por Higuchi (1955) citado por Li (2004).

O teor de holocelulose variou de 45% a 56% nas amostras analisadas, compara-se com os três materiais estudados por Beraldo e Azzini (2004) cujo teor de celulose variou de 49% a 55% e com os resultados de Higuchi (1955) citado por Li (2004), que apresenta valores de celulose para *Phyllostachys heterocycla* de 49,1%, *Phyllostachys nigra* 42,3% e *Phyllostachys reticulata* de 25,3%.

Para o teor de cinzas encontrado nas três espécies estudadas o Madake apresentou valor de 1,61%, o Hatiku 0,81% e o Mossô 1,32%. Quando comparados com outras espécies (Tabela 3) os resultados obtidos para o Madake, Hatiku e Mossô demonstraram que as espécies possuem menor teor de cinzas quando comparado com as espécies *Phyllostachys nigra*, *Phyllostachys reticulata*, *Bambusa vulgaris*, *Mimosa scabrella* (PEREIRA e LAVORANTI, 1986), casca de palmito, fibra de coco, fibra de dendê e palmito.

JENKINS et al. (1998) aponta em seus estudos que quando do uso para fins energéticos, as cinzas que apresentarem menor índice percentual reduzem problemas como por exemplo, limpeza de equipamentos, aspectos operacionais entre outros, o que pode neste contexto, apontar vantagem no baixo teor de cinzas encontrado nas espécies aqui estudadas.

Tabela 3 – Teor de cinzas em diferentes espécies.

Espécie	Cinzas (%)	Referência
<i>Phyllostachys bambusoides</i>	1,6	Autor
<i>Phyllostachys nigra cv henonis</i>	0,8	Autor
<i>Phyllostachys pubescens</i>	1,3	Autor
<i>Phyllostachys heterocycla</i>	1,3	Higuchi, 1955 citado por Li, 2004
<i>Phyllostachys nigra</i>	2,0	Higuchi, 1955 citado por Li, 2004
<i>Phyllostachys reticulata</i>	1,9	Higuchi, 1955 citado por Li, 2004
<i>Dendrocalamus giganteus</i>	1,1	Marinho et al. 2012
<i>Bambusa vulgaris</i>	1,8	Beraldo e Azzini, 2004
<i>Eucalyptus saligna</i>	0,3	Beraldo e Azzini, 2004
<i>Pinus elliottii</i>	0,3	Beraldo e Azzini, 2004
<i>Mimosa scabrella</i>	1,9	Pereira e Lavoranti, 1986
<i>Mimosa scabrella</i>	0,5	Lisbão Jr., 1981
Casca de palmito	5,9	Feitosa Netto et al., 2006
Fibra de coco	4,7	Feitosa Netto et al., 2006
Fibra de dendê	4,2	Feitosa Netto et al., 2006
Palmito	6,1	Feitosa Netto et al., 2006

Fonte: adaptado pelo Autor

Feitosa Netto et al. (2006) realizou ensaio com 43 espécies de biomassas da Amazônia, obtendo resultados que variaram de um percentual de cinzas quase nulo, até aproximados 14%, destacando-se a casca de palmito com 5,86%, fibra de coco com 4,73%, fibra de dendê 4,20% e palmito com 6,12%. Essas espécies são comentadas, uma vez que são co-produtos de outros processos produtivos, e por isso devem ter destinação correta, que usualmente é a geração de energia.

A importância do teor de cinzas também é ressaltada por Brand et al. (2009), que explica que o preço da biomassa na empresa Tractebel Energia S/A possui cálculo baseado no teor de cinzas e no poder calorífico líquido (PCL), além dos custos logísticos, e identifica que o teor de referência de cinzas para as diversas biomassas varia de 1% a 8%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As espécies analisadas apresentam potencial para a utilização como matéria prima para a produção de energia, sendo indicados para a composição da matriz de biomassa brasileira. Os resultados das propriedades químicas também são positivos em seus diversos itens, sendo a lignina equivalente a outras espécies e o teor de cinzas inferior aos índices aceitáveis pela indústria.

Recomenda-se a avaliação das propriedades anatômicas destas espécies, para verificar variações da massa específica ao longo do colmo em diferentes idades, quando da utilização apenas dos resíduos de outros processos produtivos com o bambu. A avaliação da

produtividade por área, uma vez que o tempo de maturidade para corte é apresentado pela literatura como sendo muito menor do que para as demais espécies utilizadas para produção de energia. Com os estudos de produtividade, pode ser estudada aplicação prática de plantio em pequena escala, e em consórcio com outras culturas, na agricultura familiar. Maiores estudos também devem ser aplicados para dimensionar o potencial de toda a cadeia produtiva do bambu na agricultura familiar, pois deve-se entender melhor o valor agregado e demanda dos coprodutos do bambu, facilitando o acesso à biomassa residual para a obtenção de energia. Especial atenção deve ser dada aos custos de manutenção de equipamentos em razão do teor de cinzas na biomassa, para o melhor entendimento dos impactos negativos que podem ser gerados por essa característica.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, C. A., et al. **Köppen's climate classification map for Brazil**. Meteorologische Zeitschrift, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1127/0941-2948/2013/0507>
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 8112: Carvão vegetal - Análise imediata**. Rio de Janeiro, 1983.
- BERALDO, A. L.; AZZINI, A. **Bambu: Características e aplicações**. Guaíba: Livraria Editora Agropecuária, 2004.
- BRAND, M. A. et al. **Parâmetros de controle e preço da biomassa florestal para a geração de energia**. Lages: Revista Pesquisa e desenvolvimento da Aneel, 2009.
- EMBRAPA. **Solos do estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2004. 745p.
- FEITOSA NETTO, G. B. et al. **Caracterização energética de biomassas amazônicas**. Campinas: Encontro de energia no meio rural, 2006.
- GHAVAMI, K. **Bambu as reinforcement in structural concrete elements**. Rio de Janeiro: Cement & Concrete Composites, 2004.
- JAHN, G. Microcurso M-20- **El Humilde Bambú- "Acero Vegetal"**. Segundo Congreso Virtual de Arquitectura. Caracas, 2001.
- JENKINS, B. M. et al. **Combustion properties of Biomass**. Fuel Processing Technology, 1998.
- LI, A. **Physical, chemical and mechanical properties of bamboo and its utilization potential for fiberboard manufacturing**. Dissertação (Mestrado em ciências da escolar de recursos naturais renováveis). Louisiana, 2004.
- LISBÃO JR., L. **Bracatinga como fonte energética**. Curitiba: Embrapa - Unidade regional de pesquisa florestal centro-sul (URPFCS), 1981.
- LONDOÑO, X. **Evaluation of bamboo resources in Latin America**. Cali: International Network for Bamboo and Rattan, 1998.
- Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

MARINHO, N. P. **Análise química do bambu-gigante (*Dendrocalamus giganteus* Wall. ex Munro) em diferentes idades.** Santa Maria, Ciência Florestal, 2012).

PEREIRA, J. C. D.; LAVORANTI, O. J. **Comparação da Qualidade da madeira de três procedências de *Mimosa Scabrella* Benth para fins energéticos.** Colombo: Boletim de Pesquisa Florestal, 1986.

Technical Association of the Pulp and Paper Industry (TAPPI). **T 204 CM: Solvent extractives of wood and pulp.** Georgia, 1997.

Technical Association of the Pulp and Paper Industry (TAPPI). **T 222 OM: Acid-insoluble lignin in wood and pulp.** Peachtree Corners, 2002.

Technical Association of the Pulp and Paper Industry (TAPPI). **T 264 CM: Preparation of wood for chemical analysis.** Peachtree Corners, 2007.

DISCUSSÕES METODOLÓGICAS ACERCA DO ESTUDO DO MOVIMENTO *SLOW CITY*

Adriana Czajkowski; Grazielle Ueno Maccoppi; Karen Freme Duarte Sturzenegger
UNINTER - Centro Universitário Internacional UNINTER
CST Gestão de Turismo

Palavras-chave: movimento *slow*; *slow city*; abordagem metodológica

1 INTRODUÇÃO

Frente ao ritmo acelerado em que se encontra a sociedade, observam-se, na contemporaneidade, críticas sobre o homem e o seu ritmo de vida, onde a superficialidade das relações e a velocidade das mudanças estão tão presentes, quanto à competitividade e a frustração social. Entre os tantos discursos postos, destaca-se o movimento *slow*.

Apesar de recente, o movimento *slow* tem avançado na atual conjuntura. De acordo com Ferreira, Seabra e Paiva (2014), este contraria os fenômenos do *fast food* e *fast travel* (elevado consumo, crescimento descontrolado, turismo massificado), incentivando os princípios de desenvolvimento sustentável nas sociedades. Isto é, através do movimento *slow* os indivíduos passam a defender a qualidade de cada momento vivido no planeta, minimizando os impactos sociais, culturais e ambientais nas comunidades.

Acredita-se que a sociedade deve se voltar aos valores e ideais de sustentabilidade. Na perspectiva das cidades, o movimento *slow cities (cittaslow)* baseia-se no desenvolvimento urbano sustentável, incentivando ações que privilegiem a proteção ambiental, desenvolvimento econômico e a igualdade social. No fundo, enfatiza-se a necessidade da sociedade moderna voltar-se a um processo de equilíbrio de suas ações e relações (FERREIRA; SEABRA; PAIVA, 2014).

Considerando a imaturidade do tema "*slow city*", coloca-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são as principais abordagens metodológicas, encontradas na produção científica mundial contemporânea, utilizadas nos estudos para o entendimento do contexto de *slow city*? O presente estudo tem o objetivo de identificar as abordagens metodológicas utilizadas para a compreensão da temática *slow city*, a partir da produção científica mundial, tendo como recorte os artigos científicos dos últimos dez anos. Nesta perspectiva, utilizou-se o site de busca da produção científica mundial - periódicos capes²³, com o tema *slow city*, selecionando-se sete artigos científicos para análise no presente estudo.

²³ Biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil produção científica internacional. Conta com um acervo de cerca de 37 mil títulos com texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=102 Acesso em: 03/08/2015.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 Movimento *slow*

Ferreira, Seabra e Paiva (2014, p.2) asseveram que “a sociedade contemporânea vive uma fase crítica, a pressão e a massificação de tudo o que a rodeia é extrema, coabitamos com uma total padronização de produtos e serviços”.

Numa tentativa de negar a “pressa social”, o movimento *slow food*²⁴ surgiu em 1986, em Roma, sob o comando do jornalista Carlo Petrini, com o objetivo principal de se opor a padronização alimentar, informando e defendendo a herança culinária, a responsabilidade e as tradições prazerosas que cercam o consumo de um alimento. Com o passar do tempo, outros segmentos passaram a partilhar dos mesmos princípios, gerando diferentes ramificações *slow*.

Segundo Carp (2012), o movimento *slow* consiste numa proposta de se observar respostas transformadoras à velocidade da vida cotidiana, onde em sua configuração mais ampla incluem-se: bibliotecas, escolas, leitura, turismo, gastronomia, ciência, entre outros, nas mais diferentes áreas, englobando a relação entre cidades e sustentabilidade.

2.1.2 Movimento *slow city*

Slow city é um movimento que surgiu em 1999, em Greve in Chianti (região central da Itália), administrada pelo então prefeito Paolo Saturnini. Este pretendia desenvolver uma gestão voltada à qualidade de vida. Rapidamente seus princípios foram difundidos na região da Toscana, ganhando apoio de outros administradores locais e principalmente de Carlo Petrini, líder do movimento *slow food*. Nesta oportunidade e em conjunto com os demais representantes, assinou-se um acordo com o objetivo de aplicar os fundamentos do *slow food* na abrangência do território, criando assim, o conceito *slow city*. Eles também estabeleceram que o desafio estivesse pautado na ampliação da filosofia do *slow food* às comunidades locais e ao governo municipal, aplicando os conceitos da sustentabilidade²⁵ e da ecogastronomia²⁶ a prática da vida cotidiana (MAYER; KNOX, 2006).

Desta forma, o *slow city* busca planejar a melhoria da qualidade de vida dos atores locais a partir de propostas vinculadas ao turismo, território, meio ambiente e respeito cultural, tendo como protagonista a comunidade. Hoje existem 199 cidades certificadas pelo movimento²⁷, a sua maioria no continente Europeu. Os municípios se motivam a manter as tradições e a valorizar o homem, aferindo ao movimento uma força de representação e união de cidades com ideias igualitárias nos princípios de partilha lenta e respeitosa do tempo.

²⁴ Movimento que defende produtos frescos e sazonais da própria região; receitas transmitidas de geração a geração; agricultura sustentável; produção artesanal; refeições tranquilas com a família e os amigos. *Slow Food*, também defende a “ecogastronomia”. (HONORÉ, 2012).

²⁵Entende-se sustentabilidade como sinônimo de planejamento, boa gestão, consciência política, participação, economia responsável, compromisso com valores humanos, cuidado com a natureza e as pessoas e ação local com visão global.(MAYER; KNOX, 2006).

²⁶É um conceito criado pelo movimento *Slow Food* e representa a união entre a ética e o prazer da alimentação. Restitui ao alimento sua dignidade cultural, favorece a sensibilidade do gosto e luta pela preservação e uso sustentável da biodiversidade. Protege espécies vegetais e raças animais, contribuindo com a defesa do meio ambiente, da cozinha típica regional, dos produtos saborosos e do prazer da alimentação. (MAYER; KNOX, 2006).

²⁷ Disponível em <http://www.cittaslow.org/section/association>.

Ainda que apresente uma imagem positiva, o *slow city* é um movimento relativamente recente, com 15 anos, justificando a escassez de produção acadêmica e bibliográfica sobre o tema. Contudo, o movimento tem se configurado como tecnologia social inovadora, sendo tema de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento, como: arquitetura, planejamento urbano e cultura alimentar. O movimento, a fim de incentivar o campo científico, conta com um comitê científico constituído por especialistas e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento.

2.2 Metodologia

O presente estudo fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com abordagem exploratório-descritiva, já que descreve um fenômeno relativamente novo, procurando descobrir, descrever ou mapear padrões de comportamento em áreas ou atividades que não foram previamente estudadas (VEAL, 2011).

A pesquisa consiste em um estudo relacionado às metodologias utilizadas na construção de artigos científicos publicados sobre *slow city* em periódicos mundiais, nos últimos dez anos, a partir do portal periódicos capes. A seleção contemplou sete artigos científicos de periódicos internacionais. Embora se considere a abrangência do movimento *slow city*, verifica-se uma carência de pesquisas científicas na realidade brasileira. Defende-se a necessidade de aprofundamento das discussões que desvelem o fenômeno, fortalecendo a sua interpretação.

2.3 Análise dos dados

A análise se fundamentou em sete artigos científicos publicados em diferentes áreas do conhecimento, conforme quadro abaixo:

Ano de Publicação	Periódico	Título	Autor
2005	<i>Journal of Urban Design</i>	<i>Creating Ordinary Places: slow cities in a fast world</i>	KNOX, Paul
2006	<i>Journal of Urban Affairs</i>	<i>Slow Cities: Sustainable places in a fast world</i>	MAYER, Heike; KNOX, Paul.
2012	<i>Environmental Practice</i>	<i>The Towns Abuzz: Collaborative Opportunities for Environmental Professionals in the Slow City Movement.</i>	CARP, Jana.
2014	<i>Tourism Management</i>	<i>The Cittaslow philosophy in the context of sustainable Tourism development. The case of Turkey</i>	MEHLMET, Behzat Ekinci.
2014	<i>Cultural Geographies</i>	<i>Making resilience: everyday affect and global affiliation in Australian Slow Cities.</i>	PINK, Sarah; LEWIS, Tania.
2015	<i>Geographical Review</i>	<i>Implementing the slow life in southwest Ireland: A case study of Clonakilty and local food.</i>	BROADWAY, Michael.
2015	<i>Journal of Urban Affairs.</i>	<i>Cittaslow: going glocal in Spain.</i>	SERVON, Lisa; PINK, Sarah.

Quadro 1: Artigos analisados sobre *slow city* por ordem cronológica

FONTE: Elaboração própria, 2015.

Com a seleção dos artigos, observou-se que o tema *slow city* é objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, com destaque para Geografia, *Design* e Urbanismo, além do Turismo e Meio Ambiente.

Considerando que o movimento *slow* é um fenômeno atual, que emerge da sociedade, ainda se torna difícil demonstrar sua cientificidade. Todavia, por meio dos Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

estudos realizados, foi possível observar que as áreas que estão buscando aprofundar sua discussão voltam-se às relações humanas, incluindo a valorização e manutenção dos espaços. A partir da leitura dos artigos, optou-se por realizar, na sequência, a análise qualitativa dos trabalhos selecionados, com enfoque na metodologia utilizada.

a) Estudo de Caso

Dos sete artigos analisados, o estudo de caso esteve presente em quatro. Foi possível perceber uma preocupação dos pesquisadores em descrever casos significativos, favorecendo as relações humanas e a valorização local.

O estudo de caso no artigo de Knox e Mayer (2006) objetivou analisar as aproximações entre os movimentos *slow food* e *slow city* com o desenvolvimento urbano alternativo. Teve ainda o propósito de demonstrar, com o relato de duas experiências alemãs (as cidades de Hersbruck e Waldkirch), a necessidade de se reequipar as políticas públicas para comportar o movimento *slow city*. As cidades foram escolhidas pelos autores por serem as primeiras que receberam a certificação na Alemanha. O estudo de caso foi desenvolvido com base em entrevistas semi-estruturadas, via telefone, com cerca de 20 respondentes de ambas as cidades, aliadas a realização de visitas (observação participante).

No artigo de Mehmet (2014), o estudo de caso fez parte de uma pesquisa descritiva que teve como objetivo realizar uma análise da filosofia das cidades lentas *slow city* no que tange ao desenvolvimento sustentável do turismo na Turquia. A priori, a pesquisa subdividiu-se em três etapas: 1º) Conceitos, definições e requisitos do turismo sustentável; 2º) Discussão sobre a filosofia da cidade lenta e seus requisitos de adesão e excelência no que tange a sustentabilidade; 3º) Análise das cidades, por meio do estudo de caso.

No entendimento de Mehmet (2014) classificar em cidades adequadas, inadequadas e cidades com adequações necessárias para a certificação incentivaria o desenvolvimento sustentável de maneira instrumentalizada e prática, mais efetiva.

O estudo de caso realizado por Broadway (2015) teve o objetivo de descrever como o senso de lugar é transmitido em restaurantes da pequena cidade de Clonakilty, no Sudoeste da Irlanda. Apresentou como fio condutor a filosofia do *slow food* e *slow city*. O estudo dedicou-se a analisar os cardápios dos restaurantes de hotéis e *pubs*, no que tange a utilização de produtos locais, examinando a aplicabilidade da filosofia de cidade lenta na promoção da culinária local, dando pouca atenção a outros critérios e implicações.

Para Servon e Pink (2015) o estudo de caso estruturou-se em três etapas: (a) análise dos documentos, entrevista qualitativa em profundidade, onde o critério utilizado para escolha dos entrevistados foi pautado na experiência, (b) descrição e pontos de vista dos entrevistados e (c) viagens de reconhecimento a quatro das seis cidades certificadas no país. Vale destacar ainda que foram realizadas 16 entrevistas em profundidade. As conclusões demonstraram dois resultados importantes: primeiro forneceu indícios sobre o significado de “glocal” e em segundo que o *slow city* é visto como um movimento de resistência ao desenvolvimento neo-liberal, onde os residentes são priorizados.

b) Abordagem Etnográfica

A pesquisa etnográfica foi a opção utilizada por Pink e Lewis (2014) para descrever a resiliência provocada pelo movimento *slow city* a partir da visão dos líderes das cidades australianas certificadas. Observando no movimento *slow* uma oportunidade de pensar as relações multi-escalares de lugar, as pesquisadoras encontraram na pesquisa etnográfica a

possibilidade de descrever, em profundidade, os processos e narrativas, pelo viés dos líderes das cidades certificadas, a fim de apresentar suas experiências e significados.

c) Teoria da Estruturação

A teoria da estruturação trabalhada por Knox (2005) teve como objetivo auxiliar na interpretação das relações entre o ritmo de vida (encontros, rotinas e experiências) que sustentam a intersubjetividade. Esta pode ser considerada como o centro de toda a construção e análise teórica, fornecendo subsídios para as discussões que compõem o senso de lugar e de comunidade. O autor conseguiu sustentar que as paisagens são criadas pelos humanos, na figura de agentes influentes (urbanistas e planejadores) que determinam resultados e mudanças, capazes de operar num contexto social específico de estrutura.

d) Pesquisa Descritiva

Carp (2012) teve o propósito de descrever as contribuições de um movimento colaborativo para as práticas e políticas ambientais, no contexto norte americano, mais especificamente na cidade de Sonoma (percussora do movimento no país). A partir da normativa de certificação *cittaslow* e dos critérios de excelência a autora descreveu a chegada do movimento *slow city* a Sonoma e sua relação com as práticas ambientais. Foi possível perceber que o movimento é um motivador social ao exercício de práticas mais sustentáveis e de novas abordagens participativas em relação ao planejamento e gestão de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do pressuposto de que não há uma unicidade acerca do movimento *slow city*, faz-se necessário compreender historicamente como se deu a construção do conhecimento até o presente, refletindo, com base nestes pressupostos, sobre um novo desenho necessário para ampliar o seu campo científico. Deve-se, principalmente, considerar a atualidade do movimento *slow*.

Percebe-se, nos artigos analisados, a atenção à dinamicidade social e à constituição de mudanças de comportamento inerentes da atualidade. O *slow city* pode ser um exemplo de movimento onde o protagonismo do cidadão fortalece o seu papel como conhecedor de seu ambiente, deixando-o apto para apontar direcionamentos que envolvem a sua vida cotidiana.

Foi possível verificar que todos os trabalhos analisados possuem a abordagem qualitativa, de forma a descrever as interações do movimento *slow* com diferentes esferas sociais sobre uma lógica instrumental de observação, a partir da certificação *cittaslow*. O estudo de caso foi o meio mais apropriado encontrado pelos pesquisadores para descrever tal interação, estabelecendo as relações necessárias sobre o movimento. O uso de entrevistas e observação participante se demonstrou fundamental para explorar o movimento, auxiliando na complementação das diferentes relações que se estabelecem no plano de análise do movimento.

Vale ressaltar que os dados fornecidos pela entidade *cittaslow* (organizadora e fornecedora da certificação) foi fundamental em todos os artigos analisados. A parceria da organização no fornecimento de documentos, bem como de informações adicionais sobre particularidades das certificações descritas, funcionou como delimitador no desenho da pesquisa.

Destaca-se que o estudo foi realizado em esfera mundial e que é um tema pouco explorado academicamente, sendo apresentado e discutido no contexto internacional. Por este motivo é fundamental que as discussões teóricas e a revisão da literatura estejam embasadas de maneira bem consistente para dar cientificidade ao movimento.

No Brasil ainda não há cidades certificadas pelo movimento *cittaslow*, apenas duas candidatas: Antonio Prado-RS e Tiradentes-MG. Contudo, há distintas cidades que adotam práticas do cotidiano, similares aos sugeridos pelo movimento. Dessa forma, justifica-se a necessidade de uma maior discussão científica do tema, validando a construção do estado da arte (o qual se realizou neste artigo), em um processo de contribuição acadêmica para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BROADWAY, M. Implementing the slow life in southwest Ireland: A case study of Clonakilty and local food. **Geographical Review**, n. 105, p. 216-234, Apr/2015.

CARP, J. The towns abuzz: collaborative opportunities for environmental professionals in the slow city movement. **Environmental Practice**, n. 14, p. 130-142, 2012.

FERREIRA, P.F.; SEABRA, C.; PAIVA, O. *Slow cities (cittaslow): os espaços urbanos do movimento slow*. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. n. 21/22. 2014.

HONORÉ, C. **Devagar**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

KNOX, P. Creating ordinary places: slow cities in a fast world. **Journal of Urban Design**, v. 10, n.1, p. 1-11, Feb/2005.

MAYER, H; KNOX, P. Slow cities: sustainable places in a fast world. **Journal of Urban Affairs**, v. 28, n. 4, p. 321-334, 2006.

MEHLMET, B. E. The cittaslow philosophy in the context of sustainable tourism development: the case of Turkey. **Tourism Management**, n.41, p. 178-189, 2014.

PINK, S; LEWIS, T. Making resilience: everyday affect and global affiliation in Australian slow cities. **Cultural Geographies**, n 21, p. 695-710, 2014.

SERVON, L; PINK, S. Cittaslow: going glocal in Spain. **Journal of Urban Affairs**, Vol. 37, n.3, p. 327-340, 2015.

VEAL, A.J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

GESTÃO AMBIENTAL DE RODOVIAS: LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS E ATUAÇÃO TÉCNICA

Camila Hugen
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Direito Ambiental

Palavras-chave: Direito Ambiental. Sustentabilidade. Atuação técnica.

INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental de obras rodoviárias faz parte de uma realidade vigente na gestão de impactos ambientais na atualidade. Esse instrumento implica observações legais e técnicas, e a bibliografia existente engloba, em geral, manuais e instruções normativas, relacionadas principalmente aos órgãos fiscalizadores. Como problemática central procurou-se responder então a seguinte pergunta: quais as dificuldades que técnicos que atuam no licenciamento de obras rodoviárias encontram ao aplicar os pressupostos legais ao atender as exigências técnicas típicas? Diante disso, o presente trabalho tinha como objetivo principal analisar fontes de pesquisa e possibilidade de desenvolvimento de discussão teórico-empírica, que possam servir de respaldo para a busca de soluções e atuação de técnicos e profissionais de meio ambiente no licenciamento de obras rodoviárias.

Pressupostos legais e técnicos ao licenciamento ambiental de obras rodoviárias

A Gestão Ambiental é a forma pela qual se mobiliza a conquista da qualidade ambiental. Ela engloba um conjunto de medidas que objetivam o controle sobre impactos ambientais de uma determinada atividade. No caso específico do setor de infraestrutura rodoviária, os aspectos da geração de resíduos e impactos requer licenciamento específico, contemplados em condicionantes da licença concedida.

Segundo o Manual Técnico Licenciamento de Obras Rodoviárias de Goiânia (2005), a Licença Ambiental é um ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

Pode-se definir Licenciamento ambiental ainda com base na Resolução CONAMA 237/97, que afirma ser este o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares.

Dessa forma, a implantação de uma rodovia, deve atentar para a recuperação ambiental dos impactos ambientais gerados e potenciais, e que compõem o passivo ambiental do trecho. É possível observar que rodovias antigas ainda apresentam passivos ambientais, sobretudo naquelas implantadas há mais de 20 anos atrás, quando a pressão ambiental era incipiente ainda. Hoje, contudo, a construção e a reforma de trechos e rodovias passam por fiscalização atuante, sobretudo a partir do entendimento que este também é um empreendimento potencialmente impactador.

De fato, o livro “Silent Spring” (Primavera Silenciosa) de Rachel Carson de 1962 foi pioneiro em denunciar impactos ambientais, na época agrícolas, causados pelo uso de DDT. A partir daí, a consciência ambiental começa a despertar e iniciar seu desenvolvimento, culminando no Brasil com a aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente, sob a lei federal Nº 6938/81, que prevê instrumentos legais de proteção ambiental e a instituição do SISNAMA.

A competência de concessão da licença ambiental compete aos órgãos ambientais, exclusivamente componentes do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, previsto na Lei Federal Nº 6938/81. Estes órgãos incluem o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, órgãos estaduais, e as Prefeituras Municipais, delegadas pelo poder público federal ou estadual, por instrumento legal ou convênio (Resolução CONAMA 237/97).

Na Resolução CONAMA 237/97, também é possível conceituar que, a obra rodoviária deve ser licenciada em um único nível de competência, considerando sua localização e extensão. O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências. As licenças ambientais poderão ainda ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, característica e fase da obra.

Metodologia

A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, explicativa e bibliográfica, adotando o método da análise de conteúdo. O tamanho da amostra, unidade de pesquisa e dimensão do trabalho seguem a racionalidade da pesquisa qualitativa-bibliográfica.

A pesquisa foi realizada em bibliografias e periódicos da área, destacando os aspectos legais e técnicos do Licenciamento Ambiental.

Após o levantamento bibliográfico foi realizada discussão e análise dos dados secundários. Para a análise dos dados foi utilizado a pré-análise, com leituras descritivas do material pesquisado, e a seguir foi realizado a exploração do material, com organização dos argumentos para a discussão. Finalizando, foi efetuado a interpretação e discussão com análise de conceitos teóricos-empíricos. Depois da fundamentação e discussão são feitas as considerações finais e algumas recomendações.

Resultados

De acordo com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (1996), no subsetor rodoviário a diretriz básica é a de recuperar e manter a malha existente, melhorando seus níveis operacionais, com a conseqüente elevação dos padrões de segurança e conforto para os usuários. É nítido que a implantação de novas rodovias, pavimentação de estradas existentes e ampliação da capacidade de diversos segmentos da rede são demandas nacionais claramente identificadas.

Contudo, não se pode desprezar que este é um setor que gera inúmeros impactos ambientais.

Os impactos ambientais gerados pela obra rodoviária como um todo compõem o seu passivo ambiental, gerado a partir da implantação da rodovia e de atividades antrópicas relacionadas. Um programa de recuperação do passivo ambiental de rodovias deve compreender, pelo menos, as seguintes etapas: conceituação de passivo ambiental; levantamento e caracterização do passivo ambiental; avaliação das quantidades e condições

desse passivo; estimativa dos custos de sua recuperação; programação financeira para a recuperação; plano de execução da recuperação do passivo ambiental (MALAFAIA, 2004). Segundo informações do site do DNIT (2009), para adquirir Licença Ambiental dos órgãos estaduais e federais de meio ambiente, os empreendimentos rodoviários precisam estar rigorosamente dentro das especificações exigidas. São elas: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) e Plano Básico Ambiental (PBA). Este último pode incluir programas específicos, como:

- Plano ambiental de construção
- Monitoramento e controle de processos erosivos e corpos d'água
- Recuperação de áreas degradadas e passivos ambientais
- Ação de emergência com cargas perigosas
- Proteção e monitoramento da fauna e flora
- Saúde e segurança ocupacional e capacitação de mão-de-obra
- Prospecção e salvamento do patrimônio histórico-cultural e arqueológico
- Componente indígena e comunidades tradicionais
- Desapropriação, reassentamento e ordenamento territorial na faixa de domínio
- Comunicação social e educação ambiental
- Compensação ambiental

Vale observar que, esses programas são contemplados como condicionantes pelo órgão licenciador conforme a prioridade, necessidade, e realidade local da obra a ser licenciada.

Os dados do DNIT (2009) apresentados na Tabela 01 demonstram um panorama da evolução em números de licenciamentos em âmbito federal nos últimos anos:

Tabela 01: Licenças anuais para obras gerenciadas pelo DNIT.

Ano	Licença Prévia	Licença de Instalação	Licença de Operação
2010	11	15	-
2009	15	42	2
2008	20	42	5
2007	13	30	4
2006	5	37	1
2005	3	7	-
2004	1	11	-
2003	4	1	-
2002	1	4	-
2001	1	4	-

Fonte: Adaptado de DNIT, 2009.

Esses dados permitem inferir sobre a importância da atividade transporte para a manutenção e elevação do atual padrão socioeconômico brasileiro. É válido considerar que a construção de obras rodoviárias constitui uma atividade essencial, mas que deve ser pautado no desenvolvimento coerente e sustentável, respeitando os princípios da conservação do meio ambiente. Portanto, a intenção deste trabalho é chamar a atenção para o fato que é possível conciliar e encontrar soluções técnicas entre transporte e meio ambiente.

Uma análise criteriosa é importante sobre a viabilidade e necessidades da obra, e sobre a apresentação das Licenças Ambientais (Quadro 01).

Quadro 01: Avaliação de obrigatoriedade da obra em apresentar Licenciamento Ambiental.

Entradas	Ferramentas e técnicas	Saídas
1. Identificação legal da atividade do projeto; 2. Obrigatoriedade de LA; 3. Isenção de LA	1. Analisar legislação; 2. Identificar consultores credenciados; 3. Prever tempo para licenciamento no cronograma de Gantt; 4. Construir matriz de risco	1. Se houver obrigatoriedade de LA, contratar consultores; 2. Inserção de gerenciamento ambiental na EAP; 3. Cronograma de Gantt definido; 4. Riscos ambientais identificados na matriz de riscos.

Fonte: Adaptado de Maia (2009)

Considerada a necessidade inicial, parte-se para segunda etapa da Gestão Ambiental, que é atender as necessidades técnicas e legais conforme a obra (Quadro 02).

Quadro 02: Licenciamento Ambiental: entradas, ferramentas e técnicas e saídas.

Entradas	Ferramentas e técnicas	Saídas
1. Identificar a modalidade de Licenciamentos. 2. Prever custos de licenciamentos e taxas.	1. Licença Prévia (LP); 2. Licença de Instalação (LI); 3. Licença de Operação (LO); 4. Estudo de Impacto Ambiental (EIA); 5. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); 6. Prever tempo para licenciamento no cronograma de Gantt; 7. Construir matriz de riscos; 8. Inserir custos licenciamentos e taxas no orçamento do projeto.	1. Licenças ambientais concedidas; 2. Estudo de impacto ambiental (EIA) elaborados (se for o caso) 3. Relatório de impacto ambiental (RIMA) elaborado (se for o caso); 4. Custos de licenciamentos e taxas orçadas no projeto.

Fonte: Adaptado de Maia (2009)

O diagrama de Gantt faz parte do método de Gantt. Este método determina a melhor maneira de posicionar as diferentes tarefas de um projeto num determinado período de tempo, em função da duração de cada etapa, da relação de precedências entre as diferentes etapas, dos prazos a cumprir, e das capacidades e recursos disponíveis. Este método pode ser pertinente ao uso no controle de projetos licenciados, considerando os prazos de cada licença ambiental.

O diagrama de Gantt surge como uma solução, sendo um gráfico que pode ser desenvolvido para ilustrar o avanço das diferentes etapas de um projeto, pois permite visualizar sua evolução e determinar a duração global. No caso do licenciamento de obras rodoviárias, este pode servir de ferramenta para controlar os intervalos de tempo com início e fim de cada condicionante exigido nas licenças ambientais, sendo dispostos sobre o eixo horizontal do gráfico (Figura 01).

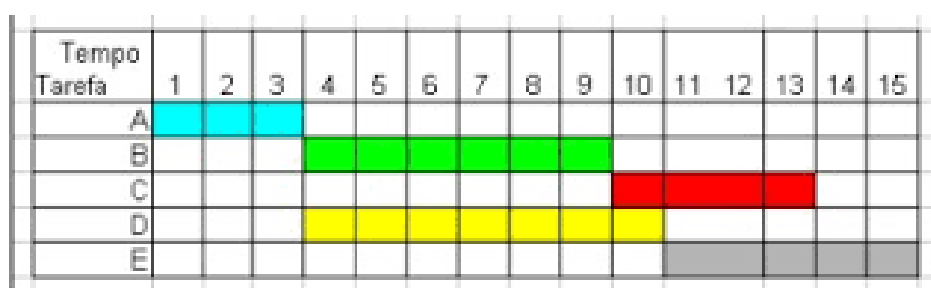


Figura 01: Exemplo de Diagrama de Gantt

Então, para que a Gestão Ambiental de uma obra se efetive transversalmente junto com as demais áreas do projeto, é essencial mapear e aplicar a demanda por medidas ambientais, e que, nesse caso, podem ser cumpridas como condicionantes de licenciamento ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas de controle ambiental em obras rodoviárias são possíveis a partir da aplicação de instrumentos legais, como o licenciamento ambiental, fundamentais para efetivar e cumprir a Gestão Ambiental.

Para isso, a viabilidade técnica deve observar também a viabilidade legal. Portanto, soluções técnicas requerem a observação concomitante dos condicionantes de cada uma das licenças ambientais, objetivando a certificação positiva da obra.

Recomenda-se que mais trabalhos sejam explorados sobre o assunto, no sentido de diagnosticar e prever referências teórico-empíricas importantes para esta atuação técnica de profissionais do meio ambiente e na busca de soluções sustentáveis, para além das referências meramente instrutivas.

REFERÊNCIAS

_____. Licenciamento Ambiental. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT. Dez. de 2009, modificado em Mai. de 2015. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/coordenacao-geral-de-meio-ambiente/licenciamento-ambiental>> Acesso em: Set. de 2015.

_____. Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambientais. DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Manual Técnico Licenciamento de Obras Rodoviárias. Goiânia, AGMA, AGETOP, BIRD, 2005. 30 p.

BRASIL. Lei federal nº 6938/81. Política nacional do meio ambiente - PNMA. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: Set. de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: Set. de 2015.

MALAFAIA, R.M.S. Passivo ambiental: mensuração, responsabilidade, evidenciação e obras rodoviárias. In: SINAOP, IX, Rio de Janeiro, 2004.

PERCEPÇÕES DO TRABALHO PELA ÓTICA DOS ATORES: O CASO DOS SAPATEIROS

Francieli Maria Barella
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário
Erivelton Fontana de Laat

Palavras chaves: Sapateiros, AMCESPAR, Percepção, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetivou vislumbrar a percepção da profissão de sapateiros de uma forma interdisciplinar sob a ótica dos próprios profissionais. A escolha da profissão de sapateiro deu-se pelo fato de ser uma profissão na “lista vermelha” de extinção, bem como possui baixa visibilidade social, sérios riscos à saúde do trabalhador e um interessante cunho ambiental, na redução de resíduos sólidos e uso de novas matérias primas, partindo do pressuposto que um calçados consertado freando a compra de um novo, e a geração de toda a poluição do ciclo de vida desse produto.

Como hipótese inicial demandou-se que a cola seria relatada como a grande vilã da profissão, porém os encargos públicos foram mais citados, e quanto ao lado positivo, o amor pela profissão e a ajuda de suas conjugês foi a surpresa mór da pesquisa.

Alguns manifestaram a vontade de ensinar a profissão aos jovens para que a mesma não se extinga, anseio frequente reportado pelos entrevistados.

A investigação não buscou distinguir fabricantes artesanais dos que apenas consertam os sapatos, porém todos os entrevistados fizeram essas distinções nas entrevistas e colocaram a necessidade de satisfazer os clientes e fazer o trabalho “bem feito” como o fato de maior importância e relevância nas suas profissões, assim como os agravos a saúde não parecerem ter importância diante da necessidade e valor de se ter uma profissão.

DESENVOLVIMENTO

Participaram dessa pesquisa três profissionais da cidade de Prudentópolis, um da cidade de Rio Azul e seis da cidade de Irati, essas cidades fazem parte da Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná AMCESPAR o que as confere características semelhantes, tanto em renda, IDH, forma e época de colonização e hábitos de vida seus gentis. O hábito de consertar coisas, não comumente ocorre em locais de renda maior, onde as pessoas simplesmente jogam fora e compram outro sapato, como relata Tunico “nos Estados Unidos da América, onde as pessoas são ricas, eles jogam tudo fora”.

A cidade de Irati, teve o maior número de entrevistados por ser o local de moradia da pesquisadora e também ter a maior população urbana das três cidades.

Os endereços dos profissionais foram indicações de morados locais das cidades abordadas na pesquisa.

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas como sugere (MINAYO, 2010). Esta pesquisa originou-se do trabalho final da disciplina Trabalho e Comunidade, do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste, sendo este de caráter Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

interdisciplinar, e os discentes da disciplina possuem variadas formações, o questionário inicial buscou abarcar as linhas teóricas de todos, bem como a formação do docente e a ementa da disciplina.

Os entrevistados foram escolhidos a partir de indicações de moradores das cidades envolvidas, não levou-se em conta escolaridade ou qualquer outra prerrogativa, apenas o fato de ser sapateiro. Nenhum deles negou-se a responder o questionário, pelo contrário, mostram-se dispostos e felizes por serem reconhecidos e “pesquisados”.

As entrevistas foram repetidamente assistidas e categorizadas, permitindo um diálogo entre elas e a construção final de um texto autoral (DUARTE, 2002).

Não se pretendeu com essa pesquisa entender quaisquer outras peculiaridades, como a história da profissão ou dados oficiais, senão a própria visão desses profissionais sobre seu trabalho.

A faixa etária dos envolvidos na pesquisa, variou bastante de menos de 40 anos até 80 anos, tendo somente uma mulher entrevistada e o início do trabalho como sapateiro em geral com 12 anos, como aprendizes de parentes, irmãos, tios em sua inegável maioria, sendo poucos que tiveram cursos.

A partir disso o questionário indagou os profissionais sobre os riscos que sua profissão traz a saúde, quantas horas eles trabalhavam por dia, se o faziam sozinhos, como obtinham os recursos e materiais para o trabalho e o que faziam com retalhos e outros rejeitos, buscando observar a visão da sustentabilidade inerente a profissão. Também questionou-se a visão dos sapateiros sobre a postura da prefeitura e demais órgãos governamentais no que tange sua profissão.

Como prerroga a metodologia do questionário semiestruturado, permitiu-se a livre explanação a todos os entrevistados além da livre interferência das suas esposas, quando as mesmas encontravam-se na sapataria, local da absoluta maioria das entrevistas, com exceção do Sr. Miguel, profissional aposentado, que cedeu a entrevista na sala da sua casa. A finalidade de fazer as entrevistas nos locais de trabalho, foi deixá-los mais a vontade, metodologia sugerida por (DUARTE, 2002).

As entrevistas foram filmadas com o consentimento dos entrevistados, já que a finalidade inicial delas era a produção de um documentário sobre esta profissão em vias de extinção, em horário comercial e sem agendamento prévio, portanto algumas foram interrompidas por clientes ou barulhos da rua, o que ajudou a verificar os riscos que estes profissionais estão expostos, como a poluição sonora. Esta não foi relatada em nenhuma das entrevistas já que o rádio sempre estava ligado em alguma estação local.

Alves e Araújo (2013 *apud* SCHEER, 2014) usam o termo percepção como válido pois é uma forma de vivenciar o que se investiga:

A existência de uma profissão ou determinadas qualificações profissionais é o reflexo das necessidades de uma sociedade que define através de suas práticas culturais e sociais as premissas das práticas laborais.

Para este artigo, utilizou-se as entrevistas na íntegra e não somente as partes utilizadas no documentário, inclusive a entrevista com uma “sapateira”, situação bastante peculiar neste ramo profissional.

Todos mostraram-se contentes por terem proporcionado boas condições de vida a suas famílias devido ao seu trabalho, bem como dado estudos aos seus filhos, Eloir, o Tico Sapateiro, diz que “graças ao trabalho, tudo o que eles tem é pago, não morreram de fome, e acha que não vão morrer”.

Scheer (2014) reflete sobre a perda de espaço frente a indústria moderna, como também o Sr. Miguel colocou na sua entrevista “ninguém usa esses sapatos duros, agora querem assim, molinhos”, ao mostrar um sapato fabricado por ele.

Outro questionamento relacionado à concepção pessoal tratou das doenças, em sua grande maioria eles desprezam os riscos da profissão e os colocam como irrelevantes, apesar de citar a necessidade do uso de equipamentos de proteção eles os colocam como incomodos, “eu sei que a gente corre risco, que estraga a saúde mas sempre aquela falta de cuidado...” diz Tereza.

Interessante também observar a busca por uma estética de qualidade nas filmagens, a partir da ideia de troca de avental de trabalho, por um limpo, ou até mesmo o local onde os entrevistados ficariam, todos queriam o local mais organizado da sua sapataria.

Pela certa invisibilidade da profissão, fato confirmado também pelas fachadas das sapatarias, quase invisíveis dentre os comércios, muitos dos entrevistados tiveram outras ocupações ao longa da vida, entretanto todos voltaram a ser sapateiros.

Um fato que surgiu como um elemento novo e espontâneo nos entrevistados foi a relação dos mesmos com seus conjugês “a ajuda da esposa” foi citada com grande relevância para o bom desenvolvimento da profissão.

É instigante o questionamento da visão sobre os resíduos da profissão, pois somente um dos entrevistados disse levar em conta o destino final do “lixo” produzido na sapataria e separá-lo para a coleta seletiva, os outros destinam ao lixo comum. Joel, coloca até com certo contentamento o fato desse lixo sem “enterrado pela prefeitura”. Turato (2003) aborda a visão holística dos dados, a observação dos significados, percepções, pontos de vista, representações sociais e psíquicas que faz da pesquisa qualitativa algo encantador. Ou seja, o pesquisador vendo os dados nascerem diante dos seus olhos, percebe nuances que dados numéricos talvez não traduzissem tão bem.

Como apresentado no trabalho de Scheer (2014), nossos entrevistados, abriram seus próprios negócios após terem sido aprendizes, produzindo e reformando sapatos, ou somente reformando-os. Sendo que o fato de reformar ou consertar sapatos, foi citado com certa balbúrdia por alguns e a “sapateiro, não remendão” foi enfaticamente citada por Tico Sapateiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdisciplinaridade contida na fase inicial dessa pesquisa reduz a busca da confirmação das hipóteses individuais e a intervenção do pesquisador nas entrevistas e tal como o consequente embaçamento da lente da verdade mostrada nas narrativas.

Com a realização desse estudo foi possível observar a cronologia da profissão na região, visto que obteve-se relatos de faixas etárias distintas com concepções bastante parecidas sobre o seu processo de tornar-se sapateiro.

É pertinente a ressalva de que as sapatarias não são fiscalizadas pelos órgãos públicos que recebem os impostos pagos por esses profissionais, que acabam não tendo suporte em caso de doença grave ou agravo progressivo à saúde devido a insalubridades e outros riscos pontuais.

O trabalho de pesquisa também indicou um possível campo de trabalho social, que seria explorar os conhecimentos, disponibilidade e aspirações desses profissionais para o ensino, revitalização e perpetuação da profissão, por todos tão amada e vista em vias de extinção.

REFERÊNCIAS

DUARTE, R. ***Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo***. In: Cadernos de Pesquisa. Número 115. Março. Rio de Janeiro-RJ: Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F. BÓGUS, C. M. **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde**. In: Saúde e Sociedade v.13, n.3, p.44-57, set-dez 2004.

SCHEER, M. I. **Vestígios de um ofício : o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014)**. Porto Alegre-RS. Dissertação. Mestrado. Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. 2014.

RELATO TÉCNICO: O IMPACTO DA MOBILIDADE URBANA NO DESEMPENHO DE OPERADORES LOGÍSTICOS

Daniel D'Andrea
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas – Mestrado

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2003 e 2012 a população do Brasil cresceu aproximadamente 10% (IPEADATA, 2014), chegando a quase 200 milhões de habitantes. Neste mesmo período, a frota brasileira cresceu 108%, ultrapassando a marca dos 76 milhões de veículos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013). Em pouco mais de uma década, o nível de motorização da sociedade, medida pelo número de veículos por 100 habitantes passou de 20,3 para 38,2. Um dos resultados indesejados deste grande crescimento no número de veículos em circulação foi a piora notável no trânsito das grandes cidades brasileiras. Muitas metrópoles têm visto a velocidade média do trânsito cair drasticamente. Em São Paulo, entre 2003 e 2012 a velocidade média caiu de 16,1 Km/h para 6,9 Km/h no período de pico da tarde (CETSP, 2014). Agravando a situação, neste mesmo período a estrutura viária do país foi ampliada em apenas 16% (ANTP, 2014).

Estudos realizados pela Firjan apontam que o custo anual dos congestionamentos apenas nas duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, podem chegar a R\$ 98,4 bilhões por ano.

Como forma de minimizar o impacto deste fenômeno, autoridades têm adotado cada vez mais medidas de restrição à circulação de veículos, como rodízio por dia da semana, restrições a horários de entrega, restrições a tipos de veículos e pedágios urbanos, como o adotado na cidade de Londres, que têm sido um modelo de funcionamento e de apoio popular (LEAPE, 2006). Adicionalmente, existe uma pressão crescente da sociedade demandando novas alternativas de transportes públicos mais eficazes, redução da emissão de poluentes e melhoria da qualidade de vida, como por exemplo, a construção de faixas exclusivas para bicicletas.

Dentro deste cenário, o tráfego de frete, representando principalmente por caminhões, é um dos grandes responsáveis pela sobrecarga do sistema e também uma de suas maiores vítimas (BRETZKE, 2013). Neste contexto de degradação nos níveis de mobilidade urbana, operadores logísticos têm tido que ajustar suas operações, adaptando-se tanto à demanda dos clientes quanto às restrições legais. Entre as práticas adotadas, tem-se recorrido à utilização de distintos modais de transporte, otimização de rotas, aumento da utilização de veículos, treinamento de motoristas e utilização de frotas mais eficientes no que diz respeito ao consumo de combustíveis (TACKEN et al, 2014).

Estudos anteriores têm pesquisado os impactos dos congestionamentos urbanos e da mobilidade urbana sobre os cidadãos de forma geral, como aumento de barulho, acidentes e qualidade da ecologia urbana (BANISTER, 2002), sobre sua saúde (CURRIE e WALKER, 2011), sobre o consumo de energia e impacto ao meio ambiente (REDDY e BALACHANDRA, 2012; EDWARDS et al, 2009), sobre os custos de logística (GRILLO e LAPERROUZE, 2013; HARRISON, 2012) e sobre a produtividade dos trabalhadores (TAKYI et al, 2013). Outros têm avaliado de forma qualitativa as práticas adotadas pelas empresas para minimizar os efeitos

da atividade sobre o meio ambiente ou para responder às legislações vigentes (TACKEN et al, 2014). Em trabalho recente de Liao-Troth et al (2012), onde foram analisados artigos sobre o tema publicados entre 1999 e 2009 no periódico *IJLM*, não foram constatados estudos relevantes sobre o tema mobilidade urbana. Da mesma forma, uma revisão de literatura feita por Burgess et al (2006) não ressaltou a importância do assunto, o que sugere que há espaço para pesquisa neste campo.

Cao e Zhang (2011) apontam que a colaboração na cadeia de suprimentos ajuda a incrementar o desempenho da empresa. Adicionalmente, Grawe (2009) propõe que fatores como competição, recursos tecnológicos e escassez de capital estão positivamente relacionados às inovações em logística, que por sua vez está também positivamente relacionada à geração de vantagens competitivas para a empresa. Desta maneira, emprestando-se estes conceitos do autor, pode-se deduzir que em um ambiente onde existem restrições internas e pressões externas torna-se propício para a geração e adoção de inovações.

Assim, o problema de pesquisa a ser investigado é “Qual o impacto da mobilidade urbana no desempenho de operadores logísticos?” e o propósito deste estudo é analisar o impacto da mobilidade urbana no desempenho de operadores logísticos e investigar o potencial mediador exercido pela colaboração entre os membros da cadeia e pela adoção de inovações por parte dos operadores logísticos.

Espera-se que a realização da pesquisa traga um melhor entendimento sobre o tema, trazendo entendimento sobre os impactos da mobilidade urbana sobre o desempenho das empresas e também possíveis soluções de contorno.

Referencial Teórico

O estudo proposto será elaborado tendo como suporte teórico a Teoria Contingencial. Pela natureza do ambiente dinâmico e instável onde ocorrem as operações das empresas de logística, a análise tendo-se esta teoria como viés é pertinente, uma vez que pressupõe que o desempenho depende de vários fatores, tais como estrutura, pessoas, tecnologias, estratégias e cultura (TOSI e SLOCUM, 1984). Subsidiariamente, a Teoria dos Custos de Transação (TCT), que tem Oliver Williamson como um de seus maiores expoentes, também será utilizada como paradigma teórico do estudo, pois muitas das decisões tomadas pelas empresas analisadas envolvem *trade-offs* importantes e que impactam os mecanismos de governança.

Mobilidade Urbana (MU)

Mobilidade urbana (MU) é um tema usualmente mais relacionado ao campo da arquitetura e do urbanismo, mas têm se tornado cada vez mais relevante para outras áreas. MU pode ser entendida de uma forma simples como a facilidade de deslocamento de pessoas e bens na área urbana (COSTA, 2008). Para se mensurar a MU são utilizados índices que buscam capturar todos os aspectos envolvidos, tendo como finalidade principal apoiar a formulação e acompanhamento de políticas públicas (GUDMUNDSSON, 2004). Entre os principais indicadores que compõem estes índices estão a quantidade de viagens realizadas; as distâncias percorridas; o tempo gasto nos deslocamentos; o consumo de energia; a quantidade de poluentes emitidos; o custo total da mobilidade; e o custo das externalidades (ANTP, 2014). O relatório *Urban Mobility Report 2012*, preparado pela *Texas A&M University*, e que traz uma visão mais aplicada do tema no contexto dos EUA, acrescenta ao rol de indicadores as quantidades de horas de atraso geradas pelos congestionamentos, bem

como os custos relacionados a isto. Outros estudos abordam o tema de uma forma mais ampla, adicionando aspectos como riscos relacionados ao tráfego (número de acidentes, custos e vítimas); níveis de ruído; impactos do uso do solo; acessibilidade ao transporte; e questões relacionadas ao planejamento (COSTA, 2008).

Como o objetivo deste trabalho é explorar o impacto da MU no desempenho de operadores logísticos, o conceito de MU apresentado acima será adaptado ao ambiente enfrentado por estas empresas. Desta forma, serão utilizados os seguintes indicadores para a construção das escalas a serem utilizadas neste estudo:

a) quantidade de viagens de entrega/coleta realizadas por dia; b) quantidade de horas gastas nestas viagens; c) distância percorrida por veículo por dia; d) frota necessária para a realização das entregas/coletas; e) consumo de energia/veículo por dia; f) custos relacionados às imposições legais referentes à circulação de veículos; g) recursos humanos envolvidos na operação de coleta/entrega.

Desempenho da Empresa (DE)

É comum a utilização de indicadores financeiros como medida do desempenho de uma firma, como por exemplo, o ROA (retorno sobre os ativos), que é calculado dividindo-se a receita líquida pelo valor total dos ativos (WAGNER et al, 2012).

Para este trabalho, toma-se emprestado o conceito utilizado por Ou, Liu, Hung e Yen (2010), que utilizaram fatores financeiros e não financeiros para a composição do desempenho da Empresa (DE). Adaptando-se o conceito dos autores, temos:

- a) Fatores financeiros: ROI, rentabilidade da operação, custo da operação;
- b) Fatores não financeiros: desempenho operacional interno (tempo gasto por entrega/coleta e custo por entrega/coleta) e nível de satisfação do cliente (nível de entregas/coletas a tempo).

Colaboração entre os Membros da Cadeia (CM)

Para este quesito será utilizado o conceito adotado por CAO e ZHANG (2010) para colaboração na cadeia de suprimentos, composto por sete componentes interligados:

- a) compartilhamento de informação; b) congruência entre os objetivos; c) sincronização de decisões; d) alinhamento de incentivos; e) compartilhamento dos recursos; f) comunicação colaborativa; g) criação de conhecimento conjunto.

Adoção de Inovação (AI)

Segundo Flint *et al* (2005), inovação em logística refere-se a qualquer serviço relacionado à logística, do básico ao complexo, que é visto como novo e útil a uma audiência focal particular. Já Wagner (2008) apresenta cinco atividades-macro no processo de inovação em logística: pesquisa e desenvolvimento interno; pesquisa e desenvolvimento externo; investimentos em infra-estrutura e capital; aquisição de conhecimento; e treinamento e educação. Tacken, Rodrigues e Mason (2013) analisaram iniciativas realizadas por empresas alemãs em direção à logística verde, sendo que muitas destas iniciativas podem ser consideradas inovadoras, dentro do conceito apontado por Flint *et al* (2005).

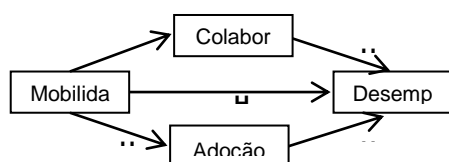
Desta forma, para este estudo, entende-se por inovação qualquer procedimento, tecnologia ou prática adotada pelo operador logístico no sentido de incrementar seu desempenho operacional ou financeiro, uma vez que há evidências de que a adoção de inovação em logística aumenta a vantagem competitiva da firma (GRAWE, 2009), o que favorece as chances de um aumento também em seu desempenho.

Modelo Teórico Proposto

O propósito deste estudo é analisar o impacto da mobilidade urbana (MU) no desempenho da empresa (DE). Adicionalmente, será investigado o potencial papel mediador exercido pela colaboração entre os membros da cadeia (CM) e pela adoção de inovação (AI), conforme representado na figura 1. Para isso, cinco hipóteses serão investigadas:

H1: (MU) afeta negativamente (DE) / H2a: (MU) afeta positivamente (CM) / H2b: (MU) afeta positivamente (AI) / H3a: (CM) medeia a relação entre (MU) e (DE) / H3b: (AI) medeia a relação entre (MU) e (DE).

Figura 1 – Modelo teórico proposto



Metodologia

Construção do Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa será desenvolvido de acordo às seguintes etapas:

- i) será realizada uma pesquisa qualitativa exploratória com especialistas de mercado e acadêmicos, com o objetivo de identificar as principais questões, práticas e procedimentos relacionados ao tema. As informações coletadas nesta fase exploratória serão utilizadas para complementar as demais, obtidas através do estudo da literatura existente.
- ii) Na fase quantitativa da pesquisa, os questionários serão elaborados e enviados novamente aos especialistas e acadêmicos para serem validados. Será utilizada uma escala Likert de 5 pontos para a mensuração dos constructos.
- iii) Os questionários serão então pré-testados com uma amostra de alunos da disciplina de logística da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- iv) Serão realizados testes estatísticos para avaliar a confiabilidade das variáveis.

Coleta de dados

A coleta dos dados será feita através de uma *survey on line*, utilizando-se o instrumento SurveyMonkey. A amostra de respondentes será identificada a partir da base de dados da ABRALOG (Associação Brasileira de Logística) e da ABEPL (Associação Brasileira de Empresas e Profissionais de Logística). O perfil dos respondentes será de executivos seniores das áreas de operação ou comercial de suas respectivas empresas. As empresas devem operar na região metropolitana de São Paulo.

Análise dos Dados

Será realizada uma análise fatorial exploratória, que busca entender a estrutura do conjunto de dados (HAIR et al, 2009) e posteriormente uma análise da equação estrutural (PLS-SEM), mais adequada para o objetivo de predição ou desenvolvimento de teoria (HAIR et al, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes cidades brasileiras viram o número de veículos em circulação crescer de forma explosiva durante a última década. A infra-estrutura não acompanhou o mesmo ritmo do aumento da motorização e uma delicada situação de mobilidade se instalou nestas metrópoles. Governos passaram a lançar mão de medidas restritivas na tentativa de mitigar estes impactos. Adicionalmente, há uma pressão cada vez maior da sociedade por políticas que reduzam os efeitos decorrentes da mobilidade urbana. Neste contexto, operadores logísticos são ao mesmo tempo vítimas e responsáveis por esta situação. Desta forma, este estudo propõe um modelo teórico a ser pesquisado, com o objetivo de entender o impacto da mobilidade urbana no desempenho das empresas de logística, buscando trazer novos elementos para ao debate, bem como alternativas de contorno a esta situação.

REFERÊNCIAS

ANTP (2014), Relatório 2012– Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos – julho/2014 – Disponível em: <http://antp.org.br/>. Acesso em 01 nov.2014.

_____, Relatório Comparativo 2003 – 2012, Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos – julho/2014 – Disponível em: <http://antp.org.br/>. Acesso em 01 nov.2014

BANISTER, D., 2002. 'Transport, Development and Sustainability', **Transport Planning**, second ed. Spoon Publishers, London.

BRETZKE, W.R., Global urbanization: a major challenge for logistics. **LogisticsResearch** 6.2-3 (Jun 2013): 57-62.

BURGESS, K.; SINGH, P. J; KOROGLU, R., Supply Chain Management: a Structured Literature Review and Implications for Future Research. USA: International **Journal of Operations & Production Management**. v. 26, n. 7, pp. 703 – 729, 2006.

CAO, M.; ZHANG, Q., Supply Chain Collaboration: Impact of Collaborative Advantage and Firm Performance. USA: **Journal of Operations Management**, v. 29, pp. 163-180, 2011.

CETSP. 16ª Avaliação da Operação Horário de Pico, 2014. Disponível em: <http://www.cetsp.com.br/>. Acesso em 01. nov. 2014

COSTA, Marcela da Silva. **Um índice de mobilidade urbana sustentável**. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento e Operação de Sistemas de Transportes) - Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2008.

CURRIE, J.; Walker, R.,Traffic Congestion and Infant Health: Evidence from E-Zpass. **American Economic Journal**. Applied Economics 3.1 (Jan 2011): 65-90.

EDWARDS, J. B., MCKINNON, A. C., CULLINANE, S.L., Comparative analysis of the carbon footprints of conventional and online retailing: A "last mile" perspective, **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management** 40.1/2 (2010): 103-123.

FIRJAN. Os custos da (i)mobilidade nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC475A6EB101477D37239150E6.htm>. Acesso em 01 nov. 2014.

FLINT, D.J., LARSSON, E., GAMMELGAARD, B., MENTZER, J.T., Logistics innovation: a customer value-oriented social process, **Journal of Business Logistics** 26.1 (2005): 113-147.

GRAWE, S. J., Logistics innovation: a literature-based conceptual framework. USA: **The International Journal of Logistics Management**, v. 20, n. 3, pp. 360-377, 2009.

GUDMUNDSSON, H., Sustainable transport and performance indicators. Em R.E. Hester and R.M. Harrison (ed.) **Transport and Environment**, Issues in Environmental Science and Technology. The Royal Society of Chemistry, p. 35-64, 2004, Cambridge, U.K.

GRILLO, F.; LAPERROUZE, J., Measuring the Cost of Congestion on Urban Area and the Flexible Congestion Rights. **Journal of Management and Sustainability** 3.2 (Jun 2013): 40-55.

HAIR, J. F.; RINGLE, C. M.; SARSTEDT, M. PLS-SEM: indeed a silver bullet. **The Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 19, n. 2, p. 139-152, 2011.

HAIR JR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 6ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009 [Cap. 3]

HARRISON, M., The Problem of Road Congestion: The Futility of 'Avoidable Cost' Estimates. **Agenda : a Journal of Policy Analysis and Reform** 19.2 (2012): 77-86.

IPEADATA (2014), População residente - 1 julho 2013 – estimativa. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 27 out. 2014.

LEAPE, J., The London Congestion Charge, **Journal of Economic Perspectives**—Volume 20, Number 4—Fall 2006—Pages 157–176.

LIAO-TROTH, S.; THOMAS, S.; FAWCETT, S. E. Twenty Years of IJLM: Evolution in Research. USA: **The International Journal of Logistics Management**, v. 23, n. 1, pp. 4-30, 2012.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Evolução da frota de automóveis e motos no Brasil 2001 – 2012 (Relatório 2013) Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/auto_motos2013.pdf. Acesso em 01.nov.2014

OU, C. S., LIU, F. C., HUNG, Y.C., YEN, D. C., (2010), A structural model of supply chain management on firm performance, **International Journal of Operations & Production Management**, Vol. 30 Iss: 5, pp.526 – 545

REDDY, B.S., Balachandra, P., Urban mobility: A comparative analysis of mega cities of India, **Transport Policy** 21 (2012) 152–164

TACKEN, J.; RODRIGUES, V. S.; MASON, R. Examining CO2 e reduction within the German logistics sector. USA: **The International Journal of Logistics Management**. 25(1). pp. 54-84, 2014.

TAKYI, H.; POKU, K.; ANIN, K. E., An Assessment of Traffic Congestion and Its Effect on Productivity in Urban Ghana. **International Journal of Business and Social Science** 4.3 (Mar 2013): n/a.

TOSI Jr., SLOCUM Jr., Contingency theory: some suggested directions. **Journal of Management**, v. 10, n. 1, p. 9-26, 1984.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

TTI's 2012 URBAN MOBILITY REPORT. Texas A&M Transportation Institute. Disponível em: <http://mobility.tamu.edu/ums/>. Acessado em 01. Nov. 2014

WAGNER, S. M., (2008), Innovation management in the german transportation industry, **Journal of Business Logistics** 29.2 (2008): 215-IX.

WAGNER, S. M.; GROSSE-RUYKEN, P. T.; ERHUN, F., The link between chain fit and financial performance of the firm. USA: **Journal of Operational Management**, v. 30, pp. 340-353, 2012.

EM QUE MEDIDA O DESENVOLVIMENTO ATRELADO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO RESULTA EM QUALIDADE DE VIDA?

Hanna Fux
Universidade Cândido Mendes – AVM
Pós-graduação em Gestão Urbana e Sustentabilidade

Palavras-chave: Desenvolvimento; Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

A ação do homem sobre a natureza tem se dando, em grande medida, de maneira incisiva, principalmente por imposição do crescimento econômico e do consumismo desenfreado. O modelo de crescimento atual, que a maioria dos países tem adotado não pode ser suportado por muito mais tempo, haja vista, a crise do petróleo, as crises climáticas, políticas e sociais, sentidas em todas as partes do mundo e identificadas em diversos documentos como, *Limits Of Growth*.

Em 1972, o relatório *Limits of Growth* (Limites do crescimento), lançado em Estocolmo na conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, representou um questionamento profundo ao próprio sistema capitalista, ao por em xeque a capacidade de tal sistema em dar continuidade a um dos pilares que o sustenta: a acumulação de riqueza. Como trabalhar uma lógica de crescimento ao infinito em um mundo de recursos finitos. Assim se apresenta o desafio da sociedade contemporânea, que tem que pensar sua própria racionalidade, paradigmas e lógicas para lidar com os desafios ambientais que ameaçam a própria sustentabilidade da vida humana na terra. (BRASIL, et al, 2013, P.02)

Brasil, et al (2013) salientam a necessidade de reavaliação da ação do homem em relação ao meio ambiente, em face da exaustão dos recursos naturais, poluição, desmatamento, dentre outros danos. Tudo isto vem sendo reforçado pela alienação do homem em relação à natureza, em relação aos outros homens e aos meios de produção e, amplificado pelo modelo econômico atual predominante, o capitalismo. Para Furtado (1974), as relações estabelecidas em tal modelo são desiguais entre os países e grupos sociais, estando as riquezas concentradas nas mãos de poucos e, não se objetiva a distribuição do produto, nem mesmo melhores condições de vida.

Assim, o presente trabalho visa apresentar teorias referentes ao desenvolvimento para dessa forma, demonstrar que o mesmo não é uma via de mão única, já que não necessariamente deve estar atrelado ao crescimento econômico – que, por sua vez, não significa qualidade de vida. Os moldes do crescimento econômico, pelo contrário, produzem mais desigualdade e mais agressões ao meio ambiente. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável, apresenta-se como alternativa possível a tal modelo, pois tem como base o desenvolvimento local, se fundamentando em valores, como sustentabilidade, solidariedade e, em relações que não aquelas puramente econômicas, que visam o incremento da produção e do produto, haja vista, Cuba e os diversos locais que implementaram o conceito de *Cidades em Transição**.

Este estudo, fruto de pesquisas preliminares realizados no curso de pós-graduação em *Gestão Urbana e Sustentabilidade*, identificou a urgência da análise das bases em que o desenvolvimento se sustenta, em face do contexto das crises climáticas e sociais enfrentadas na atualidade, buscando compreender de onde parte, o que busca alcançar e quem busca atingir e, em que medida as pessoas estão de fato vivendo melhor a partir do que se afirma ser desenvolvimento.

Tal análise fora realizada a partir da revisão bibliográfica sobre o tema e a observação crítica de casos particulares como os de Cuba e das iniciativas de *Cidades em Transição*.

* O movimento das *Cidades em Transição* (*Transition Towns*) foi criado pelo inglês Rob Hopkins com o objetivo de transformar as cidades em modelos sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e mais resistentes a crises externas, tanto econômicas como ecológicas.

Limites do Crescimento – Uma Discussão Urgente

Após a segunda guerra mundial, particularmente a partir da década de 1990, o debate acerca do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida, levando em consideração os recursos, bens e serviços, tem se mostrado cada vez mais acalorado e necessário.

Para se compreender o desenvolvimento e as bases que o sustentam, é necessário considerar a relação estabelecida entre o mesmo e o crescimento econômico. Uma vez que para muitos autores, como Oliveira (2006), e para a grande maioria dos governantes, um não pode ser concebido sem o outro.

Assim, na procura pelo crescimento, sempre está presente o sentimento de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. É por isso que as nações perseguem o desenvolvimento (este como sinônimo de crescimento econômico) com o objetivo de acumular cada vez mais bens, sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa acumulação desenfreada. (CASTORIADIS, 1987, apud OLIVEIRA, 2006, p.20)

No entanto, crescimento econômico não significa qualidade de vida, pois há que se considerar como se dá a distribuição de tais incrementos. Oliveira, (2006), apesar de considerar que apenas o crescimento econômico não seria suficiente para atingir melhores condições de vida, afirma que sem ele, o desenvolvimento não seria possível. E, tal crença seria a principal responsável pela busca incansável pelo crescimento do PIB, bem como pelo desenvolvimento das indústrias nacionais estabelecidas pelos países. Para o autor, a busca pelo crescimento seria sim, necessária, mas a forma como o produto é investido deveria ser reavaliada. Nesse sentido, para que se pudesse atingir o desenvolvimento, seria imprescindível que as necessidades básicas de toda a população fossem atendidas e, isso só poderia ser alcançado com um modelo de crescimento econômico, devidamente pautado nos conceitos de sustentabilidade.

No entanto, é importante considerar as consequências da adoção de um modelo econômico baseado no crescimento, bem como, as minúcias referentes a valores e práticas contidos neste ideal. A exaustão de recursos, a relação exploratória e de dominação estabelecida sobre a natureza e os seres humanos, a maximização de lucros, alienação das forças de trabalho, dentre outras consequências nefastas como poluição, pobreza, aquecimento global são alguns destes aspectos.

Apesar disso, percebe-se a predominância da lógica de dominação e superexploração da natureza, mesmo sendo ineficiente, tanto social quanto ambientalmente. Assim, o ideal que se anseia para a construção de uma sociedade mais saudável é aquele em que a relação estabelecida entre homens, mulheres e meio ambiente seja de respeito e compreensão.

Os autores Brasil et al (2013), atentam para o fato de que o anseio por riqueza, por acumulação de capital (por uma pequena parcela da população), danifica o meio ambiente e as estruturas políticas e sociais a tal ponto de representar ameaça à população mundial e, portanto deveriam ser reavaliados.

Desta forma, analisar o sistema econômico atual, o capitalismo, é mais que uma simples análise de meios e fins econômicos, mas significa pensar o próprio ser humano, suas culturas, seus valores, éticas, posições e interações no espaço. Contudo, nas últimas décadas, tanto a ciência econômica, como o capitalismo e seu conceito de crescimento econômico vêm sendo posto em análise, se questionando os limites e os problemas causados pela noção restrita de ambos (BRASIL; et al, 2013, P.01,02)

Assim, o ideal de desenvolvimento com bases no crescimento econômico seria considerado um mito, tal como nas palavras de Furtado (1974), pois não há como toda a civilização mundial atingir os níveis de produção e consumo dos países do capitalismo central, sem que se causasse um colapso com consequências globais. Além disso, tal sistema que visa a acumulação de capital, tende a aumentar o fosso entre ricos e pobres, entre economias de centro e periféricas, acentuando as desigualdades e os problemas socioeconômicos.

Desenvolvimento Sustentável – Um Suspiro de Esperança

Nesse contexto surge o ideal de desenvolvimento sustentável, que visa promover o desenvolvimento sem comprometer a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, levando em consideração diversas questões, como aponta Sachs (1993).

(...) a questão do desenvolvimento sustentável, aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que precisam ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem contudo, comprometer a oferta de recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução do consumo de produtos causadores de impactos ambientais. (SACHS, 1993, apud OLIVEIRA, 2006, p.22,23)

Conceber o desenvolvimento sustentável, portanto, implica em diversas mudanças ideológicas e de práticas adotadas frente à natureza e aos seres humanos, reavaliando os processos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Para Pecqueur (200), trata-se de

voltar o olhar para as questões locais e os saberes tradicionais, valorizando as pessoas e as relações, retomando os vínculos com a natureza e com os modos de produção.

Evidenciar uma dinâmica que valorize a eficácia das relações não exclusivamente mercantis entre os homens para valorizar as riquezas da qual dispõem (...). Nesta volta ao território, o desenvolvimento local indicaria concretamente que iniciamos um novo ciclo longo de industrialização (...). Vistos como uma dinâmica de adaptação às perspectivas da economia mundial, o local e o mundial são duas faces de um mesmo movimento de ajuste. (PECQUEUR, 2000, p.03)

Assim, na busca por modelos de desenvolvimento alternativos àqueles que preveem o crescimento econômico desenfreado, alguns países, estados, cidades e até mesmo comunidades vêm adotando princípios e práticas como os descritos anteriormente.

O caso de Cuba, descrito por Sosa et al (2011), em *Revolução Agroecológica*, é um exemplo de adoção de práticas que visam o desenvolvimento sustentável. Na busca por sua soberania alimentar em face do embargo econômico e da crise do petróleo, o país caribenho desenvolveu um sistema de agricultura familiar/camponesa, incentivada pelo governo e multiplicada pelos próprios habitantes, que se baseia na reutilização de resíduos orgânicos, na apropriação e disseminação dos conhecimentos tradicionais. A população num curto espaço de tempo conseguiu se reerguer, se livrando da dependência do “pacote da Revolução Verde” (ao qual não tinham mais acesso devido ao embargo) e, produzindo seus próprios alimentos. A crise enfrentada por Cuba também fez com que reavaliassem o sistema de transporte e as próprias relações de trabalho e com os membros da comunidade, fortalecendo os laços de solidariedade, os sistemas de troca e a produção local. Apesar de ter sido forçado a rever seus modos de produção e de vida, o país é hoje um exemplo de sustentabilidade, principalmente do ponto de vista alimentar.

Há outros eventos relevantes no que diz respeito à adoção de práticas de desenvolvimento sustentável como aqueles relacionados às iniciativas das *Cidades em Transição*, que também visam iniciativas a nível local, reavaliando as relações sociais e de produção, no entanto, estes não serão amplamente desenvolvidos no presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, repensar os processos que envolvem o desenvolvimento é algo complexo, que demanda a consideração de diversos fatores como, econômico, social e ambiental. Os padrões de produção e consumo que acompanham o crescimento econômico não podem mais ser sustentados e não significam necessariamente qualidade de vida. Assim sendo, a principal mudança, para que se possa viver de maneira mais sustentável e harmônica com a natureza e os demais seres humanos, deve ser ideológica.

Diante de tal cenário, deve-se questionar qual seriam então, as alternativas. Os exemplos citados no texto visam mostrar que há possibilidades de desenvolvimento, que não aquelas pautadas unicamente no crescimento do PIB, da produção e do consumo. Essas novas proposições têm como base princípios, como solidariedade, valorização dos conhecimentos tradicionais, redução do consumo, reaproveitamento de materiais, melhora do acesso a bens, serviços, incentivo ao mercado local e, uma série de outras alternativas aos moldes atuais, que podem ser incorporadas às dinâmicas das cidades.

As crises ambientais, econômicas, sociais e políticas que vivemos mostram que o caminho pela busca por novos conceitos de vida e desenvolvimento está apenas se

iniciando, bem como a demanda por estudos na área e pela própria criação e adoção de técnicas e práticas sustentáveis. Os exemplos de sistemas e processos que vão na contramão da maioria dos sistemas atuais, são ainda incipientes e em número reduzido, mas vem crescendo continuamente, juntamente com a consciência das pessoas pela necessidade de novos modos de agir e pensar, tanto a vida, quanto o meio ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. S. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun, 2008 - Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf. Acesso em 25 set. 2015

BRANGWYN, B.; HOPKINS, R. *Manual das Iniciativas de Transição - como se tornar uma Cidade em Transição, um Município, Distrito, Vila, Comunidade ou mesmo uma Ilha*. Versão: 26 - Status: FINAL. Transition Initiatives UK and Ireland. Produced by Transition Network. Dez. 2008. Disponível em: <http://transitiontowns.org/TransitionNetwork/TransitionNetwork#primer>. Acesso em 30 ago. 2015

BRASIL, A. A. et al. *Marxismo e Ecologia: Uma crítica à Economia Verde*. Ceará, 2013. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/01/edilvan-luna-marxismo-e-ecologia-uma-crc3adtica-c3a0-economia-verde-gt9.pdf>. Acesso em 20 set. 2015

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Editora: Paz e Terra, 3ª Edição, 1974, p.15-20 e 68-76.

OLIVEIRA, G. B. *Uma Discussão Sobre o Conceito de Desenvolvimento*. Livro: **O Desenvolvimento Sustentável em Foco: uma contribuição multidisciplinar**, 1ª Edição, Dezembro, 2006, p. 15-30

PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul*. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf. Acesso em 24 set. 2015

SOSA, B. M. et al. *Revolução Agroecológica - O Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba*. ANAP, Cuba, 2010 - Primeira edição em língua portuguesa: Brasil, 2011

MÍDIA, AMBIENTE E SOCIEDADE: O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO JORNAL DE PIRACICABA

Edson Luiz Pizzigatti Corrêa.
Professor Doutor no CPS - Centro Paula Souza

Palavras-chave: sustentabilidade; mídia de massa; meio ambiente; discurso

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado a partir da análise do discurso do “Jornal de Piracicaba” (JP) com o intuito de verificar as características discursivas presentes nesse meio de comunicação regional, relacionadas ao debate socioambiental no contexto da sustentabilidade.

A importância dos meios de comunicação de massa como fonte de informação é considerada a partir da leitura de vários autores. Diversas teorias e hipóteses foram elaboradas sob diferentes contextos teóricos, históricos e sociológicos para explicar o processo de interação entre os meios de comunicação de massa e a audiência como descreve Wolf (2003). Como muitos outros (GERBNER et al 2002; McCOMBS 1972; LIMA 2004; SERRA 2007), esse autor relaciona as diferentes perspectivas teóricas que foram elaboradas em diferentes épocas, buscando explicar o fenômeno da comunicação de massa, inserido no contexto de produção midiática baseada em uma realidade nomeada por Horkheimer e Adorno como “Indústria Cultural” (WOLF, 2003, p.72-77).

Por uma perspectiva linguística, pode-se dizer que os veículos de informação disponibilizam conteúdos repletos de representações sobre o mundo objetivo, contribuindo para a construção de imagens e representações compartilhadas que a sociedade tem de si e do mundo que a cerca (GERBNER et al, 2002). Isso potencializa os meios de comunicação de massa como agentes de sensibilização, educação, mobilização e transformação ou manutenção social.

DESENVOLVIMENTO

A pertinência deste estudo tem vários fundamentos como: a) o enorme poder de alcance dos veículos de comunicação devido a sua posição central na sociedade (LIMA, 2004; GERBNER et al, 2002; HERMAN; CHOMSKY, 2003); b) a utilização desses veículos em propagandas do Estado em todas as suas esferas – Lima (2004) observa a presença do Estado como importante anunciante da Rede Globo de Televisão e suas afiliadas, sendo esses últimos veículos de caráter regional (LIMA 2004, p. 99); e c) a possibilidade de ditar tendências junto a opinião pública por parte de controladores das empresas de comunicação e seus anunciantes (HERMAN; CHOMSKY, 2003; BOURDIEU,1997; GERBNER et al, 2002). Dessa forma, a conscientização da sociedade quanto ao seu entorno e seus conflitos – poluição da água, do solo e do ar, etc –, além de ser influenciada por fatores educacionais e culturais, também estão vinculadas às mensagens que os indivíduos recebem pelos meios de comunicação (GERBNER et al, 2002).

Relação entre mídia, ambiente e sociedade

O uso dos recursos naturais e a transformação do ambiente e da paisagem é consequência de aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e culturais, configurados a partir de diversos interesses, que acabam por definir a forma e a intensidade com que estes recursos são aproveitados.

A ocupação de áreas com atividades agrícolas ou para a instalação de centros urbanos ou industriais tem degradado a qualidade ambiental. Também é amplo o conhecimento de que a regulamentação dessas atividades é resultado dos anseios da sociedade representados pelo Estado através do poder legislativo em suas esferas municipais, estaduais e federal, com a finalidade de promover a justiça social e a qualidade de vida. São múltiplos os atores sociais envolvidos em questões ambientais – Estado, Organizações não Governamentais, indivíduos, populações tradicionais, etc – porém, um aspecto que é marcante é o estabelecimento de pautas consensuais sobre determinados temas, fenômenos, objetos, etc, que os meios de comunicação de massa devem cobrir, seja por seu alcance ou pela sua credibilidade junto ao seu público. De qualquer forma, os discursos produzidos e reproduzidos nos meios de comunicação de massa afetam a sociedade (GERBNER et al, 2002). Autores como Bourdieu, Herman; Chomsky, Gerbner, McCombs; Shanahan estabelecem a importância destes meios de comunicação na determinação da agenda – conforme a hipótese da *Agenda Setting* definida por McCombs & Shaw (1972) – dos assuntos de relevância social.

Para Herman e Chomsky (2003), os meios de comunicação elaboram suas mensagens e discursos obedecendo a um modelo de propaganda que distorce sistematicamente a realidade objetiva. Segundo estes autores, as distorções nas informações midiáticas vão além da busca de resultados financeiros dos veículos, configurando um processo de propaganda alinhada com os objetivos das elites econômicas e políticas que influenciam os meios de comunicação de massa. Por essa perspectiva, tal propaganda constitui um poderoso meio de formação de opinião pública alinhada com os interesses de grupos poderosos.

Grandes corporações e algumas famílias são as controladoras dos principais veículos de comunicação dos Estados Unidos (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p.65). No Brasil isso também é uma realidade²⁸.

Tal situação constrange o papel da comunicação social. O direito a liberdade de expressão é garantida no capítulo V da Constituição Federal do Brasil de 1998. A expressão presente nos meios de comunicação de massa, em sua maior parte é exercida por instituições privadas, predominantes no Brasil (LIMA, 2004).

A configuração de serviço público dos veículos de comunicação, com ampla liberdade de expressão deveria atender aos interesses comunicacionais da sociedade. Entendendo também que o Brasil busca exercitar valores democráticos como a igualdade, liberdade, justiça social, dentre outros citados na Constituição Federal, deste modo, o exercício das atividades dos veículos de mídia deve promover tais valores.

²⁸ Os maiores veículos de comunicação são de propriedade de algumas famílias, a exemplo dos Marinhos proprietários da Rede Globo de Televisão, Civita proprietários do Grupo Abril, Mesquita do Grupo Estado, Frias do Grupo Folha, Saad da Rede Bandeirantes. Algumas famílias, além da propriedade de emissoras, também possuem notoriedade no cenário político regional, estadual e até nacional como é o caso dos Magalhães na Bahia, que possuem a concessão de emissoras afiliadas da Rede Globo naquele Estado.

O discurso socioambiental nos meios de comunicação

Assim, a fragmentação do assunto e a dependência de eventos ou de datas especiais para a cobertura da temática ambiental, resultando na omissão de fatos importantes do ponto de vista ambiental (RAMOS, 1995), o discurso conservador e formador de uma postura passiva por parte da audiência (SHANAHAM; MCCOMAS, 1998), a retratação sensacional do mundo natural (ANDRADE, 2003), mensagens resultantes da reação dos grupos empresariais, com o objetivo de desacreditar os ideais dos movimentos ambientalistas (BEDER, 2002) são exemplos de vieses agregados ao discurso dos meios de comunicação de massa em relação ao ambiente. Essas situações ocorrem nos veículos, por razões como o despreparo dos profissionais de comunicação em relação às questões ambientais (TRIGUEIRO, 2003), ou mesmo pela defesa dos interesses conservadores que influenciam os veículos de comunicação (HERMAN; CHOMSKY, 2003). De qualquer forma, tais situações tendem a contribuir para a reprodução de mensagens em desacordo com as necessidades crescentes de ações efetivas e preconizadas pelo conceito do desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

A inserção do termo sustentabilidade em discursos sobre ambiente e sociedade vem ocorrendo nos últimos 35 anos. Por ser um conceito que possui interpretações distintas, cabe posicionar o entendimento deste autor sobre as possibilidades de análise crítica do discurso (ACD) – conforme será abordado posteriormente – que se vinculam ao termo. Cabe salientar que a elaboração de um conceito de sustentabilidade constrói o significado da palavra. Pode constituir o que Fairclough denomina ‘lexicalização’, ou seja, a multiplicidade de meios de expressar com novas palavras um significado, atribuindo sentidos e interpretações por uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular (FAIRCLOUGH 2008, p.236).

Com a publicação do Relatório Meadows em 1972, cresce a percepção da finitude dos recursos ambientais como obstáculo do crescimento, suscitando o interesse pela sua inserção na pauta do desenvolvimento das economias mundiais. O esgotamento de minérios, o crescimento exponencial da população para as próximas décadas, a poluição dos ecossistemas naturais, diminuindo a qualidade de vida, notadamente nos países industrializados, despertou o interesse pela temática ambiental na época. Nessa oportunidade, o conceito de capacidade de suporte da biosfera e a necessidade de um sistema mundial sustentável, aparecem pela primeira vez (DIEGUES, 1992). O termo “desenvolvimento” é relacionado à idéia de “progresso” no qual as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material (DIEGUES 1992, p. 23). Nesse sentido, a acumulação de riquezas é vista como indicativa do potencial das nações, criando hierarquia relativa ao desenvolvimento e conseqüente progresso entre nações. O conceito de desenvolvimento sustentável é definido pela CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Há várias críticas a idéia de “desenvolvimento sustentável”, baseadas na implicação do crescimento econômico como discurso hegemônico (LIMA, 2003). Segundo Lima (2003) o termo “sociedade sustentável” seria uma abordagem mais interessante.

De qualquer forma, é comum verificar em publicidades a adjetivação ‘sustentável’ junto a produtos, atos e identidades. Essa busca de agregação de valor sócio ambiental, em Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

alguns casos, tem sido denunciada por organizações ambientalistas com o nome de “greenwashing”, “esverdeamento” ou “branqueamento”. Essa prática é vista como um recurso usado quando uma empresa, organizações não governamentais, ou mesmo o próprio governo, propaga práticas ambientais positivas e, na verdade, possui atuação contrária aos interesses e bens ambientais (RIBEIRO; EPAMINONDAS, 2010). A apropriação de palavras que remetam aos conceitos expostos em discursos pode sugerir aspectos como a associação desses conceitos a um determinado evento, objeto, personalidade ou ato. A apropriação de palavras que associam a idéia de sustentabilidade é vigente em discursos publicitários e políticos, associando os aspectos sociais e ambientais

Procedimentos metodológicos

A busca de metodologias para estabelecer procedimentos de pesquisa que possibilitem ampliar o conhecimento das questões expostas acima pode ser produtiva a partir do trabalho de diversos autores. Por exemplo, Fairclough (1995) que destaca a Análise Crítica do Discurso (ACD) como um importante recurso de pesquisa de processos contemporâneos de mudanças culturais e sociais. Com essa abordagem, foi verificado o ano de 2011 de edições diárias do Jornal de Piracicaba, buscando identificar a presença e associações de palavras relacionadas a sustentabilidade. Para tanto, foram analisados dois meses compostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos que faziam referência direta a sustentabilidade ou “desenvolvimento sustentável” possuíam característica de discurso informativo e político. Sendo o discurso informativo o qual que se espera encontrar nos jornais. A presença de outros tipos revela que os discursos de caráter opinativo, concebidos sob perspectivas particulares e que expressam opiniões sobre ambiente e natureza. Nesses, as opiniões se estabelecem como propostas, defesa de pontos de vista ou mesmo a tentativa de convencimento do leitor a cerca de perspectivas particulares. Tal indagação é considerável válida para o discurso político, que se estabelece como a elaboração de argumentos para corroborar uma perspectiva particular.

Os termos “sustentabilidade” e “sustentável” aparecem em 2011 em textos que associam o termo a cadeias produtivas e a organizações. Esses termos aparecem em textos que buscam a aceitação de ações e organizações, a exemplo das usinas de produção de açúcar e álcool. Há a abordagem de sustentabilidade no agronegócio, principalmente na produção de açúcar e álcool, com a adjetivação de “ecológico” ou “verde” para a vinculação de eventos, ações, organizações, etc., a uma ação de proteção do ambiente e da natureza.

A criação de sentidos e representações é outra característica encontrada em alguns textos. O mais comum observado, principalmente nos dois últimos períodos analisados, foi a associação de aspectos do ambiente e da natureza à valores sociais como, por exemplo, a qualidade de vida e lazer. Representações associadas à natureza aparecem ainda em publicidades relacionadas ao turismo e ao mercado imobiliário, onde a agregação de valor, a partir da presença de “verde”, “natureza”, assim como “sustentabilidade”, é argumento na comercialização de imóveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. **Ecológicas manhãs de sábado**: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2003. 239p.

BEDER, S. **Global spin**: the corporate assault on environmentalism. USA: Chelsea Green Publishing, 2002. 228p.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução de MACHADO, M.L. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 143p.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de CORRÊA, A.M.S. São Paulo: Contexto, 2006. 285p.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.71p.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6 ,n1/2,p. 22-29, jan/jun, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de MAGALHÃES, I. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2001. 316p.

GERBNER, G.; GROSS, L.; MORGAN, M.; SIGNORIELLI, N.; SHANAHAN; J. Growing up with television: cultivation processes. In: BRYANT, J.; ZILLMANN, D. **Media effects**: advances in theory and research. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p.43-67.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N, **A manipulação do público**: Política e poder econômico no uso da mídia. Tradução de BAZAN. São Paulo: Futura, 2003. 470p.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade,complexidade, poder. Tradução de ORTH, L.M.E. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. 495p.

LIMA, V.A. **Mídia**: teoria e política. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abreu, 2004. 365p.

MEADOWS, D.H. et al. **The limits to growth**. Nova York, Universe Books, 1972. 368p.

McCOMBS, M.E.;SHAW, D.L. The agenda setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**,cidade, v.36, n.2, Summer 1972, p. 176-187.

RAMOS, L.F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995. 159p.

REDCLIFT, M. **Development and the environmental crisis**: red or green alternatives. London ;New York, , 1984. 149p.

RIBEIRO, R.A.C.; EPAMINONDAS, L.M.R. Das estratégias do *greenmarketing* à falácia do *greenwashing*: a utilização do discurso ambiental no design de embalagens e na publicidade Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

de produtos In: **ENANPPAS: Anais eletrônicos...** Florioanópolis 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT8-645-626-20100825115643.pdf>>. Acesso em: 14 apr. 2013.

SHANAHAN, J.; MCCOMAS, K. **Nature stories:** depictions of the environment and their effects. Cresskill: Hamptom Press, 1998. 224p.

TRIGUEIRO, A. (Org.) **Meio ambiente no século 21:** 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 367p.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura de Modernidade:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. trad. GRISCI, C. et al. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 1995. 427p.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa.** Tradução de JANNINI, K. São Paulo, Martin Fontes, 2003. 400p.

RUÍDO AMBIENTAL E SEU INCÔMODO NA VIZINHANÇA DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO: ESTUDO DE CASO, SALVADOR-BAHIA

Telma Lira Caldas da Silveira
Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia- UFBA
PEI-Programa de Pós-graduação em Engenharia Industrial
Orientador: Prof. Dr. Sandro Fábio César
Co-Orientador: Prof. Dr. Asher Kiperstok

Palavras-chaves: Incômodo na Vizinhança; Construção Civil; Ruído ambiental

INTRODUÇÃO

O movimento de expansão imobiliária, interpondo-se pelas áreas já ocupadas, provoca o adensamento urbano. Essa transformação pode causar impactos ambientais positivos, na medida em que proporciona maior conforto à comunidade em consequência do aumento das facilidades ali implantadas, ou negativos, quando os sistemas urbanos, infraestrutura e serviços, atingem o ponto de saturação. Em qualquer situação, o período da construção das obras pode causar transtornos diretos na área residencial vizinha. Esses transtornos vão desde a movimentação de veículos pesados na região até o desconforto generalizado devido às atividades próprias de uma construção.

Neste artigo é abordada a questão do ruído ambiental e seu incômodo na vizinhança durante a execução de obras, por meio do estudo de caso da rua Camilo Torrend, na localidade de São Lázaro, bairro da Federação, na cidade do Salvador, Bahia.

A relevância do trabalho é trazer à discussão dados do ruído ambiental em obras de construção, confrontando-os com os padrões de controle aplicáveis. Apesar da preocupação com a comunidade ser objeto tanto de parâmetros estabelecidos nas disciplinas de gestão de projetos, em especial nas análises de risco, quanto nas listas de certificadoras de construção sustentável, observa-se que não há um enfoque direto nos efeitos à comunidade visando entender os incômodos provocados por esse processo e desenvolver estudos para mitigá-los.

Há uma maior preocupação com a proteção à saúde do trabalhador na atividade de construção civil, que se limita à área interna da obra, porém a regulamentação que protege o direito do cidadão não sofre o mesmo rigor na fiscalização, deixando as ocorrências em relação aos vizinhos da obra sem tratamento aprofundado.

O problema tratado nesse estudo está relacionado ao não cumprimento da legislação, que estabelece os padrões de ruído ambiental, pelas atividades de construção de obras em áreas edificadas.

A hipótese para esse trabalho é a de que, o ruído ambiental, apesar de ser regulamentado, ele não é usualmente medido nas atividades de uma obra, e seu impacto na vizinhança é julgado por meio da percepção subjetiva de cada indivíduo. A partir das medições nos locais de moradia dos vizinhos, pode-se provar que o incômodo na vizinhança decorrente do ruído das atividades de uma obra estão acima do permitido pelas normas brasileiras e regulamentações municipais.

O objetivo do estudo realizado foi o de avaliar o ruído ambiental durante a execução de obras de construção civil em ambientes edificados, em relação aos parâmetros estabelecidos pela legislação e normas aplicáveis.

1. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

1.1. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse item estão descritos conceitos que visam alinhar o entendimento dos termos e sua aplicação no contexto ao longo do desenvolvimento do trabalho e a fundamentação teórica para realizar as medições do ruído ambiental e análises dos resultados.

1.1.1. Conceitos

A paisagem urbana se apresenta como a evolução histórica do ambiente, consequência do seu desenvolvimento na sociedade agregando a cultura do homem e sua relação com os recursos naturais (RIBEIRO et al, 2013). Já o ambiente construído ou meio ambiente artificial é definido como o espaço urbano composto pelos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral), aonde Sattler (2010) considera ainda como integrantes do ambiente construído, o patrimônio arquitetônico, o trânsito, o ruído, a arborização e a vizinhança. Dessa forma a sociedade deixa suas marcas, seu legado, as contradições intrínsecas da condição humana e a materialização de relações sociais (RESENDE, 2013).

A verticalização é uma das formas de adensamento urbano, e é definida por Somekh e Gagliotti (2013) como a multiplicação do solo urbano por meio do uso do elevador, e argumentada por Nucci (2008) que o acréscimo do volume construído, a impermeabilização e redução da vegetação do ambiente urbano sobrecarrega a infraestrutura pública e os espaços livres, influenciando a qualidade de vida que reflete em toda população ao redor, até a mais distante. Afirma ainda que é vantajosa para os empreendedores, governo e compradores, não sabendo estes que sofrerão do mesmo impacto na verticalização dos terrenos vizinhos.

1.1.2. O ruído ambiental como incômodo

O som é uma oscilação de pressão propagada em meio material elástico, na velocidade característica desse meio, que, ao encontro de qualquer obstáculo, pode modificar a sua trajetória, reduzir a velocidade, podendo inclusive impedir a sua transmissão (MENEZES JUNIOR, 2002).

A pressão sonora no ar representa a relação entre a variação da pressão atmosférica e de um valor de referência, percebido pelo ouvido. Em números, a percepção auditiva corresponde a uma intensidade acústica de 103 Hz, enquanto que para provocar a sensação de dor essa intensidade é 1014 Hz (GAZZONI, 2009). Para a representação de ordens de grandeza tão diferentes, é mais adequada a utilização de uma escala logarítmica, conhecida como escala decibel ou, abreviadamente dB, normalmente utilizada para representar grandezas de percepções humanas, já que é assim que se comportam.

Segundo Mota (2006), o ruído é um som desagradável, indesejado pelo homem, muito embora seja fruto da execução das suas atividades. O nível de ruído depende de alguns fatores, tais como tipo de ocorrência e posicionamento das fontes de emissão e condições de propagação das ondas sonoras.

Quando o ruído prejudica a saúde e o sossego da comunidade, denomina-se poluição sonora. Os danos provocados pela poluição sonora dependem de vários fatores, dentre eles, intensidade, faixa de frequência e período de exposição, que quanto maiores, maiores os danos. O ruído intermitente interfere no sistema nervoso e o ruído contínuo prejudica a audição e a sensibilidade e interfere no histórico de saúde do indivíduo (MOTA, 2006).

O ruído ambiental pode ser classificado para fins de aplicação do Limite de Tolerância, segundo a norma técnica NBR10151, ABNT (2000), como ruído de impacto, que proporciona picos de duração máxima de 1s ao longo de um período, e ruído contínuo, aquele cuja variação de nível de intensidade sonora é pequena em função do tempo (HENRIQUES, 2014).

Nas atividades da construção civil estão presentes o ruído contínuo causado por equipamentos elétricos, compressores e geradores, e o ruído impulsivo ou de impacto, emitido por equipamentos de percussão, como bate-estacas ou ferramentas de carpintaria (MENEZES JUNIOR, 2002).

1.2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada utilizou o tipo de estudo observacional, analítico, transversal, fazendo um levantamento de dados da situação no momento da observação e é composta das etapas descritas a seguir.

1.2.1. Definição do local de estudo e da amostra

O estudo foi realizado na localidade de São Lázaro, que é uma região situada num dos pontos mais altos do bairro da Federação, em Salvador, Bahia. Além das instalações de campus universitário, a localidade abriga residências, prédios, igreja e empreendimento empresarial da área de comunicação.

A paisagem urbana dessa região vem sofrendo mutação em consequência do processo de verticalização. Na Figura 5 é mostrada a localização dos edifícios definidos para o estudo os quais substituíram residências térreas unifamiliares. O Edifício São Lázaro Residence (Obra 1 - lote 67) é um empreendimento de quinze andares, de um apartamento por andar, com área de convivência comum aos moradores e quatro vagas de garagem por apartamento. O Edifício Vila Maggiori (Obra 2 - lote 52) é um prédio com quinze andares, sendo dois apartamentos por andar, com área de convivência comum aos moradores e duas vagas de garagem por apartamento.

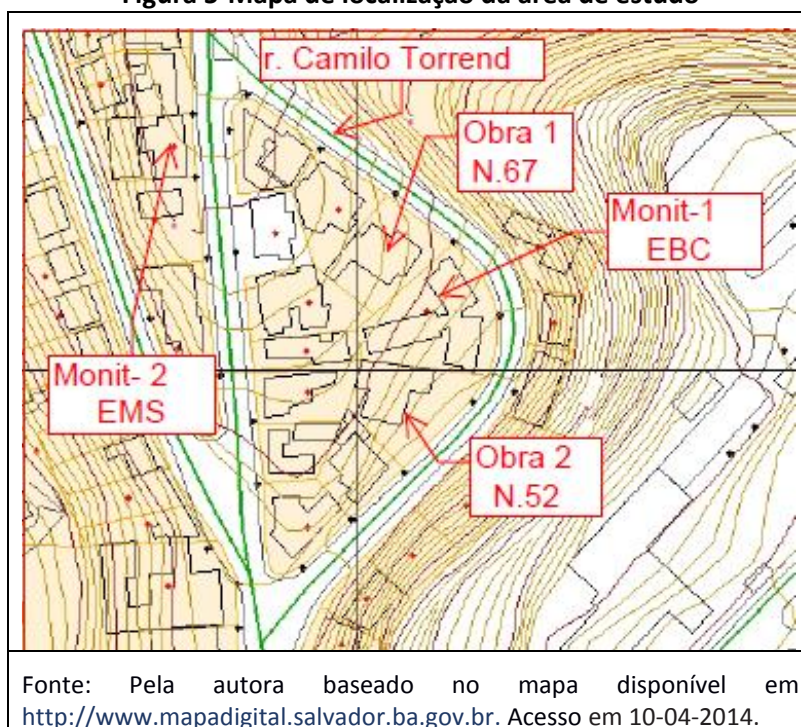
1.2.2. Instrumentos de trabalho

Para a realização da pesquisa foi utilizado um decibelímetro digital (modelo:MSL-1355,marca: MINIPA,nº de série: ID0610000076M,certificado: 3489A14, data: 30/09/2014),um calibrador (modelo: MSL-1326, marca: MINIPA, nº de série: ID01700000099M,certificado:3488A14, data: 30/09/2014) e uma trena de 5m.

1.2.3. Plano de medição do ruído

Para a realização das medições do ruído ambiental foi realizado um planejamento considerando: os instrumentos em perfeito estado e aferidos, horário de funcionamento da obra e disponibilidade dos vizinhos. Como pode ser observado na Figura 5, o ponto de monitoramento 1 (PM1) foi implantado na residência de um morador do 2º andar do Ed. Barra dos Coqueiros (EBC), na mesma rua da Obra 1, distante dez metros do limite lateral do terreno da obra. O ponto de monitoramento 2 (PM2) foi implantado no apartamento de um morador do 6º andar do Edifício Mirante São Lázaro (EMS), situado na rua Aristides Novis distante cerca de cem metros do limite do terreno oeste da Obra 1. A Obra 2 encontrava-se na fase de acabamento final e limpeza.

Figura 5-Mapa de localização da área de estudo



Foram realizadas três medições em cada imóvel (EBC e EMS), em dias diferentes. O decibelímetro, ajustado para medida rápida (*fast*), ponderado em “A”, foi posicionado cada dia em local diferente da sala do apartamento, mantendo uma diferença mínima de 50 cm da localização anterior. Foi também estabelecido que essa localização atendesse uma distância igual ou superior a 1,5 m de qualquer anteparo: parede, teto, chão ou móveis. As janelas foram mantidas abertas, como normalmente estariam.

1.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

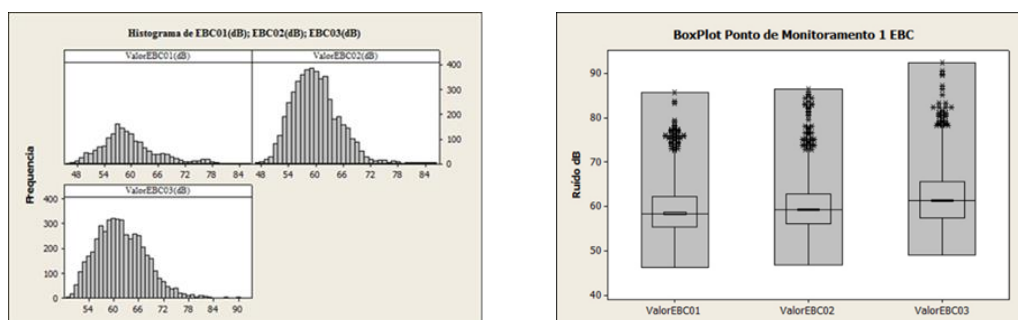
Como ponto de partida, foi elaborada uma tabulação de dados utilizando a medição do software do decibelímetro (SoundLAB). Dessas informações foi gerada a Tabela 3 aonde estão indicados os pontos de monitoramento, as datas e período de medição e quantidade de dados coletados. A partir desses dados, foram calculados o percentual das medidas em que o vizinho encontrava-se exposto ao ruído com valor superior a 55 dB, permitindo uma comparação aos limites estabelecidos na Lei Municipal 5253-98 SALVADOR (1998) e NBR-10151-2000. Essa norma também serviu de base para realizar o cálculo do valor médio do NPS (Nível de Pressão Sonora) para valores superiores a 55 dB, inferiores ou iguais a 55dB e de todo o período de medição. Na Tabela 1 são apresentados também os valores do maior e do menor registro e o nível de pressão corrigido (Lc), considerando que o ruído apresenta características impulsivas ou de impacto.

Tabela 3-Medições de ruído nos Pontos de Monitoramento 1 e 2

Denominação da Medição	EBC (PM 1)			EMS (PM 2)		
	EBC01	EBC02	EBC03	EMS01	EMS02	EMS03
Data	16/12/2014	12/1/2015	19/1/2015	20/1/2015	21/1/2015	22/1/2015
Hora de início	14:50:25	9:52:51	9:12:15	9:12:14	9:11:21	9:20:18
Hora de término	15:24:38	11:12:11	10:31:35	10:35:34	10:30:42	10:39:39
Intervalo	00:34:13	01:19:20	01:19:20	01:23:20	01:19:21	01:19:21
Quantidade de dados	1658	4762	4762	4522	4762	4762
Quantidade de dados ruído=<55dB	368	859	607	2610	2867	3539
Quantidade de dados ruído >55db	1290	3903	4155	1912	1895	1223
Exposição ao ruído >55dB	77,74%	81,94%	87,23%	42,28%	39,79%	25,68%
L _{Aeq} <55dB (dB)	52,72	53,34	53,32	49,63	49,47	50,03
L _{Aeq} >55dB (dB)	66,56	65,62	68,02	69,53	70,71	66,09
L _{Aeq} Total (dB)	65,53	64,81	67,47	65,85	66,76	60,49
L _{amin} (dB)	46,40	46,80	49,2	40,90	44,4	44,4
L _{amax} (dB)	85,60	86,40	92,4	82,20	87,1	87
L _c considerando o ruído como de característica impulsiva (dB)	90,60	91,40	97,40	87,20	92,10	92,00

Fonte: A autora

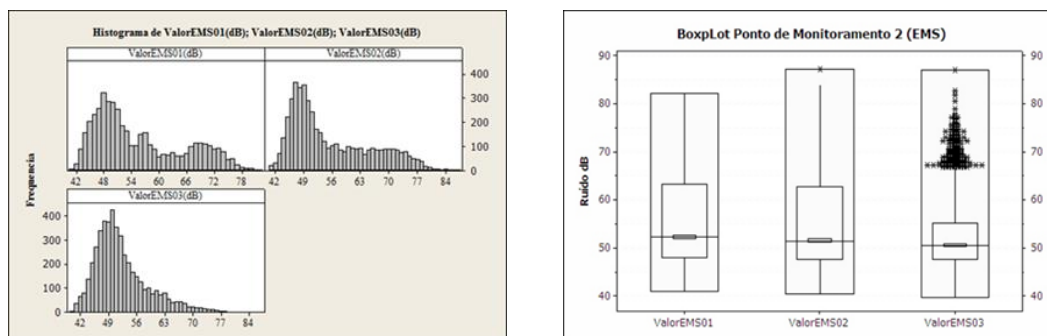
Para compreender o comportamento das emissões de ruído ao longo do desenvolvimento da atividade da obra foi necessário analisar os gráficos desses dados. No PM 1, Figura 6, os histogramas apresentam uma moderada assimetria positiva, com pico posicionado à esquerda, o que significa a predominância da ocorrência de valores próximos a 60 dB, porém o deslocamento da assimetria ocorre devido aos valores *outlier* situados no intervalo entre 70 e 90 dB, bem identificado no gráfico *boxplot*.

Figura 6-Ponto de monitoramento (PM1)

Fonte: A autora

No PM2, Figura 7, o comportamento dos histogramas EMS01 e EMS02 apresentam assimetria mais acentuada, provocada pelo período com maior ruído inferior a 55 dB, porém a ocorrência de ruído com valores no intervalo entre 55 e 80 dB reporta uma aparência discreta de gráfico bimodal, nas proximidades de 70 dB. A medição EMS03 resulta numa assimetria provocada pela concentração em um intervalo menor, entre 42 e 56 dB, unimodal. Esse comportamento pode ser observado também no gráfico *boxplot*, aonde as medições EMS01 e EMS02 apresentam os dados em caixa, sem *outlier*, enquanto que a medição EMS03 apresenta os *outlier* indicando a ocorrência de ruído intermitente ou de impacto.

Figura 7- Ponto de monitoramento 2



Fonte:A autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir das medições dos ruídos nas residências dos vizinhos demonstraram que o ruído aferido apresenta características de ruído contínuo e de ruído impulsivo. Fazendo uma comparação desses dados com os valores apresentados na lei municipal Lei 5453/1998, artigo 3, parágrafo único, SALVADOR (1998), que determina que o nível máximo de ruído é 55 dB no período de 7:00h às 18:00h, quando este provém de máquinas e equipamentos. Verifica-se que esse limite estabelecido foi ultrapassado em 77,74% a 87,23% dos dados no PM1 e em 25,68% a 49,63% no PM2. E ainda, que o valor médio $L_{aeqTotal}$ (dB), para todo o período ultrapassou o valor de 55 dB. A situação da obra, por essa lei, já exigiria uma avaliação das suas atividades, sob pena de multa e perda do alvará de funcionamento.

Se a análise for com base nos padrões da NBR 10151-2000, quando define que o L_c (nível de pressão corrigido) para ruído com caráter impulsivo deve ser considerado como o maior valor medido acrescido de 5 dB, a situação se agrava, pois o nível máximo do ruído medido passa a ser 87,20 dB a 97,40 dB, tornando ainda mais crítica a situação do vizinho, que segue absorvendo esse impacto na duração da obra, que varia de 2 a 3 anos, sendo de fundamental importância uma ação das construtoras, que pode acontecer motivada pela fiscalização mais eficiente dos órgãos reguladores ou por iniciativa própria, atuando na prevenção na fase de projeto e na revisão dos procedimentos executivos para controle operacional.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 10151-Acústica - **Avaliação do ruído em áreas habitadas , visando o conforto da comunidade - Procedimento.** , 2000. Rio de Janeiro: ABNT.

GAZZONI, F. E. **Medidor de pressão e dose sonora**, 2009. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

HENRIQUES, I. R. **Impacto de ruído aeroportuário no sono da população: Caso dos aviões cargueiros no Aeroporto Internacional de Viracopos**, 2014. UFRJ.

JUNIOR, C. T. DE M. **Ambiente sonoro em canteiros de obras na construção civil. Estudo de caso: Maringá-PR.**, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina II.

MOTA, S. **Introdução à engenharia ambiental**. 4a edição ed.Rio de Janeiro: ABES, 2006.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental E Adensamento Urbano**. 2ª ed. ed.Curitiba, 2008.

RESENDE, U. P. **Especulação imobiliária e verticalização urbana : um estudo a partir do Parque Municipal Cascavel em Goiânia**. Geografia(Londrina), p. 79–102, 2013. Londrina.

RIBEIRO, S.; HARDT, L.; HARDT, C.; et al. | 927 | **Transformações da paisagem urbana do bairro renascença II em São Luís (MA) sob a ótica dos moradores**. Encontros Nacionais da Anpur. Anais... . p.1–16, 2013. Recife.

SALVADOR. LEI Nº 5.354/98. , 1998.

SATTLER, M. A. **Cidades em (trans)formação: impacto da verticalização e densificação na qualidade do espaço residencial**. Ambiente Construído, p. 137–150, 2010. Porto Alegre.

SOMEKH, N.; GAGLIOTTI, G. **Metrópole e verticalização em São Paulo: Exclusão e dispersão**. Anais Encontros Nacionais da Anpur v.15. Anais... . p.1–17, 2013. Recife, PE.

ACÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA 8 DE MARÇO EM LAGES/SC

Tamires Liza Deboni; Ariel Bervian Roratto; Rossano de Oliveira Cordella;
Víctor Luís Padilha; Vitor Rodolfo Becegato; Flávio José Simioni
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
Engenharia Ambiental

Palavras-chave: Revitalização. Sociedade. Espaços urbanos. Participação pública.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo o urbanismo começou a realizar intervenções em municípios a fim de proporcionar maior vitalidade a espaços por meio de ações que combinem questões econômicas, sociais, funcionais e ambientais (JANUZZI, 2006). Parques que apresentam condições ambientais adequadas acabam sendo determinantes na sua utilização para o desenvolvimento de atividades físicas e lazer (SZEREMETA e ZANNIN, 2013).

Alguns estudos, como o de Cassou (2009), mostram que a boa qualidade social e física destes espaços, como por exemplo, infraestrutura adequada, segurança, facilidade de acesso e outros fatores positivos, aumentam a possibilidade de frequência das pessoas e, conseqüentemente, um comportamento fisicamente mais ativo.

Ao longo dos anos, muitas praças vêm sendo criadas nos ambientes urbanos com essas finalidades, porém, a falta de manutenção desses ambientes tem feito com que esses locais estejam sendo vistos, por boa parte das pessoas, como espaços abandonados, ponto de drogas, de mendicância, degradados e até mesmo de prostituição, diminuindo as alternativas de lazer para a sociedade (YOKOO e CHIES, 2009).

A exemplo de muitos outros estados brasileiros, Santa Catarina (SC) também vem necessitando cada vez mais de ações de educação ambiental na busca da preservação dos espaços públicos. Na cidade de Lages, SC, segundo informações da Prefeitura do Município (2014), existem cerca de 92 praças públicas na cidade, dentre as quais inúmeras estão aguardando por obras, reformas e revitalizações devido ao mau uso ou abandono das mesmas. Segundo Silva (2011), a educação ambiental constitui-se de uma forma de atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente que procura incluir uma consciência crítica sobre essa e outras problemáticas ambientais.

Em vista à situação de praças abandonadas, um grupo de alunos da Universidade do Estado de Santa Catarina objetivou realizar uma ação de revitalização de uma praça pública do município de Lages, SC, realizada de forma conjunta com a sociedade visando a criação de um espaço revitalizado pelas mãos dos usuários do local, sensibilizando-os com as suas próprias participações, a fim de multiplicar ações de prática ambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

A área da ação

A praça escolhida localiza-se no bairro Universitário do município de Lages – SC, nas coordenadas 27°49'11.27"S e 50°18'57.92"O (Figura 1). O local foi oficialmente inaugurado no ano de 1982, conforme a lei municipal nº 497/1982 (LAGES, 1982) e recebeu este nome em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, devido à um crime ocorrido no local contra uma mulher. A área tem proximidade à escolas situadas na região, além da instalação do terminal rodoviário da cidade. Atualmente a praça é muito pouco frequentada pela Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

população e poucas vezes ao ano recebe manutenção proveniente do poder público municipal.



Figura 8 - Localização da Praça

Participantes e metodologia empregada

O principal público alvo do projeto foram os moradores da região, pessoas que fazem uso das instalações da praça e por quem trafega pelas ruas adjacentes ao local. Entretanto, a comunidade do município como um todo também foi considerada parte deste público alvo. Logo, o foco da ação de revitalização da praça foi a sua realização de forma conjunta com a comunidade e frequentadores do espaço.

Para isso, foi feito o contato com uma escola localizada em frente à área da praça para viabilizar a participação dos alunos para aplicação de um questionário antes e depois da ação de revitalização da praça. A finalidade desta etapa seria analisar a frequência dessas pessoas em praças, o conhecimento ou não sobre processos de revitalização e seu interesse em participar. Além dos alunos, outros interessados em participar também responderam aos questionários um dia antes da ação de revitalização (15 de maio de 2014), totalizando 24 respondentes. Na mesma ocasião foram realizadas explicações sobre as atividades que seriam realizadas e sobre sua importância.

Toda a ação de revitalização da praça foi apoiada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em parceria com os estudantes da Universidade do Estado de Santa Catarina, a qual forneceu todo o maquinário, equipamentos, recursos e funcionários especializados para realização das tarefas.

As atividades propostas para realização foram: processos de capina (uso de enxadas), corte da grama (foram necessárias roçadeiras manuseadas pelos funcionários da prefeitura), poda de árvores (com motosserras); pintura dos brinquedos infantis (uso de tinta acrílica nas cores: amarela, azul, branca, alaranjada e verde, além de pincéis) e, pintura dos meios-fios, muros e escadarias (faz-se uma mistura de cal própria para pintura e água em uma proporção de aproximadamente 1:1).

Outra atividade prevista foi plantio de mudas que foi realizado após a disposição de terra nos locais. A terra utilizada foi transportada em um caminhão até a praça, onde foi posteriormente retirada com o auxílio de pás e carros de mão e transportada até os devidos pontos. As mudas de plantas utilizadas foram transportadas à praça por um caminhão e posteriormente plantadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários aplicados na data anterior à revitalização mostraram que dos 24 participantes, 21 tem idade inferior a 13 anos de idade e apenas 3 pessoas estavam acima desta faixa. Dentre esses, houve predominância daqueles que raramente frequentam tais espaços urbanos (14 pessoas), porém, o número de participantes que visitam esses locais com periodicidade também se apresentou significativo (10 entrevistados). É relevante também o número de envolvidos que nunca foi a Praça 8 de Março (10). Em contraponto, o índice mais elevado é daqueles que, pelo menos, de 1 a 2 vezes por semana (11 pessoas) fazem uso do ambiente. Esse fato pode ser justificado pela proximidade dos entrevistados à mencionada praça.

Dentre os entrevistados, 17 pessoas disseram frequentar praças acompanhados pelas famílias o que pode ser justificado pela necessidade da presença de um adulto já que a maior parte dos questionados possui idade inferior a 13 anos. Outras razões poderiam ser referentes ao medo de violência, vândalos ou assaltantes em locais onde as praças estejam pouco cuidadas ou abandonadas.

Com a finalidade de diagnosticar participações anteriores e o interesse dos entrevistados em integrarem-se a esta ação de revitalização, os mesmos foram questionados. Apenas duas pessoas responderam já ter participado de revitalizações de espaços públicos anteriormente, fato que pode ser explicado pelo baixíssimo número de ações dessa natureza no município de Lages, SC. Positivamente, em contraste à essa situação, todos os entrevistados demonstraram-se interessados em participar dessa atividade.

A efetivação da revitalização da praça

A ação de revitalização teve início na manhã do dia 16 de maio de 2014, em parceria com a equipe da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Lages. Nesta primeira etapa realizou-se uma vistoria preliminar do local e o planejamento das ações a serem tomadas durante o dia, como o *layout* do canteiro circular e a localização das novas lixeiras, bem como a requisição destas à Prefeitura Municipal.

No período matutino as atividades começaram com a roçada da grama, poda das árvores, retirada de uma árvore morta e restauração dos brinquedos pela equipe da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Figura 2). As atividades de capina da quadra poliesportiva e escadas, pintura dos paralelepípedos e retirada de lixo espalhado pela praça foram feitas pelos voluntários.

Também no período da tarde, iniciou-se os trabalhos de paisagismo. Foi criado um canteiro central, e onde antes só havia brita, foram plantadas as mudas de flores e arbustos. Nesta etapa de plantio houve o envolvimento dos alunos de uma escola (Figura 2) situada em frente à praça bem como a participação da comunidade interessada. Cada participante recebeu um pequeno papel onde pode escrever algum desejo que tinha, qual foi colocado juntamente à cova feita para a inserção da muda. Essa atividade teve como objetivo a sensibilização sobre o nascimento das mudas e, com isso, a realização dos desejos comuns.



Figura 9 - a) Capina na quadra. b) Pintura dos brinquedos. c) Pintura do paralelepípedo. d) Pintura da escada. e) Crianças plantando as mudas. f) Alunos plantando as flores

Além disso, a equipe da prefeitura instalou cinco lixeiras. Estas foram dispostas da seguinte maneira: duas perto dos bancos, uma no parquinho, uma na quadra poliesportiva e a última próxima ao campo de futebol. Foram também pintadas as traves do campo e da quadra, e restaurados todos os bancos existentes na praça. A Figura 3 representa o antes e depois da revitalização da Praça 8 de Março.



Figura 3 - Antes e depois da revitalização: a) Canteiro central, b) Vista da entrada da praça. c) Brinquedos infantis

Em sequência às atividades iniciadas no dia da ação de revitalização, foi feita uma segunda atividade na praça (no dia 19 de maio de 2014), referente à pintura do muro que faz divisa com uma escola de educação infantil. Outros ajustes ainda foram efetuados, tais como: retirada dos resíduos originados pela poda das árvores e o corte de grama, regagem das mudas plantadas e destinação da terra restante trazida para o canteiro.

Repercussão e reaplicação de questionários

A realização do projeto obteve uma repercussão maior que a esperada. Cerca de oito meios públicos divulgaram notícias sobre a ação de revitalização (dentro blogs, sites e páginas na internet). Além destes, duas rádios locais, jornais e uma emissora de televisão exibiram entrevistas que deram ao trabalho uma grande divulgação. Tal acontecimento colaborou para que nas semanas seguintes fossem encontradas diversas famílias, grupos de amigos e visitantes à praça, os quais frequentemente relatavam a satisfação em poder frequentar uma praça mais limpa, bonita e agradável.

Duas semanas após a realização dos trabalhos, foram aplicados novos questionários àqueles que participaram. Dos 24 entrevistados na etapa prévia, apenas uma pessoa não foi encontrada para a segunda aplicação (totalizando 23 pessoas nessa etapa).

Os dados apontaram que 96% dos participantes nunca tinham participado de uma ação semelhante à ocorrida na Praça 8 de Março. Doze entrevistados revelaram nunca ter ido ou sequer saber da existência da praça antes do dia da revitalização. Com isso, 18% das Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

peças revelou já ter voltado à praça durante os 14 dias posteriores aos trabalhos feitos e 100% apontaram acreditar que a praça é agora um lugar melhor para ser frequentado, demonstrando que ações como essa podem divulgar espaços públicos esquecidos e melhorar a qualidade do ambiente tanto em sua aparência, quanto em sua frequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação da praça antes da ação aqui relatada afastava os frequentadores. Por isso, o impacto visual gerado no público foi bastante positivo tendo a revitalização passado uma sensação de segurança ao público. Além disso tudo, outro ponto importante foi a participação da comunidade ter sido satisfatória superando as expectativas do grupo de trabalho envolvido e também a divulgação feita pela imprensa, o que fez com que o local fosse conhecido por um maior número de pessoas.

Portanto, a junção da sociedade com a prática propiciou um envolvimento e sensibilização ambiental dos envolvidos. Esforços conjuntos fizeram com que a Praça 8 de Março se tornasse um local mais convidativo à população, melhor preservado e apto para o convívio da comunidade próxima, necessitando ainda de manutenção periódica futura para uma maior preservação.

Muitas ainda são as praças em Lages, SC que necessitam de atenção para melhorias. Isso revela a possibilidade de mais trabalhos como esse serem realizados no município de forma a integrar a população fazendo-os sentir-se parte atuante da conservação e promoção dos espaços públicos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/CAV pela oportunidade. À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos por todo apoio, mão de obra prestada e incentivo. Ao SESC e à população lageana pela participação e motivação.

REFERÊNCIAS

CASSOU, A.C.N. **Características ambientais, Frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba-PR**. Curitiba, 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, 2009.

JANUZZI, D. C. R. **Calçadas: a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais**. 318f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LAGES. Lei nº 497, de 10 de março de 1982. Denomina Praça 8 de Março. Prefeitura do Município de Lages, SC, 1982.

PREFEITURA DE LAGES. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos**. Disponível em: <http://www.lages.sc.gov.br/site_novo/secretaria_meio_ambiente.php>. Acesso em: 26/03/2014.

SILVA, D. G. da. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Ciências Biológicas com ênfase em Gestão Ambiental da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba – FAFIPA, São Joaquim, 2011.

SZEREMETA, B. E ZANNIN, P.H.T. **A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades**. R. Ra'e Ga - Curitiba, v.29, p.177-193, 2013.

VESENTINI, J. W. **Sociedade e Espaço**. Ed. Ática. São Paulo, 1997.

YOKOO, S. C.; CHIES, C.. **O Papel das Praças Públicas: Estudo de Caso da Praça Raposo Tavares na Cidade De Maringá**. [Anais do] IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica: 20 a 23 de outubro de 2009/Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar. Campo Mourão: FECILCAM/NUPEM, 2009.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA COMPLEXO PONTE GRANDE - LAGES/SC: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES

Diego Hoefling Souza; Júlia Nercolini Göde; Emily Rachel De Marco; Ronaldo Mendes; Lohan Lindermann; Leonardo de Liz Duarte; Willian Brunnquell; Flavio José Simioni, Tamires Liza Deboni;
 UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
 Engenharia Ambiental

Palavras-chave: desapropriação, impacto, obras públicas.

INTRODUÇÃO

O significativo aumento da densidade demográfica nas cidades torna essencial a ampliação da infraestrutura urbana. Para que exista uma efetiva melhoria do sistema de serviços públicos torna-se cada vez mais comum a construção de obras de grande porte, como avenidas, pontes, condomínios, etc.

O processo de construção destas obras, apesar dos benefícios, pode acarretar uma série de problemáticas socioeconômicas em seu meio de inserção, visto que, muitas vezes, é necessária a desapropriação de áreas ocupadas por moradores, geralmente de baixa renda (AZEVEDO, 1999).

Segundo Watanabe (2011), a realocação destes moradores gera efeitos a longo prazo, como a desestruturação de redes de relações sociais e culturais. Além disso, observa-se grande insatisfação da comunidade local em realizar este deslocamento involuntário.

Desta forma, o objetivo geral do presente estudo consiste em verificar o impacto ambiental e socioeconômico provocado pela obra Complexo Ponte Grande, no município de Lages/SC, através do ponto de vista dos moradores diretamente afetados.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A obra avaliada no presente trabalho refere-se à revitalização do Rio Ponte Grande, em que consiste na construção de uma avenida marginal e coleta de esgoto, com extensão de 6,4 km, envolvendo quatorze bairros da cidade de Lages (Figura 1). A pesquisa foi realizada durante os meses de abril a junho de 2015.



Figura 1. Situação atual (esquerda) e projeção da obra concluída (direita).

Fonte: Prefeitura de Lages - SEPLAN

Foram aplicados 40 questionários de maneira aleatória com os moradores da área de estudo, sendo 20 com moradores que serão realocados até um complexo habitacional, dada

a sua ocupação irregular, e 20 com moradores que permanecerão em suas residências nas proximidades da obra. As variáveis de análise contemplaram questões relacionadas à satisfação com a obra e os problemas decorrentes do processo de construção da mesma. Os dados coletados foram submetidos à análise e interpretação por meio de técnicas de estatística descritiva.

Com o propósito de fornecer maior suporte em relação aos impactos ambientais, foi efetuado um levantamento com GPS topográfico Pro Mark 2, tendo como objetivo caracterizar os pontos de deposição de resíduos sólidos na área estudada. Os pontos foram registrados através de fotografias digitais e tabulados de acordo com as características dos resíduos encontrados. Os dados coletados com o GPS foram processados em laboratório, e posteriormente representados em imagens com o auxílio dos softwares Google Earth e Trackmaker.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos entrevistados revela predomínio dos moradores na faixa etária de 20 a 39 anos e acima de 60 anos para as famílias que serão realocadas. Quanto ao tempo de residência, observa-se significativa variabilidade, desde muito recentes (< 10 anos) até moradores com mais de 50 anos residindo no local. A renda familiar é baixa, situando para 35% dos casos entre um e três salários mínimos mensais e para 37,5% entre 3 e 5 salários mensais. Quando questionados sobre a qualidade de vida onde residem, 12,5% relataram como muito boa, 70% como boa, 15% como regular e 2,5% como ruim.

Em relação aos impactos ambientais, foram registrados 25 pontos de deposição de resíduos ao longo de um trecho da obra (Figura 2). Foram identificados uma gama variada de resíduos, desde plásticos, madeira, objetos metálicos e eletroeletrônicos, destacando-se a presença majoritária de telhas de amianto (em nove pontos). Isso se justifica devido à destinação inadequada de resíduos provenientes dos danos provocados por forte chuva de granizo que ocorreu na cidade em outubro de 2014.

Esses depósitos de lixo são produzidos pela própria comunidade que residem às margens da obra. Silva e Liporone (2011) e Costa e Larios (2012) também realizam estudos de localização e mapeamento de deposição de lixo em locais impróprios, os quais são úteis para fornecer informações para a tomada de decisão por parte do poder público, de modo a atuar sobre eles e adotar medidas de prevenção.

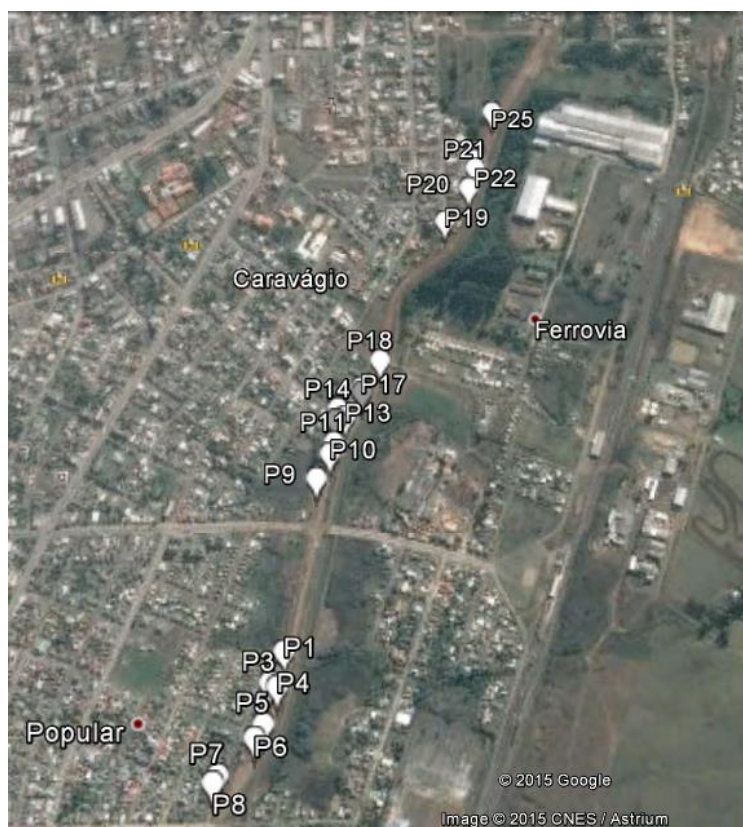


Figura 2. Mapeamento dos locais dos depósitos de resíduos encontrados em um trecho da obra Complexo Ponte Grande.

Com relação à satisfação com a obra, de acordo com a opinião dos entrevistados que serão realocados, 81% relataram estar insatisfeitos. Já os moradores que não serão realocados apresentaram um grau de insatisfação de 85,7%, isto se deve principalmente ao longo tempo de execução da obra (Figura 3).

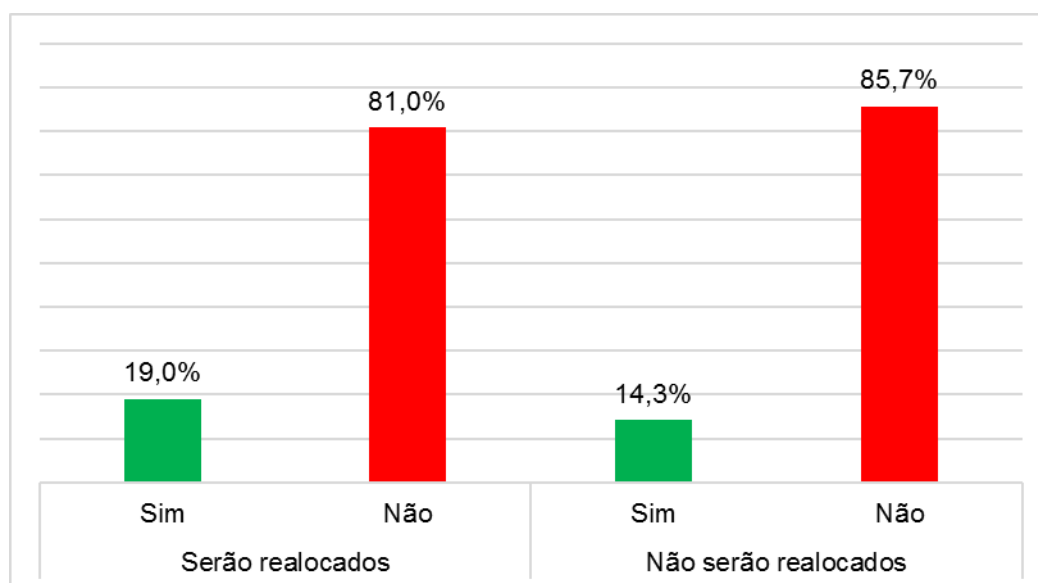


Figura 3. Grau de satisfação com a obra dos moradores entrevistados.

Em relação à cobrança pela taxa de esgoto os moradores que serão realocados, na sua maioria (52,4%) discordam (Figura 4). Já os que não serão realocados apresentam opinião predominantemente favorável (52,4%). Este fato deve-se aos benefícios diretamente proporcionados à qualidade de vida dos moradores que permanecerão no local, uma vez que estes contarão com a disponibilidade de uma pista de caminhada, duas ciclovias e um parque linear e a implantação do sistema de esgotamento sanitário, até então inexistente.

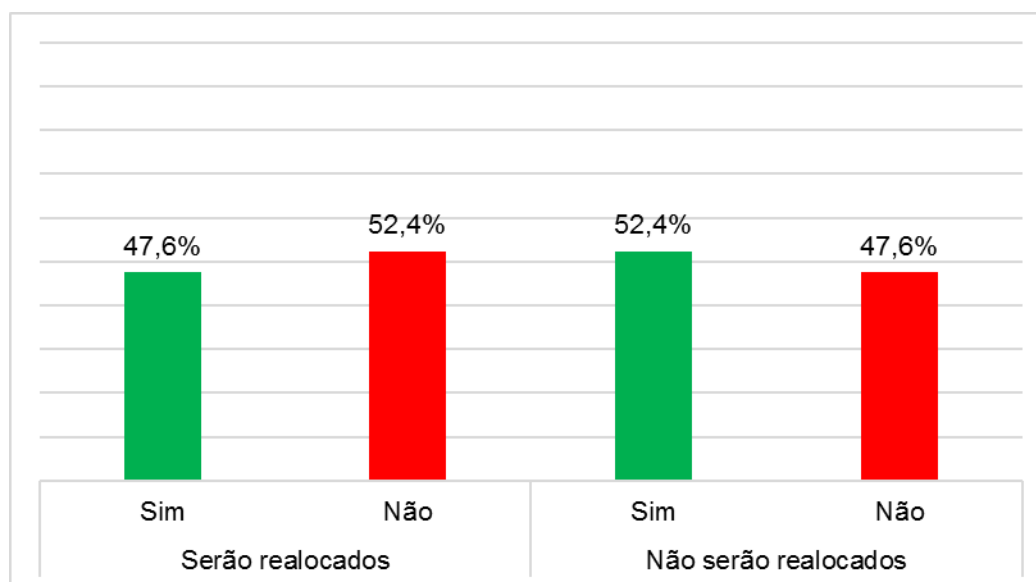


Figura 4. Concordância com a cobrança pela taxa de esgoto.

Mesmo com todas as vantagens que a obra proporcionará ao município, nenhum morador entrevistado concorda com a sua realocação. Isto devido a diversos fatores, principalmente à dificuldade de readaptação e o distanciamento dos antigos vizinhos e amigos. A preferência por continuarem residindo no local, também se deve aos benefícios, já citados anteriormente, que a conclusão da obra trará, além da valorização dos imóveis próximos e melhorias nos acessos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção da obra pelos moradores, sobre tudo dos que serão realocados, é negativa, sendo que significativa parcela dos entrevistados apresentou-se insatisfeita. De forma geral, os atrasos na execução da obra e a realocação das famílias são os principais fatores responsáveis. Em decorrência dos atrasos na obra, diversos pontos de deposição clandestina de resíduos sólidos têm surgido no local. Obras deste porte, independente do desenvolvimento que proporcionam, inevitavelmente acarretam conflitos sociais devido à realocação dos moradores locais. Tais conflitos precisam ser gerenciados para que a magnitude do impacto seja a menor possível.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Eurico de Andrade. Desapropriação e população de baixa renda. Rio de Janeiro, p.39-49, abr. 1999.

WATANABE, Carmen Ballão; FERREIRA, Gilda Carneiro. Impactos sociais da mineração do folhelho pirobotuminoso sobre a comunidade rural Dois Irmãos, desapropriada para fins de utilidade pública. Curitiba, p.376-397, 2011.

SILVA, C. B. da; LIPORONE, F. Deposição irregular de resíduos sólidos domésticos em Uberlândia: algumas considerações **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 2, n. 6, p. 22-35, 2011.

COSTA, A. C.; LARIOS, M. R. B. Análise ambiental e geoespacial dos depósitos de lixos clandestinos da cidade de Mogi Guaçu. **Interciência & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 61-72, 2012.

QUALIDADE DA ÁGUA DE RIOS URBANOS: O CASO DO CÓRREGO AREIÃOZINHO NA BACIA DO RIO BELÉM, CURITIBA-PR

Mayra Rochavetz de Lara SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná;
Mônica Beatriz Kolicheski UFPR – Universidade Federal do Paraná;
Jader Henrique Tonet Engenharia Química – UFPR.

INTRODUÇÃO

Os rios integram vários aspectos da vida e apesar desse fato, é surpreendente observar o quanto vem sendo degradados e poluídos, principalmente nos centros urbanos. Desta relação do homem e da sociedade com a água surgiram os rios urbanos e também uma situação problemática que vem gerando acelerada degradação dos recursos hídricos. Isto ocorre devido ao intenso crescimento populacional, maior demanda de água e conseqüentemente maiores descargas de resíduos contaminados.

No Brasil e no mundo observam-se altos índices de poluição dos rios e córregos causados por lançamentos irregulares de esgoto doméstico, efluentes industriais e agrotóxicos. As contaminações dos corpos hídricos urbanos têm sido mais acentuadas nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os rios brasileiros estão aumentando o seu nível de poluição, e os indicadores revelam que os rios Tietê e Iguaçu, que atravessam as regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba, respectivamente, apresentam a situação mais crítica do Brasil (IBGE, 2012; ECODESENVOLVIMENTO, 2010).

O rio Iguaçu nasce nos mananciais da Serra do Mar e ao passar por Curitiba, recebe contribuições de diversos afluentes com altas cargas de poluentes e contaminantes. Um destes contribuintes é o rio Belém.

A qualidade e quantidade das águas de uma bacia hidrográfica são reflexos das atividades que são ali desenvolvidas. Ao analisar as condições das águas dos rios de uma região, estas vão retratar as ações que ocorrem em sua bacia. Portanto, os rios podem ser considerados um dos melhores indicadores da qualidade ambiental de uma área.

Com base neste conhecimento e observando as condições de contaminação do rio Belém e de sua bacia hidrográfica por cerca de 17 anos, verifica-se que apesar da atuação conjunta de programas ambientais na região, os resultados são pouco visíveis. Se por um lado os programas sejam do poder público ou de entidades não governamentais, foram criados demonstrando preocupação com a questão ambiental, por outro, a ausência de resultados positivos e estáveis, demonstram que falta acompanhamento, monitoramento e continuidade das atividades previstas nestes programas.

O presente estudo buscou ampliar as investigações na bacia do Belém, associando análises de parâmetros de qualidade da água em amostras coletadas no córrego Areiãozinho, último afluente da margem esquerda do rio Belém.

No que se refere a qualidade da água do rio Belém, até 2009 foi observada condição de poluída a muito poluída ao longo de todo o rio (Lara, et al., 2014).

O córrego Areiãozinho, que se situa no terço inferior da bacia, apresentou piores condições em relação à nascente do rio Belém. Foram constatados, ao longo deste corpo hídrico baixos índices de OD e a DBO₅ apresentou valores médios acima do permitido para sua classe, também se observou a presença de odores desagradáveis na maioria dos pontos

de coleta, nos anos de 2013 e parte de 2014. O retrato da qualidade da água deste córrego complementou o cenário de estudo e teve como objetivo principal avaliar as influências das ações dos programas de revitalização de rios na bacia do rio Belém e no córrego Areiãozinho.

Visando atender ao objetivo deste trabalho foi realizada avaliação da qualidade da água do córrego Areiãozinho por meio de coleta e análises físico-químicas em períodos pré-determinados.

Também foram propostas as seguintes hipóteses:

- O córrego Areiãozinho é indicador das ações desenvolvidas na bacia do rio Belém.
- As condições da água do Córrego Areiãozinho retratam as ações que ocorrem na bacia do rio Belém.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia deste estudo consistiu na obtenção de dados de campo no córrego Areiãozinho, último afluente da margem esquerda do rio Belém.

A bacia do Belém é uma das seis sub-bacias do município de Curitiba (FIGURA 1), e contribui para Bacia do Alto Iguaçu pela margem direita (CURITIBA, 2013).

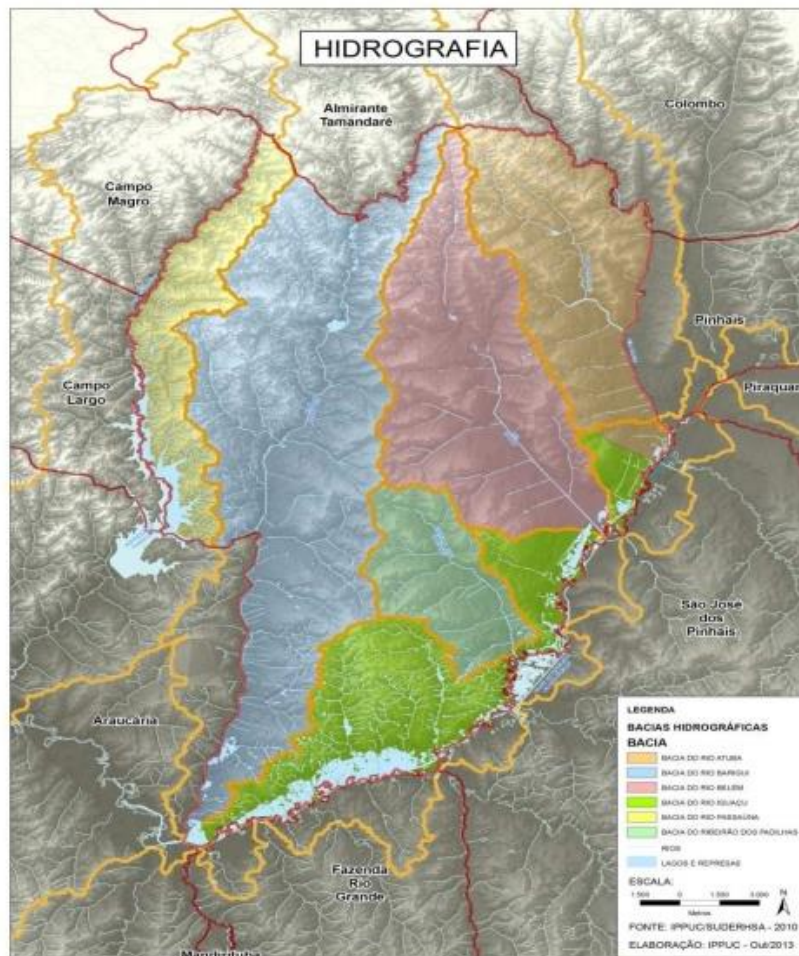


FIGURA 1 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DE CURITIBA
 FONTE: CURITIBA, 2013

A altitude média é de 934,6 m e a região apresenta colinas arredondadas com ondulação suave. Na região sul do município, no bairro da Caximba, na cabeceira do rio Iguaçu, apresenta-se a situação de relevo mais baixa, com cota de 864,90 m (CURITIBA, 2013).

O rio Belém é um rio curitibano com extensão de 17,13 km, que nasce no bairro Cachoeira, atravessa grande parte do município de Curitiba de norte a sul, percorrendo 35 bairros da cidade até desaguar no rio Iguaçu, no bairro Boqueirão (CURITIBA, 2013).

Além de passar por bairros residenciais e comerciais, o rio Belém nasce e atravessa áreas de proteção, como o Parque das Nascentes do Belém, o Parque São Lourenço, o Bosque do Papa, o Passeio Público, a Ópera de Arame, a Pedreira Paulo Leminski, a Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) e o Bosque do Alemão. Deve-se destacar também sua passagem pelo centro histórico de Curitiba e pelas duas maiores Universidades de Curitiba, a Universidade Federal do Paraná - UFPR e a Pontífice Universidade Católica do Paraná - PUCPR (BRANDALISE & BOLLMANN, 2009).

O córrego Areiãozinho possui 3,78 km de extensão e atravessa os bairros do Uberaba, Guabirota e Jardim das Américas. A área de drenagem é de 2,62 km² e possui em sua bacia aproximadamente 60 km de RCE. Nota-se que a bacia do córrego Areiãozinho é o último afluente da margem esquerda do rio Belém, no sentido Norte – Sul.

A escolha do córrego Areiãozinho como indicador da alteração da qualidade da água da bacia do Belém, aconteceu principalmente, devido a sua localização ao sul da bacia, região de maiores índices de poluição, portanto, com mais necessidades de intervenção. A obtenção da melhoria da qualidade da água nas piores condições da bacia seria um indicativo de ações eficazes dos programas de revitalização desenvolvidos na região.

Foram definidos que cinco pontos de coleta ao longo do córrego Areiãozinho, seriam suficientes para obter um retrato da qualidade da água deste corpo hídrico.

A periodicidade definida foi de uma coleta em cada estação do ano, ou seja, na primavera (17/10/2013), verão (26/12/2013), outono (21/03/2014) e inverno (24/06/2014) e foram feitas no período da manhã, entre 08h30min às 12h00min horas. Foi observado nos relatórios do IAP esta mesma metodologia e nas pesquisas de Ali, (2011) no rio Nilo e Yi, et al., (2012) no rio Bijiang na China. Os indicadores da qualidade da água do córrego Areiãozinho adotados foram o oxigênio dissolvido (OD), a demanda bioquímica de oxigênio (DBO₅) e temperaturas.

A escolha destes indicadores foi em função do OD em um corpo hídrico ser fundamental para sua caracterização, e revelar a possibilidade de vida aquática. A DBO₅ indica a quantidade necessária de oxigênio para decompor a matéria orgânica presente no corpo hídrico. Como o OD sofre influência da temperatura, portanto, a medição da temperatura do ar e da água foi feita *in situ*, e a mesma foi importante complemento para este estudo.

A análise de DBO₅ foi realizada na Unidade de Serviços de Avaliação de Conformidades – USAV da Sanepar e a determinação do OD, temperatura do ar e da água foi feita *in situ*.

A coleta das amostras foi realizada em recipientes metálicos de 10 litros. As coletas foram realizadas com equipamentos de segurança adequados. Imediatamente após a coleta foi realizada, no próprio recipiente a determinação da temperatura da água e do OD e, na seqüência, parte da água foi transferida para frascos previamente preparados de 2 litros e armazenada em embalagem térmica para transporte até a USAV-Sanepar, onde foi realizada a análise da DBO₅ no Laboratório de Esgoto.

A determinação do valor do OD foi realizada em campo imediatamente após a coleta da água e foi feita utilizando-se um oxímetro da marca HACH - HC 40D.

A análise da DBO_5 foi realizada pelo Sistema BODTRACK, conforme Instrução de Trabalho do Laboratório (IT/LAB/0616-013) do Sistema Normativo da Sanepar. Esta análise consiste em colocar as amostras com uma solução tampão no recipiente BODTrack junto com barra de agitação e dois comprimidos de hidróxido de sódio. Depois que estes recipientes foram colocados na incubadora BOD 411D ETHIKTECHNOLOGY, com temperatura de 20°C, ao final de 5 dias obteve-se o resultado.

A determinação da temperatura do ar foi feita utilizando-se termômetro de mercúrio. A leitura foi realizada após ser obtido o equilíbrio térmico entre o termômetro e o meio.

A medição da temperatura da água foi feita juntamente com a determinação do OD utilizando o oxímetro da marca HATCH HC40D. A haste do aparelho foi colocada na amostra que foi colhida em balde de 20 litros. Aguardou-se alguns minutos até a estabilização do aparelho e então se realizou a leitura direta.

Na TABELA 1 estão os resultados das análises do OD, DBO_5 e temperaturas, realizadas nos cinco pontos de coleta no córrego Areiãozinho nas quatro estações do ano nos anos de 2013 e 2014.

TABELA 1 - VALORES DE OD, DBO₅ E TEMPERATURA AMBIENTE E DA ÁGUA DO CÓRREGO AREIÃOZINHO EM CINCO PONTOS DE COLETA E EM QUATRO ESTAÇÕES DO ANO

Parâmetro Estação do ano e Ponto de Col.	OD mg/L	DBO ₅ mg/L	Temp. Ambiente °C	Temp. Água °C	
Primavera 17/10/2013	P1	5,78	20,00	20,0	ND
	P2	5,04	10,00	23,0	ND
	P3	4,37	14,00	22,0	ND
	P4	4,26	6,00	25,0	ND
	P5	5,07	17,00	23,0	ND
Verão 26/12/2013	P1	4,37	14,00	31,0	22,9
	P2	2,06	13,00	30,0	22,0
	P3	2,02	10,00	30,0	21,6
	P4	1,54	15,00	28,0	21,0
	P5	1,63	42,00	30,0	22,0
Outono 21/03/2014	P1	2,67	63,00	24,0	22,0
	P2	2,70	21,00	26,0	23,0
	P3	1,99	9,00	27,0	22,6
	P4	3,25	<5	25,0	23,1
	P5	2,50	24,00	25,0	23,3
Inverno 24/06/2014	P1	4.85	ND	15,0	18,0
	P2	2.18	17,00	15,0	16,8
	P3	2.48	9,00	15,0	17,6
	P4	1.86	8,00	15,0	17,2
	P5	2.03	14,00	15,0	18,4

Ponto de coleta 1 (P1): Rua Francisco Maravalhas, esquina com Lima Barreto;
Ponto de coleta 2 (P2): Rua João Antonio Prosdócimo, esquina com Diomar David Dalledone Junior;
Ponto de coleta 3 (P3): Rua Rosa Mehl, próximo ao nº 87;
Ponto de coleta 4 (P4): Rua Salgado Filho, entre Rua Rosa Sahagoff e Agostinho Angelo Trevisan;
Ponto de coleta 5 (P5): Rua Zulmira Bacila com Rua Canal Belém.
FONTE: A AUTORA, 2014

Analisando a TABELA 1 observa-se que os valores obtidos na primavera para OD estavam acima ou próximos da meta do PRRU, o que não ocorreu nas demais estações do ano, este fato pode ser explicado, pois, 24 horas antes desta coleta, ocorreu precipitação de 32,2 mm (SIMEPAR, 2013), desta forma estes dados não representam a real situação da qualidade da água do córrego Areiãozinho e foram descartados na análise dos parâmetros avaliados neste estudo.

Verificou-se no verão, outono e inverno valores médios de OD de 2,32 mg/L, 2,62 mg/L e 2,68 mg/L respectivamente.

Os valores de OD que foram obtidos no córrego Areiãozinho correspondem a Classe 4 da Resolução CONAMA nº 357/2005, ou seja, fora de seu enquadramento.

Nas análises da água do córrego Areiãozinho foi possível observar que a concentração de oxigênio dissolvido se encontrava abaixo dos limites de qualidade da água para a classe de enquadramento, dessa forma, prejudicando o desenvolvimento de vida aquática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do Córrego Areiãozinho como indicador da bacia do Belém levou a conclusão de que a porção sul da bacia era a região mais degradada e mais prioritária para a aplicação de investimentos para sua despoluição.

A gestão integrada, como prevê a legislação (Lei no 9.433/97) parece ser o mecanismo que está faltando para propiciar a melhoria da qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Belém.

Para a continuidade dos programas já estabelecidos e outros que venham a ser implantados, é importante colocar os objetivos ambientais, ou melhor, do saneamento ambiental acima dos interesses políticos, através da criação de um comitê de monitoramento, formado por representantes de todos os setores envolvidos.

Independente do programa a ser implantado, e das condições em que o corpo hídrico se encontra, os aspectos mais importantes para obtenção de bons resultados, são a continuidade das ações e a manutenção de equipes de trabalho, dedicadas e competentes, até que as metas sejam alcançadas.

REFERÊNCIAS

ALI, S. M. *et al.* The influence of agro-industrial effluents on river Nile. **Science Direct**, 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2090123210001074>>. Acesso em: 16/02/14.

BRANDALIZE, M. C. B.; BOLLMANN, H. A. Mapeamento da percepção ambiental dos moradores da bacia hidrográfica do rio Belém utilizando o SPRING. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009, Natal. **Anais...** Natal: INPE, 2009. p. 3613-3619.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil n.53, de 18/03/2005, p. 58-63.** Brasília, DF, 2005a.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Plano Municipal de Saneamento de Curitiba.** Curitiba: SMMA, 2013.

ECODESENVOLVIMENTO. **ECODEBATE.** 2010. Disponível em:<www.ecodebate.com.br/2010/03/22/no-dia-mundial-da-agua-22-de-marco40-milhoes-sem-agua-no-pais/>. Acesso em: 25/01/2014.

FENDRICH, R. **Coleta, Armazenamento, Utilização e Infiltração das Águas pluviais na drenagem urbana.** 409p. Tese (Doutorado em Geologia Ambiental) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

GIUSTI, D. **Contribuição a Geologia Ambiental no Município de Curitiba – PR.** 115p. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Monitoramento da qualidade das águas dos rios da região metropolitana de Curitiba, no período de 2002 a 2005.** Curitiba: IAP, 2005.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Monitoramento da Qualidade das águas dos rios da bacia do Alto Iguaçu, na região metropolitana de Curitiba, no período de 2005 a 2009.** Curitiba: IAP, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LARA, M.V.R. *et al.* **Análise Crítica de Programas de Revitalização de Rios Urbanos na Bacia Hidrográfica do Rio Belém-PR.** 150p. Mestrado Meio Ambiente Urbano e Industrial, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

YI, Q. *et al* Pollution characteristics of Pb, Zn, As, Cd in the Bijiang river. **Science Direct**, 2006. Disponível em: <<http://yadda.icm.edu.pl/yadda/element/bwmeta1.element.elsevier-ebef99f3-bf3f-3b2e-bdaf-09f4fa23c625>>. Acesso em: 16/02/14.

GT 4: SAÚDE, MEIO AMBIENTE E HUMANIDADES

VARIAÇÃO GÊNICA E DIFERENCIAÇÃO GENÉTICA ENTRE POPULAÇÕES DE *TRYPOXYLON ALBITARSE* FABRICIUS 1804 (HYMENOPTERA: CRABRONIDAE)

Antonio Carlos Bragato Bergamaschi¹; Marco Antonio Del Lama²

¹ UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

² UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Palavras-chave: genética de populações, *Trypoxylon*, microssatélites

INTRODUÇÃO

Trypoxylon é um gênero diverso de vespas solitárias da família Crabronidae, que provisionam seus ninhos com aranhas paralisadas de forma massal em células de cria, construídas linearmente em cavidades preexistentes ou em tubos de barro confeccionados pelas próprias fêmeas (COVILLE & COVILLE, 1980; COVILLE 1982). Ao término do provisionamento de cada célula, um ovo é colocado sobre uma das presas estocadas e uma divisória de barro é construída em seguida com o propósito de individualizar as células de cria (COVILLE, 1982).

A espécie *Trypoxylon albitarse* tem ampla distribuição na região Neotropical, com registros do Panamá ao norte da Argentina, sendo facilmente encontrada em paredes de construções humanas, como prédios e pontes, localizados próximos a áreas florestadas (AMARANTE, 2002). A grande distribuição da espécie, associada ao fato de nidificar com sucesso em áreas sob forte ação antrópica, sugere que não existem barreiras geográficas significativas que impeçam sua dispersão.

Isso faz com que essas vespas sejam consideradas um grupo interessante para estudos com enfoque direcionado para a genética populacional, pois coloca em pauta questionamentos envolvendo o nível da variação genética e como esta variabilidade está distribuída ou particionada no interior de suas populações. Considerando que não há relatos na literatura a respeito da genética de populações de *T. albitarse*, ou mesmo de outras espécies de *Trypoxylon*, o objetivo deste trabalho foi determinar a variabilidade e diferenciação genética populacional, utilizando oito locos microssatélites polimórficos e cinco populações de *T. albitarse*, amostradas em quatro estados do Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Espécimes de 99 ninhos de *T. albitarse* foram amostrados em cinco localidades geográficas de quatro estados brasileiros (Figura 1 e Tabela 1).

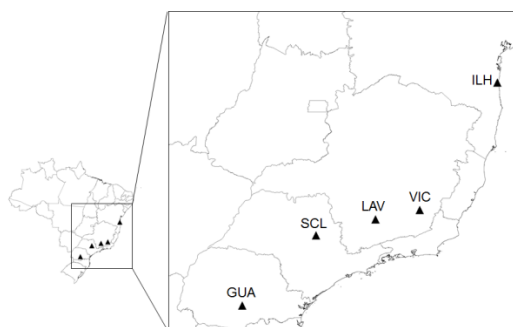


Figura 1. Mapa das populações de *Trypoxylon albitarse* amostradas para este estudo. Os códigos dos locais de amostragem estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Descrição das localidades onde espécimes de *Trypoxylon albitarse* foram amostrados.

Código da localidade	Localização	Coordenadas Geográficas	Número Amostral
ILH	Campus da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA	14°47'46"S, 39°10'22"W	17
VIC	Campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG	20°45'39"S, 42°51'50"W	17
LAV	Campus da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, MG	21°13'56"S, 44°59'37"W	14
SCL	Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP	21°59'3"S, 47°52'55"W	37
GUA	Parque Municipal das Araucárias, Guarapuava, PR	25°23'36"S, 51°27'19"W	14

Após a amostragem, espécimes do sexo feminino e de ninhos distintos foram selecionados para extração de DNA, seguindo o protocolo de WALSH, *et al.* 1991. O DNA resultante das extrações foi submetido a reações de amplificação para nove locos microssatélites (Talb01, Talb02, Talb03, Talb05, Talb06, Talb07, Talb09, Talb12 e Talb14), seguindo as recomendações de Almeida *et al.* (2013). O loco Talb12 mostrou-se monomórfico em todas as populações e não foi incluído na análise dos dados; desta forma, somente oito locos foram utilizados nas análises.

Produtos da amplificação foram analisados após corridas realizadas em sequenciador automático MegaBace-1000 (GE Healthcare, Buckinghamshire, Reino Unido). O tamanho dos fragmentos foi estabelecido por picos de genotipagem, através de comparações com o marcador de tamanho ET550R no programa MegaBace Fragment Profiler versão 1.2.

Dados genotípicos foram inicialmente analisados no programa Genepop 4.0.10 (RAYMOND & ROUSSET, 1995; ROUSSET, 2008), possibilitando a obtenção de estimativas de heterozigidade observada e esperada para todos os locos. Adicionalmente, utilizando também o *software* Genepop, testes exatos foram conduzidos no intuito de detectar desvios significativos do equilíbrio de Hardy-Weinberg (EHW) e desequilíbrio de ligação entre os locos (Tabela 2).

As estimativas de EHW para as populações de *T. albitarse* apontaram que todos os locos, exceto Talb03, demonstraram, pelo menos, um valor de *P* menor do que o nível de significância de 5%. No entanto, após a correção sequencial de Bonferroni (RICE, 1989), a maior parte dos desvios mostrou-se não significativa (Tabela 2).

Tabela 2. Tamanho amostral (n), heterozigotidade observada (Ho) e esperada (He) e valores de *P* para desvios do equilíbrio de Hardy-Weinberg (EHW) em populações de *Trypoxylon albitarse*.

População		Talb01	Talb02	Talb03	Talb05	Talb06	Talb07	Talb09	Talb14	Média
ILH (n=17)	Ho	0,411	0,312	0,588	0,294	0,25	0,647	-	0,176	0,382
	He	0,57	0,717	0,704	0,748	0,671	0,86	-	0,169	0,634
	EHW	0,032	0,0009*	0,63	0,0005*	0,0007*	0,0005*	-	1	
VIC (n=17)	Ho	0,117	0,411	0,882	0,533	0,428	0,75	-	0,117	0,462
	He	0,392	0,347	0,693	0,866	0,626	0,9	-	0,221	0,577
	EHW	0,002	1	0,638	0,001*	0,232	0,071	-	0,061	
LAV (n=14)	Ho	0,142	0,285	0,615	0,571	0,583	0,785	0	-	0,425
	He	0,727	0,37	0,643	0,722	0,721	0,931	0,147	-	0,608
	EHW	0,0001*	0,059	0,478	0,533	0,194	0,054	0,04	-	
SCL (n=37)	Ho	0,135	0,513	0,567	0,864	0,648	0,891	-	0,323	0,563
	He	0,177	0,554	0,664	0,840	0,709	0,865	-	0,285	0,584
	EHW	0,031	0,008*	0,414	0,119	0,082	0,332	-	1	
GUA (n=14)	Ho	0,214	0,230	0,714	0,642	0,666	0,583	0,076	0,071	0,399
	He	0,428	0,483	0,656	0,878	0,731	0,927	0,218	0,14	0,557
	EHW	0,075	0,025	0,218	0,055	0,278	0*	0,038	0,037	

- Loco monomórfico, * Significativo para $P < 0,05$ mesmo após a correção sequencial de Bonferroni.

Desvios do equilíbrio de Hardy-Weinberg são usualmente associados à endogamia, estratificação populacional, ação da seleção natural, acasalamentos preferenciais e/ou a presença de alelos nulos na base de dados (TEMPLETON, 2011). Entre estas possibilidades, a estratificação populacional e a endogamia parecem ser as alternativas mais prováveis para *T. albitarse*, pois mesmo que desvios no EHW não sejam observados para todos os locos, os ninhos desta espécie foram amostrados em áreas pequenas, onde aparentemente ninhos novos são fundados ao lado de ninhos preexistentes, havendo assim uma boa chance de que haja algum relacionamento genético entre espécimes amostrados em ninhos distintos.

Dado o diferente tamanho amostral entre as populações de *T. albitarse* do presente estudo, o programa HP-Rare 1.1 (KALINOWSKI, 2005), que utiliza o método de rarefação

(KALINOWSKI, 2004), foi utilizado para calcular a riqueza alélica total e de alelos privados em cada localidade (Tabela 3).

Tabela 3: Valores de riqueza alélica (A) e de alelos privados (Ap) para as cinco populações de *Trypoxylon albitarse*.

Loco	ILH		VIC		LAV		SCL		GUA	
	A	Ap	A	Ap	A	Ap	A	Ap	A	Ap
Talb01	4	1	3	1	5	2	2,8	0,8	4	1
Talb02	5	0	3	0,1	4	0	6	2,2	4	1
Talb03	4	0	4	0	4	0	4,6	0	5	0,3
Talb05	5	0	10	1,1	5	0	10,1	0,8	8	1
Talb06	3	0	4	1,3	4	0	5,6	0,9	5	0
Talb07	11	0	11	1,3	14	2	9,5	0	12	2
Talb09	1	0	1	0	2	0	1	0	3	1
Talb14	3	0	3	1	1	0	2,9	0	3	1

Os valores de heterozigidade esperada foram similares entre as populações de *T. albitarse* analisadas (Tabela 2); no entanto, ao comparar as estimativas de riqueza alélica e de alelos privados para cada loco foi possível encontrar valores distintos entre os demes em questão (Tabela 3), o que indica que existem diferenças na diversidade genética destas populações e que, possivelmente, o fluxo gênico entre elas é limitado ou restrito.

A diferenciação populacional foi estimada pelos índices F_{st} (WEIR & COCKERHAM, 1984) e D_{est} (JOST, 2008), utilizando os programas FSTAT 2.9.3.2 (GOUDET, 2001) e GenAlex 6.5 (PEAKALL & SMOUSE, 2006). Os valores globais de F_{st} e D_{est} indicaram diferenciação populacional significativa, com valores numéricos de 0,11 e 0,13 ($P < 0,05$), respectivamente. Estimativas para esses índices entre os pares de populações amostradas estão disponíveis na Tabela 4.

Tabela 4. Comparação par a par dos valores de F_{st} (abaixo da diagonal) e D_{est} (acima da diagonal) para pares de populações de *Trypoxylon albitarse*.

	ILH	VIC	LAV	SCL	GUA
ILH	-	0,103	0,095	0,085	0,101
VIC	0,063	-	0,275	0,084	0,214
LAV	0,061	0,132	-	0,231	0,011*
SCL	0,05	0,051	0,11	-	0,165
GUA	0,061	0,106	0,03*	0,082	-

* Diferenciação genética não significativa ($P < 0,05$).

Os valores para par dos índices F_{st} e D_{est} foram significativos para todos os pares de populações, exceto para GUA - LAV (Tabela 4). Duas hipóteses podem explicar este resultado: (1) foram as duas populações com a menor amostragem ($n=14$), e (2) ambas as

populações foram as únicas que apresentaram polimorfismo para o loco Talb09, GUA exibindo três e LAV dois alelos neste loco. Uma análise alternativa, excluindo o loco Talb09, foi realizada para estimar valores de F_{st} e D_{est} par a par, no intuito de testar a segunda hipótese proposta acima. A diferenciação genética para o par GUA - LAV permaneceu não significativa, rejeitando a hipótese em questão.

Adicionalmente, a partição genética da variação dentro e entre populações foi estimada através de Análise Molecular de Variância (AMOVA, EXCOFFIER *et al.*, 1992) utilizando o programa Arlequin 3.11 (EXCOFFIER *et al.*, 2005); a qual apontou que, embora a maior fração da variação esteja concentrada dentro das populações (88,72%), o componente da variação entre populações (11,28%) foi significativo ($P=0$). O nível de diferenciação entre populações também foi investigado também em um teste de atribuição, conduzido no programa GenAlex 6.5 (PEAKALL & SMOUSE, 2006); no qual se obteve um total de 79% de indivíduos devidamente atribuídos à sua população de origem.

A estrutura populacional foi investigada utilizando uma abordagem de agrupamento por inferência Bayesiana no programa Structure v.2.3.4 (PRITCHARD *et al.*, 2000) (Figura 2). Ademais, uma análise de componentes principais (PCA) também foi realizada para identificar a distribuição da variação genética utilizando o programa GenAlex 6.5 (PEAKALL & SMOUSE, 2006) (Figura 3). Ambas as análises apontaram a população ILH como intermediária entre os dois agrupamentos encontrados, um deles formado por VIC-SCL e outro por LAV-GUA. Uma possível explicação para este achado seria que a espécie tenha se originado ao norte, pois tendo em vista que *T. albitarse* se distribui do Panamá ao norte da Argentina (AMARANTE, 2002), seria possível que, com o tempo, tenha se dispersado para o sul e colonizado novas áreas, originando os dois agrupamentos encontrados. No entanto, os baixos valores de riqueza alélica e de alelos privados (Tabela 3) sugerem que esta hipótese seja pouco provável. Seguindo essa lógica, os altos valores obtidos para esses índices na população GUA, deme mais ao sul do delineamento amostral, indicaram justamente o contrário, ou seja, que a espécie pode ter seguido uma rota de colonização do sul para o norte. Um estudo subsequente, utilizando mais populações, se faz necessário para a obtenção de justificativas mais conclusivas para este achado.

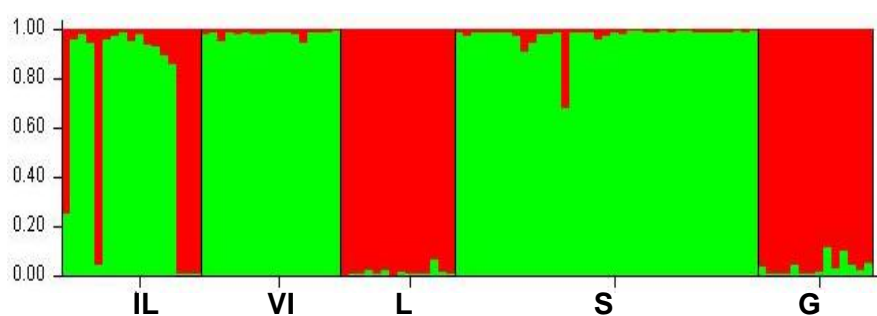


Figura 2. Estrutura populacional estimada por inferência Bayesiana para cinco populações de *Trypoxylon albitarse*. As cores indicam a chance de atribuição a cada um dos agrupamentos alternativos (escala à esquerda).

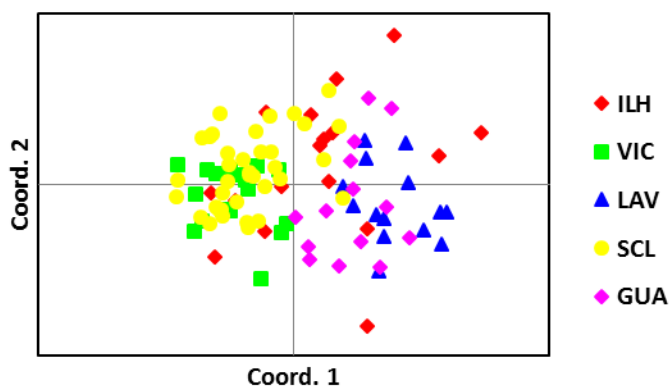


Figura 3. Análise de componentes principais (PCA) de cinco populações de *Trypoxylon albitarse*, baseada na distância genética obtida através de marcadores microssatélites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que *T. albitarse* apresenta elevada variação genética e estruturação populacional significativa. Este estudo representa o primeiro trabalho proposto utilizando marcadores genéticos no intuito de determinar a estrutura genética de populações de *Trypoxylon*, abrindo um novo e amplo campo de análises comparativas com outras espécies do grupo que venham a ser estudadas sob essa perspectiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. *et al.* A. Isolation and characterization of microsatellite loci for the mud-dauber wasp *Trypoxylon (Trypargilum) albitarse* Fabricius, 1804 (Hymenoptera: Crabronidae). **European Journal of Entomology**. v.110, p.541-543, 2013.

COVILLE, R. E. **Wasps of the genus *Trypoxylon* subgenus *Trypargilum* in the North America**. Berkeley and Los Angeles. University of California Press. 1982. 147p.

COVILLE, R. E.; COVILLE, P. L. Nesting Biology and male behavior of *Trypoxylon (Trypargilum) tenocitlan* in Costa Rica (Hymenoptera: Sphecidae). **Annals of the Entomological Society of America**, v.73, p.110-119, 1980.

EVANNO, G.; REGNAUT, S.; GOUDET, J. Blackwell Publishing, Ltd. Detecting the number of clusters of individuals using the software STRUCTURE: a simulation study. **Molecular Ecology**, v.14, p. 2611-2620, 2005.

EXCOFFIER, L.; LAVAL, G.; SCHNEIDER, S. Arlequin v. 3.0: An integrated software package for population genetics data analysis. **Evolutionary Bioinformatics Online**, v.1, p.47-50, 2005.
EXCOFFIER, L.; SMOUSE, P. E.; QUATTRO, J. M. Analysis of molecular variance inferred from metric distances among DNA haplotypes: application to human mitochondrial DAN restriction data. **Genetics**, v.131, p.479-491, 1992.

GOUDET, J. **FSTAT, a program to estimate and test gene diversities and fixation indices Version 2.9.3**. Disponível em: <http://www.unilch/izea/software/fstat.html>. 2001.

KALINOWSKI, S. T. Counting alleles with rarefaction: private alleles and hierarchical sampling designs. **Conservation Genetics**, v.5, p.539-543, 2004.

KALINOWSKI, S. T. HP-Rare: a computer program for performing rarefaction on measures of allelic diversity. **Molecular Ecology Notes**, v.5, p.187-189, 2005.

JOST, L. G_{ST} and its relatives do not measure differentiation. **Molecular Ecology**, v.17, p.4015-4026, 2008.

PEAKALL, R.; SMOUSE, P. E. GENALEX 6: genetic analysis in Excel. Population genetic software for teaching and research. **Molecular Ecology Notes**, v.6, p.288-295, 2006.

PRITCHARD, J. K.; STEPHENS, M.; DONNELLY, P. Inference of population structure using multilocus genotype data. **Genetics**, v.155, p.945-959, 2000.

RAYMOND, M.; ROUSSET F. GENEPOP (version 1.2): population genetics software for exact tests and ecumenicism. **Journal of Heredity**, v.86, p.248-254, 1995.

RICE, W. R. Analyzing tables of statistical tests. **Evolution**, v.43. p.223-225, 1989.

ROUSSET, F. Genepop'007: a complete reimplementations of the Genepop software for Windows and Linux. **Molecular Ecology Resources**, v.8, p.103-106, 2008.

TEMPLETON, A. R. **Genética de Populações e Teoria Microevolutiva**. Ribeirão Preto. SBG. 2011. 705p.

WALSH, P. S.; METZGER, D. A.; HIGUCHI, R. Chelex 100 as a medium for simple extraction of DNA for PCR-based typing from forensic material. **Biotechniques**. v.10, p.506-513, 1991.

WEIR, B. S.; COCKERHAM, C. C. Estimating F-statistics for analysis of population structure. **Evolution**, v.38, p.1358-1370, 1984.

CARACTERÍSTICAS ANATÔMICAS E FISIOLÓGICAS DO GÊNERO *AEGLA*

Hérica Rozário; Luiz Gabriel do Prado Ludwig¹;

Giovanna Carstens Castellano², Marcos Paulo Trindade da Veiga³

¹UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Ciências Biológicas Bacharelado

²UFPR - Universidade Federal do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Zoologia

³UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Departamento de Biologia

Palavras-chave: gênero, revisão da literatura, *Aeglidae*.

INTRODUÇÃO

O principal assunto abordado neste trabalho são as características anatômicas e fisiológicas dos crustáceos da família *Aeglidae* (Fig. 1), a qual é o nosso objeto de estudo. O objetivo é fazer uma breve avaliação da literatura relacionada ao tema. O trabalho justifica-se pela importância evolutiva destes animais, exclusivamente de ambientes dulcícolas. *Aegla* é um gênero da família *Aeglidae*, formado por cerca de 72 espécies, todas de água doce. Os indivíduos desse gênero possuem o abdômen parcialmente dobrado sobre o tórax, pernas dispostas lateralmente sendo que o primeiro par é formado por quelípodos, no ápice do rostro destacam-se um par longo e fino de antenas. São onívoros, predam insetos, moluscos, pequenos peixes e larvas (BOND-BUCKUP et al, 2005; AYRES-PERES et al, 2007).

Seu principal dimorfismo sexual se encontra no abdômen, as fêmeas são caracterizadas pelos pleópodes mais desenvolvidos com a finalidade de transportar os ovos fertilizados. Os ovos dão origem a indivíduos juvenis que são muito semelhantes aos adultos (BOND-BUCKUP et al, 2005).

As *Aeglas* estão distribuídas pela América do sul e são encontradas, na grande maioria em rios, mas, existem espécies de lagos e cavernas. No Brasil existem cerca de 10 espécies, todas localizadas nas regiões sul e sudeste. Sendo assim, há muitas pesquisas e áreas para ser realizadas com o gênero *Aegla* (COGO; SANTOS, 2007).



Figura 1. Indivíduo da família Aeglidae, espécie *Aegla castro*. Comprimento de ~2,8cm (do rostro à dobra do abdome).

A questão de pesquisa deste trabalho é fundamentada na importância ecológica e evolutiva deste grupo tão excepcional de organismos, que após sua história evolutiva encontra-se restrito a águas continentais. Nossa hipótese de trabalho baseia-se na provável carência de literatura acerca das características anatômica e fisiológicas do grupo. Através deste trabalho objetiva-se mensurar a real disponibilidade de conteúdo dos temas propostos na bibliografia pertinente.

DESENVOLVIMENTO

Para fazer uma análise das áreas estudadas do gênero *Aegla* foi realizada uma revisão de artigos científicos, dia 21 de outubro de 2015, na plataforma do Google Acadêmico e os bancos de dados SCIELO e LUME utilizando as palavras “*Aegla* fisiologia”, “*Aegla* morfologia” e “*Aegla* reprodução”, foram encontrados um total de 210 artigos. Utilizando como critérios de exclusão a inacessibilidade de alguns artigos, a falta de relação com o tema e a similaridade entre os artigos. Assim resultando em 189 exclusões, e 21 artigos avaliados, sendo que desses, 6 foram escolhidos por conter informações pertinentes ao tema estudado.

Nos bancos de dados consultados existem artigos em diversas áreas de estudos com o gênero *Aegla*. Como indivíduos da espécie *Aegla longirostri* para verificar em qual período do dia os indivíduos são mais ativos, e o quanto esses períodos alteram o tempo de digestão (SOKOLOWICZ et al., 2007). Há estudo, também, que utilizando algumas substâncias como: spiperona e naloxana, induziram a maturação ovariana em fêmeas da *Aegla uruguayana* (Bond-Buckup et al., 2009). Existem pesquisas feitas para averiguar se a *Aegla longirostri* mantém resquícios dos processos osmorregulatórios dos seus ancestrais e os mecanismos responsáveis por isso (COGO; SANTOS, 2007). Foram feitos estudos com a alteração circadiana nas *Aegla franciscana*, que levou a descoberta de que as variações circadianas são sazonais e diferentes entre machos e fêmeas (Bueno et al., 2015). Para verificar o efeito da dieta no metabolismo da *Aegla platensis* foram realizadas pesquisas com dietas ricas em

carboidratos e dietas ricas em proteínas, observaram, então, que, além de ocorrerem alterações metabólicas, elas diferem entre os sexos (Bond-Buckup et al., 2005). Além da descrição da morfologia da porção inicial do aparelho digestório de *Aegla platensis* (CASTRO, T.S.; BOND-BUCKUP, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de existirem pesquisas em muitas áreas, há um número muito pequeno de estudos feitos para a preservação do gênero, como no campo de resistência a poluentes, impactos de alterações na temperatura da água e na importância das *Aeglas* na constituição do ecossistema. Portanto, o gênero, apesar de possuir um número relativamente baixo de espécies ainda possui um enorme campo para pesquisas. Além disso, muito da literatura disponível, não está publicada em periódicos de circulação regular, mas sim em resumos de eventos científicos (congressos, simpósios, encontros, etc).

REFERÊNCIAS

SOKOLOWICZ, C. et al. ATIVIDADE NICTIMETAL E TEMPO DE DIGESTÃO DE *Aegla longirostri* (CRUSTACEA, DECAPODA, ANOMURA). **Revista Iheringia.**, v.97, n.3, p.235-238, 2007.

FERREIRA, B.D.P. et al. PERFIL METABÓLICO DE AEGLA PLATENSIS SCHMITT, (CRUSTACEA, AEGLIDAE, ANOMURA) SUBMETIDA A DIETAS RICAS EM CARBOIDRATOS OU PROTEÍNAS. **Revista Brasileira de Zoologia.** v. 22, p.161-168, 2005.

CASTIGLIONI, D.S. et al. INDUÇÃO DO CRESCIMENTO OVARIANO EM AEGLA URUGUAYANA (CRUSTACEA, ANOMURA, AEGLIDAE) MEDIANTE A INCORPORAÇÃO DE NEUROREGULADORES AO ALIMENTO. **Revista Iheringia.** v.99, n.3, p.286-290, 2009.

CASTRO, T.S.; BOND-BUCKUP, G. The morphology of cardiac and pyloric foregut of *Aegla platensis* Schmitt (Crustacea: Anomura: Aeglidae). **Memoirs of Museum Victoria**, v.60, n.1, p.53–57, 2003.

RAZZERA, B.N. et al. **VARIAÇÕES CIRCADIANAS E SAZONAIS DO METABOLISMO ENERGÉTICO DE AEGLA FRANCISCANA (CRUSTACEA, ANOMURA, AEGLIDAE).** PUCRS. Acesso em 21 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Biologicas/Fisiologia/84277-BRUNO_NUNES_RAZZERA.pdf>.

COGO, G.B.; SANTOS, S. **GRAU DE ADAPTAÇÃO DE AEGLA LONGIROSTRI (CRUSTACEA, ANOMURA) AO AMBIENTE DULCÍCOLA.** Sociedade de Ecologia do Brasil. UFSM. 2007. Acesso em 21 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/487.pdf>>.

CONSTITUIÇÃO IÔNICA DA HEMOLINFA DE *Aegla castro* (SCHMITT, 1942) DIANTE DE VARIAÇÕES DE SALINIDADE

Marcos Paulo Trindade da Veiga¹(orientador); Luis Gabriel do Prado Ludwig²;
Hérica Rozário³; Giovanna Carstens Castellano⁴

¹²³Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Bacharelado em Ciências Biológicas

⁴ Universidade Federal do Paraná – UFPR

Programa de Pós-Graduação em Zoologia

Palavras-chave: osmorregulação, cloreto, magnésio, crustáceos, água doce

INTRODUÇÃO

O assunto do presente trabalho se relaciona aos animais aquáticos, que, diante de variações de salinidade, podem apresentar duas respostas fisiológicas: osmorregulação, que consiste na manutenção das concentrações internas (íons e aminoácidos no sangue, ou na hemolinfa, por exemplo) do animal diante de variações ambientais de salinidade; ou osmoconformação, na qual as concentrações internas do animal acompanham a variação de salinidade ambiental (Willmer et al., 2005). O objeto de estudo utilizado será o crustáceo da espécie *Aegla castro*. A justificativa do trabalho é a de que a família Aeglidae, à qual *A. castro* pertence, se distribui apenas em ambientes dulcícolas, mas apresenta ancestrais marinhos. Então, a espécie pode apresentar capacidade osmorregulatória diante de águas salinas, como um caráter conservado de seus ancestrais. O problema de pesquisa aqui levantado foi: *A. castro* apresenta capacidade de regulação iônica diante de variações de salinidade ambiental? A hipótese é a de que a espécie estudada mantém constantes as concentrações iônicas diante de desafios salinos. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho foi o de avaliar a capacidade de regulação dos íons cloreto e magnésio na hemolinfa de *A. castro* diante de variações ambientais de salinidade.

DESENVOLVIMENTO

Os crustáceos são animais invertebrados bem sucedidos em ambientes aquáticos, tanto marinhos como continentais. Em águas continentais podem ser encontrados crustáceos de diversos táxons como: Caridea (camarões), Astacidea (lagostins), Brachyura (caranguejos), Copepoda e Aegloidea (aeglas) (Ruppert et al., 2005). Dos táxons citados, apenas os eglídeos da superfamília Aegloidea apresentam distribuição exclusiva em ambientes não marinhos (Schmitt, 1942; Bond-Buckup et al., 2008). As aeglas são os únicos membros da Infraordem Anomura que radiaram para o ambiente dulcícola (Bond-Buckup & Buckup, 1994). Além de exclusivamente dulcícolas ou hololimnéticos, os eglídeos são endêmicos da América do Sul, ao sul da latitude de 20°S (Bueno et al., 2007). Entretanto, existem fortes evidências de que o táxon apresenta ancestrais marinhos. A descoberta das espécies fósseis *Haumuriaegla glaessneri* na Nova Zelândia (Feldmann, 1984) e *Protaegla miniscula* no México (Feldmann et al., 1998) associadas a substrato marinho corroboram esta afirmação. Estas informações indicam que os ancestrais dos eglídeos atuais apresentaram os mecanismos necessários para sobreviver no ambiente marinho.

Todavia, relacionado à atual distribuição dos eglídeos, existe um constante desafio para a manutenção das concentrações osmótica e iônica dos fluidos internos destes animais. Como a osmolalidade dos fluidos internos dos animais é mantida acima da concentração

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

osmótica do ambiente, a água do meio tende a entrar nos tecidos dos animais e os íons de seus corpos tendem a sair (Willmer et al., 2005; Hill et al., 2012). A manutenção de gradientes osmóticos e iônicos entre os meios externo (água do ambiente) e interno (hemolinfa do animal) é realizada através de: tomada ativa de íons do ambiente, principalmente através das brânquias, epitélios de interface entre os organismos e o meio externo; baixa permeabilidade da cutícula à água, comparada aos crustáceos marinhos; eliminação de urina diluída, que elimina o excesso de água passivamente absorvida (Kirschner, 1991; Rasmussen & Andersen, 1996; Freire et al., 2003; Willmer et al., 2005; Preston, 2008). Embora os crustáceos apresentem todos os tipos de estratégias osmorregulatórias, os eglídeos são osmorreguladores obrigatórios, assim como todos os animais de água doce. Com base na manutenção da concentração dos fluidos internos dos eglídeos acima da concentração do meio, estes animais são classificados como hiperosmorreguladores (Péqueux, 1995; Freire et al., 2003; 2008 a,b).

Indivíduos de *A. castro* (Fig. 1) foram coletados no Rio Tapera (25°41'38"S, 51°40'12"O), localizado no município de Pinhão, com auxílio de peneiras. Os animais foram transportados para o Laboratório de Biologia Aquática da Unicentro e aclimatados por 1 semana em aquário estoque de 150 litros, com filtração e aeração constantes. Foram alimentados diariamente com carne bovina moída. Após o período de aclimação, os animais foram expostos, individualmente (n=3-6) em aquários de 1 litro, às salinidades 0 (controle), 5 e 10 unidades práticas de salinidade (ups) por 6 horas. Então os animais foram crioanestesiados por 5 minutos, e sua hemolinfa foi coletada com auxílio de uma seringa de insulina, introduzida nos pontos de inserção entre o cefalotórax e as patas. As amostras de hemolinfa foram armazenadas em freezer (-20°C) até as análises. Foram realizadas dosagens dos íons cloreto e magnésio, com a utilização de kits colorimétricos comerciais (Doles, Brasil), em amostras apropriadamente diluídas em água destilada. A leitura de absorbância foi realizada em espectrofotômetro (Gehaka, Modelo UV340G), sob os comprimentos de onda de 510 nm para o cloreto, e de 505 nm para o magnésio. Os dados foram analisados por ANOVA de 1 via para dados normais (cloreto), e por Kruskal-Wallis *on Ranks* para dados não normais (magnésio).



Figura 1. Indivíduo de *Aegla castro*. Comprimento de ~2,8cm (do rostrum à dobra do abdome).

As concentrações de ambos os íons, cloreto e magnésio, foram iguais em todas as salinidades (0, 5 e 10 ups) na hemolinfa de *A. castro* (Fig. 2). Esse resultado não é

surpreendente, pois crustáceos dulcícolas são animais osmorreguladores e, portanto, mantêm estáveis suas concentrações internas (hemolinfa) mesmo diante de variação do meio (Pequeux, 1995). Além disso, outros crustáceos dulcícolas, incluindo uma espécie do gênero *Aegla*, também mantêm suas concentrações iônicas diante de desafios salinos (Kirschner, 1991; Freire et al. 2008). Possivelmente, sob tempos experimentais mais duradouros, a partir de 24 horas, sejam observadas alterações nas concentrações internas destes animais (Bozza, comunicação pessoal). Entretanto, tais alterações provavelmente seriam mais sutis do que as observadas em invertebrados não artrópodos, como moluscos (Deaton, 2008). Embora o gênero *Aegla* seja exclusivamente dulcícola, parece ter mantido tolerância à salinidade, característica de seus ancestrais marinhos (Schmitt, 1942; Bond-Buckup & Buckup, 1994; Bond-Buckup et al., 2008).

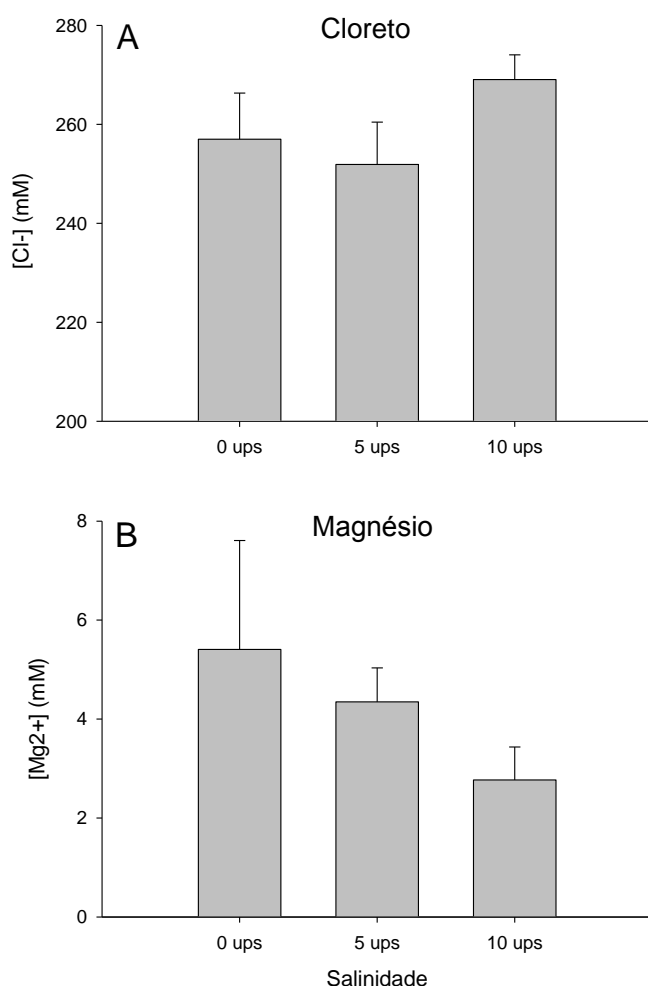


Figura 2. Concentrações dos íons cloreto (A) e magnésio (B) na hemolinfa de *Aegla castro* submetida às salinidades 0 (controle), 5 e 10 ups por 6 horas. Não houve diferença nas concentrações de nenhum dos íons nas diferentes salinidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, pode-se concluir que *A. castro* apresenta capacidade de regulação dos íons cloreto e magnésio na hemolinfa diante de desafios salinos de curta duração. Este resultado se relaciona à capacidade osmorregulatória do grupo, e a tolerância às variações salinas é coerente com a ancestralidade marinha do grupo Anomura.

REFERÊNCIAS

BOND-BUCKUP, G.; BUCKUP, L. A família Aeglididae (Crustacea, Decapoda, Anomura). **Arquivos de Zoologia**, v.2, n.4, p.159-346, 1994.

BOND-BUCKUP, G. et al. Global diversity of crabs (Aeglididae: Anomura: Decapoda) in freshwater. **Hydrobiologia**, v.595, p.267-273, 2008.

BUENO, S.L.D.S. et al. Estimating the population size of *Aegla franca* (Decapoda: Anomura: Aeglididae) by mark-recapture technique from an isolated section of Barro Preto stream, county of Claraval, state of Minas Gerais, southeastern Brazil. **Journal of Crustacean Biology**, v.27, n.4, p.553-559, 2007.

DEATON, L. Osmotic and ionic regulation in molluscs. In: Evans, D.H. (Ed.) **Osmotic and ionic regulation: cells and animals**. New York: CRC Press, 2008. p. 107-133.

FELDMANN, R.M. *Haumuriaegla glaessneri* n. gen. and sp. (Decapoda; Anomura; Aeglididae) from Haumurian (late Cretaceous) rocks near Cheviot, New Zealand. **New Zealand Journal of Geology and Geophysics**, v.27, n.3, p.379-385, 1984.

FELDMANN, R.M. et al. Early cretaceous arthropods from the Tlayúa formation at Tepexi de Rodríguez, Puebla, México. **Journal of Paleontology**, v.72, p.79-90, 1998.

FREIRE, C.A. et al. Adaptive patterns of osmotic and ionic regulation, and the invasion of fresh water by the palaemonid shrimps. **Comparative Biochemistry and Physiology Part A: Molecular & Integrative Physiology**, v.136, p.771–778, 2003.

FREIRE, C.A. et al. Muscle water control in crustaceans and fishes as a function of habitat, osmoregulatory capacity, and degree of euryhalinity. **Comparative Biochemistry and Physiology Part A: Molecular & Integrative Physiology**, v.149, n.4, p.435-446, 2008a.

FREIRE, C.A. et al. A structure function analysis of ion transport in crustacean gills and excretory organs. **Comparative Biochemistry and Physiology A: Molecular & Integrative Physiology**, v.151, p.272-304, 2008b.

HILL, R.W. et al. **Fisiología animal**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 920 p.

KIRSCHNER, L.B. Water and ions. In: Prosser, C.L. (Ed.). **Environmental and Metabolic Animal Physiology. Comparative Animal Physiology**. New York: Wiley-Liss, 1991. p. 13–107.

PÉQUEUX, A. Osmotic regulation in crustaceans. **Journal Crustaceans Biology**, v.5, p.1–60, 1995.

PRESTON, R.L. Osmoregulation in annelids. In: Evans, D.H. (Ed.). **Osmotic and ionic**

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

regulation: Cells and Animals. Boca Raton: CRC Press, 2008. p.135-164.

RASMUSSEN, A.D.; ANDERSEN, O. Apparent water permeability as a physiological parameter in crustaceans. **Journal of Experimental Biology**, v.199, p.2555–2564, 1996.

RUPPERT, E.E. et al. **Zoologia dos Invertebrados.** 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. 1145p.

SCHMITT, W.L. The species of *Aegla*, endemic South American freshwater crustaceans. **Proceedings of the United States National Museum**, v.91, p.431-524, 1942.

WILLMER, P. et al. **Environmental physiology of animals.** Malden: Blackwell Publishing, 2005. 754p.

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO COMO EXIGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Juliana Silva Pinheiro; Ari Miguel Teixeira Ott

UNIR- Universidade Federal de Rondônia

Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia (PGDRA)

Orientador: Ari Miguel Teixeira Ott

Palavras-chave: saúde, vacinação, sustentabilidade

INTRODUÇÃO

Ao estudar as práticas científicas e as técnicas envolvidas na produção e uso das vacinas, é importante analisar como as concepções científicas não podem ser dissociadas das práticas políticas e dos interesses profissionais da comunidade. Se, por um lado, “as doenças infectocontagiosas sempre foram um grande desafio para a saúde pública, pois a capacidade de se disseminar rapidamente dificulta o seu controle” (OLIVEIRA, *et al*, 2011, p.10); por outro lado a vacina é um produto de eficácia consensual (mas não absoluta) entre os médicos, cientistas e autoridades que atuam na esfera da saúde pública, contribuindo para a redução das doenças infectocontagiosas (NETO, 2011).

Diante deste cenário, as vacinas têm se mostrado comprovadamente, como meios eficientes e seguros para alcançar o objetivo de erradicação de algumas doenças, como a varíola e a poliomielite, quando apresentam coberturas adequadas (OLIVEIRA, *et al*, 2011).

Cada patologia ou doença apresenta suas peculiaridades e, sendo que, as campanhas de vacinação são adaptadas de acordo com a análise do comportamento destas doenças. A erradicação da varíola demonstrou e demonstra que eliminar doenças no mundo é uma possibilidade. Entende-se como erradicação de uma doença transmissível, “a extinção, por métodos artificiais, do agente etiológico ou seu vetor sendo impossível sua reintrodução e totalmente desnecessária a manutenção de quaisquer medidas de prevenção” (WALDMAN; SILVA; MONTEIRO, 1999, p.8).

A erradicação das doenças foi possível, com a instituição, em 1973, do Programa Nacional de Imunização PNI, que completou 40 anos no ano de 2013,

Um programa que envolve os diferentes setores de uma das intervenções em Saúde Pública mais importante nas últimas décadas, de grande aceitação e avaliada de forma positiva por boa parte da população, pelo impacto ou eliminação ou controle de doenças, que, por muitos anos, assolaram vidas ou deixaram sequelas, até que o setor público adotasse medidas para transformar tais situações (BRASIL, 2013, p.19).

Eliminar uma doença é a redução da sua incidência ou da sua transmissão em extensa área geográfica, persistindo, no entanto, o risco de sua reintrodução, seja por falha na utilização dos instrumentos de controle, seja pela modificação de seu comportamento, mas com a manutenção indefinidamente do tempo, das medidas de controle (TAUIL, 1998, p. 56). Por outro lado, no “controle aceita-se a convivência com determinadas doenças, desde que em níveis considerados toleráveis” (WALDMAN; SILVA; MONTEIRO, 1999, p.8).

O objetivo deste estudo foi investigar através de uma revisão bibliográfica sistemática a importância da implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI) com a perspectiva de verificar de que forma o programa contribuiu e contribui para Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

desenvolvimento do país, além disso, este estudo é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado.

A VACINAÇÃO COMO MEIO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E SUSTENTABILIDADE

A iniciativa de Promoção da Saúde teve início no Canadá, em 1970, quando o Ministro da Saúde canadense Marc Lalonde estimulou a identificação e análise das principais causas determinantes da morbidade e mortalidade no país e como tais causas influenciavam a saúde da população (AZEVEDO; PELICIONI, 2011).

A Promoção da Saúde é proposta como um novo paradigma da Saúde Pública e é percebido como um processo orientado por uma visão de saúde que considera as diversas causas do binômio saúde-doença a partir de valores éticos de democratização, estímulo à participação popular, à equidade, às práticas intersetoriais e à promoção da sustentabilidade (PELICIONI, 2005).

Entre os objetivos da Política Nacional de Promoção da Saúde no Brasil, implantada em 2006, está o de promover a sustentabilidade e também ratifica o compromisso das propostas para a promoção da saúde nos serviços e na gestão do Sistema Único de Saúde (WESTPHAL; ZIGLIO, 1999)

O princípio de sustentabilidade temo objetivo de levar a iniciativas que estejam de acordo com o desenvolvimento que garanta o estabelecimento de processos de transformações coletivas e compartilhadas. Tais transformações devem ser estáveis e duradouras, com impacto de médio e longo prazo (WESTPHAL; ZIGLIO, 1999).

Diante desta perspectiva e concepção de sustentabilidade, a saúde não pode ser tratada como dissociada do bem-estar e das mudanças socioambientais e seus impactos no meio ambiente e conseqüentemente nos vários ecossistemas.

A ideia de desenvolvimento sustentável foi construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão do modelo econômico atual, que privilegia o crescimento econômico, o consumismo e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos ecológicos e a exclusão social

Assim sendo, o desenvolvimento sustentável resgata as premissas de equidade social; de distribuição de riquezas; do fim da exploração dos seres humanos; da eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou qualquer outra; da garantia de direitos a vida, felicidade, saúde, educação, moradia, cultura, emprego e envelhecimento com dignidade; da democracia plena, além da responsabilidade ecológica e da participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento (AZEVEDO; RIGON, 2010).

“Os efeitos mediadores de bem-estar e das alterações sobre a saúde avaliados e mensurados atualmente podem resultar de múltiplas interações ao final de uma longa e complexa rede de eventos e situações combinados em diferentes escalas espaciais e temporais” (FREITAS; GIATII, 2009).

As mudanças ambientais geram alterações, disseminação e distribuição variada de comportamento dos vetores e hospedeiros resultando em surtos e epidemias de dengue, malária e leishmaniose, ou até mesmo receio do retorno das doenças reemergentes, que podem ser causadas por mutações e conseqüentemente causar resistência dos microrganismos, que pode ter um efeito ser avassalador para a sociedade.

A vacinação é considerada um meio de promover a promoção da saúde e da sustentabilidade, tendo em vista sua efetividade relacionada à erradicação ou redução das doenças imunopreveníveis e redução da morbidade e mortalidade demonstrada pelos resultados em curto prazo após sua implantação. Os resultados são nítidos quando é implantada uma vacina, como o caso da Varíola, e Poliomielite, consideradas doenças erradicadas.

A garantia para a proteção por uma vacina tem relação com aspectos como: organismo do próprio indivíduo, condições adequadas para manter a eficácia do imunobiológico e adesão da população, demonstradas pelas coberturas vacinais (TEIXEIRA; ROCHA, 2009)

Portanto, a vacinação demonstra ser um meio importante para garantir a saúde da população de forma adequada e sustentável, pois, amplas mudanças sócio-ambientais podem resultar em propriedades emergentes com mudanças radicais ou rupturas nos serviços dos ecossistemas e grandes efeitos sobre a saúde, exigindo longo prazo para recuperação ou adaptação.

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo e de revisão sistemática no qual foram analisados estudos com dados relacionados ao histórico, desenvolvimento de vacinas, as políticas de imunização, farmacoeconomia de intervenção, e os impactos das vacinas na saúde da população, envolvendo também indicadores de sustentabilidade como a saúde, qualidade de vida. Foram analisados estudos que enfatizam as forças que impulsionaram e impulsionam a aplicação e continuidade da vacinação. Dentre as variáveis selecionadas envolvendo o objeto do estudo foram selecionadas para análise: surto epidêmico, cobertura vacinal, retorno das doenças erradicadas, mortalidade e morbidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Diante do aparecimento de uma nova doença ou surto de uma existente, é necessário refletir quanto à implantação da vacina, tendo em vista que estudos mostram que é mais barato vacinar do que tratar a doença. Um estudo realizado em Fortaleza no ano de 2007 (MOTA, *et al*, 2011), momento em que o país vivenciou uma epidemia de rubéola, com 8.683 casos confirmados, foi comparado o custo-efetividade da vacinação emergencial com o prestar assistência ou custo-enfermidade de saúde aos casos confirmados de rubéola.

Os resultados do estudo mostraram que o preço em 2003 de um frasco-ampola de 10 doses da vacina dupla ou tríplice viral foi de 11,00 e 28,50 respectivamente e que o tratamento de uma criança que adquire rubéola durante a gestação denominada de síndrome da rubéola congênita foi de 2 mil dólares por criança (OMS, 2004). Mesmo utilizando os materiais necessários para a vacinação como agulhas, seringas, algodão, uso dos veículos para distribuição da vacina, o gasto com consultas, internação, medicamentos, realização de exames foi muito maior. Os custos indiretos deste estudo como a falta de produtividade também foram incluídos nas análises.

A variável cobertura vacinal demonstra a “relação entre os vacinados num determinado grupo e o total da população desse grupo. É, portanto, a proporção de vacinados em uma determinada população, com uma vacina, em um determinado lugar e tempo” (TEIXEIRA; ROCHA, 2009). Ainda, “a cobertura vacinal é um indicador representado pelo percentual de crianças imunizadas com vacinas específicas, em determinado espaço geográfico, no ano considerado” (BRASIL, 2008).

Baixas coberturas vacinais e heterogeneidade das coberturas demonstram uma preocupação em monitorar os motivos que levam a tal situação. As consequências podem ser a reemergência das doenças imunopreveníveis, tendo em vista que as vacinas requerem reforços ao longo do tempo para garantir a prevenção contínua da população.

A busca pela homogeneidade está relacionada ao alcance da cobertura preconizada de maneira uniforme nos setores e áreas que integram uma comunidade e cuja análise mostra uma situação mais real em termos de cobertura, que vem sendo adotada pelo Ministério da Saúde como indicador para avaliação do Programa Nacional de Imunização nos Estados (TEIXEIRA; ROCHA, 2009).

Os dados da cobertura vacinal permitem vários tipos de análises, pois é possível identificar situações de risco que indicam a necessidade de medidas de intervenção para buscar não-vacinados ou, quando for o caso, de estudos para avaliar a realidade da vacinação. Contribuem para o planejamento de ações e para o exercício da gestão do SUS ao demonstrarem o impacto do programa e funcionarem como instrumental para a definição de estratégias de vacinação, bem como de políticas públicas relativas ao controle de doenças.

O controle das doenças requer uma compreensão da saúde como fenômeno social que depende da ação de vários setores interligados com os determinantes sociais e ambientais de saúde (BUSS, *et al*, 2012).

Importante indagação se faz quanto à possibilidade da ação antrópica em provocar uma resistência ou mutação dos patógenos prevenidos por vacinação. Pesquisadores holandeses sustentam que “vacinação em massa de crianças, praticada há mais de cinquenta anos, forçou a evolução de uma bactéria não mais prevenida pela vacina DTP ou tríplice celular, que protege contra difteria, coqueluche e tétano” (LUZ; CODEÇO, WERNECK, 2003).

“É importante promover um ambiente mais saudável, intensificar a prevenção primária e influenciar as políticas públicas em todos os setores para enfrentar as causas remotas das ameaças ambientais à saúde, promover uma sociedade equitativa e incluyente” (BUSS, *et al*, 2012)

O desenvolvimento sustentável é coerente com políticas de cobertura universal por meio de sistemas de saúde integrais, equitativos e de qualidade e não devem ser reduzidos a seu componente de assistência médica aos indivíduos doentes e sim com sistemas preventivos que garantam uma saúde sustentável, proporcionando uma qualidade de vida para a população (BUSS, *et al*, 2012)

Portanto, é necessário reconhecer o direito do ser humano de viver em ambiente saudável e adequado, e a ser informado sobre os riscos do mesmo em relação à saúde, bem-estar e sobrevivência e definir suas responsabilidades e deveres à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde, como estratégias de atenção primária e ambiental trabalhando interdisciplinarmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde influencia de forma positiva para a oferta de emprego, renda, e riqueza para o país, além ser um fator essencial que contribui com estado de bem-estar social e condição básica de cidadania para a população.

É importante relacionar a saúde com o meio ambiente, uma vez que a crise socioambiental está associada às consequências negativas na saúde. Os efeitos ocasionados pelas mudanças climáticas como as enchentes, as secas, os deslizamentos, o ressurgimento de doenças infectocontagiosas, a exposição química dos trabalhadores e da população em geral, decorrente do uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, e a insegurança alimentar, são exemplos desses impactos.

Associados a estes fenômenos estão à contínua des-territorialização de populações e o assassinato de lideranças que defendem a preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais, no campo e nas florestas, em função dos interesses do capital, que dominam o modelo econômico vigente.

Elencar os pontos positivos que a vacinação acarreta é fácil, tendo em vista os resultados nítidos que são apresentados no decorrer dos quarenta anos, mas os pontos negativos referem-se a vários fatores que são esquecidos, como o uso de seres humanos para teste, com uso de placebo, o lixo produzido com os materiais que são utilizados no procedimento, como seringas, agulhas, algodão, que são despejados de forma inadequada, os eventos adversos causados pelas vacinas que podem levar à doenças graves como a Síndrome de Guillain Barré, que pode ser causada pela vacina contra a gripe e a Poliomielite após vacinação contra a mesma, que é denominada de aparecimento de doença após aplicação da vacina, sem contar as questões políticas, pois o tratamento com as doenças requer um orçamento milionário, gerando gastos com consultas, exames, medicamentos, e outros. A vacina vem para desestruturar esta forma de pensar do governo, que prefere os gastos descritos anteriormente, característico do consumismo, do individualismo e de uma estrutura de insustentável.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E.; RIGON, S. A. Sistema alimentar com base na sustentabilidade. In: TADDEI, J. A. A. C. et al. (Org). **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional: 40 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BUSS, P. M, et al. Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.6, p.1479-1491, 2012

FREITAS, C.M.de; GIATTI, L.L. Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 1251-1266, jun, 2009.

LUZ, P.M; CODEÇO, C.T; WERNECK, G. L. A reemergência da coqueluche em países desenvolvidos: um problema também para o Brasil? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1209-1213, jul-ago, 2003.

MOTA, et al. Avaliação Econômica da Rubéola e de Estratégia de Controle em Situação de surto em Fortaleza (Ceará), Brasil. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 20, n. 3, p. 691-701, 2011.

NETO, V. A (Ed). **Atualizações, sugestões e orientações sobre imunizações**. São Paulo: Segmento Farma, 2011.

OLIVEIRA, D.M.S.P, et all. Campanhas de Vacinação. In: NETO, V. A (Ed). **Atualizações, sugestões e orientações sobre imunizações**. São Paulo: Segmento Farma, 2011. Cap. 2, p. 9-14.

ORGANIZAÇÃO MUNDAL DA SAÚDE. Parâmetros da Região Ocidental do Pacífico. Introdução da Vacina contra Rubéola. Genebra, 2004.

PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde e meio ambiente: uma trajetória técnica-política. In: PHILIPPI JUNIOR; A.; PELICIONI, M. C. F. (Org). **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, p. 413-420, 2005

TAUIL, P.L. Controle de agravos à saúde: consistência entre objetivos e medidas preventivas. **IESUS**. Brasília, Abr-Jun, 1998.

TEIXEIRA, A. M, S; ROCHA, C.M.D. Programa Nacional de Imunizações e coberturas vacinais. In: CUNHA, et all. **Vacinas e Imunoglobulinas: consulta rápida**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WALDMAN, E.A; SILVA, L, J, da; MONTEIRO, C.A. Trajetória das Doenças Infecciosas: da Eliminação da Poliomielite à Reintrodução da Cólera. **IESUS**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 5-47, jul-set. 1999.

WESTPHAL, M. F.; ZIGLIO, E. Políticas públicas e investimentos: a intersetorialidade. In: FUNDAÇÃO Prefeito Faria Lima-Cepam (Org). **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima-Cepam, p. 111-21, 1999.

FTATM CARD E PCR: UMA DUPLA ALTAMENTE SENSÍVEL NA DETECÇÃO DE *Leishmania (Viannia)* EM HUMANOS

Camila Alves Mota, Thaís Gomes Verzignassi Silveira, Paulo Donizeti Zanzarini, Eneide Aparecida Sabaini Venazzi
UEM – Universidade Estadual de Maringá
Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Biociência e Fisiopatologia.
Thaís Gomes Verzignassi Silveira.

Palavras-chave: Leishmania; Leishmaniose Tegumentar Americana; Reação em Cadeia da Polimerase; quantitative PCR.

INTRODUÇÃO

A leishmaniose tegumentar americana (LTA) é uma doença infecciosa crônica, causada por mais de vinte diferentes espécies de protozoários do gênero *Leishmania*. A transmissão da doença ocorre quando formas promastigotas de *Leishmania* são inoculadas na pele do hospedeiro durante o repasto sanguíneo da fêmea de flebotomíneos infectados (WHO, 2014). A *Leishmania (Viannia) braziliensis* é o principal agente da leishmaniose tegumentar americana (LTA) no Brasil, capaz de causar a forma cutânea ou mucocutânea. (BRASIL, 2013).

Para um diagnóstico final seguro de LTA, aspectos epidemiológicos, clínicos e laboratoriais devem ser considerados. Os testes convencionais como a imunofluorescência indireta (IFI), a Intradermorreação de Montenegro (IDRM) e a pesquisa direta do parasito em material de lesão ou em tecidos (PD) não são completamente satisfatórios quanto à sensibilidade e ao tempo dispensado para a sua realização (Goto & Lindoso, 2010). Metodologias moleculares possuem alta sensibilidade e vêm sendo utilizadas para o diagnóstico de LTA, superando os problemas encontrados pelas metodologias convencionais (Ovalle Bracho *et al.*, 2007). Com o avanço tecnológico, as novas pesquisas estão voltadas à PCR quantitativa, como a PCR em tempo real (qPCR), capaz de quantificar os *amplicons* formados na reação, identificar e diferenciar as espécies (Yang & Rothman, 2004).

O FTATM card é um papel filtro impregnado com substâncias químicas desnaturantes que, ao entrarem em contato com a amostra, lisam as células e fixam o DNA na matriz do papel (Kato *et al.*, 2010). O FTATM card é uma ferramenta segura e de fácil manuseio, evita riscos de contaminação, proporciona uma coleta menos invasiva, facilidade de transporte, e permite eficiente obtenção do DNA (Fata *et al.*, 2009). O objetivo foi padronizar um ensaio de qPCR para detecção e quantificação de *Leishmania (Viannia)* em sangue periférico e em material de lesão, coletados em tubo e em FTATM card, de pacientes com suspeita de LTA.

DESENVOLVIMENTO

Foram analisadas amostras de sangue e lesão, provenientes de oito pacientes encaminhados ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas (LEPAC) da UEM com lesão suspeita de LTA para diagnóstico laboratorial. O estudo atendeu a Resolução nº 466/2012-CNS do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (Brasil) e foi avaliado

e aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM, conforme parecer nº 865.567/2014.

COLETA DA AMOSTRA BIOLÓGICA

O material de lesão foi obtido por escarificação da borda da lesão. Parte deste material foi distribuída em microtubos contendo 50 µl de tampão STE (10 mM Tris, 1mM Na₂EDTA.H₂O; 0,1M NaCl, pH 8,0). Outra parte foi depositada em *FTA*TM card, seca ao ar e armazenada a temperatura ambiente (Fata *et al.*, 2009). Uma pequena quantidade de sangue também foi coletada de uma região da pele periférica à lesão e depositada em *FTA*TM card.

O sangue (3 mL) foi obtido por punção venosa acrescido de 1 mL de solução de EDTA 10%/Dextran (T500) 6%. Após uma hora, foi centrifugado e o sedimento lavado com NaCl 0,15 M, e resuspendido com NaCl 0,15 M e ACD (Ácido Cítrico 25 mM; Citrato de Sódio 50 mM; D-glucose 81 mM). Uma quantidade de 50 µL do sangue total foi depositada em *FTA*TM card.

OBTENÇÃO DE DNA

O DNA genômico de 2 x 10⁸ promastigotas de *L. braziliensis* (MHOM/BR/1987/M11272) foi extraído utilizando o método guanidina-fenol (Venazzi *et al.*, 2007).

O DNA do material da lesão coletadas em microtubo contendo STE foi obtido por aquecimento seguido de centrifugação (Venazzi *et al.*, 2006).

As amostras de sangue coletadas em tubo contendo EDTA 10%/Dextran 6% foram lavadas com PBS e centrifugadas. O DNA foi extraído pelo método guanidina-fenol e resuspendido em 50 µL de tampão TE. Foram incluídos um controle positivo (1ml de sangue total de indivíduo sem LTA, mais 10⁴ promastigotas de *Leishmania (Viannia)* e um controle negativo (1 ml de sangue de indivíduo sem LTA).

Para obtenção do DNA, amostras de sangue, lesão e sangue de lesão coletadas em *FTA*TM card, uma porção do cartão (2 mm de diâmetro), contendo a amostra foi retirada utilizando um instrumento de punção (*punch*), e transferido para um microtubo de PCR. O *FTA*TM card foi purificado segundo protocolo do fabricante.

PCR CONVENCIONAL

Para a PCR convencional (cnPCR) foram utilizados os iniciadores MP3H (5'-GAACGGGGTTTCTGTATGC-3') e MP1L (5'-TACTCCCCGACATGCCTCTG-3') (Lopez *et al.*, 1993) que amplificam uma região de 70 pares de bases do minicírculo do kDNA do parasito do subgênero *Leishmania (Viannia)*. A mistura reacional (25 µL), continha 1 µM dos iniciadores (Invitrogen®, Brasil), 2 µL de DNA do sangue venoso (cnPCR-S), 5 µL de DNA da lesão (cnPCR-L), 2 mm do *FTA*TM card, DNA purificado de sangue (cnPCR-FTA-S), da escarificação de lesão (cnPCR-FTA-L) e do sangue de lesão (cnPCR-FTA-SL).

A amplificação do DNA foi realizada em Termociclador Personal Cyler (Biometra), a 95 °C por 5 min, seguidos por 35 ciclos: desnaturação (95 °C, 1,5 min), anelamento (56 °C, 1,5 min) e alongamento (72 °C, 2 min). Posteriormente, o material manteve-se a 72 °C por 10 min e o produto amplificado foi estocado a 4 °C. Para cada amplificação foram incluídos controles positivos (DNA de *L. braziliensis*) e negativos (água ultrapura). O produto foi submetido à eletroforese em gel de agarose a 3% e as bandas reveladas com brometo de etídeo 0,1 µg/mL, em transiluminador (Macro Vue UV-20 Hoefer).

PCR EM TEMPO REAL (qPCR)

Padronização (limite de detecção, eficiência e especificidade):

Para a curva de calibração foram feitas diluições seriadas na base 10, partindo do DNA correspondente a 10⁵ até 1.10⁻³ parasitos. As diluições foram testadas em triplicata; 1 Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

μL de cada diluição foi adicionado à mistura da reação (9 μL). A eficiência foi calculada pelo *StepOne software*, de acordo com o *slope* obtido na curva padrão. A especificidade foi avaliada pela curva de *melt*. Para cada grupo de amostras amplificadas foi adicionado um controle negativo (9 μL da mistura reacional).

A mistura da reação continha 10 μL , sendo 25 mM dos iniciadores, 1X SYBR® Green Select e 1 μL do DNA extraído do sangue venoso (qPCR-S), ou 1 μL de DNA da escarificação de lesão (qPCR-L) ou *punch* de 2 mm do *FTA™ card*, contendo o DNA purificado de sangue (qPCR-FTA-S), escarificação de lesão (cnPCR-FTA-L) ou sangue de lesão (cnPCR-FTA-SL). A mistura reacional (10 μL) foi adicionada ao microtubo, contendo o DNA em *FTA™ card* purificado. A reação utilizou termociclador StepOne Real-Time PCR System (Applied Biosystems) à 95 °C por 10 min, seguidos por 40 ciclos: desnaturação (95 °C, 15 seg), anelamento (56 °C, 15 seg) e alongamento (72 °C, 1 min). Após, uma curva de *melt* foi produzida.

Resultados

A curva de calibração obtida na qPCR utilizando os iniciadores MP3H-MP1L apresentou eficiência de 101,65%, e foi capaz de detectar até 0,001 parasitos/ μL de reação. Porém um perfil de homogeneidade entre os *threshold cycles* (Cts) foi observado até 0,01 parasitos (Fig. 1). A curva de *melt* mostrou que a amplificação foi específica (Temperatura de *melt*= 80,34 °C) (Fig. 2).

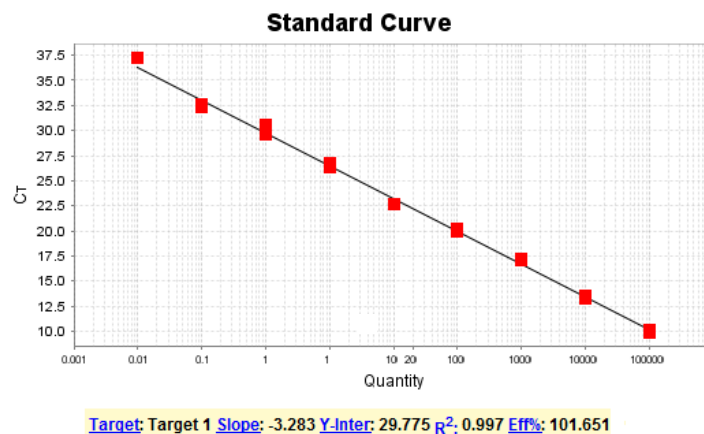


Fig. 1. Curva padrão do ensaio de limite de detecção de DNA de *Leishmania (Viannia)* por qPCR. O DNA genômico de promastigotas de *Leishmania (Viannia) braziliensis* foi diluído na base 10 e expresso como o número de parasitos por reação. Cada ponto representa a amplificação de cada diluição testada em triplicata.

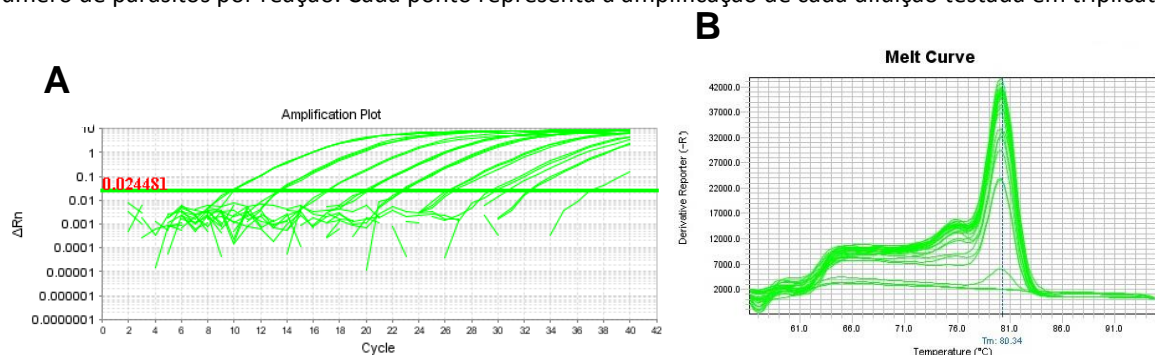


Fig. 2. Amplificação de DNA por qPCR utilizando os iniciadores MP3H/MP1L para detecção de *Leishmania (Viannia) braziliensis*. A: *Amplification plot* mostrando as curvas de amplificação da diluição seriada do DNA genômico de *Leishmania (Viannia) braziliensis* partindo de 10^5 até $1 \cdot 10^{-3}$ parasitos; o controle negativo ficou abaixo do limiar de fluorescência (*threshold* = 0,024481). B: Curva de *melt* obtida para *Leishmania (Viannia) braziliensis*, $T_m = 80,34^\circ\text{C}$.

Os resultados obtidos na cnPCR e na qPCR, pela coleta em tubo e pela coleta em *FTATM card*, foram equivalentes à pesquisa direta do parasito (PD) (Tabela 1).

Tabela 1. Positividade da cnPCR e da qPCR para *Leishmania (Viannia)*, usando o método convencional (em tubo) e por *FTATM card*.

Material analisado	cnPCR	cnPCR-FTA	qPCR	qPCR-FTA
Sangue				
n1=8	0%	0%	0%	0%
n2=3	0%	0%	0%	0%
Escarificação de lesão				
n1=8	37,5% (3/8)	37,5% (3/8)	37,5% (3/8)	37,5% (3/8)
n2=3	100% (3/3)	100% (3/3)	100% (3/3)	100% (3/3)
Sangue de lesão				
n1=6	NR	33,33% (2/6)	NR	33,33% (2/6)
n2=2	NR	100,0% (2/2)	NR	100% (2/2)

NR: não realizado; n1: Total de pacientes estudados; n2: Pacientes que tiveram diagnóstico positivo para LTA; cnPCR: PCR convencional das amostras coletadas em tubo; cnPCR-FTA: PCR convencional das amostras coletadas em *FTATM card*; qPCR: PCR em tempo real utilizando das amostras coletadas em tubo; qPCR-FTA: PCR em tempo real das amostras coletadas em *FTATM card*.

Três pacientes apresentaram diagnóstico positivo para LTA com pelo menos um resultado positivo pelos testes convencionais (Tabela 2).

Tabela 2. Características laboratoriais de pacientes com diagnóstico positivo para LTA.

Resultados laboratoriais	Paciente 1	Paciente 2	Paciente 3
Testes convencionais			
PD	Positivo	Positivo	Positivo
IFI*	20	160	160
IDRM (mm)**	9	-	9
Testes moleculares			
<i>Sangue periférico</i>			
cnPCR	Negativo	Negativo	Negativo
qPCR	Negativo	Negativo	Negativo
cnPCR-FTA	Negativo	Negativo	Negativo
qPCR-FTA	Negativo	Negativo	Negativo

Escarificação de lesão			
cnPCR			
qPCR	Positivo	Positivo	Positivo
cnPCR-FTA	Positivo	Positivo	Positivo
qPCR-FTA	Positivo	Positivo	Positivo
	Positivo	Positivo	Positivo
Sangue de lesão			
cnPCR-FTA	Positivo	Positivo	Positivo
qPCR-FTA	Positivo	Positivo	Positivo

*: são considerados positivos títulos ≥ 40 ; **: são consideradas positivas endurações ≥ 5 mm; PD: pesquisa direta do parasito; IFI: Imunofluorescência indireta; IDR: intradermorreação de Montenegro; cnPCR: PCR convencional das amostras coletadas em tubo; cnPCR-FTA: PCR convencional das amostras coletadas em *FTATM card*; qPCR: PCR em tempo real das amostras coletadas em tubo; qPCR-FTA: PCR em tempo real das amostras coletadas em *FTATM card*.

Para os três pacientes com diagnóstico positivo, a positividade da PD, IFI e IDR foi de 100% (3/3), 66,66% (2/3) e 100% (3/3) respectivamente. A positividade das cnPCRs e qPCRs também foi de 100%, com exceção daquelas realizadas em sangue venoso (Tabela 2).

Na Figura 3, pode-se visualizar o resultado da cnPCR, revelada em gel de agarose para as amostras de sangue, lesão e sangue de lesão dos três pacientes com diagnóstico positivo para LTA. Não foi possível detectar parasitos em nenhuma amostra de sangue venoso destes pacientes, tanto naquelas coletadas em tubo quanto nas coletadas em *FTATM card*, porém as amostras de DNA de lesão obtidas pelos dois métodos foram positivas. Embora tenham apresentado banda mais fraca que as amostras de lesão, as amostras de DNA de sangue de lesão, coletadas apenas em *FTATM card*, também foram positivas.

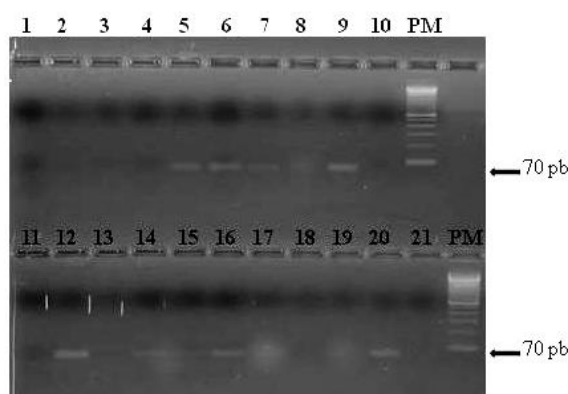


Figura 3. Eletroforese em gel de agarose a 3% revelando o fragmento de 70 pb da região do minicírculo do k-DNA do subgênero *Leishmania (Viannia)* amplificado pela PCR com os iniciadores MP3H e MP1L. Amostras de DNA obtidas de sangue venoso, escarificação de lesão e sangue de lesão pelo *FTATM card*. Raias 1, 2 e 3: amostras de sangue, escarificação de lesão e sangue de lesão de paciente negativo para LTA, respectivamente; raias 4, 5 e 6: amostras de sangue, escarificação de lesão e sangue de lesão do paciente 2; raia 7: controle positivo lavado [DNA de formas promastigotas de *L. (V.) braziliensis* depositado em *FTATM card* e lavado com *FTA reagent*]; raia 8: controle positivo sem lavar; raia 9: controle positivo de amplificação [DNA de formas promastigotas de *L. (V.) braziliensis*]; raia 10: controle negativo (água); raias 11 e 12: amostras de sangue e lesão do paciente 1; raias 13, 14 e 15: amostras de sangue, lesão e sangue de lesão do paciente 3; raia 16: controle positivo lavado; raia 17: controle positivo sem lavar; raia 18: controle negativo lavado; raia 19: controle negativo sem lavar; raia 20: controle positivo de amplificação [DNA de formas promastigotas de *L. (V.) braziliensis*]; raia 21: controle negativo de amplificação (água); PM: Marcador molecular de 100 pb (Invitrogen, USA).

O número de parasitos para cada amostra biológica positiva foi obtido pela qPCR (Tabela 3).

A qPCR-FTA-SL apresentou a mesma positividade que a cnPCR-SL. E quando comparada à quantidade de parasitos encontrada na qPCR-FTA-L dos pacientes 2 e 3, observa-se uma quantidade aproximadamente 80% e 90%, respectivamente, menor.

Tabela 3. Quantificação de parasitos por qPCR em material de lesão obtido pelo método de obtenção de DNA convencional e por *FTATM card*.

Coleta/Obtenção do DNA	Ct médio/Nº de parasitos ^a		
	Método de obtenção em tubo	Método de obtenção em <i>FTATM card</i>	
Paciente	Lesão	Lesão	Sangue de lesão
1	19,47/655	19,61/595	NR
2	19,52/633	18,41/1363	21,11/211
3	28,15/1,6	25,25/12	28,85/1

^a quantidade estimada de parasitos; NR = não realizado.

A qPCR que utilizou como alvo os minicírculos do kDNA para a detecção e quantificação de *Leishmania (Viannia)* mostrou ótimo desempenho detectando até 1.10^{-3} parasitos por tubo de reação, com excelente eficiência de amplificação e linearidade. O estudo também avaliou o desempenho de dois métodos de coleta e obtenção de DNA, sendo um convencional e previamente padronizado, e o outro obtido pelo *FTATM card*, em teste. A positividade da qPCR e da qPCR-FTA em material de lesão foi de 100% nos pacientes que tiveram diagnóstico positivo para LTA, sendo equivalente a cnPCR e a PD.

Os resultados obtidos até aqui, utilizando o *FTATM card* para coleta e obtenção de DNA de amostras de lesão são promissores, por estarem em completa concordância com a PD, a cnPCR e a qPCR. Salientando ainda, que a cnPCR em *FTATM card* foi positiva inclusive na amostra de escarificação de lesão que teve a menor quantidade de parasitos. A qPCR-FTA para sangue de lesão apresentou a mesma positividade que a cnPCR-FTA, porém a quantidade de parasitos foi muito inferior àquela encontrada nas amostras de lesão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O qPCR desenvolvido mostrou maior sensibilidade analítica que a cnPCR rotineiramente utilizada em nosso laboratório, somando em rapidez e reprodutibilidade. As PCRs desenvolvidas a partir do *FTATM card* mostraram boa positividade, sendo uma alternativa para a coleta em campo ou em regiões rurais. A técnica de qPCR desenvolvida pode ser utilizada com êxito para o diagnóstico de LTA, e também poderá ser utilizada como ferramenta segura para avaliação da eficácia terapêutica, monitoramento do tratamento e prevenção de recidivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL - Ministério da Saúde. Manual de vigilância da Leishmaniose tegumentar americana. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

<bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_leishmaniose_tegumentar_ameriana_2edicao.pdf> Acesso em: 09 jul. 2014.

FATA, A.; KHAMESIPOUR, A.; MOHAJERY, M.; HOSSEININEJAD, Z.; AFZALAGHAEI, M.; BERENJI, F.; GANJBAKHSH, M.; AKHAVAN, A.A.; ESKANDARI, E.; AMIN MOHAMMADI, A. Whatman Paper (FTA Cards) for Storing and Transferring *Leishmania* DNA for PCR Examination. Iranian J Parasitol, 2009; Vol. 4, No. 4, 37-42.

GOTO, H.; LINDOSO, J.A.L. Current diagnosis and treatment of cutaneous and mucocutaneous leishmaniasis. Expert Rev. Anti Infect. Ther. 2010; 8(4), 419–433.

KATO, H.; CÁCERES, A.G.; MIMORI, T.; ISHIMARU, Y.; SAYED, A.S.M.; FUJITA, M.; IWATA, H.; UEZATO, H.; VELEZ, L.N.; GOMEZ, E.A.L.; HASHIGUCHI, Y. Use of FTA Cards for Direct Sampling of Patients' Lesions in the Ecological Study of Cutaneous Leishmaniasis. Journal of Clinical Microbiology, 2010; 48(10): 3661-3665.

LOPEZ, M.; INGÁ, R.; CANGALAYA, M.; ECHEVARRIA, J.; LLANOS-CUENTAS, A.; ORREGO, C.; AREVALO, J. Diagnosis of *Leishmania* using the polymerase chain reaction: a simplified procedure for field work. Am. J. Trop. Med. Hyg. 1993; 49:348-356.

OVALLE BRACHO, C.; DE QUINTANA, L.P.; ARENA, S.M.; PARRA, M.R. Polymerase chain reaction with two molecular targets in mucosal leishmaniasis diagnosis: a validation study. Mem Inst Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2007; 102 Suppl 5:549-554.

VENAZZI, E.A.; ROBERTO, A.C.; BARBOSA-TESSMANN, I.P.; ZANZARINI, P.D.; LONARDONI, M.V.C.; SILVEIRA, T.G.V. Polymerase chain reaction with lesion scrapping for the diagnosis of human American tegumentary Leishmaniasis. Mem. I. Oswaldo Cruz 2006; 101:427-430.

VENAZZI, E.A.S.; ROBERTO, A.C.B.S.; BARBOSA-TESSMANN, I.P.; ZANZARINI P.D.; LONARDONI, M.V.C.; SILVEIRA, T.G.V. Detection of *Leishmania (Viannia)* DNA in blood from patients with American cutaneous leishmaniasis. Experimental Parasitology, 2007; 115(4):399-402.48.

WHO – World Health Organization. Control of Leishmaniasis: report of a meeting of the WHO Expert Committee on the Control of Leishmaniasis. Geneva: WHO technical report series, n. 949. Disponível em: <<http://goo.gl/1WxXs>>. Acesso em: 09 jul. 2014

YANG, S.; ROTHMAN, R.E. PCR-based diagnostics for infectious diseases: uses, limitations, and future applications in acute-care settings. Lancet Infectious Diseases 2004; 4: 337–348.

JUDICIALIZAÇÃO EM SAÚDE: A SITUAÇÃO DO PACIENTE ONCOLÓGICO METASTÁTICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E O ACESSO À TECNOLOGIA EM ANTICORPOS MONOCLONAIS/TRASTUZUMABE

Leila Mello Pioner
SES - Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina
Farmácia – UFSC

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Sistema Único de Saúde, Judicialização, Trastuzumabe.

INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização nacional, que se intensificou com o fim da Ditadura Militar em 1984 e se consolidou nos valores democráticos da Constituição de 1988, atingiu profundamente o setor saúde e a elaboração de Políticas Públicas destinadas ao atendimento de toda a população nacional. Assim, a Portaria GM nº 3.916/98 aprovou a Política Nacional de Medicamentos (PNM) que implantou a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), tendo por diretrizes básicas: a adoção da relação de medicamentos essenciais; a reorientação da assistência farmacêutica; a promoção do uso racional de medicamentos e, sobretudo, a distribuição de medicamentos a toda a população do país (VIANA, 1997). Em 2012, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC) aprovou o uso do quimioterápico monoclonal Trastuzumabe (Herceptin) para pacientes com câncer de mama inicial e a Portaria 73 de 30 de janeiro de 2013, estendeu o uso aos pacientes de câncer de mama localmente avançado. Mas, não foi aprovado o uso do Trastuzumabe em tratamento quimioterápico de câncer de mama metastático (BRASIL, 2012; 2013).

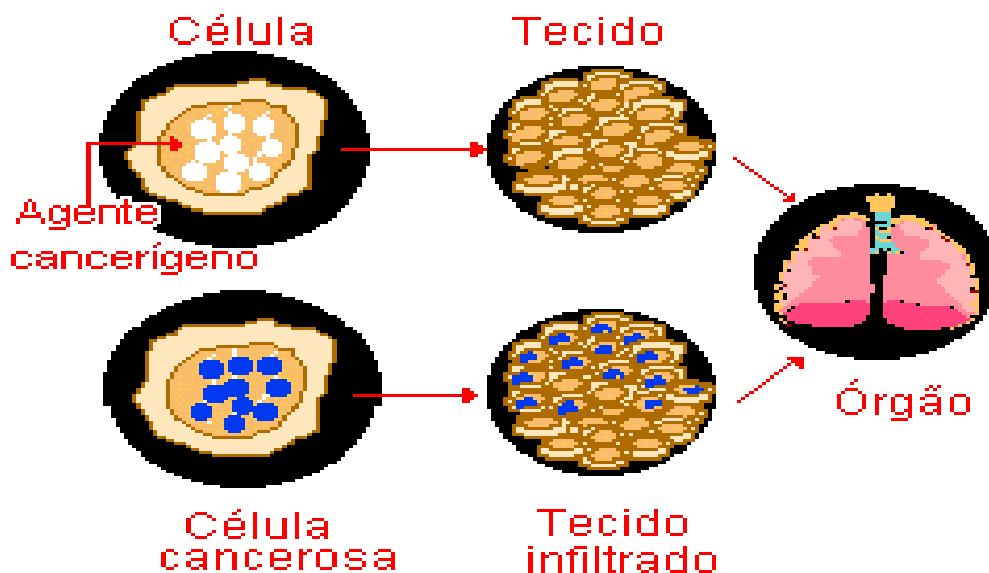
Este estudo problematiza os fatores que fazem com que pacientes de câncer de mama metastático não possam receber o quimioterápico trastuzumabe diretamente do SUS, tendo que recorrer ao poder judiciário para obter o medicamento. Este fato aparece como paradoxal face às orientações da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), instituída sobre a diretriz de atendimento e distribuição gratuita de medicamento a toda população do país.

A metodologia da pesquisa é documental fundamentada em pesquisas e documentos oficiais da saúde e do poder judiciário para que se possa resolver as questões e objetivos propostos. São utilizados como base de dados e busca de artigo SciELO, Pubmed/Medline, Instituto Nacional de Câncer de Jose Alencar Gomes da Silva (INCA), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Programa de Cadastro de Ações Judiciais da SES/SC (MEJUD) e o sistema para gerenciamento de estoque do estado de Santa Catarina SME/CIASC (Centro de Informática e Automação de Santa Catarina) e os sites do sistema judiciário nacional, dos tribunais de justiça estaduais, dos tribunais federais e do Supremo Tribunal Federal – STF. As consultas sobre os descritores foram baseados na lista do MeSH e BVS para o assunto. Foram utilizados os seguintes termos: Políticas Públicas, Sistema Único de Saúde, Judicialização, Trastuzumabe e em inglês: Public Policy, National Health System, Legalization, Trastuzumab.

DESENVOLVIMENTO

Câncer é a designação comum dada a mais de 100 doenças que possuem a característica comum da proliferação desordenada (maligna) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo. Se o câncer é origina-se em tecidos epiteliais é denominado carcinoma e sarcoma quando surge nas regiões de tecidos conjuntivos (BRASIL, 2015).

A figura 1 mostra um processo de proliferação celular cancerígena



Fonte: Brasil (2015)

Figura 1 – Proliferação celular neoplásica

A maioria dos casos de câncer (80%) está relacionada a fatores etiológicos ambientais, tais como, poluição, intoxicações e estilo de vida (BRASIL, 2015).

Conforme Vieira (2010), a evolução das neoplasias malignas pode ser estudada pelo sistema do estadiamento que se orienta pela análise da dimensão do tumor primário (T), pela verificação da velocidade e amplitude de disseminação para os linfonodos regionais (N) e pela presença, ou não, de metástase à distância (M) e denomina-se, também, Sistema TNM de Classificação de Tumores Malignos (BRASIL, 2008). A combinação das diversas subcategorias do TNM (letra e números) determina os estádios clínicos, que variam de I a IV, conforme a tabela 1.

Tabela 1- estadios clínicos das neoplasias malignas

<i>Estágio</i>	<i>Definição</i>
0	Carcinoma <i>in situ</i>
I	Invasão local primária
II	Tumor primário limitado ou invasão linfática regional mínima
III	Tumor local extenso ou invasão linfática regional extensa
IV	Tumor localmente avançado ou presença de metástases

Fonte: Brasil (2008)

O câncer de mama é o tipo de câncer mais comum entre as mulheres em todo o mundo, com aproximadamente 1,67 milhões de casos novos em 2012, representando 25% de todos os tipos de câncer femininos, com cerca de 520 mil óbitos por ano. É a segunda causa de morte por câncer nos países desenvolvidos, atrás somente do câncer de pulmão, e a maior causa de morte por câncer nos países em desenvolvimento (SLAMON et al, 2011; COSTA et al, 2010; YIN, 1997; BRASIL, 2015). Este tipo de câncer, também, acomete homens, porém, é raro, representando apenas 1% do total de casos da doença. No Brasil, a estimativa de novos casos em 2015 é de 57.120 pessoas - significando que aproximadamente 57 mulheres em cada grupo de 100.000 desenvolverão a doença. Em 2013 foram registradas 14.388 mortes no país devido a este tipo de câncer (BRASIL, 2015; COSTA, 2010).

Estudos mostram que a agressividade desses tumores de mama está relacionada ao estrogênio receptor (ER) positivo ou negativo, estando, também, associado este fator às variações morfológicas, sendo que os carcinomas medulares configuram ER-negativos e os carcinomas tubulares e lobulares ER-positivos. A superexpressão da proteína HER-2/neu ocorre em 15% a 25% dos casos de câncer de mama, gerando um tipo de câncer agressivo e com alto índice de recorrência e mortimorbidade (PEREZ ET AL, 2011; PIVOT et al, 2012; GELMON et al, 2012).

Como tratamento para o câncer de mama, o quimioterápico monoclonal trastuzumabe foi avaliado quanto aos benefícios adicionais em termos de sobrevida e melhoria de qualidade de vida. As taxas estimadas de sobrevida livre de doença em cinco anos foram iguais a 84% entre pacientes que receberam quimioterapia adjuvante com trastuzumabe, contra 75% entre os pacientes que não receberam o trastuzumabe. O trastuzumabe é indicado como um adjuvante junto a outros medicamentos quimioterápicos (GIANNI et al, 2010; CHEN et al, 2011; BRASIL, 2012; 2013, 2013a).

O trastuzumabe está indicado para o tratamento de pacientes com câncer de mama inicial HER2 positivo após cirurgia, quimioterapia (neoadjuvante ou adjuvante) e radioterapia (quando aplicável). Para o Câncer de Mama Metastático é indicado para aqueles pacientes que apresentam tumores com superexpressão do HER2 (MADARNAS et al, 2008; DEL DEBIO, TONON E SECOOLI, 2007; GIANNI, 2010). Trata-se de um anticorpo monoclonal humanizado recombinante que atinge seletivamente o domínio extracelular da proteína do receptor-2 do fator de crescimento epidérmico humano (HER2) (PICCARD- GEBHART, 2005; TRKHA, YAN, NAKADA, 2002; MARTY et al, 2005).

Em 2012 a CONITEC recomendou a incorporação do medicamento trastuzumabe, unicamente, para o tratamento do câncer de mama inicial. A Portaria nº 73 de janeiro de 2013 estabeleceu o uso do trastuzumabe na quimioterapia do câncer de mama HER-2 positivo inicial e localmente avançado, portanto, para as neoplasias de mama de estádios I, II e III, mas, não do estágio IV, o câncer com metástase (BRASIL, 2013).

Desde 2011, tramita em Santa Catarina Ação Civil Pública tendo por objeto o público e gratuito fornecimento do medicamento trastuzumabe a todas as mulheres residentes em Santa Catarina que apresentem a necessidade de uso através da comprovação de alguns critérios determinados na sentença: câncer de mama com superexpressão do gene HER2 (comprovado por exame imunohistoquímico ou FISH), tumor maior que 1,0 cm (comprovado por anatomopatológico, ou exame de imagem, quando não operada) ou metástase (exame específico). Os réus desta ação judicial são a União (condenada a fornecer o medicamento) e o Estado de Santa Catarina (responsável por organizar o fluxo e controlar os tratamentos) (BRASIL, 2011a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O não fornecimento pelo SUS do trastuzumabe quando se trata de Câncer de Mama com metástase gerou uma grande quantidade ações judiciais individuais, culminando com propositura de Ação Civil Pública por parte da Defensoria Pública da União (DPU) com ingresso posterior, no polo ativo, do Ministério Público Federal (MPF). Nas ações individuais e na ACP, os autores pedem a condenação dos réus, União e Estado de Santa Catarina a fornecerem o medicamento Trastuzumabe na rede pública de saúde. O fornecimento desse quimioterápico deve atender a todas as pacientes acometidas de câncer de mama que apresentem tumores com superexpressão do receptor HER2, no Estado de Santa Catarina. A partir da sentença, à União cabe a aquisição e entrega do medicamento e ao Estado de Santa Catarina cabe a logística do medicamento e a execução dos tratamentos. A questão e o objetivo propostos por este artigo são complexos e necessitam de pesquisas investigativas para serem alcançados plenamente, mas, pode-se delinear o cenário em que se deve responder à questão de porque pacientes de câncer de mama metastático, aos quais foi recomendado uso de trastuzumabe, necessitam de via judicial para obter o medicamento.

O total de pacientes atendidas desta forma no Estado de Santa Catarina desde esta sentença é de 608 mulheres - no período de um ano: outubro/2014-outubro/2015 surgiram 73 novos casos. Sendo assim, há que se reiterar o pedido de reavaliação, pela CONITEC, da incorporação do medicamento trastuzumabe ao SUS, assegurando o tratamento das pacientes com câncer de mama em estágio IV, baseados em estudos de garantia de sobrevivência, no impacto no tratamento de pacientes com câncer de mama com evolução em metástase e a diminuição nos custos a partir da aquisição centralizada gerada em negociação deste porte, sustentando o cumprimento das Políticas Públicas de Saúde.

Finalmente, considerando que o medicamento trastuzumabe, fabricado pela Roche - Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A, tem sua patente expirada no ano de 2013, há que se avaliar ainda, no cumprimento das Políticas Pública em saúde, o desenvolvimento e fabricação deste tipo de tecnologia em laboratórios estatais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Trastuzumabe para tratamento do câncer de mama inicial. Brasília, MS, 2012. Disponível em: http://conitec.gov.br/imagens/Relatorios/2012/Trastuzumabe_cainicial_final.pdf. Acesso em 01/10/2015.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA). *Câncer de mama: conhecimento e conscientização para reduzir a mortalidade*. 2015. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/cancer_mama_conhecimento_conscientizacao_para+_reduzir_mortalidade . Acesso em 05/10/2015

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. *Portaria nº 73 de 30 de janeiro de 2013*. Brasília, MS, 2013.

_____. Poder Judiciário. Justiça Federal. Seção Judiciária de Santa Catarina. 2ª Vara Federal de Florianópolis. *Ação Civil Pública nº 2009.72.00.011736-3/sc*. 2011. Florianópolis, MPF, 2011a.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Brasília, MS/SUS, 1998.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). *Considerações sobre o medicamento Trastuzumabe*. NT19/2013. Brasília, CONASS, 2013a.

_____. Ministério da Saúde. *Sistemas de informações ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) manual de bases técnicas – oncologia*. 10 ed. Brasília, nov. 2008. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/siasih/arquivos/Manu_Onco_20-11-08.pdf>.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA . Resultados comparativos de eficácia - Tykerb® (ditosilato de lapatinibemônioidratado) versus Herceptin® (trastuzumabe). 2012a. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/481780804d0509bb903f9a551355428f/Comunicado_aos_profissionais_de_saude_Resultados_comparativos_de_eficacia_-_Tykerb_versus_Herceptin_.pdf?MOD=AJPERES .

CHEN T et al. Risk of cardiac dysfunction with trastuzumab in breast cancer patients: a meta-analysis. *Cancer Treatment Reviews*, v 37, n 4, 2011; p 312-320.

COBLEIGH MA et al. Multinational Study of the Efficacy and Safety of Humanized Anti-HER2 Monoclonal Antibody in Women Who Have HER2-Overexpressing Metastatic Breast Cancer That Has Progressed After Chemotherapy for Metastatic Disease. *Journal of Clinical Oncology*; v 17, n 9, 1999.

COSTA RB et al. Efficacy and cardiac safety of adjuvant trastuzumab-based chemotherapy regimens for HER2-positive early breast cancer. *Ann Oncol*, v 21, n 11, nov 2010; p 2153-60.

DEL DEBBIO, CB, e TONON, LM;SECOLI, SR. Terapia com anticorpos monoclonais: uma revisão de literatura. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v 28, n 1, 2007; p. 133-42.

GELMON KA et al. Open-label phase III randomized controlled trial comparing taxane-based chemotherapy (Tax) with lapatinib (L) or trastuzumab (T) as firstline therapy for women with HER2+ metastatic breast cancer: Interim analysis (IA) of NCIC CTG MA.31/GSK EGF 108919. *J ClinOncol*.2012; 30(suppl; abstr LBA671).

GIANNI L et al. Neoadjuvant chemotherapy with trastuzumab followed by adjuvant trastuzumab versus neoadjuvant chemotherapy alone, in patients with HER2-positive locally advanced breast cancer (the NOAH trial): a randomised controlled superiority trial with a parallel HER2-negative. *Cohort. Lancet*, n 375, 2010.

GOLDHIRSCH A et al. Thresholds for therapies: highlights of the St Gallen International Expert Consensus on the primary therapy of early breast cancer 2009. *Ann Oncol*, v 20, n 8, aug 2009; p 1319-29.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

MADARNAS, Y et al. Adjuvant/neoadjuvant trastuzumab therapy in women with HER-2/neuoverexpressing breast cancer: a systematic review. *Cancer Treat Rev.*, v 34, n 6, out 2008; p 539-57.

MARTY M et al. Efficacy and Safety of Trastuzumab Combined With Docetaxel in Patients With Human Epidermal Growth Factor Receptor 2–Positive Metastatic Breast Cancer Administered as First-Line Treatment: Results of a Randomized Phase II Trial by the M77001 Study Group. *Journal of Clinical Oncology*; v 23, n 19, 2005.

PICCART-GEBHART, MJ et al. Trastuzumab after Adjuvant Chemotherapy in HER2-Positive Breast Cancer. *The New England Journal of Medicine*; v 353, n 16, 2005.

PIVOT, X et al. An open label randomized phase III study comparing the incidence of CNS metastases in patients(pts) with HER2+ Metastatic Breast Cancer (MBC), treated with Lapatinib plus Capecitabine (LC) versus Trastuzumab plus Capecitabine (TC). *Resumo enviado ao ESMO*, 2012.

REISFELD RA. Monoclonal antibodies in cancer immunotherapy. *Clinics in Laboratory Medicine*, v 12, n 12, 1992; p 201-16.

ROCHE, Produtos Químico se Farmacêuticos S.A..Herceptin® (trastuzumabe). Rio de Janeiro, Roche, 2015.

SLAMON, D et al. Cancer International Research Group.Adjuvant trastuzumab in HER2-positive breast cancer. *N Engl J Med.* v 365, n 14, out 2011; p 1273-83.

TRIKHA, M; YAN L; NAKADA MT.Monoclonal antibodies as therapeutics in oncology. *CurrentOpinion inBiotechnology*, v 13, n 6, 2002; p. 609-14.

VIANA, A.L.A. Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para os estudos sobre políticas sociais. In: CANESQUI, A.M. (Org.). Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Liemar Coelho. Análise da otimização no fornecimento de trastuzumab, obtido através de ações judiciais impetradas contra a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. 2010.

YIN W et al. Trastuzumab in the adjuvant treatment of HER2-positive early breast cancer patients: a meta-analysis of published randomized controlled trials. *PLoS ONE*, v 6, n 6, 2011.

OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

Leila Mello Pioner
SES - Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina
Farmácia – UFSC

Palavras-chave: Determinantes sociais da saúde; Saúde Pública e Iniquidades sociais da saúde.

1 INTRODUÇÃO

Os determinantes sociais de saúde (DSS) são definidos pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) a partir de uma constelação de conceitos diversos que giram em torno das condições de saúde, vida e trabalho dos indivíduos, famílias, grupos, comunidades e a população nacional como um todo. Nos determinantes sociais de saúde estão incluídos os fatores sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que podem estar ligados a etiologia de formas patológicas diversas e a fatores de risco à saúde e ao bem-estar da população em geral (CNDSS, 2006).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham ou os fatores, estruturas e dinamismos em que as determinações sociais impactam a saúde e a forma como através da informação e da intervenção pode-se neutralizar essas determinações patológicas e anômalas. Pode-se entender esses determinantes como características básicas de vida da maioria da população, havendo um consenso atual sobre os DSS que se construiu ao longo da história da saúde pública e da vigilância sanitária desde seu surgimento na Europa no fim do século XVIII e durante o século XIX (FOUCAULT, 1992; BUSS E PELLEGRINI FILHO, 2007).

No Brasil, atual, conforme Geovanella et al (2009), a atenção primária à saúde (APS) foi definida como um direito social que deve orientar a organização do sistema de saúde e responder às demandas da população. Para tanto deve definir e classificar os determinantes sociais envolvidos. Para atender as necessidades estruturais da APS foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) que se funda sobre valores oriundos dos direitos básicos do ser humano à vida, à saúde e ao bem-estar (CARVALHO E BUSS, 2003).

Neste contexto, este estudo pretende saber: Quais são os determinantes sociais em saúde (DSS) mais relevantes que devem ser considerados na elaboração e na implementação de políticas públicas de saúde?

O objetivo é definir os determinantes sociais da saúde que devem ser conhecidos em toda a sua estrutura complexa para que se possa orientar as políticas públicas de saúde. .

Este artigo é uma pesquisa bibliográfica e documental que utilizou suas palavras-chaves, em português e em inglês como descritores nos mecanismos de busca, selecionando artigos da literatura especializada em saúde, políticas públicas e legislações pertinentes. Apresenta-se as definições de determinantes sociais da saúde e sua evolução correlata ao desenvolvimento da saúde pública e da medicina social, mostrando-se os avanços e as dificuldades na definição dos determinantes sociais e na implantação das políticas públicas que devem ser delineadas a partir deles.

2 OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO

A saúde pública se consolida nas últimas décadas do século XIX, a partir das pesquisas de Koch e Pasteur que consolidaram o paradigma bacteriológico, ou biológico, que irá tornar-se dominante na Medicina e em parte da Saúde Pública do XX. Contudo, outras correntes (médicas, sanitárias, assistenciais e administrativas) questionavam se a saúde pública deveria estudar doenças específicas, com etiologia microbiológica, ou se deveria focar as condições sociais, econômicas e ambientais como fatores determinantes da saúde dos indivíduos e das populações. A diferença entre a saúde pública e a medicina começa a se aprofundar em torno da diferença entre o enfoque social, econômico, político e cultural e o enfoque biológico e/ou orgânico (CNDSS, 2006. EVANS, 2001).

Na evolução do enfoque social na Saúde Pública surgiram diversas conceituações de determinantes sociais de saúde (DSS) e que se desenvolvem a partir do princípio de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e das coletividades determinam suas condições de saúde. A Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) afirma que os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que podem fazer parte da etiologia de certas patologias que põe em risco a saúde dos indivíduos e das populações. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham (ZIONI E WESTPHAL, 2007; SANTOS E GERHARDT, 2008).

Badziak e Moura (2010) afirmam que os estudos descrevem os DSS situados em diversos níveis das relações entre o indivíduo, seu grupo e a sociedade como um todo. Há alguns modelos esquemáticos que representam os diversos níveis dos DSS. Um dos principais é o modelo de Dahlgren e Whitehead, elaborado em 1991, que representam as diversas esferas sociais.

A figura 1 representação o modelo de Dalgren e Whitehead



Fonte: Buss e Pelegrini Filho (2007, p.84)

Figura 1 – Modelo de DSS de Dahlgren e Whitehead

Para Zioni e Westphal (2007), a intensificação dos debates e pesquisas em torno dos DSS resulta dos efeitos perversos do modelo neoliberal de desenvolvimento, a chamada sociedade de mercado, que gera os aumentos da desigualdade e da exclusão sociais. Estes desequilíbrios reivindicam ser compensados pelas políticas públicas sociais de saúde no sentido de minimizar as iniquidades e as injustiças sociais que se traduzem, também, em riscos à saúde. A relevância do tema fez agir protagonistas mundiais na área da saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), sendo que o Brasil destacou-se por ser o único país a constituir uma comissão oficial para estudos de DSS.

A tarefa que se coloca às pesquisas e intervenções sobre os determinantes sociais da saúde é o estabelecimento das determinações entre os fatores mais gerais de natureza sociocultural, econômico-política e socioambiental e as características individuais, familiares e comunitários. Trata-se de identificar as mediações que fazem incidir esses fatores gerais sobre a saúde dos indivíduos e das coletividades. Outro desafio importante em termos conceituais e metodológicos se refere à distinção entre os determinantes de saúde dos indivíduos e os de grupos e populações, pois alguns fatores que são importantes para explicar as diferenças no estado de saúde dos indivíduos, não explicam as diferenças entre grupos de uma sociedade ou entre sociedades diversas (BUSS E PELLEGRINI FILHO, 2007).

Os DSS são abordados conforme o modo como resultam em iniquidade em saúde e desigualdade social, uma dessas abordagens privilegia os “aspectos físico-materiais” na produção da saúde e da doença, mostrando-se que baixos níveis de renda implicam na limitação em receber um tratamento médico de qualidade. Também, o nível de renda limita o acesso à educação e à informação, aumentando, a exposição aos riscos de contrair doenças devido à falta de informação. Ainda, uma terceira forma deste DSS de renda afetar a saúde dos indivíduos e populações, é limitando o acesso à alimentação, à moradia e ao lazer (ZION E WESTPHAL, 2007).

A identificação de DSS pode ser procuradora nos fatores psicossociais cujos efeitos põem em risco a saúde dos indivíduos e coletividades e podem gerar impactos nocivos à saúde tanto daqueles que sofrem diretamente os impactos, quanto de outros que só observam os acontecimentos. A percepção das desigualdades e injustiças sociais são fontes contínuas de estresse, tanto para as pessoas que estão nas classes menos privilegiadas do sistema e sofrem diretamente por isso, quanto por aqueles que gozam de um estado financeiro melhor, mas, não suportam as desigualdades que percebem.

Os enfoques ambientais, ecossociais, socioambientais, tendem a estudar o problema social a partir de uma visão interdisciplinar em multiníveis que integra a dimensão social e histórica às dimensões físicas, biológicas e ecológicas em uma unidade indissolúvel. Os DSS podem ser identificados pela análise das relações entre a saúde das populações, as desigualdades sociais existentes e o modo de associação entre indivíduos e grupos (ROSA, 2007; BREILH, 2006)).

Badziak e Moura (2010), afirmam que as características individuais, tais como, idade, sexo e fatores constitucionais exercem influência decisiva na saúde dos indivíduos, embora haja autores que afirmam serem estas características imutáveis e não sofrerem influência de nenhuma força social. Contudo, estes autores parecem desconhecer que nada que se constitui geneticamente é imutável, esquecendo, os impactos transformadores do meio ambiente sobre os caracteres genéticos.

Ramos (2002) aponta que alguns estudiosos, verificaram que as redes sociais, representando a família, amigos, vizinhança e comunidade local, definido como um capital social, tem conseguido intervir de modo atuante na questão da saúde física e mental dos indivíduos. O autor cita a participação das redes sociais na saúde do idoso que acaba por formar uma cadeia de apoio mútuo que influencia no bem-estar psicológico, fornecendo os suportes familiares como o amor, afeição, preocupação e assistência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto que os determinantes sociais da saúde são fenômenos de etiologia social e cultural, passíveis de sofrerem intervenções e modificações e vinculados a estados de desigualdade e exclusão sociais. O nível socioeconômico determina todos os outros tipos de DSS, sobre afetando-os, fazendo com que um DSS qualquer ganhe mais profundidade, ainda, quando as condições financeiras são baixas e não permitem o acesso a soluções efetivas.

Como objetivo a pesquisa se propunha a determinar quais os determinantes sociais de saúde agem no mundo atual e desequilibram a proteção à saúde de indivíduos e coletividades vulneráveis. Ora esses determinantes principais estão ligados aos fatores socioeconômicos de salários, rendas e lucros. Quanto menor o nível socioeconômico do indivíduo, maior será o impacto que os determinantes sociais da saúde produzirão sobre ele, adoecendo-o. Os sujeitos atingidos por determinantes sociais da saúde só dispõem das políticas públicas em saúde para poder se defender, quando elas são fracas os indivíduos e populações atingidas tendem a permanecer em um estado patológico contínuo.

Quanto as relações existentes entre o desenvolvimento histórico da saúde pública e os determinantes sociais da saúde a pesquisa mostrou que, praticamente, toda a saúde pública evoluiu, desde o século XIX, em torno dos DSS. Primeiramente, a saúde pública quis permanecer no paradigma microbiológico criado por Pasteur, contudo, outras formas de pensamento mostraram para que se as causas biológicas prevaleciam era justamente porque as condições sociais não permitiam aos afetados ter recursos para o atendimento médico. A maioria das bactérias não resiste a um ambiente limpo e bem organizado, mas, para tanto é preciso ter o conhecimento disso e de que onde há detritos e misturas orgânicas pode haver o desenvolvimento de bactérias. Não basta caçar bactérias patológicas, é preciso ensinar os seres humanos sobre elas e saber porque tal conhecimento lhes falta.

Em relação a influência das condições socioeconômicas no perfil de saúde da população pode-se estimar que sejam as mais elevadas porque sem condições socioeconômicas é impossível cuidar da saúde, especialmente, quando se trata do aparecimento de doenças graves. Em um país como o Brasil em que a maioria da população vive com muito pouca renda, a iniquidade em saúde é alta, e só pode ser compensada por uma política forte de saúde.

A saúde pública atual, em relação às estratégias de intervenções em torno dos determinantes sociais da saúde, busca mostrar que uma sociedade que se desenvolve baseada no aumento da desigualdade social, só pode aumentar em termos de iniquidades sociais de saúde. Há um modo possível de se compensar desigualdades sociais extremas, sem que se façam as revoluções sociais necessárias, este modo é o desenvolvimento de políticas públicas em saúde que neutralizem os impactos negativos dos determinantes sociais de saúde.

Como sugestão para pesquisas futuras nesta área se propõe o estudo detalhado dos principais determinantes sociais de saúde existentes no Brasil e quais as políticas públicas elaboradas para o enfrentamento dos efeitos dos determinantes sociais da saúde.

REFERÊNCIAS

BADZIAK, RPF; MOURA, VEV. **Determinantes Sociais da Saúde: Um Conceito para Efetivação do Direito à Saúde**. *R. Saúde Públ. Santa Cat.* v. 3, n. 1, jan./jun. 2010.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipatória e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BUSS, P. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v 5, n 1, 2000; p. 163-177.

_____; PELEGRINI FILHO, A.. **A Saúde e seus Determinantes Sociais**. *Rev. Saúde Coletiva*, v 17, n 1. Rio de Janeiro, 2007: p. 77-93

CARVALHO, AI; BUSS, PM. **Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção**. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato LV, Carvalho AI, Noronha JC, organizadores. *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008

CNDSS- COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). *Carta aberta aos candidatos à Presidência da República*. Setembro de 2006. Disponível em: www.determinantes.fiocruz.br. Acesso em: 15/02/2015.

EVANS, T. et al. **Challenging inequities in health from ethics to action**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro (RJ): Graal; 1992.

GIOVANELLA, L; MENDONÇA, MHM; ALMEIDA, PF et al. **Saúde da família: limites e possibilidades para uma abordagem integral de atenção primária à saúde no Brasil**. *Ciências e Saúde Coletiva*, v 4, n 3, 2009: p.783-794.

RAMOS, M. P. **Apoio social e saúde entre os idosos**. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 156-175, jun. 2002.

ROSA, T. E. C. et al. **Aspectos estruturais e funcionais do apoio social de idosos do Município de São Paulo, Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 2982-2992, dez. 2007.

SANTOS DL, GERHARDT TE. **Desigualdades sociais e saúde no Brasil: produção científica no contexto do Sistema Único de Saúde**. *Rev Gaúcha Enferm.*, v 29, n 1, 2008; p 129-36.

ZIONI, F; WESTPHAL, MF. **O Enfoque dos Determinantes Sociais de Saúde sob o Ponto de Vista da Teoria Social**. *Saúde Soc.*, v16, n3. São Paulo, 2007: p.26-34.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Rafael Leite da Silva
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste
Erivelton Fontana de Laat
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste

Palavras-chave: Educação Física, Centro de Atenção Psicossocial, Atividade Física, Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A publicação da Lei 10.216/01, propiciou que a reforma psiquiátrica estimula-se a construção de uma organização visando a atenção integral à saúde, mudando a visão central da hospitalização como única possibilidade de cura para o paciente com transtorno mental.

Atualmente são disponibilizados outros serviços, que oferecem tratamentos ampliados para as pessoas com transtornos mentais, por exemplo, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que atuam dentro de uma variada rede de saúde, com diferentes níveis de atendimentos e não visam retirar o usuário de seu território (BRASIL, 2005), tendo como objetivo atender aqueles que estejam em sofrimento psíquico e que necessitem de diferentes intervenções (BRASIL, 2004).

Com o objetivo de ampliar seu campo de prática e melhorar as ações terapêuticas, a Portaria n. 336/GM de 19 de fevereiro de 2002, que se refere a “outro profissional necessário ao projeto terapêutico”, os CAPS podem ser compostos por profissionais de áreas tradicionalmente não associadas à saúde, citando, por exemplo, o profissional de Educação Física (WACHS; FRAGA, 2009). Porém, incorporar o profissional de Educação Física no projeto político terapêutico que emerge do CAPS é um desafio constante que, segundo Wachs e Fraga (2009), está relacionado ao trabalho que ele irá desenvolver.

Tendo como exemplo a possibilidade de instaurar as redes de pertença por meio da contribuição nas relações proporcionadas pelas dinâmicas de trabalho do profissional de Educação Física. Compreendendo a prática das atividades físicas como dispositivos de incentivo para circulação social dos usuários na comunidade e nos espaços públicos. Portanto, efetivar a prática de esportes e/ou atividades físicas, com a finalidade de tratamento psicoterapêutico, em espaços comunitários, ao mesmo tempo em que convoca a sociedade para acolher o sofrimento psíquico, relacionando-se com as outro ser humano diferenças, constitui uma importante estratégia pra reinserção social do usuário, potencializando suas redes de pertença (WACHS & FRAGA, 2009).

Na busca de uma melhor compreensão sobre o profissional de Educação Física inserido no CAPS, é coerente pesquisar, analisar, refletir e multiplicar conhecimentos para estabelecer uma discussão reflexiva a cerca da importância da inserção deste profissional e acrescentar subsídios para que possa atuar plenamente na área da saúde mental.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia utilizada nessa pesquisa caracteriza-se como investigação qualitativa que preocupa-se "com um nível de realidade que não pode ser quantificado" (MINAYO, 1994, p. 21). Baseando-se em dados coletados nas interações sociais e interpessoais, e analisa-os a partir do significado que os sujeitos atribuem ao fato, de acordo com Campos (2001).

Essa pesquisa teve como campo de estudo um CAPS de uma cidade do Paraná. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semi-estruturadas com quatro profissionais da equipe, de distintas áreas de trabalho, sendo realizadas e gravadas mediante ao aceite dos termos de participação. As entrevistas foram transcritas literalmente, para haver uma melhor compreensão dos dados, sendo mantidas em sigilo, resguardando as informações pessoais dos participantes. Portanto, foram utilizadas apenas as iniciais de cada nome M, A, P, S, para diferenciar cada profissional na discussão deste trabalho.

Foi realizada a análise com base nos pressupostos da análise do discurso, que discute o sujeito, a história e a linguagem, produzindo sentidos, significados e revelando ideologias (FONSÊCA, 2014). Os resultados obtidos referem-se, às categorias de análise, as quais foram criadas e analisadas de acordo com aquilo que os próprios participantes originaram durante a realização da pesquisa.

Conforme as análises realizadas, foi possível separar os dados obtidos em três categorias principais, nomeadas como: práticas de trabalho; intencionalidades das atividades; trabalho em equipe. Todas remetem à atuação do profissional de Educação Física dentro da equipe do CAPS. Os trechos a seguir foram identificados nas entrevistas e exemplificam as categorias, as quais apresentam conexões com as literaturas que conferem sustentação acadêmica/científica à realização desta pesquisa.

A categoria "**práticas**" refere-se às características de atuação da prática no trabalho do CAPS, nas relações com os usuários, atividades propostas, contemplando estratégias de trabalho. Observada-se os trechos:

- Profissional M: "A questão de material pra trabalhar, do educador físico, tudo o que foi solicitado foi adquirido".
- Profissional A: "Com o profissional de Educação Física, eles acabam criando esse vínculo, até por que aqui eles adoram fazer atividades físicas, então eles acabam se identificando com o profissional mesmo".
- Profissional P: "A gente trabalha mais como uma laboral pra eles, como eles vem uma vez por semana e a condição física deles geralmente é comprometida, eles não tem condicionamento físico adequado".
- Profissional S: "Aqui no CAPS a gratificação é muito maior como profissional, porque você sente essa retribuição dos usuários, o bem estar que proporciona na qualidade de vida.

Esses discursos exemplificam as relações do profissional de Educação Física nas suas formas de trabalho que contemplam o planejamento das atividades pensando em materiais necessários para a intervenção, assim como o vínculo que as atividades podem proporcionar e, os conteúdos a serem trabalhados podem ser adaptados, respeitando as especificidades de cada usuário. Reiterando o discurso sobre vínculo que, pode ocorrer por meio das atividades, destacando a utilização das atividades laborais como estratégia de fomento à interação, resultando numa afinidade e vínculo afetivo com quem ministra essas atividades (MENEZES, 2010).

Na categoria "**intencionalidades das atividades**" foi identificados trechos como os seguintes:

- Profissional M: "A gente usa, bastante, aquela cancha aonde tem bocha".
- Profissional A: "Tem pacientes que vieram relatar que tomaram iniciativa própria de procurar uma academia, "porque faz bem, porque ocupa um pouco a cabeça, esquece os problemas". Então a gente pode perceber essa iniciativa que eles estão tomando".
- Profissional P: "Fazendo com que eles conheçam a doença que eles tem né, até não só o transtorno mental mas com relação ao diabete o que são os sintomas".
- Profissional S: "Muita gente fala que começou a fazer caminhada, uma atividade física que (...) pode ser limpar a casa (...), cuidar dos seus afazeres, então pessoas que passavam o dia todo só no sofá, só na cama, o próprio habito de ta levantando de estar fazendo uma coisinha ou outra eu acredito que já é uma mudança significativa pra eles".

Nota-se que algumas das atividades desenvolvidas, visam levar o usuário a frequentar espaços sociais variados, o que pode favorecer a reinserção social. Além disso, as práticas orientadas no CAPS, relacionadas a atividades físicas, podem representar um ganho para qualidade de vida dos usuários. No sentido da qualidade de vida e empoderamento os usuários identificam os sintomas de doenças possuem e as formas de como se prevenir a futuros agravos, compreendendo a que a falta de atividades físicas pode acarretar outras doenças. Salienta-se a integração proporcionada nas atividades, gerando maior auto-estima, autocuidado e vínculo a determinados grupos (ADAMOLI & AZEVEDO, 2009).

A categoria "**trabalho em equipe**" pode ser exemplificada pelos seguintes trechos:

- Profissional M: "A gente está tentando formar redes, com as referências de saúde mental nos municípios".
- Profissional A: "Aqui eles falam pra mim uma coisa, pro profissional de Educação Física outra coisa, então no final da tarde a gente sempre senta pra conversar a respeito daquele paciente".
- Profissional P: "A gente faz os trabalhos direcionados também, com a nutricionista pra ajudar na alimentação, maioria das coisas que a gente faz é orientação, de toda a equipe de saúde, nós procuramos orienta-los pra eles ter uma qualidade de vida melhor possível".
- Profissional S: "A gente sempre entra em contato com esses órgãos, muitas vezes é saúde mental, as vezes é o CRAS as vezes é o CREAS, então tem vários órgãos a gente trabalha".

Tais discursos representam as relações dos profissionais no trabalho em equipe, os saberes compartilhados, a questão interdisciplinar e a necessidade do trabalho em rede. Salientando que a inserção do profissional de Educação Física junto às demais áreas de saber, dentro do CAPS, irá somar para um atendimento amplo e integral ao usuário (BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a importância deste estudo foi compreender algumas das ações do profissional de Educação Física no CAPS.

As ações de intervenções concentram-se nas atividades físicas, contemplando uma possibilidade que auxilia no tratamento dos usuários, estimulando a ampliação das redes de pertença e podendo viabilizar sua reinserção na comunidade.

REFERÊNCIAS

Adamoli, A. N, Azevedo, M. R. Padrões de atividade física de pessoas com transtornos mentais e de comportamento. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.14 nº1, p. 243-251, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília - DF. ed. 1, 2004.

_____. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z, Garantindo saúde nos municípios. Brasília – DF, ed.1, 2005.

Campos, L. F. de L. (2001). **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. Campinas: Alínea.

MENEZES, L. E. C. **A inserção da Educação Física na equipe multiprofissional do CAPSi Casa Melodia em Porto Alegre**. 2010. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Educação Física. UFRGS, Porto Alegre, 2010.

Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F.; Cruz, O. N.; Gomes, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Portaria n.º 336/GM Em 19 de fevereiro de 2002. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2891_30_12_2014.html > acesso em 02 de setembro de 2015.

Wachs, F; Fraga, A. B. Educação Física em Centros de Atenção Psicossocial. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 93-107, setembro 2009.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ARQUITETÔNICO E DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) GERAL ANTES E DEPOIS DA ADEQUAÇÃO À RDC Nº50

R. Cassimiro Jr. *, F. S. Barros* e P. Nohama**

*PPGEB/UTFPR, Curitiba, Brasil

** CPGEI/UTFPR, Curitiba, Brasil

RESUMO

O edifício hospitalar, sendo o invólucro no qual se desenvolve o acolhimento e a assistência ao paciente, possui uma área de grande importância nesta prática que é denominada de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Este ambiente tem passado por modificações ao longo dos anos devido às pressões sociais, incorporação de novas tecnologias, por leis, normas e resoluções da área da saúde. Este trabalho tem por objetivo avaliar o programa arquitetônico e as características físicas de uma UTI geral antes e depois da adequação da resolução RDC nº50 da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA). Para o desenvolvimento desta avaliação foram utilizadas plantas arquitetônicas fornecidas por uma instituição hospitalar e as orientações da resolução, que visa adequar e aprimorar a infraestrutura física dos estabelecimentos de saúde no Brasil.

Palavras-chave: hospital, arquitetura, RDC nº50.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Colegiado Diretor da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, há a necessidade de atualização das normas existentes na área de infraestrutura física em saúde [1], bem como a necessidade de dotar o País de instrumento norteador das novas construções, reformas e ampliações, instalações e funcionamento de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) que atenda aos princípios de regionalização, hierarquização, acessibilidade e qualidade da assistência prestada à população. Considerando a necessidade das secretarias estaduais e municipais contarem com um instrumento para elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, adequado às novas tecnologias na área da saúde, no ano de 2002, foi aprovado o Regulamento Técnico denominado RDC nº50, destinado ao planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS). A partir desta data, esta resolução passaria a ser observada em todo território nacional, na área pública e privada, compreendendo:

- a) as construções novas de estabelecimentos assistenciais de saúde de todo o país;
- b) as áreas a serem ampliadas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes e
- c) as reformas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes e os anteriormente não destinados a estabelecimentos de saúde.

A RDC nº50 ainda destaca e classifica as atribuições e níveis de prestação de serviços dos estabelecimentos de saúde e, como o foco desta análise é a UTI, verificamos que a norma considera que a mesma deve: proporcionar condições de internar pacientes críticos, em ambientes individuais ou coletivos, conforme grau de risco, faixa etária, patologia e requisitos de privacidade.

Embora a norma esteja em vigor e em aplicação desde a sua publicação em 2002, diversas unidades de saúde ainda não se adequaram totalmente, pois não sofreram reformas ou ampliações mantendo-se em sua tipologia originalmente projetada. Conforme Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

surge a necessidade de reforma, devido à degradação do ambiente físico ou melhoria de atendimento, por pressões sociais, observamos que os Estabelecimentos de Saúde tendem a seguir a Resolução RDC nº50.

Este trabalho tem como objetivo mensurar e avaliar o programa arquitetônico e suas características físicas, com foco em uma unidade de terapia intensiva, em dois momentos: o primeiro em sua forma original antes da adequação e o segundo após a sua adequação a RDC nº50.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido a partir da aplicação dos conceitos de avaliação de projetos segundo a RDC nº50. Utilizaram-se como material de análise dois projetos arquitetônicos: o primeiro projeto original de uma UTI (Figura 1) denominado como UTI Anterior e o projeto arquitetônico de adequação a RDC nº50 da mesma UTI (Figura 2) denominada como UTI Adequada.

A análise, mensuração e avaliação foi baseada na RDC nº50 e suas instruções referentes a adequação do projeto arquitetônico às atividades propostas pela EAS e o dimensionamento dos ambientes. Utilizou-se para este fim as orientações de ambientes da Resolução denominada Unidade Funcional 3: Internação.

Segundo a Resolução, esta Unidade é obrigatória em hospitais terciários e em hospitais secundários com capacidade de até 100 leitos, bem como nos especializados que atendam pacientes graves ou de risco e em EAS que atendam gravidez/parto de alto risco. Neste último caso, o EAS deve dispor de UTIs adulto e neonatal. Ainda deve ter: Posto de enfermagem / área de serviços de enfermagem 1 para cada área coletiva ou conjunto de quartos, independente do nº de leitos. Ao menos um dos postos (quando houver mais de um) deve possuir 6,0m². A Área para prescrição médica deve ser de pelo menos 1,5 m². Pode ter quarto (isolamento ou não) sendo no mínimo de 5 leitos, podendo existir quartos ou áreas coletivas, ou ambos a critério do EAS. O nº de leitos de UTI deve corresponder a no mínimo 6% do total de leitos do EAS com área de 10,0 m² com distância de 1 m entre paredes e leito, exceto cabeceira e pé do leito igual a 1,2 m. Na área coletiva de tratamento deve ser previsto um quarto de isolamento para cada 10 leitos de UTI, ou fração com 9,0 m² por leito com distância de 1 m entre paredes e leito, exceto cabeceira, de 2 m entre leitos e pé do leito igual a 1,2 m (o espaço destinado a circulação da unidade pode estar incluído nesta distância. Deve ter sala de higienização e preparo de equipamentos / material. Dispensável se esta atividade ocorrer na CME de área 4,0m² com dimensão mínima igual a 1,5 m e sala de entrevistas com 6,0m².

Para os AMBIENTES DE APOIO para a UTI (unidade de acesso restrito) são necessários: sala de utilidades, sala de espera para acompanhantes e visitantes (anexo à unidade ou não); quarto de plantão, sala administrativa, rouparia e depósito de material de limpeza.

Além destes deve-se ter: depósito de equipamentos e materiais, copa, banheiro para quarto de plantão, área de estar para equipe de saúde, sanitários com vestiários para funcionários (masculino e feminino), sanitário para público (junto à sala de espera), sanitário para pacientes (geral). Pode ser substituído, quando se fizer uso de quartos individuais, por equipamento ou bancada contendo lavatório e bacia sanitária juntos. Os boxes das áreas coletivas de tratamento devem possuir dispositivos que permitam a privacidade dos pacientes quando necessário. Na UTI pediátrica deve ser prevista poltrona para

acompanhante junto aos leitos, sem que isto implique em aumento de área prevista para cada leito. A sala de espera pode ser compartilhada com setores afins do hospital, desde que seja dimensionada de forma a atender à demanda das unidades a que se destina. O posto de enfermagem deve estar instalado de forma a permitir observação visual direta ou eletrônica dos leitos ou berços. No caso de observação visual por meio eletrônico, deverá dispor de uma central de monitores.

A quantificação refere-se ao número de vezes em que o mesmo ambiente se repete. A existência ou não de um determinado ambiente, depende da execução ou não da atividade correspondente. Entretanto, em alguns casos o fato de determinada atividade ser realizada, não garante a existência de ambiente específico para esta, pois a atividade eventualmente pode ser executada junto com outra atividade em outro ambiente.

Para fins de avaliação de projeto, aceitam-se variações de até 5 % nas dimensões mínimas dos ambientes, principalmente para atendimento a modulações arquitetônicas e estruturais.

A análise do projeto arquitetônico anterior e o adaptado foram realizados através da comparação do projeto existente com as recomendações da Resolução RDC nº50 quanto aos seguintes parâmetros: número de ambientes, áreas das unidades de apoio, adaptação de ambientes ou criação de novos espaços, fluxo de pessoas e materiais, entre outros. As tabelas 1 e 2 mostram os ambientes e as áreas correspondentes antes e depois da adequação.

INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA HOSPITALAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ilana Goretti Cavichiolo; Luciana Albanese Valore.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

Mestrado em Psicologia.

Orientadora: Luciana Albanese Valore.

Email: ilana.cavichiolo@gmail.com

Palavras-chave: psicologia hospitalar; políticas públicas; revisão integrativa; sistema único de saúde.

INTRODUÇÃO

A psicologia enquanto profissão, no Brasil, tem uma história muito recente. Em 1956, foi implantado o primeiro curso de formação de psicólogo e, desde a sua regulamentação como profissão em 1962, tem conquistado e ampliado o seu espaço na Saúde Pública. Um passo importante para a operacionalização da Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990), a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou recentemente projeto de lei (PL) que prevê obrigatoriedade da psicologia (entre outras áreas da saúde) em todos os âmbitos do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda em tramitação, a PL coloca em questão a atuação do psicólogo nestes contextos, uma vez que, historicamente, a atuação do psicólogo brasileiro consolidou-se prioritariamente na esfera privada, tendo a prática psicoterápica como principal instrumento de trabalho (MARCON; LUNA & LISBÔA, 2004).

Carvalho e Yamamoto (2002) revelam que o número de psicólogos participantes da rede pública de saúde no Brasil passou de 726 em 1976, para 3671, em 1984, o que significa um crescimento de empregos de 21,47% em Psicologia na área da saúde. Os espaços ocupados por esses psicólogos foram ambulatórios e hospitais psiquiátricos, hospitais (gerais e especializados) e unidades básicas de saúde. O ingresso da psicologia no hospital geral, foco da discussão deste trabalho, por sua vez se deu em 1954 com a psicóloga Matilde Neder, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para o atendimento das crianças submetidas a cirurgias, bem como para o atendimento de seus familiares (Lazaretti et al, 2007).

Bleguer (1992) afirmava que “(...) a função do psicólogo não deve ser basicamente a terapia e sim a saúde pública e, dentro dela, a higiene mental” (p. 20). Entre os objetivos da higiene mental, o autor destaca a promoção de saúde. Para isso seria necessário o desenvolvimento de novos instrumentos de trabalho, com a passagem dos enfoques individuais aos sociais. Essa reforma de modelos conceituais envolveria o estudo das instituições e comunidades em que o indivíduo se insere.

Entendemos, então, que para inclinar o olhar e a escuta para um usuário do SUS em uma instituição hospitalar faz-se necessário o conhecimento das Políticas Públicas (PP) que embasam a(s) assistência(s) prestada(s), a fim de atender com fidedignidade suas especificidades e até mesmo para viabilizar diálogos e interlocuções.

Pensando nisso, nos propomos com esse trabalho captar, através das produções e publicações científicas, as interlocuções que vem sendo realizadas entre a Psicologia Hospitalar (PH) e as PP.

Objetivo: Este estudo de revisão integrativa da literatura científica teve por objetivo conhecer as principais pesquisas realizadas que envolvam PH e PP, levantando as publicações e pesquisas referentes a psicologia hospitalar, suas definições e concepções, relacionando-as com as políticas públicas de saúde brasileiras.

Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, que objetiva mapear a produção acerca de determinado assunto bem como discuti-la de modo integrado e crítico, a fim de possibilitar o levantamento de lacunas e de evidências para a prática profissional na área. Os procedimentos adotados nesta revisão seguem a proposta de Mendes, Silveira e Galvão (2008): (1) identificação do tema e da questão norteadora; (2) estabelecimento de critérios de inclusão/exclusão; (3) categorização dos estudos; (4) avaliação dos estudos; (5) interpretação dos resultados; (6) síntese do conhecimento.

A partir do tema identificado na introdução, a questão norteadora desse estudo foi: quais as principais interlocuções realizadas entre a PH e as PP? As buscas pelos artigos indexados foram realizadas nas bases eletrônicas LILACS, SciELO e PePSIC. A escolha dessas bases deu-se pelo fato de recuperarem boa parte da produção científica nacional. Em todas essas buscas, foram utilizados o unitermo “psicologia hospitalar” combinada com “políticas públicas” e/ou “sistema único de saúde”, que deveriam estar presentes em pelo menos um dos seguintes campos de busca: título, resumo, assunto ou palavra-chave.

Resultados: Dentro dos critérios estabelecidos no método, foram levantados 9 artigos, já dando um indicativo da escassa produção sobre as áreas. Devido a esse pequeno número de publicações, não estabelecemos nenhum critério de exclusão referente a ano de publicação ou tipo de material, descartando apenas artigos, teses e dissertações que se distanciassem do tema da revisão. Considerando que quando se realiza uma pesquisa utilizando apenas “psicologia hospitalar” sem outras combinações totalizam-se 32 artigos, verificamos que as produções que discutem políticas públicas correspondem a 28,12% desse *corpus*, embora a quase totalidade dos estudos tenha sido realizado em um hospital público e/ou ligado a uma instituição de ensino pública.

Esses 9 artigos foram lidos na íntegra e categorizados em termos de: título, autores, ano de publicação, inserção dos pesquisadores, assuntos, principais resultados e principais conclusões.

As publicações concentram-se nos anos de 2008 a 2013. Do total, a maioria (n=5) são estudos qualitativos, sendo 2 estudos de caso, uma análise de grupo e uma revisão de literatura não sistemática. Contam-se ainda 2 estudos quantitativos e com metodologia quanti-quali (combinando análise estatísticas de dados de questionário com análise de entrevistas).

Cinco das 9 pesquisas apresentadas estavam inseridas em hospitais públicos (regidos, portanto, pelas normas e diretrizes do SUS), dois em hospitais ligados a universidade pública e 2 realizaram pesquisa abarcando hospitais públicos e privados.

Os assuntos abordados são bastante variados. Alguns (Cohenl & Melo, 2010; Dias, Dias & Pedroso, 2012; Bredemeier, Carvalho & Gomes, 2011) versam sobre áreas médicas específicas (oncologia, infectologia e reumatologia) discorrendo sobre aspectos psicossociais destes pacientes, outros (Finkel, 2009; Torezan, Calheiros, Mandelli & Stumpf, 2013; Schmidt, Gabarra & Gonçalves; 2011) sobre atuações e intervenções do profissional de psicologia em determinados contextos (atendimentos em grupos, psicoeducação e aconselhamento terapêutico). Junto com essas questões, alguns (Scisleskil & Maraschin,

2008; Torezan et al, 2013; Avellar, 2011) ainda debatiam a concepção de saúde, ressaltando o modelo integral biopsicossocial, em consonância com a definição da OMS (1976).

Ao apresentar seus resultados, a maior parte dos estudos (Santos, Lovisi, Legay & Abelha, 2009; Schmidt, Gabarra & Gonçalves, 2011; Torezan et al, 2013; Bredemeier, Carvalho & Gomes, 2011) aponta a necessidades de políticas públicas nas realidades para as quais lançaram o olhar. Scisleskil e Maraschin (2008) apontam em seu artigo indicadores que poderiam ser usados no campo das políticas públicas.

Cohenl e Melo (2010) e Finkel (2009) concluíram que as políticas públicas implantadas constituem importante estratégia, ao passo que Dias e Pedroso (2012) as considerou ineficientes. Avellar (2011) verificou, entre avanços e retrocessos, maior aproximação com as PP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do número escasso de trabalhos que abordam PP no contexto da atuação do psicólogo em hospitais, podemos perceber que estes são pertinentes, dialogam, apontam falhas e necessidades na maior parte das vezes, mas também transparecem esforço em promover e implantar as PP cabíveis, bem como fornecer subsídios para seu aperfeiçoamento, contribuindo tanto para a ciência psicológica quanto para o campo das PP e, por consequente, da saúde pública. Podemos então sonhar com os ideais de Bleguer (1992): uma psicologia voltada à promoção de saúde pública.

REFERÊNCIAS

Bleger, J. *Psico-higiene e psicologia institucional* (3. ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas - 1992.

Brasil. Diário Oficial da União. *Lei nº 8080/90*. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e das outras providências. Brasília DF, 19 de setembro de 1990.

Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. *Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira*. *Psicologia para a América Latina*, 1, 1-12, 2002.

Lazzaretti, C. T. et al, 2007 *Manual de psicologia hospitalar*. – Curitiba : Unificado.

Marcon, C., Luna, I., & Lisboa, M. *O psicólogo nas instituições hospitalares: características e desafios*. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 24(1), 28-35, 2004.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. *Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem*. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

Organização Mundial da Saúde. *Documentos básicos*. 26.ed. Ginebra: OMS, 1976.

TRATAMENTO DE ESGOTO ALTERNATIVO – ZONA DE RAÍZES

Osmar da Silva de Souza; Tecnologia em Logística
UNITER-Centro Universitário Internacional;
Orientador-Luiz Everson da Silva; UFPR – Universidade Federal do Paraná
Francisco Xavier da Silva de Souza
Mestrando em PPGDTS - UFPR -Universidade Federal do Paraná;

Palavras-chave: Esgoto, Fitorremediação, Ilha do Mel, Zona de Raízes.

INTRODUÇÃO

A implantação dos serviços de saneamento básico, em função da sua importância, tem de ser tratada como prioridade, sob quaisquer aspectos, na infraestrutura pública das comunidades. O bom funcionamento desses serviços implica em uma existência com mais dignidade para a população usuária, pois melhora as condições de higiene, segurança e conforto, acarretando, assim, maior força produtiva em todos os níveis.

O investimento em saneamento traz grandes benefícios ao Estado, dentre eles, a melhoria da saúde da população e a redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças, uma vez que grande parte delas está relacionada com a falta de uma solução adequada ao esgoto sanitário. A qualidade e o acesso aos serviços de saneamento estão diretamente relacionados à saúde pública. A água tratada é considerada um grande benefício para as comunidades, mas se esse serviço não vier acompanhado de um sistema de tratamento de esgoto adequado poderá, em certos casos, não acabar com os problemas de saúde relacionados à veiculação hídrica.

No Brasil o tratamento de esgoto atende menos de 50% da população (IBGE, 2007). Isto se deve ao alto custo dos sistemas de coleta e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) centrais, que poderiam ser substituídos por sistemas menores e mais flexíveis desenvolvidos dentro dos princípios das Tecnologias Apropriadas (TAs) e da sustentabilidade atendendo populações remotas e/ou carentes. A ETE por zona de raízes é um destes sistemas flexíveis composto por filtro físico/biológico, autossustentáveis e de baixo custo (VAN KAICK, 2002).

Este processo garante o tratamento de todos os efluentes de uma residência, além de se integrar ao paisagismo local. O sucesso da implantação e da funcionalidade está exatamente no fato dos usuários entenderem o processo de tratamento de esgoto, e terem as plantas como indicadores da sua eficiência.

O projeto piloto foi desenvolvido na pousada do Grajagan Surf Resort - Ilha do Mel (Paranaguá-Pr) devido ao fato desta ser um pólo turístico e Área de Proteção Ambiental (APA), tornando assim o sistema de tratamento convencional inadequado. Atualmente a maior parte da comunidade consome água do poço sendo que a maior quantidade do esgoto é lançada em fossa séptica, poço morto e córregos a céu aberto, gerando assim um problema de saúde pública e trazendo impactos ambientais.

A comunidade Ilha do Mel está localizada no município de Paranaguá entre as coordenadas geográficas: paralelos 25°29'29" e 25°34'33" lat. S, e os meridianos 48°17'17" e 48°22'54" W de Greenwich. Entre Pontal do Sul e a Ilha das Peças, subdividindo a barra da Baía de Paranaguá em dois setores, representados respectivamente pelos canais Norte e da Galheta.

O único meio de acesso local é o hidroviário, atualmente a travessia é feita pela ABALINE (Associação de Barqueiros), sendo que tem o controle do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), por ser a Ilha um pólo turístico e Área de Proteção Ambiental. Atualmente

existem dois pontos de embarque: o primeiro em Pontal do Paraná e o segundo no centro da cidade de Paranaguá.

Sendo assim, a implantação do sistema de estação de tratamento de esgoto por zona de raízes na Ilha do Mel é de grande relevância, por ser um sistema autossustentável de custo relativamente baixo, também devido a se integrar de forma não agressiva ao ambiente e à comunidade local, e de ter flexibilidade para se adaptar a diferentes ambientes, e a utilização de recursos locais. Ao contrario das ETEs convencionas que não se adaptam a realidade local, devido a seu alto custo.

Assim o presente trabalho tem por objetivo a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto por Zona de raízes no Grajagan Surf Resort localizado na Ilha do Mel, Município de Paranaguá Estado do Paraná.

DESENVOLVIMENTO

A fitorremediação utiliza-se de espécies vegetais para recuperar águas e solos contaminados por poluentes orgânicos ou inorgânicos. (MARAFON, 2010). É um método “verde” no qual são utilizadas plantas acumuladoras e ou tolerantes com a finalidade de remover os contaminantes ambientais.

No Brasil, a fitorremediação é pouco explorada devido à dificuldade de selecionar as espécies de plantas tolerantes, (MAGALHÃES, 2008), tendo em vista que maioria das espécies conhecidas são de clima temperado, e em regiões de clima tropical essas espécies são consideradas exóticas.

No entanto nos últimos dez anos, tomou impulso quando se verificou que a zona radicular das plantas apresenta a capacidade de biotransformar moléculas orgânicas exógenas. A rizosfera, como é denominada esta zona, tem sido desde então estudada por sua importante função de utilizar moléculas poluentes como fonte de nutrientes para os diversos microrganismos que coabitam nesta região (DINARDI et al., 2003).

As vantagens deste sistema é evitar o despejo direto de esgoto doméstico em áreas impróprias comprometendo os cursos e fontes d'água, no fato de o tratamento de efluentes ser basicamente biológico sem o uso de energia, agentes químicos ou equipamentos mecânicos e ainda, por não produzir metano, característico de processos anaeróbios, evitando-se maus odores.

O sistema não produz lodo, o que muitas vezes provoca mau cheiro (secagem lenta) com alto custo (secagem mecânica); na zona de raízes, o mau cheiro é evitado porque as próprias raízes funcionam como um filtro, eliminando-o (VAN KAICK, 2002).

Para realização desse trabalho, utilizou-se a metodologia de Van Kaick (2002) adaptada para a realidade da área de estudo. A Zona de raízes é o sistema de tratamento com plantas, que consiste em fazer o esgoto passar sob uma área previamente preparada com cultivo de determinada planta, denominada zona de raízes. (VAN KAICK, 2002).

As plantas pré-definidas devem ter a característica de liberar oxigênio por suas raízes, possibilitando o desenvolvimento de bactérias hospedeiras que fornecem nutrientes para vegetação, reduzindo a carga orgânica do efluente.

Para selecionar as espécies de vegetais, utilizou-se da fitossociologia baseado em distâncias segundo Rodrigues²⁹ (1988) apud Gorenstein (2007), é o Método de Quadrantes ou Point-Cetered Quarter Method, com algumas adaptações. Na área de estudo foi utilizado

²⁹ Rodrigues, R.R. 1988. Métodos fitossociológicos mais usados. Casa da Agricultura 10: 20-24.

o método de quadrantes para fazer o levantamento de quantas espécies de *Musa spp* (bananeira) tem-se por m². A área amostrada continha aproximadamente 594m² (33m de largura para 18m de comprimento). Os pontos foram marcados a cada 5 metros e em cada ponto desses foram realizadas 3 amostras (quadrantes de 1m²).

Fez-se um mapeamento da área de implantação do sistema com a utilização de GPS, para solicitar a liberação junto ao IAP, Instituto Ambiental do Paraná, tendo em vista que a Ilha do Mel é área de preservação.

A E.T.E. por zona de raízes utiliza-se do princípio do Filtro Biológico, com o advento de uma camada extra, que é a camada onde são plantadas as espécies de vegetais. Esta área é dimensionada de acordo com a demanda de esgoto produzido pela população local.

O esgoto é lançado no filtro biológico, construído em duas células, para repouso e decantação de materiais sólidos. Instalou-se tubos que permitem a passagem do líquido do primeiro filtro para o segundo com fluxo de baixo para cima, cujo fundo possui uma camada de 30 cm de pedra brita nº 2, que funciona como leito filtrante para reter parte da matéria orgânica.

A zona de raízes foi constituída em duas valas abertas no solo com medidas de: 3,10 X 7,10 X 1,0m e 2,85 X 5,50 X 0,90 permitindo a vazão do efluente por gravidade. As valas foram forradas com uma lona plástica de dupla face, e ao fundo foram construídos drenos de entrada e saída, feitos de tubo de PVC com furos e cobertos com cascalhos de telhas. O fluxo do sistema é lançado de baixo para cima, onde se inicia o tratamento. A figura 1 mostra o passo a passo na montagem do sistema.

As coletas de água para análises foram feitas na entrada e saída da Estação de Tratamento (ETE) para medir a quantidade de DBO e DQO, pH, OG, Sólidos Sedimentáveis, Fósforo Total, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio Orgânico, Ferro dissolvido e Óleos Vegetais e Gorduras Animais.



Figura 1, sistema de esgoto em estágio de montagem Fonte: Francisco Xavier, 2012.

Um dos principais parâmetros que se trata, quando se fala de tratamento de esgotos e a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). A DBO visa medir a quantidade de matéria orgânica que se oxida por ação de bactéria, pois a mesma terá que atender ao metabolismo das bactérias e a recomposição da matéria orgânica. A DBO tem como finalidade de indicar o grau de poluição de um esgoto, a mesma indica o índice e a quantidade de matéria orgânica por volume de água residuária. A medição da DBO e dos parâmetros analisados de esgoto domésticos, segundo Jordão e Pessoa (1995) é feita pela NBR 13969 (ABNT, 1977), resolução CONAMA 357 que foi revogada pela resolução 430/11.

A tabela 1 mostra os resultados das análises referente ao período de abril, junho, agosto e novembro de 2013, onde fez-se coleta do esgoto bruto e tratado e encaminhado ao SENAI – Rede SENAI de Laboratórios e Meio Ambiente para os ensaios Físico-Químicos, visando adequar o sistema de tratamento de esgoto, tendo como parâmetros os padrões adequados de lançamentos de Efluentes estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 430/2011.

A resolução CONAMA 430 na Seção II (artigo 16º letra g) Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5 dias a 20°C): remoção mínima de 60% de DBO sendo que este limite só poderá ser reduzido no caso da existência de estudo de autodepuração do corpo hídrico que comprove atendimento às metas do enquadramento do corpo receptor.

Tabela 1 Análises bacteriológicas

Ano 2013		Abril	junho	Agosto	novembro
E.Bruto	DQO	204	107	284	229
	DBO	131	61	62	105
E.Tratado	DQO	110	70	179	174
	DBO	42	48	40	58
E.Bruto	Ferro Total	2,69	2,05	7,02	5,45
E.Tratado	Ferro Total	3,64	3,75	5,64	5,07
E.Bruto	N.Amoniacal	26,6	4,91	67,41	38,29
E.Tratado	N.Amoniacal	19,71	20,75	54,61	39,94
E.Bruto	N.Orgânico	4,54	<2,00	7	6,69
E.Tratado	N.Orgânico	25,07	<2,00	<2,00	2,79
E.Bruto	OG Totais	<5,00	8	21	<5,00
E.Tratado	OG Totais	<5,00	9	<5,00	<5,00
E.Bruto	O Minerais	<5,00	<5,00	<5,00	<5,00
E.Tratado	O.Minerais	<5,00	<5,00	<5,00	<5,00
E.Bruto	O.V.Gorduras	<5,00	<5,00	21	<5,00
E.Tratado	O.V.Gorduras	<5,00	<5,00	<5,00	<5,00
E.Bruto	pH	6,9	7,11	7,75	6,79
E.Tratado	pH	6,83	7,18	7,87	7,32
E.Bruto	Sólidos Dissolvidos	0,3	0,2	1,1	0,7
E.Tratado	Sólidos Dissolvidos	0,6	0,7	0,4	0,8
E.Bruto	Ferro Dissolvido	0,34	0,17	0,14	0,1
E.Tratado	Ferro Dissolvido	0,22	0,17	0,14	0,21

Sendo assim, os resultados obtidos para o esgoto bruto, os valores de pH foram de 6,9 e 7,11 e podem-se considerar pH neutro. No entanto, para os valores de DQO e DBO houve redução, sendo que no mês de julho apresentou os melhores índices, percebe-se que os valores são considerados satisfatórios e atende a Resolução 430/2011. Para os valores de OG, Óleos Minerais, Óleos Vegetais e Gorduras animais os valores estão na média de < 5,00mg/L. Para os valores de Fósforo Total e Nitrogênio Orgânico os valores apresentam em conformidade com a Resolução, porém percebe-se que houve uma redução nos valores de Nitrogênio Amoniacal e Ferro Dissolvido.

O Esgoto Tratado os valores de pH foram de 6,8 e 7,18 e podem-se considerar pH neutro. No entanto, para os valores de DQO e DBO houve redução e o mês de julho apresentou o melhor índice foram de 70 e 48mg/l. Para os valores de Óleos Vegetais e Gorduras animais os valores estão na média de < 5,00mg/L, e Óleos Minerais e OG houve aumento nos valores 8 e 9 mg/L respectivamente. Percebe-se que analisando todos os parâmetros houve redução considerável que atende a Resolução 430/2011.

Para os valores de Fósforo Total e Nitrogênio Orgânico os valores apresentam em conformidade com a Resolução, porém percebe-se que houve uma redução nos valores de Nitrogênio Amoniacal e Ferro Dissolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos grandes desafios superados ao longo do projeto de implantação do Sistema de Tratamento Alternativo de Esgoto, foi possível verificar a necessidade do envolvimento de todos os colaboradores diretos e indiretos e da comunidade para a implantação bem-sucedida do sistema. Bem como, a necessidade de ampliar os estudos a fim de selecionar novas espécies, visando uma redução nos valores de nitrogênio orgânico e nitrogênio Amoniacal que apresentaram valores acima da média.

A eficácia esperada no tratamento do esgoto visa à melhoria da qualidade da água do entorno da ilha, tendo em vista a Ilha do Mel ser um pólo turístico, a qual faz parte dos 65 Destinos Turístico do Ministério do Turismo e, não possui sistema de tratamento de esgoto e os efluentes são lançados diretos em fossa séptica e poço morto, contaminado o solo, córrego e rios.

Como Van Kaick teve diversos problemas em relação à gordura no seu trabalho, sendo necessária fazer uma interferência para que a água proveniente da cozinha não fosse lançada na ETE. No entanto, para corrigir este problema o sistema foi projetado com 2 (dois) filtros. Visando melhoria no sistema no mês de outubro de 2014 fez-se limpeza nos filtros, nas caixas de gordura e refez o plantio das espécies utilizando a bananeira e cana com objetivo de redução o nitrogênio.

Com a implantação desse sistema notou-se algumas vantagens que são elas: em evitar o despejo direto de esgoto doméstico em áreas impróprias comprometendo os cursos e fontes d'água, mas também no fato de o tratamento de efluente ser basicamente biológico sem o uso de energia, agentes químicos ou equipamentos mecânicos e ainda, por não produzir metano, característico de processos anaeróbios, evitando-se maus odores, tornando o sistema ecologicamente correto e economicamente barato.

REFERÊNCIAS

DINARDI, A.L., FORMAGI, V.M., CONEGLIAN, C.M.R. **FITORREMEDIAÇÃO**. Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental. São Paulo, 2003.

GORENSTEIN, M.R., BATISTA, J.L.F. **Influência do padrão espacial sobre a estimativa de densidade arbórea do método de quadrantes: um estudo por meio de simulação de Monte Carlo**. Acta Bot. Bras. vol.21 nº. 4 São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010233062007000400020&script=sci_arttext. Acesso em: 12 setembro 2010.

JORDÃO, E. P., PESSÔA, C. A. **Tratamento de esgotos domésticos**. 3 ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995.

MAGALHÃES, M. O.L. **Avaliação do potencial de espécies de Eucalipto na remediação de áreas contaminadas com metais pesados**. Instituto de Agronomia. Curso de Pós-Graduação em Ciência do Solo (Dissertação). Universidade federal Rural do Rio de Janeiro . Seropédia, RJ. 2008.

MARAFON, F. M. **Eficiência da utilização de espécies de vegetais no tratamento de efluentes domésticos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Dinâmica de Cataratas – UDC. Foz do Iguaçu-PR, 2008.

Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – **CONAMA, Resolução nº. 430, de 13 de maio de 2011**.

VAN KAICK, T.S. **Estação de Tratamento Biológico de Esgoto por Meio de Zona de Raízes: Uma proposta de Tecnologia Adequada para Saneamento no Litoral do Paraná**. Curitiba Pr, 2002. 114 f.

VER-SUS AMPLIANDO FRONTEIRAS: AFINAL, DE QUE SAÚDE FALAMOS?

Cristiane Mehl; Rafael Leite da Silva
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro- Oeste
Psicologia; Educação Física

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Saúde Ampliada; Estágio de Imersão

Tendo em vista que a discussão sobre a saúde, enquanto algo que vai para além da dicotomia saúde-doença, é muito recente, percebemos que ela ainda possui pouco espaço em detrimento dos ideais que há muito tempo são predominantes. Notamos que, embora o SUS tenha se estruturado na década de 80, ainda é necessário caminhar muito para conseguir garantir a saúde que está prevista na lei 8.080 (BRASIL, 1990).

Como graduandos dos cursos de psicologia e educação física, em conjunto com alguns colegas, percebemos que a universidade não estava suficientemente preparada para nos preparar enquanto futuros profissionais da saúde. Não enquanto cada curso vivesse isolado em seus conhecimentos. Não enquanto as discussões não fossem expandidas para outras áreas. Não enquanto cada evento universitário estivesse visando um único público. Quanto mais conhecíamos sobre a interdisciplinaridade, mais percebíamos o quanto vivíamos academicamente de forma multidisciplinar. Com cursos que não se conversavam e matérias que nem se quer dialogavam.

Estas inquietações levaram este grupo de estudantes a buscar uma alternativa, algo que estivesse ao seu alcance. Assim, surgiu o Coletivo InspiraSUS, com objetivo de ampliar as discussões sobre saúde, tanto dentro quanto fora dos muros da universidade. Com o passar do tempo estes estudantes foram ganhando visibilidade e apoio de profissionais e instituições, o que tornou possível colocar em prática algo que tínhamos em mente desde o surgimento do Coletivo: trazer o VER-SUS para o Paraná.

O VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde) é um projeto financiado pelo Ministério da Saúde e caracteriza-se como um estágio de imersão em que estudantes, sejam de graduação ou pós-graduação, passam alguns dias vivenciando a realidade da saúde de alguma região. Por ser um estágio aberto a qualquer estudante, é comum que estudantes de vários cursos realizem o estágio juntos, aprendendo e colaborando uns com os outros. Este projeto acontece por todo o país e algumas pessoas do Coletivo já haviam tido a oportunidade de participar de vivências em outro estado, o que permitiu que trouxessem a ideia para nossa região.

Buscando a parceria dos Movimentos Sociais da região, o VER-SUS Interior do Paraná surgiu com uma cara nova, com uma proposta que ia para ainda mais além do que a proposta que tínhamos em mente a princípio. A proposta de fazer uma imersão na saúde, de fato, e não apenas nos serviços do SUS. Nossa meta passou a ser saúde da forma mais ampliada possível, valorizando os saberes populares, as culturas regionais, as crenças e os conhecimentos que acabam muitas vezes sendo deixados de lado em um mundo tão científico.

O VER-SUS Interior do Paraná nos possibilitou uma experiência que dificilmente alguma universidade seria capaz de propiciar, nos moldes atuais pelo menos. Nos permitiu abrir os olhos e as mentes, nos fez perceber as sutilezas da saúde. Nos fez repensar sobre nossos alimentos, sobre nossas rotinas, nossas práticas cotidianas e nossos fazeres, que muitas vezes segregam sem nem percebermos. O VER-SUS serviu para desacomodar, não só os estudantes, responsáveis por ir atrás da organização do projeto, e não só os gestores e

trabalhadores que abriram suas portas para nossa entrada. Nossa vivência movimentou a saúde, movimentou as comunidades que visitamos, movimentou as cidades e as pessoas. Movimentou nosso pensamento e retirou a poeira que o comodismo deixa juntar.

Quando paramos para fazer este breve relato de uma experiência tão grandiosa, percebemos o quanto esse projeto mudou em cada um. Quando pensamos em saúde, não é mais possível olhar para aquele limiar tão claro que um dia existiu sobre o que seria um corpo saudável, mas que esquecia de considerar toda uma vida por trás deste. Então de que saúde falamos, afinal? Seria da saúde enquanto “alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”(Art. 3) como encontramos na lei 8.080 de 1990? Com certeza falamos desta saúde, mas ainda vamos além. Entendendo que a saúde esta nas relações e principalmente na relação que se estabelece com a própria saúde.

Além disso, pensamos também em formas de promover uma saúde que é tão ampla e a resposta sempre esteve presente, precisamos começar a trabalhar, de fato, de forma interdisciplinar. Não há como promover uma saúde integral enquanto o sujeito é entendido de forma segmentada, é preciso que essa visão mude para que o cuidado mude, para que o cuidado realmente de conta de cuidar de forma universal e equitativa.

Esperamos que por meio da publicação deste trabalho, possamos ampliar ainda mais os ganhos que tivemos ao realizarmos esta vivência. Esperamos também incentivar mais estudantes a organizar estágios como este. E por fim, enfatizamos a necessidade de que mais professores se engajem na luta por cursos de graduação que tragam desde os primeiros anos o caráter interdisciplinar, já que é algo fundamental para qualquer profissão que pretenda trabalhar com a saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em 20 de setembro de 2015 às 15h18min.

A EVOLUÇÃO DO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NOS EUA

Caroline Cordeiro Viana e Silva³⁰

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970 e 1980 é possível perceber um crescimento mundial do consumo de cocaína e maconha, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o que potencializou o tráfico de drogas nos países andinos, transformando negócios ilegais de pequena proporção em empreitadas empresariais. Os principais grupos, neste momento, despontam na Colômbia por acumularem tradição em práticas ilegais, deterem os contatos e conexões para sintetizar a cocaína e transportá-la aos centros consumidores. Os colombianos concentravam o conhecimento para transformar a pasta-base em cocaína pura e a vendiam em grandes carregamentos internacionais. (RODRIGUES, 2002).

A América Latina como um todo começou a vivenciar os reflexos de tratados internacionais e também, os reflexos de duas campanhas antidrogas norte-americanas, a Guerra às Drogas e o Plano Colômbia. No início dos anos 1970, o presidente norte-americano Richard Nixon identificou as drogas como o inimigo público número um do país, declarando a “Guerra às drogas”. Assim, o Estado norte-americano dá rosto e localização ao inimigo: os Estados produtores das drogas consumidas no interior de seu país. O inimigo interno agora é, também, uma ameaça internacional, o que é uma importante fundamentação retórica para justificar as ações intervencionistas estadunidenses na América Latina.

O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte-americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo central comprovar que o tráfico ilícito de drogas permanece com o status de securitizado para os Estados Unidos da América nos anos dois mil. De maneira mais específica, os objetivos são: apresentar a securitização do tráfico ilícito de drogas pelo governo norte-americano; apresentar o Plano Colômbia; e por fim, comprovar a permanência deste status de securitização nos anos dois mil com o Plano Colômbia. Para atingir seus objetivos específicos, optou-se pela proposta teórica de securitização da Escola de Copenhague.

A SECURITIZAÇÃO DO TRÁFICO ILEGAL DE DROGAS NOS EUA

³⁰ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Sociologia Política (UFPR), Bacharel em Relações Internacionais (UNICURITIBA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR) e professora do Grupo Educacional UNINTER.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

A América Latina como um todo começou a vivenciar os reflexos dos tratados internacionais vistos anteriormente e, também, os reflexos de duas campanhas antidrogas norte-americanas, a Guerra às Drogas e o Plano Colômbia. No início dos anos 1970, o presidente norte-americano Richard Nixon identificou as drogas como o inimigo público número um do país, declarando a “Guerra às drogas”. Assim, o Estado norte-americano dá rosto e localização ao inimigo: os Estados produtores das drogas consumidas no interior de seu país. O inimigo interno agora é, também, uma ameaça internacional, o que é uma importante fundamentação retórica para justificar as ações intervencionistas estadunidenses na América Latina. (RODRIGUES, 2003).

Em 1986, o presidente norte-americano Ronald Reagan (1980-1988) edita o documento sobre as diretrizes norte-americanas para os narcóticos e a segurança nacional. Esse documento justificou a intervenção estadunidense na América Latina que iniciaria na década de 1980. Desde o governo Reagan, os Estados Unidos têm definido as drogas como um problema de segurança nacional e o ataque a esse problema deveria ser *in locus*, ou seja, atacar a produção nos países fontes: Bolívia, Colômbia e Peru. (RODRIGUES, 2002).

Combatendo as drogas como um problema de segurança nacional o governo Reagan destinou 61% de seus recursos administrativos em 1982 à guerra às drogas e 69% no ano de 1989, chegando, em seus oito anos de governo, a uma média de 66% dos recursos na redução de oferta de drogas. Adicionalmente as políticas de redução de oferta, o presidente norte americano promoveu outras medidas: Mobilizar as Forças Armadas estadunidenses para atuar em território estrangeiro e a utilização da diplomacia retaliativa, ou seja, aplicação de sanções aos países alvo. Nesse contexto, fuzileiros navais norte-americanos ocuparam a Cidade do Panamá e capturaram o então presidente, Manuel Noriega, acusando-o de conspiração por tráfico de drogas. (VILLA, 2007).

A invasão ao Panamá em 1989 e a captura de Manuel Noriega representou o ponto de inflexão dos Estados Unidos na política de Guerra às Drogas e demonstrou que, a partir de então, os EUA estariam dispostos a utilizar quaisquer meios para o combate ao narcotráfico. O tráfico de psicotrópicos ilegais passaria a ser interpretado, pelo governo norte-americano, como alvo primordial de sua segurança internacional e passaria a ser combatido com todas as forças, inclusive militares. (VILLA; OSTOS, 2005). Esta política, liderada por George Bush (1989- 1993), inaugurava nova fase nos EUA, fase essa que representava o esforço para militarizar o combate ao narcotráfico no continente.

A ênfase na militarização de George Bush mostrou-se contraproducente. Desse modo, uma readequação programática era necessária. Além disso, a vitória do presidente Bill Clinton em 1992 trazia uma nova abordagem ao narcotráfico. No lugar da militarização, Clinton propõe a responsabilidade compartilhada. Com isso, o combate ao tráfico de drogas ganhou positividade e elevou esse combate ao topo da agenda continental e nacional dos Estados americanos.

Com a iniciativa do governo Bill Clinton, foi realizada, em Miami, a Cúpula das Américas, em dezembro de 1994. Reuniram-se chefes de Estado de todo o continente (exceto Cuba) para discutir o futuro das nações americanas. O documento final *Pacto para o desenvolvimento e a prosperidade: democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável nas Américas* tinha um tópico, um plano de ação, em que um de seus subitens era intitulado “A luta contra o problema das drogas ilícitas e delitos conexos” em que o texto investe em dois principais argumentos: 1) aumento, de cada Estado, na fiscalização sobre transações financeiras suspeitas, unindo forças na interceptação das redes de lavagem de dinheiro; 2) promoção de ações coordenadas entre os Estados para a destruição de

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

organizações do tráfico, substituição dos cultivos ilícitos por culturas alternativas e controle de insumos químicos. (RODRIGUES, 2002).

Com essa nova postura de Clinton, o eixo central da Guerra às Drogas passou a ser conhecido como Estratégia Andina. Essa Estratégia condensa quatro pontos principais: 1) fortalecimento das instituições políticas dos países chaves na oferta de drogas – Bolívia, Colômbia e Peru; 2) fortalecimento operacional de unidades militares e policiais encarregadas do combate ao tráfico; 3) assessoramento militar e policial para o desmantelamento de cartéis e firmas de drogas; 4) assistência comercial e fiscal para minimizar as consequências sociais decorrentes da privação de subsistência advinda do tráfico. (VILLA; OSTOS, 2005).

Com o fim da administração de Clinton e início da administração de George W. Bush em 2001, a Estratégia Andina foi substituída pela Iniciativa Regional Andina que previa fundos não apenas para a Colômbia, como também para outros países andinos, além de Brasil e Panamá. Posteriormente renomeado de Iniciativa Andina Antidrogas, o Congresso norte-americano aprovou um orçamento de 700 milhões de dólares para a Iniciativa no ano de 2003 e 731 milhões de dólares no ano de 2004. Esses orçamentos eram divididos entre Estados, 63% eram destinados aos programas na Colômbia e o restante era dividido entre Peru, Bolívia e Equador. (*Id.*, 2005).

A estratégia traçada por Bush possuía três elementos centrais: prevenção ao uso de drogas, intervenção e recuperação dos usuários e a desarticulação do mercado de substâncias ilícitas. O primeiro ponto reconhece que o consumo de drogas faz parte do problema, ou seja, o próprio mercado dos Estados Unidos faz parte do problema, o que representa uma mudança no ponto de vista norte americano, se comparado com a Iniciativa Andina.

O PLANO COLÔMBIA

Em 1998, ao assumir a presidência colombiana, Andres Pastrana conseguiu obter a aprovação de um ambicioso plano, de US\$ 7,5 bilhões (com recursos dos EUA, Europa e comunidade internacional) e juntou a isso seu apoio político interno para iniciar conversas de paz com o principal grupo guerrilheiro, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

As ações de Pastrana não obtiveram resultado positivo, pois as FARC tomaram de fato o controle da zona desmilitarizada criada por ele para as negociações. Além disso, ao executarem cidadãos americanos, as FARC forçaram os EUA a retirar o apoio à estratégia de Pastrana. Com o objetivo de estabelecer uma política comum nos países andinos contra o narcotráfico da Colômbia e com a falência da iniciativa de Pastrana, o presidente George W. Bush optou por fornecer apoio financeiro. Os EUA voltaram a focar seu investimento apenas no controle do tráfico de drogas e, no ano 2000, o Congresso americano aprovou um orçamento de US\$ 1.3 bilhão para uma das ações da “Guerra às Drogas”, o Plano Colômbia. (VILLA; OSTOS, 2005).

O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

européus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador. (VILLA, 2007).

Os pontos estratégicos do Plano eram: I. o processo de paz; II. a economia colombiana; III. O desenvolvimento social e democrático; IV. A luta contra o tráfico de drogas – chamado no Plano de narcotráfico; V. a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos. Segundo Rafael Villa (2007), apesar de ter sido desenvolvido por ambos os governos e de ter a maior iniciativa financeira vindo da Colômbia, o Plano mostrou que os Estados Unidos “alimentavam poucas esperanças de que os países andinos, especialmente a Colômbia, tivessem condições de resolver problemas de produção e tráfico de drogas através de suas instituições nacionais”. (VILLA, 2007, p. 58).

Porém, em termos reais, a iniciativa significou: (i) a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, coca e papoula; (ii) a proibição de carregamentos para EUA e Europa; (iii) a extradição de condenados por tráfico e maior vigilância nas fronteiras para frear a movimentação de traficantes. Os países vizinhos à Colômbia passaram a sentir profundamente os reflexos da expansão do conflito colombiano, cuja internacionalização tornou-se institucionalizada pelo Plano Colômbia e pela Iniciativa Andina Antidrogas. O sucesso dessas iniciativas repercute, principalmente, no Peru e na Bolívia, onde o cultivo da coca cresceu como nunca havia crescido antes. Segundo os autores “há evidências de que o conflito na Colômbia seja um foco de irradiação de tensão regional, criando problemas de segurança nas fronteiras com todos os vizinhos (incluindo Brasil e Panamá)”. (VILLA; OSTOS, 2005, p. 17).

Percebendo os efeitos colaterais do Plano, a administração de G. W. Bush afirmou que deveria contribuir para acabar com o tráfico, deter as guerrilhas e acabar com a violência que se espalhou por toda a região. Com esta visão um pouco mais global do tema, o governo americano implementou um plano adicional ao Colômbia, a chamada Iniciativa Regional Andina, que posteriormente foi renomeada de Iniciativa Andina Antidrogas. Esta nova iniciativa foi aprovada pelo Congresso com um orçamento de 700 milhões de dólares para 2003 e de 731 milhões de dólares para 2004, que seriam divididos para os países andinos, além do Brasil e Panamá. Mas, mesmo com essa nova iniciativa, a maior parte dos recursos foi destinada à Colômbia, que contou com 63% dos recursos.

Sendo assim, é possível perceber, com esta análise, que o governo norte-americano esteve muito envolvido com o combate a produção e tráfico de drogas na América do Sul, desde o início da guerra as drogas, na década de 1970, até o Plano Colombia nos anos 2000.

MANUTENÇÃO DO STATUS DE SECURITIZADO

Segundo a Escola de Copenhague, qualquer assunto público pode ser alocado no espectro de não politizado, politizado ou securitizado, podendo variar entre eles. Não politizado quando o Estado não é envolvido na questão e não é, em nenhuma forma, uma questão de debate ou decisão pública. Politizado significa que o assunto faz parte da política pública do Estado e requer decisões governamentais, alocação de recursos ou qualquer outra forma de governança. E por securitizada entende-se que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo uma medida de emergência e justificativa para ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos. (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998). Ou nas palavras dos autores:

In theory, any public issue can be locate on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure). (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p.23)³¹

A securitização, no início de seu processo, trata-se de uma argumentação sobre o futuro, sobre alternativas futuras, na maioria das vezes hipotéticas e contrafactuais. Os argumentos sempre envolvem duas predições: o que irá acontecer se não for tomada uma ação securitizante e o que ocorrerá se a ação for tomada. Sendo assim, conclui-se que estudos de securitização são basicamente estudos qualitativos.

Levando em consideração essa definição da Escola, é possível perceber que desde o início da Guerra as Drogas até o Plano Colômbia, o governo norte americano apresenta a questão como uma ameaça existencial, exigindo uma medida de emergência e justificativa para ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos. Como por exemplo, a iniciativa andina, e claramente com o Plano Colômbia nos anos 2000.

Segundo Rodrigues (2012) em 1995 os EUA continuavam comprovando que o tráfico ilícito de drogas se mantinha com status de securitizado, o documento *Presential Decision Directive*, intitulado *International Organized Crime*, destacou o crime organizado como ameaça à segurança do Estado e internacional, afirmando que o narcotráfico era um abalo político-institucional, por te poder econômico. Os norte-americanos exerciam pressão para a ampla aceitação da guerra a drogas pelos países da américa-latina “cada Estado teve um modo particular de incorporar o modelo proibicionista que respondia a dinâmicas internas”. (RODRIGUES, 2012 , p.15)

Essa ação norte-americana de pressão para a ampla aceitação da guerra as drogas corrobora para a confirmação da manutenção da securitização do narcotráfico pelo governo norte-americano nos anos 2000. O Plano Colômbia demonstra isso por ser uma medida de emergência e com ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos – com a aprovação de um orçamento especial para a ação. E também por ser uma ação emergencial pontual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo isso em vista o objetivo geral do presente trabalho, que era comprovar que o tráfico ilícito de drogas permanece com o status de securitizado para os EUA nos anos dois mil. É possível afirmar que o objetivo foi concluído, com a confirmação da hipótese de que o status de securitizado é mantido com a execução do Plano Colombia.

De maneira mais específica, é possível concluir que o trabalho atingiu seus objetivos específicos, o primeiro: apresentar a securitização do tráfico ilícito de drogas pelo governo

³¹ Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizar no espectro que vai de não politizada (ou seja, o Estado não lida com isso e não é, em qualquer outra forma, uma questão de debate público ou decisão pública) para o politizado (significando que o assunto faz parte da política pública, exigindo decisão do governo e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governo comunal) para securitizado (significando que o problema é apresentado como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justifica ações fora dos limites normais de procedimento político).

norte-americano, foi atingido ao ser apresentada a história do combate norte-americano as drogas.

O segundo objetivo específico foi atingido ao apresentar o Plano Colômbia; e por fim o último objetivo específico foi atingido ao explicar o conceito teóricos de securitização e comprovar a permanência deste status de securitização nos anos dois mil com o Plano Colômbia.

REFERÊNCIAS

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Reinner Publishers, 1998.

RODRIGUES, Thiago. **A Infindável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, vol.16 n°.2, abril-jun 2002.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2003.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas américas: Vício de Guerras**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 34, n 1, janeiro/junho 2012, p. 9-41.

VILLA, Rafael. Quatro teses sobre a política de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul. São Paulo: USP, 2007.

VILLA, Rafael Duarte ; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista brasileira de política internacional*, vol.48, no.2, 2005.

GT 5: RESÍDUOS SÓLIDOS: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

MAPAS PARA INSTALAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO EM CASTANHAL-PA-BRASIL

J.A. Costa^{1*}, T.C. Costa¹, M. Ronaldo¹, F. Pita² e L. Menezes²

¹Universidade Federal do Pará, Brasil

²Departamento de Ciências da Terra, FCTUC,
Universidade de Coimbra, Portugal

RESUMO

Este trabalho localiza as melhores áreas para implantação de aterro sanitário para disposição de resíduos sólidos urbanos no município de Castanhal, estado do Pará, Região Norte (Amazônia), Brasil, o qual apresenta uma população de 173.149 (cento e setenta e três mil, cento e quarenta e nove) pessoas. Com base nos mapas: Topográfico, Uso do Solo, Faixas de Proteção Permanente dos Corpos D'água e Áreas de várzea e Terra Firme, todos na escala 1:50.000, por processo automático de cruzamento no sistema de informações geográficas Arc View versão 3.2 é elaborada a Carta de Áreas Preferenciais à Instalação de Aterros Sanitários do Município de Castanhal, na escala 1:50.000.

Palavras-chave: Aterro Sanitário, Resíduo Sólido, Sistema de Informação Geográfica (SIG)

1. INTRODUÇÃO

O Município de Castanhal pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém e a Microrregião de Castanhal, Estado do Pará, Região Norte (Amazônia), Brasil; apresenta uma população de 173.149 e área de 1.028 km² (IBGE, 2014). A sede Municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01°17'42" de Latitude Sul e 47°55'00" de Longitude Oeste de Greenwich. Limita-se a norte com o município de Terra Alta, a sul com os municípios de Inhangapi e São Miguel do Guamá, a leste com os municípios de São Francisco do Pará e Santa Maria do Pará e a oeste com os municípios de Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá e Vigia (Figura 1 – Mapa de localização do município de Castanhal).

O serviço municipal de limpeza pública realiza a coleta de resíduos sólidos na sede do município, e estes resíduos, bem como, os resíduos gerados da varrição de ruas, feiras e mercado municipal, são recolhidos e destinados ao depósito do município, que apresenta características de lixão, ou seja, um vazadouro a céu aberto localizado no Bairro do Pantanal, no limite que divide a área urbana da área rural (Figura 1).

Nesse sentido, é oportuno avaliar quais locais poderiam ser utilizados para implantar um aterro sanitário no município, em substituição ao atual lixão.

2 - MÉTODO APLICADO

Os vários critérios metodológicos, que nortearam o presente trabalho, foram assentados nos princípios estabelecidos por Costa (2001) que realizou análise crítica das metodologias gerais de mapeamento geotécnico visando formulação de diretrizes para a cartografia no trópico úmido.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Embora as diretrizes fundamentais para a cartografia no trópico úmido (Costa, 2001) apresente o modelo de cruzamento de atributos com pesos de acordo com sua importância para atividade proposta (Zuquette e Gandolfi, 1990), os quais são ponderados com base no método de combinação (Aguiar, 1989), não se optou por essa forma de definição de adequabilidade uma vez que o modelo de interseção de atributos que excluem a atividade se mostrou para o caso analisado mais simples de aplicação e com resultado significativo, como pode ser visualizado no documento apresentado.

3 - DEFINIÇÃO DAS ÁREAS PREFERENCIAIS À INSTALAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

Os critérios utilizados neste trabalho para propor áreas preferenciais à instalação de um aterro sanitário no município de Castanhal foram:

- Áreas urbanas e de expansão urbana: a atividade de um aterro sanitário impõe, no seu entorno, uma série de impactos no meio ambiente, tais como: aumento do tráfego de veículos, alteração negativa na qualidade do ar, aumento do nível de ruído e partículas sólidas em suspensão, desvalorização de imóveis, etc., sendo incompatível com as atividades típicas das áreas urbanizadas e de expansão urbana do município de Castanhal. Nesse sentido, com base no Mapa de Uso do Solo, foi criada uma faixa de segurança de 500m no entorno de toda área urbana e de expansão urbana, definindo-se em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG) (Arc View versão 3.2) o Mapa de Áreas Distantes 500m da Área Urbana e de Expansão Urbana. Dentro deste polígono, a instalação de aterros sanitários é considerada restritiva em função da proximidade com áreas urbanas, de acordo com proposta sugerida pelo IPT (1995).
- Faixa de Proteção Permanente dos Corpos D'água: qualquer área dentro da faixa de proteção permanente dos corpos d'água foi considerada inadequada. Na análise deste atributo, foi utilizado o Mapa de Faixas de Proteção Permanente dos Corpos D'água e, a partir dele, foi produzido em ambiente de SIG a carta de áreas externas à faixa de proteção permanente dos corpos d'água. Assim, dentro dos polígonos resultantes, a instalação de aterros sanitários é considerada não restritiva.
- Várzea: as áreas de várzea apresentam ecossistemas que podem ser impactados negativamente pelo chorume produzido pelos resíduos sólidos domésticos. Algumas das restrições deste ambiente são: contaminação das águas superficiais pelo chorume e metais pesados; o nível freático nessa região fica, no geral, abaixo de 1m de profundidade, portanto sujeito a alto risco de contaminação; as áreas de várzea são constituídas por sedimentos pouco consolidados de baixa resistência e alta compressibilidade que podem limitar a espessura e a altura das células de lixo. Com base no Mapa Áreas de Várzea e Terra Firme, foi elaborado em ambiente de SIG a carta de áreas de terra firme e assim, dentro desses polígonos, a implantação de aterros sanitários é considerada não restritiva ao atributo áreas de várzea.
- Mapa de Áreas com distância máxima de 20km da área urbana ou de expansão urbana. Com objetivo de reduzir os custos com transporte.

Em ambiente de SIG, os vários atributos acima citados foram manipulados e cruzados (Figura 2) de modo que se obtivesse apenas os polígonos que preenchessem as seguintes características:

- não estivesse localizado em área de várzea;
- estivesse a uma distância mínima de 500m de área urbana ou de expansão urbana;
- não estivesse localizado dentro da faixa de proteção permanente dos corpos d'água definida pelo Código Florestal.
- Mapa de Áreas com distância máxima de 20km da área urbana ou de expansão urbana.

Como resultado desta interseção, obteve-se duas unidades de mapeamento, a saber:

- Unidade I - Áreas adequadas à instalação de aterro sanitário para os atributos considerados: áreas de terra firme não sujeitas à inundação e distantes no mínimo 500 m de área urbana e de expansão urbana; áreas fora da faixa de proteção permanente dos corpos d'água e distante no máximo 20 Km da área urbano ou de expansão urbana.
- Unidade II - Áreas inadequadas à instalação de aterro sanitário, por apresentarem um ou mais parâmetros considerados restritivos ao desenvolvimento da atividade: áreas de várzea sujeitas à inundação; áreas de preservação permanente segundo o código florestal brasileiro, distantes no mínimo 500 m de área urbana e de expansão urbana; áreas dentro da faixa de proteção permanente dos corpos d'água e distante mais de 20 Km da área urbano ou de expansão urbana.

Na definição das áreas preferenciais à instalação de aterro sanitário, foram considerados apenas atributos restritivos, ou seja, aqueles que separadamente justificam ou impedem a atividade.

A Carta de Áreas Preferenciais à Instalação de Aterros Sanitários pode ser visualizada na Figura 3. Com base na Carta de Áreas Preferenciais para Instalação de Aterros Sanitários, pode-se aplicar criteriosamente os atributos reunidos por Costa (2001), Tabela 1, no auxílio da tomada de decisão quanto à melhor área dentre as selecionadas.

4.CONCLUSÕES

Durante a execução do trabalho, pode-se concluir que as cartas de adequabilidade à disposição final de resíduos sólidos, das várias metodologias de mapeamento geotécnico alcançaram elevado padrão de qualidade quanto à definição de critérios a serem considerados em sua elaboração, não faltando critérios a serem considerados para localização de áreas para aterro sanitário. O que se percebe, sim, é uma ineficiência por parte de profissionais detentores desse conhecimento em convencer a sociedade de sua importância fundamental no processo de gerenciamento do espaço urbano, de modo que os vários atores sociais envolvidos no processo de planejamento possam associar os vários atributos do meio físico, socioeconômicos e biológicos mapeáveis ao processo de tomada de decisão quanto à melhor localização das atividades humanas relacionadas ao mapeamento geotécnico.

Quanto ao uso de Sistema de Informações Geográficas:

O uso do Programa Arc View versão 3.2 possibilitou:

- maior rapidez, exatidão e economia na execução do serviço;
- produziu documentos cartográficos com melhor nível de apresentação quando comparado aos sistema Cad;
- criar um banco de dados cartográficos e temáticos que pode ser periodicamente atualizado, com vistas a melhorar os documentos apresentados e a produzir novos mapas no auxílio à tomada de decisão no âmbito do planejamento do município de Castanhal.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, R.L., 1989. Mapeamento geotécnico da área de expansão urbana de São Carlos-SP: contribuição ao planejamento, Dissertação Mestrado São Carlos, EESC,

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

USP.

COSTA, T.C.D., 2001. Análise crítica das metodologias gerais de mapeamento Geotécnico visando formulação de diretrizes para a cartografia no trópico úmido e aplicação na Região Metropolitana de Belém, Escala 1:50.000, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Centro de Geociências.

IBGE - ., 2014. Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. In: IBGE Cidades: Castanhal <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150240>.

IPT, 1995. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. Publicação Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) 2163, São Paulo, 278p.

Instituto Geológico, 1995. Subsídios para o planejamento regional e urbano do meio físico-geológico na porção média da bacia do rio Piracicaba, SP, IG/SMA- Secretaria de Meio do Estado de São Paulo 5v.

ZUQUETTE, L.V., e Gandolfi, N., 1990. Mapeamento geotécnico: uma proposta metodológica. Revista de Geociências, (9): 55-66.

ZUQUETTE, L.V., 1987. Análise crítica da cartografia geotécnica e proposta Metodológica para as condições brasileira, Tese de Doutorado, EESC-USP, 4 v.

ZUQUETTE, L.V., 1993. Importância do mapeamento geotécnico no uso e ocupação Do meio físico: fundamentos e guia para elaboração, Tese de Livre Docência, EESC USP, 2v.

O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARÁ – CEASA: ALGUMAS REFLEXÕES

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana

UFPA - Universidade Federal do Pará

PPGEDAM – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

Palavras-chave: Desperdício, Alimentos, Sociedade, Sustentabilidade, Alternativas

INTRODUÇÃO

A Central de Abastecimento do Pará – CEASA, situada no Município de Belém enfrenta, atualmente, muitos problemas com a grande quantidade de alimentos, tais como, frutas, verduras, hortaliças, desperdiçados dentro de seus domínios. Quantidades estas potencialmente aproveitáveis, que são enviadas para o lixo todos os dias, além do convívio de situações como: acúmulo de lixo, bueiros entupidos, água suja e lama no local.

O desperdício alimentar gera consequências desastrosas para a economia e principalmente para a sociedade; visto que, o cenário mundial, assim como o paraense, é marcado pela fome e miséria abundante. O presente Artigo visa debater a questão do desperdício de alimentos a partir de três seções: 1- Refletir a sociedade de risco existente, 2- compreender o que é a CEASA e como o desperdício alimentar se faz presente nesse contexto e 3- provocar reflexões a respeito de possíveis alternativas para mitigar o problema.

É importante destacar que a sociedade, em que os sujeitos encontram-se inseridos, produtora de riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves consequências, torna-se cada vez mais, reflexiva, mais autocrítica, e o conceito de risco passa a ocupar um papel estratégico para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade (Beck, 1997). A nova realidade globalizada da modernidade resulta em crescente incerteza, mutabilidade e reflexividade.

Vive-se sobretudo ainda, desde a I Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo (1972), uma emergência socioambiental, que sinaliza para a necessidade de compatibilizar as atividades humanas e o crescimento econômico com a manutenção ecossistêmica (Veiga, 2007). A visibilidade da problemática ambiental tem contribuído para fazer emergir no cenário mundial, várias reflexões que colocam em destaque as formas de relações sociais, meio ambiente e produção.

Considera-se que a sociedade pós-industrial, confronta-se com uma crise, que mais do que ecológica ou material, é uma crise de valores, do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade (Beck, 1997). Hoje, a sociedade caracteriza-se como pós-racional, no sentido de que perdeu-se a certeza na razão instrumental, embora os riscos tenham sua origem na ordem instrumental da razão (Tristão, 2005)

Num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente, e dos seus ecossistemas, destaca-se a prevalência da racionalidade cognitivo-instrumental que agravou a situação ambiental do planeta. Expandiu-se a ideia de dominação da natureza e do seu uso, ignorando a função do contexto num processo linear compartimentado e

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

compartimentalizador do conhecimento e das práticas sociais (Jacobi, Tristão e Franco, 2009).

O desafio da crise ambiental não se resume a economizar a vida e a natureza, mais sim, de pensar e construir outra Economia. A construção de uma nova economia requer a construção do objeto do conhecimento pela junção de várias disciplinas, a incorporação dos saberes desconhecidos e subjugados, ignorados das externalidades econômicas que se transformam nas condições de sustentabilidade do processo econômico e que constituem a complexidade ambiental (Leff, 2010).

Diante do paradigma da crise ambiental existente, marcada pelas frequentes agressões ao meio ambiente, como as queimadas, os lixos químicos domésticos, industriais e hospitalares, que são diariamente depositados no solo e nos rios de forma inadequada, sem o devido tratamento. O aumento do efeito estufa, o desmatamento desenfreado, a escassez de recursos hídricos, o aumento do consumismo exacerbado e da miséria humana, o desperdício alimentar também compõem essa crise ambiental existente. E se faz presente em um mundo, que contraditoriamente, ainda não foi capaz de alimentar todos os seus habitantes. Quando comparado a imensa capacidade de produzir alimentos, em praticamente todas as regiões do planeta, fica ainda mais contraditório.

Enquanto sujeitos individuais e coletivos, é possível exigir práticas sustentáveis para a produção, comercialização e reaproveitamento dos alimentos. Segundo dados das Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), ano 2013, estima-se a perda de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, ou seja, um terço do que é produzido no mundo. Isso reflete o desperdício também de águas, adubo, combustível e o esforço de milhares de trabalhadores para a produção desses alimentos. Ressalta-se ainda que quando vão para os aterros sanitários, esses alimentos produzem o gás metano, contribuindo para o aquecimento do planeta (<http://issuu.com/ideiasnamesa/docs/revistaideiasnamesa1>).

Diante do exposto, o presente artigo busca refletir acerca dos alimentos hortifrutigranjeiros desperdiçados na CEASA, em Belém do Pará e pensar em formas de como fazer o reaproveitamento dos mesmos.

2- DESENVOLVIMENTO

O objetivo desta pesquisa não está dado na realidade empírica, precisa ser construído pelo olhar sensível do pesquisador. Nesse sentido, pesquisar não significa simplesmente descrever o real, mas buscar compreender o movimento da realidade à luz de uma organização teórica (Araújo, 2008).

O presente trabalho caracteriza-se como uma Pesquisa Qualitativa, pois o cientista é ao mesmo tempo sujeito e o objeto de sua pesquisa e o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Araújo, 2008). É do tipo Estudo de caso, pois trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procura-se compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

O lócus da pesquisa é a CEASA – PA (Centrais de Abastecimento do Pará), localizada no município de Belém, uma vez que este espaço, por se tratar de um centro de distribuição de hortifrutigranjeiros para comercialização, os itens que não estão em perfeitas condições para venda nos centros comerciais são descartados, mesmo que ainda possam ser consumidos

Os procedimentos metodológicos contemplam técnicas de coleta de dados como: pesquisa bibliográfica, levantamento e análise de documentos que retratem acerca do desperdício de alimentos no contexto brasileiro e paraense, no que se refere as Centrais de Abastecimento.

2.1 - CEASAS: aspectos conceituais, características e desperdícios

As CEASAS (Centrais Estaduais de Abastecimentos) foram criadas pelo Governo Federal Brasileiro na década de 60 com o intuito de solucionar o problema no sistema de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em todo território nacional.

São empresas estatais ou de capital misto cujo objetivo é a promoção, desenvolvimento, regulação, dinamização, organização e comercialização da hortifruticultura a nível de atacado em uma determinada região. Essas Centrais de Abastecimento alugam seus armazéns, conhecidos como boxes, para empresas privadas que comercializam seus produtos diretamente com o consumidor final (Vilela, 2003).

O funcionamento da CEASA caracteriza-se pela participação efetiva de 3 agentes principais: 1-comerciantes; que são as empresas privadas que alugam os boxes com o objetivo de comercializar e armazenar os produtos. 2- produtores (fornecedores); são os interessados em comercializar seus produtos na CEASA através do envio de cargas aos comerciantes e 3- compradores (varejistas); qualquer pessoa ou empresa pode comprar na CEASA, pois o acesso ao local é livre. Entretanto, a CEASA é destinada a venda no atacado, sendo que as quantidades mínimas de compra são estabelecidas em volumes de atacado. Quanto maior o volume a ser comprado, maior a capacidade de negociação de preços (Vilela, 2003).

No Brasil estima-se que 2% dos 18 milhões de toneladas de alimentos comercializados nos 70 postos de CEASAS (Centrais de Estado de Abastecimento) do país são desperdiçados no processo de comercialização ainda nas Centrais de Abastecimento. Isso equivale a 360 mil toneladas de alimentos desperdiçados por ano (<http://issuu.com/ideiasnamesa/docs/revistaideiasnamesa1>).

No Pará esses dados também são preocupantes, pois no ano de 2013 cerca de 60 toneladas de alimentos foram parar diariamente no lixo. (<http://www.ceasa.pa.gov.br/search/node/desperdicio>).

Os caminhos do desperdício são vários: desde a fase da produção; seja por problemas meteorológicos ou infestações biológicas na colheita, no transporte; as longas distâncias percorridas entre as estradas brasileiras, locomoção essa feita com meios de transportes muitas vezes inadequados, abertos e sem controle de temperatura e recebimento das matérias-primas, onde os locais não são apropriados para armazenamento, manuseio ou descarte do produto corretamente (<http://issuu.com/ideiasnamesa/docs/revistaideiasnamesa1>).

Avalia-se-que no Pará, do total de desperdício de alimentos, 10% ocorre durante a colheita; 50% no manuseio e transporte dos alimentos; 30% nas centrais de abastecimento e os últimos 10% ficam diluídos entre os supermercados e consumidores, representando valores entre 7,5 a 10 milhões de toneladas por ano no desperdício de alimentos (<http://www.ceasa.pa.gov.br/search/node/desperdicio>).

O nível das perdas alimentares nas cadeias produtivas e do desperdício existente nas etapas de comercialização no modelo produtivo predominante contrasta com importante parcela da população que se encontra em situação de insegurança alimentar. Neste sentido, a discussão sobre iniciativas que reduzem as perdas dos produtos alimentícios, Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

particularmente na etapa de distribuição, e que facilitam o acesso aos alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade social, torna-se extremamente relevante.

A distribuição de alimentos é reconhecidamente desigual no mundo afetando de forma relevante os padrões de consumo de uma população. São evidentes as diferenças na distribuição de alimentos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, fato que deixa claro a relevância do fator político econômico, assim como as diferenças dentro do próprio país. Nos países desenvolvidos há uma abundante oferta de alimentos; porém, o consumo sob o ponto de vista nutricional, nem sempre é adequado, podendo ocorrer excessos. Ao mesmo tempo, as populações dos países em desenvolvimento convivem com a escassez de alimentos e não dispõem de recursos educativos, ambientais e até financeiros para obtenção dos mesmos, tendo como consequência a fome e/ou subnutrição (PEKKANIVEW, 1975).

Conferências internacionais realizadas nas últimas décadas, cujo anseio se centrou foi por fim a pobreza, revelaram como todos os problemas primários da humanidade estão inter-relacionados: crescimento econômico, meio ambiente, desperdício de alimentos, urbanização, cuidados com as crianças, desenvolvimento econômico (Silva, 2010).

Os seres humanos partindo da sua cotidianidade desarmonizadora, devem ser atores da harmonia ambiental através do uso mais humano de seus recursos, preocupando-se em levantar soluções que estão ao alcance de todos e que estão fortemente marcadas por ações de sobrevivência e voltadas para uma melhor qualidade de vida. Trata-se de saber vincular os problemas socioambientais e suas soluções com a vida cotidiana e com a busca das relações harmônicas (Gutiérrez e Prado, 2013).

Diante dessas perspectivas, ressalta-se que a construção da sustentabilidade é embasada por uma racionalidade ambiental, que emerge em um campo conflituoso de interesses e concepções diversas, que põe em jogo uma disputa sobre os sentidos os sentidos da sustentabilidade, problematizando o lugar do conhecimento, do saber e da ética na construção de um futuro sustentável, onde o saber ambiental questiona a relação do conhecimento com a objetividade, do ser com o saber e do ser com o outro (Silva, 2010)

CONSIDERAÇÕES

Combater o desperdício de alimentos não é apenas uma questão de consciência humanitária, mais sim, uma questão de sobrevivência. O primeiro dos direitos humanos é o direito à vida, uma vez que pressupõe a garantia da própria existência.

Para que o ser humano permaneça vivo e que seu corpo e sua mente se desenvolvam de forma saudável, o acesso a uma alimentação adequada, a uma quantidade regular de calorias e nutrientes são fundamentais.

Acerca disso a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 25º cita que:

1.Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Desta forma, diante do que foi exposto, quais alternativas possíveis para mitigar o desperdício de alimentos num ambiente como a CEASA-Pa? É relevante que se pense

em um Plano de Gerenciamento de Resíduos nesses espaços, Plano esse que contemple as seguintes ações: 1- Implantação de práticas de Educação Ambiental para todos os que trabalham diariamente e residem nas proximidades das centrais de abastecimento; 2- Melhoria na eficiência do gerenciamento dos alimentos, visando reduzir os desperdícios; 3- Antes de ficarem impróprios para o consumo humano, pensar em formas e estratégias de reutilização e distribuição desses alimentos; 4- Desenvolver a reciclagem das embalagens e 5- Utilização de biodigestores: os resíduos orgânicos poderiam ser tratados em biodigestores para a produção de biogás e posterior energia térmica e elétrica como acontece em países desenvolvidos. Essa energia poderia servir para abastecer toda a CEASA incluindo suas câmaras frigoríficas.

Pensar em estratégias para o gerenciamento de resíduos de uma CEASA significar apontar alternativas baseadas em sustentabilidade, isto é, pensar na tríade: economia - sociedade - meio ambiente. A população que hoje habita o planeta Terra deve atender suas necessidades sem, contudo, prejudicar que as populações futuras também atendam suas próprias necessidades.

Por fim, nesse processo, as pessoas são os principais agentes e beneficiários, isto é, é preciso que se busque a redução da pobreza, o acesso ao consumo, a democracia, a prática dos direitos humanos, a participação. Combater o desperdício alimentar, em suma, significa propor ações de equidade, justiça e inclusão social, crescimento de renda, satisfação das diversificadas necessidades humanas e participação das pessoas em ações que envolvam suas próprias vidas em prol do bem-estar social de todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cidália et al. **Estudo de Caso. Métodos de Investigação**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008.

BECK, U. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A. et al. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Disponível em <http://www.ceasa.pa.gov.br/search/node/desperdicio>. Acessado em 30 Set. 2015.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JACOBI, Pedro R, TRISTÃO, Martha e FRANCO, Maria Isabel G.C. **A Função Social da Educação Ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento**. Cad. Cedes. Campinas. Vol 29, n 77, p.62 e 79. Jan/Abr 2009.

LEFF, Henrique. **Discursos Sustentáveis**. Trad. Silvana Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

PEKKANIVEW, M. **World food consumption patterns**. In: RECHAIGL Jr., M. Man, food and nutrition. Ohio, Ed. CRC Press, 1975. p.16-33.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

TRISTÃO, M. **Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido**. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005.

REVISTA: Ideias na Mesa. V1. – **Desperdício de alimentos**. Disponível em <<http://issuu.com/ideiasnamesa/docs/revistaideiasnamesa1>>Acessado em 06 Jun. 2015.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo; Cortez. 2010.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

VILELA, N. J. **O peso da perda de alimentos para a sociedade: o caso das hortalias**. Horticultura Brasileira, Brasília, v.21, n.2, 2003.

O EMPODERAMENTO ESTRATÉGICO DA MARCA HEINEKEN ATRAVÉS DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM FESTIVAIS DE MÚSICA

Cláudia Resem Paixão; Richard Luiz de Sousa Perassi
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
Design e Expressão Gráfica.

RESUMO

Os festivais de música são meios observados como obtentores de grande poder de influência imediata por meio da divulgação da informação direta ao público, podendo trazer resultados positivos ou negativos para as empresas/patrocinadores atuantes. Utilizando-se do método descritivo com base qualitativa, por meio da coleta de dados documentais disponibilizados via Web, busca-se ampliar o entendimento composto pela problemática: Como ocorre o empoderamento da marca Heineken ao utilizar-se de ações sustentáveis para com o público alvo? Dessa forma, o presente artigo descreve o formato estratégico aderido pela empresa cervejeira Heineken, frente a aplicação de ações sustentáveis que direcionam o contato direto com o público alvo durante os festivais de música. Com isso, espera-se compreender a influência do envolvimento do público-marca e marca-público; a sua construção de identidade e os seus resultados para a empresa.

Palavras-chave: Resíduo Sólido; Sustentabilidade; Festivais; Marca.

INTRODUÇÃO

Ações com foco no Consumo Responsável e Reciclagem tem se tornado muito comuns em festivais de música, visto que, um festival de música tem a capacidade de reunir um grande número de pessoas em um mesmo local e como consequência ocorre uma produção, superior ao número de participantes, de descarte resíduos sólidos. Está claro que esta é um assunto que não deve ser apenas tratado pela equipe organizadora do festival, mas também das empresas parceiras e patrocinadoras, assim como do público participante.

Atuando em mais de 70 países, a Heineken vem a ser uma empresa de grande tradição com relação às suas parcerias com festivais de música, além de ser conhecida como “A cervejaria mais internacional do mundo”, conforme dados gerados pelo site oficial da empresa.

De acordo com Wheeler (2012), o posicionamento é um conceito revolucionário de gestão de marcas. Wheeler apud Ries e Trout (1981), definiram o posicionamento como a plataforma sobre a qual as empresas constroem suas marcas, criam estratégias de planejamento e ampliam o relacionamento com os clientes. O posicionamento leva em conta o mix de preço, produto, promoção e praça, os quatros "Ps" que dimensionam e afetam as vendas e a Heineken vem a ser uma empresa já conhecida neste campo pois trabalha constantemente com ações estratégicas que reforçam o seu relacionamento com o público alvo e o seu posicionamento no mercado, mantendo-se com uma identificação atual, inovadora, moderna e sobretudo, atuando de forma eco-responsável.

Para Baquero (2005), o termo empoderamento, dependendo da função à qual serve, pode ser usado tanto como verbo transitivo como intransitivo. Empoderar enquanto verbo transitivo nos remete à noção de dar poder a outro, como se profissionais de saúde, por exemplo, tornam-se “agentes do empoderamento” em relação aos usuários dos serviços.

Nessa acepção, a relação é a de um sujeito que age no objeto. Já empoderar enquanto verbo intransitivo refere-se a um processo. Aqui a função do profissional de saúde (sujeito) não é a de agir sobre a doença ou a pessoa doente (objeto), mas a ajudar as pessoas a desenvolver suas habilidades. Ou seja, a ação é do próprio sujeito.

Dessa forma, o problema a ser considerado nessa pesquisa atua da seguinte forma: Como ocorre o empoderamento da marca Heineken ao utilizar-se de ações sustentáveis para com o público alvo?

Portanto, a pesquisa objetiva descrever o formato estratégico utilizado pela marca, e com isso ampliar o conhecimento a respeito de como ocorre a interação entre a marca e público alvo, e quais os fatores são gerados por meio desse tipo de experiência. Com isso, espera-se colaborar para futuras pesquisas acerca dos temas : Marca, Sustentabilidade, Ações Estratégicas e Festivais.

Para Wheeler (2012), a criação de valor é objetivo inegável da maioria das organizações. A busca por sustentabilidade expandiu a conversa de valor com os consumidores. O novo modelo de negócios para todas as marcas é ser socialmente responsável, ecologicamente consciente e lucrativo. A identidade da marca é a representação mais forte de uma empresa. Portanto, uma empresa que se adapta a questões atuais, como o caso da degradação ambiental, oportunizam uma abertura para a inovação, atuando de forma responsável e por consequência atribuindo valor para a sua identidade corporativa.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Manzini (2005), para dar início a uma transição em direção à sustentabilidade, o processo de aprendizagem deve seguir de forma coletiva. Para que os indivíduos tenham as capacidades de perceber, reconhecer e agir, torna-se necessário pensar em uma atividade de comunicação que caminhe nessa direção.

A presente pesquisa caracteriza-se por um estudo exploratório, com predominância descritiva e base qualitativa, sendo o seu principal delineamento partindo de base documental via Websites, relatórios e entrevistas.

Conforme registros documentais coletados via Websites, a Heineken investe em um posicionamento sustentável a respeito de sua atuação em festivais de música e como registro disso, temos como exemplo uma das ações ocorrida na denominada “tenda de Sustentabilidade - Rock and Recycle”, que foi acionada nos últimos festivais ocorridos no Brasil, dentre eles: Lollapalooza e Rock in Rio.

Os espaços criados partem do intuito de incentivar os visitantes a tomarem uma atitude sustentável estimulando a reciclagem dos copos de Heineken consumidos nos eventos. O público, maiores de 18 anos, podem obter a cada 10 copos plásticos recolhidos, o direito de participar de um jogo. Os prêmios são uma série de souvenirs exclusivos da marca como bonés, óculos e chaveiros e copos de água, que estimulam o consumo intercalado com bebida alcoólica para orientar os participantes sobre a importância do consumo responsável.

Um dos registros coletados mais atuais, foi o ocorrido no mês de Setembro de 2015, no festival Rock in Rio, do qual a empresa também atuou como patrocinadora. Os dados mais atuais obtidos mostram que a empresa utilizou uma estratégia similar aos anos anteriores para incentivar o engajamento do público com o meio ambiente. A utilização da tenda “Rock & Recycle”, estimulou o público a destinar cerca de 370 mil copos plásticos de cerveja do festival para reciclagem. Neste ano (2015), cada 10 copos levados às duas tendas da ação, os participantes tinham direito a um souvenir exclusivo da marca ou um copo de

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

água que levava a mensagem sobre a importância do consumo responsável da cerveja. Foram 37 mil trocas, que trouxeram um resultado 85% maior de copos reciclados em comparação com a última edição do evento, em 2013.

Para Costa (2008), a imagem da marca, antes de ser um assunto de design, é assunto de psicologia social. Aprofundar-se na imagem da marca, é como dizíamos no princípio, penetrar no imaginário social, na psicologia cotidiana, no mundo pessoal das aspirações, das emoções e dos valores.

Ações de consumo responsável e de coleta seletiva de lixo fazem parte da plataforma global de sustentabilidade da Heineken, denominada “Brewing a Better Future”. A Heineken uniu seus objetivos com a preocupação do festivais onde atuou, com as questões ambientais, e desenvolveu ações que atendem às normas e metas de sustentabilidade mantidas pela cervejaria.

O “Brewing a Better Future” possui três grandes objetivos estratégicos: melhorar o impacto ambiental das marcas e dos negócios da marca, capacitar as pessoas e as comunidades em que a Heineken opera e mostrar o impacto positivo da cerveja na sociedade com a divulgação de ações sobre consumo responsável. A Heineken busca atualizar sua identidade de forma sustentável e com isso utiliza-se da plataforma “Brewing a Better Future” como caminho que levará a empresa a atingir sua ambição de longo prazo de ser a cervejaria mais verde do mundo, até 2020, por meio da melhoria contínua de suas atividades.

Wheeler apud Ries e Trout (2012), tinham certeza de que as empresas precisam determinar sua posição na mente do consumidor, considerando suas necessidades, os pontos fortes e os pontos fracos das empresas e do cenário competitivo. O posicionamento continua sendo um preceito fundamental na comunicação de marketing, na gestão de marcas e na publicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões a respeito da sustentabilidade ambiental atual, estão presentes em todos os níveis de mercado e serviço. Nesta pesquisa, destacamos a relação da marca, em específico da empresa cervejeira Heineken, com o público e sua interação durante festivais de música acerca do tema Sustentabilidade Ambiental.

Por meio de um levantamento de dados documentais disponibilizados na Web, tornou-se possível descrever de maneira mais detalhada e para assim, amplificar a compreensão a respeito das ações estratégicas utilizadas pela empresa, de forma a guiar o público alvo à uma conduta de consumo responsável, dando poder autoral, e ao mesmo tempo que agregando valor e reposicionando a posição da identidade corporativa da empresa da empresa.

Ações sustentáveis de cunho interativo, normalmente, apresentam um formato de grande aceitação para o público com relação à divulgação de informações e em especialmente para a marca patrocinadora. Dar poder ao público, ao inseri-lo de forma ativa em uma ação proposta, podem reforçar os laços já estabelecidos entre a empresa/produto/consumidor. Portanto, observou-se que os resultados obtidos pelas ações, até então aplicadas durante os diferentes festivais, apresentaram-se progressivamente positivos. Sendo assim, abre-se uma lacuna que possibilita repensar os pontos negativos para assim reorganizar ou criar futuros formatos estratégicos, para futuras aplicações.

REFERÊNCIAS

Baquero, R. V. A. (2005). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Debates*, 1(1), Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre.

BRASIL, Heineken. **Http://heinekenbrasil.com.br/?Heineken-fecha-Rock-in-Rio-com-expressivo-engajamento-de-seus-consumidores.** 2015. Disponível em: <<http://heinekenbrasil.com.br/?Heineken-fecha-Rock-in-Rio-com-expressivo-engajamento-de-seus-consumidores>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BONAFÉ, Bruna; VECHIO, Nathalia. **Ação de Sustentabilidade da Heineken no Rock in Rio vai engajar público na reciclagem de lixo.** 2015. Disponível em: <<http://heinekenbrasil.com.br/?Acao-de-sustentabilidade-da-Heineken-no-Rock-in-Rio-vai-engajar-publico-na-reciclagem-de-lixo>>. Acesso em: 20 set. 2015.

COSTA, Joan. **A imagem da marca: Um fenômeno social.** São Paulo: Rosari, 2008.

HEINEKEN. **Cervejaria Heineken.** 2012. Disponível em: <<http://heinekenbrasil.com.br/?Cervejaria-Heineken-Brasil>>. Acesso em: 22 out. 2015.

MANZINI, Ezio; Vezzoli, Carlo; tradução de Astrid de Carvalho. **O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis.** 1ed. 1reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

VOCCIE. **Heineken leva ações sustentáveis ao Festival Lollapalooza.** 2014. Disponível em: <<http://voccie.com.br/2014/10/heineken-leva-acoes-sustentaveis-ao-festival-lollapalooza/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

WHEELER, Alina. **Design de Identidade da marca** : guia essencial para toda a equipe de gestão da marca / Alina Wheeler ; tradução Francisco Araújo Costa; revisão técnica: Ana Maldonado. - 3.ed. - Porto Alegre : Bookman, 2012.

PROPOSTA DE OTIMIZAÇÃO DA COLETA DE RESÍDUOS NO CENTRO EDUCACIONAL SESI 265

Daniele Cristina Moreira da Silva Nocera
SENAI – Faculdade SENAI de Tecnologia Ambiental
Pós-graduação em Gestão Ambiental

Palavras-chave: Educação ambiental. Projeto socioambiental. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho cujo tema é a otimização da coleta de resíduos através da implantação de um projeto no Centro Educacional SESI 265, localizado na cidade de Santo André, teve como foco estudantes do Ensino Fundamental II. O referido objeto trata da parceria com uma organização não governamental, o Instituto Triângulo.

A Ação Triângulo teve início em 2002, na cidade de Santo André, por intermédio de um grupo de pessoas que tinham como missão levar atitude sustentável para o ambiente urbano.

Devido ao crescente trabalho o instituto tornou-se uma referência e passou a ser reconhecido através de premiações como a OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - do governo Federal; inclusão no Anuário de Gestão Ambiental por cinco anos consecutivos, e o prêmio Marketing Best. O Instituto trabalha em prol da melhoria social, econômica e ambiental do Estado de São Paulo. (INSTITUTO TRIÂNGULO, 2013). Dentre as justificativas encontradas para o desenvolvimento desta pesquisa, citam-se: a preocupação socioambiental, a qualidade de vida, a conscientização ambiental, a formação de cidadãos mais críticos e responsáveis e a sustentabilidade do projeto.

Objetivou-se com esse projeto promover a conscientização e a formação de uma comunidade escolar mais colaboradora, em relação às causas socioambientais e sustentáveis, considerando-se ser o Centro Educacional SESI 265 um posto de entrega voluntária e haver participação quase inexpressiva da comunidade no descarte de resíduos.

Como desdobramento do objetivo principal, os objetivos secundários, que o projeto apresentou são descritos: motivar os alunos ao exercício da cidadania, não limitando o projeto apenas à unidade escolar, mas abrangendo suas casas e estabelecimentos comerciais; compreender o papel social desse processo, com geração de empregos e renda; contribuir para a melhoria contínua do ambiente escolar e preservar o meio ambiente.

Para tanto foi realizado um estudo prévio a partir de momentos pontuais de levantamento de dados e questionário aplicados aos estudantes. Tais instrumentos seriam responsáveis por viabilizar a ideia do projeto implantado.

A metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa contou com o apoio de ferramentas de cunho descritivo e exploratório, junto à coleta de informações sob a forma de questionário aplicado e atividades didáticas realizadas para a implantação do projeto.

DESENVOLVIMENTO

Embasando-se legalmente sobre os processos de coleta seletiva, regulamentados pelo Conselho Nacional Do Meio Ambiente – CONAMA, que no uso de suas atribuições, que lhes foram conferidas perante a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Resolução nº 275, 2011), que torna oficial a separação de resíduos por parte de órgãos e instituições da administração pública federal a partir do Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, onde:

“Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

E segundo o decreto nº 7404/2010, encontrado no Portal Presidência da República, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, deu-se início ao procedimento para levantamento de dados.

O SESI – SP consta de mais de 170 unidades espalhadas por todo o Estado de São Paulo (SESI, 2012). Dentre essas unidades o seguinte ensaio foi realizado na unidade de Santo André, SESI 265, localizado na Rua Balaclava, 95, no Jardim Santo Alberto, que é uma das unidades classificadas como posto de entrega voluntária de resíduos.

O SESI 265 possui 1109 estudantes, divididos nas categorias de ensino: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Para o trabalho em questão o foco foi com os estudantes do Ensino Fundamental II.

Foi constatado por meio de observação que a quantidade de resíduos descartada no posto de entrega voluntária do SESI 265 era inexpressiva. Em uma conversa informal com os estudantes do Ensino Fundamental II tornou-se notável que ainda havia falta de informação por parte dos mesmos que demonstraram não conhecer essa função da escola em que estudam, demonstrando-se incapazes de mobilizar suas famílias quanto ao descarte adequado de seus resíduos.

Para uma melhor estatística sobre o resultado da discussão e para que fosse possível analisar qual seria a melhor abordagem foi aplicado um questionário composto por questões fechadas para quantificar as opiniões.

Esta pesquisa realizada pelo método estratificado contou com a participação de 90 estudantes do Ensino Fundamental II, cursando do 6º ao 9º ano, contabilizando 10 estudantes de cada ano de escolaridade. O perfil do público se caracterizou de acordo com a faixa etária, apresentando idades entre 11 a 15 anos, e que residem nas cidades de Santo André e São Paulo.

Os objetivos das questões foram traçados seguindo os propósitos: verificar se o estudante possui conhecimento sobre resíduos e se conceitua reciclagem e coleta seletiva adequadamente; mensurar a quantidade de estudantes que participa do processo de coleta seletiva, assim como checar se detêm conhecimento sobre em coleta porta-a-porta em suas cidades; levantar se os estudantes teriam ao menos uma ideia sobre a quantidade de resíduos gerada em suas residências; investigar se os estudantes do CE 265 sabem que sua escola é um posto de entrega voluntária.

A viabilização do projeto socioambiental em parceria com o Instituto Triângulo foi possível a partir da análise dos dados que inclusive direcionaram os moldes para implementação de acordo com o perfil dos estudantes e seus familiares, buscando resultados mais eficientes.

O resultado apresentado pela análise dos questionários demonstra que dos 90 estudantes que se propuseram a responder os questionários, 87 têm conhecimento sobre o que são resíduos, 87 sabem quais materiais podem ser reciclados, 90 sabem o que é coleta
Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

seletiva, 51 não conhecem sobre a quantidade de resíduos que é produzida em sua residência, 51 separam os materiais que podem ser reciclados, 51 residem em cidades onde não há coleta seletiva porta-a-porta, 51 detêm conhecimento sobre o SESI 265 ser um posto de entrega voluntária e, para finalizar a leitura, 84 descartam o óleo de cozinha usado corretamente.

Fazendo uma análise comparativa, a porcentagem de estudantes que têm conhecimento sobre o que são resíduos, 96,6%, é compatível com a porcentagem dos estudantes que sabem quais materiais podem ser reciclados, 96,6%. Da mesma forma 100% dos estudantes conhecem sobre coleta seletiva, porém 56,6% não têm ideia sobre a quantidade de resíduos produzida em suas residências e apenas 56,6% residem em cidades onde há coleta porta-a-porta. Existe, portanto, uma contradição entre conhecer e aplicar ações relacionadas à sustentabilidade.

Os dados obtidos refletem a condição real analisada no SESI 265 quanto à baixa arrecadação de resíduos ao se verificar que apenas 56,6% dos estudantes entrevistados sabiam da condição de posto de entrega voluntária de sua escola. Entretanto, outra contradição foi constatada no sentido de não refletir a realidade do descarte de óleo de cozinha usado, tendo em vista que a arrecadação de óleo usado no CE 265 era muito baixa, segundo informações proporcionadas pelo Instituto Triângulo e a porcentagem de participantes que afirmavam descartar o óleo corretamente foi 93,3%, contradizendo a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da análise dos dados levantados pelos questionários e discussões foi constatado que os estudantes entrevistados não sabiam qual era a forma correta de descarte do óleo de cozinha. Da mesma forma, notou-se que os estudantes detêm conhecimento sobre práticas sustentáveis, porém não se mobilizam para aplicá-las.

A partir desse estudo inicial surgiu a ideia de otimizar a coleta de resíduos no SESI 265, especialmente de óleo de cozinha usado, por meio de um projeto em parceria com o Instituto Triângulo, visando ampliação do trabalho com educação ambiental no SESI 265.

O projeto, que recebeu o título de *Cidadão consciente recicla!* teve foco em educação ambiental, portanto a natureza prioritária da ação é o meio ambiente, apesar de englobar cultura e saúde, visto que visa uma melhor destinação de resíduos, nesse caso o óleo doméstico.

Para tanto, estudantes do SESI 265 previamente selecionados passaram a fazer parte do projeto e receberam o título de Ambientalistas Mirins, tendo por atribuição divulgar ações sustentáveis, explicar os procedimentos de coleta de resíduos pela escola (posto oficial para coleta) e os benefícios dessa ação, tanto para cada aluno, como para a escola, e inclusive, para a sociedade como um todo.

Como contribuições significativas pode-se citar uma mudança de atitude por parte de alunos e terceiros (mobilização pela conscientização) e olhares e comentários positivos para a escola a partir dessa ação.

O projeto teve início em junho de 2011 e arrecadou um total de 812 litros de óleo de cozinha usado e devido a uma intensificação em 2012 teve um total de 2.422,23 litros, segundo relatório enviado pelo Instituto Triângulo representado na figura 1 a seguir.

O Centro Educacional SESI 265 mantém o projeto ativo atualmente (2015).

Figura 1 - Relatório final de arrecadação de óleo de cozinha usado em 2012 emitido pelo Instituto Triângulo

2110 Centro Educacional SESI 265						Voltar para o Cadastro
Nº Pedido	Data Pedido	Data Coleta	Óleo	Banha	Total	
19079	11/12/2012	18/12/2012	63,78	0	63,78	Emitir
18756	22/11/2012	23/11/2012	64,64	0	64,64	Emitir
18335	29/10/2012	31/10/2012	69,8	0	69,8	Emitir
17895	8/10/2012	8/10/2012	67,18	0	67,18	Emitir
17549	21/9/2012	21/9/2012	34,9	0	34,9	Emitir
17351	11/9/2012	11/9/2012	76,24	0	76,24	Emitir
16813	14/8/2012	15/8/2012	98,19	0	98,19	Emitir
15819	28/6/2012	29/6/2012	307	0	307	Emitir
15768	27/6/2012	27/6/2012	526,5	0	526,5	Emitir
15659	22/6/2012	22/6/2012	158,5	0	158,5	Emitir
15421	13/6/2012	13/6/2012	227	0	227	Emitir
15216	4/6/2012	4/6/2012	329	0	329	Emitir
15041	23/5/2012	24/5/2012	181	0	181	Emitir
14876	15/5/2012	16/5/2012	68	0	68	Emitir
14655	3/5/2012	3/5/2012	17	0	17	Emitir
14585	26/4/2012	26/4/2012	133,5	0	133,5	Emitir
Total =>					2422,23	

Fonte: Instituto Triângulo, 2012.

REFERÊNCIAS

_____. *Instituto Triângulo*. Disponível em:

<<http://www.triangulo.org.br/pagina.php?categoria=instituto&subcategoria=historia> >

Acessado em: 17 jan. 2013.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. *Lei Federal nº 203*. Brasília, 1991. 31p.

PORTAL BRASIL. Disponível em:<

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/10/10/mais-de-50-dos-residuos-solidos-produzidos-no-pais-tem-destinacao-correta-mas-4-mil-municipios-ainda-usam-lixoes>>

Acessado em: 24 mai. 2012

RESOLUÇÃO CONAMA nº 275. Disponível em:

<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=291>> Acessado em: 12 jun. 2012

RESOLUÇÃO CONAMA nº 275. Disponível em:

<http://www.unigranrio.br/residuos/residuos_novo2/Resoluxo_275_de_01_.pdf> Acessado em: 17 jul. 2012

_____. *SESI*. Disponível em:

<http://www.sesisp.org.br/educacaoquetransforma/numeros.asp>> Acessado em 20 jul. 2012.

GT 6: FUNDAMENTOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS SUSTENTABILIDADE

PRINCÍPIOS E TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nara Luz Chierighini Salamunes
Faculdade Padre João Bagozzi - Pedagogia
naraluz@faculdadebagozzi.edu.br

Palavras-chave: Educação ambiental; currículo; ensino fundamental.

1. INTRODUÇÃO:

O objetivo do presente trabalho é analisar como se configura a construção da característica de transversalidade da Educação ambiental nas orientações oficiais para organização curricular do quinto ano do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Curitiba no período entre 1979 a 2015. Este estudo se pauta na premissa de que, levando-se em conta o contexto planetário atual, a educação ambiental deve ter caráter central e deflagrador dos processos formais de ensino dos conteúdos curriculares das diferentes áreas de conhecimentos. Propõe-se, assim, a revisão das proposições curriculares oficiais no sentido da superação do caráter de transversalidade da educação ambiental e a assunção definitiva do princípio de educação para o desenvolvimento sustentável, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares para Educação do Município de Curitiba desde 2000. Entende-se que isso é possível pela construção de conceitos fundamentais, valores e práticas sociais ecológicas que se pautem nesse princípio, o que implica efetivar processos de gestão didática, de gestão escolar e de gestão educativa enraizados na problematização do cotidiano socioambiental aos ecossistemas locais relacionando-os às dinâmicas vitais do Planeta

2. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO:

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas análises de conteúdos de documentos representativos das orientações oficiais à composição curricular e à organização do ensino da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental de Curitiba nas últimas três décadas. Foram estudados quatro documentos locais. Com essas análises, buscou-se identificar a) as organizações curriculares e didáticas subjacentes às questões socioambientais e b) os processos de educação ambiental indicados para o trabalho pedagógico com o quinto ano do ensino fundamental, período importante de transição na escolaridade básica. A análise de conteúdos dos documentos estudados fundamentou-se em estudos de Morin (1990) sobre o desenvolvimento da consciência planetária, a qual traz em si, segundo ele, as tomadas de consciência *antropológica, ecológica, telúrica e cósmica*. Este

estudo também se baseia na convicção de que, para a escola básica focar-se, preponderantemente, na construção de uma *consciência ambiental planetária*, é necessária a revisão do conceito de “educação ambiental” como inculcação de regras comportamentais, ideia esta compartilhada com Branco (1999), a qual se alinha com a de Moraes (2004) sobre a insuficiência da concepção pedagógica instrucionista.

3. AS PROPOSIÇÕES CURRICULARES NO TEMPO

Sob organização cronológica, resumem-se, a seguir, aspectos das organizações curriculares e didáticas subjacentes às questões socioambientais indicadas para o trabalho pedagógico com o quinto ano do ensino fundamental. Ressalte-se que, os registros oficiais educacionais, ao ocorrerem, já se encontram em práticas distribuídas nas redes escolares de forma não unânime.

Ao final da década de setenta³², a organização curricular básica orientada era por divisão em disciplinas e as principais categorias para sistematização dos conteúdos para abordagem didática com a quarta série do Primeiro Grau, eram os *objetivos instrucionais*. As áreas de conhecimento que faziam referência a conteúdos relacionados ao meio ambiente eram as de Ciências Físicas e Biológicas e a de Estudos Sociais, que congregava os estudos de História e Geografia (do Paraná). A ênfase textual era concentrada nos fenômenos físicos e químicos e em energia, temas estes relacionados ao indivíduo. Os objetivos de aprendizagem eram relacionados ao desenvolvimento de capacidades psicomotoras, afetivo-sociais e cognitivas. Visavam à mudança de comportamentos, em especial, no que se refere ao autocuidado. Os processos avaliativos, parciais e de resultados, deveriam verificar, de forma específica, o atingimento dos objetivos de aprendizagem de regras comportamentais e de consciência corporal e, de forma geral, a tomada de consciência de fenômenos e processos naturais básicos e a compreensão do meio social. Os princípios éticos que deveriam fundamentar a prática educativa não foram explicitados no documento estudado, mas claramente podem ser verificadas orientações práticas de ensino da observação, experimentação e descrição de objetos e processos naturais e culturais.

No que se refere ao desenvolvimento de uma consciência ambiental, a área de Estudos Sociais traz como um dos conteúdos a serem abordados a “Importância da preservação do ambiente natural” (PARANÁ: 1979, p.267) o qual aborda problemas relativos ao desmatamento, tais como a erosão do solo, a falta de água e a extinção de espécies animais e vegetais, entre as quais a Araucária. O texto traz citações e referências bibliográficas de autores com preocupação ecológica significativa, tais como Derville Ariza (*Ecologia Objetiva*,) e João José Bigarella (*A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná, 1978*), além de documentos oficiais de outras Secretarias do Estado do Paraná, tais como da Secretaria do Estado do Interior – Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Educação Ambiental – Manual Didático – vol.1) que explicitam a necessidade de mudança de mentalidade da população paranaense. Embora o texto induza à compreensão de problemas

³² PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Elementos para o planejamento curricular na quarta série do ensino de 1º grau. 1979.

ambientais do Estado, a abordagem tem caráter informativo, não evidenciando relações entre ações individuais locais e decisões político-econômicas. Como reflexo da legislação vigente (BRASIL, 1971) o texto apresenta, de forma implícita, uma tendência pedagógica tecnicista.

Oito anos depois, um documento municipal de Curitiba, editado no mesmo ano da publicação da atual Constituição Federal, explicita a busca da superação daquela tendência³³. Ele mantém a organização curricular por áreas de conhecimento; aborda a abrangência do tema relação homem-natureza na área de Ciências, citando o termo ecossistema, sem explicitá-lo, e os conteúdos relacionados à matéria e energia. Nas áreas de Estudos Sociais enfatiza a transformação da realidade pelo trabalho humano, e os resultados temporais deste na ocupação e construção dos espaços. A definição de objetivos instrucionais é suprimida e o objetivo geral da aprendizagem é a compreensão do real, pelo estudo do mundo natural; das formas de produção do conhecimento; da relação parte e todo nos processos e situações estudados. O conceito de homem como sujeito histórico, determinado e determinante da realidade; a necessidade de acesso irrestrito ao conhecimento científico; a construção da criticidade e da transformação social fundamentam essa proposta curricular. A consciência ecológica é apresentada como um dos conteúdos de Estudos Sociais, no tópico relativo à crítica ao processo de industrialização da sociedade (*vide* pág. 20), mas a bibliografia registrada não evidencia o desenvolvimento dessa consciência. Nessa proposição curricular, o indivíduo deixa de prevalecer como foco de estudos. Estes parecem avançar para o entendimento da ação humana, mas limitam-se à dimensão de transformação social.

Três anos depois, esse documento serve de base para outra proposta de currículo básico para a educação do Município de Curitiba³⁴. Deste, a principal característica é a explicitação da relação entre a ação transformadora do homem, os sistemas terrestres e a Terra no Sistema Solar, blocos de conteúdos apresentados como categorias abrangidas pelo grande tema da área de Ciências: *Ecossistema*, do qual descendem as categorias *transformação, energia e equilíbrio*, que incluem todos os conteúdos. Entre outros, são conteúdos para essa área de conhecimento os efeitos do consumo indevido de medicamentos, a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, a interferência do homem na composição do ar, e sistemas de destinação do lixo e esgoto.

Pela primeira vez a área de Geografia aparece separada da área de História, tendo como ponto de partida e de chegada do ensino a paisagem, entendida como resultado da ação humana das dinâmicas da natureza. Explicita-se, assim, a necessidade de compreensão da relação homem/natureza e as implicações da ação humana nos “domínios morfoclimáticos” (pág.281). A consciência ecológica é claramente objetivada, e entendida na perspectiva de “preservação/conservação da vida” (pág.259), relacionada à melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. A categoria mais geral e abrangente dessa área é intitulada *Paisagem – Natureza e Cultura*. Já na área de História, as categorias propostas foram sociedade, trabalho

³³ CURITIBA. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. A escola aberta. Em discussão: Currículo básico das escolas municipais. Vol.9. Abril/maio. 1987.

³⁴ CURITIBA. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. Currículo básico – Compromisso permanente para a melhoria da qualidade do ensino na escola pública. 1991.

e cultura e a preocupação ecológica não se evidencia tal como nas outras duas áreas de conhecimento citadas anteriormente.

Embora tenham ocorrido reedições desta proposição curricular nos anos de 1992 e 1994, ela se manteve como base para os processos de formação continuada de professores municipais de Curitiba até o final dos anos noventa, quando esses profissionais foram mobilizados para a revisão dos projetos pedagógicos das escolas.

Em 2000, são apresentados para discussão pelos profissionais das escolas municipais de Curitiba os princípios que deveriam fundamentar todo o trabalho escolar: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Gestão Democrática do Processo Pedagógico e Educação pela Filosofia. Isso significa que as preocupações ecossistêmicas não poderiam mais ficar restritas à abordagem de ensino de três áreas de conhecimento, mas explicitar os objetivos da formação de valores, práticas e condutas humanas em todas as áreas de conhecimento. Enquanto a proposição de 1991 levava à tomada de consciência da responsabilidade humana sobre a preservação da vida na Terra, os princípios de 2000 se apresentam como base de todos os processos e práticas de formação escolar.

Esses princípios vêm se mantendo desde então como base das proposições curriculares do município, mesmo já reelaboradas³⁵.

4. A REVISÃO DOS CONTEÚDOS ANALISADOS

Pela verificação dos documentos oficiais que orientaram as composições curriculares das escolas de ensino fundamental públicas de Curitiba até a primeira metade dos anos oitenta, constata-se que as questões socioambientais foram abordadas sob várias perspectivas, transformadas no tempo:

- a) como problemas locais resultantes de ações de indivíduos;
- b) como conteúdo a ser estudado em determinadas áreas de conhecimento, pois resultado do modelo econômico-cultural vigente;
- c) como responsabilidade humana e, portanto, tema curricular obrigatório de áreas de conhecimento cujos objetos de estudo são a natureza, a sociedade humana e as condicionantes da vida no Planeta;
- d) como princípio educativo, quando é assumido que escola exerce papel fundamental na recondução das ações humanas na construção da sociedade e na construção da sobrevivência da espécie, entendendo-se parte da natureza; uma entre tantas espécies existentes desde a formação da vida na Terra, tão vulnerável quanto qualquer outra, em decorrência de sua própria natureza e, também, em decorrência de suas próprias ações.

³⁵ CURITIBA. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA. A escola organizada em ciclos de aprendizagem: Diretrizes curriculares em discussão. 2000.

Assim, a nosso ver, essa recondução requer a reconfiguração de modelos pedagógicos de educação ambiental que, no ensino formal, ainda tendem a se limitar à distribuição de informações e apresentação de:

a) *problemas local e temporariamente prioritários*, tais como o combate à dengue. Na escola, esse tipo de problema precisa ser “prevenido” pelo reconhecimento de que ações humanas têm levado a graves desequilíbrios ecológicos, portanto, outras ações são necessárias além das remediadoras a problemas instalados. O auxílio meramente informativo ao combate a esse tipo de problema é muito mais efetivo pelos meios de comunicação de massa, os quais devem exercer função formativa permanente;

b) *temas de projetos* por demais genéricos ou descontextualizados, tais como “meio ambiente” e “drogas”. O primeiro destes exemplos é o próprio contexto da vida, de todas as vidas e seres em inter-relação e interdependência, dinâmicas estas não restritas às relações bioquímicas e físicas terrestres. Transformá-los em “projetos” é inverter a ordem hierárquica dos saberes necessários à formação básica e submetê-los ao risco de aprendizagens superficiais, isto é, que não abrangem, simultaneamente, construções conceituais, atitudinais e procedimentais. O segundo exemplo é parte do mesmo contexto socioambiental e dele não pode ser destacado ou tratado de forma médico-emergencial somente.

c) *tópicos de conteúdos programáticos*, listados para serem abordados em determinados períodos do ano letivo, ou até mesmo, em datas específicas de exaltação midiática.

No ensino não formal, o desenvolvimento da consciência planetária não pode restringir-se a campanhas e eventos com objetivos remediadores de situações socioambientais adversas; focados exclusivamente nos impactos que essas situações causam às vidas humanas, pois, em grande parte das vezes, as adversidades decorrem ou são intensificadas por decisões e ações humanas pautadas em visões parciais e antropocêntricas da realidade sociambiental.

A consciência ambiental planetária depende de os processos educativos emanarem intenções bio-antropo-éticas e políticas ambientais de caráter planetário, reflexos de uma Pedagogia interacionista radical, que busca a “relação de inseparabilidade e de inter-retroação entre todo fenômeno e seu contexto, e de todo contexto com o contexto planetário” (MORIN: 2003, p.159).

Entendendo-se que o pensamento deve retroagir às consciências e orientar o viver (idem), os anos iniciais do ensino fundamental devem efetivar o *pensamento sobre, na, para e pela* vida na Terra. Aí está o foco curricular fundamental dos processos formativos nos anos iniciais da educação básica.

Uma Base Curricular Comum Nacional está apresentada para discussão neste momento da educação brasileira. Quais princípios explicitam essa Base? Ao se planejar educação ambiental, não se pode correr o risco de o todo se transformar em parte. Temas *transversais* correm o risco de se diluírem ou ficarem à margem dos projetos pedagógicos. É por essa razão que os princípios educativos precisam ser assegurados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. O conceito de transversalidade. <http://www.eaulas.usp.br/portal/video.action?idItem=705>

BRANCO, Samuel Murgel. *Eossistêmica – uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente*. São Paulo: Edgard Blücher: 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Transversalidade" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>, visitado em 19/10/2015.

MORAES, Maria Cândida. *Pensamento eco-sistêmico – educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORIN, Edgar & CERUTI, Gianluca Bocchi-Mauro. *Os problemas do fim do século*. Lisboa: 1991.

_____ & KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Elementos para o planejamento curricular na quarta série do ensino de 1º grau. 1979.

A INSERÇÃO DE VAGAS PARA TECNÓLOGOS EM CONCURSOS PÚBLICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE SECRETARIADO

Edilaine Cegan; Vanderleia Stece de Oliveira; Danielle de Souza de Oliveira;
Centro Universitário Internacional UNINTER
Secretariado Executivo Trilíngue.
Raul Vitor Oliveira Paes;
Universidade Federal do Pará UFPA
Secretariado Executivo Trilíngue.
Thereza Cristina de Souza Lima;
Centro Universitário Internacional UNINTER
Letras.

Palavras-chave: Concursos públicos. Cursos Superiores de Tecnologia. Secretário Executivo.

INTRODUÇÃO

A participação dos tecnólogos em concursos públicos é tema de relevante discussão, considerando-se o crescente aumento nos números de profissionais formados em cursos superiores de tecnologia (CST).

Todavia, se de um lado têm-se o governo e o mercado de trabalho a fornecer incentivo para a formação desses profissionais, do outro não se tem a clara compreensão sobre os limites e possibilidades de atuação desses profissionais enquanto servidores públicos. Para compreender o cenário de concursos públicos para profissionais de secretariado no Brasil, parte-se de tal questionamento: Os editais de concursos públicos no Brasil preveem a formação superior em cursos de tecnologia como requisito ao cargo de secretário(a) executivo(a)?

Para tanto, os seguintes objetivos foram estabelecidos: mapear editais de concursos com vagas para profissionais de secretariado divulgados em site de publicação nacional; identificar se os requisitos constantes nos editais de concursos públicos apresentam distinção entre graduados de cursos de bacharelado e tecnologia; verificar se existem pareceres judiciais emitidos sobre esse assunto; e compreender, a partir da legislação para os CSTs³⁶, quais políticas públicas contribuem para a construção do cenário investigado. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados os editais de concurso divulgados no site de uma consultoria *online* divulgado nos anos de 2012, 2013 e 2014.

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Os cursos superiores de Tecnologia são cursos de graduação com menor tempo de duração que os cursos de bacharelado, que conferem ao egresso um diploma superior de tecnólogo. Com foco na prática, os cursos superiores de tecnologia estão diretamente relacionados à formação do trabalhador para atuação imediata no mercado de trabalho, tendo em vista a especificidade de algumas áreas, em sua maioria, influenciadas pelas mudanças constantes, ocasionadas pela implementação de novas tecnologias.

³⁶ Cursos Superiores de Tecnologia

Embora a existência de cursos com menor duração voltados para a formação de um ofício não seja um fato novo no Brasil, nem sempre foi dado a esses cursos, a importância que assumem no contexto contemporâneo, como mostra o Parecer CNE/CES nº 436 de 2001:

A educação para o trabalho não tem sido convenientemente tratada pela sociedade brasileira que, em sua tradição, não lhe vem conferindo caráter universal, colocando-a fora da ótica do direito à educação e ao trabalho. Até a década de 80, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada. A partir de então, as novas formas de organização e gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. (BRASIL, 2001, p.1).

Neste sentido, é possível constatar que, à medida que novas e mais modernas tecnologias são incorporadas ao mercado de trabalho, novas habilidades precisam ser formadas em detrimento de outras que foram substituídas pela máquina, e, para tanto, é fundamental que as políticas públicas estejam alinhadas às demandas sociais e econômicas do país.

Em números, no cenário educacional brasileiro, os cursos tecnológicos são responsáveis por 13,6% das matrículas na educação superior. Entre 2003 e 2013, a matrícula saltou de 115 mil para quase um milhão, o que representa crescimento médio anual de 24,1%. Na rede federal, houve expansão de 171% nas matrículas. Além disso, ainda é possível perceber, a partir da análise do relatório do Censo da Educação de 2014 (INEP/MEC, 2014), o gradativo aumento na oferta de cursos superiores de Tecnologia no Brasil: enquanto em uma década o bacharelado dobrou o número de cursos, os de tecnologia cresceram cinco vezes mais, passando de 1.142 cursos presenciais em 2003 para 5.798 em 2013. Já na modalidade EaD³⁷, enquanto o número de bacharelados saltou de 1 para 240, os cursos de tecnologia passaram de 1 em 2003 para 426 em 2013, aumento que só confirma a importância que esse grau de formação representa para o desenvolvimento do país.

SECRETARIADO EXECUTIVO

Assim como em outras áreas, a formação em Secretariado acompanha as mudanças no cenário econômico, oferecendo oportunidades de formação em diferentes níveis. A lei de regulamentação da profissão, Lei 7.377/85, complementada pela Lei 9.621/96, prevê o nível técnico e o superior como possibilidade para registro profissional; no entanto, na contemporaneidade, quando se trata de ensino superior, fica a critério do aluno a escolha entre um curso de tecnologia ou de bacharelado (BRASIL, Lei 7.377/85; BRASIL LEI 9.621/96).

Vale destacar que, atualmente, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação referentes ao ano de 2014, existem 158 Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de Secretariado no Brasil. Dessas, 100 oferecem o curso de Bacharelado e 58 o curso superior de Tecnologia. Considerando a oferta de cursos a distância, o curso de Secretariado é ofertado em 1.114 locais, sendo que em 902 locais oferta-se o curso Superior de Tecnologia na modalidade EaD; em 140 locais o curso de Bacharelado; e em 72 locais o curso Superior de Tecnologia na modalidade presencial.

Percebe-se, assim, que embora a quantidade de Cursos de Tecnologia em Secretariado existente no país seja menor, por meio da modalidade EaD, enquanto o curso

³⁷ Educação a distância

de Bacharelado, que só é ofertado na modalidade presencial atinge um número de 140 cidades, o Tecnólogo é oferecido em 974 locais, o que só confirma a expansão desse nível de formação.

PARECERES JUDICIAIS

Recentemente, um acontecimento que ganhou repercussão envolvendo a Petrobrás, estatal brasileira, foi destaque na mídia, por impedir a participação dos tecnólogos em seu concurso. De acordo com a juíza que julgou o caso, o fato de uma estatal nacional agir dessa forma contradiz o que a política nacional de incentivo à formação tecnológica prega (Folhapress, 2014). Sobre esse assunto, o jornal *Valor Econômico*, divulgou em fevereiro de 2014 a seguinte notícia:

Enquanto o Ministério da Educação vem estimulando a formação de tecnólogos, a Petrobras - principal estatal do país - foi condenada a pagar R\$ 5 milhões por barrar esses profissionais em concurso público. Em dezembro passado, a Justiça do Trabalho definiu a quantia como indenização pelo dano moral coletivo provocado pela restrição, prevista em concurso da Liquegás, subsidiária da estatal. No trecho do edital em que são definidos os requisitos básicos para a disputa, a empresa informa que "não serão aceitos cursos de tecnólogo ou licenciatura" - a exceção é para o cargo de profissional de tecnologia da informação. Entre os cargos de nível superior, foram ofertadas sete vagas para engenheiros. A ação foi iniciada pelo sindicato dos tecnólogos da Bahia e proíbe ainda que novos concursos da Petrobras adotem restrição semelhante. O valor da penalidade, segundo a Justiça, deve ser depositado no Fundo de Amparo ao Trabalhador. Na decisão, a juíza Hineuma Hage afirma que o texto do edital do concurso é ilegal. "É um contrassenso absurdo o governo federal utilizar recursos públicos em programas de crescimento, incentivando a formação em cursos de Tecnologia e Licenciatura, e, através da sua administração indireta (...) discriminar o acesso destes profissionais", diz a juíza na decisão.

Jorge Solla, presidente do Sindicato dos Tecnólogos da Bahia (SINDTECNO), afirma que além da Petrobras, a Casa da Moeda e a Força Aérea Brasileira (FAB) também estão com processos na Justiça Federal por critérios excludentes quanto à formação em Tecnologias, e postula que: "esperamos que outros juízes decidam de forma coerente e que os órgãos públicos abandonem essa discriminação" (SINFA-RJ, 2014). Para que situações como as mencionadas sejam minimizadas, surge outra figura importante para os profissionais tecnólogos: o sindicato dos tecnólogos, o qual vem ganhando espaço na tentativa de promover este nível de formação profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa exploratória foi a base para do desenvolvimento do estudo, que se constituiu a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Nesse contexto, foram analisados 98 editais de concursos públicos, com oferta de vagas para o cargo de secretário executivo nos anos de 2012, 2013 e 2014, divulgados em um site que agrega dados de concursos públicos nacionais. A escolha da fonte para avaliação dos editais de concursos se deve ao fato desse ser considerado um canal popular de divulgação de concursos públicos no Brasil.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Sobre os editais lançados em 2012, em um total de 36, verificou-se que o maior número, 15 editais, exige como requisito para a ocupação do cargo de secretário executivo, a certificação em nível superior em cursos de Secretariado Executivo; e em 14 deles o requisito de formação é Curso superior em Secretariado Executivo Bilíngue ou Letras. Embora seja sutil a indicação da formação em curso Superior de Tecnologia, entende-se que ao se exigir a formação em curso Superior de Secretariado ou Secretariado Executivo, estão incluídos também os egressos dos Cursos Superiores de Tecnologia.

No ano de 2013 foram lançados 35 processos de seleção, dos quais 18 exigiam formação em Secretariado Executivo, com o destaque de um edital que também solicitou, como requisito, o curso superior de Tecnólogo em Secretariado. Com isso, percebe-se uma inserção tímida, mas explícita, dos cursos tecnológicos como requisito para a ocupação do cargo. Outrossim, é interessante destacar que no ano de 2013 houve certo crescimento no número de processos seletivos divulgados pela fonte analisada.

Em 2014, percebe-se uma diminuição dos processos de seleção, foram apenas 27 concursos dos quais 11 deles apresentaram como requisito de formação superior o curso de secretariado, ou seja, menos de 50% das vagas. No quadro 1 a seguir é possível uma melhor compreensão desse cenário.

Quadro 1 - Cenário da oferta de vagas, em concursos públicos, para Secretário no período de 2012 a 2014.

	Editais analisados	Curso superior em Secretariado Executivo Bilíngue ou Letras	Curso Superior em Secretariado	Ensino médio ou técnico em Secretariado	Outras áreas
2012	36	14	15	3	2
2013	35	12	18	4	1
2014	27	17	11	0	1
Total	98	43	44	7	4

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados 54 editais colocam como requisitos de formação Curso superior em Secretariado Executivo Bilíngue ou Letras; Ensino médio ou técnico em Secretariado; ou outras áreas. E em apenas 44 o requisito de formação é o curso de secretariado.

Outra informação preocupante, quanto aos requisitos de formação é de editais que colocam como requisito para ingresso na função de secretário executivo apenas a conclusão do ensino médio, o que indica um completo desconhecimento da titulação, em nível superior, para os profissionais de secretariado.

Por fim, vale destacar, que embora com uma inserção ainda pequena, foram identificados dois editais que solicitaram como requisito, o curso superior de tecnologia em secretariado, o que possibilita inferir o início de um reconhecimento por parte do mercado de trabalho para os profissionais de Secretariado Executivo egressos dos Cursos Superiores de Tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer o caminho proposto em busca de respostas sobre a inserção dos profissionais egressos de cursos superiores de tecnologia em concursos públicos, tomando como base o curso de Secretariado, identificam-se importantes desafios a serem superados, que vão além dos objetivos propostos para esta pesquisa.

Percebeu-se, a partir dos dados levantados, que a área secretarial vem enfrentando uma situação que infringe a própria lei de regulamentação da profissão, que é a admissão de profissionais formados em outras áreas para a função de secretário(a) executivo(a) em cargos públicos. Além disso, percebe-se uma forma de ocultar, ou mesmo mascarar, as informações que deveriam estar explícitas, deixando-as, por vezes, a cargo de interpretações.

Ou seja, se a vaga é para um cargo superior, deveria estar em edital, também a formação superior em Tecnologia, a fim de não deixar nenhuma dúvida, como é feito no caso da formação em Letras, amparada na Lei 11.091/2005, em discussão pela FENASSEC. Por outro lado, além de um número muito ínfimo de editais apresentarem nos requisitos a formação em cursos superiores de tecnologia, usam-se ainda as denominações Bilíngue e Trilíngue, adotadas pelas Instituições de Ensino que oferecem cursos de Bacharelado, pois o curso superior de tecnologia, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, só pode usar a denominação “Secretariado”.

Assim sendo, embora se trata de um curso superior, em igualdade com o bacharelado de acordo com a legislação, esse fato causa receio e dúvidas aos tecnólogos interessados em concorrer às vagas propostas.

Compreende-se, então, diante do cenário apresentado, que é salutar que a categoria secretarial continue empenhada na discussão sobre os requisitos para o exercício do cargo de Secretário Executivo nos seguintes vieses: (1) Retificação dos requisitos no que concerne aos egressos de Letras; (2) Adequação da solicitação de idiomas estrangeiros quando a vaga assim necessitar, mas sem atrelá-la à certificação Superior. (3) Inclusão, de forma explícita, da formação em Curso Superior de Tecnologia em Secretariado como um dos requisitos para o exercício do cargo, a fim de não gerar dúvidas sobre a formação superior.

Acredita-se, enfim, que tal pesquisa possa contribuir para o reconhecimento da formação superior em tecnologia, pois apesar de existirem diferenças e especificidades a serem respeitadas, se faz necessário o combate a qualquer forma de preconceito ou negligência em relação aos profissionais tecnólogos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da educação superior. INEP/MEC. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/centso-da-educacao-superior>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

_____. Lei n. 7.377, de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. Publicada no *Diário Oficial da União* 1/10/1985. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura.

_____. Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em 23 agosto de 2015.

_____. Lei nº 9.261 de 10 de janeiro de 1996. Altera a redação dos incisos I e II do Art. 2º, o caput do Art. 3º, o inciso VI do Art. 4º e o parágrafo único do Art. 6º da Lei Nº 7.377 de 30 de setembro de 1985. Publicada no *Diário Oficial da União* dia 11/01/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm. Acesso 23 de agosto de 2015.

_____. Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001. Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. Despacho do Ministro em 5/4/2001, publicado no Diário Oficial da União de 6/4/2001, Seção 1E, p. 67.

FENASSEC. **Federação Nacional dos Secretários e Secretárias reivindica, no MEC, a correção da lei que prejudica Secretários em concursos públicos na área educacional.** Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/comunicado-05-2014.html>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

Folhapress. **Petrobrás é condenada a pagar...** (2014). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1408893-petrobras-e-condenada-a-pagar-r-5-mi-por-barrar-tecnicos-em-concurso.shtml>. Acesso em 10 de julho de 2015.

PCI – Concursos. Concursos Públicos: **Secretário executivo.** Disponível em: <http://www.pciconcursos.com.br/pesquisa/?q=Secretario+executivo>. Acesso em 24 de setembro de 2015.

SINFA-RJ. **Tecnólogos vetados em concursos públicos.** Disponível em <http://www.sinfa-rj.org.br/>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ: UM EXEMPLO CONSTRUÍDO EM COLETIVO E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO

Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição,
Mestrando em Educação e Novas Tecnologias Uninter - Centro Universitário
Paulo Roberto Castella,
Coordenador da Educação Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná – SEMA-PR,

1 INTRODUÇÃO

Apesar de todas as dificuldades da implementação da atual lei de Educação Ambiental, não podemos deixar de apresentar os esforços que foram realizados para a construção desta norma no Estado do Paraná. Em todo o processo de construção do texto da legislação foi colocado como primordial o papel do educador, sendo este um agente consciente e crítico nos seus afazeres. No entanto, a educação ambiental busca transformar um campo de conhecimento que vem tecendo a partir da convergência, como: o diálogo, a convivência inter e transdisciplinar.

Pelas necessidades socioambientais de nosso Estado, depois de uma longa conversa com educadores especialistas durante quase uma década, é publicada no dia 11 de Janeiro de 2013 a lei estadual nº 17505, que inseriu nos currículos escolares atividades de educação ambiental. O presente trabalho vai descrever a experiência na elaboração da legislação da educação ambiental paranaense. Como todo o processo se opôs a qualquer forma de reducionismo. É necessário observar o conjunto da realidade escolar e temos a consciência de que este trabalho é contínuo e passará por muitas situações que deverão ser ainda avaliadas como a implementação de políticas públicas mais efetivas.

2 A retrospectiva histórica e as experiências produzidas na construção da Educação Ambiental no Paraná

Nos primeiros anos do Século XXI, 2003 e 2004, começou o processo de rearticulação de uma nova estrutura para a Educação Ambiental no Estado. Iniciou-se, aí, a discussão da criação da **CIEA no PR – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental**, que contou com uma participação mais ampla, ou seja, foram incluídos representantes da sociedade civil organizada, universidades e setor empresarial, além de gestores públicos. Foi assim que, a partir de junho de 2005, o Estado do Paraná passou a desenvolver trabalhos referentes ao processo de constituição da CIEA, por meio de parcerias entre a SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental do MMA, o IBAMA, a Rede Paranaense de EA – Educação Ambiental, onde formaram inicialmente um Grupo Gestor Pró-CIEA com a incorporação de instituições não governamentais.

Com a formação desta Comissão, foi realizada uma sequência de trabalhos, começando com as articulações locais para a organização de Encontros Regionais do Norte Novo, Norte Velho, Noroeste, Sul e Sudeste Paranaense. Nestes encontros foram mobilizados: a sociedade, instituições e educadores ambientais em todo o Estado para as discussões acerca das políticas públicas e da descentralização da Educação Ambiental no

Paraná. Estes encontros tiveram a presença de 834 pessoas, com a representação de 286 instituições dos setores governamentais, produtivo e a sociedade civil. Nos encontros, os grupos de trabalhos começaram a dialogar e a refletir sobre os assuntos relacionados à comissão, desde o mapeamento da EA nas regiões, até a sugestão de critérios de representatividade institucional na CIEA.

Do total dos 11 encontros, foram eleitos delegados que vieram a participar do Encontro Estadual de Constituição da CIEA Paraná. A partir das reuniões Regionais, o grupo Pró-CIEA organizou e sistematizou os resultados e propôs uma nova pauta de reunião, com os delegados regionais, preparatória para o Encontro Estadual. Neste evento, os delegados regionais confirmaram presença e debateram os assuntos referentes ao **decreto de criação da comissão**, mais especificamente os assuntos referentes às competências, as cadeiras representativas na comissão e a forma de regionalização.

2.1 O Resultado do Encontro Estadual de 2006

Participaram da abertura do Encontro Estadual em outubro de 2006 representantes da SEMA-PR – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Paraná, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Este último representava o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental sobre a questão da formação das CIEAs nas unidades federativas e sua importante missão: elaborar e implementar políticas públicas de Educação Ambiental pelos estados federados.

A representante do MMA – Ministério do Meio Ambiente no Paraná, contextualizou e apresentou o processo realizado até aquele momento, mostrando a mobilização dos atores da Educação Ambiental na construção coletiva da Comissão e o objetivo do Encontro Estadual: definir e constituir a CIEA-PR.

Logo em seguida, a equipe que conduziu os trabalhos de grupo e plenária, dividiu os presentes em 8 (oito) grupos mistos, orientou os presentes para a dinâmica das atividades, sendo que cada grupo deveria ter um porta-voz e um mediador. O porta-voz necessariamente deveria ser um delegado, e sua função seria apresentar os resultados do seu grupo à plenária geral. Nos trabalhos, os grupos analisavam as propostas trazidas pelas regionais e reelaboravam as competências. Estas seriam validadas posteriormente no final do trabalho.

Na continuidade, a equipe solicitou que individualmente idealizassem a visão de futuro para a CIEA, e que posteriormente compartilhassem com o grupo, consolidando assim a visão de futuro que definisse a comissão. Os registros foram feitos em Flip Chart e o porta-voz apresentava as ideias.

Os presentes dialogaram, pediram a voz, lançaram propostas e defenderam suas ideias, assim foram decidindo e definindo a estrutura e o perfil da CIEA paranaense. As discussões acerca da regionalização e o número de cadeiras a compor a CIEA, tiveram dificuldades de consensos. Os níveis de entendimento do processo de criação desta comissão eram variados e não se tinha muita noção de qual formato seria ideal para o contexto do Paraná. Foram lançadas várias propostas e, por fim, a maioria preferiu o recorte geográfico das regionais por Bacias Hidrográficas.

O segundo ponto foi em relação à paridade entre regionais e segmentos da sociedade. Depois de muita explanação e argumentação em relação às propostas, a plenária decidiu pela opção que dava duas vagas para cada regional e outras 16 cadeiras divididas entre os segmentos da sociedade.

Em seguida, os segmentos se dividiram para indicar as vagas para as instituições, levando em conta a sua representatividade no respectivo segmento e as questões relacionadas à comissão de Educação Ambiental. A escolha e indicação foram feitas pelos delegados presentes respectivamente representando os segmentos aos quais pertenciam, instituições do setor produtivo, educacional, ONGs, e as secretarias de estado ligadas ao assunto como Embrapa, SEMA/PR, IAP e outros.

2.2 Os desdobramentos do Encontro Estadual de 2006

Foi consenso que a suplência institucional deveria ser definida considerando-se o potencial de articulação e ampliação da CIEA, o que poderia favorecer o diálogo entre as instituições e a construção coletiva das ações da comissão. Os segmentos: setor produtivo e sociedade civil tiveram grande dificuldade para decidir as cadeiras representativas. Foi consenso entre os presentes que não haveria mais encontros presenciais e votações para a finalização do decreto de constituição da CIEA-PR.

O grupo Pró-CIEA ficou encarregado de dar os encaminhamentos para a organização do decreto e a criação da CIEA-PR, além de enviar a todos os presentes as resoluções finais deste processo.

2.3 O Processo de Criação da Lei Estadual de Educação Ambiental

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, houve uma paralisação no processo de efetivação do funcionamento da CIEA, principalmente, em função das mudanças políticas que ocorreram nos órgãos gestores, os quais também estavam envolvidos com a Educação Ambiental no Estado. Somente em 2010 a articulação foi retomada, mas de outra forma: foi criada, junto ao CEMA-PR – Conselho Estadual do Meio Ambiente do Paraná, a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação, objetivando a elaboração de uma minuta de lei para a Política de Educação Ambiental no Estado do Paraná, através dos documentos que foram elaborados pelo CEIA.

Depois de várias reuniões da referida Câmara Técnica do CEMA-PR, realizadas de forma aberta e ampliada com educadores ambientais de vários segmentos da sociedade, fechou-se a redação de uma minuta da lei estadual para a Política de Educação Ambiental.

Mas, para garantir a legitimidade e o referendado participativo e democrático dos segmentos sociais como um todo, em agosto de 2010, o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Paraná – CEMA-PR enviou a inúmeras instituições e entidades, o Ofício circular Nº 47/2010 da Secretaria Executiva do CEMA-PR, convidando todas para o SEMINÁRIO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, a ser realizado no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, município de Pinhão, no período de: **30 de agosto** a 2 de setembro de 2010.

O objetivo deste Seminário foi analisar, formular e propor contribuições à minuta do Projeto de Lei elaborado pelo Grupo de Trabalho da Política de Educação Ambiental, criado no âmbito da Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental do CEMA-PR.

Participaram desse Seminário cerca de 400 pessoas, provenientes de todas as bacias hidrográficas do Estado e representantes de vários segmentos: sociedade civil, setor empresarial e gestores públicos.

Após esse evento, o texto aprovado em Faxinal do Céu foi encaminhado à Procuradoria da SEMA-PR para os ajustes legais e ou jurídicos necessários e, em seguida, ao Conselho Estadual de Meio Ambiente do PR, onde foi analisado, discutido e aprovado. Esta versão foi para o Governador do Paraná, mas ficou lá até meados de 2011, pois com a mudança de governo, era preciso um referendado da nova gestão. O novo Governador, então, devolveu o Projeto de Lei à SEMA-PR, para que fosse novamente referendado no CEMA-PR.

Depois da reformulação foi encaminhado ao Governador, que solicitou um parecer à PGE – Procuradoria Geral do Estado, a qual segurou o Projeto de Lei por quase dois anos. Sua publicação como Lei Estadual n. 17.505 deu-se no dia 11 de janeiro de 2013, com o veto de um artigo pelo Governador e alteração de vários outros artigos, principalmente no que se refere à estruturação do órgão gestor de Educação Ambiental no Estado.

2.4 A importância da lei construída pelo coletivo com participação popular

Deparamos-nos cotidianamente com o distanciamento das pessoas pelos bens coletivos. Inúmeros estudos não trazem indicativos favoráveis sobre a coisa pública. Na democracia atual temos o chamado fenômeno social apolitismo, que segundo o escritor francês Francis Wolff, é quando o cidadão comum se distancia do processo político comunitário.

O apolitismo é a recusa dos cidadãos, explícita ou implícita, em participar da vida da comunidade política e das escolhas que essa comunidade faz. É o desinteresse pela coisa pública. Na Europa, o apolitismo se manifesta quando o povo vota em grupos populistas e demagógicos (partidos de extrema direita, xenófobos) e quando se abstém em massa das votações. No Brasil, o apolitismo se manifesta quando os cidadãos se afastam dos políticos. Em vez de entrar no território ligado ao poder, os cidadãos se “retiram” para o território individual, familiar, religioso e até esportivo. (REDAÇÃO, SENADO NOTÍCIAS, 2012)

Em continuação ao pensamento do filósofo traz o seguinte argumento:

O distanciamento entre os governantes e os governados é a negação da democracia. É possível que o cidadão nem perceba que, quando ele procura “viver em paz”, sem intrometer-se nos temas públicos, a política acaba se tornando um campo exclusivo dos “políticos profissionais”. Como estão distantes do povo, esses políticos tendem a tomar medidas tecnicistas, orientadas por critérios técnicos, sem levar em consideração as opiniões, os interesses e as vontades da população. No dia a dia, o cidadão não se dá conta disso. Só percebe quando os políticos baixam alguma medida que realmente o prejudica. (REDAÇÃO, SENADO NOTÍCIAS, 2012)

Apesar de todo este distanciamento da sociedade atual nas questões da participação coletiva, a lei de educação ambiental foi um marco nas políticas públicas. Fez diferença na atual conjuntura sociopolítica. O tema meio ambiente está presente no cotidiano em todas as esferas sociais, independe da classe social. Portanto, entende-se que a educação ambiental tenha um propósito mais prático e “palpável”. Não há de se negar que a matéria em questão é essencialmente prática. Segundo Dias(2001):

A educação ambiental (EA) pode ser renovadora, induzir novas formas de conduta

nos indivíduos e na sociedade, por lidar com as realidades locais, por adotar uma abordagem que considere todos os aspectos que compõem a questão ambiental – aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, éticos, ecológicos, científicos e tecnológicos – por ser catalizadora de uma educação para o exercício pleno e responsável de cidadania, pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos onde se vislumbre a possibilidade de mudanças e melhoria do seu ambiente total de qualidade de sua experiência humana.(DIAS, 2002, P. 21)

A lei no Estado do Paraná possui um aspecto significativo e inovador, motivo pelo qual não foi criada nos bastidores de uma casa de lei como a Assembleia Legislativa do Estado. Na caminhada dos trabalhos afluíram uma responsabilidade conjunta. O autor RUSCCHEINSKI (2002), demonstra que a educação ambiental crítica possui por si só um caráter revolucionário e até mesmo radical diante das mudanças de comportamento.

A educação ambiental deve tratar de questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em um contexto social histórico. Aspectos primordiais para seu desenvolvimento e seu meio ambiente tais como população, paz, direitos humanos, democracia, saúde, fome, degradação da flora e fauna(...) (RUSCCHEINSKI 2002,p. 68)

O processo democrático da construção da legislação da educação ambiental foi de certa maneira instigante. Não podemos apenas manifestar o lado positivo. Há muitos desafios a serem enfrentados, como a implementação da própria lei que esbarra na burocracia, como também a falta de democracia no ambiente escolar. No entanto o processo de construção da norma nos demonstrou maturidade democrática dos educadores e demais setores envolvidos com a educação informal e formal. Nestes aspectos o próprio caderno de ensinamentos sobre o tema do Ministério do Meio Ambiente, publicado em 2005, descreve o seguinte. A saber:

Acima dos interesses particulares, acima da privatização e da mercantilização da natureza, a educação ambiental trabalha a afirmação de que os recursos naturais e o meio ambiente são “bens comuns” do país e da humanidade. Acima dos interesses particulares, há o interesse geral da humanidade, a de hoje e a do futuro, de que cuidemos bem da nossa herança. No mesmo movimento reflexivo, o educando é convidado a mudar de postura ou fortalecê-la, a mudar ou fortalecer a sua relação com seu meio ambiente, e a se inserir na tarefa democrática de fazer prevalecer o interesse coletivo da humanidade. (JR.FERRARO(org); in LEROY & PACHECO, p. 137)

O texto acima nos traz bem esta reflexão sobre os novos paradigmas que estão presentes no cerne da sociedade. Agora resta saber como vamos lidar com a diversidade do processo educativo para implementação da educação ambiental. Processo, este, desafiador devido à falta de investimentos sobre uma gestão intersetorial no que tange a esfera governamental. No entanto, não podemos jamais deixar esquecer a luta da construção da legislação, que pode inspirar gerações presentes e futuras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos deixar de relatar que a educação ambiental no Estado do Paraná não tem sua aplicação efetiva na rede pública de ensino, sendo apenas hoje texto de lei. O grande desafio das questões presentes é a formação do corpo escolar em lidar com a norma.

Conceito que devem se balizar sobre o prisma de um processo democrático e inovador. Contudo não podemos deixar de esquecer a dinâmica tecnológica da Educação a Distância.

Neste contexto, é preciso compreender o docente e suas necessidades diante de suas atividades sobre magna dos conceitos humanistas. Portanto, a lei de educação ambiental estadual pode ser a chance de transformação no ambiente escolar.

São necessários novos estudos e um planejamento que poderão analisar e apontar as demandas sobre a "velha escola". Para isto, é preciso novamente planejar um conjunto de processos quanto à implementação, na forma mais democrática para que sejam trilhados novos caminhos, no sentido de romper o conservadorismo escolar. O governo precisa escutar quem está na ponta da execução das atividades. É necessário valorizar a todos que estão no processo de transformação e das ações. Partindo deste ponto de partida para conscientizar e cativar a todos ou a lei por si só perderá sua eficácia.

4 REFERÊNCIAS

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2001.
FERREIRA, L. da C. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

JR. FERRARO, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos: formadores de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

PARANÁ, lei nº 17505, 11 de Janeiro de 2013.

REDAÇÃO. **“Desinteresse por política ameaça a democracia”, diz filósofo francês**. **SENADO NOTÍCIAS**, BRASÍLIA: 20/06/2012, INTERNACIONAL, Acesso em: 12/05/2015 . disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/06/20/201cdesinteresse-por-politica-ameaca-a-democracia201d>

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

O INSTITUTO DA EMANCIPAÇÃO NO NOVO CÓDIGO CIVIL E COMERCIAL ARGENTINO

Por Antônio Domingos Araújo Cunha
Doutorando em Direito
Universidade de Buenos Aires
Extensão na Academia de Direito Internacional de Haia, Holanda.

Palavras-chave: Educação, emancipação, lei, trabalho.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar comentários sobre as novas disposições introduzidas no novo Código Civil e Comercial Argentino, que entrou em vigor este ano, (2015), considerando-se a questão da emancipação civil, suas tendências e encaminhamento, tendo como justificativa a relevância do tema na promoção da cidadania e a inclusão do mesmo no mundo adulto do trabalho aumentando a responsabilidade inerente ao ser humano, especialmente em relação à atitude consciente para o exercício da vida social em termos de direitos e deveres tanto na perspectiva nacional e internacional, apontando como problema as questões assimétricas decorrentes de tal mudança.

O novo Código Civil e Comercial Argentino (2015), dos artigos 27-29, disciplina a conduta das pessoas menores de idade, através da emancipação, antes de dezoito anos, através do casamento. A celebração do casamento antes dos dezoito anos emancipa o menor. A mera anulação do casamento não anula a emancipação, exceto com relação ao cônjuge de má-fé para que cesse, a partir da data em que a sentença é proferida no caso julgado. Anteriormente a esta mudança, na Argentina, o artigo 26 estabelecia condições ao exercício de direitos civis por parte do menor. Em 1968, a reforma parcial do Código Civil foi promulgada, estabelecendo que a maioridade começaria aos 21 anos. Pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, assinada em 20 de Novembro de 1959, é considerado menor, pessoas com idade inferior a 18 anos. A legislação atrai a atenção à invocação da responsabilidade dos menores, em território argentino, incorporada positivamente sobre o texto legal civil e de forma reflexiva da preocupação dos funcionários do governo para exigir a responsabilização por atos contrários à harmonia social e não a responsabilidade ou co-responsabilidade dos pais ou responsáveis, o próprio Estado,³⁸ uma vez que é invocado em relação aos direitos e obrigações do filho adulto nas múltiplas relações da vida social. O menor se emancipa se possuir diploma de formação técnica (grifo nosso) que o habilita para o exercício de profissão regulamentada. Resta saber, quais ações governamentais serão tomadas em relação à valorização do ensino técnico e profissional, o respeito pelas leis protetivas do menor, enquanto cidadão / cidadã, bem como execução civil e sanções aplicáveis aos violadores da lei, à medida que atingem seus territórios de luta e conquista. Neste caso, é necessário ponderar a importância dada ao ensino técnico profissional, e como

³⁸ A realidade social dos dias de hoje exige do Estado um vasto leque de atividades para garantir a cidadania e o respeito pelos direitos fundamentais, pois existe lei, Estado Social e Democrático, o que significa que o Estado deve programar políticas e programas, ações para atingir certos objetivos sociais (Smanio, p. 6). In Smanio; BERTOLIN. O Direito e as políticas públicas no Brasil. São Paulo, Atlas, 2013

este treinamento, será responsável pelo alcance à qualidade de vida dos jovens, nesta condição de emancipação.

O autor visita alguns institutos jurídicos importantes para a análise de problema. Na Argentina, o ensino médio e o ensino profissional visam preparar os jovens para o mundo do trabalho. Há entrada eficaz no mundo do trabalho por meio de projetos via políticas públicas, que também são suportados com conteúdo legal. A educação deve ser gratuita, pelo menos correspondente ao ensino fundamental. Na Argentina, parece que a legislação está favorecendo a maturidade da criança em relação à maioria dos países, de acordo com a reforma do Código Civil e Comercial, porque a coloca como sujeito de direito, e não obrigações como a performance laboral, senão em períodos de estágio, com apoio financeiro direto do governo. Isso certamente vai atrair a atenção do resto do mundo, especialmente nas Américas e incentivar a migração, e marcar posições no território das desigualdades e diferenças. Certamente, a validade dos cursos de capacitação realizados dentro e fora do território argentino e da mesma forma, a legalidade da permanência de menores estrangeiros deve ser questionada. No caso de famílias estrangeiras se estabelecerem na Argentina, o direito à emancipação é estendido? Acontece também que o novo Código Civil propõe a supervalorização do papel da força de trabalho do menor emancipado, e esta atitude atrai a atenção da sociedade para uma forma mais complexa, para acompanhar não apenas o reconhecimento, mas também as garantias. Haveria efetividade na criação desta lei? Ou como no Brasil, a lei esboça apenas hipóteses impossíveis de concretização com maturidade?

Há na América Latina, uma demanda por serviços sociais direcionados ao trabalho, muito mais do que a educação, assim como o desmonte do paradigma da educação de per si, como viés que proporciona emancipação, exatamente no período em que os jovens possam alcançar a emancipação, proporcionando evasão escolar em alguns casos. Ao contrário do pensamento de algumas legislações na América Latina, o legislador argentino entende que o menor emancipado ganha independência para gerir os seus lucros, deixando opcional a transparência obrigatória ou de alguma forma a divisão dos frutos do seu trabalho com a família.

Nos casos previstos anteriormente, colocamos a presença da família no contexto das relações transitivas entre a infância e a entrada do jovem ao universo das relações do mundo adulto.

Os aspectos civis e criminais são também contemplados pelo legislador argentino no sentido da responsabilidade. A primeira relaciona-se com a responsabilidade do jovem emancipado para os atos da vida civil. Na área do Direito Civil, concentram-se olhares para os tipos de dano, tais como o econômico, moral e familiar. Para fins internos, o sistema penal argentino tem, ou deveria ter infra-estrutura carcerária para sustentar estes menores infratores, e pensar sobre a questão da seletividade pelo grau de periculosidade ou ameaça social dos indivíduos encarcerados e a faixa etária dos mesmos.

Presumivelmente, uma mudança nos hábitos de consumo no campo do marketing corporativo, ocorrerá, na medida em que o jovem adquirir poder de compra. Outra preocupação diz respeito ao direito das crianças a dirigir um veículo, uma vez sendo civil e criminalmente responsável, o tratamento é semelhante à dos adultos. Basta saber se o comportamento social dos motoristas nesta condição não mostrará desvios de comportamento, problemas relacionados com afirmação do ego de muitos jovens, por exemplo.

Em contraste com este processo de internacionalização dos recursos, é evidente que a educação desempenha um papel fundamental como um fator na definição dos interesses

dos Estados.³⁹ Parece extremamente importante destacar neste contexto, a questão da cultura de fronteira especialmente entre os países do MERCOSUL onde as relações de trabalho podem gerar tensões, haja visto a posição inovadora do jovem emancipado no contexto argentino em relação aos demais países deste circuito de relações entre países, especialmente com relação aos deveres civis e laborais, assim como nas perspectivas do direito internacional, especialmente no que diz respeito a violações na área do Direito Penal e em territórios alheios. Por exemplo, o Direito Internacional Privado, ao menos no Brasil, dispõe que a lei do país onde a pessoa está domiciliada, determina as regras sobre a capacidade. Esta regra específica foi estabelecida pelo direito brasileiro para evitar entre outros problemas que uma pessoa domiciliada em um país estrangeiro e reconhecida ali como maior de idade venha a ser considerada menor de idade no Brasil (caso em que a lei brasileira e estrangeira diverja neste particular – um “conflito de leis”), o que seria inconveniente e injusto.⁴⁰

Existe igualmente uma perspectiva de mudança de atitudes do menor com relação ao mundo adulto, especialmente com relação à violação destes direitos e certamente na sociologia dos tribunais, na medida em que o jovem se torna protagonista de suas ações, donde há de resultar uma mudança dos mecanismos de resolução dos conflitos sociais (SANTOS (2008, 197:222). Parece que a zona fronteiriça pode ajudar a transmutar as relações sociais e políticas, em especial no contexto dos países vizinhos, e certamente temos muito que aprender com estas novas medidas do Código Civil e Comercial Argentino visto que ampliar os horizontes da cidadania, da emancipação e da participação social dos jovens, não significa exatamente colher bons resultados desta transformação legislativa e que não seria plena se não atentarmos para o tema na perspectiva sócio-jurídica, onde o social determina a aplicação da norma jurídica em toda a sua complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aperfeiçoamento deste instituto na nova lei civil argentina pode inspirar idéias extremamente relevantes, como o debate sobre a necessidade ou não da antecipação da responsabilidade criminal e solidariedade dos pais ou responsáveis nos atos jurídicos praticados pelas suas crianças, especialmente no território da violência urbana e escolar, problema este, não mais local, mas global e transnacional.

REFERÊNCIAS

CAEEM. **Boletim do Conselho Acadêmico de Ética em Medicina**. ISSN. 1666-518X / Ano 9 / Julho de 2012.

DINIZ, Maria Helena, "**Lei Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretado**" Ed. Saraiva, 2ª edição, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2010.
DEL PERCIO, Enrique. **A Condição Social**. Consumo de energia e Representação não capitalismo tardio. São Paulo, Lexia de 2014.

³⁹ MERCOSUL. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300022&script=sci_arttext: Acesso em: 27.03.2015.

⁴⁰ DINIZ, Maria Helena, "**Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretado**", Ed. Saraiva 2ª edição, 1996.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Século XXI Editores, 2010, p.34.

HALL, Stuart. **Culturalmente Identidade na pós-modernidade**. Lamparina, Brasil 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. Portugal, 2008.

SILVEIRA, Paulo da. **Pais, professores e políticos**. O desafio de governar educação. Buenos Aires; Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2009, 336p.

SMANIO; BERTOLIN. **O Direito e as políticas públicas como no Brasil**. São Paulo, Atlas, 2013.

URCOLA, Mark. **Hay un niño en la calle** - 1ª ed. Buenos Aires: Centro de Integração Foundation, Comunicação, Cultura e Sociedade – CICCUS, 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CONSTITUIÇÃO DA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES DA. Disponível em:
<http://www.hcdtandil.gob.ar/archivos/pdf/cp_buenos_aires.pdf> Data: 04/05/2015.

DIREITOS UNIVERSAIS DA CRIANÇA declaração. Disponível em:
http://www.apfn.com.pt/declaracao_universal_dos_direitos_da_crianca.htm Data: 20/04/2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em:
http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf
> Data. 20/04/2015

DICIONÁRIO LATINO-AMERICANO DE BIOÉTICA, p.504. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001618/161848s.pdf>. Data: 11/05/2015.

MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE Disponível em:
<http://www.cepal.org/mujer/reuniones/mesa38/OIM_Migraciones.pdf> Data: 05/05/2015.

MERCOSUL. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300022&script=sci_arttext: Data: 27/03/2015.

Novo Código Civil Argentino. Disponível em: <<http://www.codigounificado.org/el-menor-adulto-y-el-menor-adolescente/>> Data. 17/04/2015.

NOVO CÓDIGO CIVIL DA NAÇÃO disponível: http://www.infojus.gob.ar/docs-f/codigo/Codigo_Civil_y_Comercial_de_la_Nacion.pdf Acesso: 21/03/2015.

SCIOSCIOLI, Sebastian. Educação em direito internacional e os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Disponível em: <<http://www.unsam.edu.ar/ciep/wp-content/uploads/pdf/2.%20Sebasti%C3%A1n%20Scioscioli%20La%20educaci%C3%B3n%20en%20el%20derecho%20internacional.pdf>.> Acessado em: 11/05/2015.

TOMASEVSKI, Katarina. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135168e.pdf>> Data: 10/05/2015.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE EDUCAR PARA A VIDA

Maria Cristina Borges da Silva
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Educação
E-mail:mariacrisbs@gmail.com

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Sustentabilidade, Práticas Educativas, Vida.

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento histórico que marcará profundamente a história da humanidade. Ocorreram mudanças significativas, nos regimes políticos, econômicos, religiosos e ambientais, especialmente no mundo ocidental, que impactaram positiva e negativamente várias sociedades. Acumulamos um notável e vastíssimo conhecimento, sem precedente na história. São incontáveis os documentos produzidos por conferências, relatórios mundiais, leis, decretos, pactos, declarações universais, diretrizes que apontam a necessidade de um novo modelo civilizatório, pautado num processo educativo voltado aos direitos, à diversidade sociocultural, a manutenção da dignidade e a qualidade de vida e, portanto, ao desenvolvimento humano. Entendido aqui, como aponta Sen, (2000), que compreende o desenvolvimento como liberdade, obtida pela extinção de privações de liberdades substanciais, as quais limitam escolhas e oportunidades das pessoas para exercer sua condição de agente, ou ainda, como um procedimento da ampliação das liberdades reais que as pessoas usufruam, sob os aspectos econômico, social e político.

É neste cenário que passam a existir documentos que buscam intervenções para a Educação de modo geral, que hoje se definem de forma ampla para contemplar a Educação no Campo, a Educação Ambiental, a Educação para Direitos Humanos, Educação para Diversidade Cultural, a Educação das Relações Étnico-Raciais, entre outras. Certamente, as características contidas nestas expressões de Educação (para/ em/ no) não pretendem especificar um tipo particular ou especial de educação. Ao contrário se constituem em avanços significativos que dizem respeito, antes de tudo, a novas práticas educativas que devem subsidiar a construção de novos valores e atores sociais. Assim como, garantir a igualdade e oportunidades a todos (as) brasileiros (as), excluídos(as) historicamente. Será que nos meios educativos, em especial na formação de profissionais que atuam na educação em qualquer nível de ensino, já se apropriaram destes documentos? Ao discutirmos sustentabilidade, estamos prontos a entendê-los como um componente que garanta plenamente os direitos humanos e a justiça social?

A Sustentabilidade e a Educação

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei nº 9.795/99, trazem amplas orientações para que haja o entrelaçamento dos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, emocionais, espirituais e psicológicas. O não entendimento deste entrelaçamento, pode impedir que possamos compreender a necessidade de integração entre as diversas políticas; educacionais e socioambientais, para que essas contribuam para o desenvolvimento regional e local. Dito de outra forma, as várias políticas, que norteiam a sociedade, não chega aos processos educativos, nem tão pouco, as Políticas Educacionais

chegam à sociedade de modo geral. E deste modo, não compreendemos a necessidade de formação, articulação e integração das políticas nacionais, o que se reflete na construção de novas práticas sociais, e consequentemente a novas práticas educativas.

Para Mendonça (2002, p.125), embora o termo meio ambiente tenha se ampliado e se tornado mais abrangente, “ainda não conseguiu desprender-se de uma gênese naturalista”, [...] “o que leva a crer que tenha gerado uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da componente/sujeito, mas o inclui como agente/fator”. Para o autor,

Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente no futuro próximo.

O que entendemos ser verdadeiro também, para profissionais que atuam em qualquer nível ou modalidades de ensino. Sendo assim, o termo ‘sócio’ aparece atrelado ao termo ‘ambiental’ para destacar a necessária inclusão da sociedade como sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea (MENDONÇA, 2002, p. 126).

São necessárias ainda algumas considerações sobre os termos Educação e Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação para Sustentabilidade, ou Educação socioambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que estas discussões surgem trazendo conflitos e contradições, e ainda permanece em aberto. Para Sauv , 1997, (apud Morales 2009, p.62,) demonstra que:

[...] para alguns, o Desenvolvimento sustentável (DS)   o objetivo mais ambicioso da EA, assim o termo Educa o Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (ESDS)   proposto. Para outros, o DS refere-se aos objetivos específicos, que deve ser adicionado para a EA, assim utilizam a expressão, educa o para o ambiente “e” para o desenvolvimento sustentável. Para a UNESCO, num documento proposto durante a Eco-92, a EA   apenas uma das temáticas que contribui para o DS. Ainda para outros, o termo EA implicitamente inclui a Educa o para o DS e, portanto a mudança de terminologia faz-se desnecessária. Essa confusão, todavia, pode ter trazido impactos negativos para a EA. [...] Em retrospectiva, se o debate sobre a expressão educa o ambiental e outros termos como educa o para o ambiente continua por mais de vinte e cinco anos, pode-se esperar que o debate sobre EA (ou educa o para o meio ambiente) e DS não seja resolvido num futuro imediato.

Outro termo utilizado   Educa o Socioambiental, para Layrargues (1999)

[...] apresenta uma visão da realidade bastante crítica, demonstrando que as origens da atual crise ambiental estão no sistema cultural da sociedade industrial, cujo paradigma norteador da estratégia desenvolvimentista, pautada pelo mercado competitivo como a instância reguladora da sociedade, fornece uma visão de mundo unidimensional, utilitarista, economicista e a curto prazo da realidade, onde o ser humano ocidental percebe-se numa rela o de exterioridade e domínio da natureza (LAYRARGUES, 1999, p 132).

Vale destacar que, não há no país, uma Política Nacional de Educa o para Sustentabilidade, e sim uma Política Nacional de Educa o Ambiental, que se desdobrou em 2012 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educa o Ambiental, a qual menciona a

sustentabilidade e a Educação Socioambiental. No entanto, a Educação para Sustentabilidade no Brasil, legalmente não se sustenta. Assim, podemos compreender que os anseios em relação às questões que comportam o discurso da Educação para a sustentabilidade, nem sempre contribuem para compreensão das dimensões e o desenvolvimento da Educação Ambiental. Contudo, ao preferirmos o termo Educação para a Sustentabilidade e não Educação Ambiental podemos estar enfraquecendo a política, e nos comprometendo ainda, com discurso baseado em aspectos economicistas e naturalistas, sem nos darmos conta, que esta abordagem, pode trazer impactos negativos para a EA

Ao refletirmos sobre a sustentabilidade, podemos mencionar alguns documentos que direcionam a discussão sobre a sustentabilidade, como: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Ordenamento Territorial, Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, Política de Desenvolvimento Regional, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**, A Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Educação do Campo, Política Nacional de Educação Alimentar e Nutricional, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, o Estatuto do Idoso, Educação para o Trânsito, entre outros. Todos estes documentos tratam, de questões sobre a sustentabilidade, mas nenhum traz definições, sobre sustentabilidade. Sendo assim, recorreremos a especialistas que vêm produzindo inúmeras discussões sobre a sustentabilidade.

Para Foladori, (2002) o conceito de desenvolvimento sustentável inclui três dimensões básicas: a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social.

Das três, a de maior controvérsia sempre foi a sustentabilidade social, já que tem sido definido com base em conceitos, nem sempre claros. Apesar disso, nos últimos trinta anos, a sustentabilidade social evoluiu para ressaltar a importância da participação social e do aumento das potencialidades e qualidades das pessoas na construção de um futuro mais justo. [...] apesar dos importantes avanços tanto no âmbito teórico quanto em sua implementação prática, o desenvolvimento sustentável continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem atingir nem questionar as relações de propriedade e apropriação capitalistas, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça.

Para Alves (2008) a sustentabilidade pode ser pensada a partir de oito dimensões: ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política, institucional e tecnológica. Para nós, sejam quais forem às dimensões da sustentabilidade, não é possível pensar em sustentabilidade, sem que esta considere as dimensões educacionais e espaciais, que comporta, sobretudo o território vivido.

Para Leff (2001, p 28), “o discurso do desenvolvimento sustentável penetrou nas políticas ambientais e em suas estratégias de participação social”, e tem solicitado a participação de diversos atores sociais, para “construção de um futuro comum”. No entanto, oculta seus diversos interesses e propósitos do que se deseja alcançar com um crescimento sustentável. Para o autor, não busca o “cidadão integral, mas suas funções sociais, fragmentadas pela racionalidade econômica”. Ainda segundo Leff (2001), há necessidade de desenvolver “diálogos de saberes” na gestão ambiental, que impulsionem a participação efetiva de pessoas, a partir de suas culturas, seus saberes e suas identidades (LEFF, 2001,

p.183). Mas como ter participação efetiva sem conhecer e compreender para que, estamos sendo chamados a participar?

É importante refletirmos sobre a Educação para Sustentabilidade, que vem se apoiando, predominantemente na racionalidade econômica, e na abordagem naturalista, abandonando “certos princípios éticos ou morais como valores e direitos universais do homem”, como aponta Leff, (2006, p.419). Deste modo, se faz necessário refletir e ensinar sobre como questões, que estão inseridas nas novas lógicas da gestão ambiental, do envolvimento, da sustentabilidade, da ética e de uma Educação transformadora.

Os princípios da gestão ambiental do desenvolvimento e a construção de sociedades sustentáveis não só formulam a necessidade de estabelecer critérios ecológicos sobre o uso do solo e a distribuição da população no território, mas se fundam em uma crítica das necessidades de produção e consumo induzidas pelo crescimento cumulativo e pela lógica do lucro em curto prazo. A isso se soma a crítica à homogeneização dos padrões produtivos e culturais, ao mesmo tempo em que se reivindicam os valores da diversidade cultural e a preservação das identidades dos povos como um princípio ético e como condição para um desenvolvimento sustentável. (LEFF, E.,2006, p.420).

Se entendermos que a Educação é para a vida, é necessário: entendermos que a vida se passa em um determinado espaço, e reconhecermos que o que acontece em nossa volta nos afeta, como comunidade e sociedade. Faz-se necessário, conhecermos para compreendermos a nossa realidade territorial, regional, e local, para que possamos ter uma participação ativa no processo decisório e, portanto, precisamos formar profissionais que atuam em qualquer nível de ensino, para que possam educar para isso. Não é possível realizar ações consistentes de intervenção na realidade, sem antes entender, conhecer e fazer uma leitura do que acontece em nossa volta. Então, a formação, em relação à participação, organização e gestão da sociedade, traz decorrências importantes para a educação e formação de pessoas, que atuarão como mediadores do processo de envolvimento espacial, uma vez que é na escala do território que se apresentam as maiores contradições da integração.

As discussões socioambientais, como as descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, aliando à gestão das cidades e das instituições de ensino, os planejamentos curriculares e os planejamentos ambientais, que considerem os diversos saberes e os valores culturais da sustentabilidade, da solidariedade e a diversidade de manifestações da vida, assim como, estimulem:

A visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;

b. o pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética;

c. reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais (BRASIL, DCNEA, 2012).

CONSIDERAÇÕES

Durante a última década, temos atuado em cursos de formação de profissionais das mais diferentes áreas, em cursos de graduação em pós-graduação, relacionadas à formação de gestores ambientais e a educadores. E a cada ano que passa, percebemos que os nossos jovens e adultos, chegam ou retornam a vida universitária, mais descrente no futuro. A desesperança, a apatia e a descrença nos vários sistemas que envolvem a vida, em especial o sistema político tem invadido suas mentes e seus corações. Dificilmente, quando perguntamos sobre os aspectos da vida, apontam dados positivos, normalmente surgem nas falas, as inúmeras mazelas da sociedade, da saúde, da educação, e também do sistema político.

Deste modo, sempre que perguntarmos sobre o que conhecem realmente dos programas sociais que envolvem estas questões, se tem acompanhado em quais projetos e conselhos seus deputados, senadores ou seus vereadores estão envolvidos. A maioria, nem lembra em quem votou. Quando questionados, por exemplo, sobre onde se localizam os mananciais de abastecimento de água de suas cidades, as estações de tratamento de água ou esgotos, seus aterros sanitários ou depósitos de resíduos (seja para resíduos comuns, de saúde, ou tóxicos), qual o índice de tratamento de esgoto de seus municípios, quais os organismos de assistência social que conhecem. Infelizmente a grande maioria não sabe informar, e o que sabem, são frutos de representações sociais, que foram construídas por intermédio das vozes da sociedade, sem que tenham refletido ou checado para verificar a veracidade de suas ideias. Sendo assim, é difícil modificar representações que estão no cerne da vida desses alunos, até porque, muitas vezes estes discursos, são alimentados exaustivamente pela mídia, e nos diversos cursos que formam profissionais das mais diferentes áreas. O que pode impedir consideravelmente o envolvimento socioterritorial, e, portanto, o envolvimento que enseje uma participação ativa.

Os habitantes das grandes ou pequenas cidades, e dos espaços rurais ou urbanos, os veem com uma quantidade de símbolos e valores baseados em sua experiência pessoal que fazem do seu local de vivência um lugar familiar e repleto de significados. Desse modo, pode-se afirmar que uma formação socioespacial, pode levar alunos e professores à compreensão da realidade, e a entender a sustentabilidade voltada de fato para garantir os direitos humanos e todas as formas de vida planetária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson. Francelino. **Conhecimentos Convencionais e Sustentáveis: uma visão de redes interconectadas**. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues;

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pêsoa. (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 63-80.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Ambiental**, 2012 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10389&Itemid=.

FOLADORI, Guilherme. **Avanços e limites da sustentabilidade social**. Revista. Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002. Disponível: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/download/214/176>

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.

LAYRARGUES, Philippe P. **Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social**. In: Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo - Editora Cortez, 2006.

MENDONÇA, Francisco et.al.(org), **Geografia Socioambiental**. In Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Mendonça F. Kozel, S. (Orgs). Curitiba, Editora UFPR, 2002.

MORALES, Angélica G. **A formação profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009

SILVA, Borges Maria Cristina – **Representações As Redes de Representações Socioespaciais na Região Carstica Curitibana**, tese de doutorado – Departamento de Geografia UFPR, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUSTENTABILIDADE, FORMAÇÃO DO PROFESSOR, LEGISLAÇÃO EM PROL DO MEIO AMBIENTE

Danieli Rampelotti⁴¹

Grupo- Fundamentos e políticas educacionais- sustentabilidade

RESUMO

O artigo tem como escopo na realização de uma reflexão acerca do desenvolvimento sustentável do planeta, devido a constatação de que o meio ambiente não será capaz de suportar as atuais taxas de crescimento e de consumo da humanidade. Para tanto no primeiro momento faz-se uma breve apresentação da formação dos educadores que eu sua vida acadêmica até então não havia uma formação voltada para a preocupação do futuro do planeta, pois se não haver docentes com uma formação voltada ao cuidado do meio ambiente, a sociedade cada vez mais se deteriorará. É importante enfatizar que os professores assumam responsabilidades ativas pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinar, como devem ensinar e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando, neste sentido é urgente buscar uma formação que abranja pilares que envolvam a sustentabilidade, neste sentido é retratado a sustentabilidade, aonde um estudo foi realizado priorizando a legislação em prol a este tema, no sentido de averiguarmos como em nosso país as leis estão contemplando o cuidado com a natureza. Nos subseqüentes títulos, inserimos a legislação em prol de eventos da área ambiental, no sentido de uma educação voltada para o futuro sustentável do planeta, a educação ambiental, pode contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, centrado no exercício responsável da cidadania, Além disso a educação ambiental, em todos os níveis, tem procurado desempenhar um difícil papel, resgatando valores como o respeito à vida e à natureza, entre outros, de forma a tornar a sociedade mais humana e justa

Palavras-chaves: Sustentabilidade. Legislação. Meio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os professores do Ensino Fundamental e Médio se deparam com o comprometimento de formar alunos com uma consciência voltada para a preservação dos recursos naturais do planeta. No entanto, esses professores não obtiveram, em suas formações, subsídios teórico-práticos em nenhuma disciplina que contemplese especificamente a Educação Ambiental. De acordo com a Unesco (1980, p. 265):

há aproximadamente 60 milhões de professores no mundo – e cada um deles constitui um agente necessário na promoção de mudanças nos estilos de vida e nos sistemas, por isso uma formação de professores inovadora é uma importante parte da educação para um futuro sustentável.

Considerando que os professores que assumiram aulas nos anos 1970 e 1980 estão se aposentando, pode-se inferir que quem está assumindo a docência é a nova geração. Os professores desta geração deverão ser criativos, inventivos e capazes de tornar seus alunos

⁴¹ Mestre em Cultura e Sociedade: diálogos interdisciplinares. Pedagoga com Mba em gestão de pessoas, especialização em gestão escolar e psicopedagogia. Palestrante e coach. Email: danieliapoiescola@yahoo.com.br.

empreendedores, é o que se espera desses novos profissionais, além do fundamental, que é tornar o estudante um crítico pensante na sociedade em que vivemos, na qual o consumo desenfreado produz grandes degradações ao meio.

Ao verificar quais são os saberes diários utilizados pelos professores, efetivamente, em seu trabalho de desempenhar tarefas e atingir seus objetivos, pergunta-se qual a relação que estes saberes estão tendo com o cuidado do planeta? Observa-se, que, na prática, que esses profissionais devem se apoiar em conhecimentos especializados e formalizados, por disciplinas científicas e de propostas renovadoras.

Esses conhecimentos especializados devem ser adquiridos por meio de uma longa formação que privilegie também autonomia e conhecimento técnico, além das habilidades e situações novas e únicas.

Frente aos seus alunos Wanderley (1983, p. 55), considera que “na relação verdadeira entre educador-educando, deve haver duas pessoas que se encontram com suas experiências de vida mantendo uma relação [...] comunicadora”.

O cuidado com o meio ambiente e a formação docente, deve proporcionar aos intelectuais um alerta sobre o planeta e a busca pela sustentabilidade. Sabe-se que é muito recente a inclusão da educação ambiental como obrigatória dentre as disciplinas ofertadas pelas universidades.

O estudo da legislação subsidia a conclusão de que, por muito tempo, os professores não tiveram em sua formação estes estudos e comprometimento. A partir de 2012 essa preocupação do cuidado com o meio ambiente foi inserida na academia, e tornou-se obrigatória a educação ambiental no ensino superior.

Porém, tanto em bases teóricas quanto em consequências práticas, o conhecimento profissional é evolutivo e progressivo e necessita de uma formação continuada. Os docentes devem capacitar-se por meio de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais, atualizando-se sempre e trazendo para a sala de aula a oportunidade de seus alunos não se tornarem apenas estudantes e profissionais, mais sim, futuros defensores da natureza e de um meio ambiente frágil.

2 O PAPEL DO PROFESSOR

Uma forte tendência no debate contemporâneo sobre o processo de mudança na formação docente foi trazido pela concepção do professor, temos assim o professor reflexivo. Segundo André (2001, p. 132):

o professor reflexivo é aquele que reconstrói reflexivamente seus saberes e sua prática. Essa noção tem consequências imediatas para o processo de formação de professores, em particular quando a universidade brasileira, também é instalada a questionar sua tarefa formadora.

O conceito de professor reflexivo trazido pela autora traduz não apenas a intenção de distinguir, mas também a de reivindicar, para a prática a condição da práxis⁴², a instância da articulação entre a ação do professor e os saberes produzidos a partir da reflexão sobre essa ação. Sendo assim, fundamentalmente, um professor é um investigador, pois só ele é capaz de examinar sua prática, identificar seus problemas, formular hipóteses, questionar seus valores, observar o contexto institucional e cultural a qual pertence.

⁴² “A teoria, sem a prática, vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade” (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2013).

Para complementar, Henry Giroux (1997, p. 157), nos coloca que o programa de treinamento de professores que enfatiza somente o conhecimento técnico presta um desserviço tanto à natureza de ensino quanto aos seus estudantes, pois em vez de aprenderem sobre princípios que estruturam a vida e a prática em sala de aula, os futuros professores aprendem metodologias que parecem negar a própria necessidade do pensamento crítico. Segundo Giroux (1997, p. 157)

em vez de aprenderem a levantar questões acerca de princípios que subjazem os diferentes métodos didáticos, técnicas de pesquisa e teorias da educação, os estudantes com frequência preocupam-se em aprender “com fazer”, “o que funciona”, ou o domínio da melhor maneira de ensinar um “dado” corpo do conhecimento.

Acadêmicos preocupam-se muito mais com o saber fazer de sua formação, do que com o método que vai ser utilizado para fazer, ou com os cuidados que precisa ter com o meio em que vive. Cabe à formação docente estar atenta a transformar estes estudantes em indivíduos que prezem pelos cuidados com o meio ambiente.

Uma forma de repensar e reestruturar a natureza da atividade docente é encarar os professores como intelectuais transformadores. Segundo Giroux (1997, p. 157), a categoria do intelectual é útil de diversas maneiras: primeiramente ela oferece uma base teórica para examinar uma atividade docente como forma de trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos. Em segundo lugar, ela esclarece os tipos de condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais. Em terceiro lugar ela ajuda a esclarecer o papel que os professores desempenham na produção e na legitimação dos interesses políticos, econômicos e sociais variados, através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas (GIROUX, 1997, p. 157). Ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importante ideia que toda a atividade humana envolve alguma forma de pensamento. Além disso, essa concepção fornece uma vigorosa crítica das ideologias tecnocráticas e instrumentais à teoria educacional que separa a conceitualização, planejamento e organização curricular dos processos de implantação e execução.

É importante enfatizar que os professores assumam responsabilidades ativas pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinar, como devem ensinar e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. Isto significa que eles devem assumir o papel responsável na formação dos propósitos e condições de escolarização. Além disso, devem, segundo Giroux (1997, p. 157):

tornar o político mais pedagógico significa utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora, isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos, tornar o conhecimento problemático, utilizar o diálogo crítico e afirmativo, e argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas.

Assim, os professores em sua prática, devem levar os alunos a serem críticos, mas, acima de tudo, devem utilizar diversos recursos em prol de um mundo qualitativamente melhor, isto é, professores devem estar comprometidos com uma formação para a sustentabilidade das cidades, apoiados e subsidiados pelas universidades.

Ter como princípio, não somente, em sala de aula, o comprometimento de levar seus alunos a adquirirem o conhecimento e o exercício de uma profissão, mas colocar para estes estudantes a preocupação sobre os recursos a serem utilizados na vida profissional e a

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

consciência de que podem fazer a diferença no cuidado com a natureza e com o futuro sustentável do planeta.

Utilizar-se de recursos renováveis é o que cada profissional em sua área deve fazer. Em sua formação, os futuros docentes devem ter claro o conceito de sustentabilidade e sua aplicabilidade e trabalhar para criar condições que dar ao estudante a oportunidade de se tornarem cidadãos que tenham conhecimento teórico voltado para a preservação da natureza.

3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental dos seres humanos previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XXVI; “Toda pessoa tem direito à instrução”. Partindo da premissa que a educação é um dos caminhos para a construção de uma sociedade democrática, é certo afirmar que a educação é um direito irrenunciável do ser humano. Em contrapartida, a história da humanidade demonstra que é por meio da educação que o homem se torna humano. Dessa forma, deduz-se pelo exercício da lógica, que as transformações sociais significativas demandam alterações nos processos educacionais.

Na atualidade, observam-se políticas públicas voltadas ao Ensino visando a conscientização sobre problemas ambientais e o papel da população na preservação do meio ambiente, porém o que precisa ser verificado é se estas leis vêm sendo cumpridas.

Recentemente o meio ambiente tem se tornado foco das atenções prioritárias em virtude do comportamento consumista da sociedade de maneira geral, que tem utilizado irresponsavelmente recursos naturais não renováveis.

Notoriamente, tal comportamento está trazendo consequências desastrosas para o planeta. Neste contexto, justifica-se a análise da legislação aplicada ao Ensino Superior visando o fomento da cultura da sustentabilidade como políticas de Estado e estratégias inteligentes, indispensáveis para que o Brasil alcance os almejados patamares de desenvolvimento.

3.1- LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO EM PROL DA SUSTENTABILIDADE

Na “Conferência Mundial sobre Cuidados e Educação Infantil” realizada, em Moscou, na Rússia em 28 de setembro de 2010, Irina Bokova, diretora geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, as Ciências e a Cultura (UNESCO), afirmou:

a educação é a melhor garantia para combater a pobreza, não há espaço melhor para definir o desenvolvimento de uma pessoa, do que os primeiros anos de vida de uma criança. Esse é provavelmente um dos fatos menos divulgados na arena de decisão política e desenvolvimento (BOKOVA, apud GIRALDI, 2010).

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, “a educação é um dever comum da União, Estados e Municípios”. Ainda na Constituição, se inaugurou a positivação sobre a educação ambiental, via artigo 225, inciso VI, que prevê como incumbência do Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Os dados sobre meio ambiente são de interesse coletivo, tanto os de titularidade privada, como os de domínio público. Observa-se que a Constituição Federal cria um corpo Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

normativo consciente em favor da proteção do meio ambiente, seja garantindo a educação ambiental em todos os níveis de ensino, seja exigido que ocorra o direito da informação ambiental a todos os cidadãos. Segundo o artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal (1988):

todos têm direito a receber do órgão público informações de interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado.

Há uma necessidade de conscientização ambiental, visando à sustentabilidade global que tem aumentado o surgimento de uma nova postura ambiental normativa mundialmente. Isto implicaria informar à população sobre as consequências do consumo irresponsável. No entanto, parece não haver interesse econômico na implantação de práticas sustentáveis e diminuição do consumo pela população.

O decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, chamado de Código Florestal, foi a primeira legislação federal a tratar da educação sobre o meio ambiente. Essa legislação não trata especificamente de educação ambiental, mais inaugura um novo olhar sobre o meio ambiente, uma mudança de paradigma em favor da ecologia em detrimento as liberdades individuais e ao direito irrestrito sobre a propriedade privada.

Dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, agora indicando a necessidade da educação ambiental, a Lei nº 6.938/81, em seu Art. 2, prevê:

Art. 2. A política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional a proteção da dignidade da vida humana, atendidos aos seguintes princípios: [...] X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Outra legislação aplicável ao ensino superior e a Lei 7.395/85, que dispõe sobre os órgãos de representações dos estudantes do nível superior, quais sejam União Nacional dos Estudantes – UNE; as Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs; os Diretores Centrais dos Estudantes-DCEs; os centros acadêmicos CAs, ou os Diretórios Acadêmicos-Das. Apesar desta lei não fazer qualquer menção ao meio ambiente ou à educação ambiental, os órgãos de representação dos estudantes do nível superior tem o potencial de serem espaços de esclarecimentos e de preposições em favor do meio ambiente. É muito mais fácil para os reitores promoverem ações em favor da sustentabilidade nas universidades se existirem centros ou diretórios acadêmicos que, além de promoverem a integração entre os acadêmicos, aproximem os discentes da administração da universidade ao propiciarem e melhorarem a comunicação entre eles.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB 9394/96), de 20 de dezembro de 1996, define as linhas gerais do ordenamento da educação no país. Apesar de seu texto ser genérico, não demonstrando de forma clara as suas diretrizes e normas de implantação, foi incluído em seu texto, no Art. 26, parágrafo 7º, “Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”. Para que tal parágrafo seja efetivado, destaca-se o papel das universidades na formação dos professores, subsidiando teoricamente a educação ambiental a ser trabalhada com os estudantes do ensino fundamental e médio.

Em 1999, foi criada Lei 9.795 a qual dispõe sobre a Educação Ambiental, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 27 de abril de 1999.

Esta lei reconheceu a Educação Ambiental como componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e não formal, como orienta os artigos 205 e 225 da Constituição Federal. A Política Nacional de Educação Ambiental foi uma proposta programática de promoção de Educação Ambiental em todos os setores da sociedade. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução 04/2010), não há indicação literal sobre a Educação Ambiental. No entanto, nessa Resolução constam importantes determinações à respeito da formação de professores para a Educação Básica, formação essa de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior – IES, dentre as quais, das universidades. Segundo o Art. 56 da Resolução 04//2010:

§ 1º Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas: a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; [...]

No artigo 57 da mesma Resolução, consta que dentre os princípios definidos para a Educação Nacional, “está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental”. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, que subsidiou a formulação da Resolução 04/2010:

para que se conquiste a inclusão social, a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, na justiça social, na pluralidade, na solidariedade e na sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento de seus sujeitos, nas dimensões individual e social de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, compromissados com a transformação social. Diante dessa concepção de educação, a escola é uma organização temporal, que deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado.

Especificamente, em relação à Educação Ambiental, em 15 de junho de 2012 foi publicada a Resolução nº 2, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art. 2º da Resolução nº 2/2012, definida como:

[...] uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Dentre os objetivos da Educação Ambiental, indicados no Art. 1 da Resolução nº 2/2012, destacam-se:

[...] II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de educação ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes; III - orientar os cursos de formação de docentes para a educação básica; IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados. [...]

O Art. 7º da Resolução nº2/2012 enfatiza a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis da educação nacional.

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a educação ambiental é componente integrante, essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da educação básica e da educação superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Assim, a Educação Ambiental deve compor o currículo dos cursos de graduação, e, de acordo com o Art. 8º da Resolução 2/2012, “deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente [...] não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico” (BRASIL, 2012).

Além de componente curricular, as IES devem ser orientadas pelos princípios e objetivos da educação ambiental, ou seja, devem se pautar na sustentabilidade. Segundo o Art. 10 da Resolução 2/2012, “as instituições de educação superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da educação ambiental”. Ainda nesse documento oficial, em seu Art. 6º, é indicada a abordagem a ser adotada na educação ambiental:

Art. 6º A educação ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

4 CONCLUSÃO

Cursos com matrizes curriculares voltadas para uma educação crítica, assim como cursos de licenciaturas que contemplem a formação do professor, atendendo a esses quesitos e que preparem o jovem para o mercado de trabalho, trazendo em sua essência, uma formação voltada para a sustentabilidade.

Ter como foco um consumo sustentável, isso é, que o indivíduo procure por objetos de consumo que não prejudicarão o futuro do planeta, como, por exemplo, utilizar tecidos que não provoquem a degradação do meio ambiente (nos cursos de Moda), confeccionar móveis feitos com madeira de reflorestamento (nos cursos de Arquitetura e Designer), constituem objetivos que a universidade deve ter na formação de seus alunos, além de oferecer nas matrizes curriculares de seus cursos, disciplinas que também preparem o aluno para atuar no mercado de trabalho de maneira consciente e sustentável.

Enfim, a educação ambiental, em todos os níveis, tem procurado desempenhar esse difícil papel, resgatando valores como o respeito à vida e à natureza, entre outros, de forma a tornar a sociedade mais humana e justa. Ou seja, a educação ambiental, pode contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, centrado no exercício responsável da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. In: MIRANDA, Marília G. de. **O professor pesquisador e sua pretensão de resolver a relação entre a teoria e a prática na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em 10 out. 2012

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

BRASIL. Ministério do meio ambiente. Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012. Código Florestal Brasileiro. **Diário Oficial da União**, 18 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm> Acesso em 10 out. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 23.793**, de 23 de janeiro 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm> Acesso em 5 de março de 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm> Acesso em 5 de março de 2015. 2012.

BRASIL. **Lei nº 7.395** de 31 de outubro de 1985. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm> Acesso em 5 de março de 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.608**, de 10 de abril de 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12608.htm#art29> Acesso em 5 de março de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

GIRALDI, Renata. **Educação é a melhor maneira de combater a pobreza**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-28/educacao-e-melhor-maneira-de-combater-pobreza-diz-unesco>. Acesso em 15 de nov. 2012.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

O DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS REPRESENTAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Nágila Valinhas de Castro e Souza*

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de promover a discussão acerca da educação, mais especificamente a educação ambiental e suas representações na sociedade contemporânea. Assim como apontar alguns questionamentos acerca da percepção de direito ambiental e meio ambiente nos dias atuais. As ideias ora defendidas encontram respaldo em estudos doutrinários que comentam tais conceitos que ainda suscitam polêmica, considerando-se o desempenho da educação e das normas legais que imprimem um saber que visa ampliar as informações e adequar o uso dos recursos naturais.

Palavras-chave: Meio ambiente. Educação. Legislação. Sociedade. Atualidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de promover a discussão acerca da educação, mais especificamente a educação ambiental e seus reflexos na sociedade atual. Assim como apontar alguns questionamentos acerca da percepção de direito ambiental e meio ambiente nos dias atuais. As ideias ora defendidas encontram respaldo em estudos doutrinários que comentam tais conceitos que ainda suscitam polêmica, considerando-se o papel da educação e da legislação coligados aos usos inadequados dos recursos naturais.

As informações ora obtidas para o presente estudo foram alcançadas por pesquisa bibliográfica de obras e de códigos. O escopo desse trabalho além de esclarecer acerca dos conceitos e das normas legais vigentes acerca da questão ambiental é promover uma reflexão acerca da relevância da conservação e uso racional dos recursos naturais.

Desde os tempos mais remotos, o ser humano se relaciona com a natureza de uma maneira diferente dos outros seres vivos, buscando sempre adaptá-la à sua sobrevivência e conveniência. Entretanto em meados do século passado, a sociedade ocidental começou a pensar a respeito dos impactos na natureza causados pela ação do homem. Assim a inquietação no tocante aos recursos naturais e com a educação ambiental foi aumentado no decorrer dos anos.

Contudo foi a partir dos anos 60 que começaram a surgir os movimentos que discutiam as questões ambientais. Isso porque havia um clima de insatisfação no que se refere à atuação dos indivíduos, a conduta egoísta dos homens, à violência e ao distanciamento do ser humano em relação à natureza. Como analisa Carvalho:

* Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais – Docente na Faculdade do Noroeste de Minas – Paracatu – MG. E-mail: nagilavalinhas@yahoo.com.br

É exemplo de preocupação cientificamente organizada, ainda que de maneira informal, o denominado Clube de Roma, descrito na época como um colégio invisível. Sob o estímulo do industrial e intelectual italiano Aurélio Peccei um grupo de cerca de trinta pessoas de dez países, de diversificada formação intelectual, reuniu-se em Roma em abril de 1968. Os objetivos declarados eram: promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes econômicos, políticos, naturais e sociais que formam o sistema global em que vivemos; chamar a atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance, e do público do mundo inteiro, para aquele novo modo de entender, e, assim, promover novas iniciativas e planos de ação. (CARVALHO, 2003, p.75)

A partir daí, a história dessa preocupação com o Meio Ambiente é marcada por movimentos e encontros internacionais que tinham como objetivo conscientizar as pessoas sobre os problemas ambientais, discutir, estabelecer diretrizes e traçar metas para amenizar os impactos causados.

No que tange à educação ambiental, na esfera pátria, deve-se ressaltar que normas mencionam a educação ambiental como forma de se desenvolver, mas de forma sustentável. Entre elas temos a Lei Federal n.º 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente).

Posteriormente, surge a Carta Magna de 1988 a qual prevê a educação ambiental como medida adotada pelo Poder Público e como forma de conscientizar a população do valor do direito e do dever ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, reforçando a concepção de educação ambiental como condição basilar para a obtenção de um meio equilibrado e adequado para as presentes e futuras gerações. Segundo Machado:

A Constituição Federal dá como incumbência do Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino (...)” (art.225,§1º, VI). A educação é conceituada também pela Lei Maior como “direito de todos e dever do Estado e da família” e “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205). (MACHADO, 2003, p.192)

Podemos assim dar ênfase a lei federal n.º 9.985/00, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, designa o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, mencionando alguns pontos a propósito de educação ambiental. Notemos:

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei. Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos: X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Podemos de este modo fomentar a discussão acerca do surgimento de uma legislação nacional favorável à educação ambiental como sendo fruto da inquietação de âmbito internacional com o propósito de proteger os recursos naturais. O país aderiu aos

debates ambientais, participando ativamente em vários encontros universais, assim também foi afetado pelas ideias resultantes de tais discussões.

Assim constatamos a obrigação do modelo de educação ambiental brasileira contemporânea como fruto dos debates ocorridos no cenário mundial, tendo em vista o tema meio ambiente e educação serem comuns em todo âmbito.

Nessa baliza, é forçoso dizer que todas as discussões e encontros internacionais em matéria educacional ambiental e legislação ambiental só existiram porque a educação tradicional não atendia aos anseios de uma nova sociedade que deve preocupar-se com a conservação dos recursos naturais, até mesmo para própria sobrevivência das espécies no planeta. Como aponta Carlos Gomes de Carvalho:

O Direito Ambiental abriu amplamente as portas para a participação da comunidade e de outros aparelhos de poder estatal na proteção da nossa grande casa. O cidadão e o Poder Judiciário entram com força decisiva nesse magno combate do milênio: salvar o planeta. (CARVALHO, 2003,p.152)

É de relevante comentar que no ano de 1987 ocorreu a exposição do Relatório “Nosso Futuro Comum”, onde surgiu o termo conhecido como “desenvolvimento sustentável”. Realizou-se também nesse ano o “Congresso Internacional da UNESCO-PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental”, em Moscou, tal evento teve por objetivo avaliar os avanços alcançados em relação ensino e da formação ambiental, fatos esses de relevância internacional.

Deste modo a educação ambiental em todos os países pode ser considerada como um instrumento previsto na legislação, sendo pautada pela troca de conhecimentos entre técnicos da área de meio ambiente com os demais agentes e profissionais da sociedade. Isso realizado com o amparo do Estado como provedor ou mesmo coordenador dessas atividades que têm como escopo o bem comum. Com base nesse axioma vale ressaltar segundo José Affonso:

Ainda que a conscientização pública para a preservação do meio ambiente na Constituição Federal esteja entre as obrigações do Poder Público, este não a implementará sozinho, nem por monopólio. De outro lado, a conscientização pública não equivale a propaganda governamental. A Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, inserindo a educação ambiental em um processo educativo mais amplo (MACHADO, 2006.p.194).

Analisemos sobre esse paradigma o papel da educação ambiental abordada pela lei e imposta à sociedade para uma constatação que aponte em dois sentidos de um lado assinalar aquilo que já foi feito de outro estimular a reflexão sobre o que se pode ainda fazer - Estado e sociedade - para que haja de fato uma tomada de consciência e consequentemente uma ação em prol do meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio.

Percebemos que a educação pode ser um canal de mudança na vida dos homens, ou seja, a ela auxilia, transforma o modo de ver e agir do homem e assim influi no crescimento da sociedade, mudança a sua estrutura interna e externa. Ressalta-se que essa conduta gera o desenvolvimento, que é a consciência dos valores que regem a vida do ser humano. Desse modo notamos que a história da educação está relacionada à transformação dos valores de cada sociedade.

Importa mencionar ainda o fato que a educação aliada a legislação pode ser a mola propulsora da mudança de hábitos e da tomada de consciência do homem em relação ao meio em que vive. Ressalta-se o parecer de Carvalho.

Diante desta evidência, este novo pensamento de solidariedade e de “direito de todos e justiça para todos” cristalizado no Direito Ambiental, só será realizável se se buscar a mobilização das energias éticas do cidadão, numa participação que para ele significará um ato vigoroso e inevitável do comprometimento da sua consciência moral. (CARVALHO, 2003, p.101)

Percebemos assim que as bases teóricas estão postas. Vários foram os encontros internacionais, leis nacionais e internacionais que produziram ideias e métodos de educar a população no que se refere ao meio ambiente como instrumento basilar de desenvolvimento sustentável. Como pondera Paulo Affonso de Leme Machado:

O capítulo da Constituição Federal que tratou do meio ambiente agiu com sabedoria ao não omitir a obrigação do Poder Público inserir essa matéria no campo da educação. Não é tarefa exclusiva do Poder Público a educação ambiental, pois, como em todo processo educativo, intervêm também a família, em primeiro lugar, e a sociedade, como o próprio texto constitucional afirma. (MACHADO, 2006, p.192)

Notamos que é salutar o modelo adotado para educação que visa expandir as informações para que mais pessoas sejam abordadas e acima de tudo que haja melhoria na condição de vida de todos os indivíduos. Não obstante, percebemos a gigantesca gama de informações acerca de meio ambiente e medidas protetivas, mas a lacuna existente evidencia-se pela escassez de ações concretas.

CONCLUSÃO

Para fins de conclusão que se propõe a analisar fatos que marcaram a história, percebemos assim que ideias e metodologias de educação ambiental em todo o mundo buscaram e buscam até hoje o ideal de uma sociedade consciente e capaz de se desenvolver de forma harmônica com a natureza.

Devemos incentivar mais debates assim como a criação de normas legais com intuito precípuo de evolução e propagação das informações em relação ao uso adequado e racional dos recursos naturais.

As ideias difundidas devem assim estar concatenadas com ações cotidianas de preservação, uso adequado e respeito com a natureza, ações do cidadão que pode e deve manter seu planeta sustentável. Importa salientar que compete a cada um executar seu dever de preservar aquilo que ainda possuímos para garantir o direito daqueles que virão para usufruir dos recursos naturais, até mesmo por que esses recursos pertencem a coletividade.

Essa pode ser a realidade nossa, ou pode ser a utopia daqueles que ainda acreditam que o homem entenderá que não é dono do meio ambiente, ele é apenas parte integrante e atuante nesse universo que o domina e não pode ser abatido por ele como outrora vem acontecendo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carlos Gomes, O que é direito ambiental – dos descaminhos da Casa à harmonia da Nave – Editora Habitus, 4º vol. Florianópolis, 2003.

MACHADO, Paulo Affonso Leme, Direito à informação e Meio Ambiente, Editora Malheiros, São Paulo, 2006.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: doutrina – jurisprudência- glossário. 3 ed. São Paulo: RT, 2004.

SOUZA, Jadir Cirqueira de, Ação Civil Pública ambiental, Editora Pillares.

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE À POPULAÇÃO DE 0 A 24 ANOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS PARANAENSES EM 2012

Laura Maria Saporski Cachuba
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Mestrado Interdisciplinar em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação. Inclusão.

INTRODUÇÃO

No Paraná, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010) mostram que em uma população de 10.444.526 habitantes, 2.280.548 declaram ter algum tipo de deficiência, representando 21,8% da população. Parcela considerável ainda não tem acesso ao ensino básico.

A Constituição de 1988⁴³, nas diversas referências às pessoas com deficiência, destaca no inciso III do Artigo 208 que é dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) traz no Capítulo V (art. 58º a 60º) as principais diretrizes da Educação Especial, considerando esta oferta como dever constitucional do Estado, assegurado aos portadores de necessidades especiais as condições adequadas para a realização de aprendizagem de qualidade, levando em conta as particularidades de cada indivíduo.

É preciso avaliar a inserção das pessoas com necessidades especiais nas instituições de ensino, mas também a devida inclusão, pois a inserção tem sido vista mais como imposição e cotas a cumprir, enquanto que a inclusão é cidadania e pertencimento. A mera inserção no ensino público ou privado não significa inclusão se as condições mínimas para o desenvolvimento educacional não estiverem sendo atendidas a contento.

Aranha (2004) alega ser a acessibilidade física primordial para a disseminação do ensino e inclusão da pessoa com algum tipo de deficiência. Manzini e Correa (2012) argumentam que a acessibilidade não é somente um facilitador da inclusão, mas a sua ausência pode causar ou agravar ainda mais a desvantagem frente aos demais.

O Paraná, com uma população total para pessoas de 0 a 24 anos de 4.220.236 habitantes (IBGE, 2010) sendo 647.546 para Curitiba, possui para esta mesma faixa com algum tipo de deficiência declarada 319.669 para o Paraná (7,6%) e 52.248 em Curitiba (8,1%).

Desde 2006 o Comitê Técnico do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem elaborado relatórios de acompanhamento da educação sob o ponto de vista da equidade e que mostram a situação e os problemas no acesso, permanência e desempenho educacional na alfabetização, na educação infantil, nos ensinos fundamental e médio.

Este estudo pretende averiguar se é possível comprovar a disposição de atendimento às pessoas com necessidades especiais no estado do Paraná através de dados públicos

⁴³ <http://bd.camara.gov.br/bd/>

divulgados, verificando se a acessibilidade está sendo atendida de forma adequada, principalmente pelas escolas públicas, conforme determina a Constituição Federal.

Apresenta como questão principal a ser respondida: É possível, baseado nos dados públicos divulgados, identificar um padrão nas escolas de ensino fundamental do Paraná com relação a falta de acessibilidade? E, essa acessibilidade, quando presente, acompanha as normas fixadas pelo Governo com relação a infraestrutura e atendimento à população que necessita da educação inclusiva?

DESENVOLVIMENTO

O banco de dados utilizado é o Cadastro de Matrículas da Região Sul/2012, disponível em dados.gov.br (ano mais atualizado com dados completos), selecionadas somente as cidades do estado do Paraná.

Das 254 variáveis constantes, restringiu-se principalmente aquelas relacionadas à acessibilidade e outras consideradas relevantes para comprovar este fato para a explanação e compreensão dos resultados, totalizando 39 variáveis. A decisão em trabalhar com as variáveis ligadas diretamente a acessibilidade deu-se pela falta de destaque a estes atributos nos relatórios oficiais que avaliam as desigualdades na escolarização. A opção de avaliar pessoas de 0 a 24 anos segue a Constituição Federal que prevê que o acesso a escolarização básica inicia já nas creches e pré-escola, incluindo a extensão da idade até 24 anos. Também pela taxa de distorção idade-série do ensino médio que somente para Curitiba é de 20% (IBGE, 2010).

Usando técnicas de Análise Exploratória dos Dados, a proposta é identificar quais fatores intensificam a definição de acessibilidade (localização, falta de infraestrutura, etc) e comprovem a acessibilidade declarada e que corroborem as orientações quanto à oferta de acesso a pessoas com necessidades especiais em escolas da educação infantil, e do ensino fundamental e médio, verificando o cumprimento das determinações fixadas em lei com as informações fornecidas pelos gestores educacionais.

Ao banco de dados inicial, procurou-se aplicar os conceitos de estruturação de dados como dimensionalidade e esparsidade. Os softwares utilizados foram o Statistica 10 e WEKA 3.6.

Cerca de 76,4% das escolas do Paraná são da alçada do Governo Federal (0,27%), Estadual (21,2%) ou Municipal (54,9%). 80% das escolas estão na área urbana; 40,3% possuem acessibilidade para algum tipo de pessoas com necessidades especiais, doravante apresentadas abreviadamente por PNE, 30,9% possuem dependência para PNE e 35,1% possuem sanitário para PNE. Salas para atendimento especial são 20,3% salas com atendimento exclusivo ou não no total das escolas; considerando as que destinam a sala exclusivamente para o atendimento especial este percentual é de 0,25% para todas as dependências administrativas.

Observa-se na tabela 1 que o percentual de não atendimento à PNE é alto principalmente nas escolas Municipais (37%), seguido pelas escolas Privadas (12%), Estaduais (11%) e nas Federais com menor percentual (0,03%). No entanto, na participação percentual de cada dependência administrativa, as escolas Federais representam somente 0,3% do total de escolas. A maior parte das escolas é Municipal (55%), onde percebe-se percentual de 67,05% das escolas desta dependência administrativa que não possuem acessibilidade. Conforme critério de coleta de dados do Censo Escolar da Educação Básica, a informação de acessibilidade é declarada pelos gestores educacionais.

Tabela 1 - Escolas do estado do Paraná em 2010, por dependência administrativa, localização de área e existência ou não de acessibilidade adequada a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida na escola.

Dependência Administrativa	Localização	Sem Acessibilidade	Com Acessibilidade	TOTAL
Federal	Urbana	3	24	27
	Rural	0	1	1
<i>Soma</i>		<i>3 (0,03%)</i>	<i>25 (0,23%)</i>	<i>28 (0,27%)</i>
Estadual	Urbana	778	947	1725
	Rural	362	86	448
<i>Soma</i>		<i>1140 (11,13%)</i>	<i>1033 (10,1%)</i>	<i>2173 (21,22%)</i>
Municipal	Urbana	2332	1713	4045
	Rural	1439	140	1579
<i>Soma</i>		<i>3771 (36,83%)</i>	<i>1853 (18,1%)</i>	<i>5624 (54,92%)</i>
Privada	Urbana	1187	1208	2395
	Rural	13	7	20
<i>Soma</i>		<i>1200 (11,72%)</i>	<i>1215 (11,87%)</i>	<i>2415 (23,58%)</i>
TOTAL		6114	4126	10240 (100,00%)

Fonte: Cadastro de matrículas da região sul (2012).

Destaca-se o fato de escolas declaradas com acessibilidade adequada não possuírem existência de dependência e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida (23,4%).

É importante ressaltar o trecho constante no Relatório de Observação nº 4 avaliando o Brasil que relata:

Item importante na infraestrutura escolar são as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. O indicador aponta que em 2005 eram apenas 5,2% das escolas com dependências e vias adequadas para este segmento da população. Em 2009 elas ainda são muito poucas: 11,2%! O descaso com a população com deficiência, usuária do ensino regular, enfraquece a desejável inclusão sem discriminação e preconceito e ainda provoca muitas dificuldades nesta direção. (p. 25)

O Relatório de Observação nº 5 (ano base 2012), aponta diversas problemáticas com relação à educação como evasão e repetência e informações sobre o aumento de vagas, entre outros. Contudo, sobre acessibilidade, são breves os relatos como a constatação de “escolas sem condição adequada de acessibilidade (...) constitui um óbice à trajetória da inclusão no ensino regular” (Relatório de observação nº5, p.24).

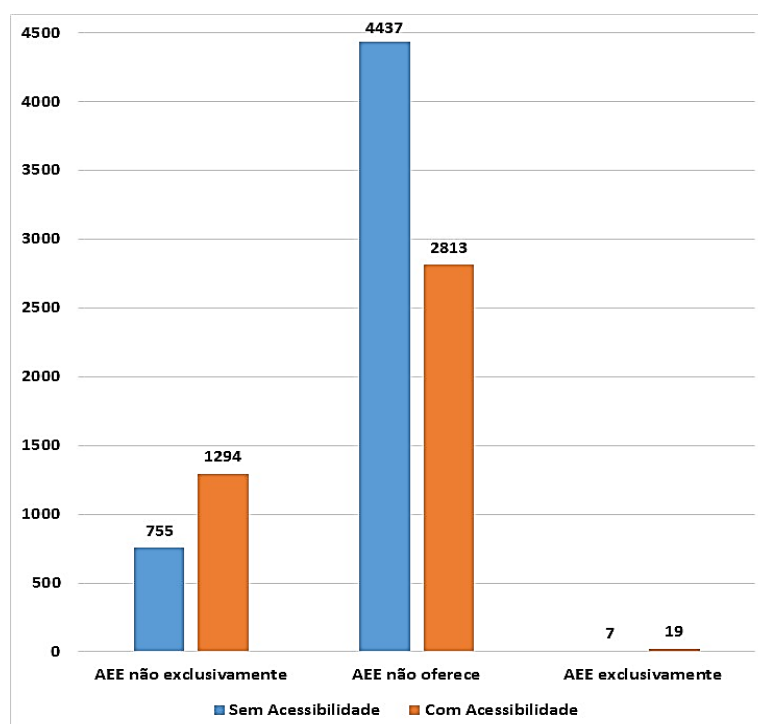
Das escolas que mencionam possuir acessibilidade a PNE, 12,9% não possuem sequer sanitário adaptado para tal, 2.630 (63,7%) possuem tanto sanitário quanto dependências para PNE, 531 (12,9%) possuem somente dependência para PNE e 965 (23,4%) somente sanitário.

Particularmente sobre a presença de intérpretes para Libras, os dados coletados pelo EducaCenso não permitem que se quantifique estes profissionais, que estão incluídos no total de funcionários, professores, auxiliares/assistentes educacionais e profissionais/monitores de atividade complementar, sem discriminar a função.

O atendimento educacional especializado (AEE) criado em 2008 e que busca utilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade tem por objetivo diminuir as barreiras de PNE. Deve ser realizado preferencialmente em escolas comuns, em espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais.

Das escolas que mencionam possuir acessibilidade a PNE, podemos observar na figura 1 que 68,2% não oferecem nenhum tipo de AEE, e 31,4% oferecem, mas não exclusivamente. A existência deste atendimento nas escolas é primordial para PNE. O atendimento feito não exclusivamente é considerado em conjunto com atendimento psicológico, pedagógico, etc.

Figura 1 - Escolas do estado do Paraná em 2010, com existência ou não de acessibilidade adequada a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida na escola e que possuem



atendimento educacional especializado (AEE).

Fonte: Cadastro de matrículas da região sul (2012).

Nota: Há 8,94% de escolas sem acessibilidade (915) que não informam se possuem ou não AEE.

Avaliando as escolas que mencionam possuir acessibilidade a PNE por dependência administrativa, as Escolas Federais são as que tem o maior percentual de não oferta de AEE (100%), seguida pelas Escolas Privadas com 93,2%, Escolas Municipais com 63,9% e Escolas Estaduais com 45,7%.

Com relação à oferta de AEE, do total de 4.126 escolas que declaram ter acessibilidade mas não oferecer exclusivamente (o que subentende-se que oferecem de alguma forma), 3% (123) não possuem sala para atendimento especial, ainda que não exclusivo. E as que oferecem AEE declaradas como exclusivamente, 0,05% (2) não possuem sala para atendimento especial.

Quanto a presença de infraestrutura urbana (energia, esgoto, água, coleta de lixo) as escolas paranaenses podem ser consideradas com excelente atendimento em comparação aos outros estados. Apenas 0,2% das escolas (14) não possuem energia elétrica, 0,2% (21) não possuem acesso a água e 0,4% (37) não tem esgoto. O atendimento com relação à coleta de lixo é de 2% (187) que não possuem nenhum tipo de destino específico ao lixo (coleta, enterrar, reciclar, queimar ou levar para outra área) e 93% possuem coleta periódica do lixo.

Sobre a existência de computadores nas escolas, 94,33% (8.796) relatam que possuem, mas em muitas delas este equipamento não está acessível aos alunos: das 8.796 escolas que possuem computador, 26,51% (2.332) são de uso exclusivo da administração.

O acesso à internet, inclusive com banda larga, pode ser considerado satisfatório: das escolas com acessibilidade declarada 84,2% possuem internet com banda larga, e 10,9% possuem somente acesso à internet.

As 494 escolas sem acessibilidade declarada existentes na capital, considerando-se qualquer dependência administrativa encontram-se basicamente nos bairros Uberaba com 57%, CIC e Alto Boqueirão com 56%, Cajuru com 54%. Estes quatro bairros representam juntos 19% da área de Curitiba com rendimento médio mensal por responsável do domicílio máximo de aproximadamente R\$ 2.400,00 (IPPUC, 2010) e população total de 394.596 (22,5% da população da capital).

Em Curitiba, das pessoas de 0 a 24 anos com pelo menos uma deficiência declarada, 33,1% (17.311) não frequentavam escola ou creche, contingente bastante significativo sem acesso à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram ainda uma precariedade no atendimento à educação das pessoas com algum tipo de deficiência. O cadastro das escolas é preenchido pelos seus respectivos dirigentes, e a resposta positiva para caracterizar o atributo acessibilidade pode ser devido a presença de ao menos uma variável ligada diretamente a ele (AEE, presença ou ausência de sanitário PNE e dependências para PNE) o que por si só não configura acessibilidade na sua forma mais ampla. Além disso, a análise mostra que a declaração de existência de dependência PNE está diretamente ligada a variável AEE – tipo de atendimento especial oferecido – que nem sempre é feito exclusivamente ou com profissionais adequados, o que acaba mascarando estes resultados.

As variáveis relacionadas diretamente a acessibilidade não são suficientes para caracterizar as escolas como adequadas a PNE. Ainda que a acessibilidade e a presença de AEE nas escolas de ensino regular esteja estabelecida como prioridade pelas diretrizes

governamentais, bem como as atribuições e formação do professor para atuar na educação especial e no AEE, pouca efetividade se observa na análise dos dados.

O uso do computador, importante componente facilitador da inclusão, não é prioritário para a determinação da acessibilidade, mas pode ser considerado como uma ferramenta importante. E, no entanto, das 8.796 escolas que possuem computador, 26,51% (2.332) são utilizados exclusivamente pela administração, ou seja, sem acesso aos alunos.

Não foi possível determinar um padrão específico para determinar a acessibilidade. O instrumento do EducaCenso que embasa o cadastro de matrículas utilizado no estudo, carece de outras variáveis que possam melhorar o resultado na determinação desta condição. Por exemplo, a caracterização na questão de recursos humanos para profissionais capacitados especificamente no atendimento à pessoa com deficiência e uma especificação maior sobre a estrutura física das escolas que englobe mais do que somente presença ou ausência de sanitário adequado.

A inserção da verificação de outros itens de acessibilidade, além de existência de sanitário e sala para PNE pode auxiliar na definição de acessibilidade e ressaltar onde deverão ser feitas melhorias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva** – Referenciais para a construção de sistemas educacionais Inclusivos: a escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acessado em 01/09/2014 em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. As desigualdades na Escolarização no Brasil. Relatório de Observação nº 5. Brasília, julho/2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20/09/15

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coordenação: Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 15/07/15

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. **Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Junho/2012, v.18, n.2, p.213-230.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Cadastro de Matrículas Região Sul 2012**. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-basico> Acesso em: 25/03/15

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação especial. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível!** Brasília, agosto/2009. Disponível em: [http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/manual acessibilidade secadi.pdf](http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/manual%20acessibilidade%20secadi.pdf) Acesso em: 15/09/15

SNPD – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência. Uma análise a partir das Conferências Nacionais.** 1ª edição, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf> Acesso em: 23/07/15

GT 7 TECNOLOGIA EDUCACIONAL

ACESSIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NAS CIDADES DO PARANÁ

Edimar Elias; Leticia Batista Taborda
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação
edimarelias@gmail.com
le.btaborda@gmail.com

Palavras-chave: Pré-Processamento; Mineração de Dados; Acessibilidade

INTRODUÇÃO

A diversidade étnica da população brasileira e seus direitos de democracia declaram que todos possuem oportunidades iguais de acesso aos espaços comuns de ensino e aprendizado, sendo previsto em legislação. Dados estatísticos mostram um crescente aumento no número de vagas ao ensino superior, porém pouco se fala da inclusão de pessoas com deficiência e dos recursos de acessibilidade que essas instituições possuem.

Segundo os dados do Censo Universitário 2013, do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 14,5% da população brasileira é composta por pessoas com deficiência e a representatividade desse extrato em ambientes acadêmicos ainda é baixo. E mesmo ao ingressarem no ensino superior, ainda encontram dificuldades, pois muitas dessas instituições não possuem preparo para receber esses alunos (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Com base nos dados do Censo Escolar, observa-se que os alunos com necessidades educacionais especiais encontram-se, majoritariamente, nas etapas da educação infantil, fundamental, alfabetização e de jovens e adultos, com 91% do total das matrículas. É pouco expressiva, ainda, a participação de alunos do ensino médio e na educação profissional com apenas 9% das matrículas (MEC, 2006).

O acesso à educação, de responsabilidade da união, dos estados e dos municípios, por meio da inclusão escolar, surge como uma opção para atender as necessidades educacionais de portadores de deficiência, enfatizando propostas para os sistemas de ensino superior. O desafio de efetivar políticas de inclusão exige um ajustamento progressivo do ensino e do currículo, para que o ambiente acadêmico também seja um espaço para o exercício da cidadania (SIQUEIRA; SANTANA, 2008).

Muitas instituições de ensino superior vêm se preocupando e buscando orientações e experiências sobre como desenvolver sites, elaborar materiais didáticos acessíveis e como adaptar seus cursos online para que portadores de deficiência possam cursá-los em igualdade de condições. Não somente como uma motivação, mas também como preocupação crescente devido aos processos que estas instituições podem receber judicialmente pelo não cumprimento da lei (GRUENWALD, 2014).

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

A difusão do Braille (por meio de capacitação e também por meio de equipamentos que viabilizam os textos em Braille) e no caso da deficiência auditiva, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras são, por exemplo, algumas formas de adaptações curriculares que orientam para o acesso pleno no sistema de ensino superior (MEC, 2006).

Com base nos dados do Censo Escolar 2013, observa-se a baixa representatividade e a participação de alunos com necessidades especiais na educação superior, demonstrando que ainda existem muitos desafios na educação inclusiva, que atenda de maneira adequada, alunos portadores de deficiência auditiva e visual, principalmente em relação à adaptação curricular.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão: “Acessibilidade em relação ao currículo: As instituições de ensino superior do Paraná, que se declararam possuir auxílio ao deficiente, possuem materiais para a capacitação de deficientes visuais e auditivos?”.

Esta pesquisa buscou verificar se as instituições de ensino superior do Paraná, que declararam possuir “ajuda ao deficiente”, no Censo da Educação Superior 2013, viabilizam o fornecimento de materiais de apoio ao aprendizado de alunos cegos, ou com baixa visão e também com deficiência auditiva e se realmente apresentam adaptações curriculares, a fim de proporcionar estratégias de acessibilidade e condições de aprendizagem para os alunos da educação especial.

Ferramentas computacionais que auxiliem o mapeamento dessas instituições e possíveis contradições em suas declarações no Censo de Ensino Superior se fazem úteis para um mapeamento das reais condições de acessibilidade curricular no estado do Paraná.

MÉTODOS

Considerando as técnicas que buscam transformar dados armazenados em conhecimento, exploradas pelo processo denominado Descoberta de Conhecimentos em Bases de Dados (*Knowledge Discovery in Databases* – KDD), este trabalho realizou um estudo observacional, exploratório e qualitativo da base de dados sobre o Censo de Educação Superior 2013 (último disponível para *download*) do portal INEP.

O KDD, segundo Fayyad et al. (1996) é um processo, não trivial, de extração de informações implícitas, previamente desconhecidas e potencialmente úteis, a partir dos dados armazenados em um banco de dados..

Esse conjunto é composto de cinco etapas: seleção dos dados; pré-processamento e limpeza dos dados; transformação dos dados; Mineração de Dados (*Data Mining*); e interpretação e avaliação dos resultados (FAYYAD, 1996).

Segundo Freitas (2000), o conhecimento a ser descoberto deve satisfazer a três propriedades: deve ser correto (tanto quanto possível); deve ser compreensível por usuários humanos; e deve ser interessante / útil / novo. Ainda, o método de descoberta do conhecimento deve apresentar as seguintes três características: deve ser eficiente (acurado), genérico (aplicável a vários tipos de dados) e flexível (facilmente modificável).

Descoberta de conhecimento em bases de dados refere-se ao processo global de descoberta de conhecimento útil a partir de dados, enquanto a mineração de dados refere-se a uma etapa específica, para aplicação de algoritmos, sob limitações de eficiência computacional aceitáveis, para extrair padrões de dados (LOBUR et al., 2008).

Para (USAMA; GREGORY; PADHRAIC, 1996)Fayyad et al. 1996, os dois principais objetivos de alto nível de mineração de dados, na prática, tendem a ser previsão e descrição, apesar da diferenciação entre as mesmas não ser nítida. Esse dois objetivos

podem ser alcançados, utilizando alguns métodos de aprendizagem, como a: classificação, regressão, clusterização, sumarização, modelagem de dependência, mudança e detecção de desvio.

A seguir, é apresentada uma análise, com o objetivo de extrair padrões, por meio de algumas técnicas de *Data Mining* e investigar os dados do Censo de Educação Superior 2013, relacionando as Instituições de Ensino Superior dos municípios do Paraná.

A base de dados utilizada inicialmente apresentava cinco arquivos de microdados, denominados:

- DM_IES;
- DM_CURSO;
- DM_DOCENTE;
- DM_ALUNO;
- DM_LOCAL_OFERTA.

Para que se pudesse trabalhar com informações de materiais de auxílio ao deficiente auditivo e visual, foi utilizado apenas o arquivo “DM_CURSO”, que forneciam dados relacionados à pesquisa. Originalmente, a planilha apresentava 84 atributos e 32.383 registros, com dados de instituições de todo o Brasil.

Nesta parte de pré-processamento, foram eliminados 66 atributos que não contribuíam para o problema em questão e mantidos 18 possíveis para a análise. No atributo “UF”, mantido somente a sigla do estado do Paraná (PR), reduzindo a base para 2.198 registros de cursos. Após identificação dos registros de instituições paranaenses, eliminado o atributo “UF”, já que o estudo ficou somente sob um estado.

Percebe-se nessa redução, que dos 399 municípios do estado, apenas 79 participaram do Censo, o que leva a crer que mais da metade dos municípios não possuem instituições de nível superior ou simplesmente não participaram do Censo.

Fez-se necessário o ajuste das 18 variáveis e suas renomeações, para que ficassem acessíveis e compreensíveis ao ambiente Weka, condicionando respostas de Sim para valores preenchidos com “1” e Não para valores preenchidos com “0” e padronizando palavras.

Feito o pré-processamento, passado a planilha para utilização na ferramenta Weka. Foram utilizados para análise dos dados o algoritmo classificador: J48 (C4.5), que gera árvores de decisão e o algoritmo Apriori, que gera regras de associação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira experimentação para descoberta de padrões, utilizando o algoritmo J48, no ambiente Weka, foram considerados todos os atributos e a classe “Ajuda_def” (Sim ou Não) como atributo-meta. Verifica-se que 298 cursos, conforme Figura 1, que declaram possuir “ajuda ao deficiente” não possuem disciplina de libras.

```

=== Classifier model (full training set) ===

J48 pruned tree
-----

Disciplina_libras = NAO: SIM (298.0)
Disciplina_libras = SIM: SIM (1628.0)
Disciplina_libras = SEM_INFO: NAO (272.0)

Number of Leaves :    3

Size of the tree :    4

Time taken to build model: 0 seconds

=== Evaluation on training set ===
=== Summary ===

Correctly Classified Instances      2198           100 %
Incorrectly Classified Instances     0              0 %
Kappa statistic                      1
Mean absolute error                   0
Root mean squared error               0
Relative absolute error               0 %
Root relative squared error          0 %
Total Number of Instances           2198

=== Detailed Accuracy By Class ===

          TP Rate  FP Rate  Precision  Recall  F-Measure  ROC Area  Class
          1      0      1          1          1          1      SIM
          1      0      1          1          1          1      NAO
Weighted Avg.   1      0      1          1          1          1

=== Confusion Matrix ===

  a  b  <-- classified as
1926  0 |  a = SIM
  0 272 |  b = NAO
    
```

Figura 1 – J48 com atributo-meta Ajuda_def

Na Figura 2 é apresentada a árvore gerada deste primeiro experimento.

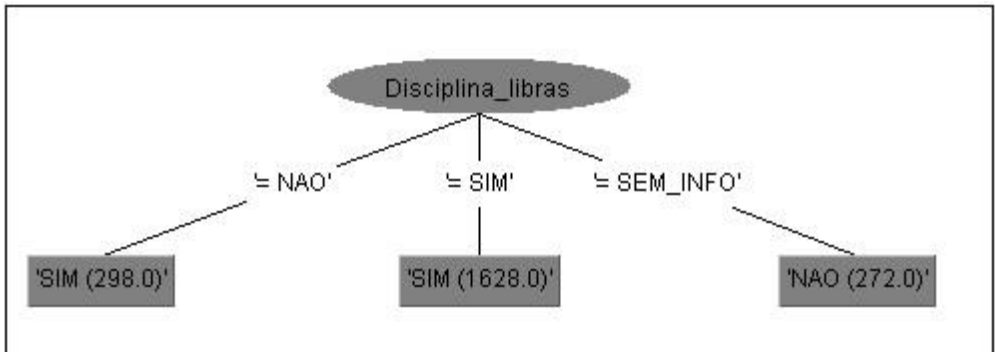


Figura 2 – Árvore J48 com atributo-meta: Ajuda_def

Realizado novo teste, ainda com todos os atributos, mas utilizando o algoritmo Apriori do Weka (algoritmo que gera regras de associação, relacionando a grande quantidade de aplicações para estas regras. Conforme Figura 2, destaca-se que 1259 cursos, declarados com ajuda ao deficiente, não possuem material tátil e 1193 não possuem guia interprete.

```

Apriori
=====

Minimum support: 0.5 (1099 instances)
Minimum metric <confidence>: 0.9
Number of cycles performed: 10

Generated sets of large itemsets:

Size of set of large itemsets L(1): 8

Size of set of large itemsets L(2): 8

Size of set of large itemsets L(3): 1

Best rules found:

1. Disciplina_libras=SIM 1628 ==> Ajuda_def=SIM 1628    conf:(1)
2. Tradutor_libras=SIM 1435 ==> Ajuda_def=SIM 1435    conf:(1)
3. Disciplina_libras=SIM Tradutor_libras=SIM 1308 ==> Ajuda_def=SIM 1308    conf:(1)
4. Material_tatil=NAO 1259 ==> Ajuda_def=SIM 1259    conf:(1)
5. Material_impreso=SIM 1220 ==> Ajuda_def=SIM 1220    conf:(1)
6. Guia_interprete=NAO 1193 ==> Ajuda_def=SIM 1193    conf:(1)
7. Recursos_informatica=SIM 1177 ==> Ajuda_def=SIM 1177    conf:(1)
8. Material_dig=SIM 1105 ==> Ajuda_def=SIM 1105    conf:(1)
9. Tradutor_libras=SIM 1435 ==> Disciplina_libras=SIM 1308    conf:(0.91)
10. Ajuda_def=SIM Tradutor_libras=SIM 1435 ==> Disciplina_libras=SIM 1308    conf:(0.91)

```

Figura 3 – Apriori com todos os atributos

Na tentativa de buscar novas correlações entre as variáveis, foi retirado o atributo: “Disciplina_libras”. Novamente o algoritmo J48 encontrou forte relação do atributo “Tradutor_libras” com o atributo-meta “Ajuda_def”. Dentre os 2198 cursos, 491 não possuem tradutor de libras. Pode-se perceber que a seleção da base e a forma do seu pré-processamento, trouxeram atributos muito relacionados e de forte interação.

Diante disso, após várias tentativas de correlações e na busca de encontrar padrões, os dados da base foram sistematicamente "simplificados", desconsiderando muitos atributos que não contribuíam para a investigação do problema. Porém, infelizmente os resultados encontrados não puderam ser considerados proveitosos e inéditos, que pudessem justificar o uso de Mineração de Dados.

CONCLUSÃO

O estudo realizado nesta pesquisa abordou de forma prática, os conceitos do processo KDD, através de uma aplicação prática em base de dados. A experimentação com a base escolhida e a sua mineração, através da aplicação de algoritmos de classificação e regras de associação, não trouxeram novos conhecimentos relevantes para o contexto da problematização: acessibilidade nas instituições do ensino superior do estado do Paraná.

Porém o que foi possível comprovar, é que muitas instituições que informam ter auxílio ao deficiente, muitas vezes não possuem os recursos necessários para a inclusão dessas pessoas, mesmo considerando o termo “acessibilidade” subjetivo, pois este pode ser classificado em questões de mobilidade, tais como rampas e elevadores, o que não é informado nas pesquisas do Censo de Ensino Superior. Ainda assim, é perceptível a falta de

condições e recursos, sejam eles físicos, materiais ou de professores preparados, para que o portador de deficiência consiga freqüentar faculdades e universidades.

Como trabalhos futuros, a base estudada poderá ser incrementada com dados de outras pesquisas, relacionadas ao tema de acessibilidade no Paraná e assim, reaplicar o processo de KDD com dados adicionais, para identificar novos padrões, ou até a descoberta de falhas ou identificação de dificuldades, antes não observadas que possam trazer um enfoque para o possível desenvolvimento de novos produtos e tecnologias assistivas, promovendo uma maior inclusão em ambientes acadêmicos de pessoas deficientes.

REFERÊNCIAS

FREITAS, A. A. **Uma Introdução a Data Mining**. Informática Brasileira em Análise, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R.), Recife, Pe, ano II, n. 32, 2000.

MEC, Portal. Direito à educação : subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. 2 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

POKER, R. S. Adequações Curriculares na área da Surdez. In: OLIVEIRA, A.A.S.;

OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M (Orgs.). **Inclusão Escolar**: as contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 166-178.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 27, n. 4, p. 636–647, 2007.

LOBUR, M. et al. Some trends in Knowledge Discovery and Data Mining. 2008 International Conference on Perspective Technologies and Methods in MEMS Design, p. 95–97, 2008.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, S. Inajara Mills SIQUEIRA 2 Carla da Silva SANTANA 3. Medicina, p. 127–136, 2008.

USAMA, M. F.; GREGORY, P.; PADHRAIC, S. From Data Mining to Knowledge Discovery in Databases. AI Magazine, v. 17, p. 37–54, 1996.

APRENDIZAGEM MEDIADA POR DISPOSITIVOS MÓVEIS: UMA BREVE VISÃO DA TECNOLOGIA E DE SUA APLICABILIDADE NO ENSINO

Dilma Heloísa Santos; UNINTER – Centro Universitário Internacional;
Curso: Mestrado em Educação e Novas Tecnologias; dilmaheloisa@yahoo.com.br
Miguel Balloussier Ratton; UNINTER – Centro Universitário Internacional;
Curso: Mestrado em Educação e Novas Tecnologias, info@informus.com.br

Palavras-chave: Professor, Dispositivos Móveis; Ensino-Aprendizagem; Autonomia; Inovação.

INTRODUÇÃO

As tecnologias móveis não param de evoluir, há uma enorme diversidade de aparelhos que estão sendo criados e vendidos pelas indústrias, visto que a cada dia aumenta a sua procura e uso. Os dispositivos que incorporam essas tecnologias têm sido utilizados para a comunicação entre as pessoas, transações comerciais, jogos, bem como para fins educacionais. É a partir desta observação que busca-se refletir sobre a sua real aplicação para o processo de ensino-aprendizagem tendo em vista os conteúdos educacionais. Alunos e educadores em todo o mundo utilizam os dispositivos móveis para acessar informações, racionalizar e simplificar a administração e para facilitar a aprendizagem de maneira nova e inovadora (UNESCO, 2013).

Pelo fato de usar uma tecnologia nova, mais barata e mais fácil de ser gerenciada individualmente do que em computadores fixos, a aprendizagem móvel, também conhecida por m-Learning, requer uma nova postura dos sujeitos participantes do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que é importante incorporar tais dispositivos na implementação de tecnologias com fins educacionais.

Esta comunicação é o resultado de uma pesquisa sobre os dispositivos móveis com fins educacionais proposta pela disciplina Tecnologias Educacionais no curso de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias. Objetiva-se refletir sobre a aprendizagem mediada pelos dispositivos móveis. Para tal, questiona-se como o professor pode trabalhar com os conteúdos disciplinares por meio dos dispositivos móveis inovando a aprendizagem e incentivando a autonomia do aprendiz.

O intuito é apresentar, resumidamente, as principais características das tecnologias móveis para o ensino, discutir as questões teóricas mais relevantes sobre a temática relacionada aos conceitos pedagógicos, refletir sobre as vantagens e desvantagens de usar um dispositivo móvel; bem como apresentar aplicações usando os dispositivos móveis.

DESENVOLVIMENTO

Os dispositivos móveis fazem parte das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), caracterizando-se, principalmente, pela portabilidade e pela conectividade (Miangah e Nezarat, 2012), e incorporando também outras características, tais como a facilidade de uso e flexibilidades funcionais e operacionais. Podem ser

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

considerados dispositivos móveis os telefones celulares, os smartphones, os tablets, os leitores de livros digitais (e-books), os tocadores de MP3, os iPods e os antigos PDAs (personal digital assistants).

A principal vantagem desses dispositivos, sobretudo os smartphones, é a ubiquidade, isto é, a possibilidade de estar disponível praticamente em todo o tempo e em todo lugar. Além disso, uma outra vantagem é que na maioria dos casos, seu custo é relativamente mais baixo se comparado aos computadores pessoais.

A maioria dos dispositivos móveis suporta os diversos formatos de conteúdo usados atualmente tais como texto, áudio e vídeo, além de aplicativos que podem ser usados para a educação. Com o aumento crescente do poder de processamento e o uso de sistemas operacionais nesses dispositivos, tornou-se possível o desenvolvimento de aplicações quase que totalmente independentes de dispositivo e fabricante, permitindo executar muitos dos aplicativos genéricos usados em computadores desktops e também aplicativos (apps) específicos (Oliveira e Medin, 2007). Desta forma, praticamente todos os dispositivos móveis podem hoje acessar conteúdos de internet e operar com plataformas universais de comunicação, distribuição de conteúdo, redes sociais e Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Nos telefones celulares modernos como os smartphones, além do uso tradicional para comunicação oral, as demais tecnologias de informação e comunicação incorporadas possibilitam outras formas de comunicação, como transmissão e recepção de mensagens de texto, de áudio, de vídeo, de e-mail, ou ainda comunicação por meio de chats. Este quesito de intercomunicabilidade é particularmente interessante quando se pretende criar, por exemplo, um processo colaborativo de aprendizagem.

Comparando com os computadores pessoais, as principais desvantagens dos dispositivos móveis é que eles apresentam menor capacidade de memória, dimensões reduzidas da tela, além, também, de limitações no suporte a multimídia (Miangah e Nezarat, 2012). Um fator limitante decorrente da própria portabilidade é que, como a conexão à internet é dependente da rede (de telefonia ou de wi-fi) que está sendo utilizada, nem sempre é possível ter uma alta taxa de transferência de dados (Viberg e Grönlund, 2012). Além disso, percebe-se que os aparelhos atuais têm um limite de bateria, que pode ocasionar problemas para a aprendizagem, visto que no meio da realização de uma atividade o aluno pode ficar sem bateria prejudicando o fio condutor do processo.

A aprendizagem por meio de dispositivos móveis envolve o uso de tecnologias móveis, isoladamente ou em conjunto com outras tecnologias, com o objetivo de propiciar a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar. Os alunos podem usar seus dispositivos móveis para acessar recursos educacionais, podem se conectar a outros alunos e professores, podem criar conteúdos, bem como realizar as atividades propostas pelo professor. Estes processos podem ocorrer dentro ou fora da sala de aula em cursos na modalidade presencial ou à distância na educação formal, mas existe a possibilidade da aprendizagem informal em que o estudante busca por aplicativos com conteúdos educacionais e estuda sozinho. Com a redução gradual dos preços dos telefones celulares,

um número crescente de pessoas podem usá-los para a aprendizagem, inclusive aquelas que vivem longe dos centros urbanos (UNESCO, 2013).

Temos um modelo bem-sucedido na América do Norte que faz com que os alunos assistam as partes expositivas em seus celulares, fora da escola, atividade que pode ser feita em qualquer lugar e hora, deixando o tempo na sala de aula para a realização das tarefas que destacam mais os aspectos sociais da aprendizagem (UNESCO, 2013). Atividades de interação podem ser feitas presencialmente, mas com as atuais plataformas como o SKYPE, também podem ser feitas a distância.

Alguns métodos específicos têm sido implementados em processos de aprendizagem por meio dos dispositivos móveis. Em cursos de idiomas, por exemplo, em que o aluno usa o recurso da câmera de vídeo do celular para gravar sua fala para em seguida ver, escutar, observar e analisar o que gravou, pode apresentar progresso significativo no desenvolvimento de habilidades linguísticas. Essa atividade permite que o estudante grave novos textos cada vez maiores e com diferentes graus de dificuldade e envie a seu professor para avaliar. Outro método utilizado com sucesso, chamado de mecanismo de “empurra”, estimula a prática do aluno, pelo envio periódico de informações para ele por meio de mensagens via SMS ou WhatsApp, em vez de esperar que o aluno acesse as informações por si só. (Stockwell e Hubbard, 2013).

Segundo a UNESCO, diversos projetos demonstram que as tecnologias móveis ajudam a simplificar o processo de avaliação e permitem fornecer com mais rapidez para alunos e professores os indicadores de progresso do processo de ensino-aprendizagem. Obviamente, para que se possa obter vantagens usando as tecnologias móveis para aprendizagem, além da adequação dos métodos pedagógicos, é preciso que os professores sejam treinados para que possam realizar satisfatoriamente a prática pedagógica (UNESCO, 2103).

Na literatura acadêmica, a maioria dos artigos descrevem o uso de dispositivos móveis para o ensino de idiomas, mas há relatos também da sua aplicabilidade em outras áreas, principalmente como via de acesso ao Ambientes Virtuais de Aprendizagem, como substituto do computador convencional, pela sua portabilidade.

A aprendizagem por meio de dispositivos móveis é um campo que está amadurecendo muito rápido e várias pesquisas têm surgido para fomentar as diversas formas com que esses dispositivos podem ser usados no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, também há indicações de setores que precisam melhorar em termos de pesquisas e buscar novas aplicabilidades. Em muitos casos, as aplicações desenvolvidas para aprendizagem por computador são meramente replicadas sem as adequações apropriadas para as características dos dispositivos móveis (Stockwell e Hubbard, 2013).

Diante disso, propõe-se que o professor deve partir de dois princípios fundamentais. O primeiro é que os dispositivos móveis não são professores por si só, mas sim ferramentas de ensino (Chinnery, 2006) e o segundo é que o sucesso da aplicação de qualquer ferramenta requer uma cuidadosa aplicação de pedagogia de ensino. Prensky (2005) afirma que a única resposta correta para o questionamento sobre o que os alunos podem aprender

com um telefone celular é qualquer coisa, desde que as atividades estejam bem planejadas pelos educadores.

Portanto, parte-se do pressuposto que o professor deve planejar as atividades que usará um dispositivo móvel. É importante que utilize o dispositivo dentro da programação da aula para desenvolver um conteúdo, a partir de um plano de aula, uma rota de aprendizagem, uma sequência didática. Nestas rotas deve-se incluir atividades que promovam a aprendizagem autônoma, flexibilidade para acesso aos conteúdos em tempo e espaço. Além disso, o professor deve pensar na adaptabilidade dos ritmos de aprendizagem, elaborar atividades para os diferentes estágios de conhecimento, considerando que os alunos são diferentes e cada um possui um nível de desenvolvimento, proporcionar aprendizagem significativa e novas formas de avaliação. Não adianta inovar no ensino e na maneira de aprender se a avaliação for tradicional.

O desenvolvimento da autonomia no aluno requer mediação do professor nas atividades, espera-se que ao terminar um curso o aluno seja capaz de seguir aprendendo e se desenvolvendo. Leffa (2006, p. 12) diz que toda a aprendizagem é sempre mediada por um instrumento, quer seja um artefato cultural, como o livro ou a lousa, quer seja um fenômeno psicológico, como a língua ou uma estratégia de aprendizagem. Acredita-se que o dispositivo móvel pode ser este instrumento dentro do processo de ensino-aprendizagem. Para Vygotsky (1978, p. 55) o uso de meios artificiais, a transição para atividades mediadas, modifica fundamentalmente todas as operações psicológicas, assim como o uso de ferramentas amplia ilimitadamente a variedade de atividades nas quais novas funções psicológicas podem operar.

No processo de ensino-aprendizagem as ações mais frequentes e produtivas se baseiam no ouvir, observar, imitar, questionar, refletir, tentar, estimar, prever, especular e praticar. Todos esses processos de aprendizagem podem ser suportados por meio do smartphones que fazem parte do estilo de vida de hoje. Prensky afirma que se dada a oportunidade, os alunos irão rapidamente abraçar, usar e apropriar-se da ferramenta de diversas maneiras, da mesma forma que têm feito com todos os avanços tecnológicos digitais. (Prensky, 2005, p. 2, tradução nossa)

Os dados estatísticos constam o crescimento significativo da base de usuários de dispositivos móveis. Em 2013, havia mais de 3,2 bilhões de assinantes de telefonia celular em todo o mundo. Sendo que nos países em desenvolvimento 2 em cada 5 pessoas possuem e utilizam telefone celular. Até 2017, estima-se que aproximadamente metade da população dos países em desenvolvimento terá pelo menos uma assinatura ativa de telefonia móvel. A estimativa de especialistas da indústria é que em 2016 as vendas de tablets com tela sensível ao toque ultrapassarão as vendas de computadores pessoais (UNESCO, 2013). No Brasil, em 2013 mais de 86 milhões de pessoas com idade acima de 10 anos tinham acesso à internet e mais de 130 milhões de pessoas tinham celular para uso pessoal (IBGE, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da presença maciça e de todo o potencial de aprendizagem que podem oferecer, os dispositivos móveis ainda são vistos como “inimigos” na sala de aula. Assim como os demais recursos tecnológicos já incorporados ao processo de ensino, o uso desses dispositivos certamente não vai ser a solução para a educação, mas é mais uma ferramenta que pode complementar e dar significativo apoio aos demais recursos utilizados.

Para trabalhar com os conteúdos disciplinares por meio dos dispositivos móveis inovando a aprendizagem e incentivando a autonomia do aprendiz é importante que o professor se prepare e elabore atividades que usem esses dispositivos como, por exemplo, o celular na sala de aula, elaborando uma rota de aprendizagem que apresente atividades em que o aluno seja mediado para ações que lhe proporcionem conhecimento e aprendizagem. Ações que ele realizará com o auxílio da Internet, dos aplicativos e Ambientes Virtuais de Aprendizagem interativos ou não.

Para tal, é importante que as instituições promovam capacitação ao professor para ajudá-lo a usar os dispositivos móveis, elaborar tais rotas de aprendizagem com atividades que desenvolvam a autonomia. Somente assim o professor se apropriará da tecnologia inovando a aprendizagem, visto que existem atualmente muitos recursos e aplicativos tecnológicos, educacionais ou não, que podem auxiliar e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Sugere-se que, além dos cursos de idiomas, outras disciplinas utilizem os dispositivos móveis. É importante que os professores se conscientizem de que é possível e adequado o uso destes dispositivos dentro da sala de aula e fora dela. A experiência em elaborar suas rotas de aprendizagem incluindo nela o uso da internet, e dos recursos do celular, pesquisando, por exemplo, os aplicativos adequados a sua disciplina que existem atualmente, lhe proporcionará segurança para usar o dispositivo. É importante também que os professores criem novos objetos de aprendizagem, para inovar o processo, cada disciplina pedirá um diferente objeto de aprendizagem e isto somente o professor que trabalha com a disciplina e o com o conteúdo é que pode avaliar a necessidade sua e dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ALDA. LUCÍA S. O telefone celular e a aprendizagem de línguas: uma meta-análise qualitativa de estudos publicados entre 2008 e 2012 nos anais da conferência internacional em aprendizagem móvel. Dissertação de Mestrado: 2013.

IBGE. PNAD 2013 – Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. IBGE. Rio de Janeiro, 2014.

LEFFA, V. J. . A aprendizagem de línguas mediada por computador. In: Vilson J. Leffa. (Org.). Pesquisa em Lingüística Aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat, 2006, pp. 11-36.

MIANGAH, Tayebeh Mosavi. NEZARAT, Amin. Mobile-Assisted Language Learning. International Journal of Distributed and Parallel Systems (IJDPS) Vol.3, No.1, Janeiro 2012.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

OLIVEIRA, Leandro Ramos de. MEDIN, Roseclea Duarte. Desenvolvimento de objetos de aprendizagem para dispositivos móveis: uma nova abordagem que contribui para a educação. *Novas Tecnologias na Educação* V. 5 Nº 1. CINTED Julho, 2007.

PRENSKY, Marc. What can you learn from a cell phone? Almost anything! In: *Innovate*, Florida, v. 1, n. 5, 2005. Disponível em: <<http://www.innovateonline.info/index.php?view=article&id=83>>.

STOCKWELL, Glenn. HUBBARD, Philip. Some emerging principles for mobile-assisted language learning. *The International Research Foundation for English Language Education*. Monterey, EUA, 2013.

SABOIA, Juliana. VARGAS Patrícia L. VIVA. ANDRADE Marco Aurélio. O uso dos dispositivos móveis no processo de ensino e aprendizagem no meio virtual Disponível em: *Revista Cesuca Virtual: Conhecimento sem Fronteiras* <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/cesucavirtual>.

UNESCO. Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Paris, France, 2013.

_____. O Futuro da Aprendizagem móvel: Implicações para planejadores e Gestores de políticas. Brasília: 2014.

VIBERG, Olga. GRÖNLUND, Åke. *Mobile Assisted Language Learning: A Literature Review*. Örebro University Business School, Örebro, Suécia, 2012.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL PARA A ÁREA DA LINGUAGEM SOB A LUZ DA LINGUÍSTICA DE CORPUS

Thereza Cristina de Souza Lima,
Izabel Cristina de Araújo,
Valentina Daldegan,
Daíne Cavalcanti da Silva
Centro Universitário Internacional UNINTER

Palavras-chave: diretrizes, material didático digital, linguística de corpus

INTRODUÇÃO

O material didático ocupa um local de destaque no processo de ensino-aprendizagem. Ele é um dos meios mais usados para a mediação professor-aluno-conhecimento em todos os níveis e modalidades de ensino. Se no ensino presencial o material didático precisa ser claro e inovador, quando a modalidade é a distância essa necessidade se acentua. Acredita-se, então, que a elaboração de material didático seja, sobretudo em EaD, um desafio que exige reflexão e diretrizes claras para sua elaboração. Diante disso, questiona-se se alguns fatores, tais como, a interatividade, a colaboração, a autonomia, a avaliação e a autoria, que podem ser considerados pilares em relação a esse tema, seriam também recorrentes em artigos científicos que abordassem tal assunto. Desse modo, este estudo tem como objetivo apresentar uma contribuição em relação à diretrizes para a elaboração de material digital voltados à área da linguagem, de modo a auxiliar futuros professores interessados em tal assunto.

Para alcançar o objetivo proposto, compilou-se um corpus de pesquisa formado por oito trabalhos entre eles, artigos e resenhas, que abordaram esse tema. Utilizou-se, então, os preceitos da Linguística de Corpus, a fim de verificar se a interatividade, a colaboração, a autonomia, a avaliação e a autoria seriam também palavras recorrentes, bem como as palavras-chave nesse corpus.

DESENVOLVIMENTO

Considerando-se a interatividade, a colaboração, a autonomia, a avaliação e a autoria como alguns dos requisitos fundamentais para a formação de professores e, sobretudo, para a Educação a distância, supõe-se que esta investigação venha a contribuir na criação de subsídios para a elaboração de materiais didáticos para a área da linguagem.

Partimos da ideia de que o modelo de formação que somente se apoia na ideia de acúmulo de conhecimento teórico para a sua posterior aplicação na prática não consegue dar conta da “diversidade de alunos e de diversos problemas que o professor enfrenta na sala de aula” (PARDO & COLNAGO, 2008, p. 61). Desta maneira, pode-se afirmar que o processo de formação de docentes na atualidade deve possibilitar sua aplicação no mundo real e na sala de aula real, e o desenvolvimento de competências profissionais exigidas para que esta aplicação seja eficaz.

De acordo com Sales (2005) o planejamento de um material didático digital se inicia com a concepção pedagógica adotada pela instituição. Segundo a autora, “a concepção pedagógica a ser adotada como referencial, deve privilegiar a interação, a interatividade e a aprendizagem colaborativa” (SALES 2005, p. 4).

A produção de materiais didáticos digitais tem impacto direto na formação (tanto inicial quanto continuada) dos docentes: há uma necessidade constante de adequação destes às novas formas de trabalho exigidas pelos novos tempos de modernidade tecnológica. Rocha (2013) apresenta uma breve reflexão a esse respeito e discute a produção do material digital no rol de complexidades inerentes à linguagem digital estruturante da cultura da produção colaborativa em mídia convergente e os impactos gerados na formação docente: a chamada produção em rede.

De acordo com a autora, no que se refere à produção de materiais digitais para o ensino a distância, estamos vivendo a terceira grande fase, sendo que cada uma das fases é sempre marcada pela inserção de um mecanismo diferente de acesso à informação: a primeira fase foi marcada pela elaboração do material impresso; a segunda pela inclusão de videoaulas; a terceira fase, na qual estamos inseridos, tem como marca as ferramentas interativas e colaborativas. Rocha (2013) destaca ainda que, ao exigir um trabalho colaborativo, a produção de material didático digital em rede rompe com um sistema de representação particular de produção intelectual. A autora mostra que o principal desafio a ser superado, sobretudo por parte do professor-autor, consiste em saber lidar com a ampliação das interações humanas numa relação simultânea de espaço e tempo em espaço digital.

No modelo convergente de produção de material didático, não há trabalho isolado, segmentado ou individual: a construção é sempre coletiva.

No modelo da produção intelectual em mídia convergente, o designer instrucional disponibiliza, junto à equipe de ensino, todos os dados das disciplinas que precisam ser produzidas para o ano seguinte. As informações seguem para o diagramador que deixa a sala do professor formador/conteudista pré-diagramada, com figuras e informações previamente discutidas (ROCHA 2013, p. 331)

Rossini (2012) afirma que os conceitos de criação colaborativa e de coautoria precisam estar presentes na educação formal. O autor vai além e pondera acerca da necessidade de estreitar laços das relações entre as políticas públicas, REA (recursos educacionais abertos) e a educação: há necessidade de políticas, planos e programas públicos que forneçam infraestrutura de rede digital adequadas para interligar as escolas com o mundo, que propiciem a formação de professores e promovam a produção de materiais educacionais abertos e livres, levando em conta os usos das tecnologias digitais pelos docentes e discentes. (ROSSINI, 2012, p. 391)

Seja no processo formativo inicial ou em um grau de formação continuada, é inegável que os profissionais da educação necessitam ser capacitados para se adequarem às necessidades deste tempo. El Kadri et al (2012) ao narrar sua experiência no âmbito da formação continuada de professores envolvendo material didático e educação tecnológica,

indica que é preciso um constante treinamento dos profissionais a fim de que eles incorporem as inovações tecnológicas no processo de ensino/aprendizagem.

De acordo com Assis e Cruz (2011), quando os cursos que utilizam o material didático são da modalidade a distância, os critérios de elaboração devem ser ainda mais refinados. A linguagem, por exemplo, deve ser sempre capaz de uma comunicação eficaz entre atores educacionais de níveis, habilidades e competências diferentes.

Os cursos a distância devem desenvolver estratégias que requeiram do estudante um engajamento ativo. Muitos cursos são estruturados criando uma forma de aprendizagem centrada no estudante, em que a pergunta é a norma, a solução do problema se transforma no foco e o pensar criticamente é parte do processo.” (ASSIS E CRUZ 2011, p. 105)

Nessa perspectiva, Moreira (2013) afirma que nos cursos a distância, o material didático tem uma função ainda maior: apresentar todos os princípios pensados para o processo educacional do curso. De acordo com o autor, se o conceito norteador for a formação de um estudante crítico e participante da construção do conhecimento, o material didático refletirá esta ideia, apresentando, para além do texto ofertado, estímulos e uma valorização da participação do estudante. Caso a concepção seja a mera transmissão de informações, serão ofertados materiais didáticos instrucionais, centrados na memorização. (MOREIRA, 2013, p. 17).

No que se refere à criação de materiais didáticos online, Aluisio Belisário (2006 apud Moreira 2013) indica três grupos de critérios que devem ser considerados: navegabilidade, estrutura e discurso.

A navegabilidade indica o fato de o material ser confeccionado por profissionais que sejam capazes de, com parcimônia, transformar textos estáticos em interativos: coadunando sons e imagens, articulando mídias diversas e criando mecanismos de interação em que o estudante possa ser partícipe no processo de construção do próprio conhecimento.

A estrutura também é descrita por Belisário (2006 apud Moreira 2013), que destaca a indicação da promoção de textos não lineares, articulando diversas possibilidades e caminhos de estudo. Para tanto, indica-se, sobremaneira, o uso do hipertexto. Moreira (2013) destaca ainda o fato de que os conteúdos precisam ser ofertados aos alunos de maneira atraente, separados de maneira resumida:

O objetivo dessa forma de estruturação é estimular o cursista a aprofundar seus conhecimentos por outros caminhos. O macro do material deve ser interativo, sequencial e seletivo, isto é, deve promover a interatividade de forma a produzir um conteúdo previamente selecionado, que possa ser entendido de modo sequencial, mas sem manter uma linearidade na sua disposição. (MOREIRA 2013, p. 20)

No que tange ao critério discurso, Belisário (2006, apud MOREIRA 2013) destaca duas questões: a dialogicidade e a interatividade. Enquanto a primeira indica a reprodução de textos de forma a simular um diálogo autor-leitor, a segunda fornece a ferramenta para tornar esse diálogo concreto. Esse binário assegura ao estudante a participação em seu processo de construção do conhecimento.

Santos e Silva (2009), por sua vez, indicam critérios para a elaboração de materiais didáticos online. Dentre outras questões, os autores elencam como importante a participação de uma equipe interdisciplinar. A equipe proposta pelos autores — composta a princípio por conteudista, web roteirista, web-designer, programador e designer didático — deve atuar paralela e colaborativamente (SANTOS e SILVA 2009, p.112). Cabe ressaltar que a nomenclatura das funções pode variar de instituição para instituição.

El Kadri et al (2012) também defendem a construção colaborativa de materiais didáticos, e discutem ainda a importância de se considerar as demandas do mundo contemporâneo no desenvolvimento de materiais para o ensino de línguas. Segundo os autores, “o desafio posto aos que trabalham com a formação de professores [é] propor experiências que poderão contribuir para novas compreensões sobre língua(gem) e como estas poderão criar oportunidades de aprendizagem para os cidadãos em um mundo tecnologicamente mediado. (p. 182). Nesse sentido, a era digital tem, inegavelmente, causado uma grande revolução em muitas áreas do saber, inclusive na área da linguagem, no quesito inovação.

Assim, ao falar de inovação no panorama da formação inicial do professor, deve-se pensar que a mesma poderia visar a otimização na articulação dos fatores como colaboração, autonomia, interatividade, reflexividade e contextualização perante uma realidade que implica (DONDI, 2003): (a) o aumento da população de estudantes no curso de licenciatura; (b) a questão social e cultural diferenciada da mesma; (c) as mudanças de modelos de aprendizagem, tanto dos futuros professores quanto dos seus futuros alunos da educação básica ; (d) as atitudes face às tecnologias, às novas formas e modelos de comunicação. Neste cenário, é importante que as instituições formativas pensem em linhas orientadoras que partam de um diálogo ativo e contínuo, junto à sua comunidade docente e discente, reconfigurando um processo no contexto sociocultural e político em que se inserem.

Assim, são os estudos da linguística de corpus que vão ao encontro de tais implicações, podendo, então, contribuir significativamente para a análise de dados alcançados por meio de pesquisas voltadas à área de letramento crítico e formação de professores.

Vale destacar aqui a definição de linguística de corpus, que, Segundo Berber Sardinha (2004), ocupa-se da coleta e exploração de corpora, ou conjunto de dados lingüísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas extraídas de computador (BERBER SARDINHA, 2004).

Tendo a Linguagem como o principal eixo para estruturações reais entre a comunicação e a aprendizagem, até o início dos anos sessenta, era impossível prever o quanto os estudos da Linguagem desenvolver-se-iam com a invenção do computador. A necessidade de corpus para o estudo da língua não é um conjunto de rotinas e sim um contínuo muito diversificado e complexo de atividades sócio-interativas, pelas quais os indivíduos em condições específicas produzem sentidos públicos partilháveis (MARCUSCHI, 2001, apud CAMARGO, 2003, p. 77). Desse modo, acredita-se que o valor de um corpus, Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

sendo o elo dialético entre recursos, professores e alunos como um lugar de referência, tende a crescer cada vez mais nos próximos anos, uma vez que “mais e mais pessoas [...] estão começando a perceber [que] uma amostra da língua viva, acessada por computadores sofisticados, abre novos horizontes” (SINCLAIR, 1991).

Na presente investigação, partiu-se da hipótese de que as diretrizes para apoio na elaboração de materiais didáticos digitais contextualizados e efetivamente coerentes para o aluno do século XXI estariam às voltas de aspectos como: interatividade, colaboração, autonomia, avaliação e autoria. Com a finalidade de verificar se, na verdade, tais aspectos seriam abordados com recorrência, compilou-se um corpus de pesquisa formado por artigos disponíveis online, publicados nos últimos quinze anos, cujos endereços eletrônicos encontram-se no anexo.

Para processamento eletrônico do corpus, fez-se necessário, primeiramente, que todo o corpus fosse compilado e salvo em linguagem txt. A seguir, foi utilizado o software WordSmith Tools, versão 4, criado por Mike Scott, cujas ferramentas são a Wordlist, que possibilita a extração da lista de vocábulos existentes no corpus por ordem de frequência e por ordem alfabética; a Concordance, que possibilita a visualização do nóculo, isto é, do vocábulo de busca, com os colocados tanto à sua esquerda quanto à sua direita; e a Keyword, que possibilita verificar se o nóculo é uma palavra-chave no corpus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se, aqui, que esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento, portanto, os resultados finais ainda não podem ser apresentados e analisados; porém, acredita-se que os resultados alcançados possibilitarão averiguar se os vocábulos considerados como fundamentais na presente investigação, ou seja, a interatividade, a colaboração, a autonomia, a avaliação e a autoria seriam também recorrentes e poderiam ser considerados palavras-chave em nosso corpus de pesquisa, de modo que possam servir de parâmetros para as diretrizes com vistas à elaboração de material digital para a área da linguagem.

REFERÊNCIAS

ASSIS, E; CRUZ, V. Material didático em EAD: a importância da cooperação e colaboração na construção do conhecimento. *Linhas Críticas*, Brasília, Vol. 13, N. 24, out. 2011. Disponível em: . Acesso em: 01 Mai. 2013.

BELISÁRIO, A. O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, Marco (org). *Educação online*. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2006, p. 137-148.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de Corpus*. São Paulo: Editora Manole, 2004.

DONDI, C. “La introducción de la enseñanza abierta y a distancia y de los entornos virtuales de aprendizaje en el contexto de la universidad convencional: una perspectiva

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

institucional". In: Frutos, M. (org.). La tecnologia educativa en la enseñanza superior. Madrid: McGraw Hill, 2003.

EL KADRI et al. Material didático para educação tecnológica de professores de inglês: uma experiência no âmbito do programa 'novos talentos'. In: Linguagem & Ensino. Pelotas, v.15, n.1, p. 181-212, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/483/433>. Acesso em: 01. Ago 2015.

MONTEIRO, L. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacaovirtual/0158.pdf> Acesso 26 set 2015.

PARDO, M.; COLNAGO, N. Planificación y evaluación de enseñanza para profesores de escuela pública: un enfoque de la formación puesta en práctica en Brasil. Porto: Coraze, 2008.

ROCHA, E. M. A produção de material didático para a educação a distância e os impactos na formação docente: entre práticas e reflexões. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 4, n. 2, p. 319-341, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoem perspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/422/115>

ROSSINI, T. S. S. Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. Revista Teias v. 13 • n. 30 • 391-412 • set./dez. 2012.

SALES, M. V. S. Uma reflexão sobre a produção do material didático para EaD. ABED, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/044tcf5.pdf>> Acesso 26 set 2015

SANTOS, E.; SILVA, M.. Desenho didático para educação on-line. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 79, p. 105 -120, jan. 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1437/1172> Acesso 26 set 2015.

SINCLAIR, J. Corpus, Concordance, Collocation. Hong Kong: Oxford University Press, 1991.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO E A PERMANÊNCIA EM UM POLO DE APOIO PRESENCIAL

Ricardo Antônio Cornélio; Fernanda Carla Wasner Vasconcelos; Iris Barbosa Goulart
UNA - Centro Universitário
Mestrado Profissional em Administração
quimica01136@gmail.com

Palavras-chave: Educação a Distância. Evasão/permanência escolar. Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD), com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) cresce em alta velocidade, possibilitando acesso a um número cada vez maior de sujeitos, porém essa expansão e o uso das tecnologias, por si só, não são capazes de evitar a ocorrência de evasão. Para tanto, faz-se necessária a adoção de modelos de avaliação capazes de identificar os motivos relacionados à permanência ou à evasão estudantil nos cursos EaD.

A seguinte questão norteadora direciona a pesquisa: quais os fatores que mais impactam a evasão/permanência dos alunos e ex-alunos nos cursos de graduação do Polo de Apoio Presencial do Centro Universitário UNINTER, do Município de Itabira - MG, no período de agosto de 2009 a agosto de 2014? Com a finalidade de responder à questão norteadora, foi definido como objetivo geral dessa pesquisa, analisar os fatores que motivam as evasões/permanências em cursos na modalidade à distância.

Este estudo se justifica pela importância em evidenciar os fatores facilitadores que contribuem para a evasão escolar e identificar o contexto de estudo do alunado de cursos de graduação à distância, para auxiliar na identificação dos fatores favoráveis ou desfavoráveis à permanência deste aluno na EaD.

Foi realizado um estudo quantitativo, descritivo e que se constitui em um survey, cuja coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário com o objetivo de analisar os fatores relacionados à evasão e à persistência em EaD. Foram enviados por e-mail 678 questionários e recebidos 342, sendo que 337 estavam com preenchimento completo, sendo utilizados para análise.

REFERENCIAL TEÓRICO

O uso das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância é, muitas vezes, apontado como o principal responsável da evasão escolar e das dificuldades de acesso às escolas, mas a tecnologia, apesar de sua importância, não deve ser encarada como o principal fator, conforme asseveram Salvucci, Lisboa e Mendes (2012, p.50).

Umekava (2014) propôs quatro fatores: **1 – Suporte Tecnológico e de Tutoria:** avaliam o quanto aspectos relacionados às competências demonstradas pelo tutor ao longo do curso; à acessibilidade dos materiais e o suporte instrucional e social recebido pelo estudante; e às ferramentas eletrônicas de acesso. **2 – Características Exógenas:** avaliam o quanto variáveis Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

concernentes à conciliação do curso com outras atividades de estudos, profissionais e compromissos familiares; à disponibilidade de tempo; e a problemas de saúde. **3 – Características do Aluno:** averiguaram em que medidas elementos ligados às habilidades e atributos discentes (capacidade de administração do tempo de estudo, elaboração de planos de estudo, respeito e cumprimento de prazos, perseverança frente a dificuldades e experiências prévias com as TIC's). **4 – Desenho do Curso:** avaliou o grau em que aspectos atinentes ao planejamento instrucional (objetivos propostos, planejamento de conteúdos, sequência de conteúdos, avaliações de aprendizagem, carga horária, linguagem empregada e complexidade do curso) contribuem para a saída do aluno do evento educativo.

Evitar o aumento da evasão e levantar as suas causas é atividade de relevância para as instituições que tenham a capacidade de dar apoio aos estudantes durante o desenvolvimento de seu curso.

METODOLOGIA

Uma pesquisa quantitativa foi adotada. *Quanto aos fins, esta é uma pesquisa descritiva, pois busca descrever as percepções dos alunos e ex-alunos pesquisados e quanto aos meios, é uma pesquisa de campo.*

Para identificar as questões que retratam as facilidades e dificuldades percebidas na amostra, optou-se pela técnica da Análise Fatorial Exploratória, aplicada em duas categorias de alunos, uma delas constituída pelos alunos matriculados e alunos formados e a outra categoria composta de alunos que abandonaram o curso.

RESULTADOS

As análises das pontuações médias foram feitas primeiramente entre os alunos matriculados e os alunos formados (Quadro 1). Estas médias de pontuação referem-se à média de pontos atribuída no intervalo de 1 a 5, em que a pontuação igual a 1 refere-se à pouca facilidade e a pontuação 5 à muita facilidade, observada no quesito atribuído à persistência em EaD

01 - O apoio fornecido pelo tutor e interação entre os participantes do curso. 3,97 e 3,62; 02 - Minha habilidade em administrar o tempo para me dedicar aos estudos. 3,56 e 3,98; 03 - A duração total do curso. 4,02 e 4,25; 04 - Alterações em minha rotina de trabalho ocorridas durante a realização do curso. 3,44 e 3,64; 05 - O grau de complexidade do curso. 3,54 e 3,55; 06 - A qualidade gramatical das mensagens trocadas pelo tutor com os alunos. 4,03 e 3,72; **07 - Apoio da instituição de ensino frente às dificuldades tecnológicas encontradas por mim durante a realização do curso. 4,15 e 3,94;** 08 - Minha habilidade de conciliar o curso com outras atividades pessoais. 3,78 e 3,98; **09 - O acesso ao sistema virtual do curso. 4,14 e 4,38;** 10 - Minha habilidade de elaborar um plano de estudo que oriente minhas atividades. 3,61 e 3,83; 11 - O vínculo estabelecido entre tutor e alunos. 4,01 e 3,77; 12 - Eventos familiares durante a realização do curso. 3,51 e 3,49; **13 - O acesso ao material didático utilizado no curso. 4,36 e 4,28;** 14 - A qualidade do feedback/orientações fornecidos pelo tutor em relação às minhas participações. 4,03 e 3,87; 15 - O incentivo familiar para a realização do curso. 4,14 e 4,11; **16 - Minha habilidade em utilizar recursos e ferramentas tecnológicas do curso. 4,01 e 4,36;** 17 - Acesso às informações do curso antes do seu início. 4,03 e 4,08; 18 - Quantidade de atividades propostas durante o curso. 3,94 e 3,92; 19 - Condições do ambiente de estudo em casa. 3,78 e 4,15 e 20 - O grau de dificuldade das

Fonte: Dados da pesquisa

Em vermelho evidenciaram-se as maiores médias para os alunos matriculados e em azul para os alunos formados

Com relação à permanência:

É possível, criar um modelo sintético composto por três dimensões principais, que envolvem as questões pessoais, ou endógenas ao aluno, as questões acadêmicas ou exógenas ao aluno e as questões contextuais, relacionadas ao que envolve tanto o aluno quanto o curso (FIUZA; SARRIEIRA, 2013, p.900).

Estas dimensões englobariam as variáveis obtidas no presente estudo para os alunos matriculados e/ou formados, que segundo Umekawa (2014, p.150) a persistência em educação a distância sugere a possibilidade de que os participantes de ações educacionais ministradas à distância estejam sujeitos a diversas variáveis externas e/ou endógenas a eles mesmos que influenciam a decisão de permanecer ou não no curso

Quanto à avaliação dos fatores relacionados à evasão em EaD (Quadro 2), foram perguntados os mesmos fatores para os alunos matriculados e os que já se formaram. O que mudou foi a consideração da pergunta, que neste caso avalia o grau de dificuldade percebido pelo aluno, atribuindo a escala 1 (um) para “Pouca dificuldade” e 5 (cinco) para “Muita dificuldade”.

Quadro 2 - Médias dos alunos que abandonaram o curso

<p>01 - O apoio fornecido pelo tutor e interação entre os participantes do curso. 3,50; 02 - Minha habilidade em administrar o tempo para me dedicar aos estudos. 3,38; 03 - A duração total do curso. 3,43; 04 - Alterações em minha rotina de trabalho ocorridas durante a realização do curso. 3,41; 05 - O grau de complexidade do curso. 3,35; 06 - A qualidade gramatical das mensagens trocadas pelo tutor com os alunos. 3,45; 07 - Apoio da instituição de ensino frente às dificuldades tecnológicas encontradas por mim durante a realização do curso. 3,63; 08 - Minha habilidade de conciliar o curso com outras atividades pessoais. 3,60; 09 - O acesso ao sistema virtual do curso. 3,69; 10 - Minha habilidade de elaborar um plano de estudo que oriente minhas atividades. 3,47; 11 - O vínculo estabelecido entre tutor e alunos. 3,53; 12 - Eventos familiares durante a realização do curso. 3,18; 13 - O acesso ao material didático utilizado no curso. 3,70; 14 - A qualidade do feedback/orientações fornecidos pelo tutor em relação às minhas participações. 3,64; 15 - O incentivo familiar para a realização do curso. 3,67; 16 - Minha habilidade em utilizar recursos e ferramentas tecnológicas do curso. 3,60; 17 - Acesso às informações do curso antes do seu início. 3,52; 18 - Quantidade de atividades propostas durante o curso. 3,53; 19 - Condições do ambiente de estudo em casa. 3,49 e 20 - O grau de dificuldade das</p>
--

A literatura aponta diversos fatores que podem levar o aluno à evasão. Quanto ao acesso ao material didático, Almeida *et al.* (2013) classificam, como categoria-síntese, problemas com a tecnologia, enquanto que Umekawa (2014) se reporta ao fator tecnológico e às questões referentes à tutoria. Com relação ao acesso ao sistema virtual do curso, Abbad, Carvalho e Zerbini (2006) afirmaram que participantes com pouco acesso aos recursos eletrônicos do curso, como *chat*, mural e outros, foram aqueles que tenderam a abandonar o curso, e Fernandes *et al.* (2010) apontaram que os principais indicadores da evasão que exigem maior atenção por parte dos gestores do curso à distância estão relacionados diretamente às variáveis: acesso do aluno ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

O incentivo familiar para a realização do curso é referenciado em Almeida *et al.* (2013) e Umekawa (2014). Finalmente, a qualidade do *feedback*/orientações fornecidos pelo tutor em relação às minhas participações, Santos e Oliveira Neto (2008) apontaram em menor proporção como causas da evasão, que se referem à falta de acompanhamento do professor-tutor,

Almeida *et al.* (2013) relatam a falta de apoio acadêmico (falta de interação entre o professor-tutor e os alunos, tais como falhas de comunicação com o tutor e falta de *feedback* do tutor) e Umekava (2014) avalia o quanto aspectos relacionados às competências demonstradas pelo tutor, ao longo do curso, influenciam na evasão.

Nas Tabelas 1 e 2 estão distribuídos os componentes principais, formando os fatores ou grupos de interpretação, cuja classificação apresentou as maiores facilidades, evidenciadas pelos alunos matriculados e os alunos que já se formaram e as maiores dificuldades evidenciadas pelos alunos evadidos

Tabela 1 - Matriz de componente rotativa - alunos matriculados e os já formados

QUESTÕES	COMPONENTE				FATORES FACILITADORES
	1	2	3	4	
[10 - Minha habilidade de elaborar um plano de estudo que oriente minhas atividades.]	,797	,116	,174	,200	(DISCIPLINA e HABILIDADES GERAIS DO ALUNO) + (DESENHO DO CURSO)
[02 - Minha habilidade em administrar o tempo para me dedicar aos estudos.]	,760	,133	,223	,112	
[08 - Minha habilidade de conciliar o curso com outras atividades pessoais.]	,731	---	,304	---	
[03 - A duração total do curso.]	,718	,398	,102	---	
[16 - Minha habilidade em utilizar recursos e ferramentas tecnológicas do curso.]	,594	,221	,363	-,266	
[04 - Alterações em minha rotina de trabalho ocorridas durante a realização do curso.]	,537	,202	,275	,321	
[09 - O acesso ao sistema virtual do curso.]	,521	,482	---	---	
[13 - O acesso ao material didático utilizado no curso.]	,412	,378	,178	,255	
[07 - Apoio da instituição de ensino frente às dificuldades tecnológicas encontradas por mim durante a realização do curso.]	,308	,735	---	---	DESEMPENHO DA TUTORIA + APOIO INSTITUCIONAL
[14 - A qualidade do feedback/orientações fornecidos pelo tutor em relação às minhas participações.]	---	,722	,396	---	
[01 - O apoio fornecido pelo tutor e interação entre os participantes do curso.]	---	,718	,104	,473	
[11 - O vínculo estabelecido entre tutor e alunos.]	,175	,706	,273	,116	
[06 - A qualidade gramatical das mensagens trocadas pelo tutor com os alunos.]	,191	,671	,282	,387	
[17 - Acesso às informações do curso antes do seu início.]	,219	,536	,407	-,355	
[15 - O incentivo familiar para a realização do curso.]	---	,133	,735	,223	AMBIENTE PRÓPRIO + ATIVIDADES DO CURSO
[19 - Condições do ambiente de estudo em casa.]	,404	,203	,639	,214	
[18 - Quantidade de atividades propostas durante o curso.]	,276	,402	,562	---	
[12 - Eventos familiares durante a realização do curso.]	,296	,236	,556	---	
[20 - O grau de dificuldade das atividades propostas pelo curso.]	,427	,128	,554	,237	
[05 - O grau de complexidade do curso.]	,299	,238	,292	,687	COMPLEXIDADE

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Método de extração: Análise do Componente principal.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.
a. Rotação convergida em 10 iterações.

Tabela 2 - Matriz de componente rotativa - alunos evadidos

Questões	Componente			FATORES DIFICULTADORES
	1	2	3	
[13 - O acesso ao material didático utilizado no curso.]	,718	,462	,180	DESENHO DO CURSO + AMBIENTE PRÓPRIO + HABILIDADES TECNOLÓGICAS + ATIVIDADES DO CURSO
[17 - Acesso às informações do curso antes do seu início.]	,705	,491		
[09 - O acesso ao sistema virtual do curso.]	,702	,386	,286	
[20 - O grau de dificuldade das atividades propostas pelo curso.]	,696	,160	,365	
[16 - Minha habilidade em utilizar recursos e ferramentas tecnológicas do curso.]	,685	,162	,484	
[19 - Condições do ambiente de estudo em casa.]	,682	,230	,468	
[18 - Quantidade de atividades propostas durante o curso.]	,608	,419	,191	
[15 - O incentivo familiar para a realização do curso.]	,563	,294	,444	
[01 - O apoio fornecido pelo tutor e interação entre os participantes do curso.]	,197	,812	,227	DESEMPENHO DA TUTORIA + APOIO INSTITUCIONAL
[14 - A qualidade do feedback/orientações fornecidos pelo tutor em relação às minhas participações.]	,202	,804	,223	
[11 - O vínculo estabelecido entre tutor e alunos.]	,331	,754	,194	
[07 - Apoio da instituição de ensino frente às dificuldades tecnológicas encontradas por mim durante a realização do curso.]	,429	,708	,112	
[03 - A duração total do curso.]	,462	,538	,364	
[06 - A qualidade gramatical das mensagens trocadas pelo tutor com os alunos.]	,395	,533	,392	
[04 - Alterações em minha rotina de trabalho ocorridas durante a realização do curso.]	,130		,796	DISCIPLINA + HABILIDADES GERAIS DO ALUNO + COMPLEXIDADE DO CURSO
[08 - Minha habilidade de conciliar o curso com outras atividades pessoais.]	,348		,784	
[02 - Minha habilidade em administrar o tempo para me dedicar aos estudos.]	,135	,353	,764	
[10 - Minha habilidade de elaborar um plano de estudo que oriente minhas atividades.]	,305	,292	,697	
[12 - Eventos familiares durante a realização do curso.]	,391	,276	,506	
[05 - O grau de complexidade do curso.]	,252	,481	,489	

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Método de extração: Análise do Componente principal.
Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.
a. Rotação convergida em 8 iterações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Uma instituição, ao adotar a modalidade à distância, enfrenta preocupações que envolvem, principalmente, a evasão, que não é prerrogativa de uma instituição em particular, mas de todas as instituições públicas e privadas que adotarem essa modalidade de ensino. Estudar as causas que contribuem para a permanência e êxito escolar é combater a evasão.

Portanto, dentre os alunos que permaneceram matriculados ou estão formados, as componentes que se apresentaram como maiores facilitadoras são: primeira componente, composta de 08 (oito) questões, retrata a (disciplina e habilidades gerais do aluno) + (desenho do curso); segunda componente, composta de 06 (seis) questões, retrata o (desempenho da tutoria) + (apoio institucional); terceira componente, composta de 05 (cinco) questões, retrata o (ambiente próprio) + (atividades do curso) e a quarta componente, representada por apenas 01 (uma) questão, retrata a (complexidade do curso), explicadas por 61,56% da variância total dos dados.

Para os alunos evadidos, as componentes que se apresentaram como maiores dificultadoras são: primeira componente é formada de 08 (oito) questões, retrata o (desenho do curso) + (ambiente próprio) + (habilidades tecnológicas) + (atividades do curso); a segunda componente, composta de 06 (seis) questões, retrata o (desempenho da tutoria) + (apoio institucional) e a terceira componente, composta de 06 (seis) questões, retrata a (disciplina) + (habilidade do aluno) + (complexidade do curso), explicadas por 67,27% da variância total dos dados, valor um pouco superior, se comparado à variância explicada retratada no grupo de alunos matriculados e alunos formados.

As dificuldades apontadas, em especial, concentram-se no desenho curso, ambiente próprio, habilidades tecnológicas do aluno e atividades do curso.

Vale ressaltar que o desempenho do tutor e o apoio institucional aparecem como segunda componente tanto para os alunos matriculados e formados quanto para os alunos evadidos, portanto, o levantamento destes fatores pode servir de subsídio para reflexões sobre o perfil dos alunos que buscam sua formação através da EaD.

Com base nos resultados obtidos neste estudo e a limitação da pesquisa, estudos adicionais serão necessários. Como sugestões para estudos futuros, citam-se a ampliação da pesquisa para outros polos do grupo UNINTER e para outras instituições que utilizam a modalidade em EaD.

REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia; CARVALHO, Renata Silveira; ZERBINI, Thaís. **Evasão em curso via Internet: explorando variáveis explicativas**. RAE-eletrônica, v. 5, n. 2, p.1-16, jul./dez. 2006.

ALMEIDA, Onília Cristina de Souza de, ABBAD, Gardênia, MENESES, Pedro Paulo Murce, ZERBINI, Thaís. **Evasão em Cursos a Distância: Fatores Influenciadores**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 14, n. 1, p. 19-33, jan./jun. 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância e mídia-educação: da modalidade ao método**. ComCiência, n.141, p. 1-7, 2012.

FERNANDES, Jocimar; FERREIRA, Ailton da Silva; NASCIMENTO, Denise Cristina de Oliveira; SHIMODA, Eduardo; TEIXEIRA, Giovany Frossard. **Identificação de Fatores que Influenciam na**

Evasão em um Curso Superior de Ensino a Distância. *PerspectivasOnLine* 2007-2010, v. 4, n. 16, p. 80-91, 2010.

FIUZA, Patrícia Jantsch, SARRIERA, Jorge Castellá. **Motivos para Adesão e Permanência Discente na Educação Superior a Distância.** *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 33, n. 4, p. 884-901, 2013.

SALVUCCI, Mara; LISBOA, Marcos J. A.; MENDES, Nelson C. Educação a distância no Brasil: fundamentos legais e implementação. Associação Brasileira de Educação a Distância. v. 11, p. 49-62, 2012.

UMEKAWA, Elienay Eiko Rodrigues. **Preditores de fatores relacionados à evasão e à persistência discente em ações educacionais a distância.** 2014. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP Ribeirão Preto, 2014.

ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM PARA ALUNOS COM BAIXA VISÃO

Angela Cristina Cardozo Schemin
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientadora: Izabel Cristina de Araújo
angelaschemin@gmail.com

Palavras-chave: educação e tecnologia, acessibilidade, deficiência visual, baixa visão, tecnologia assistiva.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo pesquisa é propor adequações de acessibilidade para ambientes virtuais de aprendizagem – AVAs, tornando-o mais acessível a alunos cegos ou com baixa visão, no ensino superior, na modalidade a distância.

A partir da problemática, formulou-se os questionamentos específicos:

- a) O ambiente virtual de aprendizagem Moodle é acessível para pessoas com deficiência visual ou baixa visão?
- b) Os recursos já existentes na plataforma apresentam funcionalidade de fácil utilização para os deficientes visuais?

Metodologia da pesquisa

A partir da análise da literatura e para alcançar os objetivos propostos faremos a verificação com especialistas na área para verificar o nível de acessibilidade do AVA e análise das atividades realizadas pelos deficientes visuais. Identificaremos também as habilidades necessárias para cada atividade.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa é propor adequações de acessibilidade para ambientes virtuais de aprendizagem – AVAs, tornando-o mais acessível a alunos cegos ou com baixa visão, no ensino superior, na modalidade a distância.

O ambiente virtual escolhido é o Moodle por se tratar de um software *open source* (livre), utilizado por alunos com baixa visão em uma instituição de ensino superior, em cursos de graduação, na modalidade a distância. A relevância do trabalho incide acerca dos aspectos de acessibilidade e tecnologias assistivas com o objetivo de contribuir e aprimorar a aprendizagem bem como oportunizar a inclusão de deficientes visuais no ensino. Vivemos constantemente cercados de inovações tecnológicas e elas são fundamentais na integração do conhecimento e promoção da própria autonomia.

Em tempos de globalização e novas tecnologias muito tem se discutido acerca da acessibilidade e inclusão, em especial no último século. A educação e a pesquisa são as áreas mais beneficiada em relação ao uso dessas ferramentas. Pierre Lévy, afirma que:

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

o uso crescente das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativa acompanha e amplifica uma profunda mutação na relação com o saber. Ao prolongar determinadas capacidades cognitivas humanas (memória, imaginação, percepção), as tecnologias intelectuais com suporte digital redefinem seu alcance. E algumas vezes até mesmo sua natureza. As novas possibilidades de criação coletiva distribuída, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede oferecida pelo ciberespaço colocam novamente em questão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho, tanto na empresa como nas escolas. (Lévy, 2001, p.98).

Os aparatos tecnológicos têm fundamental importância para a educação inclusiva. Funcionam como instrumentos facilitadores da aprendizagem, possibilita uma melhor comunicação e permite assim, que o aluno cego ou com visão reduzida, construa individualmente ou coletivamente novos conhecimentos. (RODRIGUES; BARNI, 2009, p. 8835)

O Decreto Federal nº 5.296/2004 [1], em seu artigo 8º, estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.”

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, o conceito de acessibilidade foi ampliado em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. A respeito das pessoas com deficiência a ONU ratificou o Decreto Federal nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 [2], estabelece em seu artigo 9º, item 1:

“A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural”.

A acessibilidade na web permite independência para a todas as pessoas com ou sem deficiência. O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 divide as deficiências em cinco categorias: física, auditiva, visual e mental. Como o objeto de estudo do trabalho é do campo visual faremos um recorte apenas nesta tipologia.

Considera-se deficiência visual uma capacidade de enxergar igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Já a baixa visão significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho (mais uma vez com a melhor correção óptica). E também existem casos em que a soma da medida do campo visual em ambos os olhos é igual ou menor que 60 graus - ou ocorre simultaneamente quaisquer das condições anteriores (ITS Brasil, 2008)

As instituições de Ensino Superior -IES têm o dever de atender pessoas com deficiência visual ou baixa visão. Quando o foco é ensino a distância, o impacto dos princípios de usabilidade e acessibilidade de sistemas informatizados pode refletir na qualidade do ensino e tutoria e, conseqüentemente, na qualidade do aprendizado efetivo e atrativo (ISMAN; ISBULAN, 2010).

De acordo com o censo de realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010. A pesquisa considerou a população residente no Brasil, onde 23% apresentavam algum tipo de deficiência dentre as investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. O índice com maior ocorrência foi a deficiência visual, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (IBGE, 2010).

Diante deste relato, o problema da pesquisa baseou-se em: como tornar acessível o ambiente virtual de aprendizagem para alunos com baixa visão.

CONSIDERAÇÕES

Apontará as considerações relativo aos resultados encontrados, análise das propostas e apontamento final das recomendações propostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto lei 5296. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: out. 2015.

BRASIL.DECRETO-LEI 5296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: out. 2015.

Cartilha do Censo 2010: A deficiência no Brasil. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acessado em out.2015.

ISMAN, A.; ISBULAN, O. Usability level of distance education website. **TOJET: The Turkish Online Journal of Educational Technology**. v.9, n.1, 2010.

ITS BRASIL – Instituto de Tecnologia Social. **Tecnologia Assistiva nas escolas**: Recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. São Paulo. 2008 p.15

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2001

RINKER, Giovane. **Tecnologia assistiva para cegos**. Disponível em: <http://estudoeaprendizagem.blogspot.com.br/2010/12/tecnologia-assistiva-para-cegos.html>. Acesso em: out. 2015

RODRIGUES, K. G.; BARNI, E. M. A utilização de recursos tecnológicos com alunos deficientes visuais no curso superior a distância de uma instituição de ensino de Curitiba-PR. IV Congresso Nacional de Educação – Educere. PUCPR, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3537_2058.pdf>. Acesso em: out. 2015.

OS CAMINHOS DA ACESSIBILIDADE EM EAD: JANELA DE LIBRAS

Tiago Machado Saretto
Izabel Cristina de Araújo
Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias

Palavras chave: Surdo – Educação Bilíngue – Ambiente Virtual de Aprendizagem

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a relevância da Janela de Libras em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), considerando os aspectos de acessibilidade do recurso oferecido ao aluno surdo bilíngue na modalidade Educação a distância (EAD) no ensino superior. Nossa metodologia considerou os resultados de uma pesquisa exploratória bibliográfica no âmbito das temáticas: surdez, educação em AVA e acessibilidade da Janela de Libras em EAD. Os resultados apontam a necessidade de se ampliar a acessibilidade da Janela de Libras em AVA para inclusão do aluno surdo em contexto universitário.

Contextualizando a Surdez no Brasil

Segundo o IBGE (2012) o Brasil possui 305 mil surdos. São vários os motivos causadores da surdez no indivíduo, segundo Mainiere (2011, p. 14) a surdez pode ser congênita ou adquirida. A surdez congênita ocorre no período gestacional, devido a vários fatores, como genéticos, incompatibilidade sanguínea e até mesmo doenças preexistentes, podendo causar surdez vários tipos e graus de surdez. A surdez adquirida por sua vez, seria decorrente algum problema após seu nascimento, como convulsões, doenças virais ou bacterianas ocasionando a perda parcial ou total da audição.

Por não ouvir o indivíduo surdo não aprende a desenvolver a fala oral. Desta forma, a Língua de sinais surgiu como solução para este indivíduo que experimenta o mundo de um modo diferente das pessoas ouvintes. Através da visão podem perceber um mundo de gestos, de imagens e podem aprender qualquer conteúdo em sua língua. Por não ouvirem, desenvolveram uma língua própria para estabelecer a comunicação, a língua de sinais. No Brasil a Libras foi oficializada em 2002, com a Lei 10.436 a reconhecendo como forma de comunicação e expressão, diferentemente da modalidade das línguas orais auditivas, a Libras é de natureza visual-motora. Ao reconhecer como língua, afirmou possuir uma estrutura gramatical própria, sendo um sistema lingüístico possibilitando a troca de informações, conhecimento, idéias, fatos, ou seja, qualquer assunto pode ser discutido com a pessoa surda utilizando a Língua brasileira de sinais.

A Declaração de Salamanca (1994), ao tratar das políticas na área da educação das pessoas com necessidades educativas, assegurou:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias

linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Outros documentos e leis passaram a incluir os alunos com algum tipo de necessidade especial, como a própria Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9.394/1996). Toda preocupação em torno do aluno com necessidades educacionais específicas passou a ser assegurado, desde a adaptação do currículo até a formação de profissionais especializados. No caso do indivíduo surdo, o decreto 5.626/2005, garantiu um salto qualitativo nas políticas de inclusão deste aluno. Através de professores bilíngues, os alunos surdos podem ser alfabetizados na Língua de sinais e na Língua portuguesa. O professor de Libras é o profissional que atua nos vários níveis de ensino com o ensino da Língua brasileira de sinais, nos anos iniciais com alunos surdos até no ensino superior com a formação de professores que deverão ter o básico de Libras para garantir a comunicação e inclusão do aluno surdo. Outro profissional apresentado pelo decreto de extrema relevância é o Tradutor Intérprete de Libras, que medeia o conhecimento e a comunicação entre professor e aluno.

Como podemos perceber os surdos tem conquistado espaço na sociedade. Segundo o Serviço de Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – Sianee/Uninter (2015), atualmente são 72 alunos surdos matriculados em diversos cursos de graduação, sendo que 14 frequentam o ensino de modalidade presencial e 58 no ensino de modalidade à distância, dos quais 25 são acadêmicos do curso de Pedagogia de EAD e na modalidade presencial são 03. Além disso, são 43 alunos surdos concluintes e egressos no curso de Pedagogia de EAD. Portanto, parece-nos que encontramos aqui uma tendência de alunos surdos preferirem o ensino na modalidade a distância, especialmente o curso de Pedagogia. Diante disto, apresenta-se como relevante entender como ocorre esta relação do aluno surdo com a EAD e sua interação com os AVA. A seguir apresentaremos ferramentas presentes na EAD e alguns recursos que garantem a inclusão do aluno surdo nesta modalidade.

Educação a distancia, Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Janela de Libras

As relações humanas baseiam se em aspectos econômicos, culturais e políticos, e todos estes aspectos são transformados por avanços tecnológicos; destarte considerado, é notória que a comunicação cotidiana se adapte diante da velocidade e quantidade de informações dadas.

A Universidade Aberta do Brasil¹ (UAB), criada em 2005 pelo Ministério da Educação marcou o início de uma política sistematizando o acesso, ampliação e interiorização da oferta do ensino superior no Brasil na modalidade à distância.

A EAD fruto dos avanços tecnológicos tem contribuído para educação chegar a lugares distantes, a grupos e comunidades que talvez pelo ensino de modalidade presencial jamais tivessem oportunidade. Isso vem contribuir para eliminação das desigualdades sociais, culturais e educacionais, já que o mercado de trabalho também busca cada vez mais mão de obra especializada e principalmente para a formação humana. Sobre isso, Martins (2008 p. 357) destaca:

A credibilidade na escolarização permanente ou formação continuada vem se tornando uma exigência do mercado de trabalho que solicita uma qualificação elevada para os indivíduos que entram na sociedade produtiva. Por sua vez, as instituições de ensino superior estão aumentando consideravelmente os cursos à

distância, utilizando todos os recursos publicitários para difundir as informações em programas de televisão e mediante as redes de computação. (MARTINS, 2008, p. 357-371).

Neste sentido a EAD contribui para educação dos surdos, pois o alcance de atuação é muito maior do que a educação presencial. Aliada as novas tecnologias a EAD constituiu um modal de educação muito procurado. Porém é necessário pensar no público que acessa esta modalidade de ensino e este exercício envolve pensar nas ferramentas disponíveis no AVA e como estes recursos permitem as pessoas com necessidades educacionais específicas acessarem, pois caso contrário podem ser potencialmente excludentes. (QUEVEDO, 2013 p.36)

Assim, há um novo cenário, novas relações interpessoais que se modificam por vezes sem espaço físico ou um cenário convencional e que explicitamente decompõe relações postas tradicionalmente nos ambientes de aprendizagem, levando a novos modelos e instrumentos de ensino aprendizagem, tal como a EAD; nesta linha de raciocínio:

(...) a educação a distância, é ao mesmo tempo, uma causa e um resultado de mudanças significativas em nossa compreensão do próprio significado da educação, bem como de mudanças mais óbvias na compreensão de como ela deveria ser organizada. (MOORE e KEARSLEY, 2008, p. 2021).

Se este cenário tem transformado o ambiente acadêmico, há de salientar que o reflexo tem sido ainda maior na comunidade surda, pois, enquanto a comunicação já ocorria intensamente nos ambientes físicos dos ouvintes, o do surdo ampliou se substancialmente, proporcionando-lhes um ambiente de criação e de produção cultural outrora não realizáveis, como salienta Favoreto:

O uso das TIC tem possibilitado aos surdos o acesso a muitas informações proporcionando o surgimento de novas formas de entrar em contato com a cultura. (...) os surdos se sentiam excluídos das produções culturais e a partir da apropriação das TIC é possível perceber as produções de surdos disponíveis na Internet proporcionando formas visuais de registro que favorecem a publicação e divulgação das produções culturais em língua de sinais. (FAVORETO, 2011, p.32).

O AVA não se limitou apenas a possibilitar maiores informações ao surdo, esta fora apenas o início, já que nos tempos correntes as redes de comunicação permitem o estabelecimento de uma consolidação cultural sem barreiras físicas, e na visão de Schallenberger:

(...) os surdos parecem estar atualizando a sua relação com a rede paulatinamente, dando cada vez mais vazão às suas maneiras de ver e sentir o mundo, utilizando para isto as possibilidades do mundo virtual. Então os surdos adultos utilizam a rede tanto quanto os jovens, pois ali veem a possibilidade de consolidar sua cultura, sendo um meio propício para isto, podendo aproximar surdos que estão em países muito distantes. (SCHALLENBERGER, 2010, p.51).

No processo de ensino aprendizagem, a Janela de Libras é um recurso extremamente relevante e necessário para acessibilidade dos surdos, visto que é por meio dela que eles têm acesso ao conhecimento em sua língua. Este processo ocorre quando o tradutor/intérprete atua traduzindo o conteúdo da Língua matriz (Língua Portuguesa) para a Língua alvo (Libras) simultaneamente podendo ser nas aulas ao vivo (síncrona) ou aulas

gravadas (assíncrona). Segundo a ABNT 15.290, o recurso Janela de Libras deve possuir o seguinte tamanho: “a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor, a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor”. (ABNT 15290/2005 p.9)

Esta pesquisa em andamento tem como objetivo principal propor recomendações para tornar o AVA mais acessível ao aluno surdo bilíngue do curso de Pedagogia na modalidade a distância. Para isto serão imprescindível identificar a acessibilidade da Janela de Libras no AVA, estabelecendo um quadro com nível de acessibilidade considerando a literatura existente. Em seguida será verificado junto às especialistas e alunos o grau de relevância de cada nível de acessibilidade discutido propondo recomendação para ampliar acessibilidade da Janela de Libras no AVA.

CONCLUSÃO

A partir destas considerações sobre a busca de pessoas surdas na EAD, se faz necessário refletir como o aluno surdo bilíngue estabelece sua interação com o AVA. Com base em pesquisa exploratória e análise do próprio aluno surdo, esta pesquisa se propõe em analisar o AVA e comparar com os níveis de acessibilidades a serem desenvolvidos. Em seguida será feita proposta de aplicação no AVA melhorias apontadas. Diante disto é necessário refletir sobre a pergunta norteadora: Como ampliar a acessibilidade da Janela de Libras no AVA para interação do aluno surdo de Pedagogia? Pretende-se com este projeto analisar como contribuirá a ampliação da Janela de Libras para acessibilidade do AVA e propor recomendações de adequação do AVA que visam melhorar a acessibilidade para alunos surdos no curso superior de Pedagogia da EAD.

Notas

1. Disponível em: <http://www.uab.mec.gov.br>

REFERÊNCIAS

MAINIERI, Cláudia Mara Padilha. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos: cognitivo, afetivo e social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**, Brasília, 2010.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do

Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

MARTINS, Onilza Borges. **Os caminhos da EaD no Brasil**. Revista Diálogo Educacional PUCPR, v. 8, p. 357-371, 2008.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FAVORETO DA SILVA, Rosane Aparecida. **Educação a distância e estudos surdos: experiências de acadêmicos surdos com as tecnologias**. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2011.

SANTOS, B.S.;RDTKE, M.L. **Inclusão Digital: reflexões sobre a formação docente**. In: PELLANDA, N.M. C.; SCHLUNZEN, E.; SCHLUNZEN, K. (Org.). **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

SCHALLENBERGER, A. **Ciberhumor nas comunidades surdas**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

QUEVEDO, Silvia Regina Pochmann De. **Narrativas Hipermediáticas para ambiente virtual de aprendizagem inclusivo**. Tese de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

----- . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2012. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 02 set. 2015.

SIANEE - Serviço de Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais. **Relatório parcial de alunos surdos da Instituição Uninter**. Curitiba: 2015.

AUDIOGAMES EDUCATIVOS

Amaury Dudcoschi Junior¹

Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, Brasil.

Pós-Graduação em Educação Tecnológica Superior.

RESUMO

Este artigo discute as potencialidades educativas, as possibilidades e o respectivo desenvolvimento de audiogames, jogos eletrônicos baseados em áudio e interação de gestos, como um novo ferramental para a educação inclusiva e acessibilidade. Em nossa contemporaneidade poucos são os exemplos exitosos de desenvolvimento de games direcionados ou acessíveis para deficientes visuais, e a importância da inclusão na área de games pelos deficientes visuais, perpassa não somente pela área do entretenimento digital, mas bem como no potencial educativo deste ambiente, tornando-se um novo objeto de aprendizagem com caráter inclusivo. Este estudo se baseia em pesquisa bibliográfica, referente a trabalhos que abordam a temática do desenvolvimento de audiogames, utilizando a tecnologia do áudio binaural, também chamado de áudio 3D, em que a percepção auditiva do usuário é explorada para sua imersão, bem como as diretrizes que auxiliam ao game design de jogos educacionais e exemplos de casos de audiogames envolventes e imersivos.

ABSTRACT

This article discusses the educational potential, possibilities and its development audiogames, electronic games based on audio and interaction gestures, such as a new tooling for inclusive and accessible education. In our times there are few successful examples of development of targeted games or accessible for the visually impaired, and the importance of including in the games area by the blind, pervades not only the digital entertainment, but as well as the educational potential of this environment, becoming a new learning object with inclusive. This study is based on literature related to works that address the theme of development audiogames using binaural audio technology also called audio 3D where the hearing user perception is exploited to its immersion, as well as guidelines that help the game educational game design and case examples of engaging and immersive audiogames.

Keywords: audiogames, áudio 3D, jogos educacionais, narrativas, game design.

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia possibilita a integração e inserção de pessoas dos mais diversos segmentos de nossa sociedade em ambientes virtuais lúdicos e imersivos. Os audiogames, jogos eletrônicos baseados em áudio, ainda pouco pesquisados, possibilitam a utilização das narrativas e de toda a mecânica de jogos para seu desenvolvimento, segundo o Censo de 2010 [IBGE 2010], o Brasil possui 45.623.910 de pessoas com deficiências e representa 23,92% do total da população, sendo que 6,5 milhões disseram ter dificuldade e deficiência visual de forma severa, seis milhões afirmaram que tinham dificuldade de enxergar e mais de 506 mil informaram serem cegas. Dentro deste contexto de games ou jogos eletrônicos para deficientes visuais, poucos títulos para este público são desenvolvidos, e giram mais

pelo aspecto do entretenimento digital, não se preocupando com a possibilidade lúdica do aprendizado e do engajamento que esta plataforma pode oferecer.

2. Trabalhos relacionados

Sendo os games para deficientes visuais pouco explorados academicamente, as opções para a análise deste artigo perpassam de maneira tangencial por temas coincidentes, como o trabalho de [Busarello 2011] em que aborda a Audiodescrição aplicada aos quadrinhos, [Escarce Junior 2014] sobre a inserção do gênero Audiogame como forma de narrativa da

Audiodescrição, [RAMALHO et al. 2014] desenvolve e analisa o Audiogame Fuga e [Sens et al. 2015] reflexiona o design de jogos digitais acessíveis moveis para deficientes visuais.

3. Audiogames e Audiodescrição

O Audiogame difere da Audiodescrição, sendo esta empregada em outras mídias como, por exemplo, quadrinhos e TV Digital. [Busarello 2011] a Audiodescrição é um recurso assistivo transformando a mensagem visual em palavras, permitindo o acesso de pessoas cegas ou com outras deficiências a conteúdos visuais, sejam eles de imagens estáticas ou dinâmicas [ISHIKAWA 2014].

[Escarce Junior 2014] o Audiogame é um jogo eletrônico desenvolvido para qualquer plataforma, podendo variar entre os diversos meios de utilização de um game como, por exemplo, telefones celulares, smartphones, consoles de videogames ou computadores pessoais. Sua semelhança no desenvolvimento e na jogabilidade difere somente em sua saída que é a parte visual e gráfica, tendo a narrativa baseada em escolhas como principal forma de interação, mas contando com recursos disponíveis em suas respectivas plataformas como acelerômetro, giroscópio, GPS, dentre outros. Atualmente, a maioria dos audiogames existentes no mercado foi desenvolvida para computadores pessoais, embora a tendência de migração e desenvolvimento para dispositivos móveis e consoles de videogame seja naturalmente um passo a ser seguido. Os audiogames apresentam a mesma variedade de gênero que os videogames, tais como jogos de aventura, ação, horror, corrida, RPG e etc.

3.1 Áudio 3D – Áudio Binaural

Este formato de áudio já está presente nos grandes títulos de videogames atualmente e tem um papel fundamental no desenvolvimento de audiogames, visto que suas principais características e vantagens deste som tridimensional residem na percepção do jogador em localizar objetos baseados no áudio, diferente do som surround que também tem característica de áudio 3D o som utilizado para o desenvolvimento de audiogames é o áudio binaural, percebido utilizando o som do fone de ouvido de dois canais. Segundo [Eugenio Forte 2011], o áudio 3D Binaural é composto por três dimensões: altura (se a fonte está acima ou abaixo do ponto desejado), distância (se a fonte está distante ou não do ponto desejado) e profundidade (intensidade do som do ponto desejado), reproduzindo efeitos sonoros percebidos ao ouvido humano, distinguindo assim através desta técnica sons que o cérebro humano processara da mesma maneira que se o ser humano estivesse próximo ou não ao objeto simulado.

3.2 Processos de gravação - Áudio binaural

O processo de gravação do áudio binaural utiliza técnicas diferentes de outros processos convencionais, para tanto, utiliza um manequim (Dummy Head) e microfones de alta sensibilidade para captar as nuances das diferentes frequências segundo [Eugenio Forte 2011].



Figure 1: Manequim Neumann

A sensação de profundidade é criada em relação às ondas sonoras captadas ao redor do manequim, reproduzindo assim a percepção do ouvido humano, proporcionando assim imersão auditiva a ser utilizada no Audiogame para que o usuário deficiente visual/vidente, possa se localizar em cenários, mediante a aproximação de objetos ou reprodução de outros sons previstos na narrativa.

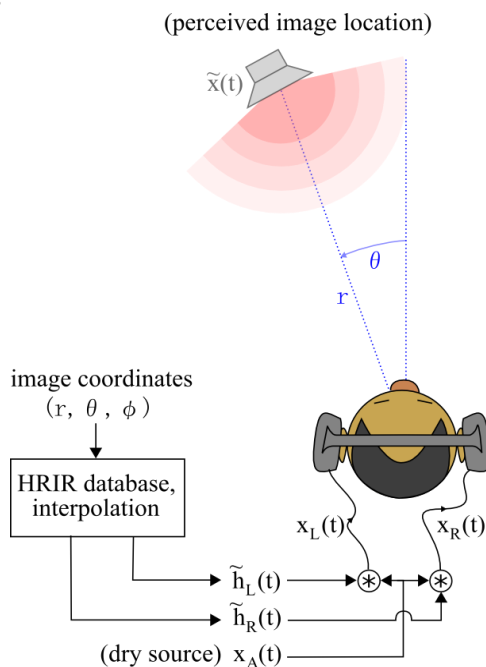


Figure 2: Percepção da localização do áudio

3.3 Processos de produção- Audiogame

Para [Escarce Junior 2014] o processo de produção de um Audiogame se assemelha ao de um MUD (multi-user-dungeon) caracterizado por um texto descritivo que engloba características visuais do ambiente e possibilidades interativas, envolvendo a coleta de artefatos sonoros ou não, que podem direcionar a ação ou a ambientação em novos cenários a serem desbravados. A narrativa ambienta o cenário e a descreve com detalhes de objetos, personagens e cena, tendo um narrador com voz padronizada para momentos de pontos de virada na trama, personagens estancos e não jogáveis são definidos e descritos por auxiliares. A navegação é baseada em escolhas de possibilidades de ação ou com interação baseada no dispositivo a ser utilizado, tal como sensores instalados em smartphones: microfones, giroscópios, acelerômetros ou gestos interpretados pela tela em modo touchscreen.

4. Casos exitosos

Papa Sangre e BlindSide buscam um *gameplay* para pessoas com capacidades diferenciadas, direcionado para pessoas cegas mas também podendo ser jogado por pessoas videntes sem necessidade de um aporte tecnológico complexo.

4.1 Papa Sangre

Papa Sangre é um Audiogame de horror em primeira pessoa com tecnologia proprietária para IOS APPLE com tecnologia de áudio binaural em tempo real desenvolvida pela empresa situada em Londres Somethin' Else em 2010.

No Audiogame, os gamers navegam no mundo sobrenatural de Papa Sangre, passando por cinco fases mencionadas a seguir: os palácios de metal, de cordas, de vento, de ossos e, finalmente, do próprio Papa Sangre, o assassino. Sendo compostas em cada uma delas, por mais sete níveis, com puzzles e missões. Dentre as quais devem encontrar notas musicais, aninhadas atrás de monstros, os SNUFFLE HOGS. Sendo guiado apenas pelos ruídos produzidos no ambiente que simulam o áudio binaural de 3 dimensões, envolvendo: toques de telefone, barulhos de carros, barulhos de animais, passos e outros, sempre existindo a interação entre os monstros e o jogador, caso exista algum choque com algum objeto do cenário [Sens et al. 2015].



Figura 3: Audiogame Papa Sangre
Fonte: APPLE INC. (2015)

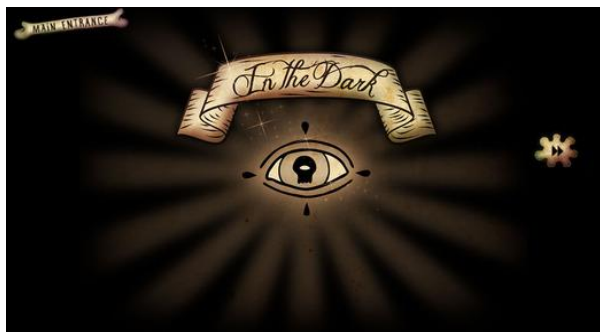


Figura 4: Audiogame Papa Sangre
Fonte: APPLE INC. (2015)



Figura 5: Audiogame Papa Sangre
Fonte: APPLE INC. (2015)

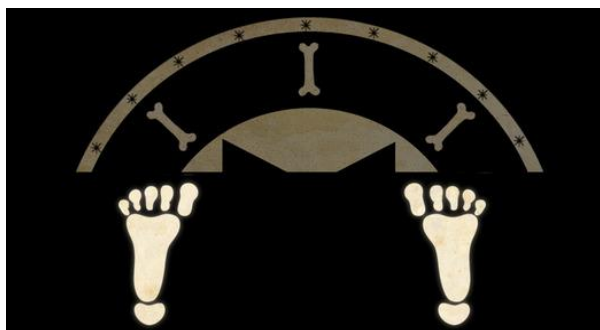


Figura 6: Navegação -
Audiogame Papa Sangre

4.2 BlindSide



Figura 7: Audiogame BlindSide
Fonte: APPLE INC. (2015)

BlindSide foi desenvolvido em 2012 pelos pesquisadores Aaron Rasmussen e Michael T. Astolfi, também enquadrado no gênero de horror. Blindside foi desenvolvido tanto para micro computadores como para dispositivos móveis do sistema IOS. Em BlindSide, o gamer é um professor que desperta sem visão do lado de sua namorada. Durante a narrativa descobre que toda a população ficou cega, dentro do Audiogame o cenário passa dicas sonoras, bem como narrações e diálogos, outros sons permitem a navegação e interação indicando pessoas e monstros ao seu redor alertando sobre perigos e desafios.



Figura 8: Audiogame BlindSide
Fonte: APPLE INC. (2015)

5. Game design educacional

Para [Schell 2011], um game consiste de vários elementos classificados em quatro categorias, chamadas de “tétrade elementar”.

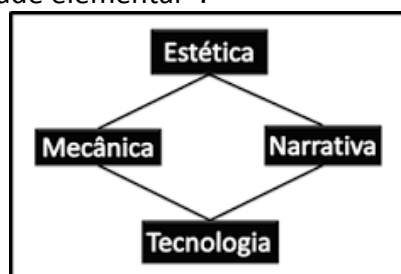


Figura 9: Tétrade elementar
Fonte: Autor

Dentre os elementos da tétrade compostos pela estética, mecânica, narrativa e tecnologia, analisaremos somente a estética com um enfoque diferenciado em virtude de sua inserção sonora nos audiogames. A estética é um dos elementos mais importantes do design de games, sempre vinculada a gráficos impressionantes que representam a simulação cotidiana em formato de mundos em três dimensões, os audiogames se apropriam das

características que os sons e as sensações podem transmitir através do áudio 3D binaural, reforçando assim a téttrade, mesmo que a princípio a estética aparentemente esteja ligado à parte visual.

Elementos essenciais para o design de jogos educacionais:

3. Estética: relacionada, principalmente, as partes visual e sonora do jogo.
4. História: descrição da história e acontecimentos relacionados ao mundo do jogo e seus personagens.
5. Aprendizagem: descrição dos conteúdos pedagógicos e definição dos objetos de aprendizagem que serão abordados e trabalhados no jogo.
6. Mecânica: define como o jogador interage com o jogo, como ele irá se comportar e seus objetivos.
7. Tecnologia: permite a criação e funcionamento do jogo.
8. Tema: relaciona o conteúdo à história, estética, mecânica e tecnologia do jogo. [LEITE et al. 2013].

6. CONCLUSÃO

A integração entre as diretrizes de jogos educacionais e o desenvolvimento de audiogames possibilitará a criação de diretrizes para a elaboração de audiogames educativos imersivos que atuem como facilitadores com caráter de objetos de aprendizagem inclusivos, proporcionando o engajamento de deficientes visuais em ambientes lúdicos proporcionados pelos jogos eletrônicos, garantindo assim uma educação inclusiva.

AGRADECIMENTOS

O autor deseja agradecer ao professor Dr. André Luiz Battaiola, do Departamento de Design da Universidade Federal do Paraná, pelo suporte oferecido a este aluno em sua ânsia em buscar conhecimento e a apreender o conteúdo ministrado na área do entretenimento digital, obrigado por sua atenção e dedicação profissional.

REFERÊNCIAS

CARTILHA DO CENSO 2010 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / LUIZA MARIA BORGES OLIVEIRA / SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR) / SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SNPD) / COORDENAÇÃO-GERAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA; BRASÍLIA : SDH-PR/SNPD, 2012

ISHIKAWA, Maria Inês Garcia. Audiodescrição: um recurso de acessibilidade na televisão digital. 2014. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014.

LEITE, P. S. ; MENDONÇA, V. G. . Diretrizes para Game Design de Jogos Educacionais. In: Brazilian Symposium on Computer Games and Digital Entertainment, 2013, São Paulo. XII Brazilian Symposium on Computer Games and Digital Entertainment, 2013. p. 132-141.

RAMALHO, M. M. ; MOREIRA, G. B. S. M. ; FAUSTINO, P. R. C. ; SILVA, L. D. ; MACHADO, A. F. V. ; CLUA, E. W. . Áudio game Fuga : Desenvolvimento e avaliação de um jogo assistivo

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

com kinect para deficientes visuais. In: Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital, 2014, Porto Alegre. SBGames, 2014.

SCHELL, J. A arte de game design: o livro original. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SENS, A. L. ; PEREIRA, ALICE THERESINHA CYBIS . Reflexões sobre o Design de Jogos Digitais Acessíveis: Casos Papa Sangre e BlindSide. In: 7o. CONAHPA - Congresso Nacional de Ambientes Hipermedia para Aprendizagem, 2015, São Luís do Maranhão. 7o. CONAHPA : Hipermedia e Interdisciplinaridade na Geração do Conhecimento. São Paulo: Pimenta Cultural, 2015. v. 1. p. 1-11.

TUMBLR - APRENDIZAGEM DOS JOVENS A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Maria Cristina Rigão Iop
Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC
Mestrado em Educação
mcriop@gmail.com

Palavras-chave: Complexidade, tecnologia digital, autonarrativa, aprendizagem, Tumblr

INTRODUÇÃO

A ideia desta pesquisa surgiu da necessidade da investigação de como acontece o processo de aprendizagem dos jovens estudantes no mundo digital, utilizando um híbrido de *blog* e rede social, chamado *tumblr*. Com esta experiência quis viver intensamente o processo de construção da autonomia, cooperação e o acoplamento com a máquina de todos os envolvidos. Quis perceber como a aprendizagem emerge no processo de várias linguagens, pois acredito que construímos conhecimento/subjetividade de forma inseparável no ambiente digital.

Esta pesquisa foi realizada por mim para a obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa Aprendizagem, Tecnologias e Linguagens da Universidade de Santa Cruz do Sul.

DESENVOLVIMENTO

Para embasar minha experiência usei a teoria da Complexificação pelo Ruído (ATLAN, 1992) e a Biologia da Cognição (MATURANA e VARELA, 2003), que dão conta do observador incluído na pesquisa, de considerar a realidade como devir, do acoplamento estrutural e da aprendizagem a partir da complexificação, possibilitando assim a contextualização desta experiência.

Aprofundei estudos sobre as questões do mundo tecnológico digital e seu potencial de cognição/subjetivação em especial as relacionadas com o uso do *tumblr* e como ocorrem as interações neste ambiente considerando o acoplamento humano/máquina.

A internet permite a fluidez e o dinamismo, elementos importantes para a aprendizagem. Cada página da rede leva a outra página, que podem se entrelaçar a qualquer momento. Isto permite um alargamento das fronteiras dos limites que os jovens podem navegar. Pellanda (2009, p.64) afirma que “o espaço digital é de uma plasticidade incrível e, por isso, o sujeito vai sendo auto-desafiado para invenções contínuas”. A rede mundial envolve diversas páginas, diversas mentes que tem um caráter relacional, seu crescimento se dá a partir da auto geração, é uma teia complexa de informações que se interliga.

As redes sociais se comportam como sistemas complexos. Conforme Santaella (2010, p. 281) “redes sociais na Web são descritas como plataformas, ferramentas ou programas (softwares), enfim, são sistemas criados especificamente com a finalidade precípua de incrementar relacionamentos humanos, dando-lhes visibilidade”.

Concomitantemente com o processo de embasamento teórico foi efetivado a parte prática da pesquisa. A dinâmica do trabalho incluiu um grupo de 10 alunos do 6º ano, do ensino fundamental de uma escola no município de Santa Maria, RS, Brasil, que tem idade entre 11 e 13 anos. As atividades foram desenvolvidas em encontros semanais de uma hora,

durante um trimestre. Para gerar as experiências da pesquisa propus a utilização do *tumblr*, nele os estudantes puderam postar textos, imagens, vídeos, links, citações, áudios, suas autonarrativas, suas emergências e perturbações como exercício de devir e também de autoria, originárias de trocas entre o grupo. O *tumblr* é conhecido mundialmente e usado pela maior parte da população jovem, podemos dizer que ele é um site de auto expressão.

As experiências foram tratadas a partir dos marcadores teóricos da autopoiese, da metacognição, da complexificação pelo ruído e do acoplamento tecnológico, a partir das autonarrativas que emergiram das perturbações dos jovens quando do uso do *tumblr* e do espaço de relações, de convivência onde fluíu a linguagem.

As autonarrativas nos permitem a resignificação do vivido. Ao escrever sobre nós mesmos nos reinventamos, assim como os estudantes ao escrever sobre nossos encontros. Desta forma, eles refazem o caminho percorrido praticando uma metacognição, que nada mais é do que a recursividade do sistema.

As autonarrativas dos alunos me permitiram fazer uma leitura das emoções, do encantamento, do aprender e do compreender. É uma tomada de consciência de mim mesma, do meu processo de viver, das interações sociais. Pois educar é o processo de conviver com o outro e se transformar de forma recíproca. E este processo aconteceu tanto comigo quanto com os estudantes envolvidos na pesquisa. Os estudantes narraram a si mesmo, respondendo às perturbações que lhe foram colocadas, se transformaram a cada encontro, aprenderam novos caminhos para chegar às atividades propostas, melhoraram suas relações enquanto grupo, assim como eu também fiz este caminho. Tentei perceber através de uma “escuta sensível” (BARBIER, 2007) as perturbações que surgiram no percurso da pesquisa empírica com as tecnologias digitais com o uso do *tumblr* e das autonarrativas.

Foi muito interessante observar o fluxo de desenvolvimento do processo de criação por cada jovem, as soluções encontradas por eles para chegar aos caminhos desejados para o tema de seu painel, a foto de perfil, as postagens preferidas. Entre si, eles resolviam problemas direcionando-se para o colega que era mais ligeiro com as práticas digitais. O grupo criou um ritmo de trabalho bastante harmonioso, precisando de raras intervenções minhas como professora. Entrosaram-se quanto a organização em simples coisas como sair da sala de aula e se dirigir a sala de informática, na organização quando da escolha dos computadores disponíveis e qual a etapa que deveriam dar continuidade naquele encontro.

Mostraram fluidez com o ambiente digital, demonstrando que o *tumblr* potencializa o acoplamento tecnológico. Aos poucos, descobriram as ferramentas de busca dentro do *tumblr*. Navegando na página do *tumblr* e trocando ideias com o grupo foram aprofundando seus conhecimentos e interesses. Surgiram *tumblr* muito expressivos, a partir deles era possível perceber as características da personalidade, o gosto de cada estudante.

Suas postagens preferidas foram imagens, notavam-se as afinidades quando “reglogavam” a postagem dos colegas, esta linguagem expressa através das imagens, suas escolhas e muitas vezes as escolhas dos colegas como uma opção válida para eles proporcionando transformações em seus *tumblrs* como forma de mostrar seus gostos, realizando assim um exercício de metacognição.

Assim surgiram as narrativas dos alunos, com as expressões de suas emoções e pude perceber que apesar do acoplamento evidente demonstrado através do uso de forma fácil do *tumblr*, a dimensão do sentido de cada um é diferente, eles me apresentaram a sua leitura de mundo.

Alguns trechos das autonarrativas elaboradas pelos alunos evidenciam o processo de acoplamento sujeito/tecnologia digital num fluxo tal, que emoções e linguagens vão se articulando, dando impulso próprio ao processo, onde eu pesquisadora me constitui, assim

como os sujeitos da pesquisa, formando uma rede de comunicação, com conexões, “como lugar de inovação e do acontecimento, daquilo que escapa ao pensamento da representação” (PARENTE, 2013, p.92).

No trecho recortado da autonarrativa da aluna B podemos perceber que ao escrever ela se dá conta das transformações que surgiram a partir do desenvolvimento da proposta, das novas e diversas formas de aprender que se apresentam aos jovens. Observo a compreensão do fluxo do processo, que produz emergências e caos.

Nós criamos o *tumblr*, e nele podemos postar coisas do nosso gosto, podemos nos expressar com imagens, fotos, palavras, frases e símbolos. Na aula de informática eu achei legal porque nós aprendemos a lidar melhor com as redes sociais, aprendemos a fazer coisas que nem passava na nossa mente. Mas são coisas interessantes que ajudam a descobrir cada vez mais caminhos (Aluna B).

Ela demonstra através da sua autonarrativa as diversas formas de linguagens que os alunos podem dispor para se expressar. Nossos encontros a levaram a pensar sobre “coisas que nem passavam em nossa mente”, “que ajudam a descobrir cada vez mais caminhos”. Ao fazer sua autonarrativa ela resignificou o vivido, praticando a metacognição e através do uso do *tumblr* potencializou o seu acoplamento tecnológico.

O fato de o *tumblr* ser um espaço de livre expressão também aparece na narrativa da aluna B, conforme Virgínia Kastrup (2000, p.50) “a novidade da informática reside na capacidade de virtualização da inteligência e na possibilidade de que, no contato com ela, sejamos capazes de inventar-nos a nós mesmos e ao mundo” e isto é propício neste ambiente.

Durante todos os encontros foram muito importantes os espaços de relações, de convivência onde fluiu a linguagem, através das suas diversas formas. Os estudantes passaram a perceber quais foram às transformações ocorridas desde nossa primeira atividade e todas as perturbações. Esta atividade está relacionada com a aplicação do pressuposto cibernético da metacognição, ou seja, da retroalimentação, pois o sujeito reflete sobre seu próprio caminho numa atitude na qual ele constrói autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido até aqui permitiu o repensar de minha práxis de educadora e possibilitou várias mudanças de comportamento, não só em mim, mas em todos os envolvidos. O ambiente escolar também foi reconfigurado porque a pesquisa tocou muito os outros professores que, de alguma forma, foram sacudidos por estas atividades. O fato dos demais professores observarem nos alunos o entusiasmo pela atividade realizada em nossos encontros e se interessarem em saber qual o diferencial que causou esta reação positiva neles, possibilitou que eu compartilhasse de forma mais abrangente para todos os colegas da escola a proposta destes encontros e acredito que deste compartilhamento muitas ideias positivas irão surgir.

A aprendizagem acontece a partir do fluxo da convivência, onde há entrosamento, conversações, amorosidade e todas estas características foram observadas neste processo, como fator de transformação. Houve circularidade entre a experiência e ação evidenciando o aforismo “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer” (MATURANA e VARELA, 2003, p. 32).

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

A partir desta vivência percebo que os espaços digitais, com o *tumblr*, são extremamente potencializadores para serem usados na educação, pois são disparadores de mudanças significativas. Quando problematizamos, perturbamos e propomos dinâmicas diferenciadas em ambiente digital os jovens sentem-se tocados e procuram caminhos que possibilitem a sua auto-organização para chegar a complexificação, ou seja, elaboram um caminho que permite chegar a aprendizagem. Esta potência é gerada nos desafios que este ambiente oferece como, por exemplo, a geração de autonomia está relacionada com a necessidade de escolher caminhos, tomar decisões, ultrapassar níveis lógicos, lidar com imagens de si mesmo, etc. Tudo isso é gerador de autonomia e complexificação.

Também é importante valorizarmos como se dão efetivamente os processos. Os jovens demonstraram isto através das diversas linguagens que usaram durante o percurso da pesquisa. Eu tenho que perturbar meu aluno para que ele se reconfigure e aprenda.

Com este estudo, penso ter contribuído para o pensar através de uma corrente paradigmática que resgata o sujeito-autor de sua vida e da realidade e que está, com isso, potencializando a ciência com a aplicação de uma abordagem complexa que articula todas as dimensões da realidade.

REFERÊNCIAS

ATLAN, Henri. **Entre o cristal e a fumaça**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber, 2007. 159 p.

KASTRUP, Virgínia. **Novas tecnologias cognitivas: o obstáculo e a invenção**. In: PELLANDA, Nize Maria Campos; PELLANDA, Eduardo Campos (Org.). **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. Cap. 3. p. 38-54.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J.. **A Árvore do Conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana**. 3. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2003. 283 p. Humberto Mariotti e Lia Diskin.

PARENTE, André. **Enredando o Pensamento: Redes de Transformação e Subjetividade**. In: PARENTE, André (Org.). **Trama de Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. Cap. 5. p. 91-109.

PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 110 p.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010. 394 p.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A EVASÃO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Ricardo Antônio Cornélio; Fernanda Carla Wasner Vasconcelos; Iris Barbosa Goulart
UNA - Centro Universitário
Mestrado Profissional em Administração
quimica01136@gmail.com

Palavras-chave: Educação a Distância. Evasão. Permanência.

INTRODUÇÃO

As rápidas mudanças no mundo contemporâneo estão diretamente ligadas ao grande desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), as quais possibilitam novas e mais rápidas formas de interação entre os indivíduos, alterando sua percepção da realidade. Além disso, essas tecnologias de informação e comunicação também resultam em novos conhecimentos e maneiras de aprender.

A utilização da internet tem possibilitado a pesquisa de informações para a realização de trabalhos escolares e até a realização de cursos de graduação e pós-graduação totalmente a distância, ou seja, a educação a distância (EaD) permite que professores e alunos tenham relacionamento sem qualquer contato físico.

Os cursos de EaD utilizam opções desenvolvidas especialmente para esse fim, os chamados ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) que integram diversas ferramentas que podem ser utilizadas para realizar um curso on-line, incorporando, assim, recursos para a comunicação síncrona e assíncrona entre os participantes. Um dos recursos utilizados é a sala de chat, que oferece às pessoas a percepção de não estarem sozinhas, dando-lhes a oportunidade de desfrutarem o prazer da conversa numa relação marcada pela informalidade.

O grande desafio da educação a distância, na atualidade, está na compreensão do elevado índice de evasão do corpo estudantil, e este estudo aborda as tecnologias utilizadas em cursos de graduação e, de modo especial, a evasão/permanência em Educação a Distância dos alunos de graduação de um Polo de Apoio Presencial.

O objetivo do trabalho consiste em *analisar os fatores que mais motivam as evasões/permanências em cursos na modalidade à distância e para isto são propostos os seguintes objetivos específicos: descrever o contexto de estudo do aluno no curso a distância e os potenciais elementos dificultadores/facilitadores de sua permanência; caracterizar as questões tecnológicas envolvidas na educação a distância; identificar os aspectos pessoais relacionados à evasão ou à permanência em cursos ofertados à distância e identificar os aspectos relacionados às condições do curso que mais influenciam a evasão ou a permanência nesses cursos.*

Este estudo se justifica pela importância que pode oferecer à gestão da educação, neste momento em que esta modalidade de ensino se apresenta como fator que pode contribuir positivamente para o atendimento de maior número de alunos em todos os níveis e especialmente no ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

O computador tem proporcionado um aumento no volume de armazenamento de informações; por isso, deixou de ser um instrumento trivial, apenas uma máquina, e tornou-se um dispositivo pedagógico (LOPES, 2014, p.165), com grande facilidade de manipulação dessas informações e maior velocidade de processamento. Atualmente, é possível valer-se da Tecnologia da Informação, que estrutura o ferramental necessário para armazenar, processar e transmitir informação de forma ordenada, indexada, de fácil recuperabilidade e baixo custo, realizando o trabalho de processamento bruto e significado na informação (LIMA JUNIOR, 2013, p.54) possibilitando o acesso a um número maior de pessoas.

A utilização dessas tecnologias:

É assunto constante na pauta de discussão entre os educadores, visto que oferecem novas possibilidades de aprender, por integrarem várias linguagens e recursos, superando, dessa forma, a categoria de simples auxiliares na aprendizagem para tornarem-se centro de uma outra forma de aprender e afetando, entre diversos outros aspectos, a mudança dos modos de comunicação e interação (COSTA *et al.*, 2011, p.1590).

Na EaD, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) converteram-se em verdadeiras plataformas de gestão de conteúdos educativos, abrindo novos horizontes de aprendizagem (SANTOS, 2013, p.20).

De acordo com os trabalhos de *framework* de Santoro, Borges e Santos (1999), para o estudo e classificação de ambientes de aprendizagem, salientam-se algumas características a serem observadas, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Estudo e classificação de ambientes de aprendizagem

ASPECTOS	POSSIBILIDADES
Teoria de aprendizagem	Construtivista – construção colaborativa de algum tipo de conhecimento
Modelo de cooperação ou tipo de tarefa	Construção do conhecimento Solução de problemas
Tipo de interação	Síncrona ou assíncrona
Qualidade ou grau de interação	Grande, média ou pequena
Atividades de trabalho cooperativo	Representação de conhecimentos Memória de grupo Coordenação de atividades

Fonte: Santoro; Borges; Santos (1999).

Quanto ao tipo de interação descrita no Quadro 1, a comunicação assíncrona ocorre através de e-mail, que é uma forma digital de correspondência enviada pela rede Internet; via grupos de discussão que estimulam a troca de informações através de mensagens entre vários membros de uma comunidade virtual que têm interesses afins; por meio de Download, que disponibiliza arquivos contendo áudio, texto, imagens ou vídeos e, finalmente, através de

Vídeo e Áudio sob demanda, que permitem aos alunos assistir, assincronamente, a vídeos ou áudios previamente gravados e armazenados no servidor (MEHLECKE; TAROUÇO, 2003, p.3). Para a comunicação síncrona, existem várias tecnologias de apoio, salientando-se o Chat: que é uma ferramenta poderosa para a interação mútua, pois, devido à velocidade de intercâmbio de mensagens textuais, propicia comunicação em tempo real entre duas ou mais pessoas (RAMMINGER, 2006, p.125).

Veiga et al. (1998) classificam as formas de interação que podem ocorrer na EaD conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das formas de interação que podem ocorrer na EaD

<i>Tipo de Comunicação</i>	<i>Natureza da Comunicação</i>	<i>Suporte tecnológico</i>
<i>Um-para-Um</i>	<i>Síncrona</i>	<i>Telefone, fax, videofone.</i>
<i>Um-para-Um</i>	<i>Assíncrona</i>	<i>E-mail, transferência de arquivo, homepages.</i>
<i>Um-para-Muitos</i>	<i>Síncrona</i>	<i>Transmissão direta via satélite com interação.</i>
<i>Um-para-Muitos</i>	<i>Assíncrona</i>	<i>Listas de discussão, transferência de arquivos.</i>
<i>Muitos-para-Muitos</i>	<i>Síncrona</i>	<i>Transmissão direta via satélite com interação.</i>
<i>Muitos-para-Muitos</i>	<i>Assíncrona</i>	<i>Reuniões através do computador.</i>

Fonte: VEIGA et al. (1998, p.3).

Os cursos à distância utilizam muitos recursos de comunicação para a interação aluno-professor a fim de permitir seu pleno funcionamento, considerando o meio virtual como correspondência e elo entre muitas ferramentas para escrita, leitura, imagens, vídeo, áudio, videoconferência, chat, fórum, e-mail, entre outros recursos (FERNANDES et al., 2010, p.82). Nesse contexto, se o aluno não for integrado ao ambiente, aos grupos virtuais, às salas de reuniões, se não houver a interação com professor/tutor, é possível uma evasão do ambiente virtual, e abandono do curso.

A evasão não deve ser vista como algo inevitável ou até inerente a tal modalidade de ensino-aprendizagem, mas como um problema inerente à gestão de cursos a distância. Cabe aos educadores e pesquisadores que lidam nessa esfera buscar identificar as causas e prevenir sua incidência para tentar reduzi-la (DE FÁTIMA BRUNO-FARIA; FRANCO, 2012, p.46).

A falta de conhecimento sobre o verdadeiro modelo de funcionamento da EaD torna a evasão um agravante para crescimento e confiabilidade desta modalidade de ensino. Segundo Ferrugini (2014, p.95), esse fato pode ser modificado caso haja uma conscientização e preparação do corpo discente antes mesmo de efetivar e iniciar as respectivas disciplinas de cada curso.

Fortalecer os fatores relacionados à permanência pode ser uma das formas de combater a evasão, utilizando os conhecimentos dos quais, até agora, a maioria das instituições não se apropriou, ou seja, àqueles que se referem ao modo que o aluno pensa, sente e precisa para persistir na modalidade (FIUZA; SARRIERA, 2013). Para estes autores, a permanência englobaria a estada do estudante no curso até sua conclusão, o que alguns autores também chamam de retenção ou sucesso escolar.

Almeida, Abbad, Meneses e Zebini (2013) apontaram quatro categorias-síntese de fatores que afetam a permanência do aluno nos cursos de EaD: **1- Fatores Situacionais** (problemas familiares; trauma causado por morte de um aluno; problemas de saúde - descontrole emocional; depressão; uso de medicamentos para dormir; déficit de memória ou concentração; gravidez de risco; uso de remédios -; falta de apoio no trabalho; desinteresse por estar cursando outro curso - especialização ou mestrado - ou já ter outra especialização; início de outro curso no mesmo período ou busca de novos horizontes profissionais; problemas judiciais; aposentadoria; demissão; problemas financeiros.; problemas com a tecnologia; **2 - Falta de Apoio Acadêmico** (falta de interação entre o professor-tutor e os alunos, tais como falhas de comunicação com o tutor e falta de feedback do tutor); **3 - Problemas com a Tecnologia** (falta de computador ou falta de habilidade para seu devido uso e dos recursos tradicionalmente empregados em ações educacionais a distância, como, por exemplo, internet, chats ou fóruns, Falta de acesso a internet ou tinham acesso a computadores e internet no trabalho, fato que, associado ao uso de ferramentas de bloqueio praticado por suas empresas, impedia-os de acompanhar devidamente o curso. Mesmo os que tinham acesso a computador ou a internet em suas residências, devido à qualidade dos recursos - velocidade de conexão reduzida- ou ainda que muitos alunos não tinham conhecimento sobre como sanar eventuais dúvidas relacionadas ao uso dos recursos tecnológicos empregados em cursos a distância; **4 – Apoio Administrativo** (logística de distribuição do material, prazos curtos para envio das tarefas e informações imprecisas sobre o curso)

Umekava (2014) encontrou quatro fatores: **1 – Suporte Tecnológico e de Tutoria:** avaliam o quanto aspectos relacionados às competências demonstradas pelo tutor ao longo do curso; à acessibilidade dos materiais e o suporte instrucional e social recebido pelo estudante; e às ferramentas eletrônicas de acesso. **2 – Características Exógenas:** avaliam o quanto variáveis concernentes à conciliação do curso com outras atividades de estudos, profissionais e compromissos familiares; à disponibilidade de tempo; e a problemas de saúde. **3 – Características do Aluno:** averiguaram em que medidas elementos ligados às habilidades e atributos discentes (capacidade de administração do tempo de estudo, elaboração de planos de estudo, respeito e cumprimento de prazos, perseverança frente a dificuldades e experiências prévias com as TIC's). **4 – Desenho do Curso:** avaliou o grau em que aspectos atinentes ao planejamento instrucional (objetivos propostos, planejamento de conteúdos, sequência de conteúdos, avaliações de aprendizagem, carga horária, linguagem empregada e complexidade do curso) contribuem para a saída do aluno do evento educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência do aumento da demanda por ações educacionais ofertadas na modalidade a distância, é primordial promover a avaliação constante da efetividade de tais ações ofertadas para um grande número de pessoas, visando garantir que os objetivos de

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

aprendizagem inicialmente propostos sejam alcançados. Evitar o aumento da evasão e levantar as suas causas é atividade de relevância para as instituições que tenham a capacidade de dar apoio aos estudantes durante o desenvolvimento de seu curso.

Ao adotar a EaD, uma instituição enfrenta preocupações que envolvem o fantasma da evasão, que não é prerrogativa de uma instituição em particular, mas de todas as instituições públicas e privadas que adotarem essa modalidade de ensino. Estudar as causas que contribuem para a permanência e êxito escolar é combater a evasão. Para isso, é preciso trabalhar com duas frentes: uma de ação imediata, que busca resgatar o aluno “evadido”, e a outra, de reestruturação interna, que implica a discussão e avaliação não só do combate à evasão, mas do fracasso escolar como um todo (WILGES et al., 2010, p.1).

REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia; CARVALHO, Renata Silveira; ZERBINI, Thaís. **Evasão em curso via Internet: explorando variáveis explicativas**. RAE-eletrônica, v. 5, n. 2, p.1-16, jul./dez. 2006.

ALMEIDA, Onília Cristina de Souza de, ABBAD, Gardênia, MENESES, Pedro Paulo Murce, ZERBINI, Thaís. **Evasão em Cursos a Distância: Fatores Influenciadores**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 14, n. 1, p. 19-33, jan./jun. 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância e mídia-educação: da modalidade ao método**. ComCiência, n.141, p. 1-7, 2012.

COSTA, Priscila Berenice; PRADO, Cláudia; DE OLIVEIRA, Luciana de Fátima Teixeira; PERES, Heloisa Helena Ciqueto; MASSAROLLO, Maria Cristina Komatsu Braga;

FERNANDES, Maria de Fátima Prado; LEITE, Maria Madalena Januário; FREITAS, Genival Fernandes de. **Fluência digital e uso de ambientes virtuais: caracterização de alunos de enfermagem**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, n. spe, p. 1589-1594, out./nov. 2011.

DE FÁTIMA BRUNO-FARIA, Maria; FRANCO, Angélica Lopes. **Causas da evasão em curso de graduação a distância em Administração em uma universidade pública federal**. Teoria e Prática da Educação, v. 14, n. 3, p. 43-56, 2012.

FERNANDES, Jocimar; FERREIRA, Ailton da Silva; NASCIMENTO, Denise Cristina de Oliveira; SHIMODA, Eduardo; TEIXEIRA, Giovany Frossard. **Identificação de Fatores que Influenciam na Evasão em um Curso Superior de Ensino a Distância**. PerspectivasOnline 2007-2010, v. 4, n. 16, p. 80-91, 2010.

FERRUGINI, Lílian; SOUZA, Donizeti Leandro de; MORAIS, Raphael; PINTO, Cintia Loos. **Educação a Distância no Brasil: potencialidades e fragilidades**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 12, n. 1, p 90-98, jan./jul. 2014.

FIUZA, Patrícia Jantsch, SARRIERA, Jorge Castellá. **Motivos para Adesão e Permanência Discente na Educação Superior a Distância**. Psicologia Ciência e Profissão, v. 33, n. 4, p. 884-901, 2013.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. **Sociedade do Conhecimento em função da capacidade do processamento de informações digitais.** Comunicação & Sociedade, v. 27, n. 45, p. 41-55, 2013.

LOPES, Eduarda Escila Ferreira. **O uso do computador em sala de aula como prática cultural dos universitários.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 9, n. 1, p. 164-176, 2014.

MEHLECKE, *Querte Teresinha Conzi*; TAROUCO, *Liane Margarida Rockenbach*. **Ambientes de suporte para educação a distância: A mediação para aprendizagem cooperativa.** Novas Tecnologias na Educação, v. 1, n. 1, p. 1-13, fev. 2003.

RAMMINGER, Simone. **Do encontro ao desencontro: fatores relacionados à procura de cursos de EaD em Psicologia e à posterior evasão.** 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

SANTORO, Flávia Maria; BORGES, Marcos R.; SANTOS, Neide. **Um framework para estudo de ambientes de suporte à aprendizagem cooperativa.** Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 4, n. 1, p. 51-68, 1999.

SANTOS, Vanessa Matos dos. **Materiais audiovisuais para a educação a distância: a contribuição dos estilos de aprendizagem.** 2013. 315 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

UMEKAWA, Elienay Eiko Rodrigues. **Preditores de fatores relacionados à evasão e à persistência discente em ações educacionais a distância.** 2014. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP Ribeirão Preto, 2014.

VEIGA, Ricardo Teixeira; MOURA, Alexandre Inácio de; GONÇALVES, Carlos Alberto; BARBOSA, Francisco Vidal. **O ensino a distância pela internet: conceito e proposta de avaliação.** In: XXII Encontro Nacional da ANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, v. 28, p. 1-16, 1998.

WILGES, *Beatriz*; RIBAS, *Júlio César da Costa*; CATAPAN, *Araci Hack*; BASTOS, *Rogério Cid*. **Sistemas multiagentes: mapeando a evasão na educação a distância.** CINTED-UFRGS, Novas Tecnologias na Educação, v. 8 n. 1, p. 1-10, 2010.

ARQUITETURA PEDAGÓGICA EM EAD: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM CURSO DE ORATÓRIA *BLENDED-LEARNING*

Lidiane Ribeiro da Silva de Souza;
Mestranda em Educação e Novas Tecnologias
Centro Universitário Internacional - UNINTER.

Palavras-chave: Arquitetura Pedagógica. Educação e Novas Tecnologias. Relato de experiência

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) são uma realidade cada vez mais presente em nossos dias, sendo que a tendência é que seja mais naturalizada para as novas gerações. O impacto na educação é indicado pelo crescimento do número de matrículas na modalidade a distância em 2013 que ultrapassou quatro milhões, entre cursos de graduação, pós-graduação e cursos livres, de acordo com dados do Censo EAD (2013). Justifica-se, assim, a relevância em conhecer, experimentar, investigar e refletir sobre essa realidade, para apropriar-se criticamente das novas tecnologias ao processo educativo.

O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre o planejamento, a aplicação e a avaliação de um curso de oratória (“A arte de falar em público”), com 30h de duração, na modalidade educação a distância (EAD), em formato *blended learning*, para a capacitação de líderes de comunidades da cidade de Curitiba. O desenvolvimento do curso pautou-se numa arquitetura pedagógica (AP) que considerou as discussões sobre aspectos organizacionais e planejamento, conteúdos e objeto de aprendizagem, aspectos metodológicos, avaliação, sequência didática e escolha do ambiente virtual a ser utilizado.

O objetivo geral e a hipótese é demonstrar que as tecnologias educacionais podem ser uma alternativa bastante viável para disponibilizar conhecimento e capacitação para esse tipo de público que, em função de uma rotina muito atarefada, dificilmente teria acesso a outros formatos de curso.

DISCUSSÃO/RESULTADOS

A experiência foi pouco a pouco desenvolvida, a começar pelo primeiro momento em que houve a definição do tema, do público-alvo, a carga horária e o planejamento das atividades. Nesse momento, gastou-se tempo e sinergia para a execução com vistas a promover a aprendizagem, pois, como Farias e Lopes (2014, p. 81) que “[...] o mais importante é que o planejamento seja elaborado com foco no público-alvo, na sua realidade metodológica, com o objetivo de estimular a aprendizagem”.

A definição do tema por um curso na área de oratória, para a capacitação de liderança comunitária, deu-se pelo fato da pesquisadora ter experiência com essa abordagem de capacitação. No entanto, essa experiência estava centrada apenas na modalidade presencial. Portanto, o fato da modalidade ofertada caracterizar-se como EAD configurou-se como um dos desafios iniciais. Havia a compreensão de que não era possível simplesmente transpor os conteúdos de um curso presencial para o ambiente virtual.

As demais etapas, em consonância com a proposição contida em Behar (2009), que a denomina de AP (arquitetura pedagógica), foram estruturadas, a saber: a) aspectos organizacionais e planejamento; b) conteúdos e objetos de aprendizagem c) aspectos metodológicos – atividades, formas de interação, procedimentos de avaliação e organização da sequência didática; e, por fim, d) os aspectos tecnológicos (AVA)⁴⁴, que serão definidos a seguir.

a) Aspectos organizacionais e planejamento

Definiu-se, inicialmente, os aspectos gerais do curso: objetivos, público-alvo, duração, custos, estratégia de divulgação, entre outros. Assim, o objetivo geral consistiu em incentivar e capacitar líderes leigos (o público-alvo) para um melhor desempenho de suas atividades na comunidade, com foco no ensino de técnicas de oratória para a comunicação oral em público.

Como um projeto experimental que propôs a utilização das TICs na modalidade EAD, optou-se por montar um curso de curta duração, planejado para ser executado em 14 dias entre a primeira e última aula, num total de 30 horas. A divulgação ocorreu num período de aproximadamente 20 dias, por meio de postagens na rede social *Facebook* e rede de contatos em outros formatos.

A plataforma (AVA) utilizada no curso foi a Claroline (2001-2013), escolhida em função de sua facilidade de manuseio e acesso e por contar com os recursos tecnológicos necessários para o objetivo do curso, o qual foi realizado entre os dias 8 a 14 de Novembro de 2014, tendo inicialmente 23 alunos inscritos e 15 concluintes.

b) Conteúdos e objetos de aprendizagem

Houve, inicialmente, uma dificuldade terminológica, especialmente quanto ao conceito de objeto de aprendizagem, pois há diferentes interpretações quanto à definição, como preconiza Behar *et. al.* (2009):

Atualmente é comum encontrar diferentes conceitos de objeto de aprendizagem. Não existe consenso entre os autores que escrevem sobre o tema. Entretanto aqui, entende-se por objeto de aprendizagem qualquer material digital, como por exemplo, textos, animação, vídeos, imagens, aplicações, páginas web de forma isolada ou em combinação, com fins educacionais. (BEHAR *et. al.*, 2009, p. 67).

Levando em consideração essa definição, optou-se por trabalhar especialmente com dois tipos de objetos: textos e vídeos. Assim, o conteúdo do curso foi dividido em duas aulas presenciais de 4 horas/aulas cada, 10 aulas *on-line* e leituras e vídeos complementares para o participante que tivesse interesse em aprofundar-se mais sobre o assunto. Contudo, para efeito das avaliações foram considerados apenas os conteúdos das 12 aulas presenciais e *on-line*.

A opção por duas aulas presenciais, a primeira e a última, levou em consideração a hipótese de que o público-alvo poderia nunca ter tido contato com a modalidade EAD e o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, o que demandaria um investimento maior e mais cuidadoso nas orientações pedagógicas para este tipo de modalidade e na

⁴⁴ Ambiente Virtual de Aprendizagem. Uma ferramenta tecnológica em que o aluno tem acesso aos recursos didáticos pedagógicos e de interação disponibilizados para o curso.

apresentação das ferramentas disponibilizadas para o curso. Com relação à aprendizagem *on-line* por alunos iniciantes, Palloff e Pratt (2004) afirmam:

Em um estudo do processo de construção da comunidade em cursos *on-line*, Brown (2001) observa que os alunos novatos na aprendizagem *on-line* tendem a precisar de mais tempo para conhecer a tecnologia, para entender as novas abordagens relativas ao ensino e a aprendizagem *on-line* e para familiarizar-se com os conteúdos do curso que precisam para envolver-se na construção da comunidade. (PALLOFF e PRATT, 2004, p. 92).

Além disso, procurou-se seguir a orientação desses autores com relação ao aluno: “Se possível, faça sua orientação presencialmente, para mostrar aos alunos o site do curso e discutir a aprendizagem *on-line*” (PALLOFF e PRATT, 2004, p. 94).

Assim, a primeira aula presencial foi dividida em três momentos: o primeiro, de apresentações, com intuito de começar a criar um ambiente de empatia e colaboração entre os participantes, durante o qual eles deveriam apresentar-se, falar um pouco sobre si, sua profissão, suas expectativas e se já haviam tido algum contato com a modalidade EAD ou algum AVA. O segundo momento era motivacional, cujo tema era “vencendo o medo de falar em público” e, por fim, o último momento foi dedicado às instruções pedagógicas e à apresentação da ferramenta. Nesse momento foi confirmada a hipótese inicial: apenas um dos participantes já tivera contato com EAD e ambientes virtuais de aprendizagem.

Segundo Behar (2009), deve-se pensar que na EAD, em primeiro lugar, o aluno deve compreender o processo *on-line*, que é completamente diferente do presencial. O aluno deve ser ou se tornar comunicativo principalmente por meio da escrita e deve ser automotivado e autodisciplinado. Pois, como há flexibilidade de tempo e de espaço na EAD, os alunos precisam se empenhar em definir horários fixos de estudo em casa e/ou no trabalho para se dedicar ao curso (BEHAR, 2009, p. 25).

A elaboração dos objetos e conteúdos do curso foi orientada por Palloff e Pratt (2004),

Uma das coisas que sabemos sobre os alunos adultos é que eles tendem a orientar-se por seus objetivos e usam sua experiência. Os alunos em geral vêem [*sic*] a aprendizagem como aquisição de conhecimentos que pode ser utilizados na prática ou para progredirem em suas carreiras. [...] quanto mais diretamente o aluno puder empregar o material que estuda, mais ele reterá o conhecimento. (PALLOFF e PRATT, 2004, p. 57).

A partir dessas características do perfil do aluno adulto, e do objetivo do curso, optou-se por conteúdos práticos, que poderiam ser facilmente aplicados a qualquer realidade, e, em função do público-alvo escolhido, os textos selecionados deveriam ser curtos e de fácil entendimento. Assim, para cada aula foi selecionado um texto de três páginas em média e pelo menos um vídeo problematizando e exemplificando os conteúdos do texto.

c) Aspectos metodológicos – atividades, formas de interação, procedimentos de avaliação e organização da sequência didática

A opção pela modalidade semipresencial, sendo 8 horas/aulas presenciais e 22 horas de atividades *on-line*, buscou conciliar flexibilidade, liberdade de acesso e adaptação ao ritmo de cada aluno da EAD com a personalidade e a troca professor/aluno proporcionada pelos encontros presenciais.

Outro fator que pesou a favor da escolha da modalidade semipresencial foi a proposta do curso, que visava capacitar os discentes para falar em público com ênfase na prática, e que deveria permitir um exercício prático de fala em público entre os próprios colegas do curso, para que pudessem observar e aprender uns com os outros, atividade proposta na última aula, presencial.

Quanto às atividades programadas e às avaliações, além das leituras e dos vídeos, quatro exercícios foram propostos. O primeiro, após as primeiras aulas, era sobre escolher um assunto e formular um tema de apresentação. O segundo era estudar um texto escolhido. O terceiro, elaborar um esboço de apresentação e, por fim, na última aula presencial, eles deveriam fazer uma apresentação de até oito minutos para os colegas, com base no esboço elaborado.

Segundo Nunes e Larinho (2008) ao tratarem sobre a avaliação em cursos *on-line*, os aspectos de quantidade e qualidade não são excludentes, mas complementares. Além disso, a situação *online* facilita a captação de aspectos quantitativos como, por exemplo, o número de vezes que o aluno acessou a biblioteca e a sala de aula virtual, entrou no chat, participou do fórum; no entanto, essa quantificação só se complementa com a sua avaliação qualitativa. (Apud. GOMES, 2010, p. 332-333) As quatro atividades foram levadas em consideração na avaliação da aprendizagem a partir de um critério mais qualitativo. Houve também os aspectos quantitativos, fornecidos pelas estatísticas da ferramenta, que foram analisados, tendo em vista o acordo de que só receberia o certificado de conclusão do curso aqueles que acessassem as leituras e vídeos das 10 aulas e realizassem as quatro atividades propostas, de acordo com as indicações das leituras e dos vídeos. Assim como recomendado por Lima (2012), a avaliação formativa foi empregada nos momentos virtuais, presenciais e até na avaliação final do curso.

Além disso, várias ações de interação foram feitas ao longo do curso por parte do tutor, desde mensagens de acolhimento, lembretes quanto às atividades, envio de fotos das aulas presenciais, recados, perguntas sobre como estavam indo as leituras, entre outras. Talvez por não constar como atividade avaliativa ou por não terem sido incentivados na aula presencial, o *feedback* dos alunos foi sempre aquém do esperado nessas interações.

Para incentivar a interação entre os alunos e com o tutor/professor foi disponibilizado o fórum para perguntas, contribuições, comentários sobre os textos, os vídeos e as atividades e para o que mais achassem pertinentes, pois segundo Gomes (2010),

Os fóruns são um dos instrumentos fundamentais [...] por permitirem promover espaços de discussão e construção coletiva e colaborativa do conhecimento. Esta construção coletiva do conhecimento implica o empenhamento de todos os participantes, nomeadamente disponibilizando contributos relevantes para as discussões em curso, mas também lendo e discutindo os contributos dos restantes participantes. (GOMES, 2010, p.324).

A participação no fórum foi pequena, apenas cinco alunos utilizaram esta ferramenta, dois para fazer perguntas, um para contribuir com um colega que havia feito uma pergunta e dois apenas para testar o funcionamento do fórum.

De maneira geral, o projeto foi bem sucedido e alcançou o objetivo, mas é preciso avaliar os erros e os acertos com vistas ao aperfeiçoamento do curso para novas turmas, assim como de outros cursos que se pretende desenvolver no futuro próximo. De acordo com Gomes (2010):

O processo avaliativo em educação online não pode descurar a avaliação dos resultados das aprendizagens dos estudantes, mas não deve também se descurar a necessidade de avaliar os próprios cursos nas suas diversas dimensões: organização, conteúdos, materiais e recursos, serviços e tecnologias de mediatização, estratégias de ensino, de aprendizagem e de avaliação promovidas. (GOMES, 2010, p. 333).

Com esse objetivo, na última aula presencial, após a apresentação dos alunos, foi dada a oportunidade para que comentassem o que acharam do curso, citassem as dificuldades encontradas e dessem sugestões. Também foi solicitado a todos que preenchessem uma ficha de avaliação do curso contendo sete questões, sobre sua afinidade com o uso das novas tecnologias, sobre o material didático: qualidade e quantidade, sobre os exercícios e as avaliações, sobre a qualidade da ferramenta (AVA), indicando pontos fortes, fracos e sugestões.

Quando os alunos participam da avaliação, refletindo e oferecendo *feedback*, “[...] estão criando em conjunto um curso que atenda às suas necessidades de aprendizagem e o *feedback* recebido pelo professor deve ser considerado com cuidado”, conforme apontam Palloff e Pratt (2004, p. 114).

Seis alunos afirmaram que acharam pouco tempo para a realização do curso e por isto ainda não haviam conseguido completar todas as leituras, especialmente das últimas aulas. Foi, então, negociado um prazo de dez dias para a conclusão das atividades, o que deixou a turma bastante satisfeita, inclusive os que já haviam concluído as atividades disseram que iriam aproveitar para rever alguns conteúdos. Em relação aos conteúdos (textos e vídeos), atividades e avaliações, todos os quinze alunos que concluíram o curso e que estavam presentes na última aula se mostraram satisfeitos. Cinco participantes sugeriram que fosse acrescentada mais uma aula presencial a fim de esclarecer possíveis dúvidas e dar um *feedback* sobre cada apresentação.

Com relação à ferramenta, apenas um relatou ter muita dificuldade, talvez pela falta de familiaridade com novas tecnologias, pois relatou não fazer uso de internet, nem e-mails ou redes sociais, e que só pode concluir o curso com a ajuda de um amigo. Quanto aos demais, sete afirmaram não ter tido dificuldades e os outros assinalaram ter tido um pouco de dificuldade no começo. Mas todos avaliaram a ferramenta e o curso como boa/bom ou muito boa/muito bom.

Um aspecto que precisa ser ampliado no futuro refere-se aos que iniciaram o curso, mas não o concluíram, para identificar dificuldades ou motivos para a desistência. Nesse sentido, uma hipótese indica que o medo de falar em público pode influenciar, pois alguns alunos desde o início alegaram ter bastante dificuldade em falar em público e se desmotivaram ao saber que deveriam realizar uma atividade de apresentação oral no final do curso. Embora não tenha sido possível contatar os desistentes, de acordo com Alonso (2012), este é um dos problemas mais frequentes na EAD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência de planejamento e aplicação de um curso na modalidade EAD teve muitos aspectos positivos. A pesquisadora atualmente está levando essa experiência para a instituição na qual exerce a função de diretora e que pode vir a ser o início de um projeto na instituição, a saber, a inclusão das novas tecnologias de informação e cursos na modalidade a distância.

A avaliação da aprendizagem dos participantes ao final do curso foi muito satisfatória. A apresentação oral feita pelos alunos foi acima das expectativas, pois eles demonstraram aquisição dos principais conceitos e técnicas ministradas, bem como autonomia e interesse na própria aprendizagem.

Diante da realidade de uma sociedade complexa, que exige um ritmo de vida cada vez mais acelerado, cresce a demanda por flexibilidade de tempo e espaço na educação, o que culmina em um dos aspectos considerados como diferencial interessante na EAD. Há, assim, um caminho promissor, cheio de desafios e possibilidades que exige, no entanto, uma reflexão séria e uma apropriação crítica das novas tecnologias a favor da educação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. A avaliação e a avaliação na educação a distância. In: PRETI, O. (Org.) **Educação a distância**. 2ª. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

BASSANI; P.; BEHAR, P. A. Avaliação da aprendizagem em ambientes virtuais. IN: BEHAR, P. A. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES; M. J. Problemática da avaliação em educação online. In: SILVA, M.; PESCE, L.; ZUIN, A. (Orgs.) **Educação online**: Cenários, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

LIMA; C. da C. Avaliação formativa na EAD: o curso de capacitação para formação de tutores. In: **SIED** – Simpósio internacional de educação a distância: encontro de pesquisadores em educação a distância. UFScar, 2012.

NUNES, L. C.; VILARINHO; L. R. Avaliação da aprendizagem na formação docente a distância. In: SILVA, M.; PESCE, L.; ZUIN, A. (Orgs.) **Educação online**: Cenários, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

PALLOFF; R. M.; PRATT; K. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DISCUTINDO O PLANEJAMENTO DE CURSO EAD SOBRE ÉTICA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lauriane Lourenço Leal Cabral; Antonio Carlos Novaes; Roberta Galon Silva; Izabel Cristina de Araujo; Luciano Frontino de Medeiros

UNINTER – Centro Universitário Internacional – UNINTER

Mestrado em Educação e Novas Tecnologias

Palavras-chave: EAD; Meio Ambiente; Formação de Professores; Ética; Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um relato de experiência sobre a elaboração de um curso modalidade Educação a Distância (EAD) sobre “Ética, Cidadania e Meio Ambiente” para formação de professores, desde seu planejamento, criação, apresentação, até a análise das atividades desenvolvidas. Esta experiência encontra-se no contexto de discussão da disciplina Tecnologias Educacionais⁴⁵, onde foi proposto a concepção do referido curso. Para a efetivação de oferecimento e organização das atividades, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Claroline foi disponibilizado através do Centro Universitário Internacional - UNINTER.

Em face disto, empreendeu-se uma discussão sobre temática que seria abordada no curso bem como, a prerrogativa de concebê-lo em formato EAD e voltado à formação de professores. Os elaboradores envolvidos diretamente na organização do curso conceberam que a solicitação poderia ser um curso adstrito às noções de ética e cidadania, temas esses em sinergia com as áreas de educação, formação de professores e o viés da sustentabilidade representado pelo tema ética, meio ambiente e cidadania.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente é muito comum encontrarmos situações em que repórteres, jornalistas, comunicadores utilizam os meios de comunicação, anunciando que precisa haver “mais ética” nas relações humanas, na política, na ciência, nas empresas, isto é, em todos os âmbitos da vida. A partir da análise dessa situação que a sociedade vive ficou decidido que o tema do curso na modalidade EAD seria “Ética, Cidadania e Meio Ambiente”. Para o planejamento do curso, pautou-se como referência o módulo de “Ética, Cidadania e Meio Ambiente” do Curso Técnico em Meio Ambiente, do Instituto Federal do Paraná, ministrado em 2011 e 2012, na modalidade à distância. Foi feito um primeiro levantamento no material didático que se destina ao módulo mencionado, para delineamento do escopo da temática, bem como ampliar a compreensão da relevância da abordagem dos temas estabelecidos, bem como a sua extensão e aplicabilidade no quesito sustentabilidade.

Em decorrência do ideário inicial e com os objetivos delineados, o grupo estabelecido, após reuniões e intervenções, estabeleceu que o público-alvo, seria basicamente, professores de escolas de educação básica. O grupo requereu a atenção de

⁴⁵ Esta disciplina compõe a grade do programa de mestrado em Educação e Novas Tecnologias, sob a orientação dos professores Dr. Luciano F. Medeiros e Professora Dra. Izabel C. de Araujo.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

orientações técnicas referentes a propiciar a introdução, explicitação e operacionalização das plataformas disponíveis no Centro Universitário Internacional – UNINTER. Com o devido apoio técnico e as orientações necessárias para a realização da tarefa, entendeu-se que o AVA adequado para a elaboração do curso na modalidade EAD seria o Claroline. Diante disso, deu-se o prólogo do referido curso.

O Curso na modalidade EAD “Ética, Cidadania e Meio Ambiente” procurou fornecer subsídios para que os estudantes sejam capazes de fazer uma análise sobre algumas questões relacionadas aos princípios éticos e morais, a sociedade e o meio ambiente.

O Curso foi organizado em três eixos temáticos:

9. Introdução aos princípios éticos e morais;
10. Ética, ciência e natureza;
11. A ação cidadã e o meio ambiente.

Os assuntos selecionados foram norteados por uma abordagem reflexiva, propondo identificar a partir do princípio da vida, uma conexão entre a existência humana e os seus valores. A ideia do curso foi promover uma discussão sobre ética, sua definição e conceito, seus princípios e seus critérios auxiliares. Além de uma abordagem sobre meio ambiente, sustentabilidade, cidadania e educação.

Os fundamentos didático-pedagógicos estão pautados no conceito de autonomia preconizado por Freire (1996), bem como a relevância da autoria do professor na ação educativa em ambiente virtual, dentre outros aspectos, conforme preconiza Araujo (2013).

Primeiramente foi realizada a seleção do material de referência para a elaboração e o planejamento do curso. Foram planejados e selecionados os textos das aulas, as atividades, as perguntas para os fóruns, os vídeos e os slides que seriam utilizados. O curso foi planejado previamente e em seguida os pesquisadores realizaram o cadastro de todo o conteúdo e atividades no ambiente virtual de aprendizagem Claroline. Além dos conteúdos os pesquisadores selecionaram alguns vídeos como material complementar ao conteúdo que também foram cadastrados no ambiente virtual de aprendizagem. Alguns encontros presenciais no laboratório do Centro Universitário Internacional – UNINTER foram necessários para

(quatro) semanas. Na primeira semana os estudantes do curso teriam a apresentação planejar e colocar o curso no referido AVA.

O curso foi dividido em 04 do curso e a aula 1 (um) seria sobre ética. Já que falar de ética é uma das questões mais desafiadoras na sociedade contemporânea. Sabemos que na sociedade em que vivemos o homem é chamado a se posicionar, a ter posturas, e essa percepção de mundo é que norteará suas ações justa ou injustas, corretas ou incorretas, nos mais diversos setores: política, economia, trabalho, família, escola. Sendo assim, a ética é também um momento de reflexão das posturas, do agir, do fazer. Foram propostas duas atividades avaliativas sobre o tema ética. A aula 2 (dois) foi um texto sobre ética profissional e a aula 3 (três) sobre ética e moral. Houve a apresentação de um vídeo sobre ética profissional e para finalizar a primeira semana do curso os estudantes teriam que participar de um fórum com o seguinte tema: “Você trabalha de forma ética em seu ambiente de trabalho”.

Na segunda semana do curso a forma de apresentação do curso foi modificada, não foram mais textos para leitura, mas sim slides sobre o tema: “Ética, responsabilidade social e sustentabilidade”. Para o curso não ficar cansativo os slides foram divididos em 04 (quatro) apresentações. A primeira apresentação com 08 (oito) slides, que traziam algumas definições e sobre a ética ligada a economia; a segunda com 12 (doze) slides, sobre o consumismo e a crise ambiental; a terceira apresentação com 04 (quatro) slides, sobre uma

nova ética e sustentabilidade e a quarta e última apresentação com 06 (seis) slides com o foco nos recursos naturais, a tecnologia e ética e responsabilidade social. Após a apresentação dos slides foi proposto um fórum sobre consumismo X sustentabilidade. Para finalizar a segunda semana de aula foi proposto aos estudantes que a partir das apresentações fizessem uma análise sobre as questões levantadas.

Na terceira semana do curso os estudantes tinham que ler o artigo intitulado: Tecnologia, humanismo e ética, de autoria do professor Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro e do professor Dr. Alvino Moser, ambos do Centro Universitário Internacional – UNINTER. Após a leitura os estudantes teriam que responder a seguinte questão: “A partir do pensamento de Aristóteles, será que o homem encontrou a “justa medida” no uso das tecnologias, para ter uma vida mais feliz? ” Em seguida foi apresentado um vídeo do jornalista Arnaldo Jabour, do Jornal da Globo, em que foram apresentados os dados do relatório sobre o aquecimento global. Houve também, um fórum sobre o vídeo apresentado com o seguinte tema para discussão: “A partir da fala de Arnaldo Jabour, faça comentários sobre os problemas ambientais e se esses irão acabar com a raça humana ou com a natureza”. Para finalizar a terceira semana do curso foi proposto um vídeo muito interessante sobre “ Desenvolvimento Sustentável” e um fórum sobre o seguinte tema: “Como o homem pode viver de maneira sustentável”. Também foi proposta a seguinte atividade: “A partir do vídeo Desenvolvimento Sustentável faça uma reflexão sobre o assunto”.

Na quarta e última semana do curso intitulada considerações finais, o estudante teria que: “Com base nos assuntos estudados faça uma reflexão sobre ética, cidadania e meio ambiente”.

Os textos selecionados foram curtos para facilitar a leitura pelos estudantes. As atividades propostas foram simples e os estudantes poderiam emitir suas opiniões sobre os assuntos tratados, já que teriam embasamento com os textos para isso. Os slides foram divididos em 04 apresentações para facilitar o entendimento. Os vídeos escolhidos foram interessantes e refletiram os temas estudados. Os fóruns foram atividades planejadas para que o estudante pudesse participar e interagir com os colegas, a partir das suas concepções e leitura de mundo.

A forma de avaliação do curso foi planejada para se considerar a participação nos fóruns, nas atividades propostas e na interação entre os estudantes. A partir da participação dos estudantes no curso os organizadores pretendem contribuir para analisar o passado, interferir no presente, e modificar o futuro do meio ambiente e dos seres humanos.

A autonomia do professor e do estudante, na utilização do ambiente virtual de aprendizagem, é uma especificidade quanto à cultura e a tarefa a executar e depende em grande medida, da mediação frente ao objeto apreendido. As destrezas e conhecimentos necessários para utilizar os materiais do ambiente virtual, se apresentam mais eficazes, caso os operadores tenham uma formação básica para o domínio das ferramentas. Portanto, é importante fazê-lo gradualmente, para que sejam capazes de aumentar o nível de responsabilidade, a respeito de sua própria aprendizagem.

Em um curso na modalidade EAD, a autonomia é importante para que o estudante consiga avançar. Autonomia segundo o que nos ensina Ryan e Deci (2002), emerge quando uma pessoa é capaz de atuar de acordo com seus interesses e por uma ação determinada. Tal sentimento pode fomentar-se, por exemplo, explicando os objetivos e a utilidade das atividades propostas, proporcionando temas interessantes para debater, ou permitindo aos estudantes escolher suas opções a respeito dos temas, a serem trabalhados e os exercícios a serem realizados. Dessa maneira os estudantes tendem a compreender o sentido das tarefas

propostas e outorgam seu valor pessoal a elas, o qual contribuirá, segundo os autores, para que se sintam motivados e autodeterminados no processo de aprendizagem.

A autonomia supõe um atributo necessário, porém difícil de definir, como preconizam Levy e Stockwell (2006), citados por Araujo (2013). Os autores fazem uma associação da autonomia com a cultura do estudante e sua destreza para realização da tarefa, ponderando que dependem em grande medida da motivação de cada um. Além disso, acrescentam que é arriscado afirmar que os estudantes tenham automaticamente as destrezas e disciplina (auto) necessárias à realização da tarefa e enfrentamento dos materiais em ambiente de aprendizagem assistida por computador, sem uma supervisão orientada para a execução da atividade. Essa supervisão orientada seria um dos atributos do papel do professor, contribuindo com os estudantes, para que os mesmos possam adquirir e ampliar progressivamente e paulatinamente o seu o nível de responsabilidade a respeito de sua própria aprendizagem (ARAUJO, 2013). Essa autonomia dos estudantes vai sendo progressivamente desenvolvida, por isso a intervenção do professor visa a ação e compreensão autônoma do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades encontradas pelo grupo para elaborar e colocar o curso na modalidade EAD “Ética, Cidadania e Meio Ambiente” no Ambiente Virtual de Aprendizagem Claroline foi o desconhecimento do uso do referido AVA. Todo e qualquer curso online requer planejamento prévio de todo o curso, pois há dificuldade no momento de cadastrar o que foi previamente planejado no AVA, já que não é uma simples operação de copiar/colar do programa Word. A dificuldade seria maior ainda se o grupo tivesse optado por não fazer o planejamento prévio, e quisesse fazer o curso direto dentro do ambiente. Em virtude da falta de familiarização com os procedimentos de um tutor o grupo teve dificuldade para estabelecer perguntas nos fóruns e na elaboração das atividades a serem propostas.

No planejamento do projeto do curso é preciso ter cuidado ao formular perguntas, em que as respostas possam ser SIM ou NÃO, para que os fóruns e as atividades sejam mais interessantes, possibilitando discussões.

Na hora de escolher os vídeos, é necessário o cuidado de verificar se os mesmos estão disponíveis, em ambiente exterior, tipo youtube, vídeo, facebook ou se precisa de espaço para colocá-lo no próprio servidor.

Os áudios dos textos precisam ser interessantes. É importante que os textos estejam disponíveis nas ferramentas “tradutoras” de texto para áudio, pois assim os conteúdos podem ser disponibilizados às pessoas com necessidades especiais. Foram convidadas as professoras de um Centro de Educação Infantil de Curitiba (PR) para participarem do curso aqui descrito. No universo de 12 (doze) funcionárias, dentre essas, somente uma se recusou, sob o argumento do não uso da Internet. As demais aceitaram. Importante salientar que é importante que os convidados queiram fazer o curso e não se sintam coagidos. Pois, ao se aplicar o curso com qualquer pessoa, sem que a mesma queira participar pode haver interferência nos resultados, que podem não ser verdadeiros, o que redundaria em atingir o objetivo do curso.

A época do ano (novembro/2014) foi inadequada para se propor o curso, pois professores e educadores estão com muitas atividades na sua prática pedagógica. Assim, o curso será aplicado em outra oportunidade.

O pouco tempo disponível para aprender a utilizar a plataforma Claroline, para selecionar os materiais, para elaborar o planejamento do curso, para cadastrar os conteúdos do curso no ambiente foram fatores que causaram angústia no grupo. No entanto, a partir das discussões com o grupo e da tomada da decisão em aprender com o novo, tivemos momentos de muito trabalho e aprendizagem. A disposição do grupo em aprender a utilizar as novas tecnologias a favor da aprendizagem foi fator fundamental para que o curso fosse colocado no ambiente virtual de aprendizagem.

Diante dos fatos vivenciados pelos autores, conclui-se que o uso de ferramentas tecnológicas é extremamente condizente, bem como é necessário o conhecimento das novas tecnologias, principalmente para os profissionais da educação. A reflexão que se faz do ciclo de elaboração e dos procedimentos operacionais do AVA, é enriquecedora, pois o grupo buscou elaborar um curso para uso de ferramenta tecnológica destinado aos docentes de educação básica. Simultaneamente os proponentes apreenderam muito com a elaboração do curso e resultou em condição aquisitiva de fundamentos didático-pedagógicos, que estão pautados no conceito de autonomia preconizado por Freire (1996), bem como a relevância da autoria do professor na ação educativa em ambiente virtual, dentre outros aspectos, mais conhecimentos principalmente voltado a novas tecnologias de forma propositiva. É preciso que ao se fazer um curso na modalidade EAD o professor o faça buscando habilidades e conhecimentos necessários para apropriar-se criticamente da tecnologia para fins educacionais, esses conhecimentos tornam-se mais eficazes à medida que os professores forem exercitando sua própria autonomia, frente a execução da atividade. Daí a importância em fazê-lo gradualmente, para que sejam capazes de aumentar seu nível de autonomia.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mário S. C. e MOSER, Alvino. **Tecnologia, Humanismo e Ética**. Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba/Pr. Ufpr, 2013.

ARAUJO, Izabel C. **Desenvolvimento de uma proposta didático-pedagógica para ambiente virtual de aprendizagem assistida por computador**. Tese de Doutorado. Campinas/SP: Unicamp, 2013.

IFPR, Instituto Federal do Paraná. **Ética, Cidadania e Meio Ambiente, módulo I, Curso Técnico de Meio Ambiente EAD**. Curitiba: IFPR, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. An overview of self-determination theory. In: DECI, E. L.; RYAN, R. M. (Ed.). **Handbook of self-determination research**. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2002. p. 3-33.

ESTABELECIDOS E OUTSIDERS: REFLEXÕES ACERCA DOS MOTIVOS DE EVASÃO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

André Luiz Moscaleski Cavazzani^{1, 2}; Álvaro Fonseca Duarte^{1, 4}.

1. UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

2. Coordenador e professor do curso de Licenciatura em História.

4 – Professor e tutor do curso de Licenciatura em História e Pedagogia.

Palavras-chave: evasão, exclusão social, ensino ead;

Esta breve comunicação busca uma reflexão acerca dos processos de evasão do ensino superior destacando-se, especialmente, o contexto da Educação a Distância. Antes de se oferecer soluções, ou repostas prontas e objetivas para este problema de alta complexidade, se quer considerar alguns dados à luz dos aportes teóricos, sobretudo, da sociologia.

Nessa direção, estão em pauta as considerações de Norbert Elias, especialmente, aqueles presentes na obra clássica “Os estabelecidos e os *outsiders*”, publicada no ano de 1965, que busca compreender, através do uso de fontes diversas, tais quais estatísticas, entrevistas, documentos e etnografia, a lógica da configuração social e das relações de interdependência que se verificam numa cidade inglesa, e, o principal, os processos de exclusão social presentes nesta mesma configuração social. Isso porque, de certa forma, e Elias caminha para esta direção, os processos de reiteração das diferenças sociais naquela peculiar sociedade podem ser generalizados para outros contextos.

A articulação da leitura de alguns dados aqui apresentados, acerca da evasão, à luz das considerações de Elias, se faz pertinente, justamente, porque esta breve comunicação busca propor uma interpretação dos processos de evasão, como sendo resultantes de processos de exclusão social, política, cultural, aos quais parte ainda, preponderante da sociedade brasileira, esteve e está historicamente sujeita. O leitor que busca repostas prontas não as encontrará neste texto, o que se quer, de forma mais modesta, é levantar algumas provocações e reflexões.

Os dados aqui apresentados partem de duas origens diversas. A primeira série de dados refere-se à dissertação de mestrado de Rafaela Lunardi Comarell intitulada Educação Superior à distância: evasão discente.⁴⁶ A segunda série de dados provém da pesquisa “Avaliação dos principais motivos de cancelamento (CRC)” realizada em agosto de 2015 pela Diretoria de Negócios e Operações do Grupo Uninter.

Não se trata aqui, de elucidar as técnicas de pesquisa utilizadas, senão, indicar que ambas foram feitas seguindo os padrões tecnicamente aceitos para pesquisas quantitativas e que, também, foram colhidos dados de um grupo bastante heterogêneo de pessoas (ultrapassando a centena) de ambos os sexos. Finalmente, vale alertar que Rafaela Lunardi colheu evidências acerca da evasão, partindo, de um contexto de ensino público à distância, a saber, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) a partir dos anos 2005.⁴⁷ Estes dados

⁴⁶LUNARDI, R. *Educação Superior à distância: evasão discente*. Disponível em <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Rafaela-Lunardi-Comarella.pdf> Acesso em: 20/10/2015.

⁴⁷ O sistema de EaD busca proporcionar a formação e a qualificação da população suprimindo as carências relacionadas ao acesso a educação. No ano de 2006 o Ministério da Educação cria o Sistema Universidade

referentes à evasão são comparados, por sua vez, aos colhidos num contexto de ensino privado à distância que oferta cursos de licenciatura e bacharelado, coletados entre os meses de setembro de 2014 e julho de 2015.

Antes de se avançar para as comparações entre os dados, cabe comentar um pouco sobre o que se entende por evasão discente. Como dito antes, trata-se de um processo permeado por complexidades e que pode ser tacitamente definido como a saída definitiva do discente sem concluir seu curso.

Há, evidentemente, vários desdobramentos problemáticos resultantes dos processos de evasão. Um deles, sem dúvida, é o desperdício. De recursos financeiros, sociais, e humanos. Isso se deve ao fato de que as atividades previstas e desenvolvidas para um curso são fixas e planejadas com antecedência. Quando os alunos se evadem as atividades continuam ocorrendo, porém, de forma especialmente mais onerosa já que há a diminuição do número de alunos pagantes (no caso do ensino privado). No caso do ensino público também há prejuízo, uma vez que o orçamento das instituições é organizado com base no número inicial de vagas oferecidas. Caso ocorra a evasão o orçamento segue fixo sem possibilidades de se adequar ao déficit provocado pela evasão.

Note-se que a evasão discente em EAD não é um processo exclusivo para o contexto brasileiro:

Segundo Wang e Wu (2004), as taxas de evasão em EaD na educação superior a distância na Venezuela chegam a 79% e na Universidade Aberta de Tailândia chegam a 62% após dois anos de um curso. Na Universidade de EaD do Paquistão, o índice de evasão chegou a 99.5% no final do primeiro semestre. Na Ásia os índices chegam a atingir 50% de evasão discente (SHIM; KIM, 1999). Estes exemplos mostram que os cursos de EaD perdem geralmente a metade ou mais de seus estudantes, principalmente nos três primeiros meses dos cursos. Em média 15% dos estudantes que nunca tiveram experiências em EaD abandonam o curso nos três primeiros meses, e os estudantes com experiência totalizam 10% no mesmo período. ⁴⁸

Aberta do Brasil – UAB assumindo uma política governamental de incentivo a criação de cursos de graduação a distância, cuja prioridade é a formação de professores da rede pública de educação. Analisando a expansão da oferta de vagas na EaD a partir do ano 2000 até 2007, com base nos dados coletados pelo INEP para o censo da Educação Superior, percebe-se que a EaD em instituições públicas teve um crescimento de 197,52% entre os anos de 2005 e de 2006 e de 82,12% do ano de 2006 para o ano de 2007. LUNARDI, R. idem.

⁴⁸ Idem.

Diante desses dados cabe indagar? O que está por trás dos processos de evasão? Ao indagar um grupo de 534 alunos matriculados na UAB Rafaela Lunardi chegou aos seguintes resultados:

Tabela 19: Incidência dos Principais Fatores da Evasão Citados pelos Estudantes

Fatores da evasão	Nº	%
Pouco tempo para estudar	122	69,32
Subestimou o esforço necessário para fazer o curso	108	61,36
Dificuldades para participar das atividades presenciais no pólo	107	60,80
Dificuldades com os recursos utilizados no curso	70	39,77
O sistema de avaliação é inadequado, o prazo para entrega das tarefas era curto	61	34,66
Não tinha acesso a um computador com Internet fora do pólo	39	22,16
Esperava mais aulas expositivas	37	21,02
Sentiu falta de base no ensino médio	34	19,32
Dificuldades para utilizar o computador	31	17,61
Problemas pessoais	31	17,61
O curso não correspondeu às suas expectativas	26	14,69
Problemas de saúde	21	11,93
Mais que 2 reprovações	18	10,23
Problemas financeiros	13	7,39

Fonte: Questionário sobre evasão, respondido pelos estudantes evadidos

LUNARDI, R. **op.cit.**

Na hierarquia expressa na tabela nota-se que os principais fatores de evasão relacionam-se ao tempo para a dedicação ao estudo. Compromissos de ordem pessoal, mas, sobretudo, compromissos profissionais teriam afastado os alunos do seu curso.⁴⁹ Outro dado que surge como importante causa da evasão é a subestimação do esforço requerido para se prosseguir no curso. Fator esse que demonstra (ainda em pleno século XXI) resquícios de uma visão deturpada que considera o curso a distância mais fácil ou, então, menos sério do que o presencial.⁵⁰ Finalmente, dificuldades com recursos utilizados, nesse caso, dificuldades decorrentes das relações com as tecnologias de ponta que alimentam a engenharia do ensino a distância no século XXI. Não por acaso, logo abaixo, na mesma tabela existem evadidos que sequer tinham acesso a computadores.

Interessante, notar que estes dados não destoam muito daqueles colhidos no âmbito do ensino privado. A pesquisa realizada com 2498 alunos do Centro Universitário Internacional – UNINTER em todos os estados da federação, nos mostra que os motivos que levam o aluno a evadir não são diferentes do contexto do ensino público. A Tabela abaixo demonstra os dados de evasão colhidos nesse contexto do ensino privado.

⁴⁹ Idem. p.104

⁵⁰ Ibidem.

MOTIVO CANCELAMENTO GRA	#OCORRÊNCIAS	%SIMPLES	%ACMUMULADO
Problemas Financeiros	763	30,5%	30,5%
Falta de tempo	448	17,9%	48,5%
Problemas Pessoais	392	15,7%	64,2%
Não se adaptou à modalidade	249	10,0%	74,1%
Perdeu interesse pelo curso	185	7,4%	81,5%
Prefere outra IES	136	5,4%	87,0%
Problemas de saúde	127	5,1%	92,1%
Outros Motivos	198	7,9%	100,0%
TOTAL	2.498⁵¹	100,0%	

Fonte: "Avaliação dos principais motivos de cancelamento (CRC)" Diretoria de Negócios - UNINTER

Percebemos que, num contexto de ensino privado, o fator financeiro é preponderante. Isso se deve, em parte à questão da mensalidade. Porém não se deve ignorar o fato de que desistências em função das finanças também ocorrem em cursos não pagos. Talvez, porque, neste caso, alguns alunos diminuem a carga de trabalho para poderem estudar passando a ganhar menos.

Em todo caso, na tabela vemos aparecer, de novo, questões relacionadas à *falta de tempo* (compromissos profissionais, sobretudo), dificuldades com o manejo e, inclusive, o acesso às novas tecnologias da comunicação (*não se adaptou à modalidade*) e daí por diante. Finalmente, em ambos os contextos uma certa frustração com os prazos disponíveis para entrega das atividades e, numa cultura ainda profundamente imbuída da perspectiva de ensino tradicional, a expectativa por aulas mais expositivas. Até que ponto os alunos do EAD estão preparados para assumir o lugar de protagonistas do próprio conhecimento?

Esses dados ganham substância e vida, em nosso cotidiano. Assim, atendemos ligações dos recônditos mais distantes do Brasil. Se é verdade que temos alunos em grandes capitais e, também, em seus cinturões metropolitanos, são inúmeras as pequenas cidades e, até mesmo, vilas que abrigam populações tradicionalmente excluídas do sistema de ensino brasileiro básico, quiçá, superior. Ao atendermos essas pessoas deparamo-nos, com dificuldades ligadas ao português (erros de concordância, dificuldades de expressão das

⁵¹ *Dos contatados constam motivos de 2.498 alunos que cancelaram no período de Setembro/2014 a Julho/2015.

ideias), mas, também, dificuldades em relação ao manejo das tecnologias mais básicas, como de edição de texto, por exemplo.

Muito embora o público de EAD seja heterogêneo, nota-se, a presença massiva de alunos que já tomaram bastante distância do ensino básico, em geral deficitário, e que estão próximos da base do perfil sócio econômico em nosso país.

Ou seja, para usar os termos de Norbert Elias, em suas análises sociológicas, nossos alunos estariam classificados, de maneira geral, como os *outsiders*, ou seja, excluídos, distantes, ou à margem dos grupos estabelecidos que monopolizam os recursos superiores de poder.⁵²

Com relação aos *outsiders*, Norbert Elias levanta argumentos que nos parecem interessantes. Diz ele, em relação aos *outsiders*, que: “Quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, (os *outsiders*) vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana.”⁵³ E, assim, Norbert Elias nos apresenta o famoso caso dos *Burakunim*, párias japoneses. Interessa-nos aqui mencionar o fato de que Elias cita estudos que apontam para uma diferença sistemática, entre os escores obtidos nos testes de QI realizados por crianças *Burakunim* e as dos grupos bem colocados na escala social. O surpreendente, nesse caso, é que as crianças do grupo pária frequentaram as mesmas escolas que aquelas dos grupos majoritários. Ora trata-se de um exemplo dramático da introjeção, não apenas na estrutura de personalidade, mas, na estrutura cognitiva, da inferiorização social reiterada historicamente.

O que nosso aluno sente quando se vê impotente diante de um computador? Diante de um texto que não consegue compreender, em função de lacunas vividas na educação básica? Quando não consegue se manter acordado diante de um texto ou aula, após um dia extenuante de trabalho? É nessa hora que a reiteração da estigmatização social vivida em nossa sociedade desigual, apresenta-se como uma poderosa força motriz que não encontra resistência e leva o estudante à evasão.

Assim, é verdade que o conteúdo técnico-científico chega mais longe nesse contexto de novas tecnologias de informação. É verdade que há uma democratização do acesso aos conteúdos do ensino superior. No entanto, a educação no sentido mais amplo e nobre da palavra também está chegando nestes recônditos mais ermos de nosso país? Como podemos utilizar as novas tecnologias para educar não apenas, de maneira técnica e conteudista, mas sistêmica? São questões que nos devemos perguntar.

Pouco tempo para estudar 122 :

- 69,32% subestimou o esforço necessário para fazer o curso 108
- 61,36 Dificuldades para participar das atividades presenciais no pólo 107
- 60,80 Dificuldades com os recursos utilizados no curso 70
- 39,77 O sistema de avaliação é inadequado, o prazo para entrega das tarefas era curto 61
- 34,66 Não tinha acesso a um computador com Internet fora do pólo 39
- 22,16 Esperava mais aulas expositivas 37 21,02
- Sentiu falta de base no ensino médio 34 19,32 Dificuldades para utilizar o computador 31 17,61
- Problemas pessoais 31 17,61
- O curso não correspondeu às suas expectativas 26 14,
- 69 Problemas de saúde 21

⁵² ELIAS, N. Os estabelecidos e os *outsiders*. São Paulo : ZAHAR, 2009. p. 15.

⁵³ Idem. p. 57.

- 11,93 Mais que 2 reprovações
- 18 10,23 Problemas financeiros 13 7,39

Percebe-se que dentre os fatores mais recorrentes como motivador da evasão tem-se primeiramente o pouco tempo para estudar, onde 69,32% dos estudantes dos estudantes marcaram essa opção no questionário. O segundo fator mais citado pelos estudantes foi a crença de que cursos a distância requerem menos esforços, sendo que 61,36% dos estudantes afirmam que subestimaram os esforços necessários para a realização do curso. As dificuldades em participar das atividades no pólo contribuíram na decisão de 60,80% dos estudantes e as dificuldades na utilização dos recursos utilizados no curso de 39,77%. Outro fator que se destacou foi a questão relacionada a avaliação de aprendizagem, que 34,66% dos estudantes consideraram inadequadas e com prazos de entrega muito curto. Os estudantes que afirmaram terem tido problemas financeiros totalizam 7,39%, sendo que este foi o fator motivador da evasão menos mencionado. Outros motivos menos recorrentes foram as reprovações (10,23%) que são reflexo de que o estudante subestimou o esforço necessário para realizar o curso, problemas de saúde (11,93%), o curso não corresponde as expectativas (14,69%), problemas pessoais e dificuldades com o uso do computador, ambos com 17 base no ensino médio (19,32%). A figura 16 mostra esse mapeamento da frequência das respostas dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders*. São Paulo : ZAHAR, 2009.

LUNARDI, R. *Educação Superior à distância: evasão discente*. Disponível em <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Rafaela-Lunardi-Comarella.pdf> Acesso em: 20/10/2015.

UNINTER: Diretoria de Negócios e Operações. *Avaliação dos principais motivos de cancelamento (CRC)*. Julho, 2015.

UMA GAMIFICAÇÃO EM SALA DE AULA

Tatiane Kuckel – Centro Universitário UNINTER

Ricardo Kerscher – Centro Universitário UNINTER

Luiz Fernando Corcini – Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba

Izabel Cristina de Araujo – Centro Universitário UNINTER

Luciano Frontino de Medeiros – Centro Universitário UNINTER

Palavras-chave: gamificação, game, atividade gamificada

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a utilização de gamificação na sala de aula, a proposta se utiliza de elementos de game no desenvolvimento de atividades realizadas. De acordo com Mattar (2014, p.48) alguns elementos de jogos são: recomeçar uma fase, opção de ter pontos salvos, vidas múltiplos, mudança de velocidade das atividades, organização de cenários de acordo com seus interesses. “Na educação, por exemplo, a criança podia ter seu trabalho reconhecido com estrelinhas (recompensa) ou as palavras iam se tornando cada vez mais difíceis de serem soletradas no ditado da professora (níveis adaptados às habilidades dos usuários)” (FADEL, 2014. p.6). A partir desses elementos foi proposto uma atividade na qual esse trabalho pretende discutir.

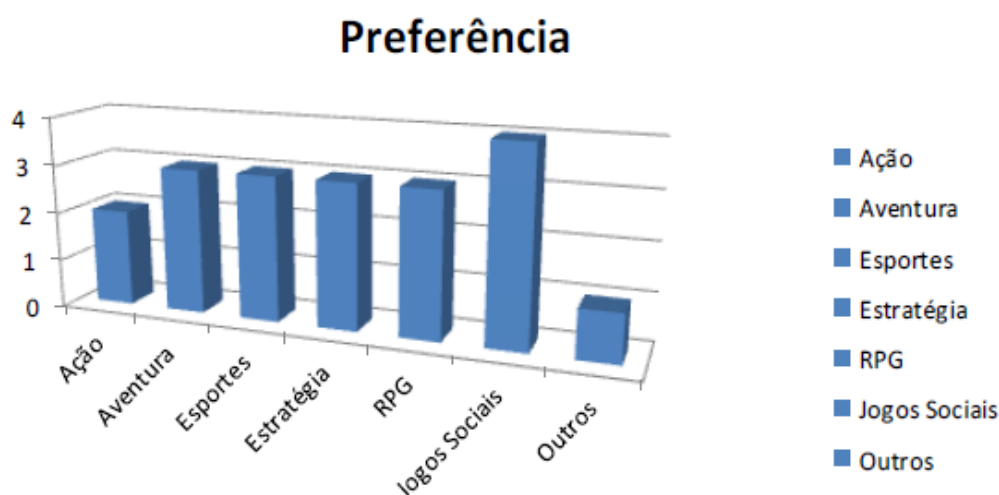
Em um mundo cada vez mais conectado, os jogos digitais passam a ser realidade entre as crianças, jovens e adultos, “as novas gerações de estudantes NET e NEXT nasceram e estão imersas no meio digital e virtual, adquiriram novas habilidades e capacidades e perderam outras.” (MARTINS, 2012, p.13). O fazer cotidiano e o brincar passam a considerar, também, os meios digitais. De acordo com Savi “jogos de vídeo games e computadores conquistaram um espaço importante na vida de crianças, jovens e adultos e hoje é um dos setores que mais cresce na indústria de mídia e entretenimento” (SAVI, 2008), Savi ainda cita Gros o qual afirma que “uma das principais formas de acesso ao mundo da tecnologia para crianças e jovens é o jogo digital, pois geralmente o primeiro contato com equipamentos eletrônicos acontece por meio de um vídeo game (GROS, 2003)” (SAVI, 2008), sendo assim esses indivíduos passam a estabelecer um estreitamento na vida cotidiana com o mundo digital.

Desde a década de oitenta os vídeos jogos vem ganhando espaço e popularidade, jogos como *Pac-man* (jogo criado em 1979, “resumia-se a um labirinto no qual o jogador, controlando o *Pac-Man*, deveria comer 240 pontinhos ao mesmo tempo em que fugia dos fantasmas que o perseguiam” (ALTMAN, 2012)), sensação em uma geração na qual a televisão exerceu, em muitos casos, a função de cuidadora de crianças. Já na vida adulta esses indivíduos se caracterizam por trabalhar em equipe, não se submetendo a realizar qualquer atividade que não tenha “sentido” à sua existência, e tampouco fazem coisas por fazer. São antenados em novas tecnologias e desenvolvem várias atividades simultaneamente. De acordo com Oliveira (2010) são identificados por uma inquietação permanente, alimentada pela crescente velocidade das redes a que estão conectados, e passam essa nova maneira de ver as coisas a seus filhos.

Hoje podemos ver pais jogando com seus filhos pequenos, desde jogos ditos por violentos, mas, que nada mais é outra forma das velhas brincadeiras de mocinho e bandido. Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Na opinião da pesquisadora Lynn Alves, a agressividade ou violência identificadas nos jogos pode ser vista de maneira construtiva, pois “nos games os jovens encontrariam espaços para ressignificação, catarse e liberação do estresse diário. Espaços para elaboração de conflitos, medos e angústias (ALVES, 2013).

Com relação ao papel desempenhado pelos games no processo de aprendizagem, sob o ponto de vista das expectativas dos “nativos digitais, em pesquisa realizada por Abreu (2012, p.78), chama-nos a atenção o relevante apego dos estudantes aos jogos sociais e jogos de ação, conforme estabelecido no Quadro 1 “Preferências dos Nativos Digitais”, conforme segue:



Quadro 1: (Preferências dos Nativos Digitais). Fonte: Abreu (2012, p.78)

A cada dia aparecem novos jogos e novos objetivos a serem atingidos, Que para GEE (2010 p.14) apenas foram desenvolvidos, até hoje, 1% dos tipos de que poderiam ser criados.

Para analisar o formado dos jogos pode-se citar a pesquisa de WEILLER (2012, p.27) que coloca o jogo como um “sistema regido por seu próprio conjunto de dinâmicas, potencialmente criado pelo espírito lúdico humano com a intenção de engendrar diversão, mas sem uma relação direta e absoluta entre estas partes”.

Considerando esse contexto foi elaborada a gamificação de uma aula de conteúdo genérico, conforme mostrado no item a seguir.

1. DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

A proposta foi gamificar uma aula utilizando para tanto recursos de jogos de RPG (*Role Playing Games*) ou, em português, Jogo de Representação de Papéis.

Foram utilizados os seguintes elementos de jogos:

- Competição: as equipes competiam entre para acertar o maior número de questões propostas;
- Estratégias: As equipes podiam destravar e utilizar habilidades características de seus avatares em momento oportuno;
- Tempo: Cada equipe tinha um determinado tempo para pensar e responder as perguntas lançadas;

E as seguintes mecânicas de jogos:

- Retorno ou Resposta Imediata: Para todas as ações ou decisões tomadas no jogo, os participantes recebiam um retorno ou resposta imediata, reposicionando a equipe dentro do jogo, de acordo com o desempenho da mesma;
- Transparência; Em qualquer momento do jogo cada jogador pode verificar o estágio em que sua equipe se encontra em um painel projetado na parede da sala;
- Objetivos: Todos os objetivos de curto e longo prazo foram esclarecidos e lembrados a cada jogada;
- Troféus: Para os ganhadores da competição, os que respondessem o maior número de perguntas corretamente, foi entregue uma caixa de chocolate artesanal;
- Integração: Os participantes deveriam se integrar para alcançar o objetivo do jogo;
- Colaboração: Trabalho em equipe foi evidenciado na discussão para responder as perguntas lançadas;
- Pontos: a cada resposta certa, a equipe acumulava pontos e, ao atingir certo número de pontos, podia retirar uma carta. Nesta carta podiam estar novas habilidades ou poderes que a equipe podia usar quando bem entendesse;

A dinâmica do jogo está apresentada no diagrama 01, a seguir.

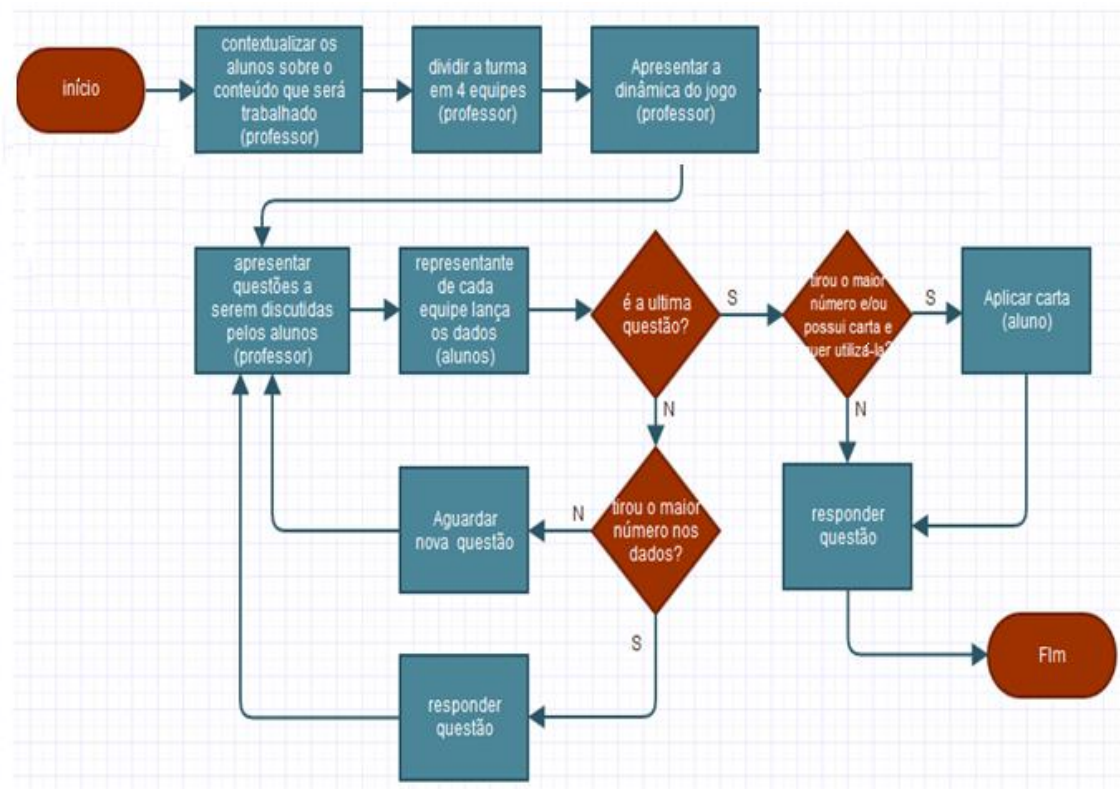


Diagrama 01 - Fonte: os autores

RESULTADOS ESPERADO x RESULTADOS REALIZADOS

Quando da preparação da aula gamificada, o resultado esperado era apresentar a teoria sobre games na educação, mediante uma explanação de aproximadamente uma hora e propor uma prática, para evidenciar a aplicação da teoria recém-abordada. Como não havia assunto especial a ser ministrado, foi optado por tratar o assunto da utilização de games na educação tanto na teoria quanto nas perguntas da aplicação prática.

Na realização da aula gamificada, conseguimos obter a atenção dos alunos por tempo suficiente para que eles se interessassem pelo conteúdo da matéria e respondendo adequadamente as questões de maneira divertida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com um visível aumento da motivação dos participantes da atividade, seja pela união de seus grupos, seja pela interação com os elementos de jogos, sabemos que a gamificação em si, não gera aprendizado significativo. A intenção pedagógica do professor deve estar planejada da melhor forma possível. O que deu certo na turma pesquisada, pode não dar em outras turmas, com outros perfis de participantes. Há muito ainda o que ser pesquisado, tanto em questões teóricas, mas principalmente práticas da utilização da gamificação na educação. E esta, nunca podemos perder de vista, já que devemos ter sempre claro que a tecnologia (entendida aqui como a utilização de elementos e mecânicas de jogos) é sempre um meio, e não um fim.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Henrinque Benevides de. **Games e educação: potência de aprendizagem em nativos digitais**. 2012. 142 f. (Dissertação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2012.

ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1979 - Pac-Man estreia no mercado japonês de video-games** Disponível em:<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/24788/hoje+na+historia+1979+-+pac-man+estrela+no+mercado+japones+de+video-games.shtml>> Acesso em: 10 nov.2014.

ALVES, Lynn. **Game Over: jogos eletrônicos e violência**. São Paulo: Futura, 2005.

CARVALHO, Isamir M., STEIL, Andrea V. **Aprendizagem Tradicional e Aprendizagem Situada em Organizações: uma Reflexão relacionada aos Tipos de Aprendizagem**. VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Curitiba mai. 2012 Disponível em:<http://www.researchgate.net/profile/Andrea_Steil/publication/237082131_Aprendizagem_Tradicional_e_Aprendizagem_Situada_em_Organizaes_uma_Reflexo_relacionada_aos_Tipos_de_Aprendizagem/links/0deec51b6813a64ee1000000.pdf> Acesso em: 10 nov.2014

CRUZ, Bruna S. **Clássicos da literatura brasileira viram jogos virtuais**, São Paulo, mai., 2013 <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/17/tres-classicos-da-literatura-brasileira-vm-jogos-virtuais.htm>> Acesso em: 12 dez.2014.

FUSARI, Maria F. de Rezende e, FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo : Cortez, 2001.

GEE, James Paul. **Bons Videojogos + boa aprendizagem**. Portugal : Edições pedagogo, 2010.

MARTINS, Onilza B., MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch**. *Intersaberes*, Curitiba, v. 7 n.13, jan. – jun. 2012 <<http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/245/154>> Data de acesso: 16 jan. 2015.

MATTAR, João. **Design Instrucional: A Educação a Distância na Prática**. 1ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2014.

OJE – **Olimpíadas de jogos digitais e educação** Disponível em: < <http://www.acre.oje.inf.br/oje/app/index> > Acesso em: 10 nov.2014

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y: o nascimento de uma nova versão de líderes**. São Paulo: Integrare, 2010.

SAVI, Rafael, ULBRICHT, Vania R. **Jogos digitais educacionais: benefícios e desafios**, *Renote - Revista Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 6 n. 2, dez. 2008. <http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/14405/8310> Acesso em: 20 jan. 2015

WEILLER, Thais A. **Game Desing Inteligente: elementos de design de videogames, como funcionam e como utilizá-los dentro e fora de jogos**. 2012 159 f. (Dissertação em Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA CURSO SUPERIOR DE TEOLOGIA NA MODALIDADE EAD COM PRÁTICAS INOVADORAS

Lidiane Ribeiro da Silva de Souza,
Mestranda em Educação e Novas Tecnologias,
Centro Universitário Internacional – UNINTER.
Orientador: Alvin Moser,
Professor- Doutor do Programa de Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Centro Universitário Internacional - UNINTER .

Palavras-chave: Teologia; Educação a Distância, Práticas Inovadoras.

INTRODUÇÃO

O relativamente recente reconhecimento formal da teologia como curso superior no Brasil, por parte do ministério da Educação, em 1999, incluiu no cenário da educação brasileira esta área do conhecimento humano por anos marginalizada do debate acadêmico.

De acordo com Martins (2001), diferentemente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, onde a teologia sempre esteve presente nas universidades, sendo aceita como um campo válido de estudo, aqui no Brasil ela se estruturou longe da academia, ficando restrita às instituições confessionais.

Por constituir-se um campo ainda novo neste cenário, mesmo sua definição ainda está em debate na legislação educacional. Contudo, segundo o parecer de 1999, que formalizou a teologia como curso superior, esta é “constituída como uma análise efetuada pela razão sobre os preceitos da fé” (MEC/CES, 241/99. P. 1)

Outra realidade que não se pode negar é o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), cada vez mais presentes em nosso cotidiano. De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br. 2013), estamos vivenciando a emergência de uma sociedade cada vez mais conectada, onde o cotidiano de cidadãos, governos e organizações depende cada vez mais de aplicações baseadas nas TICs, e, sobretudo, das redes de comunicação que as interligam.

Segundo Manuel Castells (2014), 97% da informação do planeta está digitalizada e 80% dessa informação está disponível na internet. Tais dados corroboram com a proposição de que somos a sociedade da informação ou sociedade em rede (CASTELLS, 2007, LEVY, 1999).

Mas para Castells (2003) a internet não é apenas uma ferramenta de comunicação e de busca, processamento e transmissão de informação que oferece serviços extraordinários; ela constitui-se, além disso, um novo e complexo espaço global para a ação social e, por extensão para o aprendizado e para a ação educacional.

Estudos da Cisco Visual Networking Index, que analisa o tráfego global de Internet, para o período de 2013 a 2018, estima-se que globalmente, até 2018, 52% da população (3,6 bilhões) terão acesso à internet e existirão 2,7 dispositivos por pessoa, sendo 50% das conexões pela rede móvel. (FONSECA, 2014)

No Brasil não é diferente, estimativa aponta a existência de 120,3 milhões de pessoas com acesso à internet no país. Um crescimento de 18% em relação a estimativa divulgada um ano antes, que era de 102,3 milhões. Segundo o analista José Calazans, o crescimento do acesso à internet no Brasil ocorre principalmente nos domicílios e o

aumento recente do acesso à banda larga em residências trouxe mais brasileiros para a internet em 2014. (Nielsen IBOPE. 2014)

Desta forma, nossa hipótese é que o uso adequado das novas tecnologias de comunicação e informação pode ter uma contribuição fundamental se apropriadas com a devida crítica e norteadas por finalidades pedagógicas. Mas vale ressaltar, que a reflexão necessária, permeia não apenas o uso das TICs na mediação do ensino, mas principalmente as metodologias utilizadas. Não basta usar as novas tecnologias sem repensar as práticas.

É nesta perspectiva que nos propomos a responder a seguinte questão problematizadora: *Como desenvolver uma proposta de curso superior de teologia na modalidade a distância que apresente práticas inovadoras?*

Temos como objetivo geral desenvolver uma proposta didático-pedagógica para o ensino superior de teologia na modalidade EaD a partir de práticas inovadoras.

Desta forma, tendo como referencial teórico as metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (*Problem based Learning-PBL*), sala de aula invertida (*Flipped Classroom*), o conectivismo de George Siemens e Stephen Downes, e a noção de autonomia e autoria de Vygotsky e Freire, pretendemos dar nossa contribuição ao campo da formação teológica superior em EAD, uma área nova e pouco explorada pela pesquisa acadêmica, como veremos mais a frente.

DESENVOLVIMENTO

Como se pode perceber, a formação teológica no Brasil a partir de cursos superiores de teologia é algo relativamente novo no cenário da educação brasileira. Embora, contem com uma longa tradição, que remonta inclusive à própria origem destas instituições, no período denominado escolástico, como demonstra o parecer CNE/CES N. 60/2014:

O recente debate em torno da regulação do curso de graduação em Teologia, no conjunto da legislação geral do ensino superior no Brasil, remete necessariamente, como condição preliminar à discussão do assunto, a uma breve reflexão não só a respeito dos primórdios da instituição do ensino superior de Teologia, bem como sobre os princípios da instituição da escola superior, como tal, no Ocidente. Ou seja, a origem da própria universidade, pois o marco legal da universidade, assim como hoje a conhecemos, uma instituição superior formal de ensino é uma invenção singular da Europa medieval e está irremediavelmente ligada com o estatuto da faculdade de Teologia. Assim, atribui-se à Teologia, como faculdade, ao lado das faculdades de direito civil, de direito canônico, de medicina e de artes, o começo da universidade moderna. (MEC, 2014. p.2)

Contudo, até 1999, os cursos teológicos no Brasil eram denominados cursos livres, não regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC). O Parecer nº. CES 241/99, (MEC, 1999) regulamenta estes cursos que passaram pela primeira vez a ter a possibilidade de solicitar seu credenciamento e reconhecimento junto ao MEC.

Um dos receios era o impacto desta regulação sobre a diversidade religiosa brasileira representada por estes cursos, tendo em vista o direito constitucional a liberdade religiosa e a laicidade do estado, no entanto o entendimento do conselho a esse respeito foi o seguinte:

Em termos de autonomia acadêmica que a Constituição assegura, não pode o Estado impedir ou cercear a criação destes cursos (de Teologia). Por outro lado,

devemos reconhecer que, em não se tratando de uma profissão regulamentada, não há de fato, nenhuma necessidade de estabelecer diretrizes curriculares que uniformizem o ensino desta área de conhecimento. Pode o Estado, portanto, evitando a regulamentação do conteúdo do ensino, respeitar, plenamente, os princípios de liberdade religiosa e da separação entre Igreja e Estado, permitindo a diversidade de orientações. (PARECER Nº: CES 241/99 p.1)

Com esta decisão, os conselheiros do Conselho Nacional de Educação, no ato da regulamentação, procuraram levar em conta as especificidades dos cursos de teologia e a diversidade religiosa, não estabelecendo diretrizes quanto a matriz curricular, contudo mantendo os demais critérios quanto formação do corpo docente, infraestrutura oferecidas, entre outros, como segue a pauta votada e aprovada pelos relatores.

Tendo em vista estas considerações, votamos no sentido de que: a) Os cursos de bacharelado em Teologia sejam de composição curricular livre, a critério de cada instituição, podendo obedecer a diferentes tradições religiosas. b) Ressalvada a autonomia das universidades e Centros Universitários para a criação de cursos, os processos de autorização e reconhecimento obedecem a critérios que considerem exclusivamente os requisitos formais relativos ao número de horas-aula ministradas, à qualificação do corpo docente e às condições de infra-estrutura oferecidas.

c) O ingresso seja feito através de processo seletivo próprio da instituição, sendo pré-condição necessária para admissão a conclusão do ensino médio ou d) Os cursos de pós-graduação *stricto ou lato sensu* obedecem às normas gerais para este nível de ensino, respeitada a liberdade curricular. (PARECER Nº: CES 241/99 p. 2)

Desde então, diversas instituições e cursos de teologia tem passado pelo processo de credenciamento e reconhecimento do ministério da Educação sendo denominados a partir de então como cursos superiores de teologia.

Desta forma, hoje existe, cerca de 144 cursos de teologia presenciais cadastrados no sistema e-mec e 800 a distância, totalizando 994 cursos, já autorizados ou reconhecidos, presentes em vários Estados. Eles são oferecidos por instituições públicas e particulares, pertencentes a mantenedoras confessionais ou não e contemplam teologias subjacentes a diferentes confissões: adventista, batista, católica, espírita, luterana, messiânica, metodista, umbandista, entre outras.

Embora tenham caminhado a margens das universidades, os cursos teológicos tem experimentado um grande crescimento desde sua regulamentação, seja com a autorização de cursos que antes existiam na categoria de livres assim como novos cursos, especialmente na modalidade EAD. O que aliás está em consonância com uma tendência mundial e também no Brasil nos últimos anos, como demonstram os dados do INEP/MEC, (2003-2013).

De acordo com dados do MEC, em 2010, contávamos apenas com 5 instituições autorizadas e/ou reconhecidas pelo ministério da educação para oferecer curso de graduação em teologia na modalidade a distância, a saber: O Centro Universitário Claretiano (São Paulo), Centro Universitário da Grande Dourados (Mato Grosso do Sul), Centro Universitário Leonardo da Vinca (Santa Catarina), Universidade Luterana do Brasil (Rio Grande do Sul), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Faculdade Teológica Batista de Paraná (Paraná). (Apud. SANTOS, 2010) Em 2015 são cerca de 800 cursos de teologia nesta modalidade cadastrados no sistema e-mec, o que demonstra um expressivo crescimento.

Segundo Roque (2010), enfim, a educação teológica, como todas as demais áreas da educação, está sob o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação. A

cibercultura chegou aos arraiais da educação teológica e a tendência é um grande crescimento da EAD também nesta área. Cabe a todos os envolvidos em oferecer uma educação teológica com qualidade, buscar caminhos e soluções pedagógicas que sejam de fato efetivos e viáveis.

É neste contexto que se justifica a nossa contribuição, não simplesmente propor mais um curso teológico em EAD, mas uma proposta que leve em consideração a inovação das práticas pedagógicas. Um repensar das metodologias a partir de novas possibilidades, como propõe nosso referencial teórico. Pois como bem constatou as reflexões em parceria da UNESCO, CNE e MEC, a respeito dos desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011-2020:

O acesso aberto à internet a partir da metade dos anos 1990 dá início a um processo de valorização das tecnologias digitais em todos os setores da sociedade, na educação inclusive. A imagem da IES como provedora de um ensino de qualidade e moderno se apresenta pela divulgação de imagens de salas de aula, laboratórios e demais instalações plenas de computadores. Grandes investimentos são realizados para a incorporação de sistemas de tele e videoconferências, acessos a ambientes virtuais de alta complexidade e usos de computadores pelos alunos em aulas presenciais. O avanço tecnológico, no entanto, não foi articulado com mudanças estruturais no processo de ensino, nas propostas curriculares e na formação dos professores universitários para a nova realidade educacional. Em muitos casos, as IES iniciaram programas de capacitação para o uso dos novos equipamentos, mas as práticas pedagógicas permaneceram as mesmas ou retrocederam. A despeito das amplas condições de intercomunicação oferecidas pelas tecnologias digitais, predominam ainda, nas salas de aula da maioria das IES, as mais tradicionais práticas docentes, baseadas na exposição oral do professor. Mediadas por vídeos, apresentações em *PowerPoint* e uso dos ambientes virtuais (como “cabides” de textos), o ensino não se renova. A nova cultura da sociedade da informação passa ao largo dos cursos e das aulas (presenciais e a distância) no ensino superior. (SPELLER; ROBL; MENEGHEL. 2012. p. 116).

De acordo com este novo cenário, a cultura tecnológica exige uma mudança radical de mentalidade, comportamentos e práticas pedagógicas que não são contempladas apenas com a incorporação das mídias digitais ao ensino. Pelo contrário, há um grande abismo entre o ensino mediado pelas TICs, praticado em muitas universidades e faculdades, e os processos dinâmicos que podem acontecer nas relações entre professores e alunos *on-line*. (SPELLER; ROBL; MENEGHEL.Org. 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber a formação teológica a partir de cursos superiores ainda é um campo bastante novo de pesquisa e com pouco material específico para ser pesquisado, o que aumenta nosso desafio, mais também o desejo por pesquisar esta área bastante antiga do conhecimento e ao mesmo tempo marginalizada nas universidades brasileiras.

Percebe-se ainda a necessidade de propostas por novos cursos e modelos que disponibilizem maior acesso, o que pode ser facilitado com o uso das TICs e a modalidade EAD, porém mais do que isso, se faz necessário repensar as metodologias e práticas pedagógicas destes cursos.

Portanto acredita-se que o objetivo de desenvolver uma proposta didático-pedagógica para o ensino superior de teologia na modalidade EaD a partir de práticas

inovadoras, como propõe nosso referencial teórico, pode trazer uma significativa contribuição a esta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

_____. **A Obsolescência da Educação**: conferência Fronteira do Pensamento 2013. Publicado em 7 de abr. de 2014. Disponível em: <https://youtu.be/eb0cNrE3I5g> Acesso em 02/05/15. Acesso em 10/06/2015

FONSECA, Fátima. **Brasil terá 68% de sua população com acesso à internet em 2018**. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br>. Acesso em 21/06/2015.

IBOPE Media. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Consumo-da-internet-pelos-jovens-brasileiros-cresce-50-em-dez-anos-aponta-IBOPE-Media.aspx>. Acesso em: 20/06/2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1999.

NIELSEN, Ibope. **O número de pessoas com acesso à internet no Brasil supera 120 milhões**. Publicado em 30 de jul. de 2014. Disponível em: <http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2014/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-supera-120-milhoes.html>. Acesso em 02/05/2015.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (Orgs.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília, DF: UNESCO/CNE/MEC, 2012.

MARTINS, Edson. **Implantação, marginalidade e reconhecimento formal: Um olhar protestante acerca da história da educação teológica superior no Brasil (1969-1999)** Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação da UFPR. Curitiba, 2001.

_____. **A mediação pedagógica na educação teológica a distância: um estudo de caso**. (Tese de Doutorado). São Leopoldo, RS: EST, 2010. Disponível em: http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2482009. Acesso em: 15/03/2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. CES n. 60/2014. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16071-pces060-14-1&Itemid=30192 Acesso em: 15/09/2015

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. CES n. 241/99. **Cursos Superiores de Teologia**. Brasília, DF: MEC/CNE, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pces241_99.pdf Acesso em: 15/09/2015.

RPG MAKER: PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Luiz Fernando Corcini; Rodrigo Otávio dos Santos
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER – Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
lcorcini@hotmail.com; rodrigo.s@uninter.com
Educação; Novas tecnologias; Games; Jogos para aprendizagem

INTRODUÇÃO

A humanidade, aparentemente desde o seu período pré-histórico, vem utilizando as vantagens do ambiente de simulação e representação para transmitir, assimilar e/ou aprimorar seus conhecimentos, sua cultura, identidade e expertise.

Neste contexto, muito não passa de simulação, jogo de interpretação ou representação. Mas estes 'rituais' tem um objetivo muito maior do que apenas uma mera diversão ou exercícios para o condicionamento físico: Os pais ou pessoas mais velhas estão preparando os filhos ou as pessoas mais novas para os problemas cotidianos, que eles certamente irão enfrentar quando se tornarem independentes.

Atualmente existe uma enorme diversidade de jogos envolvendo as mais diversas situações e problemas, e o interesse das pessoas em 'participar' desse mundo imaginário de simulações se mostrou tão grande que muitos pesquisadores começaram a trabalhar numa maneira de adaptá-los para as salas de aula, como proposta pedagógica ou material de apoio às aulas, com o intuito de tentar recriar o mesmo entusiasmo e interesse dos alunos para com os conteúdos programáticos, pois segundo Alves (*apud* MATTAR 2010), a imersão em jogos eletrônicos permite exercícios de tomada de decisão, planejamento, desenvolvimento de estratégias e antecipação que não são possíveis no cotidiano.

Neste sentido, este trabalho discute uma proposta de utilização de jogos digitais de representação (RPG) como ferramenta de apoio a aulas em cursos superiores de tecnologia. Para fundamentar esta aplicação e justificar os resultados, a primeira parte deste trabalho apresentará os conceitos básicos para o correto entendimento da ferramenta utilizada. Na segunda parte, será tratado o projeto em si e a utilização da ferramenta *RPG Maker VX Ace*, mostrando nossa proposta, alguns aspectos do desenvolvimento do projeto, incluindo as vantagens e desvantagens da utilização da ferramenta e apresentando resultados parciais.

Jogos

Segundo Huizinga (2008), o jogo é uma entidade autônoma, cujo significado de modo algum se define ou se esgota apenas como a ausência algumas características, tais como seriedade, aprendizado, motivação, entre outras. Abt (*apud* MATTAR 2010), jogos são dispositivos de ensino e treinamento efetivos para alunos de qualquer idade, e em muitas situações, por que são altamente motivadores e comunicam muito eficientemente conceitos e fatos em muitas áreas.

A partir do exposto acima, pode-se identificar claramente que, desde há muito se sabe pela observação e prática que a utilização de jogos pode melhorar a qualidade do aprendizado. A diferença entre o sucesso e o fracasso desta utilização parece estar na metodologia aplicada e na abordagem estratégica de cada caso.

Gamificação

Conforme Deterding (*apud* MARCZEWSKI 2013 p.11), gamificação pode ser definida como “o uso de elementos de jogo, técnicas de design de jogo e conceitos de jogos em contextos que não são de jogo”. Isso denota a abrangência do termo e da sua utilização, pois pode ser aplicada em qualquer área, desde a educação (em todos os níveis) até em processos corporativos, passando por atividades cotidianas e particulares, tais como ginástica, aprendizado de línguas, organização etc.

É importante salientar que no processo de gamificação não se utiliza um jogo, não há tabuleiro ou videogame, não há joystick ou teclas de comandos. O que existem são apenas os elementos de jogos, os conceitos de jogos. Quando é inserido um jogo (seja ele eletrônico ou de tabuleiro) na atividade gamificada, ela então passa a ser chamada de Jogo Sério, abordado no próximo item.

Jogos Sérios

Segundo Clark Abt, (*apud* MATTAR 2010 p.20),

A expressão “Jogos Sérios” é um oximoro, isto é, uma figura de linguagem formada pela combinação de duas palavras aparentemente contraditórias, com significados opostos e excludentes, mas que juntas em uma mesma expressão acabam assumindo um significado novo e interessante.

Este significado novo e interessante aponta para a utilização de jogos com fins diferentes que apenas o da diversão, sem, necessariamente, excluí-la.

Utilizar jogos para aprender processos empresariais ou para atrair e cativar clientes, já está se tornando uma técnica contumaz. Pode-se identificá-la nos processos de pré-venda, venda e pós-venda, em grandes empresas, principalmente na internet.

Nas áreas de treinamentos, principalmente onde envolve risco de morte ou grandes perdas, simuladores tem encontrado seu grande espaço: se um funcionário erra ao manobrar um guindaste, pode ferir ou matar várias pessoas ou ocasionar grandes perdas à empresa que o contratou, mas se for apenas uma simulação, um jogo sério, a única perda será na pontuação do jogador (funcionário).

Integrado à geração de relatórios, os jogos sérios podem munir o instrutor de informações suficientes para tratar exatamente o ponto que sua equipe ou determinados componentes da equipe têm deficiências.

Outro aspecto importante no aprendizado é que o funcionário, sem se furtar de responsabilidades pode “testar” novas maneiras, isto é, ele pode “errar” sem causar prejuízo para a empresa.

Games e a Educação

Conforme exposto por Galisi, (*apud* SANTAELLA, 2009 p.224), “A sociedade acordou para a importância do videogame, não só pelo viés industrial, mas também como fenômeno cultural”. Nesse sentido, parece haver nos últimos anos um movimento de estudo, concepção e produção de jogos que sejam mais que simplesmente diversão, que utilizem todo o potencial “hipnótico” e imersivo dos games para passar ao aluno determinado conhecimento ou para treiná-lo em determinada habilidade.

É um grande desafio inserir conteúdo acadêmico no contexto de um jogo sem fazer com que o mesmo se torne algo desmotivador, pois, por princípio, uma pessoa joga um determinado game sem ser obrigada e para fins de diversão, alívio de stress, distração, entre outras coisas.

Segundo o autor supracitado, ainda existe uma certa resistência em formar cursos que mesclam tecnologia e pedagogia, pois, para muitos, os games ainda são apenas uma atividade a ser realizada em momentos de ócio e sem outro fim que não seja a diversão.

Já na opinião de Prensky (2012), um ponto significativo sobre a aprendizagem baseada em jogos digitais é que ela não consiste apenas em uma revisão ou um reforço de conteúdo ministrado, embora esse seja um componente útil e importante.

Mattar (2010), mostra que o uso de games na educação não deve se destinar a atingir o conteúdo predeterminado de um currículo, mas sim serem interdisciplinares, pois é dessa forma que os games *multiplayers* da atualidade (chamados de jogos massivos multijogador, onde diversas pessoas colaboram ou disputam e um mesmo ambiente virtual) fazem, testando várias habilidades a todo instante, mesmo que informalmente.

Como se pode notar dos autores acima, ao mesmo tempo em que uma frenética busca se iniciou para descobrir a “maneira correta”, se é que ela existe, de se ensinar utilizando como recursos os elementos, mecânicas e dinâmicas de jogos, outra parcela significativa de estudiosos ainda não acredita nesse potencial.

O que se pode retirar de tudo isso é que seria ingênuo pensar que os games irão motivar todos os alunos e engajá-los no processo educacional, resolvendo assim o problema da educação no mundo. Ainda assim, a gamificação já é uma realidade em muitas escolas no mundo e os resultados são bem animadores. Tais resultados não serão expostos neste artigo por que não fazem parte do contexto do mesmo, mas podem ser averiguados nos livros citados na bibliografia.

RPG

RPG é a abreviação em inglês para o termo “Role Playing Game”, que, na sua tradução livre para a língua portuguesa, significa: “Jogos de representação” ou “jogos de Interpretação de Personagens” e foram criados nos Estados Unidos nos anos 70, por Dave Arneson e Gary Gygax, com o lançamento do jogo Dungeons and Dragons (Marcatto *apud* Bittencourt, Giraffa, 2003).

Este jogo permitia ao jogador interpretar um personagem num contexto imaginário, criado e conduzido por um personagem especial, denominado de mestre, que também é responsável por criar/definir um sistema de regras que regem o jogo. Os jogadores são continuamente desafiados a desvendar mistérios, tomar decisões com base em pistas, a cooperar, interagir e colaborar com outros jogadores.

Dado a breve explicação acima, pode-se entender perfeitamente a motivação para se criar um contexto educacional baseado em jogos do estilo RPG.

Projeto

Nesta segunda parte do resumo, apresentaremos a proposta do projeto, a ferramenta utilizada e suas características, bem como os problemas encontrados. Ao final, apresentamos os resultados parciais obtidos.

Proposta

A proposta do projeto era desenvolver um game nos padrões de RPG para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, como revisor de conteúdos multidisciplinares em curso superior de tecnologia em gestão da tecnologia da informação.

A disciplina – denominada de *Atividades Complementares* – atualmente preenchida com palestras ou grupo de estudos, faz parte do currículo acadêmico e acompanha o aluno em todos os períodos do curso, resultando em algo inócuo por muitos momentos. Dessa forma, esse jogo educacional digital tenta suprir esta carência, permitindo ao aluno interpretar um personagem em um cenário imaginário, onde o mesmo fosse desafiado a resolver enigmas ou a solucionar problemas ligados aos assuntos tratados em aula e, a cada acerto, o aluno desbloquearia uma determinada habilidade nova que o permitiria passar de fase, receber um troféu ou assumir um status diferenciado dos demais, aumentando sobremaneira a motivação para o aprender.

Os professores, por sua vez, podem analisar o desempenho dos alunos mediante relatórios ou mesmo participando do jogo como um personagem.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento deste projeto foi utilizada a ferramenta *RPG Maker* na sua versão *VX Ace*⁵⁴, da empresa Enterbrain, inc.

Este programa é uma ferramenta muito fácil de ser entendida e utilizada, gerando mundos imaginários nos mais variados contextos em duas dimensões. A figura 01, mostra um exemplo de um cenário criado pelo próprio autor, utilizando a ferramenta, em que podem ser visualizados uma cidade, o avatar do jogador principal e um rio que separa a cidade do jogador.

Ao atravessar a ponte e se aproximar da cidade, o avatar entra na cidade, que é mostrada em mais detalhes nas figuras 02 e 03. Do mesmo modo, ao se aproximar da porta de uma das casas da cidade, o avatar do jogador pode ter acesso ao interior dessa casa, loja ou estabelecimento qualquer, como mostrado na figura 04.

Toda a montagem do cenário do jogo e sua dinâmica não exigem do desenvolvedor conhecimento de programação, apenas certo conhecimento simples de lógica de eventos. Porém, caso o desenvolvedor queira montar um jogo mais sofisticado, pode utilizar-se de scripts em *RGSS3* (Sistema de Scripting de Jogo em Ruby), para aprimorá-lo.

⁵⁴ <http://www.rpgmakerweb.com/products/programs/rpg-maker-vx-ace>



Figura 01



Figura 02

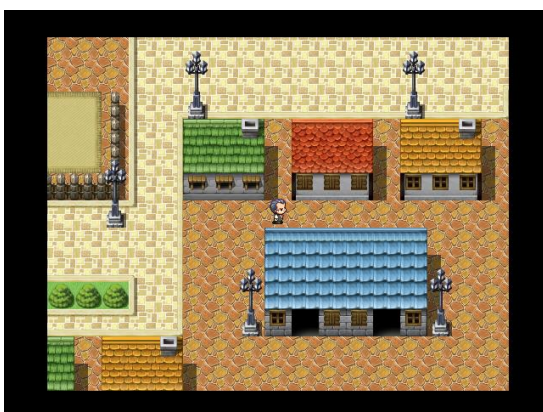


Figura 03

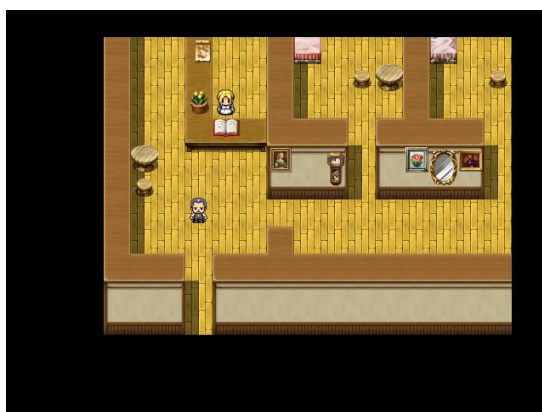


Figura 04

Problemas Encontrados:

Mesmo sem entrar no conteúdo a ser disponibilizado no cenário apresentado pelas figuras acima, foram identificados duas limitações sérias que, praticamente inviabilizam a sua utilização, em nossa opinião, para o projeto proposto:

1. O *RPGMaker Vx Ace* não permite jogo multiusuário. Isso é uma limitação muito importante, pois, levando-se em consideração que os objetivos da proposta era promover um ambiente colaborativo, com interação e cooperação entre os jogadores, esta limitação impacta negativamente na qualidade do resultado esperado.
2. O *RPGMaker Vx Ace* não permite acesso a banco de dados relacional. Esta limitação praticamente inviabiliza sua utilização como gerador de dados para um posterior "data mining" ou geração de relatórios de avaliação de desempenho dos alunos nas atividades propostas no jogo.

Outras limitações encontradas foram: 1) Não permitir que os avatares acessem a páginas da web; 2) Não permite que os avatares tenham acesso a arquivos em formato pdf; 3) Não possibilita acesso a web Services;

Resultados Parciais e considerações finais

Foram realizados alguns testes com a ferramenta que se mostrou bem útil para projetos que não necessitem das características supracitadas.

A grande vantagem desta ferramenta é gerar cenários agradáveis, mas em duas dimensões e sem grandes sofisticação gráfica, o que permite serem executados na grande maioria dos computadores residenciais, sem placas de vídeo especiais e sem necessitar de memória extra.

Apesar do exposto no presente resumo, a ferramenta não foi definitivamente descartada por que uma nova versão, *RPG Maker MV* deve ser lançada até o final de 2015, prometendo resolver algumas dessas limitações. Estamos então, na expectativa.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, João, GIRAFFA , Lucia. **A Utilização dos Role-Playing Games Digitais no Processo de Ensino-Aprendizagem.** 2003 – Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/facin/pos/relatoriostec/tr031.pdf> acesso em 25/10/2015.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

MARCZEWSKI, Andrzej. **Gamification: A Simple Intriduction & a Bit More.** 2 Ed., Edição do Autor, 2013.

MATTAR, João. **Design Instrucional: A Educação a Distância na Prática.** 1ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2014.

MATTAR, João. **Games em Educação: Como os Nativos Digitais Aprendem.** 1ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010

PRENSKY, Marc. **Aprendizagem Baseada em Jogos Digitais.** Trad. Eric Yamagute. São Paulo: Senac, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Mapa do Jogo: A diversidade Cultural dos Games.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM A PARTIR DE VYGOTSKY

Wilson Roberto Francisco Pereira; E-mail Wilson.pereyra@yahoo.com.br

Daniel Soczeck; E-mail: daniel.s@uninter.com.

UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Curso: Mestrado em Tecnologias Educacionais

Orientador: Daniel Soczeck

Co-orientador: Luciano Frontino Medeiros E-mail: <luciano.me@uninter.com

Palavras-chave: Altas habilidades/Superdotação; Mediação pedagógica; Políticas públicas; Robótica educacional; Sócio-interacionismo.

1. INTRODUÇÃO

2. Por acreditar que o uso da robótica educacional traga contribuições relevantes para o ensino e a aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotação, busca-se estudar tais possibilidades em salas de recursos adequadas a essa clientela, em um projeto investigativo e exploratório, no qual será construída uma maquete com papelão, vidro, metal, madeira e plásticos, eletrificada, automatizada em muitas funções, e funcional, com elementos de automatização, robôs, eletricidade, química, física, matemática e arquitetura, contextualizando captação, tratamento e distribuição de água potável.

3. Propõe-se oportunizar que os envolvidos elejam contribuir com as tarefas de suas predileções e em outras funções, objetivando a conclusão do projeto. Tudo isso ocorrendo com base nos aspectos legais da legislação ambiental, do uso da água, da proteção dos recursos hídricos e da defesa de patrimônio nacional (água potável).

4. Dessa maneira, o objetivo geral deste trabalho é avaliar algumas possibilidades do uso da robótica educacional na aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotação, que habilidades estarão sendo estudadas e com qual critério serão avaliadas. Para atingir o proposto, os objetivos específicos desta pesquisa são: analisar a concepção de aprendizagem em Vygotsky; analisar os limites e possibilidades da utilização de recursos como a robótica educacional nos processos de aprendizagem; verificar, ainda, se e como trabalhos envolvendo novas tecnologias são estimulados nos mencionados processos educacionais, incluindo a robótica educativa.

5. Tal empreitada se justifica pelos 38,75 milhões de indivíduos talentosos, pelos 1,55 milhões de superdotados e os 155 gênios (BRASIL, 1992, v. 2), muitos deles desassistidos pelas políticas públicas, em escolas que carecem de projetos específicos, de sala de recursos adequadas e de professores capacitados para esse atendimento, não obstante a legislação vigente. E, tem como hipótese que o uso da robótica educacional contribui para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes com características de altas habilidades/superdotação.

6. Sendo assim, este estudo é apresentado em 4 tópicos: A legislação existente e as vicissitudes da escola; Um olhar sob a teoria de Vygotsky; Experiências de aprendizagem; Analisando uma situação de ensino e aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora o termo superdotado seja de aparente domínio popular, algumas confusões acabam surgindo a respeito, pelos diversos pontos de vista existentes, de modo que, Mettrau e Reis (2007, p. 492) preferem apresentar altas habilidades segundo o Conselho Europeu e superdotação ou talentos, conforme o Conselho Mundial. No Brasil, o superdotado é aquele (a) que apresenta alto desempenho em uma ou mais áreas do conhecimento e, nesse raciocínio, Mettrau e Reis (2007, p. 491) oferecem subsídios para essa compreensão.

Crianças e jovens, muitas vezes, mesmo considerando a precocidade, não manifestam toda a sua capacidade. Por tanto, para a evidência das altas habilidades/superdotação é necessária constância de elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades ao longo do tempo, além do excessivo nível de desempenho.

Por sua vez, a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1995, p. 17) define como portadores de altas habilidades/superdotação, aqueles que:

[...] apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para as artes e capacidade psicomotora.

Em decorrência do exposto, recorre-se a Mettrau e Reis (2007, p. 42) e Landau (1990, p. 9) que contribuem com alguns significados da palavra talento. Em geral entende-se talento como dom, presente; em hebraico, é o mesmo que ser favorecido com; em inglês, o sinônimo é *gifted* e nos países de língua latina, a equivalência é superdotado.

Para ampliar o conhecimento a esse respeito, encontra-se na mesma Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1995, p. 17) e em Mettrau e Reis (2007, p. 492), conforme classificações internacionais, os tipos de superdotação que se destacam: Intelectual, Acadêmico, Criativo, Social, Talento Especial e Psicomotor.

Landau (1990, p. 9) lembra que, qualquer que seja o nível, sem incentivo, nem a superdotação se manifestará e tão pouco a genialidade. Assim, se um indivíduo apresentar um alto nível de inteligência, isso não justifica a descrição de superdotado. Ocorre, pois, que, a característica apresentada deve ser submetida a um processo de investigação antes de se chegar a superdotação. Fica claro, então, que, identificar a superdotação demanda ampliar a percepção de quem o pretende, para além da inteligência e do alto desempenho, ou seja, trata-se de uma observação abrangente e complexa.

Entendendo assim, cabe ainda saber sobre dois tipos de superdotação: a escolar e a criativa-produtiva. Renzulli e Fleith (2002, p.13) acreditam que as duas são importantes devido a interação percebida entre os dois tipos, e que, os programas sociais deveriam incentivar ambos e promover interações entre estes.

A superdotação escolar, conforme Mettrau e Reis (2007, p. 495) é o tipo que pode ser avaliado facilmente pelo teste de Q.I. dentre outros de habilidades cognitivas e, por isso, são estes os mais utilizados na identificação dos alunos, possíveis participantes, de programas especiais.

Quanto a superdotação criativa-reprodutiva, esta corresponde aos aspectos das atividades e dos envolvimento humanos, aqueles que, segundo Renzulli e Fleith (2002, p. 14) “[...] enfatiza o desenvolvimento de materiais e produtos originais, intencionalmente elaborados para produzir um impacto numa ou mais audiências alvo”. Também, os mesmos Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

autores acreditam que, para ser promovida, a superdotação criativa-reprodutiva necessita que situações de aprendizagem enfatizem o uso e a aplicação da informação e que, o conteúdo, as habilidades de pensamento, o processo, de uma maneira integrada, indutiva e orientada, para problemas reais, sejam organizadas.

Em ambos os casos, como dizem os autores, constata-se a dificuldade de encaminhamento para o atendimento adequado de alunos que apresentam tais características.

Sobre estudantes tidos como talentosos de alguma forma, analisa-se o trabalho de Mettrau e Reis (2007), intitulado *Políticas públicas: altas habilidades/superdotação, e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva*, no qual os autores abordam os conceitos de talento, de precocidade e de genialidade, os processos de sondagem, identificação, programas de enriquecimento, as possibilidades ou alternativas de atendimento no Brasil e estabelecem uma relação teórico-metodológica baseada em documentos legais, diretrizes e programa de capacitação que amparam a proposta de inclusão social no que se refere à educação brasileira.

Em termos de atendimento dessa população pela educação, o discurso governamental vem, segundo esses autores, apresentando uma preocupação com o acolhimento dos estudantes pelas escolas, com políticas públicas que os favoreçam em uma ação integrada entre órgãos públicos e particulares nesse sentido, com a capacitação de professores para atendê-los e, conseqüentemente, com recursos técnicos e estruturais que possam sustentar esse trabalho especializado visando o aprimoramento de recursos humanos, que podem ser tidos como patrimônio nacional.

Segundo Mettrau e Reis (2009, p. 490), as referências à respeito acontecem, em texto de lei, pela primeira vez, na LDB 5692/71 (BRASIL, 1971), o que tornava tal atendimento obrigatório. Mas, é em 1999 que o MEC, através da Secretaria de Educação Especial, passa a intensificar ações nesse sentido, apresentando um programa dirigido ao professor, que atendesse e orientasse questões sobre altas habilidades/superdotação.

Com o aumento da população, é bem provável que o número de pessoas talentosas e habilidosas tenha aumentado e, o Brasil necessita considerar tais características como patrimônio intelectual, uma espécie de riqueza, capaz de reforçar a identidade nacional, uma proposta encontrada em (BRASIL, 1999, v. 1, p.13).

As políticas públicas para os superdotados têm acontecido paralelamente às mesmas que amparam a Educação Especial. E em termos de legislação, foi em 1971, com a Lei 5692/71, art. 9º, que pela primeira vez se referenciou ao superdotado em uma lei, tornando obrigatório o atendimento especial (BRASIL, 1971). Lembram Mettrau e Reis (2007) que, em 1996, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996) no Capítulo V, arts. 58, 59, 60, referenciando especificamente a Educação Especial. Também, o art. 24, inciso V, alínea c, que trata da verificação do rendimento escolar, admite o possível avanço nos cursos e nas séries mediante comprovação de aprendizado; no art. 59, inciso II, a aceleração para a conclusão em menos tempo, conforme o programa para superdotados. A essa lei está integrada as novas Diretrizes e Bases para a Educação Especial na Educação Básica, a partir da Resolução nº 02/2001 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (2001). Com ações propostas pelo MEC em 1999 e pareceres do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CNE/CEB nº 17/2001 é apresentado o texto próprio para a edição das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, obrigatório a partir de 2002, bases estas para aprofundamentos posteriores.

Essa discussão sobre altas habilidades/superdotação está atrelada a compreensão de como ocorre a aprendizagem social no pensamento de Vygotsky⁵⁵, no qual Silva (2009, p. 10) e Vygotsky (2008) mostram o caminho desde a sua natalidade. Para os autores, nasce-se apenas dotado de funções psicológicas elementares (FPE), como os reflexos e a atenção involuntária, presentes em animais mais desenvolvidos. Conforme ocorre o desenvolvimento, algumas dessas funções desaparecem, como a sucção, e outras surgem, a saber, a apreensão com o polegar. Todavia, são essas as funções que permitem que o sujeito aja de forma automática no mundo, e são determinadas pela estimulação ambiental e reguladas pelos processos biológicos. São, portanto, as interações no meio social que proporcionam ao indivíduo, o surgimento de outros tipos de funções, que são as Funções Psicológicas Superiores (FPS), estas, com características distintas das apresentadas pelas Funções Elementares (FE), ou seja: são construídas com base no contexto social; são controladas pelo indivíduo; são intencionais, isto é, são reguladas conscientemente; são mediadas por elementos externos à relação sujeito-objeto.

Também, em relação às Funções Psicológicas Superiores, Silva (2009) ressalta que, para Vygotsky, o surgimento das FPS depende das FE, embora as segundas não sejam condições suficientes para que as primeiras apareçam. Isto quer dizer que não são as FE que evoluem para as FPS. Desse modo, o desenvolvimento das FPS depende do contexto social ao qual o indivíduo pertence. Referenciando Baquero (1998), a autora (p.11) explica: “as FPS são essencialmente humanas e seu processo de desenvolvimento é mais complexo porque o desenvolvimento inclui mudanças na estrutura e funcionamento das FPS que se transformam”.

Ainda, Silva (2009) lembra que os mediadores, ferramentas auxiliares das atividades humanas entre o homem e o mundo real, apresentados pelas FPS, são classificados por Vygotsky em dois tipos de elementos bem diferentes: os instrumentos e os signos, os quais se aplicam à robótica mediante a aprendizagem significativa.

Com respeito a robótica, durante o desenvolvimento industrial, alguns equipamentos programáveis acabaram se beneficiando com a padronização de linguagens de programação, o que é uma vantagem por permitir a rápida migração de programas entre plataformas e fazer com que o aprendizado da linguagem seja útil em uma grande quantidade de equipamentos (...) conforme explana Gorgulho Júnior, (2004).

Sob os auspícios de Vygotsky, seus colaboradores e os estudiosos dessa teoria, o aprofundamento dos conceitos de sócio-interacionismo, de mediação pedagógica, e o trabalho na Zona de Desenvolvimento Proximal - ZDP podem melhorar os processos de ensinar e de aprendizagem de pessoas com mentes privilegiadas, utilizando, no caso, dos conhecimentos da robótica educacional.

Como metodologia para o presente trabalho propõe-se aqui, a receber os alunos envolvidos na pesquisa em um espaço exclusivo, equipado com materiais pedagógicos e recursos didáticos específicos, de acordo com as necessidades apresentadas que devem compor “um ambiente estimulador e desafiador, para que estes discentes sintam-se

⁵⁵Vygotsky elaborou uma psicologia alicerçada na teoria marxista do funcionamento intelectual humano, juntamente com seus colaboradores Alexandre Romanovich Luria e Alexei Leontiev. Para ele, o desenvolvimento cognitivo se dá pelo processo de internalização da interação social com materiais fornecidos pela cultura e, de acordo com Oliveira [Oliveira, 1997], “a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através dos diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, fornece a matéria prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo” (SILVA, 2009, p. 10).

interessados a buscar novos conhecimentos, através da pesquisa, da leitura, de discussões e, sobretudo, das observações”, conforme proposto por Santos (1999, p. 43).

Por fim, sob tal base teórica, a construção da dita maquete, as montagens associadas e a manipulação dos robôs devem seguir uma interdisciplinaridade entre conhecimentos matemáticos (geometria e cálculos), de física (eletricidade, eletrônica, mecânica e gravidade) e de química (estudos físico-químicos da água e seu tratamento), com tarefas organizadas em etapas conforme supervisão e orientação docente. Concluído o trabalho, o produto será aberto ao público na própria escola e os estudantes participantes dessa pesquisa-ação explicarão o funcionamento da maquete, dos robôs, dos conceitos envolvidos e do conhecimento construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço tecnológico dos últimos tempos, que parecia ser um impulsionador para a educação, parece não ter obtido êxito e, dentre as razões mencionadas está a formação ou a falta de capacitação dos docentes, bem como a resistência de alguns destes em mudar o paradigma do seu fazer educativo, mesmo que esteja ficando cada vez mais difícil ignorar internet, softwares, hardwares e outros artefatos eletrônicos. Dispor de um computador já não é tão importante, pois, os celulares com suas câmeras portabilizaram a comunicação e a pesquisa e, se juntando a estes, a automação e os robôs podem adentrar a educação, de maneira interessante, aproveitando a inteligência, a habilidade e a criatividade na solução de problemas.

Alunos com alta habilidade/superdotação, podem, com a robótica educacional, oferecer seus talentos para a geração de riquezas, sem secar açudes, desmatar, espalhar agrotóxicos e poluir o ar, se suas construções trouxerem benefícios para a coletividade, tendo em conta, por exemplo, a sustentabilidade

É por razões assim, que o presente projeto busca saber se a robótica educacional pode contribuir com a aprendizagem de alunos com características de superdotação.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem**. Artmed 2000.

BRASIL. Seminário sobre superdotados: **Anais**. Brasília – Departamento de Educação Complementar, 1971.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e financiamento de Serviços de Educação Especial: área altas habilidades**. Brasília: MEC, SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviço de educação especial: área de altas habilidades. Brasília, DF, 1995. (Série Diretrizes)

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: superdotação e talento. Brasília, DF, 1999. 2 v. (Série Atualidades Pedagógicas; 7).

_____. Ministério da Educação. Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades/superdotação, Brasília, DF, 2002.

GORGULHO JÚNIOR. José Hamilton Chaves *Revista Mecatrônica Atual - Nº16 - Jul./04 Disponível em: <http://www.mecatronicaatual.com.br/artigos/1159-linguagem-de-programao-de-robots> Acessado em 14/11/2014.*

LANDAU. E. **A Coragem de ser superdotado**. Trad. Sandra Miessa. São Paulo: CERED, 1990.

METRAU, Marsyl Bulkol; REIS, Haydéa Maria Marino de San'TAnna. **Políticas Públicas: altas habilidades/superdotação e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva**. Ensaio: aval. pol. pub. Educ.; Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 489-510, out./dez. 2007.

OLIVEIRA. M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. Scipione, 1997.

RENZULLI, J. S. (Ed.); FLEYTH, D. **O modelo de enriquecimento escolar**. In CONGRESSO ANUAIS DA ANEIS. 3., 2002, Braga. Actas... Braga, PT: Associação Nacional para o Estudo e a Intervenção na Sobredotação, 2002. V. 3.

SANTOS. Leila Magalhães. (Coordenadora). **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: superdotação e talento**. V. I. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, REDES SOCIAIS, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: APROXIMAÇÕES FOUCAULTIANAS

Luís Fernando Lopes^{1,2}; Rodrigo Santiago Godefroid^{1,3}

1. UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

2. Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia e do Curso de Licenciatura em Sociologia.

3. Coordenador do curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino de Matemática e Física e do curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino de Biologia e Química

Palavras-chave: Redes sociais. Política. Educação superior. Foucault.

Este trabalho de cunho ensaístico tem como escopo propor algumas reflexões sobre a relação entre Educação a Distância, redes sociais e participação política a partir do referencial teórico foucaultiano. A problemática que norteia o desenvolvimento das reflexões questiona sobre os impactos da democratização do acesso ao ensino proporcionado pela EaD, bem como, as possibilidades de manifestação e representação social que as tecnologias digitais e as redes sociais em particular oferecem.

Nessa perspectiva há que se considerar as discussões por vezes polarizadas em torno da Educação a Distância nas quais estão presentes ao mesmo tempo, discursos demasiadamente apologéticos, bem como, ataques descabidos e muitas vezes desprovidos de fundamentos, cujas reais intenções nem sempre são manifestas.

Para os entusiastas da EaD estaríamos diante de uma oportunidade única de ampliação do acesso à educação e por consequência de promoção do desenvolvimento social, sobretudo, em países marcados historicamente por déficits no campo educacional. Já para os opositores, a EaD seria apenas mais uma estratégia do capital que anseia lucrar cada vez mais, investindo cada vez menos, já que ela proporciona uma extrema otimização dos recursos ao mesmo tempo que amplia a oferta em larga escala, em que a qualidade pode ficar comprometida.

Mas para além dessa polarização nas discussões é preciso reconhecer que a Educação a Distância é um fenômeno que está aí e a respeito do qual temos cada vez mais, investimentos, pesquisas, incentivos, bem como fiscalização e controle, tanto no setor público quanto privado.

Nessa mesma perspectiva parece ser consenso de que para o Brasil a Educação a Distância é uma estratégia fundamental quando temos em vista a democratização do acesso à educação, sobretudo, superior e todos os benefícios que dela decorrem. De acordo com Lopes (2013, p. 100):

Apesar de contar com um histórico de muitas discontinuidades e controvérsias, é possível afirmar que a Educação a Distância está consolidada no Brasil, inclusive como uma política de Estado. Um marco importante para essa consolidação foi a aprovação do art. 80 da LDBEN 9.394/96, com o qual a EaD alcançou seu status de modalidade plenamente reconhecida e integrada ao sistema de ensino nacional.

Ainda de acordo com Lopes (2013) apesar da diversidade de razões que levam um sujeito a optar pela realização de um curso superior na modalidade a distância é possível encontrar um ponto comum em tais motivos, o que está no fato de tais sujeitos buscarem responder às expectativas da sociedade da qual fazem parte e ao mesmo tempo buscarem o

reconhecimento dessa mesma sociedade. Atrélada a realidade atual da Educação a Distância e o que ela representa em termos de democratização do acesso ao ensino, temos a presença cada vez mais marcante das tecnologias digitais, entre as quais destacamos as redes sociais e sua influência em nosso cotidiano.

Sem deixar de reconhecer todos os benefícios que, a tecnologia, têm proporcionado ao ser humano em todos os tempos, não podemos passar por alto em relação aos impactos negativos das tecnologias digitais em nossas relações e comportamentos. Entre esses impactos podem ser citados: a ampliação do controle sobre nossas ações, a vigilância, a dependência digital, aumento da ansiedade, estresse, depressão entre outros males.

Nesse sentido, de acordo com Revel (2011), o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir a partir deles e sobre eles um discurso de saber que os objetive e antecipe qualquer experiência de subjetivação. Assim, articulação poder/saber será dupla, de modo a extrair um saber dos indivíduos, bem como extrair em saber a respeito desses mesmos indivíduos submetidos à observação e previamente controlados.

Diante desse quadro convém apresentar algumas reflexões com base no pensamento de Michel Foucault, e de modo especial expressos na obra *Vigiar e Punir*.

No capítulo III da terceira parte da obra *Vigiar e Punir*, ao tratar do panoptismo, Foucault (2013, p. 192) caracteriza o panóptico como “uma máquina maravilhosa que a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder”.

Nessa perspectiva convém mencionar as palavras de Foucault (2013, p. 193) sobre o que ele caracteriza como outro lado do Panóptico, o qual: “pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar e retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos”.

E ainda nesse sentido Foucault (2013, p. 193) afirma que:

O Panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com os homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. O Panóptico pode até se constituir em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos.

O conteúdo dessas citações embora tratando de um contexto específico também podem ser aplicados para reflexão sobre o potencial da internet e o que ela já proporciona e pode proporcionar. De um modo particular, as redes sociais, por exemplo, podem ser vistas por alguns como um “mural da liberdade” e que inclusive, dá voz aos idiotas, já para outros, ela pode ser vista como mais uma forma de controle.

Ponderando sobre essa questão, Possoli (2004, p. 8), considera que a tecnologia em si não é controladora ou libertária, porém, os usos sociais e culturais a que ela serve é que podem sê-lo. E nesse sentido, a Internet operando como um banco de dados conectado tem um potencial enorme para “criar modos panópticos de relações de reconhecimento tanto quanto o tem para melhorar nosso sentimento de liberdade e mobilidade”.

Nesse sentido, a reflexão sobre redes sociais, educação e participação política pode ser conduzida a partir da consideração das influências que a comunicação via internet, e particularmente, a troca de informações pelas redes sociais exercem sobre o comportamento dos sujeitos. Atrélado a isso temos a questão da possibilidade de organização de grandes grupos a partir da utilização das redes sociais. Um exemplo, são as grandes manifestações que ocorreram no Brasil, que apesar de todas as controvérsias não deixaram de causar perplexidade e provocar reações diversas. (LOPES, 2015).

Não faltou quem considerasse tais manifestações apenas mais uma estratégia de manipulação das massas. Outros, porém, viram e continuam a considerar essas Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

manifestações como a fagulha de um grande movimento de transformação social, cujo início só foi possível em razão dos recursos propiciados pela internet, com destaque para as redes sociais.

Já com relação à utilização das redes sociais como recursos no processo de ensino/aprendizagem na Educação a Distância, Lopes *et al* (2014, p. 9) afirmam que, embora as redes sociais possam vir a ser uma grande contribuição para a metodologia EaD, “os alunos ainda não a utilizam como instrumento de apoio à aprendizagem, apesar de o fazerem como meio de comunicação social”.

Nesse horizonte de análise parece oportuno considerar conforme já apontam alguns estudos, entre os quais o de Saraiva (2010), que na EaD, o controle dos sujeitos, não se faz mais pelo enclausuramento do corpo, ou pela imposição de horários fixos, mas por meio de uma organização que promove a potencialização da subjetivação dos alunos e a maximização da produção intelectual dos mesmos.

Neste ensaio, partindo das ideias de Michel Foucault, foram apresentadas reflexões sobre as relações estabelecidas entre a educação a distância, as redes sociais e a participação política.

As considerações de Foucault (2013) a respeito do panoptismo nos levam a concluir que ele está presente quando utilizamos a internet, em particular as redes sociais. Isso ocorre, porque, ao mesmo tempo em que permite ao usuário ter uma livre expressão, também o controla expondo seu modo de pensar e sua conduta. Dessa forma, o usuário sofre o efeito mais importante do panóptico, que segundo Foucault é induzir um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

Considerando a visão de Possoli (2004) sobre o panoptismo, podemos concluir que as tecnologias digitais, em especial as redes sociais, não podem ser consideradas libertárias ou controladoras, mas o uso que fazemos dela, seja cultural ou social é que a fazem libertária ou controladora.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOPES, L. F. Redes sociais, Educação e participação política: Apontamentos foucaultianos. Anais do **IV Colóquio Nacional Michael Foucault**. Uberlândia MG; 02 a 04 de setembro de 2015.

LOPES, L. F.; FARIA, A. A. **O que e o quem da EAD: história e fundamentos**. Curitiba, Intersaberes, 2013.

LOPES, L. F.; PESTANA, C. de S.; GARBOSSA, R. A.; MAKIOSZEK, A. A.; LIMA, T. C. de S. **Redes sociais no processo de ensino aprendizagem na EaD**. 20º CIAED. Curitiba: 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/117.pdf> Acesso em: 09/jul. 2015.

POSSOLLI, G. E. Panoptismo como dispositivo de controle social e exercício de poder. **Anais do IV EDUCERE**. Curitiba: PUC/PR, 18 a 20 de outubro de 2004. Disponível em

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0095.pdf> Acesso em: 29/jul. 2015.

REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2011.

SARAIVA, K. **Educação a distância**: outros tempos outros espaços. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

O CONCEITO DO PODER: PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS EAD A PARTIR DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Cícero Bezerra: Coordenador do curso bacharelado em Teologia da UNINTER. e-mail: cicero.b@uninter.com

Elton Sbardella: Professor de Teologia UNINTER. E-mail: elton.l@uninter.com

Adriano Lima: Professor de Teologia UNINTER. E-mail: adriano.l@uninter.com

Palavras-chave: Poder. Influência. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo destaca uma reflexão básica sobre a gênese do poder utilizando do pensamento de Michael de Foucault e de outros autores como: M. Apple, **Bertrand Russell**, **R.Rodrigues**, **Michel de Foucault**, **Maquiavel**.

As discussões em torno do poder, sua definição e prática estão presentes nas diferentes culturas e sociedades através dos séculos. Na passagem da idade média para idade moderna temos a reforma protestante, cujas discussões sob o prisma filosófico alteram a concepção e uso do poder principalmente ao desautorizar o poder eclesial romano sobre as questões de fé e sobre as monarquias europeias.

Os estudos e debates em torno das relações de poder ganham mais força ainda nos últimos tempos com o advento e consolidação dos regimes democráticos, mais ainda no século XX com o desenvolvimento de diferentes correntes do pensamento filosófico, como é o caso de Michel de Foucault no livro *a Microfísica do Poder*. O autor destaca as variações nas bases do poder na passagem dos tempos, movido pelos interesses que direcionam a vida dos homens e mulheres em sociedade, envolvendo os aspectos que determinam as relações humanas nas diferentes áreas da vida social.

A Gênese do Poder

Desde o início, o poder e sua influência estabeleceram-se como alicerces da civilização. Foi a partir do desejo de dominar e na luta pela posse que o ser humano começou a se organizar e a conviver socialmente. “Na lua pela sobrevivência as estruturas de poder foram se consolidando”. Até onde se sabe, o ser humano é o único ser em todo universo que se conscientizou da significação⁵⁶ do poder e percebeu desde os primórdios de sua história que somente ele conseguia usar seus esforços para alcançar resultados.

⁵⁶ O que é Poder: Poder é o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, exercer sua autoridade, soberania, ou a posse do domínio, da influência ou da força. Poder é um termo de origem latina, e é definida por diversas áreas. Segundo a sociologia, poder é a habilidade de impor a sua vontade sobre os outros, e existem diversos tipos de poder: o poder social, o poder econômico, o poder militar, o poder político, entre outros. Alguns autores importantes que estudaram a questão de poder foram Michel Foucault, Max Weber, Pierre Bourdieu. As principais teorias sociológicas relacionadas ao poder são a teoria dos jogos, o feminismo, o machismo, o campo simbólico e etc. Para a política, poder é a capacidade de impor algo sem alternativa para a desobediência. O Poder se expressa nas diversas relações sociais, e onde existem relações de poder, existe política, e a política se expressa nas diversas formas de poder. **M.W.APPLE, Poder, significado e identidade, ensaios de estudos educacionais críticos, Porto Editora, S.P. 2003**

As diversas concepções do poder se definiram, quando as pessoas passaram a usar de força e autoridade para viabilizar sua vontade. Bertrand Russel⁵⁷ discutiu o poder humano classificando-o em três dimensões: 1) Poder sobre seres humanos; 2) Poder sobre a matéria inerte; 3) Poder sobre formas não humanas de vida. Russel via que nenhuma dimensão, entretanto era tão complexa e propensa a tantas tensões como sobre os seres humanos. Uma de suas diversas definições: “Poder é a capacidade de dirigir ou evitar ações atuais ou futuras de outros grupos e indivíduos.”

Sendo que os seres humanos são agentes morais, o uso do poder pode ter contornos positivos ou negativos.⁵⁸ O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, e uma positividade contagiante. É justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o ser humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.⁵⁹

O ser humano recebeu poder. Quando criado à imagem de Deus, a ele foram dados dons que incluíam poderes semelhantes aos de Deus, numa escala ínfima de valor. O exercício desse poder é visto inicialmente na administração do mundo criado (Sl.8,6) e na liberdade do arbítrio. Mesmo depois da queda, o homem continua, por todas as Escrituras Sagradas, sendo tratado como um ser racional e apto para tomar decisões morais. A virtude é louvada e aos ímpios é ordenado que se arrependam, sendo esse o lema fundamental nas páginas inspiradas por Deus.⁶⁰

Na sua essência o poder é: 1) A ação sobre o corpo 2) O adestramento do gesto 3) A regulamentação do comportamento 4) A normatização do prazer 5) A interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar.

O poder é uma realidade incontestável na história, os seres humanos tem exercido poder, estão subordinados ao poder e carecem de certas estruturas de poder para que sua sobrevivência seja ordeira e permanente. Deus criador do céu e da terra é o Todo-Poderoso do Universo, reina de forma legítima e capacita suas criaturas a exercerem poder, ao mesmo tempo estabelece limites para que o poder não seja destruidor nem comprometa seu reino estabelecido. Pela fé em Jesus Cristo é possível abordar a tarefa científica com a modéstia que provem do reconhecimento das falências e limitações humanas, pois com a esperança de crescer em conhecimento da verdade.

Ao pensar no poder resulta na ação, escolhas e relacionamento dos atos entre si. O poder pode destruir ou criar. O poder que destrói exige ascendência; requer controle absoluto. Ele destrói relacionamentos; destrói a confiança; destrói o diálogo; destrói a integridade. O poder que cria a vida, alegria e paz. É liberdade e não escravidão, vida e não morte, transformação e não coerção. O poder que cria restaura relacionamentos e concede

⁵⁷ Por que repetir erros antigos, se há tantos erros novos a escolher? "A provocação espirituosa de Bertrand Russell bem demonstra seu interesse pela vida, pela liberdade e pelo conhecimento. Bertrand Russell ingressou em 1890 na universidade de Cambridge, para estudar filosofia e lógica. Em 1901 descobriu o famoso "paradoxo de Russell", com grande repercussão no campo da lógica. Bertrand Russell ganhou reputação como um dos maiores lógicos do século 20 e um dos fundadores da filosofia analítica. Durante a Primeira guerra Mundial, Russell dedicou-se ao ativismo político. Em consequência de seus protestos contra a guerra, foi expulso, em 1916, do Trinity College. Dois anos depois, foi condenado a cinco meses de prisão, onde escreveu "Introdução à Filosofia Matemática". Em 1920 Russell viajou para a Rússia e a seguir foi para Pequim (China), onde viveu durante um ano como professor de filosofia. Em 1927 fundou a escola experimental "Beacon Hill". Mudou-se para os Estados Unidos em 1939, para lecionar na Universidade da Califórnia. Em 1944 Russell retornou à Inglaterra, integrando novamente os quadros do Trinity College. No ano seguinte publicou sua extensa "História da Filosofia Ocidental" Cinco anos mais tarde, foi agraciado com a Ordem do Mérito e, em 1950, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. Em 1958, iniciou uma campanha pelo desarmamento nuclear e, em 1962, atuou como mediador na crise dos mísseis, em Cuba, impedindo a deflagração de um conflito atômico. **R.BETRAND, Bertrand Russell in 90 minutes, Jorge Zahar, RJ, 2003**

⁵⁸ RODRIGUES, R. O evangelho do Poder. In: FTL, No princípio era o Verbo. Curitiba: Encontro Editora, 1994. p. 129.

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. RJ: GRAAL, 1999, p. 186..

⁶⁰ RODRIGUES, R.G. O evangelho do Poder. p. 130.

dom da integridade a todos. O poder que cria é um poder espiritual, o poder que precede de Deus.⁶¹

Segundo Maquiavel⁶², o poder esta inserido numa determinada situação onde as pessoas escolhem e outras vezes alguém escolhe por elas, o poder nunca é neutro; quem exerce ou a favor do que é exercido esta levando em conta determinados valores que são morais, e levam em conta o destino de outros, o poder deve considerar as necessidades pessoais e apresentar alternativas que farão diferença no contexto onde estiver sendo exercido.

O próprio poder é o valor, é um valor importante; mas não se faz aqui suposição alguma de que seja sempre e em toda parte mais importante que outros valores. O poder é, especificamente, um valor de deferência: ter poder é ser levado em conta nos atos (política) dos outros. Em situações concretas, é importante distinguir claramente entre o poder como valor e os valores sobre os quais o poder está sendo exercido.

Uma pessoa pode ter poder sobre a riqueza ("poder econômico"), por exemplo, sem ocupar uma posição correspondente favorável com relação à própria riqueza – é o caso, por exemplo, de poderosos líderes sindicais. Uma pessoa pode controlar a distribuição do respeito sem ser respeitada – esse pode ser o caso de um editor ou publicista. E assim por diante.⁶³

Segundo Foucault,⁶⁴ Um indivíduo que exerce poder sem legitimidade tende a agir a partir da força e dos "referenciais" (posição ou recomendação de outros, família, ou herança)

⁶¹ RODRIGUES, R.G. *O evangelho do Poder*. p.129.

⁶² O pensamento de Maquiavel tem uma importância ímpar nos estudos políticos pelo fato de ele estabelecer uma nítida separação entre a política e a ética, bem como por deixar de lado a antiga concepção de política herdada da Grécia antiga, que visava compreender a política como ela deve ser. Nesse sentido, sua obra teórica constitui uma reviravolta da perspectiva clássica da filosofia política grega, pois o filósofo partiu "das condições nas quais se vive e não das condições segundo as quais se deve viver". Sua teoria desmascarou as pretensões morais e religiosas em matéria de política. Mas ele – ao contrário do que equivocadamente se difunde - não pretendia criar um manual da tirania perfeita. Maquiavel procurava promover uma ordem política inteiramente nova, em que os mais hábeis utilizassem a religião para governar, isto é, para arrancar o homem à sua maldade natural e torná-lo bom. "O Príncipe", de 1513 (embora só publicado em 1532). Conseguiu retornar à Florença e entender-se com Lourenço de Médici, ao qual dedicou "O Príncipe", e se tornou, em 1520, historiador oficial da cidade-Estado. Nesse sentido, pode-se compreender Maquiavel como um intelectual renascentista, cujo conhecimento pretendia abarcar os mais diversos aspectos da realidade, inclusive a arte - seja teatral ou literária. **N.BIGNOTTO, Maquiavel, Jorge Zahar Editor Ltda, RJ,2003**

⁶³ KAPLAN, H. D.; LASSWELL, A. *Poder e Sociedade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. p.43.

⁶⁴ Nascido em uma família tradicional de médicos, Michel Foucault frustrou as expectativas de seu pai, cirurgião e professor de anatomia em Poitiers, ao interessar-se por história e filosofia. Apoiado pela mãe, Anna Malapert, mudou-se para Paris em 1945 e antes de conseguir ingressar na École Normale, foi aluno do filósofo Jean Hyppolite, que lhe apresentou à obra de Hegel. Em 1946 conseguiu entrar na École Normale. Seu temperamento fechado o fez uma pessoa solitária, agressiva e irônica. Em 1948, após uma tentativa de suicídio, iniciou um tratamento psiquiátrico. Em contato com a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise, leu Platão, Hegel, Marx, Nietzsche, Husserl, Heidegger, Freud, Bachelard, Lacan e outros, aprofundando-se em Kant, embora criticasse a noção do sujeito enquanto mediador e referência de todas as coisas, já que, para ele, o homem é produto das práticas discursivas. Dois anos depois, Foucault se licenciou em Filosofia na Sorbone e no ano seguinte formou-se em psicologia. Em 1950 entrou para o Partido Comunista Francês, mas afastou-se devido a divergências doutrinárias. No ano de 1952 cursou o Instituto de Psychologie e obteve diploma de Psicologia Patológica. No mesmo ano tornou-se assistente na Universidade de Lille. Foucault lecionou psicologia e filosofia em diversas universidades, na Alemanha, na Suécia, na Tunísia, nos Estados Unidos e em outras. Escreveu para diversos jornais e trabalhou durante muito tempo como psicólogo em hospitais psiquiátricos e prisões. Viajou o mundo fazendo conferências. Em 1955, mudou-se para Suécia, onde conheceu Dumézil. Este contato foi importante para a evolução do pensamento de Foucault. Conviveu com intelectuais importantes como Jean-Paul Sartre, Jean Genet, Canguilhem, Gilles Deleuze, Merleau-Ponty, Henri Ey, Lacan, Binswanger, etc. Aos 28 anos publicou "Doença Mental e Psicologia" (1954), mas foi com "História da Loucura" (1961), sua tese de doutorado na Sorbone, que ele se firmou como filósofo, embora preferisse ser chamado de "arqueólogo", dedicado à reconstrução do que mais profundo existe numa cultura - arqueólogo do silêncio imposto ao louco, da visão médica ("O Nascimento da Clínica", 1963), das ciências humanas ("As Palavras e as Coisas", 1966), do saber em geral ("A Arqueologia do Saber", 1969). Esteve no Brasil em 1965 para conferência à convite de Gerard Lebrun, seu aluno na rue d'Ulm em 1954. Em 1971 ele assumiu a cadeira de Jean Hyppolite na disciplina História dos Sistemas de Pensamento. A aula inaugural foi "a Ordem do discurso". A obra seguinte, "Vigiar e Punir", é um amplo estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, para ele, "uma técnica de produção de corpos dóceis". Foucault analisou os processos disciplinares empregados nas prisões, considerando-os exemplos da imposição, às pessoas, e padrões "normais" de conduta estabelecida pelas ciências sociais. A partir desse trabalho, explicitou-se a noção de que as formas de pensamento são também relações de poder, que

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

de seu cargo, assim sendo sua influência em um determinado grupo acontece a partir de determinadas imposições requeridas, analisando o conceito do poder, percebe-se que este valor por mais controvertido que seja está inserido na esfera existencial humana, sem o poder o ser humano, passa a ser incompleto, tanto para aquele que o exerce quanto para o que recebe sua influência.

Nos fundamentos de poder ocorrem mudanças de uma época para a outra, com a diversidade de interesses que movem os homens, e os aspectos da vida aos quais atribuem importância preponderante. Tiveram a sua fonte na religião, nas proezas e no prestígio militar, na força da organização profissional e no controle exclusivo de certas formas de conhecimento e qualificação tais como as do mágico, do curandeiro tribal e do advogado.⁶⁵ Com esse pano de fundo o poder é mutante, vai assumindo formas e fazendo as adequações necessárias ao seu tempo.

Com o passar dos tempos, ocorreu também a mudança de poder oficial⁶⁶ trata-se de uma mudança de estrutura fundamental que permitiu a realização, com certa coerência, desta modificação dos pequenos exércitos do poder. Também é verdade que foi a constituição deste novo poder microscópico, capilar, que levou o corpo social a expulsar elementos como a corte e o personagem do rei. A mitologia do soberano não era mais possível a partir do momento em que certa forma de poder foi sendo exercido na sociedade. O soberano tornou-se então um personagem fantástico, ao mesmo tempo monstruoso e arcaico.⁶⁷ Surge então um poder diferente, sem levar somente em conta o soberano, acontece a descentralização do poder, na sociedade todos são responsáveis por seu funcionamento e devem prestar contas por suas escolhas, sejam boas ou más.

CONCLUSÃO

O exercício do poder nas relações humanas evidencia-se por exemplo no âmbito educacional, entre outras áreas do convívio social. Na sua essência o poder é neutro, mas seu uso é que tornará claro sua legitimidade ou não. No texto um dos destaques relacionados a obra de Foucault "A microfísica do poder" temos a ideia de que o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, e uma positividade contagiante. É

implicam a coerção e imposição. O primeiro dos seis volumes anunciados foi publicado em 1976 sob o título "A Vontade de Saber". Em 1984, pouco antes de morrer, publicou outros dois volumes: "O Uso dos Prazeres", que analisa a sexualidade na Grécia Antiga e "O Cuidado de Si", que trata da Roma Antiga. Foucault teve vários contatos com diversos movimentos políticos. Engajou-se nas disputas políticas nas Guerras do Irã e da Turquia. O Japão é também um local de discussão para Foucault. Várias vezes esteve no Brasil, onde realizou conferências e firmou amizades. Foi no Brasil que pronunciou as importantes conferências sobre "A Verdade e as Formas Jurídicas", na PUC do Rio de Janeiro. Em 25 junho de 1984, em função de complicadores provocados pela AIDS, Foucault morreu aos 57 anos, em plena produção intelectual. **R.A.SILVEIRA, M.FOCAULT, Poder e análise das Organizações, Editora FGV, R.J. 2005**

⁶⁵ KAPLAN, H. D.; LASSWELL, A. **Poder e Sociedade**, 1979. p. 121.

⁶⁶ Na organização do Estado, o homem concentra seu poder sobre o homem em um único cargo oficial. O monopólio da força física de que goza esse cargo é absoluto. Pode, sem dúvida, canalizar seu poder mediante delegação específica; nos demais casos, e desde que o Estado não seja derrubado, esse poder continua a disposição da autoridade central. Nas mãos do Estado o poder adota diversas formas e no uso de suas atribuições pode proibir, matar, encarcerar, escravizar, multar. Mas as forças do Estado não têm projeções meramente negativas. O Estado se apóia nas forças integradoras da sociedade: o amor, a lealdade, a dependência recíproca, a fé religiosa, a tradição e a força do costume. **M.P.SILVA, Reforma do Estado e Democracia, uma comparação entre o Brasil e a Rússia, Brasília, Editora Vestnik, 2014**

⁶⁷ FOUCAULT. **Microfísica do poder**. 1999, p.131.

justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o ser humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo.

Dentro do sistema educacional como um todo a relação professor-aluno é marcada pelas relações de poder no processo de ensino aprendizagem, mesmo na utilização de diferentes métodos e didáticas subjaz na prática de sala de aula o aspecto daquele que possui e transmite o conhecimento e aqueles que recebem, ou participam desse conhecimento. A completude, a realização do ensino, a aprendizagem dos conteúdos é o que no aspecto do exercício do poder do professor legitima suas ações.

Neste sentido é que nascem as interrogações sobre o modo como são direcionadas a estratégias e formas de ensino e aprendizagem no ensino a distância (ead), qual a expectativa projetada sobre a forma como o aluno estudará utilizando por exemplo os ambientes virtuais? Como é recebido e utilizado os questionamentos e contestações dos discentes relativos ao formato como se desenvolve um determinado curso? O aluno torna-se neste aspecto um elemento mais ativo ainda de revisão e reestruturação dos esquemas seguidos na produção de conhecimento no ensino a distância do que em formatos clássicos de ensino.

REFERÊNCIAS

M.W. APPLE. **Poder, significado e identidade, ensaios de estudos educacionais críticos.** Porto Editora: São Paulo, 2003.

BETRAND, Russell. 90 minutes. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUES, R. **O evangelho do Poder.** In: **FTL, No princípio era o Verbo.** Curitiba: Encontro Editora, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: GRAAL, 1999.

BIGNOTTO, N. Maquiavel, Jorge Zahar Editor Ltda: Rio de Janeiro, 2003.

KAPLAN, H. D.; LASSWELL, A. **Poder e Sociedade.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

SILVEIRA R. A. M.FOCAULT, **Poder e análise das Organizações,** Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, M. P. **Reforma do Estado e Democracia, uma comparação entre o Brasil e a Rússia.** Brasília: Editora Vestnik, 2014.

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA EAD: UTILIZAÇÃO (EFICAZ) DE UM AVA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DURANTE O PROCESSO

Luana Wunsch UNINTER –Centro Universitário – Escola Superior de Educação – luana.w@uninter.com;
Ana Paula Soares; UNINTER –Centro Universitário – Escola Superior de Educação – ana.so@uninter.com;
Lincoln Mendes de Lima - UNINTER –Centro Universitário – Escola Superior de Educação –
lincoln.l@uninter.com;

Palavras-chave: Ambiente Virtual de Aprendizagem, Avaliação, Educação a Distância

INTRODUÇÃO

Os termos ‘aberto’ e ‘a distância’ refletem na maioria dos casos um ensinamento por alguém removido no tempo e no espaço do aluno com a missão de incluir dimensões de uma maior abertura e flexibilidade, em termos de acesso.

Sob tal premissa, considerar os aspectos da modalidade da Educação a Distância (EAD) de cursos de graduação e pós-graduação apresenta-se, atualmente, como uma como ponto promocional da comunicação e de disponibilização de informação para os clientes da aprendizagem. Vertentes de ensino a distância afiguram-se como um contributo essencial no desenvolvimento das linhas de ação educacional contribuindo para a mobilidade e para a promoção da aprendizagem ao longo da vida. Instituições de Ensino que investem no desenvolvimento de plataformas e na formação contextualizada dos seus professores para tal modalidade acompanham as mudanças sociais, investindo no seu potencial humano, reconhecendo a importância da construção do conhecimento e da partilha e promovendo ações pedagógicas que reajam às exigências da realidade atual.

Assim, para se pensar a otimização do trabalho na modalidade e, em especial, para aprendizagem dos alunos nela envolvidos, é preciso destacar os pontos de como são realizados (a) o planejamento, (b) o desenvolvimento e (c) avaliação das atividades realizadas. A presente investigação enfatiza o item (c), pois considera-se que ainda existe uma lacuna entre as investigações realizadas sobre o tema e prática efetiva, em especial no Ensino Superior.

É importante ao iniciar uma discussão sobre avaliação na EAD, relatar que o objetivo principal da avaliação é o de facilitar e favorecer a aprendizagem. Ora, quando os agentes do processo não estão perto fisicamente, esta não é uma tarefa fácil, pois favorecer a aprendizagem depende de interesse dos alunos e habilidade do professor em utilizar metodologias específicas para aquele grupo de alunos.

Portanto, as redes de aprendizagem nesta modalidade servem como configurações chave nas quais deve-se ter a possibilidade de participação, envolvimento e colaboração, configurando uma construção coletiva do conhecimento sobre currículo, permitindo às instituições que ofereçam estudos e serviços para a demanda da sociedade atual, pois as características dos alunos que buscam EAD têm valor na formulação de ensino via internet, agora mais integrada às tecnologias, já que mais adultos e trabalhadores necessitam de cursos repaginados, por muitas vezes não poderem ir às instituições devido constrangimentos de tempo, horários levando as universidades encontrarem razões para planejar a criação de ambientes assíncronos para tal.

Ao considerar a temática de extrema relevância para o atual cenário educacional no Brasil, a presente comunicação faz parte integrante de uma investigação sobre as

expectativas de professores e alunos três (03) cursos de Licenciatura na modalidade EAD sobre o processo de avaliação realizado durante a formação inicial de futuros docentes, realizada por uma equipe de apoio à pesquisa e prática pedagógica, tendo como objetivo compreender as reais perspectivas dos agentes do processo avaliativo da aprendizagem dos alunos EAD, vislumbrando desenhar linhas orientadoras para a otimização do emprego da plataforma utilizada para a uma aprendizagem eficaz dos alunos (e professores).

O processo de avaliação on line: do pessoal ao colaborativo

Os cenários virtuais de aprendizagem são, por exemplo, espaços onde os participantes podem colocar perguntas, discutir temas e beneficiar do apoio e orientação, podem ter como premissa o termo *personal learning environment* (PLE) neste contexto e refere-se ao ambiente que acolhe ferramentas, comunidades e serviços e constitui de maneira individual os formandos/alunos destas plataformas sejam direcionados à sua própria aprendizagem. Nas suas aplicações, os professores analisam os trabalhos realizados pelos participantes, moderam discussões, respondem a questões via e-mail ou comunicadores instantâneos, monitorizam a participação dos grupos, fornecem *feedback* e atribuem trabalhos/tarefas relacionadas. Num PLE típico, pode-se incorporar blogs, comentários, reflexões e trabalhos realizados em editores de texto, som e imagem (Teo, 2011).

Questões estas que geram a relevância de pensar o processo avaliativo em EAD buscando entender que a avaliação é uma construção social envolvendo pessoas e o meio onde se estabelecem, considerando suas práticas, objetivos, experiências e também o objeto a ser avaliado.

A busca pelo conceito de avaliação torna-se complexo em referências por se tratar de um tema abrangente, pois existem diversas áreas do conhecimento e formas de avaliação. Fernandes (2008), pensando sobre isso trouxe uma explicação que engloba todos os ambientes e situações onde utilizamos a avaliação:

A avaliação é um domínio científico e uma prática social cada vez mais indispensável para caracterizar, compreender divulgar e melhorar uma grande variedade de problemas que afetam as sociedades contemporâneas, tais como a qualidade da educação e do ensino, a prestação de cuidados de saúde, a distribuição de recursos e a pobreza (FERNANDES, 2008 p.5).

A construção do conhecimento em conjunto, assim, o torna prazeroso, apreciador, valoroso e o entendimento sobre determinado conteúdo se consolida alcançando o objetivo que é a aprendizagem.

Luckesi (2000) disse que o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Ao darmos ênfase na articulação, o processo colaborativo representa uma decisão como base de uma reaprendizagem, de decisão. Constatar a aprendizagem vai muito além de aprender e ensinar, deve ser um ato acolhedor, ou seja, o ato de avaliar não é um ato impositivo, mas sim um ato dialógico que em ambientes *on line* pode e deve ser concretizado com troca de experiências, pois o professor não é mais o detentor do conhecimento e o aluno um aprendiz.

Design Metodológico

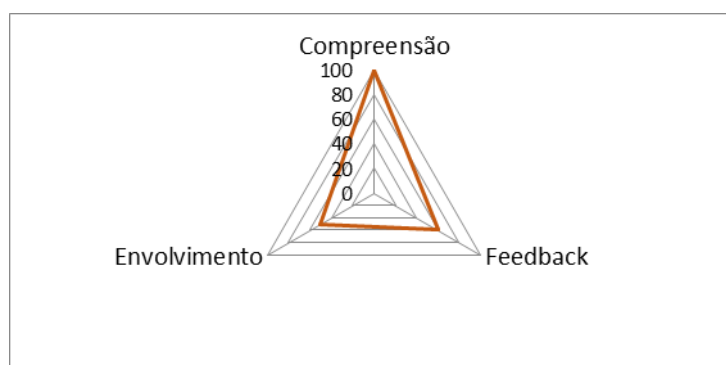
Para a apresentação da presente comunicação, que faz parte integrante de uma investigação intitulada “Avaliação on line, perspectivas de alunos e professores de Cursos de Formação Inicial de Professores”, foi destacada o questionário aplicado a dezesseis (16) professores que orientam trabalhos de conclusões de curso (TCC) nos cursos de Pedagogia e Letras, o qual foi composto por um número de dez (10) questões abertas, aqui descritas três (03) tendo como objetivo analisar o conhecimento “de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128).

Apresentação dos resultados preliminares

Segundo as respostas dos participantes desta fase da pesquisa, espera-se do processo de avaliação na EAD uma prática pedagógica diferenciada, em especial no que diz respeito ao oportunizar aos alunos momentos de expressar suas ideias e de discutir situações desencadeadoras, menos teorizadas e mais assertivas nas necessidades dos futuros professores.

Como base dos resultados obtidos, emergiram das respostas três (03) categorias chave: (i) desafios do professor que trabalha a distância; (ii) competências necessárias do professor orientador; (iii) ferramentas que podem valorizar o trabalho docente, as quais são aqui apresentadas:

Gráfico 1: Desafios do professor que trabalha a distância

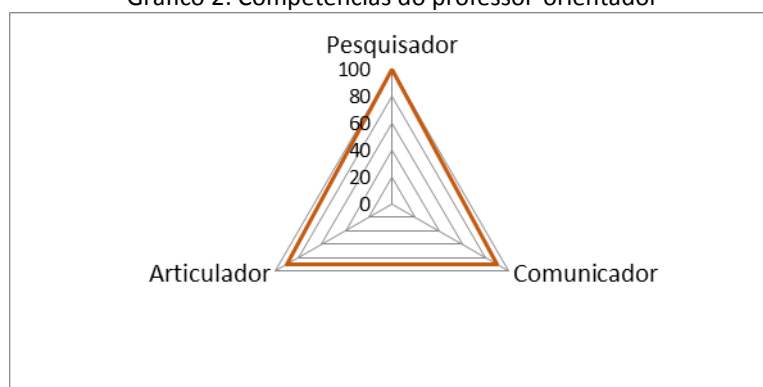


Primeiramente é importante verificar que o professor que trabalha com orientação de trabalho de conclusão de curso na modalidade EAD não conhece pessoalmente seu orientando. As preferências e especificidades do aluno e de sua pesquisa são conhecidas e acompanhadas apenas pela plataforma.

Perante este cenário, 100% dos professores questionados durante a investigação destacaram que a compreensão do que o aluno realmente deseja em seu trabalho e a comunicação para dar suporte ao mesmo são os grandes desafios da modalidade e do professor-orientador do século XXI.

Já para 60% dos participantes, o feedback dos conteúdos é algo que é bastante desafiador, os mesmos consideram que este é o momento motivador, para o bem ou para o mal, da continuidade dos estudos do aluno EAD, razão pela qual deve ser intensa e cuidadosa. Motivo pelo qual acredita-se que destes 60%, 55% ainda complementaram a resposta ressaltando a validade do (bom) envolvimento com o aluno, mesmo que de forma não presencial.

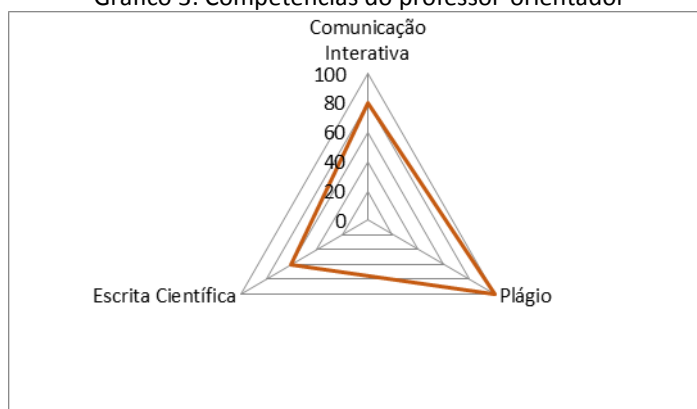
Gráfico 2: Competências do professor-orientador



Para 100% dos participantes, para ser um professor-orientador eficaz na modalidade EAD é preciso ser um pesquisador assíduo. Estar atento ao estado da arte do tema que seu orientando está pesquisando.

Ser comunicador e articulador, para 90%, são fatores chave da boa orientação *on line*, segundo os mesmos, os alunos têm muita dificuldade de escrita acadêmica, logo para orientar alguém de forma não presencial é imprescindível que se comunique bem e que saiba articular a superação das dificuldades por meio da escrita científica.

Gráfico 3: Competências do professor-orientador



Para os participantes, ao invés de certo/errado, é preciso fazer analisar com os alunos sobre as tarefas realizadas, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções; e transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção. Para isso, 100% consideram vital a existência de uma ferramenta de verificação de plágio, assim o tempo da orientação seria melhor aproveitado para conteúdo. Para 80%, para que as descobertas em conjunto ocorram é preciso que haja uma ferramenta de comunicação mais interativa, considerando aspectos síncronos e, 60% ainda, consideram que haver tutoriais de escrita científica para quando o aluno não tem contato com o orientador é importante.

Análise e Considerações

Pode-se dizer que o resultado da avaliação *on line* para além de ser focada apenas na aprendizagem do aluno, há de ser considerado também a participação do professor, constituindo um exercício de mudança qualitativa. A ação de avaliar deve ir além, projetar a realização do processo. Este resultado deve ser seguido de uma ação, porém a investigação da aprendizagem não termina com o apontamento da avaliação, mas deve continuar com o intuito de seguir em frente ou rever o que não compreendeu. Como pode-se se relacionar com Both (2011, p. 17) quando o mesmo afirmou que “[...] toda ação de avaliar segue outra de tomada de alguma decisão para que a situação encontrada mude ou permaneça como está”.

Viu-se que ao pensar em cursos de graduação que formam para a docência, o avaliar vai muito além do conceito ou nota, ou melhor dizendo, conceituar ou dar nota não traduz o conteúdo aprendido, serve apenas como indicador de resultado, não de aprendizagem.

Sob tal ótica, durante a pesquisa, vimos que um AVA deve ser mais que uma sala de aula online desenvolvida exclusivamente para cursos de diversos níveis de ensino, deve ser um ambiente colaborativo, de colaborações e de promoção de trocas com recursos que contribuam para a formação de comunidades de aprendizagem, ou seja, ambientes virtuais que auxiliam na socialização dos diferentes conceitos e que privilegiam a construção do conhecimento, bem como a comunicação e formação continuada e pedagógica.

Esses ambientes são de certa forma, o coração da formação a distancia, devem ter ferramentas que consigam a abertura ao mundo do conhecimento colocando a comunicação como ponto de referência para o aprendizado social, cultural e pedagógico.

Por esse motivo, percebeu-se, ainda que de forma preliminar, que os desafios da avaliação em EAD estão ligados ao trabalho do orientador e nas ferramentas por ele utilizado, cabendo a preocupação em identificar e entender os seus públicos e reconhecendo as reais dificuldades encontradas por estes sujeitos em usar os aparatos tecnológicos. É preciso identificar também se existe uma postura refratária por parte deles em relação ao uso das tecnologias e a necessidade de mais atenção administrativa e pedagógica de quem faz a gestão e viabilização das tecnologias.

A presente investigação, portanto, vem corroborar a validade e a intenção de continuar as pesquisas sobre a temática e, ainda, considerando de relevância extrema a organização futura de linhas de orientações para a otimização do trabalho avaliativo da aprendizagem na modalidade a distancia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B.. **Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem**. In: ALMEIDA, F. (organizador). Educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: MCT/PUC SP, 2001.

BOTH, Ivo José. **Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: IBPEX, 2011.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Vol. 25. Autores Associados, 1994.

FERNANDES, D. **Avaliação do desempenho docente: Desafios, problemas e oportunidades**. Cacém: Texto Editores, 2008.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

FREIRE, Paulo. **Papel da Educação na humanização**. Rev. Da FAEEBA, Salvador, n. 7, p. 9 – 17, jan. / jun. 1997.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

HOFFMANN, Jussara. "**Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento**." Avaliação do rendimento escolar. São Paulo: FDE (1994): 51-9.

_____ **O jogo do contrário em avaliação**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação. 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem**. Revista Pátio, vol. 5. 2000.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL E PLATAFORMA BLACKBOARD: ENSINO DO COMPONENTE HISTÓRIA NA PLATAFORMA VIRTUAL DO COLÉGIO MARISTA SÃO LUÍS – JARAGUÁ DO SUL

Bruno Roque Younes
Centro Universitário Adventista de São Paulo – Unidade: Engenheiro Coelho
Licenciatura em História
brunoyounes47@gmail.com

Palavras-chave: Grupo Marista; História; Plataforma Blackboard e Tecnologia Educacional

INTRODUÇÃO

O universo da educação está em constante mudanças, os alunos mudam sempre que uma nova tecnologia surge em seu universo, todos eles são portadores das condições do seu tempo e trazem para o banco escolar as demandas que estão circulando na sociedade. São episódios que exigem uma nova postura do educador, o qual possui a competência para analisar, selecionar e explorar estas tecnologias, para que assim, o educando consiga perceber que, este universo pode e deve ser utilizado no contexto da sala de aula para garantir uma melhor aprendizagem tanto por parte do aluno quanto do professor.

Perceber a tecnologia que está inserida em nosso dia-a-dia não é uma tarefa complexa; basta observar alguns componentes que contemplam nossas vidas, como por exemplo, máquinas e equipamentos que nos cercam. Podemos perceber que a tecnologia está inserida em todos os aspectos e áreas de atividades humana; sua presença no atual cenário parece irreversível.

Diante desse cenário atual, a tecnologia deve estar também nas salas de aulas, dessa forma, sua presença irá ampliar os horizontes e seu alcance em direção à realidade. Para que os alunos possam usufruir pedagogicamente desta tecnologia, de modo crítico e criativo – o que irá contribuir para a formação de cidadãos mais atuantes na sociedade tecnológica em que vivemos –, é necessário que os professores conheçam e saibam utilizar educacionalmente as tecnologias disponíveis.

O mundo da tecnologia sempre trará novas informações, modificará significativamente as relações existentes do homem com o universo em que ele está inserido. Observando esse contexto, cada segmento social apresenta a necessidade de utilizar instrumentos tecnológicos e o mais importante de tudo, a escola não pode ficar excluída desta realidade, devendo sempre buscar apropriar-se das novas tecnologias inserindo-as na prática educativa.

Moran (2007) explica que o ensino das novas tecnologias deveria questionar as relações que são estabelecidas entre professores e alunos. Dessa forma, define o perfil desse novo professor que utiliza a tecnologia como configuração de melhor aprendizagem: ser aberto, humano, valorizar a busca (professor mediador), o estímulo, o apoio; e principalmente, ser capaz de estabelecer formas democráticas de pesquisa e comunicação.

No quesito das atividades pedagógicas que são realizadas por meio da Internet, o autor enfatiza:

Compreendo perfeitamente que a Internet é uma ferramenta fantástica para abrir caminhos novos, para abrir a escola para o mundo, para trazer inúmeras formas de

contato com o mundo. Mas essas possibilidades só acontecem se, na prática, as pessoas estão atentas, preparadas, motivadas para querer saber, aprofundar, avançar na pesquisa, na compreensão do mundo. (MORAN, 2007, p. 153).

A Tecnologia Educacional se ocupa do estudo teórico-prático da presença e do papel dos recursos tecnológicos na educação. Acreditamos que os conhecimentos tecnológicos disponíveis na sociedade moderna são fundamentais para uma educação inovadora, ou seja, transformada e de qualidade. A necessidade do domínio dessas tecnologias pelo professor não garante a contribuição efetiva, mas, há necessidade também da valorização tanto por parte do professor quanto pela do aluno, dessa forma, ambos podem garantir uma aprendizagem eficaz.

Podemos optar por um conceito mais amplo de Tecnologia Educacional:

A Tecnologia Educacional fundamenta-se em uma opção filosófica, centrada no desenvolvimento integral do homem, inserido na dinâmica da transformação social; concretiza-se pela aplicação de novas teorias, princípios, conceitos e técnicas, num esforço permanente de renovação da educação (ABTE, 1982, p. 17).

Assim, as diversas tecnologias que são colocadas a favor de uma educação de mais qualidade e inovadora, são formas encontradas para que o universo do aluno consiga ser contemplado para uma melhor diversidade de conhecimentos.

Pretendo abordar neste trabalho o objeto que a Rede dos Colégios Maristas tem utilizado como forma de inovar a educação em sala de aula – a Plataforma Blackboard –, desenvolvida com o intuito de fazer da sala de aula um ambiente virtual onde o aluno possa utilizar seus conhecimentos tecnológicos para adquirir mais informações sobre determinado assunto e assim, garantir um melhor resultado de aprendizagem. Também destacarei como problemática para esta pesquisa as dificuldades encontradas pelos professores e alunos para o acesso e utilização desta tecnologia, onde, todos tiveram que passar por uma oficina de reconhecimento desta plataforma.

Dentro deste universo, o meu objetivo principal é mostrar a importância desta tecnologia para o estudo do componente curricular- História, onde os alunos ainda possuem aquela visão de que esta disciplina não pode ser inserida no mundo da tecnologia. Felizmente, esta concepção pode ser revertida caso o professor e a escola estejam unidos para fazerem mudanças de práticas educacionais, onde, temos várias tecnologias que podem ser utilizadas pelo educador da História para um melhor aprendizado, como por exemplo, infográficos, gráficos, história em quadrinhos (HQ), blogs, quadro interativos, slides, vídeos, videoconferências e outros.

Nesse contexto, este trabalho se justifica por sua possível contribuição para o conhecimento das práticas educacionais desenvolvidas no Colégio Marista São Luís do município de Jaraguá do Sul, e por principalmente, destacar a necessidade de perceber que a cultura tecnológica dos alunos desta instituição nem sempre são utilizadas para adquirir informações, portanto, ao utilizar esta plataforma, o Grupo Marista está buscando modificar a concepção desta tecnologia em seus colégios para que assim, os alunos consigam entender a importância de usar esta metodologia para gerar novos conhecimentos.

DESENVOLVIMENTO

Não podemos abordar o problema apresentado sem antes discutir as relações entre Tecnologia Educacional e Educação. Se unirmos Tecnologia e Educação estaremos unificando Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

dois campos distintos, mas, com grandes possibilidades de conseguirmos um resultado promissor.

Para Lévy (1999), a tecnologia é o fruto do trabalho do homem e de sua inteligência com o objetivo de transformar o mundo com ferramentas para que assim a educação possa também usufruir deste universo como forma de ampliar o seu espaço dentro do contexto em que o aluno está inserido. Para que a tecnologia ocorra de maneira eficaz na sala de aula é necessária uma ressignificação do termo prática pedagógica. A Tecnologia Educacional, portanto, amplia esse significado, constituindo-se

no estudo teórico-prático da utilização das tecnologias, objetivando o conhecimento, a análise e a utilização crítica destas tecnologias, ela serve de instrumento aos profissionais e pesquisadores para realizar um trabalho pedagógico de construção do conhecimento e interpretação e aplicação das tecnologias presentes na sociedade (SAMPAIO e LEITE, 2005, p. 25).

Dessa forma, a questão que deve ser respondida pela escola é a construção de um projeto pedagógico em que permita que o aluno, como cidadão consiga formação completa de todos os tipos de tecnologias que possam existir para um melhor aprendizado. Portanto, o Grupo Marista adquiriu a Plataforma Blackboard com o intuito de trazer para a realidade do aluno um projeto onde, ele possa usufruir de maneira totalmente diferenciada, assim, este conseguirá perceber que, o ambiente virtual não é somente para acrescer suas relações pessoais, mas, também, pode ser usado como um local onde pode-se adquirir conhecimentos e informações sobre o cenário atual de nossa sociedade.

Para que o Projeto Plataforma Blackboard fosse aplicado no Colégio Marista São Luís de Jaraguá do Sul, a direção educacional escolheu alguns professores para participar de um grupo de estudos, onde, estes escolhidos iriam receber orientações e participar de oficinas que seriam de grande valia para a formação tecnológica do professor sobre esta nova modalidade de ensino. Para tanto, este grupo recebeu o nome de “Educadores Multiplicadores” onde, se reúnem toda última segunda-feira do mês para que possam estar desenvolvendo novas atividades para um melhor aprendizado do aluno e até mesmo do próprio professor.

A escolha de optar por esta plataforma foi feita nas reuniões da DERC (Diretoria Executiva da Rede de Colégios) onde, o principal objetivo era trazer para as escolas do Grupo Marista uma tecnologia que iria revolucionar o método de ensinar. Infelizmente, esta tecnologia não foi recebida de grande agrado por parte dos professores e alunos, onde, muitos tiveram grandes dificuldades de entender esta nova metodologia de ensino.

PLATAFORMA BLACKBOARD DE APRENDIZAGEM

A proposta do Colégio Marista São Luís de aplicar este projeto está alicerçada em valores humanos, cristãos e principalmente em práticas pedagógicas que buscam a excelência acadêmica, colocando a aprendizagem ao alcance de todos – sem desconsiderar sua complexidade e as relações que são estabelecidas a partir dela.

A Blackboard é uma plataforma virtual de aprendizagem que busca a comunicação online entre professores e alunos por meio de diversas ferramentas, como por exemplo, fóruns, chats, testes diferenciados, ela pode ser considerada uma rede de relacionamento para adquirir conhecimentos e informações educacionais, para que assim, o educando consiga ampliar seu universo, claro, sem diminuir a importância de se ter um livro de pesquisa.

A função de uma plataforma virtual é uma nova forma de vivenciar o universo da tecnologia, e claro, não podemos esquecer de que requer bastante cuidado com a formação inicial e continuada do professor. Assim, o Colégio Marista São Luís tem trabalhado com o conceito de alfabetização tecnológica do educador, onde, o objetivo é que este possa dominar essa modalidade de forma que o conhecimento a ser democratizado formule a construção de saberes. O conceito de alfabetização tecnológica do professor envolve o domínio contínuo e crescente das tecnologias que estão na escola e na sociedade, mediante o relacionamento crítico com elas. Este domínio se traduz em uma percepção global do papel das tecnologias na organização do mundo atual e na capacidade do professor em lidar com as diversas tecnologias, interpretando sua linguagem e criando novas formas de expressão, além de distinguir como, quando e por que são importantes e devem ser utilizadas no processo educativo (SAMPAIO e LEITE, 2005, p. 56).

DIFICULDADES: PROFESSORES E ALUNOS

Toda nova tecnologia que chega ao mercado como inovação, sempre haverá dificuldades por parte das pessoas que complementam este universo, e não foi diferente no Grupo Marista. Depois de recebermos esta tecnologia percebeu-se que grande parte dos professores não compreenderam a importância desta nova forma de aprendizagem tanto por parte do aluno quanto pela do professor.

A maior dificuldade encontrada pelos professores ao se deparar com esta nova metodologia foi no entendimento das principais ferramentas, ou seja, de como criar caminhos para que o aluno pudesse entender este universo de forma simples e desenvolver as atividades propostas. Outra preocupação que surgiu, foi uma indagação: “Será que o nosso aluno entenderá e saberá desenvolver as atividades e gostará desta nova forma de aprendizagem? ”, lembrando que, no atual cenário da educação, uma das grandes dificuldades encontradas pelo professor é conseguir fazer com que o aluno entenda a seriedade de estudar, dessa forma, tem se visto que o educador sempre está buscando novas formas de ensinar determinado assunto em sala de aula.

Já as dificuldades dos alunos ao receber este projeto em mãos foram encontradas na oficina de aprendizagem sobre a Plataforma Blackboard, segundo os alunos a principal dificuldade seria a de entender todas aquelas ferramentas que estavam propostas na plataforma. Assim, para fazer com que o aluno conseguisse compreender a preciosidade que estava sendo colocada em suas mãos, cada professor ao disponibilizar alguma atividade na plataforma, deveria orientar os alunos o caminho que este necessitaria para acessar e desenvolver a atividade. Outro problema encontrado foi a questão do acesso, os alunos com grande frequência esquecem qual é o usuário e senha de credenciamento, assim, a forma que o Colégio Marista São Luís encontrou foi a de imprimir uma etiqueta com os dados do usuário e senha, para que assim, o aluno pudesse colar em sua agenda, e facilitar o seu acesso.

Como professor do componente curricular História uma das atividades desenvolvidas com os alunos do Ensino Médio (3ª série) foi utilizando a ferramenta fórum, onde a atividade tinha como objetivo analisar e interpretar o papel da mulher na sociedade, discutindo a importância do papel dela na II Guerra Mundial a partir dos movimentos feministas, e através disso, o aluno deveria fazer uma análise da História em quadrinhos utilizando a personagem “Mulher Maravilha”. Nesta atividade, o aluno deveria desenvolver uma crítica sobre o tema, comparando o perfil que a mulher tinha na sociedade do século XX, fazendo uma analogia com o seu papel no atual cenário social, abordando de forma coerente com a historiografia desta época.

Para auxiliar o aluno nesta atividade, como professor, eu posteí várias notícias sobre a mulher no século XX e XXI e claro, não poderia deixar de colocar também alguns artigos Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

que iriam enriquecer a escrita do aluno. A proposta era que o estudante pudesse desenvolver uma escrita de no máximo 6 linhas, dessa forma, as opiniões dos alunos foram colocadas no fórum. Foi uma atividade bem interessante de se fazer, onde os alunos puderam perceber que, a Plataforma Blackboard pode ser uma outra forma de discussão sobre temas atuais, ou seja, fora do mundo das redes sociais.

Para entendermos melhor o conceito desta comunidade virtual de aprendizagem temos alguns pesquisadores que discorrem sobre este tema. Segundo Lévy (1999) e Pallof e Pratt (1999), a comunidade virtual é o local onde se encontram vários perfis de pessoas é formada a partir de afinidades de interesse, de conhecimentos, de projetos mútuos e valores que podem servir de trocas entre eles. Mas, vale a pena se atentar para a seguinte situação, a simples comunicação entre essas pessoas não garantem a formação de comunidades virtuais de aprendizagem, o que vai garantir isso é a necessidade que motivará a união deles e assim, a construção do conhecimento – ou seja, a aprendizagem, será realizada de maneira coletiva e somente a partir do interesse mútuo dos participantes, e foi a partir desta ideia que a atividade acima citada foi construída, todos em prol da discussão de um único tema com várias vertentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, os resultados obtidos ainda são prematuros em relação da gama de objetos que ainda estão sendo utilizados para aprimorar esta plataforma e fazer com que os alunos e professores vejam nela uma forma inovadora de aprendizagem.

Um dos resultados que podemos citar aqui é a Sala de Aula Invertida, criada com o intuito de que, o professor abordará um tema em sala de aula, como por exemplo, “A América Latina e o populismo”, antes de ele chegar em sala, colocará na plataforma todos os tipos de informações que podem ser encontradas sobre este assunto, assim, os alunos irão assistir os vídeos, ler os artigos e tirar algumas conclusões sobre aquilo que ele acabou de vivenciar na comunidade virtual, a partir desta ideia, ao chegar em sala, o professor começará fazendo um debate, instigando os alunos a discutirem sobre o tema. Esta ideia surgiu a partir do contexto em que o aluno que deve buscar o conhecimento, e o professor, simplesmente será o mediador deste caminho, como resultado, tem sido gratificante ver os alunos pesquisarem e desenvolverem sua opinião sobre determinado assunto, e alguns alunos tem buscado se aprofundar nos temas trabalhados, como por exemplo, para uma futura redação de vestibular.

Outro resultado que podemos citar aqui, foi a produção de um manual sobre a Blackboard, onde, o Grupo Marista colocou todas as informações necessárias para que assim, o professor pudesse desenvolver melhor suas atividades em sala de aula e com maior eficaz de conhecimento. Para os alunos, como já foi dito acima, uma vez que o professor consiga entender esta tecnologia, passará este conhecimento para o aluno com maior facilidade, e este entenderá que esta plataforma está sendo utilizada com maior variabilidade e que o mundo tecnológico é muito mais do que apenas redes sociais, ou seja, o conhecimento está mais palpável.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. **Tecnologia Educacional: referencial teórico. Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: Ano XI, n. 17, p. 16-17, jul./ago. 1982.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007.

PALLOFF, R.M e PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: Estratégias eficientes para as salas de aula on-line**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

_____. **Building Learning Communities in Cyberspace: Effective Strategies for the on-line Classroom**. São Francisco: Jossey-Bass, 1999.

SAMPAIO, M. N e LEITTE L. S. **Alfabetização tecnológica do professor**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GT 8: FORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCENTES

AS EDITORAS BRASILEIRAS E OS LIVROS DIDÁTICOS IMPRESSOS E DIGITAIS

Eliane Mimesse Prado
UNINTER – Centro Universitário Internacional
eliane.p@uninter.com

Palavras-chave: Livros Didáticos; Ensino; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Os livros escolares ou didáticos são utilizados há tempos nas salas de aulas. Esses livros sempre tiveram o objetivo de contribuir com a metodologia de ensino dos professores, reforçando a aprendizagem, em sala de aula e fora dela.

A invenção dos livros digitais proporcionou aos leitores uma nova possibilidade de acesso a leitura. Os suportes necessários à leitura de livros neste formato estão a cada mais difundidas e acessíveis ao consumidor-leitor. Então, como consequência dessa ação, os livros didáticos passam paulatinamente a assumir o mesmo formato. A introdução dos livros didáticos digitais nas salas de aulas trouxe consigo novas necessidades de aprendizagem e domínio tecnológico aos professores. O que, por sua vez, acarretou outros fatores impeditivos ao seu pleno desenvolvimento.

A primeira editora de grande porte do Brasil foi a Francisco Alves. A princípio esse senhor era um comerciante de livros que percebeu a expansão do mercado de leitores, e em 1897 passou a “investir decididamente na literatura didática”, como pontuou Bittencourt (2008, p. 67). Nos anos de 1940 a Companhia Editora Nacional já dominava o mercado de livros didáticos no país, como descreveu Cassiano (2014). Em 1943 foi criada a Editora do Brasil, por antigos funcionários da Cia Editora Nacional. Nessa mesma época a Editora Saraiva já publicava alguns livros didáticos. A FTD, sigla para Frère Théophile Durand, existia desde 1883, com a primeira publicação no Brasil em 1902. Os livros da FTD usados no Brasil eram impressos na França até 1930, quando nessa época a editora passou a publicar seus livros em São Paulo, mas ainda não faziam a sua distribuição. A FTD somente se tornou editora em 1963. A Editora Ática foi fundada em 1965, para publicar apostilas, que com o tempo tornaram-se livros didáticos.

Na maioria dos casos as editoras de livros didáticos nasceram para sanar os problemas que os professores encontravam no seu cotidiano. A princípio, no século XIX, os livros eram apenas traduzidos, em seguida passaram a ser escritos por professores dos mais diversos níveis de ensino. No século XX, alguns desses professores-autores de livros didáticos, tornaram-se proprietários de editoras. A cada nova editora criada tínhamos um livro ícone – normalmente escrito por seu proprietário, que servia de marco para a publicação de outros volumes. Alguns livros foram por anos publicados pela mesma editora, com o mesmo autor, que chegavam a ser conhecidos pelos leitores pelo sobrenome ou nome do autor.

Mas, as inovações na apresentação dos conteúdos também eram relevantes. A editora Ática, quando de sua fundação, instituiu “a existência de três livros em um só: o do professor, o caderno de exercícios (consumível) e o livro do aluno, todos mantendo a mesma diagramação”, como apresentou Cassiano (2014, p. 159).

Nos anos iniciais do século XXI as editoras que predominavam no mercado nacional de livros didáticos eram: Grupo Saraiva, composto pelas editoras Saraiva, Atual e Formato; Grupo Abril, formado com as editoras Ática e Scipione; Grupo Santillana, com as editoras Moderna, Salamandra, Objetiva e Richmon Publishing; Grupo IBEP/ Cia Editora Nacional; FTD, com as editoras FTD e Quinteto; e por fim, o Grupo Positivo, com a Editora Nova Didática, segundo dados descritos por Cassiano (2014).

As editoras foram se organizando e unindo-se umas às outras, no sentido de ganharem maior expressão no mercado. Outra questão a ser levada em conta é a dos equívocos que ainda aparecem nos livros didáticos. Na maioria das vezes, os conteúdos, imagens e ilustrações são revisados, mas com o aligeiramento nas produções, em função dos prazos de entrega, ainda são várias as falhas encontradas. Pensando nas dificuldades de revisão recorrentes e nos curtos prazos de entrega para a distribuição, as editoras passaram a diversificar suas produções.

Os livros digitais, dessa maneira, surgem como uma nova possibilidade para o mercado editorial. Nesse caso, por exemplo, o problema da distribuição não existe, os livros são baixados a qualquer momento. E as revisões nos conteúdos podem ser feitas sempre que forem detectados problemas, sem a necessidade de se esperar a próxima tiragem. Não ocorrem problemas com a entrega ou a distribuição dos volumes.

Pode-se juntar aqui a reflexão sobre a edição e a distribuição, já que, no mundo do texto eletrônico, tudo isso é uma coisa só. Um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no duplo sentido daquele que dá forma definitiva ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores: graças à rede eletrônica, esta difusão é imediata. (CHARTIER, 1998, p. 16)

Apesar das editoras de livros didáticos nacionais já contarem com sites e livros digitalizados, essa modalidade de livro, ainda não faz parte plenamente do cotidiano das salas de aulas. Em algumas escolas privadas de grande porte da cidade de Curitiba são usados livros didáticos digitais, apenas em algumas disciplinas específicas. A maioria dos professores conhece o formato dos livros digitais, mas não faz uso desta inovação em sala de aula. Segundo Kellner e Share (2008, p. 703) “as novas tecnologias da comunicação são ferramentas poderosas que podem libertar ou dominar, manipular ou esclarecer, e é vital que os educadores ensinem seus alunos a usarem e analisarem criticamente esses tipos de mídia”.

Os livros digitais são em sua maioria, até o momento, apresentados no formato de ePub, também conhecido como livro eletrônico ou digital, são os mais difundidos, por adaptarem-se a telas diferentes, e podem ser lidos em *tablets*, *e-readers*, computadores ou *smartphones*, esses livros normalmente estão disponíveis em PDF. Neste caso, os conteúdos do volume são digitalizados, exatamente como surgem no livro impresso. Na verdade, esse é um livro que foi preparado para ser comercializado em meio digital, de modo que seus conteúdos, imagens e atividades apareçam de modo legível quando lido no formato digital. Existe ainda, a possibilidade de o livro eletrônico estar disponível em um CD-Rom, e ser lido em um suporte diferente. Como descreveu Ribeiro (2011, p. 131) “o livro, assim como os jornais e as revistas, foi sendo reprojetoado e consagrou-se como objeto

portátil, que pode ser lido em qualquer lugar, mesmo nas ruas da cidade, em qualquer praça ou sala de espera”.

Quanto aos suportes para leituras dos livros digitais podem-se listar vários deles, a disposição do leitor. Caso o livro esteja em um CD-Rom ele poderá ser lido em qualquer equipamento que faça a leitura de um CD. Os livros digitais vendidos pelas editoras online podem ser baixados em vários suportes diferentes, caso o livro tenha sido elaborado em PDF, basta apenas instalar o programa para o funcionamento desse tipo de arquivo. Existem ainda equipamentos que são leitores específicos para livros digitais, esses são vendidos nas livrarias e grandes magazines.

Mas, com o acesso e o avanço dos meios tecnológicos, os livros digitais podem ser baixados e lidos, em suportes diferentes.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento dos recursos, os suportes e as ferramentas para escrever e ler mudam. A prática do leitor fornece subsídios para que os produtores de material escrito e/ou de dispositivos para leitura possam repensar, reprojeter e reinventar materiais e recursos, de acordo com a demanda constante do leitor, que busca conforto, eficiência, eficácia, portabilidade e compreensibilidade. E o leitor vai se conformando ao objeto de ler, num ciclo retroalimentado e retroalimentador. (RIBEIRO, 2011, p. 126)

Sendo assim, acredita-se que a tendência seja a da difusão dos leitores digitais, e a escola aproprie-se a cada dia destas inovações.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e Saber Escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2008.

CASSIANO, Célia C. de F. **Mercado do Livro Didático no Brasil no século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun**. Trad. Reginaldo C. C. Moraes, 1ª reimpr. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

KELLNER, Douglas & SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia: democracia radical e a reconstrução da educação. Campinas, **Revista Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, p. 687-715, out. 2008.

RIBEIRO, Ana. Ler na tela: letramento e novos suportes de leitura e escrita. In: COSCARELLI, Carla & RIBEIRO, Ana (Org.s). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: CEALE: Autêntica, 2011, p.25-49.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PRÁTICA DA MEDITAÇÃO LAICA NOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO PEDRO II

Cláudia Maria de Luca
Colégio Pedro II
Núcleo de Pesquisa em Meditação Laica Educacional Aplicada
claudiahtrato@gmail.com

Palavras-chave: Meditação, educação emocional, meditação laica.

INTRODUÇÃO

Ao longo de 25 anos de magistério como Professora de Educação Física pude perceber que a falta de educação emocional prejudica a formação do aluno no preparo para o exercício da cidadania conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e as últimas recomendações da UNESCO. A metodologia da pesquisa-ação permitiu o surgimento da atividade da meditação como disciplina. Levantamos a hipótese de que da prática da meditação é capaz de desenvolver habilidades no aluno do Ensino Médio relativas à obtenção de maior equilíbrio emocional, controle do estresse e autoconhecimento. Instituímos a qualificação Laica ao termo Meditação de modo a impedi-la de se tornar condutora para ideologias extracurriculares ou crenças diversas no âmbito escolar. Como objetivo, avaliamos o impacto da introdução da técnica da Meditação Laica orientada para o desenvolvimento subjetivo do aluno como disciplina dirigida à Educação Emocional para o Ensino Médio do Colégio Pedro II. Encontramos resultados que corroboram a hipótese, mas admitimos ser necessária a continuação dessa investigação através do levantamento contínuo e longitudinal de dados diretamente dos alunos praticantes.

DESENVOLVIMENTO

O atual desenvolvimento de políticas pedagógicas vem destacando a necessidade de se formar um sujeito crítico e criativo a quem a escola que se sustenta apenas na pedagogia de passagem de conteúdo não contempla.

O Departamento de Educação Física do Colégio Pedro II, durante a construção do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) inspirado na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, direcionou o ensino da disciplina da Educação Física ao desenvolvimento de competências elencadas em grupos de trabalhos paralelos ao PPP. O ensino por competências levou a professora, autora deste trabalho, a direcionar seu olhar ao aluno como sujeito a se tornar competente na utilização do conhecimento adquirido mais do que apenas apreendê-lo.

Ao longo de três anos, utilizando a metodologia da pesquisa-ação, foram identificadas as características psicossociais desse aluno, sua demanda e como atendê-la. Como consequência dessa fase da pesquisa, em 2009, surgiu a Oficina de Meditação Laica como nossa variável independente para a próxima fase da pesquisa, desta vez, participante, cujos resultados estão apresentados aqui. Em uma revisão bibliográfica constatou que apesar de a meditação estar associada a algumas práticas religiosas e/ou filosofias orientais ela não pode ser considerada propriedade de nenhuma delas (Johnson, 1982). Como garantia de preservação da técnica descomprometida com esta ou aquela linha cultural, pensamento filosófico ou prática religiosa, assumiu o conceito e a prática laica.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Segundo Goleman (1995, p. 276) “ser emocionalmente alfabetizado é tão importante na aprendizagem quanto a matemática e a literatura. ” Pelo atual processo educacional podemos nos tornar doutores em determinado saber e, no entanto, ignoramos nossa dinâmica emocional a ponto de termos pouco ou nenhum controle sobre ela, fato que compromete o comportamento equilibrado tanto para atitudes desportivas quanto para o estabelecimento de relações harmoniosas no exercício pleno da cidadania. Facilitar as relações sociais harmoniosas é, também, um dos quatro pilares sugeridos pela UNESCO como princípios da educação.

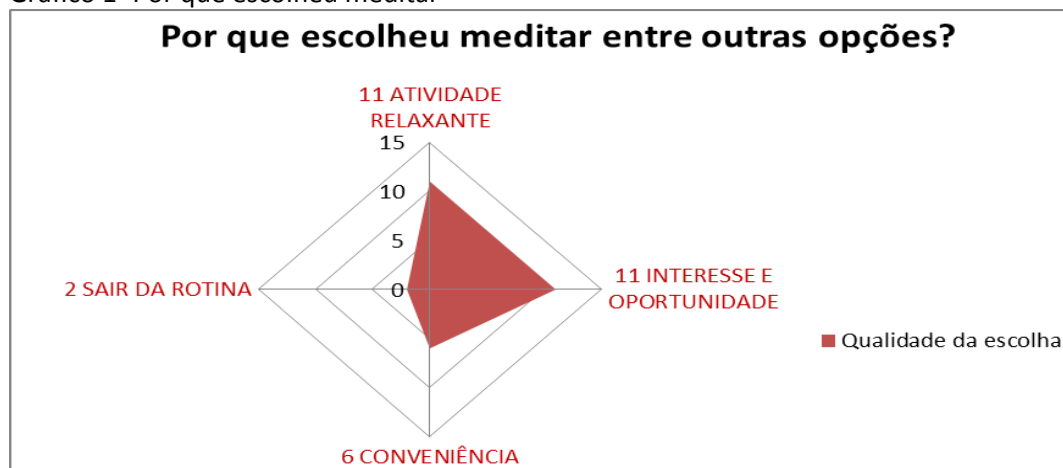
A relevância desse estudo é fundamentada na impossibilidade de se controlar as experiências emocionais vividas por um sujeito num determinado ambiente. Experiências de frustração ou qualquer outra que gere a supressão de emoções estarão sempre presentes no cotidiano de qualquer ser humano em qualquer ambiente. De modo que, se não há como controlar a formação de comportamentos gerados por emoções, esse estudo levanta a hipótese de que a prática da técnica da meditação laica habilita o aluno do Ensino Médio a lidar com tais emoções.

Visamos auxiliar esse aluno a adquirir uma educação emocional levando-o a qualificar melhor seu comportamento de acordo com o melhor para si e para o ambiente no caminho de sua formação como cidadão.

RESULTADOS OBTIDOS

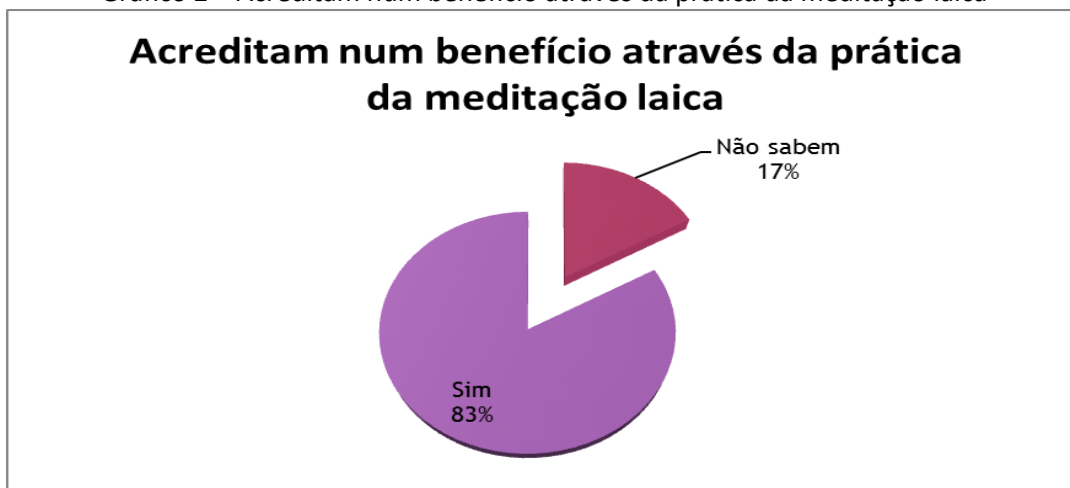
As aulas de Meditação laica se deram dentro do protocolo da disciplina de Educação Física para os alunos dos 1ºe 2º anos do ensino médio que escolheram espontaneamente essa oficina entre outras como vôlei, futsal e handebol.

Gráfico 1- Por que escolheu meditar



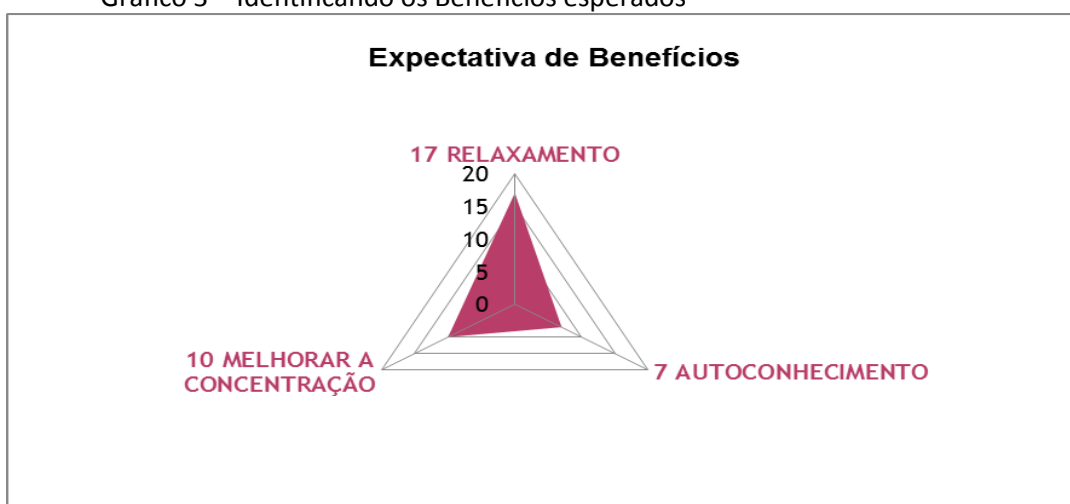
FONTE: QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS INÍCIO DO ANO

Gráfico 2 – Acreditam num benefício através da prática da meditação laica



FORTE: QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS INÍCIO DO ANO

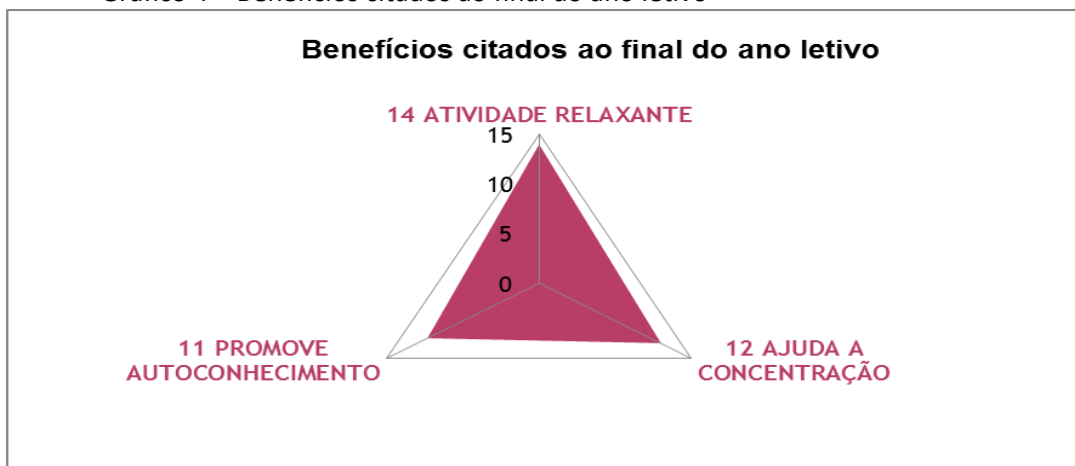
Gráfico 3 – Identificando os Benefícios esperados



FORTE: QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS INÍCIO DO ANO

Os alunos praticaram a meditação laica dentro do currículo da disciplina de Educação Física escolar e, portanto, sujeita a todas as paradas relativas aos feriados, férias e Conselhos de Classe. A fonte de dados foi exclusivamente primária obtida através de questionários antes e depois do ano letivo. Foram 18 aulas semanais em cada semestre.

Gráfico 4 – Benefícios citados ao final do ano letivo



FONTE: QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS FINAL DO ANO

Gráfico 5 – Aprovação da Implantação da Oficina de Meditação Laica

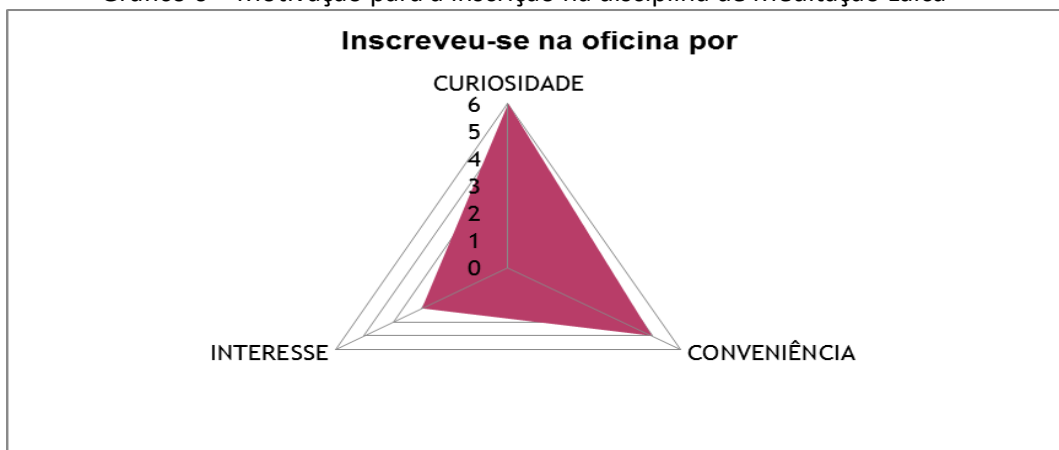


FONTE: QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS FINAL DO ANO

Comparando os dados do início do ano com os do final do ano percebemos que diante desse objetivo atingido por 100% dos alunos, e considerando que aí estão incluídos os que não tinham nenhuma expectativa, podemos destacar o fato de que esses dados, além de definirem claramente que há essa demanda por parte dos alunos do Ensino Médio, apresentam a criação da Oficina de Meditação Laica como um resultado positivo da fase de pesquisa-ação que gerou essa variável.

Com o objetivo de verificar se os benefícios encontrados eram duradouros, realizamos um levantamento longitudinal através dos dados colhidos em entrevistas realizadas um ano depois da prática no imediato momento da abordagem. Em primeiro lugar, verificamos a motivação para a inscrição nessa oficina por parte do grupo de entrevistados.

Gráfico 6 – Motivação para a inscrição na disciplina de Meditação Laica



FONTE: ENTREVISTA COM OS ALUNOS UM ANO APÓS A OFICINA DE MEDITAÇÃO LAICA

Gráfico 7 – Quantidade de alunos que atingiu o relaxamento

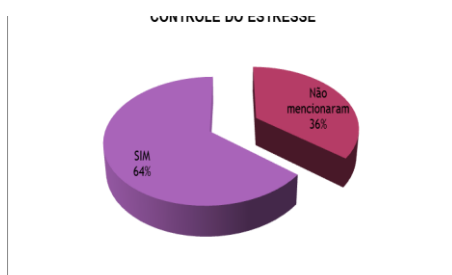


FONTE: ENTREVISTA COM OS ALUNOS UM ANO APÓS A OFICINA DE MEDITAÇÃO LAICA

Destacamos a menor expectativa de benefícios encontrada nesse grupo entrevistado. Sua motivação foi definida, em sua maioria, por uma curiosidade e conveniência do horário - categoria que abrangeu essa escolha pela falta de uma opção melhor -, do que propriamente interesse pela prática. Encontramos nesse grupo também, dois alunos com baixa frequência que não deixaram de perceber benefícios com a prática. Entendemos que o tipo de motivação dessa amostra valoriza o resultado de 100% de relaxamento atingido pelos praticantes incluindo aqueles que não frequentaram a Oficina desde o início do ano letivo.

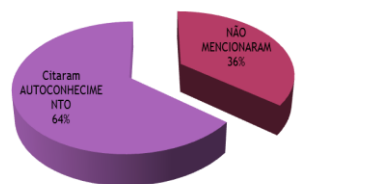
Todas as perguntas foram abertas não havendo nenhuma indução ou sugestão de respostas. As categorias foram levantadas através de uma cuidadosa análise do discurso (Bardin, 1977). Os próximos gráficos apresentam essas categorias que revelam os benefícios atingidos pelos alunos praticantes.

Gráfico – 8 Quantidade de alunos que atingiu o controle do estresse



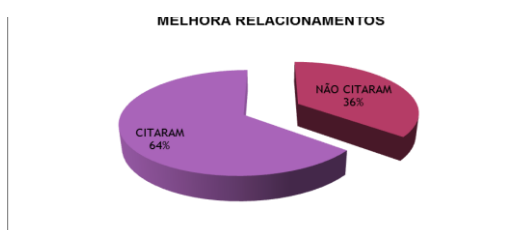
FORNTE: ALUNOS ENTREVISTADOS

Gráfico 9 – Quantidade de alunos que citou o benefício do autoconhecimento



FORNTE: ALUNOS ENTREVISTADOS

Gráfico 10 – Quantidade de alunos que mencionou melhora nos relacionamentos



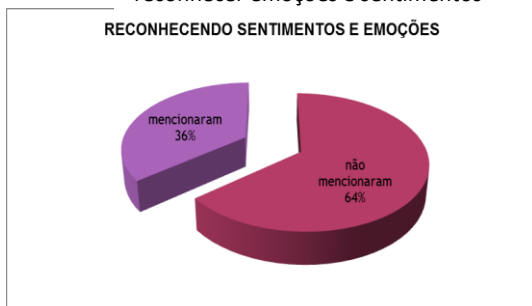
FORNTE: ALUNOS ENTREVISTADOS

Gráfico 11 – Quantidade de alunos que citou melhora no desempenho escolar



FORNTE: ALUNOS ENTREVISTADOS

Gráfico 12 – Alunos que citaram o benefício de reconhecer emoções e sentimentos



FORNTE: ALUNOS ENTREVISTADOS

Gráfico 13 - Opinião dos alunos sobre a inclusão dessa prática no currículo escolar

OPINIÃO DOS ALUNOS PRATICANTES SOBRE A INCLUSÃO DA PRÁTICA DA MEDITAÇÃO LAICA NO CURRÍCULO ESCOLAR



FORNTE: ALUNOS ENTREVISTADOS

CONCLUSÃO

Dentro do contexto do aluno do Ensino Médio, levando-se em conta as características psicossociais dessa população, destacamos a melhora no desempenho escolar, um benefício significativo que justifica 100% de aprovação por parte dos alunos da inclusão formal da disciplina de Meditação Laica no currículo escolar do Ensino Médio.

Apesar da pequena amostra e do reconhecimento de que é necessário aprofundarmos essa pesquisa tanto na abrangência quanto ao aspecto longitudinal podemos considerar seguro afirmar que o impacto da utilização da técnica da Meditação Laica como disciplina que venha a desenvolver a educação emocional nos alunos é positivo. Verificamos que apesar da motivação do aluno não estar totalmente dirigida para a prática, os resultados indicam que é possível o aumento da tolerância em suas relações sociais, a melhora no desempenho escolar e o aumento no controle do estresse.

O fato dos benefícios apresentados terem sido alcançados dentro do protocolo de qualquer outra disciplina escolar aponta que estamos diante da possibilidade de uma inovação dentro currículo escolar que venha a contemplar uma educação emocional.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa, 1997.

CHAMBER, R. & GULLONE E. & ALLEN N.B., *Mindful emotion regulation: An integrative review*. Clinical Psychology Review, Vol. 29, Issue 6, August 2009, Pages 560-572 http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6VB8-4WKK1RD-1&_user=686091&_coverDate=08/31/2009&_alid=1662823532&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_origin=search&_zone=rslt_list_item&_cdi=5920&_sort=r&_st=13&_docanchor=&view=c&_ct=242&_acct=C000037078&_version=1&_urlVersion=0&_userid=686091&md5=bfa769040e7f270cf64c16b227e4c98b&searchtype=a doi:10.1016/j.cpr.2009.06.005 Acessado em 06/10/2010

DELORS & ALL, *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Cortez Editora. São Paulo, 1998.

GOLEMAN, D Phd, *Inteligência Emocional. A Teoria Revolucionária que Redefine O Que É Ser Inteligente*. Ed Objetiva. RJ, 1995.

JOHNSON,W. *Do Xamanismo à Ciência*. Uma história da meditação, Editora Cultrix. São Paulo, 1982.

MÁXIMO, A., *A Pesquisa Participante como Prática Educativa*, Liber Livro Editora Ltda., 2006. Brasília.

ROSAEN, C. AND BENN, R. *The Experience of Transcendental Meditation in Middle School Students: A Qualitative Report*. In *Explore* 2:422-425. © Elsevier Inc. 2006.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*, 13ª Edição. São Paulo: Cortez, 2004.

FORMAÇÃO DOCENTE: EM CAMPINA GRANDE DO SUL: POR UMA PRÁTICA REFLEXIVA

Belenice Koffke Buff Rotini (UNINTER – Centro Universitário Internacional;
Curso: Mestrado em Educação e Novas Tecnologias;bele_rotini@hotmail.com
Daniel Soczek

Palavras-chave: formação de professores, políticas educacionais, formação continuada.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância de refletir sobre os sentidos e significados da formação docente, cabe deixar clara a necessidade de uma revisão do contexto em que o professor está inserido. É necessário pensar, pois, a formação inicial, as condições de trabalho, salários, a formação continuada e a relação desta com a sua prática em sala de aula. Esta reflexão está delimitada no que tange à formação continuada. Nosso problema de pesquisa é: Qual a contribuição efetiva da formação continuada para o professor? Nossa hipótese é de que a mesma, não obstante sua importância ou necessidade, muitas vezes é vista apenas como uma obrigatoriedade de cumprimento a LDB 9394/96. Nesse sentido, é preciso investigar como vem sendo este processo de formação continuada, analisar e elencar os pontos positivos e negativos deste processo.

O interesse pela investigação deste tema se dá a partir de todo um questionamento referente à formação do docente que nos remete a pensar sobre a mesma hoje, visto que tantos são os autores e estudos que nos apontam a uma atenção especial e reflexiva à Formação do Docente.

A condição (profissional, status social) de professor tem se mostrado desacreditada. O professor enfrenta muitos problemas relacionados ao excesso de carga horária ou outros e uma das consequências desse processo é a defasagem na sua formação continuada. Considerando este contexto, esta pesquisa, em andamento visa elencar os principais obstáculos enfrentados pelos professores para realização de seu processo de formação continuada e posteriormente alguns indicativos que apontem para alternativas, considerando o contexto. Esta discussão requer uma investigação no campo acadêmico, profissional e de atuação dos professores.

Esta pesquisa justifica-se pela importância em aprofundar, ampliar estudos que nos remetam criticamente as atuais condições de formação docente. Quanto mais e melhor qualificados forem os professores, mais eles estarão preparados para o ofício do exercício de sua profissão, e também proporcionarão uma reflexão sobre suas práticas e ações diárias. Espera-se que este processo torne o professor mais valorizado e ainda mais preparado para exercer com qualidade sua função, de ser atuante, participativo, democrático a partir de uma formação contextualizada, inovadora e reflexiva.

DESENVOLVIMENTO

Considerando a existência de lacunas na formação docente que tem refletido em sua prática pedagógica dentro e fora do contexto da sala de aula, questionamo-nos se a formação estaria envolvendo este profissional para a transformação, visto que a educação envolve a construção para a cidadania. Por isso o objetivo principal de nossa pesquisa é

investigar como se dá o processo de formação continuada dos docentes, bem como a participação e aproveitamento deste para a vida profissional e pessoal. De modo específico, queremos responder à seguinte pergunta: a prática da Formação Continuada dos professores de Campina Grande do Sul, na 1ª etapa da Educação Básica, tem contribuído para um melhor desempenho dos mesmos em sua prática diária? Para isso, pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos: analisar a formação docente oferecida aos professores da rede municipal de ensino; apresentar criticamente pontos positivos e negativos, e a contribuição dos mesmos para a sua prática pedagógica e descrever e interpretar no discurso dos professores a relação das práticas pedagógicas frente a proposta de formação continuada e, por fim, propor uma formação voltada ao interesse da maioria do grupo frente aos desafios mais frequentes enfrentados pelos mesmos em sala de aula.

Considerando as leituras já realizadas e nossa experiência profissional, entendemos que hoje é de extrema importância que se faça urgentemente um novo pensar na formação dos docentes, visto que nos deparamos com mudanças socioculturais constantes, que nos forcem a revisão dos paradigmas.

É de extrema relevância que a formação, a construção da carreira do professor passe por constantes transformações que incluam estas demandas emergentes para acompanhar e dar suporte necessário a construção do saber, da aprendizagem.

O profissional consciente sabe que a sua formação não termina na universidade, mas sim, lá se abrem os caminhos, e daí em diante havendo a necessidade de estar em constante aperfeiçoamento. Para isto também se faz necessário que a instituição cuja qual este profissional está inserido lhe dê todo o suporte necessário para a sua formação. Nesse caso, citamos alguns exemplos. Primeiramente, o governo Federal na intenção de impulsionar a formação docente, criou o (PDE), Plano de Desenvolvimento Educacional, repassado aos Estados, onde profissionais são selecionados ficando um ano afastado para a realização de seus estudos, uma forma de valorizar e abrir caminhos a formação dos docentes, projeto este específico da 2ª fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo, em âmbito municipal existem experiências anuais de formação conhecidas como semanas pedagógicas. Mas, qual o sentido, o significado, o alcance destas propostas?

Freire (1975) deixa claro que o papel do professor dentro de um modelo de “Educação Bancária”, é um instrumento de reprodução social. Há uma lacuna neste processo, ou seja, hoje é visto que alguns, ou seja, hoje é visto que alguns professores vivem uma reprodução deste modelo e não oportuniza uma produção cultural eficaz para os nossos alunos e para a sociedade. Alguns professores têm em sua prática se caracterizado como “meros” transmissores do conhecimento.

Para Severino apud Romanowski, (2007 p.115) a característica essencial do trabalho do professor é promover a educabilidade, ou seja, favorecer para que os sujeitos, eles próprios, tornem-se construtores e transformadores de sua individualidade, da subjetividade e da própria sociedade, porém há uma grande dificuldade em o professor promover esta transformação dos nossos educandos, de serem os sujeitos transformadores da sociedade, visto que a falta de consciência política e pensamento crítico ainda são fortes aliados para que os alunos não sejam críticos, capazes de atuarem para a transformação, acredita-se que a formação dos docentes está também enfrentando mais esta situação.

Conforme Souza, apud Romanowski (2007, p.137), constatou-se que os professores iniciantes têm preocupação intensa com a promoção do ensino, com o domínio dos conteúdos, as metodologias do ensino, o controle do tempo da aula, e a disciplina dos alunos. O professor está preocupado com o tempo, o que se tem para aplicar, não em

proporcionar a pesquisa, o pensar, agir em constituir um grupo voltado para um trabalho eficaz de busca ao conhecimento.

Dewey apud Romanowski (2007, p.133) relata quando o professor se diz ter dez anos de experiência, na verdade quer dizer que, tem um ano de experiência repetido dez vezes. De certa forma sai ano entra ano e o “repeteco” continua. E o que pensar quando o professor após os dez anos de trabalho, de experiência como ele diz ter, entre em um curso de formação continuada, e diz não aguentar mais ouvir sempre a mesma coisa, rever tudo aquilo que ele já está cansado de saber. E porque será que sua prática, suas ações, e sua metodologia continuam as mesmas, o que será que precisaria mudar?

O professor precisa com certeza, estar disposto a mudar sua metodologia, desencadear interesse pela formação constante e contínua, estar aberto as mudanças, ter “sede, fome” de conhecimento, de inovação, pois isto requer além da vontade, ânimo, coragem e a vontade de ser realmente PROFESSOR, para que possamos mudar todo este contexto desacreditado da Educação brasileira.

Faz-se necessário formar profissionais que reflitam constantemente sobre sua prática, e isto requer, portanto que os nossos profissionais tenham as condições mínimas para poderem trabalhar com qualidade, condições de realização, tempo de permanência, além das aulas, serviços de apoio para gravação de aulas, tempo para realização de reuniões de avaliação e especialistas para auxiliar na avaliação das aulas e de todo o contexto que envolve este processo educacional. Pois a maior barreira para a introdução de um programa de formação reflexiva na e sobre a prática são os saberes, a cultura escolar e a cultura universitária, pois a estrutura de formação tem sido como prática o ponto de partida. Ou seja, é a prática e não a teoria, ainda que ambas estejam articuladas. (Romanowski, 2007 p.145.).

Na linha de pensamento de Freire (2006 [1968]) apud Oliveira (2013 p.60), a conscientização é um conceito base da educação e da formação, significando a compreensibilidade do trabalho pedagógico, sobretudo explorado na emancipação e autonomia do aprendente. A necessidade da conscientização é elemento fundamental da formação visando um trabalho pedagógico autônomo, emancipatório, que se construa, se faça, se busque, e proporcione este ao aluno.

Outro ponto importante citado por Nóvoa apud Oliveira e Pacheco (2011, p. 61) é o de tornar central o trabalho pedagógico na formação que significa valorizar o desenvolvimento docente como profissão e o da escola como aprendizagem.

Segundo Oliveira e Pacheco (2013, p.61), o professor vem se sentindo funcionarizado, burocratizado, em formas de controle cada vez mais sofisticados, quer queira ou não, seguimos agendas globalizadas, politizadas, performativas, como se fossemos um só, vivendo em um mesmo local, sendo vistos e pensados como um ser único.

Oliveira e Pacheco ressaltam ainda que as avaliações buscam conhecer o desempenho dos alunos e conforme critérios estabelecidos por especialistas externos do sistema, além de avaliarem indiretamente o professor, o que vem causando no docente uma exaustão, designado como cultura do terror, ou sistema do terror, conforme Ball apud Oliveira e Pacheco (2011, p.85).

Dias e Lopes (2009) se diz não associar em acusar o currículo da formação docente excessivamente teórico e descontextualizado, não cabe desmobilizar a teoria, nem distanciar-la da política e da ação prática. Não há como acusar este ou aquele, pois sendo que um necessita do outro, um complementa o outro, mas precisamos sim rever até que ponto a política pode interferir de maneira positiva o processo educacional, e conseqüentemente até que ponto pode interferir negativamente, e onde estes pontos afetam a formação do

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

docente. Conforme (Dias e Lopes, 2009), diz ainda que o investimento na formação teórica é de grande importância para a formação e valorização do profissionalismo docente.

Um currículo revisado participativo, retro reflexivo, contextual, processual, transformador e formador visa uma ampla mudança, abrindo novos caminhos e incentivando nosso docente em sua prática, ou seja, uma formação que o possibilita mais participação, autonomia, tornando-o mais participativo, atuante, pesquisador. Cabendo aqui ainda ressaltar a importância de todos os envolvidos no processo educacional para que possam encontrar caminhos alternativos, pois o professor estimulado frequentemente e resgatando dia a dia sua autonomia, será um profissional marcado por colaboração e democracia, e disposto as mudanças e as inovações.

O professor precisa construir seu discurso sobre a prática, pois vale ressaltar que ao iniciar sua carreira ele testa formas de construir sua prática como se tivesse “uma receita”, pois acaba inicialmente repetindo em sala de aula, várias experiências adquiridas em sua vida acadêmica, até que encontre uma metodologia mais adequada e aos poucos vai aprimorando sua prática, porém muitos vão deixando a desejar por não irem em busca constante de formação, e vários são as dificuldades e até mesmo diria “falta de estímulo”, de informação, leituras atualizadas, entre outros. Há também profissionais que se acham prontos e acabados, seres inatingíveis, levantando aqui uma questão: Onde estaria a falha neste sistema, ou na formação, o que faz com que estes profissionais pensem e ajam assim, repetindo a mesma prática e metodologia?

Sabemos que os projetos educacionais refletem as condições históricas do seu tempo. Como ressalta Evangelista (2002, p. 3) apud Moraes, Pacheco e Evangelista (2003, p.101), deve-se considerar que cada momento histórico produz um projeto educacional coetâneo com os interesses políticos em presença “o que se pode levar, inclusive, a que elementos de políticas anteriores possam ser respostas se esses mesmos interesses assim o exigem”.

A formação não pode ser imposta, nem pode ser um meio de busca por titulações, visando a obtenção de créditos e elevação em nível de carreira, para sua progressão funcional, produzindo assim uma formação emergente, descontextualizada. É preciso repensar o ser professor, qual é e qual tem sido seu verdadeiro papel, diante de tantos desafios, inovações, métodos, tecnologias, que surgem a todo momento, e o professor como fica neste contexto.

Para Hargreaves e Evan (1997, p.80):

(...)a grande maioria dos professores terá que se empenhar nos próximos anos em desenvolver as competências e as perspectivas exigidas pelos reformadores, em muitos casos, em desaprender práticas e crenças relacionadas aos alunos e as práticas de ensino aprendizagem que dominaram grande parte de suas carreiras profissionais. (Perrenoud, 2002, p.98).

Para Behrens (2013, p.109), é de extrema importância que os professores reflitam sobre alguns pontos importantes, como reduzir o espaço de aulas teóricas, buscar envolvimento dos alunos, organizar atividades diferenciadas, buscar resultados consensuais, provocar utilização de meios eletrônicos, valorizar a produção e a elaboração própria, dinamizar o espaço acadêmico, estimular o uso constante e contínuo de biblioteca, ter a preocupação de demonstrar e valoriza o lado prático de conhecimentos propostos, discutir profundamente espaços e conteúdos a serem utilizados, aliar procedimentos da prática com vivências, propor construção textual dos acadêmicos, criar com e para o aluno ambiente inovador, contemplar as inteligências múltiplas, correr o risco, ousar, permitir e se permitir inovar, dentro de aspecto o professor se torna o orquestrador do processo pedagógico, se dizendo no processo de formação também dos nossos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo isso só é possível após reflexão crítica e análise dos elementos que só são possíveis num processo de formação continuada. Processo este que busque contemplar o máximo possível às necessidades dos professores em suas práticas diárias de sala de aula.

A formação continuada deve focar pontos primordiais apresentados pelos professores em discussões, conversas, entrevistas, questionários onde estes tenham participação ativa em opinar, sugerir temas que sejam mais pertinentes a uma formação relevante voltada a sua prática diária, e que venha refletir na qualidade do trabalho desenvolvido com seus alunos positivamente.

Vale ressaltar ainda que além de uma formação de qualidade o professor precisa contar com apoio pedagógico, materiais que lhe deem suporte necessário para o desenvolvimento e aplicabilidade do trabalho, infraestrutura adequada, melhores condições salariais, e o envolvimento da comunidade e em especial dos pais dos alunos. Para que este processo tenha êxito, se faz necessário uma sintonia entre todos os elementos.

Porém o professor precisa ainda estar atento as mudanças que ocorrem na educação em especial nas Políticas Educacionais devendo acompanhá-las, estar em dia com leituras atualizadas sobre o que e como podem contribuir para a melhoria na educação, formando cidadãos ativos, conscientes, autônomos, críticos construtivos, participativos de uma sociedade tão desacreditada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **Formação de Professores: pensar e fazer**. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRÉ, Marli. **Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores**. <http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a04.pdf>

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Petrópolis, RJ: 6.ed.Vozes, 2013.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigma da Complexidade**. Petrópolis, RJ: 6.ed.Vozes, 2006.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. **As lições de Paulo Freire: Filosofia, educação e política**. Barueri, SP: Manole, 2012.

HENGEMUHLE, Adelar. **Formação de Professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAES, PACHECO e EVANGELISTA. Maria Célia, José Augusto, Maria Olinda. **Formação de Professores: Perspectivas educacionais e curriculares**. Ed. Porto 2003. Portugal.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

OLIVEIRA e PACHECO, Maria Rita N. S., José Augusto. **Currículo, didática e formação de professores**. 1ª ed. - Campina, SP: Papirus, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3.ed. - Curitiba, Pr. Ibpex, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LETRAMENTO: A COMPLEXIDADE DA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA POR SUJEITOS SURDOS

Thaís Fernandes de Aguiar
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Educação Especial e Educação Inclusiva
E-mail: arquivos.planos.de.aula@gmail.com

Palavras-chave: Aprendizado. Surdez. Letramento. Direitos.

RESUMO

A pessoa surda tem como primeira língua a Libras – Língua Brasileira de Sinais. A aquisição de outro idioma confere ao surdo ser chamado de bilíngue, pois dessa forma, destaca-se como possuidor de duas línguas. Nesse contexto, o português é reconhecido como segunda língua da pessoa surda. Contudo, devido a existência dos mesmos conflitos linguísticos e interpretativos de um estrangeiro, em inúmeras literaturas há a menção do surdo como um estrangeiro em seu próprio país. É preciso abrir parênteses quanto a essa afirmação, pois o aprendizado de um estrangeiro ouvinte ocorre por meio da transposição de uma língua a outra, ou seja, do conhecimento que ele possui em sua primeira língua materna para posteriormente assimilar a segunda língua. Em comparação a pessoa surda, quando afirmamos ser semelhante a um estrangeiro, essa semelhança aproxima-se quanto às dificuldades encontradas e não ao processo de aprendizagem. Em inúmeros momentos o processo de letramento não ocorre por meio de transposição. Em casos de aquisição da língua de sinais tardiamente, a aquisição de conhecimentos de ambas as línguas acontecerá num mesmo momento. As experiências em nome da “normalidade” ao longo da história produzem na pessoa surda marcas de um passado em nome da oralidade. O atual momento histórico apresenta o bilinguismo como oportunidade de ser surdo, expressar-se como tal, possuidor de identidade surda e cidadão pertencente a direitos: aprender, interagir e fazer uso de seu conhecimento por meio da língua portuguesa na modalidade escrita. Esse artigo tem como objetivo apresentar possíveis dificuldades existentes no processo de aquisição da língua portuguesa como segunda língua. O letramento ocorre na vida da pessoa surda durante todo seu processo educacional e social, ou seja, esse aprendizado acontece durante suas próprias experiências, sejam estas sobre si mesmo ou sobre o contexto em que está inserido. Fundamentado nos aspectos do bilinguismo, destacam-se os possíveis pontos relevantes no processo de letramento, como a aprendizagem da língua portuguesa ocorre e hipóteses que levaria surdos à memorização de palavras e conceitos. O sujeito surdo por ser possuidor de uma língua sinalizada, a Libras, e ter seus direitos amparados por lei como canal de comunicação e informação, apresenta com orgulho a relevância existente em sua língua sinalizada exigindo como direito legal a tradução de conteúdos escritos para a Libras. Diante disso, destaca-se a problemática: Como trazer relevância e significado ao aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, para sujeitos surdos? Por ser pesquisa de cunho bibliográfico, o conteúdo apresenta uma introdução a futuras pesquisas e análises em prol do letramento. O aprendizado da língua portuguesa na vida de pessoas surdas o oportuniza à participação social, conhecimento de seus direitos e maior flexibilidade no processo de comunicação social. A pessoa surda tem o direito de ser bilíngue e fazer uso das duas modalidades da língua em prol do próprio desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANSAY, Noemi Nascimento. **A inclusão de alunos surdos no ensino superior**. Revista do Núcleo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia. Curitiba vol.1. P.1-141. Disponível em http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/7-A_INCLUSAO_DE_ALUNOS_SURDOS_NO_ENSINO_SUPERIOR.pdf acesso em 08 jun 2015.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2. ed. atual. Curitiba: Ibpex, 2011.

ROSA, Andréia da Silva. TREVIZANUTTO, Luciana Cristina. **Letramento e surdez: a língua de sinais como mediadora na compreensão da notícia escrita**. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.brapci.ufpr.br%2Fdownload.php%3Fdd0%3D7057&ei=R30JVdSCHe21sATLsiHQBg&usg=AFQjCNFujt9rxfsu1XvUEv94zOLddgr4A> acesso em 18 mar 2015

QUADROS, Ronice Muller de. SCHMIEDT, Magali L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Arara Azul, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf acesso em 18 mar 2015

QUADROS, Ronice Muller de. STUMPF, Marianne Rossi. **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Arara Azul, 2009. Disponível em <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudo-Surdos-IV-SITE.pdf> acesso em 23 mar. 2015

– ANATER, Gisele Iandra Pessini. PASSOS, Gabriela dos. et al **Estudos Surdos IV**. In: QUADROS, Ronice Müller de (Coord). Mecanismo de coesão textual visual em uma narrativa sinalizada: Língua de Sinais Brasileira em Foco. Petrópolis – Rio de Janeiro: Arara Azul, 2009. p.49-76. Disponível em <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudo-Surdos-IV-SITE.pdf> >. Acesso em: 02 abr 2015

– NICOLOSO, Silvana. SILVA, Soélge Mendes da. et al Estudos Surdos IV. In: QUADROS, Ronice Müller de (Coord). **Lendo sinalizações em LIBRAS: onde está o sujeito?** Petrópolis – Rio de Janeiro: Arara Azul, 2009. p.49-76. Disponível em <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudo-Surdos-IV-SITE.pdf> >. Acesso em: 02 abr 2015

VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SALA VERDE E SAÍDA DE CAMPO (COL. EST. SERTÃOZINHO – EFMN- MATINHOS)

Marcos Silva Machado
Mestrando Dr. Luiz Everson da Silva
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável

Palavras-chave: aula de campo, educação ambiental emancipatória, sala verde.

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje quando falamos no processo de ensino aprendizagem, é importante resaltarmos o contexto histórico em que se desenrolam as diferentes concepções da educação brasileira. O que antes dava conta de atender as necessidades dos alunos em sala de aula, hoje em dia já não mais atende estas necessidades.

Quando levamos em consideração o processo histórico ocorrido através dos tempos pelas instituições de ensino brasileiras, vemos as grandes mudanças ocorridas na sociedade, onde a pouco tempo atrás não tínhamos celulares e se utilizava “quadro e giz”. Hoje temos celulares e muitas tecnologias ao alcance da maioria de nossos educandos, como a internet, na maioria das aulas ainda utilizamos as mesmas ferramentas de tempos atrás, e esperamos a mesma atenção de nossos alunos.

É urgente utilizarmos outras ferramentas metodológicas de forma a fomentarmos um real processo de ensino, no qual o educando realmente participe como um sujeito ativo do seu processo educacional, e assim com o seu envolvimento cheguemos a uma real situação de cidadania.

Com a utilização de aulas de campo metodologicamente corretas em nossas atividades diárias, podemos facilitar e realmente desenvolvermos o nosso papel de professor, que é propiciar ao educando um espaço para desenvolver suas habilidades e competências de forma prazerosa.

Neste trabalho queremos mostrar a nossa experiência na chamada “sala verde”. Gostaríamos de compartilhar nossos êxitos, e descrever as práticas citadas. Nesta perspectiva entenderemos tal oportunidade como real para a construção de uma escola, como um real espaço educador sustentável, onde nossas crianças vão ter uma real ideia da sua importância como um todo na construção da sociedade e exercício da cidadania.

A visão reformista traz elementos e formas mais sucintas de tratar a crise ambiental, com campanhas de coleta seletiva etc., numa visão mais crítica trata-se de medida paliativa que mascara o real sentido do que seja combater o modelo de consumo que é o grande vilão da questão ambiental como nos coloca Leff (2004).

Conforme SOUSA (2000), o estreitamento das relações intra e extraescolar é bastante útil na conservação do ambiente, inclusive o ambiente da escola, também na sua sala de aula.

Conforme (ANDRADE, 2000), podemos dizer que a efetiva implementação da Educação Ambiental nas escolas, evidentemente, “depende um processo de implementação que não seja hierárquico, agressivo, competitivo e exclusivista, mas que seja levado adiante fundamentado pela colaboração dos, participação e pela geração de autonomia dos atores envolvidos

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Como nos coloca, Reigota (2000, p.100) estas questões nos convidam a levar a prática a educação ambiental, e refletir com o objetivo de propor propostas metodológicas eficientes que permitam a reflexão do educando.

Quando falamos em Educação Ambiental não podemos deixar de pensar no que nos fala Maturana (1998, p. 34-35): “Para que educar? Para recuperar essa harmonia fundamental que não destrói, que não explora, que não abusa, que não pretende dominar o mundo natural, mas que deseja conhecê-lo na aceitação e respeito para que o bem-estar humano.

A busca pela compreensão e contato mais direto com os ambientes naturais pode ser considerada de acordo com (MILANO, 2001) como uma das mais fortes tendências da atualidade, uma vez que está cada vez mais evidente à sociedade o grave estágio de degradação de recursos e das paisagens. Somos sujeitos nesse processo também, sendo assim, fiquemos atentos a nossa prática diária e aos movimentos em defesa da sustentabilidade, no que se refere ao uso da energia, da água, dos materiais não renováveis, dos renováveis, da poluição do nosso ar, da proteção e conservação das belezas naturais.

Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento com sustentabilidade requer, consciência, corresponsabilidade, cooperação, solidariedade e principalmente compromisso com as gerações futuras. A tendência da educação ambiental na escola, segundo Reigota (2000, p. 79) é tornar-se não só uma prática educativa simplesmente, sendo somente mais uma disciplina no currículo, mas sim tornar-se uma filosofia na educação estando presente em todas as disciplinas que são trabalhadas, sem limitar a esta ou aquela disciplina, mas de maneira a dar um papel mais amplo na escola quando falamos em ecologia e educação ambiental.

Quando o educando se desvencilha, destas amarras destes preconceitos, que o sistema de ensino e o próprio professor ajudaram a concretizar, notamos que o educando fica mais receptivo, e mais aberto para a participação em sala, pois sabe que não irá ser classificado pois somente a intenção de acertar, de participar já é critério para sua tão desejada nota, e nessa hora que verdadeiramente começa a se ensinar, a passar o conteúdo, tendo a possibilidade de transpor-talo para a realidade do aluno onde este pode verificá-lo na prática, tornando o assim mais palpável mais próximo do educando, e possibilitando uma construção do conhecimento, e um estímulo da permanência deste jovem na escola, desta forma vamos procurar rever nossas atuais metodologia para o trabalho com os educando. A questão central não é a dos conteúdos escolares, mas da necessária mediação que estes conteúdos devem fazer, quanto ao remeter o sujeito para a compreensão da realidade (ter condições de aprender o movimento do real para nele intervir); isto é o que importa; . (Vasconcelos,2006 pg. 41)

DESENVOLVIMENTO

Tendo como base o que VASCONCELOS (1997) nos mostra, a presença em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações, dos seres entre si e do ser humano com ele mesmo e com seus semelhantes, é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra.

Dentro desta questão, aparecem as escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem a atitudes de conservação ambiental e ideias que privilegiam a

sustentabilidade. Desta forma com a sala verde e as saídas de campo buscamos este complemento, como atividade de campo, visando a contribuição do aprendizado.

Utilizando uma árvore no colégio como teto e parte do conteúdo, envoltas cadeiras do colégio que foram descartadas das salas e substituídas por novas. A princípio trabalhamos com alunos no contraturno do projeto mais educação, e mais tarde trabalhando com mais turmas do Colégio, procuramos envolver diferentes faixas etárias, buscando a interatividade e dinamismo nos conteúdos, obedecendo as curiosidades dos educandos devidamente mediados pelo professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta experiência no colégio Sertãozinho - município de Matinhos - PR, vemos comprovações do que alguns autores nos colocam, Arroyo nos coloca a urgência de mudarmos o currículo de revertermos o que objetivamos passar a nossos alunos da relevância de alguns conteúdos e da questão de limitarmos os conhecimentos a disciplinas já que falamos em interdisciplinaridade mas na prática atualmente em nossas salas de aula não vemos muito isto acontecer.

Não adianta utilizarmos meios tecnológicos como datashow e outros métodos para o ensino sendo que ainda acabamos utilizando práticas pedagógicas arcaicas da época dos jesuítas, onde só abolimos os castigos físicos, mas acabamos torturando psicologicamente nossos alunos, criando em nossas salas um ambiente de embate entre professor e aluno que é criado pelas nossas atuais práticas em sala.

A escola tem um papel importantíssimo para a formação dos indivíduos que formarão a sociedade, no atual molde capitalista, acaba servindo para a perpetuação das condições sociais, visto a sua atual estrutura burguesa, não poderia ser o contrário, gostaríamos de mostrar aqui neste trabalho que continuando este sistema de trabalho nas escolas, estamos perpetuando as diferenças sociais, e estas tem um papel importantíssimo para a EA, visto que a atitude deste educando fará a mudança na nossa sociedade para positiva ou agravando a atual situação ambiental.

Quando falamos aqui neste trabalho de EA, não nos limitamos a uma ou outra prática como com postagem, horta, captação de água de chuva etc., mas sim de uma maneira mais ampla onde para mudarmos a nossa relação com o nosso meio precisamos ir mais a fundo e criarmos uma “racionalidade ambiental” um pensar de forma a que vá mais além do momento atual, que veja também a consequência de nossos atos quando consumimos ou quando descartamos algo.

Vemos pelas práticas aqui mostradas o envolvimento dos educandos quando saímos da sala, dum ambiente formal e vamos a campo, ver na prática o que só é mostrado nos livros didáticos, observamos que este aluno faz um link entre a parte teórica e a prática, ele consegue se sentir parte do meio ambiente e se dar conta de sua responsabilidade.

Queremos aqui, não dizer que as atuais práticas de educação não surtem efeito, mas sim juntar toda a vida diária dos nossos educandos, do seu dia-a-dia, fazendo parte da sua vida, para criarmos uma sociedade mais racional ambientalmente, ciente de suas responsabilidades.

A mudança de nossas práticas e revertermos a importância dos conteúdos e principalmente como trabalhamos tem uma grande relevância para este processo de mudança, porque de certa forma é contraditório de nossa parte quereremos que a sociedade mude sua forma de se relacionar com o meio ambiente se nós professores não mudamos a

forma de educar os nossos alunos, perpetuando o atual molde social que esta causando grandes problemas a sociedade atualmente.

Foi trabalhado com aos alunos do projeto mais educação estas saídas de campo, a principio vimos uma certa resistência destes alunos, mesmo porque estes são educandos do 6º ao 8º anos e na sua maioria em risco social, fruto de diversos problemas familiares, onde com o passar das aulas vimos um crescente interesse nas aulas onde mesmo num ambiente não formal de sala de aula conseguimos atingir nosso objetivo que e somente o aprendizado.

Damos ênfase a este assunto ensino aprendizagem e avaliação escolar na atualidade, visto a sua demasiada importância dada por muitos educadores nos dias de hoje, se fala muito de escola libertadora de mobilidade social, mas o que vemos hoje em dia é um alto índice de reprovação, um numero ainda elevado de evasão escolar, onde as elites continuam ditando as regras e onde os jovens provenientes de classes mais pobres continuam no mesmo nível social com raras exceções, onde desta forma vemos o agravamento da desigualdade social, da continuidade das classes sociais tema este totalmente vinculado a questão social pois da maneira atual, tende a continuar no mesmo ciclo vicioso, onde o pai de certo educando, cursou somente as series iniciais do ensino fundamental, e para ele, se chegar até esta fase já esta bom, enquanto o jovem de classe mais abastada que seu pai tem um provável curso superior tende a ir pelo mesmo caminho contribuindo assim para legitimar a esta conservação social. Assim vemos que a escola vem a contribuir para estes fatos para conservar a as vezes aumentar, colocando o impacto que estas praticas tem para a atual situação do planeta visto as praticas da sociedade para com o meio ambiente.

Queremos então com base nos dados recolhidos aqui e no depoimento de alguns alunos, procurar um meio para que se trabalhe em sala privilegiando o aprendizado e fortalecendo a relação do aluno com o professor, tornando estes momentos em sala proveitosos e construtivos, fortalecendo a bagagem que eles trazem de casa e procurando dar ênfase para as questões que eles tem que absorver para a vida em sociedade, onde além dos conteúdos, eles terão que ter uma certa alta estima em si mesmos, nós os professores exigimos as vezes algo além das possibilidades de certos alunos, porque tenho que vencer o conteúdo, e as vezes aquilo nunca será usado pelo educando, não tem uma formula certa para o trabalho em sala o professor e que de certa forma vai adequar o conteúdo de acordo com a realidade da turma, lembrando que quando falamos do trabalho em sala estamos englobando também o trabalho de campo.

Como foi colocado no começo não existe uma receita ou um conjunto de regras a seguir para este trabalho em sala, onde tornamos a colocar o conteúdo tem uma grande ênfase por parte do professor, e muitas vezes também por parte do aluno, que esta de certa forma viciado em conteúdo, que muitas vezes vai ser colocado no caderno “decorado” para a avaliação, e nunca mais vai ser visto ou lembrado.

Quando depois de muita resistência o professor se rende a trabalhar com uma avaliação baseada na intencionalidade como nos coloca Vasconcelos, e trabalhando de uma forma diferente com o aluno, esbarra muitas vezes na preocupação dos alunos com os conteúdos, achando que por se estar trabalhando de forma diferente, estes estão esquecidos, porem não se erguesse, totalmente somente se da menos ênfase, para tal, trabalhando mais com a questão do raciocínio dos educando, e trazendo as questões tratadas para a sua realidade, tornando assim mais prazerosa, a sua estada em sala de aula já que desta forma se vê uma melhora significativa.

Como vemos esta realidade nas escolas, muitas vezes nos pegamos agindo mecanicamente tratando-os como simples números, preocupados em cumprir o programa de ensino pré-estabelecido, agindo de forma alienada porque nos esquecemos do nosso

papel como agentes sociais, possíveis modificadores do meio em que vivemos, da sociedade como um todo, assim acabamos tratando todos de forma igual, como se tivessem saído da mesma forma e deve sem responder homogeneamente não levando em conta as suas diferentes bagagens culturais as suas prioridades, simplesmente nos importando mais com os objetivos a serem atingidos do que com o rendimento do educando.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão.** In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

LEFF, D. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências a o dialogo de saberes. Rio de Janeiro: Garamond,2004.

MILANO, M. S. **Conceitos e princípios gerais de ecologia e conservação.** In: FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA (Ed.). Curso de administração e manejo em Unidades de Conservação. Curitiba: FBPN, 2001

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 1998.

MATURANA, H. & REZEPKA, S. N. **Formação humana e capacitação.** Petrópolis: Vozes, 2001.

REIGORA, Marcos. **A Floresta e a Escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** São Paulo: Cortes, 2000.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da Aprendizagem:** práticas de mudança por uma práxis transformadora. 5.ed. São Paulo: Libertad, 2003.

VASCONCELOS, C dos S. **Avaliação concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar,** 16ª ed. São Paulo: : Libertad, 2006.

A CONSTRUÇÃO DE UM BLOG PARA ANÁLISE CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES DOS AFRODESCENDENTES NOS CONTEÚDOS DE LIVROS DIDÁTICOS DIGITAIS, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – PR

Roseli Adão

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca retratar a necessidade de construir um blog para uma análise crítica das representações dos afrodescendentes nos conteúdos de alguns livros didáticos digitais, do ensino médio, utilizado nas escolas públicas estaduais da cidade de Curitiba do estado do Paraná. E desta forma, será analisado as imagens e textos do afrodescendente e do africano, no período de Escravidão no Brasil, desde o século XVI, do ano de 1549, até o século XIX, do ano de 1888. E construção de um blog, como uma ferramenta tecnológica de pesquisa, sobre o tema abordado, no âmbito educacional, através de comunicação e informação como meio de esclarecimento da representação dos afrodescendentes e dos africanos com relação a discriminação racial e o preconceito em que ocorre nos livros didáticos digitais.

O interesse pelo tema de pesquisa, surge como busca de melhores de condições de análise de imagens e textos dos afrodescendentes e dos africanos nos livros didáticos digitais, utilizado nas escolas públicas, pela Secretaria da Educação do estado do Paraná. Uma vez que, há importância dos livros didáticos digitais, foram avaliados e revisados. E mesmo assim tem imagens e textos preconceituosos, e desta forma serão analisados os livros de História, de Língua Portuguesa e Literatura, Sociologia da Secretaria de Estado da Educação, Livro Didático Público, do ano de 2007, 2ª Edição.

Por ter vivenciado e experimentado como professora da rede pública de sala de aula, e ao mesmo tempo de ter a oportunidade de acompanhar os livros didáticos, onde percebe o quanto precisa de melhoria de qualidade, e ainda que o material didático, que é considerado uma riqueza, uma preciosidade. Então porquê de tanta imagens e textos depreciativo e negligenciado, observa-se que existe deficiência do conteúdo apresentado, sobretudo na questão do tema sobre a Escravidão no Brasil e a História do Brasil, relacionado ao conteúdo pesquisado, afrodescendente e a africano, principalmente a questão da discriminação racial e o preconceito, e ao fazer esta analogia do conteúdo equivocado, e com algumas limitações, conseqüentemente devido a essas condições será repassado o conteúdo ao estudante com pouca qualidade. A pesquisa busca apresentar uma conscientização de irradiação através de análise dos livros didáticos digitais sobre a questão dos afrodescendentes e africanos no que refere a discriminação racial e o preconceito.

Por essa razão é que a pesquisa está sendo desenvolvida através de análise dos livros didáticos digitais e divulgado através do blog. Considerando que alguns livros didáticos, por exemplo, trazem conotações preconceituosas, sem mesmos autores terem consciência disso. Por isso, os professores precisam estar atentos ao conteúdo do material. E os pais e a sociedade podem contribuir para melhorar essa vivência, pois ninguém nasce com o preconceito, eles são culturalmente absorvidos. Porém, é importante mostrar que o hibridismo racial e cultural é benéfico para humanidade, e não o contrário. Queiroz, (1996, p.56).

Ao perceber essa dificuldade dos livros didáticos digitais dos afrodescendentes e africanos, busca-se a necessidade da implementação de um blog. Visto que, se faz necessário a compreensão do mesmo, neste contexto, para ampliar o conhecimento sobre a Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Comunicação e a Educação, considera importante articular a educação permeada pelas mídias no meio digital, sinalizando novas perspectivas para o webjornalismo: a inclusão dos blogs como sistema de comunicação educativo. Primeiramente há uma construção semântica e histórica sobre a sua inclusão no webjornalismo e os efeitos deste processo no campo da Educação.

Blog é um termo que resulta da simplificação do termo weblog. Este, por sua vez, é resultante da justaposição das palavras da língua inglesa web e log. Web aparece aqui com o significado de rede (da internet) enquanto que log é utilizado para designar o registro de atividade ou desempenho regular de algo. Esta abordagem será apresentada no terceiro capítulo desta pesquisa.

Dessa perspectiva, de análise de textos e imagens a partir do autor dos livros didáticos digitais, do ensino médio, da Secretaria de Estado da Educação. Com algumas considerações, tratando de cuidados e abordagens do ponto de vista metodológico sobre a questão pontual dos afrodescendentes e africanos. Tendo em vista que a reflexão estará em consonância com o princípio da igualdade, traduzido na ideia de *somos todos humanos*, como norteadora das ações e reflexões metodológicas. Quando se estabelecem princípios antes de se pensar em objetivos, a organização dos conteúdos, das atividades, das estratégias didáticas e as correções de rotas ficam mais coerentes, integradas e revisadas na questão dos afrodescendentes e africanos principalmente quando se trata de discriminação racial e preconceito. A abordagem dessa análise será apresentada através dos conceitos sobre a discriminação racial e o preconceito no primeiro capítulo.

No segundo capítulo serão analisados as imagens e os textos dos conteúdos dos livros didáticos digitais.

Diante deste tema de pesquisa, será analisado três livros referente aos conteúdos já mencionado, como aporte metodológico, primeiramente o livro de História e em especial sobre de como será abordado a Escravidão no Paraná, então este capítulo quatro, retrata sobre o tema: Relações de trabalho: Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades brasileira e estadunidense. Francisco, Cunha (2004).

O Brasil no século XIX, foi o período da História em que marcou profundamente, principalmente no caso da exploração do trabalho escravo, a substituição da mão-de-obra escrava pela a mão-de-obra livre.

O segundo livro será análise sobre as imagens e textos do livro didático público será de língua portuguesa e literatura e assim observa-se o discurso da negritude e por último será o de sociologia.

E o segundo será analisado alguns anúncios de empregos discriminação racial e preconceito. Onde pede experiências, boa aparência, exige língua estrangeira, domínio em tecnologia. Uma vez que, sempre foram escravos, dificilmente terá oportunidades. Estas questões sobre as imagens e textos nos livros didáticos digitais dos afrodescendentes e africanos remetem as características negativas, racista, de forma inferiorizada comparada com o não negro. Mesmo sabendo que não deve ter distinção de cor, de raça, etnia, miscigenação, até mesmo porque o Brasil existe uma diversidade cultural, e assim busca através de análise de imagens e textos nos livros didáticos digitais e palestras com objetivo de conscientiza-los uma sociedade mais justa e humanitária.

E de acordo com este anúncio, e ainda em pleno séc. XXI, com todos os Direitos adquiridos e “preservados”, é estarrecedor, num país de diversidade cultural.

E o terceiro livro analisado é de sociologia didático público de sociologia da Secretaria de estado da Educação, de ensino médio, a produção sociológica brasileira: A fase da implantação da Sociologia no Brasil.

Segundo Freyre, foi o autor de **Casa Grande & Senzala** (1933), livro no qual demonstrou as características da colonização portuguesa, a formação da sociedade agrária, o uso do trabalho escravo e, ainda, como a mistura das raças ajudou a compor a sociedade brasileira.

O terceiro capítulo será definição, a construção e a organização de um blog, e qual a importância deste objeto de estudo, inserido na pesquisa deste tema, além de ser uma ferramenta de tecnológica com precisão necessária, através deste blog, que se tem como objetivo como um meio de divulgação e comunicação do conteúdo e traz agilidade ao público alvo do meio da educação e não da educação, principalmente aos que acessa as redes sociais. Esta pesquisa se encontra em andamento, podendo haver mudanças.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALLPORT, William. **Mas, afinal, o que é o preconceito?** Curitiba/Paraná. 1954.

ANJOS, R. S. **A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada**. In: Revista Humanidades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

BUENO, Rosa Elena. **Discursos da Negritude**, Curitiba/Paraná, 2007.

BEOZZO, J. O. **Leis e Regimentos das Missões**: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

COMAS, Juan. **Raça e Ciência I e II**. São Paulo. 1970.

CAMPOS, R. **Debret**: cenas de uma sociedade escravista. São Paulo: Atual, 2001.

CUNHA, Vanderleia e FRANCISCO, Marli. **Relações de Trabalho: Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades brasileira e estadunidense**. 2007.

DEBRET, J. B. **A viagem pitoresca e história ao Brasil**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1989.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Gilberto, RODRIGUES, Nina. **História e Historiografia da Escravidão no Brasil: Identidades, Caminho e Percursos, Temática Escravidão**. 1930.

FOFONCA, Eduardo. **Comunicação e Educação Conexões em tempos de sociabilidade e convergência digital**, O jornalismo e os blogs em sua dimensão educativa, 2012.

GENOVESE, E. D. **A Terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – parte geral – vol. I**. 10. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2008.

HOLLANDA, S. B. de. **A época colonial**, v.2: administração, economia, sociedade. In: História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IVO, L. **A Noite Misteriosa**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

JUNIOR, Williams. Componentes do preconceito, Curitiba Paraná, 2012.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – parte geral – vol. I**. 10. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2008.

GOMES, Joaquim Barbosa, **Ações Afirmativas Políticas públicas contra as desigualdades raciais**, 2003.

LIMA, J. **Novos Poemas. Poemas escolhidos; Poemas Negros**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1997.

LIMA, J. L. **A Expressão Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELTZER, M. **História ilustrada da Escravidão**. Rio de Janeiro: Ediouro 2004.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1994.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. São Paulo: Nova fronteira, 2000.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS 1969, Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível: [http:// 2.mre.gov.Br/daí/racial.htm](http://2.mre.gov.br/daí/racial.htm).

PARANÁ, SEED, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA, **Livro Didático Público. Secretaria de Estado da Educação**, 2ª edição, 2007.

QUEROZ, Renato Silva. **Nova Escola**. São Paulo: Abril, 1996, p.56.

ROLLEMBERG, Graziella, **Paraná História, História Regional**, Manual do Professor, 4º e 5º, São Paulo, 2012.

SABINO, F. **A Companheira de Viagem**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1965, p. 174.

SANTOS, Luislinda Dias de Valois. **O negro no século XXI**. Curitiba, 2009, p. 11-12.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

SILVA, Amaury e Artur Carlos Silva, **Crimes de Racismo**, Leme: J. H. Mizuno, 2012.

SILVA, M. R. **O negro no Brasil: histórias e desafios**. São Paulo: FTD, 1987.

WILLIAMS, JR R.M. Preconceito. In: OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito** CASTRO, H. M. Mattos. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A EXPERIMENTAÇÃO NAS AULAS DE BIOLOGIA PROMOVENDO A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

Autor: Nives Fernanda de Castro Jaroachynski

Coautor: Carlos Eduardo Fortes Gonzalez

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Tecnológica e Educacional

Orientador: Carlos Eduardo Fortes Gonzalez

nivesjaroachynski@hotmail.com

Palavras-chave: aulas práticas, alfabetização científica, contextualização.

INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu da busca por meios que promovam a melhoria do ensino, enfocando nas aulas experimentais de laboratório, conforme Chassot (2014), visando além do entendimento do conteúdo abordado, a autonomia na construção do conhecimento e a correlação do mesmo com processos sociais, contextualizando-o e promovendo alunos alfabetizados cientificamente.

As aulas experimentais, além de facilitar a compreensão dos conteúdos previamente trabalhados na teoria, objetivam a visualização do processo e permeiam a contextualização, relacionando conteúdos a processos do cotidiano, instigando a reflexões, tais objetivos segundo Chassot (2014), devem ser priorizados no ensino de Ciências, relacionando ao desenvolvimento da Alfabetização Científica.

Vinculando o princípio da Alfabetização Científica às aulas experimentais visa-se promover o aprendizado e fazer com que o mesmo motive o conhecimento científico contextualizado.

As ideias apresentadas norteiam a seguinte questão de pesquisa:

- Como as aulas experimentais contribuem à promoção da Alfabetização Científica? A fim de cumprir tal questão de pesquisa formulou-se o seguinte objetivo geral:
- Analisar como as aulas experimentais contribuem para uma melhor assimilação de conteúdo e interação com a vida cotidiana, relacionando a Alfabetização Científica, segundo Chassot (2014) promovendo a aquisição de conhecimentos que se relaciona às necessidades sociais.

Referencial teórico

O trabalho de conteúdos de maneira experimental deve estar vinculado ao dia a dia do aluno, assim como deve priorizar a reflexão sobre outras questões, ou seja, uma aula experimental não deve se encerrar por si só, mas deve fornecer condições para relacionar conceitos adquiridos com os processos práticos e cotidianos a fim de promover a alfabetização científica (CHASSOT, 2014).

Segundo Krasilchik (2011), possibilitar que os alunos atuem em aulas práticas de maneira a manipularem experimentos, observarem e levantarem hipóteses, torna o ensino mais eficaz.

Pensa-se, assim, em um trabalho que valorize e instigue o aluno a se tornar autônomo nas diversas esferas da vida e da sociedade, relacionando-o à Alfabetização Científica, que segundo Díaz, Alonso e Mas (2003), é a finalidade mais importante do ensino de Ciências; estas razões se baseiam em benefícios práticos, pessoais e sociais.

Dessa forma, como apontam BRASIL, PCN (1999) os dados obtidos em demonstrações experimentais devem permitir ao aluno que construa novos conceitos que lhe permita

apropriar-se dos conhecimentos específicos da área, assim como compreender a relação entre ciência, tecnologia e sociedade, ampliando a compreensão do mundo, como forma de interpretação da realidade.

Metodologia

A avaliação será realizada por meio das questões-problemas antes e após a aula, no enfoque quantitativo e qualitativo, visando observar a diferença nas porcentagens de acertos e na melhoria das mesmas ao acrescentar ideias provenientes da observação experimental e a correlação da mesma ao contexto, fornecendo uma melhor qualidade nas respostas.

Segundo Flick (2009), tais métodos são complementares, sendo que os quantitativos fornecem atalhos econômicos de pesquisa para o processo de geração de dados e o qualitativo fornece explicações científicas.

Metodologia adotada no decorrer da aula:

No contexto da Alfabetização Científica utiliza-se o processo experimental, trabalhando com três turmas de 2.º ano do Ensino Médio (100 alunos), no laboratório de Biologia de um colégio do estado do Paraná, onde os alunos se organizam em bancadas (8 bancadas, com 4 alunos em cada), e interagem a fim de responder as questões-problemas.

Tais questões permitirão observar se os alunos conseguem relacionar os conteúdos apropriados ao contexto social e se tornam Alfabetizados Cientificamente.

O tema da aula aplicada aborda a atuação de micro-organismos no cotidiano.

Ao iniciar a aula, os alunos recebem o roteiro/relatório e o professor segue explicando a introdução, objetivo, metodologia e parte prática enfocando os micro-organismos e sua relação com a alimentação, natureza, produção de alimentos, indústria farmacêutica, assim como os processos patogênicos ocasionados por eles.

Após toda a introdução passa-se para o momento da realização dos experimentos, selecionando os materiais que serão utilizados, adicionando os reagentes e observando processos de fermentação, para no final da aula discutirem, por qual motivo um procedimento ocorreu de maneira positiva ou não, como as variáveis interferiram no processo de fermentação, como a temperatura se relaciona às necessidades nutricionais dos fungos.

Modelo da aula aplicada

Questões-problemas avaliadas anteriormente e após a aula:

01. Sabemos que uma questão primordial para o desenvolvimento dos fungos é uma temperatura de aproximadamente 37°C. Por que então no inverno encontramos paredes mais emboloradas, assim como micose entre os dedos, do que no verão?
02. Porque apartamentos voltados para a face norte são mais valorizados? Existe alguma relação com o ditado popular que diz: Onde não entra sol, entra médico?

Tema: Atuação dos fungos no cotidiano.

I - Apresentação

A aula aborda a fermentação, assim como a atuação dos fungos nos mais diversos aspectos, lugares e ações na natureza.

Também conhecidos como bolores, mofos, leveduras, cogumelos, orelhas-de-pau, contribuem de forma fundamental no ciclo da matéria nos ecossistemas, pois muitos são decompositores de matéria orgânica. Eles podem ser unicelulares ou pluricelulares. Alguns são causadores de doenças, outros comestíveis e outros usados na indústria para fabricação de bebidas, pães e maturação de queijos como roquefort e camembert. Alguns fungos são

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

venenosos, como *Amanita muscaria* que provoca efeitos alucinógenos, ocasionando sérios danos ao sistema nervoso. Na indústria farmacêutica alguns fungos estão vinculados com a produção de penicilina, antibiótico que inibe o desenvolvimento de bactérias.

II - Objetivo

Relacionar as experiências observadas com situações da vida cotidiana.

III - Material utilizado

Microscópio - lâminas - lamínulas - fermento biológico - exemplares de fungos- solução de água com açúcar - bexigas - tubos de ensaio - gelo - água quente.

IV - Procedimento

Atividade 1

- Preparar uma solução de água mais açúcar mais fermento e colocar em dois tubos, identificando um com a letra M (água morna) e F (água fria)
- Em seguida colocar as bexigas sobre a boca dos tubos e aguardar 20 minutos.
- Desenhar as bexigas sobre os tubos de ensaio, mostrando como ficaram após o experimento.

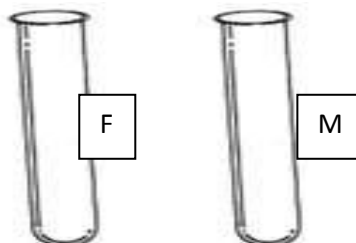
Atividade 2

- Preparar uma lâmina com uma gota da solução da atividade 1 (água, açúcar e fermento), cobrir com lamínula, observar ao microscópio e desenhar.
- Observar a lâmina preparada com pão embolorado, fungo *Penicillium* e *Aspergillus* e desenhar.

Atividade - Responda as questões relacionadas com a experiência da atividade 1.

Relatório do aluno - Proceder conforme orientação elencada acima.

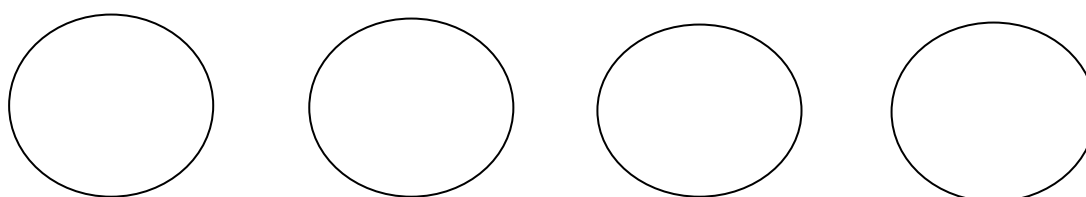
Atividade 1 - Preparar os tubos conforme instruções acima, observar e desenhar o resultado:



Observe ao microscópio e desenhe

Atividade 2 - Observe as lâminas e desenhe:

Mistura da atividade 1 Bolor negro do pão Fungo *Penicillium* Fungo *Aspergillus*



- 10) Quais são os produtos da fermentação?
- 11) Quais são as condições ambientais para os fungos se desenvolverem?
- 12) A experimentação realizada faz correlação com algum processo observável no cotidiano?

Resultados e discussões

Avaliação da 1.ª questão – problema:



Nota: A – Alunos que se referiram à presença de umidade no ambiente.

B – Alunos que se referiram à presença da umidade e relacionaram aos ambientes fechados.



Nota: Cem por cento dos alunos relacionam a presença da umidade, assim como a relação da diminuição da evaporação com a ausência dos raios solares, possibilitando maior proliferação de fungos.

Relatam que no inverno utiliza-se mais sapatos fechados, aumentando a transpiração e formação de micoses, fato que não ocorre no verão.

Avaliação da 2.ª questão – problema:



Nota: A – Se referem à presença de sol e sua relação com a proliferação de fungos ou micro-organismos.

B – Negam que exista a relação entre sol e a saúde.

C – Relacionam a maior exposição do sol com a absorção da vitamina D e diminuição de resfriados.



Nota: A – Se relacionam de maneira correta à pergunta, fazendo referência a maior incidência do sol e correlacionando à evaporação, tornando assim um ambiente mais seco, onde ocorrerá menor desenvolvimento de fungos, portanto mais saudável, como menciona o ditado popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises das questões-problemas realizadas antes e após as aulas experimentais conseguiu-se verificar a melhoria do aprendizado a nível quantitativo e qualitativo, observando uma evolução no número de acertos e na qualidade das respostas, ao vincularem o conhecimento aprendido com questões relacionadas ao cotidiano, despertando nos alunos a reflexão e apropriação de um conhecimento vinculado à Alfabetização Científica, interagindo processos experimentais observado em aulas práticas ao contexto social, e segundo Sasseron e Carvalho (2011), vincular a interação de conteúdos aprendidos à resolução de problemas sociais, buscando benefícios práticos, pessoais e sociais é o principal objetivo da Alfabetização Científica.

Observa-se também que ao participar de aulas experimentais os alunos geralmente se motivam mais, aprendendo com maior facilidade e correspondem o conhecimento adquirido com questões presentes na sociedade e pessoais, possibilitando aos mesmos adquirirem um ensino vinculado à Alfabetização Científica, sendo autônomos na construção do conhecimento e na promoção da cidadania.

O referido trabalho impulsiona a trabalho posteriores, objetivando enfocar conteúdos no processo experimental, possibilitando a contextualização dos mesmos, a construção do conhecimento e o aprendizado vinculado a alfabetização científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 1999. 360p.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica**: questões e desafios para a educação. 6.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. 368 p. (Coleção Educação em Química).

DÍAZ, José Antonio Acevedo; ALONSO, Ángel Vázquez; MAS, Maria Antônia Manassero. Papel de La Educación CTS En una Alfabetización Científica y Tecnológica para todas las Personas. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.2, n.2, p.80-111, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre. Artmed, 2009. 405 p.

KRASILCHIK, Myriam. **Práticas de ensino de biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.199 p.

OS FUNGOS E O MEIO AMBIENTE. Disponível em: <www.sobiologia.com.br/conteudos/Reinos/fungos3.php>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v.16, n.1, p.59-77, 2011.

A ESCOLA ALEMÃ: REFLEXÕES SOBRE CULTURA E IDENTIDADE ÉTNICA DO IMIGRANTE EM BLUMENAU

Melissa Probst
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Professora Orientadora de TCC de cursos de pós-graduação.
mel.probst@gmail.com

Palavras chave: Educação. História. Identidade étnica. Cultura.

INTRODUÇÃO

As pesquisas acerca das instituições escolares, que se desenvolveram no Brasil principalmente a partir da década de 1990, como bem lembram Nosella e Buffa (2005) representam na atualidade um tema significativo no âmbito da história da educação. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento acerca da história das instituições escolares e das relações que nela se estabelecem permite também conhecer, além do próprio sistema educativo, os valores, crenças, tradições, ou seja, os modos de ser e agir das pessoas de cada época.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objeto de discussão a *Deutsche Schule* (Escola Alemã) e suas contribuições para a manutenção da identidade étnica e cultural dos imigrantes alemães instalados no Brasil. Não sendo possível abranger todos os aspectos relevantes, e, de modo que não seja um simples arrolamento de informações introdutórias, faz-se opção pelo estudo da história das escolas alemãs instaladas na Colônia Blumenau, em Santa Catarina, a partir da sua fundação (no ano de 1850) até o fechamento de tais escolas, durante o Estado Novo.

Metodologicamente o presente caracteriza-se como bibliográfico, e está ancorado nos escritos de Laraia, Seyferth, Wiederkher, entre outros. Estruturalmente, o presente encontra-se basicamente dividido em quatro seções, sendo esta parte introdutória a primeira delas. A segunda seção destina-se à discussão a respeito das escolas alemãs na Colônia Blumenau e suas contribuições para constituição da identidade dos indivíduos ou grupos sociais a partir de elementos étnicos. Na terceira seção estão colocados alguns aspectos conclusivos e por fim é apresentada lista que contempla o referencial teórico utilizado na escrita do presente texto.

2 A ESCOLA ALEMÃ E A CULTURA TEUTO-BRASILEIRA

Toma-se como ponto de partida o fato de que um dos elementos constitutivos de toda sociedade é a cultura dos grupos que a constituem. Sobre isso, nos diz Laraia (1986, p. 47), que,

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. [...]

Pode-se então dizer, ainda com base nas afirmações de Laraia (1986), que os indivíduos, além de seres biológicos, são também frutos das relações que se estabelecem e do seu tempo histórico; elementos que dão base para o seu comportamento, crenças e realizações. A cultura pode, portanto, ser caracterizada como um conjunto de símbolos e significados. Nesse contexto, é possível afirmar que a identidade de um indivíduo é formada por elementos internos e externos, pessoais e coletivos. O fato de integrar-se ao coletivo e assegurar o sentimento de identidade e pertencimento é considerado uma necessidade dos indivíduos.

A cultura, no entanto, como lembram Oliveira (1976) e Laraia (1986) não é hermética, mas sim dinâmica. Com a passagem do tempo, na medida em que as sociedades se transformam, e no contato com outros grupos a cultura vai incorporando novos elementos e, a partir disso, vai se refazendo. Toma-se então a identidade étnica como um dos elementos que contribuem para a manutenção da cultura e da identidade dos grupos.

Segundo Barth (1997) é possível caracterizar “grupo étnico” a partir da expressão de sua identidade como diferente em relação a outros grupos. Assim, a identidade étnica dos grupos pode ser utilizada no sentido de reforçar o sentimento de pertencimento. Banton (1977) afirma ainda que, geralmente quando um grupo busca caracterizar sua própria identidade – basicamente a partir da pergunta “quem somos nós” – os argumentos são buscados na genealogia, ou seja, na história da sua proveniência, reforçando assim os laços, a unidade do próprio grupo.

No que concerne à cultura da sociedade brasileira, pode-se, facilmente, dizer que esta é múltipla. Não se tem, no território brasileiro, uma unidade, ou seja, uma homogeneidade cultural. A gênese dessa diversidade remonta à própria colonização do país, à forma como se promoveu a distribuição dos imigrantes ao longo do território. “O ponto de partida para o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil foi o decreto de 25 de novembro de 1808 de D. João VI que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra. [...]” (SEYFERTH, 1990, p. 9).

A partir da década de 1850, intensificou-se a entrada de imigrantes europeus no Brasil, fato relacionado à chamada “Lei de Terras” que, oficializada em 1854, permitiu a atuação de empresas particulares de colonização, ou seja, permitiu o investimento privado no agenciamento de imigrantes para a colonização do Brasil. Nesse contexto, Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau chegou ao Brasil, vindo da Alemanha, no ano de 1846, na posição de contratado por uma companhia interessada na expansão da cultura alemã. Conforme lembra Wiederhehr (2014), Dr. Blumenau, a serviço da companhia particular de imigração, produziu relatórios acerca das colônias alemãs já estabelecidas. Sua viagem durou cerca de dois anos, e, nesse período, demonstrou interesse em fundar ele mesmo um projeto de colonização. Destaca-se que, na época,

Os imigrantes de origem alemã e Italiana, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina e no Espírito Santo, foram enviados para regiões despovoadas, quase sempre vale de rios como o Sinos, o Jacuí e o Taquari (Rio Grande do Sul), o Itajaí (Santa Catarina), o Jucu e parte do rio Doce (Espírito Santo) onde adquiriam com financiamento do governo ou de companhias particulares de colonização (conforme a natureza das colônias), lotes de terras cuja superfície oscilava entre 20 e 50 hectares. A característica principal do sistema de colonização, pelo menos até o final do século XIX, foi seu isolamento e sua homogeneidade étnica. As chamadas “colônias alemãs” e “italianas” ficaram isoladas por um período relativamente longo, formando, em muitos casos, núcleos etnicamente homogêneos, onde presença do elemento brasileiro era mínima. [...] (SEYFERTH, 1990, p. 14)

A colônia Dr. Blumenau foi fundada em 02 de setembro de 1852, embora tenham chegado no ano de 1850 os primeiros 17 imigrantes, todos oriundos de Braunschweig, segundo Wiederkehr (2014). Ainda conforme Wiederkehr (2014), Dr. Blumenau, assim como grande parte da população alemã, encontrava-se desapontado com a situação política e econômica da Alemanha, e acreditava que poderia, ele mesmo, fundar uma colônia de alemães em Santa Catarina, na qual pudessem ser assegurados aos imigrantes o seu bem estar tanto físico quanto emocional – com o cultivo do *Deutschung*⁶⁸.

Para o desenvolvimento das colônias havia pouca interferência do Governo. Desse modo, com a falta de incentivo e apoio financeiro por parte do Estado, os colonos passaram a organizar-se para subsidiar, eles mesmos, os serviços que, conforme Seyferth (2003), eram considerados essenciais, tais como assistência religiosa, associações assistenciais e escolas. Isoladas geograficamente, as “colônias alemãs” estabelecidas no sul do Brasil estavam caracterizadas pela sua vida cultural própria, conforme lembra Koch (2003). Para que conseguissem se manter assim, tiveram de criar mecanismos de “regulagem e autoconservação” (idem, p. 197). A língua, nesse contexto, representa a história, a cultura e a política de determinado grupo linguístico. “Em consequência disso, o primeiro mecanismo de auto-regulagem e conservação de uma comunidade de imigrantes será a manutenção e o cultivo de sua língua. Só ela pode assegurar-lhe a identidade, alicerçada na ‘memória cultural’ do grupo [...]” (KOCH, 2003, p. 199).

Tão logo instalaram-se na Colônia Blumenau os imigrantes alemães trataram, eles mesmo da educação das crianças. Geralmente os colonos mais instruídos assumiram a responsabilidade como mestres das primeiras letras, até que as comunidades escolares fossem organizadas. Embora esses primeiros imigrantes, ao se instalar na Colônia, traziam consigo poucos recursos materiais, porém, em sua terra natal haviam frequentado escolas e davam à instrução um grande valor. A escola criada pelos imigrantes tinha como objetivo suprir a lacuna da falta de instituições públicas destinadas à educação das crianças nas colônias, e assim, contribuiu para a preservação dos hábitos e costumes, bem como do idioma alemão.

Seyferth (2011) ainda lembra que a escola alemã previa, no seu cotidiano, alusões diárias aos hábitos e costumes dos imigrantes, além das aulas ministradas em língua alemã, ou seja, minúcias passíveis de apropriação por parte dos estudantes, a fim de subjetivar questões relacionadas à identidade culturais, ou seja, à manutenção de uma etnicidade, uma identificação do sujeito como pertencente ao grupo teuto-brasileiro.

O uso cotidiano da língua alemã, a organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino em alemão), todo o complexo econômico e social originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora - para citar apenas algumas características - são anteriores à emergência da etnicidade, que reificou uma “cultura germânica” pretendida pelos imigrantes e seus descendentes, dando ao isolamento (geográfico/político) um caráter ideológico justificativo de limites étnicos. (SEYFERTH, 1995, p. 14)

Cabe destacar que, junto com o apreço pela instrução, os colonos instalados em Blumenau prezavam, assim como todos os imigrantes alemães instalados no sul do Brasil pela manutenção da sua própria cultura, uma vez que o movimento nacionalista alemão produziu nesses imigrantes um intenso sentimento de amor à pátria. Nesse contexto predominavam as escolas particulares (comunitárias) em detrimento às escolas públicas.

⁶⁸ Sentimento de amor à pátria.

As iniciativas dos imigrantes em relação ao processo escolar devem ser entendidas nessa perspectiva, isto é, vinculadas ao momento histórico da nacionalidade, cuja afirmação e rearticulação se davam com o privilégio ou a negação de processos identitários étnicos. [...] Por exemplo, os imigrantes alemães professavam sua nacionalidade alemã concomitantemente com a cidadania brasileira. Para a tradição latina, não era fácil entender como alguém poderia dizer-se cidadão brasileiro e, no entanto, insistir simultaneamente na tradição étnico-cultural alemã, isto é, ser cidadão brasileiro de nacionalidade alemã. (KREUTZ, 2011, p. 289)

Conforme lembra Mailer, por volta do ano de 1903 existam 112 escolas em Blumenau, e cerca de 4.000 alunos matriculados. Dessas escolas, somente 4 eram públicas, e somente nessas escolas públicas o ensino era ministrado em língua portuguesa. Além disso, “Cinco escolas ministravam-no em alemão e português, quatro em alemão e polonês, uma em italiano e alemão e as outras 81, exclusivamente em alemão” (MAILER, 2003, p. 38). Assim, percebe-se que a “Escola Alemã” contribuiu para manutenção da identidade étnica dos colonos na medida em que teve as aulas ministradas em língua alemã, preservando-a na oralidade e na escrita – os alunos dessa escola eram, conforme lembra Wiederkehr (2014), alfabetizados em sua língua “materna”, o alemão, para somente depois serem introduzidos no idioma português.

A Escola Alemã aceita alunos de confissão evangélica e católica que tenham como idioma materno a língua alemã. É uma instituição que o oferece oito anos de ensino, na qual meio período é ministrado em idioma alemão, tendo como modelo o plano escolar das escolas da Prússia e da Saxônia, que oferecem um método moderno com objetivos de ensino definidos, sendo reconhecido na Alemanha e no exterior. [...] (STROKA, 1998 *apud* WIEDERKEHR, 2014, p. 133)

Por mais que houvesse aulas de história e geografia do Brasil, com ênfase na região de Santa Catarina ou aulas de disciplinas diversas, tais como matemática, biologia, física e química, essas eram, ainda, ministradas em língua alemã, como se houvesse uma Alemanha, ou um pedaço dela, na Colônia. Além disso, conforme destaca Seyferth (2011), a escola alemã previa, no seu cotidiano, alusões diárias aos hábitos e costumes dos imigrantes, além das aulas ministradas em língua alemão, ou seja, minúcias passíveis de apropriação por parte dos estudantes. Desse modo, as práticas educativas acabavam por contribuir para o fortalecimento do sentimento de germanidade, preservação da cultura e da identidade étnica do grupo.

Isso nos leva a compreender que o modo de ser, pensar e agir de cada indivíduo, dentro da sociedade está diretamente atrelada à sua herança cultural, aos seus vínculos a determinados grupos e etnias. Oliveira (1976) afirma que a noção de “identidade” está atrelada a duas dimensões: a individual e a coletiva, ou seja, ela não se afirma isoladamente. Destaca-se que

[...] a identidade social surge como a atualização de um processo de identificação e envolve a noção de *grupo*, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é reflexo daquela. [...] (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Nesse contexto, a escola é, segundo Petitat (1994), uma invenção social capaz de reproduzir a própria sociedade, mas que, por estar inserida no contexto social, econômico e político é também agente transformador e produtor da cultura.

Assim é possível compreender que os estudantes das escolas alemãs não estavam apenas assimilando conteúdos científicos previstos no currículo, mas estão, nas relações que se estabelecem, participando do processo de reprodução/produção cultural do seu grupo, bem como sendo sujeitos da produção de determinados tipos de ser (constituição identitária), conforme lembra Kreutz (2014, p. 150).

O pertencimento étnico, ou seja, a forma como vai se estabelecendo a configuração étnica de um grupo, não é uma realidade muda. Ele é fonte de sentido e de construção do real, mesmo quando o grupo se encontra marginalizado. A dimensão étnica não se dá no abstrato, ocorre em relações sociais, num jogo de poder. Significa dizer que os processos culturais são conflitivos e que em cada etnia há uma história de luta pela determinação de seus valores, pela busca e afirmação de espaço. [...]

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se “Cultura e etnicidade estão entrelaçados, o que põe em evidência a diferença (em relação aos “outros”) e o embasamento da identidade.”, conforme lembra Seyferth (2011, p. 51), podemos dizer, com base em Santos (2015), que a “germanidade” é um constructo, que leva em consideração a língua os costumes e tradições e a atuação das instituições sociais. Nesse sentido, a germanidade assume a característica de pertencimento ao grupo, sendo que esses laços de pertencimento vão além dos laços de consanguinidade, mas passam pelo partilhamento de elementos culturais, simbólicos, no engendramento da produção cultural desse grupo.

Seyferth (2011, p. 54), “Na *Deutsche Schule* o ensino era dado em alemão e, na percepção dos atores sociais, a escola funcionava como uma extensão do lar na formação da teuto-brasilidade [...]”. Destaca-se que ao usar a expressão *Deutsche Schule*, Seyferth (2011) refere-se às escolas alemãs em geral. Sem fugir à regra, nas escolas alemãs instaladas em Blumenau, também o ensino era ministrado em língua alemã. Sobre a questão, pode-se afirmar que ao manter a língua alemã como materna, a escola objetiva manter a cultura de um grupo étnico, contribuindo para a manutenção das identidades individuais e coletivas, por intermédio da textualidade.

O fechamento definitivo das escolas alemãs em Blumenau está relacionado à repressão à língua estrangeira à Campanha de Nacionalização, ocorrida no período ditatorial do Estado Novo (1937-1945).

As escolas comunitárias, ou o que ficou conhecido como o Sistema Teuto-brasileiro de Ensino, que em 1937 eram 173, desestruturaram-se com o fechamento, causando uma lacuna na educação de crianças teuto-brasileiras, por não haver escolas públicas em número suficiente. A educação formal seria um instrumento valioso no processo de assimilação dos teuto-brasileiros. (MAILER, 2003, p. 9)

As escolas alemãs foram, assim, herdeiras da memória cultural dos imigrantes, e contribuíram para um processo no qual o grupo étnico envolvido tanto receba quanto forneça crenças, valores, tradições, atuando assim na manutenção da cultura e identidade étnica do próprio grupo.

REFERÊNCIAS

- BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- KREUZT, Lucio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contrinuição dos imigrantes. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). 5 ed. **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2014. Vol. 2.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- MAILER, Valéria C. de Oliveira. O alemão em Blumenau: uma questão de identidade e cidadania. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85489/192379.pdf?sequence=1>>. Acesso em 16 out 2015.
- NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. 2005. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella_EsterBuffa.pdf>. Acesso em 16 out. 2015.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In.: FIORI, Neide Almeida (org). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC / Tubarão: Editora Unisul, 2003.
- SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro**. 1993. Disponível em <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/IDENTIDADE-%C3%89TNICA.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2015.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- Seyferth, Giralda. A dimensão da imigração cultural. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2011, vol.26, n.77, pp. 47-62. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>>. Acesso em 20 jul 2015.
- KREUTZ, Lucio. Escolas étnicas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. In.: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lucio (orgs.). **Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR SEGUNDO TESES E DISSERTAÇÕES DA BDTD

Fernanda de Souza da Silva Storti
Mestrado em Educação
PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Orientador: Joana Paulin Romanowski
souzastortifernanda@gmail.com

Palavras-chave: Iniciação Científica. Formação Inicial de Professores. Pesquisa na Licenciatura. Estado da Arte.

INTRODUÇÃO

Tratando da temática *Pesquisa na Formação Docente*, o presente resumo apresenta a síntese de um estudo sobre o tema nas produções científicas encontradas no site de base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A luz do que postula Lüdke (2001, 2009) tratando da pesquisa como atividade formadora do professor; e Romanowski e Ens (2006) versando sobre pesquisas do tipo Estado da Arte na área da Educação, o trabalho tencionou verificar como estão as abordagens sobre a articulação entre ensino e pesquisa na formação e no trabalho do professor em teses, dissertações e artigos produzidos e publicados digitalmente pela BDTD. Há no presente texto uma breve discussão sobre os trabalhos considerados, objetivando assinalar quais as contribuições e quais os rumos têm tomado as pesquisas sobre a pesquisa na formação do graduando em licenciatura. Os trabalhos mostraram-se, embora diversos, consoantes no que tange à importância da pesquisa para a formação do profissional docente.

DESENVOLVIMENTO

Para a seleção do *corpus* no site da BDTD, usamos os marcadores descritivos “iniciação científica”, “iniciação científica licenciatura” e “pesquisa na licenciatura”. O objetivo de indicar tais itens era chegar ao resultado de teses, dissertações e artigos que abordassem a pesquisa realizada em Iniciação Científica nas licenciaturas ou a pesquisa manifestada nos cursos de licenciatura na formação inicial de professores de todas as áreas de conhecimento. Obtivemos o total de 20 textos com datas entre 1996 e 2014, os quais possuíam relação com os marcadores selecionados. Todos os textos foram lidos e sistematizados por meio de tabelas especificando os tópicos: autor(a), tema, objetivos, problemática, metodologia, conclusão e relação entre o autor(a) e seu texto. A tabela contribuiu para a melhor visualização do *corpus*. Optamos por essa sistematização devido ao esquema ir ao encontro do que postulam Romanowski e Ens (2006) sobre a coleta do material de pesquisa para a síntese preliminar do corpus de pesquisas do tipo Estado da Arte.

Ao finalizar a leitura e análise do *corpus* percebemos que o interesse pela contribuição da Iniciação Científica na formação do graduando parece fazer sentido para os autores desses textos, isto é, os autores expressam a defesa da inserção da pesquisa como processo de formação docente. Outras formas de pesquisa na graduação também são abordadas, como é o caso do TCC. Buscou-se focar a formação inicial do professor, embora

as pesquisas apresentadas tratassem, algumas vezes, da graduação em diversas áreas, além de tratarem também da pesquisa de professores da pós-graduação.

Há, em alguns trabalhos, o alerta de que a produção científica vem tomando rumos produtivistas, pois, com a pressão das IES para maior produção, as bolsas de estudo para pesquisa são vistas como oportunidade para um número ainda maior de pesquisas visando apenas titulações ou a manutenção do posto acadêmico ocupado - isso quando se trata da pesquisa do professor formador.

Quando a Iniciação Científica é analisada sob a ótica da contribuição para o graduando, os artigos são unânimes em afirmar que ela contribui positivamente na formação do sujeito enquanto ser acadêmico e pesquisador, pois atua diretamente na constituição de mecanismos de reflexão, criticidade e autonomia além de promover o conhecimento especificam sobre o que é pesquisado. Devido a essa importância, alguns trabalhos sugerem que a pesquisa seja incluída nos cursos de licenciatura como matéria obrigatória que auxiliaria na formação do discente em preparação, não para somente sua vida acadêmica, mas para sua atuação prática.

O papel do orientador de pesquisa também se mostrou relevante, por ser esse o sujeito que auxilia na constituição do graduando enquanto pesquisador, colaborando com a pesquisa na medida em que também produz conhecimento. O sistema de colaboração para a produção científica também figurou como assunto importante, visto que se observou grande quantidade de trabalhos produzidos por mais de uma pessoa, o que se mostra positivo, pois, com a participação coletiva, diferentes abordagens podem se relacionar na constituição do conhecimento.

Ao traçar o perfil do graduando que se vincula a programas de iniciação científica, nota-se que a bolsa cedida por fomentos da área da pesquisa é um grande atrativo, mas não configura como único motivo de interesse; as bolsas permitem que estudantes de classes sociais de base façam pesquisa com mais tranquilidade, contribuindo para a inserção desses sujeitos na vivência acadêmica, propiciando a perspectiva do contato com a pós-graduação. A contribuição da pesquisa para a formação do professor fica, então, destacada como essencial e necessária segundo os artigos analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a formação científica dos licenciandos aponta para a configuração de um novo campo, pois permite muitas investigações e considerações, principalmente quando se questiona a importância da pesquisa para a prática docente, embora as condições para a realização da pesquisa pelo professor pareçam ainda algo distante.

Com a pesquisa do tipo Estado da Arte, buscou-se um estudo introdutório sobre a questão da pesquisa na formação docente por meio do mapeamento das produções relacionadas ao tema, indicando os estudos que abordam a questão. Essa pesquisa indicou novas possibilidades para futuras pesquisas em outros bancos e fontes de material. Destacamos que, apesar da extensão das produções presentes na BDTD, o resultado da busca, usando os marcadores selecionados, apresentou poucos textos compatíveis com o nosso objetivo de *corpus*, isso nos permite inferir que ainda há muito a se explorar sobre essa temática.

Dos textos analisados, foi recorrente o que já pressupúnhamos: a pesquisa durante a graduação mostra-se importante para a formação do docente, tanto por contribuir com a constituição de um sujeito autônomo, reflexivo e crítico quanto por permitir ao profissional

produzir conhecimento relevante academicamente, além de propiciar oportunidades de participação ativa na vida acadêmica, contribuindo, também, com sua formação e futura atuação profissional.

REFERÊNCIAS

LUDKE, Menga. **O professor, seu saber e sua pesquisa**. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jul. 2008.

LÜDKE, H A Ludke M; BOING, L A; CRUZ, G B da; OLIVEIRA, A T C C de; SCHAFFEL, S. L.. **O que conta como pesquisa?**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **ENS, Romilda Teodora. As pesquisas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO NO PERÍODO DE 2009 A 2015

Maria Nacyr Ferreira,
UNINTER - Centro Universitário Internacional
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientador: Professor Doutor Daniel Soczek.

Palavras-chave: Formação Continuada de Professores. Políticas Educacionais. PROINFO.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar um olhar sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo e a Política de Formação de Professores no município de Campo Largo no Paraná, através do Núcleo de Tecnologias Municipais, no período de 2009 a 2015.

Tendo em vista a necessidade de uma política de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas redes municipais de ensino em todo país, foi implantado em 2009, o NTM da Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo, como parte do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), que tem como objetivo introduzir as tecnologias de informática e telemática⁶⁹ nas escolas da rede pública do país, mediante a implantação de laboratórios de informática.

O Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo tem como missão implementar a Política de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação na Rede Municipal de Ensino, visando o acesso e a produção crítica e criativa do conhecimento permeado pela mídia. Sua principal função é coordenar a implantação e implementação dos laboratórios de informática nas escolas e preparar os professores para o processo de incorporação dessa tecnologia em sala de aula, dada sua importância no contexto contemporâneo.

Considerando a importância do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), nosso problema de pesquisa é, como o NTM está contribuindo com o processo de formação oferecido para os professores de Campo Largo?

Partimos da hipótese de que os programas de formação realizados pelo NTM do município têm como foco principal o uso instrumental das Tecnologias, ficando o aspecto pedagógico em segundo plano. Portanto, percebemos que a instalação de computadores nas escolas é condição básica, mas não suficiente para integrar as TIC à educação. Pois para que isso aconteça, um dos aspectos mais importantes a ser considerado é a formação do professor, que precisa estar preparado para integrar as novas tecnologias ao seu fazer pedagógico como um instrumento de trabalho.

Com certeza, não é apenas o trabalho do Núcleo de Tecnologia Municipal, responsável pela formação em serviço dos professores, que irá preparar o educador para atuar criticamente com as novas tecnologias na educação. Por isso, faz-se necessário contemplar também, na formação continuada dos professores os fundamentos teóricos de uma educação voltada para os meios de comunicação, posto que as mídias estão sendo pouco a pouco incorporadas no nosso cotidiano, ainda que de modo desigual, integrando todos os espaços e modificando as nossas formas de ser e pensar o mundo.

⁶⁹ Telemática, significa a utilização combinada dos recursos informáticos para efetivar a comunicação à distância.

No intuito de averiguar a hipótese acima nosso objetivo geral é analisar a política de formação de professores no núcleo de tecnologia municipal de Campo Largo no período de 2009 a 2015. Tendo como objetivos específicos: Apresentar a política de formação de professores no NTM; analisar como é oferecida a formação aos professores da rede municipal; analisar como essa formação é recebida pelos professores.

Para alcançarmos nossos objetivos partimos de uma pesquisa documental pela análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Núcleo de Tecnologia Municipal e pelo Sindicato do Magistério de Campo Largo, a luz da reflexão teórica em autores como Bévort e Belloni (2009), Contreras (2002), Cunha e Cunha (2002); (Kenski (2012), Shui (2003) entre outros.

Justifica-se a importância desse estudo, para acompanhar os desdobramentos do programa no município de Campo Largo, verificando seu impacto social.

DESENVOLVIMENTO

A preparação dos professores para a utilização das novas tecnologias implica muito mais do que ministrar conhecimento sobre computadores. Implica também, numa metodologia de ensino que indique condições para a assimilação de conceitos, aptidões e atitudes, que façam sentido na medida em que os conteúdos abordados tenham relação com os objetivos pedagógicos e com o contexto profissional, social e cultural de seus estudantes.

A formação do professor para ser capaz de integrar a informática nas atividades que realiza em sala de aula deve prover condições para ele construir conhecimento sobre as técnicas computacionais, entender por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica e ser capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica. (VALENTE, 1999, p.141)

Ou seja, devem-se criar condições para que o docente saiba contextualizar o que aprendeu durante sua formação, ajustando assim, às necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que procura atingir. Além disso,

Finalmente, deve-se criar condições para que o professor saiba recontextualizar o aprendizado e a experiência vividas durante a sua formação o para a sua realidade de sala de aula, compatibilizando as necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que se dispõem a atingir. (VALENTE, 1999, p.141)

Entendemos que as tecnologias de informação e comunicação precisam ser incorporadas à proposta pedagógica dos cursos de formação de professores dos municípios e estados. Pois, as TICs complementam o novo formato de ensino que se configura e no modo de pensar e produzir conhecimento.

Portanto, tais recursos só vêm somar na metodologia de ensino e aprendizagem, nota-se que não basta apenas que os docentes se apoiem no campo das tecnologias, mas busquem incorporar o conhecimento técnico ao conhecimento pedagógico, onde os dois devem caminhar juntos. E para que isso aconteça, torna-se necessário que os educadores unam os conteúdos curriculares e os recursos tecnológicos em circunstâncias organizadas e coerentes, construindo um aprendizado expressivo. Isso é de suma importância pois

A sociedade atual passa por grandes mudanças, exigindo cidadãos críticos, criativos, reflexivos, com capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em grupo, de se conhecer como indivíduo e como membro participante de uma sociedade que busca o seu próprio desenvolvimento, bem como o de sua comunidade. Cabe à educação formar este profissional. Por essa razão, a educação não pode mais restringir-se ao conjunto de instruções que o professor transmite a um aluno passivo, mas deve enfatizar a construção do conhecimento pelo aluno e o desenvolvimento de novas competências necessárias para sobreviver na sociedade atual. (VALENTE, 1999, p.140)

Todavia, as tecnologias devem ser pensadas e empregadas de modo a enriquecer os trabalhos dos professores. Dessa maneira, a incorporação das TICs no currículo de formação dos professores, visa preparar profissionais independentes, reflexivos e aptos de ajustar suas estratégias didáticas.

Não é possível pensar a educação contemporânea sem discutir sobre transformações estruturais na maneira de construir o conhecimento pela mediação tecnológica no trabalho do docente. Alguns autores afirmam que

Uma aprendizagem efetiva emerge como consequência de processos educacionais embasados em pressupostos tais como a interdisciplinaridade, a interatividade e a reconstrução permanente de conhecimento. O conhecimento precisa ser considerado neste contexto como altamente dialético, dinâmico e mutável. Aliado às diversas maneiras pelas quais o ser humano pode aprender, tal contexto requer a existência de formas criativas e inovadoras de mediação pedagógica e tecnológica para proporcionar o alcance dos objetivos de aprendizagem das propostas educacionais. (MEDEIRO; MARTINS, 2012, p.2)

No entanto, isso apenas será possível, após as mudanças na formação inicial docente e em sua ação pedagógica, considerando as formas tradicionais de ensino e adaptando-as às demandas socioeconômicas, culturais e políticas da sociedade moderna.

As Políticas Públicas Educacionais vigentes, implantadas e implementadas, a partir de um regime de colaboração e cooperação tem envolvido todos os níveis de governo – estadual, municipal e federal, além de empresas e indústrias com a finalidade de inserir as tecnologias digitais nas escolas públicas.

Conforme disposto no Projeto de Lei, nº 8.035/2010, do Plano Nacional de Educação - 2011/2020, “Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação” (BRASIL, 2011, p.27).

As Políticas Públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que surgem da sociedade e do seu próprio interior, sendo estas a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em curto, médio e longo prazo (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 12). Sua construção obedece a um conjunto de diretrizes, prioridades, princípios e objetivos com normas bem definidas.

Estudá-las na área da Educação é condição primordial para entender o processo de inclusão das TIC's e como ocorre a formação de professores para trabalhar no ambiente escolar. Para isso é necessário compreender as diretrizes, os programas, os projetos e as ações na área.

Dentre esses programas destacamos o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que foi criado em 09 de abril de 1997, pela portaria 522, por meio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério de Educação e Cultura, e é a atual proposta do governo

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

federal para introduzir a tecnologia de informática na rede pública de ensino. Segundo (MARTINS; FLORES, 2015) o ProInfo é o resultado de diferentes iniciativas que se iniciaram na década de 1970, com as primeiras pesquisas realizadas nas universidades federais brasileiras.

Na cidade de Campo Largo, o Núcleo de Tecnologia Municipal, foi implantado no ano de 2009. Em 22 de junho de 2009, foi enviado pela Secretaria de Educação a Distância/Diretoria de Infra-Estrutura em Tecnologia Educacional – DITEC, um ofício sob o número de 1403/2009/ DITEC/SEED/MEC ao Prefeito Municipal de Campo Largo da época, cujo assunto era a Homologação do Núcleo de Tecnologia Educacional de Campo Largo. Portanto, através do Programa ProInfo, o acesso as TICS já é uma realidade nas escolas públicas municipais. (CAMPO LARGO, NTM, 2009)

Do ponto de vista formal, o ofício a DITEC informa que a partir da data da homologação, o NTM de Campo Largo fica responsável pela sensibilização e motivação para incorporação das tecnologias de informação e comunicação nas atividades didático-pedagógicas normais, apoiando o planejamento das escolas e capacitando professores multiplicadores e equipes de suporte técnico, por meio de cursos e assessoramento pedagógico ao processo de ensino aprendizagem. (CAMPO LARGO, NTM, 2009)

Através deste projeto foram contempladas todas as escolas municipais de estrutura física adequada (grades de proteção, rede elétrica redefinida e mobiliária) para receber os computadores. As escolas do município que receberam laboratórios ProInfo, equipados com computadores, impressora e fones de ouvido, TV pendrive com suporte, Banda Larga. (CAMPO LARGO, NTM, 2009).

O NTM de Campo Largo é composto por uma equipe interdisciplinar de professores multiplicadores a qual teve que se especializar em Informática Educativa e dois técnicos qualificados para dar formação contínua aos professores e assessorar escolas da rede municipal de ensino, no uso pedagógico bem como na área técnica. (CAMPO LARGO, NTM, 2009)

A rede municipal de ensino de Campo Largo atualmente é composta por 980 professores, distribuídos em uma estrutura física de 38 escolas e 18 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS).

Em 2010 foi iniciado um processo de capacitação ofertado pelo NTM para os profissionais da Educação para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, através de políticas de inclusão digital as escolas públicas brasileiras têm sido equipadas com computadores e banda larga. Todavia, estas ações não são o bastante, conforme Prado (2000) é preciso capacitar os professores para atuar e recriar ambientes de aprendizagem, ou seja, formar professores críticos, reflexivos, autônomos e criativos na busca de mudanças do processo de ensino.

Nas escolas do município de Campo Largo, as tecnologias estão sendo incorporadas no processo educativo, sendo utilizadas como ferramentas pedagógicas visando contribuir para a inclusão digital através do acesso a computadores e outras tecnologias digitais disponibilizadas pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), programa educacional do Ministério da Educação (MEC).

Quanto ao Núcleo de Tecnologia Municipal, já consolidado, com mais de cinco anos de trabalho, necessita aprofundar seus trabalhos com foco na formação continuada de forma contextualizada e crítica em busca de um ensino de qualidade. Um processo de reflexão crítica permitiria aos professores avançar num processo de transformação da prática pedagógica mediante sua própria transformação como intelectuais críticos, isto requer a tomada de consciência dos valores e significados ideológicos implícitos nas atuações docentes e nas instituições, e uma ação transformadora dirigida a eliminar a irracionalidade e a injustiça existentes nestas instituições (CONTRERAS, 2002).

As observações deste estudo poderão ser utilizados como norteadores de ações desencadeadoras para melhorar a qualidade dos cursos de formação continuada realizados pelo NTM para os professores para o uso das TICs na educação no município de Campo Largo. Estas constatações ajudam a repensar as políticas educacionais de formação continuada de professores uso das TIC como auxilia de prática pedagógica em benefício do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BÉVORT, Evelyne, BELLONI, Maria L. **MÍDIA-EDUCAÇÃO: CONCEITOS, HISTÓRIA E PERSPECTIVAS**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf> Acessado dia 10/09/2015

BRASIL/MEC/SEED/PROINFO. **Documento definição. Brasília - Proinfo**, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462>. Acesso em: 10 jul. 2015.

CONTRERAS, José D. **A autonomia de professores**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

CUNHA, Edite de Penha & CUNHA, Eleonora Schettini M. **Políticas Públicas e sociais**. In: CARVALHO, Alusson; SALES, Fátima (org). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2002

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. 8ª Edição. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2012.

MEDEIRO, Luciano F. de; MARTINS, Onilza B. **Construção-desconstrução-reconstrução dos saberes na EAD e o impacto da evolução tecnológica na mediação pedagógica**. Revista Aprendizagem em EAD – Ano 2012 – Volume 1 – Taguatinga – DF, outubro de 2012. <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/viewFile/3080/2230>. Acessado 08/10/2015.

Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. **O uso do computador na formação do professor: um enfoque reflexivo da prática pedagógica**. Brasília: MEC/SEED/PROINFO, 2000. <http://www.escola2000.net/eduardo/textos/PROINFO/livro14Elisabeth%20Brisola.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

SHUI, Deyse A.T. **Ambientes informatizados e formação continuada de professores: Um estudo sobre a implementação do PROINFO e do Núcleo de Tecnologia Educacional nas Escolas Públicas Municipais de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2003.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85520/191871.pdf?sequence=1>.

Acessado em 13 de maio de 2015.

VALENTE. José A. (org.) **O computador na sociedade do conhecimento**. 1999Publicação: OEA_NIED/UNICAMP [http: www.nied.unicamp.br/oea](http://www.nied.unicamp.br/oea)
http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de_interesse-na-area-de-tics-na-educacao/o-computador-na-sociedade-do-conhecimento. Acessado em 07/10/15.

VALENTE. José A. Diferentes usos do computador na educação. In, VALENTE. José Armando (org.) **O computador na sociedade do conhecimento**. Publicação: Repensando a Educação. Campinas, SP: Gráfica da Unicamp, 1993.

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA PERSPECTIVA DA TUTORIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Patrícia Carla Ferreira

Centro Universitário Internacional UNINTER

patricia.fer@uninter.com

Palavras-chave: Educação a Distância. Qualidade. Tutoria.

Este trabalho parte de uma questão atual – a qualidade na Educação a Distância – buscando contextualizá-la e procurando identificar a percepção da qualidade de EaD que os tutores dos cursos de especialização (pós-graduação) da área educacional oferecidos pela instituição pesquisada manifestam. Dada a relevância do tutor na EaD, fez-se a opção pela pesquisa da qualidade em sua perspectiva, sendo possível concluir que os tutores são conscientes de sua atuação e percebem criticamente sua atuação.

A recente e rápida expansão da educação à distância no Brasil promove na modalidade uma fase de consolidação e notoriedade. Prova disso é a atitude do governo, que regulamentou e intensificou ações de controle, uma vez que o ritmo da expansão exigiu mudanças na regulação do sistema. Afinal, a legislação da educação à distância no Brasil é muito recente e o país ainda está aprendendo esta modalidade de educação.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação trouxe mudanças significativas à educação à distância que, atualmente, está presente em todos os setores, instigando nossa reflexão sobre questões inerentes ao processo educativo e – como não poderia deixar de ser – voltando um olhar especial à questão da qualidade.

Sabendo que um dos pilares para garantir a qualidade de um curso à distância é a interatividade entre os sujeitos, qual a relação entre a tutoria e a qualidade na educação à distância? E como os tutores percebem a qualidade da educação à distância?

O objetivo geral deste trabalho é verificar qual é a percepção da tutoria da qualidade na educação à distância. Para tanto, tem como objetivos específicos:

- pesquisar, definir e explicitar qualidade em educação a distância, a partir dos princípios que a norteiam, investigados nos documentos legais;
- analisar referenciais de qualidade na educação à distância;
- observar a percepção que tutoria tem da qualidade dos cursos à distância.

Partindo do entendimento de que não é possível analisar um objeto sem compreender seu contexto, optou-se pela concepção dialética para nortear este trabalho.

A dialética tem origem nos filósofos pré-socráticos, embora tenha se consolidado no século XIX. Segundo SEVERINO (1992), o fundamento da dialética é perceber a realidade como resultado de um processo histórico de múltiplas determinações, decorrentes de forças contraditórias atuantes nessa mesma realidade.

Com esta compreensão, elegeu-se a abordagem qualitativa para investigar a percepção da qualidade em educação à distância manifestada pela tutoria. Serão analisadas a Legislação e os Referenciais de Qualidade, a fim de compreender a qualidade da educação à distância na percepção da tutoria.

Etimologicamente, qualidade, do latim *qualitate*, significa “propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas, capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza” (FERREIRA, 1999).

Para adentrar na compreensão sobre o conteúdo e o significado de qualidade em educação é preciso esclarecer que atributos ou condições possui e se impõem para que se

considere a qualidade. Nesse sentido, a qualidade reflete-se no projeto político que a referência, determina e avalia.

A sociedade contemporânea tem sua organização social determinada pelo modo de produção capitalista, onde as relações sociais, especialmente as de classe, desenvolvem-se de acordo com o progresso tecnológico e a divisão social do trabalho. As classes vivem um conflito permanente que, contudo, não pode ocorrer efetivamente, para que seja garantido o funcionamento do conjunto social. Para sustentar as relações que lhe são interessantes, a classe dominante cria um instrumento político: o Estado. Essa é a realidade social com a qual convivemos: uns poucos indivíduos têm condições de sobreviver dignamente, enquanto milhões são renegados a condições sub-humanas de vida (SEVERINO, 1992).

A educação é uma prática integrante das relações sociais, que torna o indivíduo capaz de um melhor convívio em sociedade. Por isso, precisamos ter clareza da intencionalidade da prática educativa. Podemos dizer que as formas de compreensão da educação para os teóricos da educação podem ser divididas em três tendências filosófico-políticas: educação como redenção, educação como reprodução e educação como transformação da sociedade (LUCKESI, 1992). Para a primeira das tendências, a educação como redentora da sociedade, a educação deve promover a integração entre os indivíduos da sociedade, uma vez que ela (a sociedade) está composta e deve ser conservada através da educação. A educação é concebida como parte da sociedade. Aqueles que concebem a educação como reprodutora da sociedade – a segunda tendência apresentada - percebem a educação como parte da sociedade e instrumento para perpetuação do modelo vigente, configurando-se em “aparelho ideológico do Estado”⁷⁰. Já a terceira tendência compreende a educação como mediadora de um projeto social, apresentando a possibilidade da contribuição da educação com a democratização da sociedade, apesar de fazer parte dela. Para tanto, a educação utilizaria as próprias contradições da sociedade de forma crítica, promovendo a transformação (FERREIRA, 2002).

Concordando que a educação deve objetivar a transformação da sociedade, entende-se que a escolarização é um meio, posto que apropriando-se do conhecimento sistematizado, o indivíduo amplia sua visão de mundo, com a possibilidade de tornar-se crítico e adotar atitudes que lhe permitam enfrentar a vida. É certo que novas condições se apresentam à educação e, diante disso, é necessário responder a essas exigências de forma comprometida. A reflexão sobre as formas de atuação que possibilitem enfrentar os desafios que nos são impostos é uma necessidade. Novos elementos e dados são apresentados à educação, que precisam ser analisados e discutidos. O grande desafio que se coloca à educação é o enfrentamento das questões da atualidade no sentido de garantir a melhoria da qualidade de ensino, assegurando o acesso ao conhecimento e o atendimento das necessidades reais de aprendizagem da população (FERREIRA, 2002).

É indiscutível a expansão da educação a distância na atualidade. Cada vez mais é reconhecida e sua oferta aumenta a cada dia. Esse crescimento se dá pela necessidade de atender as necessidades da sociedade, na qual as tecnologias contribuem com a distribuição de informações e a interação entre os sujeitos com flexibilidade, o que impulsiona a oferta de cursos na modalidade, cuja expansão é proporcional a seu desenvolvimento. A educação online apresenta novos desafios e especificidades e, assim, como na educação presencial, almeja uma educação de qualidade.

A pesquisa procurou identificar a percepção da qualidade da educação a distância oferecida na instituição pesquisada dos tutores de cursos de especialização da área

⁷⁰ Louis Althusser, Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.

educacional (voltados especialmente à formação continuada de docentes). Foi possível verificar que todos os profissionais pesquisados acreditam na educação a distância, têm boa formação (especialistas e mestres) e vasta experiência na área educacional. Muitos deles estão vivenciando sua primeira experiência em educação a distância.

Pode-se observar uma falta de reflexão maior sobre as concepções de qualidade e sobre o indivíduo que se quer formar. Qual concepção de qualidade está sendo contemplada? Falta essa clareza. O que se percebe como qualidade é apenas o atendimento de objetivos e o cumprimento de metas. Uma visão muito distante daquilo que se considera a qualidade que deve ser alvo de todo processo educacional. Por isso, espera-se realizar novos estudos, aprofundando e ampliando as questões observadas e suscitadas a partir deste.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, P. C. **Da qualidade na educação para uma educação de qualidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2002.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo, Cortez, 1992.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo, Cortez, 1992.

A UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES METODOLOGIAS NO ENSINO SEMIPRESENCIAL: *BLENDED LEARNING E FLIPPED CLASSROOM*

Elaine Cristina Hobmeir

UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Mestrado em Educação e Novas Tecnologias

Elaine.h@uninter.com

Palavras-Chave: *Blended Learning, flipped classroom, problem based learning*, aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

O pouco espaço que tem se dado ao estudo do ensino-aprendizagem do aluno adulto, descreve as implicações que resultam e o estudo não parece chegar a apenas uma conclusão. Dentro deste contexto é de se afirmar que a aprendizagem implica muito mais do que se tem apresentado, pois este é um processo dinâmico e contínuo e deve ocorrer durante toda a vida do ser humano, já que é por meio da aprendizagem que o ser humano se apropria de algo novo.

Os objetos de aprendizagem apresentados no artigo estão divididos em duas partes: *blended learning* e o ensino semipresencial e a inversão da sala de aula, ou a *flipped classroom*.

A questão que norteia este artigo é de que forma se pode trazer a aplicabilidade da aprendizagem das organizações para a educação é o sonho de alguns estudiosos, mas não é garantia de sucesso, já que o mundo corporativo é diferente do acadêmico e as inovações propostas nas corporações nem sempre são casos de sucesso.

O objetivo principal se apresenta aplicando-se este processo a interação do indivíduo e o meio sociocultural ao que se apresenta surgem propostas de inovação as melhores práticas de aplicação de novos métodos de ensino e aprendizagem.

Dentre os objetivos apresentados deve-se explicar que dentre as inovações que estão causando certo impacto na educação, pode-se citar a Sala de Aula Invertida (*flipped classroom*), Ensino Híbrido (*Blended Learning*), Aprendizado Baseado em Problema (*Problem Based Learning*) e Aprendizagem Significativa. E não se pode esquecer que além das inovações citadas, ainda estão sendo aplicados os MOOC (*Massive Open Online Courses*) que são cursos gratuitos *on-line*.

Essas inovações estão sendo desenvolvidas ou criadas de forma dinâmica, uma vez que o mercado educacional está em pleno desenvolvimento e essa necessidade acelerada de formação e informação está se tornando o grande diferencial competitivo.

Esse diferencial está surgindo pela necessidade de unificar o mercado de trabalho, estudantes, professores e instituições de ensino, principalmente na aplicação do que está sendo cobrado no mercado pelos estudantes e de que maneira os professores poderão repassar essa informação, este conhecimento. Nessas novas metodologias citadas o professor muitas vezes deixa do seu papel de transmissor do conhecimento para um orientador, um coach, que muitas vezes atuam de forma *on-line* ou em um atendimento personalizado, onde o aluno acaba tendo uma formação sob medida com relação a que o mercado necessita, o que pode ser um grande diferencial.

Esses itens se tornam possíveis devido ao acelerado desenvolvimento tecnológico, o que torna os profissionais mais cobrados e com isso precisam investir em sua formação

profissional de forma rápida e efetiva, deixando do processo de educação formal tradicional, mais extenso.

A justificativa apresenta os objetos de aprendizagem, em sua proposta original, modelada e remodelada em diversas pesquisas acadêmicas, até atingir o estado da arte atual, podem ser considerados como em condições de atender a este requisito. Mais uma vez se comprova que as novidades que surgem em qualquer área do conhecimento, tendem a incorporar práticas já existentes no mercado, que ainda não foram atingidas pela obsolescência.

2 OS OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Os objetos de aprendizagem tem diversas definições Wiley (2006) coloca uma proposta aceita no mercado acadêmico onde considera que um objeto de aprendizagem: É qualquer recurso digital com conteúdo educacional reutilizável em contextos diferenciados; É encapsulado em uma lição ou conjunto de lições; É agrupado em unidades, módulos, cursos; Inclui um propósito de aprendizagem; Inclui um processo de avaliação; Pode ser composto por textos, figuras, animações, som, vídeo, simulações, avaliações, agrupadas sob uma das formas descritas. (Adaptado de Wiley, 2006).

Esses objetos de aprendizagem formam um conjunto para a apresentação ao aluno, e são formas de pensar sobre o conteúdo e pesquisas apresentadas que compõe a estrutura dos cursos, módulos ou unidades.

Os objetos são os recursos educacionais que podem ser aplicados como recursos diversos, com formatos e linguagens diferenciados e que tem como objetivo mediar e qualificar o processo de ensino-aprendizagem. No contexto da aprendizagem o material ou as práticas podem ser reutilizadas, já que podem ser aplicadas em diversos contextos e nas mais diversas áreas de conhecimento. Para essa aplicação é necessário que se faça um planejamento prévio de forma a favorecer a colaboração, aplicação, autonomia e autoria do aluno, sempre contextualizando o contexto curricular.

Nesse processo é importante colocar o aluno a frente de problemas, para que os mesmos procurem descobrir as possíveis soluções para os mesmos, desafiando os alunos e instigando a curiosidade e insitando a busca pela inovação.

Conforme Hay e Knaack (2007, p. 6) objetos de aprendizagem são todas as “ferramentas interativas baseadas na web que apoiam o aprendizado de conceitos específicos incrementando, ampliando, ou guiando o processo cognitivo dos aprendizes.”

Dentro do contexto é interessante identificar os objetos como realmente são, que apresentam elevado grau de interatividade para que evite a monotonia, sobrecarga laboral, cognitiva ou psicológica. Devem transformar uma área do saber em área do conhecimento, sujeito as matrizes curriculares e que são consideradas ideias complexas transformadas de forma sucessiva, utilizando alguma ferramenta, como mapas mentais.

Esses pedaços do conhecimento funcionam como um grande banco de dados, com interações armazenadas como componentes de aprendizagem para a criação de novos conhecimentos. A aprendizagem também pode ser utilizada por meio de uma estratégia institucional onde busca a aprendizagem por meio de processos internos e uma resposta a incentivo.

2.1 BLENDED LEARNING E O ENSINO SEMIPRESENCIAL

Com o intuito de se apresentar a educação a distância, estabelecem oposições entre o Ensino a Distância e o ensino presencial, esta oposição apresenta uma imprecisão conceitual e pode ocasionar um efeito inverso ao esperado com relação ao significado de EaD e Tradicional. Quando se fala em tradicional remete-se a algo negativo, conservador, ultrapassado, antigo e quando cita-se EaD atribui-se um caráter inovador. As generalizações não são indicadas, pois a tecnologia por si só não garante qualidade ao ensino, pois a qualidade da educação depende de uma variedade de fatores, é possível ser “tradicional” em EaD da mesma forma como é possível ser “inovador” no ensino dito “tradicional”.

De acordo com o significado de EAD pesquisado no site do Ministério da Educação, o ensino é semipresencial quando o aluno em algum momento do curso deve assistir aulas presenciais ou efetuar as provas nos Polos. Citando a definição que consta no site do Ministério da Educação (2014) sobre o que é Polo:

Polo de educação a distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no País ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no polo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, teleaulas, avaliação (provas, exames, etc.) e poderá utilizar toda a infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e ou participantes do respectivo processo de formação.

Uma das propostas principais do ensino Semipresencial é por meio dos TDICs (Tecnologias digitais de informação e comunicação) produzir material didático com qualidade e que contribuam para o processo de aprendizagem do aluno, com a ajuda os professores Orientadores.

Esse tipo de ambiente busca um processo de aprendizagem colaborativa, que é o método onde estudantes trabalham juntos em torno de um objetivo, nesta situação os alunos são responsáveis pelo aprendizado uns dos outros. Esse novo paradigma é baseado no construtivismo de Piaget e nas teorias sócio-culturais de Vygotsky. Esse método aumenta a aut-realização dos alunos, a colaboração, a avaliação e a cooperação.

Essa aprendizagem está relacionada à idéia de se aprender e trabalhar em grupo, embora pareça recente, desde o século XVIII já foi bastante testada por teóricos, pesquisadores e educadores (IRALA e TORRES, 2004).

Na década de 1970 a produção sobre esta área de aprendizagem foi intensa, mas apenas na década de 1990 esse tipo de aprendizagem ganhou popularidade entre os professores do Ensino Superior, A Autora como David e Roger Johnson, e Karl Smith adaptaram a aprendizagem cooperativa para a sala de aula das faculdades (IRALA e TORRES, 2004). Torres (2004, p.50), afirma que uma proposta colaborativa caracteriza-se pela:

participação ativa do aluno no processo de aprendizagem; mediação da aprendizagem feita por professores e tutores; construção coletiva do conhecimento, que emerge da troca entre pares, das atividades práticas dos alunos, de suas reflexões, de seus debates e questionamentos; interatividade entre os diversos atores que atuam no processo; estimulação dos processos de expressão e comunicação.

Campos et al (2003, p. 26) considera essa aprendizagem como “... uma proposta pedagógica na qual estudantes ajudam-se no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o professor, com o objetivo de adquirir conhecimento sobre um dado objeto.”

Para se entender melhor, o verbo inglês *blend* significa misturar, combinar. Esta forma de ensino, portanto, combina estudos presenciais e a distância. O termo *blended learning* pode ser empregado tanto quando aulas presenciais são combinadas com atividades a distância ou para o sentido inverso, quando um curso em EaD requer aulas, encontros ou aulas presenciais.

Tori (2009, p. 121) defende que “a convergência entre virtual e real tem sido discutida há algum tempo”. Mais recentemente, essa abordagem tem se popularizado, e o termo *blended learning* começa a se consolidar. Com essa abordagem, os educadores podem lançar mão de uma gama maior de recursos de aprendizagem, planejando atividades virtuais ou presenciais, levando em consideração limitações e potenciais que cada uma apresenta em determinadas situações e em função de forma, conteúdo, custos e resultados pedagógicos desejados.

2.2 A INVERSÃO DA SALA DE AULA, OU A *FLIPPED CLASSROOM*

Para isso a sala de aula física, transformou-se em virtual e passou a ter algumas denominações específicas, onde o material é inserido em uma pasta e fica disponível para acesso dos alunos e professores. O processo de ensinar não é fácil, exige risco, principalmente quando se modifica a forma tradicional, pois a aceitação do novo é algo complicado, ainda mais quando alteramos toda uma maneira clássica de educação.

Esse modelo de ensino atende um grande número de alunos ao mesmo tempo, eliminando o modelo antigo de onde estudar (espaço físico), de qual o horário de estudo e ritmo de aprendizagem, que são comuns aos modelos clássicos. Nessa situação o modelo a Distância permite a combinação estudo/ trabalho, garantindo a permanência do aluno na instituição e com isso diminuindo a evasão.

O aluno deve ter noção de que precisa de disciplina e determinação, e no caso desse modelo de ensino, primeiro o mesmo deve assistir as vídeo-aulas, ler os capítulos do livro, desenvolver as atividades para depois tirar as dúvidas com os professores. Por isso a *Flipped Classroom*, ou Sala de Aula Invertida tem um currículo diferenciado, que permite que o aluno seja responsável pela sua aprendizagem. É com base nesse preceito que os professores não desenvolvem mais aulas expositivas, mas sim solucionam conflitos e esclarecem dúvidas de acordo com o conteúdo explorado previamente pelos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes metodologias da aprendizagem criam um estudo relevante para a proposta de modelos de aprendizagem, ou um planejamento estratégico para sua aplicabilidade. As novas modalidades aplicadas na educação causam no início uma certa resistência, que é normal ao ser humano, mas com o tempo e o projeto sendo efetivado há mudanças nas concepções.

Aos poucos, esta nova abordagem do processo de ensino e aprendizagem, que ainda não atingiu a sua primeira década de vida, estabelece raízes e consegue apoio que dá sustentabilidade teórica à aplicação com o respaldo do meio acadêmico, em todas as iniciativas onde seja observada a necessidade iminente de formação e que esta não necessita abranger o todo do conteúdo de uma determinada disciplina ou eixo temático, mas pode ser desenvolvida, sem solução de continuidade ou perda de qualidade, em pequenos módulos.

Podemos corroborar que o que hoje é uma expectativa pode se tornar a aprendizagem do futuro, onde será possível aliar o custo x benefício com um processo de aprendizagem adequada ao cenário globalizado. Hoje as instituições de ensino buscam a cada dia uma maior aderência ao ambiente virtual, envolvendo o ensino-aprendizagem nessas novas tecnologias. O momento atual é muito particular, a educação passa por transformações no que diz respeito ao conhecimento e principalmente à informação.

Esses fatos criam uma demanda pelo aprendizado e as instituições estão adaptando esse novo modelo educacional, fornecendo o que melhor se adéqua ao seu público, seja por meio de ensino presencial, ensino a Distância e semipresencial. E esses dois últimos cenários são os que estão ganhando mais força, devido à flexibilidade do sistema. As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) são as verdadeiras respostas à democratização do ensino e para que aqueles alunos que moram em regiões distantes que não tem acesso ao ensino presencial possam buscar esse conhecimento por meio dessa tecnologia.

A distância temporal é sentida por professores e alunos nos espaços de aprendizagem onde as possibilidades tecnológicas da internet garantem essa comunicação entre eles.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, F. et al. **Cooperação e aprendizagem on-line**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAY, R. H.; KNAACK, L. Evaluating the learning in learning objects. **Open Learning: The Journal of Open and Distance Education**, v. 22, n. 1, p. 5-28, 2007.

IRALA, Esrom Adriano Freitas; TORRES, Patrícia Lupion. **O uso do AMANDA como ferramenta de apoio a uma proposta de aprendizagem colaborativa para a língua inglesa**. Abril de 2004.

Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12824:o-que-e-um-polo-de-educacao-a-distancia-catid=355&Itemid=230

TORI, Romero. **Cursos híbridos ou blended learning**. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. cap.17, p. 121-128.

WILEY, D. (2006). **Connecting Learning Objects to Instructional Design Theory: A definition, a Metaphor, and a Taxonomy**. On-line. Disponível em <http://reusability.org/read/chapters/wiley.doc>. Acesso em dezembro de 2014.

A VOZ DO DONO E O DONO DA VOZ: ESPAÇOS, GESTÃO E CURRÍCULO DETERMINANDO O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PROJOVEM URBANO

Rogério Soares Fragoso⁷¹

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Mestrado Profissional em Educação – Teoria e Prática de Ensino

profrogeriosoares@yahoo.com.br

Orientadora: Prof. Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv⁷²

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Mestrado Profissional em Educação – Teoria e Prática de Ensino

sharacemiv@gmail.com

Palavras-chave: Política Pública. ProJovem Urbano. Ensino Fundamental. Boas Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa intitulado: “A voz do dono e o dono da voz: espaços, gestão e currículo determinando o desenvolvimento do Programa ProJovem Urbano” tem como investigação fatores que possibilitam mudanças transformadoras nos educadores e educandos, jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que participam do ProJovem Urbano nas escolas da Rede Municipal da cidade de Curitiba. O programa tem como finalidade promover a inclusão social de jovens que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental, buscando a reinserção social na escola e no mundo do trabalho.

A proposta pedagógica do ProJovem Urbano está alicerçada no tripé apresentado como base do programa: Educação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Ao integrar Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, o ProJovem Urbano oferece oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionem quanto à sua inserção social e profissional. Nessa perspectiva espera-se que os jovens concluintes do programa sejam capazes de afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos.

O desenvolvimento do programa ProJovem Urbano, é voltado especificamente para o segmento mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 29 anos, que terminaram o quinto ano, mas não concluíram o nono ano do ensino fundamental e não tem vínculos formais de trabalho. O programa caracteriza-se como emergencial, atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e experimental, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem. Os núcleos que atendem o ProJovem Urbano estão inseridos em escolas da Rede Municipal de Educação de Curitiba trabalhando com gestão compartilhada.

Dentro desta perspectiva o programa ProJovem Urbano vem ao encontro das necessidades da Rede Municipal de Educação de Curitiba.

Assunto

O programa ProJovem Urbano foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo federal em 2005 (BRASIL, 2005). Implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretária-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Viabilizou-se, por meio dos sistemas de educação a certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional.

A formação integral no ProJovem Urbano compreende atividades de Formação Básica (800horas), Qualificação Profissional (350 horas) e Ação Comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1.600 horas. Aos alunos, devidamente matriculados, é concedido um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00. O recebimento desse auxílio condiciona-se à frequência e à entrega dos trabalhos escolares. Assim, o aluno deve comparecer todo mês a, pelo menos, 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa, incluindo a ação comunitária programada e entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês. O exame nacional externo para fins de certificação no ensino fundamental ocorre ao término do curso e tem como referência uma matriz de habilidades e conhecimentos elaborada em consonância com o currículo, por comissão especialmente designada para essa tarefa.

O Programa também oferece certificação de qualificação profissional em um arco de ocupações. Os educadores têm garantido na carga horária momentos de planejamento, formação e partilha de vivências. A maioria dos educandos já foram alunos dessas escolas, alguns evadiram, outros foram expulsos. Suas histórias são conhecidas na comunidade e pouco ou quase nada é esperado deles. Daí a importância de uma leitura mais profunda sobre as questões sociais de como essas histórias foram sendo produzidas. Trazer para esses espaços um programa de inclusão com a proposta de realizar um caminho inverso e de aceitar o retorno desses educandos é o maior desafio que os educadores do programa ProJovem Urbano enfrentam.

Objeto de estudo

A proposta deste trabalho de pesquisa intitulado: “A voz do dono e o dono da voz: espaços, gestão e currículo determinando o desenvolvimento do Programa ProJovem Urbano” é a de apresentar uma visão geral do ProJovem Urbano, comparando o programa a uma viagem de ônibus. Uma comparação extremamente interessante, quando bem interpretada, afinal se pararmos para pensar um pouco, a nossa própria vida não passa de uma viagem de ônibus, cheia de embarques e desembarques.

A data da viagem marcava então, impressa no bilhete, o dia 21 de Janeiro de 2006 – nesta data fomos apresentados ao “ônibus ProJovem Urbano”. No começo era tudo novidade e estávamos literalmente um pouco incomodados com a sugerida “realidade” que nos esperava, mas, o programa era diferente, remunerava bem, com uma capacitação de qualidade, profissionais competentes e engajados na proposta. Diante deste quadro, começamos então a embarcar neste “ônibus” e acreditar que o seu destino iria provocar mudanças significativas na modalidade de ensino para jovens da faixa etária entre 18 a 29

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

anos da cidade de Curitiba; adotando novos paradigmas e novos métodos por parte de nós educadores. Métodos estes, diga-se de passagem, que foram desenvolvidos ao longo de inúmeros encontros e debates entre especialistas em educação, trabalho e assistência social proporcionados pela Secretaria Municipal de Educação. O resultado foi um conjunto inovador que combinou ações educacionais, formação profissional e desenvolvimento comunitário. A experiência positiva atraiu outros jovens ao programa, permitindo a realização de novas entradas do programa no município de Curitiba.

Olhar para trás e enxergar o caminho percorrido durante esta viagem é importante para constatar que progredimos, que obtivemos sucesso e que estamos na direção correta. O ProJovem Urbano está cada vez mais consolidado como uma política pública de relevância para a juventude curitibana. Enfim, para nós professores, o grande mistério, afinal, é que jamais saberemos em qual parada desceremos, nem mesmo aquele que está sentado ao nosso lado.

Ficamos pensando, se, quando descermos desse ônibus, sentiremos saudades; acreditamos que sim, nos separarmos de alguns amigos e amigas que fizemos será, no mínimo dolorido, mas nos agarramos na esperança que, em algum momento, estaremos na estação principal e teremos a grande emoção de vê-los chegar com uma bagagem que não tinham quando embarcaram; e o que vai nos deixar feliz, será pensarmos que nós colaboramos para que todos tenham crescido e se tornados valiosos. Todos nós acreditamos que a nossa estada nesse ônibus possa ter sido de muito compromisso com a educação do município de Curitiba e que, quando chegar a hora de desembarcarmos, o nosso lugar vazio possa trazer saudades e boas recordações para aqueles que prosseguirem. No horizonte, surgirá, majestoso, o nosso “ônibus” iluminado pelos holofotes, na plataforma. Lá está o futuro da educação de Curitiba. E para lá que levamos os nossos alunos.

Justificativa

O desejo deste Profissional do Magistério da Rede Municipal de Educação de Curitiba, enquanto pesquisador, reside em pretender ampliar e sistematizar os saberes na educação, com uma concepção de investigação de práticas que acreditam na transformação da realidade. A proposta deste trabalho de pesquisa intitulado: “A voz do dono e o dono da voz: espaços, gestão e currículo determinando o desenvolvimento do Programa ProJovem Urbano”, representa um convite para observar o Programa ProJovem Urbano sob um olhar mais atento e curioso, desafiando neste professor, a compreensão epistemológica, é o mais importante, desafiando a assumir uma postura de enfrentamento em busca de alternativas às dificuldades que se apresentam na prática e que impedem em alguns momentos a inclusão dos jovens na faixa etária de 18 à 29 anos. O espaço escolhido para esta investigação serão algumas escolas da Rede Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, a qual está comprometida com a democracia, a participação, a inclusão e a transformação social.

O ProJovem Urbano vem ao encontro das necessidades do município, visto que o mesmo oferece uma oportunidade para a inserção na sociedade de muitos jovens que se encontram em uma situação de grande vulnerabilidade social. O programa caracteriza-se por apresentar: propostas inovadoras; Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional inicial e experiências de Participação Cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; materiais pedagógicos especialmente produzidos para

atender a essas características do programa, constando de guias, manuais e vídeos destinados a alunos; educadores; gestores; instituições de formação de educadores.

Como Profissional do Magistério atuando desde 2005 até o presente ano no programa ProJovem Urbano, na área de Língua Estrangeira Moderna-Inglês participei e participo de todos os diferentes encontros desta caminhada: das reuniões com a coordenação, momentos de formação, encontros com todos os envolvidos no programa e atuação nas escolas. Desta experiência surgiram algumas reflexões que mexeram com meus sentimentos e desafiaram a minha prática educativa; uma vez que, o ProJovem Urbano busca formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do programa, o que lhes demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano. Para isso, o professor tem de ir além da condição de especialista em uma disciplina e agir como educador no sentido amplo da palavra, desempenhando dois papéis distintos, mas inseparáveis: todo educador é especialista em sua área de conhecimento, mas é também orientador da aprendizagem vista como elemento de construção da autonomia intelectual do aluno/sujeito e de uma visão mais ampla do processo educacional. Quando comecei a trabalhar no ProJovem Urbano nem eu nem os responsáveis pela parceria e implementação do programa sabíamos muito bem como o mesmo seria executado. As dimensões complexas que envolvem o programa, o currículo diferenciado e a gestão setorial já demonstravam os desafios que teríamos pela frente. Fomos aos poucos nos apropriando e particularmente o encantamento e o interesse pelo mesmo aumentando.

Logo, este projeto de pesquisa tem como objetivo relatar as experiências e vivências dos educadores do ProJovem Urbano – Programa de Inclusão de Jovens – através de uma leitura crítica e reflexiva sobre a luta pela direito à educação para jovens da faixa etária de 18 à 29 anos; comparando o ProJovem Urbano a uma grande viagem; apresentando os pressupostos de uma fundamentação teórica sobre o que é o programa com conceitos da teoria, para, em seguida, apontar os objetivos e as características do programa, buscando, concomitantemente, discutir as implicações pedagógicas deste na educação municipal da cidade de Curitiba. Por meio da socialização de experiências dos professores e depoimentos de alunos que vivenciaram e vivenciam as práticas pedagógicas do programa, a investigação desta pesquisa trará para o estudo visões diversificadas sobre os aspectos referentes ao programa.

Problema de Pesquisa

⇒ Como os espaços, gestões e currículo interferem no desenvolvimento do Projovem Urbano?

Hipóteses de estudo

- ⇒ Como o dono da voz interfere na aprendizagem de temas sociais do Projovem Urbano?
- ⇒ Em que espaços as práticas pedagógicas são mais significativas para a aprendizagem: na comunidade ou na Educação de Jovens e Adultos – EJA da Rede Municipal de Educação de Curitiba?
- ⇒ Quais as diferenças no desenvolvimento das práticas pedagógicas do Projovem Urbano no atendimento as demandas da comunidade e no atendimento ao currículo latente da escola?

Objetivos

- ⇒ Historiar a implantação do programa Projovem Urbano na Rede Municipal de Educação de Curitiba;
- ⇒ Identificar como as mudanças de gestão e currículo interferem no desenvolvimento das práticas pedagógicas do Projovem Urbano.
- ⇒ Relatar as experiências e vivências dos educadores do ProJovem Urbano através de uma leitura crítica e reflexiva sobre a luta pelo direito à educação para jovens da faixa etária de 18 à 29 anos.

DESENVOLVIMENTO

A viagem pelas oportunidades de educação nas periferias da cidade de Curitiba então começava para nós professores, com “paradas” em encontros de capacitação, oficinas e reuniões pedagógicas. Sentimo-nos valorizados e entusiasmados pelo novo desafio. Sim, porque o Projovem Urbano, com toda a sua “bagagem” e exigências nos impunha uma nova postura enquanto educadores da RME, exigia de nós uma maior participação no processo de ensino-aprendizagem: a orientação da aprendizagem dos alunos, a apropriação do uso de tecnologias e o trabalho interdisciplinar, através dos temas integradores dos guias de estudo. Muitos de nós educadores, revelamos crescimento e enriquecimento em nossa prática pedagógica.

Sempre nos perguntávamos: - Afinal, que “passageiros” seriam estes que iriam estar presentes conosco nesta viagem? Iniciamos então, um passeio pelas periferias da cidade de Curitiba, com mutirões realizados pela coordenação em conjunto com o grupo de professores, nos finais de semana. Foram vários sábados e domingos, de manhã e à tarde, com chuva ou com sol, entrando em “favelas”, “invasões” e “becos” (alguns até mesmo sem saída), pisando em estradas de barro, subidas e descidas, à procura de jovens que tinham o perfil solicitado para estudar no programa. Com esta iniciativa, começaram então a embarcar os primeiros passageiros: eram jovens à margem da sociedade, alguns com famílias desintegradas, “viciados”, com sérios problemas de aprendizagem e grande defasagem de conteúdo, enfim, jovens com pouca ou nenhuma perspectiva. O clima hostil foi sendo superado com o aprimoramento das relações entre professores e alunos nas salas de aula. Percebemos que eles traziam em seus rostos de rapazes e moças traços evidentes de sua história, as quais de vida marcantes. Eram jovens esperançosos e animados porque no trajeto desta viagem iriam receber a tão esperada bolsa de R\$ 100,00 (cem reais); com a novidade de participar das Ações Comunitárias e especialmente, pela oferta de Qualificação Profissional.

Infelizmente alguns foram descendo e ficando ao longo do caminho; muitos foram os motivos: surgiu um emprego, mesmo não sendo registrado, emprego este, incompatível com o horário das aulas; alguns passaram por problemas de saúde, às vezes, até mesmo internados em clínicas de reabilitação para drogados, outros cumprindo penas em penitenciárias. Algumas das moças foram submetidas ao “machismo” de seus maridos que, com ciúmes, desencorajavam e até proibiam suas esposas de frequentarem as aulas, sendo excluídas uma vez mais do direito de estudar. Enfim, convivemos com exclusões dos mais variados tipos: econômica, social, da informação e da cultura. Uma das principais dificuldades enfrentadas foi à quantidade de alunos matriculados que não apareciam nas

aulas ocasionando um processo de “ausência escolar”. De novo, lá fomos nós, educadores nos finais de semana, com chuva ou com sol, fazer um mutirão nas casas dos alunos para sabermos os motivos das faltas e convencê-los a voltar para a escola.

Muitos foram os que nos deixaram, alunos que tomaram esse ônibus apenas a passeio ainda outros circularam prontos a ajudar a quem precisava. Muitos desceram e deixaram saudades outros tantos passaram de uma forma que, quando desocuparam seu assento, ninguém sequer percebeu. Não importa, é assim uma viagem: cheia de atropelos, sonhos, fantasias, esperas e despedidas. Mas isso não impediu que, durante a viagem, pessoas interessantes e que viriam a ser especiais para nós, embarcassem e seguissem a viagem. Estas assumiram lideranças, aconteceram brilhantemente nas ações sociais, com seriedade e compromisso. Revelaram ao longo do ProJovem seus talentos: na dança, no esporte, na Feira de Ciências, na arte de criar e de protagonizar. Por nós passaram pintores, cantores, poetas, que descobriram estes dons incentivados por seus professores. Nestas subidas e descidas ao longo da viagem, aprenderam a questionar e tomar atitudes, afirmando com orgulho que a vida mudou com o ProJovem; se tornaram pessoas novas e aprenderam a dizer não à violência e a submissão doméstica, passando a ser mais valorizados pelas famílias. Nós, professores, fomos postos à prova em nosso desafio de construção de um mundo mais digno, humano e igualitário.

Fizemos essa viagem da melhor maneira possível, tentando nos relacionar bem com todos os passageiros, procurando, em cada um deles, o que tinham de melhor, lembrando sempre que, em algum momento do trajeto, eles poderiam fraquejar e, provavelmente, precisaríamos entender isso, porque nós também fraquejamos muitas vezes e, com certeza, sempre haveria alguém que nos entenderia. Durante a viagem, criamos “asas”, nos organizamos, nos fortalecemos enquanto equipe e voamos alto e os nossos alunos também. Claro que não foi e não está sendo fácil, mas, não nos deixamos ser vencidos pelos obstáculos e desafios que nos foram apresentados. Fotografias, filmes e lembranças emocionam, principalmente quando nos lembramos das cerimônias de formatura da primeira turma e dos momentos das entregas dos diplomas. A experiência positiva atraiu outros jovens ao programa, permitindo a realização de novas entradas do programa no município de Curitiba. Olhar para trás e enxergar o caminho percorrido durante esta viagem é importante para constatar que progredimos, que obtivemos sucesso e que estamos na direção correta. O ProJovem Urbano está cada vez mais consolidado como uma política pública de relevância para a juventude curitibana.

Enfim, para nós professores, o grande mistério, afinal, é que jamais saberemos em qual parada desceremos, nem mesmo aquele que está sentado ao nosso lado. Ficamos pensando, se, quando descermos desse ônibus, sentiremos saudades; acreditamos que sim, nos separarmos de alguns amigos e amigas que fizemos será, no mínimo dolorido, mas nos agarramos na esperança que, em algum momento, estaremos na estação principal e teremos a grande emoção de vê-los chegar com uma bagagem que não tinham quando embarcaram; e o que vai nos deixar feliz, será pensarmos que nós colaboramos para que todos tenham crescido e se tornados valiosos. Todos nós acreditamos que a nossa estada nesse ônibus possa ter sido de muito compromisso com a educação do município de Curitiba e que, quando chegar a hora de desembarcarmos, o nosso lugar vazio possa trazer saudades e boas recordações para aqueles que prosseguirem. No horizonte, surgirá, majestoso, o nosso “ônibus” iluminado pelos holofotes, na plataforma. Lá está o futuro da educação de Curitiba. E para lá que levamos os nossos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo deste Profissional do Magistério da Rede Municipal de Educação de Curitiba, enquanto pesquisador, reside em ampliar e sistematizar os saberes na educação, com uma concepção de investigação de práticas que acreditam na transformação da realidade. A proposta deste trabalho de pesquisa intitulado: “A voz do dono e o dono da voz: espaços, gestão e currículo determinando o desenvolvimento do Programa Projovem Urbano” representa um convite para observar o Programa Projovem Urbano sob um olhar mais atento e curioso, desafiando, neste Profissional do Magistério, a compreensão epistemológica, é o mais importante, desafiando assumir uma postura de enfrentamento em busca de alternativas às dificuldades que se apresentam na prática e que impedem em alguns momentos a inclusão dos jovens na faixa etária de 18 à 29 anos.

O espaço escolhido para esta investigação serão algumas escolas da Rede Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, as quais estão comprometidas com a democracia, a participação, a inclusão e a transformação social. O Projovem Urbano vem ao encontro das necessidades do município, visto que o mesmo oferece uma oportunidade para a inserção na sociedade de muitos jovens que se encontram em uma situação de grande vulnerabilidade social. O programa caracteriza-se por apresentar: propostas inovadoras; Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional inicial e experiências de Participação Cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do programa, constando de guias, manuais e vídeos destinados a alunos; educadores; gestores; instituições de formação de educadores.

Como Profissional do Magistério atuando desde 2005 até o presente ano no programa Projovem Urbano, na área de Língua Estrangeira Moderna-Inglês participei e participo de todos os diferentes encontros desta caminhada: das reuniões com a coordenação, momentos de formação, encontros com todos os envolvidos no programa e atuação nas escolas. Desta experiência surgiram algumas reflexões que mexeram com meus sentimentos e desafiaram a minha prática educativa; uma vez que, o Projovem Urbano busca formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do programa, o que lhes demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano. Para isso, o professor tem de ir além da condição de especialista em uma disciplina e agir como educador no sentido amplo da palavra, desempenhando dois papéis distintos, mas inseparáveis: todo educador é especialista em sua área de conhecimento, mas é também orientador da aprendizagem vista como elemento de construção da autonomia intelectual do aluno/sujeito e de uma visão mais ampla do processo educacional. Por meio da socialização de experiências dos professores e depoimentos de alunos que vivenciaram e vivenciam as práticas pedagógicas do programa, a investigação deste trabalho de pesquisa trará para o estudo visões diversificadas sobre os aspectos referentes ao programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Manual do Educador Projovem Urbano: Orientações Gerais**, Brasília – DF, 2005.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores – Projovem Urbano**, Brasília – DF, 2008.

A CRITICIDADE E SUAS RELAÇÕES COM LÍNGUA, PODER, IDENTIDADE E AGÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Edna Marta Oliveira da Silva
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Mestrado em Estudos Linguísticos
Orientadora: Prof. Dra. Clarissa Menezes Jordão
E-mail: tecasilva@gmail.com

Palavras-chave: ensino de línguas estrangeiras; letramento crítico; formação de professores

INTRODUÇÃO

Questões relacionadas à criticidade passaram ao longe dos espaços acadêmicos na história recente do Brasil durante o período da ditadura militar. Foi somente com a abertura política no início dos 80 anos que as discussões a respeito de criticidade voltaram a ganhar espaço nos círculos acadêmicos.

Ser crítico faz parte do potencial do ser humano e, mais do que saber avaliar e distinguir entre o que é verdadeiro e o que é errado, a sua ausência enfraquece nossa inteligência. Entretanto, mesmo durante o período de ditadura, vozes como a Paulo Freire (1987) surgiram contra a opressão e o canal para tal manifestação foi o da pedagogia crítica, que abriu caminhos para as questões a respeito do letramento crítico.

O letramento crítico preconiza a ideia de que há, de fato, “construções sociais, culturais, políticas e ideológicas” e que “todos os sujeitos são sempre ‘inteligentes’ [...] e sua criticidade se estabelece [...] conforme as situações interativas vão se configurando” (JORDÃO, no prelo). Nesse sentido, o foco do letramento crítico, ao contrário da pedagogia crítica, não é o de “iluminar” a todos, retirando o véu da ignorância, mas permitir que os sujeitos sejam capazes de avaliar, criticar e analisar uma determinada situação.

A própria legislação brasileira, por meio da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/96 aponta para a importância de se promover “...o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico...” do aluno do Ensino Médio (BRASIL, 1999, p. 14). Por outro lado, Monte Mór e Morgan (2014, p. 21), observaram na fala de alguns professores brasileiros o sentimento de incapacidade para “trabalhar com teorias e práticas subjacentes de propostas de cidadania ativa/engajada”⁷³. Isso pode ser considerado um reflexo da história recente de nosso país com a ditadura militar quando uma geração inteira teve seus direitos cerceados e a atitude reflexiva a respeito das relações de poder dentro da sociedade foram banidas dos círculos de discussão.

Passadas algumas décadas da abertura política, ainda estamos em fase de “reaprender” a identificar elementos necessários para tornar-se um sujeito, de fato, crítico e de que forma a criticidade se entrelaça com as relações de poder, questões de identidade, a agência dos indivíduos e qual o papel da língua nesse processo. É o que discutirei a seguir.

⁷³ No original: [...] work with the underlying theories and practices of the engaged citizenship proposals. (esta tradução, assim como as demais, são de minha autoria)

AS RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA, PODER, IDENTIDADE E AGÊNCIA

Paulo Freire (1987) já dizia que a educação não dá conta de transformar a sociedade, mas é a chave para formação dos sujeitos que irão constituir-la. Para começar, faz-se necessário discutir como se dão as relações de poder que permeiam a sociedade e que se reproduzem dentro do espaço escolar. Compreender tais relações constitui a base de formação da criticidade do sujeito.

Na mesma direção apontam Hawking e Norton (2009) para a questão da língua, enquanto o veículo de expressão das ideologias, da construção de sentidos e que podem privilegiar certos grupos em detrimento de outros. Em outras palavras, a língua pode não somente produzir, mas também reproduzir relações injustas de poder na sociedade.

A visão de criticidade dos autores recai, portanto, sobre a habilidade de reconhecermos como as relações de poder são construídas e expressas por meio da língua. Para Hawking e Norton (2009, p. 2) ser crítico diz respeito à “observação de como ideologias dominantes na sociedade guiam a construção de entendimentos e sentidos que privilegiam certos grupos sociais, enquanto marginalizam outros”⁷⁴.

Hawking e Norton (2009) citam Luke (1997) para dar suporte aos seus argumentos, com destaque ao do papel do letramento crítico como o instrumento que permite para dar voz aos “grupos marginalizados de aprendizes que [...] têm sido excluídos do acesso aos discursos e textos das culturas e economias dominantes”⁷⁵ (ibidem, p. 143).

A língua – veículo do discurso – poderá ser ou a propagadora da ideologia de um grupo hegemônico ou possibilitará o emponderamento do sujeito, no sentido de permitir que ele use de sua agência para interferir e subverter a ordem do *status quo* estabelecido. É na renegociação de significados envolvidos na luta pelo poder que se estabelece transformação da condição social dos sujeitos (STREET, 1984).

As línguas são passíveis das influências de processos socioculturais e históricos, pois cada grupo social nomeia as coisas do mundo de acordo com as suas crenças. Entretanto, vivemos em um mundo globalizado e, graças ao processo da globalização e do uso das tecnologias de informação e comunicação (as TIC) houve uma aproximação de culturas diversas ao mesmo tempo em que acentuou, conforme aponta Kumaravadivelu (2012), a questão das identidades locais. A este processo, Kumaravadivelu (2012) chama de ‘glocalização’⁷⁶.

Para Kumaravadivelu (2012), a realidade social influencia a formação da identidade do indivíduo. Mas se a nossa realidade atual é globalizada, então há de se pensar na formação de identidades que permitam aos sujeitos transitarem tanto na esfera local quanto na global. As escolhas devem ser feitas com base num envolvimento do sujeito em uma autorreflexão crítica e isso só se tornou possível graças à facilidade de acesso às informações disseminadas pelas TIC. Segundo Kumaravadivelu (2012), as TIC nos propiciaram oportunidades de avaliarmos não somente nossos próprios sistemas de valores culturais,

⁷⁴ No original: [...] focus on how dominant ideologies in society drive the construction of understandings and meanings in ways that privilege certain groups of people, while marginalizing others.

⁷⁵ No original: “marginalized groups of learners who [...] have been excluded from access to the discourses and texts of dominant economies and cultures”.

⁷⁶ No inglês, o termo ‘glocalization’ cunhado por Kumaravadivelu (2012) é um neologismo das palavras ‘global’ (global) e ‘localization’ (localização).

mas também dos outros. Dessa forma, desenvolve-se uma consciência cultural global com potencial para enriquecer nossas vidas.

Nesse contexto, o professor de línguas é aquele cujo campo de atuação teria as condições mais favoráveis para orientar os aprendizes na senda da criticidade, pois tem, na própria língua, o objetivo primeiro do ensino, conforme afirmam Hawking e Norton (2009). Cabe ao professor de línguas apontar aos aprendizes caminhos para que percebam as nuances das relações de poder embutidas nos discursos: a quem serve o discurso? E juntos, tal como aponta Kumaravadivelu (2012), tanto professores quanto aprendizes, enquanto indivíduos, são agentes responsáveis pela formação das identidades emergentes do mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande guarda-chuva para a questão da criticidade passa pelo âmbito da educação e emerge a partir das questões relacionadas às relações de poder, à identidade e à agência do indivíduo e que são permeadas pelo uso da língua, pois é esse o canal de comunicação de ideias e da veiculação ideológica.

É por meio da língua que nos manifestamos enquanto cidadãos, identificamo-nos enquanto um grupo social que compartilha de um mesmo código, tomando atitudes que possam trazer mudanças efetivas dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 30 dez. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAWKINS, M; NORTON, B. Critical language teacher education. In: BURNS, A; RICHARDS, J. (Eds.). **Cambridge Guide to Second Language Teacher Education**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 30-39.

JORDÃO, Clarissa Menezes. Aprendendo Língua Estrangeira com o Professor Jacotot: criticidade na pedagogia crítica e no letramento crítico. IN: MATEUS, Elaine; BUENO, Nilceia (orgs.). **Estudos críticos da linguagem e formação de professores/as de línguas: contribuições teórico-metodológicas**. 2014, no prelo.

KUMARAVADIVELU, B. Individual identity, cultural globalization and teaching English as an international language: The case for an epistemic break. In: ALSAGOFF, L.; RENANDYA, W.; HU, G.; MCKAY, S. (eds.) **Teaching English as an International Language: Principles and Practices** New York: Routledge, 2012. p. 9-27.

MONTE MÓR, W.; MORGAN, Brian. **Between Conformity and Critique. Developing “Activism” and Active Citizenship: Dangerous Pedagogies?** Interfaces Brasil-Canadá, Canoas, v. 14, n. 2, 2014, p. 16-35. Disponível em: < <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/interfaces/article/view/1838>> Acesso em 11 set. 2015.

STREET, B. **Literacy: Theory and Practice**. New York: Cambridge, 1984.

AS INFLUÊNCIAS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA ATUALIDADE

Janine Donato Spinardi
Centro Universitário Internacional UNINTER
Especialização em Formação de Docentes e Orientadores Acadêmicos em EAD
Orientador: Prof. Dr. Ivo José Both
jspinardi@hotmail.com

Palavras-chave: Tecnologia, Sociedade, Educação, Educação a Distância.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema: As Influências da Tecnologia na Educação e na Sociedade: um Estudo sobre a Educação a Distância na Atualidade.

Apresenta-se esse trabalho sob a seguinte problemática: “O uso de tecnologias aliadas a Educação a Distância tem beneficiado a sociedade?”

Justifica-se a importância e relevância desta pesquisa, tendo-se em vista os possíveis benefícios que seus resultados poderão trazer à sociedade e à educação.

Os benefícios à sociedade são de que, com a Educação a Distância (EAD), pode-se encurtar o caminho entre o profissional e o mercado de trabalho, pois atualmente muitas empresas encontram dificuldades para contratar profissionais qualificados.

Os benefícios à educação são de que o uso da tecnologia aliada a Educação a Distância pode proporcionar a democratização do acesso à educação e atender a uma grande massa de pessoas.

Sendo assim, tem-se como objetivo geral, apresentar as influências do uso de tecnologias na educação e na sociedade, através da Educação a Distância e como objetivos específicos: apresentar a evolução histórica e o conceito de tecnologia; apresentar a evolução histórica e o conceito de Educação a Distância; mostrar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) como ferramenta para a Educação a Distância; mostrar o papel da Educação a Distância na formação profissional.

Para o desenvolvimento do trabalho partiu-se da hipótese de que o uso de recursos tecnológicos aliados à Educação a Distância tem beneficiado a sociedade.

Para se alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a qual acontece “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.” (GIL, 1991, p. 19)

A análise dos dados levantados será qualitativa, pois ela não irá enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem irá empregar instrumental estatístico na análise dos dados. A análise qualitativa, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995)

A coleta de dados foi realizada de forma documental em fontes bibliográficas e o tratamento dos dados crítico-dissertativo. Após as argumentações e discussões o objetivo foi alcançado dedutivamente respondendo à problemática.

Fundamentação Teórica

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

O presente estudo tem a intenção de verificar como o uso de tecnologias tem influenciado a educação e a sociedade. Sendo abordado, mais especificamente, a Educação a Distância, a qual possibilita levar a educação a muitas pessoas que antes não tinham disponibilidade de tempo ou acesso à educação.

Tecnologia

Inicialmente, será abordado o termo tecnologia para que se possa ter uma visão geral da importância da tecnologia no dia a dia das pessoas.

Segundo Veraszto et al. (2009), o surgimento da linguagem, da pedra lascada e do fogo podem ser considerados as primeiras técnicas que surgiram com nossos ancestrais. A partir dessas concepções de técnicas a humanidade deu um grande salto rumo às grandes invenções e descobertas que fazem parte da história de nossa sociedade.

Assim pode-se entender, que a tecnologia já existia muito antes do conhecimento científico. A história tecnológica começou quando o Homem descobriu que poderia modificar a natureza de forma a melhorar as condições de vida de seu grupo. A tecnologia estrutura-se em um campo próprio do conhecimento englobando aspectos, tais como o cultural e o organizacional da sociedade onde se desenvolve. (VERASZTO et al., 2009)

Segundo Medeiros e Medeiros (1993, p. 12), tecnologia “é o conhecimento utilizado na criação ou aperfeiçoamento de produtos e serviços, ou melhor, a tecnologia é o conjunto de conhecimentos, práticos ou científicos, aplicados à obtenção, distribuição e comercialização de bens e serviços.”

“A tecnologia é entendida como um meio para se atingir fins, como ‘ciência aplicada’ em equipamentos para aumentar a eficácia na produção de bens e serviços.” (DAGNINO; NOVAES, 2004, p. 191) “Ela em si não é nem boa nem má, é a maneira como ela é utilizada que determina seu valor.” (RUBEM ALVES, 1968, p. 16 apud DAGNINO; NOVAES, 2004, p. 197)

Portanto, pode-se dizer que, os recursos tecnológicos vêm ao longo da história, contribuindo para o desenvolvimento e progresso da sociedade, em todas as suas dimensões, seja ela cultural, social, política ou educacional.

Educação a Distância

Em meados do século XVIII, inicia a Primeira Revolução Industrial, com isso o processo de produção passa gradativamente do processo manual ao industrializado, o qual necessitava da incorporação da ciência e tecnologia.

Com essas alterações no processo de produção de bens de uso e consumo, surge a necessidade de maior qualificação dos profissionais. Nesse período é que se tem o primeiro registro relacionado ao Ensino a Distância, que era feito através de materiais impressos, enviados via correio ao aluno. (MARTINS; SÁ, 2009)

Segundo Litwin (2001 apud MARTINS; SÁ, 2009, p. 12), no final dos anos 1960 “foi criada a *Open University*, a qual desenvolveu uma proposta de Educação a Distância utilizando-se dos meios impressos e da televisão para atender e garantir o acesso à classe trabalhadora inglesa”.

Atualmente a Educação a Distância utiliza-se de diversos recursos tecnológicos, tais como televisão, rádio, computador, internet e até mesmo pequenos aparelhos como celulares, *tablets*, entre outros, os quais proporcionam maior interatividade entre o aluno e o professor ou instituição de ensino.

Sendo assim, pode-se conceituar Educação a Distância como um "processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente". (MORAN, 2002, n. p.)

No Brasil, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, conceitua Educação a Distância da seguinte forma:

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (ALVES, 2011, p. 85)

Tendo em vista tais conceitos, Almeida (2003), expressa que o advento das tecnologias de informação e comunicação fez com universidades e escolas tivessem uma nova perspectiva no desenvolvimento de cursos à distância mediados por ambientes virtuais de aprendizagem.

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na Educação a Distância

Ao utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação é necessária uma mudança de comportamento por parte dos docentes, discentes e gestores. Os docentes precisam aprender a se articular simultaneamente em diferentes níveis de ensino, através do uso de materiais didáticos construídos em redes de saberes significativos. Já os discentes precisam tomar decisões a respeito do andamento de seus estudos construindo estratégias de aprendizagem que utilizem várias mídias, as quais contribuem para a interatividade. E os gestores, devem considerar a dimensão espaço-temporal, pois a forma de gestão não pode se basear no ensino presencial. (RODRIGUES, 2011)

As Tecnologias da Informação e Comunicação dentro do contexto da Educação a Distância constituem-se em meios e não fins em si mesmos. Elas possuem valores, conceitos, visões de sociedade, entre outros. (RODRIGUES, 2011)

Segundo Martins (2002), os professores que associam essas tecnologias aos métodos ativos da aprendizagem conseguem dominá-la, aliar esse domínio a prática pedagógica e as teorias educacionais. Dessa forma, é possível levar o aluno a reflexão sobre a sua própria prática.

Sendo assim, pode-se observar que na sociedade atual, a tecnologia tornou-se uma ferramenta de grande importância no processo de ensino aprendizagem. As Tecnologias de Informação e Comunicação favorecem a autoaprendizagem dentro do contexto da Educação a Distância.

O Papel da Educação a Distância na Formação Profissional

Atualmente o mercado de trabalho pode contar com um grande aliado na formação e qualificação profissional, a Educação a Distância. Ela permite que alunos separados espacial e temporalmente possam se aperfeiçoar procurando atender a demanda de mercado.

Este modelo de educação estimula a busca pelo conhecimento e pela informação sem precisar estar vinculado a um determinado espaço físico e a um horário fixo. Possibilita a oferta de cursos para segmentos da sociedade que teriam dificuldades e limites para atender a necessidade de maior qualificação. (MORAN, 2002)

Desta forma, o uso de metodologia de Educação a Distância centradas na Internet, dentro do processo de formação e qualificação profissional supre uma grande demanda da sociedade. Esta forma de educação complementa os sistemas e processos tradicionais e contribui para a difusão e consolidação da cultura virtual. (CASTRO; BRUNO; ROSENAL, 2002)

Pelo exposto neste levantamento bibliográfico, pode-se dizer que o uso de tecnologias tem influenciado a forma como a Educação a Distância vem evoluindo. Todo esse processo tem trazido somente benefícios à sociedade, no que diz respeito a qualificação de profissionais, seja no ensino superior ou em cursos de aperfeiçoamento.

Assim pode-se dizer que o uso de recursos tecnológicos aliados a Educação a Distância cada vez mais traz benefícios às pessoas, independente de sua área de atuação, localização geográfica ou disponibilidade de horários. Esta modalidade de ensino democratiza cada vez mais o acesso à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, pode-se dizer que seus objetivos foram cumpridos. No desenvolvimento do mesmo, foi apresentado um breve histórico sobre tecnologia e Educação a Distância e também seus conceitos. Foi apresentado como o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação podem mediar o aprendizado à distância e o papel da Educação a Distância na formação profissional.

Com a pesquisa realizada, pode-se observar que o uso de tecnologias aliados a Educação a Distância tem possibilitado um maior acesso a profissionalização, atendendo assim as demandas de mercado, ou seja, a sociedade como um todo.

Dessa forma, também pode-se notar que tais recursos tecnológicos influenciam a sociedade em várias dimensões: na política, na vida social, cultural e educacional.

Atualmente, em um mundo globalizado, percebe-se cada dia mais a necessidade de qualificação profissional. Muitas empresas têm diversas vagas abertas e não encontram profissionais qualificados para preenchê-las. Neste contexto a Educação a Distância vem de encontro às necessidades do mercado de trabalho.

Se antes o fator tempo e distância eram grandes impedimentos para que um profissional fosse em busca de uma formação superior ou de uma formação continuada, hoje com o advento da Educação a Distância aliada às Tecnologias da Informação e Comunicação esse fator passa a pesar menos na escolha do aperfeiçoamento profissional.

Os cursos à distância atualmente possibilitam que o aluno assista suas aulas em qualquer lugar e a qualquer hora. Porém, essa modalidade de ensino exige comprometimento, disciplina e autonomia.

Chega-se ao final desta pesquisa compreendendo que o uso de tecnologias aliadas a Educação a Distância tem beneficiado toda a sociedade, principalmente no que se refere a qualificação profissional.

Este trabalho não teve a intenção de esgotar o tema em questão, por esse motivo, sugere-se a outros pesquisadores a continuidade e aprofundamento do tema em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. **Tecnologia e educação a distância**: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem. PUCSP, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>> Acesso em: 24 set. 2010.

ALVES, Lucineia. Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância**, Associação Brasileira de Estudos a Distância, v. 10. 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revista_cientifica/_brazilian/> Acesso em: 26 fev. 2012.

CASTRO, Nivalde José de; BRUNO, Marinilza; ROSENTAL, Rubens. **Tecnologias da Informação e Comunicação, Formação Profissional e Educação a Distância**: Tendências e Perspectivas. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25. Salvador, 1 a 5 set. 2002. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18826/1/2002_NP8castro.pdf> Acesso em: 25 fev. 2012.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia**. *Org & Demo*, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.

MARTINS, Onilza Borges. **Teoria e prática tutorial em Educação a Distância**. Curitiba: IBPEX, 2002.

_____; SÁ, Ricardo Antunes de. **Fundamentos, Políticas e Legislação em EaD**. Material de apoio disponível no AVA. Curitiba: Uninter, 2009.

MEDEIROS, J. A.; MEDEIROS, L. A. **O que é tecnologia**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MORAN, J. M. O que é educação a distância? **CEAD - Centro de Educação a Distância**, SENAI, Rio de Janeiro, a. 1, n. 5, out.-dez. 1994, p. 1-3. Atualizado em 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>> Acesso em: 24 set. 2015.

RODRIGUES, Cleide Aparecida Carvalho. Configurações das abordagens pedagógicas da Educação a Distância. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância**, Associação Brasileira de Estudos a Distância, v. 10. 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/> Acesso em: 26 fev. 2012.

VERASZTO, Estéfano Vizconde et al. **Tecnologia**: buscando uma definição para o conceito. PRISMA.COM, n. 8, 2009. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/19_Tecnologia_buscando_uma_definicao_para_o_conceito_Estefano_Veraszto_et_al.pdf> Acesso em: 20 de Jan. 2012.

COLÉGIO MILITAR DE CURITIBA – UMA VISÃO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, CULTURA ESCOLAR E NOVAS TECNOLOGIAS

Marilin Helena da Costa Chanan Silva
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientador: Elaine Cátia Falcade Maschio
Coorientador: Daniel Soczek
E-mail: marilincosta@hotmail.com
Palavras chaves: Cultura Escolar, tecnologias, legislação

INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem passado por muitas transformações nos últimos anos e as políticas educacionais têm realizado conquistas relevantes na qualidade de ensino. Elas devem ter uma continuidade para que perdurem no tempo e não mudem a cada governo. Isso nos leva a refletir quão importante é o conhecimento das leis e normas que regem a educação brasileira.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Lei nº 9.394/96, o sistema de educação brasileiro compreende três sistemas de ensino: O ensino federal, estadual e municipal.

No contexto cultural da educação pública brasileira uma entidade educacional se sobressai perante as demais por apresentar um alto grau de desempenho nos sistemas atuais de avaliação de ensino. Uma estrutura, inicialmente, voltada para a assistência de órfãos e filhos de inválidos da Guerra do Paraguai, que ao longo de cento e vinte anos é consagrada como uma educação de excelência.

Abrange hoje, doze Colégios distribuídos nacionalmente, compondo um sistema único de ensino: O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), que ainda mantém o foco assistencial de acolher órfãos e dependentes de militares, de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e também têm, hoje, o seu ensino valorizado por uma destinação preparatória com base nos valores e tradições do Exército Brasileiro (DEPA, 2015).

Os Colégios Militares ainda ostentam em suas paredes o lema: Pátria, Honra, Dever e Disciplina. Dentro de uma cultura tradicionalmente rígida baseada em hierarquia e disciplina novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) vêm sendo inseridas no contexto escolar ao longo dos anos.

A flexibilização e a dinâmica impostas pelas TIC, inicialmente, podem conflitar com a visão de uma educação mais tradicionalista que alimenta o ideário geral de quem não tem uma visão aproximada da proposta pedagógica do Sistema Colégio Militar do Brasil. Dessa forma, surge o seguinte questionamento: Como as tecnologias de informação e comunicação estão sendo utilizadas pelos professores do Colégio Militar de Curitiba?

O presente trabalho justifica-se pela importância em estudar e demonstrar novos formatos para as concepções de ensino aprendizagem, dentro de uma instituição tradicional, o que será útil para futuros estudos de intervenção e implementação de novas tecnologias na educação, como uma possibilidade de superar as práticas escolares “tradicionais”, de modo a produzir uma nova cultura escolar, pois esta deve seguir um

processo ativo e contínuo através do qual as pessoas criam e recriam as formas de ensino aprendizagem.

O objetivo do trabalho é analisar a cultura escolar do Colégio Militar de Curitiba (CMC) e conectá-la às práticas de ensino aprendizagem, com a inserção das Tecnologias de informação e comunicação (TIC) pelos professores que ali atuam.

Histórico do Sistema Colégio Militar do Brasil

Inicialmente, se faz necessário um breve histórico do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) para se entender como o CMC está inserido neste sistema de ensino e quão vasto são os preceitos de sua cultura escolar.

Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, preocupado em amparar os órfãos e filhos de inválidos da Guerra do Paraguai, apresentou em 1853 no senado do Império, um projeto que propunha criar um educandário militar. Em 1888, com o empenho do Conselheiro Thomas José Coelho de Almeida, foi instituído o Colégio Militar e em 1889, foi inaugurado no Rio de Janeiro o Colégio Militar da Corte. Foi planejado seguindo o modelo do Colégio Militar da França e até hoje a organização escolar é por companhias como em uma unidade militar (DEPA, 2015).

A passagem de um colégio assistencial para a construção de um sistema educacional se deu pela qualidade de ensino e disciplina implantados na instituição, diferencial que o tornou renomado em todo o Brasil, motivando no século XX, o exército criar novos Colégios Militares pelo território Brasileiro. Em 1950 por intermédio do Ministro de Guerra Henrique Teixeira Lott houve a disseminação dos Colégios Militares (DEPA, 2015).

Em dezembro de 1958, por meio do Decreto nº45052, foi criado o Colégio Militar de Curitiba (CMC) e em seguida, pela Portaria nº 2293 de 1958 foi autorizado o seu funcionamento. Em 21 de abril de 1959, o CMC foi inaugurado com 53 alunos sob o comando do então Tenente Coronel Alípio Ayres de Carvalho. Durante trinta anos o CMC destinou suas vagas da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio para alunos do sexo masculino. Prezado pelo ensino de qualidade, o CMC formou cidadãos até o ano de 1988, pois para diminuir gastos e contrabalancear o seu orçamento, o Ministério do Exército desativou alguns Colégio Militares, dentre eles, o Colégio Militar de Curitiba. Em 1995 o CMC reabre seus portões para os alunos e alunas que foram aprovados no concurso de admissão (CMC 2015).

A Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) é o órgão de apoio técnico-normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEX, abrangendo um Sistema de 12 (doze) Colégios Militares: Colégio Militar do Rio de Janeiro, Colégio Militar de Porto Alegre, Colégio Militar de Fortaleza, Colégio Militar de Manaus, Colégio Militar de Brasília, Colégio Militar de Recife, Colégio Militar de Salvador, Colégio Militar de Belo Horizonte, Colégio Militar de Curitiba, Colégio Militar de Juiz de Fora, Colégio Militar de Campo Grande e Colégio Militar de Santa Maria, realizando, ainda, a supervisão pedagógica da Fundação Osório (DEPA, 2015).

Legislação

As legislações que regem esse sistema de ensino são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei de Ensino do Exército, Regulamento dos Colégios Militares (R-69), Regimento Interno dos Colégios Militares (RICM), Regulamento da DEPA (EB10-R-05.03), Normas de Planejamento e Gestão Escolar (NPGE), Normas para Avaliação da Educação Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Básica, Normas de Remessa de Dados para o Ensino (NRDE), Normas de Supervisão Escolar da Educação Básica e as Normas de Psicopedagogia Escolar da Educação Básica (DEPA, 2015).

A LDB em seu art. 83 diz que: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida à equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”.

Ressalto ainda que de acordo com a LDB, todos os estabelecimentos de ensino do país devem possuir uma proposta pedagógica própria com autonomia administrativa e financeira.

O SCMB tem sua proposta pedagógica pautada nos valores e tradições do Exército Brasileiro e encontra fundamentação na NPGE que anualmente, é revista pelos gestores e diretores dos doze colégios, juntamente com a DEPA, órgão gestor do SCMB. A revisão é feita a partir de discussões e reuniões ao longo do ano, realizadas entre todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem. O que é decidido nessa reunião anual é utilizado por todos os colégios, unificando o sistema de ensino.

O bom planejamento é a base da proposta pedagógica desse sistema de ensino e a constante inspeção que a DEPA realiza contribui para a qualidade da educação, do ensino, da aprendizagem e da própria instituição.

Colégio Militar de Curitiba

O Colégio Militar de Curitiba (CMC) está localizado no bairro Tarumã e atualmente conta com 881 alunos, 50 professores civis, 54 professores militares.

O ingresso ao Colégio Militar de Curitiba é realizado anualmente, exclusivamente por meio de concurso público federal para o 6º ano do ensino fundamental. O número de vagas disponibilizadas no concurso é determinado a cada ano. Para ingressar no 6º ano, exige-se ter menos de 13 anos em 1º de janeiro do ano da matrícula ou completar 10 anos até 31 de dezembro do ano da matrícula.

As **inscrições** para o concurso iniciam-se em meados de **agosto** do ano anterior à matrícula, o que habilita os candidatos a participarem do exame intelectual, constituído por duas provas (Português e Matemática). A primeira prova é realizada em **outubro**, e classifica o concorrente para a segunda prova, que acontece no mês de **novembro**. Para a aprovação o candidato deverá obter no mínimo, 50% de acertos no total das questões relativas a cada uma das provas. Os aprovados e classificados no exame intelectual, dentro das vagas estabelecidas realizarão uma revisão médica.

Cultura Escolar no Colégio Militar de Curitiba e Apropriação de Tecnologias

A Cultura Escolar existente nos remete ao estudo dos conceitos mais amplos desse tema, bem como ao estudo das novas tecnologias, a análise da proposta pedagógica, sua normatividade e as leis que embasam este tradicional sistema de ensino. Entender o que é a cultura escolar é fundamental para poder estudá-la.

Julia (2001), citado por Faria Filho (2004 p.143) descreve a cultura escolar como sendo um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Julia faz um convite a repensar as práticas cotidianas e o funcionamento real do estabelecimento de ensino.

Para Chervel (1988), citado por Silva (2012 p.202), a cultura escolar é a cultura adquirida na escola através dos programas oficiais e das ações efetivas da escola. Então, Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

podemos considerar que a hierarquia, o respeito às normas e tradições e o civismo exigido no CMC fazem parte da cultura escolar dessa instituição.

Vale ressaltar que além de fazer parte da cultura escolar, a determinação organizacional da escola, a criação do currículo e suas propostas de ensino, tem ainda como finalidade dar subsídios para uma educação de qualidade.

Viñao Frago (2000), citado por Silva (2012 p.204), afirma que a cultura escolar é o ícone da historiografia educacional e que a escola tem sua cultura estabelecida através de um conjunto de ideias, pautas, processos, normas, valores, significados e práticas.

Forquin (1993) apresenta a cultura escolar como sendo um conjunto de saberes que quando organizados e normatizados, constituem uma base de conhecimentos sobre o qual trabalham professores e alunos e que, determinam todo o processo pedagógico da instituição.

Segundo Barroso (2004), é necessário analisar os três diferentes tipos de abordagens da cultura escolar que são vistas numa perspectiva, funcionalista, estruturalista e interacionista, para, só então, compreender a importância desta cultura escolar na determinação das propostas pedagógicas, na construção da metodologia de ensino e na própria estrutura organizacional que engloba os planos das normas, das estruturas e da ação.

Ao falar da apropriação das tecnologias de ensino no Colégio Militar de Curitiba destaco aqui a visão de futuro do SCMB que é de “Ser uma Instituição que busca continuamente níveis superiores de qualidade de ensino, apoiada nas tecnologias da informação e comunicação, alicerçada nos valores e nas tradições do Exército Brasileiro, com ênfase na educação assistencial, voltada para a família militar”. (DEPA, 2015). Diante disso, ressalto a importância do estudo das TIC, pois as mesmas estão revolucionando o processo ensino aprendizagem.

Vale aqui salientar, que as TIC são verdadeiras ferramentas de acesso ao conhecimento que além de o fornecerem em tempo real, despertam no aluno o interesse de adquiri-lo.

Para Molin e Raabe (2012), a TIC está promovendo profundas mudanças na sociedade e os profissionais da educação devem acompanhar essas transformações através de cursos de aperfeiçoamento profissional para a utilização adequada e proveitosa das TIC na prática pedagógica.

Aponto ainda, que a busca da atualização transcende a instrução formal, pois na velocidade desta evolução somente com o uso constante das TIC será possível estar atualizado, como afirma Kenski (2003), o conhecimento precisa ser frequentemente reconstruído devido à constante transformação que as TIC exercem sobre ele.

Para Soares (2012), a sociedade vive imersa no contexto digital onde existe a influência direta das tecnologias mudando as formas de comunicação e expressão. Para a autora, é fundamental incorporar as tecnologias digitais na educação como elemento catalisador das mudanças nas práticas docentes e na cultura escolar vigente.

A autora ressalta que hoje em dia, as demandas da educação são pautadas pela necessidade de desenvolver o pensamento criativo, autonomia e a capacidade de aprender a aprender, e que, para a inserção das tecnologias digitais aconteça numa perspectiva de transformação, essa inserção precisa provocar mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivendo a era da globalização, aonde informações chegam dos quatro cantos do mundo como uma verdadeira enxurrada, levando-nos a refletir a atuação do professor neste processo. Pois, por um lado, a utilização das TIC no ensino aprendizagem se torna quase que obrigatória e, por outro, a cultura escolar está atrelada não só a transmitir conteúdos aos seus alunos, mas também, de inculcar verdadeiros valores e princípios éticos para a formação integral desse cidadão.

É notória a preocupação da diretoria do estabelecimento em criar novos ambientes que possibilitem o emprego das TIC, onde mais de 90% das salas de aula contam com projetores multimídia, além da criação de uma sala, denominada “sala do futuro”, onde é ofertado um ambiente com tecnologias inovadoras, uma sala de robótica, e a constante renovação nos recursos de multimídia em seus três anfiteatros e laboratório de informática.

Não basta apenas a disponibilidade das TIC por parte do estabelecimento de ensino, é necessária uma mudança de postura, principalmente, dos docentes que devem se adequar ao novo modelo proposto buscando estarem sempre atualizados, renovando suas abordagens de maneira a aperfeiçoar a comunicação com os discentes. O CMC disponibiliza cursos para os professores e uma equipe de informática altamente habilitada para suprir qualquer dúvida que os docentes e discentes possam ter.

Somente investigando as formas de uso das TIC e avaliando sua influência na cultura escolar poderemos dimensionar e direcionar seu emprego para possibilitar uma efetiva normalização do uso destas inovações.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **Cultura, cultura escolar e cultura de escola**. In: FERREIRA, A. G. (Org.). **Escolas, culturas e identidades**. Coimbra: Ediliber, 2004.

BARRETO, R. G. **tecnologia e educação: trabalho e formação docente**. Revista Educação e Sociedade, v. 25, n. 89, p. 1181-1201, Campinas, set./dez. 2004.

_____, **AS TIC na educação: das políticas às práticas de linguagem**. Revista de Ciência da Informação, v. 4 n. 5, artigo 1. Grama zero. Out. 2003.

COLÉGIO MILITAR DE CURITIBA. **Histórico**. Disponível em <www.cmc.ensino.eb.br>. Acesso em: <http://www.cmc.ensino.eb.br/index.php/home/o-colegio>

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL (DEPA). **Legislação**. Disponível em <www.depa.ensino.eb.br>. Acesso em: http://www.depa.ensino.eb.br/pag_legislacao.htm

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução Louro, G. L. Artes médicas. Porto Alegre, 1993.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Papirus Editora, p.99-118, 2003

MOLIN, S. L. RAABE A. **Novas tecnologias na educação transformações da prática pedagógica no discurso do professor.** Education. V. 34, n. 2, p. 249-259. Acta Scientiarum. Maringá, Jul./Dez., 2012.

SILVA, F. C. T. **Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa.** Educar, Curitiba, n. 28, p.201-216, 2006.

SOARES, E. M. S; VALENTINI, C. B. **Tecnologias Digitais: práticas e reflexões no contexto do ensino fundamental.** Revista Linhas, V.13, n. 02 Jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723813022012074>

FARIA FILHO, L. M; GONÇALVES, I. A; VIDAL, D. G; PAULILO, A. L. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e pesquisa, São Paulo, V.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>

COLEÇÕES BIOLÓGICAS E MUSEUS DE CIÊNCIAS: AMPLIANDO A FORMAÇÃO DE MUSEÓLOGOS

Ismael Dagostin-Gomes; Rosani Hobold Duarte
UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde
Engenharia Ambiental e Sanitária; Museologia
ismaeldagostin@yahoo.com.br

Palavras-chave: coleções biológicas; museus de ciências; museologia; formação universitária; ensino de graduação.

INTRODUÇÃO

A diversidade de componentes curriculares e o desenvolvimento de atividades práticas são dois importantes elementos que devem permear o ensino universitário atual. Tal panorama é evidenciado com um histórico educacional baseado do ensino tradicional, que decretava o aluno como um indivíduo passivo, não interativo e coadjuvante no processo de aprendizagem. O mecanismo era linear, e não se buscava a associação entre conteúdos básicos com distintas áreas do saber.

Na proposta inovadora, o aluno é o centro do processo. Trata-se de uma perspectiva na qual a internalização e a (re) construção de conhecimentos baseiam-se nas aprendizagens prévias dos sujeitos, nas vivências, na coletividade, na percepção integral da realidade e na busca de soluções para as problemáticas do entorno.

No ensino de museologia, por exemplo, há uma forte disposição para que a práxis docente ocorra de maneira inovadora, com atividades práticas e que estabeleça pontes inter e transdisciplinares. Além disso, faz-se necessário a abordagem de classes museais distintas dos convencionais “museus de história” e “museus de artes”.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo relatar uma experiência didática que possibilitou a temática de coleções biológicas e museus de ciências em uma turma de acadêmicos de museologia, sendo oportunizada por meio de exposição dialogada, aula prática e visita técnica.

Material e Métodos

A temática foi realizada na disciplina de Museologia Aplicada à Acervos, na 8ª Fase do curso de Museologia do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE (Orleans – SC). A referida disciplina possui 04 créditos, correspondendo a 72 horas-aula totais (60 horas), sendo que 08 horas-aula foram utilizadas pela temática, divididas em duas noites de aula:

- Na primeira noite, 02 horas-aula foram utilizadas para uma Introdução teórica sobre a temática e 02 horas-aula foram destinadas para uma aula prática nos laboratórios institucionais;

- Na segunda noite, as 04 horas-aula foram direcionadas à uma visita técnica em uma instituição regional que possui museu de zoologia e herbário.

Em todos os momentos os acadêmicos foram estimulados ao registro das informações, de forma escrita ou fotográfica.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Resultados e Discussão

A abordagem teórica teve início com a aplicação de duas perguntas para os acadêmicos, questionando-os sobre o conceito de coleções biológicas e sobre museus de ciências. Com isso, diagnosticou-se que os acadêmicos pouco sabiam sobre esses conteúdos. Assim, deu-se prosseguimento com a condução da turma para conceituarmos coleções biológicas e as técnicas de confecção das mesmas.

O conceito de coleções biológicas finalizado foi baseado no Artigo 3º da Instrução Normativa 154 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (BRASIL, 2007), que expressa:

I – coleção biológica científica: coleção de material biológico devidamente tratado, conservado e documentado de acordo com normas e padrões que garantam a segurança, acessibilidade, qualidade, longevidade, integridade e interoperabilidade dos dados da coleção, pertencente à instituição científica com objetivo de subsidiar pesquisa científica ou tecnológica e a conservação *ex situ*;

II – coleção biológica didática: coleção de material biológico pertencente a instituições científicas, a escolas do ensino fundamental e médio, unidades de conservação, sociedades, associações ou às organizações da sociedade civil de interesse público, destinadas à exposição, demonstração, treinamento ou educação;

III – coleção biológica: coleção de material biológico testemunho constituída com o objetivo de gerar e subsidiar pesquisa científica ou tecnológica, bem como promover a cultura, a educação e a conservação do meio ambiente. Excetuam-se as coleções vivas abrigadas por jardins zoológicos, criadouros, aquários, oceanários, biotérios, centros de triagem, reabilitação ou recuperação de animais, assim como os viveiros de plantas;

Dentre as técnicas de confecção de coleções destacaram-se, segundo Dagostin-Gomes (2013, p.20):

- Taxidermia: trata-se da conservação à seco da forma da epiderme de vertebrados, através da utilização de produtos químicos;

- Herborização: trata-se da produção de amostras vegetais (exsicatas) prensadas por intermédio da desidratação;

- Diafanização: trata-se da técnica de descoloração de vertebrados, através de produtos químicos, com o intuito de destacar o esqueleto e/ou cartilagens;

- Via úmida: trata-se da conservação de material biológico preparado em solução formalina 10% e posteriormente conservado em álcool 70%;

- Osteotécnica: trata-se da limpeza (física, química ou larval) de ossos de vertebrados, procurando isolar integralmente o esqueleto;

- Incrustação: trata-se da conservação de material biológico de pequenas dimensões em resina acrílica;

- Secagem: trata-se do processo de simples secagem de material biológico (especialmente artrópodes) conservado com produtos químicos;

- Infiltração em parafina: trata-se da imersão de material biológico limpo em parafina e posterior injeção em seu interior.

Além dessas, abordou-se também confecção de lâminas (amostras microbiológicas, histológicas) e a plastinação (preservação química de humanos e demais vertebrados).

Em todas as técnicas foram abordados conhecimentos de confecção, acondicionamento, exposição e manutenção das coleções, destacando conteúdos que a ementa da disciplina apresentava.

No que se refere à museus de ciências, foram abordados os tipos que a ABCMC – Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências (ABCMC, 2015) utiliza: museus de ciências, museus de ciências e tecnologia, museus de história natural, planetários, aquários ou oceanários, herbários, jardins botânicos, zoológicos, entre outros.

Na aula prática, pode-se exercitar, de maneira básica, a confecção de animais taxidermizados e conservação em via úmida no laboratório de zoologia e a confecção de herbários no laboratório de botânica.

No caso da visita técnica, foram observados e discutidos aspectos da apresentação do acervo (isolados ou em dioramas, acessibilidade), de comunicação museal (padrão da fonte, idiomas, informações biológicas), etc.

Como complemento do desenvolvimento dessa temática, socializou-se com os acadêmicos, via plataforma virtual, alguns materiais de apoio, como as normativas legais e artigos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da proposta foi possível perceber, pela comparação entre os questionamentos iniciais referentes ao tema e a participação dos acadêmicos no decorrer das atividades, que houve aprendizagem, já que os conteúdos abordados se caracterizaram como “inéditos” e que a metodologia utilizada – baseada na prática – permitiu um maior envolvimento da turma.

A possibilidade que a ementa de uma disciplina pode oportunizar vai além do seu título, já que o currículo oculto permite desdobramentos de tópicos e de contextos baseados na inter e transdisciplinaridade, viabilizando um ensino integral e mais significativo.

REFERÊNCIAS

ABCMC. **Centros e museus de ciências do Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/media/centros-e-museus-de-ciencia-do-brasil-2015%20novaversao.pdf>> Acesso em 23 out. 2015.

AURICCHIO, P; SALOMÃO, M. da G. (Org.). **Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos**. São Paulo: Arujá: Instituto Pau Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Nº 154, de 01 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.

CRESTANA, S. (Coord.). **Educação para a ciência: curso para treinamento em centros e museus de ciências**. São Paulo: Livraria da Física, 2001.

DAGOSTIN-GOMES, I. Taxidermia e educação ambiental: uma proposta sul catarinense para a conservação da biodiversidade. **Dissertação** (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Biologia, São Leopoldo, 2013.

GRANTZ, G. J. **Home book of taxidermy and tanning**. Mechanicsburg: Stackpole Books, 1969.

HJORTAA, H. **Taxidermia**: embalsamento de aves e mamíferos. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

MARANDINO, M; MONACO, L. M; OLIVEIRA, A. D. de. **Olhares sobre os diferentes contextos da biodiversidade**: pesquisa, divulgação e educação. São Paulo: GEENF/FEUSP/INCTTOX, 2010.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E REPRESENTAÇÕES PRESENTES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - NO MUNICÍPIO DE PINHAIS- APÓS 12 ANOS DA PROMULGAÇÃO DA LEI 10.639/03

Maria Izabel Sanches
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná
Mestrado em Educação
Orientadora: Maria Cristina Borges da Silva
e-mail: maizasanches@hotmail.com

Palavras chave: diversidade étnico-racial, práticas pedagógicas, representação social.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga as representações sociais presentes nas práticas pedagógicas que são desenvolvidas em relação à temática diversidade étnico-racial, dos profissionais da educação de uma escola municipal e outra estadual, no município de Pinhais, pois no ambiente escolar são recorrentes práticas pedagógicas discriminatórias que resultam em evasão e repetência, principalmente da criança negra.

Tal estudo torna-se relevante no subsídio e aprimoramento das práticas profissional da pesquisadora; na contribuição do campo teórico e educacional do município de Pinhais, e na realização pessoal, agregando conhecimento e levando ao fortalecimento intelectual.

O problema da pesquisa é: Quais as representações sobre diversidade étnico-racial que permeiam o ambiente escolar e como os profissionais da educação desenvolvem suas práticas para atendimento na Lei 10.639/03?

Apresenta como objetivo geral identificar como as representações sociais dos professores sobre a Diversidade Étnico-racial, podem impactar suas práticas pedagógicas.

DESENVOLVIMENTO

A Lei 10.639/03, vem atender a um anseio da sociedade, que por meio de muita persistência e organização consegue concretizá-la. Essa lei busca dar visibilidade a cultura negra que está diretamente ligada à formação cultural do povo brasileiro.

Entende-se que é na escola que se deve aprender e socializar conteúdos, saberes, crenças, hábitos, bem como aprender a respeitar e valorizar as mais diferentes formas que se apresenta a sociedade brasileira. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2010, quase 30% dos paranaenses se auto declararam afrodescendentes e no Brasil todo são mais de 50%. (Revista Prêmio Orirerê, 2011, p. 7).

Não existe a possibilidade diante das estatísticas de deixar essa cultura invisível. É função social da escola e da docência socializar o conhecimento historicamente produzido pela humanidade respeitando sua especificidade. Nesse sentido:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores,

hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).

Diante disso, o profissional da educação deve estar preparado para os desafios que a sociedade da informação lhe impõe, pois é inegável a importância deste como mediador entre o aluno, o conhecimento e as diversidades trazidas do contexto social que vão interferir na dinâmica da sala de aula, uma vez que a mesma se constitui como parte integrante desse contexto maior. Segue o que declara Sacristán:

O professor é mediador entre o aluno e a cultura através do nível cultural que em princípio ele tem, pela significação que atribui ao currículo em geral e ao conhecimento que transmite em particular e pelas atitudes que tem para com o conhecimento ou para com uma parcela especializada do mesmo. (2000, p. 177).

Uma dessas diversidades é a Étnico-Racial que como consequência de todo o processo de formação histórico que o Brasil passou, ainda traz uma representação negativa em relação aos povos oriundos da matriz africana. Conforme aponta Munanga:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (2005, p. 17).

Percebe-se que o professor é a figura central no processo e ensino aprendizagem, no sentido de subsidiar os alunos para lidar com as diferentes questões que permeiam o cotidiano. Então, o currículo é essencial, no entanto,

[...] um currículo estabelecido, ou frente à implantação de uma inovação, podem se localizar teoricamente numa linha contínua que vai desde o papel passivo de mero executor até o de um profissional crítico que utiliza o conhecimento e sua autonomia para propor soluções Originais frente à cada situação educativa.” (SACRISTÁN, 2000, p. 178).

A postura que é esperada do professor é que ele seja crítico, que esteja sempre se aperfeiçoando, que seja autônomo e busque romper com conceitos que foram sedimentados, oriundos de uma educação que ao longo do tempo foi e é reprodutora de desigualdades que marcam profundamente a constituição da nossa sociedade, deixando marcas permanentes nos alunos que passam por ela, quando deveria, empoderá-los para atuar nos mais diferentes espaços sociais.

Nesse sentido, o professor tem a responsabilidade de levar o conhecimento apontando as contradições sociais e assumindo uma postura de articulador no espaço vivido. Segundo a deliberação do conselho estadual de educação parágrafo único:

Ao tratar da História da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, devem os professores fazer abordagens positivas, sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno negro-descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história de seu povo, da cultura de matriz africana, da contribuição para o país e para a humanidade. (CADERNO TEMÁTICO DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, 5. p. 15)

A cada nova especificidade exigida do profissional da educação fica latente a necessidade de um preparo para lidar com as inúmeras necessidades advindas do educando e da sociedade na qual ele está inserido, diante disso, o profissional da educação precisa estar sempre se adequando para atender a essas expectativas.

“A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (FREIRE, 1979, p.16), nesse sentido, uma atitude importantíssima é reconhecer os limites teóricos que impedem a maior eficiência da prática, pois a reflexão possibilita um autoconhecimento, indicando os limites e apontando possibilidades.

O fazer do profissional em muitas situações é individualizado, solitário, e práticas que poderiam enriquecer todo um ambiente, acabam ficando invisíveis. Com isso, estas vão se esvaziando tornando-se mecânicas e repetitivas. O professor acaba não encontrando sentido no seu fazer pedagógico; e os alunos não se veem representados nesse universo desconectado do mundo social, não vendo significado no ensino ofertado, conseqüentemente, não se estabelece sentido para uma aprendizagem transformadora, madura e satisfatória. Segundo Contreras:

O reconhecimento do papel mediador das escolas não se pode realizar sem levar em conta que são as pessoas concretas que habitam – fundamentalmente os professores- aqueles que vivem, interpretam, transmitem e transformam os costumes, relações e crenças que constituem a cultura de uma escola. (2002, p.256).

Nesse sentido, fica evidente o compromisso de um caminho a ser trilhado por todos os profissionais da educação, sendo de suma importância assumir a responsabilidade que possibilitará o desenvolvimento de posturas importantes para a efetivação do trabalho docente no sentido de diminuir as diferenças socialmente postas e ratificadas.

É com o suporte de leitura, reflexão, discussões que os professores se instrumentalizam para os desafios encontrados nas salas de aula e em todo o contexto escolar, elegendo o aluno como sujeito central de sua prática. Trabalhar o aluno na sua individualidade relacionando-o com o contexto coletivo, reforça sua identidade e o torna agente transformação no meio onde atua.

As metas bem definidas em relação a formação e as práticas pedagógicas, deixa o profissional consciente do seu agir, dando-lhe um norte.

A ausência do desejo, na construção dos resultados, manifesta-se sob um modo apático de conduzir os atos do cotidiano. Não há “garra”; vai-se mais ou menos. E, então, a vida, as práticas, os resultados, tudo se torna linear e comum. Não ocorre vibração, alegria e, por isso, também não ocorrem resultados significativos, alegres e felizes. (LUCKESI, 2005. p.153)

Ao desenvolver seu fazer diário, o professor tem presente muitas interferências que de um modo geral ele e toda a sociedade recebem. Como o desenrolar do trabalho envolve

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

peças que estão inseridas neste contexto, é necessário, portanto, a renovação das práticas do professor e de todos os segmentos da escola que vão acontecer à medida que vão encontrando suporte, aqui entendido como capacitação.

O profissional da educação se reinventa a cada dia para desempenhar o seu papel de educador, pois o seu ofício apresenta muitas facetas, mas isso ele não consegue isolado dentro da sala de aula.

Para Freire:

Enquanto ensino contínuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (1996, p. 96)

É latente a necessidade do contínuo processo de instrumentalização. Dessa maneira o profissional vai se embasando para concretizar e estabelecer um elo entre a informação e o conhecimento, e assim efetiva seu papel de mediador atendendo as expectativas postas sobre ele nesse papel tão relevante que é estar à frente do processo ensino-aprendizagem.

Para o delineamento da pesquisa, foi iniciado um breve levantamento no banco de teses e dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES) sobre as dissertações construídas a partir do mesmo objeto que é a Lei 10.639/03.

Após essa pesquisa inicial, serão desenvolvidas algumas propostas de atividades para a pesquisa a partir da abordagem da Teoria da Representação Social de Serge Moscovici que é uma teoria sobre a produção dos saberes social. Saber, aqui refere-se a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano (JOVCHELOVITCH, 1998).

Para o desenvolvimento, apresentação e análise dos resultados, serão utilizados instrumentos como: entrevistas, questionários, nuvens de palavras, a árvore de similitude, ou software Alceste ou Evoc.

Os documentos Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Deliberação 04/06 do Conselho Estadual do Paraná, a leitura de Serge Moscovici, Eliane Cavalleiro, Kabengelê Munanga, Stuart Hall, Sandra Jovchelovitch, Pedrinho Guareschi, Denise Jodelet, serão as referências principais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que se faz até o presente momento, já que a pesquisa ainda não foi concluída, é que o desenvolvimento dessa temática requer ainda um olhar muito atencioso, pois constata-se a existência de muitas falhas na construção do trabalho e no desenvolvimento das práticas pedagógicas envolvendo a temática.

Conclui-se também, que é necessário um trabalho conjunto de vários setores educacionais para que a inclusão étnico-racial seja feita a partir da valorização das múltiplas identidades. Essa valorização perpassa pela implantação de um Currículo Escolar capaz de abranger as especificidades das diversidades que estão presente no âmbito escolar. É necessário ainda, um comprometimento dos profissionais da educação no sentido de “descolonizar o Currículo”, como é apontado por vários autores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> . Acesso em 25/05/2015.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender.** 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores/ José Contreras;** tradução Sandra Trabucco Valenzuela; revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta, - 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto/ BJohn W. Creswell;** tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. Edição – Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática educativa.** 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança;** tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GATTI, Bernadete, Angelina.; BARRETTO, Elba. Siqueira de . Sá. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social.** Relatório de Pesquisa. Brasília: Unesco, 2009.

GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely Ferreira ; MINAYO, Maria Cecilia Sousa. (Orgs.). **Pesquisa Social.** Petópolis: Editora Vozes, 2015.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores/ José Contreras;** tradução Sandra Trabucco Valenzuela; revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta, - 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: JODELET, D. (Org.). Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais.** Psicologia e Sociedade, v.10, n. 1, p. 54-68, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** 22ª edição. Sao Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** – 17. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MARCONDES, Mariana Mazzini...[et al.]. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras,** São Paulo, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.**

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Eliane de Andrade Krueger
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Mestrado Profissional em Educação
Sonia Maria Chaves Haracemiv
deandrade.eliane@gmail.com

Palavras-chave: Direitos Humanos - Formação Docente - Práticas Pedagógicas

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de investigação surgiu da necessidade que sinto como professora de uma escola pública da educação básica, em saber mais sobre como acontece a Educação em Direitos Humanos na escola, como esta se dá na formação docente e na prática pedagógica, bem como quais são os desafios enfrentados pelos professores e quais as estratégias que utilizam nas suas práticas em sala de aula.

O tema Direitos Humanos é atual e perpassa todas as dimensões da sociedade, destacando o papel da educação e da escola, trazendo em sua importância e necessidade os problemas inerentes à sua efetiva prática.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), são princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

- a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de DH em todos os espaços sociais;
- b) a escola como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de DH, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da EDH;
- c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;
- d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;
- e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;
- f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais.

Se, comparados o discurso oficial do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) e a realidade do cotidiano escolar fica evidente a lacuna existente ambos sob vários aspectos, principalmente no que diz respeito à formação dos professores para o trabalho pedagógico. Apesar de o Estado investir e apregoar a Educação em Direitos Humanos como instrumento de efetivação da democracia, a realidade escolar se debate entre a teoria e prática e ainda são incipientes as ações capazes de garantir a efetivação de direitos constitucionais.

Diante do exposto, vários questionamentos surgiram, apontando a necessidade de uma investigação em busca de respostas para indagações como:

1. Quais as concepções e práticas em DH dos professores na escola/campo de pesquisa?
2. De que forma são trabalhadas as diretrizes e conteúdos da EDH na escola pública da Educação Básica?
3. Quais saberes são necessários à prática da EDH?
4. Como articular teoria e prática na EDH ?
5. Quais os saberes e fazeres de práticas pedagógicas em DH são necessários no processo de formação continuada dos docentes?
6. Quais os elementos pedagógicos que distanciam as práticas pedagógicas idealizadas pelo sistema e as práticas pedagógicas realizada no chão de escola no que se refere a EDH?
7. Como a escola vem se organizando em seus múltiplos aspectos: físico, humano e didático-pedagógico para o desenvolvimento do tema EDH?

Diante do exposto, o problema deste projeto de pesquisa assim se estabelece: “Quais os desafios enfrentados na escola de Educação Básica, quanto ao desenvolvimento das práticas pedagógicas em EDH e a necessidade de contínua formação docente?”

Os questionamentos apresentados, remetem à necessidade de permanente investigação e pesquisa sobre Educação em Direitos Humanos, particularmente na escola pública, onde se concentram o maior número de escolas e alunos. É neste contexto que se configuram os desafios da formação docente e da prática pedagógica. Assim sendo, o objetivo principal desta proposta de trabalho é: investigar as concepções e as práticas em EDH de uma escola pública de educação básica da rede Municipal de Ensino de Curitiba, bem como o processo de formação docente.

A aproximação da realidade escolar e do universo acadêmico, o encontro entre o docente da escola básica e o docente pesquisador da academia é inevitável e necessário para que aconteça a efetiva pesquisa na busca de soluções adequadas para a resolução dos problemas enfrentados no cotidiano escolar. Desta forma busca-se também o levantamento da realidade educacional e o mapeamento das dificuldades que interferem na qualidade da educação e a busca de soluções para os problemas que afetam a formação do cidadão pleno.

Dentre todos os desafios de uma Educação em Direitos Humanos, faz-se urgente a busca de novos processos educativos onde as pessoas adquiram consciência de sua dignidade e possam compreender que é através da cooperação, da solidariedade e no combate às injustiças, à corrupção, à violência, no respeito às diferenças e diferentes, que se encontra o verdadeiro respeito à dignidade humana.

2.DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa serão utilizados estudos bibliográficos, documentos, planos e programas oficiais referentes ao tema, coleta de dados por meio de entrevistas, questionários, observações do cotidiano escolar e leitura do projeto político-pedagógico da escola/campo de pesquisa, em que será realizada a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica consiste na leitura de autores que fizeram investigações nesta temática e escreveram sobre a mesma, tais como: CANDAU (1998, 2000a, 2000b, 2000c), BENEVIDES (2003), CARVALHO, (2005), FREIRE, (1999, 2000, 2001), HORTA, 2000, NÓVOA (1997), PIMENTA (2005), SACAVINO (2000), SILVA (2000), TAVARES (2007), VEIGA Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

(2008) dentre outros. Nestes autores busca-se um conhecimento teórico mais abrangente sobre o tema a ser estudado, fundamentando assim as ideias que envolvam a educação em direitos humanos, a formação docente e a prática pedagógica.

Para a pesquisa documental prevê-se a leitura e análise da documentação legal que fundamenta a educação em Direitos Humanos no Brasil, para confronto com o que efetivamente está sendo realizado na educação, bem como a leitura do projeto político pedagógico da escola em questão.

A fundamentação teórico-metodológica da educação em direitos humanos em seus vários aspectos, remete a uma abordagem teórica crítica da educação, tendo em vista que seus objetivos têm como foco a visão crítico-transformadora da educação em suas práticas pedagógicas institucionais e sociais. Com relação ao aspecto sócio-crítico da educação, Candau (1998) afirma que a Educação em Direitos Humanos potencializa uma atitude questionadora, desvela a necessidade de introduzir mudanças, tanto no currículo explícito, quanto no currículo oculto, afetando assim a cultura escolar e a cultura da escola.

Na perspectiva freireana, direitos humanos se referem a realidades e estas podem ser transformadas pela educação. Neste sentido a injustiça social só será transformada a partir de ações conscientizadoras, sendo a educação o instrumento que levará os indivíduos educados (conscientes) a serem sujeitos de sua própria liberdade.

Para Benevides (2003) a educação em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana mediante a promoção e a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Sendo assim, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos os quais devem se transformar em práticas.

Para Tavares (2007); como a educação em direitos humanos se dá no dia-a-dia, nas diversas situações e relações cotidianas, é preciso haver um compromisso com os direitos humanos e o desenvolvimento de uma prática pedagógica democrática. Também é necessário que o educador não seja um mero transmissor dos conteúdos formais, mas que: a) acredite no que faz, pois sem a convicção de que o respeito aos direitos humanos é fundamental para todos, não é possível despertar os mesmos sentimentos nos demais; b) eduque com o exemplo, porque de nada adianta ter um discurso desconectado da prática ou ser incoerente exigindo aos demais determinadas atitudes que a própria pessoa não cumpre; c) desenvolva uma consciência crítica com relação à realidade e um compromisso como as transformações sociais, já que os propósitos deste tipo de educação é a de formar sujeitos ativos que lutam pelo respeito aos direitos de todos. (TAVARES, 2007, pág.496)

A sociedade, a escola, os professores são peças fundamentais de todo processo educativo, e a educação em direitos humanos deve fazer parte de todo esse processo.

De acordo com Silva (2000, p.16), “é necessária a construção de um projeto pedagógico democrático e participativo, onde a formação do sujeito possa ser assumida coletivamente”. Desta forma um projeto de escola que tenha em seus objetivos a formação em direitos humanos, deve levar em conta os seguintes elementos: a educação formal é condição essencial à formação da cidadania e tem na escola seu lugar privilegiado; a escola tem que cumprir, de fato, seu papel e função social, enquanto espaço de elaboração e socialização do conhecimento; a educação em direitos humanos deve ser um projeto global da escola; o desenvolvimento de um processo de conscientização dos direitos e deveres deve ser contínuo e permanente.

A professora pesquisadora Candau (2000), assim escreve sobre a realidade da educação em direitos humanos e seus atores:

O que foi possível constatar, é que ainda é tímida a Introdução da temática dos Direitos Humanos na formação de professores e educadores em geral, na formação inicial e continuada. Poucas são as organizações que trabalham sistematicamente nesta perspectiva. No entanto, trata-se de uma questão urgente, se queremos colaborar para a construção de uma cultura dos direitos humanos, que penetre as diferentes práticas sociais. Buscar estratégias, nesta perspectiva, é fundamental. Nesta perspectiva, não se pode conceber o papel dos educadores como meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente pelo ensino. (...). Os professores e professoras são profissionais e cidadãos, mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social. Somente nesta ótica poderão ser promotores de uma educação em direitos humanos. (CANDAU, 2000, p. 410-411)

De acordo com Veiga (2002) para que a formação do educador aconteça é preciso compreender o papel da docência, e oferecer uma formação adequada com fundamentos científicos-pedagógicos que capacitem o educador a enfrentar questões fundamentais da escola como instituição social, e levem o profissional da educação a uma prática social baseada na reflexão e crítica, exigindo uma formação continuada que resultará em uma aprendizagem significativa. Outra característica básica da docência está ligada à inovação quando rompe com a forma conservadora de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, reconfigura saberes procurando superar as dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática e etc. (VEIGA, 2002, p 14)

O professor Nóvoa (1997) afirma que a formação de professores não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas) mas, sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de re(construção) permanente de uma identidade pessoal.

Para Pimenta (2005) o saber docente não é formado apenas da prática, mas é também nutrido pelas teorias da educação, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, e re-contextualizada oferecendo perspectivas de análise para que os professores compreendam os diversos contextos vivenciados por eles no exercício da profissão.

Ainda com relação a formação docente, Tavares (2007.p. 498) afirma que: a formação do educador em direitos humanos depende tanto de uma prática pedagógica condizente com o respeito ao ser humano como de uma educação que privilegie a interdisciplinaridade e a multidimensionalidade que envolve a temática.

Para se atingir uma verdadeira e eficaz Educação em Direitos Humanos vários são os elementos que precisam ser explorados, estudados, investigados e conjugados de forma a se buscar as melhorias, os caminhos e possibilidades que a educação como um todo exige.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente na leitura dos vários autores, na legislação sobre o assunto e na realidade escolar, a urgente necessidade de se repensar a educação, a escola, os professores, os alunos e a comunidade, a partir de uma dimensão emancipatória capaz de levar o indivíduo à uma formação ampla, no sentido de entender e vivenciar os direitos humanos no seu cotidiano da vida em sociedade. De um modo geral, quando se fala em educação em direitos humanos deve haver sempre uma intenção pedagógica onde as aprendizagens sejam significativas e motivadoras, que tragam sentido à vida de todos.

A Educação em Direitos Humanos em seu caráter sócio-político democrático diz respeito as várias relações sociais que vão além das formas institucionais incluindo as diversas formas organizadas da sociedade como um todo. Resumindo, a Educação em Direitos Humanos é um direito de todos e igualmente um dever.

4.REFERÊNCIAS

CANAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: desafios atuais**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, pp. 397-412.

CANAU, V. **Direitos Humanos na Formação de Professores/as**. Trabalho apresentado no X ENDIPE. Rio de Janeiro: Maio, 2000a, p. 1-13.

CANAU, V. **Direitos Humanos, Violência e Cotidiano Escolar**. In: CANAU (org.), Reinventar a Escola. Petrópolis: Vozes, 2000b.

CANAU, V. **Educação em Direitos Humanos no Brasil: realidades e perspectivas**. In: CANAU, V. e SACAVINO, S (org.). Educar em Direitos Humanos, Construir Democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000 c, p. 72-99.

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 309-318.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

HORTA, M. M. R. **Educar em direitos humanos: compromisso com a vida**. In: CANAU, V.; SACAVINO, S. (Org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.125-139.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007, 76 p.

SILVA, H. **Educação em Direitos Humanos: conceitos, valores e hábitos**. Exame Teórico-Prático. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Faculdade de São Paulo, 1995.

TAVARES, C. **Educação em direitos humanos; fundamentos teóricos metodológicos**. Organizado por Rosa Maria Godoy Silveira, Adelaide Alves Dias, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer Feitosa e Maria de Nazaré Tavares Zenaide (João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007)

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/index.htm>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Formação de Professores: Políticas e Debates**. São Paulo: Papirus, 2002.

ENSINO APRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PROFOP

Marcelo Maia

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Mestrado Interdisciplinar em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação

E-mail: maiamarcelomaia@hotmail.com

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem; informação; formação pedagógica; PROFOP.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, nas últimas décadas, teve grandes conquistas para melhorar a qualidade do ensino, com a criação do Fundo de Financiamento para a Educação Básica – Fundeb, sistemas de avaliação (Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA; Prova Brasil), como um indicador nacional para auferir excelência da educação, através das médias de desempenho das avaliações. Para Roitman e Ramos (2011, p. 7) “melhorar a educação brasileira é um desafio urgente e primordial”, onde a carreira do docente necessita ser mais valorizada pelas pessoas que governam o país.

Ao envolver o sistema educacional, existe a presença tanto do espaço físico (escola) para a realização do ensino, como o contexto por toda a volta: estratégia, planejamento, o currículo escolar e o principal personagem o aluno, que convive com a grande diversidade cultural, envolve-se em diversos ambiente, e tem uma linguagem diferenciada. Desta forma a escola deve através do currículo trazer está transversalidade existente, para trabalhar na igualdade. Segundo Roitman e Ramos (2011, p. 8)

[...] é preciso que em todos os níveis da educação haja uma libertação dos manuais didáticos e abandonemos as formas convencionais de “transmissão do conhecimento”. Essas modificações implicam na adoção e aceitação de novas tecnologias (computadores, softwares, Internet, etc) como ferramentas pedagógicas, aliadas ao trabalho do professor e do aluno e, sendo representativas do contexto social em que estes se encontram inseridos, despertem neles as capacidades de construção e organização dos conhecimentos, aprendendo assim a compartilhá-los.

Considerando as grandes mudanças ocorridas na educação, o elevado envolvimento das tecnologias da informação, no processo da formação do docente de hoje, que apresenta a perspectiva de tornar-se o docente de amanhã, o presente artigo tem como objetivo investir na prática e intervenção pedagógica em conjunto com a aprendizagem e informação.

DESENVOLVIMENTO

Descrevendo a concepção da prática e sua implicação no processo de ensino aprendizagem Alves-Mazzotti (2004, p. 31) afirma que, “[...]a tradição ‘compreensiva’ ou ‘interpretativa’, significa que essas pesquisas partem de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um

sentido”, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

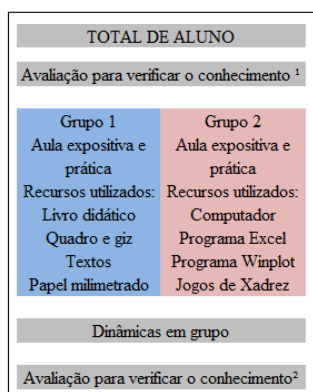
Foram realizados encontros com alunos de uma escola pública da capital do Estado do Paraná, utilizando recursos diferenciados para a explanação do mesmo conteúdo, tendo como recurso avaliativo a comparação do crescimento da aprendizagem ao final da sequência aplicado do conteúdo.

As etapas no desenvolvimento curricular foram divididas em 4 etapas: diagnóstico da realidade; elaboração do plano de ação (projeto de intervenção); aplicação do projeto (momento em que as ações planejadas serão executadas); e avaliação, da análise do processo realizado.

Na primeira etapa foram realizadas percepções em análise macro e micro estrutural, levantando objeto da comunidade escolar, determinação social, as necessidades dos alunos e a investigação do projeto político pedagógico da instituição. A próxima etapa constitui na elaboração da abordagem que foi trabalhada adotando a forma conforme demonstra a figura 1 – Método do projeto de intervenção. O desenvolvimento da proposta didática teve como público, a turma do 1º ano do Ensino Médio, composta por adolescente de 16 a 23 anos.

Na terceira etapa, executada através de práticas desenvolvidas com intervenção, consiste na verificação inicial do quantitativo de alunos que frequentam a disciplina de matemática, tendo a totalidade de 30 alunos, ao quais foram submetidos inicialmente ao tema “plano cartesiano e função”, sem nenhum contexto e conceito, ocorrendo à realização de uma avaliação para a verificação do conhecimento.

Figura 1 – Método do projeto de intervenção



Fonte: Elaborado pelo Autor

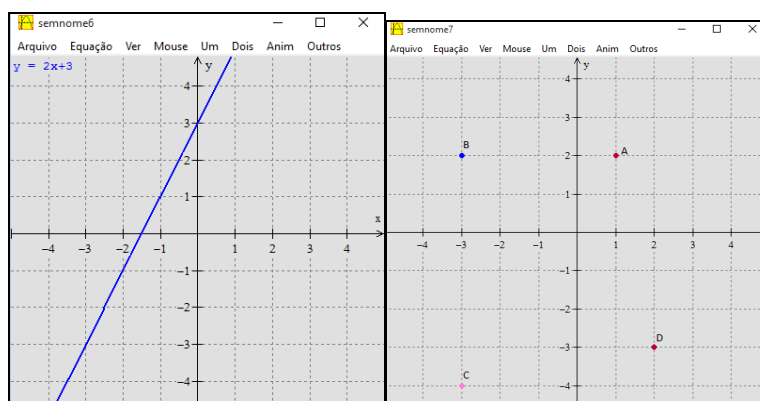
A avaliação diagnóstica consistiu em oito questões, relacionando os dois eixos perpendiculares, o horizontal denominado de eixo das abscissas e o vertical de eixo das ordenadas, quanto a identificação do desenho encontrado em cada ponto, a descrição de determinado ponto e a formulação de gráfico. O objetivo desta atividade foi verificar a compreensão e domínio do estudante quanto ao tema. Para este método do projeto, foram necessários 50 minutos para que todos os discentes realizassem o que sabiam, para que então houvesse um consenso para separação em dois grandes grupos. A separação ocorreu por parte dos alunos, sem ao menos saberem o que seria desenvolvido, sendo apenas relatado pelo docente que a atividade seria desenvolvida em apenas dois grupos de 15

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

integrantes cada. Após a escola das equipes ocorreu a explanação do docente, explicando que um grupo iria ficar na primeira semana sem aula da disciplina, para o desenvolvimento da metodologia diferenciadas, e na outra semana este grupo que teve aula estaria de folga da matéria.

Desta maneira, por sorteio ocorreu primeiramente a escolha do grupo 2, que então no primeiro dia de aula foram ao laboratório de informática para a aplicação da sequencia didática desenvolvida através da tecnologia, com a utilização de computador, programa Office Microsoft Excel e Winplot, e o jogo de tabuleiro xadrez virtual. Inicialmente ocorreu a explanação por parte do professor sobre o tema a ser tratado e a divisão dos próximos encontros, como será tratado, desenvolvendo diversos exemplos em conjunto com os discentes, demonstrando a conceitualização do assunto. Primeiramente a impressão obtida pelos estudantes foi de espanto por ter aula de matemática em um laboratório de informática, havendo diversos questionamentos sobre o que seria tratado. Mas após o decorrer do início da aula, os mesmos tornaram-se bem preocupados em entender tanto o assunto quanto a ferramenta. Sendo iniciado pelo programa Winplot, onde ocorreu a demonstração do que é plano cartesiano, seus quadrantes (I, II, III, IV), a explicação dos sinais em cada quadrante, a identificação dos pontos e a formação de uma equação, bem como a reta que representa a equação, com visualização conforme demonstrado na figura 2 – Utilização do programa Winplot.

Figura 2 – Utilização do programa Winplot



Fonte: Elaborado pelo Autor

Este encontro foi apenas para o entendimento do conteúdo, que foi trabalhado em outras aulas, tendo o esclarecimento do programa Winplot, as suas funcionalidades e a formação de diversos exercícios práticos da formação. Em conjunto, ocorreu o envolvimento com o programa Excel identificando cada linha e coluna, e a representação dos pontos na tabela.

Após a compreensão dos alunos verificado pela prática dos exercícios no programa, ocorre a explanação de um jogo interativo, de raciocínio, o xadrez, através no programa Absolute Chess (em que o participante desafia o oponente, em 3 níveis: fácil, médio e difícil). Ao qual nas competências específicas da matemática presente no currículo nacional do ensino,

O jogo é um tipo de atividade que alia raciocínio, estratégia e reflexão com desafio e competição de uma forma lúdica muito rica. Os jogos de equipe podem ainda favorecer o trabalho cooperativo. A prática de jogos, em particular dos jogos de estratégia, de observação e de memorização, contribui de forma articulada para o desenvolvimento de capacidades matemáticas e para o desenvolvimento pessoal e social. Há jogos em todas as culturas e a matemática desenvolveu muito conhecimento a partir deles. Além disso, um jogo pode ser um ponto de partida para uma atividade de investigação ou de um projeto (BRASIL, 1998, p.68)

Esta sequência didática foi desenvolvida em uma semana, com a duração de 50 minutos cada aula, com seis encontros. Após a utilização destes recursos os alunos deste grupo obtiveram uma semana sem a aula da disciplina de matemática, entrando em cena o grupo 1. Estes discentes tiveram as suas aulas na mesma sala ontem tem as outras disciplinas, sendo que primeiro dia de aula, ocorre a Introdução do plano cartesiano, iniciando com a representação numérica representada por uma régua, onde monta um plano cartesiano, através das coordenadas, ou seja, mapear a função de 1º grau a partir da representação dos pares ordenados de números reais, demonstrando exemplos práticos como: um artista realiza a ampliação ou desenho em sua tela, separando o seu objeto em quadrantes, e então buscando a perfeição da realização do desenho, através de pontos identificados no painel. Na busca em representação da interdisciplinaridade que para Bonatto et al (2012, p.2-3) “é um elo entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas, abrangendo temáticas e conteúdos [...] na qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas”, como exposto na apresentação e entrega do mapa mundi a cada estudante. Nesta observação realizada em conjunto com os discente, foi possível trazer temas relacionado a disciplina de geografia (mapa mundi, com as diversas localização dos países, através da identificação da latitude em conjunto com a longitude), em que o Global Positioning System – GPS, um sistema de navegação por satélite, utiliza para identificar a localização que segundo Paranhos (2009, p.2) “em ambientes externos, o sensor do GPS é mais comumente utilizado, pois o mesmo fornece uma posição global”. Assim pode-se observar um caso bem prático na identificação da localizada relacionado ao plano cartesiano da disciplina de matemática.

Com os pontos presentes do mapa, ocorreu uma atividade em dupla, ao qual um integrante escolhia um país e a outra pessoa identificava pela posição geográfica onde estava o determinado país. Após a realização desta atividade, a entrega do papel colorido que compõem com a gravura de uma sala de um museu com diversos monumentos históricos, separados em quadrantes (1º; 2º, 3º e 4º), ocorreu a explicação de plano cartesiano, bem como que sinais estão presentes em cada quadrante. Em aulas posteriores, ocorreu atividade na equipe, ao qual um aluno relatava as coordenadas, e o restante localizava e comentava qual objeto foi encontrado. A execução fez com que todos os presentes participassem e tivessem o envolvimento com o tema exposto, uma atividade com a percepção de grande entendimento da matéria.

Na terceira aula da sequência didática ocorreu a entrega do papel milimetrado (que é uma folha para a construção perfeita dos gráficos) pelo professor que então solicita aos alunos que dobrem ao meio, e após a dobra, dobrem novamente ao meio, para a formação dos 4 quadrantes, todos iguais, com o mesmo tamanho. Assim desenvolvido diversos exercícios, com o recurso de quadro e giz, para demonstrar a equação do primeiro grau, bem como a realização de gráficos para a identificação e estabelecimento da reta, ligação entre os pontos.

O quarto e o quinto encontro da prática de docente, caracterizado pela atividade realizada, em que os alunos tendo diversos exercícios iam executando as atividades e o docente realizava um acompanhamento nos diversos grupos que formavam para ver se existia alguma dúvida

No último encontro apresenta mais um exemplo prático quanto ao preço de uma fruta no supermercado, em que é determinado pela função explicada (1º grau), que conforme aumenta a quantidade de quilos comprados, aumenta também o valor do preço a ser dispêndio para a compra do produto. Esta estratégia, de acordo com Anastasiou e Alves (2009, p.79) “[...] aula expositiva dialogada é um exposição do conteúdo, com a participação ativa dos estudantes, [...]. O professor leva os estudantes a questionarem, interpretarem e discutirem o objeto de estudo, a partir do reconhecimento e do confronto com a realidade”.

Esta didática, também foi desenvolvida na mesma carga horária. Assim após o período de aulas com o mesmo conteúdo mas com recursos bem recursos diferenciados, ocorre o encontro com toda a turma para a realização de dinâmicas em grupo, para observar a compreensão e o entendimento do tema abordado. Observa-se que ambos os grupos tiveram grandes conhecimentos, apresentando uma evolução, tentando sempre a busca da resposta correta dos exercícios proposto. Para a mensuração da aprendizagem, a mesma prova inicial, foi entregue aos alunos, para a resolução dos exercícios propostos, que com menos de 30 minutos todos já haviam finalizado. O grupo que teve as aulas com a utilização do recurso tecnologia, apresentou a devolutiva de maneira mais rápida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aula de matemática está ligada a diversos conhecimentos, abrangendo programas, atividades práticas e ainda com a utilização do uso de tecnologia, desta forma a mensuração, ocorreu na separação em dois grupos identificados com a numeração de cada grupo, e a medidas totais obtidas pelos dois grupos, conforme observa-se na tabela 2.

Figura 2 – Mensuração da aprendizagem dos grupos com recursos diferentes

Medidas	Avaliação ¹	Avaliação ²	Medidas	Avaliação ¹	Avaliação ²
Média ¹	3,66	8,81	Média	3,733	8,137
Média ²	3,81	7,46			
Mediana ¹	3,60	9,00	Mediana	3,800	8,000
Mediana ²	4,00	7,40			
Moda ¹	2,50	8,50	Moda	2,500	7,000
Moda ²	4,00	7,00			
Amplitude Total ¹	3,20	1,80	Amplitude Total	3,300	2,800
Amplitude total ²	2,80	1,40			
Desvio Padrão ¹	0,97	0,53	Desvio Padrão	0,859	0,840
Desvio padrão ²	0,76	0,45			
Coefficiente de Variação ¹	26,41%	6,02%	Coefficiente de Variação	23,00%	10,33%
Coefficiente de variação ²	20,04%	5,99%			

Fonte: Elaborado pelo Autor

Observa-se que o fato de apresentar recursos diferenciados no mesmo assunto para o presente grupo com as mesmas características, envolve em uma evolução das notas, de mais de 1,4 pontos, a divisão das notas em dois grupos tendo metade dos valores maiores e a outra menor do que a mediana, de de 1,6 pontos e a nota que mais se repete utilizando os recursos padrões é 7,0, um ponto elevado acima da média. A diferença presente entre o maior e o menor nota não chega a 2,0 pontos, tendo uma diferença entre a relação a média bem baixa, próximo a 0,55 pontos e a relação da média aritmética em relação ao desvio Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

padrão é pequeno, próximo a 6%. Desta maneira ocorreu uma diferença no processo de aprendizagem, em que os recursos tecnológicos influenciam na conquista de buscar a aprendizagem de maneira mais associada e com maior interação presente dos alunos, mas apesar disso no contexto da abordagem os alunos que obter os recursos padrões também são capacitados a envolver praticamente a mesma compreensão do outro grupo.

Verifica que a disciplina de matemática integrada a outras áreas do conhecimento, tornam a aprendizagem mais enriquecedora, mostrando a interdisciplinaridade. O processo de avaliação da sequência didática, obteve relatos dos alunos quanto a perceptividade e assimilação do conteúdo, em que dois discentes relataram a evolução no processo de aprendizagem do tema, “não tinha mínima noção de onde iria aplicar no contexto cotidiano o presente assunto, mas com os casos práticos trazidos pelo professor isso tornou-se possível, e o aprendizado ficou bem melhor e mais rápido”, outro aluno “a disciplina de matemática é muito difícil, mas com a utilização da tecnologia, torna-se bem mais proveitosa a aula, ainda mais quando trabalhamos o dia todo e vamos as aulas no período noturno”. Assim, observa-se que a compreensão dos alunos, deve-se na busca em demonstrar a prática no contexto atual, ou seja, no ambiente em que os mesmos estão inseridos.

No processo da reflexão da prática docente foi possível constatar que através da aplicação de jogos, a compreensão do conteúdo abordado é mais assimilada. O entendimento da melhor aplicação aos discente deve ser entendido pelo docente, quanto as características do público alvo, que está inserido na turma para o presente conteúdo, havendo uma exploração em conjunto das metodologias, sugerindo que o estudo seja implementado em outras turmas com temas diferentes, como estratégia para a condução de novos conceitos, quanto a atividade de formação dos discentes.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2004

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de Ensino na universidade**. 5 Ed. Joinville: Univille, 2009.

BONATTO, A.; et al. **Interdisciplinaridade no ambiente escolar**. IX Anped Sul, 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/nKSjMG> >. Acesso em 8 de ago. de 2015.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs). **Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília: MEC. Disponível em: < <http://goo.gl/HzA1RI> >. Acesso em 14 de set. 2015.

PARANHOS, P. M. **Localização em ambientes externos através da fusão de sensores GPS e inercial por um filtro de Kalman**. 2009, 179 p. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://goo.gl/FHQ8rY> >. Acesso em 8 de ago. 2015.

ROITMAN, I. RAMOS, M. N. **A urgência da educação**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: < <http://goo.gl/kvU9MY> > Acesso em: 04 de out. 2015.

FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTADO DO PARANÁ E AS VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS: LIMITES E DESAFIOS

Maria Cristina Elias Esper Stival⁷⁷

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a política de formação de professores sobre as violências nas escolas. Entende-se que a formação de professores para atuar frente às situações que envolvem violência no contexto escolar é fundamental na sociedade contemporânea para uma compreensão mais aprofundada referente à temática. Nessa perspectiva, foi definido como problema de pesquisa: Qual a relação entre as políticas de formação de professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná sobre as violências nas escolas e a concepção dos professores? Como objetivo, busca-se analisar as políticas de formação de professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná sobre as violências nas escolas e a concepção dos professores. Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo materialismo histórico, tendo como categorias: totalidade, contradição e reprodução e como categorias de conteúdo: formação de professores e violências nas escolas. A pesquisa de campo foi realizada junto a 22 professores de dois colégios estaduais e 8 profissionais da Coordenadoria dos Desafios Educacionais Contemporâneos da Secretaria de Educação do Estado do Paraná que atuaram no período de 2003-2010, totalizando 30 participantes. Os dados foram obtidos mediante entrevista semiestruturada e para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) e os estudos de Gamboa (2001). Também foi realizada uma análise documental sobre a formação dos professores da Rede Estadual do Paraná em documentos de âmbito nacional e estadual. O estudo buscou suporte teórico em pesquisadores no tema das violências em Abramovay (2002), Bourdieu (1975, 1998, 2001 e 2004), Debarbieux (2002), Gomes e Pereira (2009), Royer (2002), Schilling (2004 e 2011), Charlot (2002) e demais autores. Já em relação à formação de professores: Nóvoa (1997), Oliveira (2011), Pereira (2011), Saviani (2011), Gisi (2009), Ens (2010), entre outros, nas políticas em Boneti (2007), Mainardes (2006), Schlesener (2009) e Gramsci (1996 e 2002). Constata-se que as propostas implementadas tiveram implicações que apontaram momentos contraditórios, mesmo tendo um discurso oficial e ações organizadas de cunho democrático. As políticas são de descontinuidade e há uma despreocupação e ausência de discussão acerca das questões educacionais na sociedade brasileira. Os profissionais têm dificuldades em perceber os problemas estruturais associados às desigualdades sociais. Em relação à formação continuada dos professores para atuação relacionada às violências nas escolas, constatou-se a necessidade de programas construídos coletivamente, que possam refletir as reais necessidades e que despertem nos professores maior compromisso com esta problemática.

Palavras-chave: violências nas escolas; formação de professores e políticas.

⁷⁷ Doutora em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pedagoga da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e da Rede Municipal de Curitiba, Professora titular da Universidade Tuiuti do Paraná; Faculdade Educacional da Lapa e Faculdades Opet no curso de Pedagogia presencial e à distância. email:maria.stival@utp.br

INTRODUÇÃO

Os estudos apresentados evidenciam a problemática das violências nas escolas e motivam investigações relacionadas a essa problemática. Nessa perspectiva, para entender a implementação de políticas, mesmo sendo consideradas adequadas e necessárias, sempre são recontextualizadas, de acordo com o entendimento dos profissionais e o contexto no qual elas estão inseridas.

Nesse sentido, surgiram as seguintes questões norteadoras do trabalho: De que forma as políticas de formação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná abordam a temática das violências nas escolas? A formação propiciada pela Rede Estadual de Ensino do Paraná subsidia de forma teórico-metodológica o professor no tratamento pedagógico das questões relacionadas ao problema das violências nas escolas? As políticas públicas de formação continuada de professores, implementadas na Rede Estadual de ensino do Paraná, têm propiciado uma formação para entender as violências nas escolas como um fenômeno social cujas causas não se limitam aos espaços escolares? A problemática do estudo, portanto, pode ser representada pela seguinte pergunta: Qual a relação entre as políticas de formação continuada da Rede Estadual de Ensino do Paraná e a concepção dos professores sobre as violências nas escolas?

Para tanto, o objetivo desse estudo implica em analisar a relação entre as políticas de formação continuada da Rede Estadual de Ensino do Paraná e a concepção dos professores. O objetivo do estudo se volta para uma reflexão sobre as políticas formuladas e implementadas no período (2003-2010) da gestão do Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), que tem como função gerir a política educacional do Estado⁷⁸.

As pesquisas em educação, referente ao universo escolar, perpassam pelo entendimento das políticas públicas de formação de professores, de refletirem sobre sua própria prática pedagógica e as questões sociais. O compromisso pedagógico e ético pelo ensino público está consolidado na trajetória de cada segmento da escola na construção de um ensino de melhor qualidade, que afirme em garantir a universalização do acesso à escola básica gratuita, que é um direito do cidadão e dever do Estado. Com isso, as políticas públicas estão voltadas ao conjunto da sociedade e presentes na intervenção da prática social dos profissionais da educação e dos estudantes.

A pesquisa demonstra o levantamento de dados sobre violência realizada em dois colégios estaduais do município de Curitiba, considerando as características e a realidade de cada instituição no que se refere aos aspectos de violências.

A coleta de dados dessa pesquisa teve o propósito de obter informações sobre as políticas de formação de professores, no que diz respeito à questão das violências, por meio do procedimento gravado, efetuado na entrevista semiestruturada, permitindo captar respostas mediante as questões postas apresentadas no roteiro norteador, composto de cinco perguntas abertas e as outras cinco fechadas, respondidas pelos entrevistados (identificação, sexo, formação acadêmica e tempo de magistério).

Durante o processo de construção das cinco questões abertas utilizadas na técnica da entrevista, realizada no segundo semestre de 2011, destinadas aos 14 professores do colégio⁶ denominados 1 e no colégio 2, sendo 8 professores, totalizando, assim, 22 professores que são efetivos no quadro do magistério do Estado do Paraná, além de 8 professores da Coordenadoria dos Desafios Educacionais Contemporâneos.

⁷⁸ Governo do Paraná, 2ª gestão (2003-2006), 3ª gestão (2007-2010).

Assim, totalizaram 30 professores e gestores que participaram das capacitações organizadas no período de 2003 a 2010, ofertadas nos encontros realizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, Coordenação dos Desafios Educacionais Contemporâneos – Coordenação Formação continuada de professores. Primeiros professores da rede estadual do Paraná, que lecionam no Colégio Estadual 1 e no Colégio Estadual 2, colégios localizados no município de Curitiba.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O primeiro eixo a ser destacado é a formação continuada⁷⁹ como eixo norteador do plano de ação da Coordenadoria dos Desafios Educacionais Contemporâneos para efetivar um trabalho pedagógico com os profissionais da educação, de acordo com as necessidades e aspirações dos grupos de professores nas escolas da rede estadual do Paraná. Assim, a abertura para debate bem como escutar as inquietações dos profissionais auxiliou na definição de ações a serem viabilizadas pelos profissionais da educação da Coordenadoria dos Desafios Educacionais Contemporâneos. Foi traçada a estratégia da política pública de educação para o enfrentamento e prevenção das violências contra crianças e adolescentes, por meio de apoio aos projetos⁸⁰ que visam à formação continuada de profissionais da educação básica.

As políticas públicas de formação continuada de professores, implementadas na Rede Estadual de Ensino do Paraná, tinham como objetivo subsidiar teoricamente os professores acerca da violência escolar. Tal aspecto faz-se necessário para compreender práticas pontuais no espaço escolar em que os profissionais precisam de gerenciamento de uma forma mais coesa e precisa, utilizando elementos teóricos que vêm sendo garantidos pela Coordenadoria dos Desafios Educacionais Contemporâneos. Gomes (2012) argumenta que uma formação continuada articulada deve envolver teoria e prática desde o início dessa proposta para favorecer os professores para lidarem com o fenômeno da violência.

Portanto, a literatura focaliza a importância dos professores, enfatizando a sua preparação para uma sociedade e uma escola que mudam continuamente. Urge, portanto, inserir na formação inicial dos novos mestres os elementos necessários (embora não suficientes, para superar as violências), para que a formação continuada não se constitua em remendo para a primeira. Tal preparação, segundo o primeiro princípio legal da formação de educadores, segundo a legislação brasileira, deve-se fazer sob a égide do entrelaçamento de teorias e práticas. (GOMES, 2012, p. 7).

Tal indicativo subsidiou a prática e a efetivação do trabalho desta coordenadoria, sendo assim apontados:

⁷⁹ Tem como objetivo articular os conceitos e análises teóricas pertinentes à temática da violência como as necessidades de formação continuada dos profissionais da educação, dentre as seguintes atividades: oficinas; grupos de estudos; reunião técnica; seminários. Essas atividades permitem que os profissionais da educação problematizem e compreendam o fenômeno da violência, na perspectiva de ações possíveis para o enfrentamento à violência na escola. Documento impresso da SEED, 2009.

⁸⁰ O referido projeto em 2008 foi desenvolvido em quatro Núcleos Regionais de Educação: Curitiba, Área Metropolitana Norte, Foz do Iguaçu e Paranaguá, com 434 participantes.

Quando se fala de formação continuada, não basta um único evento, uma única formação, nós buscávamos nos nossos eventos, amenizar e tirar todas as dúvidas no menor tempo possível. Então a formação pedagógica fez colocar isso em forma didática, de forma em colocar isso assim, é fácil, é fácil compreender isso, de busca isso e sempre ficava um gostinho de quero mais. Nunca conseguimos esgotar todos os assuntos todos os informes, que iniciavam e queriam todos, os pontos para a gente pudéssemos dar um faça isso, de dar a receita. Na verdade, não era isso, esta conotação, nós queríamos dar subsídios, para que eles mesmos pudessem entender, e tentar resolver esta situação para este formado. A formação pedagógica foi bem importante, eu pude dar focos didáticos, sim eu tinha que fazer isso, isso, eu tinha uma noção que o professor tivesse, lá na ponta que ele recebesse, e programava o evento para que ele conseguir alcançar, que eu conseguisse alcançar um mínimo de objetivo, para justamente isso. Sabe, então começava a correr com aquela ideia, grande de rede, para que ele no final se sentisse parte dessa rede, e se ele não conseguisse resolver o problema. (PF)

Assim, é possível afirmar que ainda há uma distância entre a concepção de uma formação continuada, consolidada de fato para dar subsídios teóricos aos professores da rede estadual, em detrimento a prevalecer, ainda, uma visão tecnicista de fornecer orientações e técnicas necessárias para lidar com o fenômeno da violência no contexto escolar, sendo o esforço predominante apresentado nas falas:

Questão ela tinha bastante, ela era muito efetiva sabe, nesse sentido porque assim é, eu percebo que tinha uma ação bastante continuada. Sabe, era um dos objetivos que tínhamos por ser continuada, nós tínhamos o seminário que era ele em conjunto, ela era articulada com a questão da rede então isso era muito importante as ações eram articuladas com outros departamentos eu acho que isso vai possibilitar esse seminário tinha ele essa possibilidade de articular então era extremamente importante é outra questão era o itinerante então que tava sempre acontecendo junto com os professores que isso era importante que você atingia os professores não ficavam somente com que eram. Mas isso acontecia diretamente com os professores e nós também podíamos estar lá fazendo essa ponte juntamente com eles. (PA)

Como sabemos, a formação continuada sobre a temática da violência contou, inicialmente, com trabalho permanente da Polícia Militar do Paraná, sendo que o professor entrevistado acompanhou toda a trajetória desse trabalho desenvolvido com uma representante da SEED. Após a implantação do trabalho, os policiais⁸¹ estiveram nas escolas públicas para desenvolver orientações educativas para evitar problemas de violência no espaço escolar.

Sim, isso vem da formação da polícia militar, vem a formação embora eles, trabalham para escola eles trabalham, um sobre o ponto de vista deles, militares. Nós temos o olhar pedagógico, então a minha intenção sempre foi de fazer a formação da polícia da patrulha. Neste sentido, entre os muros de dentro escola, entre os muros da escola, para dentro é diferente, é diferente, a ação pedagógica, é diferente uma postura militar. (PL)

A questão da indisciplina se resolveria com a presença da Patrulha Escolar na escola, e a gente focava que a questão da indisciplina... é trato pedagógico, alguma

⁸¹ Houve em 2003 um curso destinado aos policiais ofertado pela SEED, descrito na planilha no anexo n. 2.

coisa, o regimento escolar, focava as nossas discussões. A professora F, que é pedagoga, sempre teve esta preocupação, de fazer as discussões da violência no encaminhamento pedagógico, e isso que é o diferencial. Tem discussões sobre violência, indisciplina e *bullying*, mas não tem encaminhamento pedagógico, e a gente fazia muito focado para o encaminhamento pedagógico, tanto que a gente convidou a coordenação da gestão escolar, a professora M. na época que foi com a gente, nos seminários, ela foi para uma ação, intervenção a gente fez uma ação de intervenção, também em algumas escolas que tinham uma situação típica, em duas escolas na verdade. (PAP)

Para reforçar as ideias apresentadas sobre os subsídios teóricos, o autor argumenta a necessidade de garantir uma formação voltada à compreensão dos fatos ocorridos e não simplesmente o modelo de receitas prontas e acabadas.

Sendo o professor uma liderança estratégica da escola, é importante que ele esteja capacitado a agir em face das violências, não apenas com receituários, fórmulas e até recursos aprendidos por ensaio e erro, mas, sobretudo, com uma iluminada compreensão dos fatos, de modo que possa intervir e efetivamente liderar o processo educativo. (GOMES, 2012, p. 2).

Esse momento retrata o trabalho da Coordenadoria de Formação Continuada quando apresentaram o processo avaliativo dos cursos ofertados, bem como os avanços dos cursos e necessidade de melhoria e novos encaminhamentos.

Na época nós até tivemos o CFC avaliação dos cursos⁸², repassados para as coordenadoras. O retorno era favorável... era em formato de oficinas, ainda a inclusão de Faxinal do Céu. Naquele momento, nós tivemos duas ou três oficinas apresentando o caderno, fazendo a discussão da violência e o retorno a SEED têm quantitativo, inclusive com relação à avaliação dos cursos, em gráficos, quantitativos e qualitativos. Os cadernos chegaram nas escolas, foram feitas as capacitações com os núcleos principalmente, daí com alguns professores também. Com alguns cursos, agora, eu, nesse retorno, você vai ter com essa avaliação dos cursos, o que eu posso falar é de um núcleo ou outro, um técnico e outro, falando: o caderno tá bom! Você via que em algumas capacitações eles elogiavam, mas era muito setorial, era um ou outro que comentava. (PL)

Percebemos que os cursos ofertados fornecem subsídios teóricos para repensar o segundo caderno, no sentido subsidiar uma discussão voltada à prática educativa e garantia de outras instâncias, favorecendo a realização de um trabalho escolar fundamentado. Mesmo assim, os assessoramentos organizados para a equipe seriam oportunos para garantir a fundamentação teórica dos profissionais da SEED, ou seja, sem esse trabalho produtivo, estariam com dificuldade para compreender as relações sociais vivenciadas no espaço escolar.

⁸² Dados que a pesquisadora havia solicitado para a coordenadoria de formação continuada sobre as avaliações dos profissionais sobre cada curso da planilha fornecida, em 2011, e não disponibilizado, pedido não solicitado pelos organizadores no término de cada curso.

Olhe eu acredito que sim! É muito difícil você falar bem deste ponto da teoria para a prática, falar sobre esse, o desdobramento é uma coisa você falar do quantitativo para o qualitativo, mesmo coisa, assim, mas o semelhante. Então, mas eu acho que houve uma grande contribuição, uma grande contribuição mesmo porque nós trabalhávamos com docentes, tínhamos, levávamos em conta, a produção e já o trabalho deles dirigido à pesquisa, e implementado em determinadas regiões, com docentes da USP e várias universidades, que desenvolviam esta pesquisa e aplicavam na escola e tinham muito para trazer. A gente fazia uma seleção de artigos, e esses artigos eram trabalhados, com os professores, eles eram estudados. (PL)

A seguir, o registro apresentado pelo grupo sobre uma avaliação referente à angústia vivenciada pelos professores.

Provavelmente não, eu vejo que demandaria mais tempo, do ponto de vista teórico nos tivemos o apoio na questão da violência veio a professora A⁸³, da USP, veio na reunião técnica, em duas ou três ocasiões, e ela ajudou muito. Foi muito interessante de certa forma, eu também acho interessante mencionar o nome da professora R.M. Ela é da PUC de Minas Gerais, fez uma fala conosco inclusive, num evento de formação que nos fizemos infelizmente, só que restrito, ficou, para núcleo de Curitiba e área metropolitana, sul e na área metropolitana norte, ocorrido em 2008, foi no Ministério Público. No centro nós estávamos procurando uma aproximação no trabalho, foi muito interessante a fala dela. Havia 150 profissionais na ocasião, em média então pouco o número, mas o que a gente pensa: é que nós procuramos fazer contato com docente, que pesquisavam do assunto que tinham referência, e que contribuíram muito do ponto de vista teórico, para pensar o fenômeno da violência na escola, porém eu penso que é tímido diante da complexidade, e do tamanho da rede de ensino do Paraná. Diante da rede teria que ter um aporte maior, mas mesmo significativo, para poder atingir, eu não saberia responder, o que atingiu, mas com certeza é muito tímido. (PS)

A equipe avalia como dificuldade na efetivação dos cursos ofertados a apropriação teórica e a prática por parte dos professores, referente aos estudos organizados sobre violência, ora pela quantidade de professores, ora pelo espaço físico e iniciativas pontuais para abertura da discussão sobre a temática da violência. Mesmo assim, o contato direto com as universidades leva-nos a subtender a preocupação dessa Coordenadoria em obter fundamentação teórica de pesquisadores, além de ressaltar a dificuldade em estabelecer um contato com os que tivessem proximidade com os temas estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo sobre as políticas de formação continuada de professores da Rede Estadual do Estado do Paraná e as violências nas escolas no período de 2003-2010, podemos constatar que as propostas implementadas tiveram implicações que apontaram momentos contraditórios, mesmo tendo um discurso oficial e ações organizadas de cunho democrático. Este período caracteriza-se de redefinir as práticas pedagógicas e concepções da escola pública brasileira.

⁸³ Consultora da SEED.

Ao analisar as políticas de formação sobre as violências nas escolas no programa de formação continuada dos professores do Estado do Paraná e a concepção dos professores que estavam efetivando um trabalho permanente nos estaduais pesquisados, buscou-se investigar se as políticas públicas de formação continuada de professores, implementadas na Rede Estadual de Ensino do Paraná, propiciaram uma formação para entender a violência nas escolas como um fenômeno social, cujas causas não se limitaram aos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006 GOMES, C. A. **A formação do professor em face das violências nas escolas**: notas preliminares de pesquisa. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/violencias%20nas%20escolas.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHILLING, F. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo: Moderna, 2004.

STIVAL, M. C. E. **Políticas públicas do estado do Paraná**: a violência nas escolas públicas e a ação da Patrulha Escolar Comunitária. Curitiba: UTP, 2007.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E USOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS: APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Ivo José Both; Kátia Cristina Dambiski Soares; Marcos Aurélio Silva Soares.
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
ivo.b@uninter.com; katia.s@uninter.com; marcos.so@uninter.com

Palavras-chave: formação de professores; tecnologias; pesquisa em educação.

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa que tem como tema “A formação de professores e as tecnologias educacionais no campo da pesquisa em educação” e pertence ao Grupo de Pesquisa “Educação Básica e Tecnologias Educacionais”, inserida na linha de pesquisa “Formação Docente e Novas Tecnologias”, do Programa de Mestrado em Educação e Novas Tecnologias, do Centro Universitário Internacional UNINTER.

As tecnologias educacionais tem sido objeto de estudo na área da pesquisa em educação, sendo importante conhecer esta produção como forma de subsídio para discussão da temática nos espaços educativos. Desta forma, a pesquisa proposta tem sua relevância no contexto da prática pedagógica realizada em escolas, dada a importância da utilização das tecnologias educacionais como meio capaz de potencializar a aprendizagem dos alunos e ampliar o acesso aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Neste contexto faz-se necessária a reflexão sobre a formação dos professores e o uso das tecnologias educacionais.

De modo geral, partimos da seguinte problemática: como a pesquisa na área da educação tem entendido a formação dos professores em relação à utilização das tecnologias educacionais na última década? Nesta direção tem-se o objetivo de investigar de que forma os textos produzidos na área da pesquisa em educação abordam a formação de professores em relação às tecnologias educacionais.

Um dos eixos da investigação a ser realizada propõe-se a identificação e análise dos fundamentos teórico-epistemológico que tem referenciado a maior parte da produção acadêmica na área. O campo de pesquisa está circunscrito à produção acadêmica apresentada na ANPED, fonte de dados eleita dada a representatividade dessa Associação no meio intelectual, condensando a produção nacional na área da educação.

A fundamentação teórica desta investigação se pauta na compreensão da educação como um processo amplo de formação humana e do papel da escola e sua função social, sob o contexto contraditório da sociedade capitalista, como a possibilidade de socialização de conhecimentos científicos/ elaborados para toda a população (Saviani, 1995). Nesta direção indicamos a necessidade de aprofundar a reflexão sobre como a escola está realizando a sua função social, observar se o trabalho pedagógico tem se pautado por processos de organização coletiva e efetivação dos pressupostos fundamentais que constam em seu projeto político pedagógico e neste contexto, cabe refletir sobre a utilização das tecnologias educacionais no âmbito do trabalho pedagógico:

Alguns educadores consideram que a simples utilização desses meios é suficiente para garantir um “avanço” na educação. Entretanto, só o uso não basta; se as tecnologias educacionais não forem bem utilizadas, garantem a novidade por algum tempo, mas não que realmente aconteça uma melhoria significativa na educação. (BRITO e PURIFICAÇÃO, 2008, p.36).

Sabe-se que a utilização de tecnologia por si só não constitui garantia de bom rendimento escolar, no entanto, quando empregada como incentivo pedagógico ela poderá constituir-se em boa aliada escolar.

Partimos do pressuposto de que a tecnologia é fruto da interação do homem com a natureza, e que na medida de sua necessidade homens e mulheres produziram e continuam produzindo instrumentos e técnicas com base em conhecimentos científicos com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida. De acordo com Brito (2006, p. 08) “o termo tecnologia vai muito além de meros equipamentos”. A tecnologia, de modo geral, permeia toda a nossa vida, inclusive em questões não tangíveis.

O papel do professor (a) em relação ao trabalho com as novas tecnologias da informação e comunicação pode ser pensado e articulado a partir da seguinte consideração de Moran (2005): a apropriação das tecnologias pelas escolas passa por três etapas até o momento: na 1ª a tecnologia aprimora as atividades que já vinham sendo desenvolvidas; na 2ª ocorre à inserção parcial ao projeto educacional e na 3ª as tecnologias já são integradas ao projeto pedagógico das escolas promovendo inclusive a reorganização curricular.

Cabe à escola, aos seus profissionais (professores e pedagogos), refletir constantemente sobre o uso das tecnologias educacionais e as possibilidades que elas oferecem no momento de realização do trabalho pedagógico. E, ao fazê-lo repensar a relação com o conhecimento na busca da necessária incorporação da tecnologia educacional ao projeto político pedagógico da escola, o que poderá promover mudanças significativas na organização curricular.

Ao afirmarmos a importância de que se pense na atualidade sobre as possibilidades de contribuição da tecnologia educacional para o enriquecimento da prática pedagógica destacamos também a necessidade de que a pesquisa acadêmica da área da formação de professores analise, interprete, revele e indique caminhos possíveis para que no contexto escolar seja possível a transformação no modo de agir e pensar em relação a utilização das tecnologias educacionais na prática pedagógica dos professores e da escola como um todo.

Em relação aos procedimentos metodológicos trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. O primeiro procedimento metodológico desenvolvido foi o levantamento e fichamento (leitura sistematizada) dos trabalhos da ANPEd do GTs 04 (Didática), 05 (Estado e Política Educacional), 08 (Formação de Professores) e 16 (Educação e Comunicação) entre os anos 2007-2014, que têm como assunto principal: a relação entre formação de professores e tecnologias educacionais. O período escolhido para a análise a partir do ano de 2007 se deve à promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia que foram instituídas em 2006, apresentando-se como um marco na reflexão e nas propostas a respeito da formação dos professores para atuar nos anos iniciais da educação básica. Ressalta-se que não foi possível obter os dados referentes ao ano de 2013, pois neste ano não houve reunião anual da ANPED. A amostra foi identificada com base em descritores (novas tecnologias, TICs, computador, educação a distância (EAD), redes, informática e cibercultura). Os textos foram selecionados pela análise dos títulos, resumos e palavras-chave. No caso de elementos insuficientes no resumo foi realizada a leitura na íntegra. Após a seleção dos textos, procedeu-se a leitura dos mesmos e a categorização em relação à matriz teórica, formação inicial ou continuada de professores, autores recorrentes. Foi organizado um quadro síntese com os dados coletados.

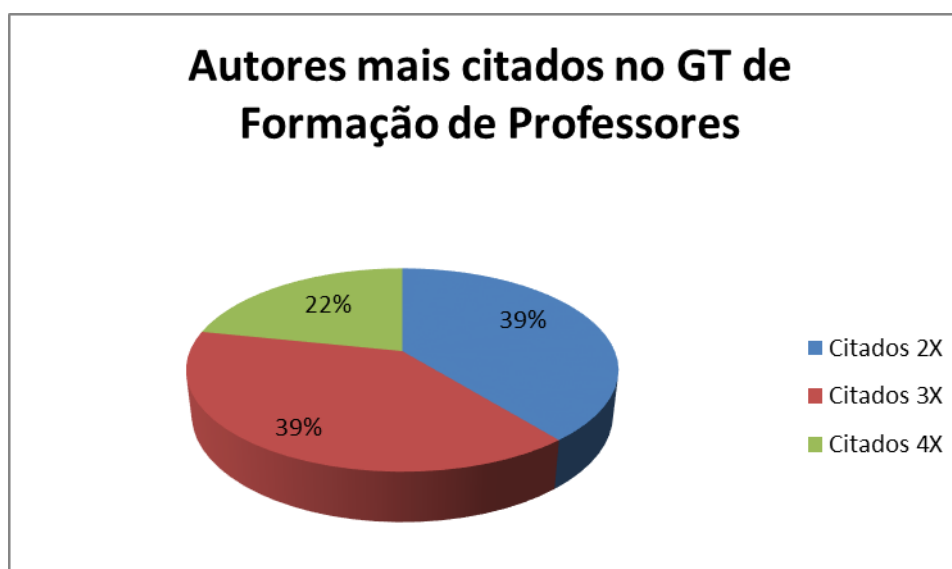
A leitura sistemática e rigorosa dos textos está sendo realizada com base em uma análise textual, temática e interpretativa dos mesmos. Conforme Severino (2002, p.53-5), a análise textual se caracteriza por uma esquematização do texto, cuja finalidade é apresentar uma visão de conjunto da unidade; a análise temática busca identificar no texto o tema

central, a problematização, a tese defendida pelo autor e a argumentação utilizada, ou seja, a linha de raciocínio; e, a análise interpretativa, consiste em buscar situar as ideias apresentadas no texto em relação aos seus fundamentos, em outros termos, buscar identificar os pressupostos que o texto implica.

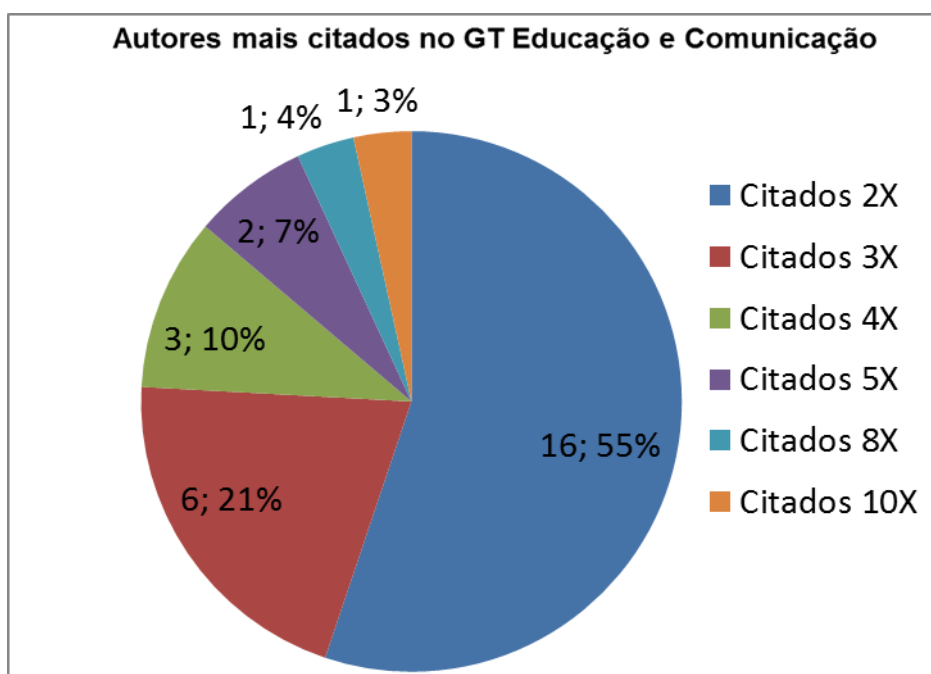
Neste texto apresentamos o levantamento inicial a respeito das principais referências teóricas adotadas pelos autores; A partir deste levantamento pretende-se identificar quais os principais pressupostos teóricos em que se assentam as pesquisas, especialmente no que diz respeito à relação entre concepção de formação de professores e tecnologias educacionais.

Embora inicialmente o trabalho tenha se voltado para os GTs 04, 05, 08 e 16, um primeiro levantamento permitiu perceber maior concentração de textos que tratam sobre a relação novas tecnologias e formação de professores nos GTs 08 e 16, respectivamente Formação de Professores e Educação e Comunicação.

Após o levantamento inicial foi possível detectar que os autores mais utilizados como base nos textos que compõem a amostra da pesquisa no GT Formação de Professores foram: 2 vezes: Barreto, R.; Castells, M.; Chartier, R.; Garcia, C.M.; Gatti, B.; Gil. A.; Martin-Barbero, J.; Pacheco e Flores; Kramer, S. 3 vezes: Almeida, M.E.; Ball, Stephen J.; Bardim, L.; Bernstein, B.; Coll,C.; Fairclough, N.; Gomes, N.; Kenski, V.M.; Levy, P. 4 vezes: Bourdieu, P.; BRASIL, Ministério da Educação; Pimenta, S.G.; Tardif, M.; Valente, J.A.



Já, no GT Educação e Comunicação, os autores mais utilizados como base dos textos foram: 2 vezes: Ball, S.J.; Barreto,R.; Candau,V.; Castells, M.; Freitas, L.C. de; Latour, B. Litwin, E.; Macedo, E.; Mill, D.; Palloff, R.M.; Pratt,K.; Pesce,L.; Peters,O.; Ramal, A.C.; Santaella, L.; Skinner, B.F.; Virilio,P.; 3 vezes: Borges, M.K.; Gatti,B.A.; Hoffmann, J.; Kramer, S.; Papert, S.; Silva, M.; 4 vezes: Beloni, M.L.; Habermas, J.; Valente, J. A.; 5 vezes: Bakhtin,M.; Lévy, P.; 8 vezes: Brasil, Ministério da Educação; 10 vezes: Freire, P.



Estes dados nos permitem identificar que no GT Formação de Professores os autores mais citados são: Pierre Bourdieu, Selma Garrido Pimenta, Maurice Tardif, José Armando Valente, além de documentos do MEC (BRASIL). Já no GT Educação e Comunicação, além dos documentos do MEC (BRASIL), temos a presença marcante dos textos de Paulo Freire.

Cabe indagar: o que estes dados no campo das referências nos textos que tratam sobre a relação entre as novas tecnologias e a formação de professores podem estar nos indicando em relação à concepção de formação de professores que permeia tais textos?

O levantamento acima apresentado tem orientado a formulação de diversas hipóteses:

a) No GT Formação de Professores se apresentam com maior frequência autores que expressam concepções diferenciadas e por vezes opostas em relação a compreensão de formação docente. É o caso de Tardif que assenta a sua compreensão em uma epistemologia da prática e Pimenta (2002) que se opõe a esta concepção, aproximando-se de uma compreensão materialista histórica a respeito da formação docente. Resta indagar como a recorrência do uso destes autores pode auxiliar na compreensão de construção de uma tendência interpretativa quanto aos usos dos recursos tecnológicos e sua apropriação na práxis profissional docente.

b) As indicações de Bourdieu como principal referência de alguns dos textos pode estar revelando que há uma aproximação dos textos da abordagem de “análise do discurso” configurando uma tendência metodológica de análise destas informações.

c) José Armando Valente é um autor que tem sua formação acadêmica inicial na área da Engenharia Mecânica e discute a questão das tecnologias da informação e da comunicação. Este autor utiliza como base dos seus textos também o ideário de Paulo Freire e caminha na direção da compreensão do professor como um facilitador da aprendizagem. A compreensão do uso de tics como facilitadores dos processos de aprendizagem requer uma

compreensão crítica quanto aos resultados destes usos, já que a simples disponibilização de um recurso não significa nem sua compreensão, nem seu uso automaticamente nem a garantia de “bons” resultados nas práticas educacionais.

d) Já no GT Educação e Comunicação é dominante a presença de Paulo Freire, o que nos faz pensar sobre em que medida e de que forma as ideias do autor tem sido apropriadas e utilizadas com base na Pedagogia Libertadora, de sua autoria. Há aqui a hipótese de que tal referência ao autor tenha alguma relação com a questão da crítica à sociedade capitalista, a busca da superação das condições de opressão e miséria a que grande parte da população está submetida. Mas haveria também a defesa do papel do professor como aquele que domina e transmite conhecimentos? Ou, pautam-se na compreensão de Paulo Freire, de que o professor é apenas um orientador e facilitador de debates que irão gerar a aprendizagem? É preciso melhor investigar a utilização das ideias de Freire no contexto dos textos que compõem a amostra.

Esta pesquisa ainda está em desenvolvimento, mas já é possível apresentar algumas considerações preliminares, que orientam a continuidade do trabalho:

a) A metodologia utilizada para a identificação da amostra levou à consideração de que os resumos da Anped são muitas vezes insuficientes para a seleção dos textos, devido à ausência de um padrão na apresentação de objetivos, do problema, metodologia e conclusões. Nem todos apresentam estes elementos básicos.

b) Dos 4 GTs pesquisados, as discussões que se aproximam do tema ou que apresentam os descritores definidos estão concentrados no GT 8 Formação de Professores e no GT 16 Educação e Comunicação.

c) Ausência de textos que tratem sobre a relação entre formação de professores e novas tecnologias no GT Didática. Esta questão exige investigar de que maneira o “instrumental” se relaciona com o “pedagógico”. Indaga-se: o uso das tecnologias tem sido mais instrumental do que pedagógico?

d) Com exceção de Tardif e Pimenta, os demais autores que são utilizados como principais referências dos textos que tratam sobre a relação entre novas tecnologias e formação de professores, não abordam em seus escritos especificamente sobre a formação docente. E, estes dois autores, o fazem com compreensões de base epistemológica claramente distintas.

e) Paulo Freire aparece como o autor mais citado, tanto diretamente, no GT Educação e Comunicação, como por meio de Valente no GT Formação de professores. Cabe investigar com maior profundidade a referência a este autor, dado que na sua compreensão o professor aparece muito mais como um facilitador da aprendizagem do que como alguém que direciona o processo ensino-aprendizagem na perspectiva da transmissão/assimilação de conhecimentos científicos. Estaria esta visão, calcada em Freire, baseada na lógica do aprender a aprender?

A testagem das hipóteses, associadas aos achados acima apontados, podem contribuir significativamente para a compreensão epistemológica quanto à utilização de novas tecnologias na seara educacional, objetivo principal de nossa pesquisa em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. Curitiba: Ibpex, 2008.

BRITO, Glaucia da Silva. **Inclusão digital do profissional professor: entendendo o conceito de tecnologia**. Artigo apresentado no 30. Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006.

MORAN, José Manuel. **As múltiplas formas do aprender**. Revista Atividades & Experiências, Julho, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**, 5. ed. São Paulo, Autores Associados, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

FORMAÇÃO DOCENTE EM CAMPINA GRANDE DO SUL: POR UMA PRÁTICA REFLEXIVA

Belenice Koffke Buff Rotini (UNINTER – Centro Universitário Internacional;
Curso: Mestrado em Educação e Novas Tecnologias;bele_rotini@hotmail.com
Daniel Soczek

Palavras-chave: formação de professores, políticas educacionais, formação continuada.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância de refletir sobre os sentidos e significados da formação docente, cabe deixar clara a necessidade de uma revisão do contexto em que o professor está inserido. É necessário pensar, pois, a formação inicial, as condições de trabalho, salários, a formação continuada e a relação desta com a sua prática em sala de aula. Esta reflexão está delimitada no que tange à formação continuada. Nosso problema de pesquisa é: Qual a contribuição efetiva da formação continuada para o professor? Nossa hipótese é de que a mesma, não obstante sua importância ou necessidade, muitas vezes é vista apenas como uma obrigatoriedade de cumprimento a LDB 9394/96. Nesse sentido, é preciso investigar como vem sendo este processo de formação continuada, analisar e elencar os pontos positivos e negativos deste processo.

O interesse pela investigação deste tema se dá a partir de todo um questionamento referente à formação do docente que nos remete a pensar sobre a mesma hoje, visto que tantos são os autores e estudos que nos apontam a uma atenção especial e reflexiva à Formação do Docente.

A condição (profissional, status social) de professor tem se mostrado desacreditada. O professor enfrenta muitos problemas relacionados ao excesso de carga horária ou outros e uma das consequências desse processo é a defasagem na sua formação continuada. Considerando este contexto, esta pesquisa, em andamento visa elencar os principais obstáculos enfrentados pelos professores para realização de seu processo de formação continuada e posteriormente alguns indicativos que apontem para alternativas, considerando o contexto. Esta discussão requer uma investigação no campo acadêmico, profissional e de atuação dos professores.

Esta pesquisa justifica-se pela importância em aprofundar, ampliar estudos que nos remetam criticamente as atuais condições de formação docente. Quanto mais e melhor qualificados forem os professores, mais eles estarão preparados para o ofício do exercício de sua profissão, e também proporcionarão uma reflexão sobre suas práticas e ações diárias. Espera-se que este processo torne o professor mais valorizado e ainda mais preparado para exercer com qualidade sua função, de ser atuante, participativo, democrático a partir de uma formação contextualizada, inovadora e reflexiva.

DESENVOLVIMENTO

Considerando a existência de lacunas na formação docente que tem refletido em sua prática pedagógica dentro e fora do contexto da sala de aula, questionamo-nos se a formação estaria envolvendo este profissional para a transformação, visto que a educação envolve a construção para a cidadania. Por isso o objetivo principal de nossa pesquisa é Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

investigar como se dá o processo de formação continuada dos docentes, bem como a participação e aproveitamento deste para a vida profissional e pessoal. De modo específico, queremos responder à seguinte pergunta: a prática da Formação Continuada dos professores de Campina Grande do Sul, na 1ª etapa da Educação Básica, tem contribuído para um melhor desempenho dos mesmos em sua prática diária? Para isso, pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos: analisar a formação docente oferecida aos professores da rede municipal de ensino; apresentar criticamente pontos positivos e negativos, e a contribuição dos mesmos para a sua prática pedagógica e descrever e interpretar no discurso dos professores a relação das práticas pedagógicas frente a proposta de formação continuada e, por fim, propor uma formação voltada ao interesse da maioria do grupo frente aos desafios mais frequentes enfrentados pelos mesmos em sala de aula.

Considerando as leituras já realizadas e nossa experiência profissional, entendemos que hoje é de extrema importância que se faça urgentemente um novo pensar na formação dos docentes, visto que nos deparamos com mudanças socioculturais constantes, que nos forcem a revisão dos paradigmas.

É de extrema relevância que a formação, a construção da carreira do professor passe por constantes transformações que incluam estas demandas emergentes para acompanhar e dar suporte necessário a construção do saber, da aprendizagem.

O profissional consciente sabe que a sua formação não termina na universidade, mas sim, lá se abrem os caminhos, e daí em diante havendo a necessidade de estar em constante aperfeiçoamento. Para isto também se faz necessário que a instituição cuja qual este profissional está inserido lhe dê todo o suporte necessário para a sua formação. Nesse caso, citamos alguns exemplos. Primeiramente, o governo Federal na intenção de impulsionar a formação docente, criou o (PDE), Plano de Desenvolvimento Educacional, repassado aos Estados, onde profissionais são selecionados ficando um ano afastado para a realização de seus estudos, uma forma de valorizar e abrir caminhos a formação dos docentes, projeto este específico da 2ª fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo, em âmbito municipal existem experiências anuais de formação conhecidas como semanas pedagógicas. Mas, qual o sentido, o significado, o alcance destas propostas?

Freire (1975) deixa claro que o papel do professor dentro de um modelo de “Educação Bancária”, é um instrumento de reprodução social. Há uma lacuna neste processo, ou seja, hoje é visto que alguns, ou seja, hoje é visto que alguns professores vivem uma reprodução deste modelo e não oportuniza uma produção cultural eficaz para os nossos alunos e para a sociedade. Alguns professores têm em sua prática se caracterizado como “meros” transmissores do conhecimento.

Para Severino apud Romanowski, (2007 p.115) a característica essencial do trabalho do professor é promover a educabilidade, ou seja, favorecer para que os sujeitos, eles próprios, tornem-se construtores e transformadores de sua individualidade, da subjetividade e da própria sociedade, porém há uma grande dificuldade em o professor promover esta transformação dos nossos educandos, de serem os sujeitos transformadores da sociedade, visto que a falta de consciência política e pensamento crítico ainda são fortes aliados para que os alunos não sejam críticos, capazes de atuarem para a transformação, acredita-se que a formação dos docentes está também enfrentando mais esta situação.

Conforme Souza, apud Romanowski (2007, p.137), constatou-se que os professores iniciantes têm preocupação intensa com a promoção do ensino, com o domínio dos conteúdos, as metodologias do ensino, o controle do tempo da aula, e a disciplina dos alunos. O professor está preocupado com o tempo, o que se tem para aplicar, não em

proporcionar a pesquisa, o pensar, agir em constituir um grupo voltado para um trabalho eficaz de busca ao conhecimento.

Dewey apud Romanowski (2007, p.133) relata quando o professor se diz ter dez anos de experiência, na verdade quer dizer que, tem um ano de experiência repetido dez vezes. De certa forma sai ano entra ano e o “repeteco” continua. E o que pensar quando o professor após os dez anos de trabalho, de experiência como ele diz ter, entre em um curso de formação continuada, e diz não aguentar mais ouvir sempre a mesma coisa, rever tudo aquilo que ele já está cansado de saber. E porque será que sua prática, suas ações, e sua metodologia continuam as mesmas, o que será que precisaria mudar?

O professor precisa com certeza, estar disposto a mudar sua metodologia, desencadear interesse pela formação constante e contínua, estar aberto as mudanças, ter “sede, fome” de conhecimento, de inovação, pois isto requer além da vontade, ânimo, coragem e a vontade de ser realmente PROFESSOR, para que possamos mudar todo este contexto desacreditado da Educação brasileira.

Faz-se necessário formar profissionais que reflitam constantemente sobre sua prática, e isto requer, portanto que os nossos profissionais tenham as condições mínimas para poderem trabalhar com qualidade, condições de realização, tempo de permanência, além das aulas, serviços de apoio para gravação de aulas, tempo para realização de reuniões de avaliação e especialistas para auxiliar na avaliação das aulas e de todo o contexto que envolve este processo educacional. Pois a maior barreira para a Introdução de um programa de formação reflexiva na e sobre a prática são os saberes, a cultura escolar e a cultura universitária, pois a estrutura de formação tem sido como prática o ponto de partida. Ou seja, é a prática e não a teoria, ainda que ambas estejam articuladas. (Romanowski, 2007 p.145.).

Na linha de pensamento de Freire (2006 [1968]) apud Oliveira (2013 p.60),a conscientização é um conceito base da educação e da formação, significando a compreensibilidade do trabalho pedagógico, sobretudo explorado na emancipação e autonomia do aprendente. A necessidade da conscientização é elemento fundamental da formação visando um trabalho pedagógico autônomo, emancipatório, que se construa, se faça, se busque, e proporcione este ao aluno.

Outro ponto importante citado por Nóvoa apud Oliveira e Pacheco (2011, p. 61) é o de tornar central o trabalho pedagógico na formação que significa valorizar o desenvolvimento docente como profissão e o da escola como aprendizagem.

Segundo Oliveira e Pacheco (2013, p.61), o professor vem se sentindo funcionarizado, burocratizado, em formas de controle cada vez mais sofisticados, quer queira ou não, seguimos agendas globalizadas, politizadas, performativas, como se fossemos um só, vivendo em um mesmo local, sendo vistos e pensados como um ser único.

Oliveira e Pacheco ressaltam ainda que as avaliações buscam conhecer o desempenho dos alunos e conforme critérios estabelecidos por especialistas externos do sistema, além de avaliarem indiretamente o professor, o que vem causando no docente uma exaustão, designado como cultura do terror, ou sistema do terror, conforme Ball apud Oliveira e Pacheco (2011, p.85).

Dias e Lopes (2009) se diz não associar em acusar o currículo da formação docente excessivamente teórico e descontextualizado, não cabe desmobilizar a teoria, nem distanciala da política e da ação prática. Não há como acusar este ou aquele, pois sendo que um necessita do outro, um complementa o outro, mas precisamos sim rever até que ponto a política pode interferir de maneira positiva o processo educacional, e conseqüentemente até que ponto pode interferir negativamente, e onde estes pontos afetam a formação do

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

docente. Conforme (Dias e Lopes, 2009), diz ainda que o investimento na formação teórica é de grande importância para a formação e valorização do profissionalismo docente.

Um currículo revisado participativo, retro reflexivo, contextual, processual, transformador e formador visa uma ampla mudança, abrindo novos caminhos e incentivando nosso docente em sua prática, ou seja, uma formação que o possibilita mais participação, autonomia, tornando-o mais participativo, atuante, pesquisador. Cabendo aqui ainda ressaltar a importância de todos os envolvidos no processo educacional para que possam encontrar caminhos alternativos, pois o professor estimulado frequentemente e resgatando dia a dia sua autonomia, será um profissional marcado por colaboração e democracia, e disposto as mudanças e as inovações.

O professor precisa construir seu discurso sobre a prática, pois vale ressaltar que ao iniciar sua carreira ele testa formas de construir sua prática como se tivesse “uma receita”, pois acaba inicialmente repetindo em sala de aula, várias experiências adquiridas em sua vida acadêmica, até que encontre uma metodologia mais adequada e aos poucos vai aprimorando sua prática, porém muitos vão deixando a desejar por não irem em busca constante de formação, e vários são as dificuldades e até mesmo diria “falta de estímulo”, de informação, leituras atualizadas, entre outros. Há também profissionais que se acham prontos e acabados, seres inatingíveis, levantando aqui uma questão: Onde estaria a falha neste sistema, ou na formação, o que faz com que estes profissionais pensem e ajam assim, repetindo a mesma prática e metodologia?

Sabemos que os projetos educacionais refletem as condições históricas do seu tempo. Como ressalta Evangelista (2002, p. 3) apud Moraes, Pacheco e Evangelista (2003, p.101), deve-se considerar que cada momento histórico produz um projeto educacional coetâneo com os interesses políticos em presença “o que se pode levar, inclusive, a que elementos de políticas anteriores possam ser respostas se esses mesmos interesses assim o exigem”.

A formação não pode ser imposta, nem pode ser um meio de busca por titulações, visando a obtenção de créditos e elevação em nível de carreira, para sua progressão funcional, produzindo assim uma formação emergente, descontextualizada. É preciso repensar o ser professor, qual é e qual tem sido seu verdadeiro papel, diante de tantos desafios, inovações, métodos, tecnologias, que surgem a todo momento, e o professor como fica neste contexto.

Para Hargreaves e Evan (1997, p.80):

(...)a grande maioria dos professores terá que se empenhar nos próximos anos em desenvolver as competências e as perspectivas exigidas pelos reformadores, em muitos casos, em desaprender práticas e crenças relacionadas aos alunos e as práticas de ensino aprendizagem que dominaram grande parte de suas carreiras profissionais. (Perrenoud, 2002, p.98).

Para Behrens (2013, p.109), é de extrema importância que os professores reflitam sobre alguns pontos importantes, como reduzir o espaço de aulas teóricas, buscar envolvimento dos alunos, organizar atividades diferenciadas, buscar resultados consensuais, provocar utilização de meios eletrônicos, valorizar a produção e a elaboração própria, dinamizar o espaço acadêmico, estimular o uso constante e contínuo de biblioteca, ter a preocupação de demonstrar e valoriza o lado prático de conhecimentos propostos, discutir profundamente espaços e conteúdos a serem utilizados, aliar procedimentos da prática com vivências, propor construção textual dos acadêmicos, criar com e para o aluno ambiente inovador, contemplar as inteligências múltiplas, correr o risco, ousar, permitir e se permitir inovar, dentro de aspecto o professor se torna o orquestrador do processo pedagógico, se dizendo no processo de formação também dos nossos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo isso só é possível após reflexão crítica e análise dos elementos que só são possíveis num processo de formação continuada. Processo este que busque contemplar o máximo possível às necessidades dos professores em suas práticas diárias de sala de aula.

A formação continuada deve focar pontos primordiais apresentados pelos professores em discussões, conversas, entrevistas, questionários onde estes tenham participação ativa em opinar, sugerir temas que sejam mais pertinentes a uma formação relevante voltada a sua prática diária, e que venha refletir na qualidade do trabalho desenvolvido com seus alunos positivamente.

Vale ressaltar ainda que além de uma formação de qualidade o professor precisa contar com apoio pedagógico, materiais que lhe deem suporte necessário para o desenvolvimento e aplicabilidade do trabalho, infraestrutura adequada, melhores condições salariais, e o envolvimento da comunidade e em especial dos pais dos alunos. Para que este processo tenha êxito, se faz necessário uma sintonia entre todos os elementos.

Porém o professor precisa ainda estar atento as mudanças que ocorrem na educação em especial nas Políticas Educacionais devendo acompanhá-las, estar em dia com leituras atualizadas sobre o que e como podem contribuir para a melhoria na educação, formando cidadãos ativos, conscientes, autônomos, críticos construtivos, participativos de uma sociedade tão desacreditada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **Formação de Professores: pensar e fazer**. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRÉ, Marli. **Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores**. <http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a04.pdf>

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Petrópolis, RJ: 6.ed.Vozes, 2013.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigma da Complexidade**. Petrópolis, RJ: 6.ed.Vozes, 2006.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. **As lições de Paulo Freire: Filosofia, educação e política**. Barueri, SP: Manole, 2012.

HENGEMUHLE, Adelar. **Formação de Professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAES, PACHECO e EVANGELISTA. Maria Célia, José Augusto, Maria Olinda. **Formação de Professores: Perspectivas educacionais e curriculares**. Ed. Porto 2003. Portugal.

OLIVEIRA e PACHECO, Maria Rita N. S., José Augusto. **Currículo, didática e formação de professores**. 1ª ed. - Campina, SP: Papyrus, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3.ed. - Curitiba, Pr. Ibpx, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FORMAÇÃO PARA PEDAGOGOS: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO ON LINE, ORGANIZADA PELO PEDAGOGO AOS PROFESSORES DURANTE A HORA ATIVIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS/PR

Marcos Antonio Fracaro
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientadora Prof.^a Dr.^a Eliane Mimesse Prado
mafpede@gmail.com
emimesse@bol.com.br

Palavras-chave: Hora Atividade; Formação Continuada; Escola Pública; Educação.

A pesquisa propõe uma formação para pedagogos, viabilizando a organização de uma proposta de capacitação para ser realizada durante a hora atividade de forma online aos professores do Ensino Médio nas três escolas públicas estaduais do município de Quatro Barras no estado do Paraná. Destaca-se que, o papel do pedagogo é de fundamental importância no contexto da escola, em que passa a ser um articulador do trabalho pedagógico dentro do que compreendemos como gestão pedagógica.

O interesse pelo tema de pesquisa surge da necessidade do esclarecimento sobre a prática pedagógica, principalmente no que se refere a capacitação dos pedagogos para atuarem na hora atividade como momento de formação.

Este profissional constantemente passa a assumir vários papéis na escola pública, o qual tem contribuído para o afastamento de sua real função e, na maioria dos casos a contribuição destes agentes, imprescindíveis na organização dos processos pedagógicos, fica subsumida e pouco qualifica ou orienta o fazer educativo.

A escolha das escolas do município de Quatro Barras, justifica-se em relação as notas obtidas na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Encontra-se uma variação nas notas obtidas, onde temos na escola A 3.2, na escola B 4.2 e na escola C 4.4, a última sendo considerada uma das melhores da região, assim observa-se que as escolas apresentam características diferenciadas em atuação e organização pedagógica, despertando o interesse pela pesquisa em relação a atuação das pedagogas na formação dos professores.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala e a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

Por ter atuado na direção de dois colégios estaduais na função de diretor e diretor auxiliar, tive a oportunidade de observar as dificuldades referentes ao trabalho do pedagogo para a formação dos professores que, por muitas vezes, se transformava em barreiras para o desenvolvimento de uma prática educacional qualificada. Enquanto professor, atuava na disciplina de Educação Física, também percebia a dificuldade de interação entre o pedagogo e os demais professores em suas áreas específicas, na participação em formação. Compreendo a necessidade da reflexão sobre a prática pedagógica como momento para formação, usufruindo da hora atividade, ressalta-se a importância do pedagogo na hora atividade do docente.

Tomando como subsídio pesquisar o trabalho que está sendo desenvolvido durante a hora atividade com os professores da rede pública de ensino, no município de Quatro Barras, buscou-se indicar as possibilidades e limitações deste trabalho frente a uma proposta de formação. Entendeu-se que era urgente a necessidade de se colocar em pauta a discussão da hora atividade como momento de formação dentro do espaço escolar e principalmente resgatar o principal ator dessa mediação – o pedagogo.

Logo, o papel do pedagogo nesta capacitação se torna fundamental para a inserção e implantação efetiva da mesma na escola. É o pedagogo quem deve mapear o cenário da escola para o planejamento. Diante das informações coletadas, ele pode traçar, com os docentes, um plano para a inserção das tecnologias como meio de formação e, principalmente, direcionar as apropriações para a produção e divulgação do conhecimento, através da capacitação ofertada.

A proposta de uma formação on line leva em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental do Estado do Paraná (DCNEF) e a necessidade da inclusão digital de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, torna-se premente a capacitação dos mesmos, pois somente assim poderão se apropriar de conhecimentos e habilidades em sua prática educativa e de formação.

As DCNEF apresentam, no artigo 28 de sua resolução que:

A utilização qualificada das tecnologias e conteúdo das mídias como recurso aliado ao desenvolvimento do currículo contribui para o importante papel que tem a escola como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação, requerendo o aporte dos sistemas de ensino no que se refere à: I – provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para o atendimento aos alunos; II – adequada formação do professor e demais profissionais da escola. (p. 136).

As formações devem ocorrer de forma permanente, pois sempre nos deparamos com novas estratégias de ensino e aprendizagem, para auxiliar nos problemas que surgem durante o ano letivo, por vários motivos. Desta forma, a transformação e o aperfeiçoamento do pedagogo faz parte do processo, situação essa que está inserida no ambiente escolar e faz parte desse meio, atuando e mudando a realidade para a construção da melhoria na qualidade do ensino.

Necessita-se refletir sobre a atuação desses pedagogos junto a hora atividade concentrada dos professores, numa perspectiva de formação, com o intuito da melhoria do processo pedagógico na escola, visando à minimização ou superação dos desafios no seu ambiente de trabalho, ou ainda, promover a discussão acerca da organização do próprio pedagogo em relação a formação dos professores, sendo entendida como processo de construção e reconstrução da prática pedagógica, tendo o propósito de subsidiar os profissionais da educação no processo contínuo de aperfeiçoamento, com estudos, métodos e uso das novas tecnologias que estão ao alcance de todos.

Atualmente encontramos alguns ambientes virtuais destinado a formação docente, criados pela Secretaria de Educação do Paraná, são eles: Ambiente Pedagógico Colaborativo (APC) e o Ambiente e-escola, ambos com acesso via Portal.

O Ambiente Pedagógico Colaborativo é um sistema de inserção e acesso a dados na Internet. Os conteúdos disponibilizados nesse ambiente são elaborados pelos professores da rede a partir das reflexões sobre sua prática docente e concepções pedagógicas, os conteúdos produzidos para o APC são denominados Objetos de Aprendizagem Colaborativa (OAC), nome relacionado ao seu processo de produção, onde estrutura-se em duas grandes

etapas: uma individual e outra colaborativa. O material é disponibilizado para consulta e qualquer usuário cadastrado no Portal pode contribuir, sugerindo novos objetos de aprendizagem relacionados ao conteúdo, enriquecendo, de forma colaborativa, a produção do autor.

O Ambiente e-escola, foi criado no ano de 2007, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e passou a articular ações voltadas à formação continuada, na modalidade a distância, para os profissionais da educação da rede pública estadual de ensino, com o objetivo de expandir os processos de formação desses profissionais.

Com base nos princípios que regem o processo de formação continuada na Secretaria Estadual de Educação (SEED) - PR, que são o caráter democrático, a valorização profissional e o atendimento à diversidade, a modalidade a distância é ofertada, preferencialmente, na formação continuada de profissionais da educação e, conforme demanda específica, nas parcerias com o Ministério da Educação (MEC), a saber: formação técnica profissional, em nível médio; formação subsequente, especialmente nos municípios nos quais não há oferta de cursos presenciais; e formação continuada de professores da educação básica em localidades de difícil acesso (PARANÁ, 2008).

Dentro desse propósito de formação continuada de professores, insere-se como questão norteadora da pesquisa: Como articular uma proposta de formação continuada junto ao pedagogo para atuar na hora atividade dos professores do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do município de Quatro Barras, de modo a contribuir para que o enfoque de atuação do pedagogo seja pautado por ações de orientação e de qualificação na formação dos professores?

Partindo desse pressuposto de análise espera-se a promover a reflexão de como os 14 pedagogos estão organizando e fazendo a formação dos professores nas 3 escolas estaduais do município de Quatro Barras – PR, durante a hora atividade, se realmente acontecem ou ficam apenas a mercê das formações oferecidas pela Secretaria de Educação (SEED).

A metodologia será através de pesquisas bibliográfica, documentos e de legislação, focando o período dos concursos públicos ofertados de 2004 e 2007.

O aporte teórico será a luz de autores como: Libâneo (2010) Pimenta (1999), Vasconcellos (2002 e 2007), entre outros. A hora atividade é uma conquista dos professores da rede estadual de ensino no Paraná, instituída através de leis e decretos que ao passar do tempo foram ampliando a sua carga horária, a qual se destina a execução de atividades práticas inerentes a função e a realização de leituras e estudos coletivos organizados pela equipe pedagógica no propósito de formação.

No primeiro capítulo faremos uma abordagem sobre a constituição dos cursos de pedagogia e o perfil que historicamente se foi dando a este profissional, além da análise dos entendimentos acerca da função e atuação do professor pedagogo no contexto da educação pública no Estado do Paraná. As reflexões serão embasadas nos autores: Libâneo (2010) Pimenta (1999), Vasconcellos (2002 e 2007), entre outros.

O segundo Capítulo vai abranger a formação continuada dos professores, tendo como ponto principal a hora atividade, fazendo uma abordagem histórica e pontuada na utilização como momento de formação. A base teórica compreende os seguintes autores: Imbernón (2009), Gomez (2014), Sacristán(1998).

No terceiro capítulo, apresenta-se a criação do curso de formação para os pedagogos de forma on line, utilizando-se da plataforma moodle.

Por fim, as discussões e contribuições serão apresentados nas considerações.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. **Paradigma da complexidade**: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96**. Brasília. MEC. 1996.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 2008.

_____. **Resolução 04/2010 da CEB/CNE**, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. **Plano Nacional de Educação** - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto-lei n. 1190**, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

_____. CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental**. Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010, Brasília, 2013.

_____. **Decreto nº 6755**, de 29 DE JANEIRO de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, Disciplina a Atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes no Fomento a Programas de Formação Inicial e Continuada, e da Outras Providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm> acesso em 13/10/2015.

_____. **Lei n. 12.014**, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 ago 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm>. acesso em 13/10/2015.

CAVALCANTE, M. J. **CEFAM**: Uma alternativa pedagógica para a formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

CHIMENTÃO, L. K. **O sentido da formação contínua para professores de língua inglesa**. Londrina: UEL, 2010.

CURITIBA. APP Sindicato. **Plano de carreira do professor**. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/legislacao.aspx>>. Acesso 27/03/2015.
Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, Tradução, 2010.

GATTI, B.A. **Análise das Políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed., São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Formação dos Profissionais da Educação: Visão crítica e perspectivas de mudanças**. In PIMENTA, Selma Garrido, (orgs). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Formalidade e criatividade na prática pedagógica**. Revista ABC EDUCATIO, nº 48, agosto de 2005. Disponível em www.luckesi.com.br/ Acesso novembro/2007.

MEZZARI, N. F. **O PEDAGOGO NA ESCOLA: uma reflexão sobre a identidade do trabalho do pedagogo nas relações de trabalho**. PDE/2009, UNIOESTE/ Cascavel.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ORSOLON, L.A.M. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho e PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARANÁ. **Decreto nº 5249, de 21 de janeiro de 2002**. Instituiu a hora atividade no percentual de 10% aos professores. Curitiba, 2002.

_____. **Lei Estadual nº 13.807, de 30 de setembro de 2002**. Instituiu 20% da hora-atividade para todos os professores do Paraná em efetiva regência nos estabelecimentos de ensino da rede estadual. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 16 de out. 2002.

_____. **Instrução nº 02/2004**-SUED Superintendência da Educação- SEED Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2004.

_____. Secretaria Estadual da Educação. **Edital de concurso para pedagogos n.º37 /2004**. Paraná, 2004. Disponível em:<http://www.cops.uel.br/concursos/seap_2004 / Edital_037_2004.pdf>. Acesso 10/04/2013.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

____. Secretaria Estadual de Educação. **Função do Pedagogo**. Disponível em :<<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>> Acesso 23/03/2013.

____. **Orientações da hora atividade concentrada/2008**.

____. **Resolução nº 139/2009** – SEED Secretaria de Estado da Educação. Regulamenta a distribuição de aulas nos estabelecimentos estaduais de ensino. Curitiba, 2009.

____. **Instrução Normativa Nº 01/2015** - GRHS/SEED que trata da nova redistribuição de aulas para o ano letivo de 2015.

____, **Edital do concurso público para o provimento do cargo de Professor Pedagogo**. Paraná, 2007. Disponível: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/edital102007gs.pdf>> Acesso 29/01/2011.

____ **Projeto de intervenção pedagógica na escola**. Paraná, 2013. Disponível: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/projeto_de_intervencao_pde2013.pdf> Acesso 26/05/2015.

____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Avaliação de Acompanhamento dos Grupos de Trabalho em Rede do ano de 2007**. Curitiba, 2008.

PIMENTA, S. G. (Org.) **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

____, Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In: PIMENTA, Selma G. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.p. 20

PLACCO, V. M. N.S. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político - Pedagógico**. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

____. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2007.

____. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6ª ed. São Paulo, Libertad, 2006.

ZAMONER, M. **Hora Atividade**. Curitiba: Prottexto, 2004.

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA DA MOTTA: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Autor: Antonio Francisco Bobrowec
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientadora: Eliane Mimesse Prado
Email: antoniobobrowec@hotmail.com

Palavras-chave: Ensino Profissional; Ensino Técnico; Ensino Normal; São José dos Pinhais; Grupo Escolar Silveira da Motta

O presente texto pretende apresentar o projeto de pesquisa a ser desenvolvido para a dissertação desenvolvida pelo mestrando Antonio Francisco Bobrowec, sob a orientação da Profa. Ma. Eliane Mimesse Prado, no Mestrado em Educação e Novas Tecnologias da Faculdade Uninter/Curitiba. O estudo desse trabalho tem como objeto de pesquisa o Grupo Escolar Silveira da Motta, situado no Município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (PR), no período de 1945 a 1979, e a sua relação histórica, política e sócio-econômica com o desenvolvimento pedagógico e tecnológico na instituição.

A escolha desse Grupo Escola se faz pertinente, primeiro, por ele ser a primeira e única instituição pública em São José dos Pinhais, nas décadas de 1940, 1950 e grande parte de 1960, a ser reconhecido como tal, fato que oficialmente ocorreu no dia 23 de março de 1945, por meio do Decreto nº 2.078; segundo, por ele oferecer, no mesmo espaço escolar, o Ensino Profissional, Normal (a Escola Normal Henrique Pestalozzi, incluindo uma Escola de Aplicação anexa, a Olavo Bilac, entre 1956 a 1974), Ginásial (Ginásio Costa Viana, entre 1956 a 1967) e Comercial (Colégio Estadual Roque Vernalha, entre 1960 a 1979) em São José dos Pinhais; terceiro, por ele ainda estar em atividade, hoje com o nome de Colégio Estadual Silveira da Motta, sendo esta pesquisa de relevância histórica e referencial para um possível estudo do desenvolvimento técnico e pedagógico nessa instituição; e quarto, por essa instituição de ensino ser um referencial no Município para se compreender a relação da educação local para a formação de profissionais técnicos e do magistério e a sua relação com o processo de urbanização e de desenvolvimento sócio-econômico são-joseense.

Para a compreensão histórica e sócio-econômica do objeto de estudo, usar-se-ão como referências bibliográficas o livro *História da educação no Brasil 1930-73*, de Romanelli (1978), obra referência para a compreensão da história da educação no país; o livro *São José dos Pinhais: a trajetória de uma cidade*, de Colnaghi, Magalhães e Magalhães Filho (1992), que descreve a formação histórica da educação nesse Município e, de forma particular, do Grupo Escolar Silveira da Motta, do porquê da sua criação no contexto sócio-econômico são-joseense; os livros publicados pela historiadora Maria Angélica Marochi, especialmente *Câmara Municipal de São José dos Pinhais: 150 anos: 1853-2003* (2003), para a compreensão da formação política em São José dos Pinhais desde 1853, *História & Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais* (2014), relatando o elo entre política, religião e formação social da população são-joseense, e a obra *Uma história de esperança: entre o nascer e o morrer: documentos oficiais e de memórias da religiosidade e da cultura em São José dos Pinhais* (2011), que traz informações do arquivo público da Catedral de São José dos Pinhais, que atualmente são as fontes de pesquisa mais antigas desse Município; o artigo *A Escola Normal no Paraná: Instituição formadora de professores e educadora do povo* (MIGUEL, s/d), que contextualiza o desenvolvimento histórico de professores no Paraná com Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

base nas políticas de governo e de Estado para a sua formação profissional; os livros *História do Paraná* (1969), de Balhana, Machado e Westphalen e a *História do Paraná*, de Wachowicz (2002), obras referências sobre a história paranaense na sua visão macro e contextual, das quais se objetiva compreender o seu reflexo no contexto histórico e educacional em São José dos Pinhais; a *Constituição histórica da educação no Brasil*, de Gonçalves (2013), que oferece uma visão geral da educação do Brasil, do Período Colonial à atualidade; *Fundamentos socioculturais da educação*, de Melo (2012), que inter-relaciona a educação brasileira pelo viés da Sociologia e Antropologia; os artigos de Mimesse e Palaro (2011), *As escolas femininas de instrução primária em São José dos Pinhais nos anos finais do século XIX* e Zem (2004), *As políticas educacionais de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais: a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi*, que relatam a formação histórica do Ensino Normal em São José dos Pinhais; e os artigos de Nascimento, Sousa e Zanlorense (2012), *Contexto e criação das escolas técnicas no Paraná Republicano no início do século XIX*, de Machado (2012), *Formação profissional e modernização no Brasil 1930-1960: uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy*, de Frigotto (2007), *Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica* e Ciavatta (2009) e *A cultura material escolar em trabalho e educação: a memória fotográfica de sua transformação*, que relacionam o contexto histórico nacional e são-joseense com a educação profissional por meio dos materiais escolares e suas tecnologias na realidade tempo-espaço.

Objetivando relacionar a realidade do Grupo Escolar Silveira da Motta e a sua adequação às Leis Federais do Brasil sobre Educação serão fontes de pesquisa a obra *Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil* (CORDIOLLI, 2014), por apresentar, de forma descritiva, o desenvolvimento da educação no Brasil com base nas leis educacionais desde o Período Imperial no país até os dias de hoje; o texto das Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946, ou *Reforma Capanema*, apresentados pelos Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional, o Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal, o Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC, o Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola, Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional, Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal, Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC, o Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola; e os artigos de Saviani, *História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário* (2008) e *Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação* (2010), que trazem uma visão histórica da educação no país articulada às políticas de governos e de Estado no Brasil.

Para a argumentação filosófico-pedagógica do objeto de estudo serão obras de referência os trabalhos de Nogueira e Leal (2015), *Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico*, de Vasconcelos (2012), *Fundamentos filosóficos da educação e psicológico*, de Leão (1999), *Paradigmas contemporâneos de educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista* e de Saviani (1999), *Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo*. Ainda para entender o processo de avaliação em sala de aula usar-se-á o artigo Gatti (2003), *O Professor e a Avaliação em Sala de Aula. Estudos em Avaliação Educacional*.

Além de revisão bibliográfica, o presente projeto visa realizar uma pesquisa de campo de fontes primários dos arquivos públicos do Museu Municipal de São José dos Pinhais e dos Colégios Estaduais Silveira da Motta e Costa Viana. Ela tem como objetivo

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

identificar os materiais escolares utilizados pelo Grupo Escolar Silveira da Motta pelos cursos Profissional, Normal, Técnico e Comercial; os equipamentos e materiais tecnológicos que foram usados em sala de aula ou nos laboratórios da instituição, seja por meio de fotografias da época, seja no conhecimento de maquinários usados no período pesquisado e ainda existentes na instituição; a identificação e consulta de fontes históricas usados como relatórios documentais como livros de chamada, matrículas dos discentes, lista de docentes, planejamento de aula e avaliação, objetivando saber o que ensinava, para que público e as condições tecnológicas à disposição da instituição de ensino no período delimitado por essa pesquisa.

Por meio das pesquisas bibliográficas e de campo, a dissertação deverá apresentar o contexto histórico, tecnológico e pedagógico do Ensino Profissional, nas modalidades de Normal e Comercial, e Ginásial e Escola de Aplicação, no recorte histórico delimitado de 1940-1970, no Grupo Escolar Silveira da Motta. Outro resultado esperado é a compreensão da instituição como fruto das políticas de governos e leis de Educação, pelo Estado a nível Estadual e Federal, e a aplicação delas no seu formado e constituição. Por fim, no âmbito educacional de São José dos Pinhais, ela (dissertação) tornará clara a realidade da formação do Grupo Escolar como instituição e a sua relação com a realidade sócio-político-econômica do Município, sendo ela (ou não) resultado do desejo de formação de profissionais técnicos locais.

REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Historia do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. 280 p.

ClAVATTA, Maria. **A cultura material escolar em trabalho e educação: a memória fotográfica de sua transformação**. Educ. e Filos. Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez. 2009.

COLNAGHI, Maria Cristina; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl; MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **São José dos Pinhais: a trajetória de uma cidade**. Curitiba: Editora Prephacio, 1992. 281 p.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori (Org.). **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: InterSaber, 2014. 188 p.

CordiOLLI, Marcos. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: InterSaber, 2014. (Série Fundamentos da Educação). 368 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 1129-1152, out. 2007

GATTI, Bernardete A. **O Professor e a Avaliação em Sala de Aula**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 97-114, jan-jun/2003.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2013. (Série Fundamentos da Educação). 186 p

LEÃO, Denise Maria Maciel. **Paradigmas contemporâneos de educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista**. Cadernos de Pesquisa, n. 107, p. 187-206, jul. 1999.

MACHADO, Maria Lúcia Büher. **Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan-mar 2012. Lido: 20/09/2015.

MAROCHI, Maria Angélica. **Câmara Municipal de São José dos Pinhais: 150 anos: 1853-2003**. Câmara Municipal: São José dos Pinhais, 2003. 154 p.

_____. **História & Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais**. 1.ed. São José dos Pinhais: edição do autor, 2014. 224 p.

_____. **Uma história de esperança: entre o nascer e o morrer: documentos oficiais e de memórias da religiosidade e da cultura em São José dos Pinhais**. 1. ed. Curitiba: autor, 2011. 360 p.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Escola Normal no Paraná: Instituição formadora de professores e educadora do povo**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/9.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015

MELO, Alessandro. **Fundamentos socioculturais da educação**. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Fundamentos da Educação). 278 p – lido: 07/09/2015.

MIMESSE, Eliane; PALARO, Luciane. **As escolas femininas de instrução primária em São José dos Pinhais nos anos finais do século XIX**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 42, p. 157-168, jun 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art10_42.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SOUSA, Nilvan Laurindo; ZANLORENSE, Maria Joselia. **Contexto e criação das escolas técnicas no Paraná Republicano no início do século XIX**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 31 jul. a 03 ago. 2012. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.07.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

NOGUEIRA, Makeliny O. G.; LEAL, Daniela. **Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico**. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015. (Série Construção Histórica da Educação). 270 p – lido: 14/09/15

ROMANELLI, Olga. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis: Vozes, 1978

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v.5)

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário.** Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação.** *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v.15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2015

VASCONCELOS, José Antônio. **Fundamentos filosóficos da educação.** Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Fundamentos da Educação). 192 p. - lido: 16/09/2015.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. 360 p.

ZEM, Maria Lúcia Bassa. **As políticas educacionais no período de 1956 a 1979, no município de São José dos Pinhais: a Escola Normal Colegial Estadual Henrique Pestalozzi.** *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n.14, p.51-64, jan./abr. 2005. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=674>. Acesso: 12 jun. 2015.

INCLUSÃO DA PERÍCIA AMBIENTAL NA GRADUAÇÃO DE BIOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Ana Cristine Schertel Constante
cristineschertel@gmail.com

Palavras chave: Perícia, Universidades, Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a inclusão da disciplina de Perícia Ambiental na grade curricular de cursos de graduação em biologia de algumas universidades gaúchas. Para tanto fez-se um estudo nos ementários das instituições analisando disciplinas voltadas para área do meio ambiente, como análise de impacto e legislação ambiental.

Perícia é habilidade, destreza, conhecimento de caráter técnico e especializado e que deve ser executado por um profissional habilitado. A formação profissional do biólogo confere ao mesmo as habilidades e o conhecimento necessários para a atividade de perícia ambiental. A questão ambiental é um assunto que cada vez mais vem conquistando espaço e prestígio no mundo moderno e como consequência tem sido regulamentada através de legislação em todas as esferas governamentais.

Com esse contexto evidencia-se a necessidade de peritos ambientais, tecnicamente capacitados, para atuar neste controle. Justifica-se desse modo este trabalho em razão da importância de buscar mecanismos de gerenciamento do uso de recursos naturais, bem como alternativas de evitarmos os impactos decorridos da ação humana.

DESENVOLVIMENTO

A evolução da civilização humana e o crescimento da população gerou grande demanda de recursos naturais, energia, alimentos e matéria prima que se tornam cada dia mais escassos. Durante muitos anos as atividades humanas eram localizadas, confinadas em locais específicos e, por isso, a poluição era em menor escala, sendo absorvidas com certa facilidade pela natureza.

Mas, com a consolidação mundial do capitalismo a poluição agravou-se, entretanto, nesse período isto não era ainda considerado um problema. O certo é que ninguém estava preparado para o impacto da industrialização, da urbanização e do consumismo desenfreado. As indústrias e a urbanização trazem consigo inúmeros problemas ambientais, tais como a grande produção e acúmulo de lixo, lançamento de gases na atmosfera, poluição das águas, desmatamento, etc.

A expansão da consciência ambiental mundial teve início a partir da década de 1960, com movimentos ecológicos que já advertiam sobre as graves ameaças que estavam impostas à biosfera e com o conceito inicial de impactos sobre o ambiente. Tal preocupação é crescente no Brasil, com a Lei Maior, ou seja, a Constituição Federal datada de 1988, que contempla os bens ambientais. Também nas universidades, a partir da década de 1990 ocorre uma crescente preocupação com as questões ambientais, inserindo nos currículos dos cursos de Biologia, o tema meio ambiente.

Na resolução Nº 01/2010 o Conselho Federal de Biologia define os requisitos mínimos para o biólogo atuar nas áreas de meio ambiente em saúde, em biotecnologia, em

pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, na emissão de laudos, em pareceres e outros serviços

O CFBio sugere disciplinas que devem ser oferecidas pelo curso como componentes curriculares obrigatórios, curriculares eletivo-facultativos, como temas de estágio acadêmico supervisionado e de TCC, previstos no núcleo de formação específica para cada uma das áreas de atuação do Biólogo. Para a área do meio ambiente, observa-se que na sugestão de disciplinas, não é citado especificamente a disciplina de Perícia Ambiental. Tal observação, faz deduzir que na ocasião da sugestão desta grade pelo CFBio a perícia ambiental era um tema ainda muito novo. A metodologia aplicada consistiu em uma pesquisa descritiva realizada nos ementários de algumas universidades gaúchas que estão capacitando os biólogos para atuarem como peritos ambientais.

Por fim, foram estudadas sete universidades, abaixo citadas.

Pontifícia Universidade Católica (PUC)

O curso de biologia possui carga horária total de 3.210 horas. Em sua grade curricular não constam as disciplinas de Análise de Impacto nem de Legislação Ambiental.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Apresenta carga horária total de 3465 horas. Em sua grade curricular possui a disciplina de Análise de Impacto Ambiental de caráter alternativo com carga horária de 60 horas, não consta a disciplina de Legislação Ambiental.

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

O curso de Biologia oferece duas habilitações que compartilham 70% das disciplinas, das matrizes curriculares respectivas. Este núcleo comum de conteúdos contribui para a formação generalista do biólogo conforme as diretrizes curriculares do MEC.

Com carga horária total de 3.336 horas, não possui as disciplinas de Legislação e Impacto Ambiental em sua grade curricular.

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

O curso de Biologia da UERGS, possui carga horária total de 3990 horas, possui a disciplina de Legislação Ambiental de caráter obrigatório com 45hs, não possui a disciplina de Análise de Impacto Ambiental.

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Revisado e atualizado em setembro de 2014, com carga horária total de 3910 horas, possui em sua grade curricular a disciplina de Direito Ambiental, obrigatória, com 68hs. Não possui a disciplina de Impacto Ambiental.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

O curso de Biologia possui carga horária total de 3.600 horas oferta a disciplina de Direito Ambiental de caráter obrigatório com 30 hs. Não possui a disciplina de Análise de Impacto Ambiental.

Universidade Federal de Passo Fundo (UPF)

O curso de Biologia da UPF o ferta a disciplina de Legislação Ambiental. Não possui a disciplina de Impacto Ambiental.

Das 7 instituições estudadas 2 privadas, 4 federais e uma estadual, foi observada a presença de 2 disciplinas necessárias à perícia ambiental como o estudo da legislação e análise de impacto ambiental.

O resultado desta pesquisa está resumido nas seguintes tabelas:

TABELA 1 - OFERTA DAS DISCIPLINAS POR INSTITUIÇÃO		
INSTITUIÇÃO	DISCIPLINA - IMPACTO AMBIENTAL	DISCIPLINA - LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
PUC	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA
UFRGS	OFERTA	NÃO OFERTA
ULBRA	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA
UERGS	NÃO OFERTA	OFERTA
UFPEL	NÃO OFERTA	OFERTA
UFSM	NÃO OFERTA	OFERTA
UPF	NÃO OFERTA	OFERTA

Fonte: Universidades

TABELA 2 PERCENTUAL DAS INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM AS DISCIPLINAS		
OFERTA DISCIPLINAS LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E/OU IMPACTO AMBIENTAL	5 INSTITUIÇÕES	71,42%
NÃO OFERTA DISCIPLINAS LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E/OU IMPACTO AMBIENTAL	2 INSTITUIÇÕES	28,58%

Fonte: Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo fez uma investigação de como as universidades gaúchas estão preparando o biólogo para executar a perícia ambiental.

Atualmente a fiscalização ambiental é forte, devido a legislação e ao aumento da preocupação de governos e empresas com o meio ambiente. O biólogo é fundamental no estabelecimento de estratégias sustentáveis em todos os setores produtivos e regulatórios.

Observa-se que em 71,42% das instituições analisadas, notadamente as universidades públicas, oferecem disciplinas afins com a Análise de Impacto e Legislação Ambiental.

Pela importância destas disciplinas, frente a legislação ambiental atual e a formação recomendada pelo Conselho Federal de Biologia, sugere-se que as demais universidades, em uma atualização curricular, incluam estas em sua grade curricular.

Observou-se, que especificamente a disciplina de Perícia Ambiental, não é oferecida em nenhuma universidade estudada.

Por fim fica a sugestão da inclusão da disciplina de Perícia Ambiental nos currículos de biologia na área de meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988**; Art.225, Cap.VI Meio Ambiente
CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA, **Resolução CFBio 213 de 20/03/10**

BRASIL, **Cód.Proc.Penal, LEI CRIMES AMBIENTAIS (9605/98); Art.158 e 159**

BRASIL, **Código de Processo Civil ; Artigos 146 até 433**

BRASIL, **RESOLUÇÃO CONAMA 001/86 – IMPACTO AMBIENTAL**

BRASIL MMA, **POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (lei 6938/81)}**

Instituto sócio ambiental, **ALMANAQUE BRASIL SOCIO AMBIENTAL 2005**

<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fabiouni/fabiouniCapa/fabiouniGradua>

http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=30

<http://www.ulbra.br/saojeronimo/graduacao/ciencias-biologicas>

<http://www.uergs.edu.br/index.php?action=cursosLocaisDesc.php&cod=1>

<https://www.facebook.com/pages/Colegiado-dos-Cursos-de-Ci%C3%A2ncias-Biol%C3%B3gicas-UFPEL/23967247285885>

<http://w3.ufsm.br/cesnors/index.php/curso/graduacao/2-uncategorised/514-estrutura-curricular-ciencias-biologicas>

http://www.upf.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid

MODELAGEM NO ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA TRANSPARÊNCIA DOS DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Manoel Eduardo Ribas Vianna
UNINTER – Centro Universitário Internacional.
Metodologia do Ensino de Física e Matemática
e-mail: manoel.erv@gmail.com

Palavras-chave: Formação de professores, Práticas escolares, ensino e aprendizagem de Matemática, modelagem Matemática, tecnologia educacional, transparência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe a formação continuada de professores de Matemática para a elaboração de um projeto de modelagem matemática, visando a aprendizagem dos educandos e tornar divertida e de grande valia o ensino dos conteúdos desta disciplina como um passo para a resolução de problemas matemáticos na complexidade atual.

Para a escolha de temas em um projeto de uma modelagem matemática, propomos o uso da tecnologia da informação, sejam os recursos de: computadores, da internet e dos dados lançados pela administração pública na forma de transparência.

A apresentação oral exemplifica a montagem de um projeto de modelagem Matemática seguindo estes interesses após rápida recordação da metodologia do uso desta tecnologia.

DESENVOLVIMENTO

Os pareceres dos pesquisadores e daqueles que trabalharam para o desenvolvimento da tecnologia da Modelagem Matemática são unânimes quanto à necessidade de se aproximar à realidade os problemas matemáticos a serem trabalhados na sala de aula. Para Bassanezi (2004, p. 17), “a modelagem matemática é um processo que alia teoria e prática, motiva o usuário na procura do entendimento da realidade que o cerca na busca de meios para agir, sobre ela e transformá-la”.

Para Barbosa, “é um ambiente de aprendizagem no qual os alunos são convidados a problematizar e investigar por meio da matemática, situações, com referência na realidade”.

Ribeiro. (2008 pg. 68 e 69) define a sequência de construção desta atividade, como:

- Escolha do tema gerador: temática ou espaço da realidade, cujos conteúdos curriculares serão estudados;
- Definição da questão matriz: encaminha o tratamento do tema gerador, ou seja, define o que se pretende alcançar a partir do tema;
- Problematização e Resolução de Problemas: fase para responder a questão Matriz a partir da Problematização e investigação do Tema. É o momento que os Conhecimentos Matemáticos emergem da necessidade de resolver a questão Matriz;
- Construção de Conhecimentos Matemáticos: Etapa desenvolvida concomitantemente à Problematização e a Resolução de Problemas. Garante a construção de conceitos à medida que são resolvidos problemas;

- Solução da situação problematizada; momento de discussão, avaliação e análise das soluções obtidas;
- Apresentação: comunicação dos resultados alcançados (feiras, cartazes, exposições, relatos de experiências, etc.);
- Retrospecto: seminário de reflexão crítica sobre o projeto desenvolvido.

Os conceitos matemáticos podem ser transpostos aos educandos de diversas maneiras. No nosso exemplo trata-se do exercício das operações matemáticas básicas, mas qualquer outro conceito do Currículo Matemático poderá ser utilizado para o desenvolvimento da atividade de Modelagem Matemática em aproveitamento da Transparência na Administração Pública.

Ao seguir os passos dos procedimentos acima o professor organiza os grupos de alunos e monta seu projetinho dentro do contexto atual, aproveitando a atenção dos alunos aos assuntos de discussões que percebem na mídia.

Os conhecimentos práticos nos levam a pensar em desenhos gráficos e listagens, onde logo abaixo são somados e percentualizados. Para Dolores Folador (2011 p. 122), “Saberes fundamentais para leitura de mundo, para compreensão de textos mais complexos, especialmente aqueles que incluem informações representadas em gráficos e tabelas”.

Os lançamentos dispostos sob o título de transparência pública nos proporcionam a utilização de todos esses valores e desenhos, além da curiosidade necessária ao seu entendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância que o Conhecimento Matemático esteja presente na formação das novas sociedades, pois a essência do conhecimento desta ciência é a solução da maioria dos muitos problemas. O auxílio mediador da Matemática, seja na Educação ou formação de novos cidadãos como em apoio aos atuantes órgãos lançadores dos dados nos traz a oportunidade, resolvendo problemas na Modelagem Matemática no Ensino Escolar.

Torna-se de suma importância que o educando acompanhe as necessidades da nova sociedade à qual fará parte, que consiga cumprir o seu papel, e que para isso deverá saber mais que receber e dar troco ou conhecer e trabalhar números.

Tabelas, gráficos e milhões de casas decimais faz parte do entendimento cotidiano do cidadão desde que ele começa a assimilar, importante que entenda o que ve e escuta para que não se permita criar o oportunista, manipulador desses valores.

Pesquisas e estudos sobre valores lançados e como devem ser realizados, poderão adequá-los ao entendimento e compreensão dos mesmos, criando assim a parceria escola - portal da transparência, com objetivo comum ao bom entendimento Matemático por parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. C. **Modelagem Matemática: concepções e experiências de futuros professores**. 2001. 253 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

BASSANEZI, R.C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática – uma nova estratégia**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOLADOR, Dolores; **Tópicos Especiais no Ensino de Matemática; Tecnologias e Tratamento da Informação**. Curitiba. IBEPEx 2011.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; Controladoria Geral da União, Governo Federal em <http://www.portaltransparencia.gov.br/> acesso, em 01/2015.

RIBEIRO, F. D. **Jogos e Modelagem na Educação Matemática**: Curitiba IBEPEx. 2008.

O DISCURSO PRODUZIDO SOBRE A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA EAD: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM MICHEL FOUCAULT

Emerson Liomar Mikaliski^{1, 2, 3}; Marcos Ruiz da Silva^{1, 4, 5}.

UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Tutor dos cursos de pós-graduação da Área Esportiva

emerson.l@uninter.com

Coordenador do curso de pós-graduação da Área Esportiva

marcos.si@uninter.com

Palavras-chave: discurso – Educação Física EaD – Michel Foucault

INTRODUÇÃO

O exercício da profissão relacionada com prática da atividade física e do desporto é prerrogativa do profissional com graduação em Educação Física – Licenciado ou Bacharel – conforme determinação do Conselho da área. Dentre as diversas competências, como: coordenar, planejar, dirigir e outras, há também uma regulamentação sobre o espaço de atuação, na qual o licenciado em EF pode atuar somente na escola e o Bacharel é responsável por diferentes áreas de atuação, como academias, centros de treinamento, clubes e outros.

Independente do espaço e da competência determinada pelo CONFEF, ao Bacharel ou ao Licenciado, é de conhecimento coletivo que a aprendizagem de práticas corporais como dança, artes marciais, atividades esportivas e outras, são reconhecidas pela presença física de um professor que demonstra o movimento a ser executado e, orienta, avalia e corrige constantemente a realização de um exercício. Nesse cenário, a habilidade técnica, física e tática do professor é valorizada, levando em conta o seu saber-fazer.

Nesse sentido, o que vemos é uma situação muito peculiar na área pedagógica da Educação Física, ou seja, é atribuído um valor significativo à presença física do professor durante a realização das aulas, treinamentos ou sessões de ginástica.

Um exemplo disto pode ser identificado quando falamos da relação entre a experiência pessoal e a formação acadêmica do profissional que será responsável pelo desenvolvimento dos conteúdos pertinentes à Educação Física, seja na escola ou fora dela. É muito comum encontrarmos a figura de um profissional formado, com experiência pessoal como atleta, que se sobressai em relação a um outro profissional que não tenha construído uma vida esportiva, seja ela profissional ou amadora.

Isto reforça a ideia de que a competência do profissional de Educação Física está intimamente ligada ao saber-fazer que, de certa forma, restringe a possibilidade das pessoas assimilarem a ideia da formação desse profissional a partir de meios tecnológicos.

É interessante destacar que os cursos de graduação em Educação Física na modalidade EaD, dispõem em seu currículo de um percentual da carga horária destinado a aulas práticas. Essas aulas, geralmente são realizadas de forma concentrada, onde os alunos são contados com a orientação de um professor. Nessas aulas são desenvolvidos os conteúdos complementares, de forma prática, das disciplinas que tenham características correspondentes, como o aprendizado de modalidades esportivas, de jogos e brincadeiras, de ginástica, dança, e outras, conforme o PPC de cada curso.

Dentro desse cenário, acreditamos que há um discurso produzido pelos profissionais de Educação Física, quanto a eficiência dos cursos na modalidade EaD, em virtude de uma

referência de origem mais histórica do que a real compreensão do funcionamento dessa modalidade de ensino.

Assim, pensamos que conhecer a forma de produção de discursos sobre o ensino EaD permitirá compreender um cenário sobre a concepção que os estudos têm direcionado sobre a temática.

Acreditamos que o discurso produzido nos artigos acadêmicos sobre a formação de profissionais de Educação Física pela modalidade EaD é concentrado em dois campos. Um, construído pelos agentes oriundos do ensino EaD com um discurso de valorização e outro por aqueles externos com a fala da crítica em relação a esta modalidade.

Para isto, definimos como objetivo do trabalho, fazer um mapeamento da produção acadêmica sobre a formação de profissionais de Educação Física na modalidade EaD para a análise dos discursos produzidos no meio acadêmico sobre a formação do profissional de Educação Física pela modalidade EaD.

DESENVOLVIMENTO

A existência de cursos de graduação em Educação Física na modalidade EAD é relativamente recente no Brasil e o crescimento de sua oferta está de acordo com uma política nacional para suprir uma carência de professores em todo o território brasileiro. De acordo com BENDRATH (2014), com o discurso de democratização da educação e da necessidade de formação de professores para a melhoria do ensino, o Estado legitimou as iniciativas privadas, favorecendo para que houvesse um crescimento significativo de oferta de cursos de graduação em EF.

Apesar do crescimento de cursos de graduação em Educação Física na modalidade EaD no Brasil, BENDRATH (2014) faz um alerta sobre a forma da distribuição geográfica onde esses cursos são oferecidos. Segundo o autor a grande concentração de cursos está em regiões e centros urbanos que já existem a oferta. E, segundo ele, deveria haver um maior controle do Estado para garantir que em regiões onde houvesse maior carência de acesso à formação, a proposta de cursos fosse maior, facilitando o acesso às pessoas interessadas.

A crítica que Pimentel et.al (2002) faz em relação ao crescimento do ensino na modalidade a distância, está no argumento “melhor EaD que nada”⁸⁴. Segundo a autora, isto diz respeito à preocupação do Estado em cumprir metas estipuladas pelos organismos internacionais nas metas pré-definidas nos acordos de cooperação multilateral. Dentre elas alcançar um número de pessoas com diploma.

Um outro aspecto que merece atenção quanto à conformação dos cursos de EF-EaD está na análise de Cruvinel et al (2015) que aponta alguns aspectos tangíveis e intangíveis que interferem no processo ensino-aprendizagem. Dentre eles, destacam-se a falta de estrutura dos Polos, o não domínio das tecnologias, a intensificação do trabalho docente e a não presença física. Como aspectos positivos destacam-se o letramento digital, a flexibilidade do tempo e de horário, a democratização do acesso ao ensino superior, a melhoria da comunicação através da escrita e o desenvolvimento da autonomia.

⁸⁴ Grifo da autora.

Metodologia

O presente estudo contou com um levantamento das publicações relacionadas com o tema, utilizando o sistema de busca na internet: *Google Acadêmico*. Para isto foram utilizadas as palavras chaves: Educação Física; Formação e EAD. No período de 16 de setembro a 20 de setembro foram encontrados 13 artigos, 4 dissertações e 1 monografia. Para selecionar os textos para leitura foi escolhido aqueles que abordavam sobre a formação do profissional de educação física na modalidade EaD. Foi feita a leitura dos artigos na íntegra e identificado: a) origem do sujeito produtor do discurso; b) abordagem atribuída ao texto.

Resultados obtidos

Na análise dos textos selecionados foi possível identificar algumas características dos discursos produzidos pelos sujeitos e observar a existência de uma determinada tendência, condicionada à posição que o mesmo ocupa.

Esse aspecto nos permitiu aproximar das ideias de Foucault (DÍAS, 2012) quando ele afirma que os discursos são produzidos dentro de um determinado lugar e assim as palavras são controladas. Nesse raciocínio o sujeito não goza de autonomia na produção de seu discurso porque ele está embaraçado por um conjunto de mecanismos do qual ele é portador.

Quanto aos sujeitos identificamos que 2(dois) artigos foram produzidos por profissionais da área de tecnologia de comunicação e os demais por profissionais de educação física. Todos eles vinculados com instituições de ensino que ofertavam cursos de Educação Física na modalidade EaD.

A partir da abordagem dos artigos, foi possível distribuir os mesmos em diferentes agrupamentos, como: práticas tecnológicas e reconhecimento. Assim, encontramos um grupo que desenvolver suas análises a partir da discussão sobre as ferramentas tecnológicas e sua função no ensino da EF na modalidade EaD, E, um segundo grupo, constituído de professores e estudantes de cursos de EF EaD com um discurso vinculado com a ideia de reconhecimento. Adotamos este termo porque as demais discussões trataram de fazer análises sobre o perfil do estudante, descrever o cenário das EaD no Brasil, verificar critérios de qualidade desse tipo de ensino, fazer descrição de curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta dos cursos de graduação em Educação Física na modalidade EaD é uma realidade em nosso país e dá-se a impressão que a tendência é ampliar o número de alunos adeptos a esse modelo de ensino.

Na produção acadêmica sobre a temática, foi possível constatar que o discurso produzido pelos sujeitos ainda está vinculado com a ideia do saber-fazer para saber-ensinar. De alguma forma, alguns cursos procuram compensar a ausência das aulas práticas, oferecendo um maior número de encontro presenciais para que isto aconteça.

Dá a impressão que o discurso produzido é uma tentativa de validar os cursos EaD, porém ainda muito ligado com a necessidade da presença do professor presencialmente orientando, avaliando, corrigindo os exercícios corporais. Nas palavras de Foucault (2010, 49):

O discurso deixa de ser a representação de sentidos pelo que se debate ou se luta e passa a ser, ele mesmo, o objeto de desejo que se busca, dando-lhe, assim, o seu poder intrínseco de reprodução e dominação. [...] O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante.

Acreditamos que os discursos produzidos nos artigos selecionados seguem uma lógica estabelecida por uma história do aprendizado das práticas corporais e ainda carece no meio acadêmico a produção de discussões sob a perspectiva da autonomia do aluno, na qual ele possa constituir a consciência corporal que permita fazer análise do movimento executado e promover a próprias correções.

Com isto, consideramos que este primeiro ensaio nos permite acreditar que: aproximar as discussões da área da Educação Física e o conjunto de conhecimentos próprio da área com as discussões sobre seu ensino na modalidade EaD, a partir dos pressupostos teóricos de Michel Foucault poderá contribuir para que o debate possa apresentar novas possibilidades de analisar a relação da formação do profissional das práticas corporais – profissionais de Educação Física – Bacharel e o Licenciado – e as mídias tecnológicas.

REFERÊNCIAS

BENDRATH, E. A. **Política de formação superior em educação física Ead no brasil**: discussões preliminares. Educação Física em Revista – EFR. 2014, v. 8, n. 1, p. 44-53. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewArticle/3605>. Acesso em: 18/set. 2015.

CRUVINEL, F.; SILVA, A. M.; SILVA, M. Z. da; ALMEIDA, G. C. F. de; FILHO, A. L. **A dinâmica, os principais problemas e as qualidades no desenvolvimento de um curso de licenciatura em educação física na modalidade a distância**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 18, n. 3, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/34504/19042>. Acesso em 20/set. 2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Ed Loyola, 2010.

DÍAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PIMENTEL, F. C.; **Análise Comparativa do Perfil dos Estudantes dos Cursos de Licenciaturas Presencial e a Distância em Educação Física da Universidade Federal de Goiás** LAZZAROTI FILHO, A.; SILVA, A. M.. Pensar a Prática, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 428-446, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/17253/11211>. Acesso em 19/set. 2015.

O ENSINO DE QUÍMICA E TECNOLOGIA NAS AULAS DO CURSO DE AGRONOMIA: DEBATE PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E ÉTICO

Silviane Cordeiro Correa

UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Metodologia do Ensino de Biologia e Química

silviane.quimica@gmail.com

Palavras-chaves: Ética; Tecnologias agrárias; Ensino de química; Sociedade.

INTRODUÇÃO

Com a tecnologia moderna, a evolução da engenharia genética, e a Introdução dos organismos transgênicos em meio à sociedade, surgem necessidades da explanação desses assuntos dentro do campo acadêmico. O objetivo dessa experiência aplicada através de debate em sala de aula foi despertar nos alunos um maior interesse em relação aos temas recorrentes e atuais sobre a influência da indústria química na sociedade, ver as faces desses processos e entender o porquê a sociedade e os diversos seguimentos sociais se posicionam favoráveis ou contrários às questões discutidas.

A atividade de debate sobre o assunto alimentos foi realizada com alunos do curso de Graduação em Agronomia durante as aulas da disciplina de Química orgânica. Verificamos que apesar das diversas posições quanto a temas, os estudantes se colocam a favor da ciência e de seu progresso, mais sempre levando em consideração os aspectos éticos. Nesse sentido, essas questões, denominadas aspectos sócios científicos, possibilitaram uma abordagem contextualizada, propiciando um estudo interdisciplinar e o desenvolvimento de atitudes e valores.

Durante muito tempo, a humanidade buscou respostas sobre várias questões do mundo e da vida que nele habitava. Muitos pesquisadores foram desvendando e criando teorias e equipamentos tecnológicos de acordo com as descobertas, e que viriam a ser útil para desencadear avanços, até chegarmos a tudo que conhecemos hoje. Com a tecnologia moderna, cirurgias de alto riscos, ou até mesmo aquelas que jamais se imaginasse capaz de se realizar há algum tempo atrás, hoje são feitas com apenas um pequeno corte, com equipamentos onde asseguram um melhor resultado.

Mas os avanços não se aplicam somente na medicina. Por meio da engenharia genética além dos estudos realizados almejando o bem-estar, longevidade e qualidade de vida humana, atualmente eles também são aplicados em busca de um melhoramento a fim de se obter uma maior qualidade nutritiva nos alimentos que são plantados mundo afora.

De acordo com Zanoni e Ferment (2011) no início da década de 1990, a sociedade civil brasileira realizou diversos debates sobre os transgênicos. A permissão da entrada dos transgênicos no Brasil, especialmente aqueles com fins comerciais, vem causando intensa polêmica quanto a possíveis riscos ao meio ambiente e à saúde. Essa polêmica, que envolve diversas áreas como a ciência, a agricultura, o meio ambiente e ao governo, refere-se ao baixo nível de certeza atribuído a esses alimentos diante da chamada 'segurança alimentar' (Marinho, 2003).

A liberação dos transgênicos no Brasil, particularmente aqueles com finalidade comercial, vem provocando intensa polêmica quanto a possíveis riscos à saúde e ao meio ambiente. Tal polêmica, que envolve diversos atores, como cientistas, agricultores, ambientalistas e representantes do governo, refere-se ao nível de incerteza atribuído a esses alimentos diante da chamada 'segurança alimentar' (Marinho, 2003).

Tendo em vista isso, surge a necessidade da explanação desses assuntos dentro do campo acadêmico, assim como nas escolas de primeiro grau até de cursos superiores. Isso faz com que a formação de ideias, opiniões, posicionamentos em relação aos assuntos seja criada a capacidade de que esses alunos possam despertar interesse com fins científicos, os que podem vir um dia a colaborar para ainda mais o avanço dessas tecnologias.

DESENVOLVIMENTO

Nota-se uma importante discussão no âmbito das diversas profissões existentes no mercado de trabalho. Relações éticas no trabalho tornam as atividades mais bem executáveis e que trazem retorno mensurável a sociedade que se beneficia da utilização desses serviços.

Em sua prática, os profissionais devem se apoiar em conhecimentos especializados e formalizados, na maioria das vezes, por intermédio das disciplinas científicas em sentido amplo, incluindo, evidentemente, as ciências naturais e aplicadas, mas também as ciências sociais e humanas, assim como as ciências da educação. (TARDIF, 2000 apud TARDIF e GAUTHIER, 1999).

A química passou a ser tema de grande fomento para o desenvolvimento científico da sociedade, de atividades cotidianas às mais complexas tipos de indústria, a química se faz presente.

Desde uma simples faísca originada na caixa de fósforos a procedimentos complexos na fabricação de medicamentos, a Química está presente, ditando todos os fenômenos e reações que possibilitaram a evolução da humanidade ao longo de todos esses séculos. (Cristina Su Liu, Redação selecionada e publicada pela Olimpíada de Química SP-2015).

Um livro utilizado para aulas do Ensino Básico que, no entanto, serviu para fomentar uma importante discussão da química e tecnologia para os graduandos recém-chegados a universidade e que precisam ampliar seus conhecimentos a cerca desses assuntos que permearão sua futura formação além de contribuir para construção do conhecimento científico e ético sobre as relações da química com a sociedade.

Segundo os autores do livro didático utilizado, Santos e Mol (2004), a leitura e discussão de uma série de textos, busca construir com os alunos o conhecimento químico. Questões que levam a explorar ideias prévias dos alunos foram introduzidas no texto didático, possibilitando uma exploração das suas concepções.

Eles ainda complementam que, após essas questões, o texto prossegue com o estabelecimento de relações entre ideias prévias dos alunos e os conceitos em estudo. O texto didático busca ainda apresentar uma contextualização sócio histórica dos conceitos estudados, procurando dar sentido aos conteúdos introduzidos e evidenciar o processo de construção do conhecimento científico, de forma que o aluno identifique que existem limitações na atividade científica e perceba seu papel na sociedade, SANTOS E MOL, 2004.

Ensinar química requer habilidades que façam os alunos visualizarem esta ciência dentro de seu cotidiano, além de mostrar suas contribuições para sociedade ao longo da história e trazê-las ao presente contexto social. Além das diversas metodologias de ensino, jogos didáticos, experimentação, etc. Algumas metodologias ainda que já muito utilizadas

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

surtem grande efeito na vida dos alunos desde que trabalhadas de forma adequada ao conteúdo e aos objetivos da disciplina. Debater significa confrontar, tirar da zona de conforto, o debate e diálogo permite o crescimento intelectual aceitação dos diversos pontos de vista assim como entendimento de determinadas frentes de entendimento.

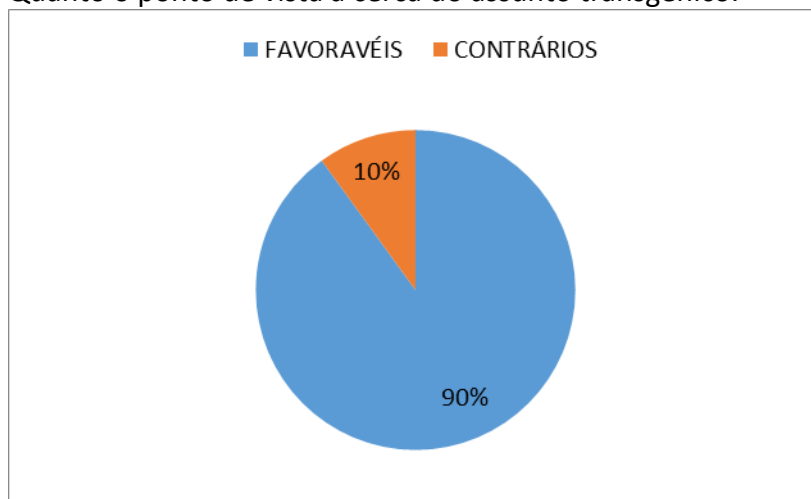
A metodologia utilizada nessa prática de ensino foi um teste de sondagem inicial para averiguar os conhecimentos que os alunos tinham sobre diferentes aspectos do assunto com três perguntas abertas e duas fechadas. Posteriormente, ocorreu a aplicação da atividade, durante uma aula expositiva dialogada da disciplina de Química orgânica. O debate foi acerca dos seguintes temas: Alimentos e funções orgânicas; A informação e a dieta nossa de cada dia; A química ainda na busca do elixir da longa vida; Saúde: Riscos e alternativas; Os plásticos e o ambiente; Uso dos plásticos: reduzir, reutilizar e reciclar.

A atividade foi realizada com 50 alunos do 1º período do curso de Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia do Campus de Parauapebas. Estes alunos foram divididos em seis grupos para análise de cada tema e debate das questões aplicadas pelo livro Química e Sociedade da Editora Nova Geração, 2011.

Cada grupo fez a leitura e respondeu coletivamente as questões envolvidas em seu tema. Posteriormente fez a exposição do assunto a turma e foram questionados pelos demais grupos sobre pontos relevantes do tema. Haja vista que todos os alunos tiveram acesso anterior a todos os textos envolvidos no debate e já estavam aptos para uma discussão mais abrangente da atividade. Ao final da discussão foi coletado as respostas dos grupos e anotações importantes sobre o debate. Os recursos utilizados para coleta de dados foram os textos explorados, anotações, questionário do debate e falas dos alunos.

Nesse sentido os resultados obtidos nessa análise foram os que seguem.

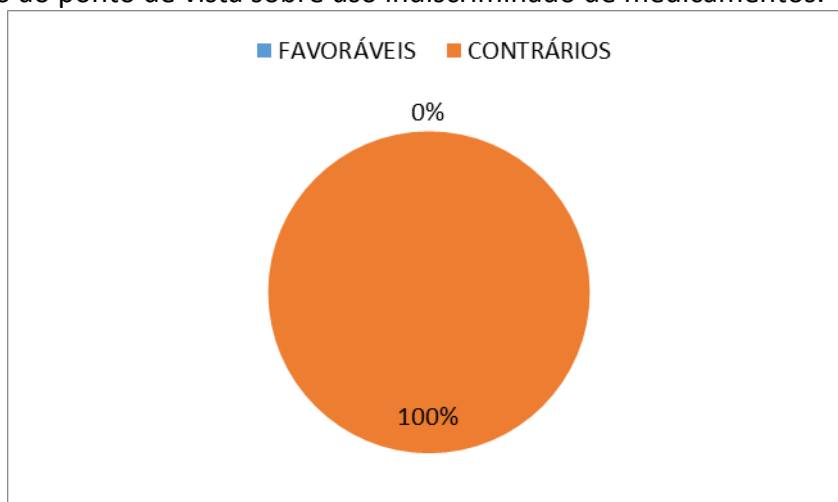
1- Quanto o ponto de vista a cerca do assunto transgênico.



Segundo o gráfico verificamos que mais de 90% dos alunos se posicionaram a favor do consumo de transgênicos haja vista que “Transgênicos são organismos vivos geneticamente modificados em laboratório. O código genético de uma espécie é alterado pela a Introdução de uma ou mais sequências de genes provenientes de outra espécie, mediante o emprego de técnicas de engenharia genética”.

Verificamos assim que apesar das diversas posições quanto a temas de constantes discussões no âmbito social, moral e religioso. Os estudantes se colocam a favor da ciência e de seu progresso, mais sempre levando em consideração os aspectos éticos.

2- Quanto ao ponto de vista sobre uso indiscriminado de medicamentos.



Verificamos que os alunos estão atentos as demandas dos assuntos cotidianos sobre a química e nossa vida. Ao verificar que a ciência avança em buscar de melhorias para a vida humana, devemos saber como utilizar os benefícios advindos de feitos da ciência e sempre administra-los por meio de orientação profissional.

Além dessas questões, cada texto descrito na metodologia apresentou ampla discussão sobre as temáticas, dentre as falas e entendimento dos alunos algo importante a ser destacado é que os mesmos sentiram motivados e não hesitaram em expor seus pontos de vista perante a turma. Quando as equipes se questionavam havia uma previa discussão entre os membros da equipe para retrucarem a respostas mais coerentes e com bons argumentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos dos desafios que a ciência enfrenta na busca de novas descobertas e aceitação das mesmas por parte dos vários sistemas sociais, sejam eles, cívicos, éticos e morais ou religiosos. Nesse sentido buscar compreendê-los por meio de discussões que abranjam os diversos olhares, traz à tona uma perspectiva de crescimento e amadurecimento pessoal que contribui para a formação profissional.

Os textos dos temas em foco buscaram discutir a necessidade de uma mudança de atitude das pessoas para o uso mais adequado das tecnologias, visando à construção de um modelo de desenvolvimento comprometido com a cidadania planetária.

Nesse sentido, discutem-se criticamente problemas relacionados à racionalidade técnica de exploração ambiental, a qual está centrada na mera aplicação de soluções práticas para aperfeiçoar custos e benefícios econômicos, desconsiderando a complexidade dos aspectos sociais, políticos e ambientais.

Nessa perspectiva, procurou-se enfatizar também valores e atitudes das pessoas para preservação do ambiente, explorando conhecimentos relativos ao uso adequado dos produtos químicos. Ao final dos textos dos temas em foco, foram introduzidas questões que solicitaram ao aluno debater diferentes pontos de vista, explorando aspectos ambientais, políticos, econômicos, éticos, sociais e culturais relativos à ciência e tecnologia.

Essas questões, denominadas aspectos sócios científicos, possibilitaram uma abordagem contextualizada, propiciando um estudo interdisciplinar e o desenvolvimento de

atitudes e valores, articuladamente aos avanços na compreensão tanto do tema quanto dos conceitos introduzidos.

REFERÊNCIAS

Química e sociedade (Química: coleção Nova Geração). São Paulo: Editora Nova Geração, 2003. Livro Didático.

SANTOS, Wildson Luiz P. dos. Mól, Gerson de Souza, Et al. **Desenvolvimento de atitudes e valores**. Química nova na escola, 2004.

ZANONI, M; FERMENT, G. **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2011. pág. 433.

CAMARA, M. C. C; MARINHO, C. L. C; GUILAM, M. C. R; NODARI, R. O. **Transgênicos: avaliação da possível (in) segurança alimentar através da produção científica**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.669-681.

MARINHO, Carmem Luiza Cabral. **Discurso polissêmico sobre plantas transgênicas no Brasil: estado da arte**. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2003.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2000 Nº 13, pág. 5

LIU, C. S; **A importância da Química no desenvolvimento da sociedade**. Redação selecionada e publicada pela Olimpíada de Química. São Paulo. 2015

AS PRÁTICAS DO TUTOR NO DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO ORAL NO CURSO DE ESPANHOL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Dilma Heloísa Santos; UNINTER – Centro Universitário Internacional;
Curso: Mestrado em Educação e Novas Tecnologias; dilmaheloisa@yahoo.com.br

Palavras-chave: Língua Espanhola, Tutor, Expressão Oral, Ensino- Aprendizagem, SKYPE.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) no Brasil se concretiza a cada dia e ao longo dos anos novas tecnologias são introduzidas para auxiliar as práticas desta do processo de ensino-aprendizagem. A EaD como modalidade de ensino educacional é consolidada no país a partir de 2005 pelo Decreto nº 5622 publicado no diário da União e completado pelo decreto nº 6303 de 2007 que diz que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com professores e estudantes realizando atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A EaD vem atender a demanda social como uma forma de superar os processos de exclusão educacional. Para tal, políticas públicas foram adotadas e o governo propôs a Universidade Aberta do Brasil (UAB), articulando o projeto as instituições públicas de ensino superior do Brasil.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) está entre estas universidades que ofertam vários cursos na modalidade a distância, entre eles, o curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol dentro do sistema UAB. Para a disciplina de Língua Espanhola, optou-se por usar a ferramenta SKYPE, bem como por atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA), o Moodle.

Acredita-se que desenvolver a expressão oral na modalidade a distância não é igual que desenvolver tal habilidade presencialmente. Muitas das estratégias usadas pelos sujeitos participantes do processo nesta modalidade são diferentes, todos os envolvidos devem desenvolver novas atitudes, novos mecanismos para a prática da comunicação. Assim, questiona-se quais práticas o tutor deve desenvolver para melhorar a sua atuação enquanto mediador das atividades orais em curso na modalidade a distância? Pretende-se refletir sobre o papel do tutor como mediador destas atividades, bem como o uso da ferramenta SKYPE no processo de interação. Justifica-se porque tal desempenho pode ajudar ou não no desenvolvimento da oralidade. Para refletir sobre esta questão é importante pensar sobre o desenvolvimento da competência comunicativa, analisar o papel do tutor como mediador das atividades orais e refletir sobre o uso da ferramenta Skype no processo de interação e mediação das atividades

Neste trabalho, primeiro partiu-se da análise de questionários realizados com quatro tutores que atenderam a disciplina de língua espanhola para saber as suas práticas. Em seguida, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para responder aos questionamentos sobre o desenvolvimento da competência comunicativa, o papel do tutor em todo o processo e a ferramenta SKYPE.

DESENVOLVIMENTO

Entre as ferramentas da Internet que proporcionam a comunicação oral entre os sujeitos encontra-se o SKYPE. Esta ferramenta está sendo usada na Universidade Estadual de Ponta Grossa para o desenvolvimento da expressão oral no curso de Letras - Português/Espanhol - na modalidade a distância desde 2005. Optou-se por esta plataforma de comunicação, por verificar que atendia as necessidades da instituição, visto que ela é gratuita, possibilita o diálogo por meio de voz e vídeo. Além disso, possibilita mensagens instantâneas.

Ao longo dos anos a ferramenta foi sendo melhorada e por isso a instituição continua usando-a por apresentar bons resultados como ferramenta comunicacional segundo os próprios tutores entrevistados. De acordo com o site da plataforma o cadastro para seu uso e sua instalação são simples, o software é compatível com qualquer webcam ou fone no mercado. Atualmente, uma nova versão do Skype a 6.0 traz consigo uma integração melhorada com as mídias sociais: Windows Live/Hotmail/Outlook.com, Facebook este fato faz com que a instituição siga usando tal ferramenta.

Na página da plataforma SKYPE diz que quando as ligações do SKYPE sofrem má qualidade, é quase sempre devido a equipamentos inferiores ou uma conexão de internet lenta. Para desenvolver a expressão oral precisa-se de uma ferramenta cujos sujeitos do processo possam se escutar perfeitamente e interagir para não atrapalhar o desenvolvimento da atividade.

Uma vantagem desta ferramenta para o desenvolvimento da língua estrangeira é a possibilidade dela suportar diálogos entre em grupos. De acordo com a plataforma a conferência de vídeo e voz é gratuita e para Chamadas em grupo suporta 25 participantes para voz, e 10 para vídeo. Outra vantagem é que agora a plataforma pode ser baixada no celular, isto facilitada a questão de mobilidade e tempo para realizar as atividades.

A ferramenta por si só não consegue dar êxito a um curso de línguas na modalidade a distância. O professor e o tutor possuem papéis essenciais no desenvolvimento da competência comunicativa, uma vez que na UEPG o professor formador acompanha a disciplina e propõe as atividades no AVEA e o tutor as desenvolve mediando todo o processo. Isto significa que desenvolver a habilidade oral a distância segundo quatro tutores não é igual, visto que seu trabalho e habilidades mudam e sua mediação também, o tutor não está perto do aluno face a face, mas sim ligado por uma tecnologia que proporciona imagem e voz. Ainda os sujeitos estão se acostumando com a ideia de ver a sua imagem e a do outro e dialogar com ela, ainda falta a prática de acertar o tom de voz na converça usando um fone de ouvido e um microfone, ainda existe a necessidade de aprender os turnos de fala usando o SKYPE, assim nosso comportamento muda, os sujeitos, muitas vezes, transformam-se em atores e perde-se a naturalidade de um diálogo em que se faz cara a cara. Se o tutor não tem habilidades e intimidade com a ferramenta, ou seja, não treinou o seu manuseio, certamente terá problemas como, por exemplo, para enviar um texto ou outro gênero discursivo que está sendo usado como recurso para a discussão sem proporcionar avanços no diálogo, ou se o tutor é tímido ou não gosta da sua imagem, pode transpassar este sentimento nas suas atitudes e conseqüentemente no trabalho. Para um dos tutores desenvolver a habilidade oral na modalidade a distância é igual que na modalidade a distância, visto que dependerá somente do aluno participar ou não da prática de conversação.

Um inconveniente de se usar o SKYPE é que a ferramenta não fica disponibilizada dentro do AVEA. Todos os tutores apontaram que o SKYPE é uma excelente ferramenta que

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

sem o SKYPE não haveria, conforme o desenho atual do curso, outra forma de contato oral com os acadêmicos. No entanto, dois tutores disseram que tal ferramenta deveria estar disponível dentro do AVEA, dada sua importância para o desenvolvimento das atividades, ainda disseram que facilitaria o seu uso pelos acadêmicos e os motivaria, visto que estaria mais a mão dentro do ambiente. Além disso, os tutores apontaram a importância de instrumentalizar o acadêmico para o uso da ferramenta ao iniciar o curso, esta formação é feita em grande maioria no polo presencial, ocorre uma explanação de como baixar a ferramenta e usá-la, visto que muitos estudantes começam o curso sem conhecer a ferramenta.

O desenvolvimento da competência comunicativa nos dias atuais emerge como uma necessidade vital no ensino de línguas estrangeiras. Preparar o estudante para que seja capaz de interagir oralmente fora do marco restrito do AVEA, em nosso caso, fora da plataforma SKYPE, implica formá-lo para um desempenho como, por exemplo, resolver problemas, tomar decisões, estabelecer contatos sociais por meio da oralidade e no curso de Letras ministras as aulas na língua alvo.

As exigências do processo de formação docente, como constitui o ensino de uma língua estrangeira em um curso de Licenciatura, demanda a necessidade da inclusão de elementos (atividades) que contribuam para que o acadêmico empregue Estratégias de Comunicação (EC) para resolver as dificuldades que lhe presente durante a construção dos variados discursos, ou seja, da produção dos textos orais para se comunicar. É importante que desenvolva sua habilidade não só para o uso destas estratégias que existem para que possamos compreender o que nosso interlocutor nos fala e para que nos façamos entender, mas também para fomentar sua aprendizagem em outros contextos.

Para Chomsky (1965), a competência significa conhecimento da língua, ou seja, das suas estruturas e regras, e de seu uso real em situações concretas, numa construção marcadamente dicotômica, sem qualquer preocupação com a função social da língua. Já Hymes (1978) incorpora a dimensão social ao conceito de *competência*. Ao acrescentar *comunicativo* ao termo *competência*, Hymes (1978) demonstrou claramente estar preocupado com o uso da língua. Segundo ele

“não é bastante que o indivíduo saiba e use a fonologia, a sintaxe e o léxico da língua para caracterizá-lo como competente em termos comunicativos. É preciso que, além disso, esse indivíduo saiba e use as regras do discurso específico da comunidade na qual se insere. O indivíduo demonstra possuir competência se sabe quando falar, quando não falar, e a quem falar, com quem, onde e de que maneira”. Hymes (1978)

Desenvolver a expressão oral é desenvolver a competência comunicativa do acadêmico. Mesmo usando uma ferramenta como o SKYPE o professor deverá pensar em atividades que proporcione não somente a prática de conteúdos gramaticais ou de conteúdos nocio-funcionais, mas também atividades livres que possam exercitar o uso efetivo da língua, tendo em vista a interação e comunicação. O a ferramenta SKYPE contribui para estas atividades, porque o acadêmico deve ser capaz de implicar-se em um processamento mental em tempo real, já que ele terá que dar respostas imediatas não depois do fim da atividade.

Desenvolver a competência comunicativa pressupõe-se desenvolver outros tipos de competências compõe como a gramatical, sociolinguística, discursiva e estratégica. A competência gramatical implica no domínio do código linguístico, a habilidade em

reconhecer as características linguísticas da língua e usá-las para formar palavras e frases, a competência sociolinguística implica nos conhecimentos das regras sociais que norteiam o uso da língua, compreensão do contexto social no qual a língua é usada e a competência estratégica é relativa são estratégias de enfrentamento que devem ser usadas para compensar qualquer imperfeição no conhecimento das regras.

Na UEPG, no curso de letras na modalidade a distância, além do professor formador que propõe e elabora as atividades para desenvolver a habilidade linguística oral, temos o tutor que media as atividades orais. O tutor tem papel fundamental no desenvolvimento da competência comunicativa, visto que é ele quem conduz as discussões, mas o aluno também deve colaborar no processo. As estratégias usadas por esses sujeitos são diferentes, todos os envolvidos devem desenvolver novas atitudes, novos mecanismos para o desenvolvimento da competência comunicativa, visto que estão usando uma ferramenta tecnológica e na maioria das vezes, a prática oral é entre o tutor e o acadêmico.

Por meio de questionários perguntamos aos tutores sobre várias questões que envolvem o desenvolvimento da expressão oral. Apresentamos duas delas, a saber:

Quais estratégias você usa com os acadêmicos para mediar as atividades orais via SKYPE?

- A) Perguntas sobre seu cotidiano, sem que eles precisem se preocupar com o conteúdo e com a língua o tempo todo. Tento alternar a discussão sobre a atividade proposta com conversas pessoais, do meio do aluno.
- B) Antes das atividades procuro saber as dúvidas em relação ao conteúdo, e depois de saná-las inicio a avaliação. Faço sugestões de pesquisa de vocabulário a ser usado, e deixo claro o que será avaliado. Oriento a pesquisar, mas que não montem textos prontos para as atividades. Avalio a pronúncia e a capacidade de falar sobre o tema, vocabulário usado, construção de frases coesas e coerentes, a expressão como um todo.
- C) De início a conversação é sobre seus interesses, práticas, atividades, interesse pela língua para então partir para a temática da proposta e em seguida contextualizar tal aprendizado conforme seu contexto.
- D) Procuro avaliar diversos aspectos como pronúncia, vocabulário, criatividade, fluência, adequação a proposta da atividade etc Inicio com perguntas sobre o conteúdo estudado, sempre pedindo exemplos para fixação desse conteúdo e na sequência aplico a proposta sugerida pelo professor formador. (Citação elaborada pela pesquisadora com base nos dados do questionário)

Quais atitudes e estratégias o tutor, na interação da prática oral, deve desenvolver para melhorar a sua atuação como mediador das atividades orais.

- A) Perguntas sobre seu cotidiano, sem que eles precisem se preocupar com o conteúdo e com a língua o tempo todo;
- B) Tento alternar a discussão sobre a atividade proposta com conversas pessoais, do meio do aluno;
- c) Tento motivar o aluno para sempre utilizar a língua estrangeira em sua conversação falando da importância da mesma, também fazê-lo refletir sobre a língua alvo valendo-se do trabalho com as quatro habilidades.
- D) Antes de tudo o tutor também deve desenvolver uma boa fluência da língua estrangeira (LE) que está desempenhando, depois é interessante ele manter um contato sempre que possível com os alunos pelo Skype fazer correções e indicar materiais para estudo. Procurar manter sempre uma conversa em LE e instigar o aluno a fazer o mesmo; etc. (Citação elaborada pela pesquisadora com base nos dados do questionário)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a modalidade a distância esteja se consolidando no Brasil, ainda se percebe a busca de boas práticas para que ela se estruture com qualidade. Assim como os demais recursos tecnológicos a reflexão sobre a ferramenta SKYPE e as práticas do tutor no desenvolvimento da expressão oral devem seguir com estudos mais aprofundados. O uso dessa ferramenta tecnológica na modalidade a distância certamente não vai ser a solução

para a educação e o ensino de línguas, mas é mais uma ferramenta que pode complementar e dar significativo salto de qualidade para o ensino quando se trata de um curso de línguas estrangeiras.

Conclui-se que o tutor deve desenvolver novas práticas para melhorar a sua atuação enquanto mediador das atividades orais em curso na modalidade a distância. Seu papel como mediador das atividades orais deve iniciar antes mesmo de estar frente ao acadêmico, ele deve preparar-se, ou seja, ver o vídeo, o filme, ler o texto, visto que é o professor formador que propões a atividade. Além disso, ele deve formular outras questões fora daquelas propostas pelo formador, já que ele conhece mais os acadêmicos, deve motivar o estudante a usar as estratégias comunicativas da língua meta.

É importante que o tutor esteja familiarizado com a ferramenta e todo seu manejo para não atrapalhar o andamento da atividade. A estruturação da conversação, também deve ser planejada, a conversa deve partir de uma Introdução, seguida pelo desenvolvimento e conclusão da atividade. Na conclusão os tutores devem dar um retorno aos acadêmicos apontando como foi o andamento da sua atividade, seus pontos positivos e negativos. O tutor deve estar aberto para escutar diferentes opiniões, diferentes das suas, respeitando a ideia do aluno, porém desenvolver o seu senso crítico. Para isto, deve fomentar outras discussões, além das propostas no AVEA, mas sem falar muito ou mais que o acadêmico, visto que quem tem que desenvolver a expressão oral é o acadêmico. Na sua prática como tutor deve refletir que não é o melhor amigo do acadêmico, nem seu inimigo, assim o ajudará na motivação e fluência no idioma em busca da competência comunicativa.

Nas palavras dos tutores percebe-se o pouco conhecimento sobre a competência comunicativa e outras habilidades que ele deve ter como tutor. Portanto, verifica-se a necessidade de as instituições promoverem mais capacitação ao tutor para ajudá-lo a elaborar as rotas de aprendizagem para as atividades orais. Somente assim o tutor se apropriará da tecnologia inovando a aprendizagem. Sugere-se que se pesquisem as necessidades do acadêmico, envolvendo-os na pesquisa, para finalmente termos um guia de desenvolvimento da expressão oral na modalidade a distância com uso de tecnologias comunicacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005.

CONSEJO DE EUROPA. **Marco común europeo de referencia para las lengua: aprendizaje, enseñanza, evaluación**. Madrid: Instituto Cervantes-Ministerio de Educación Cultura y Deporte, Anaya, 2002.

CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MIT Press, 1965.

SANCHEZ LOBATO. Jesus, SANTOS GARGALLO. Isabel. **Valdemécum para la Formación de profesores: Enseñar español como segunda lengua (L2)/Lengua extranjera (LE)**. Madrid: SGEL. 2005.

SKYPE. **Sobre o Skype**. Disponível em: <http://www.skype.com/pt-br/about/>

HYMES, D. Acerca de la Competencia Comunicativa. In: Llobera, M. et al. *Competencia comunicativa*. Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa, 1995.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

OS OBJETOS DE ENSINO DO GINÁSIO SÃO JOSÉ DA LAPA, PARANÁ, NOS ANOS DE 1949-1981

Mirian Ramos Marques
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado Profissional: Educação e Novas Tecnologias (PPGENT)
mirianmarkes@yahoo.com.br

Palavras-Chave: Educação. Cultura Material Escolar. Memória.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está fundamentado na perspectiva Histórico Cultural, e tem como objetivo, analisar a Cultura Material Escolar do Ginásio São José da Lapa. Procurou-se realizar um estudo sobre os objetos e os materiais de ensino utilizados na educação escolar oferecida por esta instituição entre os anos de 1949 a 1981.

Lançando um olhar mais ampliado para os aspectos que constituem o funcionamento da escola nas suas múltiplas dimensões, visa conhecer o cotidiano da escola por meio de um inventário das diferentes tecnologias apropriadas ao longo dos anos por esta instituição. Considerando a importância desta escola para a cidade, este estudo busca compreender como ocorreu o processo de escolarização ofertado pelas Irmãs de São José de Chambéry, tomando como elemento de análise, o patrimônio e a memória da escola, por meio dos diferentes materiais pedagógicos utilizados. Buscando conhecer os objetos e os materiais didáticos que se fizeram presentes no Ginásio, lançou-se mão de alguns questionamentos. Que objetos e artefatos faziam parte do cotidiano do Ginásio de São José da Lapa, utilizados pelas Irmãs de São José de Chambéry para o ensino das diferentes matérias curriculares? Que matérias compunham o currículo, que utilizavam essas tecnologias? Portanto, a pergunta que se pretende responder é: quais eram os objetos de ensino utilizados no Ginásio São José da cidade da Lapa, no Paraná, no período de 1949 a 1981?

Para isso, procurou-se catalogar todos os recursos didáticos e tecnológicos utilizados no ensino. Trata-se de diversos materiais pedagógicos que foram utilizados pelos alunos e professores no Ginásio São José.

Ginásio São José na Lapa: sua história e seus objetos de ensino

O Ginásio São José da Cidade da Lapa foi fundado em 31 de janeiro de 1906, por solicitação do vigário da Paróquia, Monsenhor Lamartini Correia de Miranda, atendendo assim aos pedidos da sociedade lapeana, que rogava um lugar para que as meninas pudessem estudar e ter uma formação que pudesse ajudá-las para a vida.

O Ginásio foi dirigido pelas irmãs desde o início em 1906 até 1980, porém, o mesmo passou por grandes mudanças. As irmãs trouxeram com elas vários instrumentos e recursos tecnológicos para auxiliar na educação dos alunos. Esses instrumentos eram fornecidos pela Congregação das Irmãs de São José com sede na França. Alguns dos recursos poderiam ser utilizados em todas as matérias, como por exemplo, o projetor de slides manual, o mesmo era ligado na luz, e se utilizava em qualquer das matérias para auxiliar.

De acordo com Souza (2013, p.104):

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Vista da perspectiva histórica, pode-se dizer que a relação entre materiais escolares e renovação pedagógica consolidou-se no ensino primário especialmente a partir do século XIX quando, em vários países do ocidente, foram experimentadas novas modalidades de organização da escola elementar visando à universalização do ensino.

Analisando a citação de Souza, percebe-se que há algum tempo a educação está utilizando tecnologias que são concebidas em diferentes épocas. Deste modo, a utilização de recursos e objetos tecnológicos já está há vários anos sendo inserida, visando a melhoria das práticas escolares.

Buscando resgatar os aspectos da cultura material escolar do Ginásio São José, procurou-se fazer uma abordagem dos processos educativos nos anos de 1949 até 1981, a partir das fotos dos materiais utilizados na instrução primária. Eles refletem a preparação para o trabalho manual, que, com o decorrer dos anos é possível verificar a Introdução de mais tecnologias, como máquinas e outros processos industriais que vão trazendo mais complexidade para o ensino.

Para embasar esta afirmação, Palma (2013, p.134) relembra que:

Os objetos escolares podem ser analisados desde muitas perspectivas. Além de nos apresentarem uma materialidade (madeira, ferro, ardósia, cor, forma, dimensão, peso, entre outras) e uma função (podem servir, por exemplo, para jogar, para aprender a contar, a ler...) cada objeto dá-nos mais informações acerca dos seus utilizadores, do nível de desenvolvimento da sociedade onde se produz ou utiliza e das técnicas de produção da indústria, dos métodos de ensino utilizados e do estado de atualização dos professores em termos pedagógicos, entre outras perspectivas possíveis.

Sendo assim, com base no autor, pode-se perceber que ao analisar objetos, em diversas perspectivas, o mesmo traz informações de quem os usa, seja professor, aluno, pois há uma intenção de quem o produz e de quem o usa, cada objeto tem um intuito de formar para algo, seja para a indústria, para a vida social, pessoal ou outro.

Deste modo, entende-se que a educação ocorre tanto para formação humana como também para a formação para o mercado de trabalho, com valores, práticas e interesses.

No mesmo sentido de analisar a cultura material escolar, Palma (2013, p.134) destaca que:

Os objetos da escola ajudam-nos, com o auxílio de outras fontes de informação, a conhecer o funcionamento interno de uma instituição educativa inserida num determinado contexto histórico, mas também a compreender o processo coletivo de transmissão de conteúdos, valores e modos de vida de uma sociedade.

De acordo com o autor, os objetos nos trazem de certa forma uma materialidade e também funções, nenhum objeto é neutro, sempre traz consigo uma intencionalidade, valores, crenças, podendo compreender assim as formas de vida de uma sociedade e da família.

A matéria de Matemática era uma das principais matérias a utilizar os diferentes recursos materiais disponíveis. Prevaleram-se as calculadoras manuais. Essas também faziam parte da educação escolar, pois com elas os alunos aprendiam muito de Economia, além de auxiliar também na realização das operações matemáticas.

A totalidade dessas calculadoras foi utilizada pelas irmãs nas aulas de Matemática, durante o período de 1950 a 1981. Até então, não se tinham calculadoras eletrônicas. Sabe-Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

se que desde os primórdios, os humanos procuram facilitar as suas vidas e assim construíram máquinas para facilitar esse processo, e para facilitar o cálculo diversos instrumentos foram desenvolvidos, como o ábaco, réguas de cálculo e a calculadora.

Deste modo, Schiffli (2006, p.18) aponta sobre detalhes de calculadoras na época de 1950.

Na década de 1950, havia venda, desde ábacos e réguas de cálculo, até computadores digitais e analógicos, passando por uma grande variedade de calculadoras mecânicas e eletromecânicas que eram capazes de fazer quatro operações aritméticas, sendo que algumas vinham com a opção de impressão dos resultados (SCHIFFLI, 2006, p.18).

Enfatizando o autor acima, essas calculadoras tornaram grandes aliadas da educação, onde auxiliavam no entendimento da matemática, e algumas delas ainda permanecem até hoje em utilização, a tecnologia evoluiu muito e com isso as calculadoras também se modernizaram.

Na matéria de Desenho, um instrumento utilizado nas aulas foi o *Chambre Claire* (aparelho Francês). O instrumento tinha como método aumentar ou diminuir desenhos, essa técnica exigia mãos firmes, pois assim os desenhos eram copiados com bastante exatidão.

O Pirógrafo foi outro objeto utilizado para fazer desenhos em papel, couro, madeira ou outro material firme. Esse instrumento consistia em gravar imagens em materiais específicos que fossem firmes, assim poderia fazer qualquer tipo de artesanato.

Braga (2015, p.2) esclarece o uso do Pirógrafo:

Para trabalhos manuais e artesanato que envolvam a gravação em madeira ou couro, o pirógrafo é uma ferramenta indispensável. Com uma ponta quente ele pode gravar figuras e símbolos rapidamente. O que descrevemos neste artigo é a montagem de um pirógrafo com controle de temperatura feito a partir de um transformador comum. O pirógrafo é um aparelho que possui uma ponta aquecida eletricamente, normalmente de fio de nicromo. Ao ser tocada em objetos de madeira, couro ou papelão ela grava à quente uma imagem que tem seu formato, possibilitando assim a criação de desenhos decorativos.

Com base no autor, percebe-se que com este instrumento é possível fazer vários trabalhos manuais. Outro objeto utilizado foi o Métronome, o mesmo foi utilizado pelas irmãs de São José, na década de 1950, no qual auxiliava durante as aulas de canto orfeônico, indicando com exatidão os passos musicais e o tempo da música a ser cantada.

O Ginásio ainda utilizava de outros recursos e tecnologias para auxiliar na educação, tendo em vista que, durante todo o período que o mesmo permaneceu na cidade e foi coordenado pelas Irmãs. Deste modo, percebe-se que o Ginásio talvez por ser de caráter particular, se apropriava de diversos recursos para a educação na cidade. Por isso, tornou-se um dos Ginásios que mais contribuíram para educar a elite da cidade da Lapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este texto, cumpre notar que a cultura material escolar é constituída por objetos ou artefatos de ensino. Esses compreendem todo tipo de mobiliário escolar, materiais didáticos e espaços. Nas últimas décadas, a historiografia da educação, pelo viés

da História Cultural, tem se aproximado das práticas e lançado um olhar mais atento para a cultura material e o patrimônio da escola.

Assim, ao propor uma análise da dimensão da materialidade do Ginásio São José da Lapa, entre os anos de 1949 a 1981, por meio da descrição dos objetos e dos seus usos, é possível adentrar na memória do ensino desta instituição, tão importante para a população da cidade da Lapa no estado do Paraná.

A documentação consultada e o acervo conservado constituem-se como patrimônio escolar, e assinalam para uma cultura escolar marcada pela complexidade do ensino e pela abundância de materiais pedagógicos utilizados nas aulas. Pode-se afirmar que a presença das Irmãs de São José de Chambery com a instituição deste Ginásio transformou o cenário escolar da cidade. A inserção de diversos materiais de ensino, muitos deles de influência francesa, introduziram um novo modelo de instrução, que atendeu uma pequena parcela da população daquela cidade interiorana.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Newton C. **Pirógrafo Eletrônico (ART1590)**. Instituto Newton C. Braga. (s/d). Disponível em <<http://www.newtoncbraga.com.br/index.php/eletronica/57-artigos-e-projetos/9013-pirografo-eletronico-art1590>>. Acesso em: 24 de maio. 2015

PALMA, H. **Os materiais didáticos utilizados no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos matemáticos na escola primária (séculos XIX-XX)**. In Mogarro, M. J. (coord), Educação e Patrimônio Cultural: Escolas, Objetos e Práticas. Lisboa: Colibri/ IEUL, 2013. p.130.

SCHIFFL, D. **Um estudo sobre o uso da calculadora no ensino de matemática**. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Física e de Matemática), Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2006. 133 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX**. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, nº 49, 103-120, jul./set. 2013. Editora UFPR.

PESQUISA-AÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: A VISÃO DO ESTUDANTE EM RELAÇÃO AO PAPEL DO TUTOR NA EaD

Rosí Teresinha Munaretti de Camargo⁸⁵
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
rosi.munaretti@ifpr.edu.br

Palavras Chaves: EaD. Graduação Superior. Tutoria. Formação de tutores.

INTRODUÇÃO

No presente resumo expandido relata-se uma experiência vivenciada como estudante no ensino superior cursada com objetivo de compreender as experiências vivenciadas pelos estudantes da modalidade à distância, buscando a partir desta vivência a apreensão do processo e reflexão sobre a própria práxis tutorial.

A decisão foi resultado da inquietação pessoal e da necessidade de melhorias nos processos institucionais para suprir as demandas oriundas do cumprimento do Termo de Saneamento de Deficiências TSD⁸⁶, período em que a instituição em autora trabalhava, deveria sanar as deficiências para continuar ofertando a modalidade à distância. Partindo do pressuposto que a visão de estudante agregaria benefícios à prática profissional e melhorias nas práticas institucionais, decide-se pela Pesquisa-ação, cursando uma graduação na área da administração, área inversa a de domínio, com intuito de maior veracidade com aproximação com a realidade de estudante.

Como critério de observação na Pesquisa-ação utiliza-se o Referencial de Qualidade para a Educação Superior à Distância, que apesar de não ter força de lei, é um referencial norteador que subsidia atos legais do poder público que regem processos específicos como regulação, supervisão e avaliação da Educação a Distância (EaD).

Os resultados apontaram para uma prática tutorial desprovida de mediação pedagógica contrariando as expectativas e necessidades da pesquisadora, por outro lado, a vivência forneceu subsídios para redimensionar a práxis tutorial.

DESENVOLVIMENTO

O estudante da educação à distância, teoricamente deve ter na tutoria presencial e online suporte para seus estudos, visto que, os tutores são responsáveis pela mediação pedagógica.

⁸⁵ Parte deste texto é integrante do trabalho aprovado e divulgado no XII Congresso Nacional de Educação EDUCERE 2015, com o título: **A inversão de papéis entre o trabalho Docente e a Interação Discente: Um relato de experiência no Ensino Superior.**

⁸⁶ Documento emitido pela Secretaria de Regulação e Supervisão a Distância na qual estão descritas as obrigações da instituição no que se refere às providências a serem adotadas para qualificar a oferta de cursos na modalidade à distância com fundamento no artigo 48 do Decreto nº 5.773/2006.

A modalidade a distância (EaD) desde sua concepção⁸⁷ traz no conceito aspectos que a preconizam um processo de ensino e aprendizagem diferenciado.

Art. 1o Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversas. (BRASIL, 2005.p. 1)

Partindo do pressuposto que os estudantes e professores estão separados fisicamente, afastados da relação de sala de aula, do olho no olho, torna-se imprescindível aproximação com o estudante buscando suprir esta distância.

Vale ressaltar que a instituição deve planejar e desenhar em seu projeto político pedagógico como será o processo de ensino-aprendizagem do curso, bem como, em relação ao uso das tecnologias digitais, ferramentas que possibilitaram a mediação pedagógica, seja síncronas ou assíncronas.

Em relação ao modelo de tutoria à distância o RMQ preconizam que o tutor deva atuar a partir da instituição, mediando o processo pedagógico dos estudantes geograficamente separados e, referenciados aos polos de apoio presencial.

A principal atribuição é a de esclarecer as dúvidas dos estudantes através dos meios disponíveis para esta mediação, cabendo a ele a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva do conhecimento, seleção de materiais que deem apoio e sustentação a base teórica dos conteúdos, além de produzir frequentemente ações de construção coletiva de conhecimento e participar dos processos avaliativos. Igualmente o referencial (2007, p.21) destaca e privilegia a importância da figura do tutor no processo de apoio aos estudantes, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem e o acompanhamento no processo avaliativo:

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos superiores à distância e compõem quadro diferenciado, no interior das instituições. O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

Adequar-se à nova realidade exige do educador mais do que conhecimentos técnicos, para acompanhar a evolução que direciona e impõe mudanças de comportamento. Sair da linha de conforto e vivenciar novas práticas requer maturidade e disponibilidade para alterar processos internos e a práxis, sendo um processo individual que exige disponibilidade para processo.

Como metodologia utilizou-se a pesquisa-ação educacional, considerada como uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que possam utilizar suas pesquisas para aprimorar o ensino, conseqüentemente o aprendizado.

No contexto educacional, Stenhouse (1979) argumenta que a pesquisa-ação deve contribuir além da prática, também para a teoria da educação e do ensino. Considerando o modelo em qualquer situação como uma referência avaliativa, ou seja, o de adicionar mais

⁸⁷) Lei 9.394, artigo 80, regulamentado pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005.

conhecimento sobre o fenômeno (trabalho) no desempenho diário do praticante, além de conciliar objetivos sociais e educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os objetivos propostos na pesquisa-ação foram alcançados, ou seja, considerando que ter a visão do estudante no processo agregaria benefícios à práxis tutorial através da apreensão e reflexão, possibilitando melhorias nas práticas institucionais.

Na visão de estudante constata-se inexistência da prática pedagógica no curso. Existem os personagens propostos nos referenciais, mas não atuam da forma que o estudante necessita, na mediação pedagógica. São tutores presenciais que atuam na monitoria, abrem salas, ligam equipamentos, controlam frequência, sem interagir ou estimular os estudantes para o aprendizado. Na tutoria online encontram-se respostas automáticas por parte dos tutores, indicando outras fontes de pesquisa, sem interagir de forma a sanar a dúvida. A maior dificuldade encontrada neste contexto foi na resolução de questões de matemática financeira e estatística, no qual o tutor não conseguiu/quis orientar na resolução dos problemas, gerando uma lacuna entre as partes. Cabe-nos englobar os aspectos vivenciados com a tutoria presencial e online, que na teoria de Moore (1993, p.23) denomina-se como distância transacional:

[...] o conceito de transação denota a interação entre o ambiente, os indivíduos e os padrões de comportamento numa dada situação. A transação a que denominamos Educação a Distância ocorre entre professores e alunos num ambiente que possui como característica especial à separação entre alunos e professores, o que conduz a padrões especiais de comportamento de alunos e professores e, afeta profundamente tanto o ensino quanto à aprendizagem. Com a separação surge um espaço psicológico e comunicacional a ser transposto, *um espaço de potenciais mal-entendidos entre as intervenções do instrutor e os do aluno*. Este espaço psicológico e comunicacional é a distância transacional. (Grifo nosso)

Considerando-se que outras interações com a tutoria foram positivas, respondendo as expectativas, pôde-se compreender que a prática apresentada não seja padrão da instituição, mas de postura individual, porém, considerando que o estudante necessita deste suporte, este tipo de posicionamento afasta o estudante e afeta o processo de ensino e aprendizagem.

Ao ocupar o papel de estudante vive-se uma trajetória individual, solitária, onde encontra-se apoio nos materiais didáticos, webs-aula, nos exercícios no ambiente virtual de aprendizagem, ficando a lacuna do papel que o tutor deveria exercer neste contexto, o de suporte pedagógico, tornando o processo cansativo e desprovido de interação.

Em relação à práxis pessoal a partir desta vivência houve mudança em relação às atividades desenvolvidas pelos tutores sobre a supervisão, buscando incorporar a prática pedagógica no trabalho de tutoria. Ainda busca-se monitorar com intuito de confirmar a qualidade da orientação prestada, além de incentivar práticas individuais e coletivas.

O aprendizado oriundo desta pesquisa-ação incorporado à práxis permitiu-nos desenvolver em outra instituição de ensino um trabalho mais consciente, mais direcionado para o aprendizado do estudante, tendo na interação a busca pela aproximação dos indivíduos de forma a contribuir com o processo da aprendizagem.

Ressalta-se a necessidade da formação profissional do tutor de forma contínua, agregando aos profissionais conhecimentos que possam ajudá-los nesta construção do trabalho de mediador pedagógico, visto que, apesar da franca expansão da educação à distância, não há muitos estudos sobre a prática pedagógica do tutor.

Abrindo espaço para a construção deste trabalho de tutor como aquele que media a construção do conhecimento, tornando-se fundamentais investimentos em todos os sentidos, formação, reconhecimento da profissão, condições de trabalho, de forma a suprir as demandas para que a educação a distância tenha mais qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de educação à distância**. Agosto de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>. Acesso em: 23 out.2015.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação à distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007-2008.

_____. **Teoria da distância transacional**. Tradução: Wilson Azevedo. Revisão de tradução: José Manuel da Silva. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v.1, n.1, jul. 2002. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2002_Teoria_Distancia_Transacional_Michael_Moore.pdf. Acesso: 21 jul.de2015.

STENHOUSE, L. *La investigación como base de la enseñanza*. Madrid: Morata, 1979.

RELATO TÉCNICO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE AULAS MINISTRADAS EM UM CURSO SUPERIOR

Daniel D'Andrea; Carlos Eduardo Pereira; Carlos Roberto Sanda; José Antônio Nonato
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas – Mestrado
dandrea_daniel@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade em transformação, em que o acesso à informação é algo trivial, onde as pessoas conectam-se à internet (e, portanto, ao mundo) via diversos aparelhos (computadores, celulares, tablets, relógios, etc) que portam consigo o tempo todo, e onde as informações fluem em altíssima velocidade, a tarefa de ministrar uma aula torna-se um desafio constante de busca e captura da atenção dos alunos. A sala de aula precisa motivar e ao mesmo tempo proporcionar um ambiente de aprendizagem real, que de outra forma não seria obtida. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo relatar, contrapor e sintetizar, de forma qualitativa, as diferentes estratégias de ensino utilizadas em um curso superior de administração de empresas. Para isto, foram realizadas diversas observações presenciais em sala de aula, resultando em um rico material, que traz à tona importantes achados e que relatam a dinâmica e condução de aulas em um curso superior. Tais observações foram realizadas, principalmente, à luz dos conceitos propostos por Lowman (2004) e Masetto (2010).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Técnicas de Ensino: Apesar de ser a técnica mais antiga, a preleção ainda sobrevive devido a sua facilidade, vantagem econômica e ao fato de “poder ser magnífica”, quando bem-feita, conforme apontado por Lowman (2004). Adicionalmente, ela oferece a “arena interpessoal, na qual importantes necessidades psicológicas são satisfeitas” (LOWMAN, 2004, p. 134). A recomendação de Masetto (2010) é que a preleção seja mais utilizada em situações i) de abertura de um novo tema; ii) de síntese de um estudo; e/ou iii) de comunicação de uma experiência, visando trazer exemplos ou explicações necessárias.

Cornachione Júnior e Leal (2006), assim como Masetto (2010), reforçam as limitações da preleção, ao enfatizar que esse método gera a passividade do aluno e isso enfraquece o dinamismo que o ensino precisa ter. Masetto (2010) a seu turno lembra que no processo de aprendizagem o professor trabalha com vários objetivos, sejam eles de conhecimento, habilidades e competências, afetivo-emocionais e de atitudes ou valores, não sendo possível “conseguir tantos objetivos usando apenas uma ou duas técnicas” (MASETTO, 2010, p. 83), acrescentando ainda que “cada grupo de alunos ou cada turma ou cada classe são diferentes uns dos outros”.

Técnicas de avaliação: Para Campos et al (2003, p. 71), “a avaliação da aprendizagem é o conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que foi assimilado pelo estudante, de que forma e em quais condições. Deve funcionar, por um lado, como um instrumento que possibilite ao avaliador analisar criticamente a sua prática; e, por outro, como instrumento que apresente ao avaliado a possibilidade de saber sobre seus avanços, dificuldades e possibilidades”.

O processo de avaliação pode ocorrer de duas maneiras: sob a forma de avaliação final ou

por intermédio de avaliação formativa (PALLOF E PRATT, 2002, apud LEITE et al. 2005). Para estes autores a avaliação formativa acontece paralelamente ao processo de aprendizagem, servindo mais como meio do que fim. Na avaliação final, o processo de aprendizagem é “medido” por uma nota, e dela se vale para aferir os conhecimentos da classe ao final do ciclo de aprendizagem. Os autores enfatizam que se a proposta pedagógica for a de participação, construtivista ou de coautoria entre professores e alunos, o método de avaliação usado deve necessariamente ser o formativo.

A aproximação da prática do mercado e o contexto de sala de aula: Visando estimular as emoções positivas e a motivação dos alunos, o professor utiliza recursos e técnicas variadas como, por exemplo, a aplicação de modelos práticos à teoria, visto que alguns alunos encontram pouco prazer na leitura, na escrita ou na reflexão. Assim, a aproximação entre mercado e teoria pode ser uma interessante fonte de satisfação para esses alunos.

Para Lowman (2004), o reconhecimento pelos alunos do domínio que o docente tem sobre uma matéria tem efeito positivo sobre a motivação dos próprios professores.

Cabe ao professor planejar as atividades, estudos, aplicações práticas, estratégias, técnicas avaliativas, interação com os alunos, trabalhos em equipe que promovam um ambiente dinâmico e incentivador ao aluno para desenvolver a sua aprendizagem (MASETTO, 2010).

O professor e o ideal: O professor está no eixo central do processo de aprendizagem, embora não seja a engrenagem mais importante, ele é o responsável por dar a tônica dos valores e competências, e de criar o ambiente emocional, cognitivo e situacional (CHOO, 2003) onde ocorre a aprendizagem. O engajamento do professor tem relação direta com os seus valores e a forma como enxerga a docência.

O professor movido de ideal é aquele que se importa, isto é, traz para dentro de si o mundo do educando, constituindo em ser histórico-social (TERRA, 2010) na medida em que não apenas constrói a sua história, mas corrobora continuamente com a identidade cognitiva de outros. É igualmente social, pois entende sua função de artífice de relacionamentos dentro e fora de sala.

O professor enquanto fio condutor do aprendizado: Educação pode ser entendida como empreendimento social e desta forma o relacionamento entre professor e o aluno ditará a qualidade e a eficácia da discussão. O professor nesse contexto assume o papel de facilitador e não protagonista do processo de aprendizagem, sendo aquele que cria a atmosfera emocional, atuando mais como um roteirista, que cria a trama psicológica do aprendizado e permite que os alunos ensaiem, internalizem, exponham-se e por fim, aprendam.

Lowman (2004) e Masetto (2010) concordam que o professor tem papel fundamental na promoção de um ambiente propício para o desenvolvimento da aprendizagem. Assim, a eficácia das discussões “depende rigorosamente da qualidade das relações professor-estudante” e “exige do professor considerável espontaneidade, criatividade e tolerância pelo desconhecido” (LOWMAN, 2004, p. 157). O professor atua como motivador quando valoriza as ideias do aluno e o encoraja a ser independente (LOWMAN, 2004).

Segundo Lowman (2004), a maioria dos estudantes universitários pode absorver somente três ou quatro pontos em um período de cinquenta minutos e quatro ou cinco pontos em setenta e cinco minutos de aula, independentemente da matéria. Portanto, é importante que uma amarração dos principais pontos seja feita ao final das aulas.

Estrutura do Programa: A preocupação com um bom planejamento das aulas é essencial para que os objetivos de aprendizagem da matéria sejam alcançados. Para Masetto (2010) um plano de aulas deve gerar a participação intensa e coletiva dos alunos. Contudo, ainda que tenham sido tomados os devidos cuidados no planejamento das aulas e seus

detalhamentos, as descrições do curso e os planos de aula por si só não cativam os alunos e as estratégias planejadas irão mostrar seu valor dependendo de sua execução e flexibilidade (LOWMAN, 2004).

A apresentação dos objetivos do curso de forma antecipada cumpre um papel de compromisso do professor com o aluno (LOWMAN, 2004). No início do semestre o professor tem a oportunidade de expor à classe as principais dinâmicas que foram planejadas e o que é esperado deles, assim como eles serão avaliados (MASETTO, 2010), desta forma “todo o trabalho importante que se espera do estudante deve ser declarado no plano do curso e no primeiro dia de aula” (LOWMAN, 2004, p. 211).

O tamanho da classe não deve ser esquecido no momento do planejamento das aulas, pois tanto as técnicas, como a interação com os alunos se modificam (MASETTO, 2010; LOWMAN, 2004). Em razão das classes maiores serem menos pessoais e íntimas do que as classes menores, os professores de classes grandes devem oferecer tantas oportunidades quanto possível de contatos individuais com os alunos fora da classe (LOWMAN, 2004).

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenhada da seguinte forma: i) definição de roteiro de pontos a serem observados em sala de aula, baseado em conceitos propostos, principalmente, por Lowman (2004) e Masetto (2010); ii) realização de observações em sala de aula em diferentes disciplinas da graduação do curso de Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, com o consentimento dos professores da disciplina. Foram observadas 26 (vinte e seis) aulas de quatro disciplinas distintas, de terceiro e sétimo semestres, em um total superior a 60 (sessenta) horas de observação. As observações foram realizadas por estudantes de mestrado da instituição; iii) foi realizada a análise das ementas e planos de aula de cada disciplina; iv) compilação e análise dos resultados observados.

RESULTADOS

Técnicas de ensino: A técnica de ensino que mais frequentemente foi encontrada nas observações foi a preleção ou aula expositiva. Em muitas situações tal preleção foi do tipo provocativa, buscando provocar reflexões por parte dos alunos. Em outras a preleção foi do tipo demonstração, onde buscava-se apoio para ilustrar a aula, ou ainda do tipo discussão, em que os alunos eram encorajados a expressar suas dúvidas (LOWMAN, 2004).

Observou-se a utilização, como apoio pedagógico, de apresentações em *PowerPoint* e também do quadro branco para a demonstração de exercícios ou desenhos de esquemas. Entretanto, notou-se que este último procedimento tendia a gastar um tempo precioso da aula, sendo que em algumas ocasiões os alunos se dispersavam. Em apenas uma das disciplinas observadas utilizou-se maior variedade de técnicas de ensino, sendo as aulas divididas em duas partes: uma mais teórica e expositiva e outra mais prática e dinâmica. Esta mesma disciplina valeu-se também de um jogo de tabuleiro, jogado em grupos de cinco ou seis estudantes. Outras técnicas observadas foram:

a) Utilização de trechos curtos de filmes para exemplificar e ilustrar determinados pontos da matéria; b) Convite a palestrante para expor determinado assunto do programa, também chamado de conferência (MASETTO, 2010); c) Exposição de grupos apresentando estudos de casos reais; d) Seminários; e) Dinâmica em forma de júri.

Técnicas de avaliação: O tipo de avaliação adotada pelo professor é reflexo de sua visão do processo de aprendizagem. Neste sentido não apenas a forma de organizar o processo

pedagógico, como a escolha da metodologia, técnicas de ensino e finalmente o processo de avaliação, são moldados de forma coercitiva pela instituição de ensino, mas, principalmente, pelas escolhas e visão do próprio docente. Garcia (2012[2007]) defende que o professor é quem define o método de sua aula e o faz partindo de uma ética.

Nas disciplinas observadas, os instrumentos mais comumente utilizados para a avaliação de desempenho dos alunos foram a prova discursiva e os seminários sobre tema específicos apresentados por grupos de alunos. Além destas, outras técnicas de avaliação foram utilizadas, tais como auto avaliação, desempenho em debate, relatórios de observação e diários de bordo – diários de curso, segundo Masetto (2010).

Na disciplina onde foi usada a técnica do jogo de tabuleiro, a avaliação desta atividade se deu não com base no desempenho das rodadas, mas sim a partir dos relatórios de “bordo” e planilhas de acompanhamento preparadas pelos alunos a cada rodada e também pela auto avaliação do grupo, que se atribuía uma nota de zero a dez.

O papel da liderança em sala de aula: Foi possível observar como influenciadores na dinâmica das aulas o que Masetto (2010) define como “panelas”, que são grupos fechados das “quais só participam os que “se dão bem e são amigos”, dele se excluindo os demais” (MASETTO, 2010, p.40). Quando havia “panelas” engajadas na matéria e que se envolviam nas discussões, a interação era enriquecedora para toda a classe, enquanto estas “panelas” eram apáticas ou pouco interativas, a dinâmica seguia de forma mais passiva por parte dos demais alunos.

Estas “panelas” são comuns e se formam naturalmente, existindo um lado benéfico nesta interação entre alunos (MASETTO, 2010). Por outro lado, Masetto (2010), Lowman (2004) e Kenski (2008), lembram que é importante que sejam tomadas medidas no sentido de não dar voz somente aos alunos ou grupo de alunos “líderes”, que podem monopolizar as discussões e desestimular o debate livre e aberto. Usá-los, por outro lado, como fonte de influência sobre os demais pode facilitar a consecução dos objetivos pedagógicos desde que o professor não “terceirize” sua função como fio condutor da aprendizagem.

A aproximação da prática do mercado e o contexto de sala de aula: No momento em que os professores trazem a sua experiência à tona, nota-se que a maioria dos alunos passa a prestar maior atenção, inclusive comentando com seus colegas sobre o assunto que está sendo exposto.

A influência da maturidade da turma: Chama a atenção o aspecto da maturidade entre as turmas observadas. De forma geral, os alunos dos semestres mais baixos e também aqueles que estudavam no período da manhã, que em geral não trabalhavam e eram mais novos, tenderam a demonstrar uma maior imaturidade e menor interesse em algumas das disciplinas. De forma oposta, alunos dos semestres finais e aqueles mais velhos (geralmente das turmas da noite), pareceram demonstrar maior interesse pelas aulas. Assim, a forma de se ministrar as aulas precisa levar esta questão em consideração. Além disso, é de fundamental importância que o professor tenha a sensibilidade para entender as particularidades da turma e a flexibilidade suficiente para poder adequar-se a elas.

O professor enquanto fio condutor do aprendizado: Ao organizar a aula, o professor deve lembrar que a aula é uma produção dramática, com um começo envolvente e uma conclusão que conduza aos pontos mais importantes (LOWMAN, 2004). Porém, nota-se a ausência de amarração dos conceitos ao final da aula em algumas das observações. Para Lowman (2004), ao término de cada aula, o professor deve fazer uma conclusão que vincule o que aconteceu no dia com o que será abordado na aula seguinte. Em um dos casos, o professor passou uma atividade após o fechamento da matéria. Em outro o professor abriu espaço para perguntas, amarrando o conteúdo anteriormente exposto.

Estrutura do Programa: Em todas as observações o plano de ensino foi apresentado desde o primeiro dia de aula e disponibilizado no ambiente virtual *Moodle*.

De forma geral as propostas apresentadas no plano de ensino foram cumpridas, algumas com maior rigor que outras, não tendo sido observadas perdas de conteúdo acadêmico relacionadas ao não cumprimento estrito dos cronogramas. Porém, foi observado que alguns professores conduziam de forma diferente a mesma matéria em classes diferentes. Lowman (2004) expõe que ainda que alunos e classes apresentem diferentes níveis de interação, capacidades, interesses e expectativas “as mesmas aulas devem ser oferecidas para todos os estudantes, e as mesmas tarefas devem ser atribuídas e avaliadas utilizando-se os mesmos critérios” (LOWMAN, 2004, P.187).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de identificar as diversas estratégias utilizadas em sala de aula, segundo alguns aspectos definidos à luz dos conceitos propostos principalmente por Lowman (2004) e Masetto (2010). Entre estes aspectos, destacam-se: técnicas de ensino; técnicas de avaliação; o papel da liderança em sala de aula; a aproximação com o mercado; a influência da maturidade da turma no aprendizado; o papel do professor como fio condutor do processo de aprendizagem; e a estrutura do programa em si.

Como resultado, obteve-se uma rica gama de informações, que trazem elementos esclarecedores sobre a dinâmica das aulas em um curso superior. Desta maneira, os resultados obtidos por esta pesquisa podem ser utilizados para subsidiar futuras pesquisas, tanto qualitativas como quantitativas, que ajudem a avançar no entendimento da evolução da dinâmica em sala de aula, em um ambiente de profunda e rápida transformação pelo qual passa a sociedade atual.

Por fim, ressalta-se a limitação deste estudo, seja devido a amostra restrita observada, seja por estar baseado apenas em um curso de uma mesma universidade.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, F. et al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOO, Chun Wei. *A Organização do Conhecimento*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

CORNACHIONE JÚNIOR, E. B. e LEAL, D. T. O uso da aula expositiva no Ensino da Contabilidade: estudo empírico com os dados do Exame Nacional de Cursos (provão). In: **Revista Contabilidade Vista & Rev.**, v. 17, n. 3, p. 91-113, jul./set. 2006.

GARCIA, W. A. In: SOUZA, A. C.; GARCIA, W. A. A produção de sentidos e o leitor: os caminhos da memória. Florianópolis: **NUP/CED/UFSC**, 2012, p. 119-136.

KENSKI, Vani Moreira. Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias. **Caderno de Pedagogia Universitária**, número 7. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação – FEUSP, nov. 2008.

LEITE, C. PASSOS, M. TORRES, P. ALCÂNTARA, P. A aprendizagem colaborativa no ensino virtual. V EDUCERE, III Congresso Nacional da Área de Educação, Outubro, 2005, p. 1118-1130.

LOWMAN, J. **Dominando as Técnicas de Ensino**. Editora Atlas, S.P., 2004.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

MASETTO, M.T. **O Professor na Hora da Verdade – A prática Docente no Ensino Superior**. Avercamp, 2010.

_____. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2012.

PALLOF, Rena M.; PRATT, Keith. **Estimulando a Aprendizagem Colaborativa. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TERRA, L. **Motivação: punição e recompensa. Análise do pedagogo dentro das organizações**. Niterói, AVM Faculdade Integrada 2010.

TORRES, Patrícia Lupion. **Laboratório on-line de aprendizagem: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação**. Tubarão: Ed. Unisul, 2004.

1.1 APÊNDICE – Roteiro de Observação

Ponto de observação	Questões levantadas
Plano de aula e planejamento da disciplina	(Objetivos) O professor deixou claro quais são os objetivos da disciplina? Quando os objetivos foram passados aos alunos? (Organização) Como a disciplina foi planejada? Foi necessário fazer alguma modificação durante o curso? (Organização) A disposição de aulas/horários está bem organizada no cronograma da disciplina? O professor conseguiu cumpri-las?
Objetivos da aula	(Objetivos) O professor explicita os objetivos da aula?
Envolvimento emocional do grupo	(Motivação – professor) O professor demonstrou motivação durante a aula? (Motivação – alunos) Os alunos demonstraram estar motivados sobre a disciplina?
Dinâmica da sala de aula (Infraestrutura, Técnicas apropriadas ao tempo e objetivo)	(Motivação – alunos) Como o professor criava condições para que os alunos participassem da aula? (Motivação – alunos) Como é a comunicação entre os alunos e o professor? Como o professor lida com divergências e conflitos? A técnica do professor é aplicável à infraestrutura da sala?
Técnicas de ensino: Material para apresentação em sala, discussão em sala etc.	(Organização) Qual o método/técnica de ensino utilizado pelo professor durante a aula? Predominantemente preleção ou houve discussão?(Organização) Quais materiais o professor utilizou durante suas apresentações na sala de aula?
Integração do aprendizado	Ao final da aula, o professor integra os conceitos apresentados (mesma aula e anteriores)?
Avaliação de desempenho do Professor	(Motivação – professor) O professor pediu feedback aos alunos sobre a sua aula? Se sim, qual frequência e como o professor o utilizou?
Avaliação de desempenho do Aluno	(Competência – professor) Como o professor avalia o desempenho do estudante? O professor deixou claro os critérios de avaliação? (Competência – professor) De que maneira o professor passa feedback aos alunos?
Domínio da atenção, engajamento, motivação etc.	(Competência – professor) O professor demonstrou conhecimento sobre o assunto? (Competência – alunos) Os alunos demonstraram ter o mínimo de conhecimento sobre o assunto?

TECNOLOGIAS NA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR

Elaine Cátia Falcade Maschio
UNINTER – Centro Universitário Internacional
elaine.m@uninter.com

Palavras-chave: Tecnologias. Escola. Cultura Material

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva da História Cultural, muitos têm sido os estudos que buscam compreender a constituição da escola e da sua cultura. A vida escolar, e os elementos que a compõem são vislumbrados como objetos de pesquisa. Nesse contexto, a cultura escolar se torna objeto de investigação de vários autores que desejam compreender o cotidiano da escola.

Conforme afirma Antônio Vinão Frago (1995, p. 24), a cultura escolar representa “toda a vida escolar”. Assim, o conjunto de elementos que caracterizam o trabalho educativo formal, ou seja, o processo de escolarização, como: os saberes, os currículos, os programas de ensino, os materiais didáticos, os espaços escolares, os regulamentos, os regimentos, os tempos escolares, as relações que os sujeitos estabelecem no dia a dia do processo de ensino e aprendizagem, o trabalho docente, as atividades de aprendizagem produzidas pelos alunos, os dispositivos e concepções pedagógicas, os discursos pedagógicos, os métodos e técnicas de ensino, as avaliações, entre outros, constitui a cultura da escola.

Nesta perspectiva, um dos termos primeiros autores a escrever sobre o que consiste a cultura escolar, foi Dominique Julia. Para ele o termo pode ser apreendido como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p. 10).

A partir da contribuição do autor, compreende-se que a escola não é apenas reprodutora do conhecimento acumulado pela sociedade, embora tenha como função principal, conservar e transmitir a cultura. Por outro lado, a instituição escolar é produtora de cultura. Ela possui autonomia na produção das práticas. Ela é criativa e capaz de desenvolver táticas que buscam muitas vezes, burlar as prescrições legais.

Dentre os elementos que compõe a cultura da escola, cumpre ressaltar a presença dos objetos, artefatos e materiais escolares. Segundo Souza (2007, p. 176), lançar mão da Cultura Material Escolar “significa compreender, num espectro ampliado, os mais diversos componentes materiais ligados ao mundo da educação”.

Seus estudos nos proporcionam uma ampla reflexão sobre as possibilidades de se olhar para a Cultura Material Escolar. Para a autora, a tecnologia educacional (como também as tecnologias digitais), pode ser tomada como um objeto de estudo que possibilita compreender concepções a serem incorporadas no processo de escolarização, bem como, as práticas pedagógicas do cotidiano da escola atual.

Desse modo, há uma gama de possibilidade de pesquisa, que pode incluir:

[...] a materialidade propriamente dita (constituição/caracterização), funções e usos, produção, tecnologia e comercialização, aparecimento, transformação e desaparecimento, saberes pedagógicos constituídos, as políticas educacionais voltadas para a Introdução de novos materiais, tecnologias de ensino e suprimento material para as escolas, as representações dos profissionais da educação em relação à importância e uso dos materiais escolares, a relação entre materiais escolares, currículo (disciplinas) e métodos de ensino, a interdependência existente entre diversas tecnologias gerais e aquelas de uso escolar, invariantes tecnomateriais e modelos didáticos historicamente construídos (SOUZA, 2007, p.180-181).

É possível entender como o uso desses objetos produzem sentidos, são representados e apropriados pelos diferentes sujeitos escolares. Assim, olhar para as tecnologias educacionais na perspectiva da Cultura Material Escolar é um desafio de pesquisa em Educação.

José Maria Hernández Diáz, ao analisar as potencialidades do termo Cultura Material Escolar, nos apresenta uma classificação bem completa. Para este autor, a materialidade da escola pode ser compreendida a partir de categorias, quais sejam: objetos da cultura empírica, objetos da cultura acadêmica, objetos da cultura política e objetos pessoais dos alunos.

Existen objetos de la cultura escolar empírica, tanto los que utiliza el maestro como los del alumno. Son los elementos materiales que há ido construyendo de forma artesanal, intuitiva, el maestro y el niño [...]. Hay objetos de la cultura escolar académica, que se recomiendan al maestro y al niño [...]. También em el muestrario de oobjetos propios de una escuela cualquiera, al menos presentes em Ella y así recogidos, encontramos objetos de la cultura escolar política, que se impone gradualmente o de forma imperiosa a niños y profesores [...] Hay finalmente em el clima y aula escolar um cupo de objetos escolares personales que lleva el niño em su cartera, o em su mochila, para uso escolar directo, para divertimento, para distorsión, para que le sirvan de garantía y seguridad (DIÁZ, 2002, p. 237).

Seguindo as contribuições do autor, compreende-se que as tecnologias digitais se encontram como objetos da cultura escolar empírica e política, os quais poderiam ser citados como as lousas interativas digitais, os *tablets*, os *netbooks*, os *softwares*, entre outros ligados a rede de comunicação mundial; e dos objetos pessoais dos alunos, os quais seriam pertinentes considerar, os celulares e *smartphones*, por exemplo.

O presente texto debruça-se sob a discussão da materialidade atual da escola. Isto é, busca refletir sobre a cultura material, e em particular, sobre as tecnologias digitais como elementos de análise dessa cultura escolar. Propõe apresentar algumas possibilidades de pesquisa, de olhares, tendo como foco as tecnologias na escola sob a perspectiva teórico-metodológica da Cultura Material Escolar.

Tecnologias, culturas e práticas escolares: possibilidades e potencialidades de pesquisa

Incorporar novos artefatos sociais e transformar as práticas pedagógicas, com a criação e a apropriação de objetos sociais ou exclusivamente escolares, sempre foi um desafio da escola. Falar em tecnologia é compreender, conforme Kenski (2007, p. 19), “a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações”. Assim, as pesquisas relacionadas à educação devem considerar as diferentes tecnologias que foram criadas em diferentes épocas, bem como, suas concepções, formas e usos escolares.

Tajra apud Brito (2006) afirmar que o termo tecnologia envolve três dimensões: a física, a organizadora e a simbólica. Aproximando essas dimensões à compreensão das tecnologias digitais na perspectiva da Cultura Material escolar, é possível compreender o uso dessa materialidade no âmbito escolar como: a inserção dos equipamentos físicos, as formas como os sujeitos escolares se relacionam com os equipamentos (organização); e os novos modos de comunicação que esses equipamentos proporcionam (simbólico).

Gvartz e Larrondo nos levam a aprofundar a análise sobre as dimensões das tecnologias e suas implicações no ambiente escolar, uma vez que elas constituem a cultura material da escola.

Para as autoras, a tecnologia:

[...] adquire un sentido y una funcionalidad específica. Es así como cuadernos o pizarrones, pero también celulares, computadoras o cualquier otro objeto deben ser comprendidos y decodificados a partir de su lugar – o también su no-lugar-en la escuela. ¿Qué hace la escuela con ellos? ¿Cómo los apropia y los modifica? ¿Qué saberes son capaces de producir o transformar? Son las preguntas que debemos hacernos cuando nos referimos a estos objetos (2007, p. 4).

A escola se relaciona com os novos objetos e inovações tecnológicas, assim como ocorreu com outros artefatos já consolidados no ambiente escolar, atribuindo sentidos e significados. Estrategicamente, a escola investe em duas direções: ou nega, ou escolariza essa materialidade.

Portanto, os estudos da cultura material da escola atual não podem ficar restritos à análise da instrumentalização dos recursos tecnológicos. Pois, não é a prescrição que garante o uso, mas são as práticas cotidianas. Cumpre então observar como as tecnologias estão sendo exploradas, interpretadas, significadas, representadas ou negadas nos espaços escolares.

Se conforme Gvartz e Larrondo, ao atribuir sentidos e significados a cultura material, a escola pode negar a inserção e o uso de determinados objetos, é preciso lançar mão das ausências da materialidade na escola. No caso das tecnologias digitais, torna-se necessário investigar a falta de infraestrutura que possibilita o acesso, bem como, o suporte às redes de comunicação mundial; a falta de políticas públicas para a aquisição e uso dos dispositivos digitais; a resistências dos sujeitos diante da proposição de uso dos celulares, *smartphones*, *tablets*, entre outros, nas aulas; assim como, outras ausências e negações que configuram a pouca mudança das práticas pedagógicas da escola atual.

Seguindo mais uma vez a perspectiva de Gvartz e Larrondo, cumpre observar como ocorre a escolarização das tecnologias digitais. É preciso compreender como estão sendo inseridos, interpretados e apropriados os diferentes dispositivos digitais nos espaços escolares. A análise das novas tecnologias sob o viés da Cultura Material Escolar pode

abranjer as normativas que orientam os usos das tecnologias midiáticas, a manutenção dos equipamentos, a formação dos professores para o uso, e ainda, os sentidos e significados que os alunos conferem aos dispositivos digitais na escola.

De acordo com Dussel (2012, p. 187), é preciso fazer uma revisão crítica do discurso e das produções que afirmam que os alunos, por serem nativos digitais, lidam com os dispositivos digitais com maior facilidade, interatividade e criatividade. Vários estudos, que contemplam o uso das tecnologias digitais por parte dos alunos em sala de aula, têm demonstrado que as crianças e os jovens não são tão expansivas e “habilitadas” para usar esses dispositivos na escola da mesma forma que utilizam livremente em outros espaços sociais.

Pelo contrário, podem ser passivos, solitários, demonstrando pouca habilidade no manuseio do dispositivo em aula, para fins de aprendizagem. Nessa perspectiva, é interessante investigar o comportamento dos alunos diante do uso escolar de uma tecnologia que tem uma circulação e aceitação no meio social.

Por fim, se por um lado é importante conhecer como as diferentes tecnologias digitais de uso social são escolarizadas, emerge saber como a escola recebe e se apropria, na sua capacidade criativa e autônoma, das tecnologias criadas para o uso didático pedagógico exclusivo. Compete investigar a comercialização, produção e apropriação dos *softwares* educativos, games didáticos, mesas interativas, entre outros novos suportes que propiciem o letramento digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou refletir brevemente sobre o uso, representação e apropriação das tecnologias digitais na escola, como objeto de estudo da Cultura Material Escolar. Como afirma Escolano Benito (2008), a cultura escolar pode ser estudada na perspectiva historiográfica - ou seja, lançar um olhar sobre os objetos escolares do passado - como também na relação prospectiva, isto é, seguindo as pistas que os novos objetos deixam ao adentrarem a escola.

Dessa forma, cabe às pesquisas na área da educação oferecer subsídios para se refletir sobre o que as novas tecnologias educacionais querem informar. Como elas estão sendo inseridas, que lacunas e ausências estão sendo geradas pelas resistências na escola. E ainda, como as diferentes tecnologias estão sendo capazes de transformar as práticas escolares.

Destarte, muitas são as possibilidades para pensar a Cultura Material Escolar no que se refere ao avanço das tecnologias digitais, buscando interrogar que cultura a escola está sendo desafiada a transmitir e a produzir.

REFERÊNCIAS

BRITO, Glaucia da Silva. Tecnologias da Comunicação e Informação: controle e descontrolado. Inclusão digital do profissional professor: entendendo o conceito de tecnologia. **30º Encontro Anual da ANPOCS**, 24 a 28 de outubro; GT 24.2006.

DIÁZ, José Maria Hernández. Etnografía e história material de la escuela. In: ESCOLANO BENITO, Agustín; DIÁZ, José Maria Hernández. **La memoria y el deseo: cultura de la escuela y educación desejada**. Valência: Tirant lo Blanch, 2002. p. 227-246.

DUSSEL, Inés. Más allá del mito de los “nativos digitales”. J´venes, escuela y saberes em la cultura digital. SOUTHWELL, Myriam. **Entre generaciones: exploaciones sobre educación, cultura e instituciones**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones/Flacso, 2012. p. 183-213.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio em la escuela. **Revista Participación Educativa**, Madri, n. 9, nov. 2008. p. 131-141.

GVIRTZ, Silvina Gvirtz; LARRONDO, Marina. Notas sobre la escolarización de la Cultura Material: celilares y computadoras em la escuela de hoy. **Teias**: Rio de Janeiro, ano 8, nº 15-16, jan/dez 2007 p. 1-14.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, v. 1, n.1, 2001. p. 9-44.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8ª. Campinas: Papirus, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. **Historia de la Educación**, v. 13-14, 1995.

UM BREVE PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE EVASÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Patrícia Eliza Dvorak
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
patriciaedvorak@gmail.com

Palavras-chave: educação a distância, evasão, licenciaturas

INTRODUÇÃO

A partir da regulamentação da modalidade de educação a distância através do decreto 5.622 de 20 de dezembro 2005, foi possível observar o crescimento do número de cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância credenciados junto ao Ministério da Educação – MEC. A necessidade de ampliação da oferta de cursos superiores, aliada às políticas públicas de inclusão social, fomentou esse crescimento oportunizando o acesso à educação à uma parcela da população que permanecia à margem do sistema educacional brasileiro.

Conforme dados do Censo EaD.br 2013⁸⁸ há no Brasil 171 cursos de licenciatura totalmente à distância, totalizando 170 mil matrículas sendo a maior parte delas divididas entre as áreas de ciências humanas e ciências sociais. Nessa esteira, o crescimento da tecnologia educacional trouxe novas possibilidades e inovou velhos métodos propiciando o acesso fácil e rápido aos cursos superiores com a utilização da internet e ambientes virtuais de aprendizagem. A produção e transmissão do conhecimento online venceu distâncias geográficas, promovendo a comunicação e a interação entre alunos de todas as regiões do País.

Segundo Rosini (2010, p. 67),

[...] a educação a distância vem crescendo rapidamente em todo mundo. Incentivados pelas possibilidades decorrentes das novas tecnologias da informação e das comunicações e por sua inserção em todos os processos produtivos, cada vez mais cidadãos e instituições veem nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento, bem como de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida.

Todavia, o avanço desta modalidade de ensino trouxe consigo dificuldades inerentes. Novas pesquisas têm surgido com o objetivo de analisar as problemáticas que envolvem esta modalidade, abordando temas tais como interação, interatividade, formação docente, novas tecnologias, evasão etc. Neste sentido, convém destacar que a evasão nos cursos à distância é apontada pelas instituições como o maior obstáculo da EaD, atingindo índices em torno de 19%⁸⁹. Desta forma, o objetivo deste resumo é apresentar as principais causas da evasão nos cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância.

⁸⁸ Relatório Analítico de Aprendizagem à Distância no Brasil produzido pela ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância

⁸⁹ Dados do Censo EaD.br - Relatório Analítico de Aprendizagem à Distância no Brasil produzido pela ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância

Os dados apresentados fazem parte da pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar o impacto das novas tecnologias na evasão dos cursos de educação a distância.

Metodologia

A pesquisa é baseada em teses e dissertações indexadas nos portais de periódicos CAPES e IBICIT. A metodologia utilizada é o levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa. Para Severino (2007, p.122), a pesquisa bibliográfica:

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Já a abordagem qualitativa, segundo Creswell, (2014, p.49 apud Denzin e Lincoln, 2011, p.3):

[...] é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. A pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais interpretativas que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo. Elas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, registros e lembretes para a pessoa. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalística do mundo. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam coisas dentro dos seus contextos naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem.

Discussões

Para Guarezi e Matos (2009, P.20) a educação a distância pode ser percebida através de três aspectos: da autonomia, da comunicação e do processo tecnológico. A autonomia possibilita ao aluno a escolha do melhor horário, local e tempo de estudo. A comunicação possibilita a interação do aluno com os conteúdos, com os colegas e com o professor. Já o processo tecnológico assegura diferentes meios de comunicação, síncronos ou não.

Neste sentido, as razões para a evasão na EaD podem transitar entre estes três aspectos. Segundo o dicionário Aurélio, evasão em linhas gerais é o *“Ato de evadir-se; fuga”*. Já no campo da educação, Comarella (2009, p.16) conceitua a evasão como *“a saída do estudante de um curso sem concluí-lo com sucesso”*. Portanto, para fins da pesquisa, considera-se evadido todo aluno que se matriculou em um curso e que, em algum momento, seja no início, meio ou fim, abandonou-o sem sua conclusão. Com efeito, alunos que realizaram a matrícula e sequer chegaram a acessar o curso não são considerados evadidos pois não iniciaram seus estudos.

Embora pareça um paradoxo, considerando a flexibilização do tempo propiciada pela EaD, a falta de tempo para os estudos é uma das causas mais recorrentes na evasão na educação a distância. Neste caso, a autonomia do aluno é analisada por diversos ângulos com o objetivo de identificar possíveis barreiras para a continuidade do curso.

Em seguida tem-se as dificuldades de comunicação. Nesta perspectiva analisa-se as dificuldades de interação e comunicação entre alunos, ambiente e professores. Nesse aspecto a interação, a distância transacional e os conceitos de presença são elementos de preocupação e análise da comunidade científica.

Já no processo tecnológico são abordados elementos que auxiliam no processo de construção do conhecimento. Ferramentas interativas, fóruns, chats, dificuldades com as tecnologias e a falta de infraestrutura são avaliados com o objetivo de identificar a sua importância no estudo da evasão nos cursos de licenciatura em Educação a Distância. Como é possível observar, dentro de cada aspecto, novos elementos se fazem presente ampliando as pesquisas para os mais variados campos.

CONCLUSÃO

A análise da evasão é muito mais complexa do que as linhas apresentadas neste resumo. Elementos pessoais, profissionais, tecnológicos, comunicacionais, dentre outros, são fatores que interferem diretamente na continuidade ou não do aluno em um curso a distância. Ou seja, uma análise inicial indica que há dificuldades a serem superadas tanto pelo aluno quanto pela instituição ofertante do curso.

O presente resumo não tem a pretensão aprofundar a análise dos itens relacionados. Na análise realizada, foi possível constatar, preliminarmente, que há carência de pesquisas voltados para esse fenômeno e que há outros elementos interferem diretamente nos resultados apresentados. Conclui-se que pesquisas voltadas para a evasão na educação a distância ainda estão em processo de maturidade, ou seja, tem-se muito a caminhar.

REFERÊNCIAS

ROSINI, Alessandro Marco. *As novas tecnologias da informação e a Educação a Distância*. São Paulo, Cengage Learning, 2007.

CENSO EAD. BR 2013. **Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil**. Organização Associação Brasileira de Educação a Distância. Curitiba, Ibpe, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2007.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3ª ed., Porto Alegre: Penso, 2014

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a Distância sem segredos**. Curitiba: Ibpe, 2009.

COMARELLA, Rafaela Lunardi. **Educação superior a distância: evasão discente**. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2009.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO QUESTÃO DE BOM SENSO E DE EQUILÍBRIO ACADÊMICO

UNINTER – Centro Universitário Internacional

Programa: Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Orientador: Ivo José Both

Orientandas: Cláudia Morais Faria Lazzarotto, Lucilene de Cássia Souza Raab, Patrícia Beraldo e Solange Heyda de Almeida

INTRODUÇÃO

O bom senso representa ser uma das máximas em avaliação, de vez que cabe ao professor responsabilizar-se, não pelo aluno como pessoa, mas pelo conhecimento que oportuniza e pela reação e mudança comportamental que lhe provoca como ser social.

O bom senso do professor também deve imperar, no sentido de essa reação e mudança comportamental ocorrerem a seu tempo e em ritmo adequado.

A representação do aluno como “ser-com-os-outros”, faz dele um ser social, em que o conhecimento adquirido poderá facultar-lhe suficiente liberdade para decidir por decisão própria e autônoma, os caminhos pelos quais querará conduzir-se no meio social.

O trinômio ensino-aprendizagem-avaliação permitem ao aluno reconhecer seu papel tanto na família quanto na sociedade, como ser cooperador, criativo, participativo e corresponsável pela gradual elevação da qualidade de vida.

Por certo, deve o ato de avaliar ser encarado sob quatro prismas intercomplementares:

- como processo de justiça para com o aluno;
- como ato de responsabilidade ante o desempenho do aluno;
- como diagnóstico da realidade, com estabelecimento de juízo de valor a partir de dados significativos;
- e como tomada de decisão para a solução de situações-problema.

A avaliação é um processo que consiste em fazer um julgamento comparativo entre o desempenho demonstrado e o resultado pretendido. Avaliação como processo sempre faz prevalecer a qualidade do desempenho sobre a quantidade de atividades realizadas pelo aluno ou por profissional de qualquer área.

Assim sendo, ênfase maior sempre cabe ser dada ao processo do que ao produto resultante da combinação ensino-aprendizagem. Por outro lado, cabe ao professor ter em consideração a valorização das possibilidades e das potencialidades do aluno em maior grau do que suas eventuais limitações.

Tal fato torna-se necessário ressaltar, de vez que ainda persiste com certo grau de grandeza no meio acadêmico e no mercado de trabalho, em geral, tomar como ponto decisivo de julgamento eventuais limitações de variada ordem das pessoas, em detrimento de suas potencialidades, que, quando bem aquilatadas, conseguirão se sobrepor, muitas vezes, à presença de dificuldades por conta de necessidades especiais.

Se por um lado ainda persistem discrepâncias e tendências prejudiciais à aprendizagem, de outra parte também vão aumentando os avanços em avaliação, tanto em seus aspectos teóricos quanto nos práticos.

Tendo como uma de suas preocupações educacionais mais relevantes a descoberta e a valorização das potencialidades do aluno, torna-se mais fácil encarar um dos maiores

desafios avaliativos do docente, que é o de saber o que é mais relevante perguntar, propor, descobrir ou recomendar ao aluno.

O ato de avaliar pode contribuir decisivamente para o estabelecimento de autoavaliação pelo professor que, por vezes, torna-se tão necessária quanto a heteroavaliação.

Um processo avaliativo possibilita representar ao professor e ao aluno, na mesma proporção, oportunidade ímpar de obtenção de elementos para reflexão sobre a prática pedagógica docente e sobre a construção da aprendizagem dos alunos.

Além de possibilitar a identificação do nível de desempenho, de rendimento e de produção do aluno ou de qualquer outro profissional, a avaliação ainda pode oportunizar a impressão de maior qualidade no relacionamento entre professor e aluno. Isso, porque o trinômio ensino-aprendizagem-avaliação possui como escopo educação. E, somente conseguem dialogar e aproximar-se para uma salutar convivência, pessoas imbuídas de valores educacionais.

A aproximação, a harmonia entre professor e aluno ainda facilita o necessário “diálogo” que convém ao aluno estabelecer com o conhecimento. Tal diálogo entre mestre e aluno permite esclarecer valores imanescentes no conhecimento, com vistas ao encaminhamento de uma melhor qualidade de vida, que potencialize aumento de dignidade ao ser humano.

Na verdade, a aprendizagem é um processo bilateral onde professor e aluno aprendem, onde o aluno é o principal agente da aprendizagem, centrando-se nele as atividades de ensino, respeitadas suas competências, capacidades e habilidades.

DESENVOLVIMENTO

Para a elaboração do presente trabalho foram consultadas referências de autores vários com vistas a perceber as suas tendências de concepção de avaliação, em função da aprendizagem.

Concepção de avaliação também passa pela máxima de que o ensinar se desenvolve em função do aprender, mediante relacionamento interativo entre professor e aluno, onde cumpre ao professor papel de estimulador e facilitador da aprendizagem, cabendo ao aluno ser sujeito, partícipe e construtor desse processo.

Não menos importante é conceber o avaliador um educador que ensina, mas que, se não ensina, não deve avaliar.

Escrever é uma forma de dialogar com outrem. Por isso mesmo, o presente estudo, além do diálogo, pretende servir de pontos de apoio para a abertura de uma ampla discussão sobre o processo avaliativo da aprendizagem. Como instrumento privilegiadamente auxiliar do ensino, necessita a avaliação ser encarada como processo de desenvolvimento técnico, pedagógico, científico e psicológico do aluno em função da aprendizagem.

As diferentes formas de obtenção de resultados se resumem praticamente em dois: avaliação e verificação. Possivelmente a mais intrigada seja a da verificação, talvez por ser ela menos envolvente. Por outro lado, sabe-se que a verificação igualmente torna-se bem menos trabalhosa que a avaliação.

A verificação pode compreender elementos de avaliação, tornando-se até mesmo mista. No entanto, a avaliação, por sua vez, não invade a área verificativa, sob pena de vir a perder sua característica essencialmente crítico-construtiva-qualitativa.

Avaliar é dar valor e buscar valor, ao mesmo tempo. Por isso, cumpre à ação de avaliar papel de orientação e de estimulação do estudante em sua ação educativa. E para poder dar verdadeiramente valor ao aluno no processo de ensino e aprendizagem, cabe ao professor conhecer o estado em que se encontra o educando.

A verificação, como instrumento classificatório, possui livre trânsito quando se trata de concursos, como o vestibular e outros seletivos mais, visto representar processo rápido, quantitativo, de constatação, onde não se caracteriza de forma claramente viva o fato crítico-construtivo, tão próprio da avaliação.

Ainda que avaliação se caracterize mais em nível processual ou qualitativo e verificação com conotação mais quantitativa, elas são antagônicas principalmente em termos conceituais, no entanto, na prática constituem harmonia interativa. Para as ciências humanas, em especial, o termo avaliação prepondera em termos de aceitabilidade, por conta de sua conotação pedagógica processual.

O descompasso existente quanto ao grau de percepção do processo avaliativo entre as diferentes áreas de conhecimento, formadoras de recursos humanos, pode e deve ser sanado mediante uma maior intensificação de oferta de aspectos metodológico-pedagógicos aos cursos desprovidos dos mesmos.

Um curso que não se caracterize como licenciatura, merece maior volume de aspectos pedagógicos em seu currículo que atualmente vem ocorrendo, não só porque, além de formar um profissional liberal, como tal, forma ele igualmente o professor.

Por outro lado, uma maior carga pedagógica certamente poderá ser fator decisivo para uma prática mais acurada do processo de avaliação, como instrumento auxiliar da aprendizagem, através do caminho crítico-construtivo.

Este estudo procura aprofundar reflexivamente pontos controvertidos no contexto de avaliação e de verificação, mas ao mesmo tempo fundamentais para a identificação do nível de encontro e desencontro que se possa estabelecer entre eles como instrumentos auxiliares do processo de ensino-aprendizagem.

No Brasil existe experiência avaliativa há, aproximadamente, 400 anos. Formalmente foi ela introduzida pelos Padres Jesuítas, vindos do continente europeu, que, no princípio, se dedicaram aos trabalhos de catequese e, posteriormente, também trataram da educação.

Para os Jesuítas, os trabalhos catequéticos dariam resultados tanto mais promissores quanto maior fosse o grau de consciência que os catequisandos tivessem dos seus conhecimentos doutrinários. Dessa forma, investiram em educação como agente de desenvolvimento de consciência crítica, social e, inclusive, econômica.

A idade moderna –modelo subjetivo-, aberto, tentou romper com o modelo metafísico –objetivo-, fechado, no entanto seu sucesso foi apenas parcial. Enquanto o modelo moderno, que procurava seguir os ditames da ciência, encarando o mundo assim como se apresentava na realidade, o metafísico enveredava por caminhos densamente povoados por correntes de autoritarismo, do tipo do “dever-ser-assim”.

As ponderações deixam entrever que o modelo de ensino brasileiro, em todos os seus níveis escolares, ainda que de forma mais ou menos acentuada, vem sendo dominado fortemente pelo modelo metafísico. No entanto, é de se constatar que ideias arejadas e abertas vão tomando corpo cá e lá, em defesa –aqui no caso específico- de uma avaliação com sentido dinâmico, construtivo, em que o educando é encarado como elemento em desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, passando de abjeto a sujeito, da passividade à ação, do conformismo à participação crítico-construtiva.

A avaliação se constitui em atribuição de valor. Ter valor. Ser válido. No entanto, a valoração que aí se estabelece não se reduz a formas numéricas, mas compreende ações de promoção de desenvolvimento construtivo sócio-pessoal.

A avaliação significa modelo moderno, subjetivo, em que a medida não se restringe a um valor estático, “frio”, mas age como instrumento pedagógico real da experiência humana. O acompanhamento do aluno se desenvolve de forma construtiva. O educando tem seu desenvolvimento garantido por meio da aprendizagem. E os fatores que se impõem em tal aprendizagem são principalmente os de cunho social.

Não é pretensão dizer que a verificação concebe a aprendizagem apenas com olhos quantitativos, no entanto o hiato qualitativo existente entre ela e a avaliação é grande por demais. A avaliação se constitui em ação construtiva, de acompanhamento do educando como ser em constante evolução tanto em nível de aquisição de conhecimentos como em termos de formação pessoal.

Luckesi (1992) entende “avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”. O juízo parte de um padrão de qualidade, em que são abordados somente dados relevantes para uma tomada de decisão.

Numa avaliação não são aceitos dados que não oportunizem real juízo de qualidade. Os dados relevantes são a expressão da realidade, sendo omitidos dados externos, irrelevantes, sociais...

Mediante uma avaliação não se entende como aprovado um aluno só por se enquadrar numa média numérica dentro dos padrões oficialmente estabelecidos, mas sim, por ter concordado plenamente em participar do processo de aprendizagem e porque alcançou, ao menos, conhecimentos mínimos necessários de forma crítico-construtiva.

A ação dinâmica e construtiva aguardada da avaliação, permite encarar o aluno como um ser que se desenvolve de forma global. A mudança comportamental se manifesta tanto em nível de aquisição de conhecimentos de forma consciente como em termos de relacionamento social e de aceitação de seu desenvolvimento pessoal.

Numa avaliação também fica subentendido o nível de relacionamento existente entre professor e aluno, o crescer-juntos em permanente evolução acompanhada. Para Ávila (1972), a avaliação “é a ação de apreciar em seu justo valor um ser, situação, atitude ou sentimento, considerando de modo objetivo os fatores ou elementos de que são constituídos”.

Considerada dessa forma, foge a avaliação do sentido com que é comumente encarada, quando é confundida com mera verificação, constatação, aferição. Para o autor “a avaliação é a base consciente para estabelecimento das condições necessárias à vida e ao progresso humano, tanto individual como social”. Assim concebida, a avaliação efetivamente se enquadra numa atribuição de qualidade, sobre dados relevantes, para a tomada de decisão.

A avaliação subentende o acompanhamento e apoio técnico, pedagógico e psicológico do aluno pelo professor ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem. E assim, representa ela realmente ser instrumento auxiliar da melhoria dos resultados finais.

Demo refere-se ao ato de avaliar de maneira bastante leal ao aluno, corroborando, de certo modo, o entendimento de papel da avaliação como acompanhamento e apoio incondicional de todas as formas ao aluno. Diz o autor:

Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desenvolvimento positivo dos alunos. Quer dizer, não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta (DEMO, 1998, p. 97).

Ainda na linha de que a avaliação deva se constituir em acompanhamento do ensino e da aprendizagem, do aluno, enfim, fundamenta a avaliação do ensino e da aprendizagem como “um processo que tem como propósito primeiro o acompanhamento contínuo dos processos de ensino e de aprendizagem. Há uma relação intrínseca de interdependência entre ensino, aprendizagem e avaliação que leva a considerá-los como totalidade”.

Comparada hierarquicamente com a aprendizagem, caminha a avaliação em nível paralelo com aquela, cumprindo papel de apoio fundamental.

Considerando somente em sua individualidade cumpre a aprendizagem função propiciadora de conhecimentos. No entanto, quando em companhia simultânea com a avaliação, ocorre uma combinação necessária entre conhecimentos adquiridos e desenvolvimento, redundando em mudança comportamental consequente, positiva, demonstradas. Mediante a avaliação, a aprendizagem através de formas quantitativas.

Verdade é que, para fins de nota ou conceito final, ou de conclusão de curso ou mesmo em consideração a medidas de transferência para outra instituição, torna-se possível e necessário transformar a decisão tomada com base em juízo de qualidade sobre dados significativos, em símbolos numéricos, notas. Nota ou conceito, entendidos dessa forma, continuam sendo perfeitamente frutos de uma aprendizagem crítico-construtiva, e não de médias.

A reprovação se caracteriza quando o aluno decide voluntariamente não participar do processo de ensino-aprendizagem, colocando-se à sua margem. Sem a necessária progressão construtiva por parte do educando, não pode haver aprovação, visto que os dados significativos para a tomada de decisão foram majoritariamente insuficientes. Sem atribuição de qualidade não há avaliação.

Os dados relevantes a serem considerados numa atribuição de qualidade, estão despidos de toda e qualquer irrelevância externa ao processo avaliativo. Em consequência, a condição de irrelevância dos dados externos não permite efetuar juízo de qualidade.

Quem avalia encontra-se impregnado de senso de justiça, de compreensão e de interesse em acompanhar o aluno ao longo de todo o processo de aprendizagem formam uma combinação perfeita.

A condução do processo de ensino-aprendizagem ocorre sob duas formas distintas, mas perfeitamente complementares face ao alunado: globalizante e individualizada. A forma globalizante estabelece intercomunicação entre professor e a totalidade dos alunos, com mútua responsabilidade no desenvolvimento da aprendizagem. Por outro, a forma individualizada oportuniza um entendimento interativo entre professor e cada aluno, mas no conjunto dos educandos. Assim, a aprendizagem também se desenvolve respeitando a individualidade na globalidade. O ensino pode ser perfeitamente individualizado dentro do universo dos alunos.

Do modo como ocorre a condução do desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas formas globalizante e individualizada, acontece em idêntica proporção e medida o processo avaliativo, visto ele correr paralelamente.

Enfim, na avaliação configura-se um diagnóstico da realidade face ao aluno e a aprendizagem, que se evidencia no início e ao longo do processo, como elemento facilitador para a tomada de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de avaliação apresentada por diferentes autores estudados para a composição deste texto difere um tanto na sua forma de conceituação, mas na sua essência ela objetiva a valorização da aprendizagem.

Concepção de avaliação também passa pela máxima de que o ensinar se desenvolve em função do aprender, mediante relacionamento interativo entre professor e aluno, onde cumpre ao professor papel de estimulador e facilitador da aprendizagem, cabendo ao aluno ser sujeito, partícipe e construtor desse processo.

Não menos importante é conceber o avaliador um educador que ensina, mas que, se não ensina, não deve avaliar.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Fernando Bastos. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Rio de Janeiro: MEC, 1972.

DEMO, Pedro. **Promoção automática e capitulação da escola**. Ensaio: Rio de Janeiro, v. 6, n. 19, p. 59-90, abr./jun. 1998.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: sendas percorridas**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO: A TRAJETÓRIA DE RECONHECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Mestranda: Solange Heyda de Almeida
Orientador: Prof Dr Ivo José Both

Palavras-chave: Educação do Campo. Direito à Educação. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo, pretende analisar de forma crítica como se dá a Educação de Campo como direito público subjetivo no Município de Campo Largo. Desta-se a importância do percurso da educação do campo na construção de políticas públicas reivindicativa dos movimentos sociais. O interesse pelo tema surge pela necessidade da reflexão sobre o direito a educação da população camponesa nas leis e políticas educacionais brasileiras e como ela se efetiva no Município de Campo Largo através da luta dos seus sujeitos pelo direito a uma educação igualitária e de qualidade que atendessem suas especificidades. A partir de uma abordagem sobre a concretização das políticas públicas para a educação do campo e tomando como subsídio o trabalho realizado pela equipe pedagógica, busca apontar as possibilidades e limites deste trabalho frente a uma educação de qualidade para os alunos das zonas rurais.

Apesar de ser um assunto muito debatido na atualidade, a educação do campo foi ao longo como processo de construção de um projeto de educação emancipatória que emerge da sociedade civil e realizar uma abordagem do movimento da Educação do campo na construção de políticas públicas.

O Brasil é marcado por contrastes e desigualdades, não só na questão de recursos financeiros, mas de outros bens e direitos, como o direito à educação. Ferraz (1969, p.32) enfatiza o direito à educação como: “Direito fundamental, inalienável, de que é titular cada pessoa humana, independentemente de sua raça, origem, sexo, cor, convicções políticas, religiosas etc.”

Desta forma, a educação do campo frente à história da educação brasileira ficou negligenciada de seus direitos plenos, tanto ao acesso e qualidade. Entende-se então, que se faz imprescindível colocar em discussão esta problemática na construção histórica desses sujeitos na conquista de seus direitos, dever do Estado enquanto direito universal da sociedade.

Para tanto, as discussões serão baseadas na revisão literária norteada com a leitura de pensadores como Cury (2002), Saviani (2008), os quais discutem a educação como direito subjetivo e os autores Molina (2008), Arroyo (2007) e Pinheiro (2011) que discutem a educação no campo. A contextualização histórica das políticas públicas para uma educação do campo fará um apanhado desde a LDB/61 até o PRONACAMPO e como essas políticas estão se efetivando no Município de Campo Largo.

Apesar do direito à educação configurada como direito social e estar assegurado na legislação de nosso país, para que este se efetive plenamente, se fazem necessárias a elaboração e efetivação de políticas públicas que contemplem a singularidade, os valores de vida e a cultura camponesa, diferentemente do que se analisa nos documentos legais sobre o assunto. Sobre isso, afirma Furtado (2004, p.67), “pelo contrário, a educação do campo, sempre foi tratada, pelo poder público, com políticas compensatórias, através de projetos,

programas e campanhas emergenciais e sem continuidade, com ações justapostas e concepções de educação até mesmo contraditórias”.

Em suma, em relação a esta temática ainda há muito que ser discutido, a realidade da educação do campo ainda enfrenta inúmeras dificuldades e, as políticas educacionais do campo têm sido apenas de caráter compensatório.

Políticas públicas para educação no campo em âmbito nacional: garantia de direitos velados.

Legalmente o acesso à educação é de todos os cidadãos, a educação é a base para o desenvolvimento social, econômico e cultural de toda nação, ou seja, ela age como um impulsionador da transformação social. A educação é um direito fundamental que não beneficia apenas um país, mas cada indivíduo, promovendo o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação, na Constituição Federal, além de direito de todos é dever do Estado, tornando-se um direito público subjetivo. Assim sendo cabe aos órgãos públicos oferecerem a população meios para que esse direito se efetive, não cumprimento, por parte das autoridades, implica a responsabilidade da autoridade competente (BRASIL, 1988). A Constituição Federal em seu artigo 6º configura a educação como um direito social⁹⁰, “um direito social fundante da cidadania e o primeiro na ordem das citações” (CURY, 2008), desta forma a educação assume a base para o exercício dos demais direitos possibilitando a participação ativa na sociedade. “A esse respeito, Saviani (2011) afirma que” a participação ativa nessa sociedade, vale dizer, o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe o acesso aos códigos escritos”.

Nesta perspectiva, a educação contribui para a melhoria das condições de vida das pessoas, segundo Curry (2008) a educação é o norte pelo qual as pessoas lutam para ir reduzindo as desigualdades e eliminar a diferenças discriminatórias. A educação como direito precisa que sua efetivação abranja toda população brasileira, tendo como prioridade a igualdade de acesso, a permanência e a qualidade das escolas.

O direito a educação parte do princípio que todos os indivíduos da sociedade, sem distinção alguma, deveriam ter acesso ao conhecimento científico, que por sua vez faz parte da herança cultural da sociedade. Nesta vertente, ter direito a educação parte da premissa de ter direito a igualdade, tanto no aspecto de qualidade, acessibilidade e permanência. CURY (2008) acrescenta “essa igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento... onde tais membros possam ser bem-sucedidos e reconhecidos como iguais.

Considerando a história da educação brasileira, essa igualdade de direitos, ficou a privilégios de poucos, pode-se afirmar que a educação da população rural sempre foi menos privilegiada pelos órgãos competentes, sendo priorizada a educação da população urbana. Frente a esta realidade Molina (2008) adverte que “sem forte intervenção do Estado para reversão deste quadro, a população rural levará mais de 30 anos para atingir o atual nível de escolaridade da população urbana”.

Os povos que vivem nas áreas rurais tiveram seus direitos educacionais, velada por uma educação na qual o modelo de concepções de educação das escolas urbanas é transferido para as escolas denominadas como rurais, consolidando neste contexto, a visão

⁹⁰ Os direitos sociais correspondem ao acesso de todos os indivíduos ao nível mínimo de bem-estar possibilitado pelo padrão civilizado vigente. (Marshall, 1967)

do campo como lugar de atraso, uma realidade a ser superada e, por esse motivo, as políticas públicas não foram vistas como prioritárias para essa população. (ARROYO, 2007).

Ao longo da construção histórica da educação no campo, evidencia claramente a concepção de que para se viver na área rural, não há necessidade de profusos conhecimentos socializados pela escola. As escolas criadas nas áreas rurais eram, em sua maioria, multisseriadas⁹¹ e isoladas e pouco questionadas sobre a eficácia no ensino.

Frente a esta realidade, devido aos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), começa a se ter uma visão relevante à especificidade dos educandos do campo. A luta por uma educação que atendesse suas particularidades, mas sem se desligar da universalidade, visando o campo neste sentido, mais que um perímetro não-urbano e sim um conjunto de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção de sua existência social e humana.

No final da década dos anos 90, os movimentos sociais por uma educação do Campo passam a ocupar espaço na esfera pública e política em defesa e estruturação de uma escola contextualizada com base voltada as suas especificidades. Munarim (2011,p.30) adverte que “a Educação do campo significa, antes de tudo um território de cidadania que vem sendo construído e disputado tanto no âmbito das práticas pedagógicas quanto no das políticas públicas ou da relação Estado e sociedade civil organizada”.

Sendo assim, na construção e afirmação desta educação as políticas públicas são fundamentais no reconhecimento da educação do campo. Para Arroyo (2004, p.101) “falar em política pública da Educação do Campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo, novas bases capazes de alicerçar o que o velho tratamento nunca garantiu: a educação como direito aos povos do campo”.

Munarim e Arroyo destacam a importância das políticas públicas na construção do cenário educacional do campo, entretanto fazendo uma análise das principais políticas públicas na instância federal observa-se que até a Constituição Federal de 1988, a educação das classes menos favorecidas, principalmente a do campo, ocupou um lugar marginalizado neste quadro, “estabelece uma nítida divisão, entre elite e massa, reservando às elites o monopólio das virtudes necessárias para dirigir, e assegurando às massas apenas o direito de realizar seu destino de massas.” (SAVIANI, 2007, pg. 228).

Em 1961, surgiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei 4024/61 ou LDB/61. Quanto a educação rural, essa lei traz algumas considerações importantes para a época, como a responsabilidade dos poderes públicos pela educação rural e com ensino de caráter vocacional, oferecimento do ensino nas propriedades rurais ou seu fácil acesso e a formação do professor.

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio. (BRASIL,61)

A educação rural, neste contexto, visa preparar culturalmente os povos que residem no campo, utilizando –se de um ensino que facilite a adaptação, evitando desta forma que ali eles permanecessem e um ensino utilitarista, incluindo quanto à formação dos professores das escolas rurais.

Dez anos depois, em 1971, propunha que a formação fosse voltada para a preparação de mão de obra, tornando o ensino profissional obrigatório. Esta lei estabelecia curso superior de licenciatura plena para os professores, além de estabelecer calendário escolar, com período letivo adaptado às épocas de colheitas dos produtores rurais.

⁹¹As escolas multisseriadas reúnem estudantes de várias séries e níveis em uma mesma sala de aula.

Ao longo do ano de 1986, debates para a elaboração da Nova Constituição foram realizados entre vários agentes políticos. A Constituição Federal de 1988 apresentou pela primeira vez na história das constituições um capítulo inteiro dedicado à educação, a partir dela é que se passou a contemplar a especificidades da população do campo, deixa claro também o direito de se estudar próximo de sua residência, garantindo aos estudantes do campo poder estudar próximo às suas comunidades, visto que antes boa parte dos alunos para estudarem deveriam se deslocar aos centros urbanos.

A LDB9394/96 é uma lei de diretrizes que define e regulariza o sistema educacional. A LDB/96 traz em seu contexto uma concepção de mundo rural enquanto espaço específico, sendo representado em seu Artigo 28 onde estabelece que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL,1996)

Neste texto, percebe-se o reconhecimento da educação rural como diversidade sócio – cultural, inovando ao reconhecer as diferenças sem transforma-las em desigualdades. Os artigos 23 e 26 tratam tanto de questões de organização escolar quanto de questões pedagógicas, podendo os sistemas de ensino poder se organizar segundo suas especificidades.

No ano de 1997 aconteceu o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores (ENERA), a partir daí começou a se materializar as ideias de educação do campo ganhando espaço na formulação das políticas públicas. Essas ideias também foram percebidas por outros movimentos sociais (UNICEF, UNESCO, CNBB, MST), os quais foram discutindo suas diferentes concepções de saber que ficou contemplada na Conferencia Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Neste mesmo ano, ocorreu o lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o qual objetivava ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados e como instrumento de democratização do conhecimento no campo.

Em 2002, houve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que considera o campo como “um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (BRASIL, 2001, p.1). As diretrizes configuram um marco nas políticas públicas na educação do campo, as quais visam adequar conteúdos, tempo e espaço pedagógico às especificidades dos povos do campo.

Percebe-se que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo constituem-se como importante instrumento para afirmação da educação dos povos do campo trazendo em seu contexto o reconhecimento do modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira.

Na sequência, em 2004, foi criado no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI) que tem entre suas atribuições a de gerenciar diversos programas voltados à melhoria das condições do ensino no meio rural. Ainda, neste ano, no MEC, foi elaborado o documento “Referenciais para

uma política nacional de educação do campo”, documento que apresenta um conjunto de informações que visam a subsidiar a formulação de políticas de Educação do Campo em âmbito nacional, as questões que permeiam a terra devem perpassar o currículo das escolas do campo, assim como suas matrizes pedagógicas.

Na II Conferência Por uma Educação Básica do Campo, também realizada em 2004, compreende-se que há uma grande relação da Educação do campo com a realidade do campo, desconstruindo a dicotomia campo-cidade em que as áreas rurais foram consideradas atrasadas e sua população tratada de forma discriminatória (Pires, 2012, p.98).

Em 4 de novembro de 2010, é instituído o Decreto n.7.352/2010, estabelecendo a política da educação do campo e o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), o qual tem por objetivo:

I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;

II - melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; e

III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (BRASIL, 2010, Art.12)

Com a intenção de consolidar as políticas públicas do campo no ano de 2012 o Ministério da Educação institui o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), o qual será revisto com maior consideração no próximo capítulo. Este programa através da articulação de outros já existentes busca como propósito a garantia do direito das populações do campo a uma escola pública e de qualidade.

Essas conquistas sobre a educação do campo foram obtidas frente diálogos dos povos do campo com outros segmentos da sociedade vinculados à educação. Esses diálogos e a inserção dessas políticas foram se propagando em vários Estados brasileiros, chegando ao Estado do Paraná como reconhecimento da necessidade de uma Educação do e no Campo, ou seja, que ela também seja ofertada no campo, com um currículo próprio e professores preparados para o trabalho pedagógico no campo.

Analisando a educação dos povos do campo, nas 04 escolas rurais no Município de Campo Largo, fica claro que a educação para estes sujeitos foi construída através de muitas discussões entre os representantes da Secretaria Municipal de Educação, educadores, educandos, as Universidades e interessados sobre a temática. Nos anos de 2013 e 2014 diversos encontros foram realizados nas escolas rurais para estudos de leis e artigos sobre o assunto com o objetivo de atender as demandas educacionais do campo.

Esses estudos serviram de base para que a comunidade escolar participasse efetivamente do processo de definição da identidade das Escolas do Campo com orientação para mudança de nomenclatura das unidades educativas. Após o processo de mudança de nome iniciou-se os estudos referentes a currículo, organização escolar, calendário, metodologias das escolas denominadas rurais.

A política pública do PRONACAMPO foi um facilitador no município para que se concretizassem diversas conquistas aos povos camponeses, as escolas foram contempladas com um acervo muito produtivo de materiais pedagógicos, além de receberem um valor em dinheiro para realizarem obras que a comunidade escolar achasse necessárias. Essa ajuda financeira, foi vista pelos diretores escolares como bote salva vida para a realidade que enfrentavam. Com ela algumas escolas puderam fazer manutenções do prédio escolar as quais a prefeitura não conseguia dispor de verba própria para realizar.

Essas escolas também receberam através dos PRONACAMPO louça digital e projetor multimídia, esses equipamentos tecnológicos foram importantes para o trabalho pedagógico das escolas em prol da aprendizagem dos alunos.

Muito se tem investido no município em relação a formação dos professores que atuam nas escolas do campo no município. Estudos setorializados são realizados constantemente com objetivo de auxiliar os educadores a oferecer a esses sujeitos historicamente marginalizados uma educação de qualidade que contemplem suas especificidades. A formação docente é de suma importância para que se concretize os direitos educacionais de todo cidadão brasileiro e, percebe-se que o município de Campo Largo tem investido serenamente neste quadro.

Foi elaborada para o meio rural, porém, através das reivindicações dos movimentos sociais uma nova visão da educação do campo favoreceu a construção de novas políticas educacionais que procurassem atender suas especificidades e lhes conferindo o direito real a educação.

Para que essa garantia se concretize são necessárias ações reais no que se refere às políticas públicas, efetivando um direito que lhes forma negados ao longo da história educacional brasileira. Conforme Molina (2008, p. 29), “é a especificidade das condições de acesso e as desigualdades históricas no acesso à educação que necessariamente demandam ações afirmativas do Estado para corrigir essas distorções”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas não visam concluir o estudo, pois esta continua em constante movimento acompanhando a historicidade dos sujeitos do campo. Reconhecer o direito a educação só se efetivará para toda população brasileira e, em especial para a população campestre, mediante o planejamento e implementação de políticas públicas concretas.

Ressalta-se ainda, que com base nas leituras realizadas é possível afirmar que ao longo das décadas em relação aos programas educacionais desenvolvidos pelo governo a forma como a educação rural foi tratada, contribuiu para a perpetuação de desigualdades sociais. Molina (2004, p.40) afirma que “neste vazio deixado pelo Estado tem surgido algumas iniciativas próprias da população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, tentar construir uma identidade própria das escolas de campo”.

Assim, este processo em luta pelo direito a uma educação que contemplasse suas necessidades foi resultado de um processo histórico de árduo empenho da população do campo e demais grupos da sociedade civil. Porém, muito há de ser feito por esta população que ainda enfrenta muitos percalços para a efetivação de seus direitos, a discussão sobre a educação do Campo é bem ampla e configura nas conquistas de direitos sociais e a cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores (as) de campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago., 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 de mar. 2015.

ARROYO, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M.C.(Orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. MEC. Lei 9394/96, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília 1996.

BRASIL. MEC. Lei 4024/61, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília 1961.

BRASIL. MEC. Lei 5692/71, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília 1971.

BRASIL. Decreto nº 7352, de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - **PRONERA**. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acessado em 30 de jun. de 2015.

CALDART, R. S. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, R.S. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: DF, 2002.

CURY, C.R.J. **A educação básica como direito**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v.38, n. 134, ago.2008. Disponível em <http://www.sielo.br/scielo.php?script>. Acesso em 20.jun.2015

FERRAZ, E. F. **Alternativas da educação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
MEC. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

MOLINA, M. C. **A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo**. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). Por uma educação do campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

MOLINA, M. C. e JESUS, S. M. A. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MUNARIM, A. **Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção**. 2008. 17f. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

SAVIANI, D. **“Estruturalismo e educação brasileira”**. In: SAVIANI, D., **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. , 17ª ed. Campinas, Autores Associados,2007.

SAVIANI, D. **“História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil”**. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). História, educação e transformação. Campinas, Autores Associados, 2011.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DE UMA PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E USOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Daniel Vieira da Silva; Daniel Soczek; Desiré Luciane Dominschek
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Daniel.si@uninter.com; daniel.s@uninter.com;

Palavras-chave: epistemologia, formação de professores, TICs.

Este trabalho é um desdobramento parcial do projeto de pesquisa em andamento, pertinente ao Grupo de Pesquisa “Educação Básica e Tecnologias Educacionais”, inserido na linha de pesquisa “Formação Docente e Novas Tecnologias”, do Programa de Mestrado em Educação e Novas Tecnologias, do Centro Universitário Internacional UNINTER, que tem como tema: “A formação de professores e as tecnologias educacionais no campo da pesquisa em educação”.

A disponibilidade crescente de dispositivos tecnológicos tornou-se, de um lado, um concorrente e por outro, um aliado nos processos educacionais, obrigando, de certa forma, a Escola incorporar tais instrumentos em suas práticas, ou seja, dando uma finalidade educativa a dispositivos que, em princípio, não foram criados com esse objetivo. Se, por um lado, há um *marketing* político proveniente desse movimento, qual seja, a compra e disponibilização destes recursos nas escolas municipais e estaduais como legos robóticos, disponibilização de *tablets* aos professores, disponibilização de rede *wi-fi* nas escolas, disponibilidade de computadores em programas como o PROINFO, para citar algumas destas políticas, por outro, fica sob responsabilidade do professor a utilização pedagógica desse recurso, independentemente da oferta de uma formação adequada a esta demanda, acarretando uma responsabilização do professor pelas lacunas na utilização destas tecnologias.

É certo também que entendemos a importância da incorporação destes recursos em sala de aula, dentre outros espaços escolares, já que a escola não é um ambiente dissociado do mundo, uma ilha sem conexão com a realidade. Então, a discussão realizada nesta comunicação passa pelo seguinte problema de pesquisa: como as discussões sobre as formas de incorporação do uso das tics na prática profissional docente tem sido efetivada? Nossa problemática reside na superação do mero ativismo/pragmatismo nos usos das tics, tentando construir uma discussão qualitativa quanto ao uso destas ferramentas.

O objeto de nossa análise, com vista ao alcance dos fins propostos, é identificar e analisar os fundamentos teórico-epistemológicos das discussões apresentadas na ANPED envolvendo formação e de professores e novas tecnologias, de modo específicos os GTS 8 e 16, no período de 2007 a 2013. O motivo deste recorte é que, em 2007 se deve à promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia que foram instituídas em 2006, apresentando-se como um marco na reflexão e nas propostas a respeito da formação dos professores para atuar nos anos iniciais da educação básica. A amostra foi identificada com base em descritores <novas tecnologias, TICs, computador, educação a distância (EAD), redes, informática e cibercultura>. Os textos foram selecionados pela análise dos títulos, resumos e palavras-chave.

Pensar e avaliar a formação, inicial e continuada, de professores para o uso das novas tecnologias como instrumento pedagógico, demanda alguns cuidados e procedimentos que possam evidenciar os fundamentos epistemológicos de tais processos.

Para construir uma reflexão crítica sobre esta problemática, apontamos, primeiramente, uma compreensão do que entendemos por epistemologia para, em seguida, utilizarmos de uma metodologia em desenvolvimento por Tello e Mainardes. Neste sentido, nos apropriamos aqui da concepção de epistemologia de Saviani, quando afirma que:

Epistemologia é um termo de origem grega que está referido ao conhecimento. Mas a língua grega contém vários termos que designam, de uma ou outra maneira, o conhecimento. Assim, encontramos “doxa” que significa opinião, portanto, o conhecimento ao nível do senso comum; “sofia”, que traduzimos por sabedoria, corresponde ao conhecimento decorrente de grande experiência de vida; “gnosis”, cujo sentido remete ao conhecimento em seu significado geral; e o termo “episteme” que, especialmente a partir de Platão, se refere ao conhecimento metódico e sistemático, portanto, ao conhecimento científico. Entendida nessa acepção específica, a epistemologia corresponderia ao campo filosófico que indaga, de modo geral, sobre as condições de possibilidade, valor e limites do conhecimento científico e, em termos específicos, sobre as condições que determinada atividade cognitiva deveria preencher para integrar a esfera do conhecimento científico. (SAVIANI,2007,p.15)

Ao colocarmos ênfase na dimensão epistemológica dos processos formativos destes profissionais enquanto condições, possibilidades, valores e limites do conhecimento científico em consonância com o autor supra-citado, assumimos a premência de análises que possam revelar o caráter científico de tais propostas, em contraponto às posições pragmáticas e utilitaristas preponderantes, tanto no meio acadêmico quanto no senso comum, quando o assunto é a utilização das novas tecnologias na educação formal.

Desta forma, nosso interesse pela temática *formação de professores para a educação formal*, nos insere no campo de estudo das políticas públicas educacionais. Tal fato nos obriga a uma análise das bases epistemológicas que orientam as propostas e estudos sobre formação de professores, neste caso, para o uso das novas tecnologias em sala de aula, uma vez que são estas bases as quais podem nos revelar os fundamentos éticos e políticos de tais propostas, constitutivos de suas dimensões teórico-metodológicas.

Orientados por uma perspectiva de justiça social e de democratização, dentre outros, do patrimônio cultural produzido pela humanidade, assumimos o imperativo de uma atitude de vigilância epistemológica na produção de nossas investigações e na avaliação dos estudos e investigações de nossos pares professores e pesquisadores.

Sendo assim, ao propormos um projeto de pesquisa que procura analisar as produções relativas à formação de professores para o uso de novas tecnologias nas salas de aula, procuramos um tipo de procedimento investigativo que nos oferecesse condições para tal exercício. De nossas buscas, resultou o encontro com a metodologia da *análise textual de conteúdo* na metapesquisa que, segundo Tello e Mainardes (2015, p.167), nos permite a “identificação / construção das diversas visões, às que denominamos perspectivas epistemológicas e posicionamentos, assim também como seus enfoques epistemológicos”, neste caso, no campo das produções acima referidas.

Desta maneira, ao assumirmos a metodologia qualitativa da análise textual do conteúdo procuramos “desenvolver uma revisão sistemática de um conjunto de estudos já realizados, sobre um mesmo tema ou problema de pesquisa, tentando extrair deles, mediante contraste e inter-relacionamento, outros resultados e sínteses, transcendendo aqueles anteriormente obtidos (FIORENTINI e LORENZATO, 2006). Neste caso, ao proceder uma leitura analítica profunda e minuciosa dos textos a serem analisados, temos como objetivo identificar as principais visões, perspectivas epistemológicas e posicionamentos

evidenciados nas produções da ANPED – GTs 8 e 16 -, dos últimos 8 anos, sobre a temática anunciada.

Importante ressaltar que a metapesquisa em questão se diferencia da análise de revisão de literatura, uma vez que com a organização e a sistematização do material a ser pesquisado, visamos a análise das produções a partir de uma perspectiva teórico-epistemológica, ou seja, a partir do estudo das bases teóricas do campo pesquisado.

Para que se possa apreender o processo da metapesquisa, no enquadre proposto, seguimos a estrutura de Tello e Mainardes (2015, p.170), a partir da qual os autores nos oferecem o seguinte esquema analítico:

- 1- Recorte temporal ou temático de análise;
- 2- Confecção do Registro dos Artigos (referências, resumo, palavras chaves entre outros dados que possam contribuir para a compreensão do texto);
- 3- Leitura Sistemática dos artigos (Tipo de pesquisa; amplitude do estudo – local, regional, internacional -; marco teórico; técnica e/ou metodologia empregada na pesquisa; tipo de abordagem – descritiva, analítica, argumentativa; níveis de abstração – descrição, generalização empírica; criação de categorias / conceitos, teoria.)

A partir destas operações, os dados obtidos são organizados numa planilha combinada, da qual se procederá à análise conceitual e o trabalho sobre os aspectos relevantes do campo e/ou temática investigada.

Nossos estudos preliminares têm apontado uma “ausência” de uma vigilância epistemológica nas discussões sobre o uso das TICs no GT de Formação de Professores bem como no GT de comunicação, grupos de trabalho com maior incidência de estudos sobre esta temática. Nosso intuito futuro é buscar verificar as razões de como esta produção teórica foi construída e os impactos desta escolha no campo da formação de professores.

Além disso, entendemos que o sucesso de uma pesquisa ligada à leitura de outras de pesquisas, deve-se à realização de uma leitura epistemológica destas pesquisas, de forma que o pesquisador possa fazer a avaliação de tendências, revelação de métodos, teorias e paradigmas predominantes, culminando no periódico balanço de sua produção. Desta maneira, destacamos que, a “pesquisa da pesquisa” representa grande relevância, especialmente por fornecer as bases de uma análise que considere a qualidade da produção e que seja capaz de identificar correntes filosóficas e epistemológicas que estruturam a atividade de investigação. O foco de nossa pesquisa se insere nesta perspectiva.

REFERÊNCIAS

- FIorentini, D.; Lorenzato, S. *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SAVIANI, D. Epistemologias e Teorias da Educação no Brasil. *Pro-posições*, v. 18, n. 1 (52) - jan./abr. 2007, p. 15-27.
- TELLO, C. Las epistemologías de la política educacional como enfoque y la vigilancia y el posicionamiento epistemológico del investigador. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.7i1.0003
- TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educacional: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y posestructuralista. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 20, n. 9, 2012.
- TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.
- Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

GT 9: TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

50 ANOS DE VINHETAS DE ABERTURA DE TELENÓVELAS BRASILEIRAS: INICIANDO UMA CARTOGRAFIA

Paulo Negri Filho
Uninter - Centro Universitário Internacional Uninter
Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
paulonegrifilho@gmail.com

Palavras-chave: vinheta de abertura; telenovela; Rede Globo; genérico; cartografia.

INTRODUÇÃO

Pela observação do céu as antigas civilizações puderam determinar a passagem do tempo e o estabelecimento de determinadas temporalidades. Este tipo de observação tem sido cada vez menos presente, até porque, no período da noite as luzes das cidades impedem a nítida visualização dos astros. Apesar da mutabilidade, que ocorre num espaço de tempo significativo, dos astros e seus agrupamentos, as constelações, eles permitem perceber desenhos, representados nas mais diversas civilizações figurativamente como pessoas, animais ou objetos. As representações escolhidas carregavam significações inerentes à cultura ou período daquela sociedade (FARIA, 1987).

Entre mil a mil e quinhentas estrelas que constituem uma constelação, podendo estar a 8 minutos-luz ou 8 anos-luz ou 800 anos-luz de distância da Terra, o que determina que uma estrela vista numa noite qualquer, pode já não mais existir. Ser apenas sua ruína (BUCK-MORSS, 2002), ou seja, a autenticidade de uma pulsão de vida. Nesta perspectiva benjaminiana de entrelaçamento entre o que foi, o que é e o que pode ser, se dá a reflexão desta pesquisa a partir de um observável televisual bastante específico: as vinhetas de abertura de telenovelas, entendidas numa constelação de vinhetas (e demais construtos audiovisuais). Para tanto, tenta-se fazer uma construção do conhecimento que seja plural, somando-se diferentes campos, para se pensar o singular, um construto audiovisual particular.

A pesquisa se justifica pelo fato de o olhar *stricto sensu* para as vinhetas de abertura de telenovelas não vir sendo realizado por pesquisadores da Comunicação, salvo raras exceções, ainda que de maneira superficial. A originalidade, assim, já seria a primeira justificativa para adequar o trabalho na prerrogativa de um projeto de pesquisa. Contudo, ressalta-se, ainda, a quantidade limitada de trabalhos realizados no campo audiovisual por pesquisadores de Comunicação, se comparados com outros campos relevantes à área, quando não, de aprofundamento raso, muitas vezes em nível meramente descritivo. “Nossa contribuição para a delimitação e estruturação da área de comunicação tem sido precária, para não dizer pífia” (KILPP, 2003, p. 7), de acordo com o pesquisador Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes.

A questão fundamental da pesquisa é: o que é evidenciado dos elementos constitutivos das vinhetas de abertura de telenovelas que as caracterizam como tal, na constelação desses esqueletos (ruínas) culturais audiovisuais.

O problema de pesquisa tem como hipótese que os plots principais encontrados na trama também estão presentes nas respectivas vinhetas, sendo elementos fundamentais para relacionar vinhetas e telenovelas, independente da técnica utilizada na construção da vinheta. Assim, a relação entre vinhetas e telenovelas criada pelos mesmos plots seria o elemento essencial da constituição e reconhecimento da vinheta de abertura de telenovela enquanto produto cultural televisual característico, reconhecível e memorável.

O objetivo desta pesquisa é elucidar as características que as fazem serem reconhecidas como vinhetas de abertura de telenovelas, com foco nos plots (COMPARATO, 2009) percebidos e comparados nas vinhetas e nas sinopses das tramas a partir do tensionamento desses construtos.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil dos anos 70, a televisão assume extrema importância como meio de comunicação e, quase que conseqüentemente, a telenovela cumpre um papel social, além de proporcionar diversão e entretenimento (MARQUES, 2008). É nesta década que as vinhetas de abertura de telenovelas têm avanço técnico e estético, deixando de ser meramente informativas. Assim como a telenovela é presença corriqueira nos lares, é inconcebível uma telenovela sem uma vinheta de abertura, como afirma Neira (2012, p. 1) “a construção de aberturas especiais para cada nova telenovela é praticamente uma obrigatoriedade”, sendo que as vinhetas carregam as éticas das próprias emissoras (KILPP, 2003).

Para Abreu (2011), o telespectador é capaz de perceber melhor as vinhetas de abertura na TV dada a sua repetição; podendo analisá-las e, então, interpretá-las. Neste caso, as vinhetas podem ser melhor avaliadas, uma vez que a repetição propicia um destaque maior nas imagens, libertando, portanto, a imediaticidade da apresentação única do cinema, por exemplo. A cada repetição, o olhar do espectador encontra novas possibilidades de leituras, que lhe permitem fazer inferências significativas, bastante próximas das de um trabalho interpretativo do espectador diante de uma obra de arte, no entanto, influenciado, agora, pelo transcorrer da trama.

De fato, as vinhetas de abertura de telenovelas possuem características muito peculiares, relacionadas à telenovela a que se vinculam, à realidade sociocultural e econômica de quando são criadas (e normalmente não sofrem alteração após o início de sua veiculação), até porque, o telespectador senta-se à frente da televisão para assistir ao capítulo da telenovela e não para contemplar sua vinheta de abertura, ainda que seja impensável uma telenovela sem vinheta de abertura que a represente, que a apresente, a identifique. A vinheta de abertura não é um produto para seu próprio fim, mas com a função muito determinada de delimitar o espaço que distingue a telenovela do restante da programação.

A perspectiva não é sair de um ponto A para alcançar um ponto B, isto seria demasiadamente limitador. Adota-se a ideia de Benjamin, na identificação da necessidade de uma flaneurie, já que a percepção do flâneur encontra-se mais receptiva às possíveis nuances que possam surgir ao longo do trajeto, característica fundamental do método cartográfico (ROSÁRIO; AGUIAR, 2012). Para Benjamin, o flâneur busca seu asilo na multidão, de pessoas, de paisagens, de constelações e, nesta pesquisa, de vinhetas. A

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

intenção é que as nuances forneçam o ausente, afinal, ao tentar se familiarizar com o lugar de passagem, o flâneur começa a enxergar mais apuradamente aquilo que não estava dado, que não era evidente no caminho dos transeuntes regulares. Provavelmente a resposta à questão não será única, nem simples. Para Peixoto (1993), as passagens são o caminho do futuro das imagens.

A operacionalização metodológica sobre o empírico encontra na cartografia atualizada por Kastrup (2009) um caminho que se delineia em quatro fases: rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento. No rastreio, procura-se pistas e indícios relevantes na coleta de material audiovisual. No toque, substitui-se a busca da informação pela flaneurie, a fim de encontrar caminhos relevantes para a solução do problema. “Podem ser exemplos destes sinais ritmos variados de relações de sentidos, partindo de vislumbres que conduzem à seleção, como a diversidade de tipos imagéticos” (ROSÁRIO; ALMEIDA, 2014, p. 6). Esse passo encaminha para que sejam selecionados materiais para um pouso. Uma ‘parada’ para perceber o território e voltar-se à exploração, à observação, ao detalhamento e a verificação das possibilidades de problematização das imagens na relação com o contexto e com a fundamentação teórica. Por fim, chega-se ao reconhecimento atento, que exige a reconfiguração do território, a reterritorialização dos sentidos (ROSÁRIO; ALMEIDA, 2014), e aqui o ausente pode se apresentar.

Para o reconhecimento atento apagam-se limites e fronteiras, já que a referência se afasta do estabelecimento de relações e se aproxima da identificação de um espaço ausente, um campo expandido, o lugar onde as imagens se fazem lidas, dizem ao que vêm. Diferentemente do que comumente se faz: nós dizemos a que as imagens vêm. Para permitir que as imagens se façam lidas, faz-se necessário um despojamento do véu da consciência e das amarras da objetividade. As imagens não podem falar por si? As imagens não podem falar entre si? O que é a imagem dialética a que Benjamin se refere? Haveria uma metodologia possível que evidenciasse o lugar ausente? Questões não faltam.

Talvez as respostas não possam acompanhar o ritmo das questões, mas naquilo que é dúvida pode estar a maior contribuição desta proposta na forma como se apresenta. É interessante lembrar que o próprio Godard fazia superposição de imagens (cinema e vídeo). Esta prática era puramente estética? Ou teria, de fundo, uma expectativa de dar voz às imagens? Não poderia ser ponto de partida para se pensar uma metodologia de análise? Ao se precaver com relação ao intelecto, à consciência e à objetividade nos quais somos educados formalmente.

Para Bergson, “nossa inteligência é o prolongamento dos nossos sentidos” (2006b, p. 36), que comumente são subestimados em detrimento de uma forma de pensar mais cartesiana. A percepção daquilo que não foi dado, que é ausente, pois, parece relacionar-se muito mais com a sinestesia do que com uma inteligência guiada pela Ciência Positiva, aquela visão “miope” que faz uso da inteligência para se chegar à compreensão. Para isto, uma alternativa pode ser a sinestesia, em que as imagens deixam de ser puramente visuais e passam a ser táteis, olfativas, auditivas, palatáveis. Esta sinestesia a que se recorre, pode manter relação íntima com a intuição proposta por Bergson (2006b). E a intuição torna o conhecimento do entre mais possível justamente porque não entende nada estático, num devir permanente em que o passado e o futuro estão abarcados no presente. Benjamin já se opunha a um passado inerte, pois considerava que na história só apareciam os atos heróicos, sendo que, a maior parte dos acontecimentos e vozes ficavam silenciados, pelo menos formalmente, já que, poderiam e teriam a capacidade de emergir, permanecendo sempre latentes, mesmo que renegadas.

Em Bergson (2006b) o próprio lembrar/esquecer não é dual, afinal, a percepção de mundo é tudo o que é “visto”, menos aquilo que não é necessário para alguma ação. E é exatamente o que é subtraído que tem importância para Bergson. Consciente e inconsciente se alternam e, nesse sentido, a memória não pode ser total, ela não dá conta da totalidade, já que fica na dependência desses dois níveis que coexistem. Talvez seja esta a brecha para que o lugar de passagem da cartografia com o que está ausente se manifeste.

[...] o Ausente, que o imaginário do espectador preenche no ato da “leitura”. Esse lugar [Ausente] nem sempre está definido [...]: ele pode permanecer desterrado, ubíquo, exigindo uma “leitura” fantasmática por parte do espectador, pois, apesar de a posição deste último ser sempre privilegiada em relação ao dado visível, ela própria não se deixa conhecer a não ser como um abismo. (MACHADO, 2007, p. 73)

Este lugar “ausente”, citado por Machado, e comparado a um abismo, ou seja, inalcançável facilmente, poderia estar evidenciado, para Didi-Huberman et al (2013), justamente naquilo que toca o real? Que arde nas imagens? O pesquisador inicia seu texto “Cuándo las imágenes tocan lo real” (2013) com uma provocação: “não há imagem sem imaginação”. E no mesmo sentido, vai resgatando diversas citações para compor seu pensamento a respeito das imagens, tais como a de Goethe, em que o pensador declara que “A Arte é o meio mais seguro de alienar-se do mundo, assim como de penetrá-lo”, ou a de Baudelaire, para quem a imaginação é essa faculdade “que primeiro percebe [...] as relações íntimas e secretas das coisas, as correspondências e as analogias, [de maneira] que um sábio sem imaginação já não parece um falso sábio, como, pelo menos, um sábio incompleto”. De Rainer Maria Rilke, “Se arde, é que é verdadeira”, e, finalmente, de Benjamin, “A verdade [...] não aparece no desvelo, senão, no processo que poderíamos designar analogicamente como o incêndio do véu [...], um incêndio da obra, onde a forma alcança sua maior luminosidade”.

Para aplicação da metodologia, foram baixadas todas as vinhetas de abertura de telenovelas da Rede Globo disponíveis no site Memória Globo, assim como todas as sinopses das telenovelas a que as vinhetas pertencem. Após a catalogação de todo o material em pastas por décadas (1960 a 2010) e, subpastas por ano, as vinhetas foram assistidas uma a uma e descritas por meio de textos com formas próximas às das sinopses das tramas. Os textos das vinhetas e os textos das sinopses foram colocados em tabela em que possam estar lado a lado e, neste estágio da pesquisa, estão sendo comparados.

A ideia é perceber as aproximações e afastamentos evidenciados nos textos no que se refere às propostas das tramas das telenovelas e das vinhetas, com foco nos plots trabalhados em ambas.

A opção pela Rede Globo se dá porque “nos termos de suas vinhetas, a Globo enuncia sentidos éticos que são estética e culturalmente diferenciados” (KILPP, 2003, p. 77), além do que, “a TV Globo foi a única emissora que ‘pensou’ eticamente na estética televisiva, aquela que engendrou um padrão e o impôs a toda programação da rede como identidade.” (id., p. 80). Além do mais, a TV Globo, salvo casos específicos, mantém os maiores índices de audiência no Brasil, sendo exportadora de produtos audiovisuais, especialmente teledramatúrgicos para centenas de países, dublados em dezenas de idiomas.

A inserção do projeto se dá não como mais um estudo sobre telenovela brasileira, mas, a partir dos estudos já realizados, de acordo com o que foi levantado pelo proponente deste projeto sobre estudos anteriores, destacando-se: Neira, com a dissertação de

mestrado defendida em 2005, intitulada “Abertura de telenovela: o design em movimento” e Schiavoni, com a pesquisa de mestrado “Vinheta: uma questão de identidade na televisão”, defendida na Unesp, no Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática, que apesar de ter como objeto as vinhetas de telejornais, é um dos poucos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comunicação.

Neste momento, no entanto, não serão tensionados todos os estudos citados, pela característica mais concisa deste texto. E ainda que as propostas de Schiavoni e de Neira (2012) sejam as que mais se aproximem da delimitação deste projeto, esta última investigação não se aprofunda, limitando-se a uma visão bastante técnica da abertura de novelas, abordagem acentuada pela tomada das vinhetas como “objeto de design”, que só pode ser compreendido a partir do “contato com a trama à qual se dirigem, o que anula qualquer possibilidade de significação simplista, cujo referente pudesse ser encontrado em nosso repertório de mundo real” (p. 1). Neste projeto, opta-se por uma abordagem das vinhetas como objetos culturais, algo mais amplo que o design, em concordância com Kilpp (2003), que entende que há, nas vinhetas, uma construção ética pelas emissoras (destacando a Globo), enunciando sentidos estéticos e culturalmente diferenciados, ainda que construídos “de restos culturais, que seriam coletados na cultura mesma ou nos confins dos campos sociais” (KILPP, 2003, p. 214).

Ainda retomando a citação de Neira (2012), em que as vinhetas só podem ser compreendidas no contato com a trama, há que se discordar, na medida em que, apesar de poder haver relação com a trama, esta relação não é condição sine qua non para a compreensão da vinheta (ou para que a vinheta toque algo para além da compreensão), especialmente sobre as vinhetas de abertura de telenovelas. A própria Neira vai afirmar que além de apresentar o elenco da telenovela, a vinheta é “um espaço de comunicação, que se propõe a estimular não só a venda da trilha sonora ‘original’, mas também provocar o desejo de consumo da trama, como uma boa capa de um livro ou uma embalagem de um novo produto” (2012, p. 1-2). Na afirmação, o termo comunicação parece ficar bastante limitado, afastando-se do sentido de construção cultural e aproximando-se de um sentido mais mercadológico e com fim mais delimitado do que um espaço comunicacional, no entendimento mais amplo, pudesse delimitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa a que este trabalho está vinculado permanece em andamento até final de 2015, quando as conclusões poderão ser apontadas mais assertivamente, assim, o texto, como a pesquisa, estão em aberto, nas idas e vindas do processo cartográfico.

Vale ressaltar que a pesquisa com vinhetas de abertura de telenovelas é escassa, podendo, assim, ser desenvolvida sob diferentes perspectivas. Espera-se que este trabalho possa fornecer novos questionamentos e possibilidades para a reflexão a respeito do observável aqui brevemente apresentado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rogério. **Design na TV: pensando vinheta**. Salto : Ed. Schoba, 2011.

BERGSON. **O pensamento e o movente**. São Paulo : Martins Fontes, 2006b.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens**. Tradução Ana Luiza de Andrade. Belo Horizonte : Editora da UFMG; Chapecó : Editora Universidade Argos, 2002.

CETVN. **Rol de Telenovelas**. Disponível em: http://www.eca.usp.br/nucleos/cetvn/telenovela_rol.php. Acesso em 15 de agosto de 2014.

COMPARATO, Doc. **Da Criação ao Roteiro: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges; CHÉROUX, Clément; ARNALDO, Javier. **Cuándo las imágenes tocan lo real**. Madrid : Círculo de Bellas Artes, 2013. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120220095738/http://www.macba.cat/uploads/20080408/Georges_Didi_Huberman_Cuando_las_imagenes_tocan_lo_real.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

KASTRUP, Virginia. **O método da cartografia e os quarto níveis da pesquisa intervenção**. In: CASTRO, L.R. & BESSET, V.L. (orgs.) Pesquisa intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Nau, 2009. Pp.465-4.

KILPP, Suzana. **Ethicidades televisivas – sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos**. São Leopoldo : Ed. Unisinos, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediações na Recepção: um estudo brasileiro dentro das tendências internacionais. ALAIC – **Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**. Disponível em: www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/17gt/Immacolata.doc. Acesso em 29 de maio de 2007.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. São Paulo : Brasiliense, 1987. __. O sujeito na tela. Modos de enunciação no cinema e no ciberespaço. São Paulo : Paulus, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

__. **Procesos de Comunicación y matrices de cultura: itinerário para salir de la razon dualista**. México. Ediciones G Gili.

MARTÍN-BARBERO, Jesús e MUÑOZ, Sonia (coord.). *Televisión y melodrama*. Bogotá: Tercer Mundo Ed., 1992.

MEMÓRIA GLOBO. **Relação de novelas**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2014.

NEIRA, Luz García. **Abertura de telenovela: evolução histórica e relação com a trama**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/75935462/Abertura-de-Novela-LuzGarcia-Neira>. Consultado em 02 de outubro de 2012.

PEIXOTO, N. B. **Passagens da imagem: pintura, fotografia, cinema, arquitetura**. In: PARENTE, A. (Org.). *Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro : Ed.34, 1993.

ROSÁRIO, Nísia Martins do; AGUIAR, Lisiane Machado. Pluralidade metodológica: a cartografia aplicada às pesquisas de audiovisual. *Revista Comunicación*, n.10, Vol. 1, año 2012, pp. 1262-1275.

ROSÁRIO, Nísia Martins do; ALMEIDA, Guilherme Fumeo. *Espetáculo, Política e Corporalidades: ressignificação de sentidos em sujeitos midiáticos*. Foz do Iguaçu : Intercom, 2014. Disponível em: www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-2485-1.pdf. Consultado em 05 de outubro de 2015.

SCHIAVONI, Jaqueline Esther. *Vinheta: uma questão de identidade na televisão*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática, Bauru : Unesp.

A FLUMINENSE FM E O ROCK NACIONAL DOS ANOS 1980

Rodrigo Otávio dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias – Uninter.

rodrigoscama@gmail.com / rodrigo.s@uninter.com

Palavras-chave: História; Música; Comunicação; Sociedade.

O presente artigo pretende demonstrar como a Rádio Fluminense FM, do Rio de Janeiro ajudou a consolidar, e de certa maneira até mesmo a criar o movimento que naquele momento era tido como rock nacional, ou BRock, nas palavras de Dapieve (1995).

A rádio Fluminense FM foi um dos pilares, juntamente com o Circo Voador e as danceterias, da divulgação e expansão das bandas nacionais oriundas dos anos 1980, por ter aproximado público e artista, e por ter dado chance para que estes conseguissem ser ouvidos por um público maior e mais eclético.

A rádio inicia-se, segundo Estrella (2012), quando dois jovens, Samuel Wainer Filho, também conhecido por Samuca, e Luiz Antônio Mello, propõem a criação de um programa radiofônico onde o rock era imperativo. O nome deste programa seria *Rock Alive*. Os dois então conversam com Ephrem Amora, superintendente do grupo O Fluminense (que contava também com a Fluminense AM e o jornal *O Fluminense*), que negou-lhes o programa.

Naquele momento histórico e tecnológico, em meados de 1982, a maioria das rádios ouvidas pelos jovens era AM. Isso porque a Modulação em Amplitude tem uma cobertura maior, consegue, ainda que com menos qualidade, atingir maior espaço territorial, independente de acidentes geográficos que dificultem a passagem do sinal radiofônico.

Castro (2010) diz que no Rio de Janeiro, onde instalou-se a Fluminense FM, havia apenas uma rádio que tocava música pop, a Mundial AM. As rádios FM no período tocavam apenas música ambiente, sem interrupções. Como sua abrangência era limitada por problemas técnicos, era praticamente ignorada pelos ouvintes, e acabava sobrando às FMs as salas de espera dos consultórios médicos ou correlatos.

Estrella (2012), entretanto, lembra que entre 1977 e 1982 surgiram 11 novas emissoras FM no Rio de Janeiro, e os ouvintes começaram a perceber que na outra banda do seu rádio havia outro tipo de programação, mais descontraída, diferente das táticas já estabelecidas pela AM. E a qualidade da transmissão também era outra, já que com menos potência, as FMs tinham uma qualidade superior, e poderiam ser escutadas em estéreo, diferente das AM, que sempre foram monofônicas. Mesmo assim, ainda não havia uma rádio para os jovens.

Este panorama começou a mudar quando Amora chama novamente Mello e Wainer Filho, oferecendo-lhes não mais um programa, mas sim toda a direção artística da rádio, dando-lhes carta branca para trabalhar a faixa 94,9 do *dial* dos rádios.

Como informado por Alexandre (2002), às seis da manhã de 1 de março de 1982 inaugurou-se a Rádio Fluminense FM, em Niterói, RJ. Com ela, toda uma nova fórmula de rádio foi criada. Estrella (2012) ressalta que a Fluminense não nasceu com a proposta de ser uma rádio de rock. Sua proposta era fazer aquilo que as demais rádios não faziam. O rock apenas era estilo musical nascente que as outras rádios ignoravam.

Uma das principais mudanças da Fluminense em relação às demais rádios do período foi a locução. Novamente de acordo com Estrella (2012), descobrimos que todas as locuções seriam feitas por mulheres. Até então apenas homens faziam locução em rádio. Mais ainda,

estas mulheres não tinham treinamento para a função. Mas estudavam cada canção e cada artista, para informar os ouvintes acerca daquilo que estavam escutando no momento.

Além disso, a rádio tinha como meta nunca aceitar jabaculê, ou seja, nunca aceitar dinheiro das gravadoras para tocar este ou aquele artista. Com isso, puderam desenvolver outra característica que muito os beneficiou: nunca tocar a mesma música duas vezes ao dia. E estas músicas, ao serem executadas, o seriam na íntegra. Estrella (2012) informa que no período as rádios “cortavam” pedaços da música ou o locutor inseria sua voz na canção. Isso para evitar que as pessoas copiassem em suas fitas cassetes a música que estava tocando na rádio. Naturalmente, os ouvintes da Fluminense faziam o oposto, ou seja, gravavam diversas músicas a partir da programação da rádio para poder escutar depois.

Na Fluminense não havia “música de trabalho” de determinado artista. Tocavam-se todas as canções dos álbuns, ou aquilo que os ouvintes pediam. Mas a execução das músicas nunca levou em consideração desejos de artistas ou gravadoras. Os módulos eram compostos de três músicas, sempre nesta ordem: a primeira era nacional e as outras duas, estrangeiras. Esta característica gerou entre os ouvintes o hábito dessa sequência, além de abrir espaço permanente para a música brasileira na programação.

Bryan (2004) informa que o texto falado na rádio era informal, porém sem gírias, direcionado aos jovens cansados de escutar sempre as mesmas canções e sedentos por informações a respeito de música, surfe, skate, voo livre e movimentos guerrilheiros internacionais. Quando estreou, a rádio caiu no gosto das pessoas entre 15 e 30 anos, das classes A, B e C, localizadas principalmente nas zona sul do Rio de Janeiro e exigentes quanto à pronúncia correta dos nomes dos artistas e das canções executadas. Estrella (2012) diz que quando a Fluminense começou, havia 16 emissoras no Grande Rio e ela estava em penúltimo lugar na audiência. Alguns meses depois, era a terceira em número de ouvintes.

Interessante a colocação de Castro (2010 p.73) em relação às dependências da rádio. Ele nos conta que

A famosa Fluminense FM não passava de uma salinha minúscula, não devia ter mais de 7 metros quadrados, num prédio degradado na entrada da cidade de Niterói. Numa mesa que ocupava 40% da sala, estavam dois leitores de cassete autorrebobináveis, um microfone, um caderno com a numeração dos cassetes e sua localização, e um cinzeiro repleto de bitucas. Nem o telefone cabia na mesa, ficando no chão, por debaixo da poltrona onde sentava o locutor. A rádio funcionava como uma rádio AM, recebendo telefonemas de ouvintes e interagindo com eles.

Na rádio, de acordo com Estrella (2012), os principais responsáveis pelo seu sucesso foram Luiz Antônio Mello, cuja função era cuidar dos bastidores, do orçamento, da contratação de profissionais e intermediar as mudanças técnicas necessárias para que a rádio aumentasse sua potência; Sérgio Vasconcellos, que com cerca de seis mil discos de rock dos anos 1950, 1960 e 1970, além de piratas comprados nos EUA, assumiu a programação musical da rádio; Amaury Santos, cuja responsabilidade estava o treinamento da locução, do radiojornalismo e a produção de cartuchos e fitas a serem utilizados no estúdio; Maurício Valladares, programador do principal programa da rádio, o *Rock Alive* e Carlos Lacombe e Álvaro Luiz Fernandes, responsáveis pelo marketing e pelo departamento comercial da rádio.

Alexandre (2002) diz que um dos motivos para a consolidação e sucesso da rádio veio com o lançamento de uma demo da Blitz gravada ao vivo no Circo Voador, com "Você não soube me amar". A rádio começou a ganhar fama de incentivadora do rock brasileiro e "lançadora" do novo pop mundial, já que esta fita tocou no segundo dia de operação da rádio.

A rádio era tão influente que, segundo Estrella (2012), o selo “Aprovado pela Fluminense FM” era requisitado febrilmente pelas gravadoras. Todos os discos que tinham este selo eram vistos como de vanguarda, como representando o ápice musical da juventude brasileira.

Todos os artistas da geração dos anos 1980 passaram pela rádio, também conhecida como “Maldita”, graças a uma de suas vinhetas, que gritava esta palavra com um tom desesperado.

Uma das maiores ajudas ao rock nacional veio em parceria com o Circo Voador, casa de espetáculos de Perfeito Fortuna. Como ambas as instituições eram muito atuantes para os músicos do período, era quase natural que houvesse uma espécie de colaboração entre elas. Para Juçá (apud Estrella, 2012), a maior vantagem da parceira era o aumento da audiência para a Fluminense e o aumento de público para o Circo Voador. Nem todos que escutavam a rádio iam aos shows, e vice-versa, porém, ao presenciar um bom concerto, normalmente o jovem começava a escutar a rádio. Em contrapartida, ao escutar uma nova banda na Fluminense, o jovem procurava os shows da banda e os encontrava no Circo Voador. Nos quatro anos de parceria, cerca de 390 bandas passaram por ambos os meios de divulgação.

O mais bem-sucedido projeto do Circo Voador, segundo Bryan (2004), foi o *Rock Voador*, na união com a rádio Fluminense. Organizado por Maria Juçá e Perfeito Fortuna, o projeto contava, nas noites de sábado e domingo, com shows de bandas que só tocavam na emissora. Para estreiar o projeto no dia 23 de outubro de 1982, foram convidados Serguei e Celso Blues Boy.

Algum tempo depois, a gravadora Warner lançou o LP *Rock Voador*, com fitas autoproduzidas levadas ao ar pela Fluminense e escolhidas pelo produtor Gregório Nogueira. O disco trazia as bandas Sangue da Cidade, Papel de Mil, Maurício Mello e Companhia Mágica, Kid Abelha e os Abóboras Selvagens, Malu Vianna e Celso Blues Boy. Era um disco feito com base nas fitas de demonstração das bandas, sem preparo técnico e com uma qualidade muito inferior aos discos regularmente lançados pelas gravadoras, e até mesmo pela Warner.

A Fluminense ficou conhecida por apresentar ao público o rock brasileiro dos anos 80. Bandas que ficaram nacionalmente famosas lá se apresentaram primeiro, como Paralamas do Sucesso, Kid Abelha e os Abóboras Selvagens, Celso Blues Boy, Lobão, Blitz, Legião Urbana, Capital Inicial, Plebe Rude entre outras. Além disso, detinha, entre todos os veículos de comunicação, a maior credibilidade entre os jovens.

Porém, mesmo com uma boa proposta, diversos patrocinadores, alta credibilidade e confiabilidade, para Estrella (2012), a Fluminense FM deixou de ser uma rádio relevante a partir de 1986. A autora conta que as razões para isto foram os conflitos internos que desmantelaram a equipe original, e que, a partir de 1986, a rotatividade entre as gerências e funcionários levaram a diversas estratégias equivocadas, que trouxeram a descaracterização da rádio. Ela ainda permaneceu no *dial* dos aparelhos de rádio até 1994, mas sem sombra do brilho de outrora.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de Luta**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.

BRYAN, Guilherme. **Quem tem um sonho não dança: Cultura Jovem brasileira dos anos 80**. Rio e Janeiro: Record, 2004.

CASTRO, Cid. **Metendo o pé na lama**. São Paulo: Tinta Negra, 2010.

DAPIEVE, Arthur. **BRock: O Rock Brasileiro dos Anos 80**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ESTRELLA, Maria. **Rádio Fluminense FM: A porta de entrada do rock brasileiro dos anos 80**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

A TECNOLOGIA COMO ESTRATÉGIA E A SOBRECARGA DA INFORMAÇÃO

Edimar Elias; Leticia Batista Taborda
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação
edimarelias@gmail.com
le.btaborda@gmail.com

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. Estratégia. Sobrecarga de informação. Produtividade.

INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia da informação (TI) como recurso estratégico de negócio, vem sendo amplamente disseminado nas empresas, para se manterem competitivas e ampliarem seu valor de mercado.

O papel da TI nas organizações mudou significativamente e a sua integração com as estratégias de negócio devem estar bem alinhadas, para que os retornos com os seus investimentos sejam consideráveis. (LAURINDO et. al, 2001).

Essa área, em especial, tem chamado a atenção de executivos e estudiosos, pois vem se transformando em um dos principais insumos estratégicos, um fator crítico de sucesso empresarial e o quarto principal recurso disponível para os executivos, depois das pessoas, do capital e das máquinas (GRAEML, 2000).

A partir desse contexto, em que se tem a TI como instrumento de gestão estratégica, a sua utilização dentro dos diversos setores empresariais, passa a ser uma importante ferramenta de produtividade. Novas tecnologias alinhadas aos processos da empresa devem contribuir para o sucesso ou maior competitividade (LAURINDO et. al, 2001).

Considerando que a TI é gerada e explicitada devido ao conhecimento das pessoas e empregada como instrumento para os mais diversos fins, ela pode estar vinculada, também, ao desempenho dessas mesmas pessoas nas empresas. Além de sua rápida evolução, a TI está incorporada em qualquer atividade, como instrumento de apoio, agregando valor aos produtos, processos e serviços (ROSSETTI e MORALES, 2007).

Porém, o excesso de dados e a quantidade de informações geradas diariamente, fazem com que a habilidade das pessoas, de saberem selecionar o que é relevante e útil seja cada dia mais valorizada para a tomada de decisões. Em contrapartida, isso pode-se tornar um problema, que está associado a sobrecarga de informação, podendo atingir proporções graves dentro das empresas, diminuindo a capacidade e a qualidade de decisão das pessoas (BRENNAN, 2011). Com base no exposto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: até que ponto a Tecnologia da Informação deixa de ser estratégica e passa a se tornar disfuncional, quanto à capacidade de as pessoas gerenciarem informações?

Além de fatores individuais, que podem contribuir para o baixo desempenho, o excesso de informação também pode criar ineficiências e se tornar problemático, caso o indivíduo precise realizar diversas tarefas ao mesmo tempo, gerando stress e diminuindo a produtividade. O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos da Tecnologia da Informação no rendimento de trabalho das pessoas. Como esse alinhamento pode contribuir nos processos das empresas, na padronização de tarefas, para que a administração do tempo e das informações, torne-se também, um ponto a ser tratado como estratégico para as empresas. Este trabalho é apresentado em seções, iniciando por esta Introdução, seguida de breve descrição da tecnologia da informação como estratégia empresarial e a ameaça

que a quantidade excessiva de informação gerada pode causar no rendimento das pessoas. Posteriormente, será exposta a metodologia da pesquisa e por fim, as conclusões.

2 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

Estratégia trata das mudanças significativas que a empresa quer ou precisa fazer. Ela precisa saber onde está, onde gostaria de estar e saber como pretende chegar lá. Para saber a situação atual, devem-se estudar as forças competitivas da indústria que estão pressionando a organização para realizar mudanças e o resultado é uma avaliação da situação, com várias opções de potenciais investimentos em sistemas de informação. Basicamente, Bytheway (2004, p. 20) define estratégia como “saber onde você está, saber onde você pode escolher ser, e saber como você pretende chegar lá”.

Entendendo tecnologia como um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas, que visam a resolução de problemas, podemos utilizá-la no processo de gerenciamento empresarial. Um Sistema de Gestão da Informação bem aplicado, pode reduzir custos, retrabalhos e otimizar o tempo, além de melhorar a comunicação de diversas áreas internas e também com os próprios clientes.

A tecnologia da informação é uma expressão usada para referir-se a componentes técnicos específicos, normalmente organizados como *hardware*, *software* e comunicações, que são usados para tornar-se um sistema de informação. Sob o olhar dos negócios, a TI, conciliada a sistemas de informação e processos de negócios, pode se tornar uma vantagem competitiva (BYTHEWAY, 2004, p. 20).

Para Albertin (2001), a TI contribui com a estratégia competitiva de uma empresa, principalmente, nos seguintes pontos:

- Proporcionar vantagens permitir a diferenciação de seus produtos e serviços;
- Possibilitar melhor relacionamento com clientes;
- Permitir a entrada mais fácil em alguns mercados;
- Possibilitar o estabelecimento de barreiras de entrada;
- Auxiliar a Introdução de produtos substitutos;
- Facilitar a eliminação de intermediários;
- Facultar o surgimento de novos intermediários que adicionem valor por meio de informação;
- Permitir novas estratégias competitivas com o uso de sua tecnologia de custos.

A tecnologia da informação desempenha um papel crítico na gestão da informação nas organizações. No entanto, tendo dito isso, deve-se entender que a TI é a forma técnica sobre a qual a informação está alojada, acessada, recuperada, distribuída e usada, e não a entidade primária que está a ser gerido sob a rubrica de Gestão de Informação. Afinal, a tecnologia da informação facilita a capacidade de apoiar a criação de informação, aquisição, organização, armazenamento, distribuição e uso em ambos os modos eficientes e eficazes (DELTOR, 2010).

O mundo da tecnologia está em constante mudança e apresenta desafios especiais para aqueles que desejam compreendê-lo.

Segundo o economista e professor da Harvard Business School Michael Porter, o desenvolvimento de uma estratégia em uma indústria emergente ou em uma empresa passando por mudanças tecnológicas revolucionárias é uma proposta assustadora. Nesses casos, os gerentes enfrentam um alto nível de incerteza sobre as necessidades dos clientes,

os produtos e serviços que irá provar ser o mais desejado, e a melhor configuração de atividades e tecnologias para lançá-las. Com a incerteza de arriscar ou que os equipamentos fiquem obsoletos, as empresas combinam todos os recursos, oferecem todos os novos serviços, ou seja, exploram todas as tecnologias (Porter, 1985).

Se tratando de uma organização, o nível estratégico de negócio influencia a TI, assim como a estratégia de TI pode influenciar as decisões o planejamento estratégico (BYTHEWAY, 2004).

O uso de TI na sustentabilidade da empresa contribui na gestão do desempenho organizacional. A tecnologia da informação fornece instrumentos tecnológicos e computacionais para o planejamento estratégico, que quando bem definidos, se torna um diferencial competitivo.

3 A DISFUNÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SOBRECARGA

A informação e o conhecimento tornaram-se os principais recursos econômicos para a competitividade das empresas. Porém, o excesso e o aumento crescente de informação, se tornou, paradoxalmente, um dos grandes problemas gerenciais, enfrentado pelas empresas (LIRA, 2008).

A sobrecarga de informação descreve um excesso de informações que resulta na perda da capacidade de tomar decisões, processar informações, fazendo com que as pessoas percam a sua capacidade de gerenciar pensamentos e ideias, resultando numa reação de estresse e perda de eficiência no trabalho, ocasionando, até mesmo a desinformação, tendo em vista que o potencial de captação do homem continua restrito (LIRA, 2008).

Miller (1955) escreve sobre nossa habilidade em retransmitir aquilo que memorizamos e de acordo com as suas conclusões, possuímos a capacidade de lembrar pequenas quantidades de informação para uso imediato. Segundo ele, nossa memória temporária é capaz de armazenar entre cinco (sete menos dois) e nove (sete mais dois) conjuntos de dados de cada vez, dependendo da circunstância e do tipo de dado em si.

Eppler and Mengis (2004, p.326) apresenta a seguinte descrição: “A sobrecarga de informação ocorre quando o abastecimento excede a capacidade. Consequências disfuncionais... e uma diminuição na qualidade da decisão são o resultado”.

Deve-se considerar que nem todas as informações recebidas diariamente são importantes e a tentativa de administrá-las na totalidade podem gerar stress e prejudicar o desempenho das atividades e na concentração, visto que a capacidade humana tem certa limitação ao processar e armazenar informações.

Para Saber (2006), apesar de ser um assunto recente e pouco explorado, a sobrecarga de informação esta atingindo de forma rápida a sociedade, impulsionada pela explosão informacional:

Se lidar com a sobrecarga é um desafio que para muitos vem dando trabalho, tentar se ausentar da situação não parece ser a melhor saída. Quanto mais o indivíduo reverte mecanicamente a hábitos e políticas do passado, mais ele desesperadamente supersimplifica a sua situação, mais inéditas são as suas respostas às inovações e às escolhas que invadem sua vida. Quanto mais ele se apoia nessas estratégias, mais o seu comportamento se mostra irregular e desequilibrado, mais ele cai numa instabilidade generalizada. É como se atmosfera informacional que nos cerca não desse outra opção a não ser consumir informação,

cabe a cada um de nós descobrirmos como regular esse processo (SABER, 2006, p. 130).

É indiscutível que o avanço tecnológico, considerado na atualidade como sendo ciência aplicada, o saber ativo, o conhecimento habilitado para atuar sobre a sociedade e transformá-la, influenciou, nos últimos séculos, todos os setores da vida humana (LIRA, 2008).

Administradores e profissionais precisam utilizar a tecnologia da informação para adquirir conhecimento capaz de garantir maior produtividade e maior competitividade entre organizações.

4 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória teórica, para se aprofundar no tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, no âmbito de atrelar tecnologia da informação com sobrecarga de informação.

Segundo Gil (1996), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses para estudos futuros.

Para Raupp e Beuren (2006) explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas.

Visando promover um estudo amplo, em diversas atividades que envolvem a estratégia na área de tecnologia da informação, este trabalho também é de cunho bibliográfico, pois foi desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, artigos, redes eletrônicas e material acessível ao público em geral.

Manzo (1971, p. 32) enfatiza que a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente. Para tal, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi escrito ou abordado em certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque, chegando a novas conclusões.

Partindo dessas análises, foi desenvolvida uma busca de trabalhos que envolvem a TI nos processos de negócio e estratégia das organizações e sua inversão de valor quanto ao que se refere na capacidade ou incapacidade do homem, em gerenciar as informações que as próprias ferramentas de TI disponibilizam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar as condições de trabalho, deve ser um ponto estratégico nas empresas, pois não somente desenvolver ferramentas que aumentem a produtividade e melhorem os processos, é necessário verificar se os funcionários são capazes de gerenciar grandes quantidades de informação e transformá-las em conhecimento, que ajudem a conduzir o crescimento da empresa.

Vários autores confirmam que a tecnologia da informação, é hoje, um aliado muito forte e estratégico para as organizações, interligando todos os setores e fazendo com que a informação e os dados sejam disseminados. Porém, a tecnologia por si só não é capaz de transformar informação em conhecimento, é preciso que o homem crie um significado.

Portanto, a intervenção humana é de extrema importância e precisa estar alinhada com os objetivos da empresa.

O avanço da Tecnologia de Informação influenciou profundamente o comportamento da sociedade. Verifica-se uma forte relação entre as ferramentas tecnológicas criadas pelo homem, através do aprimoramento de seu conhecimento, e a mudança de seu comportamento. Atualmente, não só deve ampliar os atributos físicos do ser humano, mas sua inteligência, seu raciocínio, sua memória, enfim, sua capacidade mental.

Essas e outras questões sobre os efeitos da sobrecarga de informação poderão ser aprofundados em outras pesquisas, podendo ser adaptadas com outras áreas de estudos.

6 REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto L. **Valor estratégico dos projetos de tecnologia de informação**. Revista de Administração de Empresas. Jul./Set. 2001.

BRENNAN, Linda L. **The Scientific Management of Information Overload**. In: Journal of Business and Management. Vol. 17. No 1. 2011.

BYTHEWAY, Andy. **Investing in Information: The Information Management Body of Knowledge**. 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=QY6eBQAAQBAJ>> Acesso em: 12 junho de 2015.

EPPLER, M.J. & MENGIS. (2004). **The concept of information overload: A review of literature from organization science, accounting, marketing, MIS, and related disciplines**. *The Information Society*, 20: 325-344.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. In BEUREN, Ilse M. et al. *Como elaborar trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas. 2006. p 76-97.

GRAEML A. R. **Sistemas de informação: o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAURINDO, Fernando José Barbin, Tamio Shimizu, Marly Monteiro de Carvalho, Roque Rabechini Jr. **O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) NA ESTRATÉGIA DAS ORGANIZAÇÕES**. In: Gestão e Produção. V.8, n.2, p.160-179, São Paulo. ago. 2001.

LIRA, Waleska Silveira et al. **A busca e o uso da informação nas organizações**. *Perpect. Ciênc. Inf. Belo Horizonte*, v. 13, n. 1, p. 166-183, Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362008000100011&script=sci_a_rtext>. Acesso em: 19. Jun. 2015.

MANZO, A. J. *Manual para la preparación de monografías: una guía para presentear informes y tesis*. Buenos Aires: Humanistas, 1971. p. 32.

MILLER, George A. **The Magical Number Seven, Plus or Minus Two Some Limits on Our Capacity for Processing Information**. In: *Psychological Review*. Philadelphia. vol. 101, no. 2., Abr. 1955. p. 343-352. Disponível em:

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

<<http://www.psych.utoronto.ca/users/peterson/psy430s2001/Miller%20GA%20Magical%20Seven%20Psych%20Review%201955.pdf>>. Acesso em: 19 Mai. 2015.

Mintzberg, H., Ahlstrand, B., Lampel, J. **Safári de Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2010, Pag 93.

PORTER, Michael E; MILLAR, Victor E. **Como a informação proporciona vantagem competitiva**. In: Estratégias Competitivas Essenciais. Campus. 14º ed. 1985, cap.3 p. 98.

ROSSETTI, A. G.; MORALES, A. B. **O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. Ciência da Informação**. v. 36, n. 1. Dez. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/795/644>>. Acesso em: 15 Jun. 2015.

SABER, Marina M. **Efeitos da sobrecarga de informação no cotidiano de jornalistas em Campo Grande** – MS. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Acesso em: 2 Jul. 2015.

AS RAÍZES AFRO-AMERICANAS DO ROCK'N ROLL

Otacilio Evaristo Monteiro Vaz
 UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
 otacilio.v@uninter.com

Palavras-chave: rock'n roll, afro-americano, raízes, sociedade

INTRODUÇÃO

Um estilo que música marginal, tratado de forma preconceituosa durante suas primeiras décadas como um estilo marginal. Sempre adotado como a representação da juventude, uma forma de atitude, rebeldia. Buscamos aqui analisar as raízes afro-americanas do rock'n roll, como se deu o processo de fusão entre estilos de canto e música vindos da África, como as worksongs e os spirituals, e da Europa, através da música country dos brancos. Teóricos como Joachim Ernst-Berendt, Florent Mazzoleni e Ian C. Dawkins Moore, nos dão um panorama sobre como se deu esse processo, que está atrelado a própria trajetória da sociedade norte americana. Acreditamos que, com o próprio amadurecimento do estilo durante as décadas, mais necessário se torna um estudo sobre os efeitos sociais, econômicos e políticos que o rock'n roll vem causando sobre o mundo. Neste caso específico, buscamos um olhar sobre os efeitos causados nos seus primeiros anos de existência, a partir da década de 1950.

ÁFRICA E AMÉRICA

Imagine-se nos porões de uma embarcação no século XVIII, sem nenhuma condição mínima de higiene, sem alimentação suficiente, dividindo um pequeno espaço com outros muitos compatriotas, deixando suas raízes, sua família e amigos, rumando para um país estranho. Chegando então nesse novo lugar, um outro povo, uma outra língua, uma outra cultura, você trabalhará em serviços forçados como um escravo durante todo o restante de sua vida. A saudade de casa e de sua cultura será suprida em alguns pequenos momentos de descanso, ou no próprio trabalho, com cânticos que ajudarão a passar as horas.

Essa provavelmente foi a sensação de milhares de africanos que entre os séculos XVII e XIX foram comercializados como escravos para o continente americano. As três Américas receberam um enorme fluxo de escravos, utilizados como a principal mão-de-obra de uma América colonial, sob domínio de algumas nações como Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Mesmo após a independência, as 13 colônias da América do Norte, depois conhecido como Estados Unidos da América, continuou com um intenso fluxo de escravos. De acordo com Berendt (1975), a partir de 1618, indo até 1808, ano da abolição da escravidão, cerca de 4,3 milhões de africanos serão levados para os Estados Unidos. Sua grande maioria será concentrada nas chamadas *plantations* de algodão na região sul.

Inicia-se então um longo processo de assimilação, apropriação e transformação entre a cultura branca européia e a cultura africana. E nesse caminho temos a questão musical, onde os africanos terão a necessidade de realizar adaptações:

Como não lhes permitissem praticar sua música na América do Norte, passaram a cantar e tocar a música "branca" autorizada, seguindo contudo as regras de sua

própria tradição musical. Dessa maneira foram-se introduzindo elementos fundamentais da cultura ancestral da África na música afro-americana em gestação. A assimilação crescente até 1900 das ramificações da música européia fez-se seletivamente de modo a favorecer aquelas que permitissem estabelecer paralelos com as tradições africanas, e não sem deformá-las no sentido de uma maior identificação com as práticas musicais da África. (BERENDT, 1975, p. 15)

Desse processo temos, por exemplo, os spirituals, os cânticos cristãos dos negros, e também teremos o blues e o jazz, resultados de uma cultura que já poderá ser chamada de afro-americana. Esses gêneros já possuirão características européias e africanas, tanto em sua estrutura instrumental quanto na estrutura harmônico/melódica. Estamos falando aqui de uma música rural, inserida ao ambiente hostil da escravidão, com pessoas limitadas em vários sentidos, procurando mesmo assim formas para traduzirem seus estados de espírito, e também sua manifestação cultural.

Durante o século XIX e XX não era difícil encontrarmos os negros fabricando os seus próprios instrumentos a partir do que se encontrava por perto. É o caso das chamadas jug bands ou washboard bands, onde os instrumentos eram feitos utensílios de uso doméstico como jarros, tábuas de lavar roupa, vassouras, etc. O estilo chamado skiffle, típico da região de Nova Orleans - e que durante os anos 1950 chega também na Europa - utilizava muito instrumentos desse tipo. Vale lembrar aqui que muitos músicos dos Estados Unidos e da Europa, que começam a carreira nos anos 1950, foram fortemente influenciados pelo estilo Skiffle. O guitarrista britânico Jimmy Page é um desses casos.

A música popular afro-americana irá gerar ao longo do século XX uma série de matrizes, e suas conseqüentes ramificações. E um dos principais estilos considerados matrizes, dividindo importância com o jazz, é o blues. Fruto das tradições musicais africanas e das worksongs, as músicas de trabalho que os negros norte americanos entoavam nas plantações de algodão no sul, cria uma das principais matrizes da música norte americana. O blues possui características muito peculiares, que tornam o estilo facilmente perceptível:

O ouvido formado nas tradições musicais da Europa percebe essa entonação como "vacilante", o que significa que ele percebe os intervalos característicos do blues como tonalidades menores; ora, em geral atribui-se a essa tonalidade um valor expressivo do gênero "plangente", "melancólico", "triste", "sentimental". Mas para o afro-americano, em contrapartida, essas blue notes, que remontam às práticas musicais da África, não representam estados de espírito melancólicos. Ele as utiliza, pelo contrário, para produzir uma expressão enfática, indicativa de uma grande perturbação, de uma grande emoção. (BERENDT, 1975, p. 34)

Essa diferença de leitura do blues em relação a brancos e negros é de extrema importância para compreendermos como essas músicas atuaram/atuam no imaginário da cultura afro-americana em relação a outras culturas.

O blues, juntamente com a música country, irá gerar a partir da década de 1950 alguns produtos musicais, entre eles o rock'n roll, uma mistura do rockabilly, rápido, pulsante, com estruturas melódicas e harmônicas vindas do blues. Um estilo que irá marcar a face do século XX, que ficará vinculado a uma juventude vinda do período pós Segunda Guerra Mundial, e que encontrará no som, vindo dos negros e dos crioulos⁹² do sul dos Estados Unidos, uma voz que os representasse.

⁹² Os filhos de escravos com brancos de origem francesa, sendo sua maioria do estado norte americano da Louisiana. Termo criado a partir do século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável perceber a força da presença afro-americana no rock'n roll, apesar da difícil trajetória histórica dos negros americanos, suas heranças são visíveis até hoje, e o rock'n roll e seus derivados são um desses casos. O estilo que marcou a juventude do pós-guerra, levando uma legião de jovens a romperem com a geração dos seus pais, que viveram o período da Segunda Guerra Mundial, rompendo com velhos tabus, materializando a chamada contracultura. Os reflexos desse novo momento serão vistos na indústria cultural, através dos filmes de Hollywood, como *O Selvagem*, estrelado por Marlon Brando, que interpreta o líder de uma gang de motociclistas, ou James Dean, que interpreta um jovem rebelde em *Juventude Transviada*. Essa juventude dos anos 1950 terá no rock'n roll a trilha sonora de suas vidas. Grandes nomes, negros e brancos, surgirão com músicas que se tornarão a representação de uma época. Nomes como Bill Halley, Jerry Lee Lewis, Chuck Berry, Fats Domino, Elvis Presley, Little Richards, entre outros, deixarão um legado que será a fonte criativa para os vários outros artistas que surgirão nas décadas seguintes. O rock'n roll promove um encontro musical inter-racial na América segregada dos anos 1950. Apesar das dificuldades sociais encontradas em solo americano, o rock'n roll se espalha pelo resto do mundo, levando o som de negros e brancos para todos.

REFERÊNCIAS

BERENDT, Joachim-Ernst. **História do Jazz**. Abril Cultural: Rio de Janeiro, 1975.

MAZZOLENI, Florent. **As Raízes do Rock**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2012.

MOORE, Ian C. Dawkins. **Afro Muse: The evolution of afro-american music**. Smashwords Edition: Oakland, 2009.

ESCOLA, JUVENTUDE, E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ademir Aparecido Pinhelli Mendes
Centro Universitário Internacional - UNINTER
ademir.m@uninter.com.

Palavras-chave: Escola; Juventude; Tecnologias; Informação; Comunicação.

INTRODUÇÃO

A comunicação é o resultado de uma parte de pesquisa de doutoramento em Educação realizado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. O recorte apresentado é uma pesquisa exploratória, realizada com o objetivo de compreender como os jovens do Ensino Médio acessam e utilizam as tecnologias da informação e comunicação, tanto no ambiente escolar como fora dele. A escolha desse objeto de estudo se deu no contexto de outra pesquisa mais ampla que buscou compreender a atitude filosófica do jovem do Ensino Médio no cotidiano escolar. De modo que um dos problemas que instigaram a pesquisa era: como compreender a experiência social da juventude mediada pela lógica das novas tecnologias? A hipótese que guiou a pesquisa é que o processo de socialização do jovem ocorre mediado por diversas lógicas de ação e uma delas são as novas tecnologias de informação e comunicação. Amparados nos aportes teóricos de Dubet, Spósito e Oliveira administramos um questionário estruturado de pesquisa à uma turma de estudantes do Ensino Médio para buscar evidências do acesso e uso das novas tecnologias da informação e comunicação. A presente comunicação é o resultado das análises dos materiais empíricos.

DESENVOLVIMENTO

Com a crise da modernidade e o advento da pós-modernidade, a escola parece ter perdido o monopólio da transmissão cultural e a educação escolar tende cada vez mais a transformar-se em uma cultura entre tantas outras. A escola já não exerce o monopólio do processo de socialização. Há outros espaços de trocas culturais e sociais nos quais os jovens tem acesso à cultura e à socialização. Mas aqui, algo importante pode ser observado: na sociedade dita pós-moderna, o processo de socialização e acesso à cultura passa a ser mediado pela cultura do espetáculo e pelo consumo de massa. Isso pode ocorrer mesmo na escola.

A ineficácia e os limites da ação socializadora e transmissora da cultura, realizados pela escola, não podem ser desconsiderados. Estão aí as pesquisas educacionais evidenciando, sempre, o fracasso do aluno, focalizando a precariedade e a inadequação da escola. As propostas pedagógicas das escolas não estão voltadas para as experiências do estudante “trabalhador, consumidor e internauta”⁹³, o que explicita a distância entre a escola e o mundo do trabalho, do consumo e das TIC, pois quando as escolas são organizadas a partir da clássica separação entre teoria e prática, modelo de sustentação da

⁹³ Categorização utilizada por Oliveira (2012).

estratificação social. A permanência dessa situação afasta o estudante da escola, e isso, por sua vez, pode afastá-lo do mercado de trabalho.

Atualmente, o uso das tecnologias da informação e comunicação na educação é fortemente incentivado por programas e políticas governamentais, que visam diminuir os índices de exclusão digital e fazem aumentar o faturamento das empresas de tecnologia ávidas pelos lucros que podem significar o volume de vendas para o governo.

Ao mesmo tempo em que são importantes para o desenvolvimento e avanço dos processos de ensino-aprendizagem, precisamos considerar que o uso dessas novas tecnologias impõe aos sujeitos do Ensino Médio novas formas de interação social e novos modos de se relacionar com o conhecimento. Impõe à escola, portanto, novas formas de socialização que são exteriores a ela, pautadas em modelos de relações sociais individualistas fundadas na lógica do capitalismo. Uma força de trabalho aparentemente estimulada pelo novo trabalho informático-mental a manifestar sua criatividade subjetiva, mas, na verdade, subordinada a um sistema de códigos e de funções impostos de fora à sua mente.

Os artefatos tecnológicos são também produtos da sociedade de consumo, impondo aos sujeitos uma forma de relacionamento com as TIC, ou seja, baseada na prática do consumo de produtos eletrônicos e suas facilidades. Além disso, o uso das TIC não possibilita aos seus usuários os conhecimentos necessários para compreensão do funcionamento interno dos artefatos tecnológicos. Saber operar é o suficiente para utilizar, não sendo necessário saber como se dá o funcionamento, muito menos as consequências do seu uso, sejam elas físicas ou psicológicas em função do tipo de interação social ao qual o usuário estará submetido.

Em questionário administrado aos estudados de uma turma de Ensino Médio de uma escola pública da Região Metropolitana de Curitiba, na qual foi perguntado aos jovens que meios de comunicação utilizavam para acessar informações, as respostas indicaram que os jovens pesquisados utilizam mais a Internet do que a TV para acessar informações, embora a TV ocupe o segundo lugar, seguida do rádio. Uma pequena parcela dos alunos indicou a leitura de jornais e revistas. Oliveira (2012, 2008) mostra que os jovens utilizam as TIC para acessar seu próprio mundo cultural por meio das redes sociais, de programas televisivos, vídeos, jogos, etc.

O uso do computador com o acesso à Internet é ferramenta fundamental para que os jovens possam acessar seu mundo cultural. É o que também indicou nossa pesquisa, pois apenas 5% dos alunos responderam não fazer uso do computador para acessar as redes sociais.

As questões decorrentes da categorização da geração “*teen*” nos levam ao problema fundamental do processo de formação idealizado pela modernidade, a saber, a autonomia do sujeito diante do mundo. Essas questões podem ser formuladas da seguinte forma: a) qual é a influência da sociedade de mercado no processo de socialização dos sujeitos, que agora, de certa forma, são homogeneizados pelos meios de comunicação de massa? b) são os meios de comunicação de massa que geram no indivíduo uma compulsão cega pelos bens de consumo, ou são os próprios indivíduos que buscam os bens de consumo pelo prazer que eles proporcionam, seja pelo *status* social que confere aos consumidores, seja pela satisfação da necessidade psicossocial de ser reconhecido no grupo? (OLIVEIRA, 2008, p. 71).

De um modo ou de outro, o certo é que o sujeito nessa condição se encontra refém dos mecanismos do *marketing* da sociedade de mercado, ou dos próprios mecanismos internos da busca pelo prazer hedonista e reconhecimento de sua identidade no grupo que se concretiza por meio do consumo no mercado.

São homogêneos os apelos da mídia ao hedonismo, o lazer constante como estilo de vida, o incentivo aos relacionamentos fúteis e descartáveis, o incentivo à cultura dos esportes radicais e a “biossociabilidade” como critérios de pertencimento e demarcados de características corporais, índices de colesterol, consumo e evitação de determinados tipos de alimentos, adesão às práticas ascéticas e religiosas e a realização de modificações corporais por meios naturalistas ou artificiais como, por exemplo, as cirurgias plásticas com finalidades puramente estéticas etc. (OLIVEIRA, 2008).

Outra característica importante para compreendermos a cultura jovem na sociedade de consumo está na categoria que Oliveira (OLIVEIRA, 2012, 2008) denomina como “nomadismo”. Esta categoria ganha sentido para explicar as novas maneiras como os jovens ocupam e ressignificam os espaços urbanos – e em alguns casos rurais - sob uma nova lógica comunicacional e que revela como estes exercem o domínio sobre o espaço e o tempo e de como esse processo contribui para a construção da subjetividade juvenil. “[...] para esses jovens contemporâneos, o que estaria em jogo seriam as possibilidades de ocupação e reconstrução dos locais sancionados, transformando e modificando a sua territorialidade instituída” (OLIVEIRA, 2008, p. 80).

Oliveira (2012, 2008) categoriza as influências na sociedade de consumo na constituição da cultura jovem de duas formas: os jovens que têm acesso ao consumo e os jovens que dele são privados ou sofrem restrições por motivos econômicos.

A primeira pode ser sintetizada pela categoria daqueles que têm acesso ao consumo irrestrito de bens e serviços. São geralmente os adolescentes e jovens que pertencem à chamada classe média, classe média alta e também aqueles que têm grande poder aquisitivo. Quais seriam as características intrínsecas desse jovem consumidor? Primeiro, que ele deve se deixar ser seduzido pelo *marketing* dos produtos; deve estar completamente absorvido pela flexibilização das relações de trabalho na sociedade capitalista; por fim, ser adepto da moral das sensações hedonistas e avesso aos projetos que exigem grandes esforços e só podem ser atingidos a longo prazo (OLIVEIRA, 2008, p.86).

Essas são características importantes a serem consideradas na constituição das subjetividades dos adolescentes e jovens e podemos estender para os sujeitos do Ensino Médio, uma vez que a cultura do consumo permeia a vida cotidiana dos sujeitos, tanto nos espaços institucionais quanto nos espaços não institucionais.

Por outro lado, como não é possível que as ações sociais dos jovens ocorram de modo homogêneo, Oliveira (2008) apresenta a segunda categoria do jovem consumidor: os que não possuem o acesso ao consumo ou os que o têm de forma restrita por questões econômicas, portanto, em uma relação contraditória com a sociedade de consumo, ou seja, pela negação do direito de consumir de milhares de jovens, que por não ter o mesmo acesso destinado às classes mais abastadas, se veem obrigados a reinventar o próprio mercado de consumo por meio de

De forma contraditória, ou seja, pela negação, o acesso dos jovens pobres à sociedade de consumo se dá pela negação ao consumo refinado dos jovens das classes média e alta. De acordo com o autor citado, isto não significa que os “jovens pobres” – das periferias, das comunidades dos centros da cidade e do campo - não vivam, em seu cotidiano, as mesmas interações da sociedade de consumo que os “jovens ricos”, não se reconhecendo como pobres e excluídos da sociedade de consumo, pois existem mecanismos que mascaram a realidade e colocam a noção de pobreza e miséria como sendo situações existentes apenas em outros lugares distantes. “O homem de hoje dispõe sua atitude – geralmente apática e descomprometida com o social – com relação ao entorno, num jogo duplo de espectador-consumidor” (CERLETTI; KOHAN, 1999, p.37-38).

Embora não tenham acesso ao consumo de produtos e serviços de alta qualidade, o jovem da periferia, o jovem das comunidades pobres dos centros das cidades e também os das zonas rurais recebem os mesmos estímulos do *marketing* da sociedade de consumo, por meio dos meios de comunicação de massa e também realizam suas atividades de lazer e consumo, desenvolvendo, assim, as mesmas interações realizadas pelos demais grupos de jovens pautadas na estética comunicacional da busca do prazer hedonista. Mas, diferentemente das classes abastadas, os jovens pobres vivem essa experiência de forma quase que virtual, como um simulacro da realidade vivida pela outra classe. Daí a forma como criativamente reinventam o lazer, como, os bailes *Funk*, o pagode, o *Hip Hop*, o consumo de bebidas e drogas alucinógenas de “baixa qualidade” e o consumo de inúmeros produtos piratas, como tênis de marcas famosas, roupas, games, CD/DVD de músicas etc. Tal contradição reforça a tese de que a sociedade de consumo exerce uma força excepcional na constituição da cultura do jovem seja ele rico ou pobre e que, de certo modo, produz a cultura jovem pautada no consumo.

A questão a ser problematizada é a grande transformação tecnológica e cultural ocorrida com a inserção das novas TIC tanto no âmbito da vida cotidiana dos estudantes como da vida cotidiana da escola. Ao mesmo tempo em que as TIC nos colocam novos problemas referentes às novas interações sociais e culturais entre os sujeitos, especialmente os sujeitos do Ensino Médio, nos coloca também numa nova relação com os modos de produção e transmissão do conhecimento na escola e fora dela.

Quando nos conectamos com a *WEB*, nos conectamos a uma dimensão da realidade virtual, que não se opõe a realidade concreta, uma vez que necessita da ação externa do sujeito para ser operacionalizado, diferentemente de espaços da realidade concreta que existem independentemente dos sujeitos. Desse modo, uma das características do espaço virtual é que ele existe sem território, mas sua existência depende da ação exterior dos sujeitos sobre o ambiente virtual para que possa existir.

A questão à qual se refere à problematização da realidade virtual apropriada e desenvolvida pelos alunos é que, ao fazer uso das TIC, esses sujeitos passam a utilizar novas mediações no processo de interação social entre indivíduo e sociedade, assim como também essas mediações são importantes na forma como o indivíduo se relaciona com o conhecimento, seja por meio da aquisição e da resignificação ou produção do próprio conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das conclusões a que chegamos ao investigar o acesso dos sujeitos do Ensino Médio às TIC nos coloca a problemática: os jovens têm acesso às TIC, seja por meio de computadores em escolas e *lan house* ou dispositivos móveis de telefonia celular. Mas, em geral, os jovens não a utilizam com a finalidade de acessar informações culturais e produzir conhecimentos necessários à cidadania plena.

O distanciamento entre o estudante e a escola e, conseqüentemente, seu afastamento do mundo trabalho, é produzido na medida em que os sujeitos não encontram significado nos conteúdos escolares, pois não fazem sentido para eles, assim como fazem sentido os conteúdos aprendidos fora da escola. Enquanto o processo de ensino e aprendizagem escolar exige dos estudantes o domínio das informações e do método para a produção do conhecimento, o que ocorre de uma forma demorada, fora da escola o mercado de trabalho exige uma aprendizagem rápida de procedimentos e técnicas de

produção e oferece rápido retorno remuneratório pela produção alcançada (CHARLOT, 2000).

O ideal seria que o estudante apreendesse com a continuidade e descontinuidade, conjugando o que a escola ensina com o que se aprende fora dela, no mundo do trabalho, do mercado consumidor e das TIC. Mas, em geral, não é isso que ocorre. Como não encontram sentido nos conteúdos escolares, desvinculados de seus horizontes de sentido cultural. Muitos Sujeitos do Ensino Médio assumem a única forma de resistência possível que lhes resta: negar o saber da escola por meio da violência ou da evasão, ou seja, “[...] os alunos não estão dispostos a estarem na escola e, se o fazem, tal permanência se dá com hostilidade, ao demonstrarem todo o aborrecimento que possuem diante da figura do professor” (OLIVEIRA, 2008, p.20). “[...] Os alunos não estão “naturalmente” dispostos a fazer o papel de aluno. Dito de outra forma, para começar, a situação escolar é definida pelos alunos como uma situação, não de hostilidade, mas de resistência ao professor” (DUBET, 1997, p.223).

O processo de interação entre os sujeitos no interior das escolas faz surgir outra cultura em oposição à cultura institucional, quase sempre, massificada. Essa nova cultura do jovem traz elementos da família, da mídia, das TIC, e da rua, como uma nova forma de socialização e aprendizagem, decorrente principalmente das relações de amizade e acaba interferindo na escola, por meio dos processos de socialização que são diferentes dos mecanismos de sociabilidade na escola. Tais processos podem trazer para a escola a possibilidade de trabalho com as novas tecnologias educacionais, como a do trabalho com a Educomunicação, mas também o racismo, o preconceito, os elementos patriarcais e machistas da cultura, e, ainda, práticas discriminatórias e violentas. “Se as relações entre as formas de socialização se estreitam e produzem nova sociabilidade, é preciso considerar que a vida escolar exige um conhecimento mais denso dos sujeitos – nesse caso, adolescentes e jovens – que ultrapasse os limites de sua vida na instituição” (SPÓSITO, 2004, p. 87).

A contraditoriedade do cotidiano escolar e das relações estabelecidas pelos sujeitos nele envolvidos exige daquele que se dispõe a compreendê-lo, ampliar a investigação para além do espaço escolar, de modo a compreender os sujeitos do Ensino Médio, por exemplo, como reagem diante da influência da publicidade e propaganda veiculadas pela mídia na sociedade de mercado e no modo como fazem uso das TIC, tanto no processo de produção e aquisição do conhecimento como no estabelecimento de suas relações e interações sociais.

A análise da influência dos mecanismos de convencimento utilizados pela publicidade e propaganda na sociedade de mercado, bem como apropriação e os usos das TIC são tratadas por Oliveira (2008) como – sem esquecer o mundo do trabalho e as relações com escola – sendo de fundamental importância para compreensão dos sujeitos do Ensino Médio. Ocorre que, na sociedade de mercado, cada vez mais são dedicadas campanhas midiáticas de massa aos adolescentes e jovens utilizando linguagens imagéticas, com a finalidade de homogeneizar suas experiências. E também, cada vez mais os sujeitos de Ensino Médio se apropriam das TIC, seja pelo uso do aparelho de telefone celular, pelo uso do computador pessoal e do “*tablet*”, ou outros artefatos eletrônicos que atendem aos requisitos das TIC. Resta a nós educadores e pesquisadores o desafio de aproveitar todo esse potencial das TIC e desenvolver novos modos de ensinar usando esses artefatos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

CERLETTI, Alejandro; KOHAN, Walter Omar. **A Filosofia no Ensino Médio**: caminhos para pensar seu sentido. Trad. de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHARLOT, Bernardo. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DUBET, François. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor**. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito; tradução de Inês Rosa Bueno; Revista Brasileira de Educação; Mai/Jun/Jul/Ago, n.5.1997.

_____. **Sociologia da experiência**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget. 1994.

OLIVEIRA, Adriano Machado. **Entre consumidores e internautas**: a outra face da crise do Ensino Médio no Brasil. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS); 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/filjem/diss/bb01c72cd313e7676cbf87ed0d7d234c.pdf> Acessado em: 30/09/2015.

_____. **Jovens e Adolescentes no Ensino Médio**: sintomas de uma sistemática desvalorização das culturas juvenis. Dissertação de Mestrado - Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS); 2008. Disponível em <http://w3.ufsm.br/filjem/diss/7080444ae3dbaf72f834f4423dde3cf9.pdf> Acessado em 29/09/2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação: interações entre educação escolar e a educação não-formal. **Educação e Realidade**, v. 33, p. 83-97, 2008.

_____. (Des) encontros entre os jovens e a escola. In: FRIGOTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs). **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

EXPRESSÕES E TEMAS RECORRENTES EM IMAGENS RECOMPARTILHADAS NO FACEBOOK

Luciano de Sampaio Soares
FAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná
lenteaberta@gmail.com

Palavras-Chave: Imagem Recompilhada, Facebook, Discurso.

Dentre as muitas atividades possíveis em Sites de Redes Sociais (SRS)⁹⁴ – e em especial no Facebook de que este estudo trata –, o recompartilhamento de imagens⁹⁵ é uma ação frequentemente utilizada por grande parte dos usuários desses serviços. Resultante de uma exploração realizada em conjunto com outras análises em estudo anterior acerca da utilização de recompartilhamento como componente da apresentação de si (GOFFMAN, 1959; SÁ; POLIVANOV, 2012) do indivíduo nos SRSs, a identificação de temas recorrentes no conteúdo originalmente publicado por Páginas⁹⁶ evidenciou características pertinentes dentro de aspectos discursivos presentes nessas imagens, o que motivou o presente estudo. Considerando então que o conteúdo publicado por páginas compreende diferentes opções expressivas e discursivas, procede-se com uma análise a respeito da utilização destas imagens como componentes da performance e sobre como essas diferentes opções discursivas são compreendidas pelos interagentes do indivíduo no ambiente do SRS. Tais características do material são então entendidas como potencial fonte para a composição de conteúdo a ser veiculado nos serviços em questão, seja como pauta para a execução de campanhas baseadas em SRSs – e que visam o engajamento dos usuários com uma marca, organização, ou instituição – ou em demonstrações pessoais de preferências e performatização de gosto (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

O papel desempenhado pela imagem recompartilhada em SRSs é complexo, e o reconhecimento desse conteúdo em diferentes aspectos narrativos e discursivos dentro das plataformas de sociabilidade online podem fornecer indícios concernentes aos processos pelos quais o indivíduo se apresenta perante seus contatos, bem como acerca da participação do contexto na autorreflexividade exercida pelo usuário nesses serviços. Para a análise ora apresentada, foram utilizadas 16 (dezesseis) imagens selecionadas a partir de um *corpus* original composto por 6.339 imagens coletadas de Páginas do Facebook quando da

94 Utiliza-se aqui o termo Site de Rede Social como o “[...]serviço baseado na web que permite aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema delimitado, (2) articular uma lista de outros usuários com quem compartilham uma conexão, e (3) ver e perscrutar sua lista de conexões e aquelas criadas por outros dentro do sistema.” (boyd; ELLISON, 2007)

95 Por recompartilhamento entende-se o ato de um usuário do SRS encaminhar para seu espaço de publicação o conteúdo publicado originalmente por outro usuário, seja ele também individual ou institucional. Ainda que não intercambiável, este termo é intimamente relacionado ao conceito de *spreadability*: “o potencial – tanto técnico quanto cultural – para que audiências compartilhem conteúdo por suas próprias razões” (JENKINS, 2013, pos. 211)

96 Sempre que o termo Páginas for grafado capitalizado, refere-se às *fanpages*, páginas que servem como versão institucional das páginas pessoais – **Perfis** –, permitindo que empresas, marcas e demais organizações participem ativamente do Facebook. (FACEBOOK, 2013)

execução de pesquisa de mestrado⁹⁷. Na amostra em questão, os padrões expressivos encontrados configuram uma certa homogeneidade discursiva (majoritariamente verbovisual), e os padrões identificados nas imagens são considerados aqui como didático-proverbial ou comercial-publicitário.

Essas duas classificações são bastante distintas, porém não exclusivas em termos de presença na amostra analisada, havendo coocorrência em alguns casos, ainda que – no geral – as imagens se alinhem predominantemente a uma ou outra das formas expressivas. No caso das imagens de caráter didático-proverbial entende-se que mesmo as citações não sendo provérbios propriamente ditos, já que não necessariamente apresentam elementos explícitos da cultura estabelecida (URBANO, 2008), a construção verbovisual, visando correlações estáveis entre o contexto social dos usuários e formas compatíveis com tais elementos culturais, tende a incluir itens tradicionais – como preconceitos, mitos, estereótipos, entre outras características da comunidade de fala dos indivíduos (VELLASCO, 2000) – ou de cunho normatizante da ação individual dentro do contexto do usuário. Esse tipo de imagem é especialmente interessante do ponto de vista da composição da performance pelo compartilhamento, uma vez que explicita características comportamentais, culturais, e ideológicas que o indivíduo relaciona com seu perfil no SRS, sendo que tais fatores contribuem para o gerenciamento de impressões (GOFFMAN, 1959) por ele executado no serviço. Além disso, a possibilidade de estabelecimento de hierarquias entre o indivíduo e seus interagentes por meio da assunção de superioridade do recompartilhador, colocando-o como exemplo a ser emulado, também é perceptível em alguns casos.

[...] os provérbios deixam o(a) falante fora do contexto. Invocando a tradição e a comunidade como um todo, o(a) falante não apenas desaparece como um agente direto, como impõe ao(à) interlocutor(a) o peso das sanções sociais. o caráter de tradicionalidade confere autoridade ao enunciado proverbial, que empresta a sua força diretiva às situações interacionais, enquanto permitem que o(a) falante desapareça frente a opinião consensual geral. (VELLASCO, 2000, p. 142)

Já entre as imagens que exibiram caráter comercial-publicitário – menos frequentes que as didático-proverbiais –, o aspecto performático se restringe mais à exibição de gostos e preferências, e tal performance é composta de forma muito mais explícita. É interessante notar também que as imagens mais claramente comercial-publicitárias estão entre as de menor contagem de compartilhamento dentre todas as componentes do *corpus* final de estudo, permitindo então considerar que a recompartilhabilidade dessas imagens pode sofrer um impacto negativo devido aos apelos de consumo característicos dessa expressão discursiva.

A análise do *corpus* imagético utilizou como base a leitura semiótica de imagens a partir de Shlomo Lee Abrahamov (2008), bem como a sociosemiótica de Eric Landowski (LANDOWSKI, 1992, 2002). Outros aportes teóricos também foram importantes na compreensão das expressões discursivas do material, como Norman Fairclough (2001) e Robert Sokolowski (2000).

97 Para conhecer o processo de seleção de imagens por meio da aplicação de análise de redes que resultou nas 16 imagens apresentadas, conferir a seção 1.3 da dissertação de mestrado *Recompartilhamento de Imagens e Performance em Sites de Redes Sociais: percepções sociosemióticas sobre a Apresentação de Si no Facebook* (SOARES, 2015, p. 25-40).

REFERÊNCIAS

ABRAHMOV, Shlomo Lee. **Media Literacy: Reading and Writing Images in a Digital Age. Educating Artists for the Future, Learning at the Intersections of Art, Science Technology and Culture**, 2008.

AMARAL, Adriana; MONTEIRO, Camila. **Esses roquero não curte: performance de gosto e fãs de música no Unidos Contra o Rock do Facebook**. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 20, n. 2, p. 446 – 471, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/15130/10019>>. Acesso em: 7 set. 2014.

BOYD, Danah m.; ELLISON, Nicole B. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 00003, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>>.

FACEBOOK. Informações Básicas sobre Páginas. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/281592001947683/>>.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UnB, 2001.

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Anchor, 1959.

JENKINS, Henry. **Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture**. Kindle ed. New York: NYU Press, 2013. (Postmillennial Pop).

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: EDUC Editora da PUC-SP, 1992.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SÁ, Simone; POLIVANOV, Beatriz. **Auto-reflexividade, coerência expressiva e performance como categorias para análise dos SRS**. *Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura*, v. 10, n. 3, p. 574–596, 2012.

SOARES, Luciano de Sampaio. **Recompartilhamento de Imagens e Performance em Sites de Redes Sociais: percepções sociosemióticas sobre a Apresentação de Si no Facebook**. 2015. 199 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=773>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introduction to phenomenology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

URBANO, Hudimilson. **Da fala para a escrita: o caso de provérbios e expressões populares**. *Revista Investigações e Teoria Literária*, v. 21, n. 2, jul. 2008.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento. **Padrões de Uso de Provérbios na Sociedade Brasileira**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 4, p. 122–160, 2000.

Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

JORNALISTAS TRADICIONALZÕES E NERDS FLANANDO PELAS PLANILHAS: IDENTIDADES DO JORNALISMO A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DO JORNALISMO GUIADO POR DADOS

Matias Sebastião Peruyera
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Mestrado em Tecnologia e Sociedade
Orientador: Luiz Ernesto Merkle
matiasperuyera@gmail.com

Palavras-chave: Jornalismo Guiado por Dados. Apropriação de tecnologias. Estudos CTS. Estudos culturais. Identidades.

INTRODUÇÃO

Em um contexto no qual o uso do computador ganha importância tanto na produção como no consumo de notícias, acredita-se que a sua presença no jornalismo não deve ser meramente instrumental, e sim deve ser considerada como parte do que constrói identidades jornalísticas. Para isso, são aqui consideradas as identidades do chamado Jornalismo Guiado por Dados – JGD –, definido resumidamente pela professora Meredith Broussard como “encontrar histórias em números e usar números para contar histórias” (BROUSSARD apud HOWARD, 2014, p. 5). Pelo uso que o JGD faz do computador, ele tem um caráter disruptivo diante de práticas jornalísticas mais tradicionais.

Para analisar essa construção de identidades, são apresentados conceitos dos Estudos Culturais e dos Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS. Ambos campos teóricos consideram que a tecnologia é cultural, podendo ser recebida e ressignificada de maneiras diferentes por diferentes pessoas, ao contrário de noções como o instrumentalismo e o determinismo tecnológico, que pressupõem a tecnologia como algo neutro e independente de pessoas.

As questões principais de pesquisa são: que tanto o computador é percebido como intruso no jornalismo, especificamente dentro do JGD; como é usado para construir uma possível identidade de jornalista nerd; e como essa identidade convive com identidades mais tradicionais. Para isso, foram retomadas entrevistas com docentes e profissionais que trabalham com JGD, realizadas para uma dissertação de mestrado (PERUYERA, 2015).

1.2 Tecnologias e identidades

Em entrevista, o jornalista estadunidense Truman Capote revelou que preferia não usar gravadores, para preservar o diálogo com seus entrevistados: Acredito que usar gravador, ou até mesmo fazer anotações, cria artifícios e distorções e até mesmo destrói qualquer naturalidade que possa existir entre o observador e o observado, o beija-flor nervoso e seu futuro captor. (capote apud krebs, 1984)⁹⁸

⁹⁸ Tradução livre. No original: “[I] believe that the taking of notes, much less the use of a tape recorder, creates artifice and distorts or even destroys any naturalness that might exist between the observer and the observed, the nervous hummingbird and its would-be captor.”

Por outro lado, alguns jornalistas da ProPublica – agência independente que trabalha com JGD – se definem como *nerds*⁹⁹, provavelmente pelas ferramentas que usam, como estatística e computadores.

Tanto a rejeição de Capote como a adoção do termo *nerds* pelos jornalistas da ProPublica dizem respeito à maneira como os artefatos tecnológicos são “o próprio material com o qual construímos nossas identidades; nós nos transformamos naquilo que consumimos” (MACKAY, 1997b, p. 2)¹⁰⁰. Essa visão dos Estudos Culturais se opõe ao determinismo tecnológico, que atribui somente à tecnologia os “efeitos” causados pela apropriação que as pessoas fazem dos artefatos. O determinismo também ignora que, nessa apropriação, as pessoas atribuem significados aos artefatos, construindo assim suas identidades.

Além da construção de identidades e significados, a apropriação cotidiana da tecnologia é o que faz com que os artefatos se aproximem de sua forma final. A SCOT – Construção Social da Tecnologia, abordagem dos estudos CTS – concebe que o desenho de um artefato não é finalizado por quem o projeta, e sim pelas pessoas que fazem uso dele (PINCH; BIJKER, 1997, p. 22), no processo chamado de apropriação de tecnologia (FEENBERG, 1995, p. 8). O processo de “finalizar” o desenho e significados de um artefato é chamado de estabilização ou fechamento (FEENBERG, 1995, p. 154; PINCH; BIJKER, 1997, p. 44).

No jornalismo, é possível pensar várias dinâmicas de produção de significados através da apropriação de tecnologias. O “jornalista de mochila”, visto como uma tendência de meados dos anos 2000 (FIDALGO, 2007, p. 166–167), se apropriava de tecnologias portáteis para produzir matérias na rua e enviá-las para a redação. Repórteres afins ao jornalismo literário se apropriam de recursos literários, e também podem rejeitar outras tecnologias, assim como Capote rejeitava o bloco de notas. Radialistas baseiam sua identidade, própria ou perante o público, fazendo uso do que é transmitido pelas tecnologias da radiodifusão: sua voz.

Tecnologias percebidas como “novas” ainda não se aproximaram da instância da estabilização e têm um caráter disruptivo (MACKAY, 1997a, p. 282) até que sejam apropriadas pelas pessoas. É o caso de certos aspectos do computador no jornalismo. Em identidades mais “romantizadas”, o computador parece ser um intruso, como aponta Marcelo Träsel:

Nesta cultura profissional, as técnicas jornalísticas são vistas como habilidades inerentes ao espírito [...]. Pode-se até mesmo argumentar que, para a cultura profissional jornalística, estas habilidades estão ligadas biologicamente aos repórteres, uma vez que a capacidade de identificar valor-notícia em acontecimentos do cotidiano é comumente referida como “faro jornalístico”, no jargão das redações. Além disso, os jornalistas são denominados pelos próprios membros deste grupo social como “cães de guarda” da democracia. Neste contexto, o computador é muitas vezes considerado um intruso, um elemento que prejudica o trabalho do repórter ao se intrometer entre sua capacidade de percepção especial dos acontecimentos e do mundo. (TRÄSEL, 2013, p. 6)

Além do computador, certos conhecimentos também teriam esse caráter disruptivo, como é o caso das técnicas usadas no JGD. Alberto Cairo (2012) aponta que o jornalista

⁹⁹ A alcunha *nerds* é usada no blog <propublica.org/nerds> e na conta do Twitter <@propubnerds>.

¹⁰⁰ Tradução livre. No original: “the very material out of which we construct our identities; we become what we consume.”

brasileiro é um “escritor-humanista, não um pesquisador-cientista”, o que dificulta o trabalho com grandes volumes de dados:

Não é só que o jornalista médio não saiba mexer com dados; é que não sabe nem ler uma tabela de números, colocar eles em contexto, e extrair histórias, o que é muito mais importante. (CAIRO, 2012)

Nicolas Kayser-Bril também fala dessa dificuldade em lidar com conhecimentos que não são típicos do jornalismo, inclusive em um nível mais básico, narrando uma situação irônica:

A Poynter’s News University oferece aulas de matemática on line para jornalistas, nas quais os repórteres recebem ajuda com conceitos como variações percentuais e médias. Curiosamente, esses conceitos são ensinados também perto das salas da Poynter, nas escolas da Flórida a alunos entre 10 e 11 anos, como mostra o currículo. (KAYSER-BRIL, 2012)

Perceber o computador como um elemento alheio ao jornalismo pode fazer com que jornalistas não aproveitem suas possibilidades, seja a investigação usando técnicas de JGD, ou as possibilidades narrativas dos materiais multimídia das reportagens de forma longa¹⁰¹, entre outros. É através da apropriação e da (re)construção de identidades que ele alcançaria a estabilização e seria concebido como mais um aspecto do que é ser jornalista. Para entender algumas formas de apropriação, apresentam-se a seguir alguns levantamentos realizados através de entrevistas com docentes e jornalistas que trabalham com JGD.

1.3 Aprendizado de JGD: da rejeição aos resultados

A coleta de dados da pesquisa (PERUYERA, 2015) foi realizada entre 2013 e 2014. Constou de entrevistas com três docentes que trabalham com JGD em sala de aula, com alguns profissionais da área, e também de observações em campo em oficinas de programação para jornalistas e em um *hackaton*¹⁰².

A dificuldade principal narrada pelos docentes é que os alunos chegam ao curso com concepções do que é ser jornalista que excluem qualquer tipo de trabalho que se aproxime do que é percebido como tecnologia e das ciências exatas. A maioria das alunas e alunos não sabe da existência do JGD, e chegam a rejeitar o aprendizado de suas técnicas, como narra a professora Rosiane Correia de Freitas:

num primeiro momento há muita reclamação. Muitas das reclamações dos alunos a respeito das minhas aulas tem como origem o uso do Excel e de matemática em sala. Já ouvi muito que eles ‘não fizeram jornalismo para ter que fazer conta’. (PERUYERA, 2015, p. 77)

Mesmo profissionais e estudantes dispostos a entender e começar a trabalhar com JGD não parecem ter familiaridade com conceitos básicos de lógica nem de como um

¹⁰¹ Tradução livre do termo “long-form journalism”, reportagem multimídia, disponível na internet, caracterizada pela convivência de textos relativamente longos com elementos multimídia. Um exemplo desse tipo de conteúdo está disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/erva-mate/index.jpp>>. Acesso em 15/4/2015.

¹⁰² Evento, tipicamente de duração de um dia, no qual profissionais da computação – e jornalismo, nesse caso – se reúnem para desenvolvimento de produtos, geralmente aplicativos, páginas da internet, etc.

computador funciona, como foi observado em campo durante uma oficina de programação para jornalistas (PERUYERA, 2015, p. 76–77):

Nas oficinas de *Data Scraping*, na Universidade Positivo, também houve situações que mostravam ou pouca intenção de se aproximar do assunto – como uma professora de jornalismo que foi convidada a fazer o curso e declinou polidamente o convite afirmando que não tinha “capacidade” para mexer com computadores. Nos e nas jornalistas que fizeram o curso, era notável pouca familiaridade com computadores. Uma aluna afirmou não saber a diferença entre memória RAM e um disco rígido. Quando Álvaro, ministrante da oficina, explicava o uso de condicionais, perguntou se alguém tinha ouvido falar em lógica booleana – ninguém conhecia o termo. Enquanto explicava a utilidade da condicional, valores verdadeiros ou falsos, uma aluna reclamou, em tom de brincadeira:

—Você não falou que tinha que saber matemática!

—Não é matemática, é lógica.

—Pior ainda!

Porém, o professor Ricardo Fotios (PERUYERA, 2015, p. 77) acredita que “o perfil do profissional está mudando”. Essa mudança também é narrada por Rosiane, que conta como essa percepção muda com os resultados finais do trabalho:

é incrível ver os resultados finais do trabalho. Já emplacamos (quase) manchete da Gazeta (matéria sobre a vigilância sanitária). Já furamos a imprensa local (com a matéria dos santinhos de candidatos em 2012). Há um grupo de 15 alunos mobilizados no Núcleo que foram para [o Núcleo] depois de ter contato com JGD em sala de aula. (PERUYERA, 2015, p. 77)¹⁰³

Relacionando estes breves relatos aos conceitos apresentados anteriormente, é possível pensar na duração de um semestre letivo como uma amostra do que pode acontecer em um espaço de tempo maior. Em um primeiro momento, o computador e as técnicas de JGD são rejeitadas como parte do que é ser jornalista, mas quando alunos e alunas começam a se apropriar dessas tecnologias, pareceria haver uma disposição maior para que o computador se torne parte da identidade do jornalismo. Essa identidade, em constante construção, parece se popularizar com profissionais que já trabalham com isso, como o caso de José e João, do Livre.jor, como narrado a seguir.

1.4 Trabalhando com JGD: o nerd e o “tradicionalzão”

Outro objeto pesquisado foi a organização Livre.jor, fundada pelos jornalistas José Lazaro Barros Junior e João Guilherme Frey. O Livre.jor pratica jornalismo focado em dados oficiais, como diários oficiais e bancos de dados (PERUYERA, 2015, p. 70). O projeto, segundo os fundadores, busca preencher uma lacuna no jornalismo paranaense, tanto no uso de dados oficiais como no uso de técnicas para encontrar informações nessas fontes. Eles defendem o direito à informação em tanto que instrumento de ativismo social e empoderamento da população, incentivando

¹⁰³ Exemplos das reportagens citadas pela professora podem ser encontrados em <<http://www.teianoticias.com/2012/10/07/cabos-eleitorais-jogam-santinhos-pelas-ruas-de-curitiba>> e em <<http://brasil.blogfolha.uol.com.br/2014/10/08/estudantes-flagram-arremessos-de-santinhos-no-dia-da-eleicao-veja-video>>.

os colegas jornalistas a usarem dados oficiais em suas reportagens, “fugindo” do declaracionismo e adentrando no mundo das reportagens assistidas por computador e novas técnicas de apuração. (BARROS JUNIOR; FREY, 2014, p. 2)

João e José usam técnicas que podem ser incluídas no amplo espectro do que é o JGD. Para eles, o JGD é uma maneira de produzir jornalismo com os recursos que eles têm à mão, no tempo que eles conseguem disponibilizar. O uso de dados oficiais também é uma maneira deles se eximirem de possíveis problemas como processos judiciais, já que as matérias produzidas pelo Livre.jor se limitam a ressaltar informações encontradas em dados oficiais. Muitas das pautas são aproveitadas e continuadas por meios como a Gazeta do Povo, que têm condições de fazer entrevistas e checar informações antes de serem publicadas.

Os dois fundadores do Livre.jor têm anos de experiência com jornalismo, o que faz com que a identidade que constroem não seja tão próxima dos “nerds” da ProPublica, apesar das técnicas que usam. Em entrevista (PERUYERA, 2015, p. 150), João compara sua maneira de trabalhar com bases de dados com os métodos de um “jornalista tradicionalzão”, já que ele vai “flanando” pelas planilhas em busca de informações que despertem seu interesse. José também “flana” pelas várias páginas dos Diários Oficiais, procurando números e sobrenomes que lhe chamem a atenção, e se apropriando, de maneiras pouco convencionais, de tecnologias como navegadores de internet e leitores de arquivos PDF (PERUYERA, 2015, p. 41–42).

1.5 Apropriações de tecnologias

Tanto os Estudos Culturais como os estudos CTS concebem que as tecnologias podem vir a público sem uma função definida (MACKAY, 1997a, p. 271; FEENBERG, 1995, p. 156) e que elas podem ser (re)apropriadas e (re)significadas por quem faz uso delas. Nas entrevistas com pessoas que trabalham com JGD (PERUYERA, 2015), foram levantadas várias maneiras de apropriação que também podem ser interpretadas como construtoras de identidades. A então estudante de jornalismo Renata, por exemplo, é conhecida como “a garota do Excel”. Algumas pessoas entrevistadas se veem como profissionais que usam tecnologias pouco comuns ao jornalismo; outras se veem como gente que combina vários elementos para conseguir o que procuram. Algumas se consideram “nerds”, e outras se veem como jornalistas tradicionais que se aproveitam de recursos disponíveis.

José, do Livre.jor, usa o navegador Chrome para ler os arquivos PDF, porque tem opções de busca que ele considera melhores do que as de outros leitores. A então estudante Renata se apropria da planilha Excel para a maioria das tarefas que precisa, ao mesmo tempo que vai estudando – e se apropriando – de linguagens de programação, para se garantir com futuras situações nas quais possa precisar delas. Há entrevistados que preferem aplicativos prontos, enquanto outros estão mais familiarizados com linguagens de programação.

Todas essas apropriações levam as tecnologias à etapa de fechamento, que é quando o artefato – ou alguns aspectos dele – se aproxima de uma forma “final”. O computador no jornalismo, por exemplo, chegou ao fechamento em tanto que substituiu a máquina de escrever e do telex, mas em tanto que ferramenta de investigação ainda é percebido, por muitas pessoas, como um intruso. Já jornalistas do JGD o percebem mais como uma ferramenta que se soma à ideia do que é o jornalismo tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos aqui citados atentam para as maneiras em que as tecnologias constroem identidades; não elas sozinhas, e sim através das apropriações que as pessoas fazem delas. Considerando esses processos, acredita-se que o computador usado para a investigação e pesquisa jornalística ainda não está estabilizado. As entrevistas sugerem que são os jornalistas que trabalham com JGD que estão levando ele ao fechamento, apesar desse processo estar sempre em negociação.

Esse fechamento poderia também estabilizar identidades ligadas ao JGD, do jornalista “nerd”, mas não de maneira oposta a identidades mais tradicionais e sim compartilhando elementos já existentes, se posicionando como jornalistas, talvez como os “cães de guarda da democracia”, e não somente como programadores ou pessoas que “mexem em planilhas”.

Como conclusão principal, sugere-se que uma abordagem não determinista da tecnologia, na qual o computador não produz por si só e sim é usado por pessoas, colaboraria para que as identidades sejam construídas mais a partir das pessoas como jornalistas do que como meras usuárias de computadores. O trabalho para levar o JGD a esse ponto começou, e espera-se que assim as tecnologias do jornalismo possam ser apropriadas por mais pessoas, com as vantagens que isso implica.

REFERÊNCIAS

BARROS JUNIOR, José Lazaro Ferreira; FREY, João Guilherme Bernardo. **Inscrição 9º prêmio Sangue Bom**. Curitiba, 2014b.

CAIRO, Alberto. **Existe jornalismo de dados e visualização no Brasil?** In: BOUNEGRU, Liliana (coord.). *Manual de Jornalismo de Dados 1.0*. [S.l.]: European Journalism Centre, 2012. Disponível em <datajournalismhandbook.org/pt/introducao_6.html>. Acesso em 14/5/2014.

FEENBERG, Andrew. **Alternative modernity: the technical turn in philosophy and social theory**. Berkley; Londres: University of California Press, 1995.

FIDALGO, António. **A resolução semântica no jornalismo online**. In: BARBOSA, Suzana (org.). *Jornalismo Digital de Terceira Geração*. Covilhã: Labcom – Universidade da Beira Interior, 2007.

HOWARD, Alexander Benjamin. **Data-Driven Journalism**. Estados Unidos: Columbia Journalism School, 2014.

KAYSER-BRIL, Nicolas. **Familiarizando-se com os dados em três passos**. In: BOUNEGRU, Liliana (coord.). *Manual de Jornalismo de Dados 1.0*. [S.l.]: European Journalism Centre, 2012. Disponível em <datajournalismhandbook.org/pt/entendendo_os_dados_0.html>. Acesso em 14/5/2014.

KREBS, Albin. **Truman Capote Is Dead at 59; Novelist of Style and Clarity**. The New York Times, Nova Iorque, 28 de agosto de 1984. Disponível em: <www.nytimes.com/books/97/12/28/home/capote-obit.html>. Acesso em 8/4/2015.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

MACKAY, Hugh. Consuming Communication Technologies at Home. In: MACKAY, Hugh (ed.). **Consumption and Everyday Life**. Londres: Sage, 1997.

MACKAY, Hugh. Introduction. In: MACKAY, Hugh (ed.). **Consumption and Everyday Life**. Londres: Sage, 1997.

PERUYERA, Matias. **Usos e apropriações de tecnologias no cotidiano do jornalismo guiado por dados e nas visualizações**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe. **The social construction of facts and artifacts**: or how the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (editores). *The Social Construction of Technological Systems*. Cambridge, EUA : MIT Press, 1997.

TRÄSEL, Marcelo. **Jornalismo Guiado por Dados: relações da cultura hacker com a cultura jornalística**. In: XXII Encontro Anual da Compós. 2013, Salvador. Anais... Salvador, 2013. Disponível em: <compos.org.br/data/biblioteca_2065.pdf>. Acesso em: 14/5/2014.

LÓGICA DE MERCADO E MENSAGEM

Sergio Ricatieri Filho.
UNINTER – Centro Universitário Internacional.
Metodologia do Ensino de Artes.
sergio.yoko@gmail.com

Palavras-chave: arte, mensagem, padronização, cultura de massa, indústria cultural.

INTRODUÇÃO

A massificação da cultura trouxe consigo desdobramentos que, embora teorizados há décadas por inúmeros filósofos, continuam se fazendo extremamente atuais e permeando a produção cultural cujos moldes passaram a ser determinados pela lógica de mercado. Isso deu lugar a uma estrutura autoalimentada, numa situação onde a discussão sobre o rompimento dessa lógica passa a ser a própria manutenção da mesma. Será possível escapar dos modelos pré-determinados dos meios culturais? A discussão se faz necessária, uma vez que a prática cultural é de vital importância para a sociedade como um todo e seu desenvolvimento enquanto civilização mais humana é comprometida pelo comportamento automatizado. Esse trabalho tem como finalidade apontar essa lógica e discutir possíveis alternativas para que ela seja burlada apresentando a hipótese não de buscar uma fórmula pronta para a saída, mas pelo contrário, encontrar a emancipação através da busca eterna do indivíduo pela sua auto-realização enquanto artista-comunicador.

DESENVOLVIMENTO

O advento da fotografia e, posteriormente, do rádio e do cinema, introduziram à prática cultural como um todo algo que antes era restrito apenas à produção literária graças à prensa de tipos móveis de Gutenberg: a *reprodutibilidade técnica*. Devido à possibilidade de se tirar inúmeras cópias do mesmo produto, a evolução tecnológica transformou praticamente toda a produção cultural em algo possível de ser realizado em massa e de maneira *industrializada*, sendo assim, o que antes ficava restrito a apenas algumas poucas pessoas passaram a atingir mais e mais pessoas a cada dia.

Para Adorno (2002), embora a produção cultural antes desse efeito tivesse *sim* uma lógica de exclusão, restringindo a cultura apenas a uma fatia beneficiada da sociedade burguesa, o efeito do que ele chama de *indústria cultural* acabou por gerar uma situação onde a lógica de mercado – que reduz tudo à quantificação de lucros – comanda o andamento da produção cultural, e como resultado “a indústria cultural permanece a indústria do divertimento. O seu poder sobre os consumidores é medido pela diversão” (ibid.: p. 30). O mercado passa a determinar, portanto, o que é considerado “bom” ou “ruim” através de uma lógica de entretenimento, e o que a demanda não absorve, ou seja, não é consumido numa quantidade estipulada para que haja o lucro calculado como “necessário”, não é produzido ou tem sua produção inviabilizada.

Adorno fundamenta sua teoria no pensamento marxista, pensando na crítica cultural através de uma crítica ao próprio capitalismo e à lógica da sociedade burguesa, mas antes

disso Schopenhauer já apontava para a problemática que ele via na literatura de sua época.

Pois tudo o que se realiza em função de outra coisa é feito apenas de maneira parcial, e a verdadeira excelência só pode ser alcançada, em obras de todos os gêneros, quando elas foram produzidas em função de si mesmas e não como meios para fins ulteriores. (SCHOPENHAUER, 2006, p. 21)

Com essa afirmação, Schopenhauer critica o interesse dos escritores em produzir seus livros pensando na remuneração financeira ao invés da prática literária em si. O resultado apontado pelo filósofo pode ser considerado basicamente o mesmo apontado por Adorno: uma prática voltada a agradar o mercado para que haja lucro, comprometendo a qualidade do conteúdo produzido.

Vivemos numa sociedade capitalista onde as pessoas são remuneradas pelo seu trabalho para que possam ter seu próprio dinheiro. A abordagem marxista – como a de Adorno – acredita numa alternativa socialista, onde a sociedade seria estruturada de maneira diferente, sem a lógica de consumo da atual sociedade. A *viabilidade* dessa nova estrutura social é discutível, mas mais do que isso, fica a cargo de uma discussão com suas complexidades específicas no campo da ciência política e da economia, não especificamente dos estudos culturais.

O ponto é que, dentro do atual contexto no qual estamos inseridos, a lógica de mercado coloca toda pessoa envolvida em criação cultural na necessidade de obter rendimentos financeiros pelo seu trabalho, como qualquer outra pessoa. Dentro do mercado de entretenimento essa função é quantificada pelo público que o consome de forma massificada, onde a opinião individual dá lugar ao comportamento coletivo que aceita determinadas produções culturais em preferência a outras.

Em seu limite, temos a realização máxima d’ “o meio é a mensagem” (*Medium is the message*) de Marshall McLuhan (2001): a mídia passaria a ter um papel fundamental na vida das pessoas, uma vez que “todas as mídias são extensões das faculdades humanas – psíquicas ou físicas” (ibid.: p. 26, tradução nossa), e que “quando esses valores mudam, o homem muda” (ibid.: p. 41). O canadense ainda diz que “a tecnologia de impressão criou o público, a tecnologia elétrica criou a massa. O público consiste em separar indivíduos andando por aí com pontos de vista fixos separados. A nova tecnologia exige que nós abandonemos a luxúria dessa postura” (ibid.: p. 68-69).

Em contrapartida, esse efeito homogeneizante da mídia apontado por McLuhan de maneira entusiasmada é algo que coloca Baudrillard (1991), por sua vez, num tom bastante alarmado:

Seu sentido é que todos os conteúdos do sentido são absorvidos na única forma do *medium*. Só o *medium* constitui acontecimento – e isso, quaisquer que sejam os conteúdos, conformados ou subversivos. Trata-se de um sério problema para toda contra-informação, rádios piradas, anti-*media*, etc. Mas há coisas mais graves que o próprio McLuhan não pôs de lado (...) não há apenas implosão da mensagem no *medium*, há no próprio movimento implosão do próprio *medium* no real, implosão do “*medium*” e do real numa espécie de nebulosa hiper-real onde até a definição e ação distinta do *medium* já não são assinaláveis. (BAUDRILLARD, 1991, p. 107).

O ponto de vista baudrillardiano é que, em um efeito que ele chama de “*hiper-realidade*”, há um esvaziamento do significado das coisas, uma vez que a representação do “real” apresentada pela mídia se torna referência para o próprio “real”, numa espécie de inversão. O real passa a ser um simulacro do que é representado pela produção cultural, que por sua vez deixa de ser representação e passa a ser referente. A questão principal aqui não

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

é a *mídia* em si, mas o comportamento de massa, que já tomada pela lógica da hiper-realidade, não tem mais como superar a substituição da realidade pelo seu simulacro. Com a lógica d' "o meio é a mensagem", a massa não se preocupa mais com o significado dos signos, apenas com os signos em si, uma vez que "(...) somente intelectuais acreditam na ascendência do significado; 'pessoas' acreditam somente na ascendência dos signos. Eles disseram adeus à realidade há muito tempo. Eles se deixaram levar de corpo e alma pelo espetacular." (BAUDRILLARD, 2005, p. 78, tradução nossa).

A demanda passa a ser, portanto, tão dependente da produção cultural quanto a produção cultural é dependente da demanda, o que faz com que o público consuma o que está de acordo com modelos padronizados pré-estabelecidos como sendo "bons" da mesma maneira que se produz apenas o que está dentro dos modelos aceitos pelo público. Na lógica d' "o meio é a mensagem", o que está sendo transmitido não é tão importante quanto a transmissão em si, o que cria divisões extremamente discrepantes dentro do mesmo ramo.

Enquanto alguns músicos, por exemplo, com milhões de fãs devido a sua grande popularidade, têm rendimentos milionários por patrocínio, atuação em campanhas publicitárias de produtos vinculando sua imagem às marcas e shows monumentais, outros inúmeros têm sua produção com uma visibilidade pífia, se valendo de mídias alternativas baratas (como a internet) e se desdobrando com a produção de várias etapas de seu trabalho por conta própria, recebendo uma renda muito pequena – quando não acabam tirando dinheiro do próprio bolso para executar seu trabalho – por isso. O "artista" vale muito mais do que a sua "arte", porque o que vende a produção cultural é o nome que vai estampado nela, não ela própria.

O resultado desse efeito é uma força devastadora empurrando todos que tentam se inserir no mercado cultural para uma mesma direção: o caminho que funciona. Regras de mercado são estipuladas e qualquer um que saia fora delas não consegue sua fatia, toda produção cultural passa a ser determinada por grandes "produtores", ou "editores", ou "empresários", que vão delimitar o trabalho autoral do criador de cultura a algo que é padronizado por já ter uma rentabilidade clara, algo que já está pré-estabelecido como detentor de demanda de mercado.

Toda tentativa de romper com essa lógica, por mais que venha a ser bem-sucedida num primeiro momento, acaba sendo apropriada pela própria lógica, e se transformando num novo modelo. O jazzista citado por Adorno que toca uma música qualquer numa rítmica mais quebrada com um "sorriso de superioridade" está simplesmente mantendo o padrão da quebra rítmica do seu estilo, não inovando (ADORNO, 2002, p. 19).

A questão ainda é tão válida para as artes plásticas quanto é para a produção cultural de massa da indústria do entretenimento. O mesmo aconteceu com os movimentos de vanguarda que tentaram romper com a institucionalização da arte em um ímpeto de autocrítica, mas, no final, não foram bem-sucedidos, uma vez que a lógica institucionalizada da arte não só continuou, mas se apropriou deles. Movimentos com o intuito de autocrítica, como o movimento dadaísta nas artes visuais, ou o movimento grunge na música, são apropriados pela institucionalização de seus campos (seja as artes visuais, a música ou qualquer área) e transformados em modelos reproduzidos por novos artistas que buscam reconhecimento.

Quando um artista dos dias de hoje envia uma chaminé de fogão a uma exposição, já não está ao seu alcance à intensidade do protesto que os *ready mades* de Duchamp exerceram. Pelo contrário: enquanto que o Urinol de Duchamp pretendia fazer ir pelos ares a instituição arte (com as suas específicas formas de organização,

como museus e exposições), o artista que encontra a chaminé de fogão aspira a que a sua “obra” tenha acesso aos museus. (BURGER, 1993, p. 67)

Tanto cultura popular (como é o caso da música) quanto a arte acadêmica (do mercado de arte) obedecem essa mesma lógica: atender uma demanda de mercado, criar um “nome” forte no mercado específico, valorizar o seu trabalho através do seu nome, como sendo sua “marca” (no exato conceito capitalista de *branding*), e se consolidar como alguém importante dentro da estrutura institucionalizada do seu ramo. A partir do momento em que tentamos determinar um “como fazer para fugir da lógica”, estamos alimentando a própria lógica. A própria institucionalização da arte se dá, principalmente, pela tentativa de qualificar a arte.

Flusser (2011) têm uma visão relativamente otimista sobre isso. Abordando o conceito que ele chama de “caixa preta”, voltado especificamente para a limitação da prática fotográfica, ele aponta que a ferramenta vem pré-programada para resultados específicos, e que somos treinados para buscar esses resultados. A cada novidade do mercado das máquinas fotográficas, somos condicionados a passar a utilizar aquelas ferramentas (panorâmica, vídeo HD, etc.) como forma de “explorar novas possibilidades”, mas elas são – por definição de mercado – possibilidades já exploradas. Consequentemente, o fotógrafo está fadado a realizar fotografias já previamente determinadas pelo aparelho fotográfico, mas apesar de tudo isso, Flusser defende que “(...) liberdade é jogar contra o aparelho. E isto é possível” (ibid.: p. 106).

Uma tentativa de se esquivar da lógica de mercado utilizada é o investimento do setor público no incentivo à produção cultural com o intuito de dar espaço a novas iniciativas que não teriam a viabilidade de produzir seu trabalho sem esse apoio devido à lógica de mercado. O problema central é que, por mais que a iniciativa seja boa, ela ainda assim não anula a lógica. A criação de editais públicos e financiamento de projetos pela *lei rouanet* criam, por sua vez, uma demanda específica e os profissionais da área cultural passam, a partir daí, a produzir suas obras autorais dentro dela. Quando um artista se inscreve num edital aberto pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), por exemplo, ele se atenta a todos os padrões de requisitos pré-determinados como necessários para um bom projeto artístico, bem como os tipos de projetos aprovados em edições anteriores do mesmo edital, uma vez que a arte continua institucionalizada e a intenção passa a ser ganhar a remuneração financeira oferecida (e necessária para que o artista possa viabilizar o seu trabalho), ou até mesmo, apenas o reconhecimento da instituição da arte.

O que foi desenvolvido como alternativa para burlar o sistema passa a ser um novo sistema, que obedece a exata mesma lógica.

Além disso, toda centralização nas mãos do Estado carrega em si certo risco de apropriação política, mesmo que indireto ou até inconsciente, da prática cultural, uma vez que ao contrário da lógica autoalimentada do mercado, o Estado é comandado por uma estrutura consciente e de interesses explicitamente determinados. Desde a arte medieval, completamente voltada para a representação religiosa devido à estrutura fundamentada na religião dos Estados da época, às repressões contra artistas cuja produção fosse uma crítica à situação de Estados autoritários recentes, como a própria ditadura militar que tivemos aqui no Brasil, quando a cultura é dependente do Estado, ele cobra sua contrapartida, seja diretamente (com repressão às críticas), indiretamente (com preferência às apologias), ou até inconsciente (com resultado contaminado inconscientemente por afinidade ideológica).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enganar-se de estratégia é grave. Todos os movimentos que só se jogam sobre a libertação, a emancipação, a ressurreição de um sujeito da história, do grupo, da palavra sobre uma tomada de consciência e até sobre uma “tomada de inconsciência” dos sujeitos e das massas não veem que eles vão no mesmo sentido que o sistema, cujo imperativo é hoje em dia precisamente de sobreprodução e de renegação do sentido da palavra. (BAUDRILLARD, 1991, p. 111-112).

Baudrillard desacredita na possibilidade de uma estratégia de libertação da lógica do que ele chama de hiper-realidade. A questão central é que toda tentativa de fugir do sistema deve ser individual, não institucionalizada, ou a prática será *contraditória em conceito*. Não se pode institucionalizar algo com o intuito de negar a institucionalização, criando um novo sistema como meio de fugir do sistema vigente.

É um eterno jogo de contrapontos sem solução pré-determinada. A busca pela remuneração financeira ou pelo reconhecimento profissional como autor de determinadas práticas culturais é necessária e dificilmente deixará de ser algum dia, mas a tentativa de burlar as limitações conceituais que o mercado coloca na prática cultural deve ser incessante e constante, uma vez que cada sucesso, mesmo que tímido e discreto, já é apropriado pelo sistema.

O objetivo é a mensagem. Toda forma de comunicação é uma tentativa de exteriorizar mensagens para que elas sejam decodificadas por receptores. Conseqüentemente, a única forma de emancipação possível reside no transmissor da mensagem, uma vez que cabe a ele, e apenas a ele, determinar o que deverá ser comunicado. Lidar com um mercado cruel que prioriza modelos padronizados, rejeitando tudo o que é estranho e diferente; com uma arte ainda institucionalizada que determina o que é arte e o que não é baseada em conceitos teóricos e, conseqüentemente, pertencentes a um sistema; com a tentação sempre presente de buscar a fama como artista, não a execução da arte em si; e com as dificuldades de se expressar de maneira sincera, mesmo estando a tanto tempo inserido numa lógica de hiper-realidade onde já não se sabe mais o que é representação e o que é referente é o que faz a tarefa uma constante luta, mas de certa forma, não poderia ser diferente, uma vez que a facilidade do processo o tornaria automático, e a automatização é, por sua vez, irmã gêmea da padronização.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **À Sombra das Maiorias Silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

_____. **The Intelligence of Evil or tile Lucidity Pact**. Oxford: Berg, 2005.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

_____. **Pequena história da fotografia.** In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **Über den Begriff der Geschichte.** In: Walter Benjamin Erzählen: Schriften zur Theorie der Narration und zur literarischen Prosa. Frankfurt: Suhrkamp, 2007.

BÜRGER, Peter. **Teoria da Vanguarda.** Lisboa: Vega, 1993.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia.** São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **The medium is the message: An inventory of effects.** Corte Madera: Gingko Press, 2001.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever.** Porto Alegre, L&PM, 2006.

SVENDSEN, Lars. **Moda: Uma filosofia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PARA PENSARMOS OS MEMES

Jheison Holthausen
 UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
 Comunicação Social
 jheison.h@uninter.com

Palavras-chave: memes; intertextualidade; web; cibercultura.

Em tempos de Facebook as pessoas passeiam cotidianamente por redes semânticas: estas se constituem por uma infinidade de nomeações e rótulos postulados por indivíduos que se apresentam através de seus gostos pessoais, desejos, interesses momentâneos e furtivos, políticos, informacionais e de entretenimento por meio de redes sociais. A partir dos estudos das teorias da cibercultura, demonstrar-se-á a construção de relações de sentido nas plataformas da *world wide web*, especificamente o uso dos memes e os *mashups* – imagens produzidas num contexto colaborativo que resultam da transposição ou remediação de um meio para outro (Grusin; Bolter, 2000).

Como problemática para esta apresentação, é o fato de que recentemente o Facebook liberou o uso de gifs (*graphics interchange format*)¹⁰⁴ nas postagens, algo que antes era restrito na rede social. Utilizar imagens, sons e signos ao invés do texto escrito tem se tornado absolutamente corriqueiro. Desta forma, postula-se a hipótese de que as linguagens utilizadas nas redes sociais são, mais do que nunca, ideográficas. De uma cultura do texto para uma cultura do signo, híbrido, mestiçado e globalizado. Sendo assim, este trabalho traz uma revisão bibliográfica para o estudo dos memes dentro do curso de Comunicação Social, numa perspectiva ensaística e sem a pretensão de esgotar o assunto.

Neste sentido, as redes sociais vêm elaboradamente incorporando novos modos de capturar a expressão das atitudes das pessoas num determinado momento, bem como explorar aquilo que elas desejam e o modo como se comportam. Basicamente, uma rede social trabalha com algoritmos que traduzem as informações de seus usuários a conteúdos afins: assim, toda e qualquer informação que ali circula pode e continua sendo trocada. Como exemplo recente, o Facebook adquiriu a plataforma de compartilhamento de fotos (e *selfies*) Instagram em 2012 (Forbes, *online*, 2012) e, em 2014, o aplicativo de mensagens instantâneas por dispositivos móveis Whatsapp (Bloomberg, *online*, 2014). Aliás a palavra *selfie* foi incorporada ao dicionário britânico Oxford: “uma fotografia na qual alguém tira de si mesmo, tipicamente feita com um *smartphone* ou *webcam* e colocada num site de mídia social (*online*, 2013). Parece que para os navegantes do século 21 a noção de autorretrato estava na pintura, então cunhar um neologismo para diferenciar a presença da tecnologia talvez faça sentido¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Um gif é uma imagem gráfica em formato bitmap em baixa resolução que apresenta movimento, como uma curta animação, num *loop* infinito. São frequentemente utilizados em anúncios no formato banner da web (anúncios online). Fazer uma animação depende de ferramentas que antes eram disponíveis apenas para os técnicos e profissionais de edição de vídeo: hoje se apresentam como *interface*, para aplicabilidade dos usuários nos mais distintos propósitos mas, geralmente, têm a ver com o entretenimento.

¹⁰⁵ Do inglês, a palavra *selfie* origina-se de *Self* (si mesmo). Segundo o site Slate, a palavra *selfie* apareceu pela primeira em uma postagem em um fórum de ciências da Australian Broadcast Corporation. (Slate, *online*, 2013), quando um rapaz, “Hopey” postou um autorretrato com o lábio inferior cortado e um texto pedindo desculpas pela “*selfie*” desfocada. Anos depois, o mesmo disse que ele não inventou a palavra, que a mesma era comum e ele apenas escreveu algo que ouvia. A explicação é que na Austrália é comum flexionar algumas palavras com o -ie: exemplo, um australiano descreve-se como “aussie” (australian+ie). Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Podemos afirmar que a imagem deixou de ser representação do mundo e passou a ser “o mundo”, como bem destaca Carmen Rial, a imagem passou a ocupar um lugar central na vida contemporânea:

o mundo hoje é um sistema interativo, em um sentido que é absolutamente inédito, pois se trata de interações de uma nova ordem e uma nova intensidade. E essas interações se realizam principalmente através de imagens (1995)

Partilhamento de hábitos, de comportamentos, de ideais, a sociedade usa das redes para comunicar-se em torno de imagens e de construções sociais. Há espaço para tudo: da teoria crítica às perversões. A questão em jogo é a socialidade, o uso, o tráfego. Navegar por uma rede social é caminhar por um sistema de filtragem que se dá por meio dos gostos das pessoas. Maffesoli (2006) aponta que as imagens constituem-se de novos totens. O totem é uma metáfora utilizada para definir um novo tribalismo, algo como uma “cultura do sentimento”, em que a força das emoções e o desejo do inútil são os componentes essenciais.

Ao apontar as ideias que estruturam a sociedade, Maffesoli faz uma leitura contra as categorias que já não correspondiam aos fatos sociais – ele percebe a importância do estético como abordagem para discutir termos como nomadismo, tribalismo, imaginário, dionisíaco etc. Um totem pode ser um fato ou pessoa que reúna sujeitos: como a da princesa Diana, morta há décadas. Em torno do mito, das imagens deste mito, os sujeitos são capazes de manter relações de afetividade. Isso passa além dos domínios das instituições, sejam religiosas, políticas, culturais, do estado, ou conceituais, como as artes (idem, 2006). Para este novo tribalismo, Maffesoli destaca três fatos: a multiplicação de redes existenciais, as constantes mudanças de figurino do sujeito, de acordo com gostos pessoais; e a ética do segredo: partilhamento de hábitos, comportamentos, ideais tendo em vista uma ética igualitária e federativa, que demarca limites (Casalegno, 2006).

A web é o lugar da multiplicação das redes. As constantes mudanças de figurino se apresentam cotidianamente na combinação de áudio, gráficos, vídeos, links, além do texto: recursos que são explorados e ampliados pelas *personas*. A ética do segredo é o jogo social que estrutura a sociedade de massas e suas tribos (Maffesoli, 2006 p.155), algo pode parecer como uma sociedade secreta, na qual seus participantes compartilham coisas que dizem respeito aquele grupo e sua tribo (ex.: um grupo religioso de oração no Whatsapp). Ainda, para Maffesoli, há a ideia da socialidade: um conceito que vai tratar de um conjunto de práticas das sociedades contemporâneas do ocidente que apresenta como características a presentificação, uma vivência baseada no presente em que jogam o hedonismo, o tribalismo, a cotidianidade, o instante, as afetividades; em oposição à ideia da sociabilidade, em que pesam a institucionalização e a hierarquização inerente a esta.

O gosto pessoal é fundamental na constituição das redes. Genericamente somos intermediados na rede: procuramos por nós, aquilo que permite a alguém encontrar o que deseja e atesta a credibilidade do encontrado, por exemplo, em sites de busca. Já os portais e os mecanismos de busca ocupam a posição de intermediários entre dois nós quaisquer da rede. Filtram e facilitam o encontro. Para ser possível projetar um “tecido de gostos” entrelaçado com base em casos singulares, em vez de aspectos pré-definidos, é necessária uma interface que dê conta dos gostos pessoais no uso da rede: assim as redes sociais evocam e promovem as informações sobre objetos diversos da internet e as pessoas.

Essa interface é caracterizada por rótulos, *taggs* e leads, no texto e também na imagem: se me interessa pelo vídeo de alguém, é grande a possibilidade de que me

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

interesse por outros, de modo que daí pode aparecer um novo caminho de saída. De um mesmo vou para um diferente. Os chamados *mashups*, postados na web, são um dos tipos destas relações entre conteúdos diversos. Os *mashups* são comuns por exemplo, no site Flickr, no GoogleEarth, Google Maps e o aplicativo de trânsito Wase. Ao visualizar uma imagem, posso ampliá-la e descobrir um texto, localizá-la no globo, ver quantas pessoas viram, comentaram, e/ou copiaram a imagem. Intertextos que se produzem na web pelos *mashups*, pelo compartilhamento. Assim, chega-se na definição de um meme¹⁰⁶, conforme propõe Edward O. Wilson (1999) que é análoga ao ato de rotularmos objetos, coisas e textos na web. Ao fazermos isso, estamos criando cultura:

Recomendamos que a unidade de cultura – meme – seja a mesma que o nó de memória semântica e seus correspondentes na atividade cerebral. O nível do nó, seja conceito (a unidade mais simples reconhecível), proposição ou esquema, determina a complexidade da idéia, comportamento ou artefato que ele ajuda a sustentar na cultura em geral. [...] a noção de nó como meme, e talvez até a distinção entre memória episódica e semântica, provavelmente dará lugar a taxonomias mais sofisticadas e complexas (Wilson, 1999, pp.-129-30)

Deve-se lembrar que diversas redes semânticas emergem ao criarmos rótulos, *taggs*, os leads do jornalismo, os nomes dos vídeos; agem como *zooms*, para criar proximidade aos objetos, ou como panorâmicas, para distanciar-nos. Artifícios que usamos para movermos na horizontal ou na vertical pela *web*. A partir de recursos enunciativos e lúdicos, busca-se segurar o usuário nos sites das redes sociais, que configuram-se como fontes importantes da publicidade interativa. Para chamar atenção nas vias da web, o mais corriqueiro é o análogo ao real: luminosos, *outdoors*, cartazes, *banners*, bandeiras, setas: assim como no caos de anúncios à beira das *highways* engarrafadas das cidades, a internet ainda traz em sua fórmula a ideia da metáfora do real. Os departamentos de marketing são os primeiros a testar as novas fórmulas sobre comportamento dos usuários. Pela rede circulam dados de pessoas de todo mundo. Chegar até eles da forma mais personalizada possível é uma utopia a ser realizada. Prepondera ainda a lógica dos *rankings* (pela mão do usuário) e o *sugestionamento* (pelo sistema dos agentes eletrônicos).

Os memes surgem dentro de comunidades, por exemplo, mas podem surgir a partir de qualquer troca. O exemplo das comunidades é interessante porque muitas comunidades surgem de construções individuais, e que depois se tornam sujeitos coletivos, pelo compartilhamento. Uma analogia aos memes vem do fenômeno da fofoca dentro das comunidades. Norbert Elias publicou um estudo sociológico sobre as comunidades em 1994:

um dos determinantes da fofoca costuma ser o grau de competição entre os boateiros que disputam o ouvido e a atenção de seus semelhantes, o qual, por sua vez, depende da pressão competitiva, particularmente a pressão das rivalidades de status (Elias, 1994, p.195)

Daí a fofoca ser um dos motores da indústria cultural, e dos blogs sobre celebridades, *showbiss*, Facebook, redes telemáticas. Se antes as pessoas se reuniam na praça, no templo, ou na ágora, hoje as pessoas se reúnem no mercado, no shopping, na internet: participa-se

¹⁰⁶ Memes, entendidos como unidades de cultura é um conceito proposto por Charles J, Lumsden e Edward O. Wilson. Ver: Dos genes à cultura In: WILSON, Edward O. *A unidade do conhecimento: consiliência*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. págs. 119-156

de inúmeras aldeias, ou pelo menos das fofocas das aldeias. Fofocas rotulam pessoas, gestos, lugares. Quem transmite a informação causa ruído e transforma a informação. Todavia, honradez e respeitabilidade fazem parte da credibilidade da informação, ou de quem disponibiliza uma informação, daí deriva a ideia do *ranking* nos sites. Acúmulo de informação de qualidade é o que alavanca o movimento ao novo. Um sentimento de pertença é o que faz a máquina andar, é o valor social em que se implicam as trocas. Ao pertencer construímos memes, unidades de cultura e, portanto, memórias dos lugares que pertencemos, sejam virtuais ou materiais.

Quanto aos agentes, tome-se de exemplo o que Steven Johnson chama de agentes sociais, que fazem o que ele denomina “filtragem colaborativa” – organizam seleções por referência cruzada de gostos e ainda a “transferibilidade de gostos: supõe que pessoas que têm alguns interesses em comum vão partilhar também outros interesses” (Johnson, 2001). O refinamento da informação por essa relação entre software e homem avança aos poucos na elaboração de caminhos que facilitem a fluidez das teias semânticas na web. À equação entre as formas estéticas da cibercultura e de seus dispositivos técnico-sociais (uma metáfora do real de Johnson), Pierre Lévy destaca a importância dos arquitetos de informação:

“O engenheiro de mundos surge, então, como o grande artista do século XXI. Ele provê virtualidades, arquiteta os espaços de comunicação, organiza os equipamentos coletivos de cognição e da memória, estrutura a interação sensório-motora com o universo dos dados.”(Lévy, 1999, p. 145)

Temos toda a contribuição das ciências naturais, surgidas das relações entre a telemática e as redes neurais; e o cálculo de otimização de transmissão da informação, desde Norbert Wiener em seu *Cibernética e Sociedade* (1968). Da biologia derivam várias ideias da cibernética, como o interacionismo, ou a reação, assim como dos estudos da psicologia da mente e das neurociências. Metáforas da engenharia servem para explicar nossos cérebros e construir eletronicamente sistemas análogos:

no projeto de um cérebro hominídeo, é importante observar outro princípio de otimização: a transferência de informações é melhorada quando circuitos de neurônios que desempenham funções especializadas são agrupados. Exemplos de tais agregadores no cérebro real são as estações de retransmissão sensorial, os centros integradores, os módulos de memória e os centros de controle emocional identificados até agora por neurobiologistas (Wilson, 1999, p.99)

Analogamente à revolução da sociedade da informação (Castells, 1999), a construção de relações de rede no ciberespaço traz o cultural como o lugar em que se vão operar transformações. No ciberespaço as pessoas rotulam e se rotulam em comunidades, por exemplo. O pensamento acerca da compreensão do ciberespaço procurou nomear os novos fenômenos que surgem na web, a partir de uma interação entre as ciências.

Há hoje uma continuidade e uma extensão entre o tempo da vida, o tempo do trabalho e o tempo do lazer, que são a característica do capitalismo pós-industrial. As máquinas que servem à produção (computador, telefone, celular, TV, internet) são máquinas lúdicas, que estreitam a convivência e servem ao lazer. Indivíduos são ligados na rede de acordo com suas necessidades pessoais, a espaços públicos e à “mentes coletivas” – neste contexto, os memes são apenas um exemplo.

Memes, gifs, colagens, os *spoofs*¹⁰⁷, os remixes realizados na *web* podem ser vistos como resultados de uma mestiçagem de técnicas, sentidos, ideias, entre outros, processos de mestiçagem cultural. Neste sentido, cabe ressaltar que Serge Gruzinski (2000) propôs que o conceito da mestiçagem cultural deve ser observado, apesar das ambiguidades, com o próprio conceito de culturas, pois mantém ainda uma relação com o termo da mestiçagem biológica e com o hibridismo genético. Ao mesmo tempo, Gruzinski destaca o fenômeno da *mezcla*, “onde se mistura o que não se é”, e afirma que aquela se converteu em uma realidade cotidiana, visível em nossas ruas e em todos os lugares. O fenômeno da *mezcla*, segundo o autor, se define como “multiforme e onipresente, associa seres e formas que a priori nada deveria aproximar [...] podemos passar poucas horas em Moscou, onde os anúncios da Calvin Klein escoltam as estátuas de Lênin”:

“Estas vizinhanças e estas presenças incomodam, atropelam nossos pontos de referência. Um mundo moderno, homogêneo, e coerente haverá cedido subitamente o passo a um universo pós-moderno, fragmentado, heterogêneo e imprevisível? (Gruzinski, 2000, p. 43)

Os memes estabelecem-se em espaços de recombinação que interessam à comunicação dentro dos estudos do dialogismo cultural (Bakhtin, 1988) por meio de suas características intertextuais ou da interação entre diversos textos e as pessoas. Neste sentido, a cultura dos memes está sobretudo na política: atenta às demandas de parcelas juvenis da sociedade, massivamente a maioria do Facebook, a prefeitura de Curitiba tem aproveitado elementos da cultura massiva para conversar com a população através do perfil no Facebook. Apesar das críticas de seu uso mais mercadológico, trata-se de um exemplo bastante popular e heterogêneo. Essa heterogeneidade surge a partir de nosso cotidiano mediado e híbrido, conforme descreve Canclini: “*hibridização* como um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os outros vocábulos empregados para designar misturas particulares” (2003).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

BOULTER, J. David; GRUSIN, Richard. **Remediation: understanding new media**. MIT Press: 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASALEGNO, Francisco. Entrevista com Michel Maffesoli. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2006.

¹⁰⁷ Ver: FELINTO, Erick. **Videotrash. O YouTube a cultura do “spoof” na Internet**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, do XVI Encontro da Compós - UTP, Curitiba, junho de 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. Volume I**, Paz E Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologias das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FELINTO, Erick. **Videotrash. O YouTube a cultura do “spoof” na Internet**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, do XVI Encontro da Compós - UTP, Curitiba, junho de 2007.

FRIER, Sara. Facebook \$22 Billion WhatsApp Deal Buys \$10 Million in Sales. In: **Bloomberg.com**. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-10-28/facebook-s-22-billion-whatsapp-deal-buys-10-million-in-sales>

GILDER, George. **A vida após a televisão: vencendo a revolução digital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GRUZINSKI, Serge. **El pensamiento mestizo**. Barcelona: Paidós, 2000. pp. 38-63

HILL, Kashmir. *Ten Reasons why Facebook bought Instagram*. **Forbes.com**. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/kashmirhill/2012/04/11/ten-reasons-why-facebook-bought-instagram/>

JOHNSON, S. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos - O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

OXFORD DICTIONARY BLOG. Disponível em - <http://blog.oxforddictionaries.com/2013/11/an-infographic-of-selfie/>

RIAL, Carmen. Por uma antropologia do visual contemporânea. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 119-128, jul./set. 1995

SLATE. Disponível em > http://www.slate.com/blogs/lexicon_valley/2013/11/22/selfie_etymology_an_australian_man_takes_a_photo_of_his_lip_after_falling.html

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: uso humano de seres humanos**. São Paulo: Ed. Cultrix: 1968.

WILSON, Edward O. **A unidade do conhecimento: consiliência**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

ROCK'N ROLL, CULTURA UNDERGROUND E COMUNICAÇÃO: RELATO DE PESQUISA

Guilherme Carvalho; Máira de Souza Nunes; Otacílio Vaz
 UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter
 guilherme.ca@uninter.com;
 maira.n@uninter.com;
 otacilio.v@uninter.com

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo tem presenciado a consolidação da hegemonia da comunicação e informação em todas as esferas da vida pública e privada. Desde o final do século XIX, com o advento dos meios de comunicação de massa, mas principalmente a partir do pós-guerra, a civilização ocidental desenvolveu o que Douglas Kellner (2001) chamou de “cultura das mídias”. Para o autor os produtos da indústria cultural passaram a constituir os principais modelos identitários a partir dos quais se constroem visões de mundo e se estabelecem modelos de si e do outro.

O fenômeno de constituição da cultura das mídias é concomitante à desintegração de um modelo de modernidade que possibilitava outras formas de pertencimento, como laços comunitários e de tradição. As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcaram todo o século XX resultaram em uma descontinuidade com o tecido histórico, ou a destruição “dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas.” (HOBBSAWM, 1995, p. 13).

A cultura de juventude, surgida ao longo do século XX, teve no rock'n roll sua principal expressão. Dessa forma a subcultura, a contracultura e o *underground*, nascidos no período, devem ser pensados a partir de seu desenvolvimento histórico, com a finalidade de perceber como as relações sociais estabelecidas a partir do gênero musical “mantêm inter-relações com a cultura midiática.” A análise midiática permite, inclusive, compreender a música não apenas como produto econômico, mas como um fenômeno cultural. (JANOTTI, 2008, p. 77).

1.5.1.1.1.1.1.1 Já no final do século XX, a partir do desenvolvimento da globalização e das novas mídias, esta transformação cultural resultou em novas texturas sociais estabelecidas na chamada “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999). A juventude passou então a reelaborar um imaginário cultural próprio, tecnológico e interconectado, influenciando a produção de informação e conteúdo, a partir do consumo de produtos culturais feitos, em muitos casos, por e para ela.

1.5.1.1.1.1.1.2 O ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e o surgimento da cultura digital possibilitaram uma nova forma de síntese da realidade; a dinâmica do desenvolvimento dessa cultura trouxe em si a complexidade de uma diferente forma de circulação e apropriação dos códigos culturais. O surgimento da cibercultura permitiu a atores e grupos sociais uma nova forma de interação, organização e mobilização em uma esfera pública marcada pela dimensão técnica da vida cotidiana, na qual são compartilhadas experiências, interesses, visões de mundo e causas políticas.

Com o surgimento das redes sociais mediadas pela interface tecnológica do computador as relações sociais presenciais deram espaço às relações impessoais no mundo virtual. Os encontros e as aglomerações urbanas deram lugar às comunidades online de interesses em comum e à desterritorialização dos movimentos urbanos.

Surge então o “mundo dos bloggers, dos cineastas amadores, das bandas de garagem, que de repente encontram seu público, graças à mesma economia invisível da Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

distribuição digital.” (ANDERSON, 2006, p.6). Observam-se, então, importantes mudanças no cenário de produção e divulgação do rock: a gravação de músicas e videoclipes bem como a difusão de textos e imagens dos artistas e bandas não dependem mais da grande mídia *mainstream* ou da indústria fonográfica. Cada vez mais se fortalece a chamada música independente e a cena *underground*.

Interessado nestes fenômenos, a presente pesquisa pretende compreender as relações históricas entre o rock’n roll, a cultura *underground* e a comunicação, desde o seu surgimento no século XX até a atualidade, com o estabelecimento das relações mediadas por computador. Acredita-se que a análise da cultura *underground* presente no ciberespaço permite uma maior compreensão das possibilidades de estabelecimento de resistência ou alternativas a partir de uma produção autônoma, o DIY (*Do It Yourself*), bem como no estabelecimento de redes de sentido e pertencimento a diferentes grupos sociais, tão característicos da sociedade contemporânea.

O questionamento do qual parte esta pesquisa foi delimitado a partir de uma análise histórico-cultural, e pretende responder à seguinte problemática: de que maneira se estabeleceu uma cultura *underground* contemporânea baseada no consumo da música e estética rock’n roll? A hipótese levantada para responder à pergunta de pesquisa defende que relações entre cultura *mainstream* e cultura *underground*, presentes em toda a história do rock’n roll, estabeleceram-se ao longo da segunda metade do século XX e criaram uma disputa contra-hegemônica centralizada na cultura das mídias; atualmente estas disputas identitárias encontram-se nas comunidades virtuais.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar, a partir da história do rock’n roll, as características da cultura *underground* e suas relações com as mídias *mainstream*, pensando os processos e práticas comunicacionais presentes na construção do universo *underground* e as subculturas *rockers*.

O campo da Comunicação tem se voltado cada vez mais à aproximação teórica entre os Estudos Culturais anglo-americanos e os Estudos da Cibercultura. Neste cenário, os estudos sobre o Rock’n roll passaram a ganhar destaque em todo o mundo, havendo hoje uma produção acadêmico-científica em desenvolvimento no Brasil. Interessam as formas como as (sub)culturas jovens criam novos sentidos e afetos, novas práticas comunicacionais e se manifestam por meio - textual e sonoro – do rock. A partir do estabelecimento de grupos, linhas e projetos de pesquisa vinculados às principais associações de profissionais da comunicação, bem como a programas de pós-graduação, passaram a ser desenvolvidos artigos, papers, TCCs, dissertações e teses que investigam as inúmeras junções entre rock, cultura *underground* e comunicação.

A presente pesquisa vem sendo realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental, na modalidade qualitativa, com a finalidade de levantar o estado da arte sobre o tema e identificar dados relevantes para a análise proposta. Visa, também, a identificação de tendências, correntes e grupos sociais presentes no ciberespaço com a finalidade de, a partir da análise dos dados levantados, compreender o sentido dos atos e das decisões desses atores, bem como os vínculos com o seu contexto social.

Uma etapa fundamental para a pesquisa é a conceituação dos termos *underground* e *mainstream*. Por serem palavras estrangeiras que não representam conceitos consolidados teoricamente, pretende-se investigar suas origens históricas, buscando os seus diferentes sentidos de uso e interpretação. Para tanto, está sendo feita uma investigação baseada na História dos Conceitos, linha teórico-metodológica que permite perceber a relação entre o conceito e sua historicidade enquanto categoria heurística “encarnada” em dadas situações históricas nas quais foi formulado. (PROTO, 2011).

Concomitantemente à definição dos conceitos está sendo realizada a primeira etapa de coleta de dados, focada na pesquisa documental. Foram levantadas informações disponíveis na internet sobre o cenário do rock'n roll atual (artistas, bandas, gravadoras, público, fãs) e seu desenvolvimento no ciberespaço. Outra etapa metodológica da pesquisa que conduzirá a investigação será a netnografia, ou etnografia virtual, que pressupõe o trabalho de observação a partir da inserção do pesquisador mediada pelo computador, com a finalidade de investigar práticas culturais e de comunicação dos grupos estudados. A netnografia permite observar com detalhes as formas em que se experimentam o uso desta tecnologia. Adriana Amaral (2009) problematiza a atuação pesquisador-insider e discute os procedimentos para a pesquisa virtual.

A última etapa da pesquisa consistirá na realização de entrevistas com os atores sociais pesquisados (músicos, jornalistas, produtores e o público/fãs), visando cotejar os dados levantados anteriormente e aprofundar aspectos identificados na observação.

DIY: A PESQUISA SOBRE ROCK'N ROLL

Desde o seu estabelecimento no século XX, o campo da Comunicação tem se interessado pela relação entre cultura e consumo. Os debates sobre a Cultura de Massa e a Indústria Cultural ganharam espaço a partir das transformações tecnológicas promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo e dos meios de comunicação de massa e pós-massivos.

Os estudos das chamadas subculturas, por sua vez, também já possuem um longo histórico, tendo início com a Escola de Chicago, desenvolvimento com a Escola de Birmingham e, a partir dos anos de 1990, sendo estabelecida como estudos pós-culturais (AMARAL, 2008). A partir da ideia de formação de uma cultura jovem, uniforme e universal, passou-se a pensar a existência de várias subculturas constituídas por jovens que negociam o seu capital simbólico dentro do próprio grupo e estabelecem redes de interação a partir de gostos e afinidades.

O atributo definidor das 'subculturas', então, reside na maneira como a ênfase é colocada na distinção entre um grupo cultural/social particular e uma cultura/sociedade mais ampla. A ênfase é na variação de uma coletividade maior que é invariavelmente, mas não sem problemas, posicionada como normal, mediana e dominante. Subculturas, em outras palavras, são condenadas a e/ou desfrutarem uma consciência da 'alteridade' ou diferença. (GELDER e THORNTON, 1997 apud, AMARAL, 2005, p. 3).

Entende-se aqui subcultura como o conjunto de códigos simbólicos que se transformam em pertencimento ou exclusão, não sendo necessário que haja algum cunho ideológico comum para além do pertencimento. A análise da cultura rocker underground permite pensar relações econômicas, comportamentais e estéticas que fazem parte desses laços afetivos de pertencimento. É preciso, portanto, pensar essa cultura não apenas como produção, mas também como apropriação.

A cultura *underground* é pensada enquanto escolha de estilos de vida, expressões artísticas, e formas de pensar e ser que abarcam o axioma antigo de que a única verdade constante é a mudança em si. A marca da de uma cultura não-dominante não é uma estrutura ou forma social particular, mas a efervescência de formas e estruturas, a rapidez com que aparecem, mudam e se transformam em outras e desaparecem

Quadro 1: Definição de *underground*

Fatores	Underground	Mainstream
Mensagem	Contracultural	Establishment
Condição de produção	Independente	Estruturado
Difusão	Meios alternativos	Meios convencionais
Meios de comunicação	Blogs, redes sociais	Sites, redes sociais e MCM
Produtividade	Produção esporádica	Produção periódica
Qualidade	Profissional	Profissional
Mercado	Nicho	Nicho e Massa
Financiamento	Shows e produtos vendidos na internet	Venda de CD's e produtos em lojas e na internet, shows

Fonte: Carvalho, 2013.

O estabelecimento de estruturas sociais instáveis, marcados pela ausência de uma liderança centralizada e pela máxima expressão artística. (GOFFMAN, 2004). Pode-se afirmar que a definição de cultura *underground* baseia-se em elementos comuns de manifestação com o público, os artistas e os locais ou canais onde se expressa, relacionando-se também com o campo da produção de conteúdo cultural.

Ao retomar a história do rock'n roll para analisar a cultura *underground* percebe-se que as práticas culturais afroamericanas¹⁰⁸ e dos jovens de periferia estiveram presentes desde o início, como a mescla de elementos da cultura ancestral africana com ramificações europeias (as únicas permitidas) que resultou no *blues*. (BERENDT, 1975). A cultura de juventude, especificamente, teve início nos anos 1920, enquanto uma cultura universitária, de consumo e hedonismo. É apenas em 1960 que essa cultura torna-se rebeldia e revolta contra o sistema capitalista e o modo de vida burguês. Os grupos contraculturais passam a compartilhar valores e modos de vida desviantes das normas e práticas sociais aceitas.

Durante esta época, o uso de drogas alucinógenas pela comunidade da contracultura, incluindo seus músicos, era regra e não exceção. [...] Os membros da comunidade acreditavam que o uso de drogas aumentava tanto a qualidade de vida da pessoa quanto sua criatividade artística. (FRIEDLANDER, 2012, 269).

A busca por uma identidade cultural própria sempre acompanhou os músicos, produtores e ouvintes do rock. Além da sonoridade há todo um conjunto de práticas e materialidades que se consolidam ao longo dos anos. Moda, comportamento, novos instrumentos, novas formas de produzir informação e divulgar os conteúdos culturais produzidos na cena rock foram aspectos fundamentais da consolidação dessa cultura. A partir dos anos 70, por exemplo,

¹⁰⁸ Costumes tribais africanos que giravam em torno dos ritmos de percussão não foram eliminados pela escravidão e após a abolição surgem nos guetos os primeiros elementos do blues. Na virada para o século XX surgem o *boogie-woogie* e o *jazz*, sendo seguidos pelo *rock'n roll*. (GOFFMAN, 2004, p. 229).

fanzines ou zines cumpriam o papel de divulgadores de informações da cena local, a partir de informativos feitos de modo artesanal e distribuídos de mão em mão nos shows ou lojas de artigos especializados em rock. (CARVALHO, 2013, p. 12).

Cada vez mais a cultura *underground* desenvolve novas formas de expressão. Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico, as comunidades virtuais passaram a utilizar as redes sociais para produzir conteúdo e divulgar materiais: “fanzines eletrônicos (*ezines*), bandas e gravadoras independentes, as revistas digitais, “minorias culturais”, poetas, DJ’s, artistas eletrônicos, listas de discussão segmentadas no âmbito da música, rádios livres/*netradios*, etc.” veiculam informações e atividades na internet. (BANDEIRA, 2001, p. 5).

Dessa forma, entende-se que a constituição de uma rede entre atores sociais não se dá apenas pela utilização do suporte tecnológico, mas também pelo estabelecimento de comunidades de sentido entendidas como agrupamento de “indivíduos que partilham interesses comuns, vivenciam determinados valores, gostos e afetos, privilegiam determinadas práticas de consumo” (JANOTTI JR, 2005, p. 119).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou uma reflexão teórico-histórica sobre as características da cultura *underground*, entendendo que esta faz parte do processo de formação e consolidação do *rock* e também da indústria cultural. A cultura jovem sempre esteve relacionada à ideia de grupo, de pertencimento, de coletividade.

Estar junto aos seus iguais, compartilhar informações, trocar discos, produzir fanzines, montar uma banda sempre partiram de laços de amizade e sociabilidade. O que é possível perceber é que há um papel importante dos meios de comunicação nesse cenário, mas que não tira a força da produção autônoma e independente. O surgimento da internet possibilitou a adaptação de uma forma de criar, consumir e divulgar que permite um maior alcance para bandas e artistas independentes, sem que seja necessário perder a autonomia.

A cultura *underground* digital, criada na internet, aponta para o fortalecimento de identidades e produtos que exploram ao máximo as possibilidades tecnológicas, sem, no entanto, perder a natureza de subversão e crítica. Novas cenas musicais surgem e se estabelecem nas redes, juntamente com novas formas de interpretar o mundo e a sociedade. A cultura jovem continua produzindo diferentes formas de enfrentamento ao *establishment*, apenas agora também mediadas por computador.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana. Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais das subculturas da Web. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Vol. 11, nº 1 - janeiro/abril, 2009.

_____. Subculturas e cibercultura(s): para uma genealogia das identidades de um campo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 37, dez 2008.

_____. Uma breve Introdução à subcultura cyberpunk. Estilo, alteridade, transformações e hibridismo na cibercultura. In: E-Compós, v. 3, p.1-22, 2005.

ANDERSON, Chris. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BANDEIRA, Messias Guimarães. O underground na era digital: a música nas trincheiras do ciberespaço. In: **INTERCOM**. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/75767880051012233514623454319002702124.pdf>>. Acesso em: 10/02/2015.

BERENDT, Joachim-Ernst. **História do Jazz**. Abril Cultural: Rio de Janeiro, 1975.

CARVALHO, Guilherme. **Webbangers : quando o Heavy Metal curitibano invade a Internet**. Monografia (Especialização). Pós-Graduação *lato sensu* em Comunicação, Cultura e Arte. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Curitiba, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A Era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and roll**: uma história social. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GOFFMAN, Ken [a.k.a. R.U. Sirius]; JOY, Dan. **Counterculture through the ages**: from Abraham to acid house. New York: Village Books, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. SP: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI JR., Jeder Silveira. Autenticidade e gêneros musicais: valor e distinção como formas de compreensão das culturas auditivas dos universos juvenis. **Ponto-e-vírgula**, 4: 330 – 343, 2008.

_____. Mídia, cultura juvenil e *rock and roll*: comunidades, tribos e grupamentos urbanos. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira. História dos Conceitos: fundamento teórico-metodológico para construção da historiografia. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 22, julho 2011. 74-81. Disponível em <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12749>>. Acessado em 10/02/2015.

GT 10: JORNALISMO E SOCIEDADE

A CENSURA NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO DE 1964 A 1975

Beatriz Szymanski; Máira de Souza Nunes
UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter
beatrizszymanski@yahoo.com.br maira.n@uninter.com

Palavras-chave: Telejornalismo; Censura; Regime militar; AI-5.

INTRODUÇÃO

Desde que foi inaugurada, em setembro de 1950, a televisão brasileira tornou-se a mídia de maior impacto na sociedade e, conseqüentemente, tornou-se alvo de interesses políticos. Devido ao preço elevado e ao alcance limitado das concessões, a programação era local. Durante o regime militar, que compreendeu o período de 1964 a 1985, os telejornais e novelas sofreram censura, uma espécie de filtragem dos conteúdos antes de serem mostrados aos telespectadores. Era o Estado impondo sua autoridade nos veículos de comunicação televisivos.

Nessa época, a televisão sustentava-se da publicidade do governo que, através de agências de propaganda, liberava verbas para as emissoras com problemas financeiros, o que resultava na manutenção de censores nas redações para controlar e filtrar tudo aquilo que seria exibido. O crescimento da televisão fazia parte do desenvolvimento da tecnologia no país, interessando aos militares que foram direcionados para manter a ordem e a segurança e acelerar o processo e modernização no Brasil, preocupados com o tipo de conteúdo passado nas telas. (MATTOS 2010, p. 47)

A análise dos reflexos da ditadura militar na televisão brasileira aborda os telejornais veiculados no período de 1964, início do período militar e da censura aos veículos de comunicação, até 1975, período de enfraquecimento da censura na ditadura com a mudança do governo Médici para Geisel. Os telejornais que serão objetos deste estudo são aqueles exibidos nas emissoras TV Tupi, TV Excelsior e Rede Globo, consideradas as grandes redes da época, que exibiam respectivamente os telejornais Repórter Esso, Jornal de Vanguarda e o Jornal Nacional.

O tema desta pesquisa mantém-se relevante nos dias atuais, mesmo após a consolidação dos direitos democráticos. A aprovação da instalação da Comissão da Verdade, decretada pelo Congresso Nacional, responde a uma demanda popular que visa compreender em sua totalidade todos os aspectos obscuros da ditadura militar, esclarecendo as violações contra os direitos humanos. Pretende-se estabelecer um resgate histórico, discutindo aspectos relevantes deste período da história do jornalismo brasileiro.

O problema proposto para esta pesquisa parte do seguinte questionamento: Que critérios de censura foram utilizados pelos militares nos telejornais, entre os anos de 1964 e 1975? As hipóteses apontadas servem como base de resposta e profundidade ao tema Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

proposto, e seguem as seguintes análises: a) A censura seguiu critérios religiosos, políticos e morais; b) Os critérios de censura variavam conforme o momento político; c) O impacto da censura pode ser percebido através da análise da programação dos telejornais censurados.

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar os critérios de censura que os militares utilizaram no telejornal da televisão brasileira, especialmente em dois momentos distintos: de 1964 a 1968, período que antecede publicação do AI-5, de 1969 a 1975 quando da sua entrada em vigor até seu enfraquecimento. E os objetivos específicos são: a) Discutir a restrição à liberdade de expressão nos telejornais; b) Analisar os principais telejornais que foram censurados durante a ditadura; e c) Identificar os critérios de censura dos telejornais da TV Tupi, Excelsior e Globo.

O presente trabalho analisa fatos que marcaram o país por duas décadas e que influenciaram sobremaneira o desenvolvimento da atividade jornalística no Brasil. Entender a censura no período militar especialmente nos severos períodos de repressão e opressão que, inclusive, provocaram a morte de diversos jornalistas e o fechamento de redações, permite manter e valorizar o ideal de liberdade, o qual deve sempre estar presente quando da manifestação de pensamento.

A coleta e levantamento de dados que auxiliaram na construção do texto do trabalho foram realizados por meio de pesquisa bibliográfica, a partir de obras de historiadores e jornalistas, além de livros de memória das emissoras destacadas. Outra forma de pesquisa utilizada foi a documental, por meio da busca de materiais na Cinemateca de Curitiba, na Cinemateca Brasileira, especialmente o acervo de vídeo dos noticiários da TV Tupi, além do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que mantém em seus registros as manchetes do telejornal Repórter Esso exibidas entre 1964 e 1969.

Em conjunto com a pesquisa documental, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, os quais possibilitaram a análise por amostragem e o aprofundamento do conteúdo pesquisado. Esse tipo de pesquisa se fundamenta em descrições, comparações e interpretações que privilegia algumas técnicas como a análise de conteúdo e documentos, que neste caso são documentos impressos e audiovisuais. (CHIZZOTTI, 2008. p. 98).

A CENSURA NOS TELEJORNAIS BRASILEIROS

A censura é uma restrição à liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, uma verdadeira redução ao direito de informação, aí sacrificada sob o argumento de prevalência de um interesse maior, que seria o interesse nacional. Para Coriolano de Loiola Cabral Fagundes:

Censurar é examinar e classificar, dentro de determinada faixa etária, o espetáculo de diversão pública, visando proporcionar ao espectador entretenimento adequado à sua capacidade de compreensão, ao mesmo tempo protegendo-o contra impressões prejudiciais à sua formação intelectual psíquica, moral e cívica (1975, p. 129).

Quanto à forma de manifestação, a censura pode ocorrer conforme o momento em que se verifica a restrição à liberdade de expressão, que ocorreram através da Lei de imprensa, os atos institucionais e a lista dos critérios de censura. No que se refere à imprensa, a censura pode ser prévia ou repressiva.

A censura prévia é o exame antecipado, de natureza proibitiva, que se faz em material jornalístico com a justificativa de preservar a ordem e a moralidade pública. Já a

censura repressiva é aquela exercida pelo Estado, com caráter punitivo, depois de manifestado o pensamento, para evitar sua maior difusão (HOUAISS, 2001, p. 671).

Logo que ocorreu o golpe em 64, a censura era realizada por oficiais das Forças Armadas, passando para a Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça. Cabia à polícia a função de controlar os veículos de comunicação, tendo a imprensa brasileira experimentado tanto a censura previa como a repressiva, especialmente após a edição do Ato Institucional nº 05. Como afirma Marconi

A censura policial que se estendeu por nove anos foi basicamente de dois tipos: a primeira, através de bilhetinhos e telefonemas que determinavam os assuntos que não deveriam ser abordados pela imprensa; a segunda, a chamada censura prévia, com censores policiais revisando todo o material a ser divulgado (1979, p.43:81).

Também, passou a ser prática comum durante o regime militar a autocensura, exercida pelos próprios jornalistas e editores que, já sabendo do rígido critério de controle da programação, acabavam eles mesmos impedindo que esta ou aquela reportagem fosse ao ar, evitando o atrito direto com os censores.

Tal como a censura prévia, a autocensura muitas vezes se manifestava por meio de “bilhetinhos” encaminhados pelos militares até a redação dos telejornais, constando a relação de assuntos de divulgação proibida. Por mais de três anos, os “bilhetinhos da censura”, proibições por telefone ou a entrega de listas de proibições em mãos caracterizaram na principal forma de censura no país e indicavam o que poderia ser divulgado no veículo. Tais formas de censura ficaram conhecidas como os: “De ordem superior, fica proibido” (KUSCHNIR, 2001, p. 202).

O governo poderia cassar o direito a concessão caso a emissora não obedecesse aos critérios estabelecidos para sua transmissão. Durante o período mais rigoroso da ditadura militar o presidente Médici assinou o Decreto nº 1.077, justificando a imposição da censura prévia. Esta foi exercida de duas formas: os censores se instalavam nas redações a fim de decidir o que poderia ser publicado, ou os veículos enviavam os materiais ao Departamento da Polícia Federal para análise do conteúdo, isso para todos os veículos de informação, jornais e televisão.

Independentemente da sua forma de manifestação, a censura foi uma das armas de que o regime militar usou para calar seus opositores e impedir que qualquer tipo de mensagem contrária a seus interesses fosse divulgado à população.

Neste contexto observa-se que a censura teve três períodos durante a ditadura. A fase pós-golpe, entre 1964-1968, com os primeiros atos institucionais; o período que sucedeu o decreto do AI-5, entre 1968-1974, ampliando o rigor do controle e da repressão; o período final do regime, entre 1975-1985, terminando com a restauração da democracia.

É inegável que durante o período em que os militares estavam no poder, o Brasil decolou tecnologicamente investindo em melhorias para os meios de comunicação. Porém, o que se sabe é que nada aconteceu voluntariamente sem que o governo tivesse o retorno esperado, principalmente pelo período de industrialização e urbanização que se instaurava.

A censura instaurada nos meios de comunicação no período da ditadura militar possibilita múltiplas análises, sendo considerada a principal arma usada pelos militares para combater os opositores do governo. Todos os veículos existentes no país passaram pelo controle dos agentes do Exército e da Política Federal. De todas as informações que circulavam neste período, pouco se sabe do conteúdo que restou.

As proibições filtravam os conteúdos das informações que a população não devia saber. Nos impressos, substituíram-se as matérias pelo grande espaço em branco e, quando

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

esta prática foi proibida, entraram receitas de bolo para preencher esses espaços. Na televisão, o locutor lia pausadamente as manchetes do dia, as quais muitas vezes não eram suficientes com o tempo estipulado para a transmissão que geralmente era de 10min, muito em razão dos cortes feitos no texto original feito pelos censores militares (MARCONI, 1979).

A Agência Nacional, órgão pertencente ao governo, também fornecia materiais de notícias a televisão. Nesta época o governo se valia dos projetos de construção civil e da “segurança nacional”, e seu maior interesse era que os telejornais fossem portadores de boas informações, tudo que era positivo ao crescimento do país, na opinião dos militares, devia ser mostrado ao povo brasileiro.

A censura partia de princípios morais, políticos e religiosos, sendo todos eles ditados pelos militares. Além da emissão dos Atos Institucionais, da Lei de Imprensa, bilhetinhos e telefonemas, existia outra forma de controle, que era a lista de proibições deixadas pelos censores nas emissoras, com a finalidade de que todos os profissionais da notícia tivessem conhecimento dos assuntos proibidos. Além desses critérios, durante o governo Médici em janeiro de 1970, foi decretada a Lei 1.077, uma emenda que alegava a “necessidade de defesa moral e dos bons costumes”, em que o governo deveria proteger a sociedade juntamente com o plano de segurança nacional, das entranhas do comunismo internacional. (MATTOS, 2007, p. 62).

A censura marcou o telejornalismo da TV Excelsior e o Jornal de Vanguarda. Devido às precárias condições do estúdio, o cenário era simples e com pouco recurso. O telejornal era transmitido ao vivo, o que resultou na impossibilidade de formação de um acervo. A apresentação envolvia vários profissionais que durante as notícias faziam comentários sobre os diversos assuntos apresentados, além de imitações de celebridade. Várias vezes a emissora promoveu a autocensura a partir de ligações dos censores, alertando que o formato do telejornal não estava agradando o governo.

Um episódio propiciando o fim do Jornal de Vanguarda: quando foi ao ar a notícia que um menino havia levado um tiro na cabeça por um militar quando gritava o nome “Jango”. Um censor foi à emissora a fim de chamar atenção sobre o ocorrido e proibir esse tipo de matéria nos futuros noticiários. A partir daí a emissora se tornou alvo de censura dos militares.

As notícias veiculadas no telejornal Repórter Esso da TV Tupi passaram também por vários formatos de censura, os quais podem ser percebidos através da análise do acervo das notícias apresentadas em diferentes períodos. Antes do golpe militar de 1964, após a posse dos militares e depois do decreto do Ato Institucional nº 5.

Na análise do acervo da TV Tupi, presente na Cinemateca e no Arquivo Nacional, percebe-se que entre os anos de 1964 até dezembro de 1968 a maioria das notícias apresentadas pelo Repórter Esso abordava temas políticos e de interesse público. Informações sobre os generais, debates e das classes produtoras, greves, convenções, julgamentos de oficiais, esportes, pronunciamentos, atentados, crise econômica, terrorismo, além de assuntos internacionais de diferentes países, incluindo a China, Reino Unido, Nigéria, Estados Unidos e alguns países da América do Sul.

A partir de 1969, já com o decreto do AI-5, e nos anos do rigoroso governo do General Médici, o telejornal Repórter Esso teve que focar nos assuntos internacionais e de entretenimentos como o futebol, que já entrava no noticiário, mas que teve mais destaque devido ao apoio dos militares. Resultando no esvaziamento das notícias políticas. No início da década de 70, o Brasil disputava a Copa do Mundo e esse era o foco principal do telejornal.

A Rede Globo de televisão que apresentava o telejornal *Jornal Nacional* teve algumas matérias censuradas, apesar de alguns autores afirmarem que a emissora foi aliada ao governo militar. Pela análise pode-se concluir que durante algum tempo da apresentação do telejornal, a equipe não tinha conhecimento das proibições decretadas pelo governo, o que ocasionou o contato dos censores com os diretores ou até mesmo com o dono da emissora, Roberto Marinho. Numa entrevista de Joseph Wallach para o jornal *Folha de São Paulo* ele afirma ter havido influência dos militares na Rede Globo e que “também era comum discussões entre Roberto Marinho e eles” (CARVALHO, 1994, 17).

Uma das matérias do telejornal da Globo censurada pelos censores foi quando morreu o revolucionário Lamarca em 1971. Os jornalistas haviam sido informados que caso noticiassem sobre o acontecimento deveriam ser sutis e não contar o fato na íntegra. Porém, a equipe entrevistou o médico legista e descobriu detalhes sobre a morte, mas a censura não deixou a matéria ir ao ar (SOUZA, 2000, p. 81).

O exercício da ética dos jornalistas que aderiram a autocensura e a censura prévia nas redações foi contrária ao código de conduta ética. Porém, isso se fez necessário, uma vez que as punições em caso de desobediência ao governo traziam duras consequências a esses profissionais. A censura no telejornalismo foi tão rigorosa que muito do material produzido naquela época acabou se perdendo, sendo destruído ou apreendido pelos próprios censores militares, além dos incêndios que destruiu as emissoras Globo, Bandeirantes e Record em 1969 em São Paulo, que poderia ser coincidência, no entanto Wallach afirma que se tratava de um atentado. (CARVALHO, 1994, 17).

As fitas que não eram apreendidas acabaram sendo reutilizadas pela própria emissora para elaboração de outras matérias, em razão do alto custo do material cinematográfico daquela época, o que resultou em mais uma dificuldade para encontrar registros de notícias censuradas nos telejornais durante o regime militar. O pouco que se conhece advém de livros ou de depoimentos de jornalistas que vivenciaram o período ditatorial, sendo que, neste último caso, muitos deles já estão falecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste tema se fez necessário em razão dos fatos que ocorreram durante o regime militar no país, em memória aos jornalistas que perderam seus direitos e suas vidas lutando em favor dos direitos humanos e driblaram as leis opressoras instauradas pelos militares.

Os instrumentos normativos instaurados pelos militares tenderam ao abrandamento, na medida em que o Brasil caminhava para democracia. O Ato Institucional foi revogado no final da década de 70, quando também outros instrumentos normativos pararam de circular nas redações. Atualmente, a Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da liberdade de expressão, a qual permite ao cidadão a livre manifestação da sua opinião sem que sofra censura. Ocorre que tal liberdade acaba contrariando o texto da Lei de Imprensa que, conforme já dito, autoriza em diversos momentos a censura, além de inibir o exercício da manifestação de pensamento ao autorizar a apreensão de material que tenha algum conteúdo contrário a ordem social (SILVA, 2005, p. 243).

No entanto, a censura deixou rastros, apesar de não ser mais uma censura política, o que acontece nas redações é uma questão mercadológica, o mercado ditando as regras do jogo aos profissionais da informação. A grande mídia está voltada a lógica capitalista e o jornalista agora segue a linha editorial que o veículo determina.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Mário Cesar. **Globo seria igual sem Time-Life**. SP: Folha de São Paulo, 1994. (Arquivo Cinemateca de Curitiba). “TV – Emissoras – Rede Globo”.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. SP, Cortez, 2008.

FAGUNDES, Coriolano de L. C. **Censura e liberdade de expressão**. SP: Editau, 1975.

HOUAISS, Antônio et al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. RJ: Objetivo, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 á Constituição de 1988**. Campinas, SP: [s.n], 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/PsDzEj>>. Acesso em 12/09/2015.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978**. SP: Global, 1979.

MATTOS, Sérgio. A censura no Brasil republicano. In: MELO, José Marques (org). **Síndrome da mordada: Mídia e censura no Brasil (1706-2006)**. São Bernardo do Campo, SP: Metodista, 2007.

_____. **História da Televisão Brasileira - Uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. SP: Malheiros, 2005.

SOUZA, Florentina. **Alguns Momentos dos 50 anos do Telejornalismo no Brasil**. SP: USP, 2000.

DA IMPRENSA SINDICAL PARA A IMPRENSA DE MASSA: INTERAGENDAMENTO E CONTRA-AGENDAMENTO

Alexsandro Teixeira Ribeiro¹⁰⁹
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Comunicação Social – Jornalismo
alexsandrotibeiro@gmail.com
Hebe Maria Gonçalves de Oliveira¹¹⁰

Palavras-chaves: imprensa sindical, contra-agendamento, interagendamento

INTRODUÇÃO

A imprensa tem o poder de sugestão de temas a serem debatidos pelos públicos, bem como orientar, por meio dos atributos ressaltados em suas publicações e pelo enquadramento dos acontecimentos reportados, as perspectivas e viés dos temas que serão discutidos e abordados na agenda da sociedade (McCOMBS, 2009). Tendo isso em vista, a imprensa torna-se uma arena de disputas na sociedade, na medida em que as organizações e entidades da sociedade civil buscam inserir suas pautas e reivindicações na pauta midiática, com vistas a lançar na agenda da sociedade as suas demandas. Os sindicatos, como entidades da sociedade civil, buscam atuar na agenda da imprensa, sobretudo no tocante às manifestações de greve de categorias profissionais, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e o patronato em relação às reivindicações dos trabalhadores.

Conforme aponta Silva (2007) ao propor um debate sobre contra-agendamento – em que se destaca o contra-fluxo no direcionamento das agendas, comumente tido como da mídia para o público – na medida em que as entidades sindicais realizam ações que o objetivo último de se inserirem na agenda midiática, elas atuam de forma a promoverem ações de *advocacy*. Essas ações podem ser identificadas em atos públicos produzidos especificamente para gerar publicização. Por outro lado, as entidades sindicais também dispõem de meios de comunicação para informar aos trabalhadores as atuações da entidade, e em alguma medida também à sociedade. Ocorre que, muitas vezes, as pautas dos meios sindicais influenciam as agendas midiáticas por meio do interagendamento midiático, inserindo seus temas, enquadramento e atributos na imprensa de massa.

Sendo o que apresenta, sob a perspectiva do agendamento (McCOMBS, 2002, 2008, 2009) e do contra-agendamento (SILVA, 2007), o objetivo do presente trabalho foi o de analisar a repercussão da reportagem “Denúncia: Central de Abastecimento infestada de ratos e pombos”, publicado no portal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – Sismuc (2014) nos portais Gazeta do Povo, Paraná Online e Bonde News, com vistas a identificar se a pauta sindical influenciou a da imprensa por meio de interagendamento ou por contra-agendamento. Para isso, buscou-se identificar marcas, atributos e enquadramentos da reportagem do portal sindical – como aparição de fontes;

¹⁰⁹ Mestrando em Jornalismo (UEPG e Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Uninter. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo alternativo na era digital (Uninter, 2015).

¹¹⁰ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Mestrado em Jornalismo e do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

origem da informação e outros temas-, para, em comparação com as reportagens da imprensa de massa, identificar a origem das informações veiculadas pela imprensa de massa, se são provenientes do produto jornalístico do sindicato ou da ação política da entidade.

DESENVOLVIMENTO

Um dos papéis do jornalismo e dos meios de comunicação é a publicização e fornecimento de um caráter de existência aos acontecimentos, tanto na sua capacidade de seleção de acontecimento quanto na possibilidade de os transformar em notícia. Com isso, eles também desempenham um grande papel de influência ns debates na sociedade. Tal característica é uma das preocupações da teoria do agendamento, pela qual há uma relação entre os temas abordados pela imprensa e a agenda de debate público. A ideia central da teoria do agendamento é de que os temas proeminentes na agenda da mídia tornam-se também os temas a serem abordados nos debates públicos, sendo que “aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia, acabam tornando-se igualmente importantes para o público” (McCOMBS, 2009, p.111).

A teoria da agenda “atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública[...] E, além disso, é o conjunto total da informação fornecida pelos veículos noticiosos que influencia estas imagens” (McCOMBS, 2009, p.24). Essa relação se funda principalmente na necessidade dos indivíduos em buscarem orientações para os assuntos públicos, sendo que a necessidade de orientação é diretamente proporcional à atenção dedicada à agenda da mídia (2009, p.94). Se não define diretamente no que o público pensa, a imprensa e os meios de comunicação, no entanto, têm o poder de sugestionar sobre o quê os indivíduos debatem nos espaços públicos e sob quais perspectivas interpretativas, ao ressaltar os atributos dos assuntos, que, ao serem “proeminentes nas apresentações da mídia são proeminentes na mente do público” (McCOMBS, 2009 p.129). Conforme aponta McCOMBS, apesar de influenciar a agenda pública, a imprensa e os meios de comunicação não são o suficiente para definir, na totalidade, a agenda da sociedade, uma vez que:

Although the influence of the media agenda can be substantial, it alone does not determine the public agenda. Information and cues about object and attribute salience provided by the news media are far from the only determinants of the public agenda. This substantial influence of the news media has no way overturned or nullified the basic assumption of democracy that the people at large have sufficient wisdom to determine the course of their nation, their state, and their local communities. (McCOMBS, 2002 p.8).¹¹¹

Uma das dimensões do agendamento, segundo McCombs, é o de elencar os temas das agendas públicas por meio dos temas veiculados pela imprensa e meios de comunicação

¹¹¹ Embora a influência da agenda da mídia possa ser substancial ela sozinha não determina a agenda pública. As informações e sugestões do enquadramento e a saliência dos atributos estão longe serem os únicos determinantes da agenda pública. A influência dos meios de comunicação não anula ou derruba os pressupostos básicos da democracia e de que as pessoas em geral têm conhecimento suficiente para determinar o curso de sua nação, estado e comunidades locais. (McCombs , 2002 p.8, tradução nossa)

(2009, p.133). Segundo McCombs, a agenda da mídia é definida por uma série de elementos com espaços de forças dispostos em camadas, em que a parte externa estaria a cargo das fontes noticiosas externas-chaves, seguida de outras fontes midiáticas e notícias, num processo de interação entre as mídias, e mais próximo à agenda da mídia, as notícias comuns, que disputam a agenda midiática sob perspectivas inerentes aos valores jornalísticos (McCOMBS, 2009, p.155). Dentre essas influências na agenda da mídia, para o presente trabalho, será discorrido apenas o agendamento intermídia. Ao debater o interagendamento midiático, McCombs ressalta a influência de veículos de elite nos pequenos veículos, porém não descarta a existência de outras relações de influência, como os agendamentos da imprensa influenciados pelas agências de comunicação, apontando que, “todos os dias à medida que organizações noticiosas constroem suas agendas diárias a partir de um enorme volume de notícias que lhe é enviado pelas agências” (McCOMBS, 2009, p.177), ou ainda influência da agenda da mídia de entretenimento sobre a agenda noticiosa (2009, p.181).

Retomando a relação da imprensa com a agenda pública, McCombs aponta, no entanto, que os meios de comunicação não são as únicas fontes dos assuntos públicos, sendo estes também mediados por relações pessoais, familiares, dentre outros, sendo que a “fonte dominante da influência, naturalmente, variará de tema para tema” (2009 p. 99). Um dos espaços afora a imprensa de massa comercial que podem influenciar a agenda pública e por conseguinte a esfera pública são os meios de comunicação das entidades da sociedade civil e corporativas, apontadas por Sant’Anna como mídia das fontes, sendo estas “mantidas e administradas por atores sociais que, até então, se limitavam a desempenhar o papel de fontes de informações” (2008, p.3). Assim, a opinião pública conta também com os meios institucionais com pautas e informações captadas dos movimentos sociais tratadas editorialmente pelas instituições. Na dificuldade e/ou impossibilidade de atuar ativamente na agenda da mídia tradicional, e por conseguinte na agenda pública, cresce a atuação dessa mídia das fontes, que se constitui “um novo elemento estratégico inserido neste *front* de disputa midiática” (SANT’ANNA, 2006, p.13), sendo essa ação informativa:

Uma tentativa de garantir um referencial informativo e ideológico no seio da sociedade, nova proposta de agendamento face ao padrão mercantilizado, ou mesmo estéril em relação a determinados temas adotado pelo newsmaking da imprensa tradicional (SANT’ANNA, 2006, p.26)

Desta forma, é possível sugerir que, em alguma medida, esta mídia possa atuar de forma a influenciar a agenda da imprensa e dos meios de comunicação de massa. Conforme apontado anteriormente, uma dessas formas de agendamento da mídia, apontado por McCombs (2009), seria o interagendamento, em que a imprensa agenda a pauta da própria imprensa. No entanto, esta não é a única forma de se influenciar a agenda da mídia. Uma outra medida de pautar a agenda midiática é a do contra-agendamento, pelo qual a sociedade civil busca, por meio de ações como manifestações públicas, chamar a atenção da imprensa para suas demandas. Silva (2007), mesmo reconhecendo a validade das teorias clássicas do agendamento, ressalta a existência de outras formas de influencia agendas, como a do contra-agendamento, que propõe um fluxo contrário ao da agenda-setting e do interagendamento, partindo do público para a imprensa:

há a existência de uma outra agenda-setting, na contramão da primeira, um fenômeno que denominaremos de contra-agendamento, sob uma hipótese de trabalho, a de que a sociedade também tem a sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia e tenta, diariamente, e sob as mais variadas maneiras, incluir temas nesse espaço público que é a mídia; e na esfera pública que se constitui da tematização polêmica das questões de uma atualidade (SILVA, 2007, p.85)

No contra-fluxo do comumente contemplado, a agenda, desta forma, é definida da sociedade para a mídia, por meio de ações de organizações e setores da sociedade civil vislumbrando a atenção midiática para suas pautas. Contra-agendamento seria então uma série de atuações das organizações estrategicamente aplicadas para atingir a imprensa com o objetivo de publicização. Segundo Silva, o conceito-chave do contra-agendamento é o *advocacy*, tido como um elemento “qualificador da ação do agendamento institucional”, voltado especificamente para a defesa da pauta frente à imprensa, já que sua atividade “é focada social, econômica e culturalmente, embora dependa, enfatizamos, visceralmente da visibilidade que encontre na mídia” (SILVA, 2007, p.87). O *advocacy* seria então uma ação de defesa de uma causa, sob a perspectiva de pressionar o poder público para a implementação de políticas públicas.

Retomando os conceitos apontados, percebe-se uma pluralidade de agendas na sociedade, como a da imprensa e da sociedade. Ocorre que tais agendas atuam de forma a influenciar umas as outras, em medidas diferentes. As agendas das entidades sindicais, como integrantes da sociedade civil, não são diferentes, buscando por meio da agenda da imprensa de massa influenciar a sociedade em prol das causas trabalhistas. Por outro lado, as entidades sindicais também bem buscam a mesma influência de buscar na opinião pública por meio de veículos próprios. Como é o caso do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (Sismuc), que no dia 23 de julho de 2014 publicou em seu site uma reportagem sobre denúncia realizada pelo sindicato à Prefeitura de Curitiba acerca da falta de sanitização da Central de Abastecimento, responsável pelo armazenamento de alimentos de 32 Armazéns da Família de Curitiba. Segundo a denúncia, os alimentos ficam expostos à urina e fezes de ratos e pombos, que também põe em risco a saúde de trabalhadores que manuseiam os alimentos e sobretudo dos consumidores (SISMUC, 2014). No mesmo dia da publicação, o portal Bonde News, do grupo Folha de Londrina, publicou um texto, sob o título “Sindicato denuncia presença de ratos e pombos na Central de Abastecimento de Curitiba” (BONDE, 2014), repercutindo a denúncia do Sismuc. Em seguida foi a vez do portal Paraná Online publicar a reportagem sobre a denúncia, intitulada “Sindicato diz que há pragas em Central de Abastecimento” (PARANÁ 2014), seguida da Gazeta do Povo, que levou ao ar em seu site a reportagem sob o título “Sindicato denuncia falta de higiene na Central de Abastecimento em Curitiba” (GAZETA, 2014).

A repercussão da denúncia indica o agendamento da pauta sindical à agenda midiática. No entanto, conforme apontado anteriormente, objetivamos identificar qual perspectiva do agendamento midiático se deu a relação. Desta forma, partimos para a identificação de elementos da reportagem sindical e suas aparições nos textos na imprensa de massa. Buscamos nos textos marcas que identifiquem a replicação de informação para identificar a forma de agendamento, como quem são as fontes de informação recorridas, o conteúdo de suas falas, as formas de apresentar as informações bases das denúncias, dentre outros. As informações sobre o local da infestação – Central de Abastecimento -, o bairro – Capão da Imbuia-, a origem da denúncia – servidores municipais-, a instituição que

oficializou a denúncia – Sismuc – e o motivo da denúncia – infestação de ratos e pombos – estão presentes em todos os textos.

A publicação do Sismuc é estruturada em três eixos informativos, sendo o primeiro referente à denúncia e a infestação da Centra de Abastecimento por ratos e pombos, a segunda é referente ao desperdício de alimentos afetados pelo contato com os dejetos dos animais e o terceiro é sobre a resposta da prefeitura ante o questionamento do sindicato (SISMUC, 2014). Nas reportagens veiculada pelos três veículos foram contemplados os três eixos informativos (BONDE, 2014; PARANÁ, 2014; GAZETA, 2014). Quanto a aparição de vozes de fontes a reportagem do Sismuc conta com fala institucionalizada do coordenador e da coordenadora geral da entidade e de um servidor anônimo autor da denúncia (SISMUC, 2014). No Paraná Online e no Bonde News, há a aparição total da fala direta – entre aspas - do coordenador do sindicato e parte da fala direta do servidor anônimo. Na Gazeta do Povo, há apenas parte da fala entre aspas do coordenador do Sismuc.

Quanto a origem da informação, no Bonde News a origem das informações é creditada ao Sismuc, sem qualquer menção da localidade de obtenção da informação. Na reportagem do Paraná Online, há indicação da assessoria de comunicação como fonte da notícia. Já na Gazeta do Povo, além da indicação da assessoria de comunicação, há a indicação da localidade da “matéria publicada no site do sindicato”. Com as indicações da origem da informação é possível deduzir que houve um agendamento da pauta midiática do Sismuc nas pautas dos referidos veículos de comunicação de massa. Quanto a possibilidade do contra-agendamento, cabe apontar que não identificamos na publicação uma pretensão de se buscar o agendamento da imprensa de massa, como intuito da publicação, característica das ações de contra-agendamento (SILVA, 2007). Considerando a possibilidade da sociedade civil de influenciar a agenda da mídia, e sob a perspectiva do conceito de mídia das fontes, apontado por Sant'anna, é possível sugerir um agendamento intermediático da pauta do portal do Sismuc influenciando as agendas dos meios massivo, ressaltando um agendamento de tema e de atributos e enquadramentos das reportagens sugeridos pela matéria da entidade sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se não definem o quê pensamos, a imprensa por meio da publicização de temas pode influenciar no quê iremos debater. No entanto, essas características de influência dos meios para o público, objeto de análise da teoria do agendamento, pode não dar conta da complexidade dos inúmeros cruzamentos de agendas na sociedade (SILVA, 2007). A imprensa também tem uma agenda, sendo sensível às das demais na sociedade, como a da sociedade civil, que por meio do contra-agendamento busca inserir nos meios de comunicação suas pautas. Outro ponto do agendamento é o interagendamento midiático, pelo qual a imprensa influencia a agenda de outros veículos de comunicação. Como entidade da sociedade civil responsável pela defesa e reverberação dos direitos dos trabalhadores, os sindicatos dispõem da própria imprensa, que objetiva a informação, aglutinação e orientação político-ideológica de seus públicos. Ocorre que, muitas vezes, as pautas sindicais influenciam as agendas midiáticas, quer seja pelo contra-agendamento, na medida em que emprega ações que vislumbrem a atenção da imprensa, com atos públicos e manifestações, quer por meio do interagendamento midiático, influenciando as pautas da imprensa de massa por meios das veiculações informativas em seus próprios meios. Durante as análises

das reportagens do Sismuc e dos portais paranaenses de notícias - Paraná Online, Bonde News e Gazeta do Povo – não se percebeu ações que pudessem sugerir intenção última da entidade sindical de influenciar a agenda midiática, como ações de *advocacy* (SILVA, 2007), apontados como fundamentais para o contra-agendamento. Conforme apontado no presente trabalho, as análises das reportagens do Sismuc e dos portais de notícia paranaenses Paraná Online, Bonde News e Gazeta do Povo, sugerem uma ação de interagendamento midiático no tocante a influência da reportagem do site do sindicato nas publicações dos portais da imprensa de massa.

REFERÊNCIAS

BONDE News. **Sindicato denuncia presença de ratos e pombos na Central de Abastecimento** de Curitiba. Portal Bonde News. 23 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--787-20140723&tit=sindicato+denuncia+presenca+de+ratos+e+pombos+na+central+de+abastecimento+d+curitiba>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014

GAZETA do Povo. **Sindicato denuncia falta de higiene na Central de Abastecimento em Curitiba**. Vida e Cidadania. Portal da Gazeta do Povo. 23 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1486127>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

McCOMBS, Maxwell. Entrevista concedida a José Afonso da Silva Junior, Pedro Paulo Procópio, Mônica dos Santos Melo. **Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.2, jul./dez. 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion**. 2002. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf>. Acesso em 5/12/2014.

PARANÁ Online. **Sindicato diz que há pragas em Central de Abastecimento**. Cidades. Portal do Paraná Online. 23 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/816170/?noticia=sindicato+diz+que+ha+pragas+em+central+d+e+abastecimento>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes**: o difusor do jornalismo corporativo. Biblioteca on-line de Ciência da Comunicação, Lisboa, 2006.

SISMUC. **Denúncia: Central de Abastecimento infestada de ratos e pombos**. Portal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – Sismuc, 2014. Disponível em <<http://www.sismuc.org.br/noticias/8/abastecimento/3382/www.sismuc.org.br//3382/denuncia-central-de-abastecimento-infestada-de-ratos-e-pombos>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

SILVA, Luiz Martins da. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

DENGUE NA IMPRENSA LOCAL: UMA DOENÇA EM NOTÍCIA

Daniela Fogaça Loeblein; Ana Paula Machado Velho;
Unicesumar; mestrado em Tecnologias Limpas;
Unicesumar; professora doutora-mestrado Tecnologias Limpas;
Bruna Mayara de Cibotto; Talita Joana Romano;
Unicesumar; Comunicação Social -Publicidade e Propaganda; Jornalismo
Tiago Franklin Lucena;
Unicesumar; professor Universidade Estadual de Maringá; Comunicação Social;

Palavras-chave: Maringá; Saúde; Ambiente; Análise de conteúdo

INTRODUÇÃO

O sistema de comunicação midiática é indissociável da paisagem da sociedade contemporânea e profundamente responsável por forjar novas formas de perceber o mundo e de nos relacionarmos com ele. Por isso, falar em saúde na mídia é uma maneira de forjar estratégias que levem o sujeito a adquirir ferramentas que o ajudem a melhorar sua qualidade de vida.

Apesar das inúmeras reportagens e mensagens em torno da luta contra o mosquito *Aedes aegypti*, boa parte da população ainda é insensível à adoção de medidas que possam conter o vetor e evoluir no processo de disseminação da dengue. A cidade de Maringá, no Noroeste do estado do Paraná, vem sendo palco de uma grande epidemia da doença. O poder público age, diariamente, disseminando informações que podem contribuir para a queda dos casos, assim como a imprensa, mas o registro da enfermidade continua a assustar as autoridades de saúde e a população em geral.

Em 2014, foram 7.539 casos notificados da doença em Maringá. E 3.599 foram confirmados. Maringá foi a sétima cidade brasileira com o maior número de casos registrados de dengue no primeiro bimestre. Até 14 de agosto 2015, 3.625 foram notificados e 1.169 confirmados, além de duas mortes, configurando um cenário de epidemia.

Desta forma, defende-se a necessidade de se contextualizar os problemas da dengue com um universo maior que é a relação homem/natureza, homem/ambiente e mais: reforçar o caráter mobilizador da mídia para engajar a comunidade no processo de contenção dos focos de infestação do mosquito transmissor.

A hipótese aqui levantada foi a de que as reportagens divulgadas pela imprensa local não estão sendo efetivas para mobilizar a população na luta contra a dengue e fazer com a população tenha interesse de mudar suas atitudes em relação ao ambiente, meta número uma das práticas de redução da infestação do mosquito transmissor.

Levando em consideração o quadro tão preocupante em relação à doença, é fundamental a construção de uma sólida ação da imprensa e dos setores de informação para conscientizar a população sobre a relação entre os cuidados com o ambiente e a epidemia.

Diante disso, esta pesquisa quis saber se as reportagens impressas do jornal O Diário estão sendo eficazes para responsabilizar os cidadãos sobre a necessidade de agir contra o mosquito *Aedes aegypti* e contribuir com a prevenção desta dengue. Os jornais só repetem em suas páginas as mensagens oficiais ou estão cumprindo seu papel social de levar informação à sociedade de forma a transformá-la? Afinal, nos dias de hoje, em que os processos de comunicação em rede aproximam o jornalista do seu público, mais que

informar por meio do texto, este profissional precisa se inserir no processo social, atuar como agente de transformação dos temas que ele sugere discutir com seu público. Deve retomar a sua posição dos tempos do Iluminismo, época do surgimento do jornalismo, e se tornar um agente que possa habilitar o cidadão a mudar suas condições de vida.

Isso leva à seguinte questão: as reportagens da mídia impressa local estão contribuindo com o movimento de mobilizar a sociedade na luta contra a dengue ou só reproduzem as informações sobre o panorama da epidemia da doença em Maringá?

O objetivo da pesquisa é: entender a abordagem da mídia impressa de Maringá em relação à epidemia de dengue no município, por meio da análise de conteúdo das matérias sobre dengue publicadas no jornal O Diário.

É necessário investigar a lógica das estratégias de comunicação da imprensa local sobre a dengue, refletindo acerca do potencial educativo e de transformação social para que a população se insira de maneira efetiva no controle da proliferação do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*.

DESENVOLVIMENTO

Para a realização deste estudo, adotou-se a Análise de Conteúdo como método de pesquisa baseado na proposta de Gibbs (2009).

Nessa perspectiva, a questão de pesquisa proposta foi investigar de que forma o jornal O Diário direciona as reportagens sobre o tema dengue, com o objetivo de entender a abordagem da mídia impressa de Maringá em relação à epidemia de dengue no município.

Delimitou-se como *corpus* O Diário do Norte do Paraná, o maior jornal da região, que é impresso no formato *standard*, na cidade de Maringá-PR. Inaugurado em 29 de junho de 1974, atualmente, circula em cerca de 90 municípios da região e possui tiragem média de 16 mil exemplares/dia, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). O Diário, como é conhecido, é publicado pela Editora Central Ltda, que também possui o portal odiario.com e outras empresas do mercado publicitário.

O tema **dengue** foi pesquisado em todas as páginas do jornal, exceto nos cadernos de classificados. O período estabelecido foram os meses de abril a julho de 2014, visto que o mês de abril foi o que registrou o maior número de casos do primeiro semestre de 2014 e as autoridades estavam investindo na disseminação da informação de que dengue se evita o ano inteiro.

Para organizar os dados, foi elaborado um formulário, adaptado da pesquisa Marcolino, Gonçalves e Sacht (2007), criando categorias.

Concluídas todas essas etapas realizou-se a análise de conteúdo textual e a interpretação dos dados.

No período de abril/2014 a julho/2014, foram veiculadas no jornal *O Diário*, 45 matérias sobre a dengue na cidade de Maringá/PR. Foram 122 dias de pesquisa. Desse total, o maior número de registros foi no mês de maio, representando 31,1% (14) das matérias, seguido de junho com 13 matérias (28,9%), abril com 12 matérias (26,7%) e julho 6 matérias (13,3%).

No que se refere aos gêneros jornalísticos, houve predomínio do gênero notícia (68,9%), textos menores, sem contextualização, que estão mais para registro de casos da doença. As reportagens, como dito, textos mais completos, aprofundados e com personagens, representaram 24,5% das ocorrências e aparecem em maior número nos meses de maio (5 ocorrências); em julho (3). Os outros dois gêneros foram identificados em Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

menor porcentagem: opinião – material escrito por leitores ou colunistas (4,4%); e capa (2,2%).

Em relação à seção que as matérias foram publicadas, houve predomínio da seção Maringá com 40% das ocorrências, reunindo as notas sobre a dengue no município; e Notícias breves, também pequenas inserções, com 35,5%, seguido pela seção Zoom (8,9%), pequeno texto sobre algum tema; Caixa Postal (6,7%), em que se publicam cartas; e Paraná (6,7%), com referências à dengue no Estado. Houve, ainda, a ocorrência de uma nota que só aparece na capa, sem complementação no interior do jornal, totalizando 2,2% dos resultados.

A maior parte das matérias é reprodução de *releases*¹¹² encaminhados pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Maringá. Sabe-se disso, porque têm como assinatura Redação (37,8%). Essa autoria é conferida a textos produzidos por terceiros, fora do jornal, que são adequados pela equipe da redação, sem apuração¹¹³.

Mais significativo do que esse registro é o nome da repórter Carla Guedes, que assina quatro matérias (8,9%). São textos grandes, do mês de abril, que teve o maior surgimento de casos de dengue em Maringá, em 2014; falam da estrutura da ação do poder público em relação à epidemia; e sobre um mutirão realizado em bairros de Maringá. As três matérias produzidas por Rubia Pimenta também têm profundidade informativa. São duas repórteres, enfim, que parecem ter se envolvido no mês de abril com a cobertura, o que é positivo para a cobertura jornalística para que não se repita informações e se possa contar com alguém que conheça o problema mais de perto.

Porém, isso acontece só no mês de abril. Apesar da grave situação da dengue em Maringá não se tem um repórter específico para acompanhar o problema. O jornalismo, neste caso, o científico, tem como uma de suas funções “educar a população, contribuir para ampliar as possibilidades de tomada de consciência por parte do cidadão [...] e ainda dar base para que ele possa participar das discussões sobre as políticas públicas na área” (JONH; COSTA; TONINI, 2014, p. 2), por isso, demanda profissionais especializados.

Além do registro da assinatura das matérias analisadas, identificou-se o chapéu de cada matéria, ou seja, a palavra que identifica o assunto que irá ser trabalhado no texto (RIBEIRO & OLIVEIRA, 2010), que vem sobre o título da matéria. A palavra vigilância foi identificada em 24 matérias (53,3%) seguido pela palavra saúde em 8 matérias (17,8%). As demais palavras foram identificadas em 4 ou menos matéria, sendo respectivamente: Dengue - 8,9% (4 matérias); Campanha - 2,2% (1 matéria); Dengue I - 2,2% (1 matéria); Londrina - 2,2% (1 matéria); Urbanismo - 2,2% (1 matéria); Comunidade - 2,2% (1 matéria); Limpeza - 2,2% (1 matéria); Saúde pública - 2,2% (1 matéria); Chikungunya - 2,2% (1 matéria) e Entrevista - 2,2% (1 matéria).

Dentre as 45 matérias analisadas, 23 delas (51,1%) não utilizaram ilustração para compor o conteúdo apresentado. Foram consideradas a presença de fotos e outros artifícios visuais como infografias. Vê-se, desta forma, que, mesmo as notas, trouxeram algum tipo de imagem de reforço de informação. Destaca-se a ação de agentes sanitários; ações de outros servidores da prefeitura; e aos poucos personagens presentes na cobertura, em fotos de tamanho pequeno.

Em relação ao destaque das matérias analisadas, viu-se que apenas 10 delas (21,8%) aparecem na primeira página do jornal. As outras 34 matérias analisadas (78,8%) não são

¹¹²Material informativo distribuído entre jornalistas antes de solenidades, entrevistas, ações de instituições e entidades, com dados específicos que facilitem o trabalho jornalístico.

¹¹³ Informação respaldada pela orientadora do trabalho que já fez parte da equipe do jornal.

mencionadas em primeira página, o que coloca a cobertura como um item que não é de extrema importância no conteúdo editorial do jornal.

Viu-se que os tamanhos das matérias, em sua maioria, não ultrapassam 100cm², totalizando 53,3% das ocorrências. Seguido de matérias que apresentam tamanhos de 100cm² até 500cm² (21,8%); 501 a 1000 cm² (16%) e a menor quantidade com tamanho maior que 1000cm² (8,9%). A maioria absoluta dos textos foi classificada como breve, a partir do parâmetro de Araújo e Lopes (2014).

Em relação ao posicionamento das matérias encontradas sobre a dengue, a maior quantidade ficou em páginas pares, totalizando 26 matérias (58%). As outras 19 matérias (42%) ficaram nas páginas ímpares, sendo essas consideradas as de maior destaque na edição de um jornal, pois atraem mais a atenção visual do leitor do que as páginas de número par (DAMASCENO, S.d).

Percebeu-se, também, que as matérias publicadas sobre a dengue, apareceram em maior número no canto direito abaixo (21,8%), local menos nobre da página (DAMASCENO, S.d), seguidas por matérias que localizadas no meio da página (20,2%) e das que ocuparam meia página (20,2%). Na sequência, apareceram as matérias que ficavam do lado esquerdo acima (13,3%); página inteira (8,9%); direita acima (6,7%); esquerda abaixo (6,7%) e, por fim, as matérias que estão centralizadas na parte de baixo da folha do jornal (2,2%).

O tema principal da maior parte das ocorrências é o balanço de casos e o registro das ações públicas de disseminação dos focos da dengue na cidade de Maringá. A categoria *Balanço de casos* reuniu temas como registros de notificações e confirmações de casos de dengue (19); o crescimento dos registros e a constatação da epidemia (9); os índices de infestação de larvas (6); as mortes ocorridas em Maringá (5); casos registrados na região (4); e dados sobre os investimentos nas ações para deter a dengue (4), num total de 47 ocorrências.

As *Ações públicas de prevenção* foi outra categoria de grande abrangência. Esta categoria reuniu as matérias sobre limpeza da cidade (15); campanhas de prevenção (5); inclusive, aquelas que justificam a necessidade de ações durante o inverno (4), no total de 24 ocorrências.

Em terceiro lugar, vieram as *Ações públicas de punição*, com textos sobre multas (7); notificações (3); e fiscalizações (3), totalizando 13 ocorrências. Em seguida, apareceram as *Ações públicas legais*, com oito registros sobre ações da Câmara de Maringá (30), Ouvidoria (3) e do Ministério Público (2). As *Ações da população* também registraram oito ocorrências, com sete denúncias e 1 ação educativa.

Os *Assuntos correlatos*, a última categoria, reuniu temas como os acumuladores (3) e o chikungunya (2), com um total de 5 ocorrências.

O que chama a atenção desta pesquisa, no que diz respeito aos objetivos desta investigação, é que, apesar da situação apontada acima, só há uma referência à questão educativa. É uma matéria sobre uma ação do próprio jornal, o Projeto Diário na Escola, uma iniciativa de marketing educativo do jornal pesquisado. A equipe vai até às escolas públicas do município regularmente e, em uma ocasião durante a coleta, encontro teve como tema de discussão a dengue.

É importante lembrar que houve o registro de matérias com esse foco, mas não foi considerada na categoria, porque o tema era a Chikungunya.

Ao analisar o discurso das reportagens de O Diário, encontrou-se como principal modelo o chamado discurso do militarismo. O poder governamental, que é a principal voz das matérias, recorre à chamada militarização do combate à dengue, com intuito de chamar a atenção da sociedade para o problema

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de conteúdo das 45 ocorrências sobre dengue publicadas no jornal O Diário, entre abril e julho de 2014, pode-se compreender que a abordagem adotada pela mídia impressa de Maringá em relação à epidemia de dengue no município é de veiculação dos casos de dengue registrados e confirmados. São insignificantes as matérias que atuam como instrumentos educativos em relação à dengue e quase inexistentes aquelas que têm apelo para a mobilização da população e não foram encontrados textos que levam à conscientização sobre a necessidade de uma relação mais comprometida com o ambiente. O que se vê é uma espécie de responsabilização das pessoas pelas autoridades de saúde pública, que são a principal voz das matérias encontradas na amostra da pesquisa, que é composta de notas breves, a maior parte adequadas ao espaço do jornal a partir de textos encaminhados por assessorias de órgãos públicos. Além disso, não se viu preocupação com a indicação de um repórter que dessa atenção específica ao tema dengue, o que pode ser importante na cobertura em saúde.

Nesse cenário, seria importante que os jornalistas informassem, explicassem e enquadrassem em suas rotinas temas de saúde que podem ajudar o cidadão na tomada de decisões. Em Maringá, a questão não é mais conhecer o universo da dengue, mas mobilizar a população para reduzir os focos de infestação da doença. Os veículos poderiam ou deveriam criar estratégias comunicativas que melhorassem a situação crítica como a gerada pela dengue, levando as pessoas a questionar seus hábitos, e que essa transformação duradoura e com efeito multiplicador; isto é, provocando mudanças coletivas.

Enfim, é essencial o comprometimento dos profissionais da informação e dos veículos de comunicação.

Desta forma, é preciso ter em mente o que disse França. Para ele, quando se incorpora a perspectiva da promoção da saúde, como um lastro relacional, passa-se a afirmar que o papel do cidadão, longe de ser mero cumpridor de ações ditadas por técnicos e autoridades públicas, é também o de um “sujeito sanitário”, crítico e corresponsável pelo processo coletivo de construção da saúde e do bem-estar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R., LOPES, F. A mediatização da dengue na imprensa portuguesa: os casos do Público, Expresso, Jornal de Notícias e Diário de Notícias. **Observatório (OBS*) Journal**, vol.8 – nº1 (2014), 049-068. p.49-68.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>. Acesso em 16 de ago. de 2015.

FERRAZ, L. M. R. A Epidemia no Discurso Jornalístico sobre a Dengue. **Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB – 10 a 12 de Junho 2010.**

FRANÇA E. et al. Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(5):1334-1341, set-out, 2004

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

JOHN, V.M; COSTA, F; TONINI, J. Jornalismo Científico, Ambiental e de Saúde: Análise dos Trabalhos Apresentados nos Primeiros Dez Encontros da SBPJor. **Ação Midiática**: estudos de comunicação, sociedade e cultura. N. 7. Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. 2014.

RIBEIRO, Maria Rosane; OLIVEIRA, Maria Cláudia. **Glossário de Jornalismo**, 2010. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/elidakuroki/dicionrio-do-jornalismo>. Acesso em 16 de ago. de 2015.

SESA. **Boletim Informativo sobre a Dengue Nº 12/2010**. Programa Estadual de Controle da Dengue. Governo do Paraná – 5 jan 2011.

APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS: COMO A CIÊNCIA PODE AJUDAR O JORNALISMO

Guilherme de Paula Pires¹

RESUMO

O objetivo deste resumo é resgatar algumas observações que o jornalismo tem feito a cerca do difícil conceito de objetividade e propor a discussão da objetividade não depositada no texto, e sim na produção, no método de trabalho, onde poderiam ser utilizados alguns ferramentais que aproximariam jornalismo e ciência por meio de um de um método comum de trabalho onde se possibilitaria, inclusive, um debate a cerca do fazer jornalístico mais transparente e ético tanto para jornalista quanto para o público.

Palavras-chave: objetividade; método científico; jornalismo; ciência.

Objetivos

Discutir a questão da objetividade no jornalismo, um conceito que tem levantado embates ao longo da história tanto para jornalistas, acadêmicos, ou consumidores de notícias. Para alguns autores a objetividade possibilitou a separação entre notícia e comentário, e um jornalismo isento de opinião. Já os seus detratores veem na objetividade um recorte de uma realidade arbitrária, mantenedora do status-quo e com fundo positivista.

Entretanto, essas críticas à objetividade no jornalismo nos remetem de um extremo ao outro: ou uma visão inteiramente objetiva do jornalismo, (interpretando o jornalismo como um espelho da realidade), ou há uma subjetividade total, o que implicaria a eliminação do objeto, pondo em discussão inclusive a legitimidade do jornalismo com autoridade para discursar sobre a realidade.

O que articulo neste resumo é a percepção da objetividade não como um ideal de profissional, “um texto não pode ser considerado objetivo quando ele espelha a realidade isto também não pode ser cobrado do jornalista” (Sponholz, 2003, p. 112), mas sim como um apanhado de técnicas, procedimentos científicos (apuração/verificação, elaboração de hipóteses testáveis, resolução de problemas...) que o tornariam mais objetivo e como consequência proporcionaria um maior entendimento sobre o seu caráter subjetivo.

Base empírica

Nas reportagens da revista *piauí* se observa que o método de apuração do jornalista está presente no texto. E ao compará-lo com outros trabalhos do periódico possibilita a leitura de uma das hipóteses que norteiam a pesquisa de dissertação que é a utilização de um método comum de trabalho proposto pela redação a todos os jornalistas, independente do assunto ou especialização do profissional na busca de tentar deixar o trabalho do jornalista com as características do periódico.

Referencial conceitual

Ao longo do artigo foram abordados diversos autores para primeiramente falar da objetividade no jornalismo, seus primeiros registros em jornais brasileiros como o uso do

Lead e o recurso estilístico da pirâmide invertida, assim como movimentos jornalísticos que discutem a questão, por exemplo, do jornalismo cívico e o literário com o intuito de demonstrar que a objetividade poderia ser vista como um ideal, uma pretensão de verdade, reforçada pelas técnicas jornalísticas que guiariam o profissional para objetividade não depositada no texto final, mas na produção, no método de trabalho, que se assemelharia com o método científico. Nessa fase foram resgatados autores como Izamara Bastos Machado, Liriam Sponholz, Adelmo

¹ Mestrando em jornalismo na UEPG.

Resumo enviado para o GT jornalismo e éticas.

Contato: guilhermedepaulapires@gmail.com.

Referencial conceitual

Genro Filho, Wilson Gomes, Gaye Tuchman, Josenildo Guerra, Nelson Traquina, Orlando Tambosi.

Posteriormente alguns autores foram usados para resgatar o conceito de método científico como Descartes, mas principalmente Karl Popper onde foi abordado o conceito de falseabilidade como uma aproximação possível entre jornalismo e ciência, pois nesse conceito as hipóteses teriam que ser refutáveis e não comprovadas.

Em seguida foram discutidas analogias possíveis e um método comum entre as duas áreas onde autores como Kovach e Rosensteil forneceram a base para a disciplina da verificação segundo a qual algumas etapas o jornalista teria que realizar com o objetivo de tratar o jornalismo de forma mais ética transparente. Nessa fase foi trazido ao debate Carlos Chaparro, Philip Meyer, Miquel Rodrigo Alsina e Karl Popper.

Metodologia

O percurso metodológico deste artigo foi observar com atenção o referencial teórico e dialogá-lo com a realidade jornalística por meio dos autores abordados na pesquisa com o objetivo de possibilitar se não aplicabilidade desse método comum de trabalho, pelo menos suscitar um debate acadêmico a cerca da importância de se ter uma disciplina na graduação que foque em técnicas, não entendidas aqui como ofício, aquelas que seriam transmitidas por entendimentos profissionais, mas como práticas sendo pensadas pela teoria.

REFERÊNCIAS

BASTOS MACHADO, Izamara. **A reforma do Diário Carioca na década de 50**. 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Mídia Brasileira: 2 Séculos de História. 2003.

CHAPARRO, Carlos. **De como a ciência pode ajudar a notícia**. Revista PJ:BR. Nº 02. 2º semestre de 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>. Acesso em: 08/06/2014.

GOMES, Wilson. **Fato e interesse, o fato jornalístico como problema**. Textos de cultura e Comunicação. Nº 21. 1991.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Paulo: Geração Editorial, 2003.

LUIZ GUERRA, Josenildo. **Neutralidade e Imparcialidade no Jornalismo. Da teoria do conhecimento à Teoria Ética.** Intercom. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07f68ff516fcf5aca65a97a7910910c1.PDF>. Acesso em: 07/06/2014.

MEYER, Philip. **Por que o jornalismo precisa de doutores?** Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Nº 02. 2009.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

TAMBOSI, Orlando. **Elementos para uma epistemologia do jornalismo.** Intercom. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/1044/945>. Acesso em: 09/06/2014.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário. **Jornalismo Cívico.** Livros Horizonte: 2003.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas.** In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias, e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento.** Revista famecos. Nº 21. Agosto de 2003.

NOTICIAS DE INMERSIÓN SOBRE ESPAÑA EN *FOLHA DE SÃO PAULO* Y SOBRE BRASIL EN *EL PAÍS*: ANÁLISIS DE WOLTON

Clóvis César Pedrini Júnior
 Universidad de Cádiz (UCA) / Universidad de Málaga (UMA)
 Mestrado / Máster Interuniversitario en Gestión Estratégica e Innovación en Comunicación
 Orientado por Dr^a. María del Carmen Lasso de la Vega
 clovis.cezarpedrini@alum.uca.es

Palabras claves: periodismo de inmersión, Dominique Wolton, España, Brasil, El País, Folha de São Paulo.

Palavras-chave: jornalismo imersivo, Dominique Wolton, Espanha, Brasil, El País, Folha de São Paulo.

01. INTRODUCCIÓN

La *praxis* del periodismo más cercana del ideal puede ser adquirida y desarrollada con la inmersión del periodista en el contexto, con la participación de las personas y las experiencias vividas, donde el contacto con la gente ofrezca la oportunidad de producir un reportaje con mayor justicia social, menos desigualdades y facilite una visión alternativa para los lectores que no tendrán la misma oportunidad de contacto.

El objeto central de este trabajo, es el constructo discursivo divulgado de España en Brasil y de Brasil en España, que sea resultado de las noticias definidas como “de inmersión o de investigación”, producidas y difundidas en las unidades de análisis elegidas, los periódicos *El País* y *Folha de São Paulo*.

Como hipótesis se plantea que a pesar de la llegada del Internet y de las nuevas plataformas de divulgación y de las vías rápidas de información globalizada, el periodismo de inmersión todavía tiene espacio en los mayores periódicos de España y de Brasil al que sirven de contrapunto al enjambre de las notas cortas de las agencias de noticias y se convirtieron en una respuesta salvífica de la buena práctica periodística en los medios digitales. Partiendo de las cinco directrices de Wolton (2010) y del concepto del periodismo inmerso discurrido en el marco teórico y corroborando esta información con los aportes del informe de la UNESCO sobre periodismo de investigación dirigida por Hunter (2013), tenemos la clasificación:

- i. **Malas noticias:** más numerosas, a menudo repetidas en bucle, pero se refieren a la actualidad (Wolton, 2010, p. 78). Proviene del “periodismo convencional” que “depende de materiales producidos por otros (policía, gobierno, empresas, etc¹¹⁴.) por lo que es un periodismo fundamentalmente reactivo, cuando no pasivo (...) busca crear una imagen objetiva del mundo tal cual es” (Hunter, 2013, p. 18).
- ii. **Buenas noticias:** casi ausentes de los medios y de todos los soportes, que dan otra visión del hombre y el mundo (Wolton, 2010, p. 78). “Utiliza material objetivamente verdadero (es decir, datos con los que cualquier observador razonable podría coincidir)” (Hunter, 2013: 8).
- iii. **Investigaciones:** permiten a los diferentes medios, clásicos o nuevos, distinguirse y ampliar las visiones del mundo (Wolton, 2010, p. 78).

¹¹⁴ Podríamos incluir las noticias obtenidas de las redes sociales, como los tweets de celebridades, por ejemplo, que se transforman en noticias.

02. DISEÑO DE LA INVESTIGACIÓN

Para investigar el discurso producido y divulgado sobre España en Brasil y de Brasil en España elegimos la prensa como unidad de análisis, más precisamente, el periodismo de inmersión internacional. Aún más las noticias sobre Brasil en el periódico español, *El País*¹¹⁵ “Edición España”¹¹⁶; y las noticias al respecto de España en el periódico brasileño, *Folha de São Paulo*¹¹⁷.

Estos dos diarios fueron elegidos porque son los más representativos de España¹¹⁸ y Brasil¹¹⁹, respectivamente. Lo que se narra en estos medios es leído diariamente por millones de personas todos los días.

La recopilación de datos fue realizada en las **páginas web de los dos periódicos**¹²⁰ en la **franja temporal** de más de seis meses, comprendida desde el **31 de diciembre de 2013 hasta el 15 de junio de 2014**, fechas elegidas de acuerdo con la franja temporal del máster, del tiempo para el trabajo y por su representatividad, pues en este caso, contamos con la totalidad de las noticias de referencia, coincidiendo así con la idoneidad del modelo analítico en relación a los objetivos.

La clasificación empleada en este trabajo para encasillar el contenido y patrones de las noticias es:

- Categoría de las noticias (Wolton, 2011): malas noticias, buenas noticias, de investigación/inmersión.

Del 31 de diciembre de 2013 hasta el 15 de junio de 2014 fueron recogidas un total de 1.025 noticias de interés para este trabajo.

En el periódico *El País*, en su versión digital de la *Edición España*, las ocurrencias que contiene la palabra “Brasil” suponen un total de 485.

En la página web de *Folha de São Paulo* en su versión en portugués¹²¹ fueron localizadas 540 ocurrencias de la palabra “España”.

¹¹⁵El País: 1.685 millones de lectores diarios (Prisabs, 2014: 38). Último dato de mayo de 2014.

¹¹⁶ “Y no en las otras cuatro ediciones que contiene el periódico: Edición Brasil, Edición América, Edición Cataluña y Edición El País Digital en Uruguay).”

¹¹⁷ Noticias en portugués. *Folha de São Paulo*: 294.811 periódicos diarios (ANJ, 2013).

¹¹⁸ Datos de representatividad, alcance, audiencia, cifras de comentarios y ventas de los medios de comunicación de España disponibles en <http://www.prisabs.com/pbs/egm/completo.pdf> actualizados en abril/mayo de 2014. “La audiencia del medio prensa sigue cayendo y se sitúa en 12.079.000 lectores, lo que supone un 3% menos que en el acumulado anterior” (Prisabs, 2014: 4)

¹¹⁹ En Brasil, la media de audiencia y circulación de los periódicos son medidos entre enero y diciembre de cada año por el “Instituto Verificador de Circulação – IVC”, <http://www.ivcbrasil.org.br>, y están disponibles en el sitio web de la “Associação Nacional de Jornais – ANJ”: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>.

⁹⁵<http://elpais.com> y www.folha.com.br

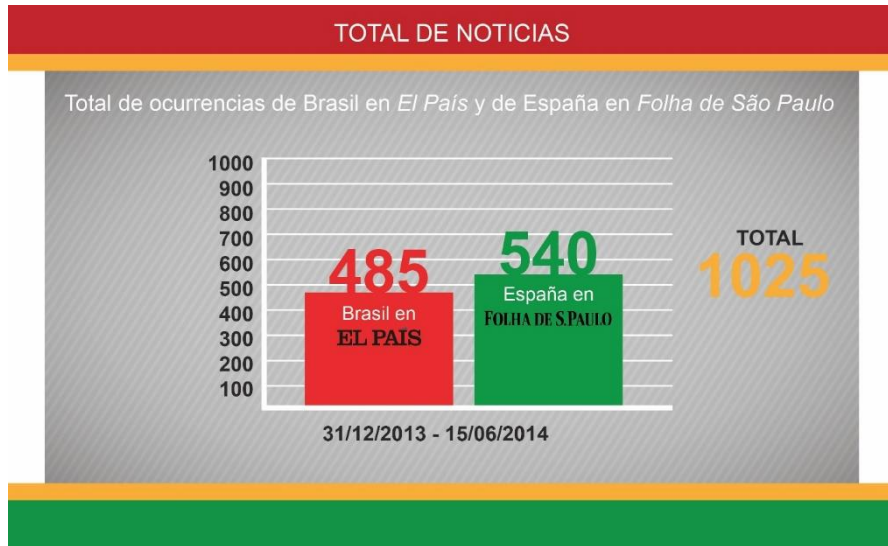
¹²¹Es posible leer algunas noticias en castellano que son como un gran resumen del periódico en la página: <http://www1.folha.uol.com.br/internacional/es/> al igual que en la página de Facebook: <https://www.facebook.com/Folhaespanol>

Figura 01. Total de ocurrencias de Brasil en *El País* y de España en *Folha de São Paulo*.
Elaboración propia.

2.1. CLASIFICACIÓN DE DOMINIQUE WOLTON (2011)

2.1.1. EL PAÍS

De las noticias de interés para este trabajo recogidas de *El País*, 143 fueron



clasificadas como 'Mala noticia', 290 fueron consideradas 'Buenas noticias' y 49 calificadas como 'Noticias investigativas' o 'noticias de inmersión'.

Tabla 7. Clasificación siguiendo las directrices de Wolton (2011) en *El País*

Clasificación	Mala noticia	Buenas noticias	Investigación Inmersión	Total
	143	293	49	485

Análisis cuantitativo de la presencia periodística

2.1.2. FOLHA DE SÃO PAULO

De las noticias de interés para este trabajo recogidas de *Folha de São Paulo*, 332 fueron clasificadas como 'mala noticia', 202 fueron consideradas 'buenas noticias' y 6 calificadas como 'noticias de investigación' o 'noticias de inmersión'.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Tabla 8. Clasificación siguiendo las directrices de Wolton (2011) en Folha de São Paulo

Clasificación	Malas noticias	Buenas Noticias	Investigación Inmersión	Total
	332	203	5	540

Análisis cuantitativo de la presencia periodística

Tabla 9. Clasificación y división comparativa de las noticias de El País y Folha de São Paulo

Categoría	<i>El País</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	
<i>Mala noticia</i>	143	332	
<i>Buenas noticias</i>	293	203	
<i>Investigativas / de inmersión</i>	49	5	
Total	485	540	1025

Análisis cuantitativo de la presencia e de la categorización de las noticias en *Folha de São Paulo*.

Con estos datos verificamos que hay un número superior de noticias de inmersión en el periódico *El País* (49) en relación a las noticias de inmersión del periódico *Folha de São Paulo* (5). Sin embargo, una observación importante es que de las 49 noticias de inmersión de *El País*, 33 son fruto de los artículos del corresponsal del diario en Brasil, Juan Arias.

03. CONCLUSIONES

La eufórica producción de noticias ha ganado en volumen y rapidez de propagación pero ha perdido en calidad. Esto se verifica con el bajo número de noticias que se proponen describir un contexto con algún detalle.

La hipótesis de este trabajo no se confirma. El periodismo de inmersión tiene poco espacio. De las 485 noticias relativas a Brasil en el diario *El País*, en más de seis meses de recogidas, solo uno 10% fue calificado como noticias de inmersión.

En el caso de *Folha de São Paulo*, de las 540 noticias recogidas que hacen referencia a España, el porcentaje de noticias de inmersión es inferior al 1%. Con el agravante que todas las noticias de inmersión relativas a España recogidas en el diario brasileño *Folha de São Paulo* son provenientes de agencia de noticias, o sea, no fueron producidas por profesionales del periódico brasileño. Esto puede ser resultado de una cuestión de interés o financiera.

Las ocurrencias de noticias con referencias a España en el diario brasileño son mayor que las ocurrencias de noticias de referencia a Brasil en el diario español. Sin embargo, las noticias divulgadas por *El País*, fueron en general, mejor calificadas que las noticias divulgadas por *Folha de São Paulo*. Esto se verifica con el hecho de que un 29,5% de las

noticias sobre Brasil en *El País* fueron entendidas como “mala noticia”, mientras que en *Folha de São Paulo* un 61,5% tuvieron esta calificación.

REFERÊNCIAS

Domínguez, E. **Periodismo inmersivo. Fundamentos para una forma periodística basada en la interfaz y en la acción**. Tesis doctoral. Barcelona: Universitat Ramon Llull (Comunicación), 2013.

Hunter, M. L. **La investigación a partir de historias: manual para periodistas de investigación**. Paris: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Sector de Comunicación e Información. División de la Libertad de Expresión, Democracia y Paz, 2013.

Martín, E. D. **Periodismo inmersivo: fundamentos para una forma periodística basada en la interfaz y la acción**. Tesis doctoral. Universitat Ramon Llull, 2013. Recuperado de la base de datos TDR: <http://www.tdx.cat/handle/10803/108956>

Moragas, M. **Interpretar la comunicación: estudios sobre medios en América y Europa**. Barcelona: Gedisa, 2011.

Pedrini Jr., C. C.. **Inmersión periodística y periodismo para el desarrollo y el cambio social: una propuesta de análisis de noticias en ‘El País’ y en ‘Folha de São Paulo’**. Commons: revista de comunicación y ciudadanía digital. Volumen: 03. Número: 02, 2014. Recuperado de: <http://reuredc.uca.es/index.php/cayp/article/view/712>

Wolton, D.. **Informar no es comunicar: contra la ideología tecnológica**. 2ª ed. Barcelona: Gedisa, 2011.

JORNALISMO ALTERNATIVO? UM RETRATO DAS INICIATIVAS DIGITAIS BRASILEIRAS

Guilherme Carvalho; Nívea Bona; Alexandro Ribeiro; Rafael Giuvanusi; Jussara Andrade; Denise Becker; Gabriele Caviquioli
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER)
Jornalismo

Palavras-chave: Jornalismo; Alternativo; Digital; Brasil.

O fenômeno do surgimento de novos formatos jornalísticos propiciados pela difusão digital de conteúdos traz uma série de questões sobre o futuro desta atividade profissional. Em alguns casos o que se observa é o caráter alternativo que parece ganhar maior audiência com o advento da internet e, conseqüentemente, maior capacidade de formar opinião.

O jornalismo alternativo historicamente se caracteriza pela sua diferenciação em relação aos meios comerciais, considerando desde a seleção de fatos que serão noticiados até os mecanismos de distribuição dos conteúdos. De fato, este jornalismo não se constitui como novidade, levando-se em conta os vários veículos, sejam impressos ou eletrônicos, que surgiram durante o século XX no Brasil. Mas a potencialização da capacidade produtiva e de difusão segmentada é um fator favorável a este tipo de jornalismo, que permite aos mais entusiastas afirmar que vivemos uma reformulação significativa no jornalismo cujas referências hegemônicas são aquelas constituídas quase que exclusivamente por um tipo de negócio com vistas ao lucro ou atendimento dos interesses de uma elite econômica. Esta mudança a ser encarada como concorrência pode trazer para o jornalismo uma nova práxis com condições de redefinir o que de fato se compreende desta atividade social.

No percurso proposto por este projeto de pesquisa duas questões fundamentais norteiam nosso pensamento. A primeira delas é identificar o que de fato pode ser considerado como alternativo no conteúdo jornalístico produzido na internet. A segunda questão refere-se ao que pode ser considerado jornalismo, no momento em que se apresentam novos conteúdos e novas maneiras de narrar fatos.

Assim, partimos do princípio que nem tudo o que se apresenta pode ser considerado como jornalismo alternativo, mas não há dúvidas que este novo jornalismo precisa ser observado a partir daquilo que está disponível ao público. Este é o propósito da pesquisa apresentada e que estamos desenvolvendo. Queremos identificar quais são estas novas práticas, se podem ser chamadas de jornalismo alternativo e, em que medida podem representar referências para o futuro do jornalismo em tempos de crise do modelo de negócio convencional.

O grupo realizou uma busca a partir da qual construímos uma classificação que nos permitisse identificar o que é jornalismo alternativo. Partimos de uma fundamentação teórico-conceitual baseada no que entendemos como conceito clássico de jornalismo alternativo, tendo em vista a realidade brasileira, e um referencial a partir do qual pudéssemos observar o jornalismo como algo para além das aparências da mensagem.

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em andamento intitulado “Jornalismo alternativo na era digital”, desenvolvido por doutores, mestrados, estudantes de graduação e graduados, no Centro Universitário Internacional Uninter. Para a pesquisa, contamos com o apoio financeiro por meio do pagamento de uma bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIC) da instituição.

O surpreendente crescimento da internet é um dos fenômenos atuais que exigem a reflexão de profissionais e pesquisadores que buscam compreender os efeitos das novas tecnologias sobre o jornalismo. De fato, as pessoas nunca tiveram tanto acesso à informação como ocorre agora. Em um cenário privilegiado para a comunicação, o jornalismo é uma das atividades mais sensíveis ao contexto descrito por Barbero (2006), como aquele em que predominam meios difusos de conhecimento, mudanças profissionais e trabalhistas, novas narrativas, o fim das barreiras temporais e geográficas dos conteúdos disponíveis, uma nova exigência cidadã global sobre estes conteúdos e novas formas de relacionamento decorrentes das tecnologias.

Nossa pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Dividimos os trabalhos em busca, seleção e análise de sites com potencial jornalístico alternativo. Além do conhecimento dos próprios pesquisadores, utilizou-se do uso de buscadores da internet como o Google, a partir de palavras-chave como “jornalismo alternativo”, “jornalismo independente”, “mídia alternativa”, “mídia independente” e páginas que apresentam listas de sites sobre jornalismo. Boa parte dos sites jornalísticos já conta com listas ou banners de parceiros que, em geral, propõe algo parecido. Com este sistema de seleção, procuramos assegurar que seriam identificados como possíveis sites de jornalismo alternativo, aqueles que tenham alguma relevância na internet, posicionando-se entre os primeiros links do buscador¹²². Nesta primeira etapa, identificamos aproximadamente 50 sites brasileiros.

Na segunda etapa, a de seleção, excluímos aqueles sites que não se enquadravam nos critérios pré-estabelecidos pela pesquisa. Relacionamos um total de 33 sites brasileiros a partir dos seguintes critérios:

1. Abrangência nacional: os conteúdos devem tratar de temas nacionais, excluindo, portanto aqueles que tratam predominantemente de temas regionais.
2. Questões relacionadas à aparência: Observamos a disposição de conteúdos de modo que pudessem ser compreendidos como sites e portais e não como blogs ou redes sociais.
3. Volume e frequência de postagens: procuramos observar sites que mantinham um ritmo de postagens minimamente diário e que publicam conteúdos com algum tipo de aprofundamento.
4. Durabilidade: foram considerados sites que surgiram e que até o final deste levantamento ainda se encontravam ativos. Assim, os sites criados anteriormente, mas retirados da rede foram desconsiderados.
5. Aparência jornalística: Foram selecionados aqueles sites que tinham alguma identificação de conteúdos aparentemente jornalísticos e, nesse sentido, que detinham um grau mínimo de profissionalismo. Este critério precisa ser observado do ponto de vista de uma análise preliminar que exige pesquisas qualitativas com cada caso para identificar o que pode ser considerado de fato jornalismo, se observarmos como jornalismo não aquilo que traz uma aparência constituída tecnicamente, mas a partir da rotina produtiva.
6. Temáticas alternativas: Selecionamos aqueles cujas temáticas abordadas nas publicações tinham algum caráter alternativo à mídia convencional.
7. Independência financeira: Procurou-se incluir na lista apenas sites que não teriam qualquer tipo de anúncio publicitário. Este critério baseia-se no princípio de que estes sites constituem-se como organizações sem fins lucrativos.

¹²² Segundo informações disponíveis na página do Google, a relevância é determinada por mais de 200 fatores, entre eles o PageRank de uma determinada página. O PageRank é a medida da importância de uma página com base nos links de entrada de outras páginas. Em outras palavras, cada link para uma página no seu site proveniente de outro site adiciona um PageRank ao seu site.

8. Fim jornalístico: Considerou-se apenas aqueles sites cuja atividade-fim era o próprio jornalismo.

Estes critérios, baseados em boa parte na conceituação clássica de jornalismo alternativo de Oliveira (2009), excluem, portanto, sites cujos conteúdos são evidentemente ativistas, como os de organizações sindicais, movimentos sociais, ong's, partidos políticos, entre outros sites cujo jornalismo constitui-se como atividade meio ou cujo objetivo é o lucro ou o interesse político-partidário. Também foram desconsideradas páginas cujas publicações são meramente analíticas ou aparentemente amadoras, como o que se observa em blogs.

A terceira fase da pesquisa foi marcada pela observação dos sites selecionados. Entre os meses de abril e setembro de 2015 promoveu-se um monitoramento frequente dos conteúdos dos sites, observando os seguintes aspectos: ano de criação, formas de sustentação financeira, autoria jornalística profissional, audiência em redes sociais e temáticas abordadas.

Com o levantamento destas informações pretendíamos observar questões relacionadas ao tempo da marca na internet, as estratégias de sobrevivência e de financiamento das iniciativas, o profissionalismo e o potencial de audiência. O objetivo, a partir dos dados, foi o de estabelecer uma classificação baseada no conceito clássico do jornalismo alternativo, para então comparar quais sites podem ser enquadrados nessa proposta de jornalismo e quais não. Também procuramos observar o que pode ser identificado como tendências do jornalismo promovido na internet e que não estão ligados diretamente a grandes meios de redes de comunicação.

O primeiro dado que chama a atenção é a respeito da data de surgimento destes 33 sites. A maior parte deles, mais precisamente 20, surgiu a partir de 2008, sendo que em 2014 registrou-se a maior quantidade da série histórica (5). Esses números revelam um crescimento significativo deste tipo de site nos últimos anos, indicando um cenário favorável para este tipo de iniciativa. Algumas poucas exceções como a “Caros Amigos”, o “Portal Fórum” e o “Brasil de Fato” são versões digitais que migraram do impresso para a internet. No levantamento que realizamos, contabilizamos apenas o surgimento das versões digitais.

Observa-se também um mercado mais disponível para veículos de comunicação na internet, no que diz respeito à relevância. Sites com pouco menos de um ano desde o início desta pesquisa como o “Brasil Post” e o “Catraca Livre”, ambos criados em 2014, são considerados dois casos de sucesso no Brasil, pela sua capacidade de atração de audiência e sustentação financeira. Figura como uma exceção ao modelo o “Vice”, criado em 1994, no momento em que a internet ainda era bastante incipiente no Brasil e que, apesar disso, conseguiu manter-se ao contrário do que ocorreu com boa parte das iniciativas semelhantes.

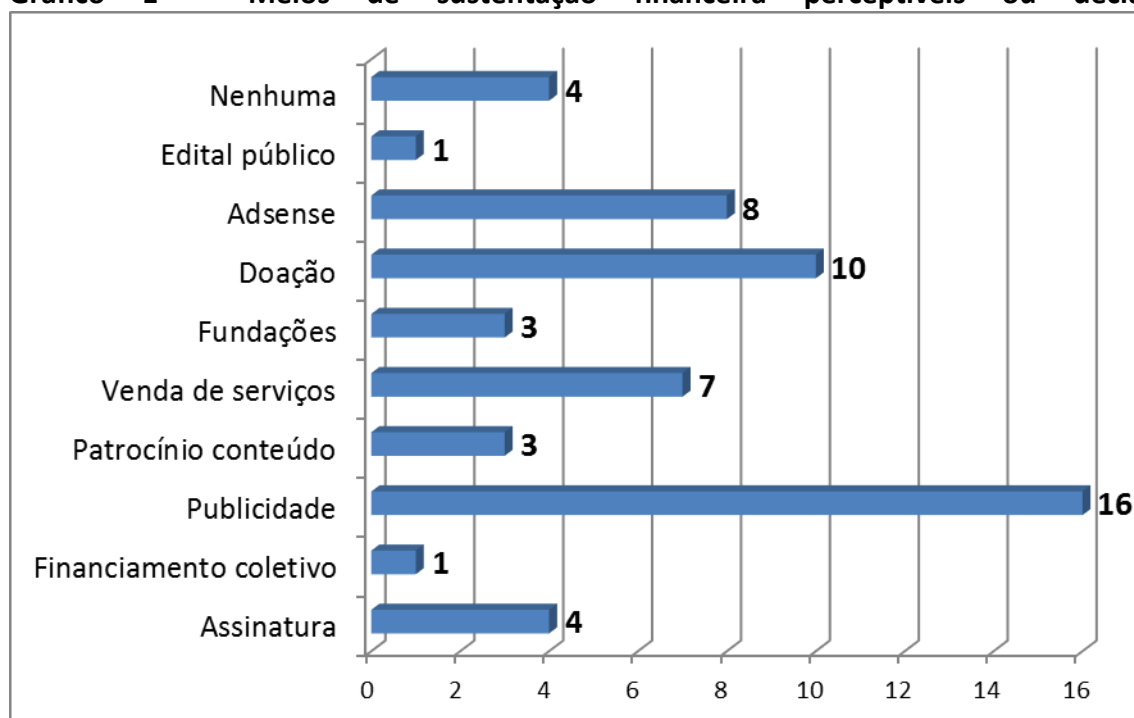
Não há disponível dados seguros que permitam identificar claramente o índice de audiência na internet. Mas existem informações que permitem observar a capacidade de visualização dos conteúdos de um site. Dentre elas está o número de seguidores dos sites em redes sociais. Todos os sites pesquisados têm contas no Facebook e no Twitter. Os números apontam um potencial significativo de audiência, ainda que a maioria tenha um alcance limitado. Juntos, os 33 sites somam 12,4 milhões de seguidores no Facebook e 1,1 milhão no Twitter

O “Catraca Livre”, por exemplo, é um verdadeiro fenômeno do Facebook, com 5,4 milhões de seguidores, quase o mesmo que o G1 (5,5 milhões), considerado o maior portal de notícias do Brasil em número de visualizações no site. Já no Twitter o “Brasil 247” é o que aparece com o maior número de seguidores, 173 mil.

Os sites utilizam ainda outras redes como Youtube e Google Plus. A maior parte desenvolve um trabalho similar nas redes ao que é desenvolvido nos sites. Ou seja, em geral as páginas em redes tendem a reproduzir os conteúdos já disponibilizados nos sites, com a vantagem de que podem promover maior interatividade com o leitor por meio de comentários e compartilhamentos.

Os dados obtidos relacionados à sustentação financeira revelam o uso de estratégias convencionais e já utilizadas por sites de grandes empresas jornalísticas do Brasil. Do total de sites, 48% utilizam o banner publicitário como meio de faturamento. Por outro lado, figuram entre os principais meios alternativos de financiamento a doação (30%) de pessoas físicas ou jurídicas, por meio de serviços como o PagueSeguro; o uso de AdSenses¹²³; e venda de outros serviços ou produtos desenvolvidos por participantes do próprio site, como é o caso do “Repórter Brasil”.

Gráfico 1 – Meios de sustentação financeira perceptíveis ou declarados



Fonte: Tabela 1
Elaboração própria

Por fim, no que diz respeito a questão financeira, iniciativas já disseminadas em outros países com bons resultados, parecem ainda pouco aplicáveis no Brasil. A iniciativa do financiamento coletivo, também conhecida como *crowdfunding*, é utilizada por apenas um site, a “Agência Pública”, que busca arrecadação coletiva para financiamento de determinadas reportagens. Uma outra quantidade pequena, correspondente a 12% do total dos sites, aposta na assinatura como mecanismo de arrecadação, oferecendo conteúdos exclusivos para os assinantes em ambiente virtual. É o caso da “Caros Amigos” e do “Portal Fórum”, que migraram os conteúdos do impresso onde parte da arrecadação advém de assinaturas físicas, para a plataforma digital.

¹²³ São banners publicitários da Google, na qual são direcionados anúncios que se relacionam com conteúdos do site que disponibiliza o espaço para este tipo de conteúdo. O faturamento ocorre por meio de cliques, visualizações ou compra de produtos a partir do site onde o anúncio estava disponível.

As formas de financiamento podem estar ligadas diretamente a capacidade de manter o profissionalismo na produção e incidem, possivelmente, na qualidade e na quantidade dos conteúdos aparentemente jornalísticos oferecidos pelos sites. A grande maioria conta com formas claras de sustentação financeira, o que reflete também na identificação da autoria jornalística na produção. Do total, 79% publicam algum conteúdo próprio, isto é, produzido exclusivamente para o site no qual está vinculado, cujo autor se identifica como jornalista.

Por outro lado, é evidente a baixa produtividade ou o uso de conteúdos de agências ou outros sites na postagem diária dos conteúdos, ou então o uso de conteúdos colaborativos como os provenientes de blogueiros ou do público leitor, o que evita custos para os sites e lhes assegura um alto número de publicações. Assim, por maior que seja o número de sites que contam com jornalistas em sua equipe, a grande maioria também conta com a participação de leigos ou amadores em sua lista de publicadores. As possibilidades de participação em sites de grandes marcas jornalísticas são também uma realidade, mas ainda bem menos utilizada do que já ocorre nos sites pesquisados. O reaproveitamento de conteúdos, reedição, curadorias ou utilização de conteúdos de blogueiros ou por meio da participação do público é uma das práticas mais comuns dentre o grupo pesquisado.

Finalmente, procuramos dados a respeito dos temas abordados nos sites. A pesquisa considerou aqueles conteúdos que aparecem predominantemente durante o período de análise. Assim, é possível que existam temas diferentes sendo publicados, porém, em geral, são raros. A maior parte dos sites são especializados em determinados temas, seguindo a lógica da segmentação de conteúdos da internet.

Os sites “Pragmatismo Político”, “Folha Política” e “Brasil 247” são os únicos no qual o tema política é único entre as publicações. Apenas o “Última Instância” trata exclusivamente de “Direito”.

A temática, na maioria dos casos aponta para conteúdos ou que já estão disponíveis nos meios de comunicação de massa, mas com adaptações, ou são novas postagens disponíveis em uma espécie de rede informal estabelecida entre os sites, no qual são realizadas “trocas” de conteúdos por meio do uso de licenças que autorizam a reprodução como o *Creative Commons*.

Uma análise prévia sobre a abordagem dos temas sugere um posicionamento crítico destes veículos em relação à política e à economia. Isso não significa, no entanto, a oposição ao governo da presidente Dilma Roussef. Existe uma linha editorial evidentemente oposicionista ao governo em alguns sites como é o caso do “Pragmatismo Político”, “Folha Política” e “Viomundo”. Da mesma maneira como há sites que trazem uma abordagem bastante favorável ao governo petista como é o caso do “Brasil 247”. A maior parte, no entanto, parece adotar uma posição neutra sem deixar de tratar de política.

É crucial no conceito clássico de jornalismo alternativo a compreensão de que se trata de uma atividade cujo profissionalismo faz parte do processo de produção. Também considera-se os modos de financiamento que determinam o grau de liberdade editorial e as temáticas contra-hegemônicas abordadas pelos veículos e que se propõem a apresentar temas não tratados na mídia convencional.

A partir da pesquisa que realizamos, entendemos que identificamos sites possivelmente jornalísticos alternativo e que podem ser classificados como jornalismo alternativo de fato. Esta afirmação, no entanto, depende ainda de uma outra análise que procure elementos qualitativos por meio de outros métodos de pesquisa como entrevistas em profundidade, observação participante e análise dos conteúdos publicados.

No esforço de distinguir o que se enquadra e o que não se enquadra na classificação que desenvolvemos, dos 33 sites analisados, consideramos 13 sites possivelmente de jornalismo alternativo: a Agência Pública, Caros Amigos, Global Voices, Envolverde, Adital, Jornalistas Livres, Vice, Brasil de Fato, Repórter Brasil, Carta Maior, Mídia Ninja, Brasil Debate e Eco Debate. Estariam fora desta relação, portanto, o seguintes: Convergência digital, Brasil Post, Revista Bula, Ópera Mundi, Centro Barão de Itararé, Catraca Livre, Folha Política, Pragmatismo Político, Vaidapé, Diário do Centro do Mundo, Viomundo, Conexão Jornalismo, Portal Fórum, Correio da Cidadania, Correio do Brasil, Última Instância, Outras palavras, Ponte, Rede Brasil Atual e Brasil 247.

A partir dessa análise, pretendemos agora aprofundar a pesquisa para identificar novas práticas que podem ser consideradas como referências para o jornalismo alternativo, de modo que sejam identificados padrões resultantes das publicações em meio digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERO, Jesús Martín.. Tecnicidade, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad. 2006.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. In: SBPJor. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: USP, nov. 2009.

GT 11: VISÃO SISTÊMICA DA INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE EM NEGÓCIOS

ANÁLISE DE EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL DE PEQUENO PORTE E SEU FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA: UM ESTUDO DE CASO

Dr. Cesar Augusto Della Piazza; Francisco Carlos de Menezes Junior;
Gildo Samuel Pereira; Maira dos Santos de Oliveira; Marcelo Quesada Peres;
Nicole Assunção Costa; Silvana Silva de Moraes; Luis Fernando Quintino,
Wesley Barbosa. Faculdade Carlos Drummond de Andrade – FCDA

RESUMO

Com as questões ambientais em evidência torna-se imprescindível que as empresas repensem seus processos, para reduzir os desperdícios com os insumos introduzidos na produção. A presente pesquisa tem por objetivo mostrar como as empresas do setor têxtil de pequeno porte vêm sido afetadas com o fornecimento de matéria-prima, para isso trazemos um estudo de caso realizado em uma malharia no segmento de tricô, na qual a empresa utilizou uma estratégia interna para se adaptar as exigências do mercado. A empresa possui diversos produtos e o estudo foi realizado com base em um dos produtos. A estratégia adotada fez com que diminuíssem os atrasos com entrega do produto para o cliente e uma redução de 14% no valor de cada kg de produto adquirido.

Palavras chave: Indústria têxtil, matéria-prima, redução de desperdícios.

1. INTRODUÇÃO

A competitividade faz parte do cotidiano dos diversos segmentos da indústria e não seria diferente no setor têxtil, esse segmento no Brasil vem buscando várias estratégias para continuar concorrendo diante de uma grande parcela dos produtos asiáticos que querem conquistar esse mercado, nesse contexto às empresas internas estão se reestruturando com preços, qualidade, redução de desperdícios gerados no processo, rapidez e qualificação de colaboradores. Na indústria têxtil os processos iniciam-se nas fibras depois fiação, beneficiamento dos fios, tecelagem, beneficiamento de tecidos, tingimento, estamparia e acabamento (SANTOS; GOUVINHA, 2013). O consumo brasileiro de fibras naturais é maior que o de fibras sintéticas e artificiais e esse baixo consumo tem causado deterioração nos segmentos de fios e linhas que são as matérias-primas muito utilizadas nas tecelagens (COSTA; ROCHA, 2009).

Segundo dados do (SINDITÊXTIL-CE; 2012), o Brasil é o quinto maior produtor mundial de produtos têxteis, também é o quarto maior em vestuário, também é o único produtor de fibras de viscose de toda a América. Nesta pesquisa abordaremos uma questão muito importante no que tange a compra de matéria-prima, apresentando um estudo de

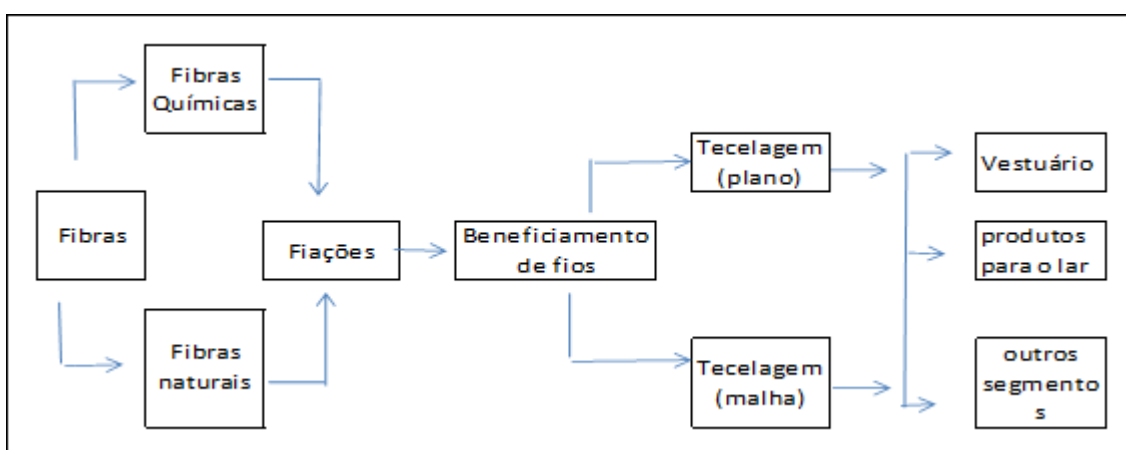
caso realizado em uma malharia de tricô, o estudo foi desenvolvido com base em uma das matérias-primas o fio de viscose tinto.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Funcionamento da cadeia têxtil de matéria- prima

Segundo dados da (ABDI, 2008) a indústria têxtil em um modo abrangente é formada por diversos segmentos, onde são interligados entre si, pois ao término de cada processo seu produto acabado passa a ser matéria-prima para o processo seguinte, onde fibras têxteis passam a serem transformadas em fios e fios em tecidos e assim por diante, ou seja, o fluxo têxtil se inicia com o recebimento da matéria prima fibras têxteis, sendo transformadas em fios e filamentos nas fábricas de fiação, em seguida são direcionados para as tecelagens onde são confeccionados os tecidos planos ou encaminhados para as malharias onde são produzidos os tecidos de malhas conforme mostra a figura a seguir.

Figura 1 - Estrutura da cadeia produtiva têxtil



Fonte: Elaborada pelos autores

Essas peças passam pelo processo de beneficiamento que são operações que proporcionam ao tecido conforto, durabilidade e características específicas para finalmente chegar à confecção fazendo o corte e costura podendo tomar a forma de vestuário, produtos para o lar, revestimentos e componentes para o interior de automóveis e outros, posteriormente no cliente final.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A empresa estudada é de pequeno porte, situa-se no Bom Retiro região central de São Paulo, é uma malharia e o seu produto principal são peças em tricô para o vestuário nacional. Com um histórico de 20 anos de atuação. Passou a buscar novos métodos e estratégias para se manter no mercado, começou então a produzir para as grifes, atendendo hoje as 15 maiores grifes do Brasil dentro dos mais rígidos padrões de qualidade. Atualmente a empresa utiliza diversas matérias-primas em seus tecimentos de malha retilínea de tricô, sendo os principais fios puros.

3.1 Dificuldades encontradas

Boa parte da matéria-prima utilizada nas tecelagens no Brasil é importada, os fornecedores que importam esse material trabalham com quantidades de vendas e possuem suas cartelas padrões sendo a mesma válida para todas as estações do ano com poucas opções de cores, sendo no máximo 10. Dessa forma a empresa tem um lote mínimo de compra ou tem que comprar além do necessário, gerando estoques. Para os fios de poliésteres tinto em massa alguns fornecedores o mínimo para comprar são de 300kg por cor outros são a partir de 25kg, demais produtos a mesma situação e tem-se apenas de um a três fornecedores para cada produto, essa situação só não é válida para a viscose.

São diversos fornecedores no mercado brasileiro para o fio da viscose cru sem tingimento e também se tem diversas tinturarias para esse material, para todas as tinturarias a quantidade mínima para tingir são 100kg, apenas uma empresa no mercado trabalha com a venda do produto já tinto, sua cartela é ampla com cerca de 30 cores, onde a quantidade mínima de compra são 100kg devido ao tingimento, cada kg custa R\$33,00 e o prazo de entrega de 25 a 30 dias úteis, gerando com isso um atraso na entrega do produto para o cliente final de 5 a 10 dias. Era desse fornecedor que a empresa comprava sua viscose.

A empresa estudada produz para um mercado específico que são grifes de alto padrão, as quais fazem diversos desenvolvimentos com uma média de 3 cores por modelo e em poucas quantidades. Sendo assim, no final de cada estação a empresa tinha que tingir diversos lotes com cores diferenciadas, sobrando no seu estoque de 02 a 30kg de fios de algumas cores, material este que é muito difícil de ser reaproveitado para outras criações, visto que as cores e tendências variam a cada estação, o material que sobrava era vendido no mercado por cerca de R\$ 8,00 kg, pois os estoques não suportavam tantos restos de materiais, então a viscose passou então a ser o material mais problemático do processo.

3.2 Demanda dos produtos análise final

A empresa fez um levantamento no período de janeiro a abril durante a estação de inverno para saber qual produto tinha maior demanda como mostra na tabela 1, é possível notar que a viscose durante o inverno foi o produto que teve maior demanda, note também que os preços dos produtos também mudam isso se dá devido às variações cambiais, já que partes dessas matérias-primas são importadas.

Tabela 1: Compras de inverno

DATA	FIO	QUANT	PREÇO kg	%	TOTAL \$
JANEIRO	VISCOSE	589	R\$ 32,00	50	R\$ 18.848,00
JANEIRO	POLIÉSTER	200	R\$ 14,40	17	R\$ 2.880,00
JANEIRO	ACRÍLICO 30/1	180	R\$ 35,00	15	R\$ 6.300,00
JANEIRO	ACRÍLICO/10/1	136	R\$ 28,00	12	R\$ 3.808,00
JANEIRO	ELASTANO	68	R\$ 57,24	6	R\$ 3.892,32
		1173			R\$ 35.728,32
FEVEREIRO	ACRÍLICO 10/1	250	R\$ 28,00	25	R\$ 7.000,00
FEVEREIRO	ACRÍLICO 30/1	57	R\$ 35,00	6	R\$ 1.995,00
FEVEREIRO	ELASTANO	75	R\$ 57,24	7	R\$ 4.293,00
FEVEREIRO	POLIÉSTER	70	R\$ 15,00	7	R\$ 1.050,00
FEVEREIRO	VISCOSE	540	R\$ 32,00	53	R\$ 17.280,00
FEVEREIRO	LUREX	12	R\$ 108,00	2	R\$ 1.296,00
		1004			R\$ 32.914,00
MARÇO	ACRÍLICO 10/1	171	R\$ 28,00	17	R\$ 4.788,00
MARÇO	ACRÍLICO 30/1	96	R\$ 38,05	9	R\$ 3.652,80
MARÇO	POLIÉSTER	165	R\$ 15,00	16	R\$ 2.475,00
MARÇO	ELASTANO	91	R\$ 57,24	10	R\$ 5.208,84
MARÇO	VISCOSE	485	R\$ 33,00	48	R\$ 16.005,00
		1008			R\$ 32.129,64
ABRIL	ACRÍLICO 10/1	230	R\$ 29,15	23	R\$ 6.704,50
ABRIL	ACRILICO 30/1	155	R\$ 38,10	14	R\$ 5.905,50
ABRIL	LUREX	20	R\$ 108,00	2	R\$ 2.160,00
ABRIL	ELASTANO	85	R\$ 57,24	8	R\$ 4.865,40
ABRIL	VISCOSE	570	R\$ 33,00	53	R\$ 18.810,00
		1060			R\$ 38.445,40

Fonte: Elaborada pelos autores

Após avaliar que a viscose era o produto que tinha maior demanda e por ser o produto com mais variedades de cores a empresa fez um levantamento das cores que foram utilizadas de viscose durante a estação de inverno, conforme pode ser observado na tabela 2, poucas cores se repetem e de cada cor a empresa teve que tingir uma barca de 100kg, ou seja, tingiu 2500kg e sua necessidade era apenas 2184kg. Se somado todas as sobras do estoque dá um total de 316 kg o valor total dessas sobras são de R\$ 10.257,00 essas sobras conforme foi mencionado anteriormente são muito difíceis de serem reutilizadas por conta das variações das tendências, então elas eram vendidas por R\$ 8,00 dessa forma a empresa teve uma venda dos 316 kg por R\$ 2.528,00 e um prejuízo de R\$ 7.729,00.

Tabela 2: Cores utilizadas no inverno e sobra de cores

JAN	CORES	QUAT P/TINGIR	NECESSI	SOBRA KG	SOBRA R\$	FEV	CORES	QUAT P/TINGIR	NECESSI	SOBRA KG	SOBRA R\$
					R\$32,00 KG						R\$32,00 KG
	PRETO	100	98	2	R\$ 64,00		PRETO	100	100	0	R\$ 0,00
	OFF	100	96	4	R\$ 128,00		NUDE	100	88	12	R\$ 384,00
	CHUMBO	100	70	30	R\$ 960,00		MARSALA	200	184	16	R\$ 512,00
	VERDE MILITAR	100	80	20	R\$ 640,00		ROYAL	100	85	15	R\$ 480,00
	MARINHO	100	78	22	R\$ 704,00		VERDE MUSGO	100	83	17	R\$ 544,00
	BRANCO	100	95	5	R\$ 160,00			600	540	60	
	CINZA MESCLA	100	72	28	R\$ 896,00						
		700	589	111	R\$ 3.552,00						R\$ 1.920,00
MAR					R\$33,00 KG	ABR					R\$ 33,00
	PRETO	100	89	11	R\$ 363,00		PRETO	200	200	0	R\$ 0,00
	CINZA	100	75	25	R\$ 825,00		OFF	100	100	0	R\$ 0,00
	MARINHO	100	82	18	R\$ 594,00		ROSA SECO	100	95	5	R\$ 165,00
	MELANCIA 1203	100	80	20	R\$ 660,00		AZUL SECO	100	88	12	R\$ 396,00
	VERMELHO 1572	100	78	22	R\$ 726,00		AZUL RIVIERA	100	87	13	R\$ 429,00
	PELE	100	81	19	R\$ 627,00			600	570	30	
		600	485	115	R\$ 3.795,00						R\$ 990,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Foi realizado também junto ao setor de compras quais as quantidades de fornecedores que a empresa tinha para cada produto, bem como as quantidades mínimas para comprar, os resultados se encontram na tabela 3. Em relação à entrega o prazo de até 3 dias dos produtos, sendo poliéster, acetato, rayon e acrílico é válido quando o fornecedor tem o produto no estoque, quando não há material o prazo são de 60 dias para entrega do produto, devido a importação. Observe também que o produto mais abundante é a viscose em estado cru por haver diversos fornecedores no mercado.

Tabela 3: Quantidade de fornecedores por produto

FIO	QUANT. FORNECEDORES	QUANT. MÍN DE COMPRA	ENTREGA
ACRÍLICO TINTO	3	A PARTIR DE 25KG	3DIAS
POLIÉSTER TINTO	2	FORCEDOR I ACIMA DE 25KG FORNCEDOR II ACIMA 300KG	3 DIAS
RAYON ITNTO	1	A PARTIR DE 25KG	2 DIAS
ACETATO TINTO	1	A PARTIR DE 25KG	2DIAS
VISCOSE TINTA	1	A PARTIR DE 100KG	25 A 30 DIAS
VISCOSE CRU	ACIMA 5	A PARTIR DE 50KG	3 DIAS
ELASTANO	1	A PARTIR DE 25KG	3 DIAS
POLIAMIDA TINTA	1	A PARTIR DE 25KG	3 DIAS
LUREX	2	A PARTIR DE 25KG	2 DIAS

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir de todas as informações que foram levantadas, a empresa encarregou ao setor de desenvolvimento de produto a realizar a pesquisa de quais cores seriam tendências para o verão 2015/2016. Após ser feita a análise a empresa criou sua própria cartela de cores de viscose contendo apenas 8 cores conforme a tabela 4. A cada estação será feito um estudo de cores para a criação de uma nova cartela. Essa cartela será apresentada para todos os clientes.

Tabela 4: Cores utilizadas na estação

CORES VERÃO 2015/2016		
COR 001	PRETO	
COR 002	OFF	
COR 003	VERDE	
COR 004	CORAL	
COR 005	PELE	
COR 006	AZUL CLARO	
COR 007	MISOTIS	
COR 008	VERMELHO VIVO	

Fonte: Elaborada pelos autores

O material passou a ser comprado não mais tinto e sim em estado cru para tingimento, ficando no estoque e conforme forem sendo realizados os pedidos, o próximo passo é encaminhar para o PCP fazer a programação de tingimento, as cores serão tintas conforme a demanda, para não gerar desperdícios excessivos.

Os tempos entre a compra da viscose e o tingimento são de 15 dias, metade do tempo gasto com o antigo fornecedor, eliminando com isso o atraso da entrega para o cliente devido a falta de material, agora quando ocorre um atraso são cerca de 1 a 2 dias, não mais por conta do material, mas por alguma outra anomalia. O preço do fio de viscose cru já incluindo o frete são R\$14,00 kg. Para tingir são R\$ 10,00 kg já incluindo o frete de retirada e entrega. Saindo o valor total de R\$24,00 kg. Comparando com o antigo fornecedor a empresa reduziu R\$9,00 em cada os kg, ou seja, uma redução de 14% com o material conforme mostra na tabela a seguir.

Tabela 5: Comparação de preços

PREÇO ANTIGO FORNECEDOR	R\$ 33,00	50%
PREÇO ATUAL+TINGIMENTO	R\$ 24,00	36%
REDUÇÃO EM CADA KG PRODUTO NOVO	R\$ 9,00	14%

Fonte: Elaborada pelos autores

Conforme mostra a tabela 6, na estação de verão a empresa passou a tingir conforme sua cartela de cores e devido à redução do número de cores da cartela algumas cores passaram a ter maior demanda. Para a estação de verão foi necessário tingir 2000 kg e sua necessidade foi de 1960 kg. O valor da quantidade que sobrou foi de R\$ 960,00 com o repasse das sobras de 40 kg o valor foi de R\$ 320,00 e o prejuízo de R\$ 640,00.

Tabela 6: Cores utilizadas no verão e sobras

MAI	CORES	QUAT P/TINGIR	NECES	SOBRA KG	SOBRA R\$	JUN	CORES	QUAT P/TINGIR	NECES	SOBRA KG	SOBRA R\$
					R\$24,00 KG						R\$24,00 KG
	PRETO	100	100	0	R\$ 0,00		PRETO	200	200	0	R\$ 0,00
	OFF	100	100	0	R\$ 0,00		OFF	100	100	0	R\$ 0,00
	CORAL	100	95	5	R\$ 120,00		MISOTIS	100	100	0	R\$ 0,00
	PELE	100	98	2	R\$ 48,00		AZUL CLA	100	96	4	R\$ 96,00
	VER VIV	100	100	0	R\$ 0,00		VERDE	100	95	5	R\$ 120,00
		500	493	7	R\$ 168,00			600	591	9	R\$ 216,00
JUL					R\$24,00 KG	AGO					R\$ 24,00
	PRETO	100	100	0	R\$ 0,00		CORAL	100	98	2	R\$ 48,00
	OFF	100	95	5	R\$ 120,00		OFF	200	200	0	R\$ 0,00
	CORAL	100	100	0	R\$ 0,00		VER VIV	100	95	5	R\$ 120,00
	VERDE	100	96	4	R\$ 96,00		MISOTIS	100	92	8	R\$ 192,00
		400	391	9	R\$ 216,00			500	485	15	R\$ 360,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Com a nova estratégia a empresa obteve na estação de verão uma redução de R\$ 30.992,00 se comparado à estação de inverno, conforme mostra a tabela 7, os desperdícios também diminuíram na estação de inverno foram 316 kg no verão caiu para 40 kg. Vale ressaltar que estamos falando apenas de um tipo de matéria-prima.

Tabela 7: comparação dos gastos entre as duas estações

DATA	FIO	QUAT KG	PREÇO KG	VALOR TOTAL
JANEIRO	VISCOSE	700	R\$ 32,00	R\$ 22.400,00
FEVEREIRO	VISCOSE	600	R\$ 32,00	R\$ 19.200,00
MARÇO	VISCOSE	600	R\$ 33,00	R\$ 19.800,00
ABRIL	VISCOSE	600	R\$ 33,00	R\$ 19.800,00
		2500		R\$ 81.200,00
SOBRA ESTOQUE VISCOSE		316		R\$ 10.257,00
VENDA DA SOBRA DO ESTOQUE		316	R\$ 8,00	R\$ 2.528,00
PREJUÍZO				R\$ 7.729,00
TOTAL INVESTIDO				R\$ 78.672,00
MAIO	VISCOSE	500	R\$ 24,00	R\$ 12.000,00
JUNHO	VISCOSE	600	R\$ 24,00	R\$ 14.400,00
JULHO	VISCOSE	400	R\$ 24,00	R\$ 9.600,00
AGOSTO	VISCOSE	500	R\$ 24,00	R\$ 12.000,00
		2000		R\$ 48.000,00
SOBRA ESTOQUE VISCOSE		40		R\$ 960,00
VENDA DA SOBRA DO ESTOQUE		40	R\$ 8,00	R\$ 320,00
PREJUÍZO				R\$ 640,00
TOTAL INVESTIDO				R\$ 47.680,00
REDUÇÃO				R\$ 30.992,00

Fonte: Elaborada pelos autores

4. CONCLUSÃO

As empresas devem melhorar seu desempenho adotando tecnologias, estratégias de produção, para competir com mais eficiência diminuindo as importações aumentando o crescimento no setor. Com a implantação da estratégia e os resultados alcançados ficou perceptível a vantagem competitiva que a empresa conseguiu, visto que é um problema que as concorrentes também vêm enfrentando. Conforme mostra na tabela 5 são 14% de redução, um número bem considerável em cada kg do material, outra vantagem foi a redução no lead time de entrega dos produtos e também uma quantidade maior de fornecedores para o mesmo produto, não precisando mais depender apenas de um. Foi observada que a mudança demorou um tempo para ocorrer por ter sido reduzida à quantidade de colaboradores, a maioria estavam sobrecarregados de serviços não havendo pessoas o suficiente para analisar a situação e buscar solução, ocasionando o prolongamento do problema.

5. REFERÊNCIAS

ABDI, AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Panorama setorial – têxtil e confecção**. Série Cadernos da Indústria ABDI .Brasília, 2008. Disponível em <www.abdi.org.br> Acesso em 13 de setembro de 2015.

ABIT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTEL E CONFECÇÃO. Câmara da indústria e comércio de Caxias do Sul. Caxias do Sul-RS 29 de outubro de 2014. Disponível em <www.abit.org.br> Acesso em 26 de agosto de 2015.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

CLEMENTINO, M. L.M. **A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano.** 2012. Disponível em: <www.ub.edu.br> Acesso em 13 de setembro de 2015.

CAUCHICK MIGUEL, Paulo A. **Uma reflexão sobre metodologia de pesquisa na gestão de operações.** 2005. Disponível em: <www.simpoi.fgvsp.br> Acesso em 16 de setembro de 2015.

COSTA, A. C. R.; ROCHA, E. R. P. **Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação.** 2009. Disponível em <www.bndes.gov.br> Acesso em 25 de agosto de 2015.

MONTEIRO, Filha D.C.M; CORRÊA, A. **Complexo Têxtil 2002.** Disponível em <www.bndes.gov.br> Acesso em 13 de setembro de 2015.

SANTOS, C. M. de C.; GOUVINHAS, R. P. **Diagnóstico do processo produtivo do setor de uma estamparia rotativa em uma indústria têxtil da Grande Natal.** 2013. Disponível em <www.abepro.org.br> Acesso em 25 de agosto de 2015.

SINDITÊXTIL CE, Sindicato do Setor Têxtil do Ceará. **Setor Têxtil e de confecção das matérias-primas ao varejo, situação atual perspectivas e agenda de prioridades.** Fortaleza-CE, 14 de setembro de 2012.

VANTAGEM COMPETITIVA COM A APLICAÇÃO SIMULTÂNEA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO ENXUTA E SISTEMA DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA

Dr. Cesar A. Della Piazza; Adriano Silva do Nascimento;
Caroline Justino dos Santos; José Carlos Tenorio dos Santos;

Rosamara Tenorio; Vinicius de Moraes Idalgo;
Luis Fernando Quintino, Wesley barbosa.
FCDA - Faculdades Carlos Drummond de Andrade
Engenharia de Produção

Palavra-chave: Produção Enxuta, Produção Mais Limpa, Desperdício.

RESUMO

Com a crise atual em andamento no Brasil, a busca por meios que tragam vantagem competitiva a baixo custo, auxilia e pode até alicerçar empresas que estejam sendo corroídas devido a um baixo nível de comercialização necessitando assim de constantes reduções em seus custos através de reduções e seus quadros de funcionários. O presente trabalho trata da adoção simultânea do “Sistema de Produção Enxuta” e “Sistema de Produção Mais Limpa”, visando a redução de desperdícios e minimização dos impactos ambientais em busca da sustentabilidade, retornando visibilidade e vantagem competitiva para as empresas que estrategicamente resolvam atuar com estes sistemas.

INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2015) apresentou em seu relatório das contas nacionais trimestrais (Indicadores de volume e valores correntes), que no segundo trimestre de 2015 Produto Interno Bruto (PIB) indicou queda de 1,9%, se comparado com o primeiro trimestre do mesmo ano. Sendo que comparado ao mesmo período de 2014, retraiu 2,6%. Com os valores compilados de forma a visualizar o acumulado dos quatro trimestres, findando no segundo trimestre de 2015, a queda é de 1,2%, frente aos quatro trimestres anteriores. O resultado para o primeiro semestre de 2015, apresentou uma queda de 2,1% do PIB ao mesmo período de 2014.

O sistema de Produção Enxuta tem por base a vivência na realidade, onde o conhecimento adquirido com o cotidiano ou com o mundo traz melhora na vantagem competitividade das empresas, desta forma pode ser aplicada em indústria, fábrica, loja ou em qualquer outro estabelecimento para aumentar a produtividade, minimizar tempos e custos, melhora da qualidade (VAZ, OLIVEIRA, RESENDE, 2008).

A Produção Mais Limpa é uma ferramenta que auxilia na otimização de processos e melhora continua tornando-se completa para determinação de escolhas, pois une questões como qualidade, planejamento, segurança, meio ambiente, design, saúde ocupacional e eficiência. (PETTER, et al., 2011).

2 Revisão Bibliográfica

2.1 Produção Enxuta

Os anos 50 foram anos primórdios da produção enxuta no mundo, tendo como precursora a fábrica de automóveis da japonesa Toyota. Os engenheiros Eiji Toyoda e Taiichi Ohno, são tidos como idealizador da Produção Enxuta. Os dois viajam aos Estados Unidos onde visitaram a fábrica de automóveis da Ford que na época tinha como sistema de produção, a Produção em Massa, o que na visão de ambos não se adequariam a necessidade da Toyota, sendo necessário a criação de um sistema diferenciado de produção. A partir desta análise o Sistema de Produção Enxuta ou Sistema Toyota de Produção passou a ser desenvolvido. (ELIAS, MAGALHÃES, 2003)

A Produção Enxuta surgiu com foco na melhoria contínua dos processos, redução dos desperdícios, obtenção dos níveis de qualidade desejados, otimização, flexibilidade, decréscimo dos custos, produção demandada e compromisso com clientes e fornecedores, assim é possível perceber que a evolução da Produção Enxuta ocorreu devido aumento da competitividade, onde as empresas buscam reduzir seus desperdícios ou Muda (definição de desperdícios em japonês), sendo considerado como desperdício todo e qualquer recurso utilizado pelo processo produtivo que não agregam valor na visão do cliente. Valor é o que o cliente define para atender suas necessidades em um determinado momento com o preço específico. (BOLSONI, 2013)

Ohno (1997) aponta que Sistema Toyota de Produção, por apresentar retorno instantâneo em relação aos esforços empregados na transformação dos desperdícios em valor, é uma forma de trabalho que satisfaz, pois assim que o desperdício é indicado, a melhoria contínua ocorre.

Quando se trata de qualquer sistema produtivo, os processos correspondentes às transformações das matérias primas em produtos finais são compostos de várias atividades que podem ou não agregar valor ao cliente final. (RIZZO, BATOCCHIO, 2011).

Maximiano afirma que racionalizar a força de trabalho, just in time (JIT) e produção flexível são marcos estratégicos, os quais são utilizados pela Toyota para eliminar desperdícios no processo de produção (Maximiano, 2000).

2.2 Produção Mais Limpa (PML)

A visão de sustentabilidade implica diretamente na redução do desperdício e consumo das matérias primas, agregando valor ao produto final, minimizando os impactos ambientais, trazendo desta forma ganho ao meio ambiente. A globalização e facilidade de comunicação, acidentes ambientais e degradação ao meio ambiente tende a ganhar notoriedade em grande velocidade, divulgando a maior parte do mundo as ações danosas causadas. (ROSSI e BARATA, 2009).

Bolsoni descreve que as políticas voltadas a controlar a poluição eram intituladas de “fim de tubo”, tornando-se reativas com foco na prevenção, assim passou-se a procurar formas onde se pudesse descartar os resíduos sem agressão ao meio ambiente. Visto que a ecoeficiência uni a parte econômica e ambiental das empresas, criou-se a metodologia Produção Mais Limpa (P+L) ou Cleaner Production, tido como idéia prática para tornar eficiente a destinação dos resíduos no meio ambiente (BOLSONI, 2013).

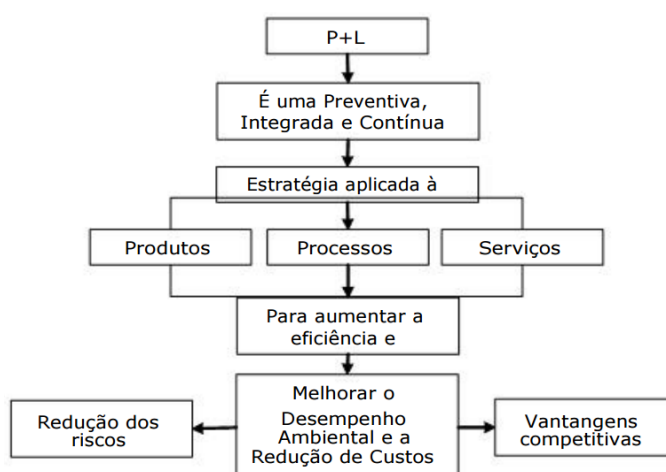
A United National Industrial Development Organization (UNIDO) define a Produção mais limpa (P+L), como estratégia de prevenção integrada, podendo ser aplicada em todas as atividades industriais. Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

as etapas do processo, utilizando com eficiência os recursos empregados no processo produtivo, elevando a produtividade a partir de projetos econômicos e ecológicos, reduzindo assim os danos ambientais no ciclo de vida dos produtos. A proposta de um sistema de produção sustentável tende a reduzir utilização de água e energia, tratar na fonte os resíduos tóxicos ou perigosos, fabricar produtos com maior vida útil, reutilizar e reaproveitar ao máximo as sobras ou descartes. (RIZZO, BATOCCHIO, 2011).

Com a definição de Produção Mais Limpa dada pela United National Industrial Development Organization (UNIDO), o objetivo vem a ser:

- Elevar a produtividade garantindo maior eficiência na utilização das matérias primas, energia e água;
- Promover melhorias no desempenho ambiental devido a redução na geração de resíduos e emissão de poluentes;
- Desenvolver produtos ecologicamente corretos, com estreita relação entre custo-benefício, reduzindo o impacto durante o ciclo de vida dos produtos. A figura 1 demonstra o fluxo de forma abrangente da definição da Produção Mais Limpa.

Figura 1: Definição de Produção Mais Limpa



Fonte: (UNIDO/UNEP apud Castro et al., Guidance Manual)

Castro descreve que o fundamento básico está em eliminar a geração de resíduos e poluentes na própria fonte, assim pode-se entender que a elevação da competitividade e eficiência lucrativa não está somente na utilização eficiente dos recursos e diminuição dos impactos ambientais e a sociedade, visto que todas as sobras e resíduos tem custo financeiro para as empresas (Castro et al., 2010). Rossi e Barata aponta vários entraves que dificultam a implantação da Produção Mais Limpa nas empresas, dentre elas estão as barreiras econômicas e financeiras, políticas, baixa demanda por ecoeficiência e desconhecimento das implementações da metodologia. (ROSSI e BARATA, 2009).

2.3 Produção Mais Limpa em conjunto com a Produção Enxuta.

Morenghi, Andrade e Rosano apontam que a utilização de apenas um dos sistemas não atende em sua plenitude as demandas estratégicas da gestão de produção. A Produção Mais Limpa busca reduzir ou eliminar o consumo de recursos naturais com uma postura proativa, já a Produção Enxuta busca a eliminação de desperdícios frente a um ambiente incerto e de rápidas mudanças, com intuito de agregar valor ao fluxo de produção, além de

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

simplificar produtos e processos com a padronização. Ambos podem ser considerados complementares possibilitando as empresas atuar no desafio de flexibilização da produção, sustentabilidade e responsabilidade com o ciclo de vida dos produtos. Os benefícios serão competitividade, rentabilidade econômica, redução dos impactos ambientais a sociedade e ao meio ambiente. (MORENGHI, ANDRADE E ROSANO, 2006).

Rizzo demonstra as ferramentas do sistema de Produção Enxuta, alinhadas a Produção Mais Limpa (RIZZO, 2012), a quais apresentam minimização no impacto do meio ambiente e eliminação dos desperdícios no processo de produção.

3 Metodologia

A metodologia utilizada é a pesquisa exploratória, assumindo a forma de pesquisa bibliográfica, pois busca alcançar o conhecimento sobre o problema pesquisado. (Gil, 2002). O levantamento bibliográfico está ordenado de forma a demonstrar o sistema de Produção Enxuta, com seus objetivos de eliminar desperdícios e a Produção Mais Limpa visando à sustentabilidade com a redução de consumo e eliminação de resíduos.

A apresentação da junção de ambos tem o intuito de demonstrar as vantagens competitivas ao agregar valor ao produto final frente a crise econômica atual. As fontes pesquisadas apresentaram dados que demonstram a aplicação separada de ambos os conceitos ou de forma pontual, em uma determinada empresa. Neste trabalho o objetivo está em levantar dados bibliográficos que embasem a visão de vantagem competitiva na atuação simultânea do Sistema de Produção Enxuta e Produção Mais Limpa para qualquer ramo de atividade das empresas.

4 Resultados

Castro (et. al. 2010) relata em seu artigo “Impactos da aplicação dos conceitos e ferramentas da produção enxuta na busca por uma produção mais limpa: um estudo de caso numa indústria de bens de capital. ”, um ganho após a implementação das técnicas. Segue abaixo a tabela 1 (antes da implementação) e tabela 6 (após a implementação) que comprovam o ganho produtivo após a implementação das melhorias.

Tabela 1 – Antes da implementação da melhoria

	Atual	Unidade	Razão (Emissão/Produção)
Produção	3,25	Conj/mês	0,14 conj/operadores
Operadores	22	Operadores	
Óleo Lubrificante	1125,4	l/mês	347 l/conj
Energia	125679	Kw/mês	38670 Kw/conj
CO	13,5	g/mês	4,15 g/conj

Fonte – (Castro et. al., 2010)

Tabela 2 – Após a implantação da melhoria

	Atual	Unidade	Razão (Emissão/Produção)
Produção	4,38	Conj/mês	0,25 conj/operadores
Operadores	18	Operadores	
Óleo Lubrificante	1125,4	l/mês	257 l/conj
Energia	150815	Kw/mês	34432,65 Kw/conj
CO	5,72	g/mês	1,31 g/conj

Fonte – (Castro et. al., 2010)

O artigo “Produção Enxuta e Produção mais Limpa – um estudo de caso em uma empresa fabricante de equipamentos agrícolas”, redigido por Bolsoni, descreve em seu conteúdo melhorias obtidas com a implementação dos sistemas.

Tabela 3 – Relação de consumo por produção (antes da melhoria)

	Atual	Unidade	Emissão / Produção	Unidade
Produção	32	pç/mês	-	-
Operadores	5	operadores	0,15625	operador/pç
Óleo lubrificante	160	Litros/mês	5	litros/pç
Energia elétrica	20903,52	KwH/mês	653,235	KwH/pç
Gás carbônico	30,84	g/mês	0,96375	g/pç

Fonte (BOLSONI, 2013)

Tabela 4 - Relação de emissão por produção implementado (após melhoria)

	Atual	Unidade	Emissão / Produção	Unidade
Produção	32	pç/mês	-	-
Operadores	1	operadores	0,03125	operador/pç
Óleo lubrificante	0	Litros/mês	0	litros/pç
Energia elétrica	580,8	KwH/mês	18,15	KwH/pç
Gás carbônico	12,57	g/mês	0,3928125	g/pç

Fonte: (BOLSONI, 2013)

Bolsoni afirma que os resultados são visivelmente melhores, não sendo mais necessária a utilização de óleo lubrificante e tendo uma redução de 97% no consumo de energia elétrica mensal e 59% na emissão de gás carbônico mensal (BOLSONI, 2013).

5 CONCLUSÕES

Após avaliação de todas as bibliografias pesquisadas e os resultados apresentados nos estudos de caso, nota-se que implementação dos Sistemas de Produção Enxuta e Sistema de Produção Mais Limpa aplicados simultaneamente, resultam em ganho para as empresas pois há constante mitigação para eliminação de desperdícios resultando em minimização dos impactos ambientais.

Outro ponto que deve ser destacado é que a implementação dos sistemas deve partir da alta direção e tido como estratégica para empresa, assim aderência tornasse efetiva. É importante salientar que a eliminação de qualquer desperdício representa retorno monetário para a empresa, tornando mais competitiva no mercado, pois aliado a redução do desperdício, tem-se a diminuição da degradação ambiental. De forma geral a implantação do Sistema de Produção Enxuta e Sistema de Produção Mais Limpa aplicados simultaneamente pode ser estendida a vários seguimentos, basta apenas que haja a devida adequação.

6 REFERÊNCIAS

BOLSONI, A. S. F. **Produção Enxuta e Produção mais Limpa – um estudo de caso em uma empresa fabricante de equipamentos agrícolas.** In.: Simpósio Acadêmico de Engenharia de Produção, Viçosa, 21 a 23 de novembro, 2013.

ELIAS, S. J. B.; MAGALHÃES, L. C. **Contribuição da Produção Enxuta para obtenção da Produção mais Limpa.** In.: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Ouro Preto, 21 a 24 de outubro, 2003.

GIL, A. Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Edição, Ed. Atlas, 2000, p. 41-47.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Índice das contas nacionais – Trimestral.** Disponível em : [<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/>](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/). Acesso em 13 set. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto interno bruto dos municípios.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46>. Acesso em: 13 set. 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000

MORENGHI, L. C. R.; ANDRADE, R. F. G.; ROSANO, R. D. **Produção Mais Limpa e Produção Enxuta: Haverá simbiose na busca de conformação ambiental com a flexibilização dos fatores de produção?** In.: XIII SIMPEP - Bauru, 6 a 8 de Novembro, 2006.

OHNO, T. **O sistema Toyota de produção - além da produção em larga escala.** Porto Alegre: Bookman, 1997.

PETTER, R. R.; VAZ, C. R.; RESENDE, L. M.; SELIG, P. M. **Produção limpa, Produção Mais Limpa, Produção Enxuta, 5s e Manutenção Autônoma - uma proposta metodológica de implantação conjunta.** In.: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Niterói, 12 a 13 de agosto, 2011.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

RIZZO, G. P. V. **Produção Enxuta e Produção mais Limpa: Proposta Metodológica Integrada.** Comissão de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, 2012.

RIZZO, G. V.; BATOCCHIO, A. **Manufatura Sustentável: Estudo e Análise da Adopção Articulada das Técnicas de Produção Mais Limpa e Produção Enxuta.** In.: 3^o International WorkShop Advances In Cleaner Production, São Paulo, 18 a 20 de maio, 2011.

ROSSI, M. T. B.; BARATA, M. M. **Barreiras à Implementação de Produção Mais Limpa Como Prática de Ecoeficiência em Pequenas e Médias Empresas no Estado do Rio de Janeiro.** In.: International WorkShop Advances In Cleaner Production, São Paulo, 20 a 22 de maio, 2009.

VAZ, C. R.; OLIVEIRA, I. L.; RESENDE, L. M. **Produção Limpa x Produção Enxuta: uma revisão dessas ferramentas.** In.: XV SIMPEP, Bauru, 10 a 12 de novembro, 2008.

AGRICULTORES ORGÂNICOS: O QUE OS MOVE?

Nádia Luzia Balestrin
UNIBRASIL – Centro Universitário Autônomo do Brasil
nadiabalestrin@ig.com.br

Palavras chave: **Sustentabilidade - Agroecologia - Agricultura Orgânica – Ação Social**

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito refletir sobre as novas formas de produção agrícola, moldadas pela sustentabilidade, que vem sendo amplamente discutidas a nível nacional e internacional. A Agroecologia, compreendida como ciência e prática, sinaliza para a possibilidade de uma nova agricultura onde as questões ecológicas e técnicas andam juntas. A agricultura orgânica pode ser compreendida como uma prática agroecológica que se organiza dentro da perspectiva da sustentabilidade, da preservação do solo, dos ecossistemas e principalmente pela não utilização de agrotóxicos. Ou seja, apresenta-se como um modo de produzir alimentos com alto valor biológico, sem o uso de químicos. Partindo da premissa de que as mudanças e inovações voltadas para a sustentabilidade são fruto de ações humanas, a problematização deste estudo se dará a partir da seguinte questão: Que motivações, concepções, valores, se fazem presentes nos agricultores orgânicos da região metropolitana de Curitiba quando da sua transição para uma agricultura sustentável? O que os motivou a construir uma nova prática agrícola, ignorando o modelo industrial hegemônico de agricultura? O objetivo geral consiste em: Identificar quais são os significados elaborados pelos agricultores orgânicos à sua escolha pelo paradigma de uma agricultura sustentável. Considera-se como hipótese nesse estudo que a opção pela agricultura orgânica é uma escolha amparada por um novo olhar sobre a forma de produzir alimentos, mais saudáveis, de uma concepção de respeito e cuidado ao ser humano e à natureza e também a definição de um estilo de vida.

DESENVOLVIMENTO

O termo sustentabilidade, sob múltiplas interpretações, faz-se presente nos mais diversos campos: científico, educacional, empresarial, agrícola, político, do cotidiano, etc. Tornou-se tão corriqueiro falar de sustentabilidade e nem sempre os significados e as intencionalidades são os mesmos. Neste estudo parte-se da definição apresentada por Leff (2004, p.15).

A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

Pensar a sustentabilidade remete então, a uma perspectiva de reconstrução da ordem econômica, que nas palavras de Becker (1999, p.27) seria dado pelo “esgotamento do paradigma dominante e a emergência de um novo paradigma”. No caso específico da agricultura sustentável Guivant (1998, p.105) aponta que a sustentabilidade “inclui todas as opções que possibilitem a redução dos custos de produção, com a substituição dos insumos

químicos; que protejam o meio ambiente e a saúde e reforcem as interações biológicas e físicas nos agroecossistemas”.

A agroecologia é considerada como uma possibilidade de consolidação de uma agricultura alicerçada na sustentabilidade. Esta terminologia, emerge no século XX, resultante da aproximação de dois campos científicos: a ecologia e a agronomia. A ecologia com seu enfoque em relação aos sistemas naturais e a agronomia com a aplicação de métodos de investigação científica à prática da agricultura (Gliessman, 2000.) Para Altieri (2012, p.15) a agroecologia,

É tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. A ideia central da agroecologia é ir além das práticas agrícolas alternativas e desenvolver ecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa.

O conceito de agroecologia (Altieri, 2012) pode articular diferentes formas de compreensão podendo manifestar-se, pelo questionamento acentuado ao modelo de agricultura convencional, industrial e sinalizar para novas bases e práticas sustentáveis; ou pode ter um caráter de movimento social em que seus atores estão envolvidos também com outras causas sociais, indo além da questão ambiental. Pode-se dizer que a agricultura orgânica se constitui em uma das expressões da agroecologia, pois fundamenta-se num processo de produção limpa, sem o uso de agrotóxicos. Segundo Penteadó (2001) a origem da agricultura orgânica no mundo, está relacionada às descobertas do inglês Sir Albert Howard, a partir de 1920. Durante 40 anos desenvolveu estudos na Índia onde relacionava a saúde e a resistência humana às doenças com a estrutura orgânica do solo. O entendimento desta forma de produção agrícola foi expandindo-se, incorporando outros significados.

O termo orgânico é empregado para designar um dos sistemas não convencionais de cultivo da terra, baseados em princípios ecológicos. A agricultura orgânica é um sistema de produção comprometida com a saúde, a ética e a cidadania do ser humano, visando contribuir para a preservação da vida e da natureza. (Penteadó, 2001, p.9)

Paradoxalmente a esta proposta de agricultura, a Revolução Verde dos anos 1970, associada à necessidade de intensificar a produtividade e modernizar o campo implementou uma agricultura totalmente dependente de agrotóxicos e de insumos químicos. O uso constante e intenso destes produtos continua trazendo consequências danosas para o meio ambiente, para a fauna, para os polinizadores, para os inimigos naturais e também para a água, com a contaminação de rios, lagos, e lençóis freáticos. Também são constatados danos sociais em relação à saúde, como envenenamentos e doenças associadas, inclusive o câncer. O sistema socioeconômico, que prioriza a monocultura, o agronegócio, a produtividade a qualquer custo, imprime um modelo agrícola movido por agrotóxicos, por transgênicos, pela destruição de variedade genética e dos ecossistemas, dentre outros malefícios (Altieri, 2012).

No Brasil na década de 1970, como resposta negativa ao modelo de agricultura industrial, começaram a emergir as primeiras manifestações e ações favoráveis à adoção de práticas agrícolas alternativas. Isso ocorreu devido à reflexão crítica de técnicos e pesquisadores que, por meio de estudos, constataram os efeitos maléficos da modernização da agricultura, principalmente pela crescente inclusão de insumos químicos, como herbicidas, pesticidas, fungicidas. Também neste período, mais precisamente no final da década de 1970 e no percurso da década de 1980, a agricultura orgânica começou a despontar na região metropolitana de Curitiba (Balestrin, 2001).

Essa nova perspectiva de agricultura tem tomado forma, pelos novos sentidos e significados que foram sendo construídos de recusa ao modelo agrícola baseado no uso de agrotóxicos e degradação do meio ambiente. Por outro lado, o desenvolvimento de um sentimento de cuidado na produção de alimentos saudáveis, cuidado com a vida e na preservação dos ecossistemas, passam a sustentar e orientar a prática de uma agricultura sustentável. Max Weber, sociólogo alemão, em sua abordagem metodológica, propõe-se a interpretar o sentido da ação social, bem como suas motivações. Ação social para o autor seria:

(...) toda conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo. (...) O termo ação social será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela. (Weber, 2005, p.11).

Weber afirma que a ação social é dotada de sentido. Esta ação possui motivações que podem ser uma ação social racional visando fins, ação social visando valores (estéticos, éticos, religiosos, políticos), ação social visando tradições ou afetos (Weber, 1982).

O propósito deste estudo é identificar quais são as motivações que fundamentam a prática da sustentabilidade por parte dos agricultores orgânicos. A pesquisa estruturou-se a partir de fontes primárias e fontes secundárias. Em relação às fontes secundárias, optou-se por realizar uma releitura dos dados coletados por meio de pesquisa empírica qualitativa, desenvolvida durante o período do mestrado com o seguinte tema: Associação da Agricultura Orgânica do Paraná – AOPA: uma proposta em (re) construção. A pesquisa empírica foi desenvolvida com agricultores orgânicos de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Para este estudo delimitou-se a análise das informações de apenas quatro respondentes (que serão denominados de informante nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04). Os dados qualitativos foram analisados a partir da sociologia interpretativa de Max Weber já que a problematização contempla elementos que remetem à subjetividade: Que motivações, concepções, valores, se fazem presentes nos agricultores orgânicos da região metropolitana de Curitiba quando da sua transição para uma agricultura sustentável? O que os motivou a construir uma nova prática agrícola, ignorando o modelo industrial hegemônico de agricultura?

A informante nº 01 é uma agricultora familiar orgânica, do município de Campo Magro –Pr. Destacou que dentre as principais motivações que a levaram a migrar para a agricultura orgânica foi o despertar de uma nova consciência voltada para a preocupação com a saúde, a busca por uma alimentação mais saudável e a prática de uma agricultura livre de agrotóxicos.

Foi uma questão de consciência. Alguma coisa dentro de mim vinha recusando os produtos convencionais, com agrotóxico, porque eu tinha alergias (...) Até que eu fiquei grávida e tive um aborto (...) Eu levei a gestação até 4 meses. O neném morreu com 6 semanas. Não se desenvolveu. Aquilo que eu tinha tava repassando para o neném. Eu quis mudar porque não tinha mais jeito. Acho que me dói muito até hoje, que me machuca. Alguém teve que morrer pra que a gente pudesse tomar uma iniciativa, porque dentro de mim já existia alguma coisa que recusava.

Os danos causados pelos agrotóxicos à saúde são comprovados cientificamente. Leff (2004) sinaliza que com a capitalização também da medicina a saúde é tratada muito mais na perspectiva da cura da enfermidade do que a prevenção. Há inclusive o aparecimento de

novas doenças, assim como o agravamento de outras decorrentes da contaminação do ambiente.

O informante nº 02 é um agricultor neo-rural, do município de Colombo – Pr. Sua adesão à agricultura orgânica fundamentou-se mais na busca de um estilo de vida mais saudável e uma qualidade de vida melhor

Foi uma escolha pessoal. Eu trabalhava como representante comercial e tinha prazer em cultivar umas hortaliças no fundo do quintal. Comecei a trabalhar com a agricultura orgânica por opção de vida. Meus pais não eram agricultores. Todos eram trabalhadores de fábrica. (...) Melhorou a saúde. Mudou bastante o conceito em relação à alimentação. Você vê a vida de uma forma diferente (...) a pessoa que trabalha na agricultura orgânica tem mais observação, tem mais cuidado com as pessoas. Ela procura fazer o bem para as outras pessoas através daquilo que ela está fazendo. Então existe uma relação mais recíproca entre o teu trabalho e o teu vizinho.

Identifica-se que a opção pela agricultura orgânica, além de definir um estilo de vida, também remete a vivência de novos sentimentos, como o caso do cuidado, um novo “*ethos*”. É uma ação social que reflete valores e afeto, que se estende aos demais indivíduos de seu entorno (Weber, 2005).

O informante nº 03 também é um neo-rural, do município de Quatro Barras – Pr. Possui formação acadêmica em Agronomia.

Como agricultor orgânico eu me sinto tranquilo em relação ao que estou fazendo, na minha ação dentro do mundo, porque por ser menos prejudicial, é uma espécie de exemplo pra comunidade que eu estou inserido. Eu e minha esposa começamos há dois anos e meio e hoje já tem mais pessoas na comunidade que estão se envolvendo. Acho que é um trabalho de formiguinha.

Outros valores, além do econômico estão presentes na opção pela agricultura orgânica. Neste caso o projeto pessoal, familiar, encontrou eco em outros indivíduos. Segundo Guivant (1998) indivíduos que possuem uma escolaridade maior e de origem urbana, são muitas vezes orientados por um ideal de conciliação entre trabalho e prazer, além das questões ambientais.

O informante nº 04 é um agricultor familiar orgânico de Rio Branco do Sul – Pr, sempre viveu no meio rural, olericultor, e sua transição para a agricultura orgânica foi decorrente do trabalho de técnicos na sua região.

Bom, de começo a gente tinha um projeto de associação de produtores de Rio Branco, onde eles levaram a gente mesmo a pensar diferente. Eu comecei na época em que a agricultura convencional dava mais (...) Eu fui influenciado pela Associação de Produtores, pelos técnicos (...) A gente desenvolveu um projeto e aqui na comunidade foi trabalhado bastante a agricultura orgânica. Daí mais por isso.

O fato de ser um agricultor familiar que sempre viveu no meio rural e de uma tradição agrícola convencional, a transição para um novo modelo teve a influência de fatores externos advindos das orientações dos técnicos. Apresenta-se aqui um ator fundamental para o desenvolvimento da agroecologia que é o agricultor familiar. Altieri (2012, p. 363) afirma e reconhece “a agricultura familiar camponesa como patrimônio ecológico

planetário” ou “a base social da agroecologia”. Sobre este tema estudos posteriores serão desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve estudo pode-se apontar algumas questões, tais como: as justificativas subjetivamente elaboradas pelos agricultores orgânicos estão relacionadas a valores éticos na dimensão do cuidado e respeito com a pessoa, com a saúde e demais formas de vida, e também uma alimentação mais saudável; também constatou-se a presença de sentimentos de cooperação, solidariedade com o outro; motivações relacionadas a um fim, como a construção de um projeto que sinaliza para uma outra relação com a natureza e outra forma de produzir os alimentos, em oposição ao pacote tecnológico da agricultura industrial. Outros estudos poderão ser desenvolvidos posteriormente, como por exemplo: Os dilemas da agricultura familiar no processo de transição para um modelo agroecológico na Região Metropolitana de Curitiba; A percepção dos consumidores agroecológicos sobre o processo de produção e alimentação; A questão saúde-doença relacionada tanto à alimentação como ao manuseio de agrotóxicos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científica para uma agricultura sustentável**. 3 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Expressão Popular – AS-PTA, 2012.

BALESTRIN, N.L. **Associação da Agricultura Orgânica do Paraná – AOPA: uma proposta em (re) construção**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2002.

BECKER, D.F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. **IN: BECKER, D.F. (org) Desenvolvimento Sustentável – Necessidade e/ou possibilidade?** EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 1999.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade – UFRGS, 2000.

GUIVANT, J.S.A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. **IN: VIOLA, E. et.al Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

LEFF, H. **Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PENTEADO, S.R. **Agricultura Orgânica**. Piracicaba: ESALG, 2001.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____ **Conceitos Básicos de Sociologia. Max Weber**. São Paulo: Centauro, 2005.

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL DE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA NA REGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA

Gabriela Reichert; Carolina Natel de Moura; Samantha Kauling;
Juliana Beal da Silva; Mariana Bonella Cunha
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
Engenharia Ambiental

Palavras-chave: Sistema de Gestão Ambiental, indústria alimentícia, ISO 14.000

1 INTRODUÇÃO

O escopo da gestão empresarial mudou significativamente nos últimos anos. A inclusão da gestão ambiental é uma resposta às novas leis ambientais e também da exigência do mercado consumidor, que atualmente preza pela responsabilidade ambiental dos produtos adquiridos.

Com base neste panorama, criaram-se normas técnicas para planos e sistemas de gestão ambiental, com a pretensão de certificar e padronizar as empresas.

No Brasil, a gestão ambiental é padronizada pela ISO 14.000 (ISO, 2004), que é um conjunto de normas voluntárias que podem ser aplicadas pelas empresas. Os Sistemas de Gestão Ambiental são orientados pela ISO 14.001:2004, o qual certifica as empresas que seguem os princípios básicos requeridos.

As organizações têm sofrido pressão crescente para administrar melhor a questão ambiental e por este motivo verifica-se um movimento de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (FRYXELL; SZETO, 2002), que podem ser definidos como ferramentas de identificação de problemas e soluções ambientais baseadas no conceito de melhoria contínua (PEROTTO et al., 2008).

O SGA (Sistema de Gestão Ambiental) tem como um de seus princípios, promover a melhoria contínua do desempenho ambiental na empresa, além de adequação à legislação. As etapas necessárias para a implantação do SGA são: política ambiental, planejamento, implementação e operação, verificação, ação corretiva e análise crítica.

A implantação de planos e sistemas de gestão ambiental requer um diagnóstico completo do empreendimento e propostas viáveis a serem adotadas. O diagnóstico ambiental é a base para uma boa gestão, além disso, outro ponto importante é que a metodologia esteja em constante evolução, juntamente com o desenvolvimento de tecnologias e atividades futuras do empreendimento, o que torna necessárias revisões e correções periódicas do sistema de gestão ambiental.

O objetivo principal deste trabalho foi elaborar um plano com base na ISO 14001:2004 (ISO, 2004) para solucionar os problemas ambientais de uma indústria alimentícia da Região Serrana de Santa Catarina, buscando aprimorar os processos produtivos, reduzir a emissão de resíduos, diminuir o consumo de recursos e matéria-prima e melhorar a qualidade ambiental.

2 Material e Métodos

A indústria alimentícia em análise refere-se ao setor de alimentos congelados de frango, no qual não possui abatedouro e opera com cortes de frango pré-congelados.

A primeira etapa do trabalho foi o reconhecimento *in loco* da área de estudo, com o objetivo de caracterizar os passivos ambientais da empresa. O levantamento de dados é parte essencial na elaboração de um sistema de gestão ambiental, o qual foi realizado a partir da aplicação de questionário ao responsável técnico, vistoria dos setores produtivos e análise de documentação ambiental.

Entre os pontos diagnosticados no levantamento de dados podem-se citar: porte da empresa, caráter da empresa (privada, pública, mista), produtos gerados e comercialização, tipos e quantidade de resíduos gerados, ações ambientais implementadas e certificações ambientais, técnicas de tratamento de resíduos etc.

Após a obtenção dos dados foi possível elaborar um plano e ações capazes de solucionar os problemas evidenciados na empresa em questão.

3 Resultados e Discussão

Com a quantificação de resíduos gerados nesta indústria de alimentos (Figura 1), pôde-se observar que os principais resíduos gerados são restos de frango (55%), lodo de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE (22%), madeira (5%), óleo vegetal (5%), lixo geral (administração, banheiros, área de alimentação etc) (4%) e outros de quantidade não significativa (resíduos eletroeletrônico, estopas, cozinha, ambulatório etc).

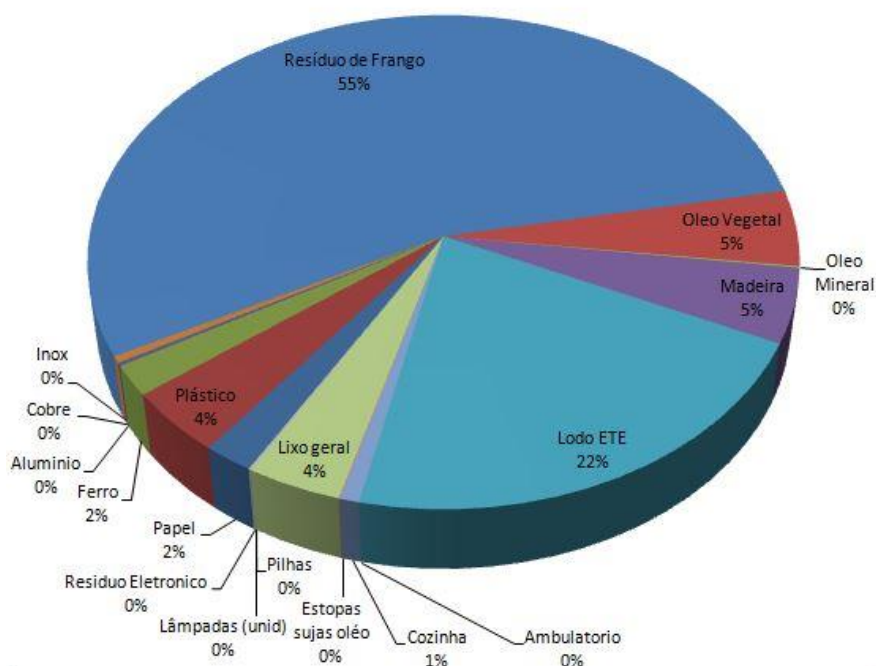


Figura 10 - Distribuição dos resíduos gerados em indústria de alimentos congelados da Região Serrana de Santa Catarina. Fonte: Os autores, 2015.

O levantamento de dados do processo produtivo indicou que a empresa faz a destinação adequada dos resíduos gerados, dos quais parte é encaminhada às empresas

terceirizadas com licenças atualizadas para a devida disposição ambiental e parte é gerenciada dentro da própria empresa.

Um passivo observado na empresa refere-se à destinação dos materiais constituídos de ferro e alumínio, os quais são enviados ao depósito de sucata do próprio estabelecimento com estruturas precárias. Estes são reaproveitados em situações de necessidade, como reposição de peças e manutenção de equipamentos. Contudo a disposição deveria ter sua estrutura revista quanto à impermeabilização do solo e proteção contra a chuva, pois esses materiais ficam a céu aberto.

Outra questão a se considerar são os efluentes líquidos provenientes da higienização da fábrica que têm altos teores de substâncias nocivas ao meio ambiente, como detergentes. Estes efluentes são enviados a um sistema de tratamento dentro da empresa, juntamente com os resíduos orgânicos. A técnica aplicada aos resíduos orgânicos e efluentes líquidos é o tratamento preliminar (peneiras, caixa de gordura, equalizador e flotor) e por fim o tratamento biológico de lodo ativado. O lodo proveniente da estação de tratamento é enviado diariamente à composteira existente na empresa.

Apesar do gerenciamento dos resíduos ser satisfatório, por cumprir com as obrigações legais, propõe-se a otimização da disposição final destes materiais de forma que a empresa diminua os custos da destinação e melhore a qualidade ambiental global.

3.1 Proposta de modelo de Sistema de Gestão Ambiental

A elaboração do Sistema de Gestão Ambiental foi realizada em conformidade com as normas exigidas pela ISO 14.001:2004, descrito a seguir.

3.1.1 Política Ambiental

Além de atender a requisitos legais, a empresa deve trabalhar com um planejamento estratégico que integre todos os setores da empresa, inclusive fornecedores e parceiros às questões ambientais.

Os princípios da empresa serão:

- a) Utilizar os recursos naturais de forma mais econômica e efetiva a partir de tecnologias sustentáveis;
- b) Reduzir ao máximo a geração de resíduos e efluentes;
- c) Identificar, controlar e monitorar os aspectos ambientais, reduzindo os riscos de contaminação ambiental;
- d) Promover a conscientização e sensibilização de funcionários e partes interessadas.

Os objetivos e metas apresentados na Política Ambiental deverão ser executados em prazo determinado, com monitoramento e melhoria contínua.

3.2 Programas Ambientais

Para a implementação do SGA, se faz necessário a adoção de programas ambientais que determinem estratégias, linhas de atuação e a descrição de responsabilidades que permitam à empresa alcançar os objetivos e metas ambientais definidos.

3.2.1 Programa de Educação Ambiental

O programa envolve o treinamento e capacitação de funcionários quanto à conscientização ambiental, instruindo-os ao uso sustentável de recursos naturais, como economia de água e redução nos gastos de energia.

3.2.2 Programa de Comunicação Social

Propõe interação com a comunidade e partes interessadas oferecendo informativos ambientais, cursos destinados à conscientização ambiental e disponibilização de informações sobre as atividades realizadas na empresa.

3.2.3 Programa para Avaliação de Eficiência de Equipamentos

As ações deverão promover a manutenção periódica dos equipamentos da indústria, troca de equipamentos por outros de maior eficiência e utilização de sensores de movimento que reduzirão gastos energéticos.

3.2.4 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Os resíduos recicláveis serão segregados em contentores cobertos e armazenados temporariamente em local específico até a coleta pela empresa de tratamento de resíduo conforme a classificação do resíduo segundo a NBR 10.004:2004 (ABNT, 2004b)

Os resíduos orgânicos serão encaminhados para estação de tratamento por Lodo Ativado da própria empresa e o lodo estabilizado deverá ser encaminhado para composteira.

Há uma grande quantidade de material compostado mensalmente, que possui valor econômico e poderá ser revertido em lucros para a empresa.

Os resíduos eletroeletrônicos como pilhas, baterias e materiais de computador serão encaminhados para logística reversa.

Os resíduos laboratoriais, de luvas e jalecos serão encaminhados a aterro industrial.

Resíduos de papel dos setores de escritório deverão ser reutilizados.

A ordem de prioridade na gestão de resíduos, de acordo com a Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, deverá ser a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

3.2.5 Programa de Gerenciamento de Resíduos Oleosos

Os óleos vegetais, minerais e os materiais provenientes da caixa de gordura do tratamento preliminar de resíduos orgânicos serão encaminhados a locais de reciclagem e reaproveitamento especializados. Os recipientes de armazenamento de resíduos oleosos dispostos no pátio da empresa devem ser alocados sobre material impermeável, a fim de evitar contaminação de solo e água, em casos de vazamento.

3.2.6 Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos

Os efluentes líquidos decorrentes da higienização da empresa e processo industrial serão enviados também ao tratamento por lodo ativado, que é uma das melhores opções de remoção de grande variedade de substâncias.

3.2.7 Programa de Melhoria no Aproveitamento de Água

Devido à grande quantidade de água utilizada na empresa, deve-se buscar fontes alternativas para o abastecimento interno. O sistema de aproveitamento engloba o reuso de água e a captação de água da chuva, o qual pode suprir as demandas para usos que não necessitam de água potável, tais como torneiras, descargas sanitárias, higienização das áreas externas entre outros.

Deve-se implantar sensores de movimento em torneiras de cozinha e sanitários da empresa, além de descargas ecológicas para a economia de água em vasos sanitários.

3.2.8 Programa de Gerenciamento de Energia

Os funcionários deverão ser instruídos à economia de energia em todos os setores da empresa, com sistema de recompensa para as metas atingidas.

A implantação de um sistema de sensores de movimento é uma alternativa para redução dos gastos energéticos nos setores da empresa.

3.3 Implantação, Operação, Verificação, Ação Corretiva e Análise Crítica

Na etapa de implantação e operação dos programas ambientais devem ser identificados os responsáveis por cada tarefa de acordo com os setores da empresa e, também um representante que tenha capacitação para responder às questões ambientais. Além disso, deverão ser definidos os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento do SGA.

Depois de implantados os programas ambientais, dever-se-á promover a verificação do sistema, a fim de identificar não-conformidades e propor ações corretivas em caso de falhas. São necessárias auditorias internas, realizadas no mínimo duas vezes ao ano, comparando o que foi planejado com a realidade da empresa. Os relatórios finais de auditoria serão utilizados na análise crítica pela alta administração, a fim de averiguar a eficiência do sistema e propor melhorias quando necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proposta de criação de um Sistema de Gestão Ambiental conforme a norma da ISO 14.001, verificou-se que a indústria alimentícia de frango pode alcançar benefícios econômicos, sociais e ambientais, como a redução da utilização da água, energia e outros insumos, redução de multas e penalidades por poluição, melhoria da imagem institucional, facilidade no mercado exterior, menos concorrência e uma redução de gastos com destinação de resíduos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos com orientações para uso**. ABNT NBR ISO 14401. 2ª edição, 2004a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Resíduos Sólidos - Classificação**. ABNT NBR 10.004. 2004b.

BRASIL. **Lei nº12.305**, de 2 de agosto de 2010. Brasília, DF: [s.n], 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 18 set. 2015

FRYXELL, G. E.; SZETO, A. The influence of motivations for seeking ISO 14001 certification: an empirical study of ISO 14001 certified facilities in Hong Kong. **Journal of Environmental Management**, v. 65, n. 3, p. 223-238, 2002.

PEROTTO, E. et al. Environmental performance, indicators and measurement uncertainty in EMS context: a case study. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 4, p. 517-530, 2008

ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EMPRESAS BRASILEIRAS DO SEGMENTO ENERGIA ELÉTRICA

Ricardo Lerche Eleutério
Mestre em Administração-UNIP
Nadia Wacila Hanania Vianna
Doutora em Administração,
Professora pesquisadora do Programa de Mestrado em Administração da UNIP

1 INTRODUÇÃO

O relatório da UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) de 2012 apresenta dados sobre a economia mundial em relação ao quanto esta sofreu com as consequências da crise de 2008, que se iniciou no mercado imobiliário norte americano. Pode-se ter uma dimensão dessa crise, quando se verifica que, no período 2007-2012, os países em desenvolvimento participaram do montante do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, com 74% e os países desenvolvidos participaram somente com 22% desse montante (UNCTAD, 2012).

O Brasil apresentou queda de 39% na saída de investimento direto estrangeiro no período estudado, enquanto no setor de eletricidade, gás e outras utilidades houve um crescimento 87%, conforme BCB (2015). O benefício da internacionalização é salientado por vários autores, como: Dunning (2001) que destaca os incentivos fiscais, a possibilidade de se pagar salários menores do que no país de origem, além de acesso a recursos naturais e *know-how*; Gallina, Fleury e Bulba (2005) que frisam o reconhecimento mundial, a flexibilização da produção de se deslocar com base na taxa de câmbio e o aumento do faturamento da empresa; e por Macadar (2009) que ressalta o ganho em conhecimento tecnológico.

Assim, a questão norteadora da pesquisa realizada foi: “as empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa (BM&F BOVESPA S/A - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS), internacionalizadas, tiveram desempenho diferenciado no período de 2010-2013, em relação às outras, não internacionalizadas?” Em vista do exposto, foi analisado o desempenho de empresas sob a perspectiva econômico-financeira, com base em índices e indicadores obtidos a partir de publicações divulgadas pelas próprias empresas.

Questões adicionais foram formuladas: quais foram as estratégias de entrada em novos mercados, adotadas pelas empresas internacionalizadas? Qual foi a motivação para o direcionamento ao cenário internacional?

Para essa pesquisa foram selecionadas empresas do setor de Utilidade Pública, do segmento Energia Elétrica, listadas na BM&FBovespa e que são empresas propulsoras do desenvolvimento do país, na medida em que fornecem energia para todos os setores da economia.

O sistema de energia elétrica brasileiro, desde 2004, é segmentado em três partes: Geração, Transmissão e Distribuição de energia. No ano de 2012 foi editada uma medida provisória nº 579, convertida em lei 12.783 em 11/01/2013, em que as transmissoras e geradoras conseguiriam renovar os contratos de concessão desde que seus preços fossem norteados pela agência reguladora (ANEEL, 2015). Isso fez com que as empresas geradoras que atuavam em um mercado competitivo passassem a ter os preços regulados, voltando ao controle do governo federal no setor de energia elétrica.

O objetivo geral do presente estudo foi, portanto, analisar se as empresas brasileiras do segmento energia elétrica, listadas na BM&FBovespa, que adotaram a estratégia de internacionalização, chegaram a um resultado econômico-financeiro diferenciado em relação às suas pares não internacionalizadas, no período 2010-2013. Quanto aos objetivos específicos, foram os seguintes: (i) Identificar dentro desse segmento as empresas de capital nacional; (ii) Identificar as empresas que se internacionalizaram; (iii) Conhecer o modo de entrada das empresas no cenário internacional; (iv) Conhecer o período em que mercados internacionais foram buscados; e (v) Levantar dados econômico-financeiros.

2 O SEGMENTO ENERGIA ELÉTRICA

Na BM&FBovespa há 64 empresas do segmento Energia Elétrica, das quais 14 são *holdings* (sendo 6 de capital nacional, 5 de capital estrangeiro, 1 em recuperação judicial, 1 em liquidação e 1 sem informações), 21 de capital estrangeiro e 29 de capital nacional. Desse modo, as empresas e *holdings* internacionalizadas são 5 (Alupar, Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Andrade Gutierrez Concessões - AGConcessões, Eletrobras e Eletropar) e as empresas e *holdings* não internacionalizadas são 30. As empresas internacionalizadas estudadas nesse trabalho foram a Alupar e a Cemig, porque têm o mesmo tempo de experiência internacional, pois se internacionalizaram no ano de 2007, participando do consórcio de concessão da Transchile. As empresas não internacionalizadas focalizadas no presente trabalho são 13 e constam da Tabela 1.

O segmento energia elétrica no Brasil tem 4.369 empreendimentos em operação para a produção de energia elétrica, que dispõe 136.776.897 kW de potência instalada; outros dados apresentados pela Aneel (2015) merecem destaque: estão em construção 183 usinas e mais 667 estão projetadas (ainda não iniciada a construção) o que aumentará em 40.537.795 kW a capacidade de geração de energia elétrica do País.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Indicadores financeiros

O desempenho econômico-financeiro possibilita fazer avaliação ampla sobre vários aspectos da empresa, e o aprofundamento da análise só será possível a partir de uma série de cálculos de indicadores contábeis, que são obtidos sobre a situação passada, atual ou futura (projeções) da empresa.

Os indicadores econômico-financeiros estão classificados em quatro grupos: rentabilidade, liquidez, endividamento e análise de ações (ASSAF NETO; LIMA, 2011; MATARAZZO, 2010). A literatura internacional pesquisada sob os temas internacionalização, desempenho econômico financeiro e energia elétrica revelou 17 índices e indicadores, dos quais foram selecionados para a presente pesquisa: (i) liquidez corrente; (ii) liquidez geral; (iii) composição do endividamento; (iv) endividamento; (v) participação de capitais de terceiros; (vi) giro do ativo; (vii) ROA (*Return On Assets*); (viii) ROE (*Return On Equity*); e (ix) margem líquida.

3.2 Internacionalização

Entende-se neste trabalho, a internacionalização “[...] como o envolvimento de uma empresa com o mercado de país diferente daquele onde se originou, ou seja, é uma estratégia seguida por empresas, objetivando a diversificação de mercados” (VIANNA;

PISCOPO; RYNGELBLUM, 2013, p.212). A internacionalização pode dar-se por meio de três modos distintos de entrada: (i) exportação; (ii) contratual – licenciamento, franquias, aliança contratual e acordos técnicos; e (iii) por investimento – *greenfield* (desde o início, com construção do parque industrial), aquisição de empresas ou fusão (ROCHA; ALMEIDA, 2006).

Sob o tema internacionalização de empresas foram formuladas teorias que procuraram explicar como e porque as empresas buscaram outros mercados para atuar. Dentre elas, citem-se as estratégicas (*Resource Based View – RBV* e comportamento estratégico), comportamentais (Escola de Uppsala e Networks), econômicas (Paradigma Eclético, Ciclo de Vida e Poder de Mercado) e *Born global*. A seguir será apresentada uma síntese de cada uma dessas teorias.

Quadro 1 – Teorias de internacionalização

<p>Econômica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paradigma Eclético (vantagens da localização, propriedade e internalização). - Ciclo de Vida (deslocamento de produção de um país desenvolvido para outro, em desenvolvimento, que possua fatores de produção mais baratos e receba o produto como inovador). - Poder de mercado (criação de barreiras de entrada a novos competidores).
<p>Estratégica</p> <ul style="list-style-type: none"> - O processo de internacionalização seguido pela empresa está alinhado à orientação estratégica, norteadora do seu plano estratégico, e às vantagens competitivas que a empresa possui.
<p>Born Global</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empresas com atuação global já no momento da abertura, ou em menos de cinco anos após a fundação.
<p>Comportamental</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escola de Uppsala (internacionalização gradual: primeiro a empresa exporta, depois estabelece algum tipo de aliança estratégica, faz aquisições, e com o conhecimento desse mercado pode chegar até à instalação de unidades próprias). - Networks (a empresa segue algum componente da sua rede de relacionamentos, que se internacionaliza).

Fontes: Johanson; Vahlne (1977; 2009); Dunning (2001); Rocha; Almeida (2006); Ribeiro; Oliveira Jr; Borini (2012). Elaborado pelos autores.

4 METODOLOGIA

Após a realização de pesquisa bibliográfica, buscou-se empresas listadas na BM&FBovespa (2013) que são classificadas em setores, ou em estágios similares da cadeia produtiva, mesmo tendo atividades diferentes. Foram selecionadas empresas para o estudo do setor de utilidade pública, do segmento energia elétrica.

Foi feita pesquisa descritiva documental de fonte primária, com documentos como objeto de investigação da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Inicialmente, foram utilizados dados retirados das demonstrações financeiras padronizadas (DFP) das empresas listadas na BM&FBovespa para identificar as empresas com maior parte do capital nacional brasileiro, e conhecer quais dessas empresas são internacionalizadas. Foram excluídas dessa análise as empresas em recuperação judicial e aquelas que estão com as negociações de suas ações suspensas em bolsa.

Foram analisadas empresas brasileiras, internacionalizadas, ou não, do segmento energia elétrica, com ações negociadas na BM&FBovespa no período 2010 – 2013. Foi considerado como desejável que as empresas internacionalizadas selecionadas para o estudo tivessem sido internacionalizadas em período semelhante, para que o tempo de experiência no mercado internacional não interferisse de modo substancial nos resultados.

Formulou-se a seguinte hipótese de pesquisa “empresas internacionalizadas do segmento apresentam no período, indicadores econômico-financeiros melhor avaliados em relação àqueles de empresas não internacionalizadas”.

Calculou-se quartis, para cada indicador e ano e considerou-se o posicionamento no intervalo quartílico dos índices das empresas selecionadas relativamente às demais amostradas do segmento. Também foi realizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney, para a diferença entre as médias de índices de empresas internacionalizadas e não internacionalizadas. Observe-se que esse teste foi escolhido porque não exige que as variáveis sigam distribuição normal.

Tomou-se por base o quartil, medida da estatística descritiva. Segundo Martins e Domingues (2011), quartis são medidas de posição, separatrizes de um conjunto de dados, ou seja, que separam de 25% em 25% a distribuição dos dados. Considerou-se como melhor posicionamento para indicadores de liquidez e rentabilidade resultado superior ao terceiro quartil (Q_3), e para os indicadores de endividamento resultado abaixo do primeiro (Q_1) quartil (CUNHA; MARTINS; ASSAF NETO, 2012).

Em seguida, foram estabelecidas notas avaliativas para cada intervalo de 25% da distribuição, sendo notas de 1 até 4, onde a nota 1 é considerada a pior nota e a nota 4 a melhor nota. Esse procedimento de avaliação foi adaptado de Matarazzo (2010), e conforme a interpretação que deve ser dada ao índice, aquele que recaiu no primeiro intervalo quartílico (inferior a Q_1) recebeu nota 1 (para índices de liquidez e rentabilidade) ou 4 (para índices de endividamento) e, inversamente, aquele que recaiu no quarto intervalo quartílico (superior a Q_3) recebeu nota 4 (para índices de liquidez e rentabilidade) ou 1 (para índices de endividamento).

5 RESULTADOS

Embora não tenham sido colhidas todas as informações buscadas sobre o processo de internacionalização das empresas, é possível considerar que a conquista de melhor retorno financeiro para as empresas, em relação ao mercado interno foi a motivação para internacionalizar, o que é salientado pela teoria econômica (o paradigma eclético, DUNNING, 2001), dadas as vantagens econômicas encontradas no Chile, visto que a regulamentação vigente no país, possibilita aos investidores a captação de recursos no mundo, em dólar, com taxa de juros mais baixa, e consequente possibilidade de melhora no retorno financeiro.

Após o cálculo dos indicadores econômico-financeiros de cada empresa, cálculo dos quartis e atribuição das notas avaliativas para cada intervalo quartílico pode-se verificar que a Alupar e a Cemig estiveram entre as empresas com maior pontuação em todos os anos. A Alupar foi classificada em 2º em 2010, em 1º em 2011, em 2º em 2013 e em 3º em 2013, já a Cemig foi classificada em 4º, 3º, 3º e 2º, respectivamente. Apenas a Taesa, não internacionalizada obteve avaliação superior às internacionalizadas no período, ou seja, as empresas Alupar e Cemig apresentaram indicadores melhor avaliados em relação a 12 das 13 empresas não internacionalizadas estudadas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado da avaliação

	2010	2011	2012	2013
Alupar	32	31	33	30
Cemig	27	28	30	31
CEB	17	18	21	13
CEEE-D	13	18	13	10
CEEE-G	25	25	29	25
Celesc	24	23	16	25
Celgpar	18	18	16	22
Cesp	22	25	28	26
Copel	27	29	33	27
CPFL	26	27	25	25
Emae	23	24	27	32
Equatorial	29	27	16	24
Light	23	21	23	25
Renova	29	23	25	18
Taesá	35	29	34	35

Fonte: Elaborado pelos autores.

Testou-se a hipótese de que as amostras de empresas internacionalizadas e não internacionalizadas tenham sido provenientes de populações com médias iguais no que tange a cada índice, por meio do teste não paramétrico de Mann-Whitney, de acordo com Martins e Domingues (2011), com base nos dados do período 2010-2013. Observe-se que esse teste foi escolhido porque não exige que as variáveis sigam distribuição normal. Obteve-se, ao nível de significância de 5%, que apenas há diferença entre as médias de empresas internacionalizadas e não internacionalizadas no que tange aos índices de rentabilidade, isto é, para ROA ($p=0,0037$), ROE ($p=0,00001$), Margem líquida ($p=0,0084$) e Margem operacional ($p=0,00032$). Cabe notar que a quantidade de empresas internacionalizadas estudada impossibilitou a realização desse teste para o estabelecimento de comparações entre médias anuais dos dois grupos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas internacionalizadas alcançaram resultados que as posicionam entre as melhores, em termos do conjunto de índices econômico-financeiros adotado, ficando situadas entre as primeiras colocações da avaliação estabelecida. Pode-se verificar a partir da Tabela 1, que Alupar e Cemig ficaram aquém apenas da não internacionalizada Taesa. As empresas internacionalizadas, notadamente a Alupar, apresentaram resultados econômico-financeiros que vão ao encontro de Gallina, Fleury e Bulba (2005), pois houve aumento no lucro líquido das empresas após a internacionalização.

É necessário destacar que inferências para o segmento energia elétrica não podem ser efetuadas a partir dos resultados da presente pesquisa, porque a amostra utilizada não seguiu critério probabilístico. Limitação adicional do estudo está relacionada à escolha dos indicadores econômico-financeiros empregados na análise, pois resultados poderiam ser diferentes com outra seleção de índices.

Futuros estudos, voltados para outros segmentos de empresas podem ser conduzidos de forma semelhante com a inclusão de indicadores e análise de dados com base em mais informações específicas de cada empresa.

REFERÊNCIAS

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, disponível em www.aneel.gov.br acesso em 30 mar 2015.

BCB **Banco Central do Brasil**, disponível em <www.bcb.gov.br/?SERIEFIND>, acesso em 18 mai 2015.

CUNHA, M. F.; MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. A Finalidade da Avaliação de Empresas, no Brasil, Apresenta Viés?: Evidências empíricas sob o ponto de vista do desempenho econômico-financeiro. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 3, p. 15-47, 2012.

DUNNING, J. H., The Eclectic (OLI) Paradigm of international production: past, present and future. **International journal of the economics of business**, v. 8, n. 2, p. 173-190, 2001.

GALLINA, R.; FLEURY, A. C. C.; BULBA, A. E., O Processo de Internacionalização de Uma Empresa Brasileira do Setor de Autopeças. In: **XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestion Tecnológica - ALTEC 2005**, 2005, Salvador, 2005.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J-E. The Uppsala internationalization process model revisited: From liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, v. 40, p.1411 – 1431, 2009. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/197134746/13A67519EE5196EBA5C/1?accountid=14643>>. Acesso em: 30 mai 2010.

_____. The internationalization process of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies**, v.8, p.23-32, 1977. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/197407744/13A674B4CFD22376471/1?accountid=14643> Acesso em: 20 jun 2009.

MACADAR, B. M. A internacionalização de grandes empresas brasileiras e as experiências do Grupo Gerdau e da Marcopolo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 7-34, mai. 2009.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2011.

MATARAZZO, D. C., **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, F.F; OLIVEIRA Jr., M. M.; BORINI, F. M., Internacionalização Acelerada de Empresas de Base Tecnológica: o Caso das *Born Globals* Brasileiras, **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, art. 6, p.866-888, Nov./Dez. 2012

ROCHA, A.; ALMEIDA, V. Estratégias de entrada e de operações em mercados internacionais. In: TANURE, B.; DUARTE, R. G. (Org.), **Gestão Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

UNCTAD. **Trade and Development Report, 2012**: Policies for Inclusive and Balance Growth. New York: United Nations, 2012. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2012_en.pdf> Acesso em 15 nov 2013.

VIANNA, N.W.H.; PISCOPO, M.R.; RYNGELBLUM, A.L. Internacionalização da pequena e média empresa brasileira: o caso da indústria de máquinas-ferramenta. **Revista Base**, v. 10, p. 210-223.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA KANBAN PARA REDUÇÃO DE ESTOQUE NO SETOR DE PRODUÇÃO DE ESPUMA: UM ESTUDO DE CASO

Dr. Cesar Augusto Della Piazza; Francisco Carlos de Menezes Junior;
Gildo Samuel Pereira; Maira dos Santos de Oliveira;
Marcelo Quesada Peres; Nicole Assunção Costa;
Silvana Silva de Moraes; Luis Fernando Quintino, Wesley Barbosa.
Faculdade Carlos Drummond de Andrade - FCDA

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade relatar a experiência com uma empresa multinacional que atua na produção e comercialização de tecidos automotivos, onde foi implementado em duas áreas piloto o sistema Kanban. Esse sistema que visa a total eliminação de desperdícios de tempo e produto, alcançando assim flexibilidades, podendo atender pedidos a qualquer momento em pequenas ou grandes quantidades. A implementação desse sistema na empresa veio da necessidade de melhorar o desempenho do PCP (Planejamento e Controle de Produção) e melhoria do estoque, lembrando que o estoque deve ser gerenciado para deixar o setor organizado, facilitando o trabalho das áreas, pois caso não tenha uma boa gerência, administração, pode-se ter acúmulo de material desnecessário ou o inverso como a falta de produtos pode gerar turbulências dentro da empresa. Para tal necessidade a empresa trabalhou com uma equipe que mal conheciam sobre o kanban, porém, mostraram interesse em aprender e ajudar com os conhecimentos diários da empresa, agregando valores a si mesmos.

Palavras chave: Sistema Toyota de Produção, estoque, kanban.

1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A empresa estudada inicia em 1976 na cidade de Diadema/SP. Em 1996 foi celebrado joint venture (acordo de cooperação tecnológica, com o grupo alemão e centralizou sua produção, transferindo suas unidades para a cidade de Poá).

A partir daí a empresa passou a produzir tecidos automotivos, confeccionados, tecidos industriais e espumas, produtos que são vendidos para atender o mercado nacional e internacional.

O Grupo estudado é uma empresa multinacional que atua na produção e comercialização de tecidos automotivos, buscando um contínuo trabalho de inovação e qualidade, implicando em qualidade do produto, processos e data de entrega, ou seja, focada em tudo o que agrega valor aos olhos do cliente. Desta forma foi elaborado um sistema kanban para o controle de estoque de um determinado produto da empresa com o objetivo de expansão para novos produtos.

Para o início da implantação do sistema kanban foram selecionados alguns produtos para a avaliação, a partir deles foram levantados dados e desenvolvidos estudos com base na aplicação da teoria estudada. Foram levantados os produtos produzidos em maior volume e de maior importância para a empresa.

Depois dos dados terem sido coletados a primeira etapa, foi à classificação dos produtos escolhidos conforme classificação ABC e o que a empresa classificou como produto problema para servir de piloto e após isso uma expansão para os demais produtos.

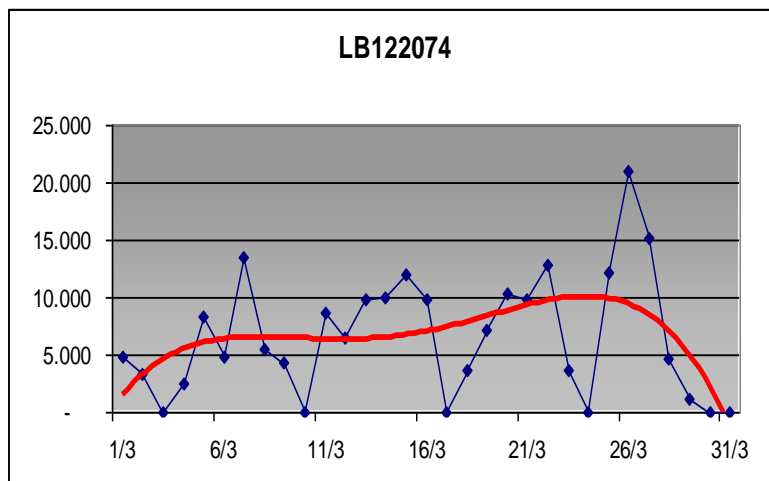
Analisando os resultados estatísticos obtidos através da curva ABC da demanda e dos produtos que a empresa julgou como produtos importantes para a implantação do sistema kanban, pode-se observar (tabela 1) os picos de demanda diárias e suas flutuações onde geram dificuldades para administração dos estoques e das programações, observa-se também que alguns produtos não serão adequados à aplicação do kanban neste período de implantação.

Tabela1: Demanda de produtos

Código LB122074		Código LB122074F102		Código LB122101	
Data	TOTAL Produto	Data	TOTAL Produto	Data	TOTAL Produto
1/mar	4.770	1/mar	-	1/mar	515
2/mar	3.260	2/mar	-	2/mar	-
3/mar	-	3/mar	-	3/mar	-
4/mar	2.460	4/mar	-	4/mar	1.995
5/mar	8.350	5/mar	-	5/mar	3.880
6/mar	4.880	6/mar	500	6/mar	-
7/mar	13.470	7/mar	665	7/mar	-
8/mar	5.495	8/mar	-	8/mar	-
9/mar	4.270	9/mar	-	9/mar	-
10/mar	-	10/mar	-	10/mar	-
11/mar	8.585	11/mar	-	11/mar	-
12/mar	6.526	12/mar	-	12/mar	2.015
13/mar	9.804	13/mar	-	13/mar	1.510
14/mar	10.010	14/mar	-	14/mar	-
15/mar	11.950	15/mar	-	15/mar	1.375
16/mar	9.915	16/mar	-	16/mar	920
17/mar	-	17/mar	-	17/mar	-
18/mar	3.660	18/mar	-	18/mar	-
19/mar	7.170	19/mar	-	19/mar	-
20/mar	10.345	20/mar	-	20/mar	3.205
21/mar	9.825	21/mar	-	21/mar	-
22/mar	12.850	22/mar	-	22/mar	-
23/mar	3.630	23/mar	1.000	23/mar	910
24/mar	-	24/mar	-	24/mar	-
25/mar	12.225	25/mar	-	25/mar	-
26/mar	21.060	26/mar	-	26/mar	1.060
27/mar	15.145	27/mar	-	27/mar	-
28/mar	4.690	28/mar	-	28/mar	1.355
29/mar	1.230	29/mar	-	29/mar	-
30/mar	-	30/mar	-	30/mar	-
31/mar	-	31/mar	-	31/mar	-

Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 1: Análise da demanda



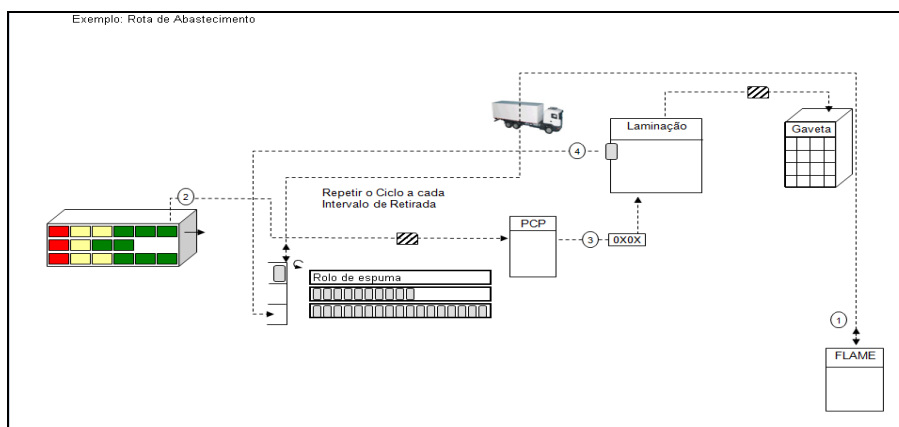
Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 2: Análise para determinar lote

Tempo reposição	1	dias	Ciclo	7.854	m
Média diária	7.854	m	Pulmão	7.951	m
1 σ	3.976	m	Segurança	982	m
Pulmão	2	σ	Máximo	16.787	m
Segurança	3	h			

Fonte: Elaborada pelos autores

Figura 2 - Movimentação dos produtos



Fonte: Elaborada pelos autores

Figura 4: Estoque antes do kanban

Fonte: Elaborada pelos autores

Figura 5: Estoque depois do kanban

Fonte: Elaborada pelos autores

2. CONCLUSÃO

Com a implementação do sistema kanban na empresa estudada, mostrou-se uma ferramenta simples e de baixo custo e que traz resultados, pois o objetivo é agregar valor ao gerenciamento da produção, a qual proporciona controle e redução de estoque em processo e organização, pois não leva a produção de material em excesso ocupando espaço e gerando movimentações desnecessárias, possibilitou maior segurança aos colaboradores, uma melhor aplicação dos recursos financeiros, padronização no abastecimento, melhoria na qualidade do atendimento, facilidade de utilização pelos usuários, qualidade no produto.

3. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. de F.; PEINADO, J. **Compreendendo o Kanban: Um ensino interativo ilustrado**. Disponível em <www.edu.br> .Acesso em 02 de maio de 2015
- CONSUL, F. B; WERNER, L. **Avaliação de técnicas de previsão de demanda utilizadas por um software de gerenciamento de estoques no setor farmacêutico**. Abrepe, São Carlos, SP: 2010.
- ESTIVALLET, C. M. et. al. **Análise estratégica para aumento no giro de estoque em fabricação metal-mecânica**. Abrepe, Porto Alegre, RS: 2005.
- GHINATO, P. **Sistema Toyota de produção: mais do que simplesmente Just-in-Time**. *Prod.* [online]. 1995, vol.5, n.2, pp. 169-189. ISSN 0103-6513.
- GUIMARÃES, A. M. C. **Aplicabilidade da previsão da demanda na gestão da cadeia de suprimento: um estudo de caso**. Abrepe, Salvador, BA: 2009.
- MARCONI, Maria de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, V. B et. al. **Identificação de perdas através da mentalidade do sistema Toyota de Produção: estudo de caso em uma cervejaria artesanal**. Abrepe, Belo Horizonte, MG: 2011. Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção: Além da Produção em Grande Escala.** Bookman Companhia Editora Ltda.1996.

OLIVEIRA, C. A. **Implementação do sistema Kanban de programação de produção no setor de sub-montagem (tubos e soldas) de uma empresa de metalurgia.** RJ: 2009. Disponível em <www.ufrj.com.br> Acesso em 13 de abril de 2015

PANZUTO, N. da S.; RODRIGUES, P. C. C. **Um estudo de caso sobre a gestão de estoques em uma pequena empresa.** Abrepo, São Carlos, SP: 2010.

RUSCHEL, P. L. et. al. **Previsão da demanda de novos produtos: aplicação integrada de métodos qualitativos e quantitativos.** Abrepo. Foz do Iguaçu, PR: 2007.

SANTOS, E. B. et. al. **Análise da utilização de ferramentas de gestão de estoque em uma empresa produtora de bebidas, como auxílio à gestão da logística de materiais em um cenário de demanda variável.** Abrepo. Bento Gonçalves: RS: 2012.

SHINGO, S. **O Sistema Toyota de Produção do ponto de vista da Engenharia de Produção.** 2. Ed. Porto Alegre- RS. Bookman 1996.

SLACK, N. et. al. **Administração da Produção.** São Paulo: Atlas, 1996.

SMALLEY, A. **Conectando a Montagem aos Processos em Lotes através de Sistemas Puxados Básicos.** 2006. Disponível em <www.lean.org.br> Acesso em 13 de abril de 2015.

SPEAR, Steven; B, H. K. **Decodificando o DNA do Sistema Toyota de Produção.** 1999. Disponível em < www.etefernandoprestes.com.br> Acesso em 18 de maio de 2015.

VELOSO, C. E. F. **Uma proposta de aplicação do Kanban no controle de estoque de uma empresa comercial de pequeno porte.** 2006. Disponível em <www.fateczl.edu.br>Acesso em 13 de abril de 2015.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A DIFUSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO ÂMBITO DA EAD NO TERRITÓRIO PARANAENSE

Alceli Ribeiro Alves:

UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Geógrafo, professora de cursos de graduação

Renata Adriana Garbossa:

Geógrafa, coordenadora do curso de Licenciatura em Geografia.

Palavras-chave: inovação, tecnologia, geografia, território, EaD.

INTRODUÇÃO

A EaD (Educação a Distância) é uma realidade que vem se difundindo no território brasileiro, abrangendo pequenas, médias e grandes cidades. É fato que o surgimento e desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação ocorridas nas últimas décadas vêm reduzindo relativamente as distâncias entre os lugares; facilitando as interações entre os indivíduos, e intensificando o processo de compressão do tempo-espaço (HARVEY, 2010, p.240).

Nesse sentido, poderíamos lançar a hipótese de que a Geografia, ou ainda, as relações no espaço geográfico poderiam estar perdendo sua relevância na medida em que essas tecnologias se difundem pelo território e reduzem as distâncias. Mas, obviamente, essa hipótese não poderia ser defendida sem muitos questionamentos. Ainda que as tecnologias tenham possibilitado a redução das distâncias, as “coisas” ainda ocorrem no espaço geográfico. Em outras palavras, tudo acontece e pode ser localizado no espaço geográfico, ainda que as tecnologias, sobretudo na EaD, possam nos transmitir a sensação de que vivemos em uma sociedade ou em um mundo que é totalmente *spaceless*.

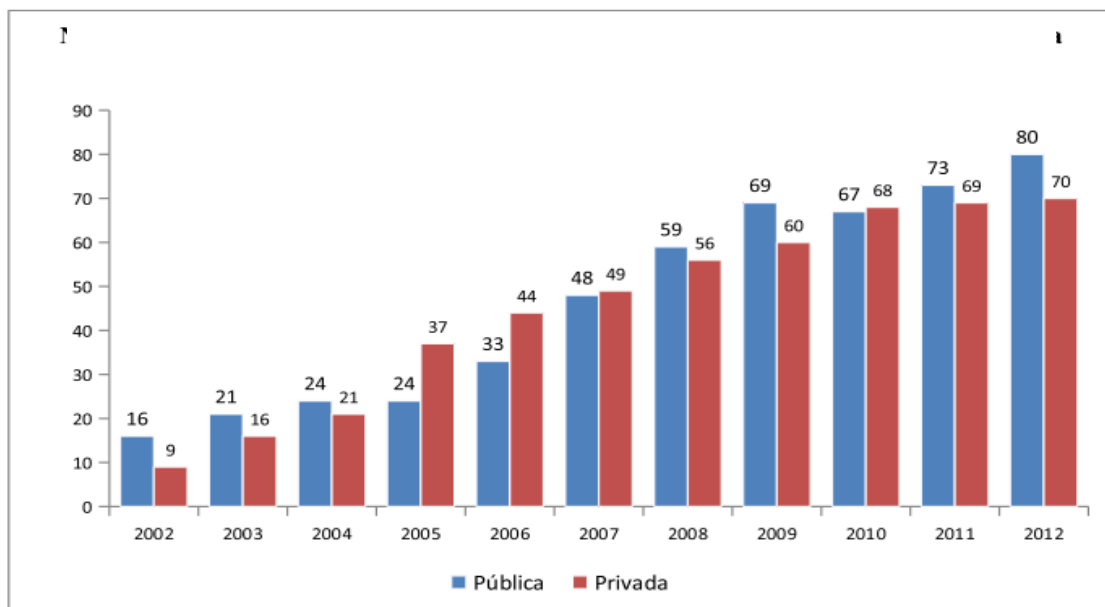
Contudo, nosso objetivo neste trabalho não consiste em discutir esse argumento, apesar de sua relevância. Cabe ressaltar, porém, que a implementação de sucessivas inovações na educação brasileira, incluindo-se, portanto, a implementação e difusão da EaD, pode, e acredita-se, vêm criando possibilidades para que diversos indivíduos possam ter acesso ao Ensino Superior e que, concomitantemente, tais inovações podem estar melhorando as perspectivas de desenvolvimento econômico e social nas localidades inseridas nessa dinâmica contemporânea.

Logo, com base nesse amplo contexto que envolve aspectos da economia, da educação, das tecnologias, e do espaço geográfico, o objeto de estudo neste trabalho consiste na análise da formação de professores de Geografia por meio da EaD. De um modo geral, estamos interessados na oferta de cursos de licenciatura em Geografia nas diversas unidades federativas contidas no território brasileiro. Contudo, neste trabalho dedicamos particular atenção à análise inicial das IES (Instituições de Ensino Superior) que ofertam o curso de licenciatura em Geografia no território paranaense e à análise da localização dessas IES dentro desse território.

A escolha dessa temática é relevante por diversos motivos. A abertura de um novo e relevante nicho de mercado com a introdução e difusão da EaD no Brasil é um deles. Mas, se tratamos da educação (em suas diversas modalidades) como uma fatia de mercado,

devemos estar cientes de que estamos adentrando em uma arena de discussões um tanto quanto questionável e complexa. Outra justificativa importante consiste no aumento significativo no número de IES que passaram a ofertar cursos de graduação na modalidade EaD no Brasil após a década de 2000, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: Número de Instituições de Educação Superior de Graduação a Distância por categoria administrativa- Brasil 2002-2012.



Fonte: Elaborado por Daniela da C. B. P. Lima, com base em dados do MEC/INEP.

De acordo com os dados da figura, o número de IES credenciadas para oferta de cursos na EaD aumentou tanto entre as IES do sistema público de ensino, como do sistema privado. Isso nos permite questionar não apenas sobre a quantidade de cursos de licenciatura em Geografia que passaram a existir nos últimos anos, mas também sobre a qualidade desses cursos e as implicações para os indivíduos e lugares envolvidos. Assim, essas são algumas das questões que procuramos, ao menos parcialmente, responder na próxima seção. Porém, antes de iniciarmos as discussões envolvendo os objetivos aqui propostos, precisamos fazer algumas considerações de ordem conceitual, teórica e metodológica.

Essas considerações são fundamentais, pois não há como deixarmos de tratar dos assuntos aqui analisados sem antes buscarmos estabelecer um cenário inicial que nos permita responder as questões propostas neste trabalho sob uma perspectiva que valoriza a dimensão espacial das relações na EaD, ou seja, uma perspectiva geográfica. Assim sendo, essas serão também algumas das tarefas a serem realizadas na seção seguinte.

Inovação tecnológica, EaD e difusão dos cursos de Licenciatura em Geografia no território paranaense.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho consiste de pesquisa bibliográfica e documental. No que diz respeito ao repertório conceitual, três conceitos importantes são utilizados na análise, a saber: inovação tecnológica, território e poder. O conceito de poder utilizado neste trabalho faz uso das ideias e reflexões de Foucault. Para Foucault (2008b, p.4), “o poder não é, justamente, urna substância, um fluído, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente (...) é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o poder”.

Poder, este, que pode ser caracterizado pelo controle dos fluxos, das relações, da circulação, e por que não dizer, das tecnologias e procedimentos que envolvem os agentes no espaço e também da organização do próprio espaço. Dessa forma, poderíamos pensar, por exemplo, no controle de um espaço que pode ser delimitado por relações de poder, barganha e influencia, tais como o espaço conquistado por uma empresa, um Estado, um grupo de indivíduos, etc.

Segundo Foucault, o poder pode ser definido ainda “por sua onipotência, pela riqueza e por todo o fulgor dos símbolos de que se cerca. (...), pela possibilidade de conquistar e por todo o conjunto dos territórios, riquezas, etc., que terá acumulado” (FOUCAULT, 2008b, p.169). Assim, é possível pensar na noção de poder associada às diversas dimensões que envolvem o conceito de território.

O conceito de território utilizado neste trabalho possui duas dimensões distintas, uma dimensão econômica e uma dimensão política. Sob o ponto de vista da dimensão política, território diz respeito às unidades territoriais como países, estados, províncias, cidades, ou economias regionais, que possuem “caráter jurídico-político” (HAESBAERT, 2009 p.40). No âmbito dessa primeira dimensão, território se refere ao território paranaense, como um espaço político-administrativo no qual as IES (Instituições de Ensino Superior) estão localizadas e realizam as suas atividades ou funções dentro do sistema da EaD.

No que concerne à dimensão econômica, território se refere ao território das IES, ou seja, à dimensão espacial das relações econômicas que envolvem as IES e os diversos agentes conectados à rede de relações estabelecidas com as IES. Aqui, o conceito de território, na sua dimensão econômica, também se relaciona com aquele utilizado por Firkowski (2007, p.50), que o considera como “uma porção do espaço marcado pela presença da empresa”, onde a localização da empresa e os *linkages* estabelecidos entre ela e seus parceiros constituem um mesmo território.

Como nosso trabalho envolve a compreensão de uma visão sistêmica da inovação, faz-se necessário entender a definição desse termo não apenas em suas acepções mais comuns, mas também no amplo contexto da difusão da EaD no espaço geográfico. Nesse contexto, torna-se fundamental trazermos as ideias de Joseph Schumpeter para nos auxiliar nessa compreensão. Para Schumpeter (1942) existem diversas maneiras pelas quais os empreendedores podem realizar inovações tecnológicas. Dentre essas, podemos citar “a exploração de uma invenção; a utilização de novas fontes de materiais; a reorganização de uma indústria, a produção de novos produtos” (SCHUMPETER, 1942, p.135); a implementação de novos processos e tecnologias, etc.

A EaD certamente sofreu algumas dessas inovações, sobretudo com a introdução de plataformas ou sistemas virtuais que permitem o ensino e a aprendizagem. O AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) é um exemplo bastante interessante e comum desse

tipo de inovação na EaD, e que permite que alunos e professores possam interagir a distância, através de fóruns, Rádioweb, chat, tutorias, videoaulas, e-mails, etc.

Dessa forma, podemos considerar todo o sistema da EaD como um conjunto de fixos e fluxos. Os fixos podem ser considerados como “coisas fixas ou estruturas fixas presentes nos territórios” (SANTOS, 1997, p.77). As sedes (ex: administrativas, operacionais, corporativas, etc.) das IES; os polos das IES e até mesmo as residências e locais de trabalho dos alunos (as) são representantes da presença dos fixos em nossa análise.

Já os fluxos indicam movimento e interação, tais como no fluxo de informações; na circulação e troca de comunicações; na difusão de técnicas e tecnologias entre os agentes envolvidos com a EaD, etc. Por todo esse sistema, é possível imaginar, há a tentativa de controle ou apropriação do poder ou, ainda, a necessidade de difusão do poder para que as tarefas sejam adequadamente distribuídas e as funções melhor desempenhadas.

É interessante notar que as inovações no âmbito da EaD não devem ser simplesmente admitidas como fenômenos que revelam a mera introdução de novas máquinas e equipamentos ou ainda a difusão de técnicas e tecnologias em diferentes lugares. Certamente essas inovações têm muito a ver com a capacidade que a mente humana tem de pensar e com as competências e habilidades desenvolvidas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, que os permitem, portanto, agirem no espaço de forma a produzi-lo e transformá-lo.

Conforme as palavras de Foucault, “se inovação existe, isto é, se se encontram coisas novas, se se descobrem novas formas de produtividade, se se fazem invenções de tipo tecnológico, tudo isso nada mais é que a renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem” (FOUCAULT, 2008a, p.318).

Agora que já realizamos as devidas considerações conceituais, teóricas e metodológicas, e analisamos as inovações tecnológicas pertinentes ao contexto da EaD, podemos nos dedicar agora, ainda de que forma sucinta, à análise das instituições de Educação Superior que ofertam o curso de Licenciatura em geografia na modalidade EaD no Estado do Paraná.

No site do e-MEC é possível verificar que existem, no Estado do Paraná, onze instituições que ofertam o curso de licenciatura em Geografia na modalidade EaD (tabela 1). A oferta do curso de licenciatura em Geografia por parte dessas instituições abrange cerca de cento e cinquenta e sete municípios dentro do Estado, e apenas duas das instituições mostradas na tabela 1 não ofertam o curso na capital do Estado, ou seja, no município de Curitiba.

Uma dessas instituições é a UEPG, que possui polos em Bituruna, Jacarezinho-PR, Flor da Serra do Sul-PR, São Mateus do Sul-PR, e Bela Vista do Paraíso-PR. O curso de licenciatura em Geografia nesta instituição tem a duração de oito semestres e possui a carga horária de 3345 horas, além das horas de atividades extracurriculares. Já a outra instituição, trata-se da Universidade Cruzeiro do Sul, que possui um polo na cidade de Londrina.

TABELA 1- Instituições de Educação Superior que ofertam o curso de Licenciatura em geografia na modalidade EaD no Estado do Paraná.

N.	Instituição	Sigla
1	Centro Universitário Claretiano	CEUCLAR
2	Centro Universitário de Maringá-UNICESUMAR	UNICESUMAR
3	Centro Universitário Internacional-UNINTER	UNINTER
4	Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI
5	Universidade Anhanguera- UNIDERP	UNIDERP
6	Universidade Cruzeiro do Sul- UNICSUL	UNICSUL
7	Universidade de Uberaba	UNIUBE
8	Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG
9	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA
10	Universidade Norte do Paraná	UNOPAR
11	Universidade Paulista	UNIP

FONTE: Elaborado pelo autor com base em dados do e-MEC.

É interessante notar, porém, que, de acordo com o site do curso de Licenciatura em geografia da Universidade Cruzeiro do Sul, o curso de licenciatura em Geografia nessa IES tem duração de apenas dois semestres, o que nos permitiria elaborar algumas hipóteses relacionadas à duração, e por que não dizer, à qualidade dos cursos que se propõem a promover a formação dos professores de Geografia na modalidade EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propomos a analisar, dentre outras coisas, as IES que ofertam o curso de licenciatura em Geografia no território paranaense e a localização dessas IES dentro desse território. Para tanto, estabelecemos inicialmente um repertório teórico-conceitual e metodológico que pudesse nos auxiliar durante as análises a serem conduzidas.

De acordo com os dados e informações aqui analisados, percebemos que existe um número significativo de IES que ofertam o curso na modalidade EaD no território paranaense. Algumas dessas IES já vêm consolidando seus nomes dentro deste território há alguns anos, já outras, poderíamos assumir, não são tão conhecidas pela população paranaense.

Verificamos também que existe(m) IES que ofertam o curso de licenciatura em Geografia com um tempo de duração bastante limitado, o que nos estimula a buscar entender um pouco não apenas sobre os aspectos quantitativos da difusão da EaD no Brasil, mas também qualitativos, sobretudo no que concerne a formação dos professores de Geografia na modalidade EaD.

Infelizmente, devido ao limitado escopo deste trabalho, não avançamos muito no que concerne a localização das IES no território paranaense e brasileiro de um modo geral. A

localização e ação de cada IES aqui apresentada também mereceria maior destaque, portanto, essas seriam análises fundamentais a serem conduzidas em trabalhos futuros.

Da mesma forma, em trabalhos futuros é possível se pensar em expandir a análise aqui conduzida, no sentido de tentar identificar e compreender as inovações radicais e/ou incrementais que ocorrem no âmbito da EaD. Essas inovações certamente mostrariam em que direção caminha a EaD no Brasil e que implicações isso teria para as empresas e instituições e, obviamente, para a educação de um modo geral e para os cursos de licenciatura em geografia, em particular.

Por último, mas não menos importante, caberia ainda uma análise mais detalhada acerca do território e da territorialidade de cada IES não apenas em unidades federativas específicas, mas também no território nacional como um todo. Essa não é uma tarefa trivial. Analisar o território e a territorialidade das IES nos permite compreender não apenas a localização das IES no território nacional, mas também a fatia de mercado; o raio de ação ou a centralidade, conforme alguém se proponha a definir, que uma IES/empresa detém no amplo espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

FIRKOWSKI, Olga, L.C. de F. A dimensão espacial da implantação da indústria automobilística no aglomerado metropolitano de Curitiba. In: ARAUJO, Silvia Maria de. (Org.). **Trabalho e Capital em Trânsito: a indústria automobilística no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, D. (1989). **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**, Oxford, Blackwell.

LIMA, Daniela da C. B. P. **Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1142.3 Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade- Educação a distância na educação superior**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16511-produto-02-estudo-processo&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 set. 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHUMPETER, J. **Can capitalism survive?** New York: Harper & Row, 1942

UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Disponível em:

https://ead.uepg.br/apl/curso_polo/index.php?page=CursoPerfil&ent=18 Acesso em: 14 out. 2015.

UNICSUL (Universidade Cruzeiro do Sul) Disponível em:

http://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/curso-detalle/formprofesgeogsem/centro-de-educacao-integrada-em-odontologia-integrade/?utm_campaign=undefined&utm_content=undefined&utm_cpc=undefined&utm_medium=undefined&utm_source=undefined&utm_search=undefined&utm_idcct=undefined Acesso em: 14 out. 2015.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

PROGRAMA DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA EM UM BAR E RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Gabriela Reichert; Carolina Natel de Moura; Samantha Kauling;
Juliana Beal da Silva; Mariana Bonella Cunha
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
Engenharia Ambiental

Palavras-chave: Produção Mais Limpa, avaliação ambiental, restaurante, desenvolvimento sustentável

1 INTRODUÇÃO

A crescente conscientização sobre a importância da proteção ambiental e dos possíveis impactos associados às empresas e indústrias têm aumentado o interesse no desenvolvimento de métodos para melhor compreender e diminuir estes impactos.

As estratégias preventivas de gestão ambiental e práticas têm se expandido muito rapidamente desde a década de 80, sendo que atualmente a percepção ambiental está num estágio da prevenção em vez de remediação, com atitudes proativas, desenvolvimento de tecnologias limpas e análise de ciclo de vida. Neste contexto, a Produção Mais Limpa (PML) se encaixa como alternativa na melhoria da qualidade ambiental de empreendimentos.

A Produção Mais Limpa considera a variável ambiental em todos os níveis da empresa, como por exemplo, a compra de matérias-primas, a engenharia de produto, o design, o pós-venda, e relaciona as questões ambientais com ganhos econômicos para a empresa. Além disso, contribui numa melhoria na imagem da empresa, aumenta produtividade, conscientiza ambientalmente os funcionários e reduz gastos com multas e outras penalidades.

A Produção mais limpa diferencia-se da abordagem convencional pela forma como enxerga o sistema produtivo no campo ambiental e apoia-se tanto em mudanças tecnológicas quanto na forma de gerenciamento (FILHO, SILVA et al., 2007)

A implementação do PML possibilita à empresa o melhor conhecimento de seu processo industrial através do monitoramento das entradas, processo produtivo e saídas do sistema visando uma ecoeficiência no empreendimento.

A eficiência se dá através da eliminação dos desperdícios, minimização ou eliminação de matérias-primas e outros insumos impactantes para o meio ambiente, redução dos resíduos e emissões, redução dos custos de gerenciamento dos resíduos, minimização dos passivos ambientais, incremento na saúde e segurança no trabalho.

Com a entrada em ação dos processos otimizados e novas tecnologias, ocorre uma redução nos custos totais que permite a recuperação do investimento inicial e, com o passar do tempo, os ganhos com a maior eficiência permitem uma redução permanente nos custos totais.

O objetivo principal da implementação do PML em um restaurante universitário é promover a sustentabilidade no empreendimento e propor as melhores alterações no processo produtivo a fim de trazer benefícios ambientais e econômicos. É importante que após a implementação do PML, a metodologia sempre evolua juntamente com o desenvolvimento de tecnologias e atividades futuras da empresa.

2 Material e Métodos

O empreendimento estudado é um restaurante e bar universitário de porte pequeno, que possui uma demanda de produtos variáveis com a época do ano, de acordo com o semestre letivo da faculdade. Por possuir duas atividades principais (venda de bebidas e refeições) também possui uma variedade de resíduos gerados. Estes resíduos se dividem em dois grupos principais, os orgânicos e os inorgânicos.

A metodologia utilizada no diagnóstico ambiental do empreendimento foi o reconhecimento *in loco* da área de estudo, com o objetivo de caracterizar os aspectos ambientais da empresa. O levantamento de dados baseou-se na aplicação de questionário ao proprietário e vistoria no estabelecimento.

Entre os pontos diagnosticados no levantamento de dados podem-se citar: quantificação de resíduos gerados, formas de comercialização e destinação adequada.

Após a obtenção dos dados foi possível elaborar um programa de melhoria, com ações capazes de solucionar os problemas evidenciados na empresa em questão.

3 Resultados e Discussão

Devido à grande quantidade de comida produzida diariamente no restaurante, ser elevada é natural que ao final do dia exista muitos resíduos orgânicos provenientes da preparação e consumo das refeições.

As sobras, atualmente, são dadas à animais de estimação que se alimentam exclusivamente de restos de alimentos que tenham sido servidos no dia. Os resíduos de preparação, como cascas de frutas e vegetais são levados à um sítio e alimentam porcos e galinhas. Outros resíduos orgânicos que não são consumidos por animais são separados e destinados à coleta de lixo municipal. Com estas pequenas atitudes o resíduo já é reduzido consideravelmente, mas o seu destino ainda não é o mais adequado.

Uma forma de reduzir a geração de resíduos é construir uma composteira para o restaurante. Com o adubo orgânico proveniente da compostagem uma horta produziria vegetais e legumes orgânicos. Outra vantagem é a redução de embalagens plásticas de mercados e feiras, onde os vegetais comprados são transportados e armazenados durante a compra.

Outra opção é a compra de vegetais já prontos e higienizados. Estes vegetais são vendidos limpos, sem cascas ou partes não consumíveis, como talos. Normalmente são embalados à vácuo, para que os vegetais não percam suas características como cor ou nutrientes. O preparo dos alimentos é mais rápido, e reduz a geração de resíduos orgânicos no restaurante, mas o custo será maior, haverá maior utilização de embalagens plásticas e a produção de resíduos será apenas transferida para a empresa que comercializa os vegetais.

Em um restaurante também é produzido muito resíduo inorgânico, somado aos resíduos de um bar, aumenta a quantidade e a diversidade desses resíduos. Suas fontes são muitas: embalagens, copos plásticos, papéis dos mais variados, recipientes, garrafas, latas, para cada tipo de resíduo existe uma destinação final.

Vidro

O vidro produzido no local é em sua maior parte proveniente das garrafas de cerveja. Mas estas garrafas de 600mL ou 1 Litro são devolvidas à empresa, pois são reutilizadas e vendidas novamente. Outras fontes de vidro, como garrafas de destilados, vidros de

conserva e copos são separados, mas coletados juntamente com resíduos de outros tipos. O vidro deve ser limpo, separado e enviado à reciclagem.

As latas de alumínio consumidas no estabelecimento são os resíduos mais fáceis de serem reciclados. O empreendimento não possui um depósito suficientemente grande para armazenar as latas a serem recicladas e acredita que o trabalho de limpar, armazenar e transportar até o local da venda não compensa economicamente. Assim, as latinhas são doadas para os funcionários, que lavam, comprimem, armazenam para levar ao local de venda.

Os plásticos de embalagens de fardos de bebida, copos plásticos, garrafas de água e refrigerante e sacolinhas plásticas são segregados como lixo reciclável, mas coletado com todos os outros resíduos. No município de Lages, no Estado de Santa Catarina não há coleta seletiva que abranja todos os bairros, e a grande maioria dos resíduos é destinado ao aterro sanitário. Com pequenas mudanças, a quantidade final de resíduos destinada ao aterro diminuiria consideravelmente.

É recomendado contatar uma empresa ou ONG ambiental que receba este resíduo para reciclagem ou reutilização, a fim de minimizar a quantidade final de resíduo gerado. O plástico pode ter muitas finalidades após utilizado, sua reciclagem consiste em voltar ao estágio inicial do produto ou também tornar-se matéria prima para outros produtos.

O óleo vegetal utilizado na cozinha (18 litros a cada 14 dias) é doado a uma empresa de reciclagem de óleo, que em troca fornece detergente para o empreendimento. O óleo, portanto, tem um descarte correto. Mas este detergente provavelmente não é biodegradável, polui e dificulta muito a limpeza da água.

As tampas de garrafas de cerveja, feitas de metais variados podem passar despercebidas, mas conforme a demanda de cerveja aumenta, a quantidade de tampas aumenta. Em épocas de movimento, estas tampas possuem volume considerável, e apenas mandá-las para o aterro não é a melhor solução.

Essas tampas são muito utilizadas para artesanatos dos mais variados tipos. A reciclagem deste material não é comum, mas apenas seu reuso para outra finalidade.

Isopor

As marmitas do restaurante são distribuídas em recipientes de material isopor (Poliestireno Expandido), que melhor mantém a temperatura. O correto seria banir estes recipientes de isopor ou incentivar de alguma forma os clientes a reduzirem o uso. O destino final deste isopor não está no empreendimento, e sim na casa dos condutores que compram no local. O ideal seria o recolhimento deste material posteriormente ou informar os clientes sobre as opções existentes de reciclagem.

Existem empresas que reciclam o isopor, e o processo é relativamente simples. Ele é triturado, aquecido e resfriado. Pode ser utilizado para muitos fins, como peças de jogos e material de escritório.

No caso dos resíduos inorgânicos, a melhor alternativa seria possuir convênio com alguma empresa que coletasse todos os materiais, e realizasse esta coleta em períodos de tempo pré-estabelecidos, uma vez que o proprietário não possui lugar de armazenamento de resíduos.

O consumo energético no restaurante e bar é alto, pois são necessários freezers para comida, para bebida, geladeiras, fornos elétricos e iluminação. O proprietário desliga os freezers de cerveja durante a noite, principalmente no inverno quando a temperatura é mais baixa. Em épocas de pouco movimento alguns freezers de cerveja poderiam ser desligados, o restante ficaria com capacidade máxima. Todos os freezers e geladeiras são novos, consomem pouca energia, exceto um que é mais antigo. É recomendado inutilizar este

freezer, que além de gastar muita energia também não trabalha com tanta eficiência. Outra ação é instalar no banheiro e no depósito sensores de movimento ligados à iluminação. Em um bar as pessoas acabam não desligando as luzes do banheiro, ficando por muito tempo estas luzes ligadas e o ambiente não sendo utilizado. Parece simples, mas é muito eficiente. Um sistema como esse reduz em aproximadamente 30% o consumo de energia no cômodo.

A média de consumo por mês é de 35 m³ de água. Nesta conta está incluso banheiros, cozinha e limpeza. Na cozinha é necessário tomar cuidados ao lavar a louça, por exemplo, retirar todo o excesso de comida dos pratos e panelas, e não deixar a torneira aberta enquanto lava a louça. A água utilizada para ferver vegetais, por exemplo, pode ser reutilizada para cozinhar o arroz. Além de economizar energia também deixa o arroz mais nutritivo. Nos banheiros as torneiras já são temporizadas e automáticas, mas podem ser trocadas por torneiras que possuem sensores, e fecham assim que a pessoa retira a mão, são as torneiras eletrônicas. O vaso sanitário, que gasta em média 20 litros de água a cada descarga é um dos equipamentos que produz o maior gasto em água. No empreendimento o vaso sanitário é simples, e deve ser trocado por vasos que possuem mecanismos que economizam a água. Um modelo simples e barato é o vaso que possui dois botões de descarga. Um botão utiliza maior quantidade de água, o outro apenas o necessário. Desta forma consegue-se reduzir muito o consumo de água, pois quando o bar está muito movimentado, os dois banheiros sempre estão sendo utilizados. Poderia também ser implantado um sistema de coleta da água da chuva, que seria utilizada para os vasos sanitários e limpeza do estabelecimento.

Gás

O gás somente é utilizado nos fogões industriais do restaurante, um consumo de dois botijões P45 (45 kg) por mês. Para reduzir este valor é necessário realizar a manutenção contínua do fogão, mangueiras e instalações do gás para evitar vazamentos e obstruções. Também é necessário reduzir o tempo de cozimento dos alimentos, utilizando por exemplo panelas de pressão.

Gasolina

O restaurante possui um serviço de entrega de marmita. A moto possui um rendimento maior do que um carro, utilizando menos gasolina. A melhor alternativa para reduzir o consumo de combustível é programar as rotas de entrega, para que o veículo não percorra caminhos desnecessários, consumindo mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com este trabalho que a implementação do Programa PmaisL em um restaurante e bar universitário é viável e traz benefícios para o empreendimento com a redução de gastos com insumos e matéria-prima e para o meio ambiente, pois busca alternativas aos resíduos gerados no estabelecimento. Este sistema de produção tem como chave a consciência do empreendedor que é o responsável que se sujeita à aplicação de uma metodologia inovadora em sua empresa.

A maior dificuldade encontrada para a elaboração do programa foi referente ao levantamento de dados quantitativos da empresa, como entrada de matérias-primas e geração de resíduos totais, uma vez que a administração não possui conhecimento e controle total do processo. A obtenção destes dados consiste em aspecto fundamental na elaboração do programa, já que o programa de Produção mais Limpa é estruturado nas atividades e processos do empreendimento.

Identificou-se diversas oportunidades de melhoria para o empreendimento e as alternativas se mostraram muito eficientes, práticas e de fácil aplicação, com um investimento inicial baixo e um retorno provável rápido.

REFERÊNCIAS

FILHO, SILVA, J. C. G.; CALÁBRIA, F. A.; SILVA, G. C. S.; MEDEIROS, D. D. Aplicação da Produção mais Limpa em uma empresa como ferramenta de melhoria contínua. **Revista Produção. vol.17 no.1, p. 109 – 128, Jan./Apr. 2007. São Paulo.**

SENAI.RS. *Implementação de Programas de Produção mais Limpa*. Porto Alegre, Centro Nacional de Tecnologias Limpas SENAI-RS/ UNIDO/INEP, 2003. 42 p. il. Disponível em: <http://wwwapp.sistemafiergs.org.br/portal/page/portal/sfiergs_senai_uos/senairs_uo697/proximos_cursos/implementa%E7%E3o%20PmaisL.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2013.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS NA VISÃO DA ENCÍCLICA LAUDATO SI'

Maria Lúcia Corrêa Neves; Francisco Antônio Pereira Fialho
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
EGC - Programa de pós-graduação em Engenharia e gestão do conhecimento

Palavra-chave: Responsabilidade Social Empresarial, Encíclica, Perspectiva crítica

INTRODUÇÃO

Investiga-se, na pesquisa que deu origem a este artigo, a ótica com que o documento “Carta encíclica Laudato Si’: sobre o cuidado da casa comum” aborda a responsabilidade social das empresas.

A responsabilidade social empresarial tem motivado diversos estudos acadêmicos, a maior parte concentrada em descrever práticas e investimento das empresas em ações sociais (MORETTI e CAMPANARIO, 2009). Poucos estudos refletem sobre as raízes políticas e ideológicas que lhe dão tanto origem, ainda que um grupo de autores questione as intenções e efeitos das ações de responsabilidade social, as práticas superficiais motivadas por retorno de imagens ou - bem mais graves, as práticas sinalizadas como interesse social coletivo motivadas por interesse econômico particular (HIMMELSTEIN, 1997).

A Encíclica foi publicada em junho de 2015 por Jorge Mario Bergoglio, conhecido como Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015), abordando as raízes da crise ambiental com a visão de que “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (§139).

Partiu-se da premissa de que, dada a popularidade do atual Papa, o documento tem repercussão global e pode contribuir para o debate sobre as responsabilidades dos diversos agentes sociais e considerou-se oportuno investigar o documento sob a ótica distinta que permite responder a seguinte questão: qual a visão do Papa Francisco em relação a responsabilidade social das empresas?

Conceito de Responsabilidade Social Empresarial

Kreitlon (2012) propõe discutir as teorias e práticas de responsabilidade social das empresas sob uma perspectiva crítica evitando tanto interpretar os discursos como “mera estratégia publicitária”, como “saudá-los como uma iluminada e sincera busca de desenvolvimento harmônico e sustentável”. A autora observa que o conceito de responsabilidade social empresarial tem sido utilizado como “abreviação despolitizada, para designar a vasta gama de conflitos inerentes às relações produtivas capitalistas com os quais se deparam, e aos quais devem responder as empresas nos dias de hoje” (KREITLON, 2012, p. 1).

O entendimento de que as empresas devem ser socialmente responsáveis foi absorvido pela opinião pública no final do século XX. Até a década de 60, a teoria dos acionistas (*stockholder*) foi a teoria dominante, prevalecendo o paradigma da economia

neoclássica que identificava a geração de lucros como a única atividade e responsabilidade da empresa (HIMMELSTEIN, 1997).

A partir de 1970 surgem novos e frequentes questionamentos quanto a primazia dos interesses dos acionistas sobre a sociedade. Diversos autores passam a atribuir às empresas, responsabilidades sociais além das “econômicas, contratuais ou legais” (VASCONCELOS; ALVES e PESQUEUX, 2012). Em 1984 surge a teoria das partes interessadas (*stakeholders*), orientando a atenção da gestão organizacional para os grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados por ações da organização (FREEMAN, 2010). As corporações passam a ser vistas como organizações sociais e, portanto, com responsabilidade de identificar e satisfazer os interesses de funcionários assalariados, consumidores, fornecedores, detentores dos capitais da sociedade, clientes, dentre outros, além dos acionistas, originando o termo Responsabilidade social corporativa - utilizado para sociedades anônimas de capital aberto ou Responsabilidade social empresarial (RSE) para empresas em geral (REYNAUD, 2008). Considera-se que a clareza em relação ao público não é suficiente para minimizar o caráter difuso das RSE que não é imposta nem regulada pelo Estado. Existe a noção vaga de que as empresas devem adotar ações que “vão além de suas obrigações legais” (CARROLL e SHABANA, 2010).

Enriquez (1997, p. 10) refletindo sobre os desdobramentos da RSE concentra a atenção nas implicações do poder atribuído às empresas: “Ela se encarrega não somente do desenvolvimento econômico da nação, mas também do seu desenvolvimento social, psicológico e cívico”. O autor alerta, ainda, que “nenhum dos domínios da vida lhe é, a priori, proibido, pois ela se considera com ‘responsabilidade ilimitada’”. López-Ruiz (2004) observa que se em outras épocas, a Igreja ou o Estado já foram considerados instituições paradigmáticas, hoje as corporações transnacionais ocupam este papel.

O cenário composto por um Estado mínimo e esvaziado de seu papel de promotor do bem comum e de empresas com responsabilidades não reguladas exige uma reflexão mais crítica em relação ao empenho destas na construção da imagem, discurso e práticas adotados para assegurar níveis aceitáveis de legitimidade junto às partes interessadas (PORTER e KRAMER, 2006). É sob esta ótica que a Encíclica será investigada.

Visão Geral da Encíclica *Laudato Si'*

Cartas encíclicas são documentos elaborados pelos Papas e disseminados para católicos sendo consideradas um recurso educacional “para a formação de pessoas pacíficas e pacificadoras” (SWEENEY, 2015).

Peppard (2015) analisou o conjunto de encíclicas divulgadas nos últimos quatro séculos, observando as diversas formas de engajamento da Igreja Católica com a ciência moderna, identificando quatro fases: a igreja lidando com a ascensão de astronomia e física, a era da geologia e da teoria da evolução, a era das tecnologias que mudaram a vida global e, finalmente, a era da ecologia e sustentabilidade. A autora afirma que os avanços científicos em cada uma das outras eras deixaram, como legado, os desafios abordados na encíclica *Laudato Si'* que conclama “seja cada um de nós seja a política internacional” (§ 15), para a defesa da “casa comum” ou “a terra, nossa casa” (§ 21).

A publicação da Encíclica gerou um amplo debate internacional recebendo apoio oriundo de diversos atores sociais, elogios de setores de esquerda, de ambientalistas e progressistas e críticas por parte dos “céticos do clima, dos setores conservadores à direita do espectro político e dos defensores incondicionais do livre mercado”. A percepção geral,

no entanto, foi de que o “texto eleva a preocupação com a saúde do planeta e com a crise dos ecossistemas a um alto grau de prioridade” (ALVES, 2015, p. 1317).

Considera-se que o documento estimula a assinatura do tratado global para substituir o Protocolo de Kyoto na 21ª Conferência das Partes que será realizada em Paris no final de 2015 acirrando, desde sua publicação, debates marcados por conflitos de interesse, como mostra a manifestação do presidente do Heartland Institute: “deveriam ter dito ao Papa Francisco que toda calamidade prevista pelos burocratas da ONU há décadas não tem acontecido” (Bast, 2015)

Além de conter o diagnóstico das questões ambientais, a Encíclica traz a análise das raízes da crise ambiental, destacando - com perspectiva que incomoda os defensores do livre mercado: a desigualdade que afeta “países inteiros”, a “dívida ecológica” entre países do “Norte e o Sul”, a globalização do paradigma tecnocrático, a crise e consequências do antropocentrismo moderno, o relativismo prático, a necessidade de defender o trabalho e a inovação biológica (§51).

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa com abordagem interpretativa. O documento Encíclica, que contém 246 parágrafos e 172 notas de rodapé, foi investigado sobre a ótica específica que procurou responder a seguinte questão: qual a visão do Papa Francisco em relação a aderência das empresas aos conceitos de RSE?

Buscou-se identificar trechos que, de forma direta ou indireta, podem ser interpretados como percepções sobre RSE. Os trechos foram categorizados em temas que guardam relação com as críticas revisadas neste artigo: (a) discurso versus prática; (b) imagem; e (c) poder das corporações.

Análise e discurso

Sobre a categoria discurso versus prática

O texto da encíclica denuncia os danos ambientais causados pelas “corporações” chamadas no texto, também, de grandes empresas ou multinacionais. Por exemplo: as corporações transferem para “países não desenvolvidos”, processos que não são permitidos no “primeiro mundo” e “quando cessam as suas atividades e se retiram, deixam grandes danos humanos e ambientais...” (§51). O texto aborda a “submissão da política à tecnologia e à finança”, os interesses particulares e econômicos prevalecendo sobre o bem comum e a manipulação da informação que pode afetar interesses privados (§54), questionando: “será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações?” (§190).

A negligência com a parte interessada trabalhador é ressaltada na seção que dissemina “a necessidade de defender o trabalho” (§124) em detrimento aos “limitados interesses das empresas” (§127). As condições do trabalho são questionadas: “há trabalhadores reduzidos a situações de escravidão” (§154). Com esta mesma perspectiva abordam-se os temas: intensificação do ritmo de trabalho (§18) e ausência de significado do trabalho (§125).

Sobre RSE e Imagem

A encíclica denuncia que a empresa “absorve valores do discurso ecologista”, mas que na prática pode-se esperar “apenas algumas proclamações superficiais, ações filantrópicas isoladas...” (§54) já que “a responsabilidade social e ambiental das empresas se reduz, na maior parte dos casos, a uma série de ações de publicidade e imagem” (§194).

Sobre o poder das corporações

O texto reflete sobre o poder das corporações ao mencionar, por exemplo, a escassez de água: se não forem adotadas medidas urgentes, em algumas décadas, a água será um recurso escasso, "sendo previsível" seu controle "por grandes empresas mundiais" (§31). A dificuldade de novas e pequenas empresas acessarem os mercados regionais e globais é relacionada com o direcionamento de serviço de “infraestrutura de venda e transporte” para “as grandes empresas.” (§130). Em uma abordagem sobre cereais transgênicos existe a afirmação de que "em vários países, nota-se uma tendência para o desenvolvimento de oligopólios na produção de sementes e outros produtos necessários para o cultivo” e o alerta: a produção de sementes estéreis acabará por “obrigar os agricultores a comprá-las às empresas produtoras" (§134). O texto traz um relato sobre a preocupação com a política de “salvação dos bancos a todo o custo” e a ausência de uma “firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro” (§189) denunciando, também, a existência de “propostas de internacionalização da Amazônia que só servem aos interesses económicos das corporações internacionais” (§38) e outras intervenções da mesma natureza, feitas sob o pretexto de cuidar dos problemas ambientais, mas atentando contra “as soberanias nacionais” (§38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível captar a visão da Encíclica sobre RSE e, portanto, responder à questão da pesquisa. Trata-se de visão cética que se enquadra na categoria dos estudos mais críticos sobre RSE. O texto contém registros de: (1) práticas que divergem dos conceitos de RSE; (2) ações motivadas pelo retorno de imagem; e (3) decisões comprometidas com interesses econômicos individuais. Não existe sinalização de perspectiva de reversão voluntária: “os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente” o ambiente, tendendo, ao contrário, “a criar um mecanismo consumista compulsivo” (§190).

Os esforços da sociedade civil em relação ao meio ambiente são reconhecidos, mas em relação às empresas, a percepção é de que estas “reagem com lentidão, longe de estar à altura dos desafios mundiais” (§165) e que os esforços dos demais agentes acabam “com frequência, frustrados” pela recusa dos poderosos (§14). O cenário atual é de domínio dos “interesses mais poderosos” e de “globalização da indiferença”. Para reversão, a Encíclica traz sugestões para ações educativas – com destaque para a necessidade de adoção de comportamento de consumo consciente e para a adoção de movimentos que pressionem Estado e empresas a uma mudança de postura, ação reforçada com o seguinte argumento: “enquanto a humanidade do período pós-industrial talvez fique recordada como uma das mais irresponsáveis da história, espera-se que a humanidade dos inícios do século XXI possa ser lembrada por ter assumido com generosidade as suas graves responsabilidades” (§166).

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A encíclica Laudato Si': ecologia integral, gênero e ecologia profunda.** HORIZONTE, v. 13, n. 39, p. 1315-1344, 2015.

BAST, J. L. **Participants in Heartland Institute Mission to Vatican Comment on Pope Francis's Encyclical on the Environment.** The Heartland Institute, 17/06/2015. Available at: < <https://www.heartland.org/press-releases/2015/10/01/participantsheartland-institute-mission-vatican-comment-pope-franciss-enc>>.

CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. **The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice.** International Journal of Management Reviews, v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

ENRIQUEZ, E. **Os desafios éticos nas organizações modernas.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 37, n. 2, abr./jun., 1997, p. 6-17.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach.** Cambridge University Press, 2010.

HIMMELSTEIN, J. L. **Looking good and doing good: Corporate philanthropy and corporate power.** Indiana University Press, 1997.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum.** Vaticano, Roma, 24 maio 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 05 jun. 2015.

KREITLON, M. P. **McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o ensino e a pesquisa em RSE no Brasil.** Revista de Administração Contemporânea. V. 16, n. 2, p. 271-289, 2012.

LOPEZ-RUIZ, O. S. **O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2004.

MORETTI, S. L.; CAMPANARIO, M. A. **A bibliometric approach to Brazilian scientific production on corporate social responsibility-CSR.** Revista de Administração Contemporânea. V. 13, n. SPE, p. 68-86, 2009.

PEPPARD, C. Z. **Pope Francis and the fourth era of the Catholic Church's engagement with science.** Bulletin of the Atomic Scientists. P. 0096340215599776, 2015.

PORTER, M.; KRAMER, M. R. **Estrategia y sociedad**. Harvard Business Review. V. 84, n. 12, p. 42-56, 2006.

REYNAUD, E. **La responsabilité sociale de l'entreprise à l'épreuve de l'Europe**, *Revue Française de Gestion*. V. 38/180, p. 109-130, 2008

SWEENEY, J. **Why students in Catholic secondary schools should study Pope John XXIII's encyclical, Pacem in Terris (1963)**. *International Studies in Catholic Education*. V. 7, n. 1, p. 61-73, 2015.

VASCONCELOS, I. F. F. G.; ALVES, M. A.; PESQUEUX, Y. **Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável: olhares habermasianos**. *Revista de Administração de Empresas*. V. 52, n. 2, p. 148-152, 2012.

GT 12: CONSUMO CONSCIENTE

A LEGITIMAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO AMBIENTE: UM MUNDO DE INCONSISTÊNCIAS

Lucas Magalhães de Andrade; Alexandre Conte da Nova
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Mestrado em Administração
Orientadores: Danielle Mantovani Lucena da Silva; José Carlos Korelo

Palavras-chave: Consumo sustentável. Inovações verdes. Percepções do consumidor.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento populacional, a saliência das dificuldades provocadas pela escassez dos recursos naturais, principalmente os hídricos, e as evidências do grande impacto que a ação do homem pode causar sobre o ambiente, impacto este amplificado diante do exponencial avanço da ciência e da tecnologia, são alguns dos fatores que têm fomentado uma consciência social de que o modelo de consumo atual não poderá se manter em escala global por muito tempo.

O Relatório Brundtland, resultado da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento realizado pela Organização das Nações Unidas em 1987, chama a atenção para a necessidade de as gerações presentes assegurarem-se de que a satisfação de suas necessidades não impeça as gerações futuras de satisfazerem as suas próprias.

Esse cenário, analisado sob uma perspectiva institucional indica que o conceito de sustentabilidade está passando por um processo de legitimação a fim de se tornar uma norma a qual as organizações, e também os consumidores terão de se adequar.

No entanto, a sociedade contemporânea é guiada predominantemente por uma racionalidade profundamente instrumental, tomando como base para suas decisões um cálculo utilitário de meios e fins visando objetivos egoístas (RAMOS, 1989; CRANE e DESMOND, 2002).

Uma vez que as alternativas sustentáveis frequentemente demandam certo nível de abdicação imediata em prol do bem estar coletivo a longo prazo, somos levados a questionar se a sustentabilidade e a racionalidade prática podem coexistir em uma mesma sociedade, já que são essencialmente conflitantes.

Assim, este artigo tem o objetivo de estabelecer a relação entre a racionalidade instrumental que guia as ações das organizações e dos consumidores e a legitimação da atuação sustentável das organizações. Para alcançar esse objetivo, é apresentada uma revisão da literatura pertinente ao tema.

A relevância dessa questão para a literatura justifica-se pela necessidade de esclarecer uma aparente contradição entre alguns estudos que indicam uma preferência dos

consumidores por produtos ambientalmente amigáveis e outros que apontam para uma rejeição desses produtos devido às concessões que normalmente demandam do consumidor.

Esse entendimento é necessário para o sucesso na implantação e legitimação de hábitos de consumo que possam ser considerados sustentáveis. Além disso, entender a racionalidade envolvida nas percepções do consumidor sobre as inovações verdes, pode ajudar os gestores a adaptar e comunicar seus produtos de uma forma que aumente sua aceitação.

2. As Pressões em Direção à Sustentabilidade

As preocupações com questões sociais e ambientais estão ocupando lugar destacado na sociedade contemporânea, o que inclui também as organizações (CARRIERI *et al.*, 2009).

Organizações estas que, segundo as autoras Scherer *et al.* (2009) passam a desempenhar um papel atuante e importante para o desenvolvimento sustentável conforme adotam práticas de gestão socioambiental.

Percebe-se ainda uma crescente mobilização da sociedade no sentido de exigir das empresas ações mais sustentáveis. Essa pressão pode ser percebida, por exemplo, no crescimento da prática do “*buycott*”, uma versão reversa do boicote onde os consumidores são incentivados a adquirir produtos de uma empresa, ou de produção em um país específico a fim de apoiar determinada prática considerada responsável (FRIEDMANN, 1996).

Na esfera governamental, Chen *et al.* (2006) chamam a atenção para diversas alterações no ambiente legal que, se não exigem, ao menos alertam as organizações sobre a necessidade de repensarem suas práticas. Entre tais alterações são citados a Convenção de Montreal em 1987, o Protocolo de Kyoto em 1997, e a diretiva de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos adotada pela União Europeia em 1996. Os autores afirmaram ainda que a inovação verde em produto e em processos estão positivamente relacionadas com a vantagem competitiva das empresas estudadas, o que indica uma possível tendência de que as empresas que se adequam a determinados padrões de conduta considerados mais sustentáveis sejam favorecidas.

Também na academia, percebe-se uma crescente preocupação com o papel ambientalmente sustentável das organizações. Houve um considerável crescimento nas publicações sobre sustentabilidade nos periódicos nacionais *Qualis* A1 a B2 de Administração no período compreendido entre 1992 e 2011, com um crescimento mais expressivo a partir de 2001 (SOUZA e RIBEIRO, 2013).

Outra decorrência das pressões externas à organização em nome da sustentabilidade ambiental que pode ser observada é o emprego e exigência da normatização de qualidade ambiental de ISO 14001 em alguns setores. Esse conjunto de normas possui duas abordagens distintas trabalhadas por Boiral e Henri (2012) a respeito do seu impacto sobre o desempenho ambiental e que contribuem para o entendimento da relação entre as práticas adotadas por algumas empresas e as pressões socioambientais institucionalizadas.

“A primeira premissa é que a certificação ISO 14001 resulta em um impacto positivo sobre as práticas e ações que contribuem para a melhoria do desempenho ambiental. A segunda premissa é divergente em que a ISO 14001 não necessariamente influencia as “boas práticas” de gestão ambiental. Em vez disso,

que serve principalmente como um meio de responder a pressões institucionais. A análise destes dois locais teóricos serve para destacar e modelar as principais abordagens utilizadas para determinar a eficiência da norma ISO 14001.” (BOIRAL e HENRI, 2012)

Seja de um modo ou de outro, observamos que esta relação entre as pressões ambientais sofridas pela organização, podem ser consideradas modos distintos, porém congruentes de disseminação de práticas padronizadas, o que contribui para o isomorfismo organizacional como decorrência de reações muito similares a estas pressões.

Apontadas essas evidências, podemos concluir que a prática de sustentabilidade pelas organizações compõe uma estratégia normativamente sancionada. Quando uma estratégia é normativamente sancionada, e revela ser bem-sucedida, as outras organizações no mesmo campo organizacional tendem a imitá-la, a fim de evitar as incertezas (DIMAGGIO e POWELL, 1983). Semelhantemente, as pressões impostas por meio de regulamentações caracterizam o isomorfismo das organizações por meio de processos coercitivos (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Além disso, as ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas frequentemente são guiadas por motivações egoístas, já que normalmente são adotadas com a finalidade de melhorar a imagem da empresa, a implementação de sua estratégia, ou sua legitimidade perante os *stakeholders* (CARVALHO e MEDEIROS, 2013).

3. A Percepção do Consumidor

Kotler (1972) chama a atenção para um fenômeno que pode representar uma importante evidência da legitimação da prática da sustentabilidade, o movimento consumerista. Esse movimento é caracterizado pela pressão da sociedade na defesa dos direitos dos consumidores (KOTLER, 1972). A origem da reivindicação desses grupos está no fato de que algumas práticas das organizações no sentido de satisfazer necessidades de curto prazo dos clientes geram prejuízos a ele no longo prazo, como a satisfação da necessidade de refeições rápidas através de refeições com alto teor calórico e baixa capacidade nutritiva. Observando isso, Kotler (1972) defende que as empresas têm, além de sua responsabilidade econômica, uma responsabilidade social de satisfazer as necessidades de curto prazo da sociedade sem comprometer seus interesses futuros.

A dificuldade de operacionalização desse conceito está em que muitas vezes os interesses de curto e longo prazo dos clientes são de fato conflitantes (KOTLER, 1972). O indivíduo pode, por exemplo, ter a necessidade imediata de mobilidade, satisfeita pelo uso de um automóvel, e ao mesmo tempo ter uma preocupação ambiental de longo prazo, desejando reduzir suas emissões de gás carbônico, ou de preservar os recursos naturais não renováveis utilizados na produção do veículo. Se por um lado a preocupação com as consequências de seu comportamento de consumo pressiona as organizações a desenvolverem alternativas que minimizem a emissão de gases poluentes, por outro o consumidor tem o desejo de curto prazo de dispor de um motor mais potente, que consequentemente demanda um consumo maior de combustível.

Se por um lado temos essas evidências declaradas pelos consumidores de que valorizam ações de sustentabilidade, especialmente aquelas motivadas por razões sociais e de natureza proativa, por outro lado alguns estudos apontam que esse discurso não se reflete em um comportamento coerente (CONNOLLY e PROTHERO, 2008; MORAES *et al.*, 2012; OLSON, 2013; KIM *et al.*, 2012).

Esses estudos apontam que, assim como nas empresas estudadas por Carvalho e Medeiros (2013), a racionalidade predominante no comportamento de compra é a instrumental, com exceção daqueles consumidores chamados “verde escuros” por Olson (2013), aqueles que priorizam a sustentabilidade acima de outras vantagens pessoais proporcionadas por produtos não sustentáveis.

Connolly e Prothero (2008) identificaram lacunas entre o discurso e a prática de alguns consumidores que se declararam consumidores “verdes”. Ao solicitar que os participantes registrassem diariamente todas suas compras em um diário, os pesquisadores compararam esses registros com as informações obtidas por meio de entrevistas em profundidade.

Produtos considerados ecologicamente corretos normalmente forçam o consumidor a alguma espécie de *tradeoff*, que pode ser representado por um desempenho menor relativamente ao produto considerado ecologicamente incorreto, ou por preços mais elevados (OLSON, 2013). Olson (2013) argumenta que, o consumidor comum opta pela opção mais sustentável quando ela lhe traz benefícios diretos. Assim, não encontramos suporte para o argumento de que a prática da sustentabilidade poderia ser vista pelas empresas como uma vantagem competitiva, e que com ela poderiam cobrar mais caro por seus produtos ou serviços (CHEN *et al.*, 2006).

Assim podemos concluir que o processo de racionalização que se dá na decisão de compra é guiado majoritariamente pela racionalidade instrumental. Se por um lado o consumidor se considera responsável pelo impacto de seu comportamento de consumo (CONNOLLY e PROTHERO, 2008), por outro realiza um cálculo utilitário para satisfazer suas necessidades e desejos (CONNOLLY e PROTHERO, 2008; MORAES *et al.*, 2012; KIM *et al.*, 2012). Esse efeito é contra-intuitivo, se pensarmos que quanto maior o tempo de deliberação maior deveria ser a saliência da norma social que deveria levar o consumidor a rejeitar o comportamento antiético (GINO *et al.*, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos apontam uma relação positiva entre a responsabilidade ambiental de uma organização e seu desempenho, o que pode levar as organizações a reproduzir práticas de sustentabilidade.

No entanto, diversos estudos que consideram as decisões do consumidor sobre produtos ambientalmente amigáveis demonstram que o consumidor tende a associar produtos “verdes” a alguma perda de desempenho, ou a um preço mais elevado, o que pode diminuir sua aceitação.

Assim, a legitimação do conceito de sustentabilidade encontra certa dificuldade. Essa dificuldade pode ser superada com o estabelecimento do comportamento de consumo ambientalmente amigável como norma social. Em outras palavras, ao perceber que grupos com os quais o consumidor se identifica optam por práticas “verdes”, o consumidor pode entender essa preferência como normativa a seu grupo e conseqüentemente aumentar sua própria preferência por alternativas sustentáveis.

5. REFERÊNCIAS

BOIRAL, Oliver; HENRI, Jean-François. **Modeling the impact of ISO 14001 on environmental performance: a comparative approach**. Journal of Environmental Management, v. 99, 2012, pp. 84-97.

CARRIERI, Alexandre de P.; SILVA, Alfredo R. L. da.; PIMENTEL, Thiago D. **O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa**. Revista de Administração Contemporânea, v. 13(1), jan/mar 2009, pp. 1-16.

CARVALHO, Osório; MEDEIROS, Janann. **Racionalidades subjacentes às ações de responsabilidade social corporativa**. Organizações & Sociedade, v. 20, n. 64, janeiro/março 2013, pp. 17-36.

CHEN, Yu-Chan; LAI, Shyh-Bao; WEN, Chao-Tung. **The influence of green innovation performance on corporate advantage in Taiwan**. Journal of Business Ethics, v. 67, 2006, pp. 331-339.

CONNOLLY, John & PROTHERO, Andrea. **Green consumption: life-politics, risk and contradictions**. Journal of consumer culture, v. 8 (1), feb. 2008, pp. 117-145.

CRANE, Andrew; DESMOND, John. **Societal marketing and morality**. European Journal of Marketing, v. 36 (5/6), 2002, pp. 548-569.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**. American Sociological Review, v. 48, 1983. p.147-160.

FRIEDMAN, Monroe. **A positive approach to organized consumer action: the boycott as an alternative to the boycott**. Journal of Consumer Policy, v.19, 1996, pp.439-451.

GINO, Francesca; AYAL, Shahar; ARIELY, Dan. **Contagion and differentiation in unethical behavior: The effect of one bad apple on the barrel**. Psychological Science, v. 20 (3), march 2009, 393-398.

KIM, Jungkeun; KIM, Jae-Eun; PARK, Jongwon. **Effects of cognitive resource availability on consumer decisions involving counterfeit products: the role of perceived justification**. Marketing Letters, v. 23, 2012, pp. 869-881.

KOTLER, P. **What consumerism means for marketers**. Harvard Business Review, vol. 50, may-june 1972, pp. 48-57.

MORAES, Caroline; CARRIGAN, Marylyn; SZMIGIN, Isabelle. **The coherence of inconsistencies: attitude-behaviour gaps and new consumption communities**. Journal of Marketing Management, v. 28 (1-2) feb. 2012, pp. 103-128.

OLSON, Erick L. **It's not easy being green: the effects of attribute tradeoffs on green product preference and choice**. Journal of the Academy of Marketing Science, v. 41 (2), 2013, pp. 171-184.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SCHERER, Flávia L.; GOMES, Clandia M.; CRESPAM, Cristina C. **Estratégia e prática de gestão socioambiental: o caso das empresas brasileiras exportadoras do setor de calçados.** Future Studies Research Journal, Vol. 1 (2), jul/dez 2009, pp. 93-114.

SOUZA, Maria T. S. de; RIBEIRO, Henrique C. M. **Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração.** Revista de Administração Contemporânea, v. 17 (3), mai-jun 2013, pp. 368-396.

CADEIA PRODUTIVA E COMERCIAL DO CHOCOLATE: A VISÃO DO CONSUMO RESPONSÁVEL

Abdala Mohamed Saleh
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Palavras-chave: Consumo Responsável. Cacau. Chocolate.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos vimos nos dedicando à problemática do consumo tendo como norte a visão da Educação para o Consumo Responsável (ECR), que pode ser sintetizada como processos pedagógicos que permitam o *“exercício e o aperfeiçoamento na utilização de bens e serviços de empresas ou indivíduos, respeitando-se princípios que objetivem a manutenção ou restauração do bem estar coletivo e individual”* (SALEH; SALEH, 2010).

Essa noção de educação para o consumo parte do pressuposto de que todos nós, independentemente do grupo econômico ou social a que pertencemos, somos convocados a responder por nossos atos.

A propósito deste trabalho, é relevante mencionar que o chocolate é exibido em vários *sites* como a guloseima mais adorada do mundo e, embora haja um expressivo consumo, pouco se conhece a respeito do percurso do chocolate até o adquirirmos.

Este texto pretende levantar as características da cadeia produtiva e de compra e venda do produto cacau, que dá origem ao chocolate, conforme a visão de um modelo de “Educação para o Consumo Responsável” (ECR).

DESENVOLVIMENTO

Há um modelo ECR (Figura 1) desenvolvido por nós que tem como objetivo destacar a inter-relação dos vários aspectos do consumo (SALEH, 2010; SALEH; SALEH, 2010; SALEH; SALEH, 2012). Tais aspectos envolvem o Meio Ambiente (INMETRO; IDEC, 2002a), a Saúde e segurança (INMETRO; IDEC, 2002b), a Publicidade (INMETRO; IDEC, 2002c), o Direito e a Ética (INMETRO; IDEC, 2002d).

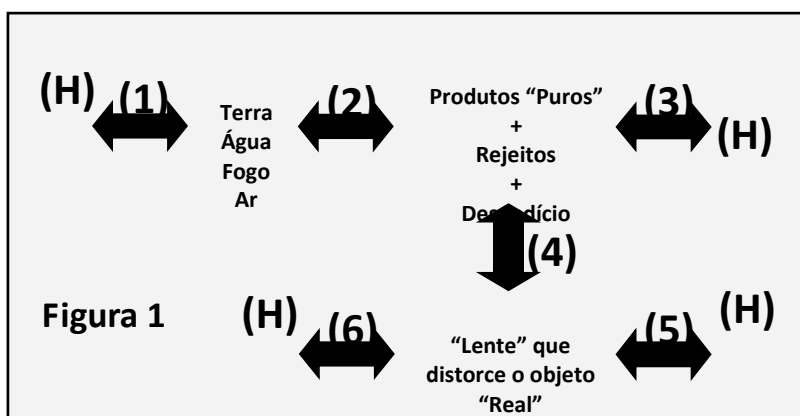


Figura 1 – Modelo “Educação para o Consumo Responsável” (ECR) e que contém as vertentes: (1) e (2) - Meio Ambiente; (3) e (6) - Saúde e Segurança; (4) e (5) - Publicidade; (1) - (6) o Direito e a Ética.

Neste artigo, tendo como base o referido modelo, objetivamos investigar aspectos da cadeia produtiva e comercial do chocolate, de modo a problematizar os processos implicados em cada viés do modelo e as possíveis inter-relações que eles mantêm entre si.

MEIO AMBIENTE

O cacau (principal matéria prima do chocolate) é uma espécie tropical proveniente da Amazônia que demanda clima quente e úmido (acima de 20^o o ano todo) e solos profundos de aluvião (depósito de matérias orgânicas e inorgânicas deixado pelas águas) (OETTERER, 2006).

De acordo com Piasentin & Saito (2014), no sudeste da Bahia - a maior área de cultivo do continente americano - o método precursor de cultivo foi o de corte e queima, porém no decorrer do tempo o cultivo sombreado se tornou mais importante. No entanto, o pensamento produtivista que predominou desde a década de 1960 procurou, através de diversas políticas, orientar a produção para formas mais intensivas em insumos e tecnologias modernas, tais como sementes melhoradas, fertilizantes químicos e pesticidas.

Em algumas situações o sistema de lavoura levava à derrubada total das árvores e à queima da vegetação nativa, o que gerava a “Destruição das substâncias húmicas do solo; estresse das jovens plantas de cacau sem o sombreamento; vigorosa emergência de plantas espontâneas; elevada demanda de mão de obra; rápido envelhecimento da plantação” (PIASENTIN; SAITO, 2014, p. 66).

Entretanto, aspectos relacionados à realidade dos próprios agricultores não permitiram que o sistema de lavoura predominasse sobre o cultivo sombreado por árvores da mata nativa, ou seja, pelo sistema denominado localmente de “cabruca”, o qual oferece condições propícias para a manutenção da biodiversidade, já que serve como hábitat e corredor entre fragmentos florestais para espécies nativas.

Através desses breves comentários a respeito da produção do cacau no Brasil, é possível notar a coexistência de manejos favoráveis e desfavoráveis ao meio ambiente.

DIREITO E ÉTICA

O quesito mão de obra é uma das grandes tragédias da produção cacauera. Não existem informações precisas, mas diversas fontes fazem referência a estudos que mostram que a situação é muito grave do ponto de vista legal e ético por alcançar uma grande quantidade de crianças trabalhando em condições de escravidão (ALEMANHA, 2012; DACEY, 2011; CHILDREN’S, 2014), podendo atingir 1 milhão na Costa do Marfim e em Gana (CHILDREN’S, 2014).

Existe um conjunto de normas e leis internacionais que abordam a questão do trabalho infantil. Cabe lembrar que existem cerca de 215 milhões de crianças vítimas deste tipo de trabalho espalhadas pelo mundo. (DIA, 2012).

Há duas Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que tratam do trabalho infantil no contexto dos direitos humanos:

- 1) Número 138 (1973): devem ser respeitados os critérios de educação obrigatória, sendo que a entrada no trabalho e emprego deve acontecer com um mínimo de 15 anos de idade (DIA, 2012).

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

- 2) Número 182 (1999): busca impedir, de forma urgente e eficaz, a escravidão, venda e tráfico de crianças, servidão por dívidas, trabalho forçado, recrutamento de crianças para atividades de prostituição, pornografia, atividades ilícitas como tráfico de drogas ou, também, o trabalho que cause prejuízos à saúde, segurança ou dignidade das crianças (DIA, 2012).

Desde 2001, mediante pressão internacional, as empresas que fabricam chocolate vêm renovando o compromisso de eliminar as práticas arriscadas de trabalho infantil (HAWKSLEY, 2011), porém, o que os poucos resultados indicam é que elas são inclinadas a adiar ações efetivas que procurem melhorar as condições de trabalho dos que lidam com a produção do cacau (ESTUDO, 2012; DACEY, 2011). Dá-se a entender, portanto, que os objetivos das ações das empresas são mais publicitários do que de realmente aperfeiçoar a cadeia de produção do cacau de modo a promover os direitos humanos.

Diante desse breve quadro, podemos nos referir a Paulo Freire, que assinala que a Ética nos conduz a questionar o discurso de que a realidade “é assim mesmo”; nos leva a compreender que o cuidado que temos para conosco não está apartado do cuidado que devemos ter para com o outro. O lugar da ética coloca em relevo que o consumo, bem como os nossos demais atos, implica em responsabilidade (FREIRE, 2011).

SAÚDE

O trabalho infantil para se produzir o cacau, como visto na seção anterior, traz à tona situações do cotidiano das crianças que nos mostram que a condição a que elas são submetidas é inaceitável também do ponto de vista da Saúde. No caso, as crianças passam anos sem visitar as suas famílias de origem – ou mesmo nunca mais as reencontrarão – e são privadas do acesso à escola (HAWKSLEY, 2011).

É recorrente, por exemplo, ferimentos por facões, o manuseio de pesticidas, andar por trilhas cheias de lama para colher as vagens de cacau (HAWKSLEY, 2011).

PUBLICIDADE

Mencionaremos um comercial do chocolate Baton transmitido em 2013 (BATON, 2014) e que causou polêmica. A sequência da peça publicitária é a seguinte:

- a) Executa-se um canto coral que tem como letra, na primeira parte, apenas uma sequência de “nãos”, enquanto as imagens mostram uma série de ações de um menino reprovadas pela mãe por gesto ou dizendo não;
- b) A seguir, enquanto uma voz masculina fala ao fundo “Mãe tem que falar não, mas às vezes dá pra falar sim. Baton, agora com mais leite. Seu filho merece”, entram imagens de leite sendo derramado em meio ao chocolate derretido, mistura que vai evoluindo para o formato do Baton, que ganha revestimento em papel;
- c) A imagem que entra então é o antebraço e a mão da mãe segurando o Baton, que é focalizado na tela;
- d) Na sequência a mãe entrega a guloseima ao menino e o Baton volta à tela com uma unidade do produto rolando em cima de uma superfície plana, enquanto em segundo plano exibe-se uma caixinha com diversas unidades;
- e) Finalizando, a letra da música de fundo passa a repetir o nome do produto.

Tal peça foi bastante criticada à época e uma digna de menção, veio do professor Evandro Vieira Ouriques, do Centro de Psicopolítica e Gestão Mental da Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ). De acordo com o professor a peça coloca a figura da mãe como o “o lugar do Não, impedindo brincadeiras ou experiências de vida”. “Todos estes Nãos são contrapostos a apenas um Sim. O de, pela Mãe, dar um Baton, e pela Criança, de comer Baton” (SCHOLZ, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações que foram trazidas a este texto para situar a cadeia produtiva e comercial do cacau – e do chocolate – mostram que nós, consumidores, incorporamos um conjunto complexo de aspectos positivos/negativos que se reproduzem nesta trajetória.

Os aspectos do modelo ECR (Meio Ambiente até Ética) abordados no texto deixam claro, uma vez mais (SALEH; SALEH, 2012), que a preocupação com a temática ambiental é necessária, porém insuficiente para se tratar adequadamente a questão do consumo responsável do chocolate.

Há possíveis complementações a este trabalho, como por exemplo, incluir em nossas análises o aspecto financeiro ao modelo ECR (SALEH; SALEH, 2013).

REFERÊNCIAS

ALEMANHA discute medidas para melhorar condições dos produtores de cacau. **Deutsche Welle (DW)**, 08 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/alemanha-discute-medidas-para-melhorar-condi%C3%A7%C3%B5es-dos-produtores-de-cacau/a-15865725>>. Acesso em 14 de mar. 2015.

BATON investe em nova campanha nacional. **Propmark**, 10 jun. 2014. Disponível em: <<http://propmark.uol.com.br/anunciantes/48686:baton-investe-em-nova-campanha-nacional>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CHILDREN’S rights key to cocoa sustainability, says ICI. International Cocoa Organization, 11 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cocoainitiative.org/en/news-media/news/203-children-s-rights-key-to-cocoa-sustainability-says-ici>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

DACEY, J. Chocolate mantém gosto amargo de exploração. **Swissinfo.ch**, 06 out. 2011. Disponível em: <<http://www.swissinfo.ch/por/chocolate-mant%C3%A9m-gosto-amargo-de-explora%C3%A7%C3%A3o/31223982>>. Acesso em 17 mar. 2015.

DIA mundial contra o trabalho infantil 2012. **Organização Internacional do Trabalho: promovendo o trabalho decente**. 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/dia-mundial-contra-o-trabalho-infantil-2012>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

ESTUDO encomendado pela Nestlé diz que empresa compra cacau processado por crianças. **BBC Brasil**, 29 jun. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2012/06/120629_cacau_nestle_lgb_rn.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. HAWKSLEY, H. Ivory Coast cocoa farms child labour: Little change. **BBC News Africa**, 10 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-15681986>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

INMETRO; IDEC. **Meio ambiente e consumo**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002a.

_____. **Saúde e segurança do consumidor**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002b.

_____. **Publicidade e consumo**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002c.

_____. **Direitos do consumidor e ética no consumo**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002d.

OETTERER, M. *Tecnologias de obtenção do cacau, produtos do cacau e do chocolate*. In: OETTERER, M.; D'ARCE, M. A. B. R.; SPOTO, M. (Org.). **Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos**. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2006, v. 1, p. 1-50.

PIASENTIN, F. B.; SAITO, C. H. Os diferentes métodos de cultivo de cacau no sudeste da Bahia, Brasil: aspectos históricos e percepções. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 1, abr. 2014.

SALEH, A. M. A educação para o consumo responsável e a sustentabilidade: um exemplo de caso. **Educação Ambiental em Ação**, ano IX, n.32, jun. 2010.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. Apresentação didática do projeto "Educação para o Consumo Responsável". **Rev. Conexão UEPG**, Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 6, p. 28-33, 2010.

_____. Consumo responsável: um passo além do aspecto ambiental. **Educar em Revista** (Impresso), v. 44, p. 167-179, 2012.

_____. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educação em Revista** (UFMG. Impresso), v. 29, p. 189-214, 2013.

SCHOLZ, C. Comercial de chocolate que mostra mães dizendo não aos filhos causa polêmica. Radar da Propaganda, 28 jun. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/comercial-de-chocolate-que-mostra-maes-dizendo-nao-aos-filhos-causa-polemica/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MAPEAMENTO DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA PELA POPULAÇÃO MARINGAENSE: PROSPECTANDO DADOS PARA AÇÕES DE ATIVISMO AMBIENTAL¹²⁴

Silvio Alexandre dos Santos¹²⁵; Talita R. J. C. Romano¹²⁶

Bruna M. de L. Cibotto¹²⁷, Luiz Felipe M. Velho¹²⁸; Ana Paula M. Velho¹²⁹

Palavras-chave: Ecologia; Desperdício de água; Consumo consciente; Paraná.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o estudo elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela ONG Transparência Internacional, mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável. Atualmente, a escassez atinge 460 milhões de pessoas e dezenas de milhões delas vivem com menos de cinco litros de água por dia (BRANCO, 2015). Mantendo os atuais padrões de consumo, em 2030, o mundo enfrentará um déficit no abastecimento de água de 40% (PORTAL, 2015).

O Brasil é um dos países mais ricos em água do planeta, com cerca de 12% da água doce superficial disponível na Terra. Porém, como destaca Branco (2015), há uma distribuição desigual. A região Norte, com 7% da população, possui 68% da água do Brasil; enquanto o Nordeste, com 29% da população, possui 3%; e o Sudeste, com 43% da população, conta com apenas 6%. Só a Amazônia tem 80% da água existente no Brasil. Em consequência disso tudo, quase metade dos brasileiros (45%) não têm acesso a serviços de água tratada.

Porém, a pior constatação é que os brasileiros desperdiçam 40% da água tratada fornecida às suas casas, escritórios, fábricas etc. As residências respondem por 22% e as indústrias por 19% do consumo. Cada pessoa necessita de 40 litros de água por dia, mas os brasileiros consomem 200 litros e os norte-americanos, mais de 500 (BRANCO, 2015).

Além da dificuldade de mudar hábitos, enfrenta-se outras transformações com características menos controláveis, como as mudanças climáticas. Em 2015, no mês de fevereiro, em Londrina, a temperatura chegou a 34 graus, o aumento no consumo foi significativo, chegando próximo dos 30%. Em Foz do Iguaçu, cuja temperatura subiu para 33 graus, o consumo de água tratada aumentou 10,5%, próximo ao volume a mais demandado por Maringá (10,46%), onde a temperatura bateu nos 35º (KOWALSKI, 2015).

Levando-se em consideração todos os municípios do Paraná atendidos pela Sanepar, a variação no consumo de água é ainda maior: 31,19%. Em 2005, foram consumidos 373.059.286 metros cúbicos de água. No ano passado, foram 489.416.618 metros cúbicos. Nesses 10 anos, a população paranaense aumentou em 7,99%. Ainda de acordo com a Sanepar, a distribuição do consumo por categoria nas áreas onde a empresa atende é 77% residencial, 13% comercial, 6% poderes públicos, 4% industrial (MARONI, 2011).

¹²⁴Pesquisa financiada com bolsa do Probic/CNPq – UNICESUMAR.

¹²⁵Estudante do Mestrado em Tecnologias Limpas-UNICESUMAR, Maringá/PR; silviogeosas@gmail.com

¹²⁶Bolsista PIBIC/CNPq. Aluna de Jornalismo UNICESUMAR, Maringá/PR; joana.c.romano@gmail.com

¹²⁷Ex-Bolsista PIBIC/CNPq. Bacharel em Publicidade e Propaganda-UNICESUMAR, Maringá/PR; bruna.cibotto@gmail.com

¹²⁸Orientador. Professor e coordenador do mestrado em Tecnologias Limpas– UniCesumar, Maringá-PR, luiz.velho@gmail.com

¹²⁹Coorientadora. Professora de Jornalismo e dos mestrados em Tecnologias Limpas e Promoção da Saúde – UniCesumar, Maringá-PR, anapaula.mac@gmail.com

Maringá situa-se geograficamente no Norte do Paraná. Para o abastecimento de água do município de Maringá, a SANEPAR, atual operadora do sistema, capta e produz uma vazão que em função da demanda pode atingir 5.700 m³/h, através da exploração do manancial de superfície e subterrâneo sendo eles: o rio Pirapó – manancial de superfície com vazão atual captada de 3.600 m³/h; e o Aquífero Serra Geral – manancial subterrâneo com vazão de até 550 m³/h (LEVANTAMENTO, 2012).

A cidade conta com uma extensão de cerca de 1.800 km de redes em 17 setores de distribuição. O percentual da cobertura do abastecimento de Maringá já é de 100%, devendo ser mantido ao longo dos 30 anos (2012/2041) e a população consome cerca de 158 L/hab/dia, 48 a mais do que o mínimo preconizado pela ONU.

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), em média, distribui em Maringá 73 milhões de litros diários. O sistema de abastecimento da cidade tem capacidade máxima de 90 milhões de litros. O consumo maior, nos três meses de verão, corresponde ao volume médio necessário para abastecer uma cidade de 350 mil habitantes (MARONI, 2011).

Diversos são os fatores que afetam o consumo de água de uma cidade como o clima; isto é: o consumo aumenta conforme aumenta a temperatura, enquanto a presença de chuvas o reduz. Além disso, há a questão dos hábitos e o nível de vida da população: quanto melhor o nível de vida da população, maior é o consumo de água, e a forma como as pessoas utilizam a água é fundamental (BARBIERO; LEMES, 2011).

Outra pesquisa, realizada por Kuhnen (2010), se afina ainda mais com o objetivo das discussões deste artigo, abordando sobre a relação pessoa-ambiente. O trabalho buscou compreender como os usuários de água, de abastecimento urbano, representam o recurso que consomem. Foi feita uma análise pela variável idade dos participantes. Como resultado observou-se que, para a maioria, independentemente da idade, a água é percebida não apenas como recurso, mas como meio de vida.

A pesquisa de Paulo e Monteiro (2006), realizada com 121 alunos, numa escola do interior de São Paulo, mostra que a maioria dos estudantes reconhece o desperdício da água como um fator que não contribui para o desenvolvimento sustentável. Além disso, admitem que a água é um componente vital para os seres vivos e que atitudes de desperdício e poluição pode levar a sua escassez.

Não foram encontradas, porém, pesquisas que focassem especificamente os hábitos de consumo de água nem por jovens nem por adultos, o que justifica a realização da investigação aqui apresentada.

O problema desta pesquisa é, enfim, responder a seguinte questão: qual o nível de conscientização dos maringaenses em relação ao uso consciente da água? Desta forma, o objetivo foi conhecer o perfil deste público, no que diz respeito às suas práticas sobre o consumo de água.

2. Material e Métodos

Este foi um estudo exploratório, a partir de uma pesquisa de campo. Foi aplicado um questionário estruturado com 18 questões, para conhecer os dados socioeconômicos e de consumo consciente da água do maringaense. Elaborou-se um questionário online, na plataforma Google Docs. O questionário foi aplicado aos visitantes do estande da Unicesumar, na Expoingá 2014, a feira agropecuária que reúne pessoas de todas as classes sociais de Maringá, no dia 16 de maio, das 18 às 22 horas. A amostra foi composta por 135 formulários respondidos por pessoas acima de 21 anos de idades, para diferenciar do primeiro grupo pesquisado que foram os jovens (CIBOTTO; SKURA; VELHO, 2013).

Esta amostra é quase 20% do total de visitantes do estande da UniCesumar na Expoingá, na sexta-feira, dia 16, um dos dias mais movimentados da Feira. Como houve relacionamento com os entrevistados para diminuir dúvidas, foi definido que uma taxa de resposta de quase 20% dos visitantes do estande seria suficiente para apontar um perfil confiável do consumo responsável de água pelas pessoas entrevistadas. Naquela noite, segundo registro do departamento de marketing da UniCesumar, 750 pessoas passaram pelo local.

Em seguida, os dados foram tabulados no próprio Google Docs, por meio do qual foram gerados os dados preliminares descritos e analisados quanti e qualitativamente.

3. Resultados e discussão

Esses entrevistados tinham idade de 24 a 70 anos, sendo a maioria 24 aos 45 anos (81%). A idade inicial foi definida, pois esta etapa da pesquisa visava conhecer os hábitos de consumo apenas dos adultos, sendo que as idades abaixo de 24 anos já haviam sido entrevistadas nas outras etapas dessa pesquisa (CIBOTTO; SKURA; VELHO, 2013).

Em relação ao gênero, 66% eram do sexo feminino e 34% do masculino. Isso ocorreu, pois, a maioria dos entrevistados que estavam com seus familiares, os homens optaram por não responder ao questionário, alegando que informações sobre os hábitos de consumo da água em casa são responsabilidade da mulher.

Desse total, 36% possuem o 2º grau completo, 24% ensino superior completo e 15% superior incompleto e 9% mestrado e/ou doutorado, o que mostra um nível elevado de escolaridade da maioria dos entrevistados.

É possível perceber que a população maringaense tem consciência do bem precioso que é a água. Porém, o que preocupa são os hábitos de consumo dessa população. Viu-se que 99% tomam banho de ducha e 1% de banheira, sendo que desse total, apenas 35% fecham a ducha durante o ensaboamento, enquanto que 65% mantêm a água interruptamente aberta durante o banho. Além disso, é preocupante o tempo gasto sob o chuveiro, diariamente: 49% demoram em média de 6 a 10 minutos por banho diariamente, 28% demoram 5 minutos, 14% demoram de 11 a 15 minutos e 9% mais de 15 minutos.

Em oposição a essa primeira situação, viu-se que a população maringaense já está mais consciente na hora de escovar os dentes e lavar a louça. Apenas 16% escovam os dentes com a torneira interruptamente aberta e 9% mantem ela aberta **ininterruptamente** na hora de lavar a louça.

Em relação ao processo de distribuição de água na cidade de Maringá, 74% sabem de onde a água é captada e distribuída em sua cidade enquanto que 26% não tem esse conhecimento. Quando questionados sobre o conhecimento em relação ao Aquífero Guarani, apenas 23% identificaram o reservatório.

Por fim, como um dos objetivos da pesquisa era identificar o conhecimento e as práticas dos entrevistados sobre o consumo de água para, em seguida, propor ações de ativismo para o uso consciente deste bem por meio das redes sociais (CIBOTTO; SKURA; VELHO, 2013). Desta forma, foram realizadas questões sobre a relação dos entrevistados com as redes sociais.

Viu-se que apenas 33% se envolvem em mobilizações em redes sociais, sendo o Facebook a rede social mais frequentada pelos entrevistados (57%), seguida pelo LinkedIn (3%) e pelo Flickr (2%). Outro dado importante, é que do total de entrevistados, 20% não frequentam nenhuma rede social.

4. Discussão

Os resultados da pesquisa mostram que os maringenses refletem sobre a água em casa, mas poucos conhecem os dados que envolvem o problema da água em nível social. Na média, o consumo per capita das cidades paranaenses é de 98 litros ao dia, índice que está de acordo com o que apresenta Maroni (2011), quando aponta que o problema da água no Paraná não é especificamente a quantidade, mas a deterioração da qualidade dos mananciais, questões ligadas ao esgoto, aos pontos de captação de água da natureza, enfim, o impacto ambiental e os investimentos no processo de captação, tratamento e distribuição.

Em Maringá, no entanto, o consumo é acima da média. Isso não pode ser explicado, especificamente, pelos dados da pesquisa, porém, pode-se destacar que a questão do banho pode ser uma possível explicação para que a população maringense extrapole os níveis de consumo de água aceitáveis.

Entre os hábitos que mais se destacam quando se reflete sobre os dados levantados na pesquisa está o banho diário dos maringenses. 99% tomam banho de ducha e só 35% deles fecham a água durante o ensaboamento, sendo que 49% demoram de 6 a 10 minutos sob o chuveiro, diariamente. Esses dados chamam a atenção, pois o consumo de água de uma pessoa que não fecha o chuveiro pode chegar a 243 litros. Outro dado é que, segundo informações da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de 10 minutos de banho com o chuveiro aberto, uma pessoa está usando além do que seria o necessário para atender às condições de higiene. Em um banho de 15 minutos, sem fechar o registro, se gasta mais que o dobro da quantidade de água que uma pessoa precisa para sobreviver um dia inteiro, que é 110 litros (INFO EXAME, 2014). Porém, se toda vez que uma pessoa for se ensaboar ela fechar o registro, a sua economia anual no banho será de 59 mil litros de água, ou seja, o suficiente para manter as necessidades básicas de outra pessoa durante esse mesmo ano (Serviço Autônomo de Água e Esgoto – MG, s.d.).

Por outro lado, em relação à hora de escovar os dentes, os entrevistados já estão mais conscientes. Apenas 16% permanecem com a torneira ininterruptamente aberta para escovar os dentes. Segundo pesquisa da Akatu (2012), desde 2006 esse hábito vem crescendo entre os brasileiros. Subiu de 67%, em 2006, para 71%, em 2010, e chegou a 75% dos entrevistados em 2012, em todos o Brasil.

No que diz respeito à estrutura da casa e os hábitos da família, os dados mostram que 8% das casas dos respondentes têm mecanismos para poupança de água, como torneiras que fecham automaticamente e até máquinas de lava louças. Entre os entrevistados, 91% disseram que fecham a torneira para o ensaboamento da louça, informação importante, visto que a maior parte das respostas veio de mulheres, aquelas que normalmente são as responsáveis pela lavagem da louça. Esse costume, também segundo a pesquisa nacional feita pela Akatu (2013), é comum no Brasil. Os dados levantados em 2012 mostram que 90% dos brasileiros controlam a vazão da torneira ao lavar a louça, hábito que cresceu desde 2010, quando 88% disseram sim à questão.

Quanto ao processo de distribuição de água oferecido pela concessionária de Maringá, 99% responderam que sabem como a água é captada e distribuída em sua cidade. Grande parte (71%), porém, não sabe quanto custa para suas famílias receberem água encanada; isto é, não tem noção do preço da conta de água, informação que impressiona visto que foram as mulheres da família as responsáveis pelas respostas dadas aos pesquisadores.

5. CONCLUSÃO

Concluiu-se, então, que a conscientização da importância da água para a população, precisa estar mais inserida nas discussões dos maringenses.

Apesar da consciência de que a água é um bem precioso, os hábitos de consumo dos entrevistados não demonstram isso. O tempo gasto no banho com a ducha interruptamente aberta é maior do que o necessário para sobreviver durante o dia todo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), um banho de aproximadamente 15 minutos, sem fechar o registro, consome aproximadamente 135 litros de água. Para a organização, 110 litros são o suficiente para "atender às necessidades de consumo e higiene" (INFO EXAME, 2014).

As respostas mostram que as famílias estão começando a se conscientizar sobre a importância da água, no momento de escovar os dentes e lavar a louça, em que a economia está sendo maior, quando comparada ao momento do banho. Porém, essa conscientização fica restrita ao ambiente familiar e não em nível de sociedade. Isso fica claro pelo fato de não conhecerem com clareza de onde vem a água que abastece as torneiras da cidade de Maringá e a situação estratégica da região de Maringá sobre o Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios subterrâneos de água do mundo.

É preciso, então, realizar ações de ativismo ambiental para conscientizar mais a população. Nesse cenário estão inseridas as redes sociais. Porém, as ações devem também estar em outras mídias e em locais públicos, visto que 20% dos entrevistados do público adulto não frequentam nenhuma rede social.

Desta forma, as iniciativas para mobilizar e conscientizar a população maringense sobre esse bem tão precioso que é a água precisam ser amplas e multifacetadas, no que diz respeito à linguagem e às estratégias de abordagem dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARBIERO, L.C. da S.; e LEMES, E. S. **A Influência das Estações do Ano no Consumo de Água em Maringá-Pr.** Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 3, n. 1, p. 183-191, 2011.

BRANCO, P. M. *Coisas que você deve saber sobre a água. Canal Escola. Serviço Geológico do Brasil. 13 mar 2015. Disponível em:*
<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1084&sid=129#topo>.
 Acesso em: 30 mar 2015.

CIBOTTO, Bruna Mayara de Lima; SKURA, Ivania; VELHO, Ana Paula Machado. **Mapeamento do uso consciente da água pelos jovens estudantes maringenses do projeto Digitando o Futuro.** IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 2013.

KOWALSKI, R. L. Em Curitiba, consumo de água cresce mais que a população. Jornal Bem Paraná Online. Capa. Paraná. 25 fev 2015.

KUHNEN, A. **Psicologia e meio ambiente:** como jovens e adultos representam água de abastecimento. In: BrasilPsico, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 2, pp. 160-167, abr./jun. 2010.

LEVANTAMENTO e Diagnóstico da Situação Atual do Sistema de Abastecimento De Água – SAA. **Prefeitura de Maringá**. Ampla Consultoria. 2012. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/saneamento/pmsb1.pdf>. Acesso em 28 mar 2015.

MARONI, J. R. **Consumo individual de água nas três maiores cidades do Paraná está acima do índice de 110 litros por dia recomendado pela ONU**. 31/08/2011– Gazeta do Povo. 2011.

PAULO, E.C. e MONTEIRO. **A.R. O Papel da Escola na Conscientização de Jovens e Crianças Quanto à Conservação Ambiental**. Anais X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2006. p. 2268-2271. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/02/INIC0000602.pdf. Acesso em: 31 out 2014.

PESQUISA Akatu 2012 – Rumo ao Bem-Estar: assimilação e perspectivas do consumo consciente no Brasil – Percepção da Responsabilidade Social Empresarial pelo Consumidor Brasileiro. Textos de Aron Belinky e Hélio Mattar. São Paulo: Instituto Akatu, 2013.

PORTAL Brasil. **Segundo UNESCO, mundo precisará mudar consumo de água**. MEIO AMBIENTE > 2015 > 03 >Publicado: 22/03/2015.

INFO EXAME. **Banho passou de 10 minutos? É desperdício**. 06/02/2014.

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Dados sobre o consumo de água. Disponível em: <http://www.saaeitabira.com.br/Portals/6/flash/comoeconomizar.htm>. Acesso em setembro de 2014.

O CONSUMO RESPONSÁVEL DA ÁGUA

Abdala Mohamed Saleh
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
abdala.saleh@gmail.com

Palavras-chave: Escassez de água. Consumo responsável. Ensino.

INTRODUÇÃO

Todos sabemos que a água é um elemento essencial para a nossa sobrevivência, já que sem ela não atingimos a condição mínima para tal, que é produzir alimentos. Especialistas estimaram quanto de “água virtual” - aquela que usamos sem perceber - é necessário no processo de produção dos alimentos: carne de boi (17.100 litros/kg), arroz (2.500 litros/kg), banana (500 litros/kg), tomate (105 litros/kg), etc (CZAPSKI, 2008).

Por outro lado, conforme aponta CZAPSKI (2008), há situações de consumo em que a água aparece de forma menos explícita ainda. Por exemplo, um aparelho eletroeletrônico consome água durante o seu uso, pois se obtém energia elétrica das usinas hidrelétricas por meio do movimento das turbinas, que transformam a energia hidráulica em mecânica.

O intuito deste trabalho é abordar a questão da água por meio do modelo ECR (Educação para o Consumo Responsável) que leva em conta as vertentes Meio Ambiente, Saúde, Publicidade, Direito e Ética. Como veremos, um conjunto diversificado de situações será considerado a fim de se obter uma visão ampla a respeito da questão da água à luz do consumo responsável. Como será visto, a abordagem dar-se-á através de exemplos bastante diversificados o que não significa a perda de foco do trabalho, que é de correlacionar o consumo responsável com a questão da água.

DESENVOLVIMENTO

A fim de tratarmos das questões que envolvem a água à luz do consumo responsável, retomaremos o modelo de Educação para o Consumo Responsável (ECR) que propusemos em trabalhos anteriores (SALEH, 2010; SALEH & SALEH, 2010; SALEH & SALEH, 2012; SALEH & SALEH, 2013).

Como temos salientado, o Consumo Responsável pode ser didaticamente representado por meio de um fluxograma (ver Figura 1), propiciando uma melhor compreensão da relação entre os vários aspectos que os consumidores devem esperar das empresas - públicas ou privadas - e seus produtos. Observando tais aspectos, um consumidor poderá elaborar um parecer de teor qualitativo de grande valia para a tomada de decisão de compra ou uso de bens e serviços.

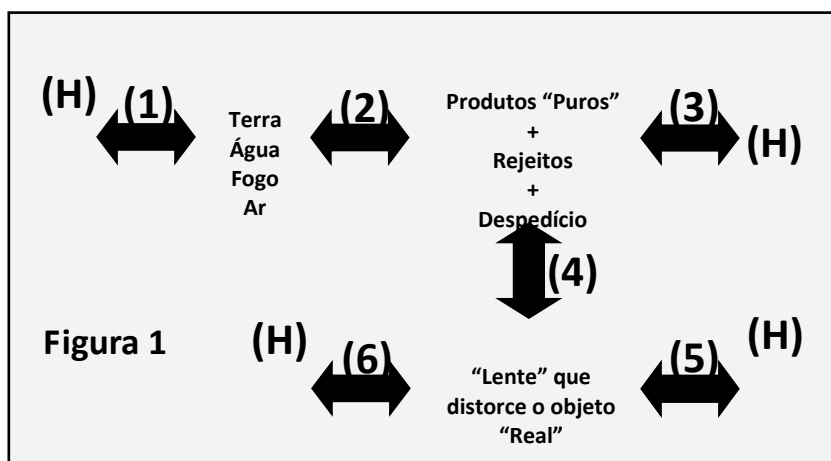


Figura 1 – Modelo “Educação para o Consumo Responsável” (ECR) que incorpora as vertentes: (1) e (2) - Meio Ambiente; (3) e (6) - Saúde e Segurança; (4) e (5) - Publicidade; (1) - (6) o Direito e a Ética.

Os itens do modelo, referentes à Figura 1, remetem aos quatro fascículos da coleção lançada conjuntamente pelo IDEC (Instituto de defesa do consumidor) e Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), nos quais são desenvolvidos os temas transversais previstos nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), reorganizados nos seguintes volumes: *Meio Ambiente e Consumo* (INMETRO; IDEC, 2002a), *Saúde e Segurança no Consumo* (INMETRO; IDEC, 2002b), *Publicidade e Consumo* (INMETRO; IDEC, 2002c) e *Direito e Ética no Consumo* (INMETRO; IDEC, 2002d).

Diante disso, podemos interpretar o modelo como se segue:

(1): (H) interage com o sistema natural Terra, Fogo (Energia), Água e Ar;

(2): (H) age sobre o sistema natural, por meio da tecnologia e conhecimento científico, gerando Produtos “Puros” (estado ideal em que o que é produzido é totalmente livre de perdas de matéria ou energia), Rejeitos e Desperdício.

Nos itens **(1)** e **(2)** o aspecto **Meio Ambiente (MA)** é considerado.

(3): (H) interage com os Produtos “Puros”, Rejeitos e Desperdício, entrando em cena o aspecto de sua **Saúde e Segurança (S)**. Por outro lado, o consumidor (H) pode comprar produtos que coloquem em risco a sua saúde, como por exemplo, um alimento ou um medicamento. Assim, é fundamental levar em conta, novamente, os aspectos relacionados à **(S)** do consumidor, em outras palavras, trata-se do **item (6)** do fluxograma, ao qual voltaremos abaixo;

(4): (H) necessita apresentar os produtos por ele gerados ao consumidor, de forma vendável e, por vezes, até pouco esclarecedora. Aqui, se apresenta a vertente **Publicidade (Pu)**.

(5): (H) é produtor e receptor da **Pu**, também interage com sua própria criação publicitária e a de outros, inclusive tornando-se o próprio consumidor dela.

(6): (H) é um consumidor final, em termos didáticos. Há no homem aspectos de natureza ética (bem e mal). Passamos assim a tratar neste caso sobre o tema **Direito (D) e Ética (E)**. Cabe ressaltar que, a cada passo, de **(1)** a **(6)**, é permeado por **D** e **E** como elementos de análise.

A fim de evidenciar a importância de se considerar a complexidade da questão da água e, portanto, do seu consumo, serão analisadas, por meio do modelo ECR, diversas situações que dizem respeito à questão da água.

MEIO AMBIENTE – (1) E (2) DO MODELO ECR

Do ponto de vista da ação do homem nos sistemas naturais, tomemos como exemplo a situação da bacia do rio Atibaia (Estado de SP e MG), que pertence ao sistema Cantareira, cujo problema de escassez hídrica vem sendo fartamente divulgada pela mídia. Historicamente, nessa bacia, que inclui as bacias dos rios Cachoeira e Atibainha, o desmatamento aconteceu já no século XIX motivado pelas plantações de café. Após essa etapa instalou-se a pastagem, já que a agricultura mecanizada era inviável devido às declividades. A vegetação inicial era de Mata Atlântica, alternando entre Floresta Ombrófila densa e mista e mais recentemente de mata secundária. O clima da região é subtropical de altitude.

Nessa região, há o favorecimento de processos erosivos, pois a maior parte da área apresenta 20 a 45% de declividade, em relevo montanhoso, isso aliado a uma geologia local que consiste de rochas do complexo cristalino (PEREIRA; TEIXEIRA FILHO, 2009).

Com base em Pereira & Teixeira filho (2009), que realizam um trabalho de Geoprocessamento e pesquisas de campo, é possível apresentar um panorama da situação, em que podem ser identificados os seguintes aspectos, que cobrem um período total de 19 anos (1986-2005):

- a) Bacia do rio Cachoeira: a mata nativa e pastagem foi substituída por silvicultura (aumento de 14%) e o desmatamento correspondeu a 9% da área total;
- b) Bacia do rio Atibainha: aumento de 20% na silvicultura e de 17% da área total de desmatamento;

Em ambas as bacias a maior parte dos agricultores (de acordo com entrevistas realizadas de outubro de 2006 a janeiro de 2007) desenvolveu tanto a pastagem como a silvicultura, dando-se preferência à última devido à expectativa de um melhor retorno financeiro, diante da queda no preço do leite. Neste sentido, havia um indicativo de que os processos erosivos poderiam se intensificar ainda mais do que ocorrera até 2005, já que o desmatamento tenderia a um aumento gradativo.

- c) Classes de suscetibilidade à erosão nas áreas de estudo 1986-2005: aumento de 14% nas áreas de alto risco. Porém, os comportamentos das bacias foram distintos: - 11% em Cachoeira e 19% em Atibainha.
- d) Classes de suscetibilidade à erosão nas áreas de estudo, no âmbito da distribuição espacial, em dois tempos, 1986 e 2005: aponta-se claramente o avanço das áreas suscetíveis à erosão no decorrer do período. Além disso, essas áreas aumentaram nas proximidades das maiores porções de matas nativas e nas proximidades dos reservatórios de abastecimento, a jusante de ambas as bacias.

Enfim, os itens acima evidenciam, no espaço-tempo, a consolidação e intensificação da **degradação dos reservatórios de água**, que pertencem à bacia do rio Atibaia (PEREIRA; TEIXEIRA FILHO, 2009), situação que **reduz a quantidade e a qualidade de água disponível**, e que os desavisados poderiam tomar como inevitável diante das demandas sociais e econômicas.

SAÚDE E SEGURANÇA – (3) E (6) DO MODELO ECR

Traze-se nesta seção um estudo científico realizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - (MENDONÇA; MOTTA, 2005), relativo ao período de 1981 a 2001, que

mostra uma importante diminuição da mortalidade infantil no Brasil, ligada às doenças de veiculação hídrica.

Embora a pesquisa esteja um tanto desatualizada, ela tem o grande mérito de identificar, no que tange a utilização da água, a forma de redução de mortalidade e o seu custo financeiro.

O estudo mostra, através de um modelo de estrutura epidemiológica, que a referida diminuição aconteceu por meio da melhoria dos serviços de saneamento e acesso aos serviços de educação e saúde. Através de um conjunto de ferramentas estatísticas foi possível estimar o custo médio de se salvar uma vida, para os serviços de saneamento, educação e saúde. Observou-se que há uma relação direta entre tais custos e a redução do analfabetismo.

De acordo com os cálculos de Mendonça & Motta (2005) os custos, em ordem crescente, (atualizados pelo IPCA até dezembro de 2014) e a redução de mortes a eles associada foram: a) redução de 1% de analfabetismo em mulheres maiores de 15 anos representa uma redução de 162 mortes. O custo unitário por morte evitada (CUME) seria cerca de R\$ 161.000,00; b) aumento de 1% de número de leitos evitaria 27 mortes. O CUME seria cerca de R\$ 227.000,00; c) aumento de 1% dos serviços de água implicaria em redução de 108 mortes. O CUME seria cerca de R\$ 428.000,00; d) aumento de 1% dos serviços de esgotamento sanitário reduziria em 216 mortes pelas doenças de veiculação hídrica. O CUME seria cerca de R\$ 614.000,00; e) aumento de 1% de serviços de saúde evitaria 415 mortes. O CUME seria cerca de R\$ 884.000,00 atualizados.

Os dados acima, em especial o item a), asseguram que a forma **mais econômica de se diminuir a mortalidade infantil, acarretada por doenças propagadas pelo meio hídrico, é através da redução do analfabetismo**. Desta forma, podemos inferir que, nas situações de maior investimento em educação, as condições de uso da água seriam mais racionais, haveria mais saúde para a população e, além disso, a baixo custo. Aqui vemos claramente que Educação precede a Saúde.

DIREITO E ÉTICA – (1) A (6) DO MODELO ECR

Nesta seção trazemos à baila uma situação que envolve os aspectos legais para o uso da água. Devido à grave crise de abastecimento de água, está em andamento um conflito entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelo uso dos recursos hídricos do Rio Paraíba.

Em tempos anteriores à escassez de água não se organizou um sistema de arbitragem que regularizasse, sem necessidade de intervenção judicial, as possíveis divergências de uso da água do Rio Paraíba, entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Teoricamente, quem deveria arbitrar sobre o conflito, respeitando-se a Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que é composto pela sociedade civil e o poder público. Infelizmente, por falta de força política do CNRH em relação a SP e RJ, o caso foi levado para o Supremo Tribunal Federal (ANTUNES; CUNHA, 2015).

Para além das disputas legais, como podemos compreender a “**ética das águas**”? “Presumivelmente a natureza já existia antes da economia moderna. Por isso a natureza é em si gratuita, não tem preço” escreveu Robert Kurz (2002: 11) sobre as relações entre economia e natureza. (GALIZONI; RIBEIRO, 2011, p. 84)”. Por outro lado, esta visão é similar à apontada pelos lavradores de comunidades rurais de Minas Gerais: “Água é um berço da

natureza de Deus e todo mundo, gente ou bicho, pode usar” (lavrador do vale do São Francisco). (GALIZONI; RIBEIRO, 2011, p. 84).

Os lavradores de comunidades rurais de Minas Gerais trazem consigo o conhecimento que vem de suas tradições e vivências. Notamos claramente que ambas as visões convergem no sentido de uma Ética da natureza (e da água). Ética que regula/conceitua o uso, a distribuição e o valor econômico que se deve dar à água. Neste sentido, todos podem usar a água sem pagar por ela.

Tais ideias são conflitantes com a realidade em que vivemos já que, apesar de legalmente a água ser considerada “um bem de domínio público” (BRASIL, 1997), na prática ela é dominada por um pequeno grupo de integrantes – empresas de abastecimento, grandes empresas e o mercado financeiro - que se beneficiam de uma cobrança inferior àquela imposta ao cidadão comum (ABRAHÃO, 2015), (PERGUNTAS, 2014). Em trocadilhos dos trechos acima, podemos dizer: “a água tem preço” e “alguns mandam na água”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos encaminhar a análise de um conjunto de aspectos referentes à água, tendo sido possível traçar um cenário cujos elementos apresentam propriedades distintas entre si, embora a unidade daqueles tenha sido respeitada. Em outras palavras, utilizamos um modelo de Educação para o Consumo Responsável (ECR), que teve a incumbência de definir a direção das perguntas (ou formulá-las) a fim de permitir uma compreensão satisfatória acerca da problemática da água. As vertentes - mencionadas ao longo do texto - Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Publicidade, Direito e Ética serviram de base às diversas análises que se desenrolaram no texto. Respectivamente às vertentes acima, os temas tratados foram: 1) degradação da bacia do Rio Atibaia; 2) a educação como a forma mais econômica de se evitar mortalidade infantil gerada pela transmissão de doenças pela água; 3) Não foi possível desenvolver a temática da Publicidade, pois não foi possível encontrar material que adequasse ao nosso estudo; 4) Na temática do Direito tratamos do encaminhamento de conflitos pela água ocorridos entre SP e RJ; 5) Por fim, tratamos da “Ética das águas” do ponto de vista acadêmico e popular (envolve vivências e tradições de comunidades), sendo que ambas convergem no sentido da gratuidade da água. A água não é refém de um dono(s) absoluto(s) e nem um bem restrito o a uma minoria.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, N. A lista de consumidores “premium” da Sabesp. **Luis Nassif Online**, 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-lista-de-consumidores-premium-da-sabesp>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

ANTUNES, P. B.; CUNHA, S. Exemplo europeu e a crise de água no Brasil. **Valor**, 30 jan. 2015. *Legislação & Tributos* | SP, p. 2.

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p.15, 29.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, 1998.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

CZAPSKI, S. **Água**: mudanças ambientais globais. Pensar + Agir na escola e na comunidade. Brasília: Ministério da Educação, Secad: Ministério do Meio Ambiente, Saic, 2008. 20 p. (Mudanças ambientais globais. Pensar + agir na escola e na comunidade).

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 1, jun. 2011.

INMETRO; IDEC. **Meio ambiente e consumo**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002a.

_____. **Saúde e segurança do consumidor**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002b.

_____. **Publicidade e consumo**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002c.

_____. **Direitos do consumidor e ética no consumo**: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002d.

MENDONÇA, M. J. C.; MOTTA, R. S. **Saúde e saneamento no Brasil**. Texto para discussão nº 1081. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/SSRN-id738424.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

PEREIRA, V. R.; TEIXEIRA FILHO, J. Identificação das áreas susceptíveis aos processos erosivos em duas bacias do Sistema Cantareira por meio de diferentes cenários. **Acta Scientiarum Agronomy**, Maringá, v. 31, n. 1, mar. 2009.

PERGUNTAS e respostas sobre a crise da falta de água em São Paulo. Carta Capital, 23 out. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/perguntas-e-respostas-sobre-a-crise-de-falta-de-agua-em-sao-paulo-2358.html>>. **Acesso em: 26 fev. 2015.**

SALEH, A. M. A educação para o consumo responsável e a sustentabilidade: um caso-exemplo. **Educação Ambiental em Ação**, ano IX, n. 32, jun. 2010.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. Apresentação didática do projeto “Educação para o Consumo Responsável”. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 6, p. 28-33, 2010.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. Consumo responsável: um passo além do aspecto ambiental. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 44, jun. 2012.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, dez. 2013.

GT 13: COMUNICAÇÃO POLÍTICA, ELITES E CONHECIMENTO

“A HOT POTATO”. POLÍTICA DE AUDIÊNCIA, OPINIÃO PÚBLICA E ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO DO NYT EM PERSPECTIVA COMPARADA

Thiago Perez Bernardes de Moraes
 UNIANDRADE-Faculdade Padre João Bagozzi
 Suelen Patrícia Alves Maia Perez de Moraes
 UNINTER – Centro Universitário Internacional de Curitiba
 MBA em Marketing Político e Organização de Campanhas Eleitorais

Palavras-chave: Opinião Pública; The New York Times; Casamento Gay; Maconha; Aborto.

INTRODUÇÃO

Um dos fatores mais consideráveis do mundo político é a comunicação entre governantes e governados, onde o primeiro está incumbido sempre de buscar um acordo com o segundo. Todavia, não é fácil entender o ritmo da opinião pública, nem tampouco os fatores endógenos e exógenos que podem compor esta equação.

O seguinte trabalho focou-se em apenas uma variável independente da formação da opinião pública: o comportamento dos *mass media*. Nesse ponto, essa pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: o volume de publicações do *The New York Times* afeta a opinião pública dos americanos sobre “políticas de audiência”? Considerando que o *NYT* é um jornal declaradamente liberal (PAGANOTTI, 2010; PUGLISI, 2011; PUGLISI; SNYDER, 2011; SILVEIRA, 2011), levantou-se a hipótese de que, quanto maior é o volume de publicações no jornal de temas relativos a políticas de audiência, mais favorável será a opinião dos estadunidenses em relação a estes temas.

Para testar a hipótese foram utilizadas duas fontes de dados: 1) dados do *Gallup Institute*, sobre a evolução histórica da opinião pública dos americanos em relação aos temas maconha, casamento gay e aborto; e 2) dados gerados a partir da ferramenta *Chronicle* que mensuram o volume de publicação anual de matérias no *The New York Times* sobre estes mesmos temas.

Identificou-se que o *The New York Times* exerceu significativa influência sobre a favorabilidade dos americanos frente aos temas legalização da maconha e do casamento gay, entretanto, não se evidenciou nenhuma influência do jornal sobre o tema legalidade do aborto, o que sinaliza que a hipótese é parcialmente aderente.

2. Política de Audiência (Hearing Room Politics)

Gormley trouxe um ponto novo para as tipologias de políticas públicas: o fator saliência. Para Gormley, o nível de saliência (a capacidade de chamar atenção de um público geral ou específico) e o nível de complexidade demandado pela política, representam uma Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

intersecção de análise muito importante para a ciência política. Nessa perspectiva um assunto é saliente quando tem meios de afetar, de forma direta ou indireta, a atenção de um grande número de indivíduos. Já a complexidade é definida pela necessidade (ou não) de especialistas e técnicos para gerar respostas (GORMLEY, 1986, p.595; SECCHI, 2010, p.20; ALMOND; COLEMAN, 2015).

Tabela 1. Tipologia de análise de políticas públicas de Gormley

		Complexidade	
		Alta	Baixa
Saliência	Alta	Política de sala operatória (<i>operating room politics</i>)	Política de audiência (<i>Hearing room politics</i>)
	Baixa	Política de sala de reuniões (<i>board room politics</i>)	Política de baixo calão (<i>street level politics</i>)

Fonte: elaboração dos autores a partir de GORMLEY, 1986.

Pode-se definir que política de audiência, como proposto por Gormley diz respeito à determinada política que em alguma medida é simples, no aspecto estrutural, mas que gera por sua vez, um grande nível de interesse público, ou seja, geram significativo nível de atenção em um grande número de pessoas, o que faz desse tipo de política algo atrativo tanto para os políticos, como para a mídia. Gormley afirma que, se um analista político pode enquadrar determinada política dentro deste esquema conceitual da Tabela 1, é provável que se possa prever em algum nível o comportamento dos burocratas, políticos, cidadãos, meios de comunicação e também, patologias que podem surgir no decorrer do processo decisório. Nesse diapasão, compreende-se a política pública como variável independente e a dinâmica política como variável dependente (SECCHI, 2010, p.21; ALMOND; COLEMAN, 2015). Neste ponto, essa pesquisa focou-se em três temas¹³⁰ que são considerados *hot issues*

¹³⁰ Outra tipologia interessante para o estudo de políticas públicas é a de Bozeman e Pandey que preveem que há dois tipos mais ou menos definidos de políticas públicas: 1) políticas de conteúdos eminentemente técnicos; 2) política de conteúdo eminentemente político. Claro que, na maior parte dos casos, durante o ciclo de criação de políticas públicas há uma alternância na ordem, por exemplo, pode-se dar na fase inicial de estudos um enfoque mais voltado aos pareceres eminentemente técnicos, todavia, passada essa fase inicial a política pode se revelar como fortemente política no momento da tomada de decisão (SECCHI, 2010, p.22-23). Nesse sentido, considera-se que não só as três *Hearing room politic* aqui estudadas, mas todas as políticas desse tipo, em larga medida podem ser consideradas como de cunho eminentemente político dentro da ótica de Bozeman e Pandey.

das políticas do tipo *Hearing room politic*, sendo eles: 1) legalização do casamento gay¹³¹; 2) legalização do aborto¹³²; 3) legalização da maconha¹³³.

Metodologia

O objetivo deste trabalho é responder a seguinte pergunta: O volume anual de publicações no *The New York Times* sobre políticas de audiência (maconha, casamento gay e aborto) afetam o nível da opinião pública?

Considerando que o *NYT* é um jornal declaradamente liberal (e muito lido entre os formadores de opinião), acredita-se que quanto maior o volume de publicações em relação aos temas de política de audiência aqui elencados, maior será a favorabilidade dos americanos em relação a estes temas.

Para testar a hipótese foram geradas com a ferramenta *Chronicles* três frequências relativas ao volume de matérias que continham os seguintes termos: *Abortion*, *Marijuana* e *Gay Marriage*. Comparou-se estas frequências com as pesquisas do *Gallup Institute* sobre a opinião pública dos americanos relativa a estas políticas de audiência. As amostras foram ajustadas, e a partir destes dados foram realizados testes para indicar correlações e também foram traçadas regressões lineares. Para todos os testes foi considerado o intervalo de confiança de 95%.

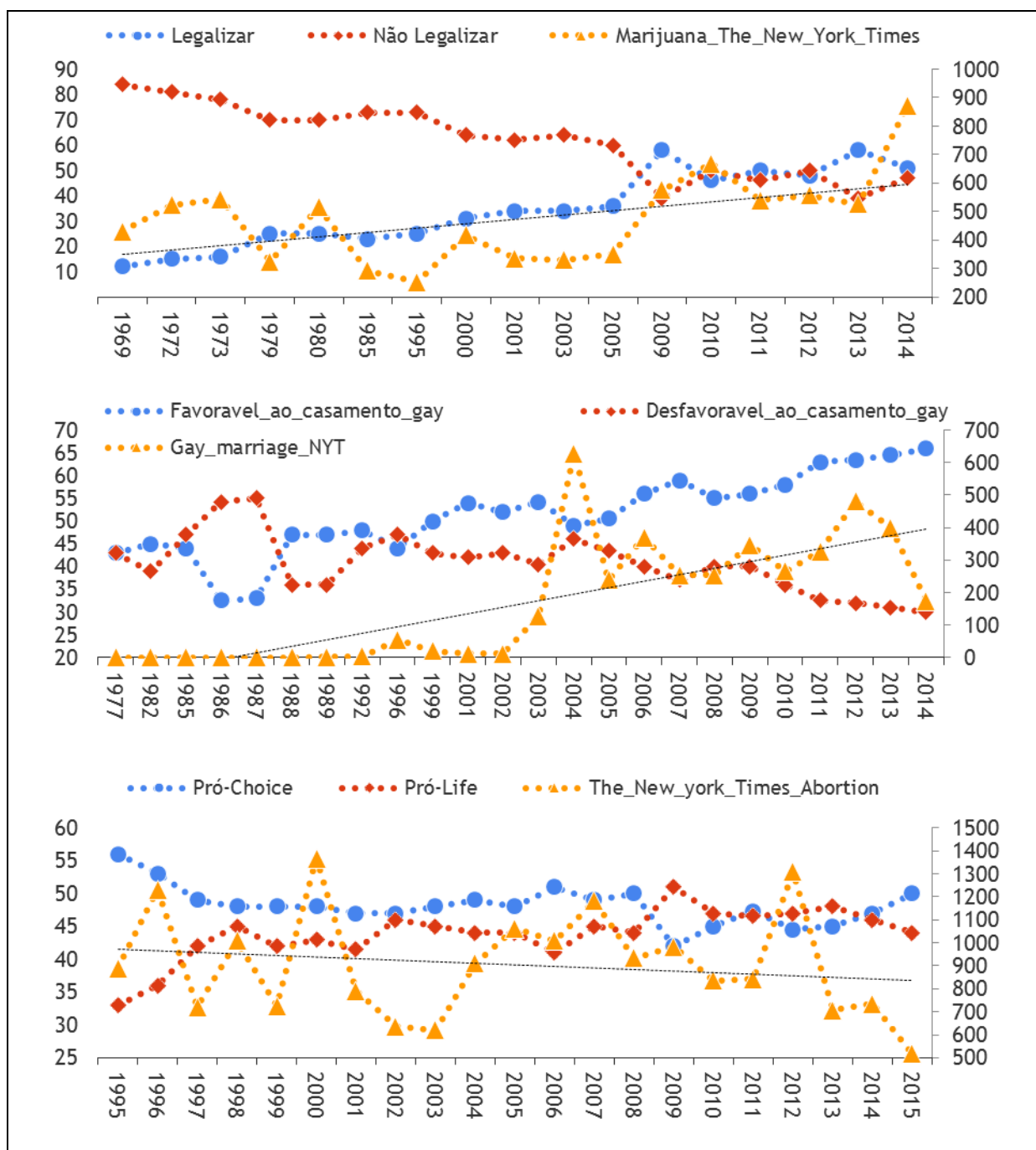
Resultados

Gráfico 1. Evolução da opinião pública dos americanos e de publicações no *The New York Times* sobre temas de política de audiência.

¹³¹ A Suprema Corte Americana reconheceu em 26 de junho desse ano a legalidade do casamento homoafetivo, que ainda não era permitido em 13 dos 50 estados americanos (GLOBO.COM, 2015). A decisão foi considerada histórica, uma vez que, o tema sempre foi motivo de controvérsias, principalmente pela forte influência que a religião exerce na política americana (FERRAZ, 2015, pp. 477-481).

¹³² Nos EUA o aborto é considerado legal desde 1973, entretanto observa-se que a rejeição por parte da sociedade e o número de leis que visam restringi-lo só tem aumentado, fato que pode ser explicado pelo fato de grande parte dos Estados americanos serem governados pelo Partido Republicano, conservador e declaradamente contrário ao aborto (BERTOLDI *et al.*, 2014, pp.11-12).

¹³³ Apesar de ter ganhado um espaço significativo no enquadramento midiático, a maconha ainda não foi legalizada em todos os estados americanos, mas a tendência é que este assunto seja abordado cada vez com mais frequência, visto que, a maconha legal já representa a indústria que mais cresce nos EUA (NARDINI, 2015).



Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do *Chronicles* e do Gallup.

Observa-se no gráfico que, os temas maconha e casamento gay, historicamente, vem ganhando mais espaço nas páginas do *The New York Times*. Todavia, o tema aborto apresenta um declínio linear. Para estudar o possível efeito que as publicações do *NYT* exercem sobre a opinião pública americana no que se refere a temas de política de audiência, traçou-se regressões lineares considerando como variáveis independentes as publicações no *NYT*, para cada respectivo tema, e como variável dependente o nível de favorabilidade / desfavorabilidade.

Tabela 2. Resumo Regressões lineares

Opinião dependente	(variável)	R quadrado ajustado	ANOVA Significação	t	r
Desfavorável Maconha.	Legalização	,205	,039 ^b	-2,265	,039
Favorável Maconha	Legalização	,196	043 ^b	2,214	,043
Favorável Casamento gay		,349	001	3,651	,001
Desfavorável Casamento Gay		,125	002	-2,067	,050
Favorável ao aborto		-,050	,820	,230	,820
Desfavorável ao aborto		-,034	,569	-,580	,569

Fonte: elaboração dos autores.

Pode-se dizer que as publicações do *NYT* causaram significativa influência sobre a opinião dos americanos em relação aos temas maconha (20% do aumento da favorabilidade e 19% da queda da desfavorabilidade) e casamento gay (34% do aumento da favorabilidade e 12% da queda da desfavorabilidade). Com relação ao tema aborto, identificou-se que a influência do jornal é nula, fato que talvez possa ser explicado por grande parte dos americanos serem adeptos da religião protestante, que é o principal grupo do movimento *Pro-life*. De toda forma, também há de se considerar que o *The New York Times* vem dando cada vez menos atenção ao tema.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui apresentados sinalizam que a hipótese dessa pesquisa detém relativa aderência, uma vez que, encontrou-se evidências de que o jornal *NYT* afetou a opinião dos americanos em relação aos temas maconha (20% do aumento da favorabilidade e 19% da queda da desfavorabilidade) e casamento gay (34% do aumento da favorabilidade e 12% da queda da desfavorabilidade), todavia, não foram observados sinais de que o *NYT* tenha conseguido gerar influência no que diz respeito ao tema aborto. Ao que parece, outras variáveis independentes, como religião, podem exercer mais influência do que os meios de comunicação na opinião pública dos americanos quando o tema é aborto.

De toda forma, esse trabalho demonstrou que nos Estados Unidos, o *The New York Times* (e possivelmente outros jornais e meios de comunicação) pode exercer significativa influência sobre a opinião pública dos americanos quando o assunto é política de audiência. Este estudo é exploratório e de escopo limitado, todavia, sugere-se que a metodologia apresentada pode ser usada para estudar a influência que o jornal *NYT* exerce na opinião pública dos americanos em uma larga categoria de temas.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James Smoot (Ed.). **The politics of the developing areas**. Princeton University Press, 2015.

BERTOLDI, Maria Eugênia *et al.* ABORTO: UMA VISÃO LEGAL E BIOMÉDICA. **JICEX**, v. 1, n. 1, 2014.

FERRAZ, Maria Cruz. Religião e homossexualidade nos Estados Unidos: vertentes liberais e conservadoras em debate. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015.

GLOBO.COM. Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo o país. **G1**, São Paulo, 26 de jun. 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1dl6lR8>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

GORMLEY, William T. Regulatory issue networks in a federal system. **Polity**, p. 595-620, 1986.

NARDINI, Rafael. Em um ano, estado dos EUA levanta R\$ 219 milhões em impostos de maconha legalizada. **Brasil Post**, São Paulo, 13 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/07/13/washington-219mi-maconha_n_7787676.html>. Acesso em: 23 de set. 2015.

PAGANOTTI, Ivan. **Pelos olhos de um observador estrangeiro: representações do Brasil na cobertura do correspondente Larry Rohter pelo New York Times**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010

PUGLISI, Riccardo. Being *The New York Times*: the political behaviour of a newspaper. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 11, n. 1, 2011.

PUGLISI, Riccardo; SNYDER, James M. Newspaper coverage of political scandals. **The Journal of Politics**, v. 73, n. 03, p. 931-950, 2011.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas. **São Paulo: Cengage Learning**, 2010.

SILVEIRA, Giovana Souza. **A evolução da percepção da imagem brasileira no exterior de 2001 a 2010: uma perspectiva do "The New York Times"**. 2011.

A METODOLOGIA QUANTITATIVA PARA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES 2014 NO FACEBOOK

Romer Mottinha Santos
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTERr
Gestão Estratégica de Marketing

Palavras-chave: mídias sociais, Facebook, eleições, cobertura jornalística, metodologia quantitativa.

Tendo em vista atualmente a importância das mídias digitais para a divulgação de notícias, o trabalho tem por objetivo analisar a cobertura das eleições presidenciais nas páginas do Facebook de doze jornais brasileiros, no período eleitoral de julho a outubro de 2014 e a interação dos internautas por meio dos comentários aos *posts*. As páginas selecionadas foram dos seguintes jornais: I) nacionais - *Folha de S. Paulo* (SP), *O Estado de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ); II) regionais - *A Tarde* (BA), *Correio Brasiliense* (DF), *Correio do Estado* (MS), *Diário do Pará* (PA), *Gazeta do Povo* (PR), *Jornal da Manhã* (PR) *O Estado de Minas* (MG), *O Povo* (CE) e *Zero Hora* (RS). As eleições presidenciais brasileiras de 2014 apresentam-se como um bom objeto de estudo, principalmente por meio da observação da participação dos eleitores por meio das redes sociais digitais. Para o estudo, foram selecionados como dados empíricos os *posts* e os comentários a eles atribuídos. Os comentários foram os que citavam ao menos um dos principais presidentes, no caso: Dilma Rousseff (PT); Aécio Neves (PSDB); Marina Silva / Eduardo Campos (PSB).

Esta pesquisa sobre a cobertura jornalística no Facebook é um trabalho de continuidade de pesquisas com a metodologia sobre a cobertura de jornais impressos (PORTO, 2001; BEZERRA, 2005; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; JAKOBSEN, 2007; QUADROS, 2010; QUADROS; SANTOS, 2013; CERVI; MASSUCHIN, 2013) que nos últimos anos tem incentivado os estudos para o acompanhamento da atuação da mídia em eleições no Brasil.

Assim, foi verificada a cobertura na *timeline* dos jornais e como se deu a interação entre os internautas. A metodologia utilizada é quantitativa de análise de conteúdo (BABBIE, 2005) que permite testes a fim de observar as relações entre as variáveis em estudo. A pesquisa com uso do método quantitativo seleciona a variável como categoria para descrevê-la em grandes populações, buscando regularidades e generalizações teóricas para determinado universo (LINHARES; ALVES, 2014, p. 29). A análise de conteúdo é somente um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Esta análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais (BAUER, 2003, p. 190). A pesquisa conta com os dados obtidos por meio do aplicativo *netvizz* do Facebook, onde é selecionado o conteúdo dos *posts* e de seus respectivos comentários em arquivo que convertemos em planilhas para a categorização das variáveis posteriormente. É importante ressaltar que este trabalho se insere nas pesquisas atualmente desenvolvidas pelos integrantes do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política & Opinião Pública (CPOP) da UFPR. A análise dos dados foi realizada por meio do software estatístico SPSS. O recorte temporal é referente ao período eleitoral entre 01 de julho e 31 de outubro de 2014.

Os pacotes de programas estatísticos (*statistical packages*) têm a função de auxiliar os pesquisadores na fase de análise de dados. O pacote SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), que é o mais utilizado em ciências sociais, oferece as possibilidades de cálculo estatístico e informes científicos (BISQUERRA ALZINA; SARRIERA; MARTÍNEZ, 2004, p. 34-36).

Com fins para esta pesquisa temos a seguinte problematização: qual o volume de publicações por jornal e qual a visibilidade que a campanha eleitoral obteve na *timeline* dos jornais? Qual o destinatário / formato dos comentários sobre os *posts* por parte dos internautas? Que atribuição de visibilidade os candidatos tiveram nos *posts* dos jornais e por parte dos internautas predominou o elogio ou a crítica nos comentários?

Para tentar responder a estas questões formulamos as seguintes hipóteses: I) o maior volume de publicações deve ser observado nos jornais que classificamos como nacionais; II) os candidatos têm suas citações distintas em publicações quando se trata da visibilidade e do tratamento que é atribuído pela valência; III) os comentários proporcionados pelos internautas tendem a ser majoritariamente de posição crítica e com poucos direcionamentos de comentários com elogios.

Antes de responder as questões deste trabalho é importante verificarmos como está inserida utilização do Facebook no cotidiano dos brasileiros. Conforme pesquisa aplicada em 2014 pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, entre os brasileiros 95% afirmam que veem TV, 55% ouvem rádio, 48% utilizam a internet, 21% leem jornais impressos todos os dias e 7% leem jornais impressos diariamente (BRASIL, 2014, p. 7-8). Ou seja, praticamente metade dos brasileiros (48%) utilizam a internet.

Os usuários ficam conectados, em média, 4h59 por dia durante a semana e 4h24 nos finais de semana. Entre os internautas 92% estão conectados por meio de redes sociais (BRASIL, 2014, p. 7-8). Entre as redes sociais e os programas de trocas de mensagens instantâneas mais usadas estão o Facebook (83%), o WhatsApp (58%), o Youtube (17%), o Instagram (12%) e o Google+ (8%). O Twitter, popular entre as elites políticas e formadores de opinião, foi mencionado apenas por 5% dos entrevistados (BRASIL, 2014, p. 50). Então, conforme os resultados de utilização de redes sociais pelos internautas brasileiros consideramos a pesquisa de acompanhamento da cobertura eleitoral sobre os jornais no Facebook pertinente, visto que é uma mídia social com grande preferência de acesso pelos internautas.

O uso do *Facebook* tornou-se comum e cotidiano entre determinados segmentos da população, mesmo que sua cobertura ainda seja limitada, não se pode negar que podem exercer uma influência bastante importante entre os usuários (MORENO; MENDIZÁBAL, 2013, p. 399-400).

A Internet é um meio de comunicação que permite a comunicação entre muitas pessoas para muitas pessoas em tempo escolhido e em uma amplitude global. Apesar da ampla propagação da Internet, a sua lógica, linguagem e limites não são totalmente entendidos para além dos aspectos tecnológicos (CASTELLS, 2007, p. 16-17).

As redes sociais digitais hoje não são apenas meios de circulação de informação ou de produção de informação e opinião pública, mas são radares por meio dos quais o cidadão pode perceber, identificar e considerar os temas e problemas políticos que circulam na opinião e, ademais, contribuir para formar fluxos predominantes de temas e questões sobre os quais se concentra a tenção pública. Hoje não pode haver problema social, tema ou evento político, opinião ou perspectiva socialmente relevante sobre qualquer assunto que não se represente na conversação digital ampliada que se dá nos sites e redes sociais, por meio de algum *post* ou comentário que será replicado, comentado, discutido e pessoas reagirão a ele de todas as formas (GOMES, 2014, p. 18-19).

Para uma porcentagem cada vez maior de pessoas, *feeds* de notícias como o Facebook estão se transformando em sua fonte principal de informações. E a popularidade do Facebook está disparando em todo o mundo. Seu fundador, Mark Zuckerberg, costuma se vangloriar dizendo que o Facebook talvez seja a maior fonte de notícias do mundo (pelo menos segundo algumas definições de “notícia”) (PARISER, 2012, p. 13-14).

Pesquisadores têm abordado a questão do significado da ascensão das mídias digitais com relação aos processos de comunicação política de formas distintas. Quando se trata de compreender as implicações das maneiras específicas de comunicação digital em web sites, redes sociais e plataformas de compartilhamento de vídeo, alguns pesquisadores têm se direcionado quanto à forma como os políticos utilizam essas ferramentas e argumentam que elas facilitam a comunicação direta em larga escala com os cidadãos; outros estudiosos têm se direcionado sobre o comportamento político real dos indivíduos online e advertido contra o pressuposto de que as campanhas alcançariam grandes audiências na web (NIELSEN; VACCARI, 2014, p. 233). Esta pesquisa sobre as eleições de 2014 é direcionada para o aspecto da comunicação política e do comportamento online dos indivíduos.

As eleições presidenciais brasileiras de 2014 foram centralizadas em três candidatos. A candidata Dilma Rousseff disputou a reeleição, disputando o quarto mandato do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal. Como oposição o candidato Aécio Neves, representava, no segundo turno, a maior ameaça à vitória petista. Aécio exercia mandato de senador pelo estado de Minas Gerais, após ter sido governador do mesmo estado. Concorria pela primeira vez ao cargo.

A candidata Marina Silva já concorreu à Presidência em 2010 pelo Partido Verde, e ficou em terceiro lugar no primeiro turno. Foi também Ministra do Meio Ambiente durante o Governo Lula e exercia, à época de sua candidatura em 2014, o mandato de senadora do Acre. Marina Silva assume a candidatura pelo PSB após o falecimento em 13 de agosto do candidato oficial anterior, Eduardo Campos, da qual era vice de candidatura.

A coleta dos dados foi realizada em duas etapas. A primeira para todos os *posts* dos jornais no Facebook durante o período eleitoral. Nesta selecionamos as seguintes variáveis para este trabalho: I) tema geral (para todos os *posts*); II) valência positiva, negativa, neutra ou equilibrada (DOXA, 2008) sempre que há citação de um candidato. A segunda parte para todos os comentários sobre os *posts* em que foram mencionados ao menos um dos candidatos à Presidência da República. As variáveis selecionadas foram: I) destinatário do comentário; II) forma do comentário (elogio ou crítica); e III) reflexividade do comentário.

Este trabalho, como já mencionado anteriormente, analisou os *posts* e comentários no Facebook de jornais brasileiros. Ao todo foram analisados 34.618 *posts* distribuídos na seguinte ordem os temas nos jornais: 1) *Variedades/Cultura* – 8821 (25,48%); 2) *Esportes* – 4158 (12,01%); 3) *Político Institucional* – 3928 (11,35%); 4) *Outro* – 3212 (9,28%); 5) *Campanha Eleitoral* – 2597 (7,5%); 6) *Violência/Segurança* – 2276 (6,57%); 7) *Economia* – 1979 (5,72%); 8) *Internacional* – 1904 (5,50%); 9) *Infraestrutura urbana* – 1636 (4,73%); 10) *Saúde* – 1402 (4,05%); 11) *Ético-moral* – 878 (2,54%); 12) *Meio ambiente* – 757 (2,19%); 13) *Educação* – 651(1,88%); 14) *Carentes e minorias* – 419 (1,21%). O destaque para o resultado obtido desta coleta de *posts* é com relação ao tema *Campanha Eleitoral*, com 7,5% de total, que foi o 5º tema com maior número de postagens pelos jornais no Facebook. Todavia é importante observar também que há um alto volume de *posts* dos temas *Variedades/Cultura* e de *Esportes*, que somados concentram 37,49% dos *posts*.

Com relação ao número de postagens por jornal verificamos que os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo* (considerados nacionais) foram os que apresentaram o maior número de publicações, junto com o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, conforme Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

demonstrado na Tabela 1. Este resultado demonstra que há uma significativa diferença de volume de publicações no Facebook ao comparamos os jornais regionais com os nacionais.

Tabela 1. Posts no Facebook dos jornais no período eleitoral de 2014

JORNAL	Frequência	Percentual
Jornal da Manhã (PR)	467	1,35%
A Tarde (BA)	1319	3,81%
Correio do Estado (MS)	1383	4,00%
O Estado de Minas (MG)	1899	5,49%
Correio Brasiliense (DF)	2207	6,38%
O Povo (CE)	2691	7,77%
Diário do Pará (PA)	2778	8,02%
Gazeta do Povo (PR)	2891	8,35%
O Globo (RJ)	4028	11,64%
Zero Hora (RS)	4189	12,10%
O Estado de S. Paulo (SP)	5091	14,71%
Folha de S. Paulo (SP)	5675	16,39%

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política & Opinião Pública (CPOP/UFPR)

Um dos objetivos deste trabalho é verificar como se deu a visibilidade aos principais candidatos à presidência da República no período de campanha eleitoral. Os resultados obtidos com relação aos *posts* indicam que a candidata petista Dilma Rousseff teve citações em 1311 *posts*, com as seguintes atribuições de valência: 242 positivas, 285 negativas, 43 equilibradas e 741 neutras. O candidato tucano Aécio Neves apresentou uma menor visibilidade nos *posts*, com 933 citações, tendo as seguintes valências: 177 positivas, 191 negativas, 33 equilibradas e 532 neutras. Os candidatos Eduardo Campos / Marina Silva (PSB) apresentaram o segundo maior número de citação em *posts* no período eleitoral, com 1058 citações. Todavia, o falecimento do candidato Eduardo Campos, em 13/08/2014 foi um dos motivos da alta visibilidade. As atribuições de valência para os candidatos Eduardo Campos / Marina Silva foram: 144 positivas, 200 negativas, 17 equilibradas e 696 neutras. Vale observar que há maior valência neutra para todos os candidatos, só que mais significativo ainda é que todos os candidatos tiveram mais citações de valência negativa com relação ao número de citações positivas nos *posts*.

Por fim apresentamos os resultados da coleta dos comentários dos internautas aos *posts* desta pesquisa, que foram no total de 628.057. A distribuição de comentários apresentados por mês foi: Julho, 41.972 (6,68%); Agosto, 94.140 (14,99%); Setembro, 125.905 (20,05%); e Outubro 366.040 (58,28%). Um resultado encontrado importante nesta análise de comentários é que o número de comentários sobre *posts* que citaram os candidatos aumentou progressivamente durante o período eleitoral.

Em relação aos destinatários e formatos dos comentários foram obtidos os seguintes resultados: 1)elogio ao portal, 153 (0,02%); 2)elogio aos internautas, 298 (0,05%); 3)elogio ao autor, 603 (0,10%); 4)elogio ao governo, 3.178 (0,51%); 5)crítica ao autor 5.596 (0,89%); 6)crítica aos internautas 13.286 (2,12%); 7)crítica ao portal 15.167 (2,41%); 8)crítica ao Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

governo 15.651 (2,49%); 9) formato indefinido 85.831 (13,67%); 10) crítica ao candidato, 221.507 (35,27%); 11) elogio ao candidato 266.787 (42,48%). Observa-se que os comentários foram centralizados no direcionamento aos candidatos (77,75%) e que prevaleceu um maior volume de comentários elogiando os candidatos em comparação à crítica.

Ao final desta análise pode-se apresentar as seguintes considerações finais: há uma grande concentração de postagens e comentários nos jornais considerados nacionais, o que indica uma preferência dos internautas brasileiros por busca de informações e notícias no Facebook. A visibilidade dos candidatos foi distinta e a valência positiva e negativa teve um padrão similar para os candidatos, o que confirma a hipótese parcialmente. Já com relação aos comentários refutamos a hipótese de que a crítica seria predominante, visto que os elogios aos candidatos apresentaram o maior volume de frequências. No entanto, estes resultados ainda podem ter outras análises pormenorizadas obtendo novas interpretações sobre estes dados, permitindo novos debates, visto que a amplitude do banco de dados permite diversos testes estatísticos.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel Gutierrez; FIGUEIREDO, Marcus. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e conseqüências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In: LIMA, Venicio A. de. (Org.). **A mídia e as eleições de 2006**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, v. 1, p. 65-87.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. & GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BEZERRA, Heloisa Dias. **Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias**: Proposta de um Modelo Analítico. 341 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BISQUERRA ALZINA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística: análise da eleição municipal de 2012 na Folha de S. Paulo. **Revista FAMECOS** (Online), v. 20, p. 840-845, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/13324>>.

DOXA. Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. **Rio de Janeiro 2008**. Rio de Janeiro, RJ: 2008. Disponível em <<http://doxa.iesp.uerj.br/eleicoes-2008>>.

GOMES, Wilson. **A política na timeline**: crônicas de comunicação e política em redes digitais. Salvador: EDUFBA, 2014.

JAKOBSEN, Kjeld A. . A cobertura da Mídia Impressa aos Candidatos nas Eleições Presidenciais de 2006. In: LIMA, Venicio A. de. (Org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, v. 1, p. 31-64.

LINHARES, Bianca de Freitas; ALVES, Douglas Santos. Metodologia de ensino em pesquisa social quantitativa. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 7, n. 14, p.23-39, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3782>>. Acesso em 29 set. 2015.

MORENO, Alejandro; MENDIZÁBAL, Karla Yuritzi. O uso das redes sociais e o comportamento político no México. In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro (Org.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NIELSEN, Rasmus Kleis; VACCARI, Cristian. 2014: As pessoas curtem os políticos no Facebook? Não mesmo! A comunicação direta em larga escala entre candidatos e eleitores como um fenômeno *outlier*. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 5, n. 2, p. 227-256, 2014. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/politica/article/view/41061>>. Acesso em 06 set. 2015.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PORTO, Mauro. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo. **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v. II, n.6, p. 11-32, 2001.

QUADROS, Doacir Gonçalves. Mídia impressa e as eleições em Curitiba: Convergências e discrepâncias entre a cobertura eleitoral da Gazeta do Povo e a de O Estado do paraná nas eleições de 2008. In: CERVI, Emerson Urizzi (Org.). **Eleições e mídia local**: desvendando a democracia de massa em disputas municipais. Ponta Grossa: Todapalavra, 2010, p. 117-140.

QUADROS, Doacir Gonçalves; SANTOS, Romer Mottinha. Jornal impresso e eleições 2012: A campanha eleitoral nas primeiras páginas dos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina. **Aurora** (PUCSP. Online), v. 6, p. 32-50, 2013.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO CIENTISTA POLÍTICO NO BRASIL PARA O MERCADO DE TRABALHO

Audren Marlei Azolin; Luiz Fernando Nunes Moraes.
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Palavras-chave: Ciência Política, Institucionalização, Autonomização, Formação.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa inspirou-se, bem como encontra sua justificativa, no esforço da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP para desenvolver a memória da Ciência Política no país, mais especificamente a partir do Projeto *Memória da Ciência Política Brasileira*:

Os textos disponíveis sobre a história e ou memória da ciência política no Brasil são poucos [...] abordam questões completamente específicas, tais como a origem de algumas tradições acadêmicas, a institucionalização do sistema de pós-graduação e a relação entre autoritarismo no Brasil e a institucionalização da ciência política. Claro que estas questões são muito relevantes, mas elas não permitem uma memória sistematizada sobre a formação da área e das suas preferências metodológicas e conceituais ao longo do tempo.

Inspirado neste Projeto, o professor Dr. Celso Vaz (do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – UFPA e Diretor de Ensino de Graduação da ABCP) articulou e atualmente coordena, o Projeto *A Institucionalização da Graduação em Ciência Política no Brasil*. A temática sobre os cursos de bacharelado em ciência política alcançou, enquanto objeto de pesquisa, a maior instituição na área de Ciência Política no Brasil pela iniciativa do professor Celso Vaz.

A literatura que trata do processo de autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira centra-se nas pesquisas sobre o fomento das Pós-Graduações e na origem da Ciência Política no Brasil. Destoam dessa abordagem os artigos com os resultados das pesquisas coordenadas pela professora Audren Azolin do Curso de Bacharelado em Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Tais pesquisas mostram que o processo de institucionalização da Ciência Política brasileira, a partir do final da década de 1980, alcançou a graduação quando foram criados os cursos de bacharelado em ciência política, tendo seu ápice na primeira década do século XXI.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar as reflexões para o novo encaminhamento das pesquisas realizadas no Centro Universitário Internacional UNINTER. As pesquisas desenvolvidas no Uninter consistiram em estudar a relação entre a formação dos cientistas políticos nos cursos de bacharelado e o mercado de trabalho fora dos espaços acadêmicos.

O novo rumo das pesquisas vai ao encontro da institucionalização e autonomização de Ciência Política brasileira nos cursos de bacharelado em ciência política, ou seja, as pesquisas se voltarão para saber se autonomização da Ciência Política no Brasil serviu de

base para criação dos cursos de bacharelado em ciência política no país e se há reflexo nos cursos em epígrafe.

A importância deste trabalho consiste em apresentar novos problemas para as pesquisas realizadas no Uninter sobre o tema cuja reflexão encontra-se na **relação** autonomização/institucionalização da Ciência Política no Brasil e os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil. Metodologicamente toda pesquisa inicia-se pela identificação do seu objeto e, pelo menos, pela colocação de um problema de pesquisa. O objeto para o novo rumo da pesquisa é a **relação** acima citada. Por sua vez, o problema será aqui construído.

Como não existe literatura que trate do tema aqui especificado, a metodologia utilizada é de cunho exploratório de alguns estudos que de alguma forma sirvam para levantar hipóteses. Assim, sendo exploratória, não temos até o momento, hipóteses, já que para se construir hipóteses é necessário a problematização da pesquisa.

CIÊNCIA POLÍTICA E OS CURSOS DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

O eminente cientista político Simon Schwartzman, analisando a Ciência Política enquanto disciplina acadêmica, afirmou que a mesma “[...] não gera uma tecnologia social própria, nem dá base a uma profissão” (SCHWARTZMAN, 1977). Para Afonso Nascimento,

[...] afora certas instituições privadas não existem ensino de Ciência Política no Brasil. É o ensino generalista de Ciências Sociais que predomina nas universidades públicas brasileiras. Em função dessas origens, guardara uma certa dependência em relação aos sociólogos [...] (NASCIMENTO, 2002, p. 21).

Continua o autor:

Na ausência de outras graduações em Ciência Política, é desnecessário dizer que as graduações em Ciências Sociais possuem currículos generalistas – e que é grande a distância entre um curso de Ciência Política e um de Ciências Sociais [...] (NASCIMENTO, 2002, p. 25).

Nota-se assim que na perspectiva do autor, o processo de autonomização da Ciência Política em relação às demais Ciências Sociais, não alcançou os cursos de bacharelado em ciência política, em especial em relação à Sociologia. Neste particular, destaca Nascimento:

Do lado da Ciência Política, pelo menos a curto prazo, não há chances de serem criadas graduações em Ciência Política nas universidades públicas – com o objetivo de inverter o padrão de dependência herdado em relação a Sociologia [...] (NASCIMENTO, 2008, p. 26)

É importante ressaltar, que na década de 1960 ocorreu o processo de autonomização e institucionalização na Ciência Política, bem como o reconhecimento de sua importância enquanto área do conhecimento para explicar os fenômenos políticos, importância impulsionada pelo contexto político conturbado do período. Destacou Segatto que,

O autoritarismo, a falência da democracia na periferia capitalista, o “Estado Burocrático-Autoritário”, a ascensão dos militares ao poder na América Latina e alguns países europeus provocam a reflexão política e abrem novos espaços e exigências intelectuais para o ramo até então menos desenvolvido das ciências sociais. As explicações predominantemente economicistas ou “sociologizantes” não dão mais conta da nova realidade histórica e é preciso fundar a “autonomia da política” (FORJAZ, 1997, *Apud* SEGATTO, 2010, p. 594).

No Brasil, até à década de 1960, as explicações dos fenômenos políticos eram de cunho sociais e ou econômicos, isto é: as explicações dos fenômenos políticos eram dadas enfaticamente pela Sociologia e ou pela Economia. O processo de autonomização da Ciência Política consistiu em desenvolver explicações políticas para os fenômenos políticos. Neste particular, destaca Keinert e Silva:

Ressalte-se, por fim, que o processo de construção da ciência política como disciplina autônoma está situado em um contexto mais abrangente ligado a transformações que alteraram o perfil organizacional da prática acadêmica no Brasil. O estilo de trabalho introduzido pelos cientistas políticos relacionava-se com as iniciativas de difusão de um novo ideal de profissionalismo [...] (KEINERT & SILVA, 2010, p. 95)

A Ciência Política se autonomizou das demais Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) construindo um novo perfil profissional e científico. A autonomia da Ciência Política abriu caminho para institucionalização dos cursos de bacharelado em ciência política, isto é, a criação de cursos de ciência política fora dos cursos de ciências sociais. Segundo Azolin e Moraes,

[...] o estado do ensino de ciência política dos cursos de bacharelado em ciência política de instituições de ensino públicas e particulares brasileiras refletem as necessidades surgidas do contexto de redemocratização no Brasil para qualificar o profissional graduado em ciência política para atuar nas três áreas que constituem o mercado da política no Brasil [...] (AZOLIN; MORAES, 2013, p. 33)

Para Azolin e Moraes, a institucionalização dos cursos de bacharelado em ciência política no Brasil deu-se não pelo argumento da autonomia do político, mas sim pela profissionalização com vistas ao crescente mercado da política, isto é, deu-se pela criação de uma Ciência Política Aplicada. Isso fica evidente, por exemplo, nos projetos político pedagógico, destacados por Azolin e Moraes (2013), dos cursos de bacharelado em ciência política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e da Universidade Federal do Piauí – UFPI:

Na sociedade, a deficiência da atual graduação em Ciências Sociais é sentida principalmente na dificuldade de alocação dos seus egressos nos espaços sociais em que os cientistas políticos são mais acolhidos, como os diversos níveis da esfera estatal, as Ongs, os institutos de pesquisa, etc. Esses espaços terminam por ser ocupados por egressos da pós-graduação e/ou graduados de outros cursos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO., 2012, p. 14).

A formação que tem sido dada até o momento, na área, não tem contemplado as necessidades de qualificação teórico-metodológica capaz de abarcar os novos desafios colocados pela sociedade à Universidade, o que justifica a implantação do Bacharelado em Ciência Política. Dessa forma, esse curso procura atender as novas demandas impostas pela dinâmica social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2010, p. 5).

Nota-se assim que atualmente há uma perspectiva de Ciência Política profissionalizada que visa qualificar para o mercado de trabalho fora dos espaços acadêmicos.

A partir do final da década de 1980, a institucionalização da Ciência Política alcançou os cursos de bacharelado em Ciência Política. Embora os cursos de bacharelado sejam reflexos da institucionalização da Ciência Política brasileira, não podemos afirmar que tais cursos refletem a autonomização da Ciência Política, como podemos constatar no artigo de Afonso Nascimento.

Entretanto, o artigo de Nascimento não apresenta nenhuma análise empírica sobre os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil que comprove suas afirmações sobre a herança sociológica destes cursos no Brasil.

CONCLUSÃO

Os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil são o resultado da institucionalização da Ciência Política nos cursos de pós-graduação iniciados na década de 1960, bem como do desenvolvimento dessa institucionalização. Não podemos afirmar que os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil reflitam a autonomização da Ciência Política, mas decerto significa um avanço no processo de institucionalização dessa ciência.

O que se pode afirmar até o momento é que a criação dos cursos de bacharelado em ciência política funda a proposta de uma Ciência Política Aplicada. Em outras palavras, consiste no desenvolvimento de uma perspectiva de Ciência Política focada na formação de profissionais para atuação fora dos espaços acadêmicos.

Do que foi tratado neste trabalho surgem duas perguntas: *como o processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil alcançou a graduação?* E *quais os argumentos utilizados para se criar os cursos de bacharelado em ciência política fora da tradicional formação nas Ciências Sociais?*

Duas respostas, *a priori*, surgem: 1) a criação dos cursos de bacharelado em ciência política no Brasil deu-se tão-somente pela institucionalização da Ciência Política brasileira, porém a formação ainda sofre bastante influência da sociologia e 2) os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil surgem como fruto do processo de institucionalização da Ciência Política Brasileira, bem como adotam uma perspectiva de Ciência Política que resulta da *ruptura epistemológica* em relação à Sociologia ocorrida na década de 1960.

Os problemas de pesquisa aqui formulados, bem com as respostas provisórias precisam considerar que os cursos podem não ser homogêneos, tendo que considerar os cursos individualmente, a classificação que considera a diferença entre instituições públicas e particulares dentre outras particularidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ABCP. CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: história, conceitos e métodos. (2014). Disponível em < <http://memoria.cienciapolitica.org.br/>> Acessado em 15 set. 2015.

AZOLIN, Audren Marlej; MORAES, Luiz Fernando Nunes. O ESTADO DO ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NOS CURSOS DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL. Ponencia preparada para el XI Congreso Nacional de Ciencia Política, organizado por la Sociedad Argentina de Análisis Político y la Universidad Nacional de Entre Ríos, Paraná, 17 al 20 de julio de 2013

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira.** *Tempo soc.*, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2010.

NASCIMENTO, Afonso. **A Política entre a Ciência Política e a História Política no Brasil. Uma Análise Comparada dos dois Campos Científicos.** *Revista da Fapese*, v.4, n. 1, jan./jun. 2008, p. 15-32.

SCHWARTZMAN, Simon. **AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA. (1977).** Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cpolitica.htm>> Acessado em 10 dez. 2009.

SEGATTO, Catarina Ianni,. **Ciência Política e Políticas Públicas no Brasil: Simon Schwartzman.** *Estud. sociol.*, Araraquara, v.15, n.29, p.593-600, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Projeto Pedagógico do Bacharelado em Ciência Política (2012). Disponível em < http://www.ufpe.br/dcp/images/pdf/ppp_012.pdf> Acessado em 27 mar. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Político Pedagógico – Graduação em Ciência Política – Modalidade Bacharelado (2010). Disponível em < http://ufpi.br/subsiteFiles/cpolitica/arquivos/files/BACH_CIENCIA_POLITICA.pdf> Acessado em 27 mar. 2013.

AÇÃO, PODER E A MÍDIA

Doacir Gonçalves de Quadros
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.

Palavras chaves: Comunicação Política, Mídia, Poder.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do poder freqüentemente é visto como a essência da política, porém, neste resumo pretende-se aproximar o fenômeno do poder à mídia e propor que a relação entre o poder e a mídia é bem atual ao se observar alguns dos efeitos do poder da mídia sobre o campo da política e, tais efeitos, se tornam bem mais perceptíveis durante os processos eleitorais*.

O conceito de poder em sua acepção “mais geral” ou “ampla” em que, tal conceito, é concebido como “a capacidade ou a possibilidade de agir ou de produzir efeitos pretendidos”. Ao se ampliar este significado do conceito para o controle sobre “recursos” como força, dinheiro, conhecimento, persuasão, etc, observa-se que o poder não reside simplesmente no fato de “possuir estes recursos”, mas é que através da posse destes recursos é possível levar a outra pessoa a comportar-se de acordo com meu desejo. Porém, o conceito de poder assim entendido, remete à condição que para se ter uma situação de poder é preciso que haja por parte do detentor dos recursos a intenção em dirigir a ação de outra pessoa.

O CONCEITO DE PODER NA CIÊNCIA POLÍTICA

Grosso modo as definições do conceito de poder encontradas em alguns dos clássicos do pensamento político (Bertrand RUSSEL, Thomas Hobbes, Max WEBER), se aproximam na concepção da relação de poder baseada na *agency humana* que tem como linha explicativa o homem como sujeito da ação de modo que “algo ocorre em função de uma ação humana”. O poder acaba sendo uma ação realizada por indivíduos envolvidos numa relação social que passa a ser explicada pelas motivações, desejos ou preferências destes indivíduos envolvidos socialmente. As mesmas características do conceito de poder identificadas nos clássicos também se encontram em algumas narrativas contemporâneas na Sociologia e na Ciência Política que procuram estudar relações de poder presentes nos fenômenos políticos e sociais. Dentre estas narrativas estão a elitistas, pluralistas e os teóricos da não-decisão que ao assumirem o mesmo conceito de poder baseado na *agency humana*, movimentam um riquíssimo debate metodológico.

Na abordagem elitista sobre o conceito de poder presente em C. W. MILLS (1956) encontramos o conceito de poder como o ato de tomar decisões e a possibilidade do indivíduo de impor intencionalmente a sua própria vontade sobre os outros. Na abordagem

Este resumo é resultado da conclusão do curso intitulado Poder: Teoria e Método, coordenado pelo Professor Doutor Renato Monseff Perissinoto (UFPR). O objetivo neste texto foi atrelar a área de pesquisa Comunicação Política ao programa do curso.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

pluralista representada por KAPLAN e LASSWELL (1950) o conceito de poder se reveste dos mesmos aspectos vistos até aqui, intencionalidade, relacional, o avanço na definição acima está na ênfase de que a constatação sobre uma relação de poder deve ser feita sobre relações concretas de modo a se comprovar se os efeitos pretendidos foram produzidos ou não. Os teóricos da não-decisão P. BACHRACH e M. BARATZ (1983) sustentam que para caracterizar uma relação de poder deve prevalecer à vontade de um indivíduo sobre a vontade de outro indivíduo de modo que, tal indivíduo, se submeta a vontade do outro pelo consentimento e não pela força. Para BACHRACH e BARATZ ao se estudar uma relação de poder se deve considerar a presença de "mobilização de viés" no sistema político. Isto porque, a distinção entre questões importantes e não importantes nos processos decisórios passam necessariamente pela "mobilização de viés" que são os valores dominantes, os mitos, os rituais e às instituições políticas que tendem à favorecer aos interesses coesos de um ou mais grupos. Conseqüentemente, qualquer possibilidade de ameaça aos valores predominantes, ou às "regras do jogo", se coloca como uma questão importante.

Argumentou-se neste resumo até aqui que as narrativas elitistas, pluralistas e teóricos da não decisão aceitam a mesma definição de poder nos moldes da *agency* humana como presente nos clássicos a partir dos aspectos relacional, intencional e conflitual do conceito. Mas vale ressaltar que os teóricos da não-decisão ao oferecerem uma análise metodológica pela "mobilização de viés" de um sistema político mostram que é possível a existência de indivíduos poderosos que não participam do processo de decisão. Torna-se plausível pensar que o poder não se realiza necessariamente pela ação humana como propõem as narrativas do conceito de poder pela "*agency*" humana.

Outra crítica sobre a *agency humana* no conceito de poder está Talcoot PARSONS (1967) que diferentemente da concepção de poder que vimos no enfoque subjetivista da *agency* humana, vê o poder como um atributo do sistema social. O poder é um mecanismo específico de troca que visa atingir "metas coletivas" na sociedade. Como um atributo do sistema social, o conceito de poder presente em PARSONS reveste a idéia de legitimidade em oposição à idéia de conflito presente na abordagem pela *agency*. Por ser legítimo, o poder é um mecanismo específico que assegura obrigações recíprocas entre os indivíduos que visam atingir "metas coletivas" e que não estão necessariamente ligadas ao governo. Para atingir "metas coletivas", o agente do poder pode perfeitamente colocar sanções a outros indivíduos, isto porque, possui legitimidade, a qual é reflexo das instituições que inculcam a obediência para a coletividade frente à autoridade.

A vinculação do conceito de poder à perspectiva sistêmica também está presente no estruturalismo marxista. Entretanto, para o estruturalismo marxista o poder como um efeito da estrutura social divide a sociedade entre governantes e governados - no âmbito político, econômico e ideológico. Esta afirmação parte da tese geral do marxismo de que "todo Estado têm um caráter de classe". Enquanto, Ralph MILIBAND (1969) procurou comprovar empiricamente esta tese, a partir da investigação da origem social e ideológica dos dominantes¹³⁴, Nicos POULANTZAS (1986) procurou a comprovação empírica de acordo

¹³⁴ Ver: MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. Em suma, neste livro MILIBAND analisa a vasta extensão do poder e da atividade do Estado nas sociedades capitalistas avançadas. O Estado para MILIBAND tem um caráter de classe e a sua relação com a classe dominante é especialmente pelas relações interpessoais entre os membros do aparelho do Estado e os da classe dominante de forma intercambiável.

com a estrutura social¹³⁵. Nesta segunda vertente denominada de estruturalismo marxista, há a ênfase na estrutura social em detrimento à ação dos agentes sociais. A ação se torna um efeito da estrutura, na qual o agente está inserido. Diferentemente do que sugeriu PARSONS, o conceito de poder é remetido à práticas de classes sociais e não à vontade dos indivíduos. O poder representa a capacidade de uma classe social de realizar os seus "interesses objetivos específicos". O enfoque sistêmico sobre o conceito de poder permite investigar o que faz o sujeito do poder com o seu poder e também permite saber como governam os governantes. Já a abordagem subjetivista pela *agency* humana, presente, sobretudo no debate entre os pluralistas e elitistas, limita-se a responder como o poder está distribuído na sociedade.

Nas propostas de análise decorrentes das narrativas “elitistas”, “pluralistas” e dos “teóricos da não decisão”, o poder se torna um fenômeno empiricamente observável nas decisões concretas que se colocam como uma variável metodológica fundamental para o seu estudo. Entretanto, as propostas metodológicas de LUKES (1980) e GIDDENS (1989) sugerem certa fragilidade de análise dos métodos posicional, reputacional e decisional sobre as relações de poder. Além de se fazer necessário um método de pesquisa para análise do poder empiricamente é também necessário a aplicação de técnicas de pesquisas que nos sirvam para captar, não só o dinamismo dos processos decisórios, como também, requer identificar os poderes estruturais que condicionam a própria dinâmica que envolve os processos decisórios.

Para os propósitos dos argumentos aqui defendidos John B. THOMPSON (1998) oferece tal teoria social, ao elaborar uma tipologia com quatro formas de poder em relação aos recursos dos quais dependem as instituições. Tal tipologia orienta que os recursos usados para se exercer o poder são propriedades estruturadas nos sistemas sociais que são reproduzidos e definidos pelos agentes, os quais são perfeitamente dotados de capacidade cognoscitiva no decorrer da interação social.

Para THOMPSON os indivíduos agem a partir de um conjunto de circunstâncias previamente estabelecidas e que servem como "campos de interação", nos quais os indivíduos ocupam diferentes posições no seu interior e quando institucionalizadas se tornam estáveis. Esta posição que o indivíduo ocupa no interior do campo, ou da instituição, está diretamente ligada ao poder que ele exerce. THOMPSON (1998, p. 23-24) distingue quatro tipos de poder essencialmente analíticos: o poder econômico, o poder político, o poder coercitivo e o poder simbólico. O poder econômico refere-se o controle sobre a atividade humana produtiva, o poder político é fruto do controle sobre as atividades de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de interação social em que o Estado é o seu *locus* privilegiado. O poder coercitivo implica no controle legítimo no uso, ou na ameaça, da força física. O poder cultural ou simbólico que será tratado a seguir é característico da vida social e nasce do controle sobre as atividades de produção, de transmissão e de recepção do significado das formas simbólicas e o campo da mídia é um dos campos sociais detentores deste tipo de poder. Para THOMPSON;

Usarei o termo "poder simbólico" para me referir a esta capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas (THOMPSON,1998,p.24)

¹³⁵ POULANTZAS e MILIBAND promovem um debate metodológico sobre teoria social. Dão ênfase especialmente quanto a natureza do Estado e das instituições ideológicas presentes nas sociedades capitalistas.

O campo da mídia por intermédio dos meios de comunicação televisão, rádio, internet, entre outros, transforma a organização espacial e temporal da vida social ao criar novas formas de ação e de interação em que não se precisa compartilhar o local comum alterando a experiência dos indivíduos e criando uma nova percepção, sensibilidade e sociabilidade (MCLUHAN, 1974). Entre algumas das mais significativas alterações das experiências dos indivíduos pode-se citar que as percepções e concepções de espaço e tempo se alteram e que a moderna distinção entre o público e o privado mescla-se.

A organização da mídia como campo social não tornar-se uma instituição reconhecida socialmente com papéis definidos e especializados, ela monopoliza o papel social de dar visibilidade à totalidade dos demais campos sociais na sociedade. O campo da mídia ao controlar o ato de publicizar estabelece para si, frente aos demais campos, a função de tornar às coisas comuns compartilhadas e públicas. Ao preterir para si o monopólio de tornar as coisas públicas e defender o controle de tal ato como sendo de sua prerrogativa, o campo da mídia está inevitavelmente exercendo o poder de acordo com a sua definição mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentou-se inicialmente neste resumo que o poder não significa somente a reivindicação e a posse de certos recursos, há também a necessidade como propõe Max Weber da existência de certas expectativas adotadas pelos sujeitos que compõe a relação de poder. Neste sentido o campo da política, e, é claro, não somente ele atribui ou reputa ao campo da mídia à posse de recursos extremamente importantes a sua visibilidade social. No que se refere à repercussão dos efeitos do poder da mídia sobre o campo da política atualmente percebe-os ao ver o campo da mídia controlando o papel na acumulação dos meios de informação e de comunicação. E, nessas condições, percebe-se o efeito do poder do campo da mídia sobre o campo da política. Este efeito está ligado à própria realização da política, isto porque, para se realizar, ou efetivar-se, atualmente a política se torna dependente da comunicação mediada ficando irremediavelmente impelida à adaptar-se frente às regras e formatações impostas pelo do campo da mídia para a produção, transmissão e recepção de mensagens.

O campo da mídia ao controlar este momento da publicização da política, corresponde uma situação de poder em sua acepção mais geral, o que sugere o campo da mídia como portadora daquela capacidade, ou possibilidade, de agir e de produzir efeitos em que se assenta a definição ampla do conceito de poder. O campo da mídia ao monopolizar a produção e transmissão das mensagens se torna detentora de um recurso para exercer o poder e, nesta situação, através deste recurso o campo da mídia impele o campo político a se comportar de acordo com suas regras, interesses e desejos. E, este monopólio, ocorre ao mesmo tempo em que há o reconhecimento social dos atributos midiáticos por parte dos demais campos sociais, entre eles o da política.

Para comprovar empiricamente os contornos dos efeitos do campo da mídia sobre o campo da política vários trabalhos centram seus esforços de pesquisa sobre a relação concreta entre os agentes que formam cada campo. Decorre desta preocupação metodológica a ampliação das análises de conjuntura compreendendo não só a dimensão política e econômica da sociedade, mas também o cenário construído pela mídia.

No caso do Brasil, após a redemocratização em 1989, estes trabalhos proliferam ao passo que a relação entre a mídia e a política passa a ser analisada com maior

profundidade a partir dos processos eleitorais em virtude de serem em grande medida veiculados pela mídia. Grosso modo, nesta temática de pesquisa há o destaque para três dimensões. A primeira dimensão se preocupa em investigar a função da informação proveniente da mídia sobre o comportamento eleitoral. Ou seja, estuda qual é o sentido do eleitor “estar informado” para fazer sua escolha num processo eleitoral, e como o eleitor recebe a mensagem política construída pelos atores políticos. A segunda dimensão analisa a construção da notícia (política) pela mídia de acordo com a organização do trabalho, das rotinas produtivas e da cultura profissional do jornalista. A terceira dimensão empenha-se em investigar os atores políticos na produção das mensagens políticas para a propaganda política levadas ao público por intermédio da mídia.

Hoje se atribui que a conquista e o exercício do poder político se submete frequentemente ao regime de visibilidade criado por um crescente sistema de comunicação globalizado pela mídia, em que principalmente a televisão, internet ocupam um papel central. Esse sistema globalizado permite que o público destes meios de comunicação presencie eventos e acontecimentos distantes, em espaço e tempo, de modo que não tenham completo controle do próprio campo de visão como seria numa relação face a face. Este campo de visão é estruturado pelas organizações da mídia e pelos processos de filmagem, reportagem, edição e transmissão, os quais constituem parte da atividade de rotina da televisão. Este processo de estruturação que os campos sociais sofrem para se tornarem visíveis socialmente, em especial o campo da política, representa a origem do poder simbólico da mídia.

REFERÊNCIAS

- BACHRACH P.; BARATZ M. "Poder e Decisão" In: F. H. Cardoso e C. E. Martins (ORG.) **Política e Sociedade**, Cia. Editora Nacional, 1983, p. 43-52.
- BACHRACH P.; BARATZ M. **Power and Poverty: theory and practice**, New York, Oxford University Press, 1970, p.52-63.
- DAHL R. **Who Governs ? Democracy and power in na American City**. New Haven and London, Yale University Press., 1989, p.331-340;
- DAHL R. **Análise Política Moderna**, Brasília, UNB, 1976, p.33-56
- DAHL R. "Power", In; David L. SILLS (Edit.). **Internacional Encyclopedia of the Social Sciences**, Volume 12, 1968 páginas 405-415.
- HUNTER F. **Community power structure: a study of decision makers**. New York. Anchor Books. 1953.
- GIDDENS, Anthony Agência e Poder. In: _____ **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 11-13.
- HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Abril Cultural. Serie Os Pensadores. 1983.

KAPLAN, A; LASSWELL, H **Poder e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

LUKES, Steven **O poder: uma visão radical**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1980.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1974

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MILLS C. W. **A elite no poder**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 4ª edição, 1981

PARSONS, Talcoot "O conceito de poder político". In: CARDOSO, F.H.; MARTINS, C. E. (Org.) **Política e Sociedade**. São Paulo, Volume 1, Cia. Editora Nacional, p.21-27

POULANTZAS, N. O problema do Estado capitalista. In: Robin BLACKBURN (Org.) **Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre teoria social**. São Paulo, Paz e Terra, 1986 p.219-241.

POLSBY, Nelson. **Community Power e Political Theory**; New Haven, Yale University Press, 1963

RUSSEL, B. **Poder: uma nova análise social** São Paulo, Zahar Editores. 1979.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Sociologia da dominação, In; **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, Editora UNB, 1999, p. 187-198.

MULHERES *ONLINE*: ANÁLISE COMPARATIVA DO USO DA INTERNET PELAS CANDIDATAS E CANDIDATOS AO LEGISLATIVO PARANAENSE EM 2014

Fabrcia Almeida Vieira; Maria Cecília Eduardo
Universidade Federal do Paraná
Mestrandas em Ciência Política

Palavras-chave: Política. Internet. Gênero. Eleições 2014.

INTRODUÇÃO

A representação política feminina tem se tornado um tema importante de discussão de trabalhos nas últimas décadas, isso porque as mulheres continuam a possuir uma participação ínfima na vida política. Além da diminuta entrada nos cargos eletivos, uma vez que a presença feminina aconteça, a prática tem demonstrado que homens e mulheres possuem prestígios diferentes nesse campo e têm suas imagens associadas a diferentes áreas de atuação. Essas associações acabam sendo reproduzidas pelos meios de comunicação tradicionais, o que cria mais um ambiente no qual as mulheres atuam em segundo plano (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 67).

Os meios de comunicação tradicionais – jornal, rádio e televisão – têm papel fundamental nas democracias, possibilitando que os cidadãos tenham acesso às informações primordiais para a escolha dos representantes. Contudo, com o passar do tempo, esses meios de comunicação se mostraram insuficientes, no sentido de disponibilizar pouco tempo e espaço para assuntos políticos e não conseguir promover o contato direto entre os eleitores e candidatos (MARQUES, SAMPAIO & AGGIO, 2013, p. 13).

A internet se coloca como um meio de comunicação alternativo, em que os problemas dos meios de comunicação tradicionais podem ser superados. Conforme Gomes (2005, p. 218), essa ferramenta pode ampliar a participação da esfera civil, tornando-a mais fácil, ágil e conveniente nos assuntos políticos, diminuindo a distância entre os cidadãos e os representantes. Além disso, no ambiente digital é possível que os atores políticos intensifiquem o debate e a divulgação de informações políticas.

Dito isso, esta pesquisa pretende identificar se as candidatas ao legislativo paranaense nas eleições de 2014 possuem mais aderência às vias alternativas de comunicação – internet – e identificar qual é a preocupação na manutenção das páginas após o período eleitoral. Os objetivos mais específicos dessa pesquisa são (i) comparar a presença dos candidatos e candidatas nas principais plataformas digitais – website, facebook e twitter; (ii) e, averiguar se no período pós-eleitoral as páginas da web permaneceram ativas. Nossa hipótese é de que, ao comparar a adesão da internet entre candidatos e candidatas, encontraremos disparidades na adesão das plataformas digitais, dependendo do sexo do postulante. Ou seja, as mulheres terão baixa representatividade na internet, assim como em outros meios de comunicação, mesmo que o uso da internet dependa exclusivamente do interesse e das estratégias dos agentes políticos.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO E GÊNERO

Druckman *et al.* (2009 *apud* MARQUES *et al.*, 2014, p. 182) afirmam que no período eleitoral os candidatos ficam mais dispostos a utilizarem as plataformas de comunicação devido alguns fatores, dentre eles temos: i) disponibilidade de recursos financeiros; ii) dependendo do partido ao qual o candidato pertence; iii) o sexo do postulante e iv) se é candidato a reeleição. Nesta pesquisa, pretendemos verificar se o sexo influencia na presença ou ausência online dos concorrentes.

Algumas pesquisas buscaram demonstrar qual o espaço que as candidatas possuem nos meios de comunicação, mais especificamente, na televisão e em revistas impressas. Massambani e Cervi (2012, p. 13), em um trabalho comparativo das eleições 2006 e 2010, verificaram se houve um aumento da participação feminina no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Constataram que apesar do tempo de utilização das mulheres ter aumentado de 7,6% para 11,4%, ele ainda foi bastante inferior quando comparado ao espaço dos homens. Vemos que na mídia mais popular, no caso a televisão, o espaço para candidatas ainda é limitado.

Seguindo essa mesma linha, a pesquisa realizada por Biroli (2010) analisou as relações entre gênero e política no noticiário de algumas revistas semanais brasileiras, nos anos de 2006 e 2007. Chegando à conclusão de que a sub-representação das mulheres é bastante acentuada, sendo apenas 10,1%, das personagens citadas nos noticiários, mulheres (BIROLI, 2010, p. 281-282).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para mapear a presença de candidatas e candidatos ao legislativo paranaense em 2014 e identificar se as plataformas digitais foram incorporadas ao processo eleitoral, coletamos os dados dos concorrentes da disputa eleitoral. Ao total, foram 854 candidatos. Excluindo as renúncias e os indeferidos, ficamos, então, com 714 concorrentes ao pleito de 2014. Destes, 516 são do sexo masculino e 198 do sexo feminino.

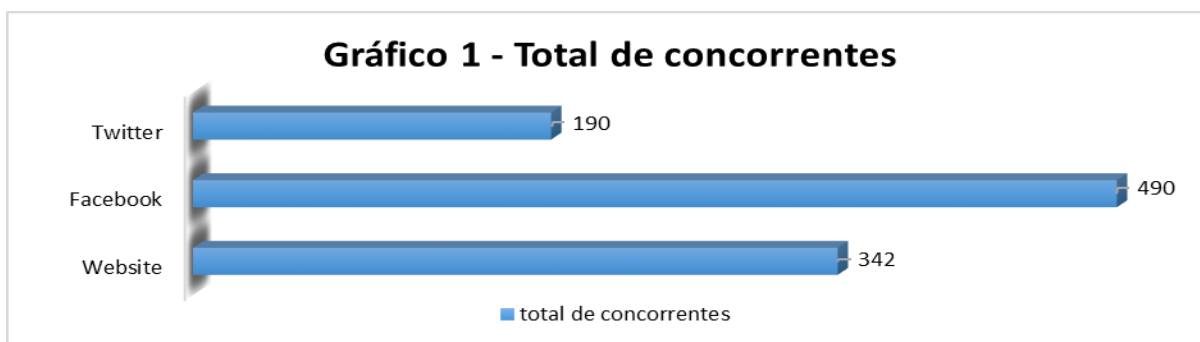
A coleta foi realizada em dois estágios: no período eleitoral (19 de setembro a 19 de outubro de 2014), de forma que todos os links coletados estavam ativos; e no período pós-eleitoral (3 e 4 de abril de 2015), no qual o banco foi atualizado com as páginas que permaneciam em funcionamento. Os links das plataformas digitais foram obtidos através do *CandiBook*¹³⁶, nas redes sociais ou em uma pesquisa complementar no Google.

1. ANÁLISE DOS DADOS: PERÍODO ELEITORAL

No Gráfico 1 podemos observar a aderência das plataformas online por todos os concorrentes (714) ao legislativo paranaense nas eleições de 2014¹³⁷.

¹³⁶ Portal criado pela Gazeta do Povo para fornecer informações *online* sobre os candidatos que disputam as eleições no Paraná. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/eleicoes/2014/candibook/>. Acessado em: 01/09/2014.

¹³⁷ O gráfico 1 apresenta valores múltiplos, em que o mesmo candidato pode apresentar mais de uma plataforma digital. O total de *links* encontrados foi 1.022, e o total de candidatos é 714.



FONTE: elaboração das autoras, a partir do banco de dados do Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas (UNINTER).

O Facebook foi a rede social com a maior aderência, 490 concorrentes apresentaram um perfil ou uma *fan page* no período eleitoral. A segunda plataforma mais utilizada foi o website pessoal, com 342 postulantes presentes nessa plataforma. O twitter foi a rede com menor aderência, sendo que 190 candidatos apresentaram uma conta ativa nessa rede social. Essa distribuição pode ser explicada pela fama do facebook, visto que ela possui o maior número de usuários no Brasil.

Ao examinar se o sexo do postulante tem impacto na aderência do website, facebook e twitter, encontramos dependência¹³⁸ entre essas variáveis (Sig = ,000). Ou seja, ser homem ou ser mulher, tem ligação com o uso ou não das ferramentas de comunicação¹³⁹.

A tabela 2 apresenta, estatisticamente, a ausência ou a presença dos postulantes no website.

TABELA 02 – PRESENÇA NO WEBSITE

Tabulação cruzada

			Website		Total
			Sem Website	Com Website	
Sexo	Homem	Contagem	242	274	516
		Resíduo padrão	-1,6	1,7	
	Mulher	Contagem	130	68	198
		Resíduo padrão	2,6	-2,8	
Total		Contagem	372	342	714

FONTE: elaboração das autoras, a partir do banco de dados do Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas (UNINTER).

¹³⁸ O teste utilizado para que seja possível realizar essa inferência é o qui-quadrado. O teste serve para comprovar se existem diferenças estatisticamente significativas entre duas distribuições quaisquer ou entre casos de uma mesma distribuição (CERVI, 2014, p. 20).

¹³⁹ É importante destacar que não é correto comparar dois universos diferentes (516 homens e 198 mulheres) apenas fazendo a análise da frequência observada dos casos. Desta forma, recorreremos ao teste estatístico do resíduo padronizado, que ignora a diferença do total dos casos e nos permite compará-los. Intervalo de confiança de 95% (Z = 1,96), ou seja, qualquer resíduo acima de +1,96 ou abaixo de -1,96 é considerado como estatisticamente significativo. O resíduo positivo indica incidência acima daquilo que seria esperado se a distribuição de um fenômeno entre as categorias das variáveis fosse aleatória, enquanto que o resíduo negativo, inversamente, indica incidência abaixo do esperado, também em caso de distribuição aleatória do fenômeno (CERVI, 2014).

Nela observa-se que nem todos os resíduos são significativos. No caso dos homens a distribuição foi mais equivalente entre aqueles que possuem ou não websites, ficando mais próximo da frequência esperada. Ou seja, não há falta ou excesso de candidatos que aderiram os websites no período eleitoral. Contudo, o mesmo não ocorre entre as candidatas. Neste caso os resíduos foram significativos, acima do limite crítico de $\pm 1,96$. O que se destaca é a ausência das mulheres nos websites. Temos mais mulheres do que o esperado sem website (2,6) e menos mulheres do que o esperado com website (-2,8).

Aplicamos, também, o teste do χ^2 de cramer, a fim de medir a intensidade da associação entre as variáveis sexo e presença no website. O valor encontrado foi de 0,168 (que multiplicado por 100, resulta em 16,8%), o que indica que a associação entre as variáveis é de 16,8%. Ou melhor, 16,8% da utilização dessa ferramenta é explicada pela variável sexo. A associação é fraca, mas cabe ressaltar que o sexo não é a única variável que explica a utilização das redes sociais, outras variáveis impactam na adoção dessa plataforma.

Na tabela 3 pode-se notar, estatisticamente, a ausência ou a presença dos postulantes no facebook.

TABELA 03 – PRESENÇA NO FACEBOOK

Tabulação cruzada					
			Facebook		Total
			Sem Facebook	Com Facebook	
Sexo	Homem	Contagem	136	380	516
		Resíduo padrão	-2,0	1,4	
	Mulher	Contagem	88	110	198
		Resíduo padrão	3,3	-2,2	
Total		Contagem	224	490	714

FONTE: elaboração das autoras, a partir do banco de dados do Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas (UNINTER).

Nesta tabela há mais resíduos significativos, acima do limite crítico. Nota-se que há menos homens do que o esperado sem facebook (-2,0). Já entre as candidatas, observa-se um comportamento muito parecido com o que foi descrito nos websites. Isto é, há menos mulheres do que o esperado com facebook (-2,2) e há mais mulheres do que o esperado sem essa rede social (3,3). Portanto, mais uma vez, os homens se mostraram mais dispostos em aderir a essa ferramenta de comunicação.

Quanto a intensidade da associação entre as variáveis sexo e presença no facebook, o valor de associação encontrado foi de 17,5%, maior do que a associação entre o website. Isso quer dizer que 17,5% da aderência do facebook pelos postulantes é explicada pela variável sexo. Sendo assim, vemos que existe uma associação, mesmo que fraca, entre ser homem, ou ser mulher, e fazer uso, ou não, do facebook como um canal de comunicação política.

Agora, veremos na tabela 4 como se deu o mesmo processo no twitter.

TABELA 04 – PRESENÇA NO TWITTER

Tabulação cruzada					
			Twitter		Total
			Sem Twitter	Com Twitter	
Sexo	Homem	Contagem	358	158	516
		Resíduo padrão	-1,1	1,8	
	Mulher	Contagem	166	32	198
		Resíduo padrão	1,7	-2,9	
Total		Contagem	524	190	714

FONTE: elaboração das autoras, a partir do banco de dados do Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas (UNINTER).

Na tabela 4 temos apenas um resíduo significativo. A aderência do twitter pelos homens, mais uma vez, foi mais equilibrada, não houve nem falta nem excesso de candidatos nessa rede social. Entre as candidatas, é possível observar que elas estão mais ausentes no twitter, haja visto que menos mulheres (-2,9), do que o esperado, apresentam uma conta nessa plataforma digital.

Para essa rede social o v de cramer foi de 14,6%. O que representa que 14,6% da presença dos postulantes no twitter é explicado pelo sexo. A maior associação foi encontrada na correlação das variáveis sexo e facebook, seguido do website e twitter. Contudo, em todos os casos as mulheres aparecem ausentes das plataformas digitais, confirmando nossa hipótese inicial, de que as mulheres teriam baixa representatividade na internet, assim como em outros meios de comunicação.

PERÍODO PÓS-ELEITORAL

Após o período eleitoral alguns postulantes podem abandonar as ferramentas de comunicação online, na medida que são eleitos e os que não são eleitos podem perder o interesse em falar sobre política fora do contexto eleitoral. Marques et al. exemplificam essa situação com o caso da Presidente Dilma Rousseff no twitter: “quando concorreu à Presidência da República em 2010, a candidata do PT utilizou de maneira regular a referida rede social; após ter assumido o cargo de chefe do Poder Executivo, a utilização da ferramenta foi interrompida por completo” (MARQUES et al., 2014, p. 182).

Nesta parte da análise, buscamos identificar em que medida os candidatos e candidatas se preocuparam em manter suas páginas ativas após o contexto da campanha eleitoral. Na tabela 5 temos a frequência simples da manutenção das contas depois do período eleitoral.

TABELA 05 – ATUALIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NO PERÍODO PÓS-ELEITORAL (2015)

Atualização		Sexo			
		Homem		Mulher	
		Contagem	%	Contagem	%
Atualização do Website	Ativo	131	48,3%	21	30,9%
	Fora do ar após as eleições	140	51,7%	47	69,1%
Atualização do Facebook	Desatualizada	51	13,5%	10	9,3%
	Mensal	30	8,0%	11	10,2%
	Semanal	45	11,9%	15	13,9%
	Diária	251	66,6%	72	66,7%
Atualização do Twitter	Desatualizada	23	29,1%	3	18,8%
	Mensal	9	11,4%	1	6,3%
	Semanal	8	10,1%	3	18,8%
	Diária	39	49,4%	9	56,3%

FONTE: elaboração das autoras, a partir do banco de dados do Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas (UNINTER).

No que se refere a atualização dos websites pelos candidatos, aproximadamente a metade (51,7%) das páginas foram encontradas fora do ar após as eleições. Com relação a atualização da mesma ferramenta digital pelas candidatas, cerca de 69% dos websites foram encontrados fora do ar. Diante disso, os homens tiveram maior preocupação na manutenção de seus respectivos sites.

Ao verificar a atualização do facebook e do twitter percebemos a existência de semelhanças na manutenção dessas redes sociais. Sendo que a maioria dos postulantes (cerca de 66% de candidatas e candidatos) atualizam diariamente o facebook. No twitter temos uma pequena diferença quanto a atualização. No caso dos candidatos, cerca de 49% mantém o perfil ativo após as eleições. Entre as candidatas, aproximadamente 56% das contas do twitter foram encontradas ativas. No geral, percebe-se uma maior atenção dos homens na manutenção das contas digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado nesta pesquisa demonstrou que mesmo nessa via alternativa de comunicação, no caso a internet, a representatividade das mulheres foi diminuta, do mesmo modo que acontece nos meios de comunicação de massa. Os candidatos se mostraram mais disponíveis em adotar as ferramentas digitais no período eleitoral e se mostraram mais preocupados em manter as páginas atualizadas fora do contexto eleitoral, se comparado às candidatas. A hipótese desta pesquisa foi confirmada, visto que encontramos disparidades na adesão das plataformas digitais, dependendo do sexo do concorrente. Observamos também que existe associação, mesmo que baixa, entre as variáveis sexo e presença nas ferramentas digitais pelos concorrentes ao legislativo paranaense.

Vemos, portanto, que os avanços na inclusão política das mulheres estão acontecendo, porém através de um processo lento. Podemos pensar então, que a baixa aderência das candidatas às plataformas digitais – website, Facebook e Twitter – é um reflexo do próprio ambiente político e que, apesar dos avanços para uma maior inclusão feminina nele, ainda há muito o que avançar no processo de empoderamento das mulheres e na construção de relações de gênero mais equitativas.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F. **Gênero e Política no Noticiário das Revistas Semanais Brasileiras**: ausências e estereótipos. Cadernos Pagu, n. 34, p. 269-299, 2010.

GOMES, W. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, v. 2, n. 3, p. 214-222, 2005.

MARQUES, F. P. J. A. **Sobre a comunicação político-partidária na Internet**: um estudo dos informativos digitais do PT e do PSDB. Revista Galáxia, São Paulo, n. 10, p. 129-146, 2005.

_____.; SAMPAIO, R.; AGGIO, C. (Org.). **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

_____.; AQUINO, J. A.; MIOLA, E. **Parlamentares, representação política e redes sociais digitais**: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. Opinião Pública, Campinas, vol. 20, n. 2, p. 178-203, 2014.

MASSAMBANI, A. C.; CERVI, E. U. **Representação feminina na mídia e política**: uma análise da presença de mulheres no HGPE de deputados federais no Paraná de 2006 e 2010. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-0557-1.pdf>. Acessado em: 03/04/2015.

O MAPA DA CRISE – UM ESTUDO SOBRE O INTERESSE DOS INTERNAUTAS PELA CRISE POLÍTICA BRASILEIRA

Thiago Perez Bernardes de Moraes
 Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE
 Faculdade Padre João Bagozzi
Romer Mottinha Santos
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Gestão Estratégica de Marketing

Palavras-chave: Google Trends, Crise Política, Internet e Política.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre pesquisas na internet e tendências de interesse na Web do Google pelos internautas sobre os temas protestos, impeachment e operação Lava Jato a partir de março de 2014. Um dos fatos mais críticos relacionados à atual crise política do governo federal diz respeito à possibilidade de impeachment. Considerando que, a operação Lava Jato e os protestos no Brasil podem ter trazido aos internautas o interesse pelo tema impeachment a pergunta que guia este trabalho é: nas pesquisas realizadas na Web existe relação entre a distribuição espacial e temporal de interesse por impeachment no Brasil e o interesse na operação Lava Jato e em protestos? Nossa hipótese é de que há uma correlação causal consistente entre o interesse manifesto dos indivíduos por impeachment e a distribuição temporal e espacial de interesse pelos acontecimentos relacionados à Lava Jato e aos protestos no Brasil.

Para testar nossa hipótese, utilizamos o Google Trends¹⁴⁰ para traçar duas frequências do tipo Beta (*Impeachment* e *protest*) e uma frequência comum para Lava Jato. Realizamos testes estatísticos¹⁴¹ pelo software SPSS a fim de verificar correlação entre a distribuição temporal e espacial de interesse. Para compor as frequências temporais consideramos como recorte geográfico o Brasil e o período de 85 semanas a partir de março de 2014. Para todos os testes consideramos o intervalo de confiança de 95%.

¹⁴⁰ O Google Trends é o maior banco de dados do mundo sobre preferências sociais. Basicamente, ele funciona como um motor de busca reversa oferecendo a distribuição espacial e temporal com que determinado termo ou assunto foi procurado no motor de busca do Google. O Google Trends oferece uma série de vantagens em relação aos métodos tradicionais de pesquisa: 1) ele gera dados em qualquer período do tempo (a partir de 2004) e do espaço (qualquer país); 2) os dados são gratuitos; 3) ele oferece um meio para se superar a barreira entre o comportamento real e o relatado. Por conta de sua ampla utilidade, a ferramenta vem sendo aplicada por cientistas sociais e políticos para o estudo dos mais diversos fenômenos (MORAES; SANTOS, 2013, 2015).

¹⁴¹ Na atualidade, praticamente todas as pesquisas realizam suas análises de dados por meio de procedimentos de informática. Agora é possível propor análises que antes eram impensáveis, e o tempo investido nesta fase foi reduzido de forma significativa (BISQUERRA ALZINA; SARRIERA; MARTÍNEZ, 2004, p. 29). Os pacotes de programas estatísticos (*statistical packages*) têm a função de auxiliar os pesquisadores na fase de análise de dados. O pacote SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), utilizado em ciências sociais, oferece as possibilidades de cálculo estatístico e informes científicos como: resumir frequências, elaboração de tabelas personalizadas, correlações, regressão, séries temporais, gráficos, entre outros. (BISQUERRA ALZINA; SARRIERA; MARTÍNEZ, 2004, p. 34-36).

Escândalo político e o Partido dos Trabalhadores

John Thompson (2002) desenvolve quatro teorias sobre o escândalo e suas consequências: I) Um modo de pensar o escândalo é considerá-lo como sendo um acontecimento efêmero, em grande parte construído pela mídia, que tem pouca ou nenhuma influência sobre os fatores e processos concretos que modelam a vida social e política; II) Há uma segunda forma de se pensar o escândalo, que reconhece poder ele ter consequências importantes, todavia sustenta que essas consequências são essencialmente conservadoras, no sentido que escândalos envolvem a reafirmação e consolidação do *status quo*; III) Há uma terceira maneira de pensar o escândalo que enfatiza seu potencial impacto que corrompe no discurso e no debate público. Conforme esta teoria, a preocupação da mídia com o escândalo tende a subverter a qualidade do discurso e do debate público, concentrando a atenção das pessoas em matérias relativamente triviais, enquanto que os assuntos importantes são empurrados para as margens da esfera pública. Essa tendência iniciou com os tabloides e com a imprensa popular, todavia a competição crescente dentro do campo da mídia fez com que os grandes jornais e a mídia eletrônica fossem levados em questão; IV) Há um quarto modo de pensar sobre o escândalo que vira a teoria da trivialização de ponta cabeça. Esse defende que o escândalo, longe de depreciar a qualidade do debate público, o enriquece, questionando as normas dominantes de jornalismo e virando as mesas dos poderosos e dos privilegiados. Esta é descrita como a teoria de escândalo da subversão (THOMPSON, 2002, p. 283-292).

Os atos de corrupção¹⁴² são partes características do desrespeito generalizado na sociedade com o bem público, que perpassam os agentes privados e públicos e vão desde pequenos atos de desobediência até o desvio de expressivas somas de recursos públicos para as mãos de políticos ou de agentes privados. É, pois, um fenômeno muito mais generalizado do que os escândalos de corrupção que ocupam quase diariamente a mídia (PINTO, 2011, p. 7-8). Desde 2013, quando houve as “jornadas de junho” o governo Federal vem enfrentando dificuldades, sobretudo por conta do grande volume de protestos populares por todo Brasil (MORAES; SANTOS, 2013).

Uma das razões do atual descontentamento está nos rumos da política econômica que em larga medida terminaram por desamparar as classes mais baixas. Tal rejeição ficou plasmada na última pesquisa DataFolha que indicou 71% de rejeição em relação a presidente da República (VEIGA, 2015). A Operação Lava Jato nesse sentido ao que parece hipertrofiou o processo de crise, aumentando de forma consistente os níveis de desaprovação do governo federal.

Entretanto, prever o futuro do PT é algo complexo. De toda forma, é provável que um dos resultados dessa crise recaia sobre as urnas, nesse sentido, é possível que o PT saia das eleições¹⁴³ de 2016 e 2018 como uma legenda de médio porte. Os erros do PT nesse

¹⁴² “A corrupção representa momentos de mau funcionamento das organizações do sistema político, que criam sistemas de incentivo para que esse tipo de comportamento se torne comum na política” (FILGUEIRAS, 2012, p. 301).

¹⁴³ Acredita-se que em períodos eleitorais, os cidadãos podem assumir uma postura mais crítica e avaliativa à sua própria situação e do país, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e político. Diversos aspectos podem ganhar importância durante as eleições e se tornarem indicadores de voto. Dentre muitos temas que são considerados importantes indicadores, a presente pesquisa propõe dedicar-se à corrupção. Ao considerar a importância do tema na decisão do voto, aliado a outros fatores, sem dúvida, é relevante questionar em que medida os eleitores brasileiros percebem, discutem e toleram a corrupção, sobretudo, em contextos eleitorais (BAPTISTA, 2013, p. 2).

sentido deram subsídios para que a oposição fundamenta-se um discurso colocando o PT como um partido marcado pela corrupção (MELO, 2015). De toda forma, o agravamento da atual crise trouxe para mesa outra variável, a possibilidade de impeachment da presidente.

Resultados

Na Tabela 1 e no Gráfico 1 expomos as frequências relativas à distribuição temporal de interesse pelos assuntos Impeachment, Lava Jato e protestos no Brasil em um período de 85 semanas a contar de março de 2014. É visível que há consistentes correlações positivas entre o interesse por impeachment e pelas variáveis Lava Jato e Protestos. Para Melhor Compreender o comportamento dessas variáveis traçamos na tabela 2 uma lista de casos de anomalias e na tabela 3 uma regressão linear considerando como variável dependente o interesse por protestos e como variáveis independentes o interesse pela Lava Jato e por protestos no Brasil.

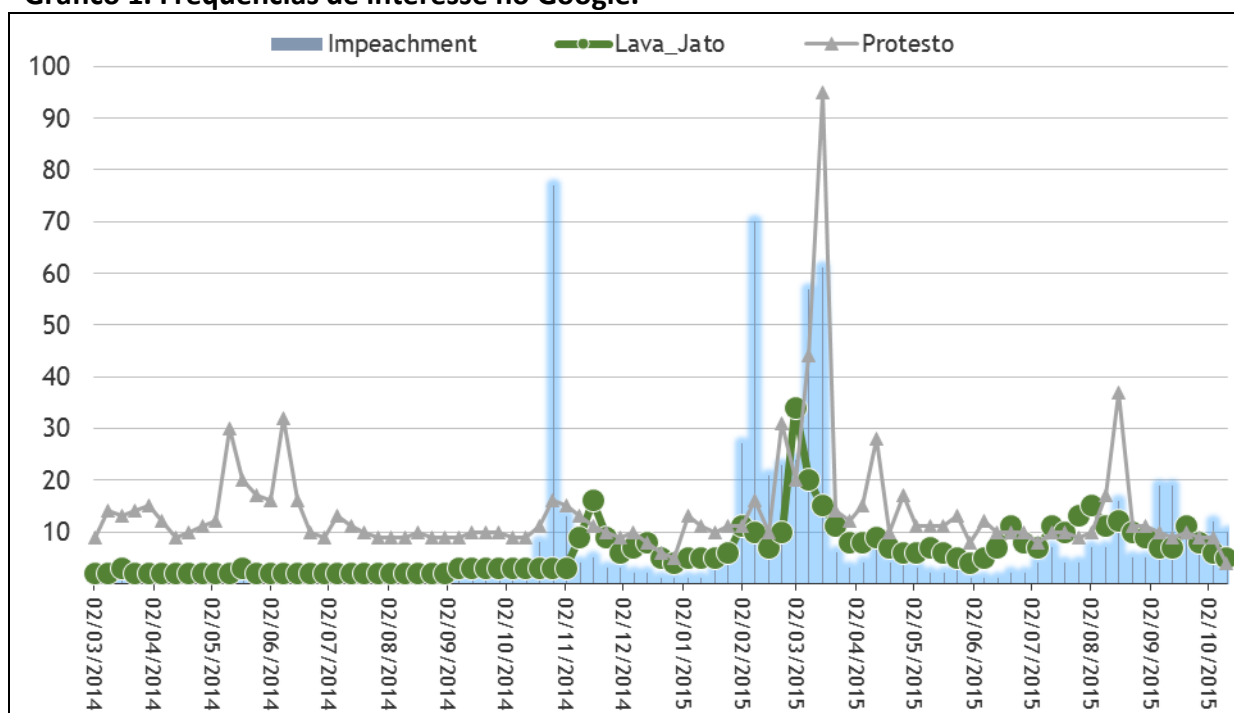
Tabela 1. Estatísticas descritivas

	Média	Desvio padrão	Correlação com Impeachment
Impeachment	7,27	14,537	1
Lava_jato	6,18	5,019	426**
Protestos	13,73	11,110	534**

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: elaboração dos autores.

Gráfico 1. Frequências de interesse no Google.



Fonte: elaboração dos autores.

Tabela 2. Lista de razões dos casos de anomalias

A ponderação	Data	Variável de razão	Impacto da variável	Valor da variável	Norma da variável
55	15.03.2015	Protestos	1,000	95	13,73
54	08.03.2015	Protestos	1,000	44	13,73
77	16.08.2015	Protestos	1,000	37	13,73
A ponderação	Data	Variável de razão	Impacto da variável	Valor da variável	Norma da variável
53	01.03.2015	Lava_jato	1,000	34	9,98
43	21.12.2014	Lava_jato	1,000	5	2,80
45	04.01.2015	Lava_jato	1,000	5	2,80
46	11.01.2015	Lava_jato	1,000	5	2,80
A ponderação	Data	Variável de razão	Impacto da variável	Valor da variável	Norma da variável
35	26.10.2014	Impeachment	1,000	77	7,27
50	08.02.2015	Impeachment	1,000	70	7,27
55	15.03.2015	Impeachment	1,000	61	7,27
54	08.03.2015	Impeachment	1,000	57	7,27

Fonte: elaboração dos autores.

É interessante notar que um fluxo incomum de interesse por impeachment ocorre em 26/10/2014 (logo após as eleições) e há também outras datas incomuns (15/03/2015 e 08/03/2015) que se relacionam a protestos que ocorreram no Brasil. As Datas incomuns de interesse relativas a Lava Jato também guardam relação com acontecimentos no mundo *off-line*.

Tabela 3. Regressão Linear

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	
1	,597 ^a	,357	,341	11,802	
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	6328,461	2	3164,231	22,716	,000 ^b
	Resíduos	82	139,297		
	Total	84			
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Modelo padrão	Beta		
1	(Constante)	-5,723	2,333	-2,453	,016
	Lava_Jato	,816	,271	,282	,003
	Protesto	,579	,123	,443	,000

a. Variável dependente Impeachment

b. Preditores: (Constante), Lava_Jato, Protesto.

Fonte: elaboração dos autores.

Como obtivemos um R quadrado ajustado de ,341, podemos assumir que 34% do interesse manifesto pelos internautas pelo tema Impeachment no Brasil tem como causa as variáveis independentes Java Jato e Protesto. Essa tendência é confirmada pelo valor da

estatística global e pela significação de t. Contudo, apesar de ambos os fatores serem significantes na regressão, a variável protestos mostrou-se mais influente.

É visível na Tabela 4 que existem consistentes correlações positivas entre o interesse manifesto por impeachment e o interesse por Lava Jato e Protestos. Para melhor estudar o efeito causal, realizamos na tabela uma regressão linear considerando como variável dependente a distribuição geográfica de interesse por impeachment e como independente a distribuição de interesse por lava jato e protestos. Ilustramos também essas distribuições no Gráfico 2.

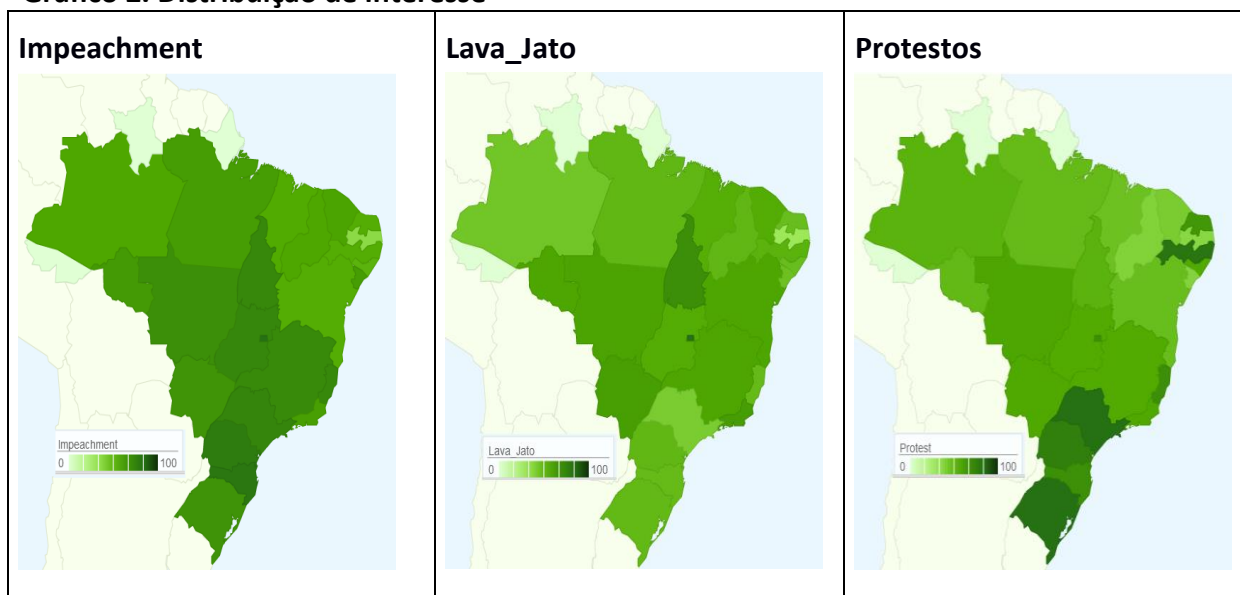
Tabela 4. Estatísticas descritivas

	Média	Desvio padrão	Correlações com Impeachment
Impeachment	67,81	27,259	1
Lava_jato	56,37	23,232	,900**
Protesto	61,11	27,056	,864**

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: elaboração dos autores.

Gráfico 2. Distribuição de interesse



Fonte: elaboração dos autores.

Na tabela 5 encontramos um 'r' quadrado ajustado de ,890 , o que indica que 89% da distribuição de interesse por impeachment no Brasil tem como causa o interesse por Protestos e pela operação Lava Jato.

Tabela 5. Regressão Linear

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa		
1	,948 ^a	,899	,890	9,026		
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.	
1	Regressão	17364,899	2	8682,450	106,578	,000 ^b
	Resíduos	1955,175	24	81,466		
	Total	19320,074	26			
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	
	B	Modelo padrão	Beta			
1	(Constante)	2,578	4,797	,537	,596	
	Lava_Jato	,676	,112	,576	6,021	,000
	Protesto	,444	,096	,441	4,611	,000

a. Variável dependente Impeachment

b. Preditores: (Constante), Lava_Jato, Protesto.

Fonte: elaboração dos autores.

Os resultados mostram que a hipótese detém aderência, vide que, as variáveis Lava Jato e Protestos podem explicar 34% da frequência temporal de interesse pelo impeachment e 89% desta distribuição espacial no Brasil. Isso sinaliza que de alguma forma os internautas que mais se interessam pelos temas protestos e Lava Jato são também mais interessados no tema impeachment (e possivelmente apoiam o mesmo). Entretanto, mais estudos são necessários para corroborar nossas premissas vide que o estudo é apenas exploratório e não conclusivo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Erica Anita. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012.. In: V Congresso da Compolítica, 2013, Curitiba. **Anais do V Congresso da Compolítica (2013)**, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-04-Internet-e-Pol%C3%ADtica-Erica-Anita-Baptista.pdf>

BISQUERRA ALZINA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção e cultura política: a percepção da corrupção no Brasil. In: Helcimara Telles; Alejandro Moreno. (Org.). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, v. 1, p. 221-258.

MELO, Carlos Ranulfo. O PT e o Brasil. O Globo. Rio de Janeiro, 13 set. 2015. Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/futuro-pt.html> >. Acesso em 22 out. 2015.

MORAES, Thiago Perez Bernardes; SANTOS, Romer Mottinha. Caça ao terrorismo e corrida eleitoral. Um estudo sobre o impacto do interesse regional pela morte de Osama bin Laden e a relação com os votos nas eleições presidenciais de 2012 nos Estados Unidos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 37, n. 1, p. 13-20, 2015.

MORAES, Thiago Perez Bernardes; SANTOS, Romer Mottinha. Os Protestos no Brasil: Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. **Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales**, v. 9, n. 2, p. 193-206, 2013.

PINTO, Celi Regina Jardim. **A Banalidade da Corrupção**: uma forma de governar o Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

THOMPSON, John B.. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Luciana Fernandes. O Desafio das Urnas. O Globo. Rio de Janeiro, 13 set. 2015. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/futuro-pt.html>>. Acesso em 22 out. 2015.

SISTEMAS DE COTAS RACIAIS NO EXAME DE ADMISSÃO DO ITAMARATY

Karla Gobo; Bruce Lee Pereira
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Relações Internacionais

Palavras-chave: sistema de cotas raciais, Itamaraty, inclusão social

Nesse trabalho será analisado sobre o programa de ação afirmativa que consiste em cotas raciais, com apresentação de alguns dados sobre os números de negros inseridos no corpo diplomático brasileiro e quais os procedimentos que necessitam passar para que possam fazer parte da elite diplomática brasileira, bem como o contexto no qual se encontra esse programa e as premissas que ele exige para a inclusão de negros no corpo diplomático brasileiro.

Dada as características históricas e de seleção, o Itamaraty acabou se firmando como um ministério insulado dos demais¹⁴⁴, tanto na elaboração de grande parte política externa brasileira, a cargo dos diplomatas de carreira; quanto no processo seletivo, sob responsabilidade do Instituto Rio Branco, juntamente com o Ministro de Estado, que durante boa parte da história, também fora um cargo ocupado por um diplomata da carreira.

Dada a centralidade do Itamaraty no recrutamento dos diplomatas, a história da carreira sempre esteve muito conectada com as elites de maior capital econômico, social e cultural. Além de ser um espaço marcado pela exclusão “*O Itamaraty é uma das instituições mais discriminatórias do Brasil*”¹⁴⁵ declarou Joaquim Barbosa, ex ministro do supremo Tribunal Federal.

Ainda que não existam fontes definitivas, como no caso das mulheres, há evidências indicando outros tipos de discriminações. No final de março de 1946, parlamentares denunciaram discriminação racial no processo seletivo. Osório Borba, no Diário de Notícias, comentaria: “É notória a tendência do Itamaraty de fechar os seus quadros, para erigir em casta a carreira diplomática. (FARIA. 2014, p. 59)

A inserção de pessoas pertencentes a grupos de minorias como negros, homossexuais e mesmo mulheres dentro da carreira diplomática brasileira, não era um tema de ampla discussão até então. Essas declarações levantaram a discussão polêmica e atual sobre inclusão social nos concursos públicos, que não possuía¹⁴⁶ uma regulamentação concreta a respeito, e levantam problemas na área de execução de políticas em favor de grupos desfavorecidos na gestão da equidade, nas oportunidades ofertadas aos cidadãos aptos a prestar concursos públicos.

A questão dos negros é mais difícil de mensurar no Itamaraty do que das mulheres, já que não há dados de auto declaração para cor da para que seja consultado, então os dados apresentados aqui são os que estão presentes em outros estudos.

A primeira nomeação para um Embaixador negro só se deu ao final da gestão do ministro Celso Amorim em 2010. Benedicto Fonseca Filho, 47 passou no concurso aos 22 anos. Entretanto o Embaixador tem uma trajetória pouco comum, sobretudo para a população afrodescendente do país, que certamente o auxiliou no processo seletivo. Filho de

¹⁴⁴ BRESSER, Luiz Carlos Pereira, 1996,

¹⁴⁵ Entrevista para o jornal o Globo, entrevistadora Miriam Leitão em 28/06/2013

¹⁴⁶ A LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014 dispõe que 20% das vagas do funcionalismo público devem ser reservadas pessoas afrodescendentes (negras)

um funcionário da instituição, agente de portaria, ele teve oportunidade de estudar em instituições internacionais.

Foi essa experiência internacional que me despertou o interesse pelo Itamaraty. Talvez por ter estudado em escolas internacionais, na escola francesa e na americana.[...] Tive oportunidades que raramente os negros têm. Morei no exterior, estudei idiomas com a ajuda do Itamaraty, porque ajudavam nos estudos dos filhos dos funcionários.¹⁴⁷

Tendo em vista estes aspectos, sobretudo a exclusão de negros ao longo do tempo na instituição. Tanto porque o concurso exige alto capital cultural acumulado, que acaba beneficiando aqueles com passagem pelas instituições de elite que, dada a nossa desigualdade, são majoritariamente brancas; quanto porque em critérios mais objetivos, como entrevistas ou provas orais, os negros eram por exemplo. Em 2003, apenas 0,7% dos diplomatas brasileiros pertenciam ao grupo não branco¹⁴⁸. Considerando estes aspectos, neste trabalho será analisado o programa de ação afirmativa que consiste no provimento de uma bolsa de estudos e cotas raciais para afrodescendentes (negros), com apresentação de alguns dados sobre os números de negros inseridos no corpo diplomático brasileiro, bem como o contexto no qual se encontra esses programas.

A forma de ingresso na carreira é através do Exame de admissão que foi estabelecido em 6 de março de 1945 por intermédio de decreto-Lei e instituiu o curso de preparação a carreira diplomática (CPCD)¹⁴⁹ através do processo seletivo realizado através do Instituto Rio Branco. Desde então passou por algumas transformações com o intuito de selecionar por intermédio de análise de competências pertinentes ao cargo diplomático, segundo o Itamaraty, candidatos que estejam aptos para ocupar a vaga de terceiro secretário, na escala da concorrida diplomacia oficial brasileira. No ano de 2014 foram 4152 inscritos para apenas 30 vagas.

O ingresso na carreira diplomática brasileira exige alto capital cultural acumulado de seus candidatos, devido às disposições do concurso que apresenta elevado índice de dificuldade em diversas disciplinas e em várias fases¹⁵⁰, sem contar ainda os conhecimentos em três línguas estrangeiras: inglês, francês e espanhol, todas de caráter eliminatório. Dada essas características, aqueles que conseguem ter seu nome entre os aprovados são, em grande maioria, oriundos de instituições públicas de ensino, mais de 70% e, sobretudo, daquelas que figuram dentre as dez melhores instituições do país, mais de 50% do corpo diplomático brasileiro.¹⁵¹

¹⁴⁷<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/fto601201107.htm>

¹⁴⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gdo6o203.htm>

¹⁴⁹ http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/breve_historia_do_cpcd_e_do_cacd.xml acesso em 15 set 2015 – Página do Instituto Rio Branco

¹⁵⁰ O concurso público para ingressar na carreira diplomática é um dos mais difíceis do país, é composto por 4 fases:

1) Primeira Fase: Prova Objetiva, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório 2) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

3) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório e classificatório.

4) Quarta Fase: provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório

¹⁵¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/11/1545237-metade-dos-calouros-da-usp-esta-entre-os-20-mais-ricos-do-brasil.shtml>

O programa de bolsas para afrodescendentes foi implementado em 2002, no último ano da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Denominado “Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia”¹⁵² o programa prevê o pagamento de uma bolsa durante o período de um ano no valor de R\$ 25.000,00¹⁵³, que é aproximadamente um valor pouco superior à R\$ 2000,00 mensais, dos quais apenas 30% são admitidos para o custeio, o restante deve ser destinado a materiais de estudos, cursos ou aulas particulares.

Para conseguir uma dessas bolsas os candidatos têm que se inscrever através da internet no site da CESPE-UNB e escrever uma lauda de redação sobre sua experiência como afrodescendente. Além de passar por um processo seletivo em duas etapas, a primeira é uma prova objetiva de Português, Noções de Política Internacional e História do Brasil que é realizada em várias capitais. A segunda é uma entrevista¹⁵⁴ com os aprovados na primeira etapa que acontece apenas em Brasília com as despesas pagas pelo IRBr. Nesta etapa os candidatos têm que apresentar: plano, cronograma e orçamento para os estudos. Os demais aspectos avaliados são:

a) formação acadêmica; b) adequação e viabilidade do Plano de Estudos e Desembolso; c) necessidade de apoio para realização de seus estudos preparatórios ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata; d) expectativas pessoais sobre a Carreira Diplomática; e) experiência pessoal do candidato como afrodescendente; f) conhecimento e aceitação dos objetivos do programa. (Disponível em: [http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa de acao afirmativa.xml](http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml)).

Os demais requisitos para pleitear a bolsa são todos os contidos no edital para o concurso mais ter realizado a inscrição e se autodeclarar afrodescendente. A bolsa poderá ser renovada até quatro vezes¹⁵⁵, desde que o candidato tenha apresentado rendimentos satisfatórios nos concursos de seleção.

De acordo com Oliveira (2011), todos os anos são feitas de quatro a cinco bancas de seleção. “As bancas são compostas por representantes do IRBr, diplomatas (ex) bolsistas, da Seppir, do CNPQ e da Fundação Palmares, que trazem representantes para participar do

¹⁵² Em discurso em dezembro de 2001, o Presidente da República afirma: “Quero lhes dizer que a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos vai apoiar um programa de ação afirmativa no Instituto Rio Branco, que é o responsável pela formação dos diplomatas brasileiros. Serão concedidas 20 bolsas de estudos para afrodescendentes para que se preparem, especificamente, para o concurso que haverá - como há todo ano - no Itamaraty. Precisamos ter um conjunto de diplomatas - temos poucos - que sejam o reflexo da nossa sociedade, que é multicolorida, e não tem cabimento que ela se apresente pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, porque não é.” (Cardoso. 2001, p. 728)

¹⁵³ Este valor da bolsa foi reajustado em 2003, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2002 o auxílio era de R\$ 15.000,00. O número de bolsas também passou de 20 para 30 anuais.

¹⁵⁴ O diplomata e um dos responsáveis pelo programa esclarece um dos objetivos da entrevista “Então, quando nós procuramos trabalhar com Bancas de Reparação sobre como se constituiu essa identidade como afrodescendente, a gente quer manter o foco do Programa, a gente não quer que o Programa seja motivo de chacota: “Ah, olha, a loirinha de olho verde ganhou a Bolsa”. Não, isso não pode acontecer! Mesmo que ela seja afrodescendente, por quê? Porque no caso do Brasil, a gente sabe que o fenótipo tem muita importância. A pessoa que tem a pele muito clara tem o olho mais claro. Mesmo que seja afrodescendente, ela não vai ser identificada como tal. E isso tem peso na vivência que ela vai ter da sua identidade racial.” (OLIVEIRA. 2011, p.66)

¹⁵⁵ “a) A primeira renovação da bolsa-prêmio é facultada a todos os candidatos sem restrições; b) A segunda renovação da bolsa-prêmio é condicionada a desempenho satisfatório anterior (aprovação e classificação) na primeira fase do CACD; c) A terceira renovação da bolsa-prêmio é condicionada a desempenho satisfatório anterior (aprovação e classificação) na primeira e segunda fases do CACD; d) A quarta e última renovação da bolsa-prêmio é condicionada a desempenho satisfatório anterior (aprovação e classificação) na primeira, segunda e terceira fases do CACD.” (disponível em: [http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa de acao afirmativa.xml](http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml)).

processo seletivo. As Bolsas são concedidas àqueles candidatos e candidatas que obtiverem maior pontuação na escala classificatória da seleção do PAA.” (p. 66)

No site do IRBr tem a seguinte informação: “até 2014, o Ação Afirmativa já concedeu 594 bolsas para 354 bolsistas, dos quais 21 foram aprovados no CACD.”¹⁵⁶. Levando em consideração o número de bolsistas com o número de aprovados, apenas 6% deles, mesmo com as renovações, conseguiram a aprovação no concurso, se se considerar então que desde de 2003 até 2014 tem-se o ingresso de 740 diplomatas, este percentual cai para menos de 3% dos aprovados. O que demonstra que apesar de ser um programa importante ele ainda não é suficiente para colocar pessoas que estiveram em condições sociais de desvantagem aptas para competir com os demais.

Uma das críticas apresentadas ao programa e que pode explicar a baixa aprovação é a desistência dos bolsistas de fazer o concurso.

Para o secretário Márcio, não há como controlar as desistências porque o concurso é gratuito, com a inscrição feita pela internet. Sendo assim, há o livre-arbítrio para que o candidato possa, no dia da prova, se apresentar para fazê-la. Não há medida punitiva ou que bloqueie essa atitude que, a meu ver, diminui as oportunidades de outrem quanto uma ação afirmativa. (Oliveira. 2011p. 69)

Outras críticas apresentadas é a falta de acompanhamento e tutoria¹⁵⁷ aos bolsistas.

Oliveira (2011) entrevistou 12 diplomatas que foram aprovados no concurso, destes sete eram do sudeste, 4 do nordeste e um do centro-oeste. Sobre os diplomatas nordestinos, eles apontaram a necessidade de se mudar para São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília em busca dos melhores cursinhos e preparação para a carreira e por vezes tinham que conciliar os estudos com trabalhos que mantivessem sua subsistência fora de sua cidade¹⁵⁸. Essas diferenças de acesso tornam ainda mais difícil a condição dos afrodescendentes negros das regiões norte e nordeste sobretudo, já que precisam custear as despesas para se manter longe de casa. Esta certamente é outra dificuldade que acaba diminuir o impacto das bolsas no processo de aprovação.

Dentre as histórias relatadas no trabalho de Oliveira (2011) estão famílias de classe média, de pais que se esforçaram por dar uma educação, que garantisse a apreensão dos aspectos culturais legitimados 7 entre 12 diplomatas passaram por instituições privadas de ensino, os demais passaram por colégios militares ou escolas de aplicação e apenas 1 passou somente pela instituição pública de ensino. No ensino superior é mantido este padrão de 10 diplomatas em instituições privadas e 5 públicas, que são as de mais difícil acesso. Vários desses pais conseguiram acessar o ensino superior. Um diplomata entrevistado por Oliveira (2011) deixa claro que a bolsa auxilia negros de classe média ou até alta a passar no

¹⁵⁶ Disponível em: http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml

¹⁵⁷ As tutorias dependem da “...disponibilidade e interesse dos diplomatas, especialmente dos diplomatas (ex) bolsistas em mobilizar os seus colegas a orientarem alguns dos candidatos beneficiados pelo PAA.” (Oliveira. 2011, p. 76)

¹⁵⁸ “Alguns diplomatas (ex) bolsistas residiram em casas de parentes por algum tempo enquanto conseguiam empregos para se auto-sustentarem nas grandes cidades quando distantes de suas famílias, quatro diplomatas relataram trabalhar ao mesmo tempo em que tinham a bolsa que, no início do programa era de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) mensais e só podia custear professores particulares, cursos e material para estudo, mas não cobria gastos como aluguel, despesas com água, luz e internet. Do grupo entrevistado apenas um diplomata recebia apoio de sua família em forma de recursos financeiros para custear os estudos em outra cidade, mas, em geral, notei que o diplomata que migrava preocupava-se em enviar recursos para apoiar suas famílias.” (Oliveira. 2011, p. 95)

concurso. O trabalho de Lima¹⁵⁹ (2005) analisando o primeiro grupo de selecionados também chega à essa conclusão.

A idéia que e tenho que está até sendo compartilhada entre os demais da mesa, é que não se está atrás do negro que não teve uma base, que não teve uma boa educação. Você está atrás do negro que tem base, que tem chances de passar no concurso. Provavelmente ele será de classe média ou até classe alta e ele, que já tem a possibilidade real de passar, vai ter o reforço da bolsa por um ou dois anos, para se preparar e com esse reforço ele vai poder se dedicar, exclusivamente, a preparação, e se igualar então aos demais concorrentes, que são pessoas de fato que podem se dar ao luxo de depois que concluir a graduação, muitas que já moraram no exterior e etc e tal, podem se dar ao luxo de estar só estudando até passar em um concurso como o Rio Branco. (p. 110)

Como se pode notar esta medida visa oportunizar o acesso à instituição àqueles que conseguiram ultrapassar algumas barreiras que limitam o acesso de afrodescendentes a determinados espaços e classes sociais e já fizeram alguma caminhada na ascensão social e econômica.

Dada a desigualdade presente que separa negros e brancos no país e a baixa eficácia da medida, em 28 de abril de 2011, o Concurso para admissão à carreira diplomática, prevê a reserva de 10% das vagas destinadas a candidatos que se autoproclamem afrodescendentes, válidas apenas para a primeira fase do concurso. O caráter insulado da instituição se apresenta até nas medidas que são tomadas para a diminuição das diferenças presentes. De acordo com uma diplomata entrevistada por Oliveira esta foi uma política o ministro Celso Amorim: “o ministro Celso Amorim sempre quis que o nosso Concurso atingisse mais brasileiros abarcando a toda diversidade do País. Foi uma decisão do nosso ministro Celso Amorim. Se ele tomou essa decisão é porque estava certo do que estava fazendo.” (in: Oliveira. 2011, p. 78)

No edital de 2015¹⁶⁰, atendendo a lei LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014¹⁶¹, voltada para todo os concursos do funcionalismo público, são reservadas 20% das vagas para candidatos afrodescendentes (negros) em todas as etapas do concurso.

¹⁵⁹ “...podemos dividir as respostas dos bolsistas referente à classe média em dois blocos. No primeiro, estão os bolsistas que se reconhecem privilegiados pelo fato de poderem desfrutar e ter acesso a bens sociais e culturais nessa estrutura social profundamente desigual; que freqüentaram e conseguiram formação fundamental, médio e superior em instituições escolares de prestígio social; têm domínio de línguas estrangeiras; oportunidades de viajar de férias, em intercâmbios culturais, a estudos e/ou a trabalho; ocupam cargos não-manuais de prestígio social; têm acesso a bens culturais – literatura, arte, cinema, teatro, assinatura de revistas, jornais, acesso à internet, bens que não são acessíveis a todos; e têm comportamentos e práticas sociais distintos que indicam o habitus da classe média. No segundo, os bolsistas que se reconhecem privilegiados, mas são veementes ao afirmar que não pertencem à classe média ao comparar a sua situação econômica, social e cultura com pessoas por eles considerados de classe média, ou seja, tendo como “grupo de referência”, “extra- grupos”, grupos pelos quais eles não se vêem pertencer, grupos que considerem estar excluídos.” (Lima. 2005, p. 93)

¹⁶⁰ Disponível em:

http://www.cespe.unb.br/concursos/irbr_13_diplomacia/arquivos/ED._1_IRBR_DIPLOMATA_2013.PDF

¹⁶¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. (2001). **Discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Nacional dos Direitos Humanos**. Palácio do Planalto, Brasília. Df, 19 de dezembro de 2001.

GOBO Karla, Noblesse D'État: Gênese e estrutura do campo diplomático brasileiro, Curitiba 2013.

Instituto Rio Branco. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/ptbr/programa de acao afirmativa.xml>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

LIMA, Vera Lúcia Alves Rodrigues. **A inserção do negro na carreira de diplomata: ação afirmativa para o Instituto Rio Branco**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005

OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)**. (2011). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/8596/1/Ana.pdf>

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, Política e insulamento burocrático no Brasil, São Paulo 1996.

PINHEIRO Letícia, VEDOVÉLI Paula, Caminhos Cruzados, Revista Política Hoje, Vol. 21, n.1, 2012.

GT 14: JURISDIÇÃO, DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A INICIATIVA POPULAR NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO NA FORMULAÇÃO DAS LEIS

Profª Ana Cristina Teixeira Alves
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
Departamento de Geografia

Palavras-chave: Iniciativa Popular; Participação popular; Instrumento político.

INTRODUÇÃO

A iniciativa popular enquanto instrumento político de democracia direta prevê a criação de leis ordinárias e complementares por qualquer pessoa, entidade de classe, organização não-governamental, comissões e outras formas de organização sociopolítica, nos âmbitos federal, estadual e municipal através de um abaixo-assinado com um número mínimo de eleitores, e apresentado por um parlamentar na Câmara ou no Senado. Nesse sentido, configura-se como instrumento político de soberania popular no Brasil, originado e previsto no artigo 14, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

Vale lembrar que a redemocratização do país após o período da ditadura militar de 1964-1985, culminou com a criação de uma nova Constituição Federal. Nesse bojo, de luta e mobilização dos setores mais progressistas da sociedade nasceu a iniciativa popular como um dos instrumentos constitutivos do Estado Democrático de Direito no Brasil. Nesse ínterim, os princípios da constitucionalidade e da democracia, formadores do conceito de Estado Democrático de Direito no Brasil, concederam a supremacia da vontade popular e da democracia participativa na vida política do país.

Dentre os instrumentos políticos de formulação de leis emanadas da participação democrática da população brasileira citem-se o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, destacando-se o último como a representação mais próxima dos anseios do povo. O projeto de lei pode ser elaborado e proposto por qualquer cidadão, diferentemente do plebiscito e referendo que são elaborados por parlamentares.

Assim, o objeto de estudo deste trabalho será o instrumento político a iniciativa popular no Brasil. A abordagem deste objeto reflete a conjuntura das manifestações de rua ocorridas por todo o país no ano de 2013, as quais pressionavam o governo por mudanças, dentre elas a reforma política. Nesse quadro surge o seguinte questionamento: A iniciativa popular enquanto instrumento de participação popular na formulação das leis, complementares e ordinárias, vem sendo pouco proposta como projeto de lei pelo povo brasileiro?

Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar a iniciativa popular como instrumento político de participação popular na elaboração das leis do país, previstos no artigo 14, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em livros impressos ou em publicações eletrônicas, dentre elas artigos científicos e jornais, nas áreas de Direito, Ciência Política e Teoria Geral do Estado sobre a iniciativa popular no Brasil e no mundo, participação popular e democracia direta, Estado Democrático de Direito, mecanismos de participação popular e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de maio de 2013, diversas manifestações de rua eclodiram por todo o Brasil devido ao descontentamento inicial com o preço da tarifa do transporte rodoviário urbano. A primeira manifestação ocorreu na cidade de São Paulo, cobrando do poder público e das empresas de transporte coletivo por melhores veículos, bem como a redução da tarifa. As sucessivas manifestações se sucederam diariamente em São Paulo e se estenderam pelo restante do país, recebendo a cobertura da imprensa formal, além de diversas páginas na *internet* e nas redes sociais que garantiram o alcance global aos fatos noticiados.

Atualmente, a insatisfação popular ocorre no nível das três esferas de governo e se distribui pelo país com os escândalos políticos como o mensalão, corrupção, PEC 37 – Ministério Público e obras desnecessárias com a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Neste contexto, a Presidente da República, Dilma Roussef, tomou a decisão de criar uma Constituinte com a participação popular na elaboração das leis. Contudo, um dia após anunciado, decidiu convocar um plebiscito sobre a realização da reforma política no Brasil.

É importante observar que a discussão da reforma política trouxe à baila um novo instrumento político de participação popular: a iniciativa popular, criada na CF de 1988. De acordo com FERREIRA, “A Constituição (...) confere iniciativa das leis complementares e leis ordinárias ao cidadão (art. 61)”. Além disso, XAVIER salienta “que somente as leis ordinárias e as leis complementares podem ser objeto de iniciativa popular do caput do art. 61.” Destarte, FERREIRA afirma que o “*constituinte deixou a lei a disciplina da iniciativa popular nos Estados (...) para os Municípios a competência de discipliná-la pela ... Lei Orgânica (...) a manifestação de cinco por cento do eleitorado municipal (art. 2º, XIII)*”. Complementando essa perspectiva, SANTANA expõe os passos do procedimento da iniciativa popular, quais sejam: redação do texto; político que encampe o projeto (vereador, deputados federal e estadual, senador); grupo busca o formulário-padrão para abaixo-assinado na Câmara ou Assembleia.

Embora haja certa dificuldade e burocratização nesse processo, quatro Projetos de Lei de Iniciativa Popular já foram aprovados e se transformaram em leis no Brasil. A primeira foi a Lei 8.930, de 7 de setembro de 1994⁴, tipificando novos crimes hediondos e o caso mais recente foi o projeto Ficha Limpa, ocorrido em 2010.

Apesar de inúmeras outras mobilizações terem acontecido, os projetos encaminhados pela iniciativa popular em geral são adotados por um parlamentar ou pelas comissões, que garante sua tramitação no Congresso Nacional, assumindo assim a autoria do projeto.⁵

Projeto	Iniciativa	Autor oficial	Assunto	Tramitação
2710/92	Movimento Popular de Moradia	Deputado Nilmário Miranda (PT-MG)	Cria o Fundo de Moradia Popular (FNMP) e o Conselho Nacional de Moradia Popular (CNMP)	Transformado na lei 11124/05
4146/93	Gloria Perez (após o assassinato de sua filha Daniela Perez)	Poder Executivo	Caracteriza chacina como crime hediondo	Transformado na lei 8930/94
1517/99	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Deputado Albérico Cordeiro (PTB-AL)	Pune com cassação o candidato que tentar comprar votos	Transformado na lei 9840/99
7053/06	Movimento "Gabriela Sou da Paz" (criado após morte de adolescente por bala perdida no metrô do Rio)	Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	Torna mais rigorosa a pena do condenado por crime hediondo	Apensado ao PL 4911/05, do deputado Alberto Fraga, que reapresentou o projeto em 16 de março deste ano

Deve-se ainda observar que, segundo SILVA *apud* MARTINEZ (1991), o Estado Democrático de Direito é formado pelo princípio da constitucionalidade, que funda o Estado Democrático de Direito na legitimidade de uma Constituição rígida, emanada da vontade popular, dotada de supremacia e que vincule todos os poderes e os atos deles provenientes, como a garantia de atuação livre de regras da jurisdição constitucional.

Além disso, o Estado Democrático de Direito radica-se no princípio democrático que, nos termos da Constituição Federal, deve constituir uma democracia representativa e participativa, pluralista, e que seja a garantia geral da vigência e eficácia dos direitos fundamentais (art. 1º).

SILVA *apud* MARTINEZ (1991) ressalta ainda o sistema de direitos fundamentais que compreende os individuais, coletivos, sociais e culturais (tít. II, II e VIII); o princípio da justiça social referido no art. 170, caput, e no art. 193, como princípio da ordem econômica e da ordem social [...]; o princípio da igualdade (art 5º, caput, e I); f) princípio da divisão de poderes (art. 2º) e da independência do juiz (art. 95); g) princípio da legalidade (art. 5º, II); h) princípio da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI a LXXIII) (Silva, 1991, p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui poucas leis de iniciativa popular desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 – em nível federal são apenas quatro (04). Portanto, há a necessidade de maior esclarecimento e atenção do povo brasileiro na formulação das leis do país, na longa caminhada da democratização popular e consolidação do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso**

de Direito Constitucional. São Paulo. 35 ed., 2009.

MARTINEZ, V. C. **Definições de Estado**. Disponível em: <<http://goo.gl/CXyie5>>, acesso: em 25 de agosto de 2013.

SANTANA, Ana L. **Projeto de lei de iniciativa popular**. Revista Sorria. Ed. Mol, ano 3, 2013.

WIKIPEDIA. **Iniciativa**

popular. Disponível em: < <http://goo.gl/3cNW>>, acesso em 10 de agosto de 2013.

XAVIER, L. **Dos direitos políticos**. Disponível em: < [http://www.jurisway.org.br/.](http://www.jurisway.org.br/)>, acesso em 30 de agosto de 2013.

AS RAÍZES EXISTENCIAIS DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NA TEORIA DO DIREITO INTERNACIONAL

Martinho Martins Botelho,

UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter,
FARESC-Faculdades Santa Cruz-Direito,

Marco Antônio César Villatore,

UNINTER - Centro Universitário Internacional Uninter-Direito,

Palavras-chave: direito ao desenvolvimento, direito internacional do desenvolvimento, direito socioeconômico.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa realizar uma análise sobre a existência normativa e a destinação coletiva do direito ao desenvolvimento econômico.

A grande questão que paira para alguns juristas é: teria o direito ao desenvolvimento uma razão existencial individual fundada nos direitos humanos? Seria o direito ao desenvolvimento uma composição de recomendações internacionais do tipo *soft law*?

As questões acima descritas talvez não sejam respondidas durante o presente trabalho, uma vez que outros questionamentos podem surgir no decorrer da abordagem teórica e positivista do direito ao desenvolvimento econômico. No entanto, prevê-se a perspectiva de fazer a revisão teórica e as discussões sobre o mesmo.

O presente artigo, ainda em construção, será dividido em seis partes, além da presente introdução e das referências bibliográficas. Inicialmente, tratar-se-ão das noções gerais do direito ao desenvolvimento (dito econômico ou socioeconômico). Em seguida, passar-se-á para o estudo da linha crítica da existência de um direito ao desenvolvimento. A seguir, abordar-se-á a natureza jurídica ambígua do direito ao desenvolvimento, e ao embasamento do direito ao desenvolvimento nas fontes jurídicas do direito internacional contemporâneo. Após, serão abordadas a sua destinação coletiva (não-individual) e a composição dicotômica (ou bivalente, como alguns dizem). Por fim, serão sintetizadas as conclusões.

2. Noções gerais sobre o direito ao desenvolvimento

Como objeto de estudos jurídicos, o Direito ao Desenvolvimento, ramo de conhecimentos jurídicos, iniciou a sua articulação teórica e política a partir da onda de descolonização da década de 1960, como um importante elemento na condução das emancipações políticas metropolitanas em relação às suas colônias (BEDJAOU, 1991, p. 1.177).

Justamente nas suas origens, o direito ao desenvolvimento não faz parte do corpo dos direitos humanos, os quais representam demandas individuais para os Estados nacionais. O direito ao desenvolvimento, como direito subjetivo, tem vínculo com o direito universal, da coletividade.

Após a década de 1960, esse ramo de estudos passou a ser demandado por vários países em desenvolvimento contra os países desenvolvidos, tendo como finalidade

existencial a extinção das políticas colonialistas de dominação econômica e exploração social (BEETHAM, 2006, p. 79).

Assim, o direito ao desenvolvimento representou-se ligado a dois fatores específicos (BEETHAM, *id.*):

- a) ao surgimento de uma nova ordem econômica internacional voltada para as satisfações de progresso econômico dos países em desenvolvimento (PED); e
- b) à ideia de que os povos poderiam ter o controle sobre as suas riquezas e recursos naturais.

Em razão da dependência econômica dos países desenvolvidos, os recém-surgidos em desenvolvimento foram demandando “uma reestruturação do sistema econômico global por meio de uma nova ordem econômica internacional”¹⁶² (IQBAL, 2007, p. 4). A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com isso, passou a implementar resoluções sobre a Declaração sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional¹⁶³ e a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados¹⁶⁴, as quais estabeleciam as características dessa ordem econômica global.

Uma das primeiras ações relacionadas com a agenda internacional da maior participação no direito ao desenvolvimento aconteceu com o estabelecimento do desenvolvimento econômico como prioridade na política internacional durante as décadas de 1960 e 1970 (ORFORD, 2001, p. 129).

Nas mencionadas décadas, os países em desenvolvimento localizados no mundo ocidental estavam mais preocupados com os direitos e garantias fundamentais individuais, estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁶⁵, no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos¹⁶⁶ e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹⁶⁷.

No entanto, a maioria dos países em desenvolvimento estava voltado para a elaboração de um direito coletivo de desenvolvimento, visando o reforço das suas demandas por alterações fundamentais na sua relação econômica com o “lado” desenvolvido do sistema econômico internacional.

Historicamente, o direito ao desenvolvimento representa um vetor de “redirecionamento” da ordem econômica global, objetivando a correção de erros e desequilíbrios nas relações socioeconômicas internacionais.

Durante uma reunião realizada em 1967, do Grupo dos 77 países em desenvolvimento, o ministro das Relações Exteriores do Senegal declarou, enfaticamente, que:

(...) nossa tarefa é denunciar o velho padrão colonial e substituí-lo por um novo direito. Da mesma forma que os países desenvolvidos proclamaram direitos individuais para a educação, saúde e trabalho, devemos afirmar

¹⁶² No original, “a restructuring of the global economic system through a new international economic order”.

¹⁶³ Vide a Resolução da Assembleia Geral da ONU: UN GA Res. 3201 (S-VI), UN GAOR Supp. (n. 1) 3, UN Doc. A/9559, 1 May 1974. E também a UN GA Res. 3202 (S-VI), UN GAOR Supp. (n. 1) 5, UN Doc. A/9559, 1 May 1974.

¹⁶⁴ Vide a Resolução da Assembleia Geral da ONU: UN GA Resolution n. 3281 (XXIX), 29th sess, agenda item 48, UN Doc. A/RES/29/3281, 12 December 1974.

¹⁶⁵ Vide a Resolução da Assembleia Geral da ONU: UN GA Resolution n. 217A (III), UN Doc. A/810, 10 December 1948. O mencionado Pacto foi assinado em 16 de dezembro de 1966 e entrou em vigência em 23 de março de 1976.

¹⁶⁶ O mencionado Pacto foi assinado em 16 de dezembro de 1966 e entrou em vigência em 23 de março de 1976.

¹⁶⁷ A mencionada Declaração entrou em vigência em 03 de janeiro de 1976.

aqui, em alto e bom som, que as nações do Terceiro Mundo têm o direito de desenvolvimento. (MEILLAN, 2003, p. 14).¹⁶⁸

O direito ao desenvolvimento foi reconhecido, oficialmente, pela Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1977, como um direito humano e recomendando-o ao Conselho Econômico e Social, que convidou o Secretário-Geral da época a realizar um estudo sobre tal assunto.¹⁶⁹

Com a criação de um Grupo de Trabalho de Peritos Governamentais sobre o Direito ao Desenvolvimento em 1981, o debate sobre direito foi formalmente elevado à tema de agenda da ONU.¹⁷⁰

A Declaração do Direito ao Desenvolvimento foi, posteriormente, adotada pela Assembleia Geral da ONU de 1986 por votação quase unânime, tendo apenas os Estados Unidos votando pela negativa da aprovação e mais oito Estados se abstendo de votar.¹⁷¹

O direito ao desenvolvimento também foi reconhecido em algumas conferências internacionais. Em 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirmou o direito ao desenvolvimento, tal como prevista na Declaração de 1986, como um direito universal e inalienável e parte integrante dos direitos humanos fundamentais.¹⁷²

Durante essa conferência, chegou-se a um consenso entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento de que o direito ao desenvolvimento, efetivamente, faz parte da categoria de direitos humanos (IQBAL, 2007, p. 6).

No ano de 2000, na Cúpula do Milênio da ONU, chegou-se a um acordo sobre um conjunto de objetivos e metas para o combate à extrema pobreza, degradação ambiental, doença, fome e a discriminação contra as mulheres, o que, mais tarde, acabaram se tornando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Declaração do Milênio incluiu a meta de se tornar o direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e libertar toda a humanidade de privações.¹⁷³

¹⁶⁸ No original: “(...) our task is to denounce the old colonial compact and to replace it with a new right. In the same way that developed countries proclaimed individual rights to education, health and work, we must claim here, loud and clear, that the nations of the Third World have the right to development and work, we must claim here, loud and clear, that the nations of the Third World have the right to development.”

¹⁶⁹ Vide a Resolução da Comissão de Direitos Humanos da ONU: UN Commission on Human Rights, Resolution 4 (XXXIII), 21 February 1977.

¹⁷⁰ Vide a Resolução da Comissão de Direitos Humanos da ONU: UN Commission on Human Rights, Resolution 36 (XXXVII), 11 March 1981.

¹⁷¹ Vide a Resolução da Assembleia Geral da ONU: GA Res. 41/128, UN GAOR, 41st sess, 97th plenmtg, UN Doc. A/RES/41/128, 4 December 1986.

¹⁷² Era a chamada Convenção de Viena de 1993, a qual previu o seguinte no seu art. 10(1):

“The World Conference on Human Rights reaffirms the right to development, as established in the Declaration on the Right to Development, as a universal and inalienable right and an integral part of fundamental human rights.

As stated in the Declaration on the Right to Development, the human person is the central subject of development.

While development facilitates the enjoyment of all human rights, the lack of development may not be invoked to justify the abridgement of internationally recognized human rights. States should cooperate with each other in ensuring development and eliminating obstacles to development. The international community should promote an effective international cooperation for the realization of the right to development and the elimination of obstacles to development. Lasting progress towards the implementation of the right to development requires effective development policies at the national level, as well as equitable economic relations and a favourable economic environment at the international level.”

¹⁷³ Vide a Declaração do Milênio da ONU: The Millennium Declaration, UNGA Res. A/RES/55/2, 8 September 2000.

No entanto, ainda existe uma corrente teórica crítica à existência do direito ao desenvolvimento. É o que será visto na continuação da presente pesquisa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente artigo, ainda em construção, observou-se que houve uma evolução e fundamentação crescente da existência de um direito ao desenvolvimento econômico ou socioeconômico no curso do direito internacional contemporâneo do século XX, continuando no presente século XXI.

O que pareceria ser fundamentado nos direitos humanos, em um primeiro momento, passou a ganhar uma solidez e concretude, fortalecendo a sua estrutura e a lógica jurídica incidente, fundando-se nas ideias coletivas.

Nesse diapasão, o retorno às concepções coletivas do direito acaba sendo o caminho mais seguro para a efetivação do chamado direito ao desenvolvimento na chamada era da globalização contemporânea.

Não se trata de objeto epistemológico fácil, principalmente, quando as concepções de proteção individuais parecem ter mais força, o que levam alguns a defenderem o direito ao desenvolvimento como relacionado com os direitos humanos. Tal assertiva fora desconstruída com algumas fundamentações no presente artigo.

A participação dos estudos epistemológicos do direito acaba sendo imprescindível para analisar tais questões e também outras, como a própria relativização do direito positivista do direito ao desenvolvimento socioeconômico, o que pode ser feito em continuidade através de outros estudos.

Por fim, o Direito Econômico, o Direito Social e o Direito ao Desenvolvimento devem-se apresentar como um elemento emancipador das liberdades humanas coletivas, independentemente das fortes tempestades do direito do século XXI, sempre fiel ao objetivo das fundações do Direito: uma sociedade mais justa e democrática.

4. REFERÊNCIAS

BEDJAOU, M. The Right to Development. In: BEDJAOU, M. (ed.). **International Law: Achievements and Prospect**. Dordrecht/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1991, p. 1177-1204.

BEETHAM, D. The Right to Development and Its Corresponding Obligations. In: ANDREASSEN, B.; MARKS, S. (eds). **Development as a Human Right: Legal, Political and Economic Dimensions**. Cambridge: Harvard School of Public Health, 2006, p. 79–95.

IQBAL, K. The Declaration on the Right to Development and Its Implementation. In: **Political Perspectives Graduate Journal**, London, vol. 1, n. 1, 2007, p. 1–39.

MEILLAN, L. Le Droit au Developpement et les Nations Unies. **Quelques Reflexions. Droit en Quart Monde**, Paris, n. 34, 2003, p. 13–31.

ORFORD, A. Globalization and the Right to Development. In: ALSTON, P. (ed.), **Peoples' Right**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 127–184.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **UN GA Resolution n. 3201 (S-VI)**, UN GAOR Supp. (n. 1) 3, UN Doc. A/9559, 1 May 1974.

_____. **UN GA Resolution n. 3202 (S-VI)**, UN GAOR Supp. (n. 1) 5, UN Doc. A/9559, 1 May 1974.

_____. **UN GA Resolution n. 3281 (XXIX)**, 29th sess, agenda item 48, UN Doc. A/RES/29/3281, 12 December 1974.

_____. **UN GA Resolution n. 217A (III)**, UN Doc. A/810, 10 December 1948.

_____. **UN Commission on Human Rights, Resolution 4 (XXXIII)**, 21 February 1977.

_____. **UN Commission on Human Rights, Resolution 36 (XXXVII)**, 11 March 1981.

_____. **GA Resolution n. 41/128**, UN GAOR, 41st sess, 97th plenmtg, UN Doc. A/RES/41/128, 4 December 1986.

_____. **The Millennium Declaration, UNGA Resolution A/RES/55/2**, 8 September 2000.

CONDENAÇÃO PELO CRIME DE TORTURA E A PERDA DO AUTOMÁTICA DO CARGO: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL?

Vanessa Aparecida de Souza Fontana
(UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007).

Jayr Ribeiro Junior
(APRA – Associação de Praças do Estado do Paraná)
Bacharel em Direito (2005/2010).
Especialista em Direito Administrativo Disciplinar,

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de informar aos Profissionais de Segurança Pública do Brasil, descritos no artigo 144 da Constituição Federal de 1988¹⁷⁴, sobre o efeito automático da perda do cargo público, nos termos do artigo 1º, § 5º, da Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997¹⁷⁵, bem como não ensejam qualquer violação ao princípio constitucional do *devido processo legal*¹⁷⁶, posto que o próprio dispositivo faz previsão expressa como efeito automático da condenação a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada. Esse efeito, como assevera **Andreucci**¹⁷⁷, aplica-se tão somente ao sujeito ativo funcionário público, no exercício ou em razão da função pública. Desta forma, a atuação dos Profissionais de Segurança Pública devem estar pautadas na lei, seguindo fielmente o *princípio da legalidade*¹⁷⁸, agindo somente nos termos definidos em lei, fortalecendo os direitos e garantias individuais, previstos no artigo 5º, da Carta Cidadã. Por conseguinte, cabe aos Comandantes das Corporações militares somente cumprir a determinação judicial, conforme sentença determinada pelo *juízo* da causa, ainda que absolvido na esfera administrativa, mediante processo administrativo disciplinar, prevalecendo a independência das esferas e a tríplex responsabilidade do servidor público, *lato sensu*.

Palavra-chave: tortura; perda do cargo; efeito automático.

¹⁷⁴ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;

¹⁷⁵ § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

¹⁷⁶ LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

¹⁷⁷ **Andreucci**, Ricardo Antonio. *Legislação Penal Especial*. 8ª ed. Saraiva: São Paulo, p. 661

¹⁷⁸ II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

1. CONCEITO LEGALISTA

A Lei n.º 9.455, de 27 de abril de 1997, que entrou em vigor após nove anos da Carta da República, de forma taxativa, estabelece situações constitutivas do crime de tortura, a que passamo a expor.

“Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.”

Destarte, com o fito de buscar um estudo pautado nos reflexos¹⁷⁹ em caso de condenação do crime de tortura dos servidores públicos, *lato sensu*, pugnamos pelo conceito definido em lei, bem como as condutas que subsumem ao fato típico propriamente dito.

2. OS REFLEXOS LEGAIS DA CONDENAÇÃO POR CRIME DE TORTURA: EFEITO - PERDA DO CARGO DE FORMA AUTOMÁTICA

2.1 Princípio da Legalidade

A conduta dos encarregados da aplicação da lei, no caso específico, dos braços que compõem o sistema de Segurança Pública, nos termos do art. 144 da Constituição Federal de 1988¹⁸⁰, devem pautar suas ações na *legalidade estrita*, não havendo margem de ações que não devidamente prevista em lei.

A diferença basilar dos servidores públicos militares e dos particulares reside que os militares devem fazer somente o que a lei determina, enquanto aqueles podem fazer tudo que a lei não veda, ou seja, podemos dizer que a lei vincula a decisão dos servidores públicos. Embora sobre o contexto dos administrativistas, mas definitivamente o princípio de legalidade autoriza a Administração Pública fazer somente o que lei permite, sendo que no âmbito das relações entre particulares, o princípio aplicável é o da autonomia de vontade, que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe.

¹⁷⁹ § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

¹⁸⁰ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

DI PIETRO ressalta que a observância do referido preceito constitucional é garantia por meio de outro direito assegurado pelo mesmo dispositivo, conforme descrito no XXXV, que decorre do direito do qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão”, ainda que a mesma decorra da aplicação da própria Administração.¹⁸¹

Nesse toar, a Carta da República não estabeleceu um conceito/enunciado específico para o princípio da legalidade administrativa, entretanto, podemos afirmar que no direito administrativo como decorrente de regime de direito público.¹⁸²

2.2 Direitos e Garantias Fundamentais

A Carta da República, em seu art. 5º e incisos, apresenta de forma mandamental os Direitos e Garantias Fundamentais que alicerçam o Estado Democrático de Direito, se não vejamos.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

(...)

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

(...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

(...)

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

(...)

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

¹⁸¹ DI Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. p. 68

¹⁸² Alexandrino e Vicente Paulo. *Direito Administrativo Descomplicado*. p. 195

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

(...)

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

(...)

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; destaque nosso

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

(...)

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo as previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei; destaque nosso

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

(...)

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.”

Como visto, estamos diante de comandos mandamentais constitucionais, que devem ser respeitados por ‘todos’, principalmente pelas pessoas que recebem a delegação do Estado, como *longa manus* de manter a segurança e a tranquilidade pública.

Nesse toar, encontramos que a prisão do cidadão é considerada medida excepcional, ou seja, deve estar alicerçada no flagrante delito, descrito no inciso LXI¹⁸³, conforme supracitado, combinado com as situações descritas no art. 301 do CPP.¹⁸⁴

As considerações merecem relevo, evitando que os braços que integram a Segurança Pública cometem abusos e excessos, fortalecendo cada vez mais uma polícia eficiente e cidadã, conforme mandamentos constitucionais.

2.3 Tríplice Responsabilidade do Servidor Público – Independência das Esferas

Os servidores públicos respondem nas três esferas: administrativa, cível e penal, podendo ser cumuladas, conforme descritos em algumas leis ordinárias.

Por conseguinte, *ad opportunum*, rememorarmos o descrito na Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, § 4º:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a **perda da função pública** (destaque!), a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

¹⁸³ LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

¹⁸⁴ Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência

A Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, também conhecida como a lei de Improbidade Administrativa, procura regulamentar o descrito no parágrafo supracitado, sendo merecedora de recortes providenciais pertinentes ao estudo. Vejamos.

“(…)

....

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, **cargo**, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

(…)

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, **perda da função pública**, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, **perda da função pública**, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, **perda da função pública**, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

(…)

Art. 20. **A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.**

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.”¹⁸⁵

Recomenda-se, por óbvio, que possam correr os olhos nas condutas descritas nos arts. 9º, 10 e 11 da respectiva lei supracitada.

Nesse ínterim, também encontramos na Lei n.º 4.898, de 05 de outubro de 1954, as situações da cumulatividade, a que passamos a expor.

“Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção **administrativa civil e penal**.

(…)

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

...

c) **perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.**

§ 4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.”¹⁸⁶

Com efeito, portanto, os ditames legais da tríplice responsabilidade serão aplicadas, de forma independente, sendo de bom alvitre que a conduta dos braços que compõem a

¹⁸⁵ Destaque nosso

¹⁸⁶ Idem

Segurança Pública estejam em sintonia com os comandos definidos em lei, conforme supracitado.

Dos v. Acórdãos podemos extrair significativos pontos que merecem relevo, entre eles:

a) O disposto no art. 125, § 4º, da Constituição Federal refere-se à competência da Justiça Militar para decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças quando se tratar de crimes militares definidos em lei;

b) No caso da Lei 9.455/97, a sanção de perda do cargo é acessória e automática;

c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que o crime de tortura, tipificado pela Lei 9.455/1997, quando praticado por policial militar, é considerado crime comum;

d) A condenação de policiais militares pela prática do crime de tortura, por ser crime comum, tem como efeito automático a perda do cargo, função ou emprego público, por força do disposto no artigo 1º, § 5º, da Lei 9.455/1997. É inaplicável a regra do artigo 125, § 4º, da Carta Magna, por não se tratar de crime militar. Precedentes;

e) Nos delitos de tortura, a perda do cargo público é uma consequência automática decorrente de lei, não havendo necessidade de fundamentação, pois fica incompatível a sua permanência na atividade da Administração Pública após a caracterização do referido delito; e

f) Considerando a independência entre as instâncias penal e administrativa, a eventual absolvição do agente nos autos de procedimento administrativo disciplinar não tem o condão de obstar a apuração de sua conduta no âmbito criminal.

Como visto, basta correr os olhos nos precedentes para entendermos a profundidade dos efeitos da condenação pelo crime de tortura, principalmente pela competência da justiça comum e por ferir o princípio do devido processo legal a perda automática do cargo por força de sentença judicial, independente de absolvição na esfera administrativa.

Nesse entendimento, conclui-se que o Comandante das Corporações militares deverá somente cumprir a determinação judicial, homologando a exclusão do subordinado.

3. CONCLUSÃO

Através do exposto, sob uma construção fundamentada no ordenamento jurídico hodiernamente vigente, nos precedentes doutrinários e jurisprudenciais majoritários, podemos concluir que os servidores públicos poderão perder o cargo de forma automática no caso de condenação pelo cometivo do crime de Tortura, não ensejando qualquer nulidade absoluta ou relativa, posto que taxativamente está previsto o dispositivo no art. 1º, § 5º, da Lei n.º 9.455, de 27 de abril de 1997, conforme amplamente acordado.

Entendimento este que reitera que os militares dos estados (leia-se polícias que integram o sistema de Segurança Pública) deverão pautar suas ações conforme determina a lei, evitando situações discricionárias ou arbitrárias, deixando para outros braços encarregados da persecução criminal, conforme competência constitucional (leia-se polícia civil, polícia federal e o ministério público).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, LXI, de forma cristalina estabelece que somente em prisão flagrante delito ou por ordem fundamentada de autoridade judiciária

competente poderá ocorrer o cerceamento da liberdade dos administrados, exceto nos casos envolvendo os crimes de competência da justiça militar. Vejamos.

“LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.”

Este comando constitucional deve ser criteriosamente com o descrito no art. 244 do CPP, a que passamos a expor.

“Art. 244. **A busca pessoal independe de mandado**, no caso de prisão ou **quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito**, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.” *destaquei*

Neste ponto reside a questão da atuação das polícias militares dos estados, as quais são duramente criticadas por realizar abordagens em indivíduos que se colocam em situação de suspeitos, seja pela conduta particular adotada ou pelo local onde esta transitando, e, conforme supracitado, exige atuação policial preventiva. Todavia, a crítica é pesada e dura quando não consegue ser confirmada a motivação legal que fundamentou a abordagem, o que nos remete, por questão de respeito aos policiais militares. No entanto, a atividade policial militar que corresponde ao policiamento ostensivo é composta também por atividade de averiguação de suspeitos, e cabe uma reflexão, quantas dessas abordagens evitaram crimes, ações que infelizmente, não compõem as estatísticas. Então, é preciso compreender que a atividade policial militar é marcada por um binômio, e que por vezes, a atual estrutura jurídica acaba afastando o policial da sua ação. Daí a importância de debater essa temática não estritamente dentro da caserna, mas especialmente, no mundo acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988.

_____. DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. *Código de Processo Penal*.

_____. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. *Código Penal*.

_____. DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. *Código de Processo Penal Militar*.

_____. DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. *Código Penal Militar*.

_____. LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965. *Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade*.

_____. LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997. *Define os crimes de tortura e dá outras providências*.

_____. LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992. *Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências*.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. <https://www.tjpr.jus.br/>

_____. (TJPR - 2ª C.Criminal em Composição Integral - RCACI - 1024998-8 - Cruzeiro do Oeste - Rel.: Lidio José Rotoli de Macedo - Unânime - - J. 19.09.2013).

_____. (TJPR - 1ª C.Criminal - AC - 612873-6 - Curitiba - Rel.: Roberto Portugal Bacellar - Unânime - - J. 01.04.2011).

INFORMATIVO Nº 730 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -, TÍTULO - Tortura - Justiça Comum - Perda de Cargo - Efeito Automático (Transcrições), PROCESSO HC - 119095/MG, apresenta significativa importância para a temática, bem como sobre os efeitos da condenação do crime de tortura e a inaplicabilidade da justiça militar, conforme descrito no artigo 125, § 4º, da Constituição Federal de 1988. <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>

Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

STF. <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>

_____ (RHC 104751, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 18/10/2011, DJe-210 DIVULG 03-11-2011 PUBLIC 04-11-2011 EMENT VOL-02619-01 PP-00079).

_____ (ARE 799102 AgR-segundo, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/12/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-026 DIVULG 06-02-2015 PUBLIC 09-02-2015).

_____ (AI 769637 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 25/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-205 DIVULG 15-10-2013 PUBLIC 16-10-2013).

_____ (AI 769637 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 20/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 21-05-2012 PUBLIC 22-05-2012).

_____ (RHC 104751, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 18/10/2011, DJe-210 DIVULG 03-11-2011 PUBLIC 04-11-2011 EMENT VOL-02619-01 PP-00079).

DECISÕES MONOCRÁTICAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>

_____ (ARE 796892, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 30/09/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-199 DIVULG 02/10/2015 PUBLIC 05/10/2015).

_____ (RvC 5448, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 29/09/2015, publicado em DJe-198 DIVULG 01/10/2015 PUBLIC 02/10/2015).

_____ (ARE 908555, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 01/09/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 03/09/2015 PUBLIC 04/09/2015).

_____ (RE 626589, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 23/07/2015, publicado em DJe-153 DIVULG 04/08/2015 PUBLIC 05/08/2015).

_____ (RHC 128242, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, julgado em 18/06/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 23/06/2015 PUBLIC 24/06/2015).

_____ (RHC 125026, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 10/04/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 14/04/2015 PUBLIC 15/04/2015).

_____ (ARE 799102 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 08/10/2014, publicado em DJe-199 DIVULG 10/10/2014 PUBLIC 13/10/2014).

Guilherme de Souza Nucci. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 5ª Edição. Editora Revista dos Tribunais; São Paulo, 2008.

Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 16ª Edição. Revista e Atualizada. Editor Método; São Paulo, 2008.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito Administrativo**. 18ª Edição. Editora Atlas; São Paulo, 2005.

Ricardo Antonio Andreucci. **Legislação Penal Especial**. 8ª Edição. Editora Saraiva; São Paulo, 2010.

INTERNACIONALIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DOS PERFIS DE KEIRSEY NO PROCESSO DECISÓRIO

Nadia Wacila Hanania Vianna
UNIP– Universidade Paulista

Palavras chave: tomada de decisão; internacionalização; temperamento; Keirsey

1 INTRODUÇÃO

Mercados internacionais têm sido buscados por empresas brasileiras, notadamente a partir dos anos de 1990, ao sentirem-se ameaçadas por novos entrantes no mercado quando a política econômica do governo federal incentivou a abertura do mercado para importações. A internacionalização pode ser considerada, conforme ensina Porter, como uma decisão estratégica para a empresa, pois ao ser implementada possibilita à organização diferenciar-se de demais concorrentes. O processo de tomada de decisões estratégicas costuma ser diferenciado em função do porte da empresa; assim, na pequena e média empresa (PMEs), em geral, são tomadas por poucas pessoas situadas no topo da hierarquia (ANDERSSON; FLÓREN, 2008), ou pelo proprietário-gestor (OMERZEL; ANTONČIČ, 2008), enquanto nas empresas de maior porte são tomadas, em geral, por equipes de especialistas internos e/ou externos à organização (JOHNSTON; GILMORE; CARSON, 2008).

Internacionalização de negócios/empresas, dentre as decisões estratégicas, tem sido alvo de muitos estudos conduzidos no Brasil e exterior, e teorias com diferentes enfoques foram desenvolvidas para explicar a motivação das empresas para internacionalizar. Pesquisas também têm sido conduzidas objetivando-se conhecer aspectos específicos relacionados ao processo seguido, como a escolha do país e o modo de entrada, bem como ao perfil dos tomadores dessa decisão nas empresas.

Com relação a essa última abordagem, cabe citar os estudos de Ruzzier *et al.* (2007), Rossi e Honório (2008), e Paunovic e Prebezac (2010), que apontaram, não simultaneamente, aspectos pessoais dos gestores de empresas, notadamente de PMEs, correlacionados à internacionalização: conhecimento de idiomas, percepção e atitude diante do risco, motivação para empreender, momento na carreira, habilidade para tecer redes de relacionamento voltadas para apoio e condução dos negócios no exterior, experiência de cunho pessoal e/ou profissional em outros países, e mentalidade global.

Um aspecto específico da personalidade - para Keirsey e Bates (1984), com base em estudos de Jung - é o temperamento. De acordo com Keirsey (1998), é uma marca nata, uma inclinação ou pré-disposição da pessoa, enquanto o caráter é uma “configuração de hábitos” fruto da interação com o ambiente (KEIRSEY, 1998, p.20, tradução nossa). Releva notar que aplicações dos estudos realizados por Keirsey quanto ao temperamento têm sido frequentes em grandes corporações e em nível de governo nos EUA.

Todavia, poucos são os estudos que buscam relacionar a influência do temperamento na gestão, na formulação de estratégias e processo de planejamento, especialmente em PMEs (McCARTHY, 2003). Pesquisa efetuada nas bases Scielo, Ebsco, e Google Acadêmico, com as palavras chave *temperamento*, *Keirsey*, *internacionalização*, *tomada de decisão* e seus agrupamentos, resultou em apenas cinco artigos que se aproximam do contexto aqui estudado. Dentre eles cite-se o ensaio teórico de Bressan e Toledo (2013), que estudou a ligação entre decisões estratégicas e modelos mentais, à luz dos temperamentos; o artigo de

Luiz (2011) com base em amostra de 167 pessoas, para identificar a influência do temperamento no comportamento de compra do consumidor; e Mills (2006) que enfatizou a importância dos modelos de temperamento na tomada de decisões éticas de gestores da área de educação.

Em vista do exposto, objetivou-se neste trabalho examinar quais são as inter-relações entre o processo decisório de internacionalização e os tipos de temperamento de Keirse, e a possível contribuição para a formação da equipe participante desse processo.

Inicialmente será estudado o processo decisório, em seguida as características dos tipos definidos por Keirse, e, por fim, analisar alinhamentos entre os tipos de Keirse e as etapas seguidas na tomada de decisões estratégicas, com foco na internacionalização.

Espera-se que a pesquisa descrita, ao levantar aspectos atinentes à relação processo decisório e temperamento, possa oferecer subsídios relevantes para empresas interessadas na tomada da decisão de internacionalizar.

2 Fundamentação teórica

2.1 Estratégia de internacionalização

Há na literatura várias teorias que procuram explicar a atuação no cenário internacional, apontando desde razões econômicas (Paradigma Eclético), comportamentais (modelo da Escola de Uppsala e *Networks*) até estratégicas (*Resource Based View*, e teoria do Comportamento Estratégico).

Destaque-se a importância da escolha a ser feita por uma empresa quanto ao país e à forma de entrada, pois há diferentes modalidades a serem consideradas: exportação (indireta ou direta); licenciamento; alianças estratégicas; investimento direto no exterior, subsidiárias autônomas, e as empresas globais, que consideram, já em sua fundação, o mercado internacional como se fosse um só.

2.2 Processo decisório

Decisões estratégicas em organizações envolvem diferentes aspectos organizacionais, conforme aponta Schoemaker (1993): o ator que busca a consecução de objetivos claros; vários atores que perseguem os mesmos objetivos; perspectivas políticas (equilíbrio entre objetivos dos indivíduos e das organizações); e visões do contexto ou ambiente.

O processo seguido até a escolha da decisão é explicado pela teoria da decisão, que traz regras e modelos para serem utilizados, como os sete modelos encontrados na literatura por Bethlem (1987), mas essa teoria tem recebido críticas por seu caráter prescritivo.

Hammond, Keeney e Raiffa (1999) identificaram oito etapas no processo decisório que estão presentes, não simultaneamente, nos modelos reunidos por Bethlem (1987): identificar claramente o problema (motivo); definir objetivos; criar alternativas com imaginação; entender as consequências de cada alternativa; confrontar os itens de negociação entre objetivos concorrentes; esclarecer incertezas; analisar a tolerância aos riscos implícitos em cada alternativa de decisão e examinar as decisões interligadas no tempo. Critérios econômicos (maior lucro, menor custo) para seleção do curso de ação têm sido recorrentes na literatura, embora nem sempre aplicados, pois o conhecimento pleno das condições que cercam o problema de decisão é inacessível para o ser humano (PEREIRA; LOBLER; SIMONETTO, 2010).

A racionalidade pode ser limitada por dois fatores, motivacional e cognitivo. O primeiro está associado ao atendimento de expectativas enquanto o segundo ao modo de julgamento dos indivíduos, isto é, ao modelo mental seguido (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). O modelo mental da realidade, construído por um indivíduo a partir de seus valores, percepções e experiências, influencia suas escolhas e decisões, não é facilmente modificável e pode distanciá-lo de uma escolha racional (CHERMACK, 2003).

Nesse sentido, Bressan e Toledo (2013) destacam que diferentes empreendedores têm percepções não similares sobre o ambiente de negócios e fazem diferentes escolhas. Além disso, há que se considerar a influência de armadilhas psicológicas (RUSSO; SCHOEMAKER, 1993; HAMMOND; KEENEY; RAIFFA, 1999), que induzem o decisor a escolhas equivocadas, além da “cegueira aos sinais adversos”, motivada pelo desejo de atendimento de expectativas futuras ou otimismo exagerado (BÉNABOU, 2013).

A tomada de decisão nas organizações contará a cada vez mais com a formação de equipes (ANGELONI, 2003). Vários problemas podem ocorrer na decisão em grupo em que é permitida a interação entre seus membros: risco do *groupthink*, ou seja, de decisões erradas serem tomadas quando um grupo coeso visa a unanimidade (BUCHANAN; O’CONNELL, 2006; MARQUES, 2009); influência da posição hierárquica ou personalidade forte de membros da equipe influenciarem/inibirem os demais (WOOD; PICKERD, 2011), culminando com a não consideração de informações importantes detidas por algum participante (CHOO, 2007). Pressões e outros riscos surgem, principalmente, na etapa da avaliação das alternativas de ação, em que os membros da equipe negociam (BRAGA, 1988, p.47).

2.3 Tipos de Keirsey

Keirsey identificou quatro tipos básicos de temperamento:

[...] os quatro temperamentos não são coleções simplesmente arbitrárias de características, mas a origem de uma interação das duas dimensões básicas do comportamento humano: a nossa comunicação e nossa ação, nossas palavras e nossos atos, ou, simplesmente, o que dizemos e o que fazemos (KEIRSEY, site oficial; tradução nossa).

Lauand (2012) esclarece quanto aos tipos básicos: S/N (S é a preferência por fatos e N pela intuição e fantasia); P/J (P indica a preferência por situações abertas, sem padrões pré-determinados, e J aponta a preferência por rotinas e normas); F/T (onde F representa a preferência pela sensibilidade, e T pela objetividade); e I/E (em que I é introversão e E extroversão). Esses quatro tipos fundamentais podem apresentar-se de modo combinado, formando 16 diferentes configurações de temperamento.

Resumindo, todavia, o pensamento de Keirsey para a combinação dos tipos básicos, Lauand (2012) afirma que *a tática é característica no tipo SP, a gestão de bens e serviços no SJ, o estabelecimento de meios teóricos para atingir objetivos no NT, e no NF a negociação.*

Keirsey (1998, p. 61) estima que os temperamentos com S em sua configuração são aproximadamente 85% da população e os N são 15%; assim, os tipos SP e SJ correspondem a mais de 40% da população em geral; enquanto os NF e NT são menos de 10% cada um.

3 Metodologia da pesquisa

Para a consecução de tais objetivos foi realizada revisão da literatura com foco em estratégia de internacionalização, metodologias para tomada de decisão, e os modelos de temperamentos de Keirsesey.

4 Análise

Considerando-se o modelo delineado por Hammond, Keeney e Raiffa (1999), nota-se que há dois perfis, NT e NF que parecem melhor alinhados à etapa de “criar alternativas com imaginação”, na qual são relacionados os possíveis cursos de ação (países potencialmente alvo da internacionalização e modos de entrada) a partir de cenários vislumbrados. Reforça essa ideia Lauand (2012, p.50), que os considera “[...] voltados mais para o possível do que para o concreto”, e também Keirsesey (1998, p.24, tradução nossa) relativamente ao perfil NT “[...] poderia ser chamado de ‘Visionário’ porque tem habilidade inata para divisar os objetivos de uma organização, e então, de conceber planos estratégicos para atingir esses objetivos eficientemente”.

Na etapa em que é necessário confrontar os itens de negociação entre objetivos concorrentes, tem-se a forte presença do aspecto político no processo decisório (SCHOEMAKER, 1993; COSTA; BATISTA, 2003), e a equipe pode se beneficiar da presença do tipo NF como facilitador de acordos, na medida que tem como uma de suas características, a diplomacia e a aptidão para lidar com as pessoas.

O perfil SP, realista, perceptivo e com talento para manobras táticas, pode auxiliar na identificação das consequências de cada alternativa de ação delineada, e também na identificação das ações interligadas no tempo. O perfil SJ, por sua vez, por ter a característica marcante de estabilizador e guardião da organização, é extremamente útil na análise e implementação de decisões, estando sempre atento e oferecendo suporte para que o trabalho se realize dentro das condições estabelecidas. O perfil SJ mostra-se sobremodo útil no esclarecimento das incertezas, ao avaliar a probabilidade de ocorrência de cada um dos diferentes resultados das ações elencadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de internacionalizar, assim como outras decisões estratégicas para a empresa, necessita ser tomada com necessária cautela, buscando-se mitigar o viés cognitivo e as limitações pertinentes a um único decisor. Diante do exposto, é possível perceber a importância da formação de equipes para a tomada dessa importante decisão, selecionando-se indivíduos com especializações em diferentes áreas do conhecimento, mas também com diferentes temperamentos identificados à luz de Keirsesey (1998), pois cada participante pode contribuir também com essa sua característica marcante em etapas específicas do processo decisório.

Espera-se que pesquisas empíricas futuras possam aprofundar e enriquecer o presente estudo ao relacionar a configuração de temperamentos da equipe participante do processo decisório de internacionalização com a qualidade da decisão tomada para a empresa.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON, S.; FLORÉN, H. Exploring managerial behavior in small international firms. **Journal of Small Business and Enterprise Development**. vol. 15, No. 1, p. 31-50, 2008.

ANGELONI, M.A. Elementos intervenientes na tomada de decisão. **Ciência da Informação**. v.32, n.1, p.17-22, jan-abr 2003.

BÉNABOU, R. Groupthink: Collective Delusions in Organizations and Markets. **Review of Economic Studies**, 80, p. 429–462, 2013.

BETHLEM, A.S. Modelos de processo decisório. **Revista de Administração**, São Paulo n.22, v.3, p. 27-39, jul/set, 1987.

BRAGA, N. O processo decisório em organizações brasileiras: comportamentos comunicativos. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.22, v.4, p.34-54, out/dez 1988.

BRESSAN, F.; TOLEDO, G.L. A influência das características pessoais do empreendedor nas escolhas estratégicas e no processo de tomada de decisão. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.13, dez 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572013000300008 Acesso em: jun 2015.

BUCHANAN, L.; O'CONNELL, A. A brief history of decision making. **Harvard Business Review**, January, 2006.

CHERMACK, T. J. Mental models in decision making and implications for human resource development. **Advances in Developing Human Resources**, v. 1, 2003.

CHOO, C.W. Social Use of Information in Organizational Groups. In: HUIZING, A. ; VRIES, E.J. **Information Management: Setting the Scene**, vol.1, Oxford: Elsevier, 2007.

COSTA, F. J.; BATISTA, P. C.S. A formulação de estratégias nas organizações escolares: uma análise no setor privado de Fortaleza. In: **Anais EGEPE – Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas**, Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 698-712.

HAMMOND, J.S.; KEENEY, R.L.; RAIFFA, H. **Decisões inteligentes**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, 206 p.

JOHNSTON, M.; GILMORE, A.; CARSON, D. Dealing with environmental uncertainty. The value of scenario planning for small to medium-sized enterprises (SMEs). **European Journal of Marketing**, vol.42, No.11/12, p.1170-1178, 2008.

KEIRSEY.COM. Disponível em: http://www.keirsey.com/4temps/overview_temperaments.asp Acesso em: jun 2015.

KEIRSEY, D.; BATES, M, **Please understand me**: character & temperament types. California: Prometheus Nemesis Book, 1984.

KEIRSEY, D. **Please understand me II**: temperament, character, intelligence. California: Prometheus Nemesis Book, 1998.

_____. **Leadership, temperament, and talent**. Del Mar: Prometheus Nemesis Book Company, 1998.

LAUAND, J. S. As diferentes formas de liderar. **Convenit Internacional**, 10, set-dez, 2012 CEMOrOc-Feusp / IJI - Univ. do Porto. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit10/49-52islau.pdf> Acesso em: jun 2015.

LUIZ, G.V. Características do temperamento e suas influências no comportamento do consumidor. **REMark - Revista Brasileira de Marketing**. São Paulo, v. 10, n. 2, p 30-53 mai./ago. 2011.

MARQUES, J. C. Pensamento de grupo: o risco de decisões equivocadas e a diversidade de perspectivas na solução de problemas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 27, n. 57, p. 141-149, abr./jun., 2009.

MILLS, R. The Keirsey temperament model: a model for helping educational administrators facilitate ethical decision-making. **Education**. Spring 2006, v.1126, issue 3, p.512-517.

McCARTHY, B. The Impact of the Entrepreneur's Personality on the Strategy Formation and Planning Process in SMEs. **The Irish journal of management**. v.24, n.1, 2003.

OMERZEL, D.G.; ANTONCIC, B. Critical entrepreneur knowledge dimensions for the SME performance. **Industrial Management & Data Systems**, vol. 108, No.9, p.1182-1199, 2008.

PAUNOVIC, Z.; PREBEZAC, D. Internationalization of small and medium-sized enterprises. *Trziste*, 2010, v. **XXII**, n.1, p. 57- 76.

PEREIRA, B. A. D.; LOBLER, M. L.; SIMONETTO, E. O. Análise dos modelos de tomada de decisão sob o enfoque cognitivo. **Revista de Administração da UFSM**, v.3, n.2, p.260-268, mai/ago, 2010.

ROSSI, D.L.; HONÓRIO, L. C. Dimensões do empreendedorismo internacional. In: **Anais XI SEMEAd**, 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/573.pdf> Acesso em: set 2013.

RUSSO, J.E.; SCHOEMAKER, P.J.H. **Tomada de decisões**. **Armadilhas**, São Paulo: Saraiva, 1999.

RUZZIER, M.; ANTONCIC, B.; HISRICH, R.D.; KONECNICK, M., Human capital and SME internationalization: a structural equation modeling study. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, 2007, v.24, n.1, p.15-29.

SCHOEMAKER, P.J.H. Strategic decision in organizations: rational and behavioural views. **Journal of Management Studies**, vol.30, Issue 1, pp. 107–129, January 1993.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. 1974. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. **Science**, 185(4157):1124-1131.

WOOD, D. A.; PICKERD, J. Problems to Avoid When Brainstorming Fraud Risks, **The CPA Journal**, april, 2011.

O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: UMA ANÁLISE RACIONALISTA (2003-2010)

Autor: André Francisco Matsuno da Frota¹⁸⁷,
Co-Autor: Rodrigo Miscchiatti Monteiro¹⁸⁸
Curso de Relações Internacionais
Grupo de Pesquisa em Política Externa brasileira

Palavras Chave: Política Externa; Conselho de Segurança da Onu; Grocianismo; Escola Inglesa.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o perfil do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Partindo da hipótese de que o Brasil possui um perfil racionalista-grociano, Frota (2013), Lafer (2009), Wight (1987), de atuação multilateral, este artigo contempla uma revisão da literatura consagrada e uma análise de conteúdo dos discursos e votos do Brasil nos anos de 2004, 2005 e 2010, bem como uma análise do envio de pessoal, por parte do Brasil, a operações de paz da ONU. Conclui-se que o Brasil manteve um perfil grociano de atuação multilateral no Conselho de Segurança da ONU, durante o intervalo de tempo investigado.

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa investigado consiste na interpretação da inserção do Brasil, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, durante os anos de 2003 até 2010.

O objetivo geral do trabalho foi analisar os discursos, os votos e o envio de pessoal, por parte do Brasil, ao mecanismo de segurança coletiva da ONU. Os objetivos específicos foram: 1) a realização de uma classificação dos discursos brasileiros, nos anos de 2004, 2005 e 2010, anos que coincidem com o governo Lula; 2) A contagem dos votos do Brasil, em especial as abstenções, nos mesmos anos; 3) a média da quantidade anual de pessoal cedido à ONU em operações de paz, entre 2001 e 2010.

A hipótese que orientou a elaboração da pesquisa foi investigar a contribuição de uma racionalidade grociana nas três dimensões de relação do Brasil com o Conselho de Segurança, notadamente os discursos, os votos e o envio de pessoal.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas individuais de aplicação, porém complementares em suas respectivas apresentações. A primeira etapa foi executada e publicada no ano de 2014 e realizou uma análise qualitativa da literatura pertinente de Política Externa Brasileira (PEB). Entre os autores pesquisados, destacam-se Lafer (2009), Cervo (2008), Lima (2010), Almeida (2004 e 2012) e Saraiva (2013). Os resultados desta análise da literatura consagrada demonstraram cinco núcleos interpretativos da atuação multilateral do governo Lula, descritos a seguir.

Entre os autores citados, foi possível elaborar uma classificação que divide esses autores em dois polos relativamente opostos, e uma autora com posição intermediária. A

¹⁸⁷ Professor mestre do Centro Universitário UNINTER e coordenador do Grupo de Pesquisa em Política Externa Brasileira.

¹⁸⁸ Acadêmico de Relações Internacionais cursando o 4º período e bolsista no Grupo de Pesquisa em Política Externa Brasileira.

saber, de um lado, Lafer (2009), apresentando o grocianismo como uma "força profunda" da inserção multilateral brasileira, e Cervo (2008) defendendo a existência de interdependência entre valores e interesses da PEB; e de outro lado, Almeida (2004 e 2012) defendendo uma maior partidarização, mesmo na atuação multilateral brasileira, assim como Lima (2010), ainda que de maneira mais branda, evidenciou a influência da partidarização na PEB. No entanto, de maneira intermediária, e, portanto, permitindo uma categorização de ambos os pólos de interpretação teórica supracitados, Saraiva (2013) apresenta uma solução conciliatória para a dicotomia. A autora defende a divisão entre interesses e valores estruturais, o que poderia ser identificado com o polo representado por Lafer e Cervo, e interesses e valores conjunturais, tais como enfatizam Lima e Almeida.

Em síntese, a investigação que foi realizada partiu desta solução interpretativa defendida por Saraiva (2013), de modo a possibilitar a aplicação de um procedimento quantitativo nos discursos, votos e envio de pessoal para o CSNU. Nota-se, a compatibilidade entre a divisão proposta por Saraiva e a tese central defendida pelos grocianos¹⁸⁹.

Resultados:

I) Análise de conteúdo quantitativo dos discursos do Brasil no CSNU (2004-5 e 2010)

A análise de conteúdo quantitativa¹⁹⁰ foi resumida na tabela de número 1. Os conceitos selecionados para contagem seguiram o critério de maior frequência de aparição (BARDIN, 2009). Os conceitos identificados foram: comunidade internacional, diplomacia, direito, organizações regionais, paz e desenvolvimento e paz e democracia.

3 A apresentação abaixo é parte de uma pesquisa iniciada por Frota (2013), que tem por objetivo analisar a inserção do Brasil no CSNU desde a criação do órgão. Os dados contribuem para identificar a relação entre os interesses e os valores da PEB, no que diz respeito à segurança multilateral extrahemisférica. Este artigo contempla somente a análise dos dados sobre os discursos e os votos, bem como a participação do Brasil no envio de tropas para missões de paz do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no período em que esteve com o assento de membro não permanente, durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2005 e 2010).

¹⁹⁰ A análise de conteúdo difere da análise documental. Esta é feita por um tratamento do material primário de modo a rerepresentá-lo sem qualquer alteração ou interpretação. Já na análise de conteúdo, é adotado o procedimento da inferência para extrair conclusões que vão além do texto. Anais CONCLIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Tabela 1 – Frequência de conceitos usados pelos discursos do Brasil no CSNU (2004-5 e 2010)

Ano	TOTAL DE DISCURSOS	COMUNIDADE INTERNACIONAL	DIPLOMACIA	DIREITO	ORGANIZAÇÕES REGIONAIS	PAZ E DESENVOLVIMENTO	PAZ E DEMOCRACIA
2004	29	39	1	31	13	2	1
2005	38	48	5	32	10	32	16
2010	19	17	4	4	10	12	11
Total	86	104	10	67	33	46	28
Mé-dia	29	35	3	22	11	15	9

Fonte: Os autores.

A princípio, os discursos da representação brasileira no Conselho de Segurança, nos anos de 2004, 2005 e 2010, foram condizentes com interesses e valores do governo Lula e, ao mesmo tempo, preservaram posturas tradicionais do Itamaraty. Assim, percebe-se a ênfase dada à importância da promoção do desenvolvimento econômico e social como condição essencial para a promoção da paz, bem como o respeito ao Direito como regulador das relações entre os Estados no cenário internacional. Contudo, nos discursos analisados, notou-se que o conceito de “comunidade internacional”, dentre os conceitos destacados na tabela 1, aparece com mais frequência, ou seja, a “international community” é mencionada 104 vezes nos 86 discursos analisados, seguida pelo Direito ou “the rule of law”, mencionado 67 vezes nos mesmos discursos.

A relevância desta observação, consiste no fato de que a Escola Inglesa de Relações Internacionais, pauta-se na ideia de que existe uma “comunidade internacional”, e não apenas um sistema internacional, e que a importância dada ao Direito nas relações internacionais é um traço característico da teoria racionalista.

II) Votos do Brasil no CSNU (2004-5 e 2010)

Analisou-se também, como exposto na tabela 2, quantas vezes o Brasil se absteve nas votações do Conselho de Segurança, nos anos de 2004, 2005 e 2010:

Ano/abstenções	China	Rússia	Brasil	França	EUA	Grã-Bretanha
2004	3	2	1	0	1	2
2005	1	1	2	0	1	0
2010	1	1	2	1	0	0
Total de abstenções	5	4	5	1	2	2
Total de resoluções						

Anais COINETS – Congresso Internacional em Inter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Tabela 2 – Votos do P-5 e Brasil no CSNU nos anos de 2004-5 e 2010.

Fonte: os autores.

Nota-se que o Brasil adota uma postura abstencionista em apenas 2,66% das votações verificadas¹⁹¹. Em outras palavras, em mais de 90% dos votos a Política Externa Brasileira coloca-se favoravelmente aos interesses e valores da comunidade internacional, no referente à segurança internacional.

III) Participação brasileira em operações de paz (2001-2010)

Abaixo está uma tabela a respeito da participação brasileira em operações de paz, entre os anos de 2001 e 2010. Montada com base em informações, contidas no próprio sítio das Nações Unidas, conforme referenciado abaixo, relacionadas a “peace keeping operations”, a tabela apresenta uma média da quantidade de pessoal fornecido anualmente pelo Brasil na década de 2000.

Tabela 3 - Participação em operações de paz (2001-2010)

Pessoal cedido à ONU pelo Brasil em operações de paz (2001-2010)				
Ano	Tropas	Policiais	Especialistas Militares	Total (média)¹⁹²
2001	74	9	13	96
2002	77	11	15	102
2003	62	6	13	80
2004	823	9	11	842
2005	1264	10	13	1288
2006	1220	10	30	1260
2007	1221	15	45	1280
2008	1233	13	47	1294
2009	1288	12	46	1345
2010	1874	15	46	2112

Fonte: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>

Levando em consideração a participação geral do Brasil em operações de paz, em relação à 2002 e à 2003, argumenta-se que o engajamento do Brasil durante o governo Lula, cuja maior ênfase foi a participação militar, na força de estabilização do Haiti (MINUSTAH),

¹⁹¹ Uma análise qualitativa a respeito dos votos em questão ainda está em andamento e será abordada em pesquisas futuras, para as quais serão realizados artigos de conjuntura com a análise das abstenções.

¹⁹² Os dados apresentados representam a média da participação anual do país e não o número total, uma vez que a quantidade oscila durante o ano.

permite interpretar a existência dos interesses do governo e do Itamaraty (LIMA, 2009) em demonstrar e combinar a capacidade de ação internacional, com os valores da política externa brasileira, como a defesa do multilateralismo. Por meio da interpretação racionalista, entende-se que não existe contradição na postura brasileira ao combinar valores estruturais e conjunturais, com os interesses de maior projeção de poder internacional, representado pelo comando da MINUSTAH. Essa combinação é justamente a característica da interpretação grociana. Em outras palavras, o aumento da participação brasileira em operações de paz é reflexo da atuação que visa atender aos interesses nacionais sem contradizer-se aos valores da política externa. Conclui-se que é possível identificar um ponto de equilíbrio entre traços realistas e traços idealistas na inserção do Brasil no CSNU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Externa Brasileira, no governo Lula, apresentou três características próximas de um perfil grociano de atuação. A primeira indicação foi a frequência em que o termo “Comunidade Internacional” fora empregado nos discursos da delegação brasileira. A segunda característica, que também nos leva a percepção de um posicionamento grociano, é a partir da análise das votações no CSNU, no qual o Brasil, na maior parte dos casos, vota conjuntamente aos demais, deixando clara sua aceitação aos interesses e aos valores assumidos pela comunidade internacional, materializados nas resoluções. A última característica, exposta na presente pesquisa, é em relação as participações do Brasil nas operações de paz, às quais mantém o caráter racionalista da política externa brasileira, na medida em que, ao assumir o comando da MINUSTAH, e se projetar internacionalmente, ocorre um aprofundamento da vinculação ao funcionamento da segurança coletiva. Neste sentido, não se criam contradições em relação aos valores estruturais da PEB, ainda que enfatizados pelos interesses conjunturais do governo Lula.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. Bras. Polít. Int.** 47 (1): 162-184 [2004]
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. **Rev. Bras. Polít. Int.** Vol. 20 Nº 3 Dez/Jan/Fev [2011/12]
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Brazil’s Rise on the International Scene: Brazil and the World. **Rev. Bras. Polít. Int.** 53 (special edition): 7-32 [2010]
- FROTA, André F. M. da. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas nos anos 1990: uma interpretação racionalista**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba [2013].
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. ed. 2. São Paulo: Perspectiva. [2009].
- LIMA, M^ª Regina Soares de. Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira. Plataforma democrática, working paper nº3, Julho. [2010]
- Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais** 37 Março : pp. 063-078 [2013]

WIGHT, Martin. **An anatomy of international thought**. Review of International Studies, v. 13, n. 3, p. 221-227, Cambridge University. [1987].

WIGHT, Martin. **International theory: the three traditions**. WIGHT, Gabriele; PORTER, Brian (Eds.). London: Leicester University. [1991].

Sites consultados:

<http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2004>

<http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2005>

<http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2010>

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>

POLÍTICA EXTERNA E PARADIPLOMACIA: CAMPOS DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONSOLIDAÇÃO?

José Ricardo Martins
UFPR – Universidade Federal do Paraná,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Palavras-chave: Paradiplomacia, internacionalização dos entes subnacionais, política externa, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A globalização requer novas formas de ação dos governos locais e regionais e de interação com o internacional, pois estes entes subnacionais precisam estar preparados a competir no cenário global. Nesse contexto, nos propomos, como objetivo de pesquisa, verificar, empírico-teoricamente, se as ações de internacionalização por parte de estados e municípios podem ser consideradas políticas públicas, tendo, conseqüentemente, o problema de pesquisa que inquirir se as atividades paradiplomáticas dos entes subnacionais constituem-se como políticas públicas. Tomamos como hipóteses de trabalho que a política externa do governo federal é uma forma de política pública já tendo alcançado consenso na literatura (TUDE; SANTANA, 2010; MILANI; PINHEIRO, 2013; SALOMÓN; PINHEIRO, 2013), porém a paradiplomacia vista como configuração de política pública ainda não entrou na agenda das discussões acadêmicas. A metodologia de pesquisa é a qualitativa e o procedimento usado é pesquisa bibliográfica e documental. Em um segundo momento, será incorporada em pesquisa a entrevista semi-estruturada com atores-chaves da paradiplomacia do estado do Paraná, Santa Catarina e das cidades de Curitiba e Florianópolis, para realizar um estudo comparativo.

Nosso artigo estrutura-se da seguinte forma: iniciamos apresentando a política externa como política pública, onde também definimos o que é política externa, interesse nacional e dialogamos com a literatura que analisa a política externa como política pública e expomos seus argumentos. Na sequência, discutimos a paradiplomacia como política pública, apresentamos os conceitos de paradiplomacia, seus determinantes, suas formas e motivações, além da trajetória de consolidação do conceito de 'paradiplomacia', bem como tratamos da fragilidade do seu quadro teórico, aventando a necessidade da continuidade das pesquisas em paradiplomacia e sugerimos que o institucionalismo - especialmente sua vertente histórica - poderia ser um bom encaminhamento para o desenvolvimento teórico da paradiplomacia. Por fim, apresentamos cinco argumentos em favor de nosso postulado central, o de que a paradiplomacia é uma forma de política pública: (i) a paradiplomacia como o 'Estado em ação', (ii) a paradiplomacia como forma de diplomacia e política exterior, (iii) os motivadores da ação internacional dos entes subnacionais, (iv) o processo de formação da agenda e, por fim, (v) os atores da paradiplomacia. Esses argumentos mantêm a lógica do referencial teórico das políticas públicas, especialmente no que se refere ao ciclo ou processo de políticas públicas que estão presentes no engajamento internacional de estados, municípios ou de regiões de uma federação.

Portanto, este estudo admite e justifica a paradiplomacia como uma forma de política pública pelo fato de que, com a globalização, as empresas e os empregos e mesmo o

bem-estar da população estão expostos à competição global. Os entes subnacionais compreendem que há muitas oportunidades e formas de inserção internacional que o Estado-nacional, por meio de sua diplomacia oficial, deixa de aproveitar e não promove devidamente suas empresas ou não atrai a contento os investimentos estrangeiros. A política exterior do governo nacional localiza-se num nível macro, havendo espaço e oportunidades para o ente federado valer-se. Dado este contexto, os entes subnacionais necessitam de aportes teórico-metodológicos para estabelecerem ou adensarem suas estratégias de inserção internacional, o que justifica nossa pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O campo de estudo das políticas públicas, devido sua abrangência empírica e sua natural interdisciplinaridade, é um dos mais promissores em termos de ampliação teórico-empírica. Dentre as novas áreas de estudo de análise de Políticas Públicas está o da política externa. (TUDE; SANTANA, 2010; MILANI; PINHEIRO, 2013; SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Esta é compreendida como uma forma de política pública, pois depreende-se da clássica formulação do “Estado em ação” (EASTON, 1953), ou da compreensão empírica de Thomas Dye (1984) que define políticas públicas como o que o governo faz ou deixa de fazer.

A complexidade aportada pelas novas questões e temáticas do cenário externo faz com que o conhecimento dos operadores da política externa seja insuficiente para operar neste cenário composto por um sistema interconectado, interdependente e altamente complexo. Novos atores foram incluídos no manuseio destas questões internacionais, como organizações da sociedade civil (ONGs), especialistas, acadêmicos, técnicos, organizações setoriais, empresários, entre outros que passam a influenciar a agenda da política externa. (TUDE; SANTANA, 2010; MILANI; PINHEIRO, 2013).

Rosenau (1967; 1997) ressalta a importância dos atores e fatores domésticos para a formulação do conteúdo da política externa. Estes, segundo Rosenau (1967; 1997), são tão importantes quanto o contexto internacional. Nesta direção, Milani e Pinheiro (2013), postulam que é necessário considerar os atores presentes no processo decisório, levando em conta os mais variados modelos de participação política, como a influência, participação, cooperação, resistência, conflito, por meio dos grupos de interesses, elites e a multiplicidade de agenda. Ressalta-se, assim, na análise de política externa atual, o papel dos indivíduos e instituições. (*ibid.*, p. 12-3).

Observa-se, portanto, que há uma maior politização da política externa e esta passa a incorporar o ciclo de políticas públicas, havendo maior senso de responsabilidade e de prestação de contas (*accountability*) à sociedade por parte dos responsáveis pela formulação da agenda, formulação das políticas e implementação da política externa. (TUDE; SANTANA, 2010).

O marco teórico de nossa pesquisa é, portanto, a análise de política externa e a paradiplomacia. Conforme Krasner (1999), a ordem westphaliana,¹⁹³ que afiança os Estados nacionais como soberanos e únicos atores da política internacional, pode ter sempre sido mais ideológica que um fenômeno histórico. Apesar disso, se construiu num modelo tradicional de conceitualizar a política mundial na teoria e na prática. Desde o final do século XX é consenso (NYE & KEOHANE, 1977) afirmar que os Estados nacionais não são os únicos

¹⁹³ Ordem internacional estabelecida com os acordos de Westphalia em 1648, pondo fim a Guerra dos Trinta Anos ou as guerras religiosas. Esses acordos “instituíram” o princípio da soberania do Estado nacional moderno.

atores na cena internacional, bem como não possuem o monopólio de conduzir a política externa e desenvolver atividades diplomáticas. (CRIEKEMANS, 2008, p. 3). Na União Europeia (UE), a política externa e as atividades diplomáticas são desenvolvidas no nível do Estado nacional (como na França, Alemanha, Portugal), no nível subnacional (como em Flanders, Walônia, Catalunha, Rhône-Alpes) e supranacional (no nível da UE)¹⁹⁴. Esta tem assento em fóruns privilegiados, como na ONU, OMC, FAO, G8, OCDE e participa como entidade política autônoma nas principais negociações mundiais (por ex. negociações de paz na Ucrânia em 2014-15, acordo nuclear com o Iran em 2015, entre outros).

Como Aguirre (1999), acreditamos que a paradiplomacia é um conceito analítico operacional que explica o crescente envolvimento internacional de governos não-centrais (subnacionais), que é um novo fenômeno da política externa. E como campo teórico de pesquisa, a paradiplomacia tem sua questão central na pergunta: 'Por que as regiões e unidades subnacionais se engajam em atividades internacionais?'

Em nosso artigo construímos uma argumentação que leva em conta e analisa a diversidade da paradiplomacia. Esta exercida pelos entes federados brasileiros não é a mesma daquela exercida na Catalunha, País Basco, Flanders ou mesmo por Quebec ou ainda pelo Curdistão iraquiano. Nestas regiões o viés político-nacionalístico está acima do econômico e da cooperação, como é o caso brasileiro. Lá busca-se construir uma identidade nacional, reconhecimento internacional da região, mas sem deixar de lado a atração de investimentos e a promoção das exportações de sua produção e expansão internacional de suas empresas, onde estes governos regionais, suas agências econômicas e o setor privado, inspirados pelo neocorporativismo, trabalham juntos numa lógica de construção de um projeto de região e nação (PAQUIM; LACHAPPELLE, 2005, p. 80-81), objetivando integrar suas respectivas regiões aos mercados internacionais mais competitivos. Com esta constatação, verifica-se também o caráter de políticas públicas nessas iniciativas e interações locais/regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a globalização requer novas formas de ação e de interação com o internacional dos governos subnacionais, pois a competição global não diz respeito apenas às empresas ou ao governo central. O dinamismo, a simultaneidade e a complexidade das demandas da sociedade, por meio de suas agendas e dos diversos atores envolvidos, exercem pressão para que novas concepções teóricas e novas agendas de pesquisa sejam investigadas, especialmente que a paradiplomacia seja abordada como uma forma de política pública.

Nesse respeito, a paradiplomacia está contribuindo para o rompimento do modelo tradicional westphaliano, estatocêntrico, bem como para a construção de uma nova ordem mundial em torno do local, do regional e do supranacional, talvez seja o renascimento de

¹⁹⁴ O art. 20 do Tratado de Maastricht (1992) determina que as missões diplomáticas e os Estados-membros respeitem, assumam e implementem as posições tomadas pelo Conselho da UE. E após 2010, seguindo orientação do Tratado de Lisboa (2007), as 136 missões diplomáticas da Comissão Europeia ao redor do mundo foram transformadas em missões da União Europeia, sendo que 54 delas ganharam poderes de embaixadas. Estas ocupam uma posição privilegiada, pois emanam as diretrizes às embaixadas dos Estados-membros onde estão sediadas. (RETTMAN, Andrew. EU commissions 'embassies' granted new powers. EUObserver, 2010. Disponível: <<https://euobserver.com/foreign/29308>>)

uma ordem 'pré-westphaliana' com unidades políticas atomizadas e com novos desafios na cena internacional.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Iñaki. Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition. **Regional & Federal Studies**, v.9, n.1, 1999, pp.185-209.

ALDECOA, Francisco. Towards plurinational diplomacy in the deeper and wider European union (1985–2005). **Regional & Federal Studies**, v.9, n.1, 1999, pp.82-94.

BIRKLAND, Thomas. A. **After Disaster: Agenda Setting, Public Policy and Focusing Events**, Washington, DC: Georgetown University Press, 1997.

BIRKLAND, Thomas. An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making. 3rd ed. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2010.

BLATTER, Joachim; KREUTZER, Mathias; RENTL, Michaela; THIELE, Jan. The foreign relations of European regions: competence and strategies. **West European Politics**, v.31, n.3, 2008, pp. 464-490.

BURSENS, Peter; DEFORCHE, Jana. Going beyond Paradiplomacy? Adding historical institutionalism to account for regional foreign policy competencies. **The Hague Journal of Diplomacy**, v.5, 2010, pp.151-171.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. 2^a ed. Brasília: Ed. UnB, IPRI, 2001.

COBB, Roger; ROSS, Marc. H. Agenda Setting and the Denial of Agenda Access: Key Concepts. *In*: _____ (eds.) **Cultural Strategies of Agenda Denial**. Lawrence, KS: Univeristy Press of Kansas, 1997.

CRIEKEMANS, David. Are the boundaries between paradiplomacy and diplomacy watering down? Second Global International Studies Conference, **anais...**University of Ljubljana, Slovenia, 23-26 July, 2008.

DUCHACEK, Ivo D. International competence of subnational governments: borderlines and beyond. *In*: MARTINEZ, Oscar J. (ed.). **Across Boundaries: transborder interaction in comparative perspective**. El Paso: Texas Western Press, 1986a.

DUCHACEK, Ivo D. **The territorial dimensions of politics: within, among, and across nations**. Boulder / London: Westview Press, 1986b.

DUCHACEK, Ivo. Perforated Sovereignties: towards a typology of new actors in international relations, in MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. (org). **Federalism and International Relations: the role of subnation units**. New York: Oxford University Press, 1990. pp.1-34.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

EASTON, David. **The political system: an inquiry into the state of political science**. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

FARIA, Carlos A. Pimenta. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 2, dez. 2008.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GINSBERG, Benjamin; LOWI, Theodore; WEIR, Margaret. **We the people: an introduction to American politics**. 8th ed. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

HOCKING, Brian. Patrolling the 'frontier': globalization, localization and the 'actorness' of non-central governments. *In*: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Eds.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Portland: Frank Cass, 1999.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

HOOGE, Liesbet; MARKS, Gary. Unraveling the central state, but how? Types of multi-level governance. **Reihe Politikwissenschaft / Political Science Series**, n. 8, 2002, pp. 1-38.

JÖNSSON, Christopher; HALL, Martin. Communication: an essential aspect of diplomacy. **International Studies Perspectives**, Wellington, v.4, 2003, pp.194-209.

KEATING, Michael. Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies. **Regions & Federal Studies**, v. 9, n.1, 1999, pp. 1-16.

KINGDOM, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little Brown, 1984; 1995.

KRASNER, Stephen. Sovereignty: organized hypocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LECOURS, André. Paradiplomacy: Reflections on the Foreign Policy and International Relations of Regions. International Negotiation, v. 7, n. 1, 2002, pp. 91 – 114.

LOBO-FERNANDES, Luís. Da integração à governação europeia: Portugal, europeização e o carácter múltiplo-sistemático da UE. **Nação e Defesa**, n. 115, 3ª. série, outono-inverno, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato: política internacional**. 3ª. ed. Brasília: Funag, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MARTINS, José R. **O Brasil e a Unasul: um processo de construção de liderança e integração regional**. 145 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/26911>>

MARTINS, José R.; MENGHEL, Maria Stella. A cooperação internacional brasileira e o Timor-Leste.

Academia.edu, n.1846, 2011. Disponível em:

<https://www.academia.edu/4808917/A_COOPERA%C3%87%C3%83O_INTERNACIONAL_BRASILEIRA_E_O_TIMOR_LESTE>

MARTINS, José R. **A inserção internacional dos estados do Paraná e Santa Catarina: contextos, motivações, oportunidades, agentes e estratégias**. 2015. Aguardando publicação.

MICHELMANN, H. J. Conclusion. In: _____; SOLDATOS, P. (ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990, pp. 299-319.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v.35, n.1, janeiro/junho 2013, pp. 11-41.

MOHAMMED, Herish Khali; OWTRAM, Francis. Paradiplomacy of regional governments in international relations: the foreign relations of the Kurdistan regional government (2003 – 2010). **Iran and the Caucasus**, v.18, 2014, pp. 65-84.

MORAVCSIK, Andrew. The new liberalism. In: Snidal, D.; REUS-SMIT, Ch. (eds.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp.234-254.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Ed. UnB/Ipri, 2003.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little Brown and Company, 1977.

PAQUIN, Stéphane; LACHAPPELLE, Guy. Why do sub-states and regions practice international relations? In: _____ (eds.). **Mastering Globalization: new sub-states' governance and strategies**. London: Routledge, 2005, pp. 77-89.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da ásia-pacífico. In: VIGEVANI, Tullo (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp, 2004, pp. 252-252.

- PROCOPIUCK, Mário. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública**. São Paulo: Atlas, 2013.
- ROSENAU, James (Org.). **Domestic Sources of Foreign Policy**. Londres: Collier-Macmillan Ltd, 1967.
- ROSENAU, James. **Along the Domestic-Foreign Frontier: exploring governance in a turbulent world**. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1997.
- ROURKE, John T. **International politics on the world stage**. Guilford, CT: DPG, 1989.
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de política externa brasileira: trajetória, desafios e oportunidades de um campo de estudos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol. 56, n.1, 2013, pp.40-59.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- SETI – GOVERNO DO PARANÁ. Relações Internacionais. **Portal da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**. 2010. Disponível: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>>. Acesso: 28/10/2010. Último acesso: 10/02/2015.
- SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. *In*: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990, pp. 34-53.
- SOLDATOS, Panayotis. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. *In*: BROWN, D.M.; FRY, E. H. (eds). **State and province in the international economy**. Berkeley, CA: University of California, Institute of Governmental Studies Press, 1993, pp. 45-64.
- TUDE, João Martins; SANTANA, Fábio Pablo. Política externa enquanto política pública. *In*: _____; _____; FERRO, Daniel. **Políticas públicas**. Curitiba: Iesde, 2010, pp. 105-119.
- VAN LANGENHOVE, Luk; MACOVEI, Maria Cristina. Regional formation and global governance. *In*: DEACON, B.; MACOVEI, M. C.; VAN LANGENHOVE, L.; YEATES, N. **World-Regional Social Policy and global Governance**, London; New York: Routledge, 2010. pp. 9-26.
- VIZENTINI, Paulo F. A Guerra-Fria (1947-1987): conflito ou sistema? **Rev. do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v.6, n.2, jul-dez 2006, 2008, pp.9-38.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2. (Spring), 1992, pp. 391-425.
- ZÉTOLA, Bruno Miranda. **Política externa e relações diplomáticas na antiguidade tardia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

STUDIO GHIBLI: O COMÉRCIO CULTURAL ENTRE JAPÃO, EUA E BRASIL

Leonardo Mèrcher; Massumi Matsuda; Tomoko Miyazono
UNINTER – Centro Universitário Internacional: Relações Internacionais

Palavras Chave: Cinema; Empresas; Japão.

INTRODUÇÃO

As animações de longa-metragem produzidas pelo Japão tornaram-se um importante meio de divulgação da cultura local no cenário internacional. Essas animações, conhecidas como *animes* – abreviação da palavra inglesa *animations* – ganharam espaço no circuito nacional de cinema brasileiro nos últimos anos. Esse cenário, contudo, não seria apenas reflexo do processo de aproximação nas relações entre Brasil e Japão das últimas décadas, mas resultado de dinâmicas políticas e comerciais ligadas ao papel dos Estados Unidos da América como agente intermediário das dinâmicas de globalização cultural e comercial.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender o papel dos Estados Unidos da América na intermediação do consumo cultural brasileiro de *animes* japoneses em circuito de exibição nacional, analisando a produção do Studio Ghibli, de 1988 até 2010, como maior empresa do gênero em faturamento nesses respectivos mercados. Partindo do pressuposto teórico globalista (HELD, 2001; SASSEN, 2010) de que as relações internacionais contemporâneas possuem dinâmicas que não conseguem ser explicadas apenas ao olhar-se para os Estados, as dinâmicas culturais atreladas ao comércio internacional, como no caso do cinema comercial, traz consigo novos debates acerca dos processos transnacionais e seus agentes: as grandes empresas transnacionais e o comportamento da sociedade civil.

Como problemática investiga-se o fluxo comercial dos *animes* de longa metragem do Japão até o mercado nacional brasileiro intermediado pelo mercado estadunidense, trazendo a hipótese de que as empresas nos Estados Unidos da América e seu mercado determinariam quais produtos alcançariam o status de lucrativo ao ponto de serem exportados para países como o Brasil por suas distribuidoras. Dentro desse cenário, o mercado estadunidense atuaria como um filtro ante à distância psíquica de investimentos (HILAL; HERMAIS, 2009) ao mercado brasileiro.

A relevância de se compreender os *animes* como produto carregado de valores culturais locais – e propenso às distâncias psíquicas de identificação e reconhecimento de outros mercados no mundo – explica-se devido sua construção histórica, muito atrelada ao folclore e história seculares do Japão. Os *animes*, que nada mais seriam que a animação de um tipo de ilustração tradicional japonesa – o mangá, identificado como a irmã do *anime* (MOLINÉ, 2004) – em sua história foi marcado inicialmente com a função de crítica às demais civilizações estrangeiras e comportamentos sociais locais (Ibdem, 2004, p. 18).

Nos anos 1920 as primeiras animações nipônicas foram criadas, de modo a alcançar outros públicos fora do Japão, com o conto folclórico *Saru Kani Gassen* (O Siri e o Macaco) de Seitaro Kitayama. Mas foi durante a Guerra Fria em que o mercado de animações japonesas alcançou o mercado estadunidense e brasileiro, em *animes* como *Astro Boy* e *Speed Racer* (LADD, 2009). Nesse cenário destacou-se Osamu Tezuka, denominado o “deus do anime” por ter criado mais de 60 animações (FARIA, 2007), juntamente com os estúdios de animação Toei e Mushi Production ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Assim como Osamu Tezuka, nomes como Hayao Miyazaki – apelidado de Walt Disney oriental (SCHILLING, 2008) – ampliou a inserção dos *animes* como produtos de sucesso em

mercados internacionais, especialmente após a animação *Tonari no Totoro (O Meu Amigo Totoro)* de 1988, que no Brasil chegou pela empresa distribuidora *Flashstar Vídeos*. Hayao Miyazaki, dentro da presente pesquisa torna-se peça-chave para compreender esse mercado cultural, visto que seu Studio Ghibli, fundado em 1985, alcançou altos índices comerciais nos Estados Unidos da América e no Brasil, com longas-metragens como *A Viagem de Chihiro (Sen to Chihiro no Kamikakushi)*, 2001 que ganhou o prêmio Oscar na categoria de Melhor Animação em 2003 e o Urso de Ouro no Festival de Berlim de 2002.

Diante dos dados coletados organiza-se em identificar os maiores estúdios de animação de longa-metragem japonesas que se inseriram, nos últimos anos, no circuito comercial nacional de exibição estadunidense e brasileiro, bem como as empresas associadas à distribuição e o reconhecimento dos principais prêmios sobre o gênero que permitem compreender as dinâmicas desse mercado cultural e a intermediação do estadunidense ao consumo brasileiro. Dos 41 estúdios japoneses identificados, o Studio Ghibli e o Toei se mostram com maior inserção comercial no mercado internacional por meio de seus faturamentos de exibição em salas de cinemas comerciais.

Das dez animações japonesas com maior bilheteria no mundo estão¹⁹⁵: *A Vigem de Chihiro* (\$330,000,000); *O Castelo Animado* (\$235,184,110); *Ponyo - Uma Amizade que Veio do Mar* (\$201,750,937); *Fica Comigo Doraemon* (\$170,000,000); *Pokémon: O Primeiro Filme* (\$163,644,662); *Princesa Mononoke* (\$159,375,308); *O Mundo dos Pequenininhos* (\$145,570,827); *Ventos* (\$136,333,220); *Pokémon: O Filme 2000* (\$133,949,270); e *One Piece Film: Z* (\$74,223,861). Assim, percebe-se notavelmente o domínio de mercado do Studio Ghibli, tendo seis das dez maiores bilheterias mundiais em animes até 2015, mantendo-se nas três maiores posições. Faz-se uma ressalva de que as animações japonesas mais consumidas no Japão não necessariamente seriam as do Studio Ghibli.

Visto ainda que o Studio Ghibli mostra-se com maior número de produtos e arrecadação por bilheteria nos Estados Unidos da América e do Brasil, são suas animações em longa-metragem que compõe o banco de dados da presente pesquisa. Logo, ao verificasse o trajeto de suas produções até o mercado brasileiro identifica-se o circuito estadunidense como filtro comercial ao mercado brasileiro, sobretudo nas datas de lançamento que iniciam-se nos Estados Unidos e somente depois estreiam no circuito brasileiro, como *A Viagem de Chihiro*, que estreou nos EUA em 31 de agosto de 2002 e no Brasil em 18 de julho de 2003¹⁹⁶, após ganhar o Oscar (23 de março de 2003).

Observa-se que dentre os vinte e um filmes de animação do Studio Ghibli, nem toda a sua totalidade foi exportada para a circulação comercial no Brasil. Dessa maneira os animes identificados diante desses critérios de seleção foram: *Meu Vizinho Totoro* (1988); *O Serviço de Entregas da Kiki* (1989); *Porco Rosso: O último herói romântico* (1992); *Princesa Mononoke* (1997); *A Viagem de Chihiro* (2001); *O Reino dos Gatos* (2002); *O Castelo Animado* (2004); *Ponyo - Uma Amizade que Veio do Mar* (2008); e *O Mundo dos Pequenininhos* (2010). À vista disso, analisa-se quais as distribuidoras de animes nos Estados Unidos e no Brasil, de modo que no mercado estadunidense estão presentes 21 distribuidoras de animes. Já no Brasil, o número de distribuidoras são apenas quatro.

As distribuidoras norte-americanas especializadas em anime são em maior quantidade nos Estados Unidos, desta forma é possível notar que nem todos os filmes de anime que estão em circulação no continente norte-americano estão no Brasil. Contudo, isso não

¹⁹⁵ Dados catalogados pela Box Office Mojo até 2015. Disponível em <<http://www.boxofficemojo.com/genres/chart/?id=anime.htm>>. Acesso em 19/09/2015.

¹⁹⁶ *A Viagem de Chihiro* teve sua estreia no Festival Internacional de Filmes do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 2002, mas em rede comercial nacional de cinema foi apenas em 2003.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

significa desinteresse do público nacional pelos *animes* do Studio Ghibli e pela cultura japonesa que vem presente em suas narrativas e simbologias, mas possivelmente dado ao tamanho reduzido de número de salas e consumos no próprio país. Nesse sentido, de forma proporcional, pode-se perceber um consumo seletivo por parte do mercado brasileiro – mas essa seleção dar-se-ia diante dos *animes* que obtiveram bons números de bilheteria ou premiações dentro do mercado estadunidense. Essa relação pode ser vista, sobretudo, pela relação direta entre as distribuidoras brasileiras e as estadunidenses, como no caso da relação entre: a Ghibli International (Japão); GKids, Buena Vista Internacional e Walt Disney Pictures (EUA); e Europa Filmes (Brasil).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estudar os fluxos comerciais da cultura japonesa presentes nos *animes* de longa-metragem para o mercado brasileiro percebe-se o mercado estadunidense como um filtro na interação entre Brasil e Japão. As empresas brasileiras, como a Europa Filmes – distribuidora oficial das animações do Studio Ghibli – lançou as maiores bilheteria no circuito nacional de cinema, como *A Viagem de Chihiro* (2001) apenas após ter alcançado um bom consumo dentro do mercado estadunidense e ter recebido reconhecimento por premiações, como o Oscar em 2003.

As relações comerciais entre as grandes empresas e os mercados criam novos canais de relações internacionais, onde nações como a brasileira passa a ter contato com valores, símbolos e tradições de nações estrangeiras por meio das iniciativas do mercado. Se antes a diplomacia cultural muito prendia-se às políticas dos Estados, hoje, em uma perspectiva globalista, as dinâmicas transnacionais ao nível cultural crescem por meio da atuação de novos agentes. Contudo, vale ressaltar que esses novos caminhos são ditados pelo comportamento empresarial. Se esse comportamento das empresas no mercado estadunidense pode auxiliar ao diminuir – adaptando e filtrando – as distâncias psíquicas culturais entre Brasil e Japão, também pode podar outras possibilidades e a capacidade de autonomia entre as demandas locais devido à interferência de agentes estadunidense sobre a circulação de bens culturais.

REFERÊNCIAS

- BROWN, Steven. **Cinema Anime: Critical Engagements with Japanese Animation**.
- CHAMBERS, Samantha. **The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications** • Vol. 3, No. 2 • Fall 2012, Anime: From Cult Following to Pop Culture Phenomenon.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- SANTOS, Janete. **Mangá : Ascensão da cultura visual moderna japonesa no Brasil**. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo , ANPUH , 2011, p. 1-10.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- UETA, Taís; GUSHIKEN, Yuji. **Mangá moderna tradição da comunicação por imagens**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34., 2011, Recife, Intercom, 2011, p. 1-2.

ZOPACAS: E A DIFICULDADE DE PROJEÇÃO BRASILEIRA SOBRE O ATLÂNTICO SUL

Jorge Henrique Araújo
Centro Universitário Internacional – UNINTER.
Curso: MBA Adm. e Negócios Internacionais
Orientadora: Caroline Cordeiro Viana e Silva

APRESENTAÇÃO

O objetivo geral deste artigo é fazer uma análise sobre os interesses estratégicos e geopolíticos do Brasil, sobre o Atlântico Sul, focando-se no objetivo específico do uso da proposta do ZOPACAS, como uma forma de busca pela regionalização da defesa e segurança entre seus membros e demonstrar as atuais dificuldades encontradas pelas políticas públicas brasileiras neste intento.

Palavras chave: Políticas públicas, segurança e defesa.

INTRODUÇÃO

O Brasil nos últimos dez anos, vem buscando a ampliação de seus projetos de cooperação nas áreas de defesa e segurança. Projetos estes que tradicionalmente englobariam apenas países limítrofes com o Brasil, hoje se ampliam para os demais países do globo.

A ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), foi idealizada no fim da guerra fria, com o fim da bipolaridade, impulsionada pelas novas características da globalização e pelos novos conceitos de regionalização. A ZOPACAS foi proposta por uma iniciativa brasileira, em 1986, pela resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A proposta da ZOPACAS, fundamenta-se principalmente no estreitamento das relações entre os países que são banhados pelo Atlântico Sul. Países como a Nigéria, Angola, Namíbia e África do Sul, do continente Africano e Uruguai, Brasil e Argentina da América do Sul, demonstra em tese, uma clara intenção Brasileira de tentativa em construir uma identidade regional, voltada principalmente para cooperação político/diplomático e militar no Atlântico Sul. (Abdenur e Souza Neto, 2014).

JUSTIFICATIVA

Está construção de cooperação regional voltado a seara da defesa e segurança, pressupõe o Atlântico Sul como uma zona desmilitarizada e livre de armas nucleares. Em seu conceito de criação a ZOPACAS, fundamenta os ideais de paz e cooperação política/diplomática na resolução dos conflitos, pleiteia-se também o comprometimento e a retirada de forças militares, que detivessem o uso e transporte de armamentos nucleares em águas do Atlântico Sul. Os Estados Unidos da América, foram o único país membro da ONU a votar contra a intenção brasileira de criação da ZOPACA (Idem, 2014).



Figura 4- Fonte: NEO VISÃO, disponível em: < <http://neovisao.blogspot.pt/2013/01/zopacas-amorim-propoeacoes-para.html>. > Área de influência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ZOPACAS, países membros: Argentina, Brasil e Uruguai (América do Sul); África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (África), acesso em 28 de ago. de 2015.

DESENVOLVIMENTO

Nesta cooperação de construção de uma identidade regional no Atlântico Sul, embora determinada por ideias pacifistas, demonstra-se pela estratégia brasileira, a inclusão da projeção militar com a venda de blindados e armamentos aos seus membros, principalmente para os países da África, inclui o treinamento de oficiais Africanos e a possibilidade de manobras conjuntas entre forças militares aliadas, abrangendo ainda uma parceria estratégica com Estados como São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Camarões, em questões que envolvam atos de pirataria e tráfico de drogas no atlântico sul. (Ibidem, 2014).

Segundo a escola de Copenhague, os assuntos públicos podem ser divididos em, não politizados: definido quando o Estado não é envolvido na questão; politizado: quando o assunto faz parte da agenda política do Estado, que gera políticas públicas para resolvê-los e finalmente securitizado: quando o assunto se torna emergencial e justifica ações fora dos procedimentos normais de uma decisão mais pautada dentro da agenda de interesse do Estado. (BUZAN, WAEVER, WILDE,1998).

Desta forma, como proposta de estudo deste trabalho, a ZOPACAS, passa a ser considerada como assunto politizado pelo Estado brasileiro. O Brasil vem assumindo assim um certo protagonismo na sua proposta e na consolidação do seu fortalecimento, projetando-se na modernização e reaparelhamento de sua força naval, mantendo laços de desenvolvimento em pesquisas e tecnologia militar, principalmente com a questão no que tange ao uso da energia nuclear pela sua força naval (Ibidem, 2014).

O Brasil claramente provendo políticas públicas que projetam aumento de sua influência geopolítica e estratégica sobre o Atlântico Sul. Segundo o site oficial de seu atual programa de reaparelhamento; a Marinha do Brasil atua em sua modernização naval em 6 programas distintos:

1 - Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB): que visa à capacitação do país do Brasil na construção de submarinos convencionais e nucleares (uso apenas de reatores para propulsão).

2 - Programa de Construção de Corvetas Classe “Barroso”: que visa à construção nacional de navios desta classe, projetando e incentivando os estaleiros à produção de defesa.

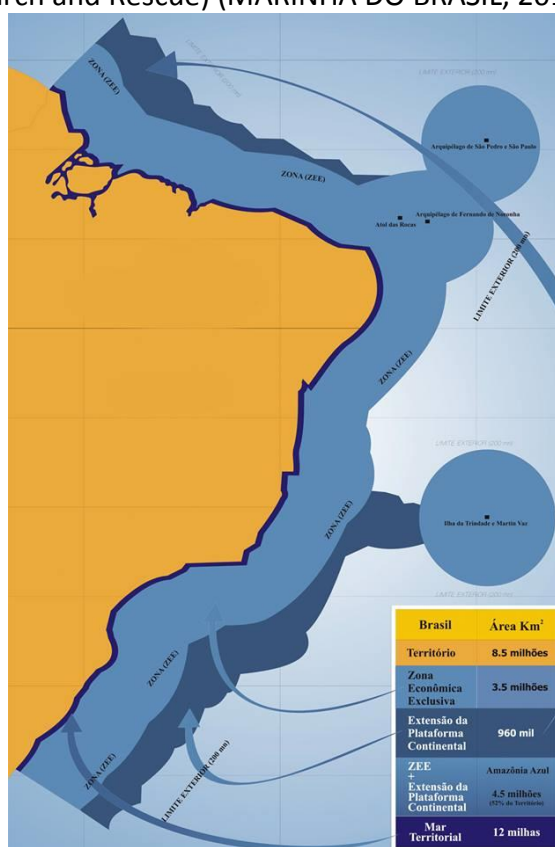
3 - Programa de Obtenção de Navios-Patrolha de 500 toneladas: Consiste na construção, no País, de 46 Navios-Patrolha, que contribuirão para a patrulha e fiscalização das Águas Jurisdicionais Brasileiras, em especial as bacias petrolíferas, o que inclui abacia do Pré-sal.

4 - Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER): Traduz-se na obtenção de um conjunto de navios, que inclui cinco navios-patrolha oceânicos de 1.800 toneladas, cinco navios escolta de cerca de 6.000 toneladas e um Navio de Apoio Logístico, 24.000 toneladas de deslocamento. Este em associação com estaleiros nacionais e internacionais.

5 - Programa de Obtenção de Navios-Aeródromo (PRONAE): Tem o propósito de projetar e construir duas unidades de uma nova classe de Navio Aeródromo, com deslocamento aproximado de 50.000 toneladas. Este programa em parceria internacional e contrato disputado por estaleiros qualificados de vários países.

6 - Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONAnf): Fundamenta-se na obtenção, no mercado internacional, de projetos prontos e aprovados, de Navios de De-sembarque-Doca (NDD) operados por outras Marinhas, visando à construção de duas unidades no Brasil, para substituição do atual NDD.

O atual projeto de monitoramento por satélite, do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)¹⁹⁷, terá a cobertura abrangente das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e das áreas internacionais de responsabilidade nacional, para as operações de Socorro e Salvamento (SAR – Search and Rescue) (MARINHA DO BRASIL, 2014).



¹⁹⁷ Este programa inclui a expressão “Amazônia Azul” de forma intencional, pois associa uma ideia de total soberania sobre a área oceânica Brasileira e sua bacia estendida.

Figura 4- Fonte Amazônia Azul, Marinha do Brasil disponível em: < <https://www.marinha.mil.br/sic/amazonia-azul.html> >, acesso em 10 de ago. de 2015.

O Programa SisGAAz, trabalha na forma colaborativa, envolvendo contratantes nacionais, internacionais e a Marinha do Brasil, com o apoio técnico da Fundação EZUTE¹⁹⁸, tem como propósito principal elevar a eficiência do monitoramento do tráfego marítimo e fluvial; a eficiência do gerenciamento e controle das atividades e das operações realizadas; aumentar as capacidades de integrar, compartilhar, analisar e apresentar as informações e o provimento de um conjunto de funções para auxílio à decisão e contribuição para o controle da ação em andamento (MARINHA DO BRASIL, 2014).

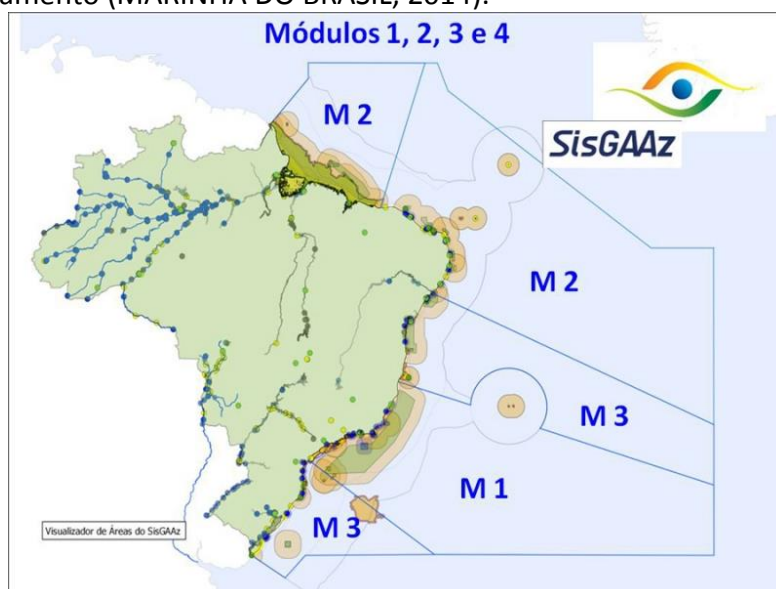


Figura 4- Fonte: Poder Naval – Marinha de Guerra, Tecnologia Militar Naval e Marinha Mercante, futuras áreas de vigilância SisGAAz, disponível em: < www.naval.com.br >, acesso em 09 de ago. de 2015

Principais resultados encontrados

Embora os dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), demonstrem que o Brasil está entre os 15 maiores países que gastam com defesa no mundo, com um orçamento de cerca de USD 31,7 Bilhões em 2014, colocando-o atualmente em 12ª lugar nas despesas militares globais, ao efetuarmos uma comparação mais detalhada, podemos comprovar empiricamente, como demonstrado no gráfico 1, que relacionado ao restante das forças militares da América do Sul, o Brasil é atualmente o que mais investe na área de defesa.

¹⁹⁸ A Fundação Ezute é a nova denominação da Fundação Atech, instituição criada em 1997 para ser a “empresa integradora brasileira” do Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia, com a responsabilidade de ser um instrumento do governo na busca da autonomia tecnológica, num projeto fortemente ligado a questões de soberania nacional.

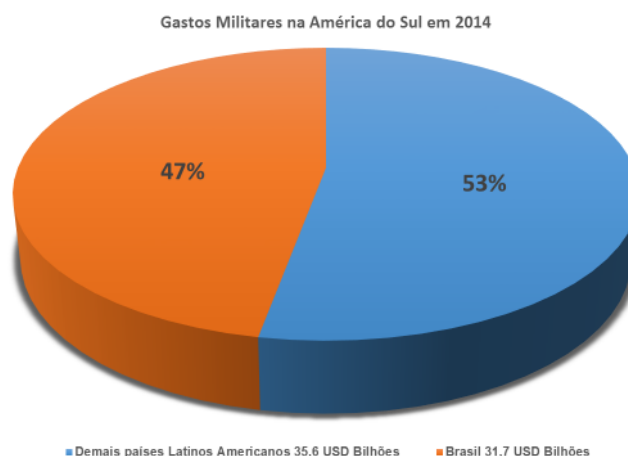


Gráfico 1- Fonte: confecção própria, dados do SIPRI Military Expenditure Database, disponível em: < <http://www.sipri.org/databases> > acesso em 9 de ago. de 2015

Atualmente os gastos referentes a defesa no Brasil, sofrem grandes dificuldades orçamentarias com a atual instabilidade econômica e a grande flutuação cambial do dólar, impactado pela grande desvalorização do real, com relação ao dólar. Verificamos a consequente diminuição do poder brasileiro em investimentos conjuntos, dificultando a busca por novas tecnologias militares e na compra direta de equipamentos de ponta no exterior, conforme demonstra o gráfico 2 abaixo.

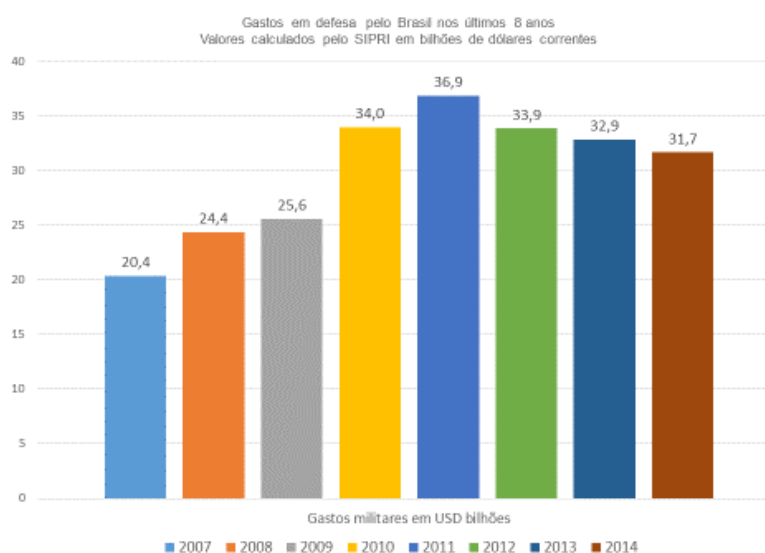


Gráfico 2- confecção própria, Fonte: SIPRI Military Expenditure Database, disponível em: < <http://www.sipri.org/databases> > acesso em 9 de ago. de 2015.

O gráfico 3 abaixo, demonstra como as variáveis econômicas afetam a projeção militar do Brasil, mesmo com o empenho do Ministério da Defesa do Brasil, que tenta manter um orçamento médio anual, equivalente a 1,5% do PIB.

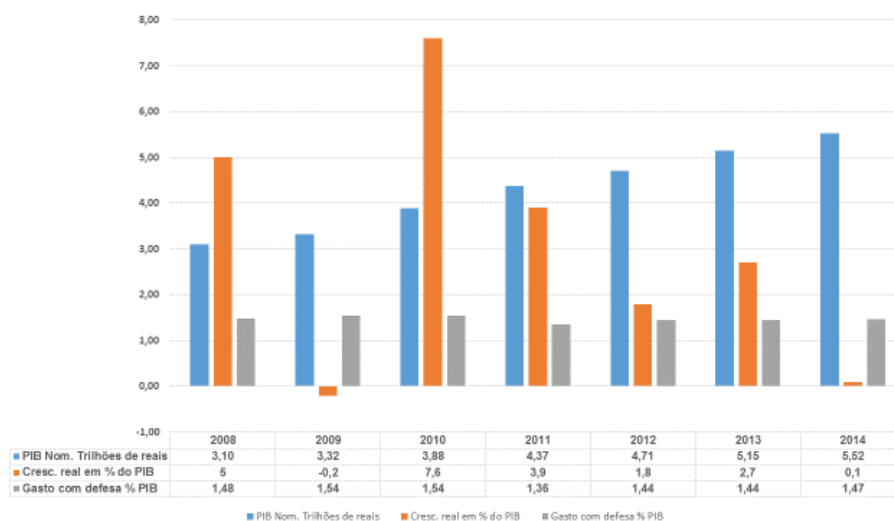


Gráfico 3- confecção própria, Fonte: SIPRI Military Expenditure Database, disponível em: < <http://www.sipri.org/databases> >, < <http://www.bcb.gov.br/?INDECO> > e < <http://www.defesa.gov.br/orcamento> > acesso em 9 de ago. de 2015.

A redução do crescimento real do PIB, atrelado ao atual período de instabilidade econômica brasileiro, obrigam o governo brasileiro a relocar e cortar recursos entre várias áreas em dificuldades, o que dificulta uma estabilidade nos cronogramas de reestruturação ou modernização de suas forças armadas.

Além de influenciar diretamente no processo diário de manutenção, custeio de operações, treinamento de pessoal e até no consumo de materiais, algo de suma importância à função de uma força militar capacitada e esperada como em plena prontidão para uma ação imediata.

Fato agravando ainda mais pelo custo com pessoal ativo e inativo das forças armadas do Brasil, valores estes que chegam a consumir cerca de 70% do orçamento disponibilizado ao Ministério da Defesa (MD), conforme demonstra o gráfico 4 abaixo.

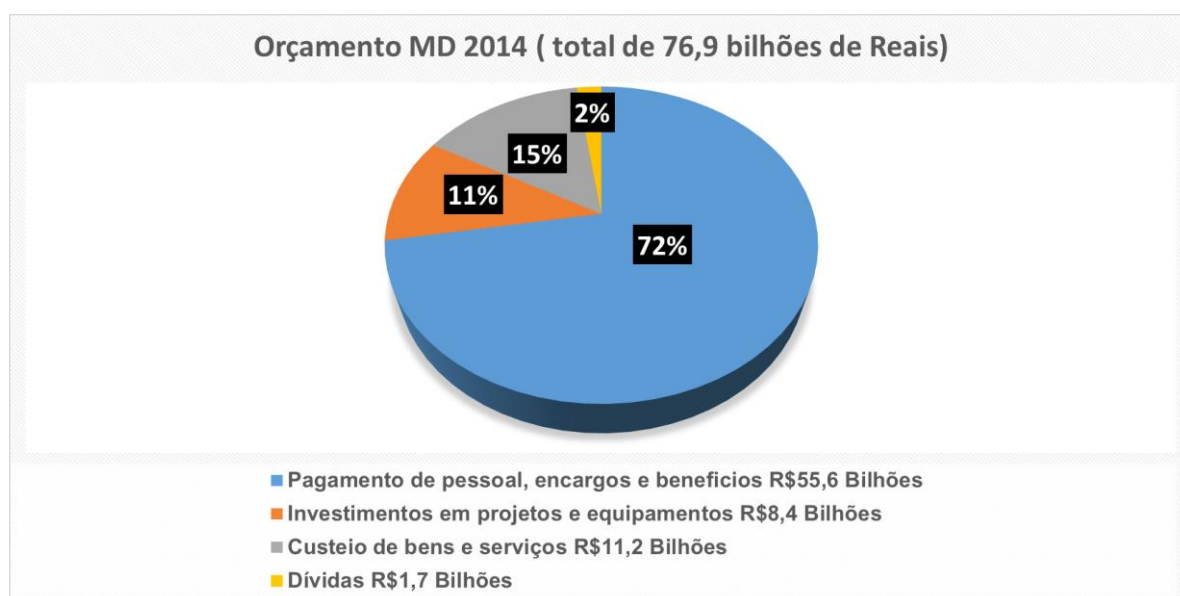


Gráfico 4-confecção própria, fonte Ministério da Defesa, disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/orcamento> >, acesso em 11 de ago. de 2015.

No gráfico 5 abaixo, fazemos um comparativo com o orçamento de defesa dos Estados Unidos da América de 2014, constatando que os gastos em pessoal, despesas médicas e no tratamento de ex combatentes de guerra, absorvem cerca de 11% do orçamento Norte Americano.

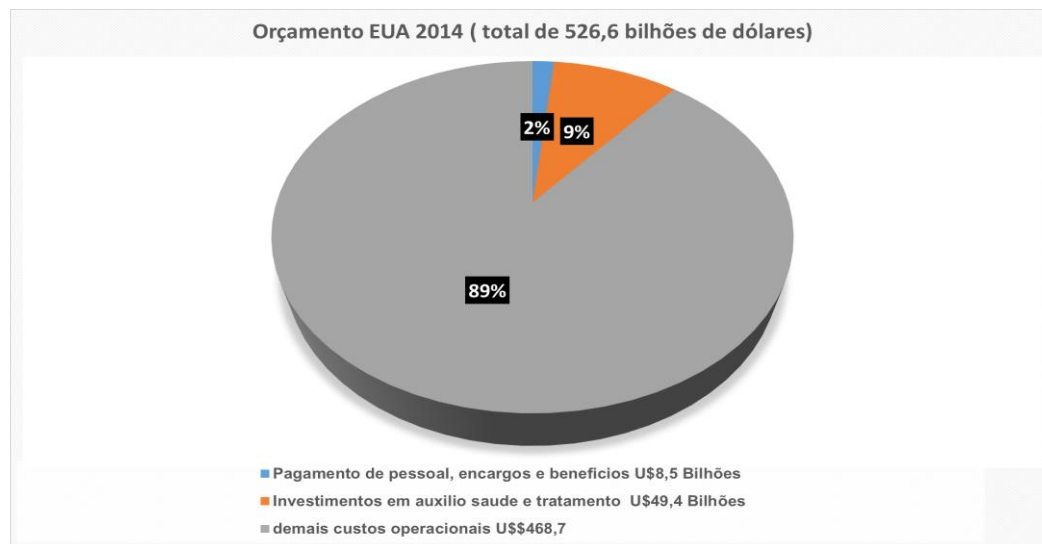


Gráfico 5-confeção própria, fonte: White house, disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2014/assets/budget.pdf>>, acesso em 20 de ago. de 2015.

O atual momento infelizmente demonstra que o MD do Brasil, deverá priorizar certos cronogramas em possível detrimento a outros, como por exemplo garantir os cronogramas da Marinha visando uma projeção sobre o Atlântico Sul e possivelmente atrasando o cronograma das demais forças armadas.

CONCLUSÃO

O artigo demonstra que o Brasil busca efetivamente uma cooperação multilateral e ampla com os membros da ZOPACA, delimitando certas garantias de sua projeção sobre o Atlântico Sul, demonstra efetivamente uma certa intenção de regionalização da defesa e segurança sobre o Atlântico Sul.

Que suas políticas públicas do Brasil, são voltadas a este intento e como bem definidas pela escola de Copenhague, já estão totalmente politizadas pelo governo brasileiro, que sofre atualmente grandes limitações financeiras, devido a atual crise econômica interna. Outra restrição neste sentido, seria a necessidade de uma revisão ampla nas instituições militares, corrigindo os atuais altos custos de pagamentos de ativos e inativos das forças armadas.

E na difícil conscientização política e social, sobre os seus dispêndios militares em defesa e segurança, uma vez que demais ministérios do Brasil, como o da saúde e o da educação, também sofrem com grandes cortes orçamentários, sendo estes mais prioritários para a população.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal e SOUZA NETO, Danilo Marcondes de; **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**; Rev. bras. polít. int. vol. 57n. 1; 2014.

BUZAN, Barry, WAEVER, Ole, WILDE, Jaap de. **Security; a new framework for analysis**, Boulder, Lynne Reinner Publishers, 1988.

MARINHA DO BRASIL, **Programa de Reaparelhamento**, disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programa-de-reaparelhamento>; acesso em 17 de set. de 2014.

MINISTÈRIO DA DEFESA, **Orçamento e finanças**, disponível em < <http://www.defesa.gov.br/orcamento> > acesso em 11 de ago. de 2015.

PODER NAVAL, Marinha de Guerra, Tecnologia Militar Naval e Marinha Mercante, **futuras áreas de vigilância SisGAAz**, disponível em: < www.naval.com.br >, acesso em 09 de ago. de 2015

SIPRI, **Stockholm International Peace Research Institute**, Military Expenditure Database, disponível em: < <http://www.sipri.org/databases> > acesso em 09 de ago. de 2015.

WITHE HOUSE, **Fiscal year 2014, BUDGET of the U.S. government**, disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2014/assets/budget.pdf> > acesso em 20 de ago. de 2015.

A EVOLUÇÃO DO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NOS EUA

Caroline Cordeiro Viana e Silva¹⁹⁹

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970 e 1980 é possível perceber um crescimento mundial do consumo de cocaína e maconha, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, o que potencializou o tráfico de drogas nos países andinos, transformando negócios ilegais de pequena proporção em empreitadas empresariais. Os principais grupos, neste momento, despontam na Colômbia por acumularem tradição em práticas ilegais, deterem os contatos e conexões para sintetizar a cocaína e transportá-la aos centros consumidores. Os colombianos concentravam o conhecimento para transformar a pasta-base em cocaína pura e a vendiam em grandes carregamentos internacionais. (RODRIGUES, 2002).

A América Latina como um todo começou a vivenciar os reflexos de tratados internacionais e também, os reflexos de duas campanhas antidrogas norte-americanas, a Guerra às Drogas e o Plano Colômbia. No início dos anos 1970, o presidente norte-americano Richard Nixon identificou as drogas como o inimigo público número um do país, declarando a “Guerra às drogas”. Assim, o Estado norte-americano dá rosto e localização ao inimigo: os Estados produtores das drogas consumidas no interior de seu país. O inimigo interno agora é, também, uma ameaça internacional, o que é uma importante fundamentação retórica para justificar as ações intervencionistas estadunidenses na América Latina.

O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte-americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo central comprovar que o tráfico ilícito de drogas permanece com o status de securitizado para os Estados Unidos da América nos anos dois mil. De maneira mais específica, os objetivos são: apresentar a securitização do tráfico ilícito de drogas pelo governo norte-americano; apresentar o Plano Colômbia; e por fim, comprovar a permanência deste status de securitização nos anos dois mil com o Plano Colômbia. Para atingir seus objetivos específicos, optou-se pela proposta teórica de securitização da Escola de Copenhague.

A SECURITIZAÇÃO DO TRÁFICO ILEGAL DE DROGAS NOS EUA

¹⁹⁹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Sociologia Política (UFPR), Bacharel em Relações Internacionais (UNICURITIBA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR) e professora do Grupo Educacional UNINTER. Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

A América Latina como um todo começou a vivenciar os reflexos dos tratados internacionais vistos anteriormente e, também, os reflexos de duas campanhas antidrogas norte-americanas, a Guerra às Drogas e o Plano Colômbia. No início dos anos 1970, o presidente norte-americano Richard Nixon identificou as drogas como o inimigo público número um do país, declarando a “Guerra às drogas”. Assim, o Estado norte-americano dá rosto e localização ao inimigo: os Estados produtores das drogas consumidas no interior de seu país. O inimigo interno agora é, também, uma ameaça internacional, o que é uma importante fundamentação retórica para justificar as ações intervencionistas estadunidenses na América Latina. (RODRIGUES, 2003).

Em 1986, o presidente norte-americano Ronald Reagan (1980-1988) edita o documento sobre as diretrizes norte-americanas para os narcóticos e a segurança nacional. Esse documento justificou a intervenção estadunidense na América Latina que iniciaria na década de 1980. Desde o governo Reagan, os Estados Unidos têm definido as drogas como um problema de segurança nacional e o ataque a esse problema deveria ser *in locus*, ou seja, atacar a produção nos países fontes: Bolívia, Colômbia e Peru. (RODRIGUES, 2002).

Combatendo as drogas como um problema de segurança nacional o governo Reagan destinou 61% de seus recursos administrativos em 1982 à guerra às drogas e 69% no ano de 1989, chegando, em seus oito anos de governo, a uma média de 66% dos recursos na redução de oferta de drogas. Adicionalmente as políticas de redução de oferta, o presidente norte americano promoveu outras medidas: Mobilizar as Forças Armadas estadunidenses para atuar em território estrangeiro e a utilização da diplomacia retaliativa, ou seja, aplicação de sanções aos países alvo. Nesse contexto, fuzileiros navais norte-americanos ocuparam a Cidade do Panamá e capturaram o então presidente, Manuel Noriega, acusando-o de conspiração por tráfico de drogas. (VILLA, 2007).

A invasão ao Panamá em 1989 e a captura de Manuel Noriega representou o ponto de inflexão dos Estados Unidos na política de Guerra às Drogas e demonstrou que, a partir de então, os EUA estariam dispostos a utilizar quaisquer meios para o combate ao narcotráfico. O tráfico de psicotrópicos ilegais passaria a ser interpretado, pelo governo norte-americano, como alvo primordial de sua segurança internacional e passaria a ser combatido com todas as forças, inclusive militares. (VILLA; OSTOS, 2005). Esta política, liderada por George Bush (1989- 1993), inaugurava nova fase nos EUA, fase essa que representava o esforço para militarizar o combate ao narcotráfico no continente.

A ênfase na militarização de George Bush mostrou-se contraproducente. Desse modo, uma readequação programática era necessária. Além disso, a vitória do presidente Bill Clinton em 1992 trazia uma nova abordagem ao narcotráfico. No lugar da militarização, Clinton propõe a responsabilidade compartilhada. Com isso, o combate ao tráfico de drogas ganhou positividade e elevou esse combate ao topo da agenda continental e nacional dos Estados americanos.

Com a iniciativa do governo Bill Clinton, foi realizada, em Miami, a Cúpula das Américas, em dezembro de 1994. Reuniram-se chefes de Estado de todo o continente (exceto Cuba) para discutir o futuro das nações americanas. O documento final *Pacto para o desenvolvimento e a prosperidade: democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável nas Américas* tinha um tópico, um plano de ação, em que um de seus subitens era intitulado “A luta contra o problema das drogas ilícitas e delitos conexos” em que o texto investe em dois principais argumentos: 1) aumento, de cada Estado, na fiscalização sobre transações financeiras suspeitas, unindo forças na interceptação das redes de lavagem de dinheiro; 2) promoção de ações coordenadas entre os Estados para a destruição de

organizações do tráfico, substituição dos cultivos ilícitos por culturas alternativas e controle de insumos químicos. (RODRIGUES, 2002).

Com essa nova postura de Clinton, o eixo central da Guerra às Drogas passou a ser conhecido como Estratégia Andina. Essa Estratégia condensa quatro pontos principais: 1) fortalecimento das instituições políticas dos países chaves na oferta de drogas – Bolívia, Colômbia e Peru; 2) fortalecimento operacional de unidades militares e policiais encarregadas do combate ao tráfico; 3) assessoramento militar e policial para o desmantelamento de cartéis e firmas de drogas; 4) assistência comercial e fiscal para minimizar as consequências sociais decorrentes da privação de subsistência advinda do tráfico. (VILLA; OSTOS, 2005).

Com o fim da administração de Clinton e início da administração de George W. Bush em 2001, a Estratégia Andina foi substituída pela Iniciativa Regional Andina que previa fundos não apenas para a Colômbia, como também para outros países andinos, além de Brasil e Panamá. Posteriormente renomeado de Iniciativa Andina Antidrogas, o Congresso norte-americano aprovou um orçamento de 700 milhões de dólares para a Iniciativa no ano de 2003 e 731 milhões de dólares no ano de 2004. Esses orçamentos eram divididos entre Estados, 63% eram destinados aos programas na Colômbia e o restante era dividido entre Peru, Bolívia e Equador. (*Id.*, 2005).

A estratégia traçada por Bush possuía três elementos centrais: prevenção ao uso de drogas, intervenção e recuperação dos usuários e a desarticulação do mercado de substâncias ilícitas. O primeiro ponto reconhece que o consumo de drogas faz parte do problema, ou seja, o próprio mercado dos Estados Unidos faz parte do problema, o que representa uma mudança no ponto de vista norte americano, se comparado com a Iniciativa Andina.

O PLANO COLÔMBIA

Em 1998, ao assumir a presidência colombiana, Andres Pastrana conseguiu obter a aprovação de um ambicioso plano, de US\$ 7,5 bilhões (com recursos dos EUA, Europa e comunidade internacional) e juntou a isso seu apoio político interno para iniciar conversas de paz com o principal grupo guerrilheiro, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

As ações de Pastrana não obtiveram resultado positivo, pois as FARC tomaram de fato o controle da zona desmilitarizada criada por ele para as negociações. Além disso, ao executarem cidadãos americanos, as FARC forçaram os EUA a retirar o apoio à estratégia de Pastrana. Com o objetivo de estabelecer uma política comum nos países andinos contra o narcotráfico da Colômbia e com a falência da iniciativa de Pastrana, o presidente George W. Bush optou por fornecer apoio financeiro. Os EUA voltaram a focar seu investimento apenas no controle do tráfico de drogas e, no ano 2000, o Congresso americano aprovou um orçamento de US\$ 1.3 bilhão para uma das ações da “Guerra às Drogas”, o Plano Colômbia. (VILLA; OSTOS, 2005).

O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

européus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador. (VILLA, 2007).

Os pontos estratégicos do Plano eram: I. o processo de paz; II. a economia colombiana; III. O desenvolvimento social e democrático; IV. A luta contra o tráfico de drogas – chamado no Plano de narcotráfico; V. a reforma do sistema judicial e a proteção dos direitos humanos. Segundo Rafael Villa (2007), apesar de ter sido desenvolvido por ambos os governos e de ter a maior iniciativa financeira vindo da Colômbia, o Plano mostrou que os Estados Unidos “alimentavam poucas esperanças de que os países andinos, especialmente a Colômbia, tivessem condições de resolver problemas de produção e tráfico de drogas através de suas instituições nacionais”. (VILLA, 2007, p. 58).

Porém, em termos reais, a iniciativa significou: (i) a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, coca e papoula; (ii) a proibição de carregamentos para EUA e Europa; (iii) a extradição de condenados por tráfico e maior vigilância nas fronteiras para frear a movimentação de traficantes. Os países vizinhos à Colômbia passaram a sentir profundamente os reflexos da expansão do conflito colombiano, cuja internacionalização tornou-se institucionalizada pelo Plano Colômbia e pela Iniciativa Andina Antidrogas. O sucesso dessas iniciativas repercute, principalmente, no Peru e na Bolívia, onde o cultivo da coca cresceu como nunca havia crescido antes. Segundo os autores “há evidências de que o conflito na Colômbia seja um foco de irradiação de tensão regional, criando problemas de segurança nas fronteiras com todos os vizinhos (incluindo Brasil e Panamá)”. (VILLA; OSTOS, 2005, p. 17).

Percebendo os efeitos colaterais do Plano, a administração de G. W. Bush afirmou que deveria contribuir para acabar com o tráfico, deter as guerrilhas e acabar com a violência que se espalhou por toda a região. Com esta visão um pouco mais global do tema, o governo americano implementou um plano adicional ao Colômbia, a chamada Iniciativa Regional Andina, que posteriormente foi renomeada de Iniciativa Andina Antidrogas. Esta nova iniciativa foi aprovada pelo Congresso com um orçamento de 700 milhões de dólares para 2003 e de 731 milhões de dólares para 2004, que seriam divididos para os países andinos, além do Brasil e Panamá. Mas, mesmo com essa nova iniciativa, a maior parte dos recursos foi destinada à Colômbia, que contou com 63% dos recursos.

Sendo assim, é possível perceber, com esta análise, que o governo norte-americano esteve muito envolvido com o combate a produção e tráfico de drogas na América do Sul, desde o início da guerra as drogas, na década de 1970, até o Plano Colombia nos anos 2000.

MANUTENÇÃO DO STATUS DE SECURITIZADO

Segundo a Escola de Copenhague, qualquer assunto público pode ser alocado no espectro de não politizado, politizado ou securitizado, podendo variar entre eles. Não politizado quando o Estado não é envolvido na questão e não é, em nenhuma forma, uma questão de debate ou decisão pública. Politizado significa que o assunto faz parte da política pública do Estado e requer decisões governamentais, alocação de recursos ou qualquer outra forma de governança. E por securitizada entende-se que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo uma medida de emergência e justificativa para ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos. (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998). Ou nas palavras dos autores:

In theory, any public issue can be locate on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure). (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p.23)²⁰⁰

A securitização, no início de seu processo, trata-se de uma argumentação sobre o futuro, sobre alternativas futuras, na maioria das vezes hipotéticas e contrafactuais. Os argumentos sempre envolvem duas predições: o que irá acontecer se não for tomada uma ação securitizante e o que ocorrerá se a ação for tomada. Sendo assim, conclui-se que estudos de securitização são basicamente estudos qualitativos.

Levando em consideração essa definição da Escola, é possível perceber que desde o início da Guerra as Drogas até o Plano Colômbia, o governo norte americano apresenta a questão como uma ameaça existencial, exigindo uma medida de emergência e justificativa para ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos. Como por exemplo, a iniciativa andina, e claramente com o Plano Colômbia nos anos 2000.

Segundo Rodrigues (2012) em 1995 os EUA continuavam comprovando que o tráfico ilícito de drogas se mantinha com status de securitizado, o documento *Presential Decision Directive*, intitulado *International Organized Crime*, destacou o crime organizado como ameaça à segurança do Estado e internacional, afirmando que o narcotráfico era um abalo político-institucional, por te poder econômico. Os norte-americanos exerciam pressão para a ampla aceitação da guerra a drogas pelos países da américa-latina “cada Estado teve um modo particular de incorporar o modelo proibicionista que respondia a dinâmicas internas”. (RODRIGUES, 2012 , p.15)

Essa ação norte-americana de pressão para a ampla aceitação da guerra as drogas corrobora para a confirmação da manutenção da securitização do narcotráfico pelo governo norte-americano nos anos 2000. O Plano Colômbia demonstra isso por ser uma medida de emergência e com ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos – com a aprovação de um orçamento especial para a ação. E também por ser uma ação emergencial pontual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo isso em vista o objetivo geral do presente trabalho, que era comprovar que o tráfico ilícito de drogas permanece com o status de securitizado para os EUA nos anos dois mil. É possível afirmar que o objetivo foi concluído, com a confirmação da hipótese de que o status de securitizado é mantido com a execução do Plano Colombia.

De maneira mais específica, é possível concluir que o trabalho atingiu seus objetivos específicos, o primeiro: apresentar a securitização do tráfico ilícito de drogas pelo governo

²⁰⁰ Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizar no espectro que vai de não politizada (ou seja, o Estado não lida com isso e não é, em qualquer outra forma, uma questão de debate público ou decisão pública) para o politizado (significando que o assunto faz parte da política pública, exigindo decisão do governo e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governo comunal) para securitizado (significando que o problema é apresentado como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justifica ações fora dos limites normais de procedimento político).

norte-americano, foi atingido ao ser apresentada a história do combate norte-americano as drogas.

O segundo objetivo específico foi atingido ao apresentar o Plano Colômbia; e por fim o último objetivo específico foi atingido ao explicar o conceito teóricos de securitização e comprovar a permanência deste status de securitização nos anos dois mil com o Plano Colômbia.

REFERÊNCIAS

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Reinner Publishers, 1998.

RODRIGUES, Thiago. **A Infindável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, vol.16 n°.2, abril-jun 2002.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2003.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas américas: Vício de Guerras**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 34, n 1, janeiro/junho 2012, p. 9-41.

VILLA, Rafael. Quatro teses sobre a política de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul. São Paulo: USP, 2007.

VILLA, Rafael Duarte ; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista brasileira de política internacional*, vol.48, no.2, 2005.

APLICABILIDADE DO EFEITO SUSPENSIVO NO RECURSO DISCIPLINAR E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

-Vanessa Aparecida de Souza Fontana
(UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007).
Contato: vanessadesouzafontana@hotmail.com
-Jayr Ribeiro Junior (APRA – Associação de Praças do Estado do Paraná)
Bacharel em Direito (2005/2010).
Especialista em Direito Administrativo Disciplina
Universidade Tuiuti do Paraná
Contato: jayrribeirojunior@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de apresentar um estudo sobre o efeito suspensivo nas transgressões (punições) disciplinares aplicadas aos militares estaduais, principalmente nas Corporações que aplicam o RDE – Regulamento Disciplinar do Exército - Decreto Federal n.º 4346, de 26 de agosto de 2006, como norma disciplinar de regência. Deste modo, de forma indissociável comentaremos sobre os atributos e requisitos do Atos Administrativos, postulados mandamentais de sua validade, principalmente o da presunção de legitimidade *versus* presunção de inocência. Nesse íterim, a questão do caderno (processo) investigativo disciplinar envolvendo os militares dos estados, não se resume na independência e aplicabilidade de sanções ao livre arbítrio das respectivas autoridades que detém competência disciplinar, devendo ser respeitado o princípio da simetria das normas constitucionais, bem como da presunção de inocência - daí reside o cerne da aplicabilidade do efeito suspensivo nos recursos disciplinares de forma cogente, e não facultativa, sob pena de incorrer em abusos e ilegalidades. *Data vênia*, a questão da inaplicabilidade do efeito suspensivo por falta de previsão legal no Decreto n.º 4346/06, com certeza não autoriza o pré-julgamento de ser considerado culpado sem encerrar a esfera recursal (leia-se trânsito em julgado) administrativo.

Palavra-chave: presunção de inocência – efeito suspensivo – militar estadual

1. INTRODUÇÃO

A questão envolvendo a aplicabilidade do efeito suspensivo nos recursos disciplinares contra as decisões nas questões envolvendo as transgressões militares das Forças Armadas e das Polícias Militares dos Estados, com certeza merecem extrema importância para o mundo acadêmico, posto que seus códigos entraram em vigência no período em que os militares estavam no poder, através do Decreto Lei n.º 1001 – Código Penal Militar e Decreto Lei n.º 1002, ambos de 21 de outubro de 1969.

Como visto, os códigos ultrapassam mais de 45 (quarenta e cinco) anos desde a sua vigência, decretados por força dos militares detentores do poder na época do regime militar, através dos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, que usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Nesse entendimento, também encontramos o RDE – Regulamento Disciplinar do Exército, Decreto Lei n.º 4346, de 26 de agosto de 2006, aplicado ao Exército Brasileiro, sancionado pelo Presidente da República, que usando da atribuição que lhe confere o art.

84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o art. 47 da Lei n.º 6.880, de 9 de dezembro de 1980, aplicado subsidiariamente as Polícias Militares dos Estados.

Todavia, o Decreto Federal vem sendo aplicado as polícias militares dos estados que não editaram normas disciplinares (leia-se código disciplinares) próprios. Não obstante, será exposto os efeitos do recurso disciplinar, principalmente sobre o enfoque do respeito do comando constitucional do princípio da presunção de inocência, de que ninguém será considerado culpado antes de sentença judicial transitado em julgado.

2. NOÇÕES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR *SENTIDO LATO*

A Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 2009, regula o processo administrativo disciplinar no âmbito da União, sendo que traz em seu art. 2º, a obediência aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.²⁰¹

Por sua vez, em seu art. 61, P. U., nos deparamos com o poder discricionário do Administrador, em havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.²⁰²

As sanções que estão sujeitos os servidores civis estão descritas no art. 127, I *usque* VI, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.²⁰³

Todavia, o Decreto Federal n.º 4.346, de 26 de agosto de 2002, em seu art. 24 e seguintes, descreve e classifica as punições que estão sujeitos os militares estaduais.²⁰⁴

Destarte, com exceção da advertência, repreensão e do licenciamento e a exclusão a bem da disciplina, encontramos no impedimento, detenção e a prisão o cerceamento da liberdade do indivíduo.

Não por acaso, encontramos diferença ontológica do diploma de regência do PAD aplicado aos servidores civis da União (Lei n.º 9.784/99), e do PAD aplicado aos militares dos Estados, ou seja, cerceamento da liberdade por força de punição disciplinar, que guarda linha tênue sobre o direito de locomoção e de buscar o remédio constitucional no caso de sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.²⁰⁵

²⁰¹ Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

²⁰² Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo. Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

²⁰³ Art. 127. São penalidades disciplinares: I - advertência; II - suspensão; III - demissão; IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - destituição de cargo em comissão; VI - destituição de função comissionada.

²⁰⁴ Art. 24. Segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, as punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são, em ordem de gravidade crescente: I - a advertência; II - o impedimento disciplinar; III - a repreensão; IV - a detenção disciplinar; V - a prisão disciplinar; e VI - o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina.

²⁰⁵ Art. 5º. (...) XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus*

Nesse toar, apresentamos a diferença e a importância da aplicabilidade do efeito suspensivo no recurso administrativo disciplinar aplicado aos militares estaduais, evitando consequências danosas para a administração e administrado, esvaziando os efeitos do recurso, ou seja, de possível arquivamento, atenuação ou absolvição em instância recursal.

3. ATRIBUTOS E REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO

O binômio dos atributos e requisitos se tornam indissociáveis no caso envolvendo a validade dos Atos Administrativos, sendo de bom alvitre acordarmos sobre sua aplicabilidade nos atos administrativos aplicados aos militares estaduais.

Os Atributos estão pacificamente solidificados pela doutrina como sendo: *presunção de legitimidade; imperatividade; auto-executoriedade; e tipicidade*.

Não obstante, “... a *presunção de legitimidade não impede que, desde que utilizados os meios corretos, possa o particular sustar o efeitos de um ato administrativo defeituoso.*”²⁰⁶

Nesse toar, DI PIETRO apresenta alguns fundamentos que doutrinadores indicam para justificar o atributo supracitado, *in verbis*:

“1. o procedimento e as formalidades que precedem a sua edição, os quais constituem garantia de observância a lei;

2. o fato de ser uma das formas de expressão da soberania do Estado, de modo que a autoridade que pratica o ato o faz com o consentimento de todos;

3. a necessidade de assegurar a celeridade no cumprimento dos atos administrativos, já que eles têm por fim atender ao interesse público, sempre predominante sobre o particular;

4. o controle a que sujeita o ato, quer pela própria Administração, que pelos demais Poderes do Estado, sempre com a finalidade de garantir a legalidade;

5. **a sujeição da Administração ao princípio da legalidade**, o que faz presumir que todos os seus atos tenham sido praticados de conformidade com a lei, já que cabe ao poder público a sua tutela.”²⁰⁷ *destaquei*

Pois bem, na visão da renomada doutrinadora, a *presunção de legitimidade* deve estar em sintonia com a lei, ou seja, seguindo os comandos normativos definidos em lei.

Com efeito, daí nasce o imperativo do cumprimento dos ditames definidos em lei, posto que segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública, *lato sensu*, só pode fazer o que a lei permite, portanto, difere do particular que lhes é permitido fazer o que a lei não proíbe. Isto posto, conclui-se que a “...*Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto, ela depende de lei.*”²⁰⁸

A *imperatividade*, também nominado como poder extroverso do Estado, permite que unilateralmente possa criar e impor obrigações, enquanto a *auto-executoriedade* dispensa a Administração de obter autorização judicial prévia para sua prática, inclusive se for necessário, uso da força.

A *tipicidade* aparece como segurança para os administrados, ou seja, evitando arbítrios unilaterais e arbitrários do administrador, devendo estar definido em lei.

sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

²⁰⁶ Alexandrino, Marcelo e Paulo, Vicente. *Direito Administrativo Descomplicado*. p. 417

²⁰⁷ Di Pietro, Maria Sylvia Zanela. *Direito Administrativo*. p. 191

²⁰⁸ Di Pietro. Op., cit. p. 68

Logo, em face do exposto, o atributo da presunção de legitimidade não pode se sobrepor ao princípio da presunção de inocência, sob pena de gerar instabilidade nas relações atinentes ao processo administrativo disciplinar.

4. RDE - DECRETO FEDERAL n.º 4.346, de 26 de agosto de 2006

O Decreto governamental em questão, tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas.²⁰⁹

As Polícias Militares dos Estados, consideradas forças auxiliares e reserva do Exército, conforme descrito no art. 144, §6º, sendo que as Corporações que não dispõem de regulamento disciplinar próprio, são aplicados os respectivos dispositivos.²¹⁰

Os recursos estão descritos no art. 52, *ipsis litteris*:

“Art. 52. O militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado por superior hierárquico tem o direito de recorrer na esfera disciplinar.

Parágrafo único. São cabíveis:

- I - pedido de reconsideração de ato; e
- II - recurso disciplinar.”

Conforme disposto, encontramos o pedido de reconsideração de ato e recurso disciplinar, sendo ‘silente’ sobre seus efeitos.

Contudo, ao silenciar sobre os efeitos tem-se interpretado como sendo aplicado como devolutivo, por força de uma interpretação ‘equivocada’ do princípio da legalidade.

DI PIETRO assevera que:

“A observância do referido preceito constitucional é garantia por meio de outro direito assegurado pelo mesmo dispositivo, em seu inciso XXXV, em decorrência do qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão” ainda que a mesma decorra de ato da Administração. E a Constituição ainda prevê outros remédios específicos contra a ilegalidade administrativa, como a ação popular, o habeas corpus, o habeas data, o mandado de segurança e o mandado de injunção; tudo isto sem falar no controle pelo Legislativo, diretamente ou com auxílio do Tribunal de Contas, e no controle pela própria Administração.”²¹¹

Entendimento este que, o Administrador militar não concede o efeito suspensivo devido não haver previsão legal no Decreto, mas, ‘não podemos renunciar que devemos ir além dos muros que ladeiam os quartéis’, devendo ser interpretado o recurso disciplinar de forma sistemática-teleológica a luz da Constituição Federal de 1988, bem como das Garantias Constitucionais descritas no artigo 5º, considerados verdadeiros alicerces de um Estado Democrático de Direito.

²⁰⁹ Art. 1º O Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas.

²¹⁰ Art. 144. (..) § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

²¹¹ Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. p.

Conforme previsão constitucional, 'somente' são consideradas norma de eficácia plena, cláusula pétrea, e "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte."²¹²

Sob o viés antagônico, encontramos a contradição descrita no próprio RDE, quando apostila sobre o respeito ao contraditório e a ampla defesa, em seu art. 35 e seguintes.

"Art. 35. O julgamento e a aplicação da punição disciplinar devem ser feitos com justiça, serenidade e imparcialidade, para que o punido fique consciente e convicto de que ela se inspira no cumprimento exclusivo do dever, na preservação da disciplina e que tem em vista o benefício educativo do punido e da coletividade.

§ 1º Nenhuma punição disciplinar será imposta sem que ao transgressor sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, inclusive o direito de ser ouvido pela autoridade competente para aplicá-la, e sem estarem os fatos devidamente apurados.

§ 2º Para fins de ampla defesa e contraditório, são direitos do militar:

I - ter conhecimento e acompanhar todos os atos de apuração, julgamento, aplicação e cumprimento da punição disciplinar, de acordo com os procedimentos adequados para cada situação;

II - ser ouvido;

III - produzir provas;

IV - obter cópias de documentos necessários à defesa;

V - ter oportunidade, no momento adequado, de contrapor-se às acusações que lhe são imputadas;

VI - utilizar-se dos recursos cabíveis, segundo a legislação;

VII - adotar outras medidas necessárias ao esclarecimento dos fatos; e

VIII - ser informado de decisão que fundamente, de forma objetiva e direta, o eventual não-acolhimento de alegações formuladas ou de provas apresentadas."²¹³

Como visto, o direito de protocolar recurso, mesmo que já tenha sido punido pela ausência de previsão legal do efeito suspensivo do recurso, restaria esvaziado a pretensão de eventual arquivamento, atenuação ou absolvição da transgressão imputada.

Não obstante, a incoerência também reside na redação que permite o militar recorrer sucessivamente das decisões interpostas, através de requerimento em escalas ascendentes, ou seja, até a mais alta Autoridade funcional.

Vejamos:

"Art. 54. É facultado ao militar recorrer do indeferimento de pedido de reconsideração de ato e das decisões sobre os recursos disciplinares sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso disciplinar será dirigido, por intermédio de requerimento, à autoridade imediatamente superior à que tiver proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades, até o Comandante do Exército, observado o canal de comando da OM a que pertence o recorrente."

Por conseguinte, o Direito para ter reconhecido seu significado como ordenamento fundamentado em garantias e previsibilidade, no atual ambiente globalizado, necessita de elementos de coerência e consistência. Ele deve ser sistêmico, possibilitando a incorporação do valor à regra.²¹⁴

²¹² Art. 5º. (...)§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: (...)I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.

²¹³ Destaques

²¹⁴ Cruz, Paulo Márcio. *Princípios Constitucionais e Direitos Fundamentais*. p. 10. Juruá: Curitiba, 2006.

Conclui-se, portanto, que um Decreto não pode se sobrepor aos comandos constitucionais, em sendo, com certeza teremos um desequilíbrio no ordenamento vigente, seja pelo processo hermenêutico sistêmico, ou piramidal do positivismo *kelseniano*.

5. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

5.1 Presunção de Inocência

Ao reunir o estudo sobre os efeitos do recurso administrativo disciplinar, seja ele adstrito aos militares estaduais, ou sobre processos administrativos em geral, *lato sensu*, não podemos deixar de pontuar o ‘princípio da presunção de inocência’, postulado mandamental constitucional assegurado a todos os jurisdicionados.²¹⁵

Assim, através de sua aplicação, pode-se evitar o cumprimento prematuro das transgressões disciplinares militares, pendentes de decisão de recurso, não restando percorrido a esfera recursal administrativa. Com efeito, cabe ainda ressaltar a questão do conceito de transgressão disciplinar, cujo conceito é muito amplo e genérico.²¹⁶

Neste viés, nota-se que não se apresenta silogismo jurídico infundado para determinar a obrigação do administrador respeitar o ‘princípio da presunção de inocência’, e sim, preservando a melhor inteligência do descrito na Constituição Federal de 1988.

Assevera NUCCI que as pessoas nascem inocentes, sendo esse o seu estado natural, razão que para ocorrer a quebra de tal regra, torna-se indispensável que o Estado, na função de acusador, reúna provas suficientes para considerar o réu culpado. Ressalta, ainda que, integra-se o princípio a prevalência do interesse do réu, *indubio pro reo*, garantindo em caso de dúvida, absolvição do réu²¹⁷.

5.2 Tratados Internacionais

Embora o estudo habite na questão interna, aplicada aos militares estaduais, cabe advertir que os Tratados Internacionais devem ser respeitados pelos aplicadores do direito, ‘inclusive as Autoridades militares que detém competência disciplinar’.

Não raras vezes, ao se falar em tratados e convenções, pouco são exploradas pelos jurisconsultos, mas, por força do art. 5º, § 2º da Constituição Federal de 1988, conforme remissivo anteriormente citado, ‘não devem ser desprezados ou desrespeitados’ pelos responsáveis pela aplicação da lei.

Com efeito, o Decreto n.º 678, de 06 de novembro de 1992, estabelece em seu art. 1º, que “...deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.”²¹⁸ De igual maneira,

²¹⁵ LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

²¹⁶ Decreto Federal n.º 4.346/06. Art. 14. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

²¹⁷ Nucci, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. p. 81 usque 82

²¹⁸ Art. 1º A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.

não por acaso, encontramos descrito no Pacto de San José da Costa Rica (art. 8º), as Garantias judiciais, sendo assegurada a todas as pessoas o direito de que se presume sua inocência, enquanto não for legitimamente comprovada sua culpa.²¹⁹

Ademais, sem grandes esforços, para que seja considerado legítimo e válido a instrução do processo administrativo disciplinar, devem ser respeitados os direitos e garantias fundamentais dos jurisdicionados, inclusive os militares, fortalecendo o devido processo legal, *sentido lato*, insculpidos no art.5º, LV, LVI, LVII, LXIII.²²⁰

Nesse entendimento, é oportuno colacionar o descrito pelo Min. Celso de Mello, no AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 782.649, *in verbis*:

“Vale referir, no ponto, a esse respeito, a autorizada advertência do eminente Professor LUIZ FLÁVIO GOMES, em obra escrita com o Professor VALÉRIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI (“Direito Penal – Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos/Pacto de San José da Costa Rica”, vol. 4/85-91, 2008, RT):

“O correto é mesmo falar em princípio da presunção de inocência (tal como descrito na Convenção Americana), não em princípio da não-culpabilidade (esta última locução tem origem no fascismo italiano, que não se conformava com a idéia de que o acusado fosse, em princípio, inocente). Trata-se de princípio consagrado não só no art. 8º, 2, da Convenção Americana senão também (em parte) no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, segundo o qual toda pessoa se presume inocente até que tenha sido declarada culpada por sentença transitada em julgado. Tem previsão normativa desde 1789, posto que já constava da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Do princípio da presunção de inocência (‘todo acusado é presumido inocente até que se comprove sua culpabilidade’) emanam duas regras: (a) regra de tratamento e (b) regra probatória. ‘Regra de tratamento’: o acusado não pode ser tratado como condenado antes do trânsito em julgado final da sentença condenatória (CF, art. 5º, LVII).

O acusado, por força da regra que estamos estudando, tem o direito de receber a devida ‘consideração’ bem como o direito de ser tratado como não participante do fato imputado. Como ‘regra de tratamento’, a presunção de inocência impede qualquer antecipação de juízo condenatório ou de reconhecimento da culpabilidade do imputado, seja por situações, práticas, palavras, gestos etc., podendo-se exemplificar: a impropriedade de se manter o acusado em exposição humilhante no banco dos réus, o uso de algemas quando desnecessário, a divulgação abusiva de fatos e nomes de pessoas pelos meios de comunicação, a decretação ou manutenção de prisão cautelar desnecessária, a exigência de se recolher à prisão para apelar em razão da existência de condenação em primeira instância etc. É contrária à presunção de inocência a exibição de uma pessoa aos meios de comunicação vestida com traje infamante (Corte Interamericana, Caso Cantoral Benavides, Sentença de 18.08.2000, parágrafo 119).” (grifei)

Destarte, não se almeja esgotar as minúcias envolvendo os tratados internacionais, e sim, proporcionar um estudo concatenado quanto a sua aplicabilidade nas transgressões disciplinares militares.

²¹⁹ Artigo 8º - Garantias judiciais 1. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza. 2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

²²⁰ Art. 5º. (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos; LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; (...) LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

5.3 Precedentes do Supremo Tribunal Federal

A aplicabilidade do ‘princípio da presunção de inocência’ é fator preponderante no estudo em questão, uma vez que de nada prosperaria as construções proporcionadas se não estiverem em sintonia com o entendimento dos magistrados e dos tribunais pátrios.

Acompanhamos precedentes da Corte Suprema à respeito.

EMENTA: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS (PM/DF). CABO PM. NÃO CONVOCAÇÃO PARA PARTICIPAR DESSE CURSO, PELO FATO DE EXISTIR, CONTRA REFERIDO POLICIAL MILITAR, PROCEDIMENTO PENAL EM FASE DE TRAMITAÇÃO JUDICIAL. EXCLUSÃO DO CANDIDATO. IMPOSSIBILIDADE. TRANSGRESSÃO AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO. - A recusa administrativa de inscrição em Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar, motivada, unicamente, pelo fato de haver sido instaurado, contra o candidato, procedimento penal, inexistindo, contudo, condenação criminal transitada em julgado, transgride, de modo direto, a presunção constitucional de inocência, consagrada no art. 5º, inciso LVII, da Lei Fundamental da República. Precedentes. - O postulado constitucional da presunção de inocência impede que o Poder Público trate, como se culpado fosse, aquele que ainda não sofreu condenação penal irreversível. Precedentes.²²¹

E segue.

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO – POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL – PROMOÇÃO DE POLICIAL MILITAR INDEFERIDA, PELO FATO DE EXISTIR, CONTRA ELE, PROCEDIMENTO PENAL EM FASE DE TRAMITAÇÃO JUDICIAL – IMPOSSIBILIDADE – TRANSGRESSÃO AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII) – RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO²²².

E mais.

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Competência do relator para negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível. Ato administrativo ilegal. Controle judicial. Possibilidade. Concurso público. Soldado da Polícia Militar. Inquérito policial. Investigação social. Exclusão do certame. Princípio da presunção de inocência. Violação. Impossibilidade. Precedentes.

1. É competente o relator (art. 557, **caput**, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal) para negar seguimento “ao recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com a súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior”.

2. Não viola o princípio da separação dos poderes o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos administrativos, incluídos aqueles praticados durante a realização de concurso público.

3. A jurisprudência da Corte firmou o entendimento de que viola o princípio da presunção de inocência a exclusão de certame público de candidato que responda a inquérito policial ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória.

4. Agravo regimental não provido.²²³

Como visto, basta correr os olhos nos precedentes supracitados da Suprema Corte, sendo que merece relevo alguns recortes do Min. Celso de Mello, se valendo da doutrina para balizar sua decisão.

²²¹ RECURSO EXTRAORDINÁRIO 565.519 DISTRITO FEDERAL

²²² AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 782.649

²²³ AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 753.331 RIO DE JANEIRO.

Vejamos.

“Há, portanto, um momento claramente definido no texto constitucional, a partir do qual se descaracteriza a presunção de inocência, vale dizer, aquele instante em que sobrevém o trânsito em julgado da condenação criminal. Antes desse momento – *insista-se* –, o Estado não pode tratar os indiciados ou réus como se culpados fossem. A presunção de inocência impõe, desse modo, ao Poder Público, um dever de tratamento que não pode ser desrespeitado por seus agentes e autoridades, tal como tem sido constantemente enfatizado pelo Supremo Tribunal Federal:

“O POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA IMPEDE QUE O ESTADO TRATE, COMO SE CULPADO FOSSE, AQUELE QUE AINDA NÃO SOFREU CONDENAÇÃO PENAL IRRECORRÍVEL.

- *A prerrogativa jurídica da liberdade* - que possui extração constitucional (CF, art. 5º, LXI e LXV) - não pode ser ofendida por interpretações doutrinárias ou jurisprudenciais, que, fundadas em preocupante discurso de conteúdo autoritário, culminam por consagrar, paradoxalmente, em detrimento de direitos e garantias fundamentais proclamados pela Constituição da República, a ideologia da lei e da ordem.

Mesmo que se trate de pessoa acusada da suposta prática de crime indigitado como grave, e até que sobrevenha sentença penal condenatória irrecorrível, não se revela possível - por efeito de insuperável vedação constitucional (CF, art. 5º, LVII) - presumir-lhe a culpabilidade.

Ninguém pode ser tratado como culpado, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, sem que exista, a esse respeito, decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O princípio constitucional da presunção de inocência em nosso sistema jurídico, consagra, além de outras relevantes conseqüências, uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados, definitivamente, por sentença do Poder Judiciário.

Precedentes.”

(HC 95.886/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Por efeito, com o desígnio de colocar uma **pá de cal** na questão do efeito suspensivo do recurso disciplinar aplicado aos militares dos estados, uma vez que diante do silêncio normativo (doutrina, jurisprudência e do próprio RDE), tem-se como medida de justiça e coerência o respeito ao princípio da presunção de inocência, devendo ser concedido ‘o efeito suspensivo aos recursos administrativos, até que reste vencido a esfera recursal’.

Portanto, por meio dos precedentes do Pretório Excelso e da interpretação conforme a supremacia da Constituição, de imediato reside a ideia do princípio da supremacia constitucional advém da constatação de que a constituição é soberana dentro do ordenamento (paramountcy), logo, todas as demais leis e atos normativos a ela tem o dever de adequar-se.²²⁴

Ao mesmo tempo, as normas constitucionais representam o gênero das demais normas jurídicas, conservando atributos, dentre os quais a imperatividade. Via de regra, como demais regras que integram o ordenamento jurídico, elas possuem mandamentos que determinam ordem com força jurídica, e não tão-somente moral.²²⁵

²²⁴ Bulos, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 2ª ed. p. 54. Saraiva: São Paulo, 2008.

²²⁵ Barroso, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas*. 9ª ed. p. 76. Renovar: Rio de Janeiro, 2009.

6. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, as construções corroboram que seria ilógico manter um recurso meramente figurativo no RDE, não sendo aplicado o efeito suspensivo do recurso disciplinar. De tal modo, a diferença é cristalina entre uma simples chamada de atenção verbal nominada advertência ou até mesmo de uma suspensão, de uma medida punitiva que venha a cercear a direito de ir e vir do cidadão, como no caso dos militares estaduais (impedimento disciplinar, detenção e prisão).

Ou seja, através de uma interpretação da simetria das normas, bem como o direito militar, *sentido lato*, por estar dentro do ordenamento jurídico como norma infraconstitucional, assim como o direito penal e outros ramos do direito, como *última ratio*, onde é assegurado a presunção de inocência, no âmbito militar não tem como ser adotado interpretação distinta, até que sobrevenha o trânsito em julgado administrativo.

Por fim, através de um simples interpretação sistemática-teleológica, bem como análogo as garantias de ser considerado inocente, alicerçado nos precedentes do Supremo Tribunal Federal, como órgão máximo do Judiciário, e guardião da Constituição Federal de 1988, não podemos deixar de interpretar como sendo perfeitamente possível e em determinados casos, envolvendo o cerceamento da liberdade dos militares estaduais, de ser aplicado o efeito suspensivo do recurso, até que seja encerrada a esfera recursal, devendo ser julgado o recurso pela mais alta Autoridade funcional das Corporações, que no caso das Polícias Militares dos Estados, é o Chefe do Executivo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Marcelo e Paulo, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. s/d. Ato INSTITUCIONAL nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.
- BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas**. 9ª ed. p. 76. Renovar: Rio de Janeiro, 2009.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2ª ed. p. 54. Saraiva: São Paulo, 2008.
- CÓDIGO PENAL MILITAR e Decreto Lei n.º 1002, ambos de 21 de outubro de 1969.
- CRUZ, Paulo Márcio. **Princípios Constitucionais e Direitos Fundamentais**. p. 10. Juruá: Curitiba, 2006.
- Decreto Lei n.º 1001.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. **Direito Administrativo**. p. 191, s/d.
- RDE – Regulamento Disciplinar do Exército, Decreto Lei n.º 4346, de 26 de agosto de 2006.

GT 15: POLÍTICAS PÚBLICAS

A GESTÃO DEMOCRÁTICA PRETENDIDA E O SEU CARÁTER CONCILIADOR REVELADO NA META 19 DO PNE 2014 – 2024

Líbia Aquino¹

RESUMO

Este artigo aborda a gestão democrática da escola pública brasileira, a partir do estabelecido na Meta 19 do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Para isso utiliza-se um recorte da tese de doutorado da autora que resultou de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista aberta com atores envolvidos na formulação da política pública contida no PNE 2014-2024. Após os estudos sobre o tema é possível afirmar que a meta 19 do referido PNE revela um texto conciliador entre as propostas apresentadas pelas duas casas do Congresso Nacional.

Palavras-chave: gestão democrática, escola, plano nacional de educação.

¹ Pedagoga. Especialista em Política da Educação pela UFPel. Mestre e Doutora em Educação pela Faced/UFRGS. Coordenadora Acadêmica na ULBRA/Guaíba.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ENFOQUE PARA ANÁLISE DO PERFIL DAS MULHERES PRESAS NO BRASIL

Gersonilda Suene de Sousa Marques
Quésia Postigo Kamimura
Adriana Leônidas de Olive(orientadora)
UNITAU (Universidade de Taubaté) /PPGA

RESUMO

O referido artigo analisa o perfil das mulheres encarceradas a partir das políticas públicas de segurança fazendo um levantamento das situações em que estão inseridas. Utilizaram-se indicadores que favorecem a análise da situação da mulher que se encontra encarcerada. Para análise desse perfil foi utilizado o método qualitativo, onde possibilita compreender o seu significado, sendo pesquisados todos os estados da federação, sobretudo no que se refere aos resultados, é percebido a aplicabilidade da pena, que em sua grande maioria está no regime fechado, o que leva ao entendimento da fragilidade em que essas mulheres se encontram, haja vista que as condições dos presídios não são estruturadas, o que inviabiliza qualquer processo de ressocialização. O referido trabalho se propõe resgatar desde a conjuntura em que se insere a mulher no contexto da prisão perpassando pelas primeiras instituições que surgiram no Brasil, dando enfoque para os regimes em que se encontram essas mulheres. Conclui-se com respectivo trabalho que a real situação da mulher aprisionada no Brasil hoje revela o formato das políticas públicas de segurança e o contexto de sua fragilidade, pois não viabiliza uma possibilidade de ressocialização das mesmas.

Palavras-chave: Política Pública, Sistema Prisional, Instituições.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional e suas respectivas mazelas trazem uma configuração de abandono e insensibilidade por parte dos órgãos responsáveis, dentre eles o próprio Estado. Nessa conjuntura está inserida a mulher, que ao longo dos anos vem tomando posição em diversos segmentos inclusive o prisional. Contudo o trabalho vem fazer uma análise do perfil da mulher encarcerada e suas características diante da realidade nos presídios brasileiros. Relata sobre o histórico dos presídios e o surgimento das primeiras instituições femininas, em seguida relata sobre as instituições prisionais analisando a mulher ao longo dos séculos até configurar o século XX, com a saída da mulher da acomodação e submissão em que vivia.

Resgata também as primeiras instituições femininas no Brasil. Consubstanciado a esse resgate, relatou-se também sobre o direito penal brasileiro, enfocando sobre as penas privativas de liberdade, restritivas de direito e pecuniária, enfocando os regimes fechado, semi-aberto e aberto. Outro fator de análise é o levantamento do perfil da mulher encarcerada, trazendo o resultado e a discussão do que se pode perceber com a pesquisa desenvolvida, onde possibilitou analisar alguns pontos, em destaque a aplicabilidade da pena, o crescimento da população carcerária, faixa etária, o grau de instrução, a cor/etnia.

2. AS POLITICAS PUBLICAS E O CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL, HISTÓRIA DOS PRESIDIOS E O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEMININAS.

A Constituição Federal de 1988 impulsionou significativamente a reorganização da agenda social brasileira, posicionando o cidadão ao centro do processo como sujeito de direito, contudo a participação e a descentralização à condição para organização das políticas públicas.

Nesse sentido a condição para entender a política pública não é somente concebida como política de Estado, mas associada à coisa pública, ou melhor, de todos. As políticas públicas são regulamentadas e, sua maioria financiada pelo Estado, e podem ser controladas pela sociedade.

O resgate sobre uma situação que vem sendo muito discutida no Brasil hoje que é o caso da situação das mulheres presas no Brasil e suas implicações no contexto do desenvolvimento. A definição que melhor se enquadra a prisão é a de que um local onde está um grande número de pessoas com situações parecidas, afastadas do convívio social. Segundo Goffman (1961):

A prisão representa o momento da coerção [...] de resto, enquanto organização caracterizada pelo isolamento, configuram o que chamamos instituições totais, isto é, locais de residência e trabalho, separados da sociedade por determinado tempo, levando uma vida fechada, formalmente administrada. [...]. Na prisão não cabem identidades, cabe a ruptura, com o passado e com a sociedade dos livres. Os uniformes, números e rituais apenas traduzem uma impessoalidade levada a seus limites extremos. (GOFFMAN, 1961, 11).

O sistema prisional ao longo dos anos vem sofrendo mudanças, em meados do século XVII, os indivíduos eram abandonados e a regra da prisão não era tida como pena, mas no século seguinte essa condição muda e o mesmo indivíduo preso passam a ser penalizado.

Contudo as normas de conduta surgiram para organizar comportamentos advindos da relação da sociedade em grupo, pois o homem é um ser social, e nessa conjuntura a preservação da ordem pública era necessária.

No Brasil, o sistema prisional brasileiro adota a teoria unificadora que está expressa no art. 59 do código penal:

art. 59 – O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e a consequência do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime (BRASIL 2009)..

Não há, mas possibilidade de aceitar ritos de tratamento ao preso como nos séculos passados, hoje é vedado às penas cruéis e ou tratamento desumano, ou qualquer tipo de tortura, além da integridade física e moral dos presos.

Nesse sentido, Beccaria (1999), relata:

Embora a prisão difira das outras penas, por dever necessariamente preceder a declaração jurídica do delito, nem por isso deixa de ter, como todos os outros gêneros de castigo, o caráter essencial de que só a lei deve determinar o caso em que é preciso empregá-la. (BECCARIA, 1999, p. 40).

Então, nesse entendimento a pena deve ter o sentido de sua aplicabilidade, possibilitando ao infrator o seu cumprimento.

2.1. Instituições prisionais femininas

É notório que a inserção da mulher na criminalidade hoje, é devido ao grande crescimento da sociedade atual. Contudo, essa realidade perpassou momentos onde a mulher não tinha visibilidade, é oportuno situar o espaço onde a mulher ao longo dos anos vem ocupando. No período colonial é onde a desigualdade entre homens e mulheres é marcante, nesse período a sociedade era escravocrata, hegemônica, patriarcal e religiosa, a igreja tinha o total domínio sobre o comportamento da mulher. No Brasil, a primeira instituição feminina surgiu no Rio de Janeiro no ano de 1942, na condição de garantir a paz e a tranquilidade, sendo que a mesma funcionava como entidades semi-autônomas sem regulação ou supervisão estatal.

Os espaços de socialização das presas eram chamados de “reformatório especial”, a criminalizações femininas mais frequentes eram relacionadas à prostituição, à vadiagem e à embriaguez (AGUIRRE, 2009).

No Brasil o presídio criado no país foi aproximadamente um século depois do surgimento da primeira prisão masculina, sobretudo ao longo dos anos as mulheres foram adquirindo direitos no sistema prisional, contudo ainda são discrepantes as condições de encarceramento feminino e masculino no País.

O Infopen (2013), informa que o cárcere de mulheres possui diversas peculiaridades, se comparado ao cárcere de homens. Por essa razão, os normativos para a população prisional feminina são diferenciados, pois abrangem questões relacionadas: à estrutura física condizente com o gênero feminino, às necessidades materiais específicas, à maternidade, à permanência dos filhos com as mães, à separação mãe-filho, à convivência familiar, ao abandono familiar entre outras

3. PERFIL DAS MULHERES ENCARCERADAS

Políticas públicas é por definição, uma ação do Estado, de caráter universal, destinada a atender a todos de forma igualitária. Já a Política Social, é uma ação seletiva por parte do governo para atender situações momentâneas de vulnerabilidade de determinado grupos ou segmentos sociais. Nos últimos 12 anos a população carcerária feminina aumentou 256%, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen

Atualmente, as mulheres representam cerca de 7% da população carcerária brasileira, o que corresponde aproximadamente 36 mil presas. A partir desse cenário, o Depen lançou o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que prevê o repasse de R\$ 1,1 bilhão aos estados. Uma das metas do programa é o fim do déficit de vagas feminino, que é hoje de 14 mil vagas. A maioria das prisões de mulheres está relacionada com o tráfico de drogas e são poucos os casos de crimes com violência. Dados do Ministério da Justiça mostram que o perfil das mulheres presas no Brasil é formado por jovens, entre 18 e 34 anos e 58% são analfabetas, alfabetizadas ou na o possuem o ensino fundamental completo.

Todos os estados deverão seguir as diretrizes estabelecidas pela política nacional ao formularem projetos e ações voltados ao público feminino, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

Metodologia

Para essa respectiva análise foram utilizados indicadores que favorecem a análise da situação da mulher que se encontra encarcerada. Para análise desse perfil foi utilizado o método qualitativo, onde possibilita compreender o seu significado, sendo pesquisados todos os estados da federação. Utilizou-se também de pesquisa bibliográfica onde possibilita visualizar a visão dos autores pesquisados.

Resultados

Passa-se agora a visualizar em gráficos o perfil da mulher encarcerada a partir dos modelos impostos pelo Código Penal.

O Sistema Integrado de Informações Penitenciárias Infopen (2012), fez um levantamento das mulheres encarceradas das regiões do Brasil, destacando algumas aplicabilidades do código penal brasileiro.

O primeiro Gráfico refere-se a porcentagem de presos nos respectivos regimes, faz um levantamento entre homens e mulheres presas. O referido gráfico faz um comparativo anual e trimestral da população carcerária feminina. É perceptível que houve um crescimento bem visível da condição feminina presa. Já o segundo gráfico relata os internos do sistema prisional tanto homens quanto mulheres na condição de aplicabilidade da pena cumprindo os respectivos regimes, sendo eles: medida de segurança com internação, ou seja, o preso cumpre a medida em hospitais e ou estabelecimento especializado, já a medida de segurança com tratamento ainda não existe no meio do sistema prisional mesmo sendo uma normativa do código penal, e o regime provisório é onde tem a maior demanda.

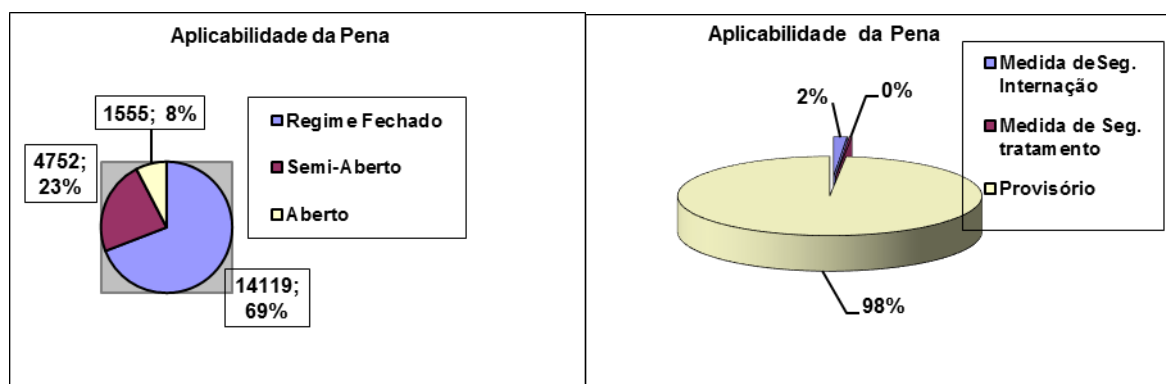


Gráfico 1- Fonte: Infopen 2013

Gráfico 2- Fonte: Infopen 2013

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional no ano de 2003 a 2008, a população carcerária feminina teve um aumento considerável nos presídios em todo o país.

A faixa etária das internas do sistema prisional é entre jovens até 24 anos de idade o que leva a crer que em sua maioria os jovens estão entrando no mundo do crime muito cedo.

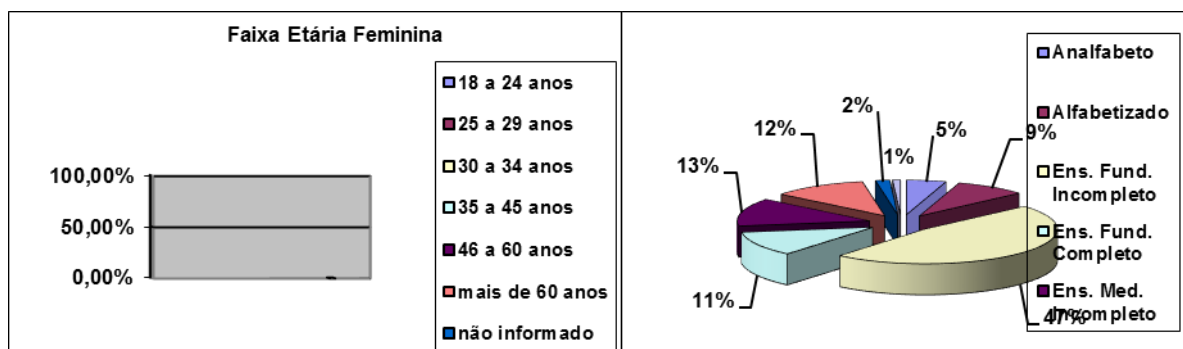


Gráfico 3- Faixa etária feminina- Infopen – 2012 Gráfico 4- Escolaridade - Fonte: Infopen 2012.

É possível mensurar pelo gráfico 3 e o gráfico 4 que a faixa etária igualmente visualizada traz um paralelo bem expressivo de idades entre homens e mulheres. Na faixa etária de 18 a 24 a porcentagem de diferença é de 68% entre homens e mulheres, já na idade de 25 a 29 é de 53%, entre 30 a 34 anos temos 42% , entre 35 a 45 anos é visível a margem de 24%, 46 a 60 onde essa faixa etária tendo uma queda na idade prisional a margem é apenas de 6% sendo que nessa faixa etária as mulheres não entre como indicador. A educação hoje no contexto do sistema prisional é um fator de grande relevância pois possibilidade a ressocialização nesse contexto, sobretudo na remição da pena, onde o Lei de Execução Penal estabelece a partir de suas normatização.

Contudo ainda é pouco o número de mulheres que estão sendo favorecidas nesse contexto, de um lado a não condição que os presídios oferecem de outro a própria falta de interesse do internado em ter acesso a esse benefício

É sabido que a função da escola a formação ética e moral, ainda é a instituição responsável pelo acesso ao conhecimento socialmente valorizado, pois é a partir dele que é introduzido no aluno os mais diversos modos de conduta. Contudo a falta dela na vida do ser em construção desfavorece sua real função.

Outro fator de grande relevância é a cor/etnia dos internos no sistema prisional, que está classificada entre: branca, negra parda, amarela, indígena e outras. Contudo o gráfico 5 mostra a quantidade de internas e suas respectiva cor e etnia.

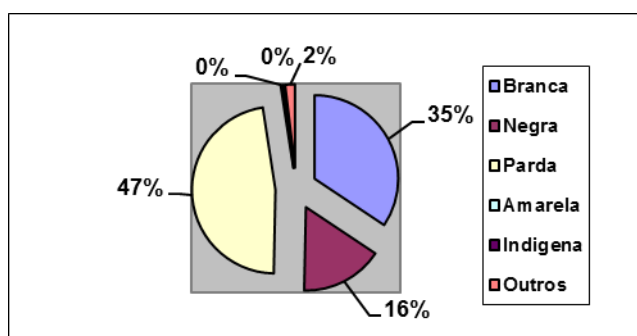


Gráfico 4-Cor e Etnia- Fonte Infopen – 2012

A representação do gráfico expressa que a cor parda está acima das demais, vindo em seguida a cor branca, o que desmitifica a cor negra como é pensado somente existir no contexto prisional. A condição econômica no Brasil também é um fator de ingresso no crime, devido a falta de emprego e a própria desigualdade social que o país vive na atualidade, o economista Amartya Sen, relata que a falta de acesso aos bens públicos, a falta de renda, à educação, a tecnologia e ao poder é a maior explicação para o contexto da falta de renda, que ocasiona o alto grau de pobreza no país. Ele relata que:

A pobreza através do analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a falta de acesso aos serviços públicos e a exclusão da participação social e política, assim com outras revelam-se como privações de capacidades, que impedem a superação da pobreza. (SEN, 2000 p.109).

CONCLUSÃO

Conclui-se com essa pesquisa que a realidade do sistema prisional no que diz respeito às mulheres é precária, pois a partir da visualização dos gráficos é percebido que as mulheres presas aumentou consideravelmente em todos os estados brasileiros. A amostragem vem possibilitar uma análise das políticas públicas que não estão sendo articuladas para a melhoria do cumprimento da pena das internas.

Contudo faz-se necessário um olhar mais cauteloso no que diz respeito a esse contexto. Desde a idade média, que a forma de ressocializar a mulher não tem os moldes específicos pois a forma como as mesmas são tratadas representam a precária condição do cárcere. Contudo finaliza-se esse trabalho com a certeza de que muito pode ser feito para que os índices sejam modificados na condição do sistema prisional brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. CÁRCERE e sociedade na América Latina, 1800-1940, In: MAIA, Clarisse N. ET AL (org). História das prisões no Brasil. Rio de Janeiro. Rocco, 2009.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1 ed. São Paulo: Edipro, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. **Vade mecum acadêmico de Direito**: coleção de leis Rideel.

Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em <http://www.mj.gov.br/depen>. Acesso em 06 de maio de 2014.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SEN, Amartya . Desenvolvimento como liberdade. Companhia das letras, 2000.

CICLO INTELIGENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA TEÓRICA

Kamila Massuqueto; Alex Volnei Teixeira;
Maria do Carmo Duarte Freitas; Newton C. de Castilho Junior
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação

Palavras chave: Políticas Públicas, Inteligência Organizacional, Ciclo Inteligente.

1. INTRODUÇÃO

Construir uma sociedade onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informações e conhecimentos é o desafio que está diante de todas as nações e corporações no mundo, intensamente baseados em tecnologias da informação e do conhecimento, onde os ativos intangíveis adquirem importância crescente. Neste contexto, o cenário das estratégias organizacionais é composto pelo conhecimento criado a partir das informações e do processo de Inteligência que vai integrar todo o ambiente informacional para se converter em ações específicas, e com valor agregado ao ambiente, levando as organizações a atingirem de forma ampla, seus objetivos e metas propostas (TARAPANOFF, 2006; HOFFMANN, 2011).

A crescente visibilidade da Inteligência nos processos decisórios governamentais, assim como os avanços na legislação visando transparência da máquina pública e as repercussões do discutido poder fiscalizador da mídia investigativa são fatores que tem direcionado a atenção da opinião pública, dos políticos, e em especial, da academia para os assuntos ligados à Inteligência. Assim, considerando o vazio existente nestes estudos quanto à teorização, qualquer trabalho que caminhe neste sentido com o intuito de auxiliar a construir um corpo teórico consistente e científico, com um princípio metodológico robusto, possui intrinsecamente uma justificativa válida para seu desenvolvimento. Visto que a disciplina dos estudos de Inteligência investiu relativamente pouco tempo em esforços de teorização até o momento. Todavia, o estudo acadêmico deveria capacitar os pesquisadores a explicar a Inteligência e generalizar além do particular para alcançar algo útil oferecendo futuras políticas e práticas (AMBROS, 2011; GILL, 2010).

A pertinência da pesquisa está em explorar temáticas complexas e que permeiam mais o universo teórico do que o campo empírico. Assim, torna-se relevante estabelecer as proximidades teóricas neste momento, para quem sabe no futuro utilizar esse arcabouço conceitual em modelos possíveis de aplicar em organizações públicas, ou mesmo do terceiro setor, e que possam contribuir com melhorias e práticas eficazes.

A implicação deste estudo decorre da convergência existente entre o campo Político e o de Inteligência. Aponta para uma reflexão contextual sobre os processos e fases de análise e possível modulação destas. Assim, o presente artigo se justifica na busca da compreensão dos conceitos de Inteligência Organizacional aplicados no contexto de Políticas Públicas. A problemática da pesquisa está em compreender a convergência dos conceitos relacionados aos dois temas. Assim, o objetivo geral da pesquisa é demonstrar quais conceitos podem ser modelados conceitualmente em um ciclo de Inteligência para Políticas Públicas. A partir do objetivo geral subdividem-se os objetivos específicos que são:

1. discorrer sobre os conceitos de Políticas Públicas e Inteligência Organizacional;
2. analisar os modelos de análise propostos pela teoria a partir dos dois temas;

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

3. estabelecer convergências e formular uma proposta de ciclo de Inteligência em Políticas Públicas.

O desenvolvimento teórico revela a proximidade existente entre os ciclos de análise e ação nos dois temas, e discute a possibilidade de modula-los para melhor compreensão dos espectros conceituais relacionados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

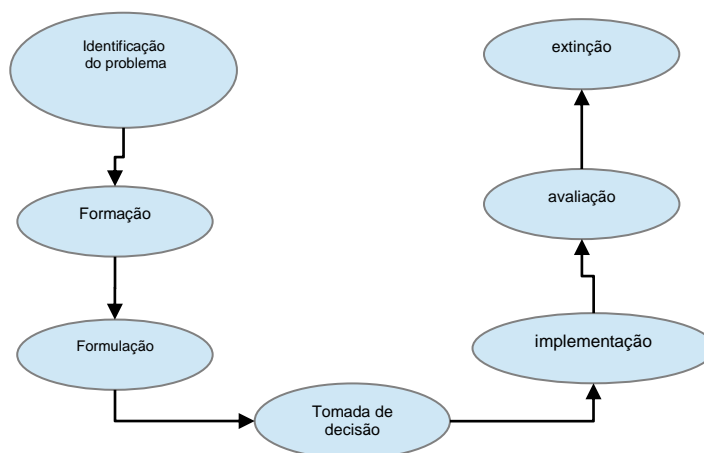
Tentar estabelecer uma definição para o conceito de Políticas Públicas é uma proposta complexa. As Políticas Públicas, sob a ótica da literatura, são heterogêneas e interdisciplinares, diante disso, não encontram amparo acadêmico a ponto de convergir em uma única definição tradicional para seu conceito. Não se dispõe de modelos acabados ou consensuais para o estudo de determinada Política, mas de variadas correntes de pensamento ou abordagens (TROTSMANN, 2012; LABRA, 1999).

O tema Política Pública não é novo, contudo surge no contexto da administração pública a partir da década de 90, agregando contribuições de diferentes disciplinas. As Políticas Públicas são derivadas da Ciência Política. A Política é uma área de estudo que faz ou produz análises do governo diante de grandes problemáticas públicas e da busca por solução. As Políticas Públicas são consideradas um campo de estudo multidisciplinar, envolvendo análises econômicas, políticas, sociológicas e de gestão (BERGUE, 2013; MEAD, 1995).

A administração pública contemporânea precisa responder, paralelamente aos ditames do desempenho governamental e da legitimação democrática contínua. A administração pública enfrenta desafios que impõem ao governo um leque de oportunidades para agir, o que não deve permitir que experiência não tão bem sucedidas de apropriação do conhecimento gerencial comprometam o momento das Políticas Públicas (ABRUCIO, 2011; BERGUE, 2013).

O processo de elaboração de Políticas Públicas também é denominado de ciclo de Políticas Públicas (*policy cycle*). Este ciclo é um esquema de visualização e interpretação que permite organizar a vida de uma Política Pública em fases sequenciais e interdependentes. Inúmeras versões já foram desenvolvidas neste sentido, contudo, opta-se pelo modelo de Secchi (2010) que o restringe às sete fases descritas abaixo.

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: SECCHI (2010, pg. 33)

As etapas identificadas e agrupadas por Secchi (2010) estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Descrição das etapas do ciclo de Políticas Públicas

Identificação problema	do	Um problema nem sempre é reflexo da deterioração de uma situação, mas, sim a melhora desta em outro contexto. Sua delimitação envolve definir quais são os seus elementos e sintetizar em uma frase a essência do mesmo.
Formação agenda	da	Se um problema é identificado por um ator político, e esse ator tem interesse na solução deste, poderá lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, ou seja, na agenda. Pode tomar a forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, entre outros.

Formulação alternativas	de	A formulação de alternativas de solução é desenvolvida por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, de seus potenciais custos e benefícios de cada alternativa possível.
-------------------------	----	---

Tomada de decisão Representa o momento que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento são explicitadas.

Implementação São produzidos os resultados concretos da Política Pública. É onde as regras, processos sociais e rotinas se convertem em ação.

Avaliação	Fase em que o processo de implementação e desempenho são examinados com a intenção de conhecer melhor o estado da política e o grau de redução do problema que a gerou. Pode levar a: continuação (casos em que as adversidades são pequenas); reestruturação (adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política) ou extinção (casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou ainda, quando a política perde sua razão de existir).
-----------	--

Extinção Pode ser extinta por três razões principais: Problema que originou a política foi resolvido; os programas ou ações que ativavam a política são entendidos como ineficazes; o problema, ainda não resolvido, perdeu sua importância e saiu das agendas políticas e formais.

Fonte: Adaptado de SECCHI (2010, p..33-53)

3. INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

Na luta pela competitividade, Davenport & Prusak (1999, pg 20) são categóricos ao afirmar que o conhecimento gera vantagem sustentável. É o conhecimento que gera retornos crescentes e dianteiras continuadas (...) "Os ativos do conhecimento aumentam com o uso, ideias geram novas ideias e o conhecimento compartilhado permanece com o doador ao mesmo tempo que enriquece o recebedor".

O conhecimento é recurso, matéria prima, e uma vez gerenciada por meio de práticas, processos, tecnologias específicas, permite à empresa explicar a importância do conhecimento como recurso organizacional e essencial no processo de criação de valor dentro da organização (SANTOS NETTO, SANTOS, KUNYOSHI, 2012).

Na interpretação das organizações, a Inteligência econômica tornou-se Inteligência de negócios e, mais tarde, Inteligência competitiva. Esta definida como um processo de aprendizado motivado pela competição, fundado em informação, e permitindo a otimização

da estratégia corporativa. Assim, a Inteligência deve ser criada, e neste processo de criação que vai se elaborando um sistema útil às organizações, integrado à sua cultura e em seus cenários voltados ao futuro. Diante disso, a Inteligência é repertório e está associada à produtividade. É a capacidade da empresa em mobilizar todo seu potencial intelectual disponível e concentrar tal capacidade na realização da sua missão. Uma instituição demonstra Inteligência quando responde às mudanças de condições, problemas e outras questões de forma adaptativa, modificando seu comportamento (TARAPANOFF, 2012; GLYNN, 1996; AKGÜN, BYRNE e KESKIN, 2007; ALBRECHT, 2004).

Os componentes da Inteligência Organizacional na perspectiva cognitiva são as construções de capacidades para processamento de informações, tais como: capacidade de aquisição de informação, interpretação, disseminação, armazenamento e aplicação (AKGÜN, BYRNE e KESKIN, 2007).

Cepik (2002, p. 2) afirma que “Inteligência é toda informação coletada, organizada ou analisada para atender a demanda de um tomador de decisões”.

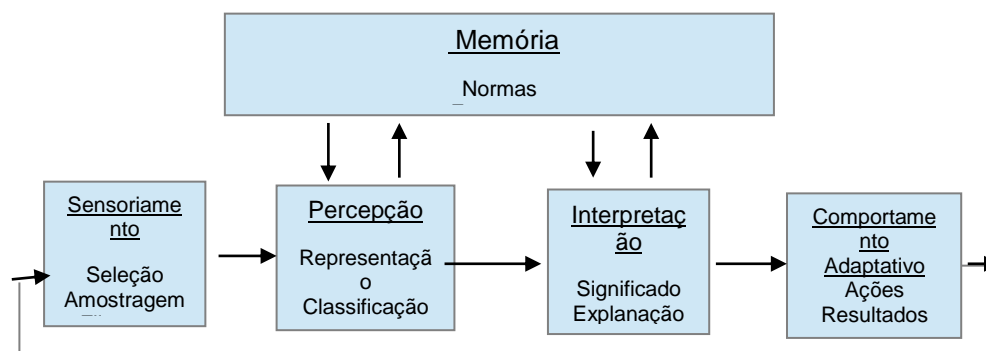
Ainda o autor, em suas pesquisas sobre sistema de Inteligência nacional, define a atividade como um processo sequencial enxuto, separado organizacionalmente entre:

- estágio de coleta: especializado segundo as fontes e meios utilizados para a obtenção das informações;
- estágio de análise: analisa as informações obtidas a partir das diversas fontes singulares e de outros fluxos não estruturados. Pode ser vista como um funil que recebe informações de fontes diversas, analisa e produz a inteligência propriamente dita; a análise é o coração da atividade de inteligência, definida aqui como o processo que sintetiza e avalia um cenário ou uma solução utilizando-se de evidências vindas de fontes variadas, complexas e extensas (AMBROS, 2011).
- estágio de disseminação: pós a análise, é disseminada para os diversos usuários finais, responsáveis pela tomada de decisões e pelo planejamento e execução.

As atividades de atenção e monitoramento para a identificação de informações pertinentes e úteis à tomada de decisão podem ser suportadas pela implantação de dispositivos de Inteligência, permitindo alavancar a compreensão do ambiente, auxiliando na condução das estratégias e no uso otimizado dos recursos. Assim, o objetivo geral da observação do ambiente é favorecer o conhecimento sobre o ambiente de forma a antecipar o futuro, definindo enfoques e objetivos da inteligência organizacional. O intuito de monitorar o ambiente é o de pesquisar, tratar e divulgar a informação visando seu melhor aproveitamento (FREITAS e JANISSEK-MUNIZ, 2006).

Choo (1998) propõe o modelo conceitual abaixo, onde as etapas são interdependentes e sequenciais.

Figura 2 - Ciclo de Inteligência Organizacional



Fonte: CHOO (1998, pg 18)

O quadro abaixo descreve os conceitos de cada etapa.

Quadro 2 – Descrição das etapas do ciclo de Inteligência Organizacional

Sensoriamento	Busca de informações nos ambientes interno e externo. Deve-se ser realizada uma seleção das áreas prioritárias, filtrando dados de entrada de acordo com seus interesses.
Percepção	Dá-se pelo reconhecimento e o desenvolvimento de descrições de eventos e entidades externos usando o conhecimento disponível na memória. Depende fortemente de normas, estruturas e regras que os membros utilizam como lentes para visualizar tendências e desenvolvimentos.
Interpretação	Concentra-se no centro do ciclo. Busca explicar os significados para a organização. Conduz ao entendimento e a percepção criativa por intermédio dos quais consequências e oportunidades futuras são antecipadas e avaliadas de acordo com as preferências.
Comportamento adaptativo	É o início de um novo ciclo de aprendizado, a partir do momento que a organização toma decisões e opta por ações que geram efeitos e resultados.
Memória	Derivada das experiências da organização na sua interação com o ambiente. Expressa de modo formal (documentos e procedimentos) e informal (crenças e histórias). Assim, a experiência desenvolve regras que podem ser utilizadas na associação de situações e respostas apropriadas, bem como as estruturas utilizadas para definição de problemas e suas dimensões salientes.

Fonte: Adaptado de MORESI (2001, p. 44-45)

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa denominada ensaio teórico, de cunho exploratório se deu através de fonte de verificação bibliográfica. A estratégia de verificação utilizada é a pesquisa teórica desenvolvida a partir de material já elaborado. Utilizadas publicações sobre os temas de Inteligência Organizacional e Políticas Públicas (GIL, 1987). Por meio das análises das publicações foi possível tecer um paralelo entre as abordagens e convergir elaborando um modelo integrado denominado ciclo de Inteligência para Políticas Públicas.

5. POLÍTICA PÚBLICA E INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL: PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS NECESSÁRIOS

A atividade de Inteligência é um instrumento importante no processo de tomada de decisão dos agentes políticos, constituindo-se em importante variável estratégica para o Estado. E é dentro das dimensões de efetividade e da legitimidade que os estudos de inteligência assemelham e dialogam a sua agenda de pesquisa com outras agendas, como é o caso da Ciência Política e sua ramificação Políticas Públicas (AMBROS, 2001).

Nas organizações públicas busca-se a informação que possa ser útil, reduzindo incertezas sobre os problemas da sociedade e sobre as melhores maneiras de resolvê-los e assim, tomar as melhores decisões. Assim, o cenário das estratégias é composto pelo conhecimento criado a partir das informações e do processo de Inteligência que integra todo o ambiente informacional para se converter em ações, ou seja, Políticas específicas, e com valor social agregado, permitindo atingirem amplamente seus objetivos (HOFFMANN, 2011).

Um ponto importante para as discussões sobre o ciclo de Inteligência é ter em mente que as análises e produtos de Inteligência são apenas um dos diversos fluxos informacionais que influenciam o processo de tomada de decisões e seus relatórios específicos podem ser mais ou menos importantes para dadas decisões. Assim, a análise e produção de Inteligência assemelha-se a outros sistemas de informação de apoio gerencial e/ou governamental em pelo menos um aspecto: na necessidade de separar a produção do conhecimento relevante para a decisão e a escolha de uma alternativa específica para ação. (CEPIK, 2002).

A Política Pública se apresenta como um semi-ciclo, direcionando a compreensão de que após a sua implementação ou extinção, o ciclo finda. Contudo, este se torna cíclico, a partir de suas experiências, inserindo novo insumo para o início de um novo ciclo. Dentro do contexto de Inteligência Organizacional esta fase é chamada de comportamento adaptativo, ou seja, em caso de sucesso ou insucesso há necessidade de adaptações para a retroalimentação do fluxo. Neste contexto, podemos inferir que ambos são ciclos e constantemente retroalimentados por suas etapas e respostas anteriores.

Assim, a pretensão da pesquisa está em estabelecer um modelo de ciclo de Inteligência para Políticas Públicas com base nos estudos de Secchi (2010) e Choo (1998) conforme proposta apresentada na figura abaixo.

Por meio dos elementos teóricos contidos em cada um dos dois modelos, foi estabelecida a convergência conceitual, e na sequência apresentados os ciclos de cada temática, bem como a respectiva descrição das etapas e as possíveis aproximações teóricas.

Quadro 3 – Proposta descritiva do ciclo de Inteligência para Políticas Públicas

Etapa do ciclo Políticas Públicas	Descrição e convergência das etapas conforme os dois ciclos Etapa do ciclo de IO
Identificação do problema Sensoriamento	Um problema nem sempre é reflexo da deterioração de uma situação, mas, sim a melhora desta em outro contexto. Sua delimitação envolve definir quais são os seus elementos. Através da etapa de sensoriamento é possível buscar informações nos ambientes interno e externo. Deve-se ser realizada uma seleção das áreas prioritárias, filtrando dados de entrada de acordo com seus interesses.
Formação da agenda Percepção	Se um problema é identificado por um ator político, e esse ator tem interesse na sua solução, poderá lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, ou seja, na agenda. Necessário criar significado para os envolvidos, fazendo com que percebam a necessidade e prioridade na solução do problema. Dessa forma, depende fortemente de normas, estruturas e regras que os membros utilizam como lentes para visualizar tendências e desenvolvimentos.
Formulação de alternativas Interpretação	A formulação de alternativas de solução é desenvolvida por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, de seus potenciais custos e benefícios de cada alternativa possível. A partir da interpretação, conduz ao entendimento das consequências e oportunidades futuras, que são antecipadas e avaliadas de acordo com as preferências.
Tomada de decisão Memória	Representa o momento que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento são explicitadas. O processo de memória deriva das experiências da organização na sua interação com o ambiente. Assim, a experiência desenvolve regras que podem ser utilizadas na associação de situações e respostas apropriadas, bem como as estruturas utilizadas para definição de problemas e suas dimensões salientes. Gerando uma tomada de decisão personalizada para aquele problema.
Implementação Avaliação Extinção Comportamento adaptativo	São produzidos os resultados concretos da Política Pública. É onde as regras, processos sociais e rotinas se convertem em ação. As três fases podem ser englobadas em uma, pois, se tratam de ação, avaliação e aprendizado através destas. Fase em que o processo de implementação e desempenho são examinados com a intenção de conhecer melhor o estado da política e o grau de redução do problema que a gerou. Pode levar a: continuação; reestruturação ou extinção. O comportamento adaptativo sinaliza o início de um novo ciclo de aprendizado, a partir do momento que a organização opta por ações que geram efeitos e resultados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2014) com base nos estudos de SECCHI (2010) e CHOO (1998).

A proposta não tem a intenção de nivelar os conceitos das duas temáticas, até por serem provenientes de áreas do conhecimento distintas, mas sim, estabelecer as convergências possíveis e assim, alinha-las dentro de um formato de ciclo inteligente. Ciclo este que embasado teoricamente, justifica a aderência dos temas, que, em sua raiz apresentam semelhante base conceitual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na era da globalização não podemos mais pensar no conhecimento preso a uma instituição ou cidade, quem dirá a um governo e/ou país. Para a evolução do conhecimento é indispensável o compartilhamento das informações para a produção de conhecimento atualizado. Contudo, as organizações públicas não estão imunes à abundância de informações e a necessidade de informações úteis para a tomada de decisão, que por vezes tem como resultado uma Política Pública. Assim, a Inteligência Organizacional pode contribuir através de uma melhor utilização dos recursos informacionais e possivelmente levando a atingir os objetivos definidos pela instituição.

Os resultados apontam que a integração dos conceitos de Inteligência Organizacional e Políticas Públicas se torna axiomática ao assumir como relevante o modelo conceitual apresentado, sua aplicação nas disciplinas administrativo-organizacionais e consequente utilização nas esferas de gestão governamental, melhorando os processos e estabelecendo um ciclo inteligente que leve a uma otimizada tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira.** *Desigualdade & diversidade - Dossiê especial*, segundo semestre de 2011. pp. 119-142.

AKGÜN, Ali E.; BYRNE, John; KESKIN, Halit. **Organizational intelligence: a structuration view.** *Journal of Organizational Change Management*, Vol. 20 No. 3, 2007, pp. 272-289. DOI 10.1108/09534810710740137

ALBRECHT, Karl. **Um modelo de inteligência organizacional.** *HSM Management*: vol. 44, maio-junho, 2004. 5 pgs.

AMBROS, Christiano. **Inteligência governamental como política pública: fatores cognitivos e institucionais na explicação de falhas e dilemas de efetividade.** *Dissertação do programa pós graduação em Ciência Política da UFRS*. Porto Alegre, 2011.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão Estratégica e Políticas Públicas: Aproximações conceituais possíveis e distanciamentos necessários.** *Rev. Contabilidade, Gestão e Governança* – Brasília, v. 16, nº 2, mai-agosto 2013, p. 77-93.

CEPIK, Marco. **Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação.** *Security and Defense Studies Review*, vol 2, nº 2, 2002. 22 pg.

CHOO, Chun W. **Information Management for the intelligent organization: the art of scanning the environment.** 2ª ed. *ASIS (monograph series)* 1998.

DAVENPORT, Thomas. PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial.** Tradução de Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

FREITAS, Henrique; JANISSEK-MUNIZ, Raquel. **Uma proposta de plataforma para inteligência estratégica.** *Anais. Congresso Ibero Americano de Gestão do conhecimento e Inteligência competitiva.* Curitiba, Agosto, 2006. 19 pgs.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GILL, Peter. Thinking about Intelligence within, without and beyond the state. IPSA/ECPR 2011. Disponível em: http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_26296.pdf Acesso em 26 de outubro de 2014.

GLYNN, Mary Ann. **Innovative genius: a framework for relating individual and organizational intelligences to innovation**. *Academy of Management Review*. Vol 21, nº 4, outubro 1996. pp 1081-1111.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. **Monitoramento da informação e inteligência competitiva: realidade organizacional**. *Rev. Ci. Inf. E Doc.*, Ribeirão Preto, vol 2, nº 2, 2011. pp 125-144.

LABRA, Maria Eliana. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº2, 1999. pp. 131-166.

MEAD, Lawrence. M. Public Policy: Vision, Potencial, Limits. *Policy Currents*, Feb. Vol.1 nº 4. 1995. pp. 1-4.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Inteligência Organizacional: um referencial integrado. *Ci. Inf.*, v. 30, nº 2, maio-agosto, Brasília, 2001. pp. 35-46.

SANTOS NETTO, J. P; SANTOS, S.A; KUNYOSHI, M. S. O processo de institucionalização da gestão do conhecimento nas empresas atuantes no Brasil: estudo de casos múltiplos. *CONTECSI Internacional Conference on Information Systems and Tecnology Management*. Vol. 9, 2012.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 pg.

TARAPANOFF, Kira. Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: Inteligência, Informação e Conhecimento. *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT*; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Brasília: 2006. pg. 19-35

TROTTMANN, Paula. A produção científica em políticas públicas no Brasil: uma análise sob a ótica de redes sociais. Dissertação (mestrado em Ciências) – *Programa de pós-graduação em modelagem em sistemas complexos, escolas de artes, ciências e humanidades da Universidade de São Paulo – USP*.

CIÊNCIA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Luiz Fernando Nunes Moraes; Audren Marlei Azolin
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Curso: Ciência Política.

Palavras-chave: Ciência Política, Análises de Políticas Públicas, Índice, Institucionalização.

INTRODUÇÃO

Em Políticas Públicas costuma-se questionar se uma determinada política é de *Estado* ou de *Governo*. De forma sumária, a *Política de Estado* é de *longo prazo* e, por sua vez, a *Política de Governo* é aquela que dura tão-somente à gestão de um determinado governo eleito. A primeira é uma *política estrutural*, a segunda, por outro lado, é uma *política conjuntural*, responde a um contexto normalmente relacionado aos compromissos de campanha eleitoral.

Quando se analisa uma política pública costuma-se identificar indicadores sociais referentes a um problema social a ser resolvido. Em outras palavras, foca-se no problema e não nos mecanismos institucionais que estão em atividade para resolver o problema social, ou para ausência desses mecanismos. Fala-se aqui dos mecanismos institucionais de ordem *jurídica, administrativa e orçamentária*.

Este trabalho visa apresentar o método denominado de *Índice de Institucionalização de Políticas Públicas – IIPP*, para avaliar o grau de institucionalização de políticas públicas, em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência em Curitiba: Análise Institucional e Orçamentária e o Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política – NuPP-CiPol vinculados a Escola de Gestão Pública, Política e Jurídica do Centro Universitário Internacional UNINTER.

O método aqui apresentado orienta-se por uma determinada perspectiva de Ciência Política que entende o Estado enquanto ator político fundamental (KEINERT; SILVA, 2010; LESSA, 2011; HALL; TAYLOR, 2003), e não como uma simples arena de disputa política, reflexo das preferências dos diversos grupos sociais. Nesta perspectiva, a definição de políticas públicas compreende o Estado em ação (SOUZA, 2006), ou seja, o Estado é o ator privilegiado da ação política (de políticas públicas).

O método apresenta potencial para identificar se a política apresenta *características de Política de Estado* ou de *Governo*, bem como avaliar quantitativamente o quanto apresenta características de *Política de Estado* ou quanto apresenta característica de *Política de Governo*.

O ÍNDICE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O IIPP foi pensando para auxiliar na tomada de decisão do gestor público e do Chefe do Poder Executivo, surgindo como método para parlamentares fiscalizarem o Poder Executivo, bem como possibilidade para proposições de lei, pois além de uma avaliação geral, permite identificar em qual Dimensão ou Dimensões, se for o caso, a política pública analisada apresenta problema para que apresente características de *Política de Estado*.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Analisada em uma série histórica, o IIPP permite identificar se uma determinada política pública variou entre *Política de Estado* e *Política de Governo* no tempo e no espaço, permitindo assim avaliar quando uma determinada política pública oscilou entre *características* de *Política de Estado* e de *Política de Governo* ou se manteve estável, de forma comparativa entre os diferentes governos.

Parece um paradoxo afirmar que uma política é de Estado em determinado governo e em outro não, pois se ela variou de gestão para gestão, seria assim uma política de governo e não de Estado. É por isso que o IIPP não avalia se a política é de Estado ou de Governo, mas sim se a política apresenta *características* de Política de Estado ou de Governo.

O IIPP conta com três dimensões que comportam as *categorias (indicadores)* do grau de institucionalização de políticas públicas: a *Dimensão Legal* (de ordem jurídica), a *Dimensão Organizacional* (de ordem administrativa) e a *Dimensão do Financiamento* (de ordem orçamentária).

A *Dimensão Legal* considera as categorias *Constitucionalidade* e *Legalidade*. A *Dimensão Organizacional* considera as categorias *Ministério*, *Secretaria/Instituto/Fundação*, *Conselho Gestor*, e *Conselho Consultivo*. Por fim, a *Dimensão do Financiamento* com as categorias *Fundo Específico*, *Programa Específico* e *Efetivação de Recursos*. Esta última categoria verifica-se quando foram aplicados na política pública valor maior ou igual a 50% dos recursos destinados na Lei Orçamentária Anual – LOA.

O IIPP vai de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 0 (zero) for o IIPP, mais próximo de característica de *Política de Governo*, por sua vez, quanto mais próximo de 1 (um) mais se caracteriza como *Política de Estado*. Uma determinada política pública é caracterizada, para efeito, com apresentando características de Política de Estado quando o IIPP for maior a 0,5. Abaixo a escala de valores:

- Quando o IPP for 0 (zero) e igual a 0,2 a política pública será caracterizada como apresentando **Alta Característica de Política de Governo;**
- Quando o IPP for acima 0,2 e inferior ou igual a 0,35 a política pública será caracterizada como apresentando **Média Característica de Política de Governo;**
- Quando o IPP for acima de 0,35 e inferior ou igual a 0,5 a política pública será caracterizada como apresentando **Baixa Característica de Política de Governo;**
- Quando o IPP for superior a 0,5 e inferior ou igual a 0,7 a política pública será caracterizada como apresentando **Baixa Característica de Política de Estado;**
- Quando o IIPP for superior a 0,7 e inferior ou igual a 0,85 a política pública será caracterizada como apresentando **Média Característica de Política de Estado;**
- Quando o IIPP for acima de 0,85 e inferior ou igual 1 a política pública será caracterizada como apresentando **Alta Característica de Política de Estado.**

Quanto mais uma determinada política apresentar características de Estado, mais sólida será a política pública. A questão que surge é: como então, a partir do IIPP, pode-se concluir se uma política pública é de *Estado* ou de *Governo*? Somente poder-se-á afirmar, para além das características, que uma determinada política pública é de fato uma Política de Estado ou de Governo se a pesquisa analisar em uma perspectiva temporal, isto é, uma análise da série histórica.

Existe a forma menos complexa: quando o IIPP de uma determinada política pública encontra-se em uma escala superior a 0,5 e 1 (um) no mínimo durante 12 anos. Outra forma menos complexa é quando o IIPP de uma determinada política pública encontra-se em uma escala superior a 0,5 e 1 (um) no mínimo durante 12 anos, considerando mudanças de partidos no poder;

A forma mais complexa é quando o IIPP de uma determinada política pública encontra-se superior a 0,5 e 1 (um) no mínimo durante 12 anos, considerando mudanças de partidos no poder, com alternância entre partidos de oposição.

CONCLUSÃO: LIMITES E POTENCIALIDADES DO MÉTODO

Como o método foi pensando para analisar os mecanismos institucionais importantes para ação estatal com foco nas políticas públicas, o método não alcança o impacto social ou não de uma política pública, que exigira indicadores sociais. O IIPP somente avaliar os indicadores institucionais de uma determinada política pública. O método não avalia também os atores políticos e sociais envolvidos na formulação de políticas públicas, bem como exclui de sua avaliação o processo de decisão política.

A potencialidade do IIPP está nos resultados (*outcomes*) oriundos das avaliações dos resultados das políticas públicas. Quando o Estado investe em uma política pública e tal ação não apresenta impacto, questiona-se: onde está o erro? O IIPP consegue identificar as fragilidades institucionais, avaliando ainda se as fragilidades são de ordem Jurídica (Dimensão Legal), Administrativa (Dimensão Organizacional) ou Orçamentária (Dimensão do Funcionamento).

O Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política – NuPP-CiPol está analisando o IIPP aplicando-o a um caso concreto de políticas públicas com resultado esperado para o ano de 2016.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2010.

LESSA, Renato. **O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista**. (2011). Disponível em <<http://revista.estudoshumanos.com/wp-content/uploads/2011/06/2011011.pdf>> Acessado em 02 fev. 2011.

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. **AS TRÊS VERSÕES DO NEO-INSTITUCIONALISMO**. **LUA NOVA** Nº 58, 2003, p. 193-224.

DESIGN E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO NO BRASIL: PROPOSTAS PARA APROXIMAÇÃO DOS MICROEMPRESÁRIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES

Gheysa Caroline Prado, Aroldo Gomes
UFPR - Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Design
Alexandre Vieira Pelegrini
Viviane Gaspar Ribas El Marghani

Palavras-chave: Brasil, políticas públicas, inovação, design.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui, em suas origens, características altamente criativas que lhe concedem uma vantagem estratégica no que tange à inovação (Marzano, 2011). Para a área do design, empreendedorismo e negócios, inovação é mais que novidade, é o processo de traduzir uma nova ideia em um produto ou serviço que crie valor e pelo qual os consumidores estão dispostos a pagar (BUSINESS DICTIONARY, 2015). Ou, ainda, é a solução para um problema que crie valor para a sociedade como um todo (CENTER FOR SOCIAL INNOVATION, 2015).

Muito se tem pesquisado e publicado sobre inovação no Brasil²²⁶. E as pesquisas relacionando inovação e políticas públicas representam de 8% a 16% deste total²²⁷. No entanto, de acordo com Marzano (2011) a exploração da inovação em forma de políticas públicas de maneira sistemática é recente e seus resultados, bem como a mensuração, datam de pouco mais de uma década.

Para conhecer e identificar as ações em inovação existentes o presente artigo tem como objetivo realizar o levantamento das políticas públicas na área, promovidas pelo governo brasileiro, do estado do Paraná e da cidade de Curitiba. Esse levantamento visa verificar se há, em agosto de 2015, suficientes programas para alavancar a inovação no país. Após o levantamento, analisar, de forma geral, as forças e fraquezas que se aplicam às políticas existentes e, por fim, propor meios de utilização do design como ferramenta para fortalecimento das ações existentes com foco em microempresas.

DESENVOLVIMENTO

O surgimento de uma economia baseada no conhecimento está ligada à globalização e à popularização de tecnologias de comunicação como a internet (HOSPERS, 2003). Dentro dessa economia, a inovação desempenha um papel muito importante e eficaz para o alcance do crescimento e desenvolvimento (MANUAL DE OSLO, 2005; MARZANO, 2011).

²²⁶ Buscas realizadas em 20/08/2015 com o termo "inovação". O Google Acadêmico, retornou aproximadamente 485.000 resultados, restringindo-se o idioma ao português (Brasil) e excluindo-se patentes e citações. O portal de periódicos da CAPES, busca por assunto, 8.694 resultados, sem aplicação de nenhum filtro.

²²⁷ Buscas realizadas em 20/08/2015 com os termos "inovação" e "políticas públicas". O Google Acadêmico, retornou aproximadamente 79.700 resultados, restringindo-se o idioma ao português (Brasil) e excluindo-se patentes e citações. O portal de periódicos da CAPES, busca por assunto, 698 resultados, sem aplicação de nenhum filtro.

Crescimento e desenvolvimento econômico são coisas distintas (MARZANO, 2011). O primeiro é apenas a ampliação dos meios de produção, do ponto de vista quantitativo. Já o segundo é a inserção de mudanças qualitativas no dia-a-dia das pessoas, melhorando o padrão de vida, são resultado de inovações propostas por indivíduos empreendedores (MANUAL DE OSLO, 2005; MARZANO, 2011).

Buscando a promoção do desenvolvimento econômico mundial a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem, como diretriz do pacto assinado em 30 de setembro de 1961, o investimento em políticas para o desenvolvimento econômico sustentável dos países membros (MANUAL DE OSLO, 2005). Esse investimento tende a retornar para a sociedade como um todo e contribuir globalmente. Na América do Sul, apenas o Chile é um país membro, tendo sido aprovado em dezembro de 2009. O Brasil é considerado um parceiro-chave (OCDE, 2015). Para a promoção do crescimento econômico e consequente desenvolvimento, países tem investido em políticas públicas voltadas para a inovação (GII, 2015). Conhecer os detalhes da inovação e a necessidade chave de sua aplicação de forma horizontal, em países desenvolvidos e emergentes, permite a proposição de políticas específicas para cada um dos cenários existentes.

Dentro desse contexto, a inovação precisa ser vista como elemento estratégico tanto para empresas como para setores públicos o que, na prática, segundo Meira (2013), não acontece. O mesmo autor afirma ainda que nas empresas, muitas vezes o processo de inovação é conduzido por pessoas que já não conseguem contribuir com nenhuma outra função e, no setor público é ainda pior pois a inovação é normalmente deixada em último plano.

De forma a tentar conhecer e identificar o maior número possível de políticas públicas existentes voltadas à inovação no Brasil, Paraná e Curitiba realizou-se então a presente pesquisa, de caráter exploratório. Para tal, foi feita extensiva pesquisa em sites governamentais ou ligados diretamente aos governos Federal, do estado do Paraná e da cidade de Curitiba, seguindo um processo orgânico e assistemático, no qual um site necessariamente leva a outro. A sequência seguida por esta pesquisa segue relacionada abaixo.

Sendo que uma, mas não a única, forma de medir o desempenho em inovação de empresas e até mesmo nações está nas estatísticas de patentes (NAGAOKA, MOTOHASHI E GOTO, 2010) a presente pesquisa teve início no site do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

No site do INPI, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) buscou-se identificar dados relativos exclusivamente ao incentivo à inovação. Não sendo encontrado, a pesquisa seguiu para o site do MDIC. Neste, há uma aba exclusiva sobre inovação, que hoje é uma secretaria do MDIC, a Secretaria de Inovação (SI). O acesso ao site interno SI permitiu, então, um primeiro avanço na busca acerca das políticas públicas nacionais. Levou ao conhecimento do Programa InovAtiva Brasil e, da existência de parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC) por meio de uma Comissão Técnica Interministerial (MDIC, 2015). O site da SI do MDIC traz ainda informações sobre a Lei da Inovação (2004) e a Lei do Bem (2005).

Da página do MDIC, o próximo site visitado foi o do MCTI. Neste, há uma área temática, que divide Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) em três categorias: Competitividade Brasileira; Recursos Naturais e Meio Ambiente; e Desenvolvimento Social. O link para Instrumentos de Apoio, levou ao Portal da Inovação e Pró-Inova.

O Portal da Inovação permitiu acesso a uma quantidade relevante de informações sobre fomento e apoio a inovações promovidos pelo governo federal como: fontes de Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

financiamento e fomento; instrumentos de apoio às empresas; apoio à CT&I; bolsas, prêmios e desafios; além de outras informações úteis à prática da informação. Já o Pró-Inova, reúne informações por estado acerca de: busca de apoio tecnológico e gerencial (não financeiro); busca por recursos econômicos, financeiros e subvenção e; incentivos fiscais.

Sites dos governos do estado do Paraná e da cidade de Curitiba também foram consultados em busca de mais referências e incentivos à inovação.

Os dados obtidos, a partir das buscas realizadas mostraram que o incentivo à inovação no Brasil tem origem na segunda década do século XX. Em um breve panorama verificou-se a grande evolução na criação de ações, programas e secretarias com foco na promoção da inovação no país nos últimos 10 anos (INT, 2015; INPI, 2015; Pró-Inova, 2015; Portal Inovação, 2015; StartUp Brasil, 2015).

Podem-se categorizar as políticas públicas em três modelos: incentivo fiscal; financiamento direto (reembolsável ou não); e capacitação dos empreendedores.

Na primeira categoria destaca-se a Lei do Bem (lei nº 11.196/05), onde os principais incentivos são: abatimento de gastos com inovação sobre o lucro tributável; possibilidade de redução de impostos sobre equipamentos destinados para pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e subvenção de 60% da remuneração de mestres e doutores, empregados em atividades de inovação em empresas localizadas no Brasil por agências de fomento em ciência e tecnologia (C&T). Segundo Calzolaio e Dathein (2012) o perfil das atividades de inovação nas empresas usuárias da Lei do Bem, é de maioria "veterana" no processo de inovação, majoritariamente grandes empresas; intensificando atividades de inovação nas empresas que já inovam, não ampliando a base de empresas inovadoras, e não incentivando o início da inovação em empresas que ainda estão alheias a isso.

Mas a Lei do Bem não é uma iniciativa isolada nos programas de financiamento, cercados por grande burocracia, afastam do micro empreendedor a possibilidade de captar recursos a juros subsidiados ou mesmo a fundo perdido.

Por outro lado, o MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) com programas como o Start-up Brasil e o ProInova, assim como o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) com o programa Inovativa Brasil fomentam a capacitação dos empreendedores e a aceleração de start-ups.

No âmbito do governo do estado do Paraná, a Lei da Inovação nº 15.123/06 definiu um percentual de 2% para o Fundo Paraná (2013), programa criado em 1998 para fomentar ciência e tecnologia do Estado do Paraná, por meio de financiamento de projetos de pesquisas e programas institucionais. A criação do Fundo Paraná levou ao surgimento da Fundação Araucária. Organização privada, sem fins lucrativos, de interesse público, que opera com recursos públicos a partir de três grandes eixos: Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica; Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores; e Disseminação Científica e Tecnológica (FAPPR, 2015). Sendo responsável pela administração do TECNOVA Paraná, programa é federal iniciado em 2013, que "busca criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação tecnológica, gerando crescimento rápido de empresas de micro e pequeno porte". A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2015), promove o Programa Cidades Inovadoras. Deste programa, atualmente, fazem parte as cidades de Curitiba, Londrina, Cascavel e Campo Largo; todas com planejamento estratégico em inovação para 2030. Por fim, é possível mencionar ainda outros projetos estaduais como: Núcleo de Inovação Tecnológica do Paraná (NITPAR); Catálogo de Patentes; Senai Soluções e Inovações; Senai + Design; Rede de Inovação; e SEBRAE-PR.

No âmbito municipal, Curitiba, há diversos incentivos fiscais para empresas inovadoras. O programa Curitiba + Design, da Agência Curitiba (2013) busca fomentar

Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

ambientes inovadores e criativos, atraindo mais talentos e inserindo o pensamento do design na promoção de uma economia verde, criativa, inovadora e próspera. Tem também o objetivo desenvolver infraestrutura, base empresarial, tecnologia e inovação, por meio de parcerias público-privadas.

Os resultados acima foram apresentados e discutidos em forma de seminário, na disciplina de Inovação e Design Estratégico do Curso de Pós Graduação em Design da UFPR. Após a apresentação foi proposta a seguinte atividade aos participantes: "Como o design pode auxiliar na criação de estratégias para aproximar os MEI das políticas públicas atualmente existentes? Em grupos, pensar e sistematizar uma estratégia de aproximação e incentivo." Foram utilizadas folhas de papel A3 e canetas coloridas para a representação final (Quadro 1).

Grupo I Fomento à educação empreendedora	Grupo II Estratégia de desburocratização
Grupo III Estratégias de divulgação focadas por área	Grupo IV Sistema cadastro único ponte entre profissionais

Quadro 1 - Resultados das propostas à atividade

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada

As soluções obtidas junto às equipes foram bastante consistentes, sendo que todos os grupos tiveram como questão central a popularização da informação das políticas públicas. Pode-se sugerir que o motivador desta necessidade de informação é exatamente o desconhecimento pelo próprio grupo de discussão de uma grande parte dos programas apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conhecer e identificar as ações em inovação existentes o presente artigo teve como objetivo realizar o levantamento das políticas públicas na área, promovidas pelo governo brasileiro, do estado do Paraná e da cidade de Curitiba. Esse levantamento visava verificar, em agosto de 2015, a existência de suficientes programas governamentais para alavancar a inovação no país.

A pesquisa foi realizada utilizando-se dos sites governamentais ou diretamente ligados aos âmbitos governamentais pesquisados, utilizando de um processo orgânico e assistemático no qual um site levava, necessariamente a outro.

Os resultados encontrados mostram que há um grande número de políticas públicas, especialmente no âmbito federal. Esses programas e políticas públicas estão categorizados nos três principais modelos: de incentivo fiscal; de financiamento direto (sendo ele reembolsável ou não); e da capacitação dos empreendedores.

A existência dessas políticas não se configuram suficientes para alavancar a inovação no país, como indicado por Meira (2013), é o direcionamento dos recursos mais importante que o valor investido. Esse direcionamento se faz com a aproximação das políticas existentes a setores alvo pouco atingidos, como é o caso de microempreendedores. Com este foco, foram propostas quatro estratégias, tendo o design como referência. Apesar de diversas, todas tem como questão central a popularização da informação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA CURITIBA. Disponível em: <bit.ly/1Gj4Twx>. Acesso em: 04/08/2015.
- BRASIL, Decreto Nº 7.096 Disponível em: <bit.ly/1W5hYvi>. Acesso em: 20/07/2015
- BUSINESS Dictionary. Innovation. Disponível: <bit.ly/1RpfyGp> Acesso: 20/08/2015
- CALZOLAIO, A., DATHEIN, R. **Políticas Fiscais de Incentivo a Inovação**: Uma Avaliação da Lei do Bem. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- CENTER FOR SOCIAL INNOVATION, Graduate School of Stanford University <<http://csi.gsb.stanford.edu/social-innovation>> Acesso em: 20/08/2015
- FAPPR. Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do PR. Disponível em: <www.fappr.pr.gov.br>. Acesso em: 02/08/2015.
- FIEP. Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://bit.ly/1LMNgFL>>. Acesso em: 02/08/2015.
- FUNDO PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em: <bit.ly/1NUYIBv>. Acesso em: 05/08/2015.
- Global Innovation Index (GII). **About the Global Innovation Index**. Disponível em: <<http://bit.ly/1LG5wNv>>. Acesso em: 04/09/2015.
- HOSPERS, Gert-Jan. **Creative cities**: Breeding places in the knowledge economy. Knowledge, Technology & Policy. Journal Article, 2003 V. 16 (3) P.143-162
- INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <www.inpi.gov.br>. Acesso em: 28/07/2015.
- MARZANO, F. M. **Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 Disponível: <bit.ly/1QV28C7> Acesso: 04/08/2015
- MCTI. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <www.mcti.gov.br>. Acesso em: 28/07/2015
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 28/07/2015.
- MEIRA, S. L. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- NAGAOKA, S., MOTOHASHI, K., GOTO, A.. Patent Statistics as an Innovation Indicator In: Handbook of the Economics of Innovation Vol. 2. 2010. P. 1083-1127. Disponível em: <bit.ly/1LMNsVA>. Acesso em: 05/09/2015.
- OCDE. **Current Membership**. Disponível: <bit.ly/1W5i6ei>. Acesso em: 04/09/2015.
- Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

OCDE. **Manual de Oslo**: Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados Sobre Inovação. 3ª. Ed.: Paris, 2005

PORTAL DA INOVAÇÃO. Disponível em: <bit.ly/Plmct> Acesso em: 03/08/2015

PRÓ-INOVA. Instrumentos de Apoio à Inovação. Disponível em: <www.proinova.org.br>. Acesso em: 03/08/2015.

JUSTIÇA AMBIENTAL NAS POLÍTICAS ENERGÉTICAS NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

Marcela Valles Lange; Sigrid de Mendonça Andersen (orientadora)
UFPR - Universidade Federal do Paraná,
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
marcelavlange@gmail.com, sigandersen@netpar.com.br

Palavras-chave: Equidade intra e intergeracional. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A relação com a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras foi reafirmada no Relatório Brundtland (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987), sendo comum aos vários sentidos atribuídos à sustentabilidade. Porém, as visões sobre as necessidades e os compromissos que devem ser assumidos com as presentes e futuras gerações dependem dos valores, crenças éticas e conceitos de justiça e equidade que estão por traz das diversas abordagens da sustentabilidade. Lamorgese e Geneletti (2015) estudaram essa diversidade e elencaram quatro perspectivas para tratar a questão da justiça ambiental intra e intergeracional: a igualdade de oportunidades, a equidade distributiva intrageracional, a equidade distributiva intergeracional e a justiça em um mundo imperfeito. Para cada uma dessas perspectivas, os autores estabeleceram critérios (Quadro 1) cujo atendimento deve ser almejado na busca pela sustentabilidade.

O objetivo deste trabalho é elencar alguns pontos a serem considerados para uma análise da justiça ambiental nas políticas energéticas brasileiras, com base nos critérios construídos por Lamorgese e Geneletti (2015). Para o fim almejado, foi realizada uma seleção e adequação desses critérios, resultando em quatro para a perspectiva da igualdade de oportunidades (subitens 2.1. a 2.4), três para a perspectiva da equidade distributiva intrageracional (subitens 3.1 a 3.3), dois para a perspectiva da equidade intrageracional (subitens 4.1. a 4.2) e dois para a perspectiva da justiça em um mundo imperfeito (subitens 5.1 a 5.2).

Quadro 1 – Perspectivas e critérios estabelecidos por Lamorgese e Geneletti (2015) para a consideração da justiça ambiental intra e intergeracional na busca pela sustentabilidade (tradução livre)

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Perspectivas	Crêterios
Igualdade de oportunidades	<p>Prover um ambiente limpo e saudável;</p> <p>Assegurar acesso a bens e serviços básicos (p.ex. �gua, moradia, etc.) para todos;</p> <p>Assegurar acesso a transporte, serviços e outros equipamentos;</p> <p>Prover uma gama de comodidades e serviços disponíveis para toda a comunidade;</p> <p>Contribuir para a garantia de oportunidades para mulheres e pessoas em comunidades pequenas e remotas;</p> <p>Tratar o conceito de comunidade e valores coletivos;</p> <p>Promover a inclusão social;</p> <p>Tomar decisões em favor de alcançar ganhos líquidos que melhoram a qualidade de vida.</p>
Equidade distributiva intrageracional	<p>Garantir a distribui�o proporcional de ganhos e perdas;</p> <p>Operar sem ignorar os impactos externos das decisões, do nível de vizinhança até o global;</p> <p>Garantir igual chance de ser afetado por mudança ambiental significativa e a divisão proporcional dos custos e benefícios de tal mudança depois de ocorrida;</p> <p>Evitar iniquidades na distribui�o da exposi�o a risco de saúde, levando em considera�o a exposi�o humana ao dano e a sensibilidade diferencial de grupos sociais;</p> <p>Assegurar aceitabilidade social;</p> <p>Evitar iniquidades nos impactos de políticas ambientais e diferenças na aplica�o da legisla�o;</p> <p>Evitar iniquidades na capacidade de pessoas de influenciar decisões afetando o seu ambiente;</p> <p>Promover representa�o direta dos interesses de grupos desfavorecidos;</p> <p>Estreitar o abismo entre as áreas mais carentes e as demais.</p>
Equidade distributiva intergeracional	<p>Levar em considera�o a manuten�o do capital disponível de fontes não renováveis em longo prazo;</p> <p>Preservar a integridade de sistemas ecológicos e fun�es de suporte da vida associadas;</p> <p>Manter e melhorar a resiliência dos sistemas socioecológicos;</p> <p>Avaliar efeitos ambientais, sociais e econômicos e a sua dura�o;</p> <p>Priorizar a prote�o ambiental e a integridade ecológica de maneira que qualquer mudança no <i>status quo</i> resulte em benefícios ambientais líquidos;</p> <p>Adotar medidas que minimizem o uso de energia e recursos, minimizem as emissões e a produ�o de resíduos, e maximizem o reuso de materiais;</p> <p>Adotar o princípio da precau�o para prevenir que qualquer grupo, definido espacial, social ou temporalmente, assuma encargos injustos ou desnecessários de mudanças ambientais;</p> <p>Adotar uma perspectiva de sustentabilidade forte, evitando decisões que implicam uma redu�o no nível de capital natural repassado para futuras gera�es;</p> <p>Combinar considera�es ambientais, sociais e econômicas de uma maneira mais objetiva.</p>
Justiça em um mundo imperfeito	<p>Estabelecer limiares que demarcam impactos aceitáveis e inaceitáveis;</p> <p>Justificar e contabilizar <i>trade-offs</i>;</p> <p>Empreender medidas de adapta�o e mitiga�o;</p> <p>Evitar dissonância cognitiva quando há um desencontro entre crenças e comportamentos;</p> <p>Construir comunidades e regiões, senso de pertenc�a e prote�o do patrimônio;</p> <p>Aumentar a confiança uns nos outros e o senso comum de responsabilidade;</p> <p>Construir uma base econômica mais diversa e gerenciar o ritmo e escala do desenvolvimento;</p> <p>Contribuir para melhorar as condi�es de vida para as gera�es futuras.</p>

1. Igualdade de oportunidades nas políticas energéticas brasileiras

1.1 Promover energias que reduzam a polui o e a degrada o do meio ambiente

As energias renováveis têm várias vantagens ambientais com rela o às não renováveis, especialmente no que tange   inesgotabilidade   escala humana e   possibilidade de redu o de emissões de poluentes tais como os gases do efeito estufa. No Brasil, no entanto, apesar da existência de programas e políticas voltados ao desenvolvimento da energia renovável – destacando-se o Programa Nacional do  lcool (Proálcool), instituído em 1975, o Programa de Incentivo  s Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), criado em 2002 e que passou a funcionar em 2004, e o Programa Nacional de Produ o e Uso de Biodiesel (PNPB), criado em 2005 – observa-se uma tendência, nas últimas décadas, de crescimento da participa o de fontes não renováveis de energia na Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inova o e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

oferta interna brasileira, para o qual contribuem principalmente o petróleo e derivados e o gás natural (Figura 11a).

Figura 11 – Evolução da participação de energias não renováveis (a) e renováveis (b) na oferta interna de energia no Brasil de 1970 a 2014

Fonte: Balanço Energético Nacional (EPE, [s.d.]).

A participação das energias renováveis apresentou crescimento em alguns períodos, especialmente impulsionado pela energia hidráulica e proveniente dos derivados da cana, no entanto, o panorama geral mostra um decréscimo da participação na oferta interna (Figura 11b), demonstrando uma carência de preocupação com a promoção de energias menos geradoras de impactos ambientais.

1.2. Assegurar acesso à energia elétrica a todos

Em 2000, 5,5% dos domicílios particulares permanentes no Brasil não tinham energia elétrica, com maior incidência nas áreas rurais do país (28,5%) (IBGE, [s.d.]). Em 2003, o Decreto nº 4.873 (BRASIL, 2003) instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para todos"), destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possuía acesso a esse serviço público. Como resultado, em 2010, apenas 1,3% dos domicílios não tinham energia elétrica, sendo 7,4% nas áreas rurais (IBGE, 2011).

1.3. Promover o uso da energia para o fornecimento de serviços disponibilizados para a população

O setor de transportes é um dos setores que mais consome energia no país, ou seja, 35% do consumo final nacional (EPE, [s.d.]). Deste consumo, 90% se refere ao transporte rodoviário já que a maior parte do transporte de passageiros e de cargas é realizada por meio de rodovias - 92% e 56,8%, respectivamente (EPE, 2012). Os veículos leves respondem por mais de 85% da demanda de energia pelo transporte de passageiros. Contraditoriamente, apenas 54% das famílias brasileiras dispõem de automóveis ou motocicletas para os deslocamentos dos seus moradores (IPEA, 2013), o que remete à carência da promoção do uso da energia para o transporte coletivo.

1.4. Contribuir para a garantia de oportunidades de trabalho no setor energético para a população

A atividade de eletricidade e gás ocupa menos de 1% da mão de obra ativa no país, sendo as atividades de comércio e indústria da transformação as que mais ocupam a mão de obra brasileira (IBGE, 2013). De acordo com Goldemberg e Moreira (2005), há espaço para promover a criação de empregos no setor energético, a qual depende de políticas energéticas que induzam atividades que criem condições de trabalho mais próprias para o tipo de mão de obra disponível e que induzam a usar tecnologias e equipamentos que existam ou possam ser produzidos nacionalmente.

2. Equidade distributiva intrageracional

2.1. Garantir a distribuição proporcional dos benefícios e custos gerados pelo sistema energético

A distribuição dos benefícios do sistema elétrico já foi comentada anteriormente. Os custos do sistema energético recaem à população em geral, que perde em qualidade de vida em função da maior poluição e degradação ambiental gerada pelo uso ainda elevado de fontes não renováveis de energia. Recaem também sobre as populações que residem no entorno dos empreendimentos, muitas vezes tradicionais (indígenas e quilombolas), camponesas e de baixa renda, e/ou sobre os trabalhadores envolvidos na construção e operação dos empreendimentos, sejam eles destinados à produção de energia de fontes renováveis ou não renováveis (BERMAN, 2001; PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013).

2.2. Operar sem ignorar os impactos externos das decisões, do nível de vizinhança até o global

A localização, instalação, ampliação e operação das atividades relacionadas à energia obedecem a legislações específicas, nacionais e estaduais, que dispõem sobre as regras para o seu licenciamento ambiental, por serem consideradas como parte do grupo de empreendimentos que utilizam recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental. Os impactos sofridos pelas populações que residem no entorno dos empreendimentos, bem como os impactos que recaem sobre a população como um todo, devem estar entre aqueles identificados e avaliados sistematicamente pelos estudos de impacto ambiental realizados para o licenciamento. Apesar do inegável avanço que representou a exigência legal da avaliação de impactos e do licenciamento ambiental, o processo de elaboração desses estudos ainda está longe do ideal. Muitas vezes o foco não está nos impactos gerados e na possibilidade de conclusão de inviabilidade do empreendimento ou de opção por alternativas, mas sim na confirmação da alternativa escolhida pelo empreendedor e nas medidas mitigadoras e compensatórias (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 2004).

2.3. Evitar iniquidades na participação da população nos processos de licenciamento de empreendimentos energéticos

Ao determinar a execução dos estudos de impacto ambiental, o órgão ambiental competente, sempre que julgar necessário, promove a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais, conforme determina a Resolução nº 1/86 (CONAMA, 1986). As audiências públicas constituem-se no principal momento de participação social nos procedimentos de licenciamento ambiental. Apesar disso, em licenciamentos de hidrelétricas, atividades de exploração de petróleo e gás natural e minas de carvão, muitas vezes o que se observa é o cerceamento do direito de participação da sociedade civil e a violação do direito à informação, além de se observar uma assimetria de poderes que nem sempre permite que as considerações e questionamentos da população atingida sejam devidamente considerados na tomada de decisão (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010; NASCIMENTO, 2010; PINTO; MACHADO; VILANI, 2015).

3. Equidade distributiva intergeracional

3.1 Evitar decisões que impliquem na redução do nível de capital natural repassado para futuras gerações

Conforme explicado no subitem 1.1.1, o panorama geral mostra um decréscimo da participação das energias renováveis na oferta interna, de tal forma que ainda existe um uso intenso de fontes não renováveis, o que prejudica a sua manutenção, em longo prazo, além de aumentar a degradação ambiental, reduzindo o nível de capital natural repassado às futuras gerações.

4. Avaliar efeitos ambientais, sociais e econômicos das tecnologias energéticas e tomar decisões baseadas na consideração conjunta desses efeitos.

Os estudos de impacto ambiental incluem o diagnóstico ambiental das áreas de influência direta e indireta do projeto, caracterizando a situação do meio físico, do meio biológico e dos ecossistemas naturais e do meio socioeconômico, e a análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, incluindo a distribuição dos ônus e benefícios sociais. Contudo, constata-se geralmente a prevalência da preocupação com os investimentos, desde a fase de elaboração dos estudos até a fase de execução de medidas mitigadoras e de programas de monitoramento, o que leva à adoção de soluções que representam menor aplicação de recursos, ao invés daquelas que consideram as dimensões da sustentabilidade de maneira integrada (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 2004). Além disso, muitas vezes os curtos prazos disponibilizados para a elaboração dos estudos impedem a suficiente identificação e análise dos potenciais impactos dos empreendimentos e deixam de revelar a equação completa de benefícios e ônus (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 2004). A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que se caracteriza pela avaliação de programas e políticas governamentais, e não apenas de empreendimento isolados, ainda não foi instituída no Brasil.

5. Justiça em um mundo imperfeito

5.1. Construir uma base energética mais diversa

Apesar de haver uma tendência geral de decréscimo da participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira, os programas anteriormente citados - Próalcool, Proinfa e PNPB – vem contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira. O Próalcool teve como objetivo a substituição da gasolina usada como combustível pelos veículos automotivos por etanol. Apesar de alguns períodos de queda, a produção de etanol apresenta tendência geral de crescimento desde o início do programa, chegando a 28.526.000 m³ em 2014. Já o Proinfa foi instituído com o objetivo de aumentar a participação da energia eólica, da biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). A energia eólica foi especialmente impulsionada pelo programa. O Brasil passou, de apenas 29 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica por fonte eólica em 2005 para 4.888 MW em 2014 (EPE, [s.d.]). Finalmente, o PNPB objetiva a implementação de forma sustentável da produção e uso do biodiesel a partir de diversas oleaginosas, com foco na inclusão social e no desenvolvimento regional. A produção de biodiesel variou de 1.000 m³ em 2005 para 3.420.000 m³ em 2014 (EPE, [s.d.]).

5.2. Aumentar o senso de responsabilidade comum sobre o consumo energético e gerenciar o ritmo e escala do seu crescimento

São várias as iniciativas brasileiras para o controle do ritmo e da escala do crescimento do consumo energético. Dentre elas, podem ser citadas a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (BRASIL, 2001), publicada em 2001, que visa a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente; o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), criado em 1984, coordenado pelo Inmetro, que fornece informações sobre o desempenho energético dos produtos para auxiliar na decisão de compra dos consumidores; o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), criado em 1985, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e executado pela Eletrobras, que visa promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício; o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), criado em 1991, vinculado ao Ministério de Minas e Energia e executado com apoio técnico e administrativo da Petrobras, que busca estimular a eficiência no uso da energia em diversos setores, com ênfase nas residências, nas indústrias e nos transportes, além de desenvolver ações de educação ambiental; e o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf), publicado em 2011, tendo o objetivo de promover ações estruturadas para atendimento de metas de eficiência energética no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os itens abordados nesse trabalho, com base nos critérios propostos por Lamorgese e Geneletti (2015), permitem uma primeira aproximação em relação à justiça ambiental intra e intergeracional nas políticas energéticas brasileiras com vistas à sustentabilidade. Observaram-se avanços para a sua promoção, tais como a elevação do acesso da população à energia elétrica, as iniciativas para a diversificação da matriz energética e o controle do crescimento do consumo. Porém, ainda perduram situações de injustiça, tais como a tendência de crescimento da participação de fontes não renováveis de energia na oferta interna de energia, a carência da promoção do uso da energia para o transporte coletivo e, ainda, a baixa absorção da mão de obra pela atividade de eletricidade e gás, a distribuição desigual dos custos do sistema energético e as limitações dos estudos de impacto ambiental e da participação popular no licenciamento de empreendimentos.

Um aprofundamento das discussões aqui levantadas, com a ampliação da gama de critérios utilizados e da quantidade de dados analisados, é fundamental para se pensar a continuidade dessas políticas e o planejamento energético no país, a fim de salvaguardar um desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

REFERÊNCIAS

BERMAN, C. **Energia no Brasil: para quê? para quem?** 2. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física: FASE, 2001.

BRASIL. Lei no 10.295, de 17 de outubro de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Brasília, 2003.

CONAMA. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Brasília, 1986.

EPE. **Balço Energético Nacional: Séries históricas completas.** Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br/BENSeriesCompletas.aspx>>. Acesso em: 26 out. 2015.

EPE. **Estudo associado ao Plano Decenal: Consolidação de bases de dados do Setor Transporte 1970-2010.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_28/Consolida%C3%A7%C3%A3o de Bases de Dados do Setor Transporte 1970-2010 - PDE 2011-2015.pdf](http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_28/Consolida%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bases%20de%20Dados%20do%20Setor%20Transporte%201970-2010%20-%20PDE%202011-2015.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2015.

GOLDEMBERG, J.; MOREIRA, J. R. Política energética no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 215–228, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: resultados da amostra.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_amostra.shtm>. Acesso em: 26 out. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios - resultados do universo.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2013.** Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2013/default.shtm>>. Acesso em: 26 out. 2015.

IPEA. **Comunicado Nº 161 do IPEA: Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131024_comunicadoipea161.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

LAMORGESE, L.; GENELETTI, D. Equity in sustainability assessment: a conceptual framework. In: **Handbook of Sustainability Assessment**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2015. p. 57–76.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Deficiências em estudos de impacto ambiental: Síntese de uma experiência.** Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/3a81081c04be66765838effa84f22f0a.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. A. Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 65–82, 2010.

NASCIMENTO, S. M. DO. **Tensões e Conflitos no Processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Hidrelétrico de Belo Monte**. V Encontro Nacional da Anppas. **Anais...** Florianópolis: 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT17-459-566-20100908203818.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

PINTO, N. M.; MACHADO, C. J. S.; VILANI, R. M. Educação ambiental: uma proposta para o fortalecimento da participação popular no licenciamento de atividades petrolíferas no Brasil. **Revista Políticas Públicas**, v. 19, n. 1, p. 117–131, 2015.

PORTO, M. F. DE S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 100, p. 37–64, 2013.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. [s.l.: s.n.].

O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM EMBATE EM TORNO DE IDEIAS E INTERESSES

José Ricardo Martins
UFPR – Universidade Federal do Paraná,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Palavras-chave: Políticas públicas, Análise de políticas, Estado e políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Com a democratização do Brasil em 1985 e com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, tendo sido delegado ao Estado um papel mais relevante na sociedade e em especial no âmbito social, a área de políticas públicas vem se consolidando como processo empírico da atividade política e como campo teórico próprio e autônomo – sendo um campo multidisciplinar - e como instrumento analítico importante para compreender as relações da sociedade para com o Estado e deste para com aquela. Com a Constituição cidadã, maiores demandas são imputadas aos diversos entes públicos e espera-se destes - ou seja, do Estado - ações concretas para atender estas demandas e agendas que são apresentadas e discutidas na arena pública, ou seja, na arena política.

Os estudos de políticas públicas buscam compreender o papel que o Estado desempenha na relação com sociedade: uma relação complexa, envolta em conflitos e buscas por consensos. Captar a lógica dessa relação é a grande tarefa da análise de políticas públicas e o que nos remete à questão sobre a função do Estado. Esta pode ser colocada como “questão de fundo” para compreender a relação entre Estado, políticas públicas e sociedade.

Assim, pelo incremento das demandas da sociedade ao Estado, da produção analítico-teórico e por ser um campo de estudo em consolidação, justifica-se debruçar-se sobre o tema e sintetizar o arcabouço epistemológico e hermenêutico de políticas públicas para compreender como se dá a relação destas para com o Estado, sendo este o objetivo deste artigo, ou seja, verificar o elo que existe entre Estado e políticas públicas. Nossa problemática de pesquisa interroga pelo impacto da compreensão do papel do Estado sobre as políticas públicas. E nossa hipótese de trabalho considera que políticas públicas é uma forma do Estado se legitimar.

Nosso tema de estudo, portanto, são as políticas públicas e estas compreendidas a partir de um enfoque eminentemente teórico e da compreensão do papel do Estado. Contudo, desconsideramos que Thomas Dye (1970) define que o estudo das políticas públicas, embora sendo orientado por interesses normativos, deveria fornecer explicações da política pública, ou seja do empírico.

Nossa metodologia de pesquisa é a qualitativa e o procedimento usado é a pesquisa bibliográfica. Não será aqui incluso a pesquisa documental (Constituição, leis, decretos, normas e portarias) por falta de espaço e por nos limitar a uma discussão teórica de políticas públicas. Tampouco abordamos as noções básicas e centrais sobre as políticas públicas e o processo ou o ciclo de políticas públicas. Estes tópicos são tratados em artigo separado (MARTINS, 2015). Para cumprir os objetivos propostos foram consultados autores como Lasswell, Easton, Lowi, Dye, Olson, além de Marx, Poulantzas, Offe, Souza, Rua, Secchi, Procopiuk, entre outros.

Para atingir os objetivos que nos propusemos, num primeiro momento analisamos as principais abordagens teóricas sobre as políticas públicas, relacionando-as ao objetivo deste

trabalho (recebem destaque a teoria da escolha racional, o incrementalismo, a teoria das elites e o neoinstitucionalismo) e, na sequência, discutimos a relação do Estado e as políticas públicas, incluindo a conceituação e justificativa das políticas públicas, a justificativa do Estado e seu papel e influência nas políticas públicas. E finalizamos com as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

É de nosso entender que as teorias políticas que tratam das relações de poder constituem o fundamento de análise das políticas públicas e não as políticas públicas em si, nem seus modelos, mas como fundam-se e agem os decisores políticos. Se a política se explica pelo exercício do poder real, tomar decisões sobre políticas públicas também é exercício de poder.

O comportamento dos atores no jogo do poder – especialmente quando um problema entra na agenda governamental e as alternativas são formuladas - ocorre de diferentes formas. (RUA, 2012, p. 82). As instituições podem moldar o comportamento dos atores envolvidos e estes, por seu turno, podem moldar ou influenciar a própria configuração das instituições. Outra corrente defende que os atores agem de maneira totalmente racional, buscando a melhor alternativa. Outra ainda pondera e alerta que raramente se tem todas as informações para tomar as decisões e que é necessário levar em conta as idiosincrasias, os interesses e agendas próprias dos atores e grupos envolvidos. Por fim, assinalamos ainda a corrente que postula a autonomia relativa do Estado. Este tem seu espaço próprio, mas é suscetível a influências externas e internas. Grupos de interesses, movimentos sociais e outras instituições tornam a formulação de políticas públicas mais complexa. Tudo isso faz com que a análise do processo de decisão política, na interação Estado-Sociedade por meio das políticas públicas, seja muito desafiador e intrincado.

A política²²⁸ dos séculos XX e XXI é muito ideológica²²⁹ e, como tal, tornaram-se as discussões em torno do Estado. Como a globalização, ocorreram mudanças na sociedade, tais como a liberação do comércio e do mercado mundial, mobilidade ou volatilidade do capital e o sistema político internacional foi modificado, especialmente com o surgimento de novos centros de poder e grupos de pressão e terrorismo exercendo poder político. O resultado desta nova configuração foi a alteração do equilíbrio, “prejudicando a autonomia e a capacidade de ação político-econômica dos estados constitucionais modernos”. (HABERMAS, 2001, p. 99).

Políticas públicas são em sua essência conflituosas, pois são o cerne da própria lógica do Estado. (FONSECA, 2015). Não ressaltar o conflito é uma armadilha e é característica da sociedade brasileira, que prefere o consenso a qualquer custo. Nesse contexto de conflito,

²²⁸ Entendemos política como “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior do próprio Estado.” (WEBER, 1967, p. 56).

²²⁹ De modo sucinto, definimos ideologia política como a visão de mundo que cada partido ou grupo possui e a divulga como verdade, conforme definido por Galo: “o conjunto de ideias produzidas pela classe dominante e disseminadas por toda a população, de modo a convencer a todos de que aquela estrutura social é a melhor ou mesmo a única possível. [...] De certo modo, o sucesso da ideologia está relacionado com o processo de alienação. [...] A ideologia trata então de disseminar a ideia de que vivemos numa sociedade de oportunidades e que o sucesso é possível, bastando que, para atingi-lo, cada individuo se esforce ao máximo.” (Galo, 2003).

políticas públicas, segundo Fonseca, é a resposta do Estado às “demandas contraditórias da sociedade.” (2015, p. 37).

Definir e compreender o papel que o Estado possui e desempenha na sua ação ou relação para com a sociedade é crucial para compreendermos políticas públicas. Esta compreensão passa por um gradiente amplo no escopo ideológico-político, passando da direita à esquerda e vice-versa. De forma simplificada, definimos que o ideário de direita pressupõe a mínima intervenção do Estado no mercado e na sociedade. É reservado ao Estado apenas um papel regulador e o mercado, por si só, incumbe-se de distribuir a renda, sendo esta uma forma mais perfeita de fazer justiça social. Já o ideário de esquerda prescreve ampla presença do Estado na sociedade, encarregando-se do papel de distribuir e redistribuir renda. E as políticas públicas, neste ideário, existem para preencher as deficiências do mercado.²³⁰

Afinal, o que são as políticas públicas? Como elas se relacionam com o Estado e este com aquelas? O Estado e políticas públicas constituem uma relação complexa na busca e na criação de consensos na sociedade. Uma definição clássica e amplamente aceita pelos pesquisadores do campo é a de que políticas públicas é “o Estado em ação”. Esta definição, proposta por David Easton (1953), é ao mesmo tempo simples e complexa ou mesmo arditosa.

“O Estado em ação” é uma forma de compreender políticas públicas como processo, sendo este essencialmente político. Segundo Procopiuck (2013, p.139), “é o meio pelo qual a sociedade se organiza, regula e governa.” E conforme ensina Birkland (2010), é um processo político porque se constitui em processo – parte de um sistema - que se situa na esfera pública e envolve decisões políticas destinadas a enfrentar problemas que afetam coletivamente a comunidade ou segmentos dela. (BIRKLAND, 2010).

Segundo Celina Souza (2012), a análise de políticas públicas procura explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade; analisar a ação do governo e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Colocar o ‘governo em ação’ traduz seus propósitos ou plataformas eleitorais em programas e ações. (SOUZA, 2012).

De acordo com Secchi (2014), a razão de ser das políticas públicas se justifica pelo fato de que Estado e Sociedade não são entes isolados. O Estado sofre influências, demandas e pressões da Sociedade e influencia esta por intermédio das políticas públicas. Por isso, justifica-se a definição de políticas públicas como o Estado atuando na sociedade, via projetos, ações, diretrizes, princípios norteadores do poder público, enfim, o conjunto de decisões proposta pelo ente público em uma determinada área.

Para David Easton (1953), políticas públicas, são os *outputs*, i.e, o resultante da política e envolvem atividade política. Estas resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* (demandas originadas da sociedade) e frequentemente de *withinputs* (demandas originadas do interior do próprio sistema político). Procopiuck alerta ainda que políticas públicas se configuram também como conteúdo. Este “é a manifestação do governo sobre o que pretende realizar com base em leis, regulação, decisões, comandos executivos e judiciais.” (2013, p.139).

²³⁰ Bobbio (2001), relaciona direita e esquerda ao binômio igualdade e desigualdade. Para a direita, a desigualdade é o motivo para o progresso e aumento da riqueza da sociedade. Para a esquerda a desigualdade não é natural. A verdadeira causa da riqueza é social. O sistema de produção capitalista faz com que as desigualdades sejam ampliadas. Estas existem, mas poderiam ser diminuídas. Por isso, esse sistema é injusto e medidas corretivas, por meio de políticas públicas, são necessárias.

Entendemos políticas públicas como planejamento e ação deliberada do Estado; o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (DE MATTOS HÖFLING, 2001, p. 31). Este, deixado às leis do mercado, apenas apresentando as condições de negócios, é um Estado sem políticas públicas, não atende as demandas e não incorpora as contradições da sociedade. Assim, políticas públicas podem ser ainda compreendidas como o Estado que entra em ação para sanar e preencher as deficiências do mercado. Este naturaliza a ideia de ganhadores e perdedores e do mercado como gerador de justiça social. Ora, nesse contexto, o Estado dá suporte aos “perdedores”, por meio de políticas distributivas, para que estes possam estar inseridos no mercado de consumo, e coloca limites à ação dos “ganhadores”, através de políticas regulatórias, para que a justiça do mercado não seja apenas a justiça do mais forte e sim uma justiça isenta, como o próprio ultraliberal Mills preconizava (2000).

Nesse contexto, o Estado é necessário, em primeiro lugar, para fazer a passagem do *estado de natureza* hobbesiano²³¹, no qual impera a lei e a justiça do mais forte, para a sociedade civil. Segundo Locke (1998), a sociedade política ou civil tem por finalidade remediar aqueles inconvenientes do estado de natureza que se tornam inevitáveis sempre que cada homem julga em causa própria. Ainda segundo outro contratualista, Rousseau, o Estado surge a partir e por causa das desigualdades. Portanto, é justificado o Estado e sua ação para regular, incluir e fazer justiça social. Isto se dá por meio de suas políticas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas ou estruturadoras, conforme conceituação elaborada por Theodor Lowi (1972).

Claus Offe (1984) define que a principal função do Estado capitalista – e o consequente *output* em forma de políticas públicas – é garantir o funcionamento do capitalismo. O Estado precisa do capitalismo para se reproduzir. Segundo este autor, estas são as funções do Estado no contexto do capitalismo: (i) O Estado não deve inibir a rentabilidade da acumulação privada. (ii) O Estado e seus agentes dependem dos impostos que arrecada, havendo uma dependência estrutural com o capitalismo. (iii) Essa dependência define o sentido da ação estatal: criar e garantir as condições exteriores que mantêm o processo de acumulação: impedir a revolução e manter a ordem e a obediência (prisão, polícia); a burocracia já se encarrega parcialmente disso, por isso os capitalistas não precisam estar no comando da política diretamente. (iv) O Estado desempenha funções globais do capitalismo e está de acordo com os “interesses globais do capitalismo”: constrói trilhos para ajudar a mineradora a escoar seu minério, mantém sistema judiciário e prisões, e qualquer política, tema, interesse e conflito que ponha em risco o processo de acumulação capitalista não deve se tornar agenda. (v) Para se manter no poder e para se legitimar, o

²³¹ Para Hobbes, o Estado constitui-se na passagem do estado de natureza (anarquia, apolítico) ao estado civil (à *archia*, ao político, à ordem). O Estado se constitui quando os indivíduos renunciam ao direito de cada um usar sua própria força (= Estado de natureza, selvageria) para confiar em uma única pessoa ou corpo (transferência de poder ao soberano), que será o único autorizado a usar a força contra eles com o fim de preservar a vida. Ainda, segundo Hobbes, três fatores levam à discórdia entre os homens, havendo necessidade do Estado impor a ordem: a competição, que visa o lucro; a desconfiança, que traz o medo (faz o outro atacar antes); e a glória, a honra, que busca ser respeitado, reconhecido pelos outros. As principais propriedades dos homens, segundo Hobbes, são: a vida, a liberdade, os bens. Em vista de preservar a vida, os homens renunciam os outros bens.

Já para Locke, a função principal do Estado é a de proteger as liberdades: de pensamento, de propriedade e de comércio. Porém incorre-se ao perigo do Estado tornar-se grande, podendo tirar a liberdade dos indivíduos. Por isso, defendia o Estado mínimo, como um vigia noturno. Tal qual o vigia, quanto menos trabalhasse, melhor. Estado é um mal necessário. Nesta visão liberal de Locke, o indivíduo é mais importante que a sociedade.

Estado deve ocultar suas reais intenções. Isto é feito ao conceder políticas sociais marginais de um lado (ex. bolsa família) e de outro, concedendo benefícios e isenções fiscais (ex. juros altos aos bancos, isenções de IPI, empréstimos via BNDES, investimento sem risco, como ao projeto do trem rápido ligando Rio, São Paulo e Campinas, entre outros incentivos).

Offe (1984) aponta ainda que há filtros ou estruturas seletivas que impedem a entrada de agentes de conflito. Estes filtros são o sistema político; a ideologia: seleção estrutural dos interesses através da ideologia (assim, políticas que põem em risco a redução da acumulação não entram na agenda); o processo decisório: relações de favorecimento e de exclusão das agendas; e o sistema representativo, legal, de polícia e militar.

Por seu turno, Nicos Poulantzas (1986) assevera que a função do Estado inclui promover a organização política das classes dominantes e a desorganização política das classes dominadas. Para este autor, a autonomia do Estado representa a “delegação de poder” dos capitalistas ao Estado.

O elo que une Estado e políticas públicas é a sua legitimação, que se dá por meio destas, nas quais fica evidenciado a razão de ser do próprio Estado. Portanto, o Estado se legitima nas políticas públicas e encontra nelas sua justificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas, por tratar da distribuição, redistribuição e regulação dos recursos públicos, são *per se* conflitivas. Contudo, o “homem cordial” brasileiro evita o conflito explícito a todo custo, procura o consenso e tem dificuldade para aceitar a existência de políticas públicas, sobretudo as redistributivas, pois estas evidenciam os conflitos existentes na sociedade, as imperfeições do mercado e a necessidade de políticas afirmativas.

Certamente as ideologias construídas pela direita ou pela esquerda apresentam sua visão de mundo e procuram apresentar a legitimação do Estado nestas concepções. Contudo, o que resulta desse processo por legitimação, incluindo as políticas públicas, que é parte do processo de legitimação do Estado, é a crise da democracia. Esta se apresenta como crise de representação, pelo número exagerado de partidos sem razão de ser, fisiológicos (funcionam pela compra e venda de apoio, sendo esta uma das principais fontes de corrupção), pelo “financiamento” (ou melhor, “investimento”) privado de campanha, que também é fonte de corrupção e redução do valor do voto dos indivíduos.

Finalmente, esta pesquisa não pretende esgotar as questões postas pelos diversos autores neste trabalho. A agenda de pesquisa continua aberta para o desafio colocado por Poulantzas para o qual as verdadeiras questões a serem postas são: por que o Estado, nas sociedades capitalistas avançadas, atende preferencialmente aos interesses das classes dominantes? Como o Estado se legitima nesse contexto? Como as políticas públicas conseguem compatibilizar legitimação e acumulação?

REFERÊNCIAS

BIRKLAND, Thomas. An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making. 3rd ed. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2010. Disponível: < http://books.google.com.br/books?id=giw8dRLqX74C&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 Dez.14

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

DE MATTOS HÖFLING, Eloisa. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov.2001, p. 30-41.

DYE, Thomas. A model for the analysis of policy outcomes. *In*: SHARKANSKY, Ira (org.). **Policy analysis in political science**. Chicago: Markham, 1970. p. 21-38.

EASTON, David. **The political system**: an inquiry into the state of the Political Science. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

FONSECA, Francisco. Estado, planejamento e gestão pública no Brasil contemporâneo. *In*: CARDOSO J., José Celso; SANTOS, Eugênio A. Vilela dos (org.). **PPA 2012 - 2015**: experimentalismo institucional e resistência burocrática. Brasília: IPEA, 2015. pp. 37-67.

GALO, Sílvio. **Ética e Cidadania**. Campinas: Papirus, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**. São Paulo: Litera-Mundi, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores).

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little Brown, 1984.

LASSWELL, Harold. **The decision process**: seven categories of functional analysis. College Park: University of Mariland Press, 1956, 1971.

LOWI, Theodor. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, v.32, n.4, p. 298-310, jul-ago 1972.

LINDBLOM, Charles. **O processo de decisão política**. Brasília: UnB, 1981.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

MARTINS, José Ricardo. **O processo de políticas públicas**: uma visão exploratória das políticas públicas e de seu ciclo. 22f. Trabalho acadêmico (Políticas Públicas: análise da experiência brasileira em políticas sociais) – Curso de Doutorado em Sociologia, Setor de Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, N. Política e Classes Sociais. *In*: **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública**. São Paulo: Atlas, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos – Disponível: <http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/Analisepoliticaspublicas.PDF> (sem data)

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2ª. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012. pp. 65-86.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1967.

O MARCO CIVIL DA INTERNET BRASILEIRA E A CONTROVÉRSIA DA NEUTRALIDADE DE REDE: ASPECTOS TEÓRICOS E OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO

Emerson Leonardo Schmidt Iaskio
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Políticas Públicas
iaskio@gmail.com

Palavras-chave: neutralidade de rede; marco civil; cálculo econômico.

1 INTRODUÇÃO

A internet tem sido considerada hoje tão importante como o foram no passado as ferrovias, as hidrovias e a transmissão de energia elétrica (HITCHINER, 2009, p. 01). Com a evolução na qualidade e no volume de informações transmitidas, maiores qualidade e velocidade de conexão são demandadas. Hoje a internet não é mais apenas um meio para troca de mensagens e repositório de documentos e informações; a interatividade permitida entre os usuários, transmissão de vídeos via *streaming*, teleconferências, educação à distância, armazenamento e compartilhamento em nuvem de dados e informações e muitos outros fatores denotam a importância de se expandir a capacidade e o número de usuários conectados.

Se, por um lado, a internet cria muitas soluções e produtos, por outro, novos problemas são derivados, assim como novos fatores passam a ser alvo de disputa entre os agentes. Uma das controvérsias que têm permeado as relações entre os ofertantes do serviço de internet – os chamados provedores de acesso – e os consumidores é a da neutralidade de rede. Essa controvérsia envolve a colisão de diferentes perspectivas para a internet. Se, de um lado, estão os defensores de um igual tratamento para todos os pacotes de dados que circulam na internet, de outro estão aqueles que propõem a discriminação desses pacotes, a fim de oferecer, segundo eles, produtos de valor adicionado (MCKELVEY, 2010).

Se em uma rede neutra os usuários podem acessar, na velocidade contratada, qualquer conteúdo, em uma rede não neutra por outro lado, estes teriam de pagar preços diferenciados para diferentes conteúdos, ou teriam diferentes velocidades de acesso. Não apenas o usuário final é afetado pelo princípio da neutralidade de rede, mas também os produtores de conteúdo. Estes, em uma rede neutra, estão livres para oferecer o conteúdo direto ao usuário final, sem se preocupar com o provedor de acesso.

O fato de uma rede ser neutra ou de o provedor de acesso poder discriminar o conteúdo pode tanto incentivar quanto desestimular a inovação e a concorrência. Esse é um problema tão importante que vem sendo regulado em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, por meio da lei que ficou conhecida como o “Marco Civil da Internet”, ou simplesmente “Marco Civil”.

Este trabalho tem por objetivo apresentar a controvérsia da neutralidade de rede no âmbito do processo de consulta popular para a elaboração do projeto de lei do Marco Civil da Internet no Brasil e sua regulamentação, mostrando os atores em conflito, seus principais argumentos e ferramentas de cálculo. Parte-se da hipótese de que há grupos em conflito no

tocante à neutralidade de rede, e que tais grupos procurarão, no decorrer das discussões abertas, impor as suas ferramentas de cálculo.

Para isso, apresenta-se uma revisão de bibliografia sobre cálculo econômico e sobre a controvérsia da neutralidade de rede. Em seguida, são apresentados os principais argumentos dos atores contrários e favoráveis à neutralidade de rede.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

A regulação da neutralidade de rede é um problema de regulação da tecnologia. Um setor em rede, como o de telecomunicações, é fragmentado e modulado, em constante evolução, dadas as inovações tecnológicas e a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Essas são características do que Brousseau & Glachant (2012) definem como a “nova economia”. Nessa nova economia, quando os direitos de propriedade não estão completamente estabelecidos, aparece a questão da externalidade negativa. Segundo os autores, isso ocorre como resultado de três processos. Em primeiro lugar, a desagregação de uma rede anteriormente integrada, combinada com o regime permanente de inovações, aumenta a ambiguidade dos direitos de propriedade. Em segundo lugar, a modularização do serviço multiplica a quantidade de atores e, finalmente, “a inovação contínua leva à criação de uma nova demanda de acesso ou de funcionalidades que possam infringir negativamente nas capacidades reais e recursos” (BROUSSEAU & GLACHANT, 2012, p. 76).

Segundo os autores, os processos de fragmentação da oferta, aumento do escopo dos produtos ofertados e a multiplicação de processos de produção aumentam os riscos de congestionamento e de insegurança (*idem*). O congestionamento é o principal argumento dos defensores da quebra da neutralidade da rede. Estes alegam que a neutralidade favorece as conexões que congestionam a rede, em detrimento do acesso a outros serviços (MCKELVEY, 2010).

A neutralidade de rede é um princípio segundo o qual o provedor de acesso deve oferecer ao consumidor final a mesma velocidade para todos os pacotes de dados, sem discriminação quanto à origem, ao conteúdo ou ao usuário final. Esse princípio é conhecido como *End-to-End* (E2E), por priorizar a troca de pacotes de dados entre os usuários finais da rede. O princípio oposto é chamado de *Quality-of-Service* (QoS), por priorizar a chegada do pacote de dados ao usuário final. Os defensores deste último princípio alegam que a melhor comunicação, neste caso, não seria entre os usuários finais, mas sim entre os usuários e os provedores de acesso. (MCKELVEY, 2010).

Segundo a relação *end-to-end*, os computadores de uso doméstico poderiam usar algoritmos *peer-to-peer* (P2P) para compartilhar arquivos, enquanto, segundo a relação *Quality of Service*, os servidores poderiam usar algoritmos de filas para administrar a largura de banda, e os roteadores poderiam empregar algoritmos de qualidade de serviço para priorizar pacotes. Os principais defensores da relação E2E são chamados *Netheads*, os libertários da internet, que a veem como um bem social. Os *Bellheads*, por sua vez, são os executivos das telecomunicações, e defendem a relação QoS (MCKELVEY, 2010).

Para os *Netheads*, uma possível quebra da neutralidade, ou seja, o tratamento diferenciado dos pacotes de dados, privilegiaria pacotes economicamente rentáveis aos provedores e os usuários “*premium*”, tornando a utilização de outros pacotes praticamente inviável. O principal argumento dos *Bellheads* é a gestão do tráfego e a priorização da qualidade do serviço. Dessa forma, os aplicativos seriam rotulados como “comportados” ou

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

“famintos de banda”. Entre os aplicativos considerados como “famintos de banda” estão os *peer-to-peer* (P2P). Estes permitem o compartilhamento de grandes arquivos entre os diversos usuários finais da rede. (MCKELVEY, 2010).

Para Granovetter (1985), o comportamento econômico está embutido nas relações sociais. Michel Callon e Fabian Muniesa (2005) tratam os mercados como dispositivos coletivos que permitem compromissos a serem alcançados em termos da natureza das mercadorias, a produção a distribuição e o valor atribuído a elas. Para eles, as relações de mercado são resultados de cálculos desenvolvidos pelo que os atores chamam de agências de cálculo. De posse de suas ferramentas de cálculo, os atores envolvidos tentam, em um mercado, impor as suas ferramentas. Esse processo de interação dos atores no mercado é chamado de cálculo econômico.

Os cálculos são concluídos quando as agências conseguem: i) Estabelecer uma lista de estados de mundo; ii) Hierarquizar esses estados de mundo; e iii) Identificar e descrever as ações que permitem a produção de cada um dos estados de mundo (CALLON, 1998). Cada estado de mundo corresponde a uma lista de atores e bens e certa distribuição desses bens entre os atores.

Uma vez definidos esses estados de mundo, as agências estabelecem uma lista hierarquizada, definindo quais estados de mundo são preferíveis após a negociação. Para isso precisa de toda informação relevante sobre os estados de mundo e as consequências de suas ações. Assim pode ter uma ideia dos objetivos, hierarquizá-los e mobilizar recursos para alcançá-los (CALLON, 1998).

2.2 Metodologia e Resultados

No Brasil, a neutralidade de rede é regulada pela lei nº 12.965, de 23 Abril de 2014, que ficou conhecida como o Marco Civil da Internet Brasileira, que prevê, ainda, a sua regulamentação, iniciada em 2015, por meio de consulta popular. O processo de regulamentação encontra-se, neste momento em fase de sistematização das contribuições (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015).

O processo de elaboração do projeto de lei, assim como da regulamentação, contou com a participação popular e ocorreu em duas fases, ambas com a duração de 45 dias. Na primeira os usuários puderam postar comentários e propostas no texto base do projeto de lei, que foi escrito pelo Ministério da Justiça. Na segunda fase, os usuários poderiam comentar sobre a minuta do anteprojeto de lei (CULTURA DIGITAL, 2010).

Na primeira fase, o tópico de discussão sobre a neutralidade de rede apareceu em dois artigos do texto base. O sub tópico 2.2.1 definia o princípio *end-to-end* como a possibilidade de a internet permanecer neutra em relação às suas inúmeras possibilidades de uso, sem limitação de velocidade, acesso ou transmissão de conteúdos, e que nem sempre esse princípio é obedecido. O sub tópico 2.2.2 abordava o princípio da filtragem indevida, afirmando que o favorecimento ou a discriminação de conteúdos por motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais ou de qualquer outra natureza, pode violar os princípios democráticos. Nenhum usuário se mostrou claramente contrário à neutralidade de rede nesta etapa.

Na etapa seguinte, a discussão foi realizada da mesma maneira que a primeira, sendo a neutralidade de rede alvo de 15 comentários de dez usuários diferentes sobre o inciso IV do artigo 2º, sobre a preservação e a garantia da neutralidade de rede, e 17 comentários de 14 usuários diferentes sobre o artigo 12º, sobre o igual tratamento dos pacotes de dados.

Sobre o artigo 2º, inciso IV, cinco usuários se mostraram favoráveis à neutralidade de rede, um se mostrou contrário e três pareceram não compreender do que se tratava a neutralidade de rede. Sobre artigo 12º, por sua vez, dez usuários se mostraram favoráveis ao igual tratamento dos pacotes de dados, um se mostrou contrário, dois não foram claros quanto às suas propostas e um fez

Após as contribuições, o texto final foi apresentado como o projeto de lei PL 2126/2011. A redação inicial do projeto de lei recebeu 35 emendas na Câmara dos Deputados, sendo 10 relacionadas à neutralidade de rede. Nenhuma dessas emendas se mostrou contrária à neutralidade, apresentando apenas proposições quanto às condições nas quais os provedores podem discriminar o conteúdo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

A redação final do projeto de lei foi apresentada ao Senado como “PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 21, de 2014” e aprovada sem emendas nos artigos 3º e 9º, relacionados à neutralidade de rede. Na lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014, a “preservação e garantia da neutralidade de rede” aparece na redação do inciso IV do artigo 3º, e a neutralidade é tema de uma seção destinada especialmente a esse princípio, a seção I do Capítulo III, com um único artigo, o 9º, com a seguinte redação: “O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação”. A lei prevê a regulamentação das exceções nas quais a quebra da neutralidade de rede é aplicável (BRASIL, 2014).

A também recebeu a contribuição da comunidade na forma de participação em plataformas online. A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça recebeu, em sua plataforma, 339 pautas e 1109 comentários durante 82 dias de debate (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015). O eixo “neutralidade de rede” recebeu 98 pautas de 81 usuários diferentes, com grande participação dos provedores de acesso e instituições de defesa dos interesses dos prestadores de serviço em telecomunicações.

Os principais temas de discussão quanto às exceções para a quebra da neutralidade de rede foram a possibilidade da prática de discriminação de preços, a restrição do acesso a conteúdos ilegais e a governança da regulação. Quanto à possibilidade de discriminação de preços, os provedores de acesso e seus representantes (*Bellheads*) reivindicaram o princípio da liberdade de negócios, evocando, para isso, o inciso VIII do artigo 3º. Em nome desse princípio, justificaram a discriminação de preços, como a prática do *zero rating*, afirmando que a mesma não fere os princípios da isonomia no tráfego de dados. Instituições representantes dos provedores pequenos e dos produtores de conteúdo, por sua vez, se apresentaram contrários a essas práticas, afirmando que as mesmas poderiam criar falhas de mercado e privilegiar os grandes provedores.

Para as instituições que apresentaram preocupações quanto ao acesso a conteúdos ilegais, reprimir o acesso a tais conteúdos garante a preservação de uma rede neutra. Quanto à governança da regulação, a questão é saber quais órgãos serão aplicadores da lei, quais fiscalizarão os atores e quais terão poder de aplicação das eventuais sanções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram quatro as principais categorias de reivindicações identificadas na fase de regulamentação do Marco Civil no tocante a neutralidade de rede: a liberdade de negócios, a restrição de conteúdo ilegal, a governança e os direitos do consumidor.

É interessante notar que os *Bellheads*, que pouco se manifestaram durante a elaboração do projeto de lei, apareceram na regulamentação com muitas instituições os representando. Reivindicando princípios de liberdade de negócios na internet, a prática de discriminação de preços e maior liberdade para administração do tráfego, podem constituir um importante grupo de pressão.

O fato de não ter havido a manifestação de muitas instituições de defesa dos interesses do consumidor na fase de regulamentação pode ser justificado pela “vitória” dos consumidores já na fase de elaboração do projeto de lei, que garante a neutralidade. Do lado dos consumidores, mas também com interesses próprios, estão os produtores de conteúdo, que demandam uma rede neutra. No entanto, estes requerem maior rigor na fiscalização do acesso a conteúdos ilegais, constituindo uma demanda diferente para o princípio da neutralidade de rede.

A restrição do conteúdo ilegal é uma preocupação tanto dos provedores de acesso quanto dos produtores de conteúdo. Se, para os primeiros, esse é um problema de gerenciamento de tráfego, para os últimos é um problema de concorrência do seu conteúdo com os ilegais. A defesa da concorrência é, inclusive, um argumento para a proibição da discriminação de preços.

A maior participação de empresas e seus representantes apenas na fase de regulamentação pode mostrar que, diante de uma provável “derrota” no tocante à manutenção da rede neutra, os *Bellheads* já haviam hierarquizado os seus estados de mundo possíveis, impondo as suas ferramentas de cálculo principalmente no tocante ao princípio da liberdade de negócios, para a prática da discriminação de preços sem discriminar a velocidade, e na defesa da restrição dos conteúdos ilegais, evitando, assim, o uso indiscriminado de aplicativos P2P, utilizando o argumento do controle do conteúdo ilegal como subterfúgio para o gerenciamento do tráfego.

É, portanto, um desafio de regulamentação o estabelecimento de regras que: (i) não sejam nem tão rígidas que se tornem facilmente obsoletas, e nem tão flexíveis que demandem sempre avaliação caso a caso; (ii) não onerem de forma excessiva nenhum dos agentes envolvidos e, quando for o caso, compensem os “perdedores”; (iii) estabeleçam uma clara distinção de papéis entre os agentes; e (iv) estimulem a inovação e a concorrência. Todos esses itens deverão ser tratados na regulamentação do Marco Civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 Abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em 27 Set. 2015.

BROUSSEAU, E.; GLACHANT, J.M. Regulating networks in the “new economy”: organizing competition to share information and knowledge. In: BROUSSEAU, E.; MARZOUKI, M.; MÉADEL, C. (Eds.) **Governance, regulations and powers on the internet.** Cambridge: Cambridge U.P., 2012

CALLON, Michel.; Introduction: the embeddedness of economic markets in economics In: _____ (Org). **The laws of the markets.** Oxford: Blackwell, 1998.

CALLON, Michael; MUNIESA, Fabian. **Peripheral Vision: economic markets as calculative collective devices**. Organization Studies 26 (8). SAGE Publications: London, Thousan Oaks and New Dehli, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2126/2011: Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos**. Brasília, 2011. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos;jsessionid=F59617458E449E559022CB7BA2E62B79.proposicoesWeb2?idProposicao=517255> Acesso em: 12 Out. 2015.

CULTURA DIGITAL. Contribuições ao texto base e à minuta do anteprojeto de lei. 2010. Disponível em: < <http://culturadigital.br/marcocivil/>> Acesso em: 27 Set. 2015.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. *American Journal of Sociology*, 1985, vol. 91, n. 3.

HITCHINER, Peter. Broadband: New Highways for Regional Development in the 21st Century. **Australian Journal of Multi-disciplinary Engineering**, Vol. 7, No. 2, 2009 Disponível em:
<<http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=315313807435415;res=IELENG>>
ISSN: 1448-8388. Acesso em: 12 Out. 2015.

MCKELVEY, Fenwick. **Ends and ways: the algorithmic politics of network neutrality**. *Global Media Journal - Canadian Edition*, 2010. Disponível em:
<http://www.gmj.uottawa.ca/1001/v3i1_mckelvey.pdf> Acesso em: 05 Jul. 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Projeto “Pensando o Direito”. **Sistematização do Marco Civil**. Disponível em: < <http://pensando.mj.gov.br/marcocivil/sistematizacao/>> Acesso em: 12 Out. 2015.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO

Adriano Augusto de Souza; João Mansano Neto
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba
Gestão Pública Municipal
Dr. João Mansano Neto

Palavras-chave: planejamento público; ferramentas de planejamento; orçamento participativo; participação popular; tecnologia na Administração Pública.

1. INTRODUÇÃO

As experiências reais diante do Orçamento Participativo Municipal com o envolvimento da população ocorreram com maior destaque a partir da Constituição Federal de 1988, em cidades pioneiras como Belo Horizonte, Porto Alegre, dentre outras, fato que o “Orçamento Participativo” ganhou forças nos rumos do planejamento governamental.

No intuito de contribuir com o assunto, a questão que surge, é descobrir qual o interesse dos cidadãos em participar do orçamento participativo municipal, e como este nível de interesse influencia na contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar o interesse dos cidadãos no processo do orçamento participativo, e se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes.

Para esta comprovação foi necessário conhecer o orçamento participativo, seus conceitos, seus objetivos, sua implantação e os grandes desafios e obstáculos. Isto despertou o interesse em conhecer as ferramentas do planejamento utilizadas no processo decisório, e a relação dos cidadãos com elas, além de identificar as tecnologias aplicáveis no processo de planejamento, da execução orçamentária e transparência da Administração Pública.

Complementando as metas, a pesquisa levou a investigar como o conhecimento coletivo pode contribuir para a melhoria contínua do orçamento participativo, e a identificar se há estímulo do Município no processo de implantação do orçamento participativo.

2. Aspectos Gerais da Administração Pública

A Administração Pública contempla todo o conjunto de órgãos e setores que o Estado possui, voltado a suprir as necessidades humanas dentro de uma sociedade.

Já Kohama (2014, p. 9) conceitua “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

A Administração Pública deve ser um alicerce formado, com estrutura própria capaz de atender as necessidades humanas e o bem estar social, respeitando as garantias e os direitos sociais dos indivíduos. Para cumprir sua finalidade, utiliza como instrumento o Orçamento Público, assunto abordado a seguir.

2.1 Orçamento Público

O Orçamento Público é o conjunto de entradas e saídas de recursos, para atendimento das áreas prioritárias da população e de interesse do governo. Segundo Furtado (2012, p.15, grifo do autor) afirma “O orçamento público é lei de *iniciativa* do chefe do *Poder Executivo, aprovada pelo Poder Legislativo, que estima receitas e fixa despesas, para um determinado exercício financeiro*”. O orçamento público é uma lei de competência do chefe do Poder Executivo (Prefeito, Governador e Presidente da República) no âmbito dos Municípios, Estados, Distrito Federal e a União, que deve ser submetida ao Poder Legislativo para apreciação, votação e aprovação nas esferas do poder.

Neste aspecto, uma das formas da população exercer o poder de fiscalização na arrecadação e destinação dos recursos públicos é por meio do Orçamento Participativo, assunto abordado a seguir.

2.2 O Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é a união entre a população e o governo nos rumos das ações do planejamento estatal, voltado à utilização dos recursos públicos de forma consciente, saudável e participativa.

Neste contexto, Pires (2001, 35-36) conceitua:

O orçamento participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume o papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. Ocorre uma radicalização democrática. Nessa passagem, a democracia passa a ser encarada não só como meio para se atingir o fim de melhor alocação de recursos, mas também como fim em si mesma. Na arena em que se dá a disputa por recursos públicos escassos, os cidadãos exercem o seu direito e o seu dever de participação na definição dos rumos da ação governamental.

O orçamento participativo é a materialização dos instrumentos da democracia, o cidadão é convocado a assumir um papel de agente e não paciente nos rumos da ação governamental.

O orçamento participativo cresce com o conhecimento dos cidadãos na participação com o uso das tecnologias da Administração Pública abordadas a seguir.

2.3 Gestão do Conhecimento e as Tecnologias da Administração Pública

A gestão do conhecimento está presente nos dias atuais, de forma constante e com diferencial competitivo. A sua principal fonte é o conhecimento. Takeuchi e Nonaka (2008, p. 57) afirmam “[...], o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos”.

Em outro contexto, Takeuchi e Nonaka (2008, p. 166) complementam: “O patrimônio indispensável para as empresas de hoje não é a fábrica e o equipamento, mas o conhecimento acumulado e as pessoas que o possuem”.

O conhecimento é criado exclusivamente pelas pessoas. É um produto indispensável e de grandeza riqueza dentro das organizações.

Chiavenato (2003, p. 593) afirma: “Conhecimento é a informação estruturada que tem valor para a organização”.

Já a gestão do conhecimento é um conjunto, que Diniz et al (2014, p. 3) explicam:

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Para melhor compreender o que é Gestão do Conhecimento é preciso entender seus pilares, sendo eles:

- Dados: são informações organizadas sendo resultados através de experiências ou observação de informações. Os dados podem consistir em números, palavras ou imagens.
- Informação: a manipulação dos dados, contextualizados. É a consolidação dos dados de forma que passam a fazer sentido.
- Conhecimento: é a informação interpretada, de modo que possa ser usada para importantes ações e auxílio na tomada de decisões.

O conhecimento das pessoas forma-se pela absorção dos dados, que transformam-se em informações, e por fim no conhecimento sendo algo adquirido pelo indivíduo.

Para colaborar com este contexto, o uso da tecnologia aliado ao conhecimento dos cidadãos no processo de construção do orçamento participativo é algo de alto valor, e este é assunto abordado a seguir.

2.3.1 A Tecnologia na Administração Pública

Para Chiavenato (2003, p. 518) “[...], a tecnologia constitui outra variável independente que influencia as características organizacionais (variáveis dependentes). Além do impacto ambiental, [...], existe o impacto tecnológico [...], sobre as organizações”.

A tecnologia exerce influência nas organizações, fato que no decorrer dos últimos anos invadiu a Administração Pública, e provocou grandes mudanças nas suas operações, tarefas e processos.

É inegável a dependência que a tecnologia causa às organizações. Chiavenato (2014, p. 471) declara “Mas é evidente que as organizações dependem da tecnologia para poder funcionar e alcançar os seus objetivos”. Ou seja, qualquer organização sem tecnologia pode ter grandes dificuldades para se manter.

Na administração pública, isso não é diferente. Este fenômeno ocorre na transparência na arrecadação e fiscalização dos recursos públicos, mediante o emprego de várias tecnologias que incluem a internet, o portal da transparência, o computador e o celular.

Como exemplo de tecnologia na Administração Pública o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal é aplicado na administração orçamentária e financeira pela União. Ele realiza o suporte as demais unidades e órgãos centrais e setoriais da gestão pública, consolidando-se assim a contabilidade da União.

Para Furtado (2012, p. 239):

O SIAFI é o principal instrumento de gestão da STN, que, por seu intermédio, realiza o acompanhamento e controle de toda a execução orçamentária e financeira do Governo Federal. É utilizado pelas Unidades Gestoras (UG) de todos os ministérios e dos demais órgãos e entidades como instrumento de administração financeira, com o objetivo de processar, de forma integrada e on-line, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

O SIAFI permite realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das peças do planejamento estatal, como o PPA, LDO e LOA do governo.

Outro exemplo de tecnologia, o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) utilizado pela União para a estruturação, organização e elaboração da proposta orçamentária final. Suas informações são totalmente *online*, e servem para fomentar e orientar as demais unidades orçamentárias. “[...], É por meio do SIDOR que as diversas unidades orçamentárias, que compõem o Orçamento Geral da União (OGU), enviam suas

propostas de orçamento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) analisá-las” (FURTADO, 2012, p. 249).

O SIDOR funciona como instrumento que compatibiliza e consolida todas as propostas orçamentárias das unidades.

3 Metodologia

A metodologia conduzida ao longo da pesquisa em relação ao objetivo foi descritiva, sendo que o referencial teórico foi fundamentado em livros, periódicos, artigos científicos, dissertações, leis, monografias de pós-graduação e sites específicos da internet. Já as técnicas utilizadas para a coleta de dados constituiu uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários, sendo a distribuição realizada por amostragem nos bairros do município de Itapeva, SP para o alcance dos resultados e respostas do problema da pesquisa.

4 Apresentação e análise dos resultados

Analisando as informações dadas pelos moradores dos Bairros: Jardim Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge, observou-se que 50% dos entrevistados conhecem o orçamento participativo. Isto demonstra que a população conhece a maneira pelo qual pode decidir com o Governo as prioridades e a destinação dos recursos públicos.

Verificou-se que 36% que não conhecem o orçamento participativo municipal e que 14% não souberam opinar sobre o assunto. Isto pode indicar que a parcela, correspondente a estas respostas, se refere aos cidadãos que não possuem acesso às informações, tem desinteresse no assunto, aversão à política, falta de confiança no governo ou uma combinação destas condições.

Aliado a isto, questionou-se a participação dos moradores dos bairros e vilas na elaboração do orçamento participativo. Dos entrevistados, 86% informaram que não participam de qualquer associação de moradores nos seus bairros, 14% participam ativamente na elaboração do orçamento participativo.

Complementando o assunto, 79% dos cidadãos consideram que a união com o governo local promove mudanças e melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando suas atuações no orçamento participativo. Entretanto, 17% não acreditam nesta união ser benéfica e 5% não souberam opinar.

A pesquisa também levou a analisar o conhecimento e acesso às ferramentas e tecnologias utilizadas no planejamento da Administração Pública. Verificou-se que, 79% dos entrevistados não conhecem o PPA, a LDO e a LOA do município de Itapeva, SP, mas 14% informaram que conhecem e 7% não souberam opinar.

Os cidadãos não conhecem as ferramentas do planejamento utilizadas pelo município de Itapeva. Os motivos podem ser a falta de conscientização, a falta de incentivo e a importância menor dada pelo município na divulgação e na transparência destas ferramentas com o auxílio da tecnologia.

Em complemento ao contexto anterior, 79% conhecem o site da prefeitura do município de Itapeva, o que demonstra que os cidadãos possuem acesso as tecnologias, seja por meio da internet ou por outros meios, para busca de informações conforme sua necessidade. Somente 19% não conhecem o site da prefeitura do município, e 2% não souberam responder. Os resultados apontam os entrevistados são cidadãos que nunca precisaram de informações ou não possuem acesso as tecnologias ou não se interessam pelas informações do Município.

Analisando a influência do conhecimento coletivo no orçamento participativo, 74% dos informantes acreditam que a união dos moradores nos bairros, vilas ou associações promove as mudanças necessárias para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de todos. Entretanto, 17% não consideram esta união, e 10% não souberam opinar. A união popular torna-se ativa quando tem a voz de comando, com sugestões de melhorias na cidade e no local pelos moradores, sem qualquer intervenção do Poder Público. O conhecimento tácito e explícito de cada indivíduo é uma riqueza que o poder público não utiliza a favor da comunidade. E esta opção é contrária aos conceitos de Conhecimento como informação estruturada que tem importância para a organização.

Uma das hipóteses para aproveitamento do conhecimento coletivo seria incentivar o espírito de liderança, a criação de associações nos bairros com a participação de uma grande parte dos moradores. Isto poderia fazer transparecer a riqueza das ideias populares e estimular o poder público a fomentar o processo de implantação do orçamento participativo e a participação popular.

Verificou-se que 71% dos informantes afirmam que o Município não estimula a implantação do Orçamento Participativo juntamente com a população. Somente 17 % acreditam que há estímulo e 12 % não souberam opinar.

Os resultados demonstram que a prefeitura municipal de Itapeva não estimula a implantação do orçamento participativo. O que mostra que o órgão público somente realiza as audiências públicas e discussão das peças orçamentárias para cumprir as exigências da Lei da Transparência Pública e Responsabilidade Fiscal, porém sem esforços para uma maior participação popular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados trazem como resposta ao problema de pesquisa a demonstração de que, baseado na amostragem pesquisada, não há interesse dos cidadãos do município de Itapeva-SP em participar da Gestão Pública. A influência do Conhecimento Coletivo é inócua, considerando os índices de envolvimento dos cidadãos com o orçamento participativo do município, o que certamente contribui pouco para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Mediante a pesquisa de campo realizada, o interesse dos cidadãos no processo de implantação do orçamento participativo é muito pequeno ou, praticamente, não existe. Não há influência para o desenvolvimento das ações e programas que visem o bem-estar social da população. Devido à inércia dos setores do município na participação, segundo os dados da pesquisa, o agir dos cidadãos está focado em cobranças e reclamações sobre o que o Poder Público não realiza.

A pesquisa verificou que uma parte significativa dos cidadãos conhece formas de participar da decisão, juntamente com o Governo Municipal, sobre as prioridades de aplicação dos recursos, porém não se interessam e não participam. Diante da análise das questões, a população do município de Itapeva não conhece as ferramentas do planejamento utilizadas pela Administração Pública Municipal, não sabem como está a aplicação dos recursos públicos e nem incentiva a participação popular para a discussão das propostas orçamentárias.

Baseado nos resultados da pesquisa, na visão do pesquisador, é imprescindível que o poder público envolva a participação popular no processo de implantação do orçamento participativo. Deve tornar as ferramentas do planejamento acessíveis, com o auxílio das

tecnologias e provê-las de uma linguagem clara e fácil, a fim de promover a conscientização, a participação e o interesse da população.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7 ed. rev. e atual, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9ª ed. rev. e atual, São Paulo: Editora Manole, 2014.

DINIZ, Gláucia et al. **Gestão do conhecimento** - uma visão do cotidiano empresarial. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 3, 2014, Ponta Grossa-PR. Anais Eletrônicos. Ponta Grossa-PR: 2014.

Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/2014/selecionados.php>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

FURTADO, Fábio. **Administração financeira e orçamentária**: direito financeiro simplificado - teoria e questões. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo**: o que é, para que serve, como se faz. São Paulo: Editora Manole, 2001.

TAKEUCHI, Hirotaka. NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

A EDUCAÇÃO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. UMA ANÁLISE DA 17ª LEGISLATURA (2011 - 2014)

Diogo Tavares de Miranda Ferreira.
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Ciência Política
Orientador: Professora Me. Audren Azolin

Palavras-chave: Educação; Processo Legislativo; Relação Executivo - Legislativo.

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a produção legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), referente ao tema da educação em sua 17ª legislatura (2011-2014). Objetiva-se a analisar o ambiente político-institucional referente ao tema da *Educação*, analisando assim a dinâmica da relação entre os poderes Executivo e Legislativo nos seguintes aspectos: iniciativa legislativa, identificação das proposições que se transformaram em norma jurídica e as que foram vetadas e sofreram derrubadas de veto.

Outra problemática explorada por esse trabalho foi à preferência temática dos parlamentares paranaenses no que diz respeito à Educação, identificando também qual a elite parlamentares e partidos que mais atuam sobre o tema e transformam seus projetos de leis em norma jurídica.

A produção acadêmica sobre as assembleias legislativas estaduais ainda é considerada pequena no Brasil, e quando o recorte são os projetos voltados para o tema da educação, tal literatura se resume a poucos trabalhos que concentram suas análises ao ambiente político do Congresso Nacional. Mediante a escassez de trabalhos que realizam uma interseção entre o Processo Legislativo e a Educação, se faz aqui uma boa oportunidade para utilização de métodos e instrumentos de pesquisa, com a utilização de um tema ao qual não há dúvidas quanto a sua importância em qualquer instância federativa e suas assembleias estaduais.

Para chegar aos resultados pretendidos por este estudo, foram analisadas proposições selecionadas no Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), universo selecionado sob a indexação da palavra-chave *educação*, cujo resultado obteve 124 proposições que dentre elas propostas de emenda constitucional (PEC) e projetos de lei (PL), apresentados na ALEP no período já mencionado. Utilizou-se assim o método de Análise de Conteúdo, a partir do qual se desenvolveu uma classificação dos diversos temas sobre educação encontrados nos projetos de lei, criada para este trabalho. Fez uso do banco de dados do NuPP CiPol - Núcleo de Pesquisa e Prática e Ciência Política do Uninter.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira e. **Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil**. RIEL — Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos: n.2: out 2012: Rio de Janeiro: FGV, p. 58-74.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **Uma Análise da Produção Legislativa Durante os Dois Primeiros Anos do Governo Sergio Cabral: Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade**. Novembro de 2015.

Indicadores Quantitativos e Qualitativos em Uma Perspectiva Comparativa. I PRÊMIO SEFAZ-SEDEIS FINANÇAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. (2009). Rio de Janeiro. Disponível em <
<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1424015>> Acessado em 03 dez. 2014.

KINGDON, John W. **Como chega a hora de uma ideia?** In SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea, Volume 1, 2007, p. 219-224.

GT 16: VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

A INTERFERÊNCIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS CAUSADAS PELA VIOLÊNCIA ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING

Michelle Popena Geraim Monteiro
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em Educação

Palavras-chave: aprendizagem, *Bullying*, interferência, alunos.

O presente projeto apresenta como tema o *Bullying* na vida estudantil de crianças adolescentes e tem por objetivo investigar as possíveis interferências do *Bullying* na aprendizagem dos alunos em idade escolar, bem como suas estratégias de prevenção e combate.

Considera-se o tema *Bullying* um dos mais importantes para a erradicação da violência entre crianças e adolescentes em nível escolar nos dias de hoje em nosso país, principalmente pela forma como este vem se disseminando entre as escolas. Pode acarretar um enorme prejuízo à vida estudantil dos alunos e à sua formação psicológica, emocional e social.

O *Bullying*, ou seja, “valentão” como é traduzido para a Língua Portuguesa, tem sido um dos principais inimigos nas escolas da atualidade. Muitas vezes encarado como “brincadeiras da idade” tem um poder destrutivo capaz de promover nos alunos danos psicológicos irreparáveis, causando inúmeras vítimas.

Considera-se relevante o estudo deste tema (FANTE, 2005; SILVA, 2010; BEANE, 2010), pois por meio de questionamentos e reflexões, observa-se que o fenômeno *Bullying* vem sendo praticado há muito tempo. De fato, é visto através da mídia muitos casos relacionados à violência velada dentro das escolas, e por falta de informações ou atribuindo este fato a “brincadeiras” não se dá o devido valor. O interesse pela temática se intensificou diante da maneira como o fenômeno vem se disseminando por âmbitos internos e externos, e, sobretudo, pelos danos causados no aprendizado dos envolvidos, além de problemas psicológicos, tendo muitas vezes reações extremas, como as recentes tragédias ocorridas em escolas em vários lugares do mundo e em como as escolas e as famílias têm reagido a esta violência e que medidas tomam para melhorar o convívio dos alunos. Conforme Fante (2005 p. 9) ressalta que “o *Bullying*, sutilmente vem se disseminando entre os escolares, cresce e envolve, de forma quase epidêmica, um número cada vez maior de alunos. Sua ação maléfica traumatiza o psiquismo de suas vítimas, provocando um conjunto de sinais muito específicos”.

Por meio dos estudos dos grandes especialistas da área, pode-se reconhecer que este fenômeno mundial precisa ser entendido e diagnosticado em escolares, afim de ajudar os alunos vitimizados por esta violência a encararem de uma forma mais pacífica seus problemas e diferenças. E para isto, necessita-se de uma formação mais concreta nesta área, de medidas eficazes que previnam esta violência no âmbito escolar (FANTE, 2005).

Por isso, pedagogos e professores precisam tomar uma posição para prevenir o fenômeno *Bullying* nas escolas, proporcionando aos alunos, um ambiente mais adequado para sua aprendizagem e formação social.

Portanto, o principal objetivo deste projeto é investigar as possíveis interferências causadas pelo *Bullying* na aprendizagem de crianças e adolescentes em idade escolar, bem como conhecer o processo histórico do fenômeno *Bullying* no Brasil e em outras localidades mundiais, entendendo como o mesmo se instala no interior das escolas, apontando as características da vítima e do agressor em todo o processo de violência velada e os possíveis impactos na vida estudantil deste aluno, bem como as interferências em sua vida emocional e social. Apresentar as consequências desta violência nas vítimas e agressores, assim como na vida de pais e professores de alunos envolvidos e identificar as formas de prevenção e ajuda às vítimas e aos agressores participantes do fenômeno *Bullying*, estimulando os alunos a conviverem em harmonia e paz dentro das escolas.

A metodologia empregada neste projeto até o momento está sendo o acervo bibliográfico sobre o tema e a prática e convívio em sala de aula com alunos de um bairro com índice alto de tráfico de drogas e desestrutura familiar. Futuramente, espera-se a aplicação de outras metodologias para obtenção de dados mais específicos e eficazes para a pesquisa.

O tema violência escolar tem sido alvo de muitas preocupações em nossa sociedade atual. Segundo Lopes Neto (2005), este termo refere-se a todos os comportamentos agressivos e antissociais, incluindo os conflitos entre pares, danos ao patrimônio, atos criminosos, etc. Estas situações, em muitos casos, dependem dos fatores externos, como relações familiares, por exemplo, e são muito comuns entre crianças e adolescentes em idade escolar (FANTE, 2005).

Este comportamento violento que nos causa preocupação é resultado da interação entre o sujeito e os contextos sociais ao qual ele se depara ao longo dos tempos, como a família, a escola e a sua comunidade. Porém, o modelo que se observa do mundo que temos, acaba-se por ser reproduzido nas escolas, em atos de violência e agressividade, causando sofrimento e medo (LOPES NETO, 2005; FANTE, 2005; ANTUNES e ZUIN, 2008). O aluno, frequentando um ambiente no qual não sinta proteção e amparo, acaba com o sentimento de aversão à escola, tornando-se toda a prática escolar desinteressante, relações conflituosas com seus colegas, sem um bom convívio social e por fim, evade. Tudo isso pode ser considerado reflexo de uma violência escolar, gerando assim interferências no aprendizado do aluno (FANTE, 2005; BEANE, 2010).

Contudo, além de afetar o processo de aprendizagem dos alunos, todos esses registros e experiências desagradáveis e traumáticas ficam arquivados em sua memória e a qualquer momento, o indivíduo poderá resgatar estas lembranças e trazer emoções destrutivas a sua mente. Poderá também levá-los a praticar a vingança com atos violentos para eliminar estes pensamentos ruins (FANTE, 2005). Observa-se que “o *Bullying*, sutilmente vem se disseminando entre os escolares, cresce e envolve, de forma quase epidêmica, um número cada vez maior de alunos. Sua ação maléfica traumatiza o psiquismo de suas vítimas, provocando um conjunto de sinais muito específicos” (FANTE, 2005 p. 9).

O *Bullying* é um fenômeno mundial que sempre existiu, mas foi a partir da década de 70, na Suécia, que houve um grande interesse da sociedade em explicar os conflitos gerados dentro das escolas entre crianças e adolescentes. Foi então que no final do ano de 1982, três adolescentes na Noruega se suicidaram por motivo de maus-tratos dos colegas na escola. Houve então uma intensa mobilização de escolas e da sociedade em geral sobre este fato

para a realização de campanhas de prevenção a violência no ambiente escolar (FANTE, 2005; SILVA, 2010).

No Brasil, o fenômeno ainda é pouco estudado e em muitos casos é visto como violência explícita e não velada (FANTE, 2005). As observações feitas por Fante (2005) em quatro escolas situadas no nosso país, especificamente no interior de São Paulo, fizeram-na concluir que há a presença do fenômeno *Bullying* em 100% das escolas. Cita como causas principais a falta de educação por parte da família e a reprodução dos maus-tratos sofridos em casa. Além disso, os lugares onde ocorrem a maior incidência do fenômeno são os pátios da escola em intervalos e recreios e a sala de aula. Para as vítimas, o que opera em maior escala é a lei do silêncio. Elas preferem não contar para não serem ainda mais agredidas. Segundo a autora as consequências disso são a evasão, o que interfere muito em sua aprendizagem, suportar o ataque caladas, prejudicando ainda mais as emoções e autoestima ou se tornarem vítimas agressivas, reproduzindo o que vivem na escola em outros ambientes (FANTE, 2005; BEANE, 2010).

De acordo com os estudos deste fenômeno mundial, o *Bullying*, destacam-se três papéis fundamentais: as vítimas (que podem ser típicas, provocadoras ou agressoras), os agressores ou *bullies* e os espectadores (observadores) (FANTE, 2005; SILVA, 2010; BEANE, 2010; LOPES NETO, 2005; BANDEIRA e HULTZ, 2010; LISBOA, BRAGA e EBERT, 2009).

A vítima típica é aquela que sofre os ataques agressivos por parte dos agressores, repetidamente e constante. A vítima provocadora é aquela que atrai provocações, mas não consegue lidar com elas quando acontecem (FANTE, 2005). E a vítima agressora reproduz as agressões vividas no ambiente escolar em outros lugares. Essa forma de lidar com o problema faz com que ela compense o que tem passado na escola. Já o agressor, segundo Fante (2005), é aquele que vitimiza o indivíduo fraco. Geralmente apresenta pouca empatia e são membros de famílias desestruturadas onde há pouco relacionamento afetivo. O agressor “sente uma necessidade imperiosa de dominar e subjugar os outros, de se impor mediante o poder e a ameaça e de conseguir aquilo a que se propõe” (FANTE, 2005, p. 73). Tem caráter impulsivo e tem dificuldade em obedecer a normas, adotando condutas anti-sociais como roubo, vandalismo e o uso de álcool. “O agressor tem sido considerado como um indivíduo procurando poder e liderança dentro do grupo de iguais” (OLWEUS, 1993 *apud* BANDEIRA e HULTZ, 2010, p. 4). Além disso, seu rendimento escolar, na maioria das vezes, é deficitário.

O desempenho escolar desses jovens costuma ser regular; no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles. Muitos apresentam, nos estágios iniciais, rendimentos normais ou acima da média. O que lhes falta, de forma explícita, é afeto pelos outros (SILVA, 2010, p. 43).

Já, os espectadores são os alunos que assistem as agressões, mas não são vítimas e não tomam nenhuma atitude contra isso. “Grande parte das testemunhas sente simpatia pelos alvos, tende a não os culpar pelo ocorrido, condena o comportamento dos autores e deseja que os professores intervenham mais efetivamente” (LOPES NETO, 2005, p. 168).

As consequências do *Bullying* afetam todos os envolvidos e participantes, no entanto, é a vítima que poderá sofrer os danos destes atos cruéis além do período escolar. Poderá afetar sua vida futura, sua família, seu trabalho, sua saúde física e mental (FANTE, 2005; SILVA, 2010, BEANE, 2010, LOPES NETO, 2005). Os alunos se isolam, se afastam e encaram a situação através da lei do silêncio, por isso encontramos grandes dificuldades para ajudá-los.

Toda esta violência escolar interfere na qualidade do ensino aprendizagem, justamente porque geram todo um clima de tensão e medo, tornando alunos e professores inseguros e incapazes de desenvolver trabalhos que de alguma forma sejam significativos para a extinção no *Bullying*.

Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais. A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças – não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento (BRASIL, 2000, p. 59).

Inicialmente, para determos o *Bullying* no ambiente escolar, a própria instituição de ensino precisa tomar consciência da existência do fenômeno em seu meio e os prejuízos que ele traz à vida dos seus alunos. Em um segundo momento, as escolas precisam capacitar seus funcionários e professores para a identificação, diagnósticos e intervenção do *Bullying* no ambiente escolar. Em terceiro lugar, deve haver uma mobilização tanto da escola como da comunidade em uma discussão ampla para se criar estratégias preventivas e conscientizadoras deste problema (SILVA, 2010; FANTE, 2005; LOPES NETO, 2005).

Fante (2005) cita que as escolas precisam partir da temática voltada a valores humanos, como a ética, a moral e a cidadania, como uma forma de conscientizar os alunos e pais da importância de vivenciar a paz dentro do ambiente escolar. Cada escola deve partir de sua realidade, desenvolvendo estratégias cotidianas e contínuas, como forma de prevenção à violência.

Além disso, Fante (2005), Silva (2010), Lopes Neto (2005) descrevem várias estratégias de prevenção e eliminação do *Bullying* nas escolas. O papel do professor neste caso é fundamental para a detecção dos possíveis casos dentro das salas. Uma boa conversa, diálogos entre alunos vitimizados e interações sociais podem ajudar a modificar o quadro de agressão no ambiente escolar entre os adolescentes. A presença do professor, neste sentido, é muito importante no processo de modificação da realidade vivida, já que é ele quem passa o maior tempo observando o aluno em sala e seus comportamentos perante os demais colegas. Por isso, o professor pode ajudar no combate ao fenômeno *Bullying*, minimizando as agressões e represálias, promovendo uma dinâmica de sala de aula mais igualitária e participativa e proporcionando um ambiente mais adequado para que a aprendizagem de fato aconteça da melhor forma possível (FANTE, 2005).

Os pais também são peças chaves no combate ao *Bullying* nas escolas. É necessário que os pais encontrem tempo para seus filhos e que através de diálogos possam ajudá-los através de conversas francas e transparentes. Os pais também podem colaborar na diminuição do processo traumático que se aloja na vida das vítimas adolescentes, colocando-os, por exemplo, em aulas de instrumentos musicais ou dança para que transmitam sua raiva e dor em aprendizado (SILVA, 2010; BEANE, 2010; FANTE, 2005). “Como visto, toda a rejeição, angústia e sofrimento, propiciarão a transformação da sua vítima em uma pessoa muito bem-sucedida e com reconhecimento social indiscutível” (SILVA, 2010, p. 86).

Assim, para melhorar a aprendizagem do aluno vitimizado ou até mesmo do agressor, no combate contra a violência, é preciso conhecer o processo do fenômeno *Bullying* presente nas escolas para poder contribuir com atitudes preventivas e minimizadoras da agressão gerada, formando alunos pacíficos, dando a eles a oportunidade de se tonarem cidadãos plenos (SILVA, 2010; FANTE, 2005).

Por isso, destaca-se a importância do investimento na formação continuada de professores e especialistas da educação (participação de cursos, seminários, etc) para que conheçam mais sobre o fenômeno *Bullying*, um mal que afeta a vida de muitos alunos nas escolas. Sugere-se que estes profissionais da educação estejam preparados para lidar com suas emoções e a educar a emoções de seus alunos, dando lugar a valorização do próximo e a afetividade.

Para obter sucesso nesta diminuição da violência, é preciso conquistá-la na escola. A escola deve auxiliar seus alunos a lidarem com suas emoções para que não sejam violentos, mas sim promovedores da paz em seu ambiente escolar. Portanto, qualquer que seja o ângulo de observação do *Bullying*, deve-se ter em mente que as propostas de melhorias e redução da violência precisam estar vinculadas à educação. O desenvolvimento das ações visando atitudes como solidariedade e tolerância como práticas cotidianas na vida dos estudantes, o respeito mútuo, a cooperação demonstra que é possível ajudar uns aos outros sem apelar para violência e conseqüentemente gerar como resultado um convívio entre pares mais saudável. A educação, portanto, é o caminho que nos leva a paz.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; VARELLA, S. **Percepções dos alunos sobre as repercussões da violência nos estudos e na interação social na escola.** In: M. Abramovay (org.). Escola e Violência. Brasília: UNESCO, UCB, 2003, p. 89-117.

ANTUNES, D. C; ZUIN, A. A. S. **Do Bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação.** Universidade Federal de São Carlos: Porto Alegre, jan./abr. 2008.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100004>. Acesso em: mar. 2012.

BANDEIRA, C. M; HUTZ, C. S. **As implicações do Bullying na autoestima dos adolescentes.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, jan./jun.2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572010000100014>. Acesso em: mar. 2012

BEANE, A. **Proteja seu filho do Bullying.** Tradução: Débora Guimarães Isidoro. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares do Ensino Médio.** MEC, Brasília, 2000.

LISBOA, C; BRAGA, L. L. EBERT, G. **O fenômeno Bullying ou vitimação entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção.** Universidade Vale dos Sinos: São Leopoldo, RS. Jun. 2009.
Disponível em: <http://www.contextosclnicos.unisinos.br/pdf/61.pdf>. Acesso: mar. 2012

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas, Sp: Verus Editora, 2005.

FRANCISCO, M. V. **Percepções e formas de enfrentamento de adolescentes frente ao Bullying.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP: Presidente Prudente, 2010.
Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2010/Marcos_Vinicius_Francisco.pdf. Acesso em: mar. 2012

LOPES NETO, A. A. **Bullying – comportamento agressivo entre estudantes**. *Jornal de Pediatria: Rio de Janeiro*, 2005. P. 164-175.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: mar. 2012

MOURA, D. R, CRUZ, A. C, QUEVEDO, L. A. **Prevalence and characteristics of school age bullying victims**. *Jornal de Pediatria: Rio de Janeiro*. Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, através de seu Programa de Prevenção da Violência e da UNESCO. Artigo submetido em 19.07.10, aceito em 21.09.10.

doi:10.2223/JPED.2042

OLWEUS, D. (1993). **Bullying at school. What we know and what we can do**. Oxford, UK: Blackwell. In: BANDEIRA, C. M; HUTZ, C. S. **As implicações do Bullying na autoestima dos adolescentes**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, jan./jun.2010.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572010000100014>. Acesso em: mar. 2012

SILVA, B. B. A. **Mentes perigosas nas escolas: Bullying**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SPOSITO, M. P. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. *Educação e pesquisa*, 2001. P.87-103.

ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E O (IN)ACESSO DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS

Eduardo Biacchi Gomes¹; Antonio Marcos Quinupa²

¹Membro do Corpo Docente do Centro Universitário Internacional – Uninter. Coordenador da Linha de Pesquisa: Jurisdição e Processo na Contemporaneidade;

²Acadêmico do Curso de Direito e Aluno PIC/PIBID do Centro Universitário Internacional – Uninter.

RESUMO

A proposta do texto consiste em problematizar como se dá (ou não) o acesso à justiça e garantia dos direitos fundamentais das pessoas transgêneras. Tem como objetivos apontar elementos para a compreensão da não participação das pessoas nas discussões do campo do direito; identificar quais são as formas que essas pessoas buscam para ter acesso ao espaço jurídico; investigar como são tratados/as nas instituições que buscam a tutela de seus direitos. As problematizações dar-se-ão pela matriz de inteligibilidade das pessoas transgêneras e das pessoas cisgêneras, bem como da compreensão dos operadores frente a formação reputada na cultura do litígio versus mecanismos extrajudiciais, como a conciliação, para dirimir conflitos.

Palavras-chave: pessoas transgêneras, sujeitos/as de direitos, acesso à justiça.

ABSTRACT

The proposal of the text consists in problematize how it's given the access to justice and guarantee the fundamental rights to transgender people. It has as objective to point elements for the understanding of non-participation of people in discussions in the law field; identifying what ways people use to have access to the legal space; looking into how they're treated in the institutions where they seek for their rights guardianship. The questioning will be given through the transgender and cisgender people's intelligibility matrix, as the operators understanding face through the reputable formation in the litigation culture versus extrajudicial mechanism, as conciliation, to settle conflicts. Key words: transgender people, subjects of law, access to the justice.

Key words: transgender people, subjects of law, access to the justice.

Quando uma pessoa se autodenomina travesti ou transexual ela não está reivindicando para si a apropriação de ser homem ou mulher, está exatamente problematizando esse *cistema*²³²¹, tal qual o amplamente divulgado por Judith Butler da *heteronormatividade* (BUTLER, 2010, p. 24) que está posto, está opondo a categoria *cisgênera* à *transgênera*. A 'categoria' mulher está auto compreendida pela matriz de inteligibilidade que essas pessoas apresentam – quando (mulher) *transgênera* ou *travesti* – ocorre que *cisgênera* vem da compreensão da conformidade do corpo *sexo/gênero/desejo* atribuído; enquanto que às pessoas *transgêneras* essa conformidade em algum grau será divergente (divergente da norma *sexo/gênero/desejo*); dizendo de outra forma a

232 <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/> acessado em 14.10.2015

cisgeneridade está posta para as pessoas ‘conformes’ aos seus atributos já a transgeneridade está posta para pessoas ‘não conformes’, que em algum momento tornam-se divergentes²³³²; desde fazer uso de uma indumentária *tida* como do sexo oposto, passando pela necessidade de retificação de prenome até a manifestação de vontade de submeter-se a um processo de transgenitalização.

Dessa forma estamos considerando que toda subjetividade é válida, toda forma de constituição do/a sujeito/a é válida; sem deixar de observar que estamos incorrendo numa relativização e nesta corre-se o risco de perder o foco, uma tese na centralidade do sujeito. Todavia o que não se pode generalizar a constituição da pessoa transgênera, considerar que todas as pessoas se constituem da mesma forma, perde-se a subjetividade.

Problema algum há em considerar as mais diversas formas de constituições de sujeitos, observar-se-á grande problematização no momento em que qualquer desses sujeitos (especificamente ‘não conformes’) reivindicar para si tutela de algum direito, desde os fundamentais. A abstração jurídica “sujeito de direito” ao elencar direitos fundamentais/humanos, seja na ‘primeira fase’ – quando dispõe de direitos individuais; como na ‘segunda fase’ – quando dispõe de direitos coletivos/sociais; bem como na ‘terceira fase’ – quando dispõe de direitos difusos/coletivos os apresenta a partir duma matriz eurocêntrica/hegemônica que “pressupõe” uma hierarquia de sujeitos com acesso ao direito: branco/classe média/cristão/heterossexual e que ‘sujeitos da sexualidade periférica’ (FOUCAULT, 2007): a mulher histórica, a criança onanista, o jovem homossexual (em decorrência desse estudo faz-se inferência (por que não?) das pessoas transgêneras) e o casal malthusiano, como nos apresenta Foucault em *História da Sexualidade a vontade de saber*, os fossem relegados ao acesso/garantia de justiça; quiçá alcance dos/as sujeitos/as étnicos raciais, ainda mais quando negro/a bi-les-gay-transexual.

Observar que todo aparato jurídico/político/médico/psicossocial dispensado à ‘construção de sujeito de direito’ exige-se que nomine cada sujeito, dessa forma impera a hierarquia de ‘privilégios’ concedidos a determinados sujeitos em detrimento doutros.

Buscar-se-á inverter a ordem de “sujeito de direito” para ‘direito do sujeito’ de forma que não tenha que nominá-los e que a todos/as lhes sejam tutelados seus direitos, que sujeitos tidos como minorias não tenham seus direitos mitigados.

Denominar-se pessoa transgênera não é reivindicar uma identidade, é uma *condição*; condição de transgressão; transgressão de uma norma, da hetero(norma)tividade; transgressão da *heterossexualidade compulsória* nas palavras de Adrienne Rich²³⁴³.

233 [...] as pessoas transgêneras se caracterizam pela sua não conformidade a essas normas, por afrontá-las ou transgredi-las, confrontando-as de muitas e de variadas maneiras, praticando atos considerados delituosos pela sociedade, que vão desde faltas muito superficiais, como vestir-se, eventualmente, com roupas culturalmente designadas para o gênero oposto ao delas, até a total insubmissão à ordem binária de gêneros, com total repúdio ao enquadramento de gênero recebido ao nascer e conseqüente busca pelo reenquadramento na categoria de gênero oposta àquela na qual a pessoa foi originalmente classificada. (LANZ, 2015, p. 14)

234

<http://www.ies.sas.ac.uk/sites/default/files/files/events/Seminars/Feminist/Compulsory%20Heterosexuality.pdf> acessado em 14.10.2015

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualismo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, Judith P. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.
- _____. *As Palavras e as Coisas*. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O Nascimento da Clínica*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Os Anormais*. 18 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *História da Sexualidade I a vontade de saber*. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *História da Sexualidade II o uso dos prazeres*. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. *História da Sexualidade III o cuidado de si*. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HESPANHA, António M. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.
- _____. *Pluralismo Jurídico e Direito Democrático*. São Paulo: Annablume, 2013.
- LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, Beatriz. *Texto Yonqui*. Espanha: Espasa Calpe: 2208.
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1985.
- VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Nome e Sexo: mudança no registro civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: TENSÕES E CONFLITOS ENTRE IGREJAS NEOPENTECOSTAIS E RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: CANDOMBLÉ E UMBANDA

Elton Luis Sbardella
PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Mestrado Teologia
Orientador: Prof. Dra. Clélia Peretti

Palavras-chave: Neopentecostalismo, Candomblé, Umbanda, Conflitos, Tolerância.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar dados sobre a violência contra os grupos religiosos de matriz africana: Candomblé e Umbanda. Na primeira parte do texto apresenta-se as informações históricas sobre o pentecostalismo brasileiro: primeira, segunda e terceira onda. Na segunda parte deste trabalho apresenta-se características básicas do Candomblé e da Umbanda. Na terceira parte do trabalho dedicamos uma reflexão especial sobre o contexto de intolerância e perseguição às duas religiões africanas apresentadas.

Pentecostalismo é o grupo cristão protestante que enfatiza a permanente ação do Espírito Santo em suas igrejas, por meio da manifestação dos dons e carismas, assim como relata o livro de Atos dos Apóstolos (2, 1-3) que registra o Pentecostes. As Igrejas históricas identificam em geral os grupos pentecostais como seitas.

A base doutrinária pentecostal são as mesmas do protestantismo calvinista e metodista. Os pentecostais enfatizam a experiência da conversão, a crença absoluta no texto bíblico, via interpretação literal. Seguem os dogmas *Nicenos*: divindade de Cristo, seu nascimento virginal, morte redentora, ressurreição e ascensão e possuem tendências milenaristas. Praticam batismo por imersão e celebram irregularmente a Ceia, atribuindo valor simbólico a ela. Uma característica peculiar segundo o pentecostalismo é o “Batismo no Espírito Santo”, o qual leva a experimentar os dons do Espírito Santo, por diferentes manifestações: dom de línguas, cura divina, profecias, manifestações extraordinárias, etc. Os pentecostais adotam uma moral rígida, inclusive no vestuário; os cultos têm características de espontaneidade enfatizando os testemunhos pessoais de conversão.

No Brasil os primeiros grupos pentecostais tiveram seu início em Belém do Pará, em 1911, originando a Igreja Evangélica Assembleia de Deus pelo trabalho missionário de *Gunnar Vingren* e *Daniel Berg*, Batistas de origem sueca que conheceram o movimento pentecostal nos Estados Unidos da América. E no atual município de Santo Antônio da Platina, no Paraná em 1910, originou-se a Congregação Cristã no Brasil, pelo trabalho do missionário do italiano Luigi Francescon.

Entre os anos 50 e 60 há o surgimento de três novas denominações: Igreja do Evangelho Quadrangular em 1951, a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo em 1955, e a Igreja Pentecostal Deus é Amor em 1962. A característica principal dessas denominações cristãs são a ênfase na cura divina, historicamente o surgimento destas igrejas acompanha o processo de urbanização e massificação dos grandes centros urbanos brasileiros.

Existe ainda um movimento mais recente, situado entre os anos 70 e 80 o *Neopentecostalismo*, ou a terceira onda do pentecostalismo. A Igreja Universal do Reino de Deus de 1977 é uma das expressões desse movimento, e junto a ela, a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Igreja Renascer em Cristo e a Comunidade Sara Nossa Terra. O Destaque desses grupos, entre outras coisas é sua inserção nos meios de comunicação e o seu uso intenso na direção de grandes massas populacionais, com uma adaptação rápida à cultura urbana.

A Umbanda e o Candomblé são tradições religiosas que se desenvolveram no Brasil, a Umbanda originou-se em território brasileiro, o Candomblé foi trazido pelos negros, é de matriz africana, e esforça-se para conservá-la. As duas são denominadas de religiões afro-brasileiras e têm dados da cultura africana de diversos pontos do continente.

Candomblé, quer dizer “canto e dança para louvor”, e apesar de parecer politeísta é fundamentalmente monoteísta, acredita-se em um Deus supremo Olorum (céu), esse não se relaciona com os humanos, os quais podem ter acesso a ele, por meio dos Orixás (ancestrais divinizados): Ogum, Oxóssi, Yemanjá, Yansã, entre outros. Sua característica principal é a ritualidade e a magia, não é centrada em normas morais e diretrizes éticas.

A Umbanda engloba elementos de diferentes tradições religiosas: Candomblé, Catolicismo, Espiritismo, Budismo, Hinduísmo e Pajelança. O significado do termo Umbanda, tem um longo processo, o termo AUMBANDHA, tem relação com a tríade hindu (Vishnu -A, Shiva -U e Brahma -M) e o termo Bandha “laço, ligação, sujeição”. O uso atual do termo Umbanda remete à união, ligação entre os planos terrenos e divinos. O fiel tem seu orixá, que incorpora durante as cerimônias, onde também há incorporação dos guias, outros espíritos, relacionados aos índios (Caboclo) e aos negros escravos (pretos-velhos), esses espíritos guias são inferiores aos Orixás e agrupam-se nas LINHAS ou FALANGES (de Oxalá, Iemanjá, Oxóssi, Ogum, Xangô, Omulu, Oriente)²³⁵.

Estudos da Universidade da São Paulo – USP apresentam na atualidade conflitos que envolvem ações de investidas contra as religiões de origem africana, por parte de igrejas neopentecostais. Os ataques verbais e físicos têm na sua origem importantes fatores: busca de fiéis para as congregações e combate às doutrinas e práticas do Candomblé e da Umbanda, entendidas por parte das igrejas como ações voltadas ao mal, por cultos a entidades malignas, identificadas pelo neopentecostalismo com a figura do demônio. Tal realidade é atestada por notícias jornalísticas, como a matéria do Jornal online O GLOBO de 10/08/2014 “Levantamentos mostram perseguição contra religiões de matriz africana no Brasil”²³⁶, bem como pelas reações dos membros das religiões africanas, via processos judiciais. (Silva, 2007, p.10)

As formas como acontecem as agressões aos grupos religiosos de matriz africana têm diferentes maneiras no cenário nacional: discursos condenatórios nas reuniões e cultos neopentecostais e pelos meios de comunicações de propriedade das igrejas, como jornais e canais televisivos, onde a ênfase é relacionar o mal na vida das pessoas às ações e crenças de outros grupos religiosos, os ataques físicos contra os membros do Candomblé e Umbanda, a destruição dos Terreiros²³⁷, bem como a interferência nas cerimônias que

²³⁵ Religiões do Mundo. Umbanda e Candomblé, Editora Brasileitura, p. 4-5.

²³⁶ Jornal O Globo. <http://oglobo.globo.com/sociedade/levantamentos-mostram-perseguiçao-contra-religioes-de-matriz-africana-no-brasil-13550800> acesso 12/04/2015.

²³⁷ Jornal O Globo <http://extra.globo.com/casos-de-polícia/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-traficantes-evangelicos-9868829.html> acesso 12/04/2015.

acontecem em locais públicos, ataques à simbologia das religiões africanas²³⁸ e interferência política nos direitos de uso da liberdade de expressão religiosa.²³⁹

O interior das igrejas e os programas televisivos são os fomentadores de uma visão preconceituosa das religiões africanas; um exemplo são os programas religiosos transmitidos pela rede Record, ligados à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que muitas vezes são explicitamente de combate às religiões africanas, basta observar o uso de termos: macumba, malfeito, feitiço e muitas vezes com referências explícitas ao Candomblé e Umbanda. Isso verifica-se principalmente, quando os símbolos destas religiões são relacionados a busca de coisas ruins para as pessoas: morte, doenças, divórcios, interferência na família e nos negócios de outros (Silva, 2007, p.11). Uma das estratégias muito utilizadas é entrevistar pessoas que testemunham terem sido adeptos do Candomblé ou Umbanda, muitas vezes, segundo os testemunhos eram até lideranças e converteram-se, e uma vez dentro da igreja passam a demonizar e destacar malefícios da antiga crença. As igrejas também usam outros meios de comunicação para incentivar o preconceito e o ódio contra as religiões africanas, como rádio, sites, livros, jornais, revistas e folhetos (Silva, 2007, p.11).²⁴⁰

Outros fatos interessantes aconteceram nos últimos anos que demonstram a dificuldade de convivência religiosa, reflexo da postura cultural e social; dentre os quais podemos citar: O jornal *A Tarde*, que em janeiro e fevereiro de 2005 noticiaram sobre a diretora de uma escola em Salvador que, precisou apagar a representação de *Ogum* de uma pintura artística dentro do prédio da escola devido a intolerância de famílias evangélicas com filhos na escola (Silva, 2007, p. 15). Uma reportagem da revista *Veja* de 1988, noticia uma mulher sendo expulsa de um transporte público por estar vestindo um turbante branco, um acessório de roupas típicas dos membros das religiões africanas, fato ocorrido no Rio de Janeiro na zona norte (Silva, 2007, p. 15). No Rio de Janeiro também, uma ONG “Toca o Bonde –Usina de Gente” viu sua banda mirim sendo esvaziada, pois os pais membros de igrejas neopentecostais consideraram o samba ligado a ações demoníacas, e a escola de samba seria do mal (Silva, 2007, p. 15).

²³⁸ Símbolo das religiões afro-brasileiras colocadas em espaços públicos também podem ser atacadas. A revitalização do Dique de Tororó, que inclui a instalação de esculturas dos orixás pela prefeitura de Salvador, rendeu uma série de críticas das igrejas evangélicas, que condenaram esse ato de “enaltecimento de uma religião diabólica”, “associada ao mal”, que precisaria ser “exorcizada”, segundo sua óptica, e não homenageada pelo poder público. (Folha de São Paulo, 28/06/1988 in: SILVA, Vagner. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil, Universidade de São Paulo, 2007, p.14).

²³⁹ Uma adepta da Tenda Espírita Antônio de Angola, no bairro do Irajá, foi mantida por dois dias em cárcere privado em Duque de Caxias, com o objetivo de que esta renunciasse à sua crença e se convertesse ao evangelismo. (Folha de São Paulo, 28/06/1988 in: SILVA, Vagner. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil, Universidade de São Paulo, 2007, p.12).

²⁴⁰ No bairro Engenho Velho da Federação, em Salvador, onde existem cerca de dezenove terreiros de candomblé (famosos por sua tradição, como a Casa Branca e o Gantois), o confronto vem se acirrando. Para demonstrar sua força, as igrejas evangélicas organizaram uma passeata para intimidar os seguidores dos “demônios” naquele bairro. Em resposta, o povo-de-santo saiu às ruas vestindo roupas brancas, cor associada à paz e a Oxalá, o orixá da criação, segundo o candomblé. (*A Tarde*, 27/12/2004 e 10/05/2005 in: SILVA, Vagner. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil, Universidade de São Paulo, 2007, p. 13)

A partir de 2003²⁴¹ o ministério da educação decidiu que o currículo da educação básica deve conter o ensino sobre “História e Cultura Afro-brasileira” com a produção de materiais didáticos, procurando fazer uma abordagem laica e humanista com ênfase na tolerância a diversidade de culturas. Isso, contudo não eliminou dentre os próprios educadores e parlamentares reações e protestos (Silva, 2007, p. 16). Muitas reações, entre elas as iniciativas de harmonização social, via projetos de leis partem de parlamentares ligados às igrejas neopentecostais com visões e práticas discriminatórias em relação às religiões de matrizes africanas.

Existem também as movimentações judiciais que procuram através de nossa Constituição, garantir a liberdade de expressão e culto, um exemplo entre outros, foi no final da década de 80 o processo movido contra Edir Macedo (IURD) pelo Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda e dos Cultos Afro-brasileiros por atentado, difamação e calúnia a culto religioso (Silva, 2007, p. 16). Lembrando também que nos meados da década de 90 um dos líderes da igreja Universal em programa televisivo chutava uma imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Na Bahia programas televisivos, como da IURD “Ponto de Luz”, foram obrigados pela promotoria de justiça do estado a readequar seus conteúdos, sendo proibidos de fazer referências odiosas e ofensivas às religiões afro-brasileiras (Silva, 2007, p. 20). A mesma igreja foi condenada em decisão judicial a indenizar a família de Mãe Gilda na Bahia, por uso indevido de sua imagem na *Folha Universal* em 1999 e a consequente destruição de seu terreiro por membros da Igreja Deus é Amor. A religiosa veio a falecer, devido as sequelas que as agressões deixaram, a IURD pagou 1, 372 milhões de reais, um real por exemplar do jornal distribuído com as ofensas, e a data da morte da lalorixá (21.01.2000) foi instituída pela Câmara Municipal de Salvador, como dia municipal de Combate à Intolerância Religiosa. Em São Paulo a Record e a Rede Mulher foram obrigadas pelo Ministério Público Federal a dar direito de resposta aos representantes do Candomblé e da Umbanda, quando a referência a essas religiões estiver sendo apresentada de maneira distorcida e preconceituosa (Silva, 2007, p. 20 e 21).

As ações via processo educacional e judicial, salvo as dificuldades, lentidão e imprevistos, a médio e longo prazo começam a desenhar um novo cenário, onde se reconhece primariamente o direito à livre expressão, e por consequência o direito à vida e à liberdade religiosa. Um resultado importante a ser buscado é desestimular as práticas de agressão sob qualquer forma. Um avanço importante é a movimentação dos diferentes grupos ligados ao Candomblé e a Umbanda na direção de garantir seus direitos, no sentido inclusive, de superarem suas divergências internas em prol do bem comum de seus terreiros e adeptos. No Estado da Bahia e de São Paulo registram-se importantes grupos, associações e movimentos: *Movimento Contra Intolerância Religiosa*, composto por vários grupos, como *Federação Baiana de Culto Afro*, *Centro de Estudos Afro-Orientais*, *Programa Egbé – Territórios Negros*, ligado a Presença ecumênica e serviço. *Instituto da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intecab)* e a *Comissão de Assuntos Religiosos Afrodescendentes*, em São Paulo, envolvido em atos contra a intolerância e na orientação a eleger parlamentares comprometidos com tolerância e defesa da cultura e da religião africana, *Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo* e a *União das Tendões de Umbanda e Candomblé do Brasil*, importantes organizações na atenção aos processos judiciais contra a intolerância religiosa (Silva, 2007, p. 20 e 21).

²⁴¹ Lei 10.639, sancionada em 9.01.2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Esses conflitos entre diferentes grupos religiosos de matrizes distintas são analisados também sob a ótica do cenário social que vem configurando-se nos últimos tempos. Importantes conceitos precisam ser levados em conta, um deles é o sincretismo religioso, bastante presente em uma sociedade cada vez mais plural, determinada pelas novas formas de interação: pelo uso intenso dos meios de comunicação, pelas trocas simbólicas na convivência social, pelos novos modelos de relacionamento afetivo, pela existência de diferentes orientações religiosas no interior das famílias, e mesmo pelas práticas religiosas plurais. Todos esses são elementos fundamentais para analisar o contexto de conflitos e tensões entre Neopentecostalismo e Religiosidade Africana, sob dois grupos oficiais: Umbanda e Candomblé. Estudos e publicações vem sendo realizados nesse sentido.²⁴²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos destaques feitos neste artigo são parte de um importante processo social, cultural e religioso de nosso tempo: a superação das diferenças religiosas por meio da convivência, respeito, diálogo e auxílio mútuo. As religiões são fatores sociais indispensáveis na constituição dos grupos, ainda que os últimos séculos tenham sido marcados por um processo de secularização das estruturas sociais e de uma laicização do Estado, isso não impede ou faz desaparecer a dimensão do sagrado na vida das pessoas, e essas compõem a sociedade; portanto tratar do fenômeno religioso é tratar da sociedade. Como foi apresentado, a convivência entre os credos religiosos nem sempre é pacífica, algumas vezes radical e violenta, cujas raízes históricas e sociais destacamos brevemente, a tarefa agora é avançar na compreensão e reconhecimento de direitos fundamentais ao equilíbrio social: liberdade de expressão e de culto religioso, ao mesmo tempo em que se possa garantir as críticas saudáveis e respeitadas entre os grupos, eliminando sempre os mecanismos de perseguição e ódio, devido às diferentes posturas religiosas no que tange à interpretação das doutrinas e práticas das religiões africanas.

REFERÊNCIAS

ALLENS, David. B. **Movimento Neopentecostal Brasileiro**, um estudo de caso. Hagnos: São Paulo, 2014

Guia Ecumênico. **Estudos da CNBB**. 1984.

Hortal S.J, Jesus. E Haverá um só rebanho: **História, doutrina e prática católica do ecumenismo**. Loyola: São Paulo, 1996.

Matos, Alderi de Souza. Instituto Presbiterianos Mackenzie. **O Desafio do Neopentecostalismo e as Igrejas Reformadas**. <http://www.mackenzie.br/7090.html> acesso 15/06/2015

REINHARDT, Bruno. **Espelho ante espelho: a troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador**. São Paulo: Attar, 2007.

²⁴² REINHARDT, Bruno. Espelho ante espelho: a troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador. São Paulo: Attar, 2007.

SCHLÖGL, Emerli. **Ensino Religioso, perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para Ensino Médio**. Curitiba: IBPEX, 2009.

Silva, Clemildo Anacleto Ribeiro. Ribeiro, Maria Bueno Silva. **Intolerância Religiosa e Direitos Humanos, Mapeamentos de Intolerância**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Vagner. **Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil**. Universidade de São Paulo, 2007.

Jornal O Globo. <http://oglobo.globo.com/sociedade/levantamentos-mostram-perseguiacao-contrareligioes-de-matriz-africana-no-brasil-13550800> acesso 12/04/2015

Jornal O Globo <http://extra.globo.com/casos-de-policia/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-trafficantes-evangelicos-9868829.html> acesso 12/04/2015

AS LIGAÇÕES INTERSISTÊMICAS ENTRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E OS DIREITOS HUMANOS

Martinho Martins Botelho, UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter, FARESC-Faculdades Santa Cruz, Direito, e-mail: martinho.botelho@yahoo.com.br; Marco Antônio César Villatore, UNINTER - Centro Universitário Internacional Uninter, Direito.

Palavras-chave: direito ao desenvolvimento, objetivos de desenvolvimento do Milênio, direitos humanos, Organização das Nações Unidas.

1. INTRODUÇÃO

O direito ao desenvolvimento socioeconômico pode ser encontrado no regime jurídico global de direitos humanos, não sendo preocupação institucional recente dos objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM), instituídos em 2000, sendo que a evolução desenvolvimentista acompanha a dinâmica dos desafios da humanidade nos últimos séculos.

Efetivamente, os excessos da sociedade internacional em variados regimes econômicos, jurídicos e políticos contribuem para uma complexidade e, por conseguinte, uma consciência singular adquirida no pós-modernismo.

Os desafios surgidos no Pós-Guerra Fria permitiram a aceleração dos movimentos econômicos e jurídicos de aceleração da institucionalização do desenvolvimento e da implementação da proteção internacional dos direitos do ser humano e, principalmente, da inclusão dos pobres.

O exemplo disso pode ser dado pelas ações de organizações internacionais, tal como a Organização das Nações Unidas, e também de organizações regionais e sub-regionais.

Tais fatos levaram ao estudo de questões sistêmicas institucionais entre os direitos humanos relacionados com o desenvolvimento e o tema específico dos direitos temporais de desenvolvimento do milênio, consubstanciados pelos objetivos de desenvolvimento do Milênio.

A resposta aparentemente simples para tais relações seria: os direitos humanos são mais amplos que os objetivos de desenvolvimento do Milênio, razão pela qual seriam ontologicamente diferentes.

No entanto, entende-se contrariamente: os objetivos de desenvolvimento do Milênio estão intrinsecamente relacionados com os direitos humanos, mas são de naturezas jurídicas distintas.

O objetivo do presente artigo é analisar, brevemente, as relações sistêmicas entre os direitos humanos e os objetivos de desenvolvimento do Milênio, especialmente no quesito do direito ao desenvolvimento socioeconômico.

O artigo, ainda em construção, encontra-se dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão ao final. Na segunda parte, realizou-se uma breve descrição da visão sistêmica dos direitos humanos. Na terceira parte, analisaram-se os objetivos de desenvolvimento do Milênio e a relação com o direito ao desenvolvimento socioeconômico. Na quarta parte, apresentaram-se as relações sistêmico-institucionais dos direitos humanos e os oito objetivos de desenvolvimento do Milênio.

2. A visão sistêmica dos direitos humanos

Claus-Wilhelm Canaris tratou sobre a ideia de sistema na sua obra *“Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz: entwickelt am Beispiel des deutschen Privatrecht”* (que pode ser traduzido como “O pensamento sistêmico e o conceito de sistema desenvolvido na jurisprudência: o exemplo do direito privado alemão”)²⁴³, sendo que a sua concepção de sistema tinha semelhanças essenciais com a visão de sistema de Karl Ludwig von Bertalanffy no seu *“General System theory: Foundations, Development, Applications”*.

O fenômeno jurídico pode ser visto como resultado sistêmico, podendo ser comparadas as visões de Canaris e de von Bertalanffy.

Claus-Wilhelm Canaris (2012, p. 103) definiu o sistema jurídico como uma o ordenamento teleológico de princípios gerais de Direito, sendo que a visão sistêmica teria a finalidade de traduzir e realizar a adequação valorativa e a unidade interior da norma jurídica (CANARIS, 2012, p. 23).

De acordo com a visão de Canaris (1996, p 12),

No que respeita, em primeiro lugar, à ordenação, pretende-se, com ela, - quando se recorra a uma formulação muito geral, para evitar qualquer restrição precipitada – exprimir um estado de coisas intrínseco racionalmente apreensível, isto é, fundado na realidade. No que toca à unidade, verifica-se que este fator modifica o que resulta já da ordenação, por não permitir uma dispersão numa multitude de singularidades desconexas.

Em outras palavras, os princípios gerais de direito constituem os elementos fundamentais de determinado sistema jurídico, de tal sorte que estão contidos no sistema jurídico de maneira ordenada e a partir de uma concepção valorativa que garanta a unidade do sistema.

Fala-se que, nos sistemas jurídicos, estão contidos subsistemas, os quais, por sua vez, estão organizados entre si, de acordo com as peculiaridades e princípios gerais de direito.

É o que acontece com os princípios de direitos humanos (DH), relacionados com o seu respeito e a sua proteção, e o impedimento de violações. A proteção aos direitos humanos trata-se de princípio fundamental, já que de outros princípios no sistema do direito devem observá-los.

Ademais, Canaris (1996, p. 105) trata sobre a existência dos sistemas científicos e objetivo, os quais se relacionam com os quesitos de abertura e de mobilidade.

O sistema científico é aberto, tendo em vista ser incompleto e provisório, o que permitiria o seu avanço e aprimoramento de paradigmas. O sistema objetivo, tal como o de direitos humanos, também é aberto, tendo em vista estar em constante alteração.

No condizente à modificação, pode-se dizer que existe uma relação entre os sistemas científicos e o objetivo, nos termos expostos por Claus-Wilhelm Canaris (1996, p. 112-113):

O sistema científico modifica-se quando tenham sido obtidos novos ou mais exactos conhecimentos do Direito vigente ou quando o sistema objetivo ao qual o

²⁴³ Tal obra fora traduzida para o português lusitano em: CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistemas na Ciência do Direito**. 5ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 2012.

científico tem de corresponder, se tenha alterado, o sistema objectivo modifica-se quando os valores fundamentais constitutivos do Direito vigente se alteram. Em consequência, o sistema científico está em estreita dependência do objectivo e deve mudar-se sempre com este, enquanto o sistema objectivo, pelo seu lado, não é influenciado por modificações dentro do científico.

As mencionadas alterações do sistema objetivo dos direitos humanos podem ser feitas no âmbito da codificação internacional, das legislações nacionais, novos elementos consuetudinários, preenchimento de lacunas e valorações e surgimento de princípios gerais de direito (BEDJAOUI, 1991, p. 1201).

As alterações do sistema científico são resultados dos progressos do conhecimento de valores fundamentais de *jure constituto* (CANARIS, 1996, p. 113), tal como nas modificações ocorridas no sistema objetivo de direitos humanos.

Resumidamente, o sistema objetivo de direitos humanos pode ser modificado por meio de vetores externos ao sistema do direito, assim como por meio de alterações originadas de interações ocorridas intersistematicamente (MEILLAN, 2003, p. 13).

Quanto à mobilidade do sistema, é possível verificar a visão de Canaris (1996, p. 143), segundo o qual o sistema móvel se situa entre a rigidez e a cláusula geral disposta em um ordenamento jurídico.

Um dos principais elementos discutidos por Karl Ludwig von Bertalanffy na teoria geral dos sistemas é a característica da abertura. Na visão de Bertalanffy (1976, p. 45), os sistemas são abertos, de tal sorte que é essa qualidade que os mantêm em equilíbrio dinâmico. Portanto, um sistema fechado levaria o mesmo a um equilíbrio estático, causando a paralisação do sistema, sem evolução, sendo indesejável para o sistema de direitos humanos.

A evolução dos sistemas regionais de direitos humanos é feito por retroalimentação a partir das relações entre os sistemas científicos e objetivo, trocando-se interações internas e externas (IQBAL, 2007, p. 11).

A compreensão do sistema jurídico de direitos humanos pode se dar de maneira interdependente, relacionando-se o sistema global com os sistemas regionais de direitos humanos, e também com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tendo em vista que esses últimos têm conotação programática econômica e social.

É nessa dinâmica que consiste o cerne da teoria sistêmica dos direitos humanos.

Assim, como na teia social, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os direitos humanos podem ser vistos como uma série de sistemas que estão interrelacionados, autorreferenciados na sua construção e evolução.

Os direitos humanos podem ser compreendidos como um sistema porque é a dinâmica dos seus elementos que proporciona a sua realização, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio permitem a verificação da necessidade de adaptações para que o direito humanitário continue em vigência.

A rede institucional de direitos humanos permite que interrelação com outras redes (tais como, a econômica, social, política), promovendo a relação das suas normas jurídicas para que a rede permaneça, tendo-se como base o desenvolvimento socioeconômico, que é o alicerce que o mantém (ORFORD, 2001, p. 130).

A teoria sistêmica dos direitos humanos, assim, é o desenvolvimento, o qual possibilita a visualização da dinâmica existente nas relações intersociais, de uma maneira justa e inerente à própria natureza humana (BEETHAM, 2006, p. 81).

É essa perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a relação com o direito ao desenvolvimento socioeconômico que serão vistas a seguir.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto no presente trabalho ainda em construção, pretende-se demonstrar que existe uma aproximação entre as previsões do sistema global de proteção de direitos humanos e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, já que ambos criam incentivos ou benefícios (*payoffs*) para a práxis política de condutas estatais voltadas para o jushumanismo. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são usados, aqui, como mecanismos para a prorrogação dos direitos fundamentais como alicerce para o desenvolvimento socioeconômico.

A abordagem dos direitos humanos é mais voltada para o nível mínimo do núcleo e a igualdade de direitos entre todos os seres humanos sejam priorizados nos processos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Não obstante a natureza vinculativa dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento socioeconômico, frequentemente os mesmos são violados, até mesmo que estejam reforçados em razão da ligação intersistêmica entre os mesmos.

Especialmente, os sistemas judiciais e os de governança não fornecem uma proteção adequada para o ser humano. Com isso, os processos políticos são geralmente criticados por não afirmarem e darem eficiência aos direitos humanos.

Em razão da mobilização nacional e internacional relacionada com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é possível fornecer mecanismos para os processos políticos fundamentados nos compromissos de alto nível relacionados com o direito ao desenvolvimento socioeconômico. É o que se espera mesmo depois de cumprido o “estágio” de quinze anos da política voltada para a eficácia dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

4. REFERÊNCIAS

BEDJAOUI, M. The Right to Development. In: BEDJAOUI, M. (ed.). **International Law: Achievements and Prospect**. Dordrecht/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1991, p. 1177–1204.

BEETHAM, D. The Right to Development and Its Corresponding Obligations. In: ANDREASSEN, B.; MARKS, S. (eds). **Development as a Human Right: Legal, Political and Economic Dimensions**. Cambridge: Harvard School of Public Health, 2006, p. 79–95.

BERTALANFFY, Karl Ludwig von. **General System theory: Foundations, Development, Applications**. New York: George Braziller, 1976.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistemas na Ciência do Direito**. 5ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 2012.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz: entwickelt am Beispiel des deutschen Privatrechts**. Berlin: Duncker & Humblot, 1969.

IQBAL, K. The Declaration on the Right to Development and Its Implementation. In: Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Political Perspectives Graduate Journal, London, v. 1, n. 1, p. 1–39, 2007.

MEILLAN, L. Le Droit au Developpement et les Nations Unies: quelques reflexions. **Droit en Quart Monde**, Paris, n. 34, p. 13–31, 2003.

ORFORD, A. Globalization and the Right to Development. In: ALSTON, P. (ed.), **Peoples' Right**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 127–184.

MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE NO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO: NECESSIDADE DE PATRULHAMENTO FLUVIAL

Matheus Soares Massotti; Antônio Santiago Pinto Santos
Polícia Militar de Sergipe – PMSE;
Instituto Federal de Sergipe – IFS
matheuszoares@yahoo.com.br;
antoniogeografo@gmail.com

RESUMO

São mapeados os índices de criminalidade no baixo São Francisco sergipano. Destaca-se a importância do patrulhamento fluvial para a manutenção da segurança pública nesta região, pois a mesma é composta por um ambiente flúvio marinho que carece de proteção pragmática das diversas garantias do ordenamento legal, destacados os recursos naturais e o patrimônio. Foram identificados e quantificados os índices de crimes entre 2008 a 2014. Foi mapeada a criminalidade por município segundo a natureza criminal onde é possível visualizar a dinâmica das ocorrências no território estudado.

Palavras-chave: Patrulhamento Fluvial. Baixo São Francisco Sergipano. Criminalidade. Meio Ambiente.

1. INTRODUÇÃO

O baixo curso do rio São Francisco está localizado entre os estados de Alagoas e Sergipe onde predominam o desenvolvimento de atividades rurais e extrativistas no cotidiano da dinâmica social. Neste ambiente são encontrados diversos cursos hídricos afluentes do rio São Francisco com disposição de recursos naturais, compondo um bioma de extrema necessidade de preservação / conservação.

Este estudo identificou e quantificou os dados relativos aos crimes praticados na região período entre 2008 e 2014. O recorte temporal possibilitou uma análise da dinâmica das ocorrências dos crimes. Especificamente foram identificados os registros referentes aos crimes de roubo, furto e crimes de natureza ambiental como o desmatamento / ocupação de mata ciliar, em Área de Preservação Permanente e em Área de Proteção Ambiental; Caça e Pesca ilegal; Comércio (captura ou posse) de animais silvestres; e Extração ilegal de minerais.

Foram mapeados os índices de criminalidade por município segundo a natureza criminal, observando uma classificação por ano proposta pelo autor. É possível a observação por município dos índices de criminalidade.

Foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória com a perspectiva de mapear os índices de criminalidade entre 2008 a 2014, buscando subsidiar a segurança pública na área de estudo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Considerações sobre criminalidade.

Adotou-se aqui a premissa de Durkheim, que entendia o crime como um fenômeno social “normal” e necessário. Este autor afirma que o problema (crime) merece:

Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os atos assim classificados não são os mesmos em todo o lado; mas em todo o lado e em todos os tempos existiram homens que se conduziram de tal modo que a repressão penal se abateu sobre eles (DURKHEIM, 1972, p.82).

Para Durkheim, não há nenhuma sociedade onde não exista criminalidade. Entende-se a criminalidade como a sucessão de fatos (ou ações) que sejam socialmente tipificadas em lei como crime.

Saraiva (1989, p. 39), destaca que “a sociedade procurou sempre, de uma forma ou de outra, reprimir os crimes, e no propósito de repressão, muitos outros crimes foram cometidos”. Quando se observa a repetição de condutas criminosas, pode-se admitir o contexto da criminalidade.

É válido ressaltar que no contexto atual do capitalismo a ingerência dos serviços públicos acaba por contribuir com a materialização dos crimes. Sob a premissa do capital, a cidadania do sujeito se encontra vinculada à sua capacidade de pagar para consumir, processo que foi debatido por Santos (1988).

É fundamental destacar que ao se analisar a criminalidade, deve-se considerar que os dados estatísticos muitas vezes escondem a verdadeira situação criminal, onde se originam as cifras ocultas. Todavia, é necessário estabelecer recorte contextual para análise científica sobre os crimes aqui propostos.

2.2 Caracterização da área de estudo.

Foi considerado o território do Baixo São Francisco sergipano como recorte espacial de estudo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, este território abrange uma área de 1.967,10 Km² e é composto por 14 municípios: Muribeca, Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. A população total do território é de 125.193 habitantes, dos quais 52.536 vivem na área rural, ou 41,96% do total.

A região de estudo está localizada em uma planície flúvio marinha onde são encontrados diversos cursos hídricos afluentes do rio São Francisco. Trata-se de uma região com índice de desenvolvimento humano baixo (0,61) que apresenta demandas de segurança pública entre outras intervenções do Estado.

2.4 Quantificação e análise de dados

Verificando os dados oficiais apresentados no período entre 2008 a 2014, referentes aos registros de boletim de ocorrência (BO) registrados pela polícia judiciária, encontra-se o cenário descrito na tabela abaixo.

Registro de Boletim de Ocorrência entre 2008 a 2014

Município	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Quantidade de BO
Amparo de São Francisco	7	9	15	14	6	7	8	66
Brejo Grande	6	16	23	15	27	18	25	130
Canhoba	0	7	5	5	11	11	12	51
Cedro de São João	21	28	24	19	33	28	14	167
Ilha das Flores	10	19	35	15	11	6	6	102
Japoatã	35	56	32	47	43	63	48	324
Malhada dos Bois	17	12	17	20	23	28	17	134
Muribeca	13	5	26	31	46	39	50	210
Neópolis	79	68	88	64	83	72	87	541
Pacatuba	19	31	26	24	33	29	27	169
Propriá	265	312	372	354	329	312	271	2.215
Santana de São Francisco	10	20	26	10	8	20	16	110
São Francisco	3	4	8	7	25	21	12	80
Telha	5	5	6	7	13	15	9	60
Total	490	592	703	632	691	669	602	4.379

Tabela de boletins de ocorrência por município.

Fonte: SSP / PC / SE.

A tabela demonstra os valores totais de boletins de ocorrência registrados por município. Observando esses os dados acima temos o destaque do município de Propriá – que apresenta o maior índice de criminalidade com 2.215 registros – e o município de Canhoba com 51 registros.

Destaca-se também que os três municípios com maior índice apresentado – Propriá (2.215), Neópolis (541) e Japoatã (324) – formam uma área contínua dentro do Baixo São Francisco, como se observa no mapa abaixo. Observa-se que os municípios têm territórios adjacentes, o que facilita ações de segurança pública nesta área pelo destaque dos índices apresentados (figura 1).

Analisando o cenário criminal em lide temos que dos 4.379 boletins de ocorrência, 3.464 boletins – ou 79,10 % – foram registrados nos municípios que margeiam o rio São Francisco.

Figura 1: Território do Baixo São Francisco sergipano.

Fonte: Base cartográfica do IBGE, 2006.

Inclui-se aqui o município de Pacatuba pois o mesmo apresenta feição deltaica de diversos cursos hídricos afluentes do São Francisco. Desse modo, 915 ocorrências – ou 20,9 % – foram registradas nos demais municípios.

Objetivando uma melhor visualização da dinâmica criminal ao longo do período estudado, foi feita uma tabulação e posterior classificação dos mesmos. Para a classificação foram estabelecidos 4 níveis tomando como base a amplitude dos registros de boletins de ocorrência. Assim, para cada município foi considerado o menor e o maior número de registros no período do estudo, onde a diferença desses resultou em um número próprio de Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

amplitude. Dividindo-se esse número por 4 (classes ou níveis), obtivemos os índices da classificação apresentada na tabela abaixo.

Município	Amplitude de ocorrências	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D
Amparo de São Francisco	6 a 15 = 9	6 – 8,25	8,26 – 10,5	10,51 – 12,75	12,76 – 15
Brejo Grande	6 a 27 = 21	6 – 11,25	11,26 – 17,5	17,51 – 22,75	22,76 – 27
Canhoba	5 a 12 = 7	5 – 6,75	6,76 – 8,5	8,51 – 10,25	10,26 – 12
Cedro de São João	14 a 33 = 19	14 – 18,75	18,76 – 23,5	23,51 – 28,25	28,26 – 33
Ilha das Flores	6 a 35 = 29	6 – 13,25	13,26 – 20,5	20,51 – 27,75	27,76 – 35
Japoatã	32 a 63 = 31	32 – 39,75	39,76 – 47,5	47,51 – 55,25	55,26 – 63
Malhada dos Bois	12 a 28 = 16	12 – 16	16,01 – 20	20,01 – 24	24,01 – 28
Muribeca	5 a 50 = 45	5 – 16,25	16,26 – 27,50	27,51 – 38,75	38,76 – 50
Neópolis	64 a 88 = 24	64 – 70	70,01 – 76	76,01 – 82	82,01 – 88
Pacatuba	19 a 33 = 14	19 – 22,5	22,51 – 26	26,01 – 29,5	29,51 – 33
Propriá	265 a 372 = 107	265 – 291,75	291,76 – 318,5	318,51 – 341,25	341,26 – 372
Santana de São Francisco	8 a 26 = 18	8 – 12,5	12,51 – 17	17,01 – 21,5	21,51 – 26
São Francisco	3 a 25 = 22	3 – 8,5	8,51 – 14	14,01 – 19,5	19,51 – 25
Telha	5 a 15 = 10	5 – 7,5	7,51 – 10	10,01 – 12,5	12,51 – 15

Fonte: Dados da SSP/SE e tabulação do autor

A partir dos dados apresentados foi possível a confecção de mapas (figura 2) que demonstram a variação dos índices observando a classificação por média de cada município. É notável que os municípios ribeirinhos apresentam os piores índices em termos absolutos e proporcionais, destacando-se os anos de 2010 e 2012.

O ano de 2008 é o que teve a menor taxa de ocorrências registradas no período estudado, com um total de 490 registros efetuados. Em termos proporcionais à média própria por município, destaca-se Neópolis com 79 ocorrências atingindo seu nível C na classificação proposta. No ano de 2009 foram registradas 592 ocorrências no total. É válido destacar que se for feita a soma dos municípios de Propriá, Neópolis, Japoatã e Pacatuba temos mais de 400 ocorrências apenas nestes municípios.

Em 2010 é registrado o maior número absoluto de ocorrências durante o período estudado. Temos o destaque dos índices de crimes nos municípios que fazem fronteira com o estado de Alagoas, onde nestes foram registradas as maiores médias segundo a classificação proposta. Neste ano o município de Propriá atinge um total de 372 ocorrências e juntamente com Neópolis, Santana de São Francisco, Ilha das Flores e Brejo Grande, formam um território contínuo onde todos atingiram o pior nível de classificação neste estudo.

Figura 2: Mapeamento de índices de crimes entre 2008 a 2014.

Fonte: SSP/ SE. Mapeamento: Antônio Santiago Pinto Santos.

Durante o período estudado o ano de 2012 foi o que apresentou o segundo pior resultado absoluto, com 691 ocorrências registradas. Novamente destacam-se os índices apresentados pelos municípios ribeirinhos como Brejo Grande. É evidente o contraste de classificação do mapa acima ao ser comparado com o de 2008, onde predominavam municípios nos nível A e neste o nível D.

No ano de 2013 o número total de ocorrências é 699 e o último ano do período estudado apresentou uma ligeira queda no total de ocorrências – com 602 registros – e novamente a tendência dos piores níveis foram encontrados nos municípios ribeirinhos como Neópolis, Canhoba e Brejo Grande.

É possível visualizar a dinâmica das ocorrências no mapeamento apresentado. Sobremaneira nos anos de 2010, 2012 e 2014 é possível identificar os índices de pior cenário para o baixo São Francisco sergipano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Constituição Federal vigente é direito individual e social a garantia da segurança pública. Juridicamente é dever do Estado o planejamento e execução de ações que preservem a paz social através do ordenamento legal. Deste modo, urge a necessidade de implantação de modalidades de policiamento, haja vista que as práticas de crimes têm se modificado e ampliado nas últimas décadas.

A modalidade de policiamento embarcado (fluvial), configura-se mais adequada para o ambiente em estudo, pois além de mais econômica e eficiente, se levarmos em comparação ao policiamento com aeronaves, que se exige um custo bem maior para o policiamento, e dificuldades na efetivação dos flagrantes no local da ocorrência.

Este estudo demanda um maior aprofundamento de questões que seguem com o mapeamento apresentado. As ações de policiamento ostensivo realizadas na área de estudo são de responsabilidade da Polícia Militar de Sergipe e, desta maneira, torna-se fundamental identificar a distribuição de efetivo policial bem como a logística de equipamentos empreendida naquele território.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SARAIVA R. **Poder, violência e criminalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

MORTE E LESÃO NO TRÂNSITO: UMA EPIDEMIA OU PANDEMIA?

Vanessa Aparecida de Souza Fontana
(UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter)
Contato: vanessadesouzafontana@hotmail.com
vanessa.so@uninter.com

RESUMO

O objetivo é analisar de forma comparada os dados do trânsito brasileiro com dados mundiais e os dados no Paraná. No Brasil são mortos 40 mil pessoas no trânsito por ano e aproximadamente 400 mil lesionados. Sendo que, 200 mil dessas pessoas ficam com lesões permanentes, o que tem um custo evidentemente econômico e social de longo prazo e por vezes irreversíveis. Como contraponto, tivemos doze conflitos ocorridos globalmente no mundo, entre os anos de 2004 e 2011 que vitimaram 170 mil pessoas. Nesse contexto, cabe analisar o papel do Código Nacional de Trânsito - CTB, na prevenção e punição de infrações cometidas nas vias públicas. Nesse sentido, há um questionamento quanto à eficácia jurídica, que é o próprio Código, bem como, das políticas públicas oriundas do Executivo Federal, Estadual e Municipal no trânsito brasileiro. O foco desse artigo é demonstrar que o número de mortos que temos no trânsito podem e devem ser tratados como dados de uma epidemia com impactos sociais, políticos e econômicos relevantes no Brasil.

Palavras-chave: Código Nacional de Trânsito, Executivo, mortes no trânsito, epidemia.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar de forma comparada os dados do trânsito brasileiro em relação a outros países, pois no Brasil matamos aproximadamente 40 mil pessoas e lesionamos 400 mil, por ano. Sendo que, 200 mil dessas pessoas ficam com lesões permanentes, o que tem um custo evidentemente econômico e social de longo prazo e por vezes irreversíveis. Como contraponto, tivemos doze conflitos ocorridos globalmente no mundo, entre os anos de 2004 e 2011 que vitimaram 170 mil pessoas, no entanto, cabe ressaltar que o Brasil não vive "(...) disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas (...)" (Revista Exame, acesso em: 09/04/2014). Nesse sentido, os dados são epidêmicos quando observamos o trânsito brasileiro, evidentemente, países que vivem conflitos sangrentos por meio de guerras declaradas, não matam na quantidade que o trânsito brasileiro.

Assim, os dados que temos com base nos Informes da Organização Mundial de Saúde, são:

Tabela 01 – Mortes no Trânsito no Mundo (2009)

PAÍSES	MORTOS NO TRÂNSITO
BRASIL	35.155 (2006)
CAMBOJA	1.545 (2007)
CHINA	89.455 (2007)
EGITO	12.295 (2007)
ÍNDIA	105.725 (2006)
MÉXICO	17.003 (2006)
QUÊNIA	2.893 (2007)
RÚSSIA	33.308 (2007)
TURQUIA	4.633 (2006)
VIETNÃ	12.800 (2007)

Fonte: Dados dos Informes da OMS (2009-2013).

Os dados são alarmantes em diversos países e por isso, como afirmamos recentemente, acabam sendo superiores ao número de mortos em guerras civis declaradas.

Tabela 02 – Mortes no Trânsito no Mundo (2013)

PAÍSES	MORTOS NO TRÂNSITO
BRASIL	37.294 (2009)
CAMBOJA	1.816 (2010)
CHINA	65.225 (2010)
EGITO	7.398 (2010)
ÍNDIA	133.938 (2010)
MÉXICO	17.820 (2010)
QUÊNIA	3.055 (2010)
RÚSSIA	26.567 (2010)
TURQUIA	4.045 (2010)
VIETNÃ	11.029 (2010)

Fonte: Dados dos Informes da OMS (2009-2013).

Como é possível observar os dados subiram entre os anos de 2009-2013, no Brasil houve um aumento de 2.139 vítimas, na China houve uma queda de 24.230 pessoas mortas no trânsito, já na Índia houve um aumento de 28.213 pessoas vítimas de trânsito, agora na Rússia houve também uma redução de 6.741 ao longo de quatro anos. Veja como os dados em termos mundiais oscilam, mas no Brasil, infelizmente só aumentam. Como dissemos, no Brasil, no ano de 2010 tivemos 42.844 óbitos por Acidentes de Transportes Terrestres – ATT (CID 10 – V01-V89). Já no ano de 2011 ocorreram 43.256 óbitos por Acidentes de Transportes Terrestres – ATT (CID 10 – V01-V89). No ano de 2012, ocorreram 43.256 óbitos por Acidentes de Transportes Terrestres – ATT (CID 10 – V01-V89).

Pensando em termos mais circunscritos, a partir dos dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária²⁴⁴, no Paraná, no ano de 2015, tivemos

²⁴⁴ Dados extraídos da Gazeta do Povo – 02 de outubro de 2015. RIBEIRO, Diego. Paraná registra quatro mortes por dia no trânsito em 2015. In: **Gazeta do Povo: Vida e cidadania**. Curitiba: 02 de outubro de 2015.

769 mortes no primeiro semestre, uma queda de 10% em relação a 2014, no entanto, na capital – Curitiba, no mesmo período ocorreu 90 acidentes fatais, 12% a mais do que em 2014. Sendo que foram registrados 90 homicídios culposos de trânsito, isso em 181 dias, o que dá uma média de um (01) caso a cada dois dias. De acordo com o BPTRAN - Batalhão de Trânsito da Polícia Militar - o perfil das vítimas são pessoas entre 18 e 30 anos de idade, isto é, jovens. Isso tem um impacto imediato na economia da cidade, pois os mortos e sequelados compõem a população economicamente ativa (PEA). Um dado que chama atenção é a cidade de Maringá, cidade com densidade populacional média, que ocupa hoje um triste destaque com mortes no trânsito. Em seis meses, ocorreram 24 homicídios culposos, isso se deve, segundo o BPTRAN ao grande número de índices de carros por pessoa no estado. Hoje Maringá, possui 400 mil habitantes e mais de 300 mil veículos, sendo que, outro dado em destaque é que mais de 50% dos acidentes envolvem moto.

Como vemos esses dados são elevados e acabam prejudicando o crescimento do Brasil e sobrecarregando o sistema de saúde público, sem falar no drama pessoal de milhares de famílias desestruturadas por perder jovens dessa forma trágica.

O Código de Trânsito e Leis Específicas para enfrentar as mortes no trânsito brasileiro

Pois bem, nesse contexto, cabe analisar o papel do Código Nacional de Trânsito na prevenção e punição de infrações cometidas nas vias públicas do Brasil. Nesse sentido, há um questionamento quanto à eficácia jurídica, que é o próprio Código, bem como, das políticas públicas oriundas do Executivo Federal, Estadual e Municipal no trânsito brasileiro.

No Brasil, o governo federal gasta cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com vítimas de acidentes de trânsito, isso em termos de Brasil. As despesas consistem em:

- a) Remoção de acidentados.
- b) Pagamento de indenizações com seguro obrigatório.
- c) Gastos com o Sistema Único de Saúde – SUS.

Cabe destacar que segundo o Presidente da Fenasdetrans, 75% dos leitos hospitalares em hospitais públicos estão ocupados com pessoas vítimas de “acidentes” de trânsito. Segundo publicação da ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, a conceituação adotada para a compreensão do que é um acidente advém do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. O registro é realizado por agente ou autoridade de trânsito, por meio de um Boletim de Ocorrência ou em documento próprio. Esse agente pode ser da Guarda Municipal, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiro, da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal, cada um em sua jurisdição. Uma das críticas da autora, Maria Jorge, é pelo fato dos óbitos contabilizados serem somente para as vítimas falecidas no local do evento e não aquelas mortes posteriores, mas que tiveram como origem, o evento, acidente de trânsito. Cabe ressaltar que os dados oficiais contabilizam somente os acidentes em que houve ao menos, uma vítima com óbito ou lesão. Assim, aqueles que não tiveram nenhum tipo de vítima não constam dos dados oficiais.

O retrato de que os acidentes com vítimas ocorrem durante o dia é repetido em todo o país. Os dados do Denatran, aliás, preocupantes do ponto de vista da norma jurídica, demonstram que há um “crescente” nas taxas de acidentes com vítimas entre os anos de 1998-2005. Sendo que o Estado do Paraná se configura como o segundo Estado mais

violento em termos de vítimas no trânsito, perdendo somente para Goiás e o Distrito Federal. Cabe ressaltar que, entre os anos de 1999 a 2005 prevaleceram às colisões na faixa dos 50%, como resultante em vítimas fatais e com lesões, e os atropelamentos ficaram perto dos 20%.

Os dados são alarmantes e chamam a atenção para um contingente imenso de pessoas mortas e sequeladas pelo trânsito no Brasil. Segundo dados do DENATRAN, (...) em números absolutos, passaram de 262.374 a 383.371, projetando um aumento relativo de 46,1%, uma taxa de acidentes em relação à população de 208 acidentes para cada 100.000 habitantes (aumento de 28,3%) e uma taxa de acidentes em relação à frota de 9,1 para cada 1.000 veículos (crescimento de 7,1% no período) (JORGE, 2013, p.106).

Essas informações são cruciais para se refletir a aplicação da norma presente no Código Nacional de Trânsito, Lei 9.503 de 1997 e dos preceitos constitucionais que preservam a vida. Nesse sentido, a natureza jurídica do trânsito é refletida na normativa máxima de que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e é um dever dos órgãos e entidades competentes do Sistema Nacional de Trânsito, e a eles cabe adotar medidas que assegurem esse direito. Tais direitos apresentam-se no artigo 5º, no artigo 144, artigo 37 e 22 da Constituição Federal e de maneira substantiva no Código Nacional de Trânsito. Assim, de forma precípua e contundente no Artigo 1º § 3º, diz que:

(...) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito **respondem**, no âmbito das respectivas competências, **objetivamente**, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro (Código Nacional de Trânsito, 1997).

O que nos chama atenção é que apesar da proteção e segurança jurídica apresentada pelo Código, não temos efetividade na aplicação da norma, bem como, índices alarmantes de “acidentes” no Brasil. Há uma omissão do Estado, tanto em termos da aplicação da norma por meio dos órgãos fiscalizadores, como também no sentido punitivo, dado a protelação permitida pelas chamadas “brechas” do direito. Hoje a sociedade brasileira respira o ar da impunidade. Assim, nosso objetivo aqui, foi o de apresentar e confrontar os dados do mundo real com a doutrina e a sua aplicação, pois como apresentamos brevemente, o trânsito brasileiro apresenta dados epidêmicos de acidentes e esse fato social merece o olhar acadêmico.

Desse ponto de vista é que a abordagem das mortes e dos sequelados em trânsito sendo tratados do ponto de vista da epidemiologia podem auxiliar na compreensão desse fenômeno social. Segundo Paulo Battaglin, quando se fala em epidemiologia há três aspectos a serem considerados: a) dados qualitativos; b) dados sociais; c) a interdisciplinaridade. Esses três aspectos se relacionam com três pontos fundamentais: a) os determinantes; b) a distribuição; c) a frequência dos eventos em saúde nas populações.

De acordo com a Associação Internacional de Epidemiologia define a ciência epidemiológica como uma:

“(...) ciência que estuda o processo saúde-doença em coletividades humanas, analisando a distribuição e os fatores determinantes das enfermidades, danos à saúde e eventos associados à saúde coletiva, propondo medidas específicas de prevenção, controle ou erradicação de doenças. Fornece ainda indicadores que sirvam de suporte no

planejamento, administração e avaliação das ações em saúde (...)” (BATTAGLIN, s/d, p. 248).

No item distribuição e frequência é descrito o estado de saúde das populações, isso com o objetivo de identificar os grupos mais afetados e a traçar seu perfil em saúde, esse método de epidemiologia descritiva, a partir dessa investigação determina-se os grupos e os eventos de saúde que devem ser destacados. Após essa fase surgem três questões:

Quem: são as pessoas afetadas pelo evento em saúde, suas características por gênero, faixa etária, etnia, nível educacional, renda e outros fatores.

Quando: aqui define-se o período de tempo a ser definido na análise epidemiológica, como: século, década, ano, mês, semana, dia, hora, ou outros períodos definidos pelo pesquisador.

Onde: é a relação do evento em saúde relacionado ao espaço geográfico, como: continente, país, estado, cidade, bairro, comunidade, espaço rural, espaço urbano, dentre outros.

Nesse sentido, a epidemia é definida como um aumento inesperado de frequência de eventos num período e região, ou também pode-se utilizar o termo pandemia para conceituar a “(...) ocorrência de muitos casos, além daqueles esperados, em grandes proporções territoriais, como continentes ou em todo o globo (...)” (BATTAGLIN, s/d, p. 251). O olhar da epidemiologia hoje aproximasse dos indivíduos, ligados a um determinado ambiente e a cultura, e como esses fatores geram condições favoráveis capaz de incidir sobre o seu estado de saúde, isso é chamado de: determinantes sociais.

Um dos métodos que compõem a formação do quadro epidemiológico é a etapa descritiva, que parte basicamente de dados secundários oriundos do Sistema de Informação em Saúde (SIS). Isso significa dizer que a epidemiologia descritiva é extremamente importante para os serviços de saúde, gerando dados sobre a saúde da população, sendo capaz de fornecer dados para que as políticas públicas se consolidem para grupos específicos e para a população de uma maneira geral. Um dos mecanismos essenciais para o desenvolvimento desses estudos é a consideração da “noção de risco” para apontar os fatores de risco associados a agravos, exatamente para ultrapassar aspectos de doenças que não são transmissíveis. Nesse sentido, pode se falar em “marcadores de risco” e dentro desses marcadores estão os “estilos de vida”, que consistem em

“(...) hábitos e os comportamentos autodeterminados, adquiridos social ou culturalmente, de modo individual ou em grupos, tais como: tabagismo, alcoolismo e outros padrões de consumo (...) medicações, drogas, inatividade, não-utilização dos serviços de saúde ou de equipamentos de proteção no setor ocupacional, decisão pessoal de aderir ou não aos tratamentos e às medidas preventivas, opção pelo lazer sedentário, entre outros (...)” (BATTAGLIN, s/d, p. 255).

Para Battaglin, a partir dessas ferramentas é possível planejar o coletivo por meio da organização do sistema de atenção à saúde a partir das seguintes ações:

- 1) Políticas de saúde vigentes;
- 2) Decisões governamentais (federal, estadual, municipal e local);
- 3) Cumprimento de leis;

- 4) Gestão e Planejamento;
- 5) Normas constitucionais referentes à saúde do cidadão;
- 6) Assistência, omissão, discriminação social, etc.

As apresentações sucintas das técnicas que compõem a área epidemiológica revelam a sua importância no cenário brasileiro de mortes no trânsito e como essa metodologia, para apuração dos fatos, e riscos que causam tantas mortes e sequelados, é capaz de oferecer subsídios essenciais para mudar o cenário do trânsito brasileiro.

CONCLUSÃO

Essa abordagem e a sua correlação com cenário mundial de mortes no trânsito e os dados nacionais revelam um quadro que merece destaque e que pode ser transformado a partir da correlação de inúmeras políticas públicas. A metodologia empregada pela epidemiologia, suas conceituações e alcance são fundamentais para compreender, explicar e transformar essa realidade social.

Obviamente por se tratar de estudo complexo e multidisciplinar é necessário um tratamento global dos dados epidemiológicos, que deixam muito claro o ponto a ser alcançado.

Do ponto de vista jurídico o aperfeiçoamento da legislação, o endurecimento das penas e o aumento da fiscalização são fatores fundamentais para transformar esse quadro. A solução passa pelas três esferas do Executivo, isto é, Federal, Estadual e Municipal. Passa também pela organização da sociedade civil, por meio de movimentos sociais e ONGs que trabalham com causa do trânsito.

Obviamente, o Judiciário também tem o seu papel, quando trata os homicídios ocorridos no trânsito como doloso ou culposos. Passa pelo legislativo federal, onde os deputados e senadores podem aperfeiçoar aspectos da legislação de trânsito. Enfim, passa também pelo comportamento de todos nós cidadãos, que precisamos de atitudes responsáveis na percepção do outro, uma vez que para viver com urbanidade precisamos respeitar regras básicas de convivência, alteridade e respeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Nacional de Trânsito**. Lei 9.503 de 1997.

JORGE, Maria P. de Melo. **Acidentes de Trânsito no Brasil: um atlas da sua distribuição**. 2ª Edição. São Paulo: ABRAMET, 2013.

Revista Exame. **Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe**. Acesso em: 09/04/2014. Fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nem-iraque-nem-sudao-brasil-esta-em-guerra-e-nao-sabe>

MACHADO, Paulo Henrique Battaglin. **Epidemiologia, uma abordagem reflexiva**. In: **Saúde Coletiva: um campo em construção** (p. 247-342), s/d.

RIBEIRO, Diego. Paraná registra quatro mortes por dia no trânsito em 2015. In: **Gazeta do Povo: Vida e cidadania**. Curitiba: 02 de outubro de 2015.

O RELACIONAMENTO ENTRE CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O CRIME DE DESACATO

Ane Elise Brandalise Gonçalves
(UNIBRASIL)
Contato: anebrand@gmail.com)
Eduardo Biacchi Gomes (orientador)
Contato: ebgomes@me.com)

Palavras-chave: Controle de Convencionalidade. Convenção Americana de Direitos Humanos. Desacato. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

À luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Constitucional Brasileiro e a partir de um estudo acerca do sistema interamericano e seu diálogo com o Brasil, ilustrado, sobretudo, por meio do controle de convencionalidade, o presente estudo tem como propósito compreender as razões do tipo penal denominado de desacato (no Brasil, inserido no artigo 331 do Código Penal) poder ser considerado como contra o atual sistema constitucional. A hipótese do trabalho concentra-se no fato de que o desacato já não pode mais ser considerada como uma figura pertencente ao sistema jurídico brasileiro, sob pena de violação com os ditames do sistema interamericano de Direitos Humanos. A justificativa concentra-se justamente na questão entre desacato e o embate com o sistema interamericano, fato tal que muitas vezes tem passado despercebido pelo Poder Judiciário. A metodologia de abordagem é hipotético-dedutiva, de pesquisa prioritariamente qualitativa, em que pese o uso de dados jurisprudenciais nacionais e regionais, sendo que o trabalho teve fundamentação alicerçada no tripé jurídico legislação, doutrina e jurisprudência, além do uso de documentos outros.

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade

A priori, à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Constitucional Brasileiro, cabe fazer uma contextualização regional do tema, em que o Estado interno deve estar hoje em consonância não apenas com o Direito Constitucional, mas também com os Direitos Humanos incorporados no país.

Com efeito, verifica-se uma miríade de tratados internacionais ratificados pelo Brasil, dentre os quais se destaca a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, principal instrumento normativo que compõe o sistema interamericano de proteção e promulgação dos direitos humanos e do qual o Brasil faz parte.

O sistema interamericano ganha destaque no estudo na medida em que visa evitar as arbitrariedades de um Estado sobre o indivíduo, objetivando que “os Estados existem para os humanos e não vice-versa”²⁴⁵. Ainda assim, são os Estados os detentores principais da

²⁴⁵ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito internacional das organizações internacionais** – 5. ed. rev. atual e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. XI.

defesa desses direitos²⁴⁶, que ganham auxílio do sistema interamericano nessas tarefas protetivas. Dentre as organizações internacionais responsáveis pela temática dos Direitos Humanos, são duas as quadráticas de sistemas normativos: o sistema global e os sistemas regionais de proteção aos direitos humanos (Europeu, Interamericano e Africano).

Tal sistema é vislumbrado especialmente pela Organização dos Estados Americanos (OEA). No tocante à proteção dos direitos humanos, tem-se como documento básico, para além da Carta da OEA, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 22/11/1969, em vigor em 18/07/1978. O Brasil é parte desta Convenção desde 25/09/1992, promulgada via Decreto nº 678 de 06/11/1992. Tal Convenção utiliza como meios de proteção dos direitos humanos tanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos²⁴⁷, cujas diretrizes devem ser observadas pelos seus Estados partes, inclusive, pelo respectivo Poder Judiciário de cada Estado.

É aí, então, que vem a questão do controle de convencionalidade, como um exemplo de relação dialógica²⁴⁸ entre Direito Internacional e o Direito Interno. Ora, o controle de convencionalidade se assenta na ideia de basear as decisões do Poder Judiciário em Convenções e Tratados Internacionais que versem sobre os direitos humanos e que não se confunde com o controle de constitucionalidade, eis que os parâmetros são diversos²⁴⁹.

O desacato no Brasil e na América Latina

Dentre os Direitos Humanos inseridos no sistema interamericano, destaca-se o da liberdade de pensamento e de expressão, com previsão no artigo 13 da Convenção, sendo este um direito também expresso na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (artigo 5º, IV e IX).

Nesse ponto é que se coloca o embate entre o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal Brasileiro, sendo que em seara internacional, a Corte Interamericana e a Comissão, que perfazem o sistema protetivo de direitos humanos, já exararam entendimento contrário às leis de desacato de uma série de Estados que fazem parte deste

²⁴⁶ Os chamados Direitos Humanos são entendidos aqui como “os processos, as dinâmicas de lutas históricas decorrentes resistências contra a violência que as diferentes manifestações do poder do capital exerceram contra os indivíduos e coletivos” In: FLORES; **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p; 169.

²⁴⁷ Quanto à Corte, o Brasil reconheceu sua competência jurisdicional em 10/12/1998, por meio do Decreto Legislativo nº 89. Sobre a distinção entre Comissão e Corte: “Segundo o art. 53 da Carta da OEA, a Comissão é uma entidade autônoma da Organização dos Estados Americanos, regida pelas normas da mencionada Carta e da Convenção Americana. A Corte, ao contrário, não é um órgão principal da OEA e sim um tribunal jurisdicional, que atua em função da competência estabelecida pela Convenção Americana”. In: GOMES, Luiz Flávio Gomes e PIOVESAN, Flávia (orgs). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 61.

²⁴⁸ GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Crimes da Ditadura e aplicação do Direito Internacional dos Direitos Humanos pelos juízes e tribunais brasileiros, p. 67-123. In: GOMES, Eduardo e FILHO, Valter Fernandes da Cunha (org.). **Democracia e segurança na América do Sul: visões múltiplas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

²⁴⁹ Neste sentido, citem-se Valério de Oliveira Mazzuoli e Luiz Flávio Gomes, que bem esclarecem tal distinção: “(...) Devemos distinguir (doravante) com toda clareza o controle de constitucionalidade do controle de convencionalidade. No primeiro é analisada a compatibilidade do texto legal com a Constituição. No segundo o que se valora é a compatibilidade do texto legal com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados e em vigor no País”. In: GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito supraconstitucional: do absolutismo ao estado constitucional e humanista de direito**. Coleção direito e ciências criminais, vol. 05. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2010, p. 117.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

sistema, a exemplo dos casos *Palamara Iribarne vs. Chile* e *Tristán Donoso vs. Panamá*. O crime desacato, pois, não estaria em consonância com a liberdade de expressão, ao que vem se falando hoje, em *terrae brasilis*, da inconstitucionalidade do artigo 331 do Código Penal.

Assim é que se faz importante, não apenas à sociedade brasileira, mas a toda sociedade regional interamericana, da discussão da inconstitucionalidade ou não do crime de desacato e quais os posicionamentos do STF até o momento, visto que podem possibilitar a uma análise de cenários. Por isso mesmo, o trabalho em seu artigo final visará pesquisar a jurisprudência e verificar se há mudanças a caminho ou se, ao revés, haverá no Brasil, ao menos nos próximos anos, a continuidade da aplicação do artigo 331 do Código Penal. Veja-se que tal trabalho irá encontrar foco na questão pela ótica do Poder Judiciário, ainda que caiba alertar fatos e mobilizações pelo Poder Legislativo acerca do desacato (Exemplo: Projeto de Lei nº 602 de 2015).

No Brasil o desacato, espécie de crime praticado por particular contra a Administração em Geral, está descrito no artigo 331 do Código Penal Brasileiro de 1940, que criminaliza a conduta de *desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela*, e cuja pena é de detenção, de seis meses a dois anos ou multa (sendo de competência para julgá-lo, portanto, desde o advento da Lei 9.099/95, o Juizado Especial Criminal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das problemáticas que se vem discutindo hoje é o desacato, eis que de um lado tal figura encontra respaldo no ordenamento jurídico (não só brasileiro, mas como também em variados países latinoamericanos) e de outro lado não encontra guarida no sistema interamericano de direitos humanos.

Não somente no Brasil, são variados os casos na América Latina que ganharam destaque no sistema interamericano de direitos humanos e que tratavam da questão do desacato. E por reiteradas vezes a Comissão Interamericana (ou mesmo a Corte Interamericana) já se manifestou contrária à tipificação do crime de desacato. Atualmente, a Comissão vem observando reiterados casos de desacato, sendo que no último informe, publicado em 2014, destacou os casos brasileiros dos protestos da Copa do Mundo e do caso de um repórter, Bruno Amorim, que foi detido em 11 de abril de 2014 por fotografar ação da PM em desocupação da favela do RJ e, assim, cometer os crimes de desacato, incitação à violência e resistência²⁵⁰.

Diante de todo o exposto, passando pela análise do uso cada vez maior do Poder Judiciário do controle de convencionalidade até chegar ao entendimento do sistema interamericano de direitos humanos acerca do crime de desacato, resta a questão: no Brasil, o crime tipificado no artigo 331 do Código Penal continuará a ser aplicado ou não? Ao menos por ora, não há respostas prontas para a questão do desacato, mas no artigo final, buscar-se-á realizar uma análise de cenários para melhor verificação da questão, eis que se por um lado o controle de convencionalidade vem se expandindo no Brasil, por outro lado o desacato parece ainda continuar a ser aplicado pelo Poder Judiciário. Por isso, a necessidade de haver uma base jurisprudencial no estudo.

²⁵⁰ OEA, Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 2014**. Washington D.C.: Organización de los Estados Americanos, 2015. Relatório.

REFERÊNCIAS

CONVENÇÃO Americana de Direitos Humanos. 22 nov 1969. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 18 mai 2014.

FLORES; **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GOMES, Eduardo e FILHO, Valter Fernandes da Cunha (org.). **Democracia e segurança na América do Sul: visões múltiplas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

GOMES, Luiz Flávio e PIOVESAN, Flávia (orgs). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito supraconstitucional: do absolutismo ao estado constitucional e humanista de direito**. Coleção direito e ciências criminais, vol. 05. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2010, p. 117.

OEA, Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 2014**. Washington D.C.: Organización de los Estados Americanos, 2015. Relatório.

TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito internacional das organizações internacionais**. 5.ed. rev., atual. e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

POR UM TRÂNSITO GENTIL?

Vanessa Aparecida de Souza Fontana
(UNINTER – Centro Universitário Internacional Uninter)
vanessadesouzafontana@hotmail.com

RESUMO

Objetivo deste trabalho é apresentar um retrato da situação do trânsito no Brasil, como um problema complexo que engloba diversas áreas do saber. E, envolve também, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, por um lado. E, por outro, necessita de uma política pública participativa, engajada socialmente e que produza esforços concentrados da sociedade. Assim, uma concepção de trânsito seguro e gentil deve envolver a mídia, as empresas, os bancos, as indústrias, o comércio e os demais setores. Detectamos em nossa análise que o retrato do trânsito hoje no Brasil é reflexo de um problema cultural e de resolução complexa. Uma das saídas detectadas para o amadurecimento cultural no trânsito exige uma abordagem multidisciplinar, pois é uma questão de mobilidade urbana, segurança e de saúde pública. Hoje, o trânsito brasileiro subtrai a vida de aproximadamente 60 mil pessoas por ano e sequela 450 mil, um número alarmante. Dessa forma, concluímos que as estatísticas nacionais, de mortes no trânsito, são números de uma epidemia, que precisa como resposta, de políticas públicas articuladas e multidisciplinares que ofereçam alternativas e mudem esse cenário que impacta socialmente, culturalmente e ambientalmente a sociedade brasileira. Uma alternativa para mudar esse quadro atual é criar campanhas que procurem a identificação com o imaginário social, voltada para a construção de uma cidadania e igualdade que transforme de forma gradual e contínua uma fórmula de cultura de Trânsito + Gentileza = Trânsito Gentil.

Palavras-chave: Trânsito, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Gentileza e Segurança Pública.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um retrato da situação do trânsito no Brasil, como um problema complexo que envolve diversas áreas do conhecimento acadêmico, situadas no setor público e privado. E, envolve também, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, por um lado. E, por outro, necessita de uma política pública participativa, engajada socialmente e que produza esforços concentrados da sociedade. Assim, uma concepção de trânsito seguro e gentil deve envolver as empresas, os bancos, as indústrias, o comércio e os demais setores da sociedade. Isto porque, somos todos pedestres e afetados “no” e “pelo” trânsito.

Detectamos em nossa análise que o retrato do trânsito, hoje no Brasil, é reflexo de um problema cultural e de resolução complexa. Uma das saídas apresentadas para o amadurecimento cultural no trânsito exige uma abordagem multidisciplinar. Uma questão central é que todos nós somos pedestres, e essa é uma linha de abordagem dessa questão, a partir da construção de um imaginário social responsável, cidadão e gentil, que começa pelo que temos em comum, isto é, ser pedestre. Ainda nessa perspectiva, o trânsito além de ser

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

localizado como uma questão de mobilidade urbana, educação e de justiça, ela pode e deve ser considerada como uma questão de saúde pública. Isto porque, hoje o trânsito brasileiro subtrai a vida de aproximadamente 60 mil pessoas por ano e sequela 450 mil, um número alarmante. Sendo que, 200 mil dessas pessoas ficam com lesões permanentes, o que tem um custo evidentemente econômico e social de longo prazo, e, por vezes, irreversível tanto para o sistema de saúde pública como para a economia brasileira.

Como contraponto, uma forma de demonstrar a complexidade e a perplexidade desses números é observar as guerras que ocorrem pelo mundo. Tivemos doze conflitos globais, entre os anos de 2004 e 2011 que vitimaram 170 mil pessoas. Todos sabem que o Brasil não vive "(...) disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas (...)" (Revista Exame, acesso em: 09/04/2014). No entanto, matamos mais no trânsito brasileiro do que em conflitos armados declarados. Dessa forma, concluímos que as estatísticas nacionais, de mortes no trânsito, são números de uma epidemia, que precisa como resposta, de políticas públicas articuladas e multidisciplinares que ofereçam alternativas e mudem de forma lenta e segura esse cenário.

Nesse sentido, organizamos essa pesquisa em quatro partes. Essa introdução, que apresenta o tema do trabalho e a sua articulação com as linhas gerais no campo da ciência política e do direito. Na segunda seção, analisamos o papel do Código Nacional de Trânsito como um orientador na regulamentação do trânsito brasileiro e as políticas de prevenção e punição de infrações cometidas nas vias públicas do Brasil. Ainda nessa linha, questionamos à eficácia jurídica, do próprio Código, bem como, das políticas públicas oriundas do Executivo Federal, Estadual e Municipal, no trânsito brasileiro. Apresentamos em linhas gerais as discussões quanto ao endurecimento penal para os crimes de trânsito, a política de multas e as poucas e imprecisas campanhas públicas em relação à educação para o trânsito. Na terceira parte, apresentamos um panorama do perfil dos acidentados e mortos no trânsito brasileiro, em paralelo com uma perspectiva antropológica, isto é, dos aspectos culturais do comportamento dos brasileiros no trânsito. Na quarta seção, trabalhamos a partir do cenário apresentado o caráter inovador dessa abordagem sobre o trânsito, os impactos sociais, culturais, educacionais e ambientais sobre a sociedade brasileira. Por fim, apresentamos a última seção, como considerações finais, articulando uma perspectiva de implementação e viabilidade a partir, especialmente, de uma abordagem acadêmica.

O Código Nacional de Trânsito gera segurança e gentileza?

Continuamos a abordagem dessa questão complexa. Aqui analisamos o papel do Código Nacional de Trânsito como um orientador na regulamentação do trânsito brasileiro, as políticas de prevenção e a punição das infrações cometidas nas vias públicas do Brasil. Ainda nessa linha questionamos à eficácia jurídica, do próprio Código, bem como, das políticas públicas oriundas do Executivo Federal, Estadual e Municipal, no trânsito brasileiro. Apresentamos em linhas gerais as discussões quanto ao endurecimento penal para os crimes de trânsito, a política de multas e as poucas campanhas públicas em relação à educação para o trânsito. Utilizamos como referência o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020, criado pelo Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, instituído pelo Decreto de 19 de setembro de 2007, com o objetivo de produzir diagnósticos, promover e articular estratégias que cunho intersectorial que promovam segurança, saúde e uma cultura de paz no trânsito. Esse grupo é formado por representantes de cinco Ministérios, três Secretarias Especiais da Presidência da

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

República, da Câmara dos Deputados, do Ministério Público, da OAB e mais dez Instituições da Sociedade Civil, vinculadas ao tema do trânsito. O trabalho do Comitê por meio de recomendações gerou três resultados importantes:

- a) Lei 11.705/2008 - Lei Seca
- b) Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária
- c) Lei 12.760/2012 - Nova Lei Seca

Assim, há várias ações em andamento, no entanto, as estatísticas não tem revelado a eficiência dessas medidas. Pois bem, o preceito normativo é fundamental, daí a importância do Código Nacional de Trânsito, Lei 9.503 de 1997 e dos preceitos constitucionais que preservam a vida. Nesse sentido, a natureza jurídica do trânsito é refletida na normativa máxima de que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e é um dever dos órgãos e entidades competentes do Sistema Nacional de Trânsito, e a eles cabe adotar medidas que assegurem esse direito. Tais direitos apresentam-se no artigo 5º, no artigo 144, artigo 37 e 22 da Constituição Federal e de maneira substantiva no Código Nacional de Trânsito. Assim, de forma precípua e contundente no Artigo 1º § 3º, diz que:

(...) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito **respondem**, no âmbito das respectivas competências, **objetivamente**, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro (Código Nacional de Trânsito, 1997).

O que nos chama atenção é que apesar da proteção e segurança jurídica apresentada pelo Código, não temos efetividade na aplicação da norma, bem como, índices alarmantes de acidentes no Brasil. Há uma omissão do Estado, tanto em termos da aplicação da norma por meio dos órgãos fiscalizadores, como também no sentido punitivo, dado a protelação permitida pelas chamadas “brechas” do direito. Essa protelação e a demora dos processos judiciais provoca na sociedade uma grande sensação de impunidade e de que vale a pena não respeitar a legislação já que não há sanção penal. É importante compreender que a Lei serve para nivelar e não para hierarquizar a sociedade, no entanto, para os brasileiros obedecer a Lei é interpretado como uma espécie de subordinação social (DaMatta, p. 76).

Então, é muito importante perceber as duas óticas, aquela do motorista e a do pedestre. Os depoimentos coletados por DaMatta são reveladores, pois

(...) todos falam que a agressividade, bem como, a ausência de obediência às normas, a presença de ruas esburacadas, sinais defeituosos, inexistentes e quebrados, sem deixar de mencionar que a falta de educação generalizada dos outros motoristas, tudo isso faz com que o ato de dirigir tenha se tornado um fardo (...) (DaMatta, p.89).

Além desse cenário, temos a falta de limites, com a velha frase frequentemente reproduzida pelos jovens “não vai dar em nada”. Esses dados nos revelam que precisamos mudar a cultura, por meio da construção de imaginário social “colado” a realidade.

Trânsito gentileza ou violência?

Apresentamos agora um panorama do perfil dos acidentados e mortos no trânsito, em paralelo com uma perspectiva antropológica, isto é, dos aspectos culturais do comportamento dos brasileiros no trânsito. Roberto DaMatta, antropólogo que dedicou sua

experiência para entender e explicar o comportamento dos brasileiros no trânsito apresentou alguns traços marcantes desse motorista, que consistem na:

Quadro 1 – Traços dos Motoristas no Brasil

1) Onipotência.
2) Excesso de confiança
3) Imprudência.
4) Inconsequente.
5) Irresponsável.
6) Individualista.
7) Desobediente.
8) Arrogante
9) Não reconhece o outro.

Fonte: Roberto DaMatta, 2010.

Essas características, segundo o pesquisador, torna o motorista brasileiro mais vulnerável a acidentes, pois temos uma cultura da infração de trânsito, uma naturalização, no sentido de que quebrar as regras faz parte da vida (DaMatta, p. 115). Cabe ressaltar que o Estado brasileiro é conivente com a falta de cumprimento das regras. Outra característica identificada em sua pesquisa é a indiferença às leis e a pessoalização das mesmas, tanto que criamos uma política econômica e fiscal que privilegiou o transporte individual e não o coletivo. Até porque, a aquisição do carro é uma forma de coroamento do sucesso individual, numa perspectiva da lógica capitalista. Assim, nos ensina o antropólogo que

(...) o próprio veículo é signo de uma cidadania diferenciada, um modo de ser e estar não mais individualizado, mas também relacional ou hierarquizado, o que produz procedimentos e atitudes na estrada ou na rua, de acordo não com normas universais, mas com o preço, a marca e o condutor do veículo (DAMATTA, 27).

Assim, de uma perspectiva cultural, a sociedade brasileira é marcada por uma desigualdade constitutiva em binômios, isto é, da relação entre um superior e de um inferior, expressa pela clássica frase: “sabe com quem está falando?”

Essas características marcam um traço que nos leva a práticas de intolerância e não de gentileza, a impaciência, a imprudência e a pressa, marcam o perfil do motorista brasileiro que não está disposto ao mínimo social, que é o diálogo básico para uma convivência numa sociedade que se pressupõe igual. Temos uma incapacidade de nos colocar no lugar do outro e simplesmente perceber o outro dentro de um princípio básico de um Estado Democrático de Direito pautado pela impessoalidade e do simples reconhecimento do outro como um sujeito de direito, no trânsito que seria um caminho para o aperfeiçoamento de práticas democráticas, onde pode haver de forma plena o

exercício da alteridade, temos sim práticas anti-igualitárias, relativizamos a norma e não o outro como cidadão.

Segundo publicação da ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, a conceituação adotada para a compreensão do que é um acidente advém do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. O registro é realizado por agente ou autoridade de trânsito, por meio de um Boletim de Ocorrência ou em documento próprio. Esse agente pode ser da Guarda Municipal, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal, cada um em sua jurisdição. Uma das críticas da autora, Maria Jorge, é pelo fato dos óbitos contabilizados serem somente para as vítimas falecidas no local do evento e não aquelas mortes posteriores, mas que tiveram como origem, o evento, acidente de trânsito. Cabe ressaltar que os dados oficiais contabilizam somente os acidentes em que houve ao menos, uma vítima com óbito ou lesão. Assim, aqueles que não tiveram nenhum tipo de vítima não constam dos dados oficiais.

O retrato de que os acidentes com vítimas ocorrem durante o dia é repetido em todo o país. Os dados do Denatran, aliás, preocupantes do ponto de vista da norma jurídica, demonstram que há um “crescente” nas taxas de acidentes com vítimas entre os anos de 1998-2005²⁵¹. Sendo que o Estado do Paraná configura-se como o segundo Estado mais violento em termos de vítimas no trânsito, perdendo somente para Goiás e o Distrito Federal. Cabe ressaltar que, entre os anos de 1999 a 2005 prevaleceram às colisões na faixa dos 50%, como resultante em vítimas fatais e com lesões, e os atropelamentos²⁵² ficaram perto dos 20%.

Os dados são alarmantes e chamam a atenção para um contingente imenso de pessoas mortas e sequeladas pelo trânsito no Brasil. Segundo dados do DENATRAN,

(...) em números absolutos, passaram de 262.374 a 383.371, projetando um aumento relativo de 46,1%, uma taxa de acidentes em relação à população de 208 acidentes para cada 100.000 habitantes (aumento de 28,3%) e uma taxa de acidentes em relação à frota de 9,1 para cada 1.000 veículos (crescimento de 7,1% no período) (JORGE, 2013, p.106).

Nessa linha, é preciso problematizar e compreender o papel do trânsito como um problema epidemiológico e que deve envolver esforços de diversos setores para responder e modificar essas estatísticas.

Trânsito + Gentileza: Gera Trânsito Gentil

O primeiro impacto positivo social ao procurar intervir no trânsito brasileiro são as centenas de vidas que preservaremos, bem como, a qualidade de vida das pessoas que transitam pelas cidades, dos pedestres, dos motoristas e motociclistas que tem um elevado nível de *stress* provocado pelo simples fato de nos movimentarmos na cidade. A principal riqueza gerada por essa abordagem em que uma campanha participativa pode e deve surtir

²⁵¹ Esses dados foram trabalhados por Maria Jorge, 2013, p. 106.²⁵² Os dados não foram atualizados, pois segundo a autora, o Denatran não repassou as informações sob a alegação de que as mesmas não foram processadas.

²⁵² Esses dados foram trabalhos por Maria Jorge, 2013, p. 106.

²⁵² Os dados não foram atualizados, pois segundo a autora, o Denatran não repassou as informações sob a alegação de que as mesmas não foram processadas.

na sociedade é a preservação de centenas e centenas de vidas, por um lado, e a diminuição do ônus sobre o sistema de saúde público e privado dos milhares de sequelados que o trânsito brasileiro produz todos os anos.

A inovação da nossa abordagem tem como base a simplicidade de que a gentileza no trânsito é uma fórmula para mudar a atitude das pessoas no trânsito, que a sociedade sensibilizada entenderá que o trânsito é uma questão social, e que nesse esteio desenvolvermos as nossas qualidades de cidadãos no trânsito pode ser tomado como um grande espaço de aprimoramento e aperfeiçoamento da democracia brasileira. Os dados revelam que temos problemas estruturais e humanos que causam acidentes, apontados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Motivos dos Acidentes de Trânsito

Álcool.
Excesso de velocidade.
Utilização inadequada do cinto de segurança e dispositivos infantis.
Pistas ruins.
Deficiência no design dos veículos.
Aplicação insuficiente das normas de trânsito.

Fonte: OMS. (Who, 2008).

Nesse contexto a consciência, o esclarecimento do que significa o ato de beber e dirigir ou de xingamentos no trânsito, por vezes, tem consequências irreversíveis e o sentimento de pertencimento para transformar esse processo é que pretendemos atingir com o conceito de que TRÂNSITO + GENTILEZA = TRÂNSITO GENTIL.

Cabe ressaltar que em geral as campanhas de trânsito existentes no país não conseguiram ainda, transformar as atitudes no trânsito, percebemos que as campanhas não criam empatia, pois estão descoladas de campanhas de *marketing* e publicitárias de grande alcance. Como exemplo, temos alguns binômios que devem ser considerados ao se criar essas campanhas. No passado, as campanhas de cigarro e ainda hoje as de bebida alcoólica trabalham características que são buscadas como meta pelos jovens e jovens-adultos, conforme detalharei no quadro abaixo.

Esse quadro foi gerado a partir de uma breve análise dos modelos existentes de campanhas de trânsito hoje, as nacionais e, especialmente, na cidade de Curitiba e discutida com alunos do 3º período de uma Universidade Privada, da mesma capital. Foram apresentados somente o número de mortos e sequelados hoje no Brasil, e foi lançada a pergunta: como resolver essa questão. Assim, realizamos um *brainstorming* de 30 minutos.

Quadro 3 – O desejo no imaginário social

Empatia e Desejo* HERÓI	Antipatia BOBO
Jovem	Velhos
Bebida Alcoólica	Suco, Água
Dirigir sem limites	Dirigir lentamente, até abaixo do que a Lei prevê.
Cigarro	Vida Saudável e Regrada
Rebeldia	Ser Careta
Esperto	Otário
Velocidade	Lentidão
Descolado	Imbecil
Liberdade	Idiota (preso, limitado)
Mulheres e Homens com um padrão de beleza elevado e valorizado socialmente	Homens e Mulheres comuns

Fonte: Dados organizados pela autora.

*Empatia das campanhas bebidas alcoólicas, carros (cigarros quando ainda eram permitidas).

Além dos aspectos gerais apresentados no próprio quadro fica muito claro a oposição entre dois modelos, um que cria um imaginário social de sucesso e de heroísmo e de outro lado, o da carece, chatice, aquilo dentro de um modelo global a não ser seguido. Então, como conclusão da atividade, o desenho geral é da necessidade de se criar perfis atrativos, homens e mulheres bonitos desempenhando o papel correto no trânsito, com valores absolutamente valorizados e idealizados socialmente conforme os modelos atrativos veiculados na mídia atualmente.

Assim, de acordo com Ferreira Júnior, é preciso criar empatia, expectativas, desejos e necessidades, quando se trata de construir uma imagem de projeção e é nesse sentido que devemos trabalhar com a sociedade. Com base, nessas considerações apresentamos de forma objetiva uma proposta articulada de reflexão, debate acadêmico para a implementação de políticas públicas multidisciplinares.

Propostas amplas para um trânsito + gentil

- a)** Atração dos Meios de Comunicação para criar uma Mídia voltada para a cidadania e igualdade: **Trânsito + Gentileza = Trânsito Gentil**
- b)** Trânsito como política de Estado.
- c)** Implementar a educação para o trânsito na educação infantil, ensino fundamental e médio.
- d)** Cursos de Extensão e pós-graduação na área do trânsito.
- e)** Criar Seminários e Congressos sobre Trânsito.

Com base no quadro complexo do trânsito brasileiro extraímos esses pontos como sensíveis para a criação de uma política pública articulada em nível nacional. Havendo sempre a necessidade de uma abordagem acadêmica, mas sem descuidar do processo de implementação dessas políticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Nacional de Trânsito**. Lei 9.503 de 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020**. Brasília, DF, em 08 de setembro de 2010.

CALHAU, Lélío Braga & ARAÚJO, Marcelo Cunha de. **Crimes de Trânsito**. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

JORGE, Maria P. de Melo. **Acidentes de Trânsito no Brasil: um atlas da sua distribuição**. 2ª Edição. São Paulo: ABRAMET, 2013.

JÚNIOR FERREIRA, Achiles Batista. **Marketing Político & Eleitoral: uma analogia entre o mundo corporativo e a política**. Curitiba, IBPEX, 2010.

MATTA, Roberto da. **Fé em Deus e pé na tábua: ou como e por que o trânsito enlouquece o Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010;

Revista Exame. **Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe**. Acesso em: 09/04/2014. Fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nem-iraque-nem-sudao-brasil-esta-em-guerra-e-nao-sabe>

WHO — World Health Organization. *World health day: “road safety is no accident”*. Disponível em: <www.who.int/world-health-day/2004/en>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA

Daniele Scheneider; Valéria dos Santos de Oliveira;

Marcos Claudio Signorelli

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Mestrado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – PPGDTS

Palavras-chave: política, segurança pública, violência

INTRODUÇÃO

O presente artigo, elaborado por meio de pesquisa teórica, propõe e discute a violência e política de segurança pública. Inicialmente, apresenta reflexões sobre o papel do Estado no sentido de garantir a segurança pública enquanto direito fundamental do cidadão e os tipos de violência que se apresentam em nossa sociedade.

A violência é um campo de estudo presente em diversas áreas do conhecimento, é complexa e se manifesta nos mais variados formatos: violência contra o idoso, violência contra a mulher, violência contra crianças e adolescentes, contra pessoas com deficiência enfim violência contra seres humanos.

Quando se trata de direitos humanos, a violência abrange todos os atos de violação dos direitos: civis (liberdade, privacidade, proteção igualitária); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); econômicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto).

Dados comprovam que o Brasil gasta valores alarmantes com segurança pública, com prisões e questões ligadas a violência. Trataremos aqui de forma bastante sintetizada sobre a Segurança Pública no Litoral do Paraná, destacando a situação no período de temporada de verão.

Pretendemos refletir sobre o que pode ser feito tanto por instâncias governamentais, pela academia, enfim por toda a sociedade que participa e é diretamente influenciada por políticas públicas de segurança e bem-estar social.

DESENVOLVIMENTO

Segurança Pública

No Brasil, na última década, a segurança pública ganhou enorme visibilidade pública, passando a ser um problema grave, constituindo-se em um grande desafio. As altas taxas de criminalidade só fazem aumentar a sensação de insegurança que assola o país, principalmente nos grandes centros urbanos.

A segurança pública não pode ser considerada um fator limitado e isolado, ou seja, um problema apenas das instituições de justiça, polícias e presídios, o estado deve trabalhar em prol do fortalecimento da capacidade de gerir a violência, com políticas públicas bem elaboradas e adequadas no combate a violência, aliadas a sociedade civil, principalmente no incentivo acadêmico, com produções relevantes que subsidiem novas ações para a área de segurança pública.

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA *et al.*, 2004, p. 120).

O grande problema, é a falta de mecanismos para a implementação com eficácia e eficiência das políticas públicas na área de segurança pública, pois seriam necessárias ações combinadas com a sociedade civil afim de garantir o pleno funcionamento de políticas preventivas, assim seriam reduzidos os gastos com segurança pública, violência e saúde. De acordo com o 8º Anuário de Segurança Pública (2014), conforme figura 1, o Brasil gasta o equivalente a 5,4 bilhões do PIB brasileiro com custos de segurança pública, violência e prisões.



Fonte: 8º anuário de Segurança pública.

Para o sucesso da implementação das políticas públicas a nível preventivo, deveria ser levado em conta a localização territorial sobre a qual esta política preventiva irá incidir, porque as dinâmicas são bem diferenciadas, as vezes comprometendo a continuidade dos trabalhos que já são realizados no local, pois o Brasil é um país socialmente muito complexo e diversificado.

Segurança Pública no Litoral do Paraná

No litoral paranaense são explícitas as diferentes territorialidades, da desigualdade de oportunidades, principalmente na questão de segurança pública.

No quesito segurança pública, a dinâmica é bastante diversificada, uma vez que na época de temporada de verão, a segurança é reforçada, pois a quantidade de habitantes **decuplica**.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Polícias civis e militares oriundos dos diversos municípios Paranaenses se deslocam ao Litoral para reforçarem a segurança local, totalizando um efetivo de cerca de 3 mil policiais na última temporada de 2014. Somente nesta época é que temos uma delegacia especializada de atendimento à mulher, principalmente das mulheres vítimas de violência doméstica, ou seja, a delegacia da mulher é sazonal e no decorrer do ano a cidade fica praticamente abandonada, chegando a ter uma só viatura com equipe de 3 a 4 policiais para atender cerca de 30 mil habitantes.

A falta na transparência na divulgação dos dados é outro fator que dificulta a criação de um plano de segurança pública ou qualquer outro planejamento.

Para o sociólogo Pedro Bodê de Moraes, da Universidade Federal do Paraná, sem uma política de segurança que privilegie a redução principalmente dos homicídios, o governo vai passar um duro recado à sociedade: “A vida vale muito pouco no Brasil”.

Violência

A violência está hoje, entre as maiores causas de morbidade e mortalidade de muitos países do mundo, incluindo o Brasil (WAISELFISC, 2008).

Assim, diz Roberto da Matta (1982), a violência é própria da condição humana, possuindo facetas e que seus referenciais variam de acordo com a sociedade em questão.

A violência é estudada em distintas áreas do conhecimento, pois é um fenômeno de causalidade complexo. Envolve lutas pelo poder, domínio, posse, submissão e extermínio do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por uso de costumes ou por aparatos legais da sociedade (MINAYO, 2006).

Para Minayo (1994; 2003) a violência é um fenômeno biopsicossocial, que tem como espaço de criação e desenvolvimento as relações intergrupais e interpessoais da vida cotidiana.

A maior parte das dificuldades para conceituar a violência vem do fato dela ser um fenômeno cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma elevada carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Portanto, para entender a dinâmica da realidade brasileira é importante a compreensão da visão que a sociedade projeta sobre o tema.

Destacamos alguns tipos de violência:

Violência criminal: é praticada por meio de agressão grave às pessoas, por atentado à sua vida e aos seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública: polícia, ministério público e poder judiciário. Ex: narcotráfico, tráfico de pessoas e de armas, exploração sexual. Geralmente são cometidos no vislumbre por poder e dinheiro, os fatores que potencializam o aumento da violência criminal são, principalmente, corrupção e impunidade: a sensação de que o crime compensa cria na sociedade um sentimento de impotência e alimenta o clima de desconfiança em relação à legalidade, aos políticos e à política.

Violência estrutural: Diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. Mais cruel é a violência que mantém a miséria de grande parte da população do país.

Violência interpessoal: A violência é, principalmente, uma forma de relação e de comunicação. Quando essa interação ocorre com prepotência, intimidação, discriminação, raiva, vingança e inveja, costuma produzir danos morais, psicológicos e físicos, inclusive morte. Devemos distinguir entre conflito e violência. O conflito sempre existiu nas relações entre casais, entre pais e filhos, entre vizinhos, entre chefes e subordinados, por exemplo. Portanto, o que é grave no caso das interações entre as pessoas é a incapacidade de resolver conflitos por meio da conversa, da explicitação civilizada de pontos de vista diferentes, da compreensão das razões de cada uma das partes, buscando, pela negociação, uma saída pacífica para os problemas. O crescimento das taxas de morte e de internação por violência em hospitais públicos mostra um processo de exacerbação das relações sociais – das formas violentas de resolver conflitos – entre os brasileiros. Sabemos que grande parte das mortes por agressões corpo-a-corpo, por armas brancas e armas de fogo ou por uso de outros objetos contundentes se deve à violência interpessoal. Esse processo afeta mais a população pobre e está associado ao aumento das desigualdades, ao efeito do desemprego crescente, à falta de perspectiva no mercado de trabalho, à facilidade de acesso a armas, à impunidade, à arbitrariedade policial, à ausência ou à omissão das políticas públicas. A violência tornou-se um indicador negativo da qualidade de vida no país, tanto nos espaços rurais como nas regiões urbanas.

Violência intrafamiliar: Muita gente chama a violência que ocorre dentro das casas de violência doméstica. Nesse caso o foco da análise e da compreensão é o espaço do lar. Neste texto, o conceito de violência é tratado como fruto e consequência de relações. Por isso, damos preferência ao termo intrafamiliar. Na prática, violência doméstica e violência intrafamiliar se referem ao mesmo problema. Ambos os termos dizem respeito aos conflitos familiares transformados em intolerância, abusos e opressão. é domínio e posse do homem; que os idosos, por não produzirem mais bens e serviços materiais e freqüentemente demandarem cuidados, são inúteis, pesos mortos e descartáveis.

Violência auto-infligida: Assim são chamados os suicídios, as tentativas, as ideações de se matar e as automutilações. No Brasil, cerca de quatro habitantes por 100 mil, em média, se suicidam, e um número difícil de se calcular tenta se autoinfligir a morte. Os números desse fenômeno no nosso país são muito inferiores aos de outros, sobretudo na Europa, Ásia e Estados Unidos. Mas os estudiosos da violência chamam atenção para o fato de que existe uma relação muito forte entre homicídios e suicídios: ambos expressam sintomas destruidores da sociedade. Apesar de, comparativamente, suas taxas não serem muito significativas, os suicídios e as tentativas de autodestruição têm aumentado entre os jovens, motivados pelo cyber bullying e os idosos em todo o país. Entre os trabalhadores, fatores como exposição aos agrotóxicos, problemas de desemprego e exclusão também têm alguma associação – difícil de ser quantificada – com o crescimento do fenômeno.

Violência cultural: A violência cultural é aquela que se expressa por meio de valores, crenças e práticas, de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados. Nessa categoria podem ser classificadas todas as formas de violência que são naturalizadas na cultura de um povo, de um grupo ou de uma sociedade. A cultura reúne as formas de

pensar, sentir e agir de uma sociedade, por meio da comunicação, da cooperação e da repetição dessas ações. Toda cultura tende a adotar como certos alguns comportamentos e práticas, e a rechaçar outros. A violência cultural se apresenta inicialmente sob a forma de discriminações e preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando os diferentes. Nesse sentido se fala de grupos vulneráveis que na nossa sociedade são, principalmente: crianças e adolescentes, idosos, mulheres nas relações de gênero, homossexuais, deficientes físicos e mentais, moradores de favelas, dentre outros. A violência intrafamiliar, por exemplo, tem origem em mitos culturais, como já assinalamos. Chamamos atenção para três tipos específicos de violência cultural: de gênero, racial e contra pessoa diferente, todos eles demonstrando a dificuldade que a sociedade tem de viver com diferenças e de ultrapassar os padrões falsamente tidos como normais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as razões que estão por trás da violência perpetrada contra as pessoas exige aprofundamento sobre relações de poder existentes nos diversos contextos da vida social.

Para que essa realidade mude é preciso implementar ações efetivas a fim de que o Estado atue na proteção das pessoas, consolidando políticas públicas adequadas e eficazes. Na verdade é e ainda será um desafio superar essas questões da violência, especialmente para os formuladores e gestores de políticas públicas do nosso país.

Como descrito ao longo do artigo a violência está muito presente também na região litorânea do Paraná, demonstrando diferença no número e nas ações implementadas por conta da sazonalidade.

Necessitamos assim de transparência na divulgação dos dados que possam motivar a criação de um plano de segurança pública ou qualquer outro planejamento que venha a minimizar os números alarmantes, e de uma condição de vida mais favorável para a população de todas as regiões do país.

É necessário que a sociedade seja participante na visibilização de situações violadoras dos direitos fundamentais dos cidadãos, e isso também deve ser estendido para a educação, para a discussão no meio acadêmico.

No Brasil ainda está longe para que população seja efetivamente contemplada das mais diferentes formas e necessidades com as políticas públicas atualmente implementadas. Reforçamos, no entanto a necessidade que essas políticas públicas sejam eficazes e eficientes.

REFERÊNCIAS

BENGOCHEA, J. L. *et al.* **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã.** *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BRASIL. Fórum de segurança Pública. **8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2014.

DA MATTA, R. As raízes da violência no Brasil. IN: PAOLI, M.C.; BENEVIDES, M.V.; PINHEIRO, P.S.; DA MATTA, R. **A violência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOFFMANN-HOROCHOVISKI. M.T. **Velhas Benzedeiras**. Mediações, Londrina, v. 17 n.2, p.126-140, jul./dez.2012

MINAYO, M.C.S. **Violência contra idosos: Relevância para um velho problema**. Cadernos de Saúde Pública, 11(3), 783-791. 2003

MINAYO, M.C.S. A violência Social sob a perspectiva da Saúde Pública. Cad. Saúde Públ.; Rio de Janeiro, v.10 (supl.1),p.07-18, 1994.

MINAYO, M.C.S. **A inclusão da violência na agenda da saúde: Trajetória histórica**. Ciência&Saúde Coletiva, 11. p.1259-1267. 2007.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**, Editora Fio Cruz. 2010.

SIGNORELLI, M.C, et al (2013), **Violência doméstica contra mulheres e a atuação do profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, RJ, 29(6), 1230-1240. 2013.

WAISSFELFISZ, J.J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008**. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Justiça, 2008.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE), PERSPECTIVAS SUPRIMIDAS EM CASO DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Dorival da Costa
Mestre em tecnologia pela UTFPR
Fabio Sieg Martinz
Graduado em Serviço Social.
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Serviço Social

Palavras-chave: Sinase, Direitos Humanos, Maioridade.

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) rivaliza, por motivos que pretendemos explicar nesse trabalho, com a Proposta de Emenda Constitucional 171 de 1993 (PEC 171/93) que reduz a maioridade penal.

Em linhas gerais, são dois movimentos ideológicos distintos: um em processo de implementação, outro forçando as portas da legalidade.

O SINASE foi aprovado em 2012 e as unidades socioeducativas de todo o Brasil tem até 2015 como prazo para as primeiras alterações avaliadas. É um avanço em termos de Direitos Humanos que demanda tempo para ser mensurado com propriedade e impacta diretamente na visão de cidadania e segurança, pois a longo prazo pode redefinir uma visão falida historicamente construída pelas febens e que tanto impactam na reincidência e falta de perspectiva ao menor que infraciona hoje no Brasil.

Já a PEC (171/93) é uma resposta ao processo de exploração midiática, pautada na exceção, que ganhou força após alguns casos específicos de expressão de violência tendo adolescentes como autores, contudo, goza de grande clamor social. Ganha força, agilidade e pode em pouco tempo tornar-se lei. Este artigo explora a tensão entre esses dois processos e as contradições dialéticas.

É uma colisão que permite analisar o movimento peculiar de muitas partículas e tirar conclusões claras e comparativas: quem trata o efeito e quem trata a causa? Quem garante direitos e quem desmonta políticas?

DESENVOLVIMENTO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamenta em âmbito nacional a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional²⁵³ e pode ser considerado, em matéria de direitos humanos, um grande avanço na legislação brasileira, na qual, já transcorridas duas décadas do entendimento jurídico do adolescente como “sujeito de direitos”, defendido por um estatuto próprio desde 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente –, diversas injustiças no tratamento de adolescentes pobres se amontoam, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, historicamente, em um paradigma carcerário que marca profundamente a imagem da execução das medidas socioeducativas em âmbito nacional.

²⁵³ Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> acesso em: 20 de Outubro de 2015.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

A necessidade de se rever os conceitos de atendimento aos adolescentes teve início na década de 90, com o decreto de falência da Instituição Febem, quando cai o código de menores e começa a ser elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Antes desse período, percebia-se que o código de menores era destinado às faixas pobres da sociedade, que ficavam sob a responsabilidade dos juízes. Com a implantação do ECA, as normativas para atendimento à criança e ao adolescente passam a se universalizar e dar uma abrangência multidisciplinar, colocando-os como sujeitos de direito na sociedade. O estatuto cria uma norma para o atendimento dos adolescentes e o SINASE vem para sistematizar essas normas e a aplicação de medidas socioeducativas, englobando como fazer a defesa destes adolescentes e definindo uma maneira pedagógica de tratamento aos que cumprem medida.²⁵⁴ (ROTONDANO, p. 164)

O SINASE foi materializado por meio de um processo coletivo que envolveu diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas, além de uma série de debates protagonizados por operadores do sistema de garantia de direitos em encontros regionais que cobriram todo o país²⁵⁵. Em 18 de Janeiro de 2012 é instituído pela Lei Federal 12.594/2012.

Regulamentar nacionalmente a execução de medidas socioeducativas diminui a possibilidade de que ocorram disparidades entre regiões, estados ou municípios em um país com dimensões continentais como o Brasil, bem como consolida um padrão de qualidade, fiscalização e compromisso para com essa execução, pois federaliza, por assim dizer, um processo que antes não tinha dono.

As ações do SINASE são executadas tendo como base um “Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Diretrizes e Eixos Operativos” que é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SINASE aventa articular os Governos Estaduais e Municipais, o Sistema de Justiça, as Políticas Setoriais Básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente que infracionou em todo o território nacional.²⁵⁶

Vive-se, em 2015, o primeiro período programado para implementação das metas desse Plano Nacional,²⁵⁷ contudo, se por um lado 2015 ainda é um ano de implementação do SINASE, e conseqüentemente de políticas setoriais que atendam ao adolescente que infracionou, por outro, é também, o ano em que esse processo de implantação já sofre maior desqualificação, em meio a um contexto sócio-histórico fortemente influenciado pelo conservadorismo moral e político.

Os adolescentes em conflito com a lei, não encontram eco para defesa dos seus direitos, pois pela condição de terem praticado um ato infracional, são desqualificados enquanto adolescentes. A segurança é entendida como a fórmula mágica de “proteger a sociedade (entenda-se as pessoas e seu patrimônio) da

²⁵⁴ ENTREVISTA – Mídia deve ser parceira na implementação do Sistema de Atendimento Socioeducativo. Por Thiago Almeida, em portal eletrônico da SECOM – Secretaria de Comunicação Social do Mato Grosso.

²⁵⁵ Projeto de Lei 1627/07 – SINASE, p. 12.

²⁵⁶ Id.

²⁵⁷ 2014 – 2015 compreendem medidas de reestruturação sugeridas na lei e a formulação dos Planos Estaduais e Distrital do Plano Decenal, bem como a primeira avaliação nacional do SINASE.

violência praticada por desajustados sociais que precisam ser afastados do convívio social, recuperados e reincluídos”. É difícil para o senso comum, juntar a ideia de segurança e cidadania. Reconhecer no agressor um cidadão parece ser um exercício difícil e, para alguns, inapropriado. (VOLPI, 1997 p. 9)

Em Junho de 2015 é aprovado, após questionável manobra política²⁵⁸, o Projeto de Emenda Constitucional 171 de 1993, de autoria do Deputado Federal Benedito Domingos do Partido Progressista do Distrito Federal, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal sobre a imputabilidade penal do maior de dezesseis anos e na prática reduz a maioria penal no Brasil, que atualmente é de dezoito e passaria a ser de dezesseis anos de idade.

Após 29 pareceres substitutivos²⁵⁹ ao projeto inicial, o projeto vai para o Senado Federal, já aprovado em segundo turno por maioria absoluta do Congresso, e pode alterar, caso aprovado, a maioria penal no Brasil para casos de homicídio doloso, lesão corporal grave, lesão corporal seguida de morte e roubo com causa de aumento de pena (latrocínio ou agravante similar).

Um dos últimos pareceres substitutivos atribui à União, aos Estados e ao Distrito Federal a responsabilidade por criar estabelecimentos capazes de observar o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e menores inimputáveis.²⁶⁰

O choque entre esses dois movimentos evidencia o quão insipiente é a luta por direitos humanos no Brasil e a questão social manifestada no teatro político é latente, a redução da maioria penal nunca foi tão tangível aos interesses do capital, pois deixa ser apenas um entremez²⁶¹ entre um ato eleitoral e outro, na encenação dos muitos partidos de aluguel, e em um contexto sócio-histórico de crise cíclica mundial do capitalismo, aprofundada a partir de 2008, transforma-se em protagonista, no palco do desmonte das políticas públicas.

A recém-criada agenda de garantia de direitos humanos para o adolescente que infracionou, o SINASE, pode mudar o significado social dos dialógicos segurança e cidadania – pois um estudo aprofundado sobre como era o sistema socioeducativo antes e depois da instituição de valores humanos dentro das políticas de tratamento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, tratando-os como os humanos que são, pode influenciar muitas políticas sérias e estudos de diversos críticos ao pensamento social –, os mesmos questionados e argumentados para alçar planos de uma redução da maioria penal, propostos na PEC 171/93, que desnortearia a aplicabilidade do SINASE e a possibilidade de um estudo e inferências do resultado obtido com um tratamento melhor ao adolescente que infracionou.

O coincidente ano de 2015, concorrente em termos de implementação do SINASE e projeção da redução da maioria, evidencia também que além de insipiente e tardia a

²⁵⁸ REPORTAGEM. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>> acesso em: 26 de outubro de 2015

²⁵⁹ CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoes/Web/prop_pareceres_substitutivos_votos?idProposicao=14493> acesso em: 26 de outubro.

²⁶⁰ CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoes/Web/prop_mostrarintegra?codteor=1357905&filename=PRST+1+PEC17193+%3D%3E+PEC+171/1993> acesso em 26 de outubro de 2015.

²⁶¹ Encenação de jograis ou bufões, realizada entre um curso de pratos e outro, nos banquetes da Idade Média, posteriormente adaptada ao teatro para, entre um ato e outro, entreter o espectador.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

questão dos Direitos Humanos no Brasil, a seriedade com que nossas leis são tratadas nos faz orbitar em torno de uma ilusão jurídica, pois no Brasil, onde eleições ocorrem a cada 4 anos, Direitos Humanos são atacados 3 anos após entrarem em vigor, e isso não se restringe apenas ao SINASE.

Quando se vê um projeto de lei que altera a vida de milhões de brasileiros, já em seus últimos aportes, em trâmite no Senado Federal, ter pareceres substitutivos tão graves e tão pouco discutidos semanas após ser aprovado, entre eles, por assim dizer, o parecer 27: “onde enfiar os pobres criminalizados que a lei vai gerar se aprovada”, a decepção se reafirma, uma vez que outras leis, que garantem direitos, não são cumpridas, nesse caso leis com décadas de existência. “O Estado já macula a figura punitiva aos miseráveis, o que custaria chegar-lhes mais cedo?”

Pois bem, em 1990, ergue-se o Estatuto da Criança e do Adolescente. Exatamente 3 anos depois a PEC 171 surge em resposta a proteção conferida ao adolescente que comete ato infracional. Em 2012, o SINASE refresca a memória jurídica brasileira com a imposição de que seja cumprido o Estatuto da Criança e do Adolescente, que juízes de comarca pequenas parem de abandonar adolescentes em Centros de Socioeducação tratando tal como abrigo, que adolescentes aliciados pelo tráfico, que não tenham cometido crime contra a vida não perdurem sem sentido nos pátios das Fundações Casa. 3 anos se passam (para os que jogam dados supor que foi coincidência), novamente se reordenam as estratégias em volta da redução.

E ilusão jurídica, retomando, exatamente traça isso, uma série de leis estruturadas, pensadas, fruto de um processo de luta e construção histórica, mas que não são efetivamente colocadas em práticas. Respondidas por substitutivos grosseiros e imediatistas que evocam o ignorante clamor social antes de ser medida com o verdadeiro método de verdade, quem é o culpado pelo aumento de violência? Onde está o Estado e as Políticas Sociais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se um crescimento de movimentos conservadores em um projeto que abarca o desmonte de políticas públicas, útil ao capital, simultâneo e articulado ao projeto de redução penal, e outros mais, pois politicamente favorece a troca de apoio em uma rede política de intolerantes e representantes de grupos particulares distantes da ideia de bem público.

Esse movimento de redução vem se firmando desde a década de 1990 com adesão de setores que até então não se envolviam diretamente nessa discussão (partidos políticos e religiosos) em razão de fatos explorados pela mídia, incentivado pelo sentido de insegurança crescente e pela expectativa de segurança não respondida pela ação do Estado, cada vez mais ausente – dentro da lógica do estado mínimo para as políticas sociais.

Um dos grandes fatores que vem contribuindo para esse aumento da expectativa de redução se dá pela dificuldade do estado na sua política de segurança pública associada a uma tímida política de atendimento a criança e o adolescente nos estados e municípios.

Existe uma notável disparidade de classe na legalidade brasileira, uma gritante carência de políticas públicas de vulto ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei, como o fato de que ainda não foram implementadas ações de justiça gratuita e defensorias

públicas propiciando um perfil internado advindos das classes mais empobrecidas e assim com menos forças de luta para o cumprimento da lei.

No processo de luta de classes o domínio político não permite que os Direitos Humanos se desenvolvam, é uma semente constantemente ameaçada e a redução é um exemplo pertinente e ilustrativo disso, quando pensado o processo de implantação do SINASE.

REFERÊNCIAS

Presidência da República. Lei 125998/2012 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> acesso em: 20 de Outubro de 2015.

ROTONDANO, R. Breves Considerações Sobre O Sinase: **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 9, p. 159-167, 2011.

ENTREVISTA – **Mídia deve ser parceira na implementação do Sistema de Atendimento Socioeducativo**. Por Thiago Almeida, em portal eletrônico da SECOM – Secretaria de Comunicação Social do Mato Grosso.

REPORTAGEM. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>> acesso em: 26 de outubro de 2015

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos?idProposicao=14493> acesso em: 26 de outubro.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1357905&filename=PRST+1+PEC17193+%3D%3E+PEC+171/1993> acesso em 26 de outubro de 2015.

RESUMOS PIC-PIBID

A COMUNIDADE SÃO MIGUEL COMO UM POSSÍVEL MODELO DE AUSÊNCIA POLÍTICA DO ESTADO

²⁶²Edilson Fernandes Gonçalves

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma singela análise sobre a possibilidade de ausência do Poder Estatal na Comunidade São Miguel, uma ilha isolada tendo como acesso apenas barcos ou helicópteros. Por ser uma ilha isolada, localizada na Baía do Tambarutaca na região de Paranaguá, o interesse em fazer o trabalho de pesquisa de campo surgiu após a visita do Professor André Peixoto de Souza em buscar neste local respostas para a possibilidade de viver democraticamente sem um líder político, se neste local poderíamos obter informações se haveria ou não necessidade na comunidade em ser representado por uma câmara de vereadores ou assembleia legislativa. E para auxiliar a compreensão do estudo, buscamos apoio justamente na linha de pensamento que **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865) procurou inserir com suas ideias nos turbulentos dias em que viveu. Assim o projeto de estudo iniciou-se em março de 2015 com a composição de 17 acadêmicos na direção dos maestros André Peixoto de Souza e Doacir Gonçalves Quadros.

A linha de pesquisa deste trabalho tem como título da pesquisa “Nos Limites do Poder e da Justiça - Estado, Direito e Sociedade na Vila de São Miguel” onde se busca entender se uma sociedade tem possibilidades de viver sem a ingerência do poder Estatal. Foi definido inúmeros temas e divididos entre os pesquisadores sendo que neste trabalho em tela, discutiremos a ausência do ente político nesta comunidade.

A pesquisa tem como ponto central a busca por respostas na comparação do sistema atual de governabilidade como a atual democracia que vivemos por outros meios de governabilidade que no caso deste estudo, se aproxima com o sistema anárquico, ou seja, não há ingerência Estatal na localidade.

Palavras-chaves: Anarquia. Democracia. Estado. Poder

²⁶² Acadêmico em Direito pelo Centro Universitário Internacional - Uninter. Graduado em Administração / Processos Gerenciais. Pesquisador do Grupo de pesquisa da Uninter e do Grupo de pesquisa NEATES PUC-PR. E-mail: atendimentofernandes@gmail.com.

A MULHER NO DISCURSO DO BRASIL (1995-2014): UMA ANÁLISE DA IMAGEM DA MULHER DURANTE OS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF

Autora: Marina Duarte Martins

Instituição de ensino: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Curso: Relações Internacionais

Orientadora: Heloíse Guarise Vieira

E-mail: marina.mdmartins@gmail.com

RESUMO

O estudo aborda o discurso presidencial dos Governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro mandato do Governo Dilma Rousseff referente à figura da mulher, para então estabelecer uma relação entre esses discursos e a posição que o país adota nas suas políticas públicas a respeito da mulher. Historicamente, por muito tempo as mulheres foram excluídas de qualquer participação política no Brasil República, é importante que haja estudos para fomentar a discussão sobre uma equidade política e social dos gêneros, e a criação e manutenção de um ambiente político mais democrático.

O problema dessa pesquisa é compreender como a mulher é vista no discurso oficial brasileiro efetuado pelos principais decisores de políticas públicas do país, existe uma distância entre a mulher representada no discurso oficial e a realidade da mulher na sociedade brasileira? Para analisar isso o estudo do discurso oficial é essencial.

A hipótese preliminar de pesquisa é de que existe uma identidade no discurso do Brasil quanto à imagem da mulher, e isso é determinante para a expressão do poder público nas suas políticas, porém considera-se a possível existência de um paradoxo entre a mulher representada nesse discurso e a sua realidade. Essa identidade da mulher é moldada entre a condição política do Estado e suas ideologias nacionais percebidas através do método de pesquisa da análise de discurso, utilizando-se de maneira sociológica de conceitos tais como normas, identidade e cultura como rótulos de resumo para caracterizar os fatores sociais que estão analisando.

Como resultados principais da pesquisa percebe-se a confirmação e noção da existência de um paradoxo entre o que consta publicamente e oficialmente, uma mudança da visão da mulher dentro do discurso oficial, uma evolução da mesma. Além da permissividade com relação à violência contra a mulher presente na cultura social do país: ao mesmo tempo em que se percebe o investimento em medidas pós-violência durante o período, há uma carência de políticas públicas que esclareçam e estimulem a discussão sobre o tema dentro população em longo prazo, o que dificulta a operacionalização do conceito oficial de mulher pela sociedade.

A violência contra a mulher deve passar a ser um assunto mais politizado, parte de uma política pública mais presente, pois mesmo que a lei e o discurso tenham uma postura mais asseguradora do respeito e direitos da mulher, ela está em contraponto do alto conservadorismo e cultura machista do país, o que leva a manutenção de um ciclo de permissividade de violência e desigualdade.

Palavras-chave: Mulher; Discurso; Presidente; Fernando Henrique Cardoso; Lula; Dilma.

A MULHER NA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Larissa Tomazoni; Andrea Lobo (orientadora)
Unibrasil - Direito

RESUMO

Durante a ditadura um número significativo de mulheres participou da luta na derrubada do regime, o que foi um momento de libertação da mulher. Contudo, essa militância teve certas especificidades por conta do ideário político e social que predominava na sociedade brasileira da época. Esse trabalho busca demonstrar os diferentes olhares sobre as diversas formas de resistência à Ditadura Militar por parte das mulheres e suas principais especificidades. A fonte de pesquisa foi a história oral e a bibliografia disponível sobre o tema. Conclui-se que os papéis sociais que vigoravam na época tiveram grande peso no processo de inserção política, pois não era esperado ou tampouco permitido às mulheres adentrar ao espaço público. Dessa forma, a militância feminina causou rupturas na ordem política e as ressignificações nas relações de gênero que irradiaram seus efeitos nas relações sociais da contemporaneidade.

Palavras-chave: Violência, Direitos Humanos e Mulheres

A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES NO PARANÁ A PARTIR DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES.

MARCOMINI, Eduardo²⁶³

BARRA, Márcio²⁶⁴

Assis, Ligia Lobo³

RESUMO

Publicado em 2006 pela Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Educação Profissional a “Proposta pedagógica curricular do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal”, discute a formação de professores em curso de nível médio, a pertinência do retorno à rede pública estadual a oferta do curso e a integração da Base Comum do Ensino Médio com as disciplinas específicas da formação de professores. O presente trabalho discute a relação dessa proposta com a Ementa criada em 2014 pelo Departamento de Educação e Trabalho onde subsidiam as ações pedagógicas e integram a nova Matriz Curricular do curso e discute a forma como se deu organização do currículo que define alguns eixos iniciais para busca da concretização/materialização dos princípios anunciados como fundante do currículo. Assim, o primeiro eixo articulador é a formação do educador. Todos os professores do curso têm que estar plenamente voltados para esse eixo, ou seja, estamos formando um professor que irá atuar com crianças de 0 a 10 anos de idade e que tem o direito a uma educação de qualidade, sendo que essa qualidade depende da seriedade e compromisso na formação dos professores. Parte da elaboração das duas Propostas Pedagógicas Curriculares em que são discutidos como eixos norteadores o Trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito da Criança ao atendimento escolar, numa perspectiva de uma organização do conhecimento que melhor contemple as necessidades da formação docente e de atualização curricular frente às novas normas postas pelo CNE/CEB para a Educação Básica.

Palavras-chave: Formação de Professores; Organização Curricular; Políticas Públicas.

²⁶³Eduardo Marcomini graduando de Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

²⁶⁴ Márcio Barra graduando de Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

Ligia Lobo de Assis Mestranda em Educação e Novas Tecnologias pelo UNINTER, Especialista em Pedagogia Escolar pela FACINTER, Professora do curso de Pedagogia e Coordenadora de Área do Subprojeto de Pedagogia UNINTER.

AINDA SE FORMAM PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO? A HISTÓRIA DE LUTAS DO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI

Irismar de França²⁶⁵ UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA

Márcio Barra da Silva²⁶⁶ UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA

Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁶⁷ UNICAMP/UNINTER

RESUMO

O presente trabalho aborda a pesquisa realizada a partir do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), no Colégio Estadual Paulo Leminski, o mesmo oferece o curso de formação de docentes em nível, que é uma modalidade de ensino em nível médio que tem como intuito formar professores para que atuem na Educação infantil e nos anos iniciais no Ensino Fundamental. Facci (2014), assinala que para os escritores Popkewitz e Sacristán, a definição de profissão de professor está em constante. A autora ainda destaca que o professor faz parte de uma classe profissional, com direitos trabalhistas, porém quando se analisa a profissão é necessário levar em consideração os aspectos da singularidade que estão relacionados com as posições políticas dos professores, e a universalidade que está na organização político-associativa dos mesmos. Sobre a profissão professor são colocados alguns mitos e estereótipos que devem ser superados, a professora não é a segunda mãe e escola não é o segundo lar, pesquisas apontam que é uma profissão predominantemente feminina. O curso de formação de docentes em nível médio, passou por modificações e ganhou nova postura no decorrer dos anos, é fundamental a sua valorização e o estudo sobre esta área nas universidades para que ocorra a compreensão de como está sendo a formação inicial dos professores. Neste sentido é importante entender o professor a partir da práxis histórica da instituição. Para compreender o curso de formação de docentes e a sua trajetória no Colégio Estadual Paulo Leminski, o Grupo de trabalho Contexto Histórico formulou as seguintes questões: O que a instituição conhece sobre a sua história? Que documentos permanecem preservados? O que mudou através dos anos? Assinalamos que para responder a estas questões devem ser realizadas pesquisas qualitativas, e o embasamento teórico através da leitura de autores como Antônio Joaquim Severino, Silvio Sánchez Gamboa, José Luís Sanfelice e outros. Para aprofundar a pesquisa futuramente ocorrerão entrevistas com professores, ex-diretores, funcionários e outros. Esta pesquisa tem como objetivo descrever o processo histórico do Colégio Estadual Paulo Leminski, especificamente do curso de formação de docentes, analisando documentos históricos com intuito de que se possam produzir materiais para a análise da história da instituição.

Palavras-chave: Formação docente; instituição escolar; História e Memória.

²⁶⁵Bolsista PIBID UNINTER – Capes. E-mail: íris.f@uninter.com

²⁶⁶ Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, bolsista PIBID UNINTER – Capes, E-mail: marcio.b@uninter.com

²⁶⁷ Doutoranda em Educação – Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Professora do Centro Universitário Internacional Uninter, Capes PIBID, desire.d@uninter.com

AS INSTITUIÇÕES DE ORIGEM DA DIPLOMACIA BRASILEIRA: Composição do cenário entre os anos 1970 a 2014.

Sheylla Carolina de Almeida
Uninter – Centro Universitário Internacional
Relações Internacionais
Orientadora: Karla Gobo

Palavras-chave: Diplomacia, elite burocrática, instituição acadêmica.

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar a instituição acadêmica de origem da diplomacia brasileira ao longo do tempo. O último trabalho que apresentou tais elementos para a discussão foi de Cheibub nos anos 1980. As percepções apresentadas até aqui fazem parte da coleta de dados do Grupo de Pesquisa de Elite Diplomática do Centro Universitário Internacional. Utilizando os métodos quantitativos na leitura dos dados e comparativo para compor um cenário atualizado, parte-se da hipótese de que, dada as características do recrutamento, esta burocracia se reproduz selecionando os membros das melhores instituições de ensino do país.

Buscando testar a hipótese foram utilizadas as informações coletadas para o banco de dados do Grupo de Pesquisa de Elite Diplomática. Contando com um número universal de 1565 pesquisados ingressantes no Itamaraty entre os anos 1970 a 2014 e ainda em atividade, foram analisados os dados referentes a instituição acadêmica de origem dos 1413 diplomatas que a declararam. Para realizar a comparação se utilizou os rankings universitários do Center World University Rankings²⁶⁸ e do jornal Folha de São Paulo do ano de 2014.

Dos burocratas analisados foi apurado que 73,32% deles são oriundos de instituições públicas, 22,15% da rede privada e apenas 4,53% possuem diplomas universitários de instituições estrangeiras. Confrontando o RUF de 2014 com os dados coletados se verificou que dentre as universidades públicas a UnB está presente em 22,10% dos currículos, a USP em 19,02% e a UFRJ em 12,74%. A PUC é líder na rede privada, sendo a escola do Rio de Janeiro mencionada por 29,07% formados. O ranking internacional reproduz a avaliação nacional: aponta a UnB com 16,29% dos formados, seguida pela USP (13,94%) e UFRJ (9,34%), embora não avalie instituições privadas.

Assim o presente estudo apurou a UnB como universidade pública líder na formação da diplomacia, seguida pela USP e UFRJ, e a PUC-RIO na rede privada, exibindo apenas modificações na nomenclatura das instituições elencadas por Cheibub em 1989 (p. 108), que apontou a UFRJ como primeiro lugar, seguida da UERJ, PUC-RIO e USP. Dessa forma os resultados apontam que burocracia diplomática continua a selecionar seus novos membros entre aqueles com acúmulo de capital institucional e maior recurso econômico que lhes permitem estudar se preparar para seu ingresso nas universidades nacionais mais prestigiadas.

Palavras-chave: Diplomacia, elite burocrática, instituição acadêmica.

²⁶⁸ Centro Mundial de Rankings de Universidades, em tradução livre.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJETO PIBID UNINTER

Kátia Regina Barbosa²⁶⁹ - UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
 Juliane Raimundo dos Reis ²⁷⁰ - UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
 Mayulli Cristi Henrique de Mello Vieira²⁷¹- UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
 Lays Cristiny dos santos Couto ²⁷²- UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
 Ana Claudia Fernandes Moraes²⁷³- UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
 Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁷⁴ - UNICAMP/UNINTER
 Co-orientadora: Eliane Martins Quadrelli Justi²⁷⁵

RESUMO

Quando pensamos na palavra educação patrimonial não há como não pensar na palavra museu que nos remete a palavra história são palavras que são ao nosso ver indissociáveis. A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Assim, produz a “alfabetização cultural” dos indivíduos para que estes tenham condições de fazer a leitura do mundo que os rodeia, compreendendo o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que estão inseridos. Aplica-se a “qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente”.No entanto, é pouco utilizada no contexto educacional sendo necessário que tomemos consciência de que a educação patrimonial se trabalhada de maneira correta torna-se uma grande ferramenta metodológica nas escolas. Todavia, é preciso que se desperte desde cedo no indivíduo essa consciência da importância da educação patrimonial. E um excelente cenário para a disseminação da educação patrimonial são os museus pois, nos permitem um contato com um espaço vivo que fortalece a historia de um povo e sua cultura. Existem diversos conceitos

²⁶⁹ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Bolsista PIBID UNINTER – Capes. E-mail: katia.b@uninter.com

²⁷⁰ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Bolsista PIBID UNINTER – Capes, E-mail: juliane.r@uninter.com

²⁷¹ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, bolsista PIBID UNINTER – Capes. E-mail: mayulli@uninter.com

²⁷² Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, bolsista PIBID UNINTER – Capes, . E-mail: lays@uninter.com

²⁷³ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, voluntaria PIBID UNINTER – Capes E-mail: ana.c@uninter.com

²⁷⁴ Orientadora GT História das Instituições escolares PIBID UNINTER - Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, E-mail: desire.d@uninter.com

²⁷⁵ Orientadora do GT Documentação e gestão Escolar PIBID UNINTER – Mestre em Educação pela PUC-PR , Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Email: eliane.j@uninter.com

de museu, um dos mais recentes é do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) IPHAN/MinC, de 2005: "O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento." Nessa perspectiva da importância social atrelada ao museu e que ele é um instrumento para a inclusão social e cultural, capaz de formar indivíduos ao ampliar sua visão de mundo pelo contato com os recursos que a instituição oferece exercer sua consciência crítica em relação a si mesmos e à sociedade em que se inserem. Esta pesquisa problematiza a formação inicial de professores a partir do programa de bolsas de iniciação à docência – PIBID, e apresenta as ações que se desenvolvem no interior do projeto PIBID UNINTER subprojeto pedagogia

Palavras-chave: Acervo. Museus. Formação de professores.

ELEIÇÕES E JORNAL IMPRESSO: UMA ANÁLISE DA COBERTURA ELEITORAL DO JORNAL METRO NAS ELEIÇÕES DE 2014 EM CURITIBA

André Luiz Costa Dias
Uninter - Centro Universitário Internacional
Ciência Política
Doacir Quadros

RESUMO

Este resumo se refere ao meu trabalho de conclusão de curso no ano de 2015, em que se propõe a identificar a agenda temática presente nas edições do jornal Metro em Curitiba, a fim de mensurar a visibilidade que o tema campanha eleitoral recebeu na sua cobertura nas eleições 2014. O que se pretende verificar é se a agenda temática do jornal Metro concedeu em suas edições um maior destaque ao tema campanha eleitoral. A hipótese que se pretende testar durante a execução do TCC, é que o jornal Metro concedeu maior destaque em suas edições ao tema campanha eleitoral em comparação aos outros temas. Acredita-se que isso ocorreu em virtude de ser um jornal popular, e porque as eleições de 2014 foram consideradas um evento de grande importância para a população de Curitiba, em virtude de ser para escolha de governador do Estado e de presidente da República.

Os jornais impressos têm como função despertar a atenção do leitor ao trazer uma agenda de temas em diferentes formatos de chamadas informativas que o jornalista reporta como sendo temas de maior importância para a sociedade. Neste texto apresenta-se o papel central da mídia nos dias atuais, e enfatiza-se neste texto a relação polêmica e atual entre a mídia e a política. Tal relação culminou em transformações profundas no modo de se fazer política. Por fim, finaliza-se este resumo mostrando-se alguns estudos eleitorais que tem como objetivo analisar a agenda temática do jornal impresso em períodos eleitorais. “A relação dos meios de comunicação com a política vista a partir do jornal impresso no Brasil se apresenta como um tema em que há muito a pesquisar”. (QUADROS, 2010, p. 143).

Optou-se aqui pelo acompanhamento da agenda temática eleitoral presente nas edições do jornal Metro “em virtude de que no campo da produção da notícia jornalística, o papel dos jornais impressos de alta veiculação possui espaços cujos, temas tendem a compor a agenda temática dos políticos adquirindo um destaque e relevância num cotidiano social” (CERVI & MASSUCHIN, 2013, p. 222).

A contribuição do meu projeto para a literatura que me embasa é clara no sentido de avaliar se há ou não uma diferença na valência da mídia impressa deste que é um dos maiores jornais e de alta veiculação na cidade de Curitiba.

Identificar a agenda temática presente no jornal Metro é o objetivo geral, a fim de mensurar a visibilidade que o tema campanha eleitoral recebeu na sua cobertura nas eleições de 2014. Realizar um levantamento e análise da literatura sobre a influência da mídia em processos eleitorais entende-se como um objetivo parcial do projeto, assim como quantificar e qualificar as notícias e imagens relativas às eleições de 2014, e comparando os momentos eleitorais de eleições anteriores como as eleições de 2012 a fim de analisar o tratamento dado pelo jornal.

Palavras chaves: eleições, jornal impresso e cobertura eleitoral.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O SURGIMENTO DA EMPRESA CAPITALISTA

Nome completo: Lucas Fernando da Silva

Instituição de origem da pesquisa: Centro Universitário UNINTER

Professor orientador: Ademir Moreira Bueno

Curso: Tecnologia em Processos Gerenciais

E-mail: lucas-f@outlook.com

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar o resultado de pesquisa bibliográfica sobre a transição do Feudalismo para o Capitalismo e quais fatores contribuíram para o surgimento das empresas comerciais.

Parte-se da descrição dos motivos que levaram ao crescimento das cidades e com isso de novas necessidades de produtos e serviços para seus habitantes, bem como, os fatores que impulsionaram o nascimento da empresa capitalista, suas características e formas de atuação.

Na transição do século XV para o século XVI houve uma grande reviravolta no ponto de vista econômico, político e social na Europa Ocidental. O modelo econômico até então adotado pelo Velho Mundo, ou seja, o feudalismo que se iniciou no século IX e entrou em decadência no século XV, período conhecido como a Baixa Idade Média, acabava de entrar em colapso devido a diversos fatores de causa e consequência do próprio sistema, tal como, as Cruzadas medievais que proporcionou o contato entre a Europa e a Ásia, possibilitando o surgimento do Mercantilismo. Adentrava em cena face a esse cenário uma nova forma de organização social, o capitalismo, combinação do renascimento comercial e urbano em conjunto com as consequências das Cruzadas.

Desde o seu primórdio no século XI o sistema feudal já demonstrava as suas fragilidades, o seu primeiro ciclo foi denominado como “fome feudal”. Com o fim das invasões bárbaras que assombravam o continente europeu, naturalmente ocorreu um acentuado crescimento demográfico frente a uma baixa produtividade agrícola, visto que, o modelo econômico feudal era baseado na subsistência e pela ausência quase que total do comércio, tendo como fato gerador a fome, junto com o aumento dos impostos e um acentuado êxodo rural causada pela “expulsão” compulsória regida pelos senhores feudais, que obrigou os servos a migrarem para os antigos burgos, ou seja, para as cidades.

Em face desse cenário a Europa voltava a se tornar um lugar mais seguro, possibilitando a troca dos feudos pelas cidades, que promoveu as trocas e vendas das mercadorias em lugares mais distantes ressuscitando o comércio, dava-se início a um processo denominado de renascimento comercial e urbano, surgia então o Capitalismo.

Esse novo sistema de produção tem o objetivo levar os donos do capital a obterem mais dinheiro produzindo para atender as necessidades da população e com isso nascem as empresas capitalistas como vemos até hoje, onde quem tem o capital são os donos dos meios de produção e o trabalhador tem somente sua força de trabalho para vender. Assim, temos o aparecimento do capitalista, do operário e dos produtos para ser comercializados localmente, regionalmente ou mesmo em outros continentes.

Palavras-chave: Surgimento das empresas, feudalismo, capitalismo.

HISTÓRIA DE BACANOF PARA COMPREENDER UMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Daniela de Oliveira Santos da Silvas²⁷⁶ UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA

Jaqueline Domingues de Oliveira²⁷⁷ UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA

Orientadora: Desiré Luciane Dominschek²⁷⁸ UNICAMP/UNINTER

RESUMO

Este texto apresenta o projeto Pibid Uninter – Pedagogia que está vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, junto à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior. Participam do projeto os alunos do curso de pedagogia. A organização da pesquisa está subdividida em grupos de trabalho: História das instituições escolares, Documentação escolar e Prática docente. Esta pesquisa está diretamente vinculada ao GT contexto histórico. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo apresentar a biografia da professora Maria de Lourdes Fernandes Bacanof, ex-diretora de uma escola pública que oferta ainda curso de formação de docentes (magistério) em nível médio. Neste sentido iremos pensar os desafios teórico-metodológicos que envolvem a escrita biográfica; Refletir sobre as fronteiras e interseções que envolvem e envolveram a Biografia e a História; Discutir as diferentes acepções sobre o indivíduo na escrita biográfica; Problematicar as relações entre Biografia e Ética nos dias atuais; A pesquisa tem o interesse principal em resgatar o papel da ação individual nos processos históricos como forma de questionar o determinismo econômico; Rompimento com a concepção etapista do processo histórico e melhor articulação com fenômenos culturais e políticos. Interesses em estabelecer uma relação dialética entre indivíduo e sociedade. Contar a história de uma vida é dar vida a esta história” e isto envolve uma série de contradições e desafios. Um destes desafios é justamente fazer escolhas sobre o que deve ser lembrado ou o que deve ser esquecido. Isso pressupõe uma intervenção que diz respeito à mensagem que queremos passar ao público leitor sobre o nosso biografado (Arfuch, 2010); Ninguém é o mesmo entre o narrado e o vivido já que o narrado mobiliza a memória que, por sua natureza, é fragmentária. A perspectiva de nossa pesquisa sobre os intelectuais que se encontram nas instituições escolares busca olhar para a história, e também para a memória buscando não apenas a representação da verdade do passado, mas seus vestígios externos (testemunhos, documentos, objetos) e, portanto, a comparação entre a lembrança e o original é impossível. A história não tem acesso ao passado senão indiretamente. Por essa razão, as imagens desenhadas pelo historiador são forçosamente fragmentadas e inacabadas, portanto a dúvida é insuperável (Loriga, 2009, p. 11-37).

Palavras-chave: PIBID, História de vida, Biografia do magistério.

²⁷⁶ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Bolsista PIBID UNINTER – Capes, Estagiária do Projeto de Capacitação e Assessoramento Pedagógico da Escola Superior de Educação da UNINTER. E-mail: daniela.s@uninter.com

²⁷⁷ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Bolsista PIBID UNINTER – Capes, E-mail: jaqueline.o@uninter.com

²⁷⁸ Orientadora no Pibid - Doutoranda em Educação – Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Professora do Centro Universitário Internacional Uninter, Coordenadora Institucional Capes PIBID, desire.d@uninter.com

IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO: O PROTAGONISMO DA UNILA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE

Nome dos autores: Alex Dal Gobbo Abi

Instituição: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER. Curitiba – PR.

Curso: Relações Internacionais

Orientadora: Ludmila Andrzejewski Culpi

E-mail: alexdalgobbo@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar a iniciativa da UNILA como ferramenta institucional para promover integração regional e os avanços que a mesma empreende para se criar uma identidade latino-americana. Dada a importância de sua missão em construir sociedades socioeconômicas mais justas, por meio do ensino e capacitação junto aos países da América Latina, conforme descrito no capítulo 4º de seu Estatuto, o trabalho justifica-se em analisar este projeto inovador de integração regional em suas tratativas de produzir e influenciar as identidades a partir do contexto regional a qual está inserido. A pesquisa é embasada sob o referencial teórico Pós-Moderno das Relações Internacionais, desenvolvido por autores como David Campbell (1992) e Richard Ashley (1988), como melhor alternativa para explicar o complexo processo de formação da identidade latino-americana. Nesse sentido, argumenta-se que as teorias tradicionais de integração regional como o Neofuncionalismo de Ernest Haas (1961) são insuficientes para explicar os processos de construção identitária que a UNILA promove. Com isso a pergunta-problema que este trabalho procura responder é: qual o papel da UNILA como instrumento de formação de identidade no processo de integração regional sul-americano? Nesse sentido, defende-se a hipótese de que a formação de uma identidade latino-americana vai além das prerrogativas dos Estados. Devido a inserção num espaço multiétnico e multicultural a missão da UNILA em integrar os povos latino-americanos fomenta um processo pluridentitário. Como resultados, procura-se demonstrar que a UNILA como ator político tem investido recursos e capacitações de modo a corroborar para a formação de diversas identidades regionais. Ações de cooperação técnica e científica, acordos com universidades no exterior e iniciativas culturais e educacionais na sociedade civil têm contribuído para a manutenção e construção destas identidades.

Palavras-chave: UNILA; Identidade; Integração; Pós-modernidade

LEITURA NA ESCOLA: UMA PROPOSTA INTERATIVA DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PIBID

Autora:

Joyce Silva dos Santos
Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/ FEUC)
Letras – Português/ Literaturas
e-mail: joy-santos1@hotmail.com

Orientadora:

Professora Doutora Arlene da Fonseca Figueira
Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/ FEUC)
e-mail: arlene@feuc.br

RESUMO

O processo de interpretação de textos depende de uma série de fatores linguísticos e sociocognitivos que são acrescentados à informação do texto no momento da leitura. Sobre esta questão SOLÉ (1998) expõe que, para que haja a efetivação da compreensão, dois fatores devem estar inter-relacionados: o texto, sua forma e conteúdo, e o leitor, suas expectativas e seus conhecimentos prévios. (SOLÉ, 1998, p. 23). Nesse sentido, verifica-se a que a leitura materializa-se como uma prática de construção sociocognitiva, o que faz do leitor participante da produção dos sentidos do texto que são construídos a partir das inferências realizadas e da predisposição de seus conhecimentos acerca da língua, da cultura e do mundo ao qual está inserido. Tendo em vista que o ato de ler inicia-se, para muitos indivíduos, no ambiente escolar, observa-se a necessidade de que a escola se aproprie de concepções e estratégias para a leitura que levem em consideração a bagagem de conhecimento que o aprendiz traz consigo de outras vivências e que pode ser acrescido à leitura, tornando o ensino-aprendizado da mesma um processo de interação e construção significativa para o discente. Como uma forma de colaborar para um ensino-aprendizado de leitura mais dinâmico, que possa despertar no leitor em desenvolvimento o gosto pelo ato de ler, o presente estudo visa apresentar as propostas interativas de leituras literárias em uso nas atividades do subprojeto PIBID Letras-Português - Produção de Acervo de Áudio (PAA) das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC) realizadas na Escola Municipal Euclides da Cunha, situada no bairro de Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro. O objetivo do subprojeto é promover a compreensão e a autonomia leitora dos discentes da educação básica, utilizando-se de estratégias que envolvam os conhecimentos sócio e metacognitivos (KLEIMAN, 2006) dos participantes das atividades promovidas na escola e propiciar um espaço de relações entre o aporte teórico (COSSON, 2009; KLEIMAN, 2006; KOCH & ELIAS, 2006; LAJOLO, 2006 E SOLÉ, 1998) que eficazmente é colocado em prática e promove a formação de futuros (as) professores (as) pesquisadores (as) e conscientes de seu papel na formação de leitores competentes e autônomos, e a prática de ensino da leitura no ambiente escolar.

Palavras-chave: Letramento Literário Escolar, Estratégias de Leitura Interativa, Práticas Desenvolvidas no PIBID/ FIC/ PAA.

MACHADO DE ASSIS NO CINEMA: ADAPTAÇÃO DO "ALIENISTA" POR NELSON PEREIRA DOS SANTOS

Leila da Luz de Paula
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Comunicação Social – Jornalismo
Orientador: Eugênio Vinci de Moraes
E-mail: leila_dipaula@hotmail.com

Desde a primeira exibição cinematográfica, em Paris no ano de 1895, a percepção da realidade e da imaginação vem transformando imagens em grandes discussões. A adaptação fílmica de obras literárias é uma delas. Segundo o crítico Ismail Xavier (2003, p. 61-62), a ideia de fidelidade ao original não deve ser o critério básico para avaliar uma adaptação devido aos distanciamentos que cercam as duas obras, não só pelo tempo e espaço, como também pelo próprio contexto literário e cultural de ambos. Para Xavier a leitura de uma adaptação deve ser vista mais como uma nova experiência de sentidos do que como uma simples releitura em outra mídia.

Este trabalho é uma confluência da literatura de Machado de Assis (1839-1908), através da novela *O Alienista* publicada no periódico *A Estação* em 1881 e no livro *Papéis Avulsos* no ano seguinte, com a adaptação do filme de Nelson Pereira dos Santos: *Azyllo muito louco* (1971). Por meio de análises comparativas busca-se compreender de que forma a narrativa é construída por cada autor. Para a interpretação de tais pontos foram comparados, segundo critérios de Xavier, opacidade e transparência (2005); tempo e espaço das obras; as personagens; elipses; alterações no espaço das ações; personagens ou histórias privilegiadas; pontos de virada e o tipo de narrador das obras. (2003, p. 62,64 e 65)

Este trabalho é fundamentado teoricamente nos estudiosos de teoria cinematográfica Ismail Xavier e Linda Huntcheon. O problema consiste em saber como uma mídia foi *transcodificada* (HUNTCHON, 2011) em outra, ou seja, como os pontos acima propostos por Xavier foram resolvidos na adaptação. A metodologia empregada é bibliográfica e analítico-comparativa usando as categorias mencionadas acima (narrativa, tempo, espaço, personagens, elipses). O objetivo do trabalho é investigar como o *Azyllo Muito Louco recodifica* (HUNTCHON, 2011) a narrativa machadiana. Além disso, serão levadas em conta as diferenças e semelhanças dentro do contexto social e político do livro e do filme. A hipótese, por ser um diretor do cinema novo, Nelson Pereira dos Santos resolvera a narrativa nos moldes daquilo que Xavier chama de opacidade.

Tanto Nelson quanto Machado construíram em suas narrativas, conforme cada mídia, interpretações sobre a condição sociopolítica do Brasil, cada um à sua época. Machado mostra na novela marcas expressivas da sociedade escravocrata do Segundo Reinado e da escravidão, enquanto Nelson no filme, de 1971 reflete sinais de representação do Brasil à época do regime militar.

Palavras-chave: adaptação, cinema novo, Machado de Assis, Brasil e política.

O DESENVOLVIMENTO DO PIBID/FIC P.A.A. – PRODUÇÃO DE ACERVO DE ÁUDIO – COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA : LETRAMENTO LITERÁRIO EM FOCO

Flávia Daiana Gomes Da Silva
Faculdades Integradas Campo-Grandenses (PIBID/FIC P.A.A.)
Letras – Literaturas
Orientadores : Doutora Arlene da Fonseca Figueira

RESUMO

Segundo KLEIMAN (2006), a leitura escolar é uma atividade árida e tortuosa em muitos casos, tendo como principal causa o uso de atividades restritas gramática somente. Para KLEIMAN para que o aluno se sinta motivado a ler é preciso que o professor tenha essa motivação em não só ler , mas também produzir atividades interativas que despertem a criticidade e não questões decodificadoras que só tendem a assujeitar os alunos e alunas. Esse ato de decodificação linguística que, segundo SOARES (2003), difere-se do letramento, se tornou cada vez mais frequente nas escolas. Tal prática anômala ao universo de ensino-aprendizagem interfere diretamente na interação com o texto literário, que exige, dentre outras, a habilidade interpretativa defendida pela visão de COSSON (2009). O autor defende que por ter a função primordial de tornar o mundo compreensível, transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas, a literatura precisa manter um lugar especial nas escolas. Desse modo, à luz das teorias explicitadas e com uma preocupação em criar propostas que incentivem a aquisição do conhecimento de forma inovadora visando como dentre outras consequências um alto padrão de sustentabilidade social, o trabalho em curso tem como objetivo propor uma reflexão sobre o processo de leitura, focalizando a interação autor-texto-leitor, evidenciando sua eficácia, a partir das práticas de letramento via textos literários , desenvolvidas na sala de leitura da Escola Municipal Euclides da Cunha, durante as oficinas do subprojeto Produção de Acervo de Áudio (P.A.A.) do PIBID das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/FEUC), fomentado pela CAPES. Pretende realizar a produção de CD's de áudio nos quais serão gravados clássicos da literatura, em domínio público ou de autores considerados relevantes que cedam os direitos sobre a obra para a gravação. O público alvo do produto final do projeto são pessoas com disfunção visual, analfabetos, dentre outros casos.

Palavras-chave: Letramento Literário, PIBID/FIC-P.A.A., CAPES.

O HACKTIVISMO E OS DESAFIOS PARA O BRASIL E SUA DEFESA CIBERNÉTICA

Kauana Puglia Bandeira²⁷⁹

RESUMO

O ciberespaço é um novo campo de controle governamental e militar na era da informação. Assim como em água, mar, terra e espaço, o mundo digital também se torna um domínio usado para geração de conflitos, fazendo com que os países se armem preventivamente como em um remake sofisticado da Guerra Fria. Este quinto espaço passa a ser também uma das bases de um desenvolvimento social e econômico dos Estados, justificando a atração de *hackers* ativistas internos e externos ao Brasil e a preocupação das instituições brasileiras para com a sua defesa. Mesmo que não caracterizados como hackers maliciosos por grande parte dos usuários da *Internet*, quem adere a esta prática, também chamada de hacktivism, busca usar as ferramentas tecnológicas para fins políticos que tornam vulneráveis os sistemas cibernéticos atacados.

Nestes moldes, o hacktivism pode passar a ser considerado como uma ameaça para alguns países no que diz respeito à defesa, como no caso do Brasil. Sendo assim, tem-se como pergunta quais são os desafios que esta crescente e moderna onda ativista traz para a área da Defesa brasileira a partir do entendimento da importância do setor cibernético perante o tema do hacktivism, procurando como objetivo analisar como é tratado o assunto dentro de dois principais documentos a partir de uma metodologia documental: a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Procurando desenvolver uma breve ideia do que é o hacktivism, seu nascimento pelo mundo e seu crescimento no Brasil para o alcance do objetivo, o presente artigo mostra que os movimentos hacktivistas transcendem o mundo digital a partir das mobilizações, marchas e agenciamentos sociais criados usando tal ferramenta. A situação é vista em 1994, no México, sendo possível perceber o nascimento do movimento hacktivista pelo mundo com o Movimento Zapatista. A guerrilha que nasceu no sul do país fazia o uso da *Internet* e da televisão para divulgar manifestos e chamar a atenção do governo quanto ao fim da marginalização dos indígenas locais e a extinção do NAFTA. Após a movimentação dos zapatistas, nos séculos XX e XXI, vê-se um *boom* crescente pela rede de manifestos organizados por meio desta poderosa ferramenta.

No Brasil, as primeiras movimentações em rede, transportadas ou não para as ruas, também começam em meados dos anos 1990 (SANTOS, 2011) com o avanço da *Internet* no país. Porém, o ativismo da *Internet* ganhou uma força visível a partir da segunda década do século XXI, em 2013, com as manifestações levadas às ruas que reivindicaram melhorias importantes para a estrutura do Brasil.

Para ilustrar o entendimento e relação do hacktivism com o setor cibernético no Brasil dentro da Política Nacional e Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, precisa-se entender que a autonomia nacional na área da defesa é o ponto principal a ser alcançado, e este objetivo está presente em ambos os documentos. Na Estratégia Nacional de Defesa, a soberania é um produto resultante do desenvolvimento da capacidade de domínio tecnológico, que por sua vez só é possível através da reformulação da indústria nacional de

²⁷⁹ Graduanda do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional Uninter; pesquisadora de iniciação científica no grupo de pesquisa sobre o Ministério da Defesa e a formulação da Política Nacional de Defesa. E-mail: kauanapuglia@hotmail.com
Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

armamentos e intercâmbio tecnológico. Desta forma, a reestruturação das Forças Armadas define diretrizes estratégicas que entram em consonância com sua missão prevista na Constituição Federal para as três forças – Exército, Marinha e Aeronáutica – e para os setores nuclear, espacial e cibernético (NASCIMENTO, 2010), também vitais para a defesa nacional a partir do seu desenvolvimento, como também é dito na Política Nacional de Defesa.

Além disso, visando o domínio da tecnologia cibernética estratégica como porta para o domínio do ciberespaço brasileiro, a Estratégia Nacional de Defesa apresenta como características a busca por uma configuração de uma estrutura de tecnologia de informação para atuar em rede, e a busca pelo molde de uma estrutura de atuação no ambiente cibernético, em momentos de paz ou beligerância. Estas características demandam um estabelecimento de uma estrutura interna às Forças Armadas para que haja um intenso compartilhamento de informações em tempo real, e buscam pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento das estruturas da área cibernética a fim de neutralizar potenciais ameaças cibernéticas no Brasil, podendo dar respostas mais rápidas e eficazes aos ataques que, eventualmente, podem ser feitos.

A abordagem do presente artigo considera como resultado um conjunto de definições atribuídas na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional e Defesa do setor cibernético que procura afastar eventuais ameaças aos sistemas governamentais de segurança e reduzir as suas vulnerabilidades para fazer voltar à normalidade em caso de ataque. Porém, ainda se faz necessário adotar estratégias de segurança e defesa cibernética que não só apenas evidenciem a importância e legitimem o setor cibernético como parte essencial das Forças Armadas, como também atuem avaliando os riscos, desenhem planos de recuperação de dados, capacitem os recursos humanos para rápidas respostas frente a ameaça e evitem incidentes na rede (MANDARINO, 2011).

O MASSACRE DE 29 DE ABRIL

AMARAL, Sandra Caroline²⁸⁰

BARBOSA, Sandra Maria²⁸¹

LOPES, Ana Paula Aparecida³

ASSIS, Ligia Lobo⁴

RESUMO

Esta pesquisa relata alguns dos marcantes momentos do Movimento de Greve dos Professores do Estado do Paraná, em especial o evento que ficou conhecido como o Massacre da Praça Nossa Senhora da Salete, ocorrido em 29 de abril de 2015, no centro da cidade de Curitiba – Paraná. Os professores estaduais que já haviam sido alvo de violência em 30 de agosto de 1988, quando foram atacados pela cavalaria da Polícia Militar do Paraná, foram novamente surpreendidos pelo uso abusivo da força para coibir manifestações que reivindicavam pela manutenção e ampliação de seus direitos, bem como condições de trabalho e remuneração. Este evento foi objeto de notícias em diversos veículos de comunicação, como jornais, redes de televisão, redes sociais, não só no contexto local, como também em âmbito nacional e até mesmo internacional. Como fonte de pesquisa foram utilizadas notícias publicadas nestes diversos veículos de informação, bem como foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores que atual no Curso de Formação de Docentes em Nível Médio, Modalidade Normal, em uma das escolas públicas estaduais onde atuam Bolsistas de Iniciação à Docência do Subprojeto de Pedagogia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Desta análise, conclui-se que os atos repressivos à uma categoria profissional de grande importância social tem-se revelado uma prática recorrente de determinados grupos políticos do estado, que não reconhecem a legitimidade da organização dos trabalhadores e, principalmente, não tem a Educação como prioridade efetiva em seus programas de governo. Considera-se também que, diante de tamanha violência, as repercussões sociais destes fatos possam e devem impactar na formação de opinião sobre os dirigentes políticos por eles responsáveis.

Palavras-chave: Greve - Professores – Educação.

²⁸⁰ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER e bolsista de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES.

²⁸¹ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER e bolsista de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES.

³ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER e bolsista de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES.

⁴ Aluna do Mestrado em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional UNINTER, Especialista em Pedagogia Escolar pela FACINTER, Professora do curso de Pedagogia e Coordenadora de Área do Subprojeto de Pedagogia UNINTER.

TÍTULO: O PERFIL DE ATAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: NOTAS METODOLÓGICAS

Autor: Rodrigo Miscchiatti Monteiro

Instituição: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.

Curso: Relações Internacionais

Orientador: André Francisco Matsuno da Frota

E-mail: rodrigomonteiro232@gmail.com

Em 1945 foi criado o Conselho de Segurança das Nações Unidas. O CSNU tem por objetivo servir como o mecanismo coletivo de segurança internacional multilateral. Entre 1945 e 2015 foram 70 anos de resoluções votadas por cinco membros permanentes, notadamente Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China, e oito membros não-permanentes até 1965- ano em que foi realizada uma reforma na Carta da ONU- pela qual o CSNU passou a contar com 10 membros não-permanentes a partir de então. O problema de pesquisa selecionado está em encontrar uma metodologia quantitativa para identificar o perfil de atuação do Órgão. De fato, nota-se uma escassez de trabalhos, que procurem analisar o perfil de atuação do órgão utilizando-se de métodos numéricos. Neste sentido, o objetivo geral consistiu em identificar os tipos de ação (Capítulo VII da Carta da ONU ou outros casos), os tipos de votações (consensual e não-consensual), a região de atuação (continente) e a natureza dos conflitos (intraestatais, interestatais ou transestatais), como variáveis dependentes. A metodologia teve caráter exploratório. O presente pôster apresenta as notas metodológicas da pesquisa e o resultado de da atuação do CSNU em 59 resoluções, referentes ao ano de 2010. Ficou evidenciado que a maior parte das votações no CSNU foram realizadas por consenso; a maioria das resoluções (31) foram referentes ao continente africano; a maior parte da abrangência das ações do CSNU foram de caráter intraestatal; e a maioria das ações tiveram por base o capítulo VII da Carta da ONU. Pretende-se, com a apresentação, compartilhar o caminho metodológico a ser adotado em todos os anos de atuação do órgão, nas fases posteriores da pesquisa.

Palavras-chave: ONU; Segurança internacional; Conselho de Segurança

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E A MOBILIDADE URBANA EM CURITIBA: INTERAÇÕES ENTRE ATORES POLÍTICOS E SOCIEDADE CIVIL

Giovanna Lombardi
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Ciência Política
Orientador Prof. Pedro Medeiros
Email: giovanna@jingleplay.com
Mobilidade urbana; políticas públicas; Poder Legislativo municipal

RESUMO

O trabalho foca a relação entre o Poder Legislativo municipal – a Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba – e atores da sociedade civil (associações, ONGs e movimentos sociais) em torno da temática da mobilidade urbana na capital paranaense. O objetivo é o de descobrir de que maneiras o Parlamento municipal interage e se torna poroso às demandas de redes ativistas que tratam desse tema. Um trabalho como este justifica-se pelo recente interesse na literatura nacional por canais extraeleitorais de participação política, ou seja, por modalidades de interação com atores políticos para além do momento eleitoral. Igualmente importante é a centralidade que a “mobilidade urbana” tomou, como tópico de discussão pública, desde os protestos de 2013. O objetivo do trabalho é alcançado por meio do levantamento de dados sobre todas as atividades parlamentares ligadas à mobilidade: audiências públicas sobre o tema; projetos de lei; a CPI do Transporte, realizada em 2013 após os protestos de junho daquele ano. Com isso, são identificados quais são os partidos e parlamentares mais próximos da questão da mobilidade urbana e se a troca de grupos no poder Executivo afeta a discussão da temática na Câmara; mensurara-se o impacto dos protestos de junho de 2013 sobre a atividade legislativa municipal, dando maior visibilidade ao tema do transporte e mobilidade. Por último, pretende-se identificar quais são os movimentos sociais que mais interagem com a Câmara Municipal, participando de audiências públicas, apresentando iniciativas populares de lei, reunindo-se com vereadores etc.

O USO DAS TECNOLOGIAS E PIBID: UM INCENTIVO AO LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autora:

Monique Siqueira de Andrade
Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/ FEUC)
Letras – Português/ Espanhol
e-mail: nike.andrade@hotmail.com

Orientador:

Professor Mestre Erivelto da Silva Reis
Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/ FEUC)
e-mail: eriveltoreis@yahoo.com.br

RESUMO

Diante da importância das tecnologias e do letramento literário no processo de inclusão social de pessoas com deficiência visual, de baixa visão e aquelas que não têm acesso à leitura, o presente estudo vem reforçar a necessidade de projetos que relacionem inclusão e tecnologias na área da educacional. A dificuldade de promover inclusão social, ainda hoje, é um problema muito presente na sociedade em que vivemos. Sendo assim, reconhecemos a necessidade de que estratégias sejam elaboradas com o intuito de combatê-la. Reconhecendo a necessidade de que todos tenham acesso à literatura, o Subprojeto PIBID – Produção de Acervo de Áudio do curso de Letras-Português/Literaturas, das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/FEUC), mantidas pela Fundação Educacional Unificada Campograndense, tem a proposta de, entre outras coisas, produzir um CD de áudio que tem como conteúdo textos literários, destinado a pessoas com deficiência visual e também a todas aquelas que por algum motivo não têm acesso ao mundo da leitura. No que tange ao letramento podemos dizer que o mesmo é de suma importância para o bom desenvolvimento da compreensão dos textos e para o desenvolvimento do gosto e do prazer pela leitura. Considera-se letrado o indivíduo que sabe utilizar a literatura, aquele que faz uso da escrita e da leitura para se orientar no mundo, para descobrir alternativas e possibilidades, enfim, é aquele indivíduo que se apropria da escrita e de suas práticas sociais. A produção do CD conta com o conteúdo lido durante as oficinas realizadas na Escola Municipal Euclides da Cunha, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, e também com o auxílio de tecnologias simples para a captação das vozes e gravação do CD. As estratégias utilizadas no processo de gravação do CD do subprojeto PIBID/PAA são realizadas com o intuito de contribuir para que todos possam ser incluídos no mundo da leitura e, com isso, possam ter uma vida melhor na presença da literatura. Assim, para a confecção do CD foram utilizadas tecnologias que vão desde a gravação por meio de aparelho celular até programas como Audacity, Format Factory, Mp3 editor, Any vídeo converter, que são programas de software para conversão e edição dos áudios. A realização deste CD contribui com o crescimento e aprendizado não só do público a que se destina, mas de todos aqueles envolvidos no subprojeto.

Palavras-chave: PIBID, Tecnologias, Letramento, Inclusão social.

OS PROJETOS DE LEI AMBIENTAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ – ALEP: PRINCIPAIS PROBLEMAS E ALTERNATIVAS

Autor: Paloma Silva Pereira
Coautor: Dayane Oliveira
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Relações Internacionais e Ciência Política
Orientador: Audren Marlei Azolin
Coorientador: Carlos Alberto Simioni

RESUMO

As políticas ambientais têm ganhado enfoque devido às previsões climáticas preocupantes divulgadas nos recentes anos por instituições de credibilidade, como a ONU (Organização das Nações Unidas). As causas dos problemas são locais, os efeitos são globais. Cada ação é responsável e se torna necessária para melhoria da qualidade do meio ambiente. O papel governamental tem grande peso, por deter o poder de criar e regular ações jurídicas que implicam obrigações legais para sociedade em geral. Os projetos apresentados no Poder Legislativo consistem numa importante forma de se verificar o conflito político em torno da temática ambiental.

A produção de pesquisa na grande área das Ciências Sociais é vasta, no entanto, são poucos trabalhos que enfatizam esse aspecto na área específica de Ciência Política. Considerando esse fato, no caso do Paraná, há poucos levantamentos sobre a produção legislativa referente à temática ambiental na ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná). A pesquisa “As discussões e os projetos de política ambiental na Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP” consiste no levantamento de dados oficiais, através da análise das proposições de Projetos de Lei e Projetos de Resolução, aprovados, em andamento ou vetados, dentro da ALEP entre o ano de 2012 e 2015. Por ora, foi realizado o levantamento referente aos meses de janeiro a junho de 2015. Serão utilizadas metodologias, métodos e técnicas típicas da área de Ciência Política, que foram desenvolvidas nos estudos sobre o legislativo, mais especificamente as Taxa de Sucesso, Taxa de Dominância e Taxa de Conflito, para compreensão do processo legislativo e decisório, referente ao tema pesquisado.

Procura-se verificar a abrangência dos projetos de lei, considerando os principais problemas e alternativas colocados nos projetos de lei; a iniciativa – se provindos do Executivo, Legislativo, sociedade civil; e quantificar o número de projetos vetados e aprovados. Este estudo preliminar será complementado futuramente com outras análises: o envolvimento dos partidos políticos, dos parlamentares, das frentes parlamentares em relação à temática ambiental, nas comissões, dentre outras.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Políticas Públicas; Processo Decisório; Produção Legislativa; ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná

**PARA QUE NUNCA MAIS SE ESQUEÇA:
PROFESSORES NA RUA TAMBÉM ENSINAM, PROJETO PIBID E FORMAÇÃO POLÍTICA**

Irismar de França UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Daniela de Oliveira Santos da Silva UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Jaqueline Domingues de Oliveira UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Kátia Regina Barbosa UNINTER-PIBID –PEDAGOGIA
Juliane Raimundo dos Reis UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Beatriz Marlene Rigon - UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Luciana Macedo Moreira dos Santos - UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
Mayulli Cristi Henrique de Mello Vieira - UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
Orientadora : Desiré Luciane Dominschek - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever o trabalho efetivado pelos bolsistas pibidianos durante o momento em que as escolas públicas do estado do Paraná passaram por longos dias de greve. Como a atividade de iniciação à docência precisou ser interrompida visto a greve, os pibidianos foram orientados a pesquisar os fatos e acontecimentos ocorridos e que culminaram no enfrentamento de um movimento de greve árduo pelos professores da rede estadual de ensino. O objetivo desta pesquisa foi a formação política de nossos futuros professores e também o resgate histórico dos acontecimentos que permearam o movimento de greve. Neste foco o trabalho tem como tema norteador a greve dos professores do Estado do Paraná que aconteceu em 2015 este estudo tem a finalidade de apresentar de maneira cronológica as fases da greve, e as negociações com o governo do Estado. Realizamos esta pesquisa com base no Jornal da APP-Sindicato de Março deste ano e as notícias da greve publicadas na internet pelo Jornal Gazeta do Povo desde a data 04 a 25 de fevereiro de 2015. Optamos por pesquisa documental e pesquisa de campo, e além da pesquisa documental trabalhamos também com entrevistas com professores e alunos. A pesquisa motivou a busca pela compreensão de como iniciou e porque, o movimento de greve dos professores, verificar a cronologia dos principais fatos que marcaram o embate entre professores e governo do Paraná nos traz a perspectiva de análise do contexto histórico daquele momento, e ainda como estratégias para entender este contexto pudemos realizar entrevistas com professores e alunos. Com base nas discussões realizadas nas reuniões de formação do Pibid, e também nas pesquisas realizadas sobre o movimento, problematizamos o movimento de greve dos professores como espaço de pesquisa, de formação e ação política. Neste sentido, concordamos com Saviani (2014) que o conhecimento ocupa lugar importante no capitalismo porque é parte das forças produtivas, mas o seu desenvolvimento, no entanto, entra em conflito com as relações de produção. Desse modo, a luta no ambiente escolar pressupõe direcionamentos para o socialismo, e lutar pela socialização do saber bem como para a socialização dos bens produzidos é lutar pelo social.

Palavras-chave: Pibid. Formação e lutas. Greve professores do Estado do PR.

PAY PAL BRASIL UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA AS CONTROVÉRSIAS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.

Tema: Acesso à justiça em um mundo globalizado | 2015
Aluno: Erik Amaral Taveira | e-mail: eriktaveira@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes
Instituição: Centrou universitário Internacional UNINTER
Curso: Direito 8º Período

RESUMO

Com a abertura do mercado nacional e a criação do Código de defesa do Consumidor na década de 1990, a proteção e a defesa do consumidor passaram a figurar definitivamente na pauta da sociedade civil. Nesse novo contexto, as relações de consumo sofreram mudanças, e o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC passou a desempenhar papel importante na relação entre empresas e consumidores, auxiliando as organizações não só na comunicação com esse público, mas também na prevenção de conflitos (SIQUEIRA, Valéria; 1998).

A internet se tornou um meio de comunicação popular e criou um novo tipo de consumidor, o consumidor digital. Esse consumidor presa por agilidade e praticidade. O mercado virtual (e-commerce) tem a estimativa de faturar R\$ 49,8 Bilhões no ano de 2015 segundo a associação brasileira de comércio eletrônico (ABCOMM), logo se torna imperativo uma nova “ferramenta” para esses consumidores.

É notório o grande avanço das relações consumeristas no mundo virtual, e com esse aumento crescem, também, as controvérsias (conflitos entre fornecedores e consumidores), o site www.paypal.com/br, disponibiliza uma ferramenta virtual para solucionar as controvérsias em compras via internet. Como funciona: o usuário cria uma conta no sítio www.paypal.com/br, efetua a compra virtual e paga utilizando o sistema paypal que consiste em ter segurança na hora de efetivar um pagamento (o site tem diversos certificados de segurança virtual), feita a compra o usuário aguarda a chegada da sua mercadoria, caso não chegue ou o objeto seja diferente e/ou inferior ao anunciado o consumidor poderá barrar o pagamento (sistema de disputa), depois de barrar o pagamento o paypal funciona como mediador do conflito.

Foi observado que o sistema é eficaz, pois em buscas por conflitos (jurisdicionais) envolvendo o paypal o resultado é ínfimo (pesquisas: TJ-PR, PROCON-PR JEC). Daí o interesse na pesquisa mais a fundo desse sistema e porque não a utilização do mesmo em outras áreas do direito.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Medição. Meios extrajudiciais de solução de controvérsias. Relações de consumo. Direitos Humanos.

POR TRAZ DA CORTINA DE FUMAÇA – MOVIMENTO DE GREVE DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ 2015

BOTELHO, Luciana Correa Barbosa
CATARINO, Fátima Rodrigues Pereira
MARTINS, Queren Damares
ASSIS, Ligia Lobo de.

RESUMO

O movimento de greve dos professores da rede estadual de educação do Paraná foi um dos fatos mais marcantes do ano de 2015 para a sociedade paranaense. Este texto pretende resgatar alguns dos momentos mais relevantes deste movimento, além de trazer algumas reflexões traçando um paralelo com os acontecimentos de 1988, também marcados na história das lutas desta categoria por avanços ou manutenção de direitos trabalhistas conquistados. Em contextos históricos bem diferentes cada acontecimento teve o seu impacto social, em 1988 o Brasil passava por uma significativa mudança política, o regime acabara de mudar de uma ditadura militar para democracia e a constituição brasileira estava sendo redigida, fazer manifestações era perigoso, mas mesmo assim os professores se organizaram e foram para as ruas reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mostrando para a sociedade a importância do trabalho docente. Pelo contrário no contexto atual as manifestações são um direito amparado por lei e o motivo da luta foi manter os benefícios conquistados ao longo dos anos. Ao comparar esses dois períodos pode-se observar que ambos tiveram como impacto social o reconhecimento da importância do trabalho docente, mas o diferencial da greve de 2015 foi a divulgação dos acontecimentos em tempo real, através da internet, dando a sociedade a oportunidade de analisar e se posicionar a respeito, criando instantaneamente uma grande rede de apoio aos professores. Para a realização da pesquisa foram utilizados os meios de divulgação de sua pauta e do cotidiano do movimento grevista pela própria APP Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, entidade representativa dos professores e funcionários das escolas públicas estaduais do estado, entre eles o seu site oficial, panfletos e manifestos, além da cobertura realizada pelos meios de comunicação de massa, como jornais impressos e digitais, redes de televisão locais, nacionais e até alguns veículos da imprensa internacional, também foram feitas entrevistas com professores que participaram ou não ativamente no movimento de greve. Desta forma, ao final das análises do material de pesquisa coletados, conclui-se que os atos de violência contra a categoria dos professores marcaram a visão da sociedade paranaense tanto no evento ocorrido em 1988 como o atual e que, especialmente para os docentes, a principal diferença entre estes dois momentos históricos consiste em que, enquanto em 1988 a luta era pelo avanço dos direitos, salário e condições de trabalho, o episódio mais recente foi motivado essencialmente pela disputa para a manutenção de direitos conquistados historicamente.

Palavras-chave: Movimento. Educação. Sociedade.

PORTUGUÊS BRASILEIRO X INGLÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM DINÂMICA PARA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE DITONGOS EM CONTEXTO FORENSE

Alencar Guth
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Licenciatura em Letras – Português/Inglês
Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia de Castro Gomes
E-mail: alencarguth@gmail.com

O presente pôster tem como objetivo compartilhar o andamento de um dos projetos realizados pelo Grupo de Pesquisa Estudos dos Sons da Fala, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O projeto em questão se trata de uma pesquisa de iniciação científica de caráter multidisciplinar que visa estudar, como objetivo geral, características do inglês brasileiro e relacioná-las ao contexto forense. Serão analisadas possíveis variações inter e intrafalantes, comparando os dados de falantes brasileiras e americanas, considerando o inglês brasileiro como uma variedade sociolinguística que deve ser conhecida e considerada em diversos contextos de relações internacionais em que haja a presença de um brasileiro falando inglês. Além do inglês, o português brasileiro também está sendo analisado, tanto quando falado por nativos, quanto por não nativos. A análise está sendo feita por meio da medição da duração da transição dos ditongos /ai/ e /ei/ em palavras pares semelhantes do português e do inglês e que foram gravadas em estúdio a partir de sentenças-veículos, textos e entrevistas, falados por três brasileiras e três americanas, todas falantes das duas línguas abrangidas neste trabalho. As medições são feitas com o software PRAAT. A metodologia consiste de uma aliança entre análise acústica e fonológica, utilizando-se do modelo da Fonologia Acústico-Articulatória (FAAR), proposta por Albano (2001). As análises resultantes das medições serão relacionadas ao contexto forense, como dito anteriormente. Isso significa que os dados, as reflexões e os resultados obtidos no decorrer do projeto podem ter aplicação em uma possível situação na qual um(a) falante bilíngue cometa um crime em contexto internacional e cuja voz seja usada como prova desse delito. Ainda, os resultados podem ser válidos em contextos em que haja o interesse em estudo do inglês e do português falados por nativos e não nativos. Um primeiro resultado obtido nessa fase inicial do projeto é de que as falantes brasileiras tendem a alongar mais a duração da transição do ditongo /ai/.

Palavras-chave: fonética forense; inglês brasileiro; ditongo.

PROJETOS DE LEI REFERENTE AO MEIO AMBIENTE NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA 2011 Á 2014

Karen Juliana Machado.
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Ciência Política
Audren Azolin
karennupp@outlook.com

Esta pesquisa integra o estudo desenvolvido no Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política – NuPP-CiPol que visa analisar, utilizando a Análise de Conteúdo para desenvolver pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo, diversos temas da produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba – CMC. Assim, O objeto deste trabalho é a produção legislativa referente ao meio ambiente na Câmara Municipal de Curitiba - CMC no recorte temporal 2011 a 2014.

Tendo em vista o objeto ora apresentado, o problema de pesquisa é: em qual governo foi protocolados a maior quantidade de projetos de lei referentes ao tema do meio ambiente? E em quais governos os projetos de lei na temática do meio ambiente mais se transformaram em norma jurídica?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o ambiente político-institucional para a temática do Meio Ambiente no período delimitado. Os objetivos específicos são os seguintes: identificando a quantidade de projetos de lei protocolados; identificar a quantidade de projetos de lei que tratam do tema Meio Ambiente e quantos projetos de lei referentes ao meio ambiente que se transformaram em norma jurídica. Do ponto de vista qualitativo, a pesquisa indicará quais temas do meio ambiente conseguem se transformar em norma jurídica e quais temas foram rejeitados, isto é, faziam parte de projetos de lei que não se transformaram em norma jurídica.

A fonte é o banco de dados do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência política – NuPP-CiPol que apresenta o monitoramento de toda produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba.

A importância deste trabalho consiste em apresentar, de forma panorâmica, o ambiente político-institucional para temática do meio ambiente na Câmara municipal de Curitiba – CMC no sentido de saber quais questões do meio ambiente é da preferência da classe política curitibana, bem com as questões que não fazem parte dos interesses desta classe.

Palavras-chaves: Câmara Municipal de Curitiba, Meio Ambiente, Projetos de lei.

REFLEXÕES DO DOCENTE A RESPEITO DA PESQUISA

MARTINS, Quéren Damares
querendamares.m@gmail.com
ASSIS, Ligia Lobo de
Ligia.a@uninter.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões a respeito da pesquisa docente. A modalidade de pesquisa adotada para o desenvolvimento do mesmo é a de Pesquisa Bibliográfica. E que conforme Severino (2007, p 122) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” De acordo com o autor, o pesquisador irá trabalhar em cima do que já foi escrito por outros autores presentes no texto escolhido. Sendo assim o referido trabalho será desenvolvido com base no texto de Menga Lüdke "O professor, seu saber e sua pesquisa", que decorre sobre entrevistas realizadas em quatro escolas com condições superiores às das médias das escolas da rede pública, com grupos de professores que lecionam no Ensino Médio. O texto apresenta a visão dos professores sobre a pesquisa e outros fatores que estão relacionados. Para tanto, a referida autora, com base nas informações obtidas nas entrevistas e pesquisa nas escolas, faz uma abordagem sobre as condições estruturais para a pesquisa docente nas instituições de ensino. A partir da pesquisa realizada, pode se perceber problemas relacionados à falta de recursos bibliográficos e de informática e a falta de espaço para que ocorra o trabalho conjunto dos professores como também dos alunos. No entanto há a disponibilidade de horas destinadas a pesquisa docente. Porém, a maioria dos docentes não fazem uso desse horário. Por tanto existem condições para a pesquisa, mas há falta de clareza sobre como deve ser uma pesquisa. A grande maioria dos entrevistados refere-se ao saber e pesquisa docente, como algo relacionado mais às práticas. No entanto houve também exemplos de pesquisas acadêmicas, que possivelmente são repercussões da formação destes.

Através de casos de professores com mestrado e doutorado que preferem atuar nas escolas à nas universidades, pode-se atestar a possibilidade efetiva de desenvolvimento de pesquisa acadêmica, na educação básica.

Palavras-chave: Professor. Reflexões. Pesquisa.

RELIGIÃO E PODER: A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

Fabrcio Vaz leal Cotta
Uninter-Centro Universitrio Internacional
Cincia Poltica
Orientador (a): Audren Azolin
Email: attoclael@gmail.com

Este trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas no Ncleo de Pesquisa e Prtica em Cincia Poltica – NuPP-CiPol, cujo objeto   pesquisar a produo legislativa da Cmara Municipal de Curitiba que visa abordar os diversos temas alvo de projetos de lei naquela Casa Legislativa.

A literatura que trata da participao poltica de religiosos aponta que esta realidade comea a ser observada a partir de 1986 com a eleio de vrios representantes da vertente denominada Neo petencostais tanto para cargos do legislativo quanto para os cargos do executivo. Esta realidade desperta o interesse da Cincia Poltica para analisar, mesmo em um Estado dito laico, a relao entre fé e poder.

Neste particular, o presente trabalho identifica e analisa os projetos de lei de cunho religioso confeccionados na CMC (Cmara Municipal de Curitiba) nas legislaturas dos anos de 2011 a 2013, procurando tambm identificar os respectivos autores e os partidos de origem destes. A iniciativa tanto do poder executivo quanto a do poder legislativo   tambm objeto de anlise, visto que a quantidade de projetos de lei que um ou outro poder consegue aprovar   importante para as concluses deste trabalho.

Diante objeto de pesquisa deste trabalho pergunta-se quais as questes religiosas esto sendo transformadas em projetos de lei? Desta pergunta deriva outro problema de pesquisa: quais questes religiosas esto se transformando em norma jurdica, isto  , esto sendo transformados em lei?

Para chegar aos resultados pretendidos neste artigo usarei o banco de dados coletado pelo NuPP-CiPol (Ncleo de pesquisas e prticas polticas) sobre a Cmara Municipal de Curitiba, banco este que faz o monitoramento dos projetos de lei no perodo de 2011   2014, identificando assim os projetos de lei que partiram de iniciativas dos parlamentares das diversas vertentes religiosas.

A pesquisa ora apresentada consiste no desenvolvimento do Trabalho de Concluso de Curso - TCC que abordará a relao entre produo legislativa sobre temas religiosos e as vertentes religiosas representadas no parlamento curitibano.

Palavras-chave: Religio, Projetos de Lei, Processo Decisrio, Poder.

TIGRES ASIÁTICOS: COREIA DO SUL

A INSERÇÃO SUL-COREANA NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS (1960-1990)

Nome dos autores: Bruna Leal Barcellos

Instituição: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER Curso: Relações Internacionais

Orientadora: Ludmila Culpi

E-mail: bl-barcellos@hotmail.com

A Coreia do Sul, localizada no Continente Asiático, apresentou entre a década de 1960 e 1990 um grande avanço econômico que o fez ser conhecido como um dos Tigres Asiáticos. Neste período, viu-se uma Coreia do Sul se inserindo no cenário internacional, não somente economicamente falando mas também de forma diplomática, como sua participação em OIs e tratados internacionais. Tendo este cenário em vista, o presente trabalho tem a problemática que trata sobre quais os fatores que levaram a esta maior inserção do Estado sul-coreano em Organismos Internacionais. Com a hipótese de que o Estado da Coreia do Sul teve uma maior inserção em Organismos Internacionais a partir de seu fortalecimento econômico, o presente projeto busca analisar se de fato este fator foi o fundamental para a inserção do Estado Sul-Coreano na diplomacia ocidental. Com uma análise que se inicia nos anos de 1960, ano em que a Coreia do Sul passou a ter programas governamentais mais voltados para o desenvolvimento econômico, o trabalho proposto visa analisar estes programas a fim de compreendê-los a partir da ótica da abordagem do Construtivismo, teoria que terá um papel fundamental para a investigação da transição econômica e social sofrida pela Coreia do Sul. Para que a análise seja de fato completa, não serão ignorados fatores históricos como a hegemonia americana, a Guerra das Coreias e fatores ideológicos que estavam em forte transição no período proposto para a análise, para isto, serão utilizados documentos não somente sobre a história da Coreia do Sul, mas também arquivos digitais de diversas OIs das quais a Coreia do Sul passou a fazer parte neste período a fim de auxiliar na presente pesquisa, como por exemplo o Banco para Desenvolvimento da Ásia (1966), Banco Mundial (1961), entre diversos outros de grande importância. Com uma análise histórica do período de 1960 a 1990, será possível utilizar-se não somente do auxílio do Construtivismo como teoria base, mas também da filosofia do Confucionismo como forma de auxílio na compreensão das mudanças de identidade sofridas pela Coreia do Sul. Obtendo-se então uma forma de observar a história da Coreia do Sul como uma constante construção de identidade deste Estado causado não somente pelos fatores internos envolvendo a sua população e alternâncias de governo, mas também os fatores externos ligados a novas correntes ideológicas e tendências de outros Estados. Por fim, a hipótese apresentada foi parcialmente refutada devido a diversos fatores externos e internos que demonstraram, em uma análise mais profunda, extrema importância na construção e mudança de identidade da Coreia do Sul. Conclui-se então que a adesão do Estado da Coreia do Sul em Organismos Internacionais entre a década de 1960 e 1990 não pode ser compreendida como resultado somente do fortalecimento econômico, mas sim de diversas mudanças sofridas por este Estado causadas por fatores internos e externos, sendo eles mudanças de governo (transição para a democracia) e até mesmo a liberalização do mercado mundial ocorrida nos pós II Guerra Mundial.

Palavras-chave: Coreia do Sul; economia; Construtivismo; Organizações Internacionais; diplomacia

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Ana Paula Aparecida Lopes - UNINTER-PEDAGOGIA
Orientadora : Desiré Luciane Dominschek - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

O presente trabalho contemplará a questão da educação das crianças dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). cujo o objetivo geral, é a análise do processo de escolarização das mesmas e os objetivos específicos são: a descrição das propostas de educação desenvolvidas pelo movimento, a verificação do processo de formação de professores do campo e a importância da educação das crianças dentro do movimento. A minha problematização visa constatar como é vista a educação das crianças dentro do movimento no contexto brasileiro e se existe alguma formação específica para os professores que atuam dentro deste movimento, analisar onde e como são ministradas as aulas, mais principalmente que tipo de pessoa o movimento pretende formar. Estas são algumas das questões que será abordado neste trabalho. Para Santos (2007, p.213) o movimento desde os anos 80, “vem reivindicando por outros direitos sociais garantidos constitucionalmente, a saber: moradia, saúde, transporte e educação”. Como podemos analisar a educação, é uma das necessidades básicas para a vida em sociedade, a qual o movimento batalha para tornar realidade. Cabe ainda frisar que a mesma Constituição afirma que a educação é um direito público subjetivo, ou seja, é um direito de todos e ninguém pode “abrir mão” do mesmo ou dele ser alijado. Sem embargo, a Constituição não é suficiente para garantir a materialização do direito a educação. As políticas públicas e a conscientização da sociedade são fundamentais no processo de melhoria do ensino no país, conforme os direitos e deveres individuais e coletivos previstos no artigo 5º da constituição, os objetivos constitucionais são: construir uma sociedade livre e justa, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Com a educação tais objetivos podem ser alcançados, pois a disseminação do conhecimento é entre muitos métodos o mais eficaz na quebra de paradigmas na sociedade, onde a diversificação de culturas pode ser compreendida e aceita. A justificativa na escolha deste tema partir de uma curiosidade acadêmica de como é realizado o processo de educação das crianças que estão inseridas em diferentes espaços educacionais como, por exemplo, a educação hospitalar, em presídios, do campo, entre outras. E também notei que na graduação do curso de Pedagogia da Uninter existem poucos trabalhos de conclusão de curso, que contemplam a educação das crianças fora dos espaços escolares e vi a oportunidade então de discorrer sobre a educação do campo, em especial a do MST. Esta pesquisa tem origem na pesquisa bibliográfica, a partir de registros que estão disponíveis sobre a problemática de estudo, que irão me nortear e contribuir para uma visão diferenciada sobre a educação em outras instituições escolares presentes no Brasil em especial a educação do campo. Também fizemos uso da pesquisa de campo. O referencial teórico que fundamenta nossa pesquisa são os seguintes autores: Fernando Henrique Tisque dos Santos, atualmente Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Neusa Maria Dal Ri, atualmente Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Isabela Camini, atualmente Doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Todos os autores citados realizaram trabalhos, abordando a temática da educação do campo com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: Educação; Educação escolar no MST; infância

UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID : O TRABALHO DOCENTE E AS VISITAS ORIENTADAS EM MUSEUS

Beatriz Marlene Rigon - UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA

Luciana Macedo Moreira dos Santos - UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA

Mayulli Cristi Henrique de Mello Vieira - UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA

Orientadora : Desiré Luciane Dominschek - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

Esta pesquisa problematiza a formação inicial de professores a partir do programa de bolsas de iniciação à docência – PIBID, e apresenta as ações que se desenvolvem no interior do projeto PIBID UNINTER subprojeto pedagogia. A intenção desta pesquisa foi a valorização da ação formativa das visitas a Museus nos licenciados do curso de pedagogia e dos alunos do curso de formação de docentes, possibilitando estratégias pedagógicas que orientem de forma reflexiva as visitas técnicas como espaços de formação docente. Os Museus são por excelência, espaços pedagógicos, de divulgação do discurso, da formalização e consolidação das identidades de um bem cultural. Museus são espaços de caráter histórico, de descoberta, de gosto pelo saber, provoca o visitante, instiga a pesquisa. Museus, como as escolas, são espaços dedicados aos desafios do ensinar e ao aprender, são escolas informais e, ali contextualiza-se diferentes maneiras de olhar para a relação ensino aprendizagem realizados nas escolas. A pesquisa se embasa pelo referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético, e como recursos estratégicos utiliza-se da pesquisa de campo, pesquisa documental e bibliográfica. A ação se efetiva em escolas públicas estaduais que ofertam em Curitiba/PR o curso de formação de docentes. O problema de pesquisa visa possibilitar o efetivo trabalho docente com visitas técnicas em museus considerando, estas visitas técnicas como estratégias pedagógicas para o debate da preservação cultural de uma sociedade, dos usos da memória e da importância da construção histórica. A intenção desta pesquisa foi a valorização da ação formativa das visitas a museus nos licenciados do curso de pedagogia e dos alunos do curso de formação de docentes, possibilitando estratégias pedagógicas que orientem de forma reflexiva as visitas técnicas como espaços de formação docente. A inserção dos bolsistas pibidianos no debate sobre a formação docente e sobre a relação da preservação da memória e da história se faz pelo entendimento de que os monumentos são nossas heranças do passado, como monumentos, os documentos também representam as escolhas do historiador conforme direciona Le Goff (1996), escolhas estas que norteiam desde a identificação até a manipulação das fontes. E é sempre bom lembrar que o historiador é a chave para o diálogo entre a fonte e a pesquisa histórica.

Palavras-chave: Formação docente. Museus. Pibid.

UMA REFLEXÃO ENTRE AS SINOPSES E AS VINHETAS DE TELENOVELAS BRASILEIRAS

Nayara de Lira França
Orientador: Ms. Paulo Negri Filho
paulo.n@uninter.com

RESUMO

A pesquisa parte da hipótese de que a vinheta da telenovela tem na sua estrutura parte do que vai ser apresentado durante a trama da telenovela, desde elementos que vão representar o que se verá durante a trama, incluindo uma breve apresentação das personagens principais, tendo a trilha sonora também como um dos elementos de ambientação, sendo componente muito lembrando quando se trata de produto audiovisual.

O fato da vinheta de abertura da telenovela mesmo após muito tempo da sua veiculação manter-se como uma “brasa” acesa durante o desenvolvimento da trama, e que adormecida depois do seu fim, vem à tona e se “reacende” quando a vinheta de abertura é lembrada/revista, trazendo algo novo à memória e, também, trazendo junto as memórias de quando se viu a trama anteriormente.

O objetivo de pesquisa é observar as vinhetas de abertura dessas telenovelas, comparando o que se é mostrado nelas com o que é apresentado na sinopse da trama, se alguns das personagens principais são evidenciadas, se algum detalhe da trama é ou não contado nesses minutos iniciais.

Como referenciais teóricos serão usados os textos que foram debatidos durante as reuniões do grupo de pesquisa, Didi-Huberman, ‘Cuándo las imagens tocan lo real’; Nisia Martins do Rosário e Lisiane Machado de Aguiar, ‘Pluralidade metodológica: A cartografia aplicada às pesquisas de audiovisual’ e Jaqueline Schiavoni, ‘Vinheta televisiva: uso e funções’.

A pesquisa será de natureza qualitativa através da metodologia de cartografia, (ROSÁRIO e AGUIAR), as vinhetas utilizadas serão as da Rede Globo entre os anos de 1960 a 2010, que foram previamente catalogadas de forma que se pudesse fazer um recorte de tempo através do número de capítulos e a sinopse da telenovela para que se pudesse fazer uma análise das mesmas para pesquisa.

VETO COMO GRAU DE CONFLITO NA RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO EM CURITIBA

Luis Felipe Milan
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Curso: Ciência Política
Orientadora: Audren M. Azolin
Coorientador: Luiz Fernando Nunes Moraes

RESUMO

Dentro das regras institucionais que tratam do processo legislativo, todo projeto de lei, independente da iniciativa, obedece a um rito de tramitação no sistema Legislativo, passando por várias comissões até chegar ao Plenário para sua aprovação, ou não. Sendo aprovado, esse é enviado ao Prefeito, que detém o poder de sancionar ou vetar total ou parcialmente o projeto de lei.

Quando o Chefe do Poder Executivo veta total ou parcialmente um projeto de lei, o mesmo retornará à Câmara para que os parlamentares promulguem seu veto ou se desejarem o contrário, o derrubem. Este estudo trabalha dentro da concepção de veto enquanto instrumento que permite a interferência do Poder Executivo no Poder Legislativo, com possibilidade de gerar assim um conflito entre as partes.

Essa intervenção do Executivo ao Legislativo pode resultar em duas situações: a manutenção do veto, que indica que há uma relação harmoniosa entre os Poderes, ou a derrubada do veto que significa uma relação conflituosa entre os Poderes. A manutenção e derrubada dos vetos pode ser quantificada usando a Taxa de Conflito. O cálculo considera a razão entre o total de projetos de lei vetado pelo Poder Executivo e o total de vetos derrubados pelo Poder Legislativo.

A Taxa de Conflito não permite apenas que o cientista político identifique se a relação entre os Poderes encontra-se conflituosa ou harmoniosa, mas também o quanto a relação é conflituosa ou harmoniosa. É uma fórmula que permite avaliar o desempenho político na relação entre os Poderes.

A partir da Taxa de Conflito, a presente pesquisa analisa o grau de conflitualidade entre o Prefeito Gustavo Fruet e a Câmara Municipal de Curitiba no ano de 2014, que permite concluir assim se o Parlamento curitibano é colaborativo ou conflitante com o Chefe do Poder Executivo curitibano, apresentando essa relação de forma quantitativa.

A pesquisa é de cunho quantitativo, a partir de dados secundários extraídos do banco de Dados do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política – NuPP-CiPol que trata da produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba.

Palavras-chave: Veto, Executivo, Legislativo, Grau de Conflitualidade.

RESUMOS INICIAÇÃO CIENTÍFICA

“TEMPO É DINHEIRO”. UMA PROPOSTA DE GESTÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA PARA EMPRESAS FAMILIARES

Carla Mariana Hepp
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Administração
carla.hepp@hotmail.com
Orientador: Professor Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes

RESUMO

O objetivo desse trabalho é a proposta da implantação de uma gestão financeira em uma empresa prestadora de serviços. A empresa estudada está localizada em Curitiba e suas atividades estão focadas em prestação de serviços e manutenção de computadores, impressoras e notebooks e vendas de suprimentos de informática. Demonstrar a importância da aplicação de controles internos básicos relacionados a contas a pagar, contas a receber e fluxo de caixa. Por tanto, foi realizado um estudo de observação no caso da empresa referida. Observou-se que os sócios não têm um controle real das finanças da empresa, confundem-se as contas e despesas da empresa com as despesas particulares dos sócios, isso faz com que chegue no final de cada mês e eles não têm uma visão se foi positiva ou negativa o faturamento da empresa. Esse controle poderá contribuir os sócios da empresa em uma tomada de decisões, prevenir possíveis falhas e até mesmo almejar um grande crescimento e expansão das lojas.

Palavras-chave: Loja de informática, Gestão Financeira, Proposta.

A CAUDA AMPUTADA: A VARIEDADE DE NICHOS NÃO É EXATAMENTE O QUE PRODUZ LUCRO²⁸²

Fernando Ferreira de ALBUQUERQUE²⁸³

Samia Garcia MARTINS²⁸⁴

Luis Otávio DIAS²⁸⁵

RESUMO

Sempre que um teórico, professor ou cientista apresenta uma nova descoberta, possibilita novas ideias e pontos de vista que corroboram conhecimento e constroem pontes para novas aquisições. Isso pode-se aplicar, inegavelmente, à obra de Chris Anderson chamada de *A Cauda Longa*. Entretanto, tais descobertas, por sua vez, abrem janelas para outros horizontes, gerando, a partir daí, muitos debates que são ainda mais produtivos e servem de contraponto e prova real. Neste caso, Anita Elberse, professora de administração na Universidade de Harvard, em seu livro *Blockbusters*, apresenta o outro lado de uma montanha multiforme e multifacetada. Deseja-se com este artigo apresentar os dois lados de uma mesma moeda, mostrando, na medida do possível, os fatores que determinam as verdades absolutas no tocante ao mercado de hits e nichos – se é que elas existem – e as variáveis. Adianta-se que, a conclusão de tal embate, ficará por conta do leitor.

Palavras-chave: cauda longa; blockbusters; hits; nichos.

²⁸² Trabalho apresentado à disciplina de Jornalismo Online do curso de Comunicação Social – Jornalismo, 2º BIM 1º SEM 2015.

²⁸³ Estudante de graduação da UTA WEB do Curso de Jornalismo da Uninter, email:

pr.f.f.albuquerque@hotmail.com

²⁸⁴ Estudante de graduação da UTA WEB do Curso de Jornalismo da Uninter, email: samiagmartins@hotmail.com

A COMUNICAÇÃO DIGITAL NO PROTAGONISMO JUVENIL DA POLÍTICA BRASILEIRA: NARRATIVAS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO/JULHO 2013

Marieli Bottega de Moura;

UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Licenciatura em História

Professor Orientador Msc André de Oliveira Gagliardi

marielibottega@yahoo.com.br

RESUMO

Os movimentos de 2013 mostraram que os jovens não estão indiferentes à vida pública, algo que já ocorreu no passado, onde o jovem foi protagonista de muitas lutas e conquistas para o país. Necessita-se analisar este movimento e resgatar o histórico do protagonismo juvenil no Brasil. As manifestações de 2013 construíram-se com algumas particularidades: os jovens foram para as ruas com uma nova forma de articulação e organização, centrada nos meios digitais, surgindo a necessidade de estudar este novo mecanismo de mobilização social. A pesquisa visa analisar o quanto as mídias digitais contribuem para a organização da juventude, importância comprovada no processo de articulação das manifestações de 2013. A pesquisa foi realizada através de Pesquisa Bibliográfica e de cunho qualitativo com o objeto/público em questão: participantes de diversas manifestações juvenis na história brasileira, através de entrevistas, cuja análise desenvolveu-se no decorrer do trabalho. As manifestações de 2013 podem ser analisadas sob diversos ângulos: a organização, a partir das redes sociais traz ao Brasil características vistas em outros lugares do mundo (Egito e Turquia); o papel da juventude que não era visto na política brasileira desde o movimento dos caras pintadas; a diversidade de manifestações e pautas incluídas na mobilização; a luta contra o sistema político e a corrupção. Percebe-se a necessidade do debate sobre política nas escolas, a fim de despertar a consciência dos jovens. As soluções para atender as reivindicações de junho passam pelo debate popular e pela reforma política, sendo indispensável a regulamentação das comunicações como garantia de que se estabeleçam as condições para formar uma opinião pública capaz de agregar mais vozes ao debate. No contexto social, as mobilizações representam a volta do povo para a rua, o resgate da luta popular por direitos e a retomada das discussões sobre a Reforma Política, democratização da mídia e defesa das minorias. Resta a expectativa de que os debates tenham continuidade, que o povo não fique inerte às decisões políticas contrárias ao bem comum, e utilize o exemplo dos protestos juvenis da história brasileira, o potencial das redes sociais e aquilo que redescobriu em 2013: o exercício da cidadania.

Palavras- chave: Protagonismo juvenil. Mídias digitais. Mobilização social.

A CONTRIBUIÇÃO DE FRANCISCA JÚLIA (1871-1920) PARA A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

Camila de Lima Severino - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Letras
Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Melo
severinoel@outlook.com

Palavras-chave: Francisca Júlia; literatura brasileira; literatura infantil.

Embora negada pelo cânone literário de natureza conservadora e patriarcal do final do século XIX e início do XX, Francisca Júlia da Silva representou a resistência da escrita feminina e a excelência da obra parnasiana, simbolista e infantil de seu tempo. A escritora nasceu na cidade paulista de Vila de Xiririca (atual Eldorado) em 1871. A partir de 1892, contribuiu para diversos jornais e revistas brasileiros como **Correio Paulistano** e **Diário Popular**. O livro **Mármore** (1895) consagrou a estreia da poetisa na literatura e os lançamentos subsequentes **Livro da Infância** (1899), **Esfinges** (1903) e **Alma Infantil** (1912) colaboraram para a consolidação de sua reputação como uma das maiores escritoras da época.

Este resumo pretende divulgar o projeto de pesquisa de Iniciação Científica, intitulado “**Vozes silenciadas: uma revisão crítica da obra de Francisca Júlia (1871-1920)**”, desenvolvido sobre a poesia infantil presente no **Livro da Infância** e em **Alma Infantil**. Essas obras foram publicadas pelo governo do Estado de São Paulo e adotadas pelas escolas públicas da época. A pesquisa compreende a realização do levantamento e da revisão bibliográficos, da transcrição, da edição e da publicação da obra, como contribuição para a evidenciação de sua importância para a história da literatura brasileira.

A obra de Francisca Júlia destinada às crianças contata o universo infantil utilizando-se de elementos comuns à infância por meio de recursos como a prosopopeia, e, ainda, estabelece relações estéticas e metafóricas em nome de uma intencionalidade edificante e do estímulo às leituras mais literárias (SILVA, 1899). A poetisa também aproxima os leitores da mitologia indígena e apresenta traduções de escritores como Goethe e Hugo. Ainda, em sua obra, cultivam-se propósitos como brincadeiras e comédias escolares em vínculo com o imaginário infantil.

REFERÊNCIAS

SILVA, F. J.; SILVA, J. C. **Alma infantil**. São Paulo: Editora Livraria Magalhães. 1912. 103 p.

SILVA, F. J. **Esfinges**. São Paulo: Bentley. 1903. 192 p.

SILVA, F. J. **Mármore**. Rio de Janeiro: Horacio Belfort Sabino, 1895. 104 p.

SILVA, F. J. **Livro da Infancia**. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1899. 116 p.

A EDUCAÇÃO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. UMA ANÁLISE DA 17ª LEGISLATURA (2011 - 2014)

Diogo Tavares de Miranda Ferreira.

Instituição: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Curso: Ciência Política

Orientador: Professora Me. Audren Azolin

E-mail: di_2712@hotmail.com

Palavras-chave: Educação; Processo Legislativo; Relação Executivo - Legislativo.

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a produção legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), referente ao tema da educação em sua 17ª legislatura (2011-2014). Objetiva-se a analisar o ambiente político-institucional referente ao tema da *Educação*, analisando assim a dinâmica da relação entre os poderes Executivo e Legislativo nos seguintes aspectos: iniciativa legislativa, identificação das proposições que se transformaram em norma jurídica e as que foram vetadas e sofreram derrubadas de veto.

Outra problemática explorada por esse trabalho foi à preferência temática dos parlamentares paranaenses no que diz respeito à Educação, identificando também qual a elite parlamentares e partidos que mais atuam sobre o tema e transformam seus projetos de leis em norma jurídica.

A produção acadêmica sobre as assembleias legislativas estaduais ainda é considerada pequena no Brasil, e quando o recorte são os projetos voltados para o tema da educação, tal literatura se resume a poucos trabalhos que concentram suas análises ao ambiente político do Congresso Nacional. Mediante a escassez de trabalhos que realizam uma interseção entre o Processo Legislativo e a Educação, se faz aqui uma boa oportunidade para utilização de métodos e instrumentos de pesquisa, com a utilização de um tema ao qual não há dúvidas quanto a sua importância em qualquer instância federativa e suas assembleias estaduais.

Para chegar aos resultados pretendidos por este estudo, foram analisadas proposições selecionadas no Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), universo selecionado sob a indexação da palavra-chave *educação*, cujo resultado obteve 124 proposições que dentre elas propostas de emenda constitucional (PEC) e projetos de lei (PL), apresentados na ALEP no período já mencionado. Utilizou-se assim o método de Análise de Conteúdo, a partir do qual se desenvolveu uma classificação dos diversos temas sobre educação encontrados nos projetos de lei, criada para este trabalho. Fez uso do banco de dados do NuPP CiPol - Núcleo de Pesquisa e Prática e Ciência Política do Uninter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira e. **Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil**. RIEL — Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos: n.2: out 2012: Rio de Janeiro: FGV, p. 58-74.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **Uma Análise da Produção Legislativa Durante os Dois Primeiros Anos do Governo Sergio Cabral: Indicadores Quantitativos e Qualitativos em Uma Perspectiva Comparativa.** I PRÊMIO SEFAZ-SEDEIS FINANÇAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. (2009). Rio de Janeiro. Disponível em <
<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1424015>> Acessado em 03 dez. 2014.

KINGDON, John W. **Como chega a hora de uma ideia?** In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea, Volume 1, 2007, p. 219-224.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: SUPERAÇÃO DA DUALIDADE ESTRUTURAL OU UTOPIA?

Sabrina Janaina dos Santos Aguiar²⁸⁶ - UNINTER-PEDAGOGIA

Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁸⁷ - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

A educação brasileira ao longo de sua história vem admitindo a necessidade de se formar cidadãos críticos, mas em algum momento deste processo de formação o que foi almejado é impedido de se efetivar. A Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio através de suas políticas teria como objetivo criar mecanismos de superação da dualidade estrutural minimizando a dicotomia entre ensino profissionalizante e propedêutico, entendendo que esta educação deve transcender ao mais alto grau das possibilidades de atuação, tanto da escola como do docente. O presente texto através de uma pesquisa bibliográfica dos trabalhos de: Kuenzer, Frigotto, Ciavatta e Manfredi busca compreender como a ideologia capitalista impede que a classe trabalhadora utilize a educação profissional como objeto de mobilização, onde o proletariado possui a oportunidade de receber uma educação capaz de retirar as vendas que o impede de atuar como cidadão participativo e não dominado pelos meios de produção. O ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio se propõe ensinar os conteúdos culturalmente acumulados e a base profissional que capacita o jovem para ingressar no mercado de trabalho e dar prosseguimento aos estudos, desta forma “queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como formação inicial, como ensino técnico, tecnológico ou superior” (CIAVATTA in FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 84), podendo se libertar das amarras das correntes capitalistas. Para os filhos da classe trabalhadora, ter a oportunidade de cursar o Ensino Médio de forma Integrada à Educação Profissional e “exercer um trabalho digno será a única possibilidade de continuar seus estudos em nível superior” (KUENZER, 2000, p. 28). A Pedagogia como ciência da educação possui o compromisso de organizar os conteúdos científicos capazes de formar sujeitos críticos, por isso, é importante que a formação inicial ou continuada dos Pedagogos aborde assuntos políticos com o objetivo de compreender como a sociedade se organiza e quais são os resultados para a Educação, deixando o discurso da meritocracia de lado e procurando se organizar no interior das escolas objetivando um trabalho pedagógico de qualidade junto aos professores. Também entendendo que não é a escola que faz revolução, mas o sujeito que dela sai. Desta forma este artigo objetiva uma primeira compreensão sobre o modo de organização da Sociedade Capitalista e suas implicações para a educação pública brasileira; busca estudar os aspectos históricos da educação profissional no Brasil, estabelecendo uma análise das Políticas Educacionais de ontem e hoje no que se refere aos aspectos da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como forma de superação da dualidade estrutural, pois devemos considerar os avanços e principalmente os retrocessos relacionados à educação

²⁸⁶ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

²⁸⁷ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, Coordenadora de área subprojeto Pedagogia GT História das Instituições Escolares. E-mail: desire.d@uninter.com

principalmente o Ensino Médio que tem se constituído “como o nível de mais difícil enfrentamento, em termos de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação *stricto sensu*” (KUENZER, 2001, p. 9).

Palavras-Chave: Educação Profissional Integrada. Ensino Médio. Dualidade Estrutural.

A ELEIÇÃO DE 2014 NO JORNAL METRO EM CURITIBA

Diogo Tavares de Miranda Ferreira; Fabrício Vaz Leal Cotta.

Instituição: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Curso: Ciência Política

Orientador: Dr. Doacir Quadros

E-mail: di_2712@hotmail.com; attoclael@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever a agenda temática presente nas páginas do Jornal Metro (JM), distribuído em Curitiba, a fim de mensurar a visibilidade que o tema campanha eleitoral recebeu na cobertura deste jornal nas eleições de 2014. Entre as **variáveis** analisadas para identificar a visibilidade que o tema eleições ocupa na cobertura jornalística do JM, encontra-se a mensuração da **distribuição da temática** em chamada de primeira página, o **número de matérias** e o espaço que o jornal destinou a disputa eleitoral tanto para governador quanto para presidente, e o **padrão jornalístico** adotado pelo JM classificando-os dentre os formatos característicos na construção da notícia sendo eles: Reportagem; coluna política; artigo assinado; ilustração/foto; chamadas de primeira página. A partir da adoção do método Quali, quantificou-se a frequência destinada ao tema eleição, tanto nas chamadas de primeira página quanto nos demais conteúdos do Jornal Metro, onde foi possível identificar, a visibilidade do tema no espaço de destaque do jornal, e o volume em cm² destinado as matérias sobre a disputa eleitoral, possibilitando assim a comparação entre o espaço destinado à campanha presidencial e ao governo do estado do Paraná. Por meio da análise de conteúdo, identificaram-se os temas que predominaram no conteúdo do jornal, dentre eles: campanha eleitoral; político/institucional; economia; saúde; educação; atendimento a minorias; infraestrutura urbana; meio ambiente; violência e segurança; ético/moral; internacional; variedades e cultura; esportes. Por fim analisou-se o padrão jornalístico adotado pelo JM, para saber de que maneira o jornal trata o temas das eleições. O período analisado corresponde às edições que foram publicadas no primeiro turno eleitoral, de 1º de agosto a 05 de outubro de 2014. Identificou-se no JM que o tema campanha eleitoral recebeu menor área total ocupada e menor frequência nas chamadas de primeira página, quando comparado ao tema “variedade e cultura”. Conclui-se que o JM adotou o formato *reportagens* como forma de oferecer maior visibilidade ao tema eleições em suas edições. A partir dos resultados da pesquisa, presume-se que o tema eleições passou a ser avaliado pelo Jornal Metro como detentor das características de noticiabilidade ao ser divulgado de maneira significativa nos formatos reportagens.

Palavras-chave: Jornal Impresso; Cobertura Eleitoral; Política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUADROS, D. G. 2010. **Mídia impressa e as eleições em Curitiba: convergências e discrepâncias entre a cobertura da *Gazeta do Povo* e a de *O Estado do Paraná* nas eleições de 2008.** In: CERVI, E. U. (org.). *Eleições e mídia local: desvendando a democracia de massa em disputas municipais*. Ponta Grossa: Todapalavra.

MCCOMBS, M.E. & SHAW, D. L. 1972. The **Agenda-Setting Function of Mass Media.** *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, Summer.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

AZEVEDO, F. A. 2006. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema da mídia e o sistema político.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr/maio.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PERANTE O PARADIGMA INOVADOR: CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS

Tânia Corosque; Mariane de Freitas
UNESPAR- Universidade Estadual do Paraná/Campus de União da Vitória
Licenciatura em Pedagogia
Kelen dos Santos Junges

RESUMO

O interesse pela pesquisa surge de uma inquietude latente, tendo em vista que a formação docente, quando alicerçada no Paradigma Inovador, abrange uma nova metodologia. Dessa maneira, o professor formador precisa proporcionar durante a formação universitária meios de aprender a aprender, instigando a construção do conhecimento, desafiando os futuros professores para além de uma reflexão sobre seu processo formativo, numa perspectiva crítica, a fim de compreender e articular ao que se faz referência como uma necessidade para o perfil de futuros educadores. Justifica-se a pesquisa diante da perspectiva de que a teoria inovadora se fundamenta como meio de instigar a formação de professores, visando uma práxis educativa diferenciada. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os principais pressupostos teóricos a respeito da formação de professores diante do contexto do Paradigma Inovador, buscando compreender seu contexto e sua contribuição para com o processo formativo na universidade. Devido à natureza dos dados, a presente pesquisa desenvolveu-se de maneira qualitativa, com apoio em pesquisa bibliográfica, a partir do estudo de literatura a respeito do Paradigma Inovador e da formação de professores. Considera-se que, as instituições formadoras de profissionais docentes que almejam uma perspectiva formativa inovadora, devem proporcionar ambientes que auxiliam a construção de conhecimentos. Parte-se do pressuposto que a prática pedagógica para o presente contexto educacional e social precisa ser dotada de atitudes coesas e democráticas, ou seja, o discurso dos processos de formação de professores precisa estar associado a uma prática que o expresse, numa perspectiva inovadora.

Palavras-chave: Formação de Professores. Paradigma Inovador. Práxis Educativa.

A MONITORIA COMO EXERCÍCIO DA PRÁTICA DOCENTE NA FORMAÇÃO INICIAL

Tabatha Castro Alves²⁸⁸ - UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Crisitane Woitschecovsky²⁸⁹ - UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
Giuliana Amaral Zago²⁹⁰UNINTER- PIBID –PEDAGOGIA
Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁹¹ - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

A monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática. Trata-se de uma atividade realizada concomitantemente com o trabalho do professor em sala de aula requerendo assim, uma participação mais ativa e colaborativa dos participantes no processo de ensino-aprendizagem. O trabalho da monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na compreensão e produção do conhecimento. Trata-se de uma atividade formativa de ensino. Para o monitor, é um estímulo que exige comprometimento e responsabilidade. Na instituição UNINTER temos a monitoria em duas modalidades: **Monitoria bolsista:** discentes aprovados e classificados na modalidade bolsista, até o limite do número de bolsas recomendadas para cada disciplina no processo de seleção e com direito à retribuição financeira a título de incentivo. **Monitoria voluntária:** discentes aprovados e classificados na modalidade voluntária do processo de seleção, até o limite do número de vagas recomendadas para cada disciplina, sem nenhuma compensação financeira. O monitor é o estudante que, interessado em desenvolver-se, aproxima-se de uma disciplina ou área de conhecimento e, junto a ela, realiza tarefas ou trabalhos que contribuem com os estudantes dessa disciplina. A importância da monitoria nas disciplinas extrapola o caráter de obtenção de um certificado. O aluno monitor vivencia as primeiras alegrias e dissabores do processo de ensino-aprendizagem durante o programa de monitoria. Esta experiência serve para despertar vocações ou prevenir erros futuros. Destacamos as atividades que devem ser desenvolvidas pelo monitor: Participar, com professor orientador, da discussão, elaboração e execução do Plano de Ensino da disciplina. Auxiliar a elaboração e cumprir o Plano de Atividades da Monitoria da disciplina. Cooperar na recepção e integração dos estudantes com a disciplina, constituindo um elo entre os professores e os estudantes. Nortear quanto às rotinas das atividades a serem exercidas na disciplina. Participar com o professor na preparação das aulas teóricas, práticas e do material didático. Acompanhar e orientar os alunos nos trabalhos de laboratório, estágios ou na utilização dos recursos bibliográficos. Auxiliar estudantes na revisão de textos e produção de resenhas bibliográficas. Discutir as diversas técnicas metodológicas peculiares à disciplina e auxiliar no planejamento e execução de trabalhos experimentais. Colaborar na discussão sobre o processo de avaliação dos alunos. Cumprir as horas semanais de atividade de monitoria, conforme os horários

²⁸⁸ Graduanda do curso de Pedagogia Uninter

²⁸⁹ Graduanda do curso de Pedagogia Uninter

²⁹⁰ Graduanda do curso de Pedagogia Uninter

²⁹¹ Orientadora GT História das Instituições escolares PIBID UNINTER - Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, E-mail: desire.d@uninter.com

preestabelecidos. Apresentar, até o último dia das atividades do semestre, relatório semestral das atividades desenvolvidas, conforme modelo oficial. Desenvolver visão crítica sobre as atividades realizadas pela disciplina na qual foi selecionado, com uma participação ativa e dinâmica.

Palavras-chave: Acervo. Museus. Formação de professores.

REFERÊNCIAS

SAVIANI, Dermeval. **Educação do Senso Comum a consciência filosófica**. 17.ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino; **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. São Paulo, Cortez, 2007

A PARTICIPAÇÃO POPULAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS: NO PROJETO CORREDOR ECOLÓGICO DO RIO TAQUARI NO MUNICÍPIO DE ROCA SALES, RS, BR

Fonte Financiadora do Projeto: Prefeitura Municipal de Roca Sales

Participantes: Cristian André Prade¹ e Evaristo Bronca²

¹Técnico Graduado em Gestão Ambiental e Especialista em Gestão Pública pela UNINTER.

²Acadêmico de Gestão Ambiental – UNOPAR

RESUMO

A reflexão sobre as práticas sociais encontra-se num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente. Nesse sentido, uma gestão sustentável dos recursos naturais se torna cada vez mais necessária. O objetivo do presente trabalho foi analisar os impactos ambientais provocados pela ação inadequada do homem, envolver os proprietários locais na recuperação dessas áreas degradadas e debater a possibilidade de implantar sistemas agroflorestais nessas áreas de APPs antropizadas. O estudo foi realizado no período de janeiro a setembro de 2015 com comunidades e proprietários que possuem terras que confrontam-se com o Rio Taquari, no município de Roca Sales. Foram realizadas vistorias de campo e as atividades voltadas às atividades de ecologia da paisagem com a finalidade de avaliar as áreas que necessitam ser restauradas.

Foram amostradas cinco áreas, estas possuíam uma largura de 30m, partindo-se a medição da calha do leito regular e um comprimento aproximado de 200m, totalizando 6.000m² para cada área amostrada. Com base nos 183 questionários aplicados aos agricultores, estes apresentam como propostas de gestão ambiental: a recuperação natural das áreas através da sucessão natural numa faixa variando de 5 a 30m, medição esta partindo da calha do leito regular, seguido pela implantação de sistemas agroflorestais que não comprometam a produção agrícola anual como soja e milho, abandono das áreas de APPs com objetivo de maximizar a sucessão natural numa faixa de 30 a 50m, e por último a retirada de espécies florestais exóticas nesses ambientes ripários numa faixa de 100m.

A PUBLICIDADE COMO REFLEXO DA SOCIEDADE – UMA ANÁLISE SOBRE O FILME PUBLICITÁRIO DIA DOS NAMORADOS O BOTICÁRIO 2015

Márcio Chiarelli Júnior

UNINTER – Centro Universitário UNINTER

Comunicação Social – Publicidade, Propaganda e Marketing

Prof^a. M.^a Diana Macedo

diana.m@uninter.com

Palavras-chave: propaganda, sociologia, posicionamento, análise de conteúdo.

A comunicação é um processo de interação social e troca informacional existente desde o início das atividades racionais do gênero humano. O homem primitivo usava sons e grunhidos para se expressar, produzidos por meio do aparelho fonador – aquele que, nas palavras de Bordenave (2002), constitui o mais democrático meio de comunicação, visto ser comum a todo ser humano. O autor destaca o ato de realizar pinturas em pedras e paredes como ferramenta de transmissão de informações, afirmando que a comunicação é, desde o início, o principal meio de socialização do indivíduo. Corroborando esta afirmação, Elias (1994) afirma que uma pessoa adquire os valores e costumes de uma cultura por meio de informações adquiridas de outras pessoas, sendo moldada pelas experiências vivenciadas no meio em que está inserida.

Além da função de socialização, a comunicação desempenha outros papéis importantes na sociedade, como entreter e tornar público um fato ou conhecimento. Em meados do século XIX, o desenvolvimento da publicidade e da propaganda veio satisfazer a necessidade observada na incipiente sociedade industrial de prover a crescente demanda dos mercados por bens de consumo, como aponta Gomes (2001), ao comentar a inserção de espaços comerciais em jornais e revistas da época.

No mundo contemporâneo, as empresas procuram anunciar seus produtos e serviços em veículos que tenham o maior alcance possível. Dentro os meios disponíveis, a televisão tornou-se sinônimo de comunicação em massa, em virtude de sua penetração na sociedade. Afirma-se que “a invenção da televisão trouxe o mundo para dentro de casa” (ALVES; FONTOURA; ANTONIUTTI, ano), sendo inegável a influência que as informações transmitidas por este meio de comunicação exercem sobre a sociedade, em especial a brasileira.

Atualmente, determinados aspectos existentes na sociedade, mesmo que de forma abstrata, causam desconforto ao serem abordados publicamente na televisão, como as questões de gênero e sexualidade. Recentemente, a marca O Boticário, embora consolidada perante o mercado, chocou uma parcela da sociedade brasileira ao retratar casais homossexuais em propaganda promocional do dia dos namorados 2015.

O presente trabalho propõe discutir as possíveis causas de estranhamento pelo viés sociológico, tomando como objeto de estudo tal peça publicitária e o posicionamento da marca, por meio de análise de conteúdo da propaganda e do discurso de personalidades ligadas a instituições religiosas, civis e políticas, que se posicionem contra movimentos ligados ao tema abordado na campanha, estabelecendo se a linguagem utilizada no filme agrediu tais indivíduos pelos fundamentos de sua ideologia religiosa ou de forma sociológica. Espera-se que este trabalho possa contribuir para os estudos sociológicos e acadêmico-científicos, discutindo temas pertinentes ao papel da comunicação perante a sociedade.

Referências

- ALVES, M. N.; FONTOURA, M.; ANTONIUTTI, C. L. **Mídia e produção audio visual**. Curitiba: Ibpex, 2008.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: JZE, 1994.
- GOMES, N. D. Publicidade ou propaganda? É isso aí! **FAMECOS**, Porto Alegre, 16, Dezembro 2001. 111-121. Acesso em: 01 Outubro 2015.

A PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA EM CURITIBA

Rafael Azevedo Perich
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Curso: Ciência Política
Orientador: Audren Azolin
Email: rafaap@protonmail.com

RESUMO

As leis complementares nº57/2005 e nº59/2006 criam e regulamentam o Programa de Apoio e Incentivo à Cultura (PAIC), com uso de fontes de receita baseadas na soma da previsão anual do ISS e IPTU da cidade de Curitiba com o limite de 2% ao ano. Cria dois fundos, um chamado Fundo Municipal de Cultura (FMC), com origem orçamentária, e outro chamado Mecenato Subsidiado, que usa de incentivo fiscal, ambos geridos pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC), com a obrigatoriedade da prefeitura destinar 50% do total para cada fundo. Pesquisa de cunho empírico, a partir de dados primários, usando análise qualitativa e quantitativa, a partir da Análise de Conteúdo. É usado como referência os dados da Fundação Cultural de Curitiba e do portal da transparência da Prefeitura de Curitiba no período 2011-2013. Foi analisada a descentralização de cada fundo e suas preferências, identificando que o Fundo Municipal de Cultura descentraliza mais os recursos, pois o ente governamental atua diretamente nas desigualdades do município. Diferente do Mecenato, que atua via mercado dando incentivo fiscal em troca do aporte nas áreas, ocorrendo uma valorização de setores como Teatro e Música em detrimento das outras (com mais de 60% do investimento apenas nessas duas áreas).

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Transparência - Fundo Municipal de Cultura. 2011-2014. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/pub/file/transpar%C3%Aancia%20fundo.pdf>> Acesso em: 6 de Jun 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Transparência - Mecenato. 2011-2014. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/pub/file/transpar%C3%Aancia%20mecenato.pdf>> Acesso em: 6 de Jun 2015.

PREFEITURA DE CURITIBA. Portal da transparência - Receitas - 2011-2013 - Receita Total > Receitas correntes > Receita Tributária > Impostos > Prefeitura Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/receitas.aspx>> Acesso em: 6 de Jun 2015.

A CONTRIBUIÇÃO DE FRANCISCA JÚLIA (1871-1920) PARA A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

Camila de Lima Severino - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Letras
Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Melo
severinocl@outlook.com

RESUMO

Embora negada pelo cânone literário de natureza conservadora e patriarcal do final do século XIX e início do XX, Francisca Júlia da Silva representou a resistência da escrita feminina e a excelência da obra parnasiana, simbolista e infantil de seu tempo. A escritora nasceu na cidade paulista de Vila de Xiririca (atual Eldorado) em 1871. A partir de 1892, contribuiu para diversos jornais e revistas brasileiros como **Correio Paulistano** e **Diário Popular**. O livro **Mármore** (1895) consagrou a estreia da poetisa na literatura e os lançamentos subsequentes **Livro da Infância** (1899), **Esfinges** (1903) e **Alma Infantil** (1912) colaboraram para a consolidação de sua reputação como uma das maiores escritoras da época.

Este resumo pretende divulgar o projeto de pesquisa de Iniciação Científica, intitulado “**Vozes silenciadas: uma revisão crítica da obra de Francisca Júlia (1871-1920)**”, desenvolvido sobre a poesia infantil presente no **Livro da Infância** e em **Alma Infantil**. Essas obras foram publicadas pelo governo do Estado de São Paulo e adotadas pelas escolas públicas da época. A pesquisa compreende a realização do levantamento e da revisão bibliográficos, da transcrição, da edição e da publicação da obra, como contribuição para a evidenciação de sua importância para a história da literatura brasileira.

A obra de Francisca Júlia destinada às crianças contata o universo infantil utilizando-se de elementos comuns à infância por meio de recursos como a prosopopeia, e, ainda, estabelece relações estéticas e metafóricas em nome de uma intencionalidade edificante e do estímulo às leituras mais literárias (SILVA, 1899). A poetisa também aproxima os leitores da mitologia indígena e apresenta traduções de escritores como Goethe e Hugo. Ainda, em sua obra, cultivam-se propósitos como brincadeiras e comédias escolares em vínculo com o imaginário infantil.

Palavras-chave: Francisca Júlia; literatura brasileira; literatura infantil.

REFERÊNCIAS

- SILVA, F. J.; SILVA, J. C. **Alma infantil**. São Paulo: Editora Livraria Magalhães. 1912. 103 p.
- SILVA, F. J. **Esfinges**. São Paulo: Bentley. 1903. 192 p.
- SILVA, F. J. **Mármore**. Rio de Janeiro: Horacio Belfort Sabino, 1895. 104 p.
- SILVA, F. J. **Livro da Infancia**. São Paulo: Typographia do Diario Official. 1899. 116 p.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NO AMBIENTE ESCOLAR

Mérsia Nogueira Maia; Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro; Francisca Rosiane Nogueira; Narcélio Mesquita Aires Filho.

FCRS – Faculdade Católica Rainha do Sertão

Arquitetura e Urbanismo

Prof. Ms. Moisés Rocha Farias

mersia.nmaia@gmail.com

Palavras-chave: Acessibilidade; Barreiras arquitetônicas; Inclusão social; Deficientes; Escola.

RESUMO

No Brasil há um elevado número de deficientes, segundo dados referentes ao censo 2010 do IBGE esse percentual corresponde a 23,9% da população, tornando assim relevante discutir sobre a acessibilidade, visto que a falta deste mecanismo é um problema enfrentado pelos deficientes devido as suas limitações. Alguns desses principais obstáculos são as barreiras arquitetônicas, muitas ruas e edificações não estão adaptadas, o que torna um empecilho no cotidiano dessas pessoas. Esse estudo teve ênfase no ambiente educacional, um espaço fundamental para a formação dos indivíduos de uma sociedade e que deve estar preparado para acolher a todos, inclusive aos que possuem alguma limitação. Facilmente nas escolas observam-se obstáculos que dificultam a utilização adequada desse espaço, pois muitas não apresentam uma estrutura acessível, impossibilitando assim, que essas pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade, fato este que é comprovado pelos dados do Ministério da Educação no qual aponta que apenas 17,5% das escolas brasileiras têm acesso adequado aos deficientes. Essa realidade é evidenciada pelos resultados da análise arquitetônica realizada na escola Fenelon Rodrigues Pinheiro do município de Solonópole –CE, instituição na qual foi aplicado um estudo de caso com o propósito de observar se as normas estão sendo cumpridas corretamente, tendo por base a NBR 9050, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações às condições de acessibilidade. Para realização do estudo inicialmente foram delimitados alguns pontos de observação, para então serem fotografados e analisados quanto ao cumprimento das normas, são eles: sinalização, largura e desníveis de portas, escadas, sanitários e bebedouros. Observou-se com a análise, que na escola há alguns elementos de auxílio aos deficientes, mas ainda existem muitos aspectos que necessitam serem modificados. Esse estudo de caso não se limitou apenas em apontar esses problemas, foram elaboradas propostas de intervenções arquitetônicas que viesse a solucioná-los, alguns desses obstáculos detectados são: desníveis de portas, altura e acesso ao bebedouro, instalação de corrimão nas escadas, ampliação da rampa de acesso principal, dentre outros. Conclui-se portanto, que a inclusão escolar está intrinsecamente ligada à acessibilidade, visto que para incluir socialmente os deficientes é necessário que haja uma boa estrutura arquitetônica para recebê-los, muitos deficientes deixam de ter acesso à educação por muitas vezes haver uma segregação por parte das instituições que não estão adaptadas.

REFERÊNCIAS

FIEGENBAUM, Joseane. **Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível.** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33297/000726075> Acesso em: 02 Abr. 2015

MORAES, Marina Grava de. **Acessibilidade e inclusão social em escolas.** Bauru, 2007. Disponível em: www.fc.unesp.br/upload/pedagogia_TCC_Marina_Grava_Final Acesso em: 24 Fev. 2015

RIBEIRO, Solange Lucas. **Acessibilidade para a inclusão na escola: princípios e práticas.** Feira de Santana, 2011. Disponível em:

http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/44/C_evaz_Sitientibus_alvaro_artigos4.pdf Acesso em 02 Abr. 2015

ANÁLISE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE ROCA SALES, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Cristian André Prade

Doutor em Ciências: Botânica (UFRGS). Gestor Ambiental Graduado pelo Centro Universitário UNINTER. E-mail: cristian.prade@bol.com.br

Zita Ana Lago Rodrigues

Doutora em Educação pela Wisconsin International University (EUA) - Docente do Centro Universitário Internacional - UNINTER

RESUMO

O licenciamento ambiental é uma ferramenta muito importante no processo de gestão ambiental. O presente trabalho teve como objetivo identificar as principais atividades licenciadas e fiscalizadas pelo município de Roca Sales, entre o período de setembro de 2012 a agosto de 2013. Com base nos dados obtidos, observou-se que foram emitidos setenta e cinco (75) alvarás de serviços florestais, oito (8) licenças de operação de regularização, sete (7) termos de embargo de obras, seis (6) autos de infração, três (3) licenças prévias, três (3) licenças de instalação e três (3) licenças de operação, totalizando 105 procedimentos administrativos.

Palavras-chave: Licenciamento Ambiental; Meio Ambiente; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Environmental licensing is a very important tool in the process of environmental management. This study aimed to identify the main activities licensed and supervised by the municipality of Roca Sales, between the period September 2012 to August 2013. Based on the data obtained, it was observed that were issued seventy-five (75) permits forestry service, eight (8) licenses regularization operation, seven (7) terms embargo works six (6) notices of violation three (3) Licences three (3) installation licenses and three (3) operating licenses, totaling 105 administrative procedures

Key words: Environmental Licensing; Environment; Public Policy.

ANÁLISE TEÓRICA DA REFORMULAÇÃO DA “LEI DO LIXO” NA CIDADE DE FORTALEZA - CE

Isabel Cristina da Silva Barros
FCRS – Faculdade Católica Rainha do Sertão
Arquitetura e Urbanismo
Prof. Ms. Moisés Rocha Farias
Belarquitectura8@gmail.com

RESUMO

Após a Revolução Industrial ocorrida por volta de 1900, o homem se deparou com muitos mecanismos de produção, oriundos dos avanços tecnológicos e científicos que rapidamente modificavam o ritmo de vida das pessoas. A mudança também acontecia na forma de consumir e produzir, dando origem assim, aos resíduos promovidos por esse consumo. É evidente que o lixo produzido diante do consumo foi aos poucos sendo identificado como um problema ao meio ambiente, pois seu descarte inadequado passou a criar problemas ambientais, tais como poluição dos rios ou lençõs freáticos, portanto essa pesquisa é de suma importância, pois lança um olhar sobre os problemas e possíveis soluções encontradas para o descarte adequado do lixo produzido, por isso parte-se da análise e da aplicabilidade da lei 10.340 implantada na cidade de Fortaleza-CE neste ano de 2015, pois a lei se apresenta como uma solução para o controle e destino adequado dos resíduos sólidos produzidos pelos comerciantes e empresas privadas. A partir do estudo inicial sobre o tema proposto foi possível identificar que já existia uma lei anterior implantada em 1999 pelo prefeito da época. As pesquisas iniciais apontaram que a lei anterior 8.408 de 1999 não era cumprida e a fiscalização não acontecia, pois os estabelecimentos comerciais que produziam os resíduos não se responsabilizavam pelo seu descarte, e a prefeitura gastava dinheiro do contribuinte para descartar o lixo enquanto as empresas privadas ficam isentas de tais responsabilidades. Com a nova reformulação as empresas que não se responsabilizarem pelo descarte correto do seu lixo serão multadas, fato este que já está sendo posto em prática, segundo dados da Coordenadoria Especial de Limpeza Urbana mais de 1.165 estabelecimentos já foram multados neste ano de 2015. Para execução da lei existe uma parceria com a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) como sendo um dos órgãos responsáveis pelo manejo, custeio, armazenamento, transporte, tratamento e destino final do lixo produzido. Dessa forma é importante esclarecer que essa pesquisa ainda está em andamento, e tem a intenção de aprofundar e entender melhor como se aplica a lei 10.340 ou “a lei do lixo”, Além de tentar promover uma análise mais aprofundada com autores que falam sobre o descarte consciente dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: Lixo; Descarte; Implantação da Lei; Fortaleza.

REFERÊNCIAS

GOUVEIA, Nelson. **Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social** / Ciência & Saúde Coletiva, Artigo apresentado em 17/04/2012 Versão final aprovada em 26/04/2012.

MAGRO, Luis Gustavo; DIONYSIO, Renata Barbosa. **Lixo urbano: descarte e reciclagem de materiais.** Disponível em:

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

http://web.ccead.puc,rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_lixo_urbano.pdf / Acesso em: 15 out. 2015

Revista Comércio & Conjuntura / ano X – nº 113, setembro 2015. **A Nova Lei do Lixo.** (Diretor-executivo da Coordenadoria Especial de Limpeza Urbana).

ASPECTOS LEGAIS DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DO MEMORIAL CEGO ADERALDO LOCALIZADO NA CIDADE DE QUIXADÁ-CE

Narcélio Mesquita Aires Filho; Mérsia Nogueira Maia; Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro; Francisca Rosiane Nogueira.

FCRS - Faculdade Católica Rainha do Sertão

Arquitetura e Urbanismo

Prof. Ms. Moisés Rocha Farias

atnf@hotmail.com

RESUMO

É importante a preservação dos edifícios históricos que constituem uma cidade, esses patrimônios de certa forma estão relacionados com a identidade cultural e valores históricos de uma época. Por isso, manter as características arquitetônicas dos prédios significa deixar para as futuras gerações um legado, um registro para que se tenha um conhecimento do estilo das construções do passado. Na cidade de Quixadá-CE foi aplicado um projeto de restauração de um casarão antigo construído aproximadamente em meados no século XIX para a instalação do Memorial do artista cearense Aderaldo Ferreira de Araújo, mais conhecido como “cego Aderaldo”. Portanto, objetivou-se realizar um estudo para constatar se o processo priorizou a preservação histórica e arquitetônica do edifício e se foi executado de acordo com as normas legais existentes. O memorial foi locado no antigo casarão Maria Gomes, que está localizado na Rua Pascoal Crispino, número 167, no centro de Quixadá-CE. Como objetivos específicos procurou-se estabelecer um plano comparativo entre a política oficial de restauração patrimonial do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o que foi executado na obra, além de conscientizar acerca da importância da preservação da memória histórica e arquitetônica do edifício, bem como do acervo que constituirá o museu. A primeira fase da pesquisa foi no âmbito literário, foram colhidas informações referentes a políticas oficiais de restauração, enfatizando principalmente os seus aspectos legislativos e normativos, e também foram colhidas fotos antigas da fachada edifício. A segunda fase foi uma pesquisa de campo, realizou-se uma visita *in loco* para obtenção de registro fotográfico e para verificar o processo construtivo adotado na obra. Posteriormente foi realizado uma entrevista com um dos responsáveis pela obra, a finalidade era compreender os principais métodos e técnicas utilizados para a restauração. Como resultado da pesquisa foi possível concluir que nem todas as exigências das políticas oficiais que regulamentam os processos de restauração foram cumpridas corretamente, e também o processo de restauração não foi executado com profissionais devidamente especializados nessas funções. Além disso, elementos originais foram retirados e substituídos sem uma preocupação em manter as características originais da edificação.

Palavras-chave: Aspectos legais; Restauração; Memorial Cego Aderaldo; Preservação Arquitetônica.

REFERÊNCIAS

IPHAN. **Patrimônio mundial:** fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial. 2008, Brasília, DF.

SECULT. **Reforma do prédio para abrigar Memorial Cego Aderaldo tem 40% do trabalho executado.** Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/latest-news/44121-reforma-do-predio-para-abrigar-memorial-cego-aderaldo-tem-40-do-trabalho-executado>> Acesso em: 10 Nov. 2014.

BOITO, Camillo. **Os restauradores.** 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

Anais CONICIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA DOCÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA

Mariana do Prado Bertanha²⁹² - UNINTER-PEDAGOGIA

Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁹³ - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

O tema abordado nesta pesquisa é sobre a docência do ensino religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as principais dificuldades encontradas pelo professor em lecionar esta matéria, visto que a diversidade religiosa brasileira é muito extensa e complexa, tornando-se assim um tema delicado de ser trabalhado nas escolas. Dentro destes aspectos, qual é a diferença em lecionar o ensino religioso na escola e confessional? Como o professor lida com a diversidade religiosa que existe no Brasil e acaba refletindo dentro da sala de aula? O foco da pesquisa é direcionada a escola pública, pois é onde encontramos uma diversidade religiosa muito grande, cada um tem sua fé, sua formação cultural e religiosa, frente a esta diversidade está o trabalho do professor de ensino religioso, que por sua vez também tem sua formação religiosa, mas tem que ser imparcial e não defender o seu ponto de vista. Por outro lado, apesar de cada indivíduo ter sua cultura religiosa e poder expressá-la, o Estado é laico, ou seja, não possui uma religião oficial. Um dos motivos para abordagem deste tema na elaboração deste artigo foi a experiência vivida no estágio em uma escola pública de Curitiba, onde uma mãe em conversa com a pedagoga estava decidida em tirar a filha das aulas de ensino religioso, pois suas convicções religiosas iam contra o que estava sendo ensinado em sala de aula. Outra questão foi o fato de que este tema foi pouco trabalhado na formação acadêmica do curso de pedagogia, pois quando estivermos em nosso campo de trabalho enfrentaremos questões como esta. Além do mais, o ensino religioso no currículo das escolas brasileiras é um tema polêmico, visto que há preposições que dizem que o ensino religioso não deve fazer parte do currículo escolar, sendo a religião um direito individual, foge as atribuições do Estado. Dentro destas questões, os objetivos deste artigo são: Descrever a perspectiva histórica do ensino religioso no Brasil, analisar este ensino na perspectiva da escola pública e confessional, identificar e apontar os principais desafios enfrentados pelos professores na docência do ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesta perspectiva, o método utilizado para a realização deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada com referências em autores que abordam o tema ensino religioso em várias áreas, desde a história até o trabalho do professor dentro da sala de aula. Severino (2007), nos indica que A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de registros já pesquisados anteriormente sobre o assunto em documentos e livros, artigos, teses, etc” A pesquisa de campo foi realizada com professores da disciplina de ensino religioso, em escola pública, com o objetivo de diagnosticar quais as dificuldades enfrentadas na sua docência na disciplina de ensino religioso.

²⁹² Aluna do curso de Pedagogia do 8º período do Centro Universitário Internacional- UNINTER

²⁹³ Orientadora GT História das Instituições escolares PIBID UNINTER - Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, E-mail: desire.d@uninter.com

REFERÊNCIAS

DERMEVAL, Saviani, **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. Ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2013.

MOTA, Raimundo Márcio, **O sistema brasileiro de ensino e o lugar do ensino religioso**, IN: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (organizador), **Ensino religioso no Brasil**, Florianópolis: Insular. 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche, **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**, R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

AUDIOVISUAL NO AMBIENTE ESCOLAR: DA MÍDIA À PRODUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO SOBRE OS REFUGIADOS EM CURITIBA

Simone Cristina Adams; Tarcila Garcia; Tiago Correia da Silva
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curso de Comunicação Organizacional
Orientadora: Carolina Fernandes da Silva Mandaji
E-mail: adams.i@hotmail.com;

RESUMO

Partindo da necessidade de entender e usufruir dos avanços tecnológicos e científicos, inclusive os relacionados aos meios de comunicação, o grupo de estudos “Audiovisual no ambiente escolar”, tem como alvo melhorar o entendimento da comunicação e informação audiovisual, entendida como mundo-imagem, seja através de Cinema, da Televisão, do Vídeo, e, - sempre - ligando esses recursos ao processo de ensino e aprendizagem. Apesar da presença da imagem-movimento na escola aos poucos se tornar uma realidade, ainda continuam existindo conflitos, frente a esta realidade e a utilização do audiovisual para introdução de novos assuntos, busca o despertar da curiosidade e da motivação para a discussão de novos temas, conceito a ser trabalho segundo pressupostos de Moran (1991) e Martín-Barbero (2014). Neste primeiro momento do Grupo de Estudos tem-se como objetivo uma análise da mídia cujos conteúdos apontam para a temática de imigrantes para a cidade de Curitiba. Tal pesquisa aponta para a necessidade de se levar essa discussão adiante sob duas direções: 1) suscitar uma leitura crítica da mídia a partir da temática da imigração atual de refugiados sírios e haitianos na cidade de Curitiba (trazendo à discussão, por exemplo, os conceitos de imigrante e refugiado) com jovens do Ensino Médio; 2) produzir um documentário que os possibilite explorar habilidades e competências para as mídias durante todo o processo, implicando assim, uma maneira dinâmica e diferente da usual em sala de aula, uma vez que apresenta elementos diversificados. Seguindo Perrenoud (2000), a competência a ser trabalhada, será da utilização de novas tecnologias - inclusive uso de ferramentas multimídia no ensino – com uma composição de aprendizado que permita, por um lado uma reflexão crítica nesta temática, por outro, a própria produção de um vídeo por alunos do Ensino Médio, apontando o uso do audiovisual como recurso dinamizador de atividades didático-pedagógicas. Assim, com o tema proposto para a realização do documentário “Os refugiados sírios e haitianos em Curitiba”, busca-se além de uma discussão - atual e pertinente - uma reflexão que direcione, compartilhe e promova no jovem, uma apreensão sobre questões sociais e políticas no entender e no praticar do audiovisual.

Palavras-chave: comunicação, educação, audiovisual; documentário; refugiados.

REFERÊNCIAS

- BLASCO, Pablo Gonzáles. **Educação e afetividade através do cinema**. Curitiba: IEF, 2006.
- MORAN, José Manuel. **Como Ver Televisão**; leitura e crítica dos meios de comunicação. São Paulo/ SP. Edição Paulinas, 1991.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NICHOLS. Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus, 2006.
- PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Artmed, 2000.

CÂNCER SOCIAL. A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E SUICÍDIO NOS ESTADOS UNIDOS

Alissom Rafael Santana
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Psicologia
henifer Aparecida Alves Gois
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Psicologia
Jean Carlos Blinski Siqueira
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Psicologia
Orientador: Prof. Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes

RESUMO

Historicamente, o racismo é um traço marcante e sempre presente entre os estadunidenses. Por conta disso, a discriminação contra as minorias étnicas, ainda hoje, é muito forte nos Estados Unidos. Essa realidade está plasmada tanto em grupos de ódio, quanto em formas mais sutis de disseminação de ideias racistas. Nesse sentido, considerando que o racismo e a discriminação geram impactos sociais nocivos, nosso objetivo é aferir se existe, nos Estados Unidos, alguma relação entre a distribuição do racismo entre os estados e os suicídios. Nossa hipótese é que, considerando o efeito psicossocial devastador do racismo, pode haver uma significativa relação entre suicídios e racismo nos Estados Unidos. Para testar nossas hipóteses utilizamos duas fontes: 1) dados relativos à distribuição de suicídios nos EUA em 2013; 2) dados gerados com o *Google Trends* referentes a um “Index de Racismo”, que compomos com termos utilizados por racistas americanos. Nossos resultados sinalizam que existe uma significativa evidência de que 9% dos suicídios nos Estados Unidos é consequência, de alguma forma, da distribuição do racismo nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Google Trends, Racismo, Suicídio, Estados Unidos.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR PÚBLICO: MÉTODOS E RESULTADOS DA ITAIPU BINACIONAL

Aluno: Adriano Hamerschmidt
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Curso: Contabilidade
Orientadora: Marinei Abreu Mattos
cramos_adriano@gmail.com

RESUMO

Até 2020 a Itaipu Binacional pretende se consolidar como a geradora de energia limpa e renovável com o melhor desempenho operativo e as melhores práticas de sustentabilidade do mundo, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a integração regional (ITAIPU, 2015).

Foi nesse contexto que surgiu o programa para compras sustentáveis, idealizado pela Diretoria Financeira no âmbito da Superintendência de Compras.

Ao investir próximos de US\$ 140 milhões em compras anuais, Itaipu gera impactos como qualquer grande organização. Visando aprimorar sua atuação, passou a adotar requisitos de sustentabilidade para aquisição de produtos e serviços, pois acredita que pode contribuir indiretamente e de forma eficiente para diminuir os impactos nas três dimensões da sustentabilidade ao utilizar o seu poder de compra (ITAIPU, 2015).

Considerando a aquisição sustentável como resultado da incorporação de requisitos de sustentabilidade (ambientais, econômicos e sociais) aos processos de licitação, que visem minimizar os potenciais impactos negativos e maximizar os potenciais impactos positivos no âmbito dessas três dimensões, Itaipu a considera a sua política de compras sustentáveis como estratégia viável de conservação dos recursos naturais e da diversidade socioambiental (ITAIPU, 2015).

Um dos destaques dentre as atividades desenvolvidas está o fator *aprimoramento de processos de aquisições* e algumas das conquistas incluem a elaboração e aprovação de uma Política de Compras Sustentáveis; a alteração da Norma Geral de Licitação; a elaboração e aprovação de uma Instrução de Procedimento e seus anexos; a elaboração de matrizes para classificar os materiais e serviços a serem adquiridos com critérios de sustentabilidade; além da realização de campanhas de comunicação para os empregados em todos os níveis e para os fornecedores.

Já se sabe que depois de cumpridas 100% das metas de 2013, 82,1% das metas do biênio 2014-2015 e 9,4% das metas 2016-2017, quase metade do total (49,2%) da matriz flexível (que se encerrará em 2020) já foi realizada.

O grande desafio dos pesquisadores e profissionais das Compras Públicas tem sido, no entanto, definir indicadores que permitam mensurar os resultados obtidos por meio das ações realizadas.

Já se reúnem evidências das contribuições do programa em todas as três dimensões. Uma delas é o monitoramento do plano de implementação do programa: mesmo que faltem ainda cinco anos para a sua conclusão, praticamente metade dos cenários imaginados foi realizada.

Com apenas 35 objetos priorizados de um universo de mais de 3 mil, o percentual de compras com viés de sustentabilidade em relação ao total das compras da Entidade atinge quase 10% do valor das compras de Itaipu, realizadas depois de aplicada a metodologia para o estabelecimento de requisitos de sustentabilidade.

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

Palavras-chave: sustentabilidade, compras sustentáveis, produtos e serviços.

REFERÊNCIAS

ITAIPU. **Roteiro para compras sustentáveis**. Curitiba: Itaipu, 2015.

ITAIPU. A maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. 2015. Disponível em <http://www.itaipu.gov.br/>. Acesso em 21 de outubro de 2015.

_____. Relatório de sustentabilidade 2014. Foz do Iguaçu: ITAIPU Binacional, 2015.

CULTURA ORGANIZACIONAL: “IDENTIFICANDO OS CALCANHARES DE AQUILES”. UM ESTUDO EMPÍRICO NA NEW HOLLAND EM CURITIBA

Fabio dos Santos Algauer
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em administração
Fabioalgauer@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes

RESUMO

Conhecer o clima organizacional é uma vantagem competitiva que oferece ao gestor uma série de instrumentos para melhor balizar a tomada de decisão. Nesse sentido, esse trabalho analisou o clima organizacional entre os colaboradores do grupo *New Holland*, em Curitiba. Para isso, utilizamos um questionário do tipo survey estruturado composto de 27 questões. Nossos resultados mostram que, na leitura dos colaboradores da New Holland, 5 pontos mostram-se críticos, sendo eles: 1) a valorização por parte da empresa; 2) Bons planos de carreira; 3) estabilidade do emprego; 4) deslocamento até a empresa e finalmente o mais significativo de todos 5) o valor da remuneração salarial. Apesar de termos encontrado estes 5 “calcanhares de Aquiles” nossos resultados indicam que no geral, a empresa desfruta de um bom clima organizacional e os colaboradores estão satisfeitos.

Palavras-chave: New Holand, Clima Organizacional, Satisfação, Gestão.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CAPITALISMO: UMA VISÃO CRÍTICA

Jord Manrique Jorge; Janaina Cristine da Silva
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Curso: Administração
Orientador: Aline Mara Gumz Eberspacher
Coorientador: Elizeu Barroso Alves
jordmanr@gmail.com; Cristine.janaina.s@gmail.com

RESUMO

Este estudo ensaia busca entendimento de como se dá a existência das Empresas de Economia Solidária dentro sistema capitalista de mercado. Sabendo que o mercado capitalista é reconhecido por ser um sistema que cria regra para sua manutenção e predominância, onde costuma utilizar de diversos fatores para se manter operante e supremo. Partiu-se da seguinte indagação: “como se dá a sobrevivência das Empresas de Economia Solidária dentro do sistema capitalista de mercado?”. Para isso, versou-se (i) a origem e natureza das Empresas de Economia Solidária no contexto mundial e no brasileiro, (ii) o princípio de visão de mercado sob as lentes do sistema capitalista, sendo esta pautada pela utilitariedade da racionalidade instrumental em detrimento ou sufoco da visão de bem-estar social da racionalidade substantiva; e (iii) os pilares da solidariedade, onde tem um viés de suas origens no bem-estar social, tendo em muito seus preceitos raptados por organizações com foco no capital, conhecidas como as *managements*. Neste estudo, concluiu-se que, tal que exposto no rol do sistema capitalista, não existe ou se é bem dificultada a possibilidade de existência das Empresas de Economia Solidária neste sistema que está posto, pois sua natureza vai de encontro com as premissas do capitalismo, principalmente o que se refere a sustentabilidade criada a partir de um momento de readequação do sistema. Como contribuição, este ensaio colabora com discussões sobre o papel social, a existência e a sobrevivência das Empresas de Economia Solidária dentro do capitalismo, oferecendo subsídio teórico-conceitual para a realização de estudos empíricos das práticas de sua sobrevivência, e por fim, consegue provocar, como uma visão crítica, como as ideias e discussões sobre a economia solidária, de forma *management* se torna apenas uma reconfiguração do sistema capitalista.

Palavras-Chave: Empresas de Economia Solidária; Capitalismo; Organizações

ECOTRILHA SUSTENTÁVEL COMO FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Maria Maiany Paiva Lima

Discente de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Quixadá – IFCE. Bolsista LEEABC.

E-mail: maianypaival@gmail.com;

Lucas da Silva

Prof. Msc. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Quixadá – IFCE, Doutorando do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UEPB. E-mail: lucasuab@gmail.com - (Orientador).

RESUMO

A Educação Ambiental tem se apresentado como uma eficiente ferramenta na construção de saberes com foco na sustentabilidade ambiental em diferentes esferas organizacionais. No entanto, são nos espaços escolares onde, por natureza, se constrói e se produz conhecimentos pelo processo de ensino-aprendizagem. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) do município de Quixadá tem em seus domínios um fragmento de mata nativa, que se encontra às margens do rio Sitiá, inserido na Unidade de Conservação Monumento Natural dos Monólitos. Esse espaço tem um grande potencial para promover a educação ambiental em sua plenitude, por ser um espaço acadêmico e ter parte de sua área inserida em uma Unidade de conservação. Com objetivo sensibilizar seus educandos e visitantes da importância da preservação do meio ambiente, o IFCE- campus de Quixadá vem promovendo educação ambiental por meio da Ecotrilha: uma pegada sustentável. Desta forma, esta pesquisa teve o objetivo de analisar os efeitos das ações realizadas na promoção da Educação Ambiental entre os sujeitos envolvidos no projeto. A Ecotrilha foi idealizada e coordenada pelo Laboratório de Estudos Ecológicos e Ambientais do Bioma Caatinga (LEEABC) que pertence ao instituto e busca promover ações de cunho ambiental e principalmente de preservação da flora local. A trilha é utilizada para proporcionar estudos e conhecimentos para estudantes e pesquisadores do IFCE e seus visitantes. E para que seja efetivamente um instrumento de educação ambiental foram adicionados ao seu percurso diversos elementos didáticos, a saber: o viveiro para a produção de mudas nativas, o experimento de recuperação de área degradada e outro relacionado aos solos, que servem para mostrar aos visitantes a importância do bioma caatinga e a necessidade de sua preservação. E referente à problemática do descarte inadequado de resíduos, são apresentados durante o percurso uma composteira ecológica, que é a melhor alternativa para reciclagem de lixo orgânico, e um experimento que estima o tempo de decomposição de diferentes materiais na natureza, alertando dos seus riscos e apresentando as maneiras de como esses resíduos podem ser reaproveitados. A trilha ainda conta com a “farmácia viva”, um experimento para a produção e estudo das plantas fitoterápicas, como uma maneira de valorizar o conhecimento informal e dar a ele um respaldo científico. Com todos os elementos didáticos presentes em seu percurso, a ecotrilha se torna um importante instrumento de educação ambiental e demonstra comprometimento do IFCE com a causa.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ecotrilha; Sustentabilidade Ambiental.

CONSUMO DE AGROTÓXICOS NO MUNDO, NO BRASIL E NO PARANÁ

Bruna Letícia Souza Taveira

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Medicina

Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque

guilherme.albuquerque.ufpr@gmail.com; brunataveira@outlook.com

Introdução: o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e só entre 2002 e 2012 o consumo cresceu aproximadamente 190%, contra 96,7% no mercado mundial. Em 2013, 40,3 milhões de hectares foram destinados ao plantio de transgênicos no Brasil, ficando atrás apenas dos EUA, com 70,2 milhões de hectares. Do total destinado aos transgênicos, 27 milhões de hectares são ocupados pelo plantio de soja, onde se consome metade dos agrotóxicos no país. Em 2010 o Paraná, 3º maior consumidor de agrotóxicos do país (12,3% do total), utilizava cerca de 29.500 toneladas. O consumo de agrotóxicos está relacionado à ocorrência de diversos tipos de câncer (estômago, fígado, laringe e próstata, tumores cerebrais e linfomas), intoxicações agudas e crônicas, más formações, infertilidade, impotência, desregulação hormonal, abortos e neuropatias. Os trabalhadores rurais, pelo contato direto e constante e pela inexistência de limites seguros de exposição, são os mais acometidos. É fundamental o monitoramento do uso dos agrotóxicos, visando prevenir os agravos decorrentes de seu uso. **Objetivos:** verificar a evolução do uso de agrotóxicos no Paraná, no Brasil, e no mundo. **Materiais e métodos:** pesquisa bibliográfica, consultas a fontes como SIAGRO/ADAPAR, FAO, ANVISA, BNDES, Embrapa e ABRASCO. Comparação dos dados das cidades do Paraná, com os do estado, Brasil e outros países. **Resultados:** Em 2001 Costa Rica e Colômbia eram os maiores consumidores (21.84 e 20.68 toneladas/1000 hectares, respectivamente); o Brasil consumia 1.15 ton/1000 ha, sendo o país subdesenvolvido que menos consumia agrotóxico entre os analisados. De todos os países, apenas Suécia, Finlândia e Noruega tinham consumo menor que o Brasil. Em 2009, enquanto países como França, Colômbia, Japão e Itália diminuíram de maneira expressiva o consumo, Brasil, México e Uruguai mais que dobraram. A França reduziu 36%, Colômbia 27%, Japão 19%, Itália 17%; Brasil aumentou o 213%, México 128% e Uruguai 128%. No Paraná, em 2013 as cidades de maior consumo foram: Corbélia (38.81 ton/1000 ha), Brasilândia do Sul (35.48 ton/1000 ha) e Francisco Alves (34.62 ton/1000 ha). **Conclusão:** O Brasil em geral e o Paraná, em particular, apresentam aumento significativo do consumo de agrotóxicos. O aumento em mais de 200% no consumo de agrotóxicos pelo Brasil, em contraste com a redução nos países como França, Colômbia, Japão e Itália, é extremamente preocupante pela possibilidade das citadas consequências à saúde. O consumo em cidades do Paraná tem taxas superiores às de qualquer país na atualidade.

Palavras-chave: agrotóxicos, pesticidas, consumo de agrotóxicos.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE COMO ESTRATÉGIA PARA A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Gélica de Melo Evangelista¹ Lucas da Silva²

¹Discente de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Quixadá – IFCE. Bolsista PIBIC/CNPq/IFCE. e-mail: gelicaeva@gmail.com;

²Prof. Msc. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Quixadá – IFCE, Doutorando do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB. E-mail: lucasuab@gmail.com - (Orientador).

RESUMO

A sustentabilidade tem estado presente como vanguarda em diversas intervenções municipais nos últimos anos e tem sido cada vez mais um diferencial na gestão pública municipal, que busca consolidar desenvolvimento sustentável local. O presente trabalho buscou avaliar o Índice de Desenvolvimento Sustentável para o município de Quixadá-CE, situado na região semiárida do Nordeste brasileiro. O município que Quixadá vem sofrendo com os efeitos de longos períodos de secas e elevados índices de evapotranspiração, o que mostra um regime de chuvas irregulares e escasso. Também se caracteriza por ter uma paisagem natural peculiar com a presença e significativos afloramentos rochosos denominados monólitos. O objetivo principal é estabelecer o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Município de Quixadá - (IDSM), com o intuito de fornecer subsídio para construção de sua sustentabilidade. A escolha do município foi feita com base em sua relevância regional, visto que pode contribuir como modelo na busca e definição de políticas públicas, que podem contribuir na melhoria da gestão dos recursos econômicos, sociais e ambientais. Para a efetivação da presente pesquisa foi realizado um levantamento de dados do Censo 2000 e 2010 (IBGE), do Anuário Estatístico do Ceará (IPECE), do DATASUS, do Deepask, SIOPS, SIAB, COGERH e portal da transparência, nos anos 2000 e 2010. Para a classificação desses índices referentes a cada variável foi utilizado o modelo de Martins e Cândido (2008), ao IDSM das dimensões e ao IDSM final, foi utilizado um conjunto de cores que correspondem a uma escala definida, que caracteriza os níveis de sustentabilidade para o município. Como resultados pode-se observar que o saldo Dimensão Ambiental foi positivo, uma vez que o seu índice de sustentabilidade foi de 0,5453504022, um nível considerado aceitável. Com relação à Dimensão Social, seu saldo foi muito positivo, uma vez que o índice foi de 0,9016926249, um nível considerado sustentável e ideal. O saldo da Dimensão Econômica foi positivo, uma vez que o índice foi de 0,5001011185, um nível considerado aceitável. No contexto geral o IDSM para Quixadá é considerado aceitável e ideal, com pontuação dentro dos padrões exigidos pela metodologia utilizada, sendo que a dimensão social foi a que mais influenciou o índice de forma positiva e negativa. Portanto, o alcance de um padrão sustentável para o desenvolvimento do município depende de uma interação entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais, sendo o poder público o ator fundamental nesse processo.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Sustentável; Dimensão Social; Dimensão Ambiental; Dimensão Econômica.

INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS E REGIONAIS NOS HÁBITOS POSTURAIS DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO

Carlos Henrique Pereira Bento¹; Jaqueline de Souza Silva²; Vanessa Nunes Leal²; Jean Marcos Ferreira Custodio³; Priscilla Rayanne e Silva Noll⁴; Matias Noll⁵

¹IFGoiano - Instituto Federal Goiano; Ciências Biológicas

²IFGoiano – Instituto Federal Goiano; Ciências Biológicas;

³IFGoiano – Instituto Federal Goiano; Química;

⁴ Orientadora – IFGoiano – Instituto Federal Goiano;

⁵ Coorientador – IFGoiano – Instituto Federal Goiano.

RESUMO

Por influências socioculturais entendem-se as posturas assumidas pelos adolescentes de maneira a zelar da sua imagem apresentada aos outros. Por outro lado, ao abordar variantes regionais, busca-se evidenciar características das cidades de origem dos estudantes, como habitação, renda e atividade infantil. O objetivo deste estudo é analisar as influências socioculturais e regionais sobre os hábitos posturais de escolares do ensino médio de duas cidades do Brasil. A razão pela realização do presente trabalho se dá pela ocorrência de adolescentes com dores nas costas nas presentes cidades –Teutônia (RS) e Ceres (GO) – consequentes de problemas posturais. Foi realizado um estudo transversal, com 1526 escolares, sendo 827 em Ceres e 719 em Teutônia. Utilizado o questionário auto-aplicável denominado Back Pain and Body Posture Evaluation Instrument (BackPEI), aplicado em escolas, o qual é útil e reprodutível e aborda questões: (1) comportamentais; (2) posturais e (3) relacionadas a dores. Os hábitos posturais e comportamentais foram analisados, separados para cada município e por sexo por meio de estatística descritiva. Foi utilizado o teste Qui-quadrado para verificar a existência de diferenças entre os municípios referidos e entre os sexos ($\alpha = 0,05$). Os resultados mostraram que o grupo feminino, tanto de Ceres, quanto de Teutônia, tende a se sentar mais com as pernas cruzadas do que o grupo masculino. Notou-se a prevalência de hábitos posturais inadequados no modo de sentar feminino ceresino. No que diz respeito o modo de se sentar ao conversar, verificam-se que o grupo feminino tende mais a se sentar de maneira desleixada e demonstrar curvaturas nas colunas em relação ao grupo masculino. Observou-se, também, influências regionais no modo masculino de sentar. A ocorrência de posturas inadequadas foi diretamente proporcional à quantidade de jovens envolvidos em cada atividade. Quanto ao tipo de mochila usada, observa-se, na cidade de Ceres, uma predominância feminina em usar mochilas com apenas uma alça. Ambos os modelos remetem à imagem de uma bolsa (acessório frequentemente usado pelo público feminino). Porém diferente do imaginado e observado no estado de Goiás, a maioria do grupo feminino de Teutônia não tem preferência por esse tipo de bolsa, optando, pelo modelo clássico de duas alças. A influência de gênero também pode ser notada ao analisar a diferença percentual (aproximadamente 30%) feminino que carregam a mochila apoiando-se em apenas uma alça. Investigações como as do presente estudo são relevantes visto que seus resultados possibilitam direcionar o trabalho educacional e preventivo, considerando aspectos importantes como aspectos socioculturais e regionais. Neste prisma, conhecer os hábitos mais prejudiciais e atuar sobre a correção dos mesmos é uma ótima opção para minimizar ou prevenir hábitos inadequados antes que se tornam permanentes na fase adulta.

Palavras-chaves: Postura. Saúde Adolescente. Epidemiologia.

JORNALISMO LITERÁRIO NO JORNAL GAZETA DO POVO

Alice Eduarda Barbosa Gonçalves; Luis Otávio Dias; Roberto Nicolato
UNINTER - Centro Universitário Internacional UNINTER
Comunicação Social - Jornalismo
Orientador: Prof. Dr. Roberto Nicolato (nicolato77@gmail.com)
Coorientador: Prof. Me. Luis Otávio Dias (fototavio@yahoo.com.br)

Palavras-chave: Jornalismo literário; pesquisa; procedimentos, análise; informação.

RESUMO

O projeto “Jornalismo Literário no jornal *Gazeta do Povo*” tem como objetivo analisar os procedimentos narrativos do jornalismo literário nas edições de domingo do jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, uma vez que o jornal impresso está em concorrência com o digital. Dessa forma, foram realizadas, nos primeiros meses de análise, pesquisas quantitativas e bibliográficas. A pesquisa procurou abarcar todas as reportagens publicadas na editoria “Vida e Cidadania” da *Gazeta do Povo*, durante o período de 23 de março a 29 de junho de 2014. Foram selecionadas aquelas que, de alguma forma, apresentaram em seu texto procedimentos narrativos relacionados à literatura, identificando conceitos do Jornalismo Literário.

O problema da pesquisa está centrado em saber se o jornal *Gazeta do Povo* faz uso do texto literário em suas reportagens e de que maneira isto é realizado. Neste sentido, a análise recaiu sobre as edições publicadas aos domingos, quando há maior veiculação de reportagens. Pois, se as mídias digitais atuam na propagação de notícias de forma mais imediata, resta então aos jornais buscarem um jornalismo mais interpretativo, aprofundado e com uma linguagem mais atraente.

A escolha em analisar apenas a editoria de “Vida e Cidadania” deve-se ao fato de este ser um espaço editorial de natureza mais propícia à publicação de reportagens em que os textos possam contar com as características dos procedimentos literários. E para se chegar a essa escolha, os integrantes do projeto realizaram uma pesquisa preliminar exploratória, constatando que nas outras editorias a incidência do jornalismo literário é praticamente irrelevante.

Na escolha das matérias também não foram levadas em conta as notas, por serem consideradas um formato de texto do gênero informativo que prima pela informação rápida. A análise para a seleção das reportagens, na pesquisa quantitativa, se baseou de um modo geral, nos critérios descritos por Tom Wolfe, no livro, *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, como componentes de um texto do jornalismo literário: cena a cena, uso de diálogos, ponto de vista na terceira pessoa e status de vida. Fundamentou-se também nas teorias contidas no livro *Técnica de Reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística*, de Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré sobre tipos de reportagem, entre eles a reportagem-crônica e reportagem-conto, perfis e em outras características literárias, como figuras de linguagem, entre outros.

Resultado Parcial:

Até o momento o que se pode notar é que o jornal, de certa forma, ainda não está dando atenção a um texto considerado mais elaborado na produção das matérias, mantendo uma forma de fazer jornalismo muito apegada às técnicas da informação objetiva e seguindo a estrutura padrão da pirâmide invertida. Visto que, num total de 101 matérias, das edições de domingo do jornal *Gazeta do Povo*, apenas 12 apresentam característica literária.

METRO E JORNAL DO ÔNIBUS: UM ESTUDO SOBRE A IMPRENSA GRATUITA DE CURITIBA

Christiano Tesouspen; Claudia Santos; Daisy Carolina; Miller Vale; Samuel Gonzaga.
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Comunicação Organizacional
Elza Oliveira Filha (orientadora)
elzafilha@utfpr.edu.br

Palavras-chave: Jornalismo; imprensa gratuita, primeiras páginas, Metro, Jornal do Ônibus

RESUMO

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no grupo de estudos Observatório Paranaense da Mídia, registrado no CNPQ desde 2010, e objetiva comparar dois veículos impressos de distribuição gratuita em Curitiba: o Jornal do Ônibus e o Metro. No recorte proposto para o pôster serão avaliadas as primeiras páginas das edições publicadas durante o mês de agosto de 2015.

Observatórios de mídia são instituições sociais que se proliferam no mundo todo e que buscam exercitar um processo de crítica dos produtos midiáticos, sobretudo os jornalísticos, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da informação que chega à população. Além disso, pretendem colaborar com a “alfabetização midiática do público” (Christofoletti e Motta, 2008), ampliando a tendência de interação entre veículos e audiência que as atuais tecnologias favorecem.

No presente trabalho, o levantamento das manchetes, fotografias e chamadas dispostas nas capas dos jornais – conceituados como verdadeiros cardápios das diferentes notícias contidas nas edições dos impressos (Pereira Junior, 2012) – fornece um farto material para o entendimento das linhas editoriais das publicações e indica a qual público estão destinadas. As primeiras páginas, na medida em que hierarquizam as informações, indicando ao leitor o que de mais importante aconteceu e merece destaque na edição, colaboram no processo de construção social da realidade, da qual o jornalismo é parte importante (Traquina, 2004).

Nas 21 edições publicadas durante o mês de agosto (os jornais não circulam nos sábados e domingos) pelo Jornal do Ônibus, por exemplo, apenas três têm temáticas nacionais e nenhuma internacional. Todas as demais são notícias locais e, em oito delas, o futebol é o tema principal da capa; em segundo lugar estão informações sobre transporte e/ou trânsito, com cinco manchetes ao longo do mês. No Metro, em contrapartida, as notícias nacionais representam a maioria das manchetes e os temas políticos estão em mais da metade das edições.

Destinados a segmentos específicos de público, até pelos locais de distribuição – preferencialmente nos terminais de transporte coletivo, no caso do Jornal de Ônibus, e nas esquinas mais movimentadas da cidade, entregue aos motoristas dos carros, no caso do Metro –, os dois jornais apresentam conteúdos bastante diferenciados também nas várias editorias. A análise das primeiras páginas possibilita comprovar, entre outras, a profunda mudança nas editorias de cultura e/ou entretenimento: mais voltada para as grandes produções de espetáculos de música, teatro ou lançamentos cinematográficos, no caso do Metro, e quase totalmente direcionada para os produtos televisivos ou o acompanhamento da vida dos artistas, no Jornal do Ônibus.

REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTI, Rogério e MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs). *Observatórios de Mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *Guia para edição jornalística*. 4 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2012

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004

NARRATIVA E PERCEPÇÕES DA SUBJETIVIDADE: IDENTIDADES DE ENUNCIÇÃO EM IMIGRANTES HAITIANOS

Gednilson de Freitas Lima
UNESPAR – Universidad Estadual do Paraná
Licenciatura em Teatro
Prof. Dr. Rafael Tassi Teixeira
rafatassiteixeira@hotmail.com

Palavras-chave: Fluxos Migratórios. Identidade. Haiti.

RESUMO

O Brasil tem sido um dos principais destinos de imigrantes haitianos nos últimos anos, só na cidade de Curitiba estão em cerca de 3.500 imigrantes. Dentro deste cenário esta pesquisa procurou apreender os discursos de enunciação de identidade e as características artístico-identitárias dos haitianos em processo de imigração no Brasil, com ênfase nos que em Curitiba estão. No primeiro momento foi realizado o levantamento da bibliografia existente. Compreendendo os conceitos de ‘Identidade de Resistência’ de Zygmunt Bauman; ‘Identidade de Fixação’ de Homi K. Bhabha; ‘Identidade de Mediação’ de Joanildo A. Burity e os escritos sobre ‘Pertencimento’ de Gordon Mathews. Durante a pesquisa assimilou se que para a devida contextualização era necessário ouvir não apenas os indivíduos hoje, mas entender a história da nação originaria e mapear os fluxos migratórios entre Haiti e Brasil, seus deslocamentos até a nação de destino, bem como os principais motivos a esta decisão. Concomitante buscou se o trabalho etnográfico. Para primeiro contato o pesquisador colocou-se a disposição da associação de haitianos de Curitiba, que solícitos cederam algumas entrevistas e se colocaram para o diálogo, porém isto ficou somente no campo do discurso. Na Praça Tiradentes – CTBA – vários haitianos se reúnem todos os dias, assim o pesquisador buscou a aproximação com este nicho, mas ao realizar perguntas que exigiriam falar de si e/ou externar sobre o seu processo de imigração as respostas eram sempre superficiais e até duvidosas. A partir deste prisma, foi criado um blog para a coleta de dados e nele um questionário, onde os mesmos não necessitariam se identificar, mas o resultado foi insatisfatório. A comunidade se mostra fechada a estranhos, segundo Gui Tomiello, administradora da página do Facebook “Hatianos e Africanos no Brasil”, a maior deste gênero, os haitianos são receosos em disponibilizar informações pessoais, pois a maioria já sofreu com o racismo, a xenofobia, entre outras formas de preconceito e segregação. Portanto, para que a pesquisa tornasse possível foi necessário o auxílio de pessoas de influência na comunidade, como Tomiello. Assim sendo, concluímos que os haitianos possuem uma comunidade concisa e de laços fortes.

O BRINCAR: ALÉM DE UM NOVO OLHAR

Kalinka Cavalcanti Ferraz²⁹⁴ - UNINTER-PEDAGOGIA

Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁹⁵ - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de analisar o papel do brincar no desenvolvimento da criança na primeira infância. Neste sentido o ponto de partida foi ação do educador diante das atividades lúdicas propostas no âmbito educacional, essas ações podem proporcionar a criança momentos de socialização, integração e ampliação de suas representações a partir de brincadeiras e jogos simbólicos. O brincar é atividade fundamental para crianças pequenas, é brincando que elas descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em diversos contextos sociais. Brincar é um direito subjetivo da criança, além de ser de suma importância para seu desenvolvimento, neste sentido as escolas que ofertam o ensino de Educação Infantil devem propiciar o brincar além de um novo olhar. Propõe-se neste estudo, analisar a concepção de infância, a partir do contexto histórico-cultural; identificar o papel do brincar na primeira infância; relacionar o lúdico, o jogo e a brincadeira ao desenvolvimento da criança, compreendendo a importância desta ludicidade neste processo. Os estudos realizados apresentam como fonte de pesquisa uma revisão bibliográfica, tendo como principais autores: Froebel, Vygotsky, Winnicott entre outros. Considera-se que o brincar deve ir além de um novo olhar diante das ações lúdicas presentes na infância, cabe ao educador mediar o processo lúdico em turmas de Educação infantil possibilitando a criação, imaginação, imitação, enfim ao estimular as brincadeiras, a criança brinca, recria e interpreta seu contexto social. Ao mediar as ações diante do brincar estaremos possibilitando uma diversidade de significações para o desenvolvimento da criança na primeira infância.

Palavras-chave: Brincar, desenvolvimento, primeira infância.

²⁹⁴ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

²⁹⁵ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, Coordenadora de área subprojeto Pedagogia GT História das Instituições Escolares. E-mail: desire.d@uninter.com

O CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR E SUAS INFLUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM

Janaine Eliana Scherer
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná/Campus de União da Vitória
Pedagogia
Franciéli Arlt Lopes

RESUMO

Várias são as menções encontradas na literatura que fazem referência à importância da família no processo de aprendizagem da criança, processo este que se encontra diretamente associado às relações afetivas desde a mais tenra infância. Sendo a família a primeira instituição social formadora da criança, esta tem um papel significativo na formação da personalidade do adulto que a mesma se transformará, promovendo o atendimento às necessidades básicas, as quais se podem definir como sendo de natureza física, social e afetiva. Assim justifica-se a necessidade de explanar como a participação da família é imprescindível ao aprendizado das crianças/educandos. A partir destas considerações ressalta-se o objetivo deste estudo, no sentido de demonstrar a influência do contexto familiar e escolar para o processo de aprendizagem do sujeito cognoscente. Como objetivos específicos preocupam-se em averiguar como se compõem as famílias na atualidade, bem como, a importância da relação entre família e escola para o pleno desenvolvimento do sujeito aprendiz. Quanto à metodologia este trabalho será pautado em dados teórico-bibliográfico, ou seja, a partir de estudos de publicações já realizadas do tema proposto, tendo uma perspectiva qualitativa. Entre eles destaca-se Ariès (2011), Bock (2008) e Castro (2009). Ao proceder da pesquisa refletiu-se que a escola neste aspecto tornou-se uma instituição de grande valia para o cuidado e principalmente a formação do sujeito em pleno desenvolvimento perante a sociedade. A relação da família com a escola deve tornar-se algo indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem da criança, ela necessita de grande apoio de ambas as partes, precisa da atenção dos pais, com as atividades rotineiras, ou seja, do sono, da alimentação, do estudo, para que a criança não sinta a escola como um castigo ou algo obrigatório, ela deve sentir prazer em aprender, apoiada por ambas as partes, ou seja, a família e a escola, duas instituições de extrema relevância para que a aprendizagem ocorra de forma significativa.

Palavras-chave: Família. Escola. Aprendizagem.

O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL NO BRASIL: ASPECTOS DA HISTÓRIA DA ESCOLA SENAI QUATRO BARRAS-PR

Alessandra Cordeiro Blanco²⁹⁶ - UNINTER-PEDAGOGIA
Orientadora : Desiré Luciane Dominschek²⁹⁷ - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

O município de Quatro Barras com seus quase 54 anos, teve há pouco tempo, aproximadamente quatro anos a implantação de uma unidade Senai em Quatro Barras (FELICIANOS, 2011). Com o objetivo de qualificar a mão de obra local, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Quatro Barras vem desenvolvendo um papel importante nas vidas das pessoas que residem na região e arredores, bem como nas indústrias localizadas no município e em Campina Grande do Sul, município vizinho. O Senai Quatro Barras, trabalha com a educação técnico profissional, desde de 2011 até o presente momento, disponibilizando para a sociedade local cursos de aperfeiçoamento, qualificação, aprendizagem e técnico concomitante e subsequente. Trazendo projetos com parceiros, como a prefeitura de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, Amanco, Schneider, governo federal - Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego, Associação do Comércio e Indústria (QbCamp). Como o cenário desta escola de ensino técnico profissional na região, vamos proceder com o registro histórico dessa unidade, desde sua constituição até o presente momento. A região de Quatro Barras, com o decorrer dos anos vem apresentando uma evolução significativa tanto de expansão populacional e no âmbito industrial. Com um cenário favorável para o município, e a necessidade de qualificar as pessoas da região, visando obter uma mão de obra qualificada e melhor aproveitamento dos trabalhadores local. Pensou-se em implantar uma escola de educação profissional, no ramo industrial. No sistema S, conhecido nacionalmente temos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que como consta no próprio nome visa formar pessoas para o mercado de trabalho na área industrial, assim em Quatro Barras foi implantado uma unidade Senai, para suprir a demanda do município, lembramos que o Sesi (Serviço Social da Industria), já é forte na região, com atendimento a empresas desde exames médicos, orientações da área de segurança do trabalho e lazer (COLABORADORES DA UNIDADE, 2015). Com menos de quatro anos na região, percebe-se o impacto dessa escola de educação profissional na sociedade quatrobarrense, na educação para o trabalho e na transformação de vidas. Assim a pesquisa proposta visa analisar os dados de matrículas e cursos realizados entre 2011 á 2015, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Quatro Barras, bem como realizar um breve relato da evolução populacional e industrial do município e o histórico do Senai em âmbito estadual, a legislação da educação profissional e principalmente contextualizar o seu desenvolvimento atingindo os principais projetos desenvolvidos na unidade, cases de alunos formados pela unidade. Sendo o foco contextualizar o desenvolvimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do município de Quatro Barras e sua importância na sociedade quatrobarrense, vamos precisar fundamentar essa pesquisa assim utilizando um método e técnicas. A partir do referencial de Severino (2007) vamos utilizar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

²⁹⁶ Aluna do curso de Pedagogia do 8º período do Centro Universitário Internacional- UNINTER

²⁹⁷ Orientadora de Trabalho de Conclusão de curso- Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, E-mail: desire.d@uninter.com

O ESTUDO HISTÓRICO DO COLÉGIO BENEDICTO JOÃO CORDEIRO – REFLEXOS DO PROJETO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE DO LICENCIANDO EM PEDAGOGIA

Daniela de Oliveira Santos da Silva²⁹⁸ UNINTER-PIBID -PEDAGOGIA
Orientadora: Desiré Luciane Dominschek²⁹⁹ UNICAMP/UNINTER

RESUMO

Este texto apresenta o projeto Pibid Uninter – Pedagogia que está vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, junto à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior. A descrição deste tema teve origem a partir da pesquisa iniciada pelo Projeto Pibid, nas Instituições que oferecem o curso de Formação Docente em nível médio em Curitiba, surgindo à necessidade de um estudo histórico do Colégio Benedicto João Cordeiro. O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. No decorrer das atividades do projeto os alunos do Pibid tiveram momentos de pesquisa e estudos para aprofundarem nos referenciais que fundamentam e embasam a prática que se dá nas instalações dos Colégios que oferecem o curso de Formação de Docentes em nível médio em Curitiba. Estes estudos do Pibid e do Grupo de Trabalho História das Instituições Escolares, um dos subgrupos de pesquisa no qual o projeto é subdividido, foram de grande importância, pois, ajudam na compreensão das atividades a serem realizadas e ainda contribuem para a formação do licenciando em pedagogia, pode-se dizer também que o projeto está atingindo o seu objetivo de quebrar a barreira entre a teoria e a prática. Partindo dessas pesquisas e estudos realizados pelo Grupo de Trabalho História das Instituições Escolares do Projeto Pibid, surgiu a necessidade de resgatar a memória em um estudo histórico do Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro desde a sua fundação, em 1982, até os dias atuais. Com base nos estudos iniciados a partir do Projeto Pibid Uninter em parceria com a Capes, iniciaram as observações para a pesquisa inicial do estudo sobre o Colégio Benedicto João Cordeiro, revelando-se as suas curiosidades como a “lenda da Dona Maria do Facão”, figura ilustre na região a qual os alunos Pibidianos tiveram a oportunidade de conhecer e entrevistar na busca por suas memórias e lembranças, buscando compreender, na visão da ex-gestora como foi estar presente na fundação e estar à frente na gestão por duas décadas. A história das instituições escolares é a história da própria educação, são integrantes de um todo, e ao compreendermos uma instituição, amplia-se a possibilidade de compreensão da Educação. Convencidos disso, os gestores poderão ser estratégicos na construção de uma história, quer como agentes, quer como sujeitos. O objetivo desse trabalho está em resgatar a memória em um estudo histórico do Colégio Benedicto João Cordeiro, investigando elementos que relatam as memórias do colégio interpretando os dados levantados sobre a constituição da Instituição, correlacionando o estudo histórico com a importância do Projeto Pibid na formação do Licenciando em Pedagogia. Severino (2009) relata que a ciência e o conhecimento são a forma mais elaborada de captação da realidade pela mente humana, num dado momento histórico, existe alguns tipos de conhecimento como teológico,

²⁹⁸ Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Bolsista PIBID UNINTER – Capes, Estagiária do Projeto de Capacitação e Assessoramento Pedagógico da Escola Superior de Educação da UNINTER. E-mail: daniela.s@uninter.com

²⁹⁹ Orientadora no Pibid - Doutoranda em Educação – Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Professora do Centro Universitário Internacional Uninter, Coordenadora Institucional Capes PIBID, E-mail: desire.d@uninter.com

empírico, filosófico e científico. A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. A historicidade da ciência é relativa à historicidade do exame e compreensão do próprio pensamento. Na reflexão do texto de Sanfelice (2005), um dos referenciais que embasaram a pesquisa, vemos que a historiografia vem se especializando, ampliando o campo de pesquisa com o qual os pesquisadores da história passaram a se ocupar, e se multiplicaram os tipos de abordagens: micro história, história regional, história local, história quantitativa, dentre outras. As dimensões são inúmeras: história social, demográfica, econômica, política, cultural e assim por diante. Todos estes objetos, fontes e abordagens da pesquisa histórica vêm acompanhados de um crescente crítico à historiografia considerada oficial. Segundo Sanfelice (2006) o trabalho historiográfico é criar e fundar o sentido possível de sua identidade e de sua singularidade. Para o autor é possível dizer que se produz o estudo histórico de uma instituição para interpretar o sentido do que eles formaram, educaram e instruíram, e o sentido de sua identidade e sua singularidade. (SANFELICE, 2006, p. 24)

Palavras-chave: História. Projeto Pibid. Formação Docente.

O PLÁGIO NAS UNIVERSIDADES: O CAMINHO A PARTIR DA ORIENTAÇÃO SOBRE O PROBLEMA DE PLAGIAR

COSTA, Andreia Aparecida³⁰⁰ - UNINTER-PEDAGOGIA
CAROLINE, Bruna³⁰¹ UNINTER-PEDAGOGIA
FISCHER, Carla³⁰² UNINTER-PEDAGOGIA
TREVISO, Marcia³⁰³ UNINTER-PEDAGOGIA
Orientadora : Desiré Luciane Dominschek³⁰⁴ - UNICAMP/UNINTER

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo colocar em debate a questão do plágio nas universidades, como as universidades estão tratando o tema e como os alunos e professores agem diante do ato de plagiar. O plágio existe desde a antiguidade e com a chegada da internet houve a proliferação dos plagiadores e “empresas” que ofertam trabalhos acadêmicos prontos por um preço alto. A procura é grande e isso é um fato que deve ser analisado com cautela pelas Universidades, reforçar a orientação desde o início do curso que plagiar é crime. A partir da disseminação do plágio houve a necessidade da criação do direito autoral para garantir a proteção dos autores. O presente trabalho tem como tema o plágio nas universidades brasileiras. Tem como problematização apontar as principais causas do plágio na formação acadêmica e na negligência do professor. Segundo Millôr Fernandes, autor de frases antológicas, “Todo homem nasce original e morre plágio”. O Direito Autoral não exige novidade e sim originalidade, já que o sujeito sofre influências de um determinado contexto histórico e social. O artigo 8º, I da LDA, diz que não existe plágio de ideias, pois as ideias não são objetos de proteção e possuem “trânsito livre” e são de todos, somente o formato dado a essa ideia é que é pessoal. O Direito Autoral preserva é a ideia materializada, que possui a subjetividade do autor, o Direito Autoral surgiu como um incentivo a criação, obras parecidas podem coexistir sem incidência de plágio. Para a elaboração do artigo realizamos uma pesquisa bibliográfica, relacionados ao tema plágio. Os principais autores utilizados neste trabalho são: MORAES(2004), KROKOSZ (2011) E SILVA (2008).Entende-se que o plágio vem bem antes da internet, não é atual, porém hoje é mais fácil o acesso ao plágio, trazendo também a análise, discussão e reflexão desta temática, tendo como foco a extinção desse crime praticado dentro das Universidades, tanto pelos alunos quanto pelos professores. Com o excesso de plágio surgiu à necessidade de se criar a Lei do Direito Autoral para proteger os autores dos plagiadores conscientes e inconscientes. Concluímos diante desta pesquisa bibliográfica que a ética é um elemento muito importante na condução do debate sobre o plágio nas instituições de ensino, existe a necessidade dos professores terem ética, além de darem orientações e bons exemplos para os alunos quanto ao problema do plágio. Quando o aluno percebe o comprometimento do docente, essa atitude o influenciará positivamente. Na elaboração do trabalho, foi necessário a articulação das ideias levantadas pelos vários autores estudiosos da área.

³⁰⁰ Aluna do curso de Pedagogia do 7º período do Centro Universitário Internacional- UNINTER

³⁰¹ Aluna do curso de Pedagogia do 7º período do Centro Universitário Internacional- UNINTER

³⁰² Aluna do curso de Pedagogia do 7º período do Centro Universitário Internacional- UNINTER

³⁰³ Aluna do curso de Pedagogia do 7º período do Centro Universitário Internacional- UNINTER

³⁰⁴ Orientadora GT História das Instituições escolares PIBID UNINTER - Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora Institucional do Projeto PIBID UNINTER, E-mail: desire.d@uninter.com

Palavras-chave: Plágio, Crime, Universidades, Direito Autoral.

REFERÊNCIAS

MORAES, Rodrigo. **O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual.**

KROKOSZ, M. **Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil.** Revista Brasileira de Educação. V.16 n.48 set-dez. 2011

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?** Universidade do Estado da Bahia, campus XIV, Departamento de Educação. Rev. Bras. Educ. vol.13 n. 38 Rio de Janeiro Mai/Ago. 2008

O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO LEED: ESTUDO DE CASO NA ARENA CASTELÃO

Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro; Mérsia Nogueira Maia; Francisca Rosiane Nogueira; Narcélio Mesquita Aires Filho.

FCRS – Faculdade Católica Rainha do Sertão

Arquitetura e Urbanismo

Prof. Ms. Moisés Rocha Farias

auriseunogueira@gmail.com

RESUMO

No âmbito da construção civil, o atual estágio de desenvolvimento das práticas construtivas caracteriza-se pela exploração excessiva e constante dos recursos naturais e pela geração maciça de resíduos. Diante deste contexto, nas últimas décadas surgiu o conceito de Green Building ou Edifício Verde, que é uma edificação na qual teve em sua concepção, construção e operação o uso de procedimentos reconhecidos de sustentabilidade ambiental. Como artifício de mensuração e também com o objetivo de valorizar e incentivar essas práticas construtivas ambientalmente corretas, na década de 80 surgiram às certificações ambientais, atualmente a mais difundidas internacionalmente e o LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações criado nos Estados Unidos em 1998, atualmente utilizados em 153 países. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, este trabalho buscou inicialmente compreender o processo de certificação LEED, abordando alguns aspectos mais abrangentes que o caracterizam. Nesta fase foram analisados os benefícios do certificado, os níveis de pontuação, a tipologia dos edifícios e as dimensões avaliadas. Com o intuito de obter uma maior compreensão do assunto foi realizado um estudo de caso, analisou-se o processo de certificação LEED de um empreendimento. Como objeto de pesquisa foi escolhido a Arena Castelão, estádio de futebol localizado em Fortaleza, capital do Ceará. Nesta fase do estudo foi possível enumerar as principais medidas adotadas na obra para a obtenção do certificado, essas ações foram amplas e variadas, e visaram sobretudo: reduzir a poluição causada na obra, realizar um consumo eficiente de água, melhorar o desempenho energético, elevar a qualidade do ar no ambiente interno e utilizar materiais com ciclo de vida adequado. A partir da realização desta pesquisa foi possível compreender na prática as funcionalidades da certificação LEED, assim como suas vantagens, além de ambientais, econômicas e sociais, em relação aos meios construtivos convencionais. Ademais, foi observado que o sistema não se limita apenas em construir edificações com vantagens direcionadas ao uso, os procedimentos sustentáveis se iniciam na concepção do projeto, tendo fase importante no período de realização das obras. A respeito da análise realizada na Arena Castelão percebe-se inúmeras vantagens ambientais, porém é importante destacar que variáveis relacionadas ao contexto espacial onde o edifício está inserido deveriam ter maior peso para certificação, inclusive relacionadas aos impactos sociais, visto que para obra do estádio houve a desapropriação de inúmeras moradias.

Palavras chave: LEED; Sustentabilidade; Certificação ambiental; Castelão.

REFERÊNCIAS

Anais CONCIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

KEELER, Marian; BURKE, Bill. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis.**
Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LEITE, Vinicius Fares. **Certificação ambiental na construção civil – Sistemas LEED e AQUA.**
Belo Horizonte, 2011 Disponível em:
www.especializacaocivil.demc.ufmg.br/trabalhos/pg2/76.pdf Acesso em: 03 Dez. 2014.

OLIVEIRA, Rodrigo Nogueira de. **Certificação ambiental na construção civil – LEED.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://engenharia.anhembri.br/tcc-09/civil-46.pdf> Acesso em: 07 Dez. 2014.

O USO DE PORTFÓLIO COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Mariane de Freitas; Tânia Corosque
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná/Campus de União da Vitória
Pedagogia
Kelen dos Santos Junges

RESUMO

Torna-se indispensável que as instituições de ensino superior reflitam acerca da correspondência necessária entre teoria e prática, devendo uma estar presente na outra, para o enriquecimento da prática educativa e da própria formação profissional do educador. E, o portfólio, pode ser um instrumento prático de aprendizagem para o educador em formação e, ao mesmo tempo, torna-se um contributivo para a constituição e o entendimento sobre o que é latente na profissão docente. Assim, justifica-se a necessidade de se pensar a formação docente inicial de licenciandos, a fim de entender e articular ao que se refere como mister ao novo perfil dos educadores. Para tanto, a pesquisa tem como objetivo geral identificar quais os pressupostos teóricos do portfólio como recurso de aprendizagem na formação inicial docente. A metodologia adotada é de cunho bibliográfico, a partir do estudo de publicações já desenvolvidas sobre os pressupostos teóricos da formação docente inicial e do portfólio, numa perspectiva qualitativa. O referencial teórico da presente pesquisa abordou o uso do portfólio enquanto ponto de aprendizagem docente. Pôde-se inferir por meio desse estudo, que o uso do portfólio pelos licenciandos oportuniza a articulação entre a teoria e a prática, associando dessa maneira, o saber constituído no curso de licenciatura com o fazer próprio da docência, instigando o exercício de educar por meio de metodologias inovadoras e significativas. Portanto, acredita-se que a formação inicial precisa perpassar caminhos que enriqueçam os licenciandos em termos de pesquisa/teoria, para que constituam sua bagagem crítica e reflexiva frente os desafios diários da docência.

Palavras-chave: Formação inicial docente. Aprendizagem docente. Portfólio.

O ENSINO DA MATEMÁTICA COM ÊNFASE NAS RELAÇÕES CTS (CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE)

Higila Oliveira Bandeira, IFAC

Instituto Federal do Acre - Campus Cruzeiro do Sul /Licenciatura em Matemática

higilariany1993@hotmail.com;

Hadassa Carneiro dos Santos, IFAC

Instituto Federal do Acre - Campus Cruzeiro do Sul /Licenciatura em Matemática - hds_czs@hotmail.com;

Orientador: Orleilson Agostinho Batista – IFAC

Instituto Federal do Acre - Campus Cruzeiro do Sul

orleilsonagostinhoczs@gmail.com

RESUMO

Atuando como bolsistas do PIBID na Escola de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral e como estudantes no Instituto Federal do Acre - IFAC, Campus Cruzeiro do Sul, no curso de Licenciatura em Matemática, observamos, nas discussões empreendidas entre alguns licenciandos, depoimentos, sobre as dificuldades de efetuar estratégias para o ensino e aprendizagem da Matemática que relacionem o conhecimento matemático com o contexto no qual estão inseridos. A partir dos depoimentos nasceram as primeiras reflexões a respeito de como contribuir para analisar essas dificuldades e colaborar para o enfrentamento desse desafio. O enfoque CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) pode ser considerado um ponto de partida para essas reflexões e estas, tornam-se mais relevantes quando realizadas na formação inicial dos futuros docentes. Os futuros professores estão preparados para promover a reflexão sobre o que é o conhecimento matemático e suas relações com a Ciência, Tecnologia e Sociedade, construindo elementos para intervenção a partir de práticas diferenciadas desses futuros licenciados no que diz respeito ao ensino e aprendizagem de Matemática? A resposta a esse questionamento passa pela necessidade de trabalhar com a pesquisa qualitativa, na qual foi utilizado estudo de caso e que, para obter os dados da pesquisa, foi utilizado questionários abertos e semi-estruturados. A pesquisa foi realizada no Campus de Cruzeiro do Sul - IFAC sendo duas turmas do Curso de Licenciatura em Matemática. De um modo geral, o enfoque CTS está bastante ligado a ideia de introduzir o cotidiano da sociedade na matemática tendo como um grande aliado a tecnologia como um instrumento na qual nos permite abranger qualquer conhecimento ao nosso redor. Para a aprendizagem dos alunos de matemática o enfoque CTS faz com que as aulas sejam reflexivas e críticas, levam os alunos a pensarem e construir seus próprios pensamentos, soluções e problemas, seja estes conhecimentos novos do seu mundo exterior ou conhecimentos já adquiridos e aprimorados levando a compreenderem melhor os problemas e desenvolverem sua capacidade cognitiva tecnológica e científica.

Palavras-chave: Ciência, Tecnologia e Sociedade; CTS; Educação; Matemática.

O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Hadassa Carneiro dos Santos, IFAC – Instituto Federal do Acre
Campus Cruzeiro do Sul /Licenciatura em Matemática
hds_czs@hotmail.com;

Higila Oliveira Bandeira, IFAC
Instituto Federal do Acre - Campus Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Matemática
higilariany1993@hotmail.com;

Orientador: Orleilson Agostinho Batista - IFAC –
Instituto Federal do Acre - Campus Cruzeiro do Sul
orleilsonagostinhoczs@gmail.com

RESUMO

A utilização de tecnologias no ensino de forma geral ocupa cada vez mais espaço dentro do cotidiano do educador, devido aos avanços da tecnologia há necessidade de uma nova visão por parte dos professores, em relação ao uso das mesmas. E na matemática não é diferente, porém, é necessário que se conheça todos os possíveis recursos, todas as mídias digitais que são dispostas para o ensino da matemática. O foco deste artigo é retratar o uso das tecnologias no meio educacional no ensino de matemática, considerando os diversos métodos para compartilhar conhecimento, facilitando e aprimorando o trabalho do professor dentro da sala de aula. O trabalho iniciou com estudos bibliográficos sobre o tema. Para coleta de dados, foi aplicado um questionário, um para os professores de matemática, coordenadores e diretoria e outro para os alunos de duas escolas de ensino fundamental de Cruzeiro do Sul – AC a fim de conhecer a realidade na qual está situada a escola. Os resultados apontam que os professores não usam recursos tecnológicos, muitas vezes, por insegurança. Os alunos em, sua maioria, tem dificuldade de aprender matemática. Essa dificuldade é proveniente do desgosto da matéria, pois para eles, a matemática não tem atrativos. Essa concepção seria mudada com a inserção das mídias digitais.

Palavras-chave: Recursos Tecnológicos, Matemática, Computadores na Educação.

OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NA APLICAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA

Lilian Elizabete da Silva de Fatima
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Pedagogia
Orientadora: Eliane Mimesse Prado

Palavras-chave: Lei nº 10.639/03; discriminação; formação continuada; prática docente.

RESUMO

A trajetória do negro no Brasil ao longo da história é composta de discriminação racial, escravidão e falta de respeito aos seus direitos. O fim da escravidão não significou um reconhecimento do negro como cidadão pertencente à sociedade, foi o começo de uma luta por reconhecimento, respeito, visibilidade e igualdade racial. Com a implementação da Lei 10.639/03 o qual torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas escolas temos o reconhecimento da população afrodescendente na constituição da cultura brasileira. A argumentação parte de explicitar a importância dessa Lei no resgate e reconhecimento da contribuição do povo negro na formação da cultura brasileira e como forma de combater a discriminação racial. Em seguida discute sobre os desafios do ensino e da formação dos professores para se cumprir com os conteúdos programáticos, a fim de desconstruir o mito da democracia racial e tratar de forma adequada as questões raciais existentes na escola. Por fim será discutida a formação continuada, a importância da capacitação docente como forma de conhecer a Lei 10.639/03 e a cultura Africana para que possa fundamentar e executar seu planejamento. A qualificação permite ao docente refletir sobre sua prática a fim de construir uma pedagogia da diversidade que contribua no combate à discriminação nas escolas.

Com esta pesquisa busca-se identificar os desafios encontrados pelos professores na aplicação do Ensino da Cultura Afrobrasileira e Africana. Desafios estes que se estendem da formação até o trabalho desenvolvido em sala de aula, para isso, faremos uso da pesquisa bibliográfica sobre a temática.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/03; discriminação; formação continuada; prática docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.**

Disponível em: http://www.sinpro.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf

Acesso em: 11 de outubro de 2015

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm

Acesso em: 11 de outubro de 2015

_____. **Resolução nº 1** de 17 de junho de 2004. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

Acesso em: 11 de outubro de 2015

OS PARTIDOS DE DIREITA NA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: UM BALANÇO DA BIBLIOGRAFIA

Nome: Geissa Cristina Franco.

Instituição: UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.

Curso: Ciência Política.

Orientador: Luiz Domingos Costa.

Endereço Eletrônico: geissa_franco@hotmail.com

Palavras-chave: Partidos de direita, redemocratização, conservadorismo.

RESUMO

Este trabalho objetivou-se a problematizar a formação dos partidos de direita no Brasil após a extinção do AI-5 no ano de 1979 que trouxe como resultado a instauração do multipartidarismo no Brasil. Tem como objetivos parciais, analisar as diferentes perspectivas históricas sobre a teoria de partidos conservadores, assim como objetivo específico, analisa a formação de três partidos conservadores após 1979: PDS, PFL e PPB. Por fim descreve uma possível nova direita no Brasil após 2010. Dentre as problemáticas deste trabalho destaca-se em que contexto histórico ocorre à formação do PDS, PFL e PPB? Em segundo lugar, a problemática referente à nova direita apresenta como pergunta: quais os diagnósticos e interpretações dos especialistas sobre o fenômeno da mudança no campo ideológico da direita no período recente?

Justifica-se a realização deste trabalho, ao fato de que se trata de um período de grande relevância e de transformações políticas no país, e por isso se faz necessário o aprofundamento do estudo da formação dos partidos políticos de direita no Brasil após o ano de 1979, visto a escassez de bibliografias sobre partidos de direita e o conservadorismo no Estado brasileiro.

A metodologia que será utilizada neste trabalho contará com uma revisão bibliográfica, que recorre ao um cabedal teórico que conta com livros e artigos, que tratam do tema da formação dos partidos de direita após 1979, sendo que este estudo comentará, analisará e classificará os objetos a partir de pesquisas empíricas já existentes.

Conclui-se assim que os partidos de direita formados após 1979 retomam de modo gradual conceitos democráticos, afastando-se cada vez mais da ideologia autoritária presente na ditadura militar, aproximando-se dos conceitos neoliberais que tomam força na década de 1990. Já a nova direita que se intensificou nos anos 2000 compõe diferencia-se da velha direita originada na década de 80, aceitando até certo ponto, maior intervenção do Estado, e adoção de programas sociais como forma de aumentar a igualdade de oportunidades dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Sebastian Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. In: CODATO, Adriano; BOLOGNESI Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. *A nova direita brasileira: uma nova análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CORBELLINI, Juliano. **O poder como vocação: O PFL na Política Brasileira (1984-2002)**. 2005. 264 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KINZO, Maria D'Alva. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição.** São Paulo em Perspectivas, 15 de abril de 2001.

PLIM-PLIM – URNA ELETRÔNICA DE 1ª GERAÇÃO E CONFIANÇA DOS ELEITORES CURITIBANOS

Diogo Santana Dionizio
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Ciência da Computação
digodionizio@hotmail.com
Wellerson Samuel da Silva Pinto
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Ciência da Computação
welle.samu@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes

RESUMO

O Brasil desde as eleições de 1996 utiliza a urna eletrônica como método de voto. Em 2012, em testes organizados pelo TSE, o Dr. Diego Aranha e seus colaboradores descobriram 6 grandes fragilidades no modelo de 1ª geração utilizado no Brasil, sendo eles: 1) Proteção inadequada do sigilo do voto; 2) Cifração inadequada; 3) Utilização de algoritmos obsoletos; 4) Formulação inadequada do modelo de atacante; 5) Processo de desenvolvimento defeituoso; 6) Verificação insuficiente de integridade. Em 2014 o Dr. Diego Aranha desenvolveu o projeto *Você Fiscal*, onde os voluntários utilizando um aplicativo de celular fotografaram os boletins de urna expostos nas seções eleitorais e a posteriori os resultados foram confrontados com os dados divulgados pelo TSE. Os Resultados desse estudo mostram que houve 20% de discrepância entre os dados do boletim de urna e os dados postados na internet pelo TSE depois das eleições. Outro atenuante é que, o Brasil é a única democracia do mundo que infelizmente ainda utiliza urnas de primeira geração, nas demais democracias, adotam-se modelos de 2ª ou 3ª geração, que são modelos mais seguros e que facilitam cognitivamente o ato de votar. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é aferir se o eleitor curitibano acredita na segurança da urna. Considerando a fragilidade do modelo de urna utilizado no Brasil nossa hipótese é de que há algum nível de desconfiança em relação a sua segurança e a possibilidade de fraude eleitoral. Para testar nossas hipóteses aplicamos um *survey* estruturado para 632 indivíduos, na cidade de Curitiba (em Maio), sendo 306 mulheres e 325 homens com idades entre 17 e 58 anos (média de idade de 24,72 anos). Nossos resultados indicam que: 1) existe uma baixa confiança dos entrevistados no voto eletrônico; 2) Existe uma crença generalizada que existe grande possibilidade de ocorrerem fraudes eleitorais no Brasil; 3) Apesar da grande desconfiança em relação às urnas, a maior parte dos entrevistados deposita fé no processo de biometria.

Palavras-Chave: Urna Eletrônica, Confiança, Eleições, Fraude eleitoral.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR

Jéssica Thalheimer de Aguiar; Luís Paulo Baldissera Schorr; Gert Jan Van de Riet.

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Engenharia Florestal

Lorimar Francisco Munaretto: jeh.aguiar93@hotmail.com; luispschorr@icloud.com; gertjan_riet@hotmail.com;

RESUMO

A sustentabilidade ambiental em pequenas propriedades rurais assume um elevado grau de importância por se tratar de um desenvolvimento que garante melhorias em questões ambientais, sociais e econômicas. Sabe-se que os agricultores de base familiar ao adotarem práticas sustentáveis por meio da diversificação de suas atividades produtivas tendem a aumentar a sua renda assegurando também o uso racional dos recursos naturais. Diante disso, este estudo teve por objetivo descrever e identificar as práticas realizadas em pequenas propriedades rurais. O estudo apresenta abordagem metodológica quanti-qualitativa, quanto aos objetivos a pesquisa é do tipo exploratória com levantamento de dados realizado por meio da aplicação de questionários a 65 produtores rurais de base familiar do município de Campo Novo – RS. Ao tratar das práticas sustentáveis adotadas nas propriedades, os resultados indicam que a maioria dos produtores realizam controle de energia, de água, de coleta seletivo de lixo, sistema de esgoto e mata nativa nas propriedades. Essas práticas são consideradas essenciais para um desenvolvimento rural sustentável. Por outro lado, no que se refere às práticas que obtiveram percentual menor, como a adubação verde, calagem e análise do solo, rotação de culturas e plantio direto, justifica-se pelo fato de se tratar de um público de baixo poder aquisitivo para adequar suas propriedades em termos de sustentabilidade, sendo assim é necessário o incentivo de políticas públicas para a adequação dessas propriedades na realização de práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental, recursos naturais, desenvolvimento rural.

“PREVENDO O PIOR”. GOOGLE TRENDS E PREVISÃO DE SUICÍDIOS NO BRASIL³⁰⁵

Elioenai Santana de Jesus; Allan Ortiz Sangregorio Peres; Clarice Gruss da Silva
Orientador: Prof. Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes³⁰⁶

RESUMO

Todos os dias, mais de 7 bilhões de pesquisas são contabilizadas no Google, nesse sentido, os dados oferecidos pelo Google Trends, indubitavelmente, são um termômetro das ações sociais. Nesse ponto, o objetivo deste trabalho é aferir se a ferramenta *Google Trends* é adequada para realizar previsões acerca da distribuição de suicídios no Brasil. Nossa hipótese é de que, provavelmente, os dados gerados com o Google Trends melhoram o ajuste de previsão de suicídios. Para testar nossas hipóteses utilizamos duas fontes: 1) dados gerados com a ferramenta *Data SUS* acerca da distribuição de suicídios no Brasil de 2007 a 2010; 2) dados gerados com o Google Trends relativo à frequência anual (segmentada por Estado) de interesse no Brasil por *Google Trends*. Traçamos dois modelos de previsão, no primeiro utilizamos apenas os dados relativos a distribuição (por estado) anual de suicídios no Brasil 2007-2009, e no segundo modelo, consideramos além dessas variáveis independentes, a distribuição prevista no google Trends. Nossos resultados mostram que nossa hipótese é aderente, vide que, o modelo que traçamos utilizando dados oficiais e dados do *Google Trends* teve um maior ajuste de previsão do que o modelo que teve como variável independente apenas os dados oficiais.

Palavras-Chave: Google Trends, Suicídio, Previsão, Brasil.

³⁰⁵ Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pelo grupo de iniciação científica: “Ciência Social Computacional: métodos e aplicações”, realizado no Centro Universitário Campos de Andrade.

³⁰⁶ Doutor em psicologia social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy, cientista político, professor no Centro Universitário Campos de Andrade. thiagomoraessp@hotmail.com

PROGRAMAÇÃO LINEAR COMO FERRAMENTA PARA TRATAMENTO DE ESTOQUES E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS: ESTUDO DE CASO EM UMA MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Jandrei Sartori Spancerski; Kellyn Aretha Zotti; Vanessa Cristina Slongo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Engenharia de Produção
E-mail: jandrei@alunos.utfpr.edu.br
Orientador: Levi Lopes Teixeira

Palavras-chave: estoques; logística; otimização; pesquisa operacional; programação linear.

RESUMO

Muitas empresas se preocupam com o problema logístico de armazenagem, controle e distribuição de produtos. A discussão aqui proposta apresenta, em uma visão minimalista e restrita, um caso prático deste problema, tomando por base uma microempresa individual que comercializa produtos de limpeza, a fim de descrever um cenário real que pode (e deve) ser utilizado como cenário protótipo para uma empresa de grande porte, pois quando tratamos cenários de pequeno porte os danos são menos impactantes no ponto de vista financeiro e temporal.

É um estudo aplicado, quantitativo, denominado de corte transversal. Foram coletados dados junto à microempresa, donde foram tabulados para serem utilizados em análise, conforme as metodologias presentes na bibliografia referenciada e, posteriormente, construiu-se o modelo de programação linear (utilizando os *softwares Lingo, Tora e Microsoft Excel 2007*®) para análises.

Dentre os conceitos utilizados temos o da logística, que é a ciência que estuda a parte do processo da cadeia do abastecimento que planeja, implementa, e controla o fluxo e estocagem eficiente e eficaz de produtos desde o ponto de origem até o ponto de consumo atendendo todas as necessidades dos clientes, donde as empresas podem alavancar sua lucratividade e credibilidade. (Martel, *et al.* 2010)

A armazenagem tem como objetivo de proporcionar uma garantia de produto imediato ao cliente, reduzir custos logísticos diversos e otimizar custos de produção, embora isto não agregue valor ao produto. A necessidade de armazenagem, por muitas vezes, parte da falta de informações e dados com precisão e qualidade sobre as demandas futuras, implicando no aumento “por segurança” dos itens armazenados. (Russo, 2009)

A distribuição física é o transporte dos materiais a partir do produtor até o consumidor, e envolve muito o custo do produto final. (Arnold, 1999 *apud* Russo, 2009).

O controle consiste em “um processo que tem como objetivo guiar a atividade exercida visando um fim previamente determinado”. (Chiavenato, 2000).

Com base nos conceitos supracitados, definimos a programação linear, sendo uma das mais importantes técnicas de otimização da pesquisa operacional, definida como um método para a tomada de decisões.

O resultado final do estudo apresentou a redução de aproximadamente 13% dos custos operacionais e eficiência na alocação e venda dos produtos ofertados.

Palavras-chave: estoques; logística; otimização; pesquisa operacional; programação linear.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marcos Antonio; ZANARDINI, Ricardo Alexandre D. Iniciação à pesquisa operacional no ambiente de gestão. 2ª edição. Curitiba: InterSaberes, 2014.

MARTEL, Alain; VIEIRA, Darli Rodrigues. Análise e projeto de redes logísticas. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

RUSSO, Clovis Pires. Armazenagem, controle e distribuição. 20ª edição. Curitiba: Ibpex, 2009.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; SOUZA, Agamêmnon Rocha. Introdução à Administração – uma iniciação ao mundo das organizações. 3ª edição. Rio de Janeiro: Pontal, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SATISFEITO? UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A SATISFAÇÃO DOS PAIS DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO SESI

Thais Baray Freire
Centro Universitário Campos de Andrade
Bacharelado em Administração
thais_baray@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes

RESUMO

Como a satisfação é algo muito subjetivo, pois, faz parte de um processo psicológico, não existe consenso na literatura sobre o que seja satisfação do consumidor. De toda forma, podemos dizer em nível de simplificação que a satisfação do consumidor é um estado de realização onde a causa, realização, conforto, onde a causa é atribuída ao consumo e ou ao recebimento de determinado serviço e ou atendimento. Saber lidar com a satisfação do consumidor é um fator chave para se obter sucesso em um mercado competitivo e globalizado uma organização não se torna bem-sucedida pelo número de clientes que ela tem e sim por manter os mesmos clientes por anos. Neste ponto, nosso objetivo é aferir as variáveis independentes que podem afetar o nível de satisfação dos pais de alunos do Colégio Sesi. Trabalhamos com três hipóteses: 1) A maior parte dos que relatam que o colégio precisa melhorar estão entre os que não tiveram suas demandas atendidas (um argumento consistente com a Teoria desconfirmação das expectativas; 2) Os atendimento que não resolvem a demanda são mais demorados; 3) Há uma relação sensível entre tempo de atendimento e satisfação do cliente. Como método aplicamos um questionário que estruturamos para uma amostra de 71 pais. Nossos resultados mostram que as três hipóteses são relevantes. Sobretudo a hipótese número três, onde descobrimos que 44% da insatisfação dos pais guarda relação com o fator demora no atendimento (que na maior parte dos casos, está também relacionado a não resolução da demanda proposta). Neste ponto, nossos resultados guardam relação com a teoria da desconfirmação de expectativas, onde a frustração da expectativa dos pais leva a redução do nível de percepção da qualidade do atendimento.

Palavra-chave: Satisfação, Atendimento, Desconfirmação de Expectativas.

TÉCNICA ADOBE E ADIÇÃO DA FIBRA DE COCO COMO ALTERNATIVA DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Francisca Rosiane Nogueira; Narcélio Mesquita Aires Filho; Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro; Mersia Nogueira Maia.

FCRS – Faculdade Católica Rainha do Sertão

Arquitetura e Urbanismo

Prof. Ms. Moisés Rocha Farias

ro.nog1@hotmail.com

RESUMO

Os recursos naturais que estão escassos na atualidade requerem o desenvolvimento de novas tecnologias de produção de bens, estendendo-se também ao setor da construção civil, sendo esta uma das formas de intervenção humana mais degradantes para a natureza, é preciso encontrar novos materiais e técnicas construtivas que possibilitem uma relação saudável entre o meio ambiente e o desenvolvimento da civilização. É no contexto de déficits populacionais e escassez de recursos (financeiros, tecnológicos e naturais) que as construções em terra podem ser consideradas uma excelente alternativa para esses desafios. Assim, este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a utilização do tijolo adobe e os benefícios do seu uso na construção, enfatizando o acréscimo da fibra de coco como alternativa sustentável. Observa-se que a casca do coco verde é dispensada e jogada no lixo, material que para muitos é inutilizável, porém a fibra desta casca é de grande importância para o aperfeiçoamento da técnica adobe; por exemplo, dando maior resistência ao tijolo. Confirme estudo de literaturas pertinentes ao tema podemos constatar os benefícios e a viabilidade da utilização da técnica adobe, em especial para as regiões mais escassas de recursos financeiro, pois 80% do material para a fabricação do tijolo é a própria terra. Possui excelente conforto térmico e acústico e sociocultural pois devido ao baixo custo e o fácil acesso faz com que ele possa ser utilizado em moradias sociais. Em caso de sobra de materiais os mesmos podem ser reutilizados, eliminando assim, o desperdício dos mesmos. Constata-se também que o estado do Ceará possui grande potencial para a execução da técnica do adobe, tendo sido utilizada nas cidades de Sobral, Viçosa do Ceará, e Pindoretama. Para obtenção de resultados mais positivos, é necessária predominância do sol, pois essa técnica dispensa a queima já que os tijolos são secos naturalmente. Entretanto, esta técnica também possui algumas desvantagens tais como: desproteção da umidade devido a permeabilidade do barro, não é própria para edifícios com mais de um pavimento, podem aparecer fissuras com mais frequência. A valorização do meio ambiente e dos recursos naturais, pode e deve aliar-se ao homem moderno e suas necessidades construtivas e habitacionais, possibilitando assim a modificação da sua realidade e do seu entorno com auxílio da construção sustentável.

Palavras-chave: Adobe; Fibra de coco; construção sustentável; Terra Crua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leonardo Vieira de Melo. **Mapeamento e caracterização das construções em Adobe no Norte do Estado do Ceará**, Fortaleza 2009.

Anais CONCIIS – Congresso Internacional Uninter- Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade. Novembro de 2015.

FERREIRA, Saulo Rocha; CABRAL , Adeildo da Silva; **Construções sustentáveis: avaliação das características físico-mecânicas de adobe com adição de fibras vegetais do coco verde**, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, L. B. de. **Introdução ao estudo de adobe: construção de alvenaria**. São Paulo – SP.

USO DE TECNOLOGIAS NAS SALAS DE RECURSOS COM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Adaíra Kessin Elias; Ana Paula Marcon;
UNINTER - Centro Universitário Internacional UNINTER. Pedagogia.
Danya Polak
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER. Comunicação Social
Orientadoras:
Paula Sakaguti; paulasakaguti@gmail.com ;
Margarete Costa; margarete.a.meg@bol.com.br ;
Marinice Justino; marinice.j@uninter.com

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo conhecer a representação de tecnologias pelos professores que atendem os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nas Salas de Recursos da Rede Municipal de Curitiba no ano de 2015. A pesquisa teve como metodologia: estudo bibliográfico, observação de campo, entrevistas e análise de dados. Os pesquisadores tiveram como base para o estudo bibliográfico os autores: Martins, Maschio (2014), Kenski (1997), Chagas (2014), Levy (1999), Brito (2006), Brito e Purificação (2011), Sancho, Heine, Gerry, Sutherland (2014), além da consulta em sites especializados da área de AH/SD. Quanto aos procedimentos de coleta de dados optaram-se pela realização de entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987) com o prévio consentimento das professoras entrevistadas, segundo as normas do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), do Centro Universitário Internacional UNINTER. Os dados foram registrados e gravados; posteriormente transcritos na íntegra e seu conteúdo analisado à luz do referencial teórico pertinente. Os resultados indicam que as Salas de Recursos estão localizadas nos Centros Municipais de Atendimento Especializado, caracterizadas por serem espaços utilizados por professores e alunos para realização de diversas atividades, projetos de acordo com as áreas de interesse e de habilidade. Visam o enriquecimento curricular com a utilização de diferentes tecnologias mediadas pelo professor. Para a pesquisa considerou-se as tecnologias como produtos de uma sociedade e de uma cultura que convivem no ciberespaço e que o contato social extrapola os limites da realidade (real e virtual) no que diz respeito às práticas escolares aos alunos com AH/SD. Com as entrevistas foi possível constatar que, o uso das tecnologias não envolve apenas os recursos disponibilizados pela informática, mas com a utilização de outros materiais que possibilitam o enriquecimento do aprendizado desses alunos considerados superdotados. A maioria das professoras atuantes nas salas de recursos entende que tecnologias são: ferramentas, instrumentos, recursos que dão suporte e enriquecem o aprendizado desses alunos. Os alunos AH/SD que se beneficiam dessas salas de recursos, as quais frequentam em contraturno, não havendo divisão por faixa etária, mas sim pelo interesse comum nas diversas áreas do conhecimento. Constatou-se a necessidade de maior divulgação à sociedade dos trabalhos realizados no referido atendimento especializado. Urge a importância da capacitação e troca de experiências com demais professores das redes privada e pública estadual que trabalham com esse alunado, socializando as experiências de enriquecimento curricular. Sugere-se o apoio das Instituições de Ensino Superior, por meio de atividades de extensão, para maior conscientização da comunidade acadêmica e escolar sobre as tecnologias educacionais, para que práticas

educativas sejam repensadas e possam auxiliar todos os alunos, inclusive esses jovens talentosos.

Palavra-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Sala de Recursos. Tecnologias.